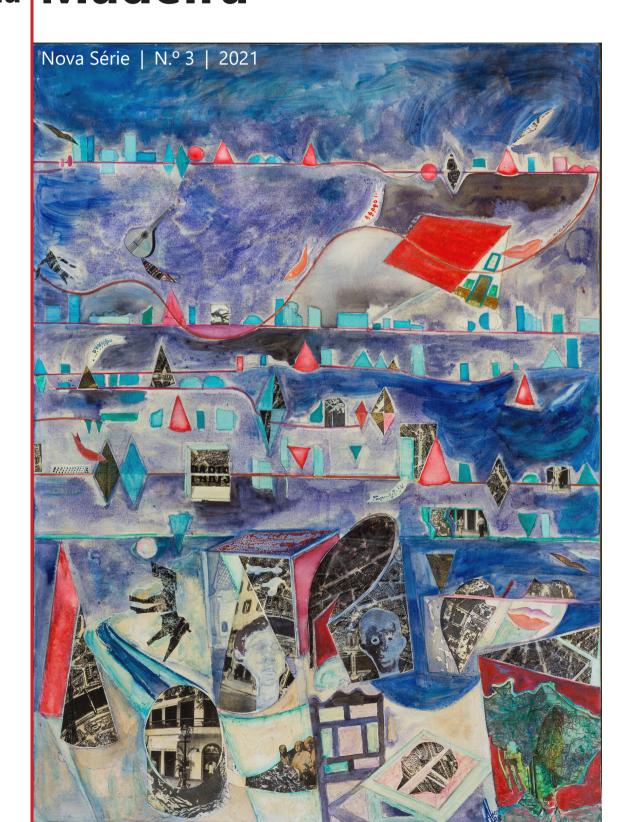
Arquivo Histórico da Madeira



Título: Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 3

Editor: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira

Local e Data: Funchal, 2021

Periodicidade: Anual ISSN: 2184-5743

Sítio da Internet: https://ahm-abm.madeira.gov.pt **Contacto Eletrónico:** ahm.abm.sretc@madeira.gov.pt

Direção: Nuno Mota

Conselho Editorial: Filipe dos Santos (coord.); Andreia Sousa; Nélio Pão

Conselho Científico: Ana Madalena Trigo de Sousa (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Ana Salgueiro (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Diogo Ramada Curto (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa); Fátima Barros (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira); Inês Amorim (Faculdade de Letras – Universidade do Porto); Jorge Freitas Branco (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa); Paulo Esteireiro (Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode); Paulo Miguel Rodrigues (Faculdade de Artes e Humanidades – Universidade da Madeira)

Capa (Imagem): SOUSA, Alice, 1998, *MEMÓRIAS, aonde quer que vá*, acrílico sobre tela, coleção do MUDAS.Museu de Arte Contemporânea da Madeira, inv. MMAC/PL/AS01PINT, fotografia de Gregório Cunha

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, respeita a liberdade dos autores no que concerne à escolha da ortografia; assim, este n.º 3 apresenta contributos que seguem o Acordo Ortográfico de 1990 e outros redigidos segundo normas anteriores.

O conteúdo dos estudos e ensaios é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, o mesmo se aplicando aos direitos das imagens inseridas.

A denominação, o conteúdo e a permanência das hiperligações e dos sítios da Internet referenciados nos artigos não estão sob o controle da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, entidade editora da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série; consequentemente, não são da sua responsabilidade.

Índice

Contents

| Estudos / Ensaios | 3 |
|---|-----|
| Studies / Essays | |
| L'Alfenim Maderien et Autres Avatars du Fanîd Maghrébo-Andalou en Atlantique O Alfenim Madeirense e Outros Avatares do Fanîd Magrebo-Andaluz no Atlântico António José Marques da Silva | 5 |
| Levadas e Moinhos de Água na Ilha da Madeira como Projetos Históricos de Fins Múltiplos Levadas and Watermills on the Island of Madeira as Historical Multi-Purpose Projects Hartmut Wittenberg e Christiane Rhode | 109 |
| A Superstição perante o Inquisidor (Madeira, 1618) Inquisition and Superstition (Madeira, 1618) Bruno Abreu Costa | 137 |
| As Aulas Médico-Cirúrgicas no Hospital da Misericórdia do Funchal (1812-1836) The Medical and Surgical Classes at the Hospital of Misericórdia of Funchal (1812-1836) Luís Timóteo Ferreira | 175 |
| A (E)migração Madeirense à Luz das Certidões de Passaporte (1851-1861) Madeiran (E)migration (1851-1861). A Study Through Passport Certificates Maria Cristina Martins | 217 |
| O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867): Leitura Crítica de uma Fonte Histórica Singular The Report of the Visit of Governor Jacinto António Perdigão to the Administrative District of Funchal (1866-1867): A Critical Reading of a Unique Historical Source Ana Madalena Trigo de Sousa | 291 |
| Um Madeirense ao Comando do Império. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Reorganização Administrativa de Moçambique (1907) A Madeiran at the Command of the Empire. Aires de Ornelas e Vasconcelos and the Administrative Reorganization of Mozambique (1907) Gonçalo C. Albuquerque e Fernando Tavares Pimenta | 349 |

| O Ataque do Submarino Alemão U 156 ao Funchal à Luz das Alterações na Guerra Naval em 1917 The Attack by German Submarine U 156 on Funchal within the Scope of Changing Naval Warfare in 1917 Mathias Saecker | | | | |
|---|-----|--|--|--|
| Fotografia e Cinema: Representações da Madeira entre Jornalismo, Etnografia e Propaganda Turística nas Primeiras Décadas do Século XX. O Caso da Madeira Film e do seu Homem da Câmara Photography and Films: Representations of Madeira Island between Journalism, Ethnography and Tourist Propaganda in the First Decades of the 20th Century. The Case of Madeira Film and its Man with the Camera Ana Salgueiro | 421 | | | |
| Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952) Manuel Luiz Vieira: A Life Dedicated to Image (1920-1952) Ana Paula Almeida | 513 | | | |
| O Município do Funchal na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1974) The Municipality of Funchal in the Military Dictatorship and Estado Novo (1926-1974) Emanuel Janes | 561 | | | |
| A Ponta do Sol nos Trilhos da Memória Cultural Madeirense. Identidade Insular em Dois Romances em Perspetiva Ponta do Sol on the Trails of Madeira's Cultural Memory. Insular Identity in Two Novels in Perspective Susana Caldeira | 627 | | | |
| Os "Retornados" de África – Integração na Madeira (1974-1977) "Returnees" from Africa – Integration in Madeira (1974-1977) Odete Mendonça Henriques Souto | 649 | | | |
| A Estrutura Empresarial da Madeira no Período Pós-Adesão à Comunidade Europeia (1988-2008): Análises de Desempenho The Business Structure of Madeira in the Post-Accession Period to the European Community (1988-2008): Performance Analysis Jorge José de Aguiar Ramos | 693 | | | |

Estudos / Ensaios

Studies / Essays

L'Alfenim Madérien et Autres Avatars du Fanîd Maghrébo--Andalou en Atlantique

O *Alfenim* Madeirense e Outros Avatares do *Fanîd* Magrebo--Andaluz no Atlântico

António José Marques da Silva¹

«Estabelecer la primera documentación de un término, ateniéndose a un glosario o diccionario de determinada época, sin la apoyatura de unos textos coetáneos y de otros sucediéndose en el tiempo, intentando esbozar el significado y la historia del vocablo, además de ser poco científico y menos seguro, las elucubraciones que de ello se hagan, por estar basadas en gran parte en la intuición, llevan la mayoría de las veces, a conclusiones gratuitas y simplistas.»²

Résumé

On doit à Gilberto Freyre l'idée que l'alfenim, statuette faite de pénide introduite au Brésil par les colonisateurs portugais, aurait une origine mauresque. Plus récemment, Alberto Vieira a défendu que cette création des apothicaires musulmans – le fânid des sources maghrébo-andalouses – ait commencé son voyage à travers l'Atlantique dès la fin du Moyen-âge à Madère. Selon cet historien, ce serait à partir de là qu'elle aurait ensuite suivi son chemin vers les Açores et le Brésil. Reste à expliquer sa relation avec l'alfenique des anciennes colonies américaines de l'Espagne. Cet article va se centrer sur le cas d'étude madérien afin de mieux comprendre comment s'est opéré ce processus de transmission interculturelle.

Mots-clés: Sucre; Pénide; Alfenim; Alfenique; Penidios; Fânid; Madeira.

Professeur invité de l'école supérieure de gestion et technologies de l'université de Madère (ESTG-UMA). Expert associé de l'école doctorale 'Patrimoines alimentaires: cultures et identité' de l'université de Coimbra. Membre de la commission scientifique de la fondation 'The Routes of the Olive Tree'. Collaborateur de la chaire UNESCO 'Patrimoine immatériel et savoir-faire traditionnel: lier les patrimoines' de l'université d'Évora. Partenaire du réseau international 'DIAITA – patrimoines alimentaires de la lusophonie'. Contact: antoniojm.silva@staff.uma.pt.

MAÍLLO SALGADO, 1998 [1983], Los arabismos del castellano [...], p. 99 (entrée «ALFENIQUE, ALFEÑIQUE»).

Resumo

Devemos a Gilberto Freyre a ideia de que o *alfenim* foi introduzido no Brasil pelos colonizadores portugueses, sendo uma herança mourisca. Este nome designa hoje estatuetas feitas de uma massa de açúcar repuxada. Mais recentemente, Alberto Vieira defendeu que esta criação dos boticários muçulmanos – o *fânid* das fontes árabes – iniciou a sua travessia do Atlântico na Madeira. Segundo este historiador, seria a partir desta ilha que teria seguido viagem para os Açores e o Brasil. Fica por explicar a relação com o *alfenique* das ex-colónias americanas da Espanha. Este artigo centrar-se-á no estudo do alfenim madeirense com o intuito de compreender melhor como ocorreu este processo de transmissão intercultural.

Palavras-chave: Açúcar; Alfenim; *Pénide*; *Alfenique*; *Penidios*; *Fânid*; Madeira.

Le Sacré Collège en *Alfenim*

Il est inévitable d'évoquer ici le célèbre épisode de l'ambassade madérienne au Vatican auquel Gaspar Frutuoso fait allusion dans le tome Il de Saudades da Terra³. Un passage de cet ouvrage énumère les présents que Simão Gonçalves da Câmara, petit-fils du premier capitaine de Funchal, avait fait parvenir à Léon X en 1515⁴. Comme il était d'usage à l'époque, le gouverneur de la première colonie portugaise en Atlantique avait offert au pape de nombreuses conserves de fruits et autres friandises sucrées. Le souverain pontife avait également reçu en cadeau un cheval perse conduit par un écuyer moresque. On ne sait rien d'autre à son sujet si ce n'est qu'il était bien vêtu et très affable. En fin de compte, ce n'est qu'un personnage secondaire. L'histoire tourne autour d'une maquette en sucre représentant le Sacré Collège et des statues des cardinaux grandeur nature, qui auraient retenu l'attention du chef suprême de la chrétienté. De par leur couleur blanche immaculée, il semblait s'agir d'effigies en plâtre. Mais au fur à mesure qu'elles étaient retirées des boîtes pleines de coton qui les avaient protégées tout au long du voyage, il devenait évident

³ FRUTUOSO, 1873, Saudades da Terra [...], pp. 189-190.

⁴ PICCHIO, 1990, «O sacro colégio de alfenim [...]», pp. 181, 186. Cette auteure s'est basée sur ce qu'a écrit Alberto Artur Sarmento à ce sujet. Cf. SARMENTO, 1946, Ensaios históricos da minha terra, vol. I, pp. 77 et 85. Dans sa thèse de doctorat, Naidea Nunes Nunes situait cet évènement en 1508 et, plus tard, en 1579. Cf. NUNES, 2003, Palavras doces [...], p. 155. NUNES, 2004, «A tradição açucareira dos doces [...]», p. 224. NUNES, 2016, «A cultura açucareira e a alimentação [...]», p. 242. En 2004, Alberto Vieira affirme à son tour que cette mission diplomatique remonte à 1508. Cf. VIEIRA, 2004, Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira, p. 320. La source qu'il cite à l'appui de cette datation est pourtant Luciana Stegnagno Picchio (PICCHIO, 1990, «O sacro colégio de alfenim [...]», note 3). Au demeurant, ni Gaspar Frutuso, ni Jerónimo Dias Leite avant lui, ne précisent quand l'ambassade madérienne au Vatican a eu lieu.

que ces sculptures étaient elles aussi faites de sucre, plus précisément d'alfenim; ce qu'on appelle pénide en français.

Aux yeux du lectorat de la Renaissance, le compte rendu de cette mission diplomatique serait assez crédible⁵. En effet, dès la première moitié du XV^e siècle, la canne saccharine avait été acclimatée avec succès à Madère. Depuis, le sucre avait fait la fortune des insulaires. Il continuait à être réputé sur les marchés du vieux monde comme étant le meilleur au temps de Léon X. Toujours est-il que ce récit a probablement été forgé par Jerónimo Dias Leite⁶, auteur de la première chronique madérienne compilée en 15797, qui est la source principale de Gaspar Frutuoso. L'enjeu étant d'exalter à la fois la générosité et la richesse du descendant du premier capitaine. Bien que l'existence de ces statues ait été remise en cause depuis, cette histoire continue aujourd'hui à faire couler beaucoup d'encre. Elle est appelée assez régulièrement à la barre des témoins quand il est question du début de l'épopée atlantique du sucre en général et de l'alfenim en particulier. Ainsi, Alberto Vieira transcrivait encore une fois⁸ ce passage de Saudades da Terra dans un article publié peu avant sa mort⁹, où cet historien madérien défendait la théorie suivante: le pénide une fois sorti de la Méditerranée aurait fait sa première escale à Funchal, avant de poursuivre sa route vers les Açores, les Canaries, atteignant plus tard, les côtes du Brésil et de certains pays d'Amérique latine et centrale, où l'on trouve encore de nos jours des figurations en sucre appelées alfenique. Outre-Atlantique, le sociologue

Rappelons que les figurines en sucre faisaient déjà la renommée des confiseurs du Caire au temps des Fatimides. Cf. OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], p. 571. L'usage ostentatoire de ce genre de sculptures comme symbole de pouvoir et d'autorité est documenté tout au long du XVI^e siècle, et notamment en Italie. Ainsi, lors d'un banquet à Venise offert par le doge en l'honneur du futur roi de France Henri III, la grande salle du palais ducal a été ornementée de navires représentant la flotte de la Sérénissime, ses emblèmes ainsi qu'un grand nombre de personnages venus rendre hommage. Cf. OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], p. 658. Par ailleurs, à l'époque, le pénide était effectivement transporté à longue distance, emballé dans des boîtes remplies de coton. «Um arratel de algodão para se encaixar o alfenim para se não quebrar, 80 reis». ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, maço 85, doc. 43. Transcription: FERREIRA, 1959, *O arquipélago da Madeira* [...], p. 377.

⁶ LEITE, 1947, Descobrimento da ilha da Madeira [...], pp. 57-59.

⁷ LEITE, 1947, Descobrimento da ilha da Madeira [...], p. XXXIII.

Alberto Vieira avait déjà évoqué ce passage du manuscrit de Gaspar Frutuoso dans une publication antérieure, sans remettre en cause sa véracité. VIEIRA, 1996, «Cinco séculos da história [...]», p. 138.

VIEIRA, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, p. 15. Alberto Vieira questionne alors à son tour la véracité du récit de l'ambassade, sans toutefois admettre catégoriquement qu'il a été forgé. Il prend note des difficultés techniques qu'impliquerait un tel projet tant au niveau de son exécution, que du transport des statues. Selon lui, le fait qu'elles soient arrivées à Rome intactes est un exploit en soi, du fait de la nature particulièrement fragile du matériel employé pour les confectionner. Il mentionne également la quantité astronomique de sucre nécessaire. À l'instar de ses prédécesseurs (PICCHIO, 1990, «O sacro colégio de alfenim [...]», p. 185), cet historien considère que les cardinaux seraient au nombre de 72, estimant que le tout ne pèserait pas moins de cinq tonnes.

brésilien Gilberto Freyre avait déjà signalé l'ascendance maghrébo-andalouse de ce genre de friandises, qui sont encore connues sous l'appellation «alfenim» dans son pays. L'idée que les premiers colons madériens 10 auraient légué les secrets de l'or blanc au Nouveau Monde est cependant bien plus ancienne. Alvaro Azevedo Rodrigues la formule déjà explicitement dans une de ses annotations de l'editio princeps du manuscrit de Gaspar Frutoso, parue en 1873¹¹. Cent cinquante ans plus tard, il ne restait plus à Alberto Vieira qu'à joindre les deux bouts. Si l'on en croit ce qu'il dit, le reste de la Macaronésie et de l'Amérique¹² doivent à Madère non seulement les secrets de l'extraction, de la cuisson et de la cristallisation du sucre, mais aussi l'ensemble des techniques héritées de la civilisation islamique, visant à le convertir en une gamme très variée de douceurs¹³. L'alfenim, qui est la plus délicate de toutes, serait ainsi une résurgence du fanîd, évoqué à maintes reprises par les auteurs musulmans du Moyen-âge. Reste à savoir pourquoi les Madériens ne savent plus comment le préparer au contraire des habitants des contrées à qui ils l'ont transmis. Faute de pouvoir répondre à cette question, Alberto Vieira se contente de remémorer l'âge d'or de la confiserie insulaire, que la légende de l'ambassade au Vatican sert habituellement à illustrer¹⁴.

Gilberto Freyre considère pour sa part que ce sont les Portugais qui ont introduit la confiserie de tradition maghrébo-andalouse au Brésil. «A herança recolhida de Portugal e sobretudo dos mouros pela doçaria brasileira dos engenhos não foi uma herança pequena e sem importância. Os doces de freiras foram um dos maiores encantos da velha civilização portuguesa, que antes aprendera com os mouros a fabricar açúcar e a fazer mel, doce e bolo». Cf. FREYRE, 1997, *Açúcar. Uma sociologia do doce* [...] apud NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 157 (note 163).

Alvaro Azevedo Rodrigues fait une seconde fois référence à l'alfenim à la page 685 de Saudades da Terra. Notons au passage qu'il faut lire «cinco mil pães de assucar & // muito infinito fato...» aux pp. 693-694 et non pas «... cinco mil pães de assucar de alfenim...» ni même «... alfenim, que havia sido feito com 5000 pães de açúcar...» (FRUTUOSO, 1873, Saudades da Terra [...], pp. 685, 693-694), quoiqu'en dise Alberto Vieira. VIEIRA, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, p. 16. VIEIRA, 2016, «Alfenim».

¹² Selon Alberto Vieira, l'alfenim est également arrivé au Japon en provenance de Madère vers le milieu du XVI^e siècle. Vieira, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, p. 13. L'auteur cité à l'appui de cette thèse, Miyo Arao, n'est cependant pas certain si la pâte en sucre qu'on appelle «aruheitou» en japonais désigne l'alfenim ou bien l'alféloa. ARAO, 2010, «'NANBAN'? sweets introduced by Portugal [...]», p. 816.

David Ferreira de Gouveia avait déjà formulé cette hypothèse auparavant, en ce qui touche l'ensemble des douceurs dont les noms dérivent de l'arabe. GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 48.

NUNES, 2016, «A cultura açucareira e a alimentação [...]», p. 242. NUNES, 2004, «A tradição açucareira dos doces [...]», p. 224. NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 155. VIEIRA, 2004, *Canaviais, açúcar e aguardente* [...], p. 320. SILVA *et al.*, 1998 [1940-1946], *Elucidário Madeirense*, vol. 1, p. 208 (entrée «Camara»), p. 298 (entrée «Confeitaria»). SILVA, 1995, *A Madeira e a construção do mundo atlântico* [...], vol. 1, p. 324. GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 39. SAINZ-TRUEVA, 1987, «Doces & sabores do quotidiano madeirense», p. 15. AFONSO, 1966, «Mimos das ilhas. Alfenim [...]», pp. 56, 58. FERREIRA, 1959, *O arquipélago da Madeira* [...], p. 379. SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce».

Au long des pages qui suivent, je fais le point sur ce que nous savons au sujet de ce processus de transmission interculturelle, tout en essayant de comprendre ce que la chronique de Jerónimo Dias Leite ne nous dit pas: l'alfenim produit à Funchal en ce temps-là serait-il semblable ou différent du fanîd maghrébo-andalou? Et qu'en est-il de ses avatars contemporains? La démarche adoptée est fondée sur une révision systématique des documents se rapportant aux deux premiers siècles de l'occupation de l'île qui font mention au pénide. Mais avant cela, et partant de ce que nous apprennent les sources de la fin du Moyen-âge et de la Renaissance, je rappellerai quels étaient ses usages, bien comme les différentes étapes de sa préparation tout au long de cette période en Occident. Je m'interrogerai ensuite sur le devenir de cette tradition à Madère. Mon analyse s'appuiera alors sur un dépouillage systématique des livres de comptes des couvents de Funchal. Ces derniers attestent que les secrets de la fabrication de l'alfenim ont survécu au déclin de l'industrie sucrière, après 1515¹⁵. Tout cela m'amène à tirer plusieurs conclusions. En premier lieu, ce qu'au Moyen-âge on appelle fanîd en arabe et penidios en latin puis par la suite, alfenim en portugais et alfenique/alfeñique en espagnol, correspond à une pâte médicinale faite de sucre étiré. Il n'est par ailleurs jamais question à l'époque de confectionner des figurines comestibles avec. La chaîne opératoire et les ingrédients mis en œuvre semblent avoir évolué au long du temps, ce qui peut expliquer pourquoi les petites sculptures du même nom que l'on trouve aujourd'hui d'une part et d'autre de l'Atlantique ne correspondent pas à un procédé de fabrication unique. Ce cas d'étude nous oblige donc à revoir sous un éclairage nouveau comment s'est opéré ce passage de témoin à la fois intercivilisationnel et intercontinental.

En Quête d'une Définition

Un survol rapide de la bibliographie suffit pour conclure qu'il n'y a actuellement aucune définition de l'alfenim qui fasse l'unanimité. Comme on l'a vu auparavant, les secrets de sa fabrication sont tombés définitivement dans l'oubli là où tout est supposé avoir commencé. Ainsi tenter d'expliquer de quoi seraient faites exactement les effigies offertes à Léon X revient généralement à les assimiler aux sculptures comestibles, à échelle réduite, que l'on trouve encore de nos jours d'une part et d'autre de l'Atlantique. En effet, même s'il n'y a pas de consensus quant à la liste des

¹⁵ SILVA, 2020, «La "fabrique" du jardin de l'Atlantique [...]», p. 56. VIEIRA, 2004, «The Sugar Economy of Madeira [...]», p. 48.

ingrédients mis en œuvre et à la façon de les préparer, que le pénide sert à modeler des figurines n'a jamais été remis en cause. Auparavant, la question ne se posait même pas. Évoquer l'histoire des cardinaux en alfenim sans prendre la peine d'expliquer exactement de quoi il s'agissait était la norme depuis Gaspar Frutuoso. C'est le cas de Luciana Stegagno Picchio qui reconsidère l'existence même de l'ambassade madérienne dans une communication présentée à Funchal en 1990, pourtant intitulée «O sacro colégio de alfenim». Cette auteure a été la première à établir des relations entre ce cas d'étude et des traditions similaires dans d'autres régions du monde. Elle évoque notamment les «pupi de zucchero» que les enfants de Sicile offrent aux morts le 2 novembre¹⁶. Ce n'est que deux ans plus tard qu'une première définition de l'alfenim voie le jour sous la plume de David Ferreira Gouveia¹⁷, adoptant cette fois-ci comme référentiel les statuettes brésiliennes du même nom. Ainsi, selon cet auteur madérien, elles seraient faites d'un mélange de blanc d'œuf et de sucre battus chauffé jusqu'au «ponto de rebuçado» 18, formant une pâte sèche et très blanche, servant à décorer des doces, terme qui désigne en portugais les préparations sucrées d'une façon très générique¹⁹. David Ferreira Gouveia affirme également que ce type de douceurs, teintées ou non avec des colorants, peut tout aussi bien être cuit au four, en recourant à un moule²⁰ de différentes formes (fleurs, animaux, chaussures, etc.). Il nous apprend par ailleurs que, de nos jours, les Brésiliens préparent aussi l'alfenim à partir d'un mélange d'eau, de sucre, de coco en poudre, de beurre et de noix moulue.

PICCHIO, 1990, «O sacro colégio de alfenim [...]», p. 188. Cette auteure décrit les «pupi de zucherro» comme étant des objets en sucre et en alfenim colorés – sans toutefois préciser la différence entre les deux – représentant des fruits, des fleurs, des œufs, des animaux, des édifices et des personnages. Sur l'autre rive de la Méditerranée, plus précisément à Nabeul et à Dar Chaabâne el Fehri en Tunisie, il existe également la coutume de donner aux enfants des poupées en sucre à l'occasion du Nouvel An de l'Hégire. Les avis se partagent quant à l'origine de cette tradition: sicilienne, musulmane ou judaïque. Ce genre de pratiques est signalé par Sonia Mlayah Hamzaoni dans d'autres pays du monde arabe, notamment en Égypte et en Syrie. HAMZAOUI, 2016, Faites en sucre.

¹⁷ GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 45, entrée «Alfenim».

Le point dit «ponto de rebuçado» est atteint quand une cuillère de sirop versée dans de l'eau froide forme une boule. «Ponto de rebuçado – quando ao deitar na água fria, uma colher de calda, faz bola». CARDOSO, 1999, Segredos da cozinha da Madeira e de Porto Santo, p. 130.

¹⁹ Ce que l'on appelle les douceurs en français. Le vocable «doce» était déjà employé dans ce sens plus générique («Todo o alimēto doce...») au début du XVIII^e siècle. BLUTEAU, 1713, *Vocabulario Portuguez & Latino*, p. 276 (entrée «DOCE»). De nos jours, ce mot désigne également toute sorte de conserves de fruits à base de sucre, quand il est utilisé dans un sens plus restreint. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001, *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* [...], vol. 1, p. 1297 (entrée «doce»).

²⁰ Les poupées en sucre tunisiennes sont également faites au moule. HAMZAOUI, 2016, *Faites en sucre*, p. 192.

En 1996, Alberto Vieira avait choisi d'ignorer l'explication de son compatriote, retenant à peine la finalité figurative de l'alfenim. Les ingrédients mis en œuvre seraient selon lui simplement de l'eau et du sucre élevé au point, sans cependant préciser lequel²¹. En 2015, cet historien corrigera le tir. Omettant totalement sa définition antérieure, il s'en remet dorénavant à celles proposées par deux chercheurs brésiliens, Luís Câmara Cascudo²² et Marcos Nunes Costa²³. Ce dernier affirme qu'on prépare l'alfenim avec du miel de canne bien épais, qui blanchit au fur à mesure qu'on l'étire²⁴. Le premier, auteur d'un dictionnaire ethnologique très connu outre-Atlantique, associe ce mot à une pâte sèche et très blanche, non pas faite de miel de canne, mais de sucre, pouvant adopter différentes formes (fleurs, animaux, chaussures, pipes, poissons, etc.)²⁵. Il explique donc ce qu'est le pénide non pas en fonction de la façon de le préparer comme le fait Marcos Nunes Costa, mais de la possibilité de le modeler pour obtenir différentes représentations. Ce qui va à l'encontre de la définition proposée par David Ferreira Gouveia auparavant. Rappelons que, pour cet auteur, l'ingrédient de base est le sucre et non le miel de canne. Comme chacun sait, c'est le nom que l'on donne au jus extrait de la canne à sucre, mais aussi au liquide visqueux purgé pendant le processus de cristallisation²⁶. La confusion s'installe définitivement, quand quelques pages plus loin²⁷, Alberto Vieira remémore un voyage aux Açores, où il a eu l'occasion de voir en personne une confiseuse préparer l'alfenim. Cet historien témoigne qu'elle aurait utilisé non pas du miel, mais du sucre de canne, admettant cependant que celui de betterave convient également, l'un ou l'autre étant délayé dans de l'eau et un peu de vinaigre²⁸. Quand la pâte ainsi obtenue devint jaune perle, l'artisane l'étira jusqu'à ce qu'elle devienne blanche. C'est alors qu'elle lui aurait donné sa forme finale. Durant son séjour dans l'archipel, le savant madérien avait également

²¹ «ALFENIM: doce seco feito com açúcar e água, levado ao ponto, com que se fabrica figuras diversas». VIEIRA, 1996, «Cinco séculos da história do açúcar na Madeira», p. 175. Cet auteur ne précise pas non plus quelle est sa source.

²² CASCUDO, 1998 [1954], *Dicionário do Folclore Brasileiro* apud VIEIRA, 2015, *Alfenim da Madeira para o mundo*, p. 11.

²³ COSTA, 2011. Dicionário de matutes. Cf. VIEIRA, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, p. 11.

²⁴ «Um dos produtos derivados da cana-de-açúcar, feito com o mel bem grosso, o qual é puxado até ficar branco». COSTA, 2011, *Dicionário de matutes* apud VIEIRA, 2015, *Alfenim da Madeira para o mundo*, p. 11.

²⁵ «Massa de açúcar seca, muito alva, vendida em forma de flores, animais, sapatos, cachimbos, peixes, etc». CASCUDO, 1998 [1954], *Dicionário do Folclore Brasileiro* apud VIEIRA, 2015, *Alfenim da Madeira para o mundo*, p. 11.

²⁶ BARCELÓ *et al.*, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», p. 185.

²⁷ VIEIRA, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, p. 19.

²⁸ Cf. AFONSO, 1966, «Mimos das ilhas [...]», p. 53.

observé que cette pâte, une fois étirée, servait habituellement à modeler des cygnes, des oursons, voire même différentes parties du corps humain. En 2016, Alberto Vieira traite à nouveau ce sujet dans un article dédié aux traditions de l'*Espírito Santo*²⁹ en Atlantique. Il revient alors sur l'idée que la coutume de faire de l'*alfenim*, encore bien vivante aux Açores et au Brésil, a pour origine Madère, ayant voyagé avec les premiers maîtres sucriers³⁰.

Pour ce qui est de l'étymologie, cet auteur s'en remet uniquement à Naidea Nunes Nunes qui a soutenu une thèse de doctorat en linguistique romanique en 2002 à l'université de Madère. Elle y explore le lexique technique du sucre en Atlantique et en Méditerranée³¹. Alberto Vieira ignore en revanche la définition qui ouvre l'entrée dédiée à l'alfenim dans le glossaire de douceurs que sa compatriote présente en annexe. À l'instar de la plupart de ses prédécesseurs, cette chercheuse associe ce terme à des statuettes faites de sucre. Elle précise qu'on les fabrique avec celui de meilleure qualité, raffiné ou obtenu à travers une deuxième cuisson, ce qui exclut

²⁹ Il s'agit d'une fête religieuse qui a lieu à la Pentecôte, très populaire au début du XX^e siècle à Madère. On la célèbre également aux Acores et au Brésil. Après la messe, on dressait une table richement ornementée (império), étant réservée à 12 pauvres qui recevaient, en plus d'un festin (bodo dos pobres), des vêtements neufs et des aliments à emporter. Les habitants de la paroisse avaient contribué avec des donations en nature recueillies à travers de collectes porte à porte par les organisateurs de la cérémonie au long des sept dimanches qui avaient précédé la fête. Les denrées les plus chères n'étaient pas consommées par les pauvres durant le bodo, étant mises en loterie. Cf. SILVA et al., 1998 [1940-1946], Elucidário Madeirense, vol. 1, pp. 412-413 (entrée «Espírito Santo»). VIEIRA, 2016, As festas do divino [...], p. 13. La tradition de la mise en loterie remonte à 1776: «N.17 /.../ Ordenou que nos chamados impérios houvese / afestividade do culto divino com aquella de/vida reverencia, e submicão devida ao divi/no Espirito Santo, e que as oglaçoens, e esmóllas / que dam os devótos, ea recadaó os administra/dores, que sam tiradas, digo, que sam feitas / ao ar bitrio do Imperador, e mais offeciaes, não / possam ser deoutra qualidade mais do que / vacca, paõ, arroz, evinho ficando prohibido / outro algum genero de oblação, que secos/tuma praticar nesta Ilha, eporque sea / [...]aő feitas algumas sortes de galinhas, // De Galinhas, capoens, Frangos, Patos, dosse, / Manteiga, rama e prezuntos e outras espess/sses alhêas das que ficaó permitidas por este / capitulo, Seram reduzidas adinheiro, pon/do-se em Leilão publico as ditas oblacoens / e o seu producto poderaó applicar emes/móllas, edinheiro ouvestuario para vestir / os pobres dehum, eoutro sexo, segundo / lhe dictar a sua piedade, elhefica taô bem / prohibido todo o fausto profano, eilumi/nacão que costumáo fazer nesta festevi/dade excepto aque pertense ao culto di/vino». «Sent.ª dos Capitulos da Corr.am / do prezente anno de 1776». ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correições, n.º 168, 1768-1833, fols. 68v.-69. Il existe quelques différences entre la transcription de ce passage du livre des Correições publiée antérieurement par Manuel J. Gandra et l'original conservé à l'Arquivo Regional da Madeira. GANDRA, 2017, O império divino na Amazónia, p. 93. À ce propos, voir aussi: «Breve e verdadeira construção dos princípios e progressos do Governo que Jose Antonio de Sa Pereira fez na ilha da Madeira. s. d. (1777?)», dans ALMEIDA, 1907, Archivo de Marinha e Ultramar [...], p. 311 (n.º 4846). Aux Açores, la coutume de mettre en loterie des douceurs, et notamment l'alfenim à l'occasion des fêtes du Espírito Santo est signalée dans les années 1960. Cf. AFONSO, 1966, «Mimos das ilhas [...]», p. 57.

³⁰ VIEIRA, 2016, *As festas do divino* [...], p. 22.

³¹ NUNES, 2002, O acúcar de cana na ilha da Madeira [...].

donc le sucre brun et le miel de canne³². Elle défend également que l'huile d'amande douce³³, qui n'avait été mentionnée par aucun des auteurs précédents³⁴, entre dans sa composition³⁵. Cet ingrédient distingue, toujours selon elle, l'*alfenim* de l'*alcorça*, qui depuis la Renaissance, désigne également des figurines en sucre; et ce, aussi bien en espagnol qu'en portugais, admettant cependant que ces deux préparations seraient assez proches³⁶. Elle exclut en revanche les pâtes blanches à base de miel de canne et de sucre brun³⁷, qu'elle range dans la catégorie des «alféolas/alféloas»³⁸ et non pas des «alfenins» comme le propose Luís Câmara Cascudo. Naidea Nunes Nunes défend

Dans un article publié en 2016, cette chercheuse décrit une variété brésilienne d'alfenim faite avec du miel de canne raffiné. NUNES, 2016, «A cultura açucareira e a alimentação [...]», p. 246. Elle aborde à nouveau ce sujet dans une autre étude qu'elle publie en 2017, précisant que la douceur en question est d'une couleur jaunâtre, étant également appelée «puxa-puxa», «rapadura puxa puxa» ou «rapadura mole». C'est probablement ce qui l'amène à proposer une nouvelle définition de l'alfenim, comme étant une pâte en sucre faite de jus de canne concentré et étiré, d'une façon plus générale que la précédente. NUNES, 2017, «A translocalidade da cultura açucareira [...]», pp. 10-11.

La définition du vocable «alfenim» adoptée par Naidea Nunes Nunes em 2003 est inspirée de l'entrée qui lui est dédiée dans le dictionnaire de Figueiredo Cândido: «... massa branca de açúcar e óleo de amêndoas doces». Cf. FIGUEIREDO, 1899, Nôvo diccionário da língua portuguesa, p. 55 (entrée «Alfenim»). Elle cite également le dictionnaire de J.-P. Machado alors que cet auteur fait pourtant clairement la distinction entre les définitions – gâteau fait d'amandes – et – pâte sucrée – qu'il attribue à ce vocable. «Alfenide¹, alfenim, s. Do ár. Al-fānīd. «espécie de bolo feito com amêndoas; massa açucarada». MACHADO, 1977 [1952], Dicionário etimológico da língua portuguesa, vol. 1, p. 192 (entrée «Alfenide¹, alfenim»).

³⁴ À ma connaissance, seul João José Abreu Sousa avait mentionné l'huile d'amande comme ingrédient de *l'alfenim* auparavant: «O feitio de alfenim, ou seja um produto de açúcar com óleo de amêndoa semelhante a "suspiros"...». SOUSA, 1984, «A indústria de conservas na Madeira – séculos XV-XIX», p. 7 (note 19). Cette définition est fondée sur une interprétation erronée d'un document du milieu du XVIe siècle conservé à l'Arquivo National da Torre do Tombo (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I.ª, maço 85, doc. 43), qui dit le suivant: «De rosas secas para a fruta, 500 reis. / Um arratel de algodão para se encaixar o alfenim para se não quebrar, 80 reis. / Vinte e quatro alqueires de amendoas para esta fruta a cem reis o alqueire, 2400 reis.». Transcription: FERREIRA, 1959, *O arquipélago da Madeira* [...], p. 377. En effet les amandes dont il est ici question se rapportent non pas à l'alfenim mentionné à la ligne antérieure, mais aux fruits évoqués immédiatement avant («fruta»). Dans ses écrits postérieurs au sujet de l'alfenim, Naidea Nunes Nunes ne fait plus mention à l'huile d'amande. Cf. supra.

³⁵ «DEF.: Massa de açúcar branco refinado com óleo de amêndoas doces, usado para fazer figuras de açúcar». NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], pp. 159, 588. NUNES, 2004, «A tradição açucareira dos doces [...]», p. 224. NUNES, 2006, «A terminologia ibero-americana [...]», p. 236. C'est cette définition de l'*alfenim* qui m'avait amené précédemment à formuler l'hypothèse que l'introduction de l'amande à Madère était en rapport avec la production d'*alfenim*. Cf. SILVA, 2020, «La fabrique du jardin de l'Atlantique [...]», p. 63. Naidea Nunes Nunes mentionne les définitions de l'*alfenim* proposées par David Ferreira Gouveia en 1992 et Alberto Vieira en 1996, sans toutefois les discuter. Cf. infra.

³⁶ NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], pp. 587-588.

³⁷ Naidea Nunes Nunes reviendra plus tard sur ce classement (cf. supra).

³⁸ «ALFÉLOA ou ALFÉOLA, s. f. DEF: Massa de melaço ou mel em ponto forte com que se fabricam confeitos». NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 587. Contrairement à cette chercheuse, David Ferreira de Gouveia (1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 45) considère pour sa part que l'*alféola* peut se faire aussi bien avec du miel de canne que du sucre: «Pasta de mel ou açúcar em ponto grosso que ao esfriar é manipulado e embranquece. Espécie de caramelo». Par la suite, j'emploie toujours la variante «alféola» pour désigner ce type de douceurs.

par ailleurs que ces trois types de douceurs étaient déjà connues des confiseurs musulmans, comme l'atteste l'étymologie arabe des vocables qui les désignent en portugais et en espagnol. Sa démarche va donc dans le sens inverse des aiguilles quand on la compare à celle adoptée par les auteurs cités précédemment, centrée sur les comptes rendus ethnologiques au sujet de cette tradition. Cette linguiste est par ailleurs la première à observer que l'alfenim avait naguère non seulement un usage alimentaire, mais également médicinal³⁹.

Du Fanîd au Penidios

Que le sucre est un legs de la civilisation islamique qui a d'abord été l'apanage des apothicaires avant de se convertir en un plaisir gourmand sont deux faits aujourd'hui suffisamment connus pour qu'on ne s'y attarde plus⁴⁰. Tout au long du Moyen-âge, le mot «fanîd» a été mentionné par les sources en langue arabe dans deux sens différents, bien qu'assez proches. Il désigne en premier lieu un sucre pur, obtenu à partir de trois cuissons successives à usage strictement médicinal⁴¹. On emploie également ce vocable, tout au long de cette période, pour nommer une pâte blanche, elle aussi utilisée à des fins pharmacologiques, obtenue à partir d'un sirop. C'est cette deuxième signification qui a prévalu dans le monde chrétien jusqu'à la fin de la période moderne. Les apothicaires musulmans classaient déjà cette douceur dans la catégorie des remèdes simples. Elle entrait alors dans la composition de différentes sortes de préparations plus complexes, entre lesquels les médicaments que les textes latins appelleront par la suite *electarium* ou bien encore *antidotum*⁴².

C'est en al-Andalus que la technique permettant de préparer ce deuxième type de *fanîd* a été décrite pour la première fois avec assez de détail pour qu'on puisse la mettre en pratique. Bien qu'il existe des références antérieures à son sujet, nous devons au cordouan Abulcasis, de son vrai nom Abu-l-Quasim al-Zahrawi

³⁹ NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 159.

Voir à ce sujet: BRABANT et al., 1997, «Le sucre et le doux dans l'alimentation d'al-Andalus», p. 57. PLOUVIER, 1994, «L'électuaire, un médicament plusieurs fois millénaire», p. 13. PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», pp. 199-216. LABARTA et al., 1994, «Azúcar y medicina en el mundo islámico». OUERFELLI, 2013, «Les usages du sucre [...]», p. 250.

⁴¹ OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], pp. 314-315.

⁴² PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 207.

(mort en 1009 ou 1031⁴³) d'avoir expliqué la démarche à suivre dans le livre XXVIII du Kitâb al-taṣrîf li-man 'agiza 'an at-ta'lif dédié aux médecines simples. C'est aussi dans cette région du midi espagnol qu'a eu lieu, cent ans plus tard, le passage de témoin dans le domaine pharmacologique. C'est alors qu'un collectif international de savants, parrainé par l'archevêque Raymond d'Agen, a traduit en latin un grand nombre d'ouvrages scientifiques en langue arabe conservés dans les bibliothèques de Tolède⁴⁴. Un siècle auparavant, cette ville avait vu naître le médecin Ibn Wáfid, qui est probablement le premier en péninsule ibérique à prescrire le fanîd pour apaiser la toux et traiter la voix enraillée⁴⁵. Tout cela peut aider à comprendre pourquoi c'est en Espagne que l'on trouve la plus ancienne référence à cette douceur en dehors du domaine médical. Le vocable «alfenjque» apparaît déjà dans le Libro de Buen Amor, daté de 1330/1343⁴⁶, donc plus d'un siècle avant d'être documenté sous la forme alfenim dans le pays voisin⁴⁷. Ce mot est employé dans un passage du codex qui énumère toute une série de médicaments simples et composés, et notamment le diagargante⁴⁸ dont nous aurons l'occasion de reparler plus loin. Dans le tournant du siècle, les Andalous étaient déjà assez nombreux à connaître le nom de ces deux remèdes, bien comme leur finalité, étant cependant hors de portée de la plupart d'entre eux⁴⁹. C'est à la fin du XIII^e siècle que le livre XXVIII du traité d'Abulcasis est disséminé en toute l'Europe, à travers une traduction en latin que l'on doit à Abraham de Tortosa et Simon de Gênes⁵⁰, étant connue depuis en Occident sous l'appellation

⁴³ LECLERC, 1876, *Histoire de la médecine arabe* [...], tome I, pp. 437-439. OUBAHLI, 2012, *La main et le pétrin* [...], p. 49.

⁴⁴ LECLERC, 1876, *Histoire de la médecine arabe* [...], tome 2, pp. 366-369.

⁴⁵ Ce médecin recommande également de l'adragrant («dregagant») pour traiter ce genre de problèmes. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], pp. 25-26.

⁴⁶ PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 9. Cf. MAÍLLO SALGADO, 1998 [1983], *Los arabismos del castellano* [...], p. 97 (entrée «ALFEÑIQUE, ALFENIQUE»).

⁴⁷ En Espagne, la variante «alfenim» est documentée dans le 2^e quart du XIV^e siècle, ayant été substituée par la suite par «alfenique/alfeñique». SOLDEVILA, 1995, *Pere el Gran: Primera Part, L'infant*, p. 220 et note 117.

⁴⁸ «[1335] Comjnada, alixandria, conel buen diag.irgante / el diacitron abatys, con el fino gengibrante,/ a mjel rrofado, diacimjnjo, diantiofo va delante, / e la rrofera nouela que deujera detfjr ante. [1336] adraguea ealfenjque conel eftomatricon...». RUIZ, 1901, *Libro de Buen Amor* [...], p. 243 (§1335-1336).

⁴⁹ PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 44.

⁵⁰ AAVV, 1847, *Histoire littéraire de la France. Tome XXI* [...], p. 244. Il était coutume à l'époque qu'un juif ou un musulman prenne en charge la traduction de l'arabe en langue vulgaire, la version latine étant élaborée dans un second temps par un lettré chrétien. Dans ce cas particulier, si l'on en croit Lucien Leclerc, c'est probablement une version hébraïque et non arabe de cet ouvrage qui a servi de base à la traduction latine. Cf. LECLERC, 1876, *Histoire de la médecine arabe* [...], tome 1, p. 451; tome 2, p. 471.

«Liber servitoris»⁵¹. Le fanîd allait maintenant renaitre sous le signe de la croix, une fois baptisé penidios⁵². C'est également par le biais de l'école de Salerne que les écrits des savants maghrébo-andalous ont été diffusés dans le monde chrétien à partir du XII^e siècle⁵³. En ce qui concerne la pharmacie, le transfert se doit en grande mesure à la compilation d'un vaste corpus de recettes dans un recueil intitulé Antidotarium magnum⁵⁴. Si l'on en croit Liliane Plouvier, le pénide apparaît déjà mélangé à du miel d'abeilles dans plusieurs entrées de cet ouvrage dédiées à des préparations que les apothicaires arabes appelaient la'uqat, ma'agin et gawarisnat⁵⁵. Un membre de l'école salernitaine, Matthaeus Platearius, expliquera à son tour les secrets de sa préparation dans le traité intitulé *Liber de simplici medicina* ou *Circa instans*⁵⁶, traduit en français dès le XIII^e siècle⁵⁷. Mais contrairement à Abulcasis qui recommandait le fanîd uniquement pour soigner les cordes vocales⁵⁸, le médecin italien attribue plusieurs vertus à ce remède. Selon lui, cette pâte serait particulièrement indiquée pour la toux sèche, devant être préalablement délayée dans une infusion d'orge ou mélangée à de la nourriture. Dilué dans de l'eau d'adragant⁵⁹, le pénide apaisait également les lèvres gercées⁶⁰. On pouvait aussi l'utiliser sous la forme d'un médicament composé,

⁵¹ RICORDEL, 1998, «Les sciences médicales [...]», p. 35. ANJUM, 2013, «Al-Zahrawi: A Prominent [...]», p. 53.

⁵² Si l'on en croit Henri Lammens, ce vocable aurait été inventé par les apothicaires chrétiens pour traduire l'arabe «fânîd», qui dérive à son tour du persan «pânîd». Le pluriel «penidia» a donné lieu par la suite à «pénides» et «épenides» en français et plus tard «pénide» au singulier, ainsi qu'à la variante «alphénic/alphœnix», qui correspond à «alfenique» en espagnol et «alfenim» en portugais. L'étymologie latine attribuée dans le passé à ce terme (dérivé de «poena») n'a pas de fondement. En français, on désigne également parfois le pénide de sucre tors, plus rarement de sucre d'orge, ou encore sucre d'orge blanc. Cf. LAMMENS, 1890, Remarques sur les mots français dérivés de l'arabe, p. 195 (entrée «Pénide»). DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. 83 (entrée «Penide»).

⁵³ RICORDEL, 1998, «Les sciences médicales [...]», p. 30.

⁵⁴ PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 206. AUSÉCACHE, 2007, «Manuscrits d'antidotaires médiévaux […]», p. 59.

⁵⁵ PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 207.

⁵⁶ J'utilise la désignation *Circa instans* pour faire référence à ce traité au long des pages qui suivent.

⁵⁷ OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], pp. 547-548.

⁵⁸ OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], p. 547.

L'adragant (dragagant en français archaïque, diagargante en portugais; adraganto, diadragant, diagargante, diagragante, diagragante en espagnol) est un arbuste originaire la Perse et de l'Asie Mineure, d'où on extrait une gomme du même nom à usage pharmacologique. GUAL CAMARENA, 2014, Vocabulario del comercio medieval, entrée «diadragant». Cf. NUNES, 2003, Palavras doces [...], p. 607 (entrée «DIAGARGANTE»). DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. 57 (entrées «diadragant», «diagragant»).

^{60 «899} Contra seche tous et contra le degastement del cors. Donez [penides] avec eve d'orge, et donez par soi ou en viandes. L'en en fait un laituaire, qui a non diapenidion, qui vaut molt contra fevre aguë et contra la fevre d'aposteme qui vient d'entor le cuer. 900. Contra les creveurs des levres. Prenez penides et metez en l'eve de dragagant, et oigniez par desus ou une plume». DORVEAUX, 1913, Le livre des simples médecines [...], p. 155.

le «diapenidion»⁶¹, qui aidait à combattre les fièvres aiguës et celles provoquées par des apostèmes. On trouve une recette de cet électuaire dans l'antidotaire de Nicolas⁶². Il s'agit d'une version abrégée de l'Antidotarium magnum, élaborée au XIII^e siècle et qu'il est coutume d'attribuer à Nicolas Praepositus, un autre membre de l'académie de Salerne. Le médicament en question serait confectionné à partir d'un grand nombre d'ingrédients entre lesquels l'amidon, la gomme arabique et, encore une fois, l'adragant⁶³. Ce sont précisément les mêmes éléments qui entrent avec le pénide dans la composition d'un remède que cet auteur appelle «diagragant»⁶⁴. Il le recommande pour les problèmes respiratoires et les maux de bouche, devant être préalablement versé dans une décoction d'orge et d'adragant⁶⁵. On trouve dans ce même ouvrage la recette d'un troisième électuaire, l'«electuarium dulcis». Ce remède, dont il sera question plus loin, contient encore une fois du pénide, de la gomme arabique de l'adragant, ainsi qu'une grande variété de végétaux secs et d'épices, étant indiqué en cas d'indigestion, mais aussi pour éviter la flatulence⁶⁶. Les trois premiers ingrédients entrent par ailleurs dans la composition d'une autre préparation du même genre appelée «Electuarium ad restaurationem humiditatis». Comme son nom l'indique, cet électuaire sert à compenser la perte d'humidité, entendue ici en tant que principe humoral⁶⁷. Un autre traité de cette période, intitulé *Antidotarium mesuae*, fait également référence à plusieurs préparations à base de pénide entre lesquelles un «looch», ce qui n'est autre que le la 'ugat des grabadins arabes⁶⁸. Cet ouvrage a été, lui aussi, probablement rédigé en Italie au XIIIe siècle⁶⁹. On ne connaît pas l'identité de son auteur, ce dernier ayant emprunté le nom latin du célèbre médecin Yuhanna Ibn

Les médicaments composés dont le nom commence par «dia», tels que diapenidium et diatragacanthum, forment un ensemble très hétéroclite de préparations. Au Moyen-âge, l'ajout de cette particule servait à établir la relation avec les médicaments, décrits par les traités grecs de pharmacologie, commençant habituellement par Ôioc qui veut dire simplement «avec». PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 207.

⁶² Au sujet de l'Antidotaire Nicolas, voir AUSÉCACHE, 2007, «Manuscrits d'antidotaires médiévaux [...]», pp. 63-66. BARBAUD, 1996, «Platearius et l'Antidotaire Nicolas», pp. 301-305.

⁶³ DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. 11 (§21 Diapenidiom).

⁶⁴ DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. 12 (§23 Diadragantum).

⁶⁵ DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. 12 (§23 Diadragantum).

⁶⁶ DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. 15 (§ 30 Electuarium ducis). Cf. OUERFELLI, 2008, Le sucre: production [...], p. 564.

⁶⁷ DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], 1896, p. 16 (§ 33 Electuarium ad restaurationem humiditatis).

⁶⁸ PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 204.

⁶⁹ PLOUVIER, 2006, «Le rôle d'Al-Andalus dans [...]», p. 42.

Masawayh (776-855), raison pour laquelle il est aujourd'hui connu sous l'appellation «Pseudo-Mesué»⁷⁰.

Liber servitoris, Circa instans, Antidotarium Nicolai et Antidotarium mesuae. Si j'évoque ici ces manuels pharmacologiques, c'est non seulement parce qu'ils ont disséminé le savoir-faire du fanîd dans l'ensemble du monde chrétien, mais aussi parce qu'au temps de la Renaissance, ces mêmes ouvrages étaient encore à la base de la formation de tout apothicaire digne de ce nom. Or, comme on l'a vu auparavant, les deux premiers expliquent comment préparer le pénide et les deux autres comment l'utiliser pour confectionner différentes sortes de médicaments composés. Ils sont par ailleurs souvent publiés conjointement⁷¹, comme c'est le cas de l'édition vénitienne de l'Antidotarium mesuae parue en 1589, le Liber servitoris étant annexé à la fin⁷². Le livre XXVIII du *al-tasrîf* a donné lieu à plusieurs versions latines, la première étant celle de Nicolas Jensen, imprimée à Venise en 1471⁷³. Cet ouvrage a été traduit également en espagnol par Alonso Rodriguez de Tudela en 151674. Quant au Circa instans, il est aujourd'hui consensuel que ce manuscrit a inspiré, si ce n'est servi de modèle à pratiquement tous les herbaria postérieurs, et ce, du XIIe siècle jusqu'au milieu du XVIe siècle. Si son influence décline à partir d'alors, Platearius fait encore parfois figure d'autorité dans ce domaine au siècle suivant⁷⁵. L'antidotaire Nicolas, plus concis et donc plus facile à consulter que son prédécesseur l'Antidotarium magnum, a été également l'objet de nombreuses copies plus ou moins remaniées tout au long du Moyen-âge⁷⁶. Même si son influence s'est émoussée rapidement durant la période suivante, certains remèdes qu'il décrit étaient encore en usage à la fin du XIX^e siècle⁷⁷. La longévité de l'Antidotarium mesuae est également notable. On connaît pas moins de 65 copies manuscrites jusqu'au XV^e siècle, sans compter les 14 éditions incunables, bien comme les 26 autres parues tout au long des deux siècles suivants, la dernière étant datée de 1623. Son influence a été particulièrement pérenne au Portugal, près d'un tiers des remèdes de la Pharmacopea Lusitana, parue à Lisbonne en 1704,

⁷⁰ HOOF, 2001, «Notes pour une histoire de la traduction pharmaceutique», pp. 158-175.

DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. XIII. AUSÉCACHE, 2007, «Manuscrits d'antidotaires médiévaux [...]», p. 64. La coutume de publier conjointement ces ouvrages a donné lieu par la suite à des assomptions erronées quant aux relations entre leurs auteurs respectifs. Voir à ce sujet BARBAUT, 1996, «Platearius et l'Antidotaire Nicolas».

⁷² Cf. infra.

⁷³ Cf. infra.

⁷⁴ Cf. infra. Et non pas en 1561, quoiqu'en dise Joëlle Ricordel. Cf. RICORDEL, 1998, «Les sciences médicales [...]», p. 35.

⁷⁵ GARRIDO ANES, 2009, De "simplici medicina" [...], p. 60.

⁷⁶ AUSÉCACHE, 2007, «Manuscrits d'antidotaires médiévaux [...]», p. 64.

⁷⁷ DORVEAUX, 1896, L'antidotaire Nicolas [...], p. XIV.

ayant été tirés de cet antidotaire⁷⁸. La popularité des médicaments à base de sucre, et notamment de pénide à partir d'alors, se doit en partie à sa grande diffusion en Occident⁷⁹. Ce qui, en retour, a permis d'augmenter substantiellement la durabilité des remèdes. Les apothicaires pouvaient désormais les confectionner très longtemps à l'avance, si nécessaire à grande distance du lieu où ils seraient prescrits aux patients⁸⁰.

Dès le bas Moyen-âge, cette corporation professionnelle réunissait les caractéristiques qui définissent une communauté scientifique, au sens que Thomas Kuhn attribue à concept. En effet, il s'agit d'un ensemble d'individus, qui pratiquent un savoir spécifique, ayant «une formation et une initiation professionnelle semblables» à un degré inégalé dans les autres domaines de la connaissance à cette même époque. Ainsi, on sait qu'en 1217, les apprentis apothicaires de Castille devaient travailler dans une boutique ou un hôpital durant un certain temps et faire un examen au Tribunal del Real Protomedicato avant de pouvoir s'établir à leur propre compte⁸¹. Ces professionnels ont également en commun d'avoir «assimilé la même littérature technique et en ont retiré dans l'ensemble un même enseignement». Dans toute l'Europe, le pouvoir public s'assurait qu'il n'en était pas autrement. Ainsi en 1497, le Regimento dos boticários de Lisbonne obligeait les membres de cette corporation à posséder cinq manuels, entre lesquels le Servidor, le Mesuae et l'antidotaire de Nicolas⁸². À l'instar des communautés savantes de la période postérieure, ce collectif cosmopolite, ignore les frontières politiques et linguistiques. Le latin sera la langue franche dans ce quadrant du savoir bien au-delà du XVIe siècle⁸³. Ce faisant, un remède comme le pénide pouvait être reproduit partout, recourant aux mêmes ingrédients et à la même façon de le préparer, décrits dans les ouvrages de référence qui servaient de base à la formation de ces professionnels de santé. Qu'un apothicaire l'appelle

⁷⁸ PITA et al., 2012, «A arte farmacêutica no século XVIII [...]», p. 250.

⁷⁹ PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 208.

⁸⁰ La grande durabilité des confiseries permet qu'elles voyagent sur les navires portugais qui partent à la découverte de l'Atlantique et plus tard, de l'océan Indien. GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 35.

⁸¹ BRAGA, 2001, Assistência, saúde pública e [...], p. 46.

⁸² «Jtem primeiramente Mandarom que todo buticairo tenha em sua butica Çinquo liuros .s. hũua pandeta e hũu mesue e hũu Nijcolãao E hũu serujdor de serapiam. E hũu quynto daviçena. /». AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro de posturas antigas*, doc. 243, fol. 77v. («Regimento dos buticairos»). AML-AH, 1974, *Livro das Posturas Antigas*, p. 218. L'antidotaire Nicolas est mentionné à nouveau quelques lignes plus loin quand il est question des étalons de poids que l'apothicaire doit posséder. «*E tambem teram pessos de mediçina segundo ordem de njcolãao...*», AML-AH, 1974, *Livro das Posturas Antigas*, p. 218. Cf. MENDONÇA, 2004, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel», p. 337.

⁸³ Au Portugal, l'usage du latin est toutefois interdit en ce qui touche la communication écrite entre les apothicaires et leurs clients et ce, dès 1498. ANONYME, 1820, «Índice cronológico [...]», p. 159.

penidios, alfeñique ou alfenim, la façon de faire le pénide à Rome, à Paris, à Madrid ou à Funchal serait fondamentalement la même tout au long de cette période. Voyons maintenant ce que les différentes versions du *Circa instans* et du *Liber servitoris* qui ont vu le jour entre le XIII^e et le XVI^e siècle disent au sujet de sa fabrication.

L'Archéologie du Savoir-Faire

La préparation du pénide a été décrite antérieurement par Liliane Plouvier dans un article paru dans la revue Horizons Maghrébins en 200684. Cette historienne s'est centrée sur la recette tirée de la première édition du Liber servitoris, imprimée en 1471 à Venise, qu'elle avait déjà traduit auparavant en français⁸⁵. Elle recourrait alors à la fois aux écrits d'auteurs musulmans de la période médiévale et, en même temps, à sa connaissance des techniques employées par les confiseurs dans l'actualité. Le fait est que les apothicaires chrétiens de la fin du Moyen-âge et de la Renaissance n'avaient accès ni aux textes des uns ni au legis arte des autres. J'ai choisi pour ma part de suivre une approche différente, qui consiste à reconstituer la chaîne opératoire du pénide à travers une lecture intertextuelle des ouvrages pharmacologiques, alors accessibles en Occident, traitant ce même sujet. Comme chacun sait, le travail du copiste se prête naturellement à des écarts, tantôt majeurs, tantôt mineurs comme c'est le cas ici, du texte qu'il reproduit. Il en est de même pour ce qui est du traducteur. L'intervention de l'éditeur au moment du passage du codex à l'incunable est également très loin d'être négligeable⁸⁶. En ce qui concerne la préparation du pénide, le résultat final dépendrait donc de la (ou plus rarement des) version(s) de la recette consultée(s) par l'apothicaire. L'analyse comparée va permettre d'évaluer le degré de variabilité de la chaîne opératoire tout au long de la période étudiée. Le concept de chaîne opératoire, que j'emprunte à André Leroi-Gouhran⁸⁷, est bien connu. Je l'applique ici pour rendre compte des différentes actions qui mettent en relation, opérateurs, ingrédients, gestes, instruments de cuisine, savoir-faire et transmission de connaissances, y compris par écrit.

Ce n'est que dans un deuxième temps que j'établirai le lien avec les recettes en langue arabe, l'objectif étant d'évaluer si le passage du fanîd au penidios, puis du

⁸⁴ PLOUVIER, 2006, «Le rôle d'Al-Andalus dans la transmission [...]», p. 36. Une version remaniée de ce chapitre a été publiée dans un ouvrage collectif paru en 2020. SILVA, 2020, «Du fanîd au penidios [...]».

⁸⁵ PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 202.

⁸⁶ MOULINIER-BROGI *et al.*, 2007, «La science médiévale, du codex à l'imprimé», p. 10.

⁸⁷ LEROI-GOUHRAN, 1965, Le geste et la parole [...].

penidios à l'alfenim/alfeñique a affecté substantiellement la façon de confectionner cette douceur. Comme on l'a vu auparavant, elle est décrite dans les deux grands ouvrages de référence en ce qui touche les médecines simples – le *Circa instans* et le *Liber servitoris* – objet de nombreuses copies manuscrites et éditions tout au long de la période qui nous intéresse. Mon analyse est fondée sur un échantillon de cinq versions différentes de la recette, qui une fois ordonnées chronologiquement, sont les suivantes:

recette 1 – traduction française du *Circa instans,* datée du XIII^e siècle et tirée du manuscrit 3113 de la Bibliothèque Sainte Geneviève de Paris; transcription de Paul Dorveaux⁸⁸.

recette 2 – exemplaire de la 1^{ère} édition du *Liber servitoris* (Venise, 1471), conservé à la Württembergische Landesbibliothek de Stuttgart⁸⁹.

recette 3 – traduction française du *Circa instans,* datée du XVI^e siècle et tirée du manuscrit 12322 de la Bibliothèque nationale de France⁹⁰.

recette 4 – exemplaire de la traduction espagnole du *Liber servitoris* parue à Valladolid en 1516, conservé à la Biblioteca Histórica de la Universidad Complutense de Madrid⁹¹.

recette 5 – exemplaire de l'édition conjointe du *Mesuae* et du *Liber servitoris* parue à Venise en 1589, conservé à la Biblioteca Histórica de la Universidad Complutense de Madrid⁹².

L'analyse comparée de ces cinq recettes⁹³ a permis d'établir des relations intertextuelles entre ce corpus et deux textes en langue arabe qui expliquent comment préparer le *fanîd* et le premier livre de cuisine en portugais qui contient une recette de l'*alféloa*⁹⁴, à savoir:

⁸⁸ DORVEAUX, 1913, Le livre des simples médecines [...], pp. 154-155 (n.º 898, entrée «PENIDES»).

⁸⁹ ABULCASIS, 1471, *Liber servitoris* [...], fol. 40v. (entrée «Modus faciendi penidios»). J'ai confronté l'original avec la traduction française de Liliane Plouvier, parue en 2006, tenant compte des différences relativement à la version qu'elle avait publiée auparavant. Cf. PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 202. PLOUVIER, 2006, «Le rôle d'Al-Andalus dans la transmission des connaissances de l'Orient vers l'Occident», p. 36.

⁹⁰ PLATEARIUS, 15__, Livre des simples médecines, ou Herboriste; en français, par ordre alphabétique, fol. 135.

⁹¹ ABULCASIS, 1516, *Seruidor de Albuchasis* [...], fols. ccci v.-cccij (entrée «La manera de hazer el alfenique»).

⁹² MESUE, 1589, *loannis Mesuae Damasceni Medici* [...], fol. 246v. (entrée «Modus faciendi penidios»).

⁹³ Tableau 1.

⁹⁴ Tableau 2.

recette a – la copie en arabe dite Bachir Agha du *al-ta<u>s</u>rîf li-man 'adjiza 'ani-l-ta' lîf*, conservée à la bibliothèque Süleymaniye Umumi Kütüphanesi d'Istamboul (manuscrit 502)⁹⁵.

recette b – la copie d'un livre de cuisine anonyme du XIII^e siècle, tirée du manuscrit 7009, dit Colin (début du XVII^e siècle), conservée à la Bibliothèque nationale de France⁹⁶.

recette c – le livre de cuisine de l'infante D. Maria du Portugal, daté de la fin du XV^e / début XVI^e siècle, conservé à la Bibliothèque nationale Vittorio Emanuele III de Naples (manuscrit I. E. 33)⁹⁷.

Commençons donc par les versions chrétiennes de la recette. Les deux traductions françaises du *Circa instans* sont pratiquement similaires. Il n'y a pas non plus

⁹⁵ Ce manuscrit a été publié en 1986: AL-ZAHRÂWÎ, 1986, *Al-Tasrîf li-man 'adjiza 'ani-l-ta' lîf*, 2 vols. J'utilise la traduction en français de la recette du *fanîd* élaborée à partir de cette édition (vol. 2, p. 399, *maqâla* 28), publiée par Carmen Barceló et Ana Labarta en 1988: BARCELÓ *et al.*, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», p. 188. Liliane Plouvier a choisi de l'ignorer en 2006, considérant qu'elle n'était pas fiable. Cf. PLOUVIER, 2006, «Le rôle d'Al-Andalus dans la transmission [...]», p. 45 (note 52). Comme nous le verrons par la suite, cette assomption est erronée. Ce n'est pas la traduction proposée par ces deux auteurs, mais leur interprétation de la recette qui doit être remise en cause, la chaîne opératoire qu'elle permet de reconstituer étant très proche de celle décrite par les versions chrétiennes de cet ouvrage. Plus en avant, je désigne ce codex comme étant le manuscrit d'Istamboul ou bien le manuscrit Bachir Agha.

⁹⁶ ANDALOU ANONYME, 12__ [1604], *Livre de cuisine maghrébo-andalou*. Liliane Plouvier (2006, «Le rôle d'Al-Andalus [...]», p. 38) prend également en compte ce texte quand elle traite la question du pénide dans son article paru en 2006. Les 75 premiers folios de cet ouvrage, datés de 1604, reproduisent les recettes d'un livre de cuisine maghrébo-andalouse du XIIIe siècle, que j'appelle par la suite le manuscrit de l'anonyme andalou. La description de la préparation du fanîd intègre cette première partie du codex. Les folios suivants (fols. 76-83) semblent avoir été transcrits par le même copiste. Ils se rapportent à des préparations médicinales, n'étant pas datés. Ce manuscrit a été recueilli au Maroc par G. S. Colin, étant actuellement conservé à la Bibliothèque nationale de France. J'ai consulté la traduction espagnole d'Huici Miranda (HUICI MIRANDA, 1966, Traducción española de un manuscrito anónimo del siglo XIII [...], p. 259 apud MAILLÓ SALGADO, 1998 [1983], Los arabismos del castellano, p. 98) et l'édition de Candida Martinelli (ANONYME ANDALOU, 2012, Anonymous Andalusian Cookbook, p. 196, «Preparation of Fânîd»). Cf. HUICI MIRANDA, 1957, «La cocina hispano-magribi durante la epoca almohade», pp. 137-141. OUBAHLI, 2012, La main et le pétrin [...], pp. 42-43. BRISVILLE, 2019, «Guillaumond Catherine, Cuisine et [...]». Les versions espagnoles et anglaises de la recette sont mentionnées plus loin comme étant respectivement les recettes b1 et b2. Deux traductions françaises ont été publiées récemment. LAURENT, 2016, Traité de Cuisine arabo-andalouse dit anonyme andalou, p. 193 (recette 454). GUILLAUMOND, 2017, Cuisine et diététique dans l'Occident arabe médiéval, recette n.º 485.

⁹⁷ Il s'agit d'un manuscrit, écrit à plusieurs plumes, que l'infante D. Maria de Portugal (1538-1577), petite fille du roi Manuel I, a emporté avec elle en 1565 quand elle s'est mariée avec le duc de Parme, Alexandre Farnesio. J'ai utilisé la 2^e édition de la transcription de Giacinto Manuppella parue en 1987. ANONYME, 1987 [1967], Livro de Cozinha da Infanta D. Maria [...], pp. 126-129. Une traduction française de cet ouvrage a été publiée en 2008. ANONYME, 2008, Livre de Cuisine de l'Infante Maria du Portugal. Traduction de Maria José Palla, p. 87 (recette 5.17 – Pour faire des bonbons). Par la suite je fais référence à ce codex comme étant le livre de cuisine de l'Infante D. Maria.

de différences notoires entre les éditions latines et la traduction espagnole du *Liber servitoris*. Les cinq textes sont clairement apparentés, les trois éditions chrétiennes du livre XXVIII du *al-tasrîf* et les deux copies manuscrites du *Circa instans* suivant une seule et même séquence thématique. En ce qui concerne ces deux codices, il y a cependant des chaînons manquants. Cela dit, exception faite des parties éclipsées, la structure est pratiquement identique, répétant invariablement la même progression⁹⁸:

```
module 1 – énumération des ingrédients du sirop
```

module 2 – mention au récipient utilisé pour faire le sirop

module 3 – cuisson du sirop

module 4 – mention aux ingrédients ajoutés durant la cuisson du sirop

module 5 – test du point du sucre

module 6 – graissage du marbre

module 7 – pétrissage de la pâte sur le marbre

module 8 – étirage de la pâte à froid

module 9 – étirage de la pâte à chaud

module 10 – débitage de la pâte

module 11 – séchage du produit final

module 12 – dosages conseillés pour différents types de sucre

module 13 – mention aux ingrédients nécessaires pour aromatiser la pâte

À la différence près que les deux versions abrégées attribuées à Platearius passent sous silence les modules thématiques suivants: 2, 4, 6, 7⁹⁹, 9, 11¹⁰⁰, 12 et 13. Rappelons que ces deux procédures, une plus élaborée et l'autre plus rudimentaire, ont nécessairement coexisté du XIII^e siècle jusqu'au XVI^e siècle en Occident. Descriptions d'opérations menées à bien pour obtenir l'effet désiré alternent avec d'autres qui apportent des précisions en rapport avec les ingrédients, les proportions adéquates entre ces derniers, les techniques et les ustensiles mis en œuvre durant l'exécution de la recette. Ainsi, si on omet les composants qui correspondent à toutes ces catégories hormis la première, il devient évident que la structure thématique suit invariablement l'ordre de la chaîne opératoire qu'elle décrit:

opération a – mélange des ingrédients du sirop

opération b – cuisson du sirop

⁹⁸ Tableau 3.

⁹⁹ Le pétrissage de la pâte sur le marbre est cependant évoqué par la recette 3: «Et adōe ce sucre / tout ainsi cuit mis sus vne pierre / vnie affin g⁻ il se y reffroide aucune-/ment...».

¹⁰⁰ La recette 1 précise cependant que le pénide peut être gardé [pour des usages futurs] une fois qu'il est bien sec: «L'en le puet garder .ij. anz se il est bien sechiez.».

```
opération c – test du point du sucre
opération d – graissage du marbre
opération e – pétrissage de la pâte sur le marbre
opération f – étirage de la pâte à froid
opération g – étirage de la pâte à chaud
opération h – débitage de la pâte
opération i – séchage du produit final
```

Notons cependant que les deux derniers modules (n.º 12 et 13) devraient logiquement succéder à l'énumération des ingrédients utilisés pour faire le sirop (n.º 1) au lieu d'être relégués en fin de séquence. Il semble donc que l'auteur de la formule originale du pénide, qui a donné lieu à toutes les recettes mentionnées plus haut, a essayé de colmater un oubli au dernier moment. Cette «anomalie génétique» joue en faveur de la thèse de l'origine commune. En ce qui concerne la version simplifiée véhiculée par les copies du traité de Platearius, la chaîne opératoire se voit réduite à:

```
opération a – mélange des ingrédients du sirop
opération b – cuisson du sirop
[...]
opération e – pétrissage de la pâte sur le marbre
opération f – étirage de la pâte à froid
[...]
opération h – débitage de la pâte
[...]
```

Le fait que la recette arabe tirée du manuscrit d'Istamboul suit la même progression que celles décrites par les éditions chrétiennes du *al-tas_rîf* porte à croire que la séquence de thèmes commune à tous ces ouvrages était déjà celle suivie par son créateur, quelle que ce soit sa véritable identité¹⁰¹. Notons au passage que les modules ignorés par les deux copies du *Circa instans* sont pratiquement les mêmes que ceux qui n'ont pas été contemplés par la recette de l'anonyme andalou. Il semble que la description de la préparation du *fanîd* qui intègre cet ouvrage soit elle-même une version abrégée de celle attribuée à Abulcasis. Ce faisant, les techniques décrites

¹⁰¹ Ce qui prouve également que c'est la préparation du *fanîd* dans le sens de pénide qui est décrit par le manuscrit d'Istamboul et non pas du *fanîd*, variété iranienne de sucre médicinal, dont il a été question plus haut; quoiqu'en disent Carmen Barceló et Ana Labarta. Cf. BARCELÓ *et al.*, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», pp. 183-184.

par les textes qui circulent dans le monde chrétien et musulman sont très proches. Ainsi, à ce stade du moins, il n'y a pas lieu de parler d'une appropriation, mais plutôt d'une transmission assez fidèle d'un savoir-faire d'une civilisation à l'autre.

Comme on l'a vu auparavant, les différences que l'on observe entre les versions simplifiées et intégrales de la recette ne se jouent pas au niveau du découpage thématique. Ce sont les fluctuations en ce qui concerne la forme et le fond de chaque module, conjuguées avec l'omission pure et simple de certains d'entre eux, qui affectent parfois significativement la chaîne opératoire décrite, en ce qui touche les ingrédients, les ustensiles et les techniques mis en œuvre. Ces variations ont certainement donné lieu à des différences bien visibles à l'égard du résultat final obtenu. Voyons maintenant de plus près ce qu'il en est.

Les Ingrédients du Sirop

La recette abrégée reproduite par les copistes du *Circa instans* préconise exclusivement de mélanger de l'eau avec du sucre et rien d'autre¹⁰². Celles attribuées à Abulcasis donnent pour leur part trois possibilités d'élément doux à ajouter. Les sucres blanc et en poudre dont parlent les versions chrétiennes de l'*al-tasrîf*¹⁰³ correspondent respectivement au *ţabarzad*, et au *duqâq al-sukkar* évoqués par le manuscrit d'Istamboul¹⁰⁴, étant clairement établi par l'auteur que le premier est le plus adéquat. C'est son extrême blancheur et sa texture cristalline qui le distinguent des autres. Il s'agit d'un produit haut de gamme obtenu habituellement avec une double cuisson, le suc ayant été préalablement mélangé à de la crème de lait. On sait par ailleurs que le *ṭabarzad* serait réservé à un usage pharmaceutique. Les auteurs arabes spécifient parfois qu'il est dur et solide¹⁰⁵, le meilleur étant sec et blanc¹⁰⁶. Ne connaissant probablement pas cette appellation, les traducteurs chrétiens du *al-tasrîf* parlent simplement de sucre blanc, fort, sec et propre sans spécifier de quelle

^{102 «...} l'en met le çucre en l'eve et le laisse l'en cuire à maneire de sirop...», recette 1.

^{*}puluere zu-/chari... zucharo bono forti / sicco albo et mūdo», recette 2. «poluo de açucar: ... açucar bueno fuerte/seco/blanco/ y limpio/», recette 4. «puluere zucchari... zuccharo bono forti sicco, albo», recette 5.

¹⁰⁴ «... la poudre de sucre (**duqâq al-sukkar**) et le **ţabarzad**, mais le meilleur est fait avec une «poire» de sucre **ţabarzad** sec et blanc.», recette a.

¹⁰⁵ OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], p. 314. Carmen Barcelo e Ana Labarta défendent pour leur part que le vocable *tabarzad* désigne ici une variété de sucre autre que celle faite avec du lait. Elles croient par ailleurs que ce mot sert habituellement à désigner les pains en sucre. BARCELO *et al.*, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», pp. 183-184.

^{106 «...} mais le meilleur est fait avec une «poire» de sucre **ţabarzad** sec et blanc.», recette a.

catégorie il s'agit¹⁰⁷. Toujours selon le manuscrit d'Istamboul, on peut également le mélanger à du candi humide, à raison d'une livre pour quatre de sucre blanc¹⁰⁸. Il s'agit encore une fois d'un produit à usage strictement pharmacologique, également connu sous l'appellation nabāt dans le monde arabe. Il serait fait de suc de canne ayant subi une quatrième cuisson et d'autres d'ingrédients entre lesquelles on trouve de l'huile d'amande douce¹⁰⁹. Contrairement au tabarzad, on pourrait se procurer le candi en petites quantités sur les marchés chrétiens de la Méditerranée, et notamment en Espagne où il était d'ailleurs connu sous cette même appellation à la fin du Moyen-âge¹¹⁰. Quant au sucre en poudre, ce serait le seul à la portée des plébéiens dans l'ensemble du monde musulman, étant vendu à un prix plus accessible de par sa moindre qualité¹¹¹. C'est probablement la raison pour laquelle la recette en arabe tirée du al-tasrîf¹¹² et les versions chrétiennes de ce même traité¹¹³ recommandent de le nettoyer préalablement de ses impuretés. Le miel de canne entre également dans cette classe de produits bon marché¹¹⁴. Il peut faire l'affaire¹¹⁵ du moment qu'on le mélange à du sucre blanc selon les dosages et les instructions indiquées à la fin de la recette en arabe¹¹⁶, mais aussi des versions latines et espagnole

¹⁰⁷ «zucharo bono forti / sicco albo et mūdo», recette 2. «açucar bueno fuerte/seco/blanco/ y limpio/», recette 4. «zuccharo bono forti sicco, albo», recette 5.

¹⁰⁸ «Si tu veux le faire avec du **candi**, regarde bien et s'il est mouillé, pour chaque livre de **candi** mets quatre livres de sucre blanc, sec.», recette a.

OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], p. 315. À partir du XV^e siècle, on produit du *candi* à Valence et à Madère et probablement également en Sicile. Il s'agit dans ce cas d'un sucre de haute qualité, constitué de gros cristaux, à usage médicinal. NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 306.

¹¹⁰ OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], p. 315.

¹¹¹ OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production* [...], p. 321.

¹¹² «Si tu veux faire du *fânîd* avec de la poudre de sucre, mets-y de l'eau comme j'ai déjà dit et nettoie-le de toutes impuretés ou autres choses qui se seraient mêlées au sucre.», recette a.

^{113 «}Et qui uulteos / facere ex puluere liquefaciat eam in aqua sicut / prius dixi.deinde colet ab arena et alius superfluita/tibus et coquatur et faciat sicut dictum est.», recette 2. Cette possibilité n'est pas contemplée dans la traduction française de cette recette, parce que son auteure a pris le parti d'ignorer le début et la fin. PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», p. 202. PLOUVIER, 2006, «Le rôle d'Al-Andalus dans la transmission [...]», p. 35. «... y quien quisiere hazerlo de poluoza deshagala en agua / ansi como dice antes. Despues cuelelo dela arena y delas otras / superfluydades y sea cozido y hecho como dicho es.», recette 4. «Et qui vult eos facere ex pulue-/re, liquefaciat eam in aqua sicut prius dixi, deinde co-let ab arena, & ab aliis superfluitatibus, &coquatur,& / faciat, sicut dictum est.», recette 5.

¹¹⁴ OUERFELLI, 2008, *Le sucre: production, commercialisation* [...], p. 321.

¹¹⁵ «Penidii fiunt ex melle cāne:...», recette 2. Cf. ce qui est dit plus haut à propos de la traduction française de cette recette. «El afenique se haze d miel de caña...», recette 4. «Penidij sunt ex melle canne...», recette 5.

¹¹⁶ Cf. module 12: «Si tu veux le faire avec du miel de canne, observe-le bien et si le miel est épais et fort, mets environ un peu plus d'un tiers de sucre blanc dans l'eau, en faisant comme déjà dit. Si le miel est fluide, mets-y la moitié de sucre. Tu peux mettre un tiers de miel et deux de sucre si le miel est mauvais», recette a.

tirées du *Liber servitoris*¹¹⁷. Les textes chrétiens et arabe précisent qu'à ce stade, on peut mêler du camphre et de l'eau de rose au sirop¹¹⁸. Cette possibilité est contemplée par la recette du livre de cuisine anonyme du XIII^e siècle, qui suggère par ailleurs d'y ajouter du musc¹¹⁹. Notons par ailleurs que les traductions du traité d'Abulcasis ont la particularité de préciser qu'il faut préparer des petites portions de sirop à chaque fois afin de pouvoir mener à bien les opérations suivantes¹²⁰.

Les Autres Ingrédients

Les recettes analysées mentionnent d'autres ingrédients par-delà ceux qui entrent dans la composition du sirop, décrite par le module 1. Une fois chauffé, on peut y ajouter une petite quantité de miel ou quelques gouttes d'huile, notamment celle extraite de l'amande, pour conférer à la pâte la consistance désirée¹²¹. Précisons

^{117 «...} Et qui / facit eos ex melle canne caueat ne fit nimis forte: / et si est ponat in eo de zucharo albo quantitatē. / duarum partiū eius et parū aque: colet et coquat. / et faciat secundum disciplinam supradictam. et si / mel é subtile oportet q ponat medietatem eius de / zucharo.et fūt qui ponunt ex melle duas et ex zu/charo tertiā.et coquunt et faciunt ut dixi...», recette 2. Cf. ce qui est dit plus haut à propos de la traduction française de cette recette proposée par Liliane Plouvier. «... Y quien lo / haze de miel de cañas/guardese que no sea demasiadamente fu=/erte , y si es ponga de acuçar blanco quantidad de dos partes del / y vn poco de agua y sea muy bien colado y cozido , y sea he=/cho segun la regla dicha antes. Y si la miel fuere subtil es // menester que ponga su mytad de açucar. Y ay algunos que ponē / de miel dos,y de açucar la tercia,y cuezenlo y hazen como dice /...», recette 4. «... Et qui facit eos ex melle can-/nae, caucat ne sit nimis forte,& si est, ponat in eo de zuc/charo albo, quantitatem.ii.partium eius,et parū aquae, / colet,& coquat,& faciat secundum disçiplinam supra-/dictam. Et si mel est subtile, oportet, quod ponat me-/dietatem eius de zuccha. E sunt qui ponunt ex melle / duas,& de zucch.tertiam,& coquunt,& faciunt, vc / dixi.», recette 5.

¹¹⁸ Cf. module n.º 13: «Et sunt / etiam qui faciunt penidios secūdum alias formas / diuersas ab istis.s.ponentes supra eos aquā rosatā / et parum camphore ad equandam uirtutem eorū», recette 2. Cf. ce qui est dit plus haut à propos de la traduction française de cette recette proposée par Liliane Plouvier. «... y / avn ay algunos que hazen el alfenique segun otras formas estra/ñas destas poniēdo sobre ello agua rosado/y vn poco de campho/ra para ygualar su virtud.», recette 4. «Et funt etiam, qui faciunt penidios secundum / alias formas diuersas ab istis, scilicet ponentes supra / eos, aquam ros.& parum camphorae ad aequandam vir-/tutem eoum.», recette 5. «Une variété du fânîd se prépare en y mettant de l'eau de roses et un peu de camphre pendant la cuisson, sa force est ainsi modérée.», recette a.

with it and lubricate your hands in this rose and musk water while you pull it little by little, until the musk and camphor penetrate it. It will turn out excellently.», recette b2.

^{120 «...} nō possunt bene / fieri in multa quāntitate...», recette 2. «... po:que no pueden ser bienhecbos en gran / quaatidad...», recette 4. «... quia non possunt bene fieri in multa quā/titate...», recette 5.

^{**...} et si zucharū est forte pone cum eo pro qualibet / libra eius.}.i.mellis.et distilla super ipsū de oleo / amigdolarum dulcium si habes. et si non habes / mitte loco aliud oleū..., recette 2. **... y si el açucar fuere fuerte sea puesta cō/el por cada libra de açucar vna onça de miel/y ecba sobre ello azey/te de almendras dulces si tuuieres/y sino lotuuieres põ en su lu/gar otro azeyte..., recette 4. **... & si zuccharum / est forte, pone cum eo pro qualibet lib.eius.unc.i.mel-/lis.et destilla super ipsum de oleo amygda.dul.si habes;/ & si non habes, mitte loco eius aliud oleum..., recette 5. La recette du

cependant que cette addition est facultative¹²², servant à peine à sauver un mélange qui ne garantit pas le succès des opérations subséquentes. Dit autrement, l'idéal est de ne pas avoir à faire ce type d'ajustement¹²³. Les deux recettes simplifiées ignorent cette procédure, bien comme la possibilité évoquée par les trois autres de graisser le marbre avec de l'huile d'amande, ou bien de sésame avant de l'utiliser¹²⁴. Dans ce cas, il ne s'agit pas, à proprement parler d'un ingrédient, mais plutôt d'un élément lubrifiant. En revanche tous les textes analysés font allusion à l'usage d'amidon, même si sa raison d'être et la façon de l'employer varient substantiellement. Dans les recettes tirées du *Liber servitoris*, il en est question à l'occasion de la description du débitage (module 10). On doit saupoudrer l'amidon sur le marbre, ce qui permet de découper plus facilement le pénide selon la forme désirée¹²⁵. Deux entrées antérieures de ce traité expliquent comment obtenir ce composant de trois façons différentes et

manuscrit d'Istamboul fait également mention au miel à titre d'analogie quand il s'agit d'expliquer quelle est la texture du sirop que l'on doit obtenir. «On y ajoute de l'eau fraîche jusqu'à le couvrir [le sirop] pour qu'il ramollisse et on laisse le tout ainsi jusqu'à ce que cela prenne l'aspect du miel d'abeilles.», recette a. L'once dont il est question juste après se rapporte à la quantité de sucre dans lequel on verse les gouttes d'huile d'amande et non pas à une portion de miel. «Si le sucre est dur, on en humidifie une once ou moins dans une marmite, selon la capacité de celle-ci, et on y met quelques gouttes d'huile d'amandes – s'il y en a – ou d'une autre huile quelconque.», recette a. Ce genre de dérives sémantiques montre bien que les recettes tirées du *Liber servitoris* et celle du manuscrit d'Istamboul ont une source commune.

¹²² Si l'on en croit José Pérez Vidal, le médecin andalou Ibn al Baitar, qui a vécu à la fin XIIe/XIIIe siècle, croyait au contraire qu'il fallait obligatoirement mélanger de l'huile d'amande douce et du miel au sucre pour obtenir le sirop avec lequel on prépare le *fanîd*. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 230 (note 348).

Carmen Barcelo et Ana Labarta croient pour leur part que l'huile d'amande douce ferait toujours partie des ingrédients du sirop servant à préparer le pénide. Ces deux auteurs défendent par ailleurs que la recette du manuscrit d'Istamboul décrit la préparation de la variété iranienne de sucre médicinal appelée *fanîd* et non pas du pénide, qui porte le même nom en arabe. BARCELÓ *et al.*, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», p. 184.

[&]quot;"" v... petrā marmoris postqǫ unxisti eam / oleo amigdolarum dulciū uel sisamino. ...", recette 2.
""" v... vna piedra de marmol estendiendo despues que la vntaste con / azeyte de almendras dulces o de alegria/...", recette 4. «petram marmo-/ris,postquam unxisti eam oleo amyg.dul.sesamino", recette 5.

^{125 «}et si uolueris facere formas / rotundas uel oblongas uel alias diuersas: accipe de / amillo albo et tere. .et põe sup marmore. et extēde / sr ipsū de pasta illa pēdior», recette 2. «... y si quisieres hazer formas / redondae o largas o otras toma del almidon blanco y muelelo/y ponlo sobre el marmol y estiende de aquella pasta del alfenique...», recette 4. «Et si uolueris facere formas rotundas, uel / oblongas, vel al:as diuersas, accipe de amylo albo, et te-/re, et pone super marmore, et exetende superipsum de / pasta illa penidiorum...», recette 5. La recette du manuscrit d'Istamboul fait également mention à l'amidon au moment de débiter des morceaux de pénide en forme de patte de gazelle. «Si tu veux une forme de patte de gazelle, prends de l'amidon blanc, coupe-le, mets-le sur le marbre et étends le sucre dessus.», recette a. Cf. infra.

notamment à partir de blé, de riz et d'orge¹²⁶. Pour ce qui est des deux copies du *Circa instans*, il s'agit bel et bien d'un ingrédient. Il sert à blanchir la pâte, étant versé sur elle une fois prête¹²⁷.

Les Ustensiles

Les deux recettes attribuées à Platearius ont la particularité de ne pas faire mention à tous les ustensiles mis en œuvre par les opérations qu'elles décrivent. Elles font cependant allusion à la pierre¹²⁸ où le sirop est versé, afin de pouvoir le travailler entre les mains, une fois solidifié. La recette du XIII^e siècle fait aussi référence aux ciseaux utilisés pour découper le pénide en morceaux¹²⁹. Les recettes abulcasiennes spécifient avant cela que l'on doit employer un récipient de grande ouverture pour préparer le sirop, soit en cuivre étamé, soit en terre cuite glaçurée, la première option étant la plus adéquate¹³⁰. Plus tard, il est également question de ciseaux¹³¹ pour débiter la pâte et d'un tamis¹³² utilisé pour sécher le produit final près du feu.

Le Test du Point du Sucre

Les cinq recettes chrétiennes ont en commun de décrire un test simple permettant de savoir quand il faut retirer le sirop du feu pour obtenir une pâte ayant la densité désirée. Selon la procédure que l'on a choisi de suivre, une goutte versée

¹²⁶ «Modus faciendi amillum ex frumento. // Forma faciendi amillum ex ordeo /.../ Forma faciendi amillum ex orobo...». Cf. ABULCASIS, 1471, *Liber servitoris* [...], fols. 39v.-40. «La maneira de hazer amidon de trigo // La forma de hazer elamidon dela ceuada /.../ La Forma de hazer almidon de orobo que /se dizen hieros.». Cf. ABULCASIS, 1516, *Seruidor de Albuchasis* [...], fols. ccci-ccci v. «Modus faciendi amylum ex frumento. // Forma faciendi amylum ex hordeo. /.../ Forma faciendi amylum ex orobo.». MESUE, 1589, *Ioannis Mesuae Damasceni Medici* [...], fols. 246-246v.

¹²⁷ «Tels i a qui les poudrent // [fol. 38d] de la poudre d'amidom, quant il est faiz novellement, por estre plus blancs.», recette 1. «... en sement / dessus la pouldre de amidū affin q'lles soiēt plus blanches...», recette 3.

[&]quot;«une pierre», recette 1. «sur marbre», recette 3. Les versions de la recette tirées du *Liber servitoris* précisent toujours qu'il s'agit d'une pierre en marbre. «marmore», recettes 2 et 5. «marmol», recette 4.
129 «unes forces», recette 1.

^{130 «....} et pone in uase eneo sta/gnato uel in uase terreo interius uitriatto: cuius os / sit latū. sed uas eneū é melius satis», recette 2. «... y ponlos en vn vaso de arambre estañado / o en vn va/so de tierra vidriado de dentro / cuya boca sea ancha/mas el vaso / dearambre es mejor/...», recette 4. «... & pone in uase eneo stannato; uel in uase terreo / interius uitreato, cuius os sit latum . Sed uas aeneum / est melius satis...», recette 5.

¹³¹ «forficibus», recette 2. «tiseras», recette 4. «forficibus», recette 5.

^{132 «}cribū», recette 2. «vn cribo», recette 4. «cribrū», recette 5.

sur le marbre doit fendre entre les doigts¹³³, coller ou filer entre les doigts¹³⁴, filer entre les doigts sans coller¹³⁵ ou se rompre quand elle endurcit¹³⁶. Il n'est donc pas aisé d'établir avec exactitude à quelle température le sirop doit être retiré du feu, comme le suggère Liliane Plouvier¹³⁷. Selon elle, le fait de filer entre les doigts indique que la solution sucrée a atteint le point dit «petit cassé»¹³⁸ (entre 132° et 143°). Comme la pâte ainsi obtenue ne colle presque plus, il est alors possible de former des fils durs avec. Il va sans dire qu'arrivé à ce stade, la perte de malléabilité fait qu'elle ne soit plus appropriée si on voulait l'utiliser pour sculpter des figurines, comme l'explique cette auteure. Pour cela, le sirop ne devra en aucun cas être chauffé au-delà du point dit «petit boulé»¹³⁹ (entre 112° et 116°) qui est le plus adéquat si on veut modeler la pâte¹⁴⁰. Or, le test recommandé par les deux versions plus tardives de la recette se rapporte précisément à un point du sucre qui est inapproprié pour cet usage, n'étant pas clair ce qu'il en est quant aux trois autres. Notons au passage que ce qui vient d'être dit s'applique également à la recette du manuscrit d'Istamboul¹⁴¹.

¹³³ «... que se l'en metoit une gote sus une pierre quant il sera bien cuit, que tantost le puisse l'en fendre entre .ii, doiz:...», recette 1.

^{**...} Et experire poiecta guttta ex eo super marmore:et cū/ digitis. et quando iueneris q fiant fila īter digitos / siue adherētia oportet cito auferri ab igne.», recette 2. **... Et experire proiecta gutta ex eo super mar-/more, et cum digitis. et quando inueneris, quod fiant fila inter digitos, siue adhaerentia, oportet cito auferri / ab igne...», recette 5.

¹³⁵ «... Y haz esperiencia ecbando vna gota sobze el / marmol quando hallares que se haze hilos entre los dedos sin pe/grase es mesnester luego quitarlo del fuego/...», recette 4.

¹³⁶ «et le cuit / on si lōguemēt que quāt lē en metune / goutte sur marbre elle se endurcist tel / lemēt q¹ elle ront.», recette 3.

¹³⁷ PLOUVIER, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», pp. 201-203.

¹³⁸ En portugais, le point dit petit cassé s'appelle «ponto de fio». «Ponto de fio – quando a calda forma um fio, entre o afastar rápido dos dedos polegar e indicador». CARDOSO, 1999, Segredos da cozinha da Madeira [...], p. 130. On employait déjà l'expression «ponto de fio» dans ce sens à la fin du XVIIIe / début XIXe siècle. «Ponto de fio – Ponto da calda em que esta escorre da colher em fios finos». ABECASIS, 2015, Caderno de Receitas [...], p 115. Voir aussi pp. 15, 17, 50, 59.

En portugais, le petit boulé s'appelle aujourd'hui «ponto de pérola». «Ponto de pérola – quando a calda cai da colher e faz bolas nas pontas». CARDOSO, 1999, Segredos da cozinha da Madeira [...], p. 130. Ce point du sucre est mentionné dans certaines recettes de la fin du XVIIIe / début XIXe siècle sous l'appellation «ponto de bola». «Ponta [sic Ponto] de bola – Ponto da calda em que esta forma uma bola consistente». ABECASIS, 2015, Caderno de Receitas [...], pp. 33, 72, 115.

Pour revenir au point de cuisson antérieur, il faudrait la délayer avec de l'eau et une fois à l'état liquide, reprendre le processus à zéro. DIDEROT et al., 1777, Encyclopédie ou dictionnaire raisonné [...], p. 115 / Entrée «Cuisson, en terme de confiserie».

^{141 «...} si tu vois que des fils se forment entre tes doigts et si tu remues sans que cela colle à tes doigts...».

BARCELO *et al.*, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», p. 188. Le test du point du sucre est donc ici le même que celui décrit par la traduction espagnole du *Liber servitoris*.

La Technique du Clou

Toutes les recettes chrétiennes mentionnent cette technique, qui consiste à travailler la pâte en la projetant contre un clou fixé à un mur, afin de la blanchir¹⁴². La copie arabe du *al-tasrîf* fait également allusion à ce truc éclipsé par le livre de l'anonyme andalou, mais précise qu'on peut tout aussi bien étirer le pénide entre les mains comme on fait pour les hulws, ce qu'Ambrosio Huici Miranda a traduit en espagnol par «dulce de miel encorvada» et Charles Perry par «honey sweet»¹⁴³. L'editio princeps du Liber servitoris et les suivantes traduisent erronément le vocable «hulw» dans ce passage de la recette, assimilant cette douceur à un électuaire, plus précisément l'«electuarium dulcis» dont il a été question auparavant¹⁴⁴. Il en est de même quand on recourt au clou pour étirer la pâte, comme le précisent les deux copies latines du al-tasrîf¹⁴⁵. Le fait que le pénide entre dans la composition de ce remède¹⁴⁶ bien connu des apothicaires chrétiens peut éventuellement avoir induit en erreur les traducteurs du traité d'Abulcasis, suivis par Nicolas Jenson et les autres éditeurs de cet ouvrage par la suite. Le manuscrit d'Istamboul présente la particularité de faire à nouveau référence au clou au moment de débiter la pâte en morceaux¹⁴⁷.

^{142 «...} et le merez tot chaut entre / vos mains en un clou qui soit fichiez en une paroi, tant qu'il soit touz blanc.», recette 1. «... et fige / clauū curuū ad supiora i pariete.et proiice superʒ/ eum.et trahe a clauo apponēdo super eum. et tra/hendo sicut trahūntur electuaria dulcia quousq/ dealbetur ī fine sue albedīis», recette 2. «... soit pendu a vng clou fichie / en aucune chose et la endroit soit ma-/nie et merre es, mais iusques a tant / q'il deuieigne blāc...», recette 3. «... Y pon vn clauo tuerto bazia arriba enla pa=/red/ y pon sobre el la massa / Y estirādo sea muchas vezes doblada / sobre el clauo/y tantasvezes seahecho basta que sea blanca/...», recette 4. «... et fige claaum curuum ad superiora in pariete, et pro/ijce super eum,et trahe a clauo apponendo super eum, et trahendo sicut trahuntur electaria dulcia, quousque / dealbetur in fine suae albedinis:...», recette 5.

^{143 «...} Allonge-la avec tes mains comme on étire le **hulw** ou bien plante un clou au mur, pends-la et fais-la s'étendre en la malaxant comme on étend le **hulw** de façon régulière, jusqu'à ce que tu voies que c'est devenu blanc.», recette a. Cf. recettes b1 et b2.

^{144 «...} postea trahe et extêde / iter manus sicut trahûtur electuaria dulcia:...», recette 2. «... despues traelo y efriêdelo entre las manos anfi como se traen los letuarios dulces/...», recette 4. «... postea trahe, et / extende inter manus, sicut trahuntur electaria dulcia...», recette 5.

 ^{«...} et trahe a clauo apponedo super eum. et tra/hendo sicut trahûntur electuaria dulcia...», recette 2.
 «... et trahe a clauo apponendo super eum, et trahendo sicut trahuntur electaria dulcia...», recette 5.

¹⁴⁶ Cf. ce qui est dit plus haut à ce sujet.

¹⁴⁷ «Prends-la et mets-la sur le feu pour l'amollir un peu. Puis attache-la à la partie saillante du clou et coupe-la en morceaux allongés comme un fuseau.», recette a.

Le Produit Final

Les deux versions abrégées de la recette passent sous silence la forme conférée aux morceaux une fois débités, précisant à peine qu'ils doivent être de petite taille¹⁴⁸. Les trois éditions du *Liber servitoris* mentionnent qu'il existe différentes possibilités, donnant comme exemple les formes ronde, large et oblongue/allongée¹⁴⁹. Ce faisant le répertoire formel décrit est assez basique, dépendant exclusivement de la configuration finale de la pâte une fois étirée (lanière, rouleau), de l'épaisseur et de la longueur des morceaux. Le manuscrit d'Istamboul fait allusion à peine à deux formats: le fuseau, et la patte de gazelle¹⁵⁰. L'anonyme andalou est le plus prolixe à ce sujet distinguant les biscuits (*ka'ks*), les petites rondelles (*qursas*), la *maftûna* et les poings¹⁵¹. Prenons note au passage qu'aucune de ces recettes ne fait mention à des figurines, les formes décrites étant toujours très rudimentaires¹⁵².

Au demeurant, la technique employée par les apothicaires musulmans et chrétiens pour confectionner le pénide tout au long de cette période était à peu près la même, mis à part les différences indiquées plus haut. Voyons maintenant ce qu'il en est côté cuisine.

Le Trouble de l'Alféloa

Il n'existe pas à proprement parler de recettes du pénide dans les premiers traités culinaires de l'Occident chrétien. Dans le monde musulman, on ne connaît

¹⁴⁸ «... L'en le tranche o unes forces par menues pieces...», recette 1. «... et adonc soit / couppe en petites pieces...», recette 3.

¹⁴⁹ «... et si uolueris facere formas / rotundas uel oblongas uel alias diuersas:...», recette 2. «... y si quisieres hazer formas / redondas _/ o largas _/ o otras...», recette 4. «... Et si uolueris facere formas rotundas, uel / oblongas, vel al:as diuersas...», recette 5.

¹⁵⁰ «... coupe-la en morceaux allongés comme un fuseau. Si tu veux une forme de patte de gazelle, prends de l'amidon blanc, coupe-le, mets-le sur le marbre et étends le sucre dessus.», recette a.

¹⁵¹ «Then make ka'ks [biscuits, cookies] and qursas [small rounds] and shapes similar to maftûna and fists [ma'asim] and whatever shape you want.», recette b. Les «ka'ks» avaient la forme de petits pains ronds (akras) ou d'anneaux (ma'āṣim). Cf. OUBAHLI, 2012, La main et le pétrin [...], p. 568. La signification de «ma'asim» n'est pas consensuelle. Charles Perry traduit ce vocable par poings («fists», recette b2) et Catherine Guillaumond, par poignets des enfants. Cf. GUILLAUMOND, 2017, Cuisine et diététique [...], p. 35. Le «ma'asim» que l'on prépare actuellement au Maghreb a la forme d'une cigarette. ZAOUALI, 2007, Medieval cuisine of the islamic world [...], p. 152 (entrée «148. Ma'āsim el-Bey: king's writs»).

¹⁵² Il me semble un peu forcé d'assimiler «formas» à «figures», comme le propose Liliane Plouvier (2006, «Le rôle d'Al-Andalus dans la transmission [...]», p. 36) dans le passage de la recette 2 qui dit «... et fac q'scūq: formas uolueris...». D'autant que, quelques lignes plus haut, cette auteur traduit «formas» par «formes», comme il se doit.

guère que celle du manuscrit de l'anonyme andalou, daté du XIII^e siècle, dont il a été question plus haut. Rien ne prouve cependant que cette douceur ferait déjà partie du répertoire alimentaire des musulmans ibériques. Jusqu'à la fin de la période moderne, les frontières entre la gastronomie et le savoir médical ont été très diffuses¹⁵³. Les carnets de cuisine contenaient souvent des recettes de remèdes et d'un sans nombre d'autres préparations à finalités variées; ce faisant, il s'agissait plutôt de livres de secrets que de véritables traités culinaires. En ce qui concerne l'anonyme andalou, la superposition de ces deux domaines est évidente. En effet, un des chapitres qui ouvrent le manuscrit décrit pêle-mêle les instruments qu'on utilise en cuisine et en pharmacie¹⁵⁴.

Du côté chrétien, il y a bien une recette dans un *receituário* portugais, daté du XVI^e siècle¹⁵⁵, qui inclut l'*alfenim* comme ingrédient d'une espèce de bouillie d'orge, appelée *taluina*¹⁵⁶. Or cette concoction, dont le nom dérive de l'arabe, a également une finalité médicinale. On trouve d'ailleurs une autre description de sa préparation dans le carnet suivant de ce même manuscrit, dédié aux confections pharmacologiques¹⁵⁷. Au demeurant, ce texte ne dit absolument rien quant à la façon de faire le pénide. Je vais démontrer par la suite que, dès la Renaissance, les cuisiniers au service du roi du Portugal connaissaient pourtant les secrets de sa préparation, comme on le déduit de la recette d'une autre douceur: l'*alféloa*.

L'acclimatation de la canne à sucre à Madère a non seulement enrichi la couronne portugaise, mais également amélioré la diète de la famille royale. Une part significative de la production insulaire¹⁵⁸ revenait de droit au monarque¹⁵⁹. Depuis

¹⁵³ OUBAHLI, 2012, *La main et le pétrin* [...], p. 46. SILVA, 2013, *Un ingrédient du discours*, p. 75. BRAGA, 2017, «Domingos Rodrigues [...]», p. 27.

¹⁵⁴ «Chapter: Of the Utensils that Those Charged with Cooking or Pharmacy Must Have Ready». ANONYME ANDALOU, 2012, *Anonymous Andalusian Cookbook*, p. 10.

¹⁵⁵ Une première analyse de ce manuscrit avait amené Anabela Ramos et Sara Claro à dater ce carnet du siècle suivant. RAMOS et al., 2013, Alimentar o corpo, saciar a alma [...], pp. 9, 138, 140. La même année, l'auteur d'une nouvelle transcription de ce codex a proposé une datation du XVI^e siècle, se basant sur des arguments très crédibles. BARROS, 2013, As receitas de cozinha de um frade [...], pp. 27-29.

¹⁵⁶ BARROS, 2013, *As receitas de cozinha de um frade* [...], pp. 242-243 (recette 127).

¹⁵⁷ BARROS, 2016, *Remédios vários* [...], p. 55. L'analyse du premier carnet a révélé que le prélat qui l'a compilé était un bon connaisseur des écrits de Galien et des médecins de son temps. BARROS, 2013, *As receitas de cozinha de um frade* [...], pp. 32-36.

¹⁵⁸ PEREIRA, 1991, Estudos sobre história da Madeira, pp. 115-120.

hittre d'exemple, la recette en nature de la collecte annuelle de l'impôt royal sur les conservas madériennes s'élève en moyenne à 47 arrobes et 27 arratels entre 1497 et 1499; 46 arrobes 11 ½ arratels entre 1507 et 1508, c'est à dire respectivement ±595kg et ±190kg. Ce qui est peu en comparaison avec les 100.376 arrobes et les 99.168 arrobes de sucre perçues par la couronne respectivement en 1498 et 1499. Cf. GODINHO, 1965, Os descobrimentos e a economia mundial, vol. 2, pp. 429, 433. Avant la réforme des poids de D. Manuel, l'arratel et l'arrobe employés par les épiciers et les apothicaires portugais seraient respectivement de l'ordre de 0,3885/0,4017g et 12,433/12,854kg. Après 1502, l'arrobe est égale

lors, la cour de Lisbonne s'est habituée à consommer de plus en plus de sucre sous forme de douces pitances, lors d'occasions festives et non plus exclusivement pour des raisons de santé¹⁶⁰. Rappelons cependant que la distinction que nous faisons aujourd'hui entre pharmacopée, diététique et plaisirs de la bouche était pratiquement inexistante à l'époque¹⁶¹. Il n'est donc pas toujours facile de faire la part des choses. On sait par exemple qu'en 1494-1495, le monarque portugais avait reçu 71 arrobes et 18 arratels de confeitos, 11 arrobes et 15 arratels d'amandes confites, 9 arrobes et 2 arratels de conserve de diacidrão, 5 arrobes de courge confite et seulement 29 arratels d'alfenim¹⁶². La quantité de confeitos (aprox. 900kg¹⁶³) se doit, sans aucun doute, à un usage alimentaire déjà bien ancré. Elle est énorme par comparaison aux 11,5kg164 de pénide acquis cette même année, ce qui semble suggérer une finalité exclusivement médicinale. Mais que dire des autres douceurs mentionnées plus haut? Serait-ce des remèdes prescrits par les médecins du palais royal ou de simples friandises? Il faut également prendre en considération la consommation ambigüe des sucreries en période d'abstinence, qui va se généraliser tout au long des siècles suivants. On sait que D. Manuel ler avait pour habitude d'offrir à manger des fruits verts, du sucre et des conserves de Madère à tous ceux qui se

à 14,688kg et l'arratel à 0,459kg. Cf. LOPES, 2003, «Sistemas legais de medidas de peso e capacidade [...]», pp. 146-150. Au sujet du poids de l'arrobe et de l'arratel après la réforme de D. Manuel, voir aussi: TRIGOZO, 1815, «Memoria sobre os pesos [...]», Tome 5, pp. 391-392 (note 1). BARREIROS, 1838, Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal [...]», p. 10. DOURSTHER, 1840, Dictionnaire universel des poids [...], p. 229. LEJEUNE, 1894, Monnaies, poids et mesures [...], p. 223. LISANTI, 1973, Negócios coloniais [...], p. LXXXIV.

Le fait qu'on attribuait alors des propriétés digestives au sucre peut avoir contribué au changement de statut des médicaments doux préparés par les apothicaires, servis pour cette même raison en fin de repas. Cf. HYMAN *et al.*, 1996, «Imprimer la cuisine [...]», p. 647. La consommation festive de douceurs en milieu courtisan remonte à la période islamique en péninsule ibérique. Cf. PÉREZ VIDAL, 1973, *La cultura de la caña de azúcar* [...], p. 116. Le calendrier de Cordoue, daté de 961, fait déjà état d'une gamme très variée de sirops, conserves et autres produits à base de sucre confectionnés tout au long de l'année. Cf. DOZY, 1873, *Le calendrier de Cordoue de l'année 961* [...]. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 23. Les douceurs seront par la suite très appréciées par les rois chrétiens. Leur consommation en milieu courtisan se généralise en Occident à partir de la fin du XIV^e siècle. OUERFELLI, 2018, «De la boutique de l'apothicaire [...]», pp. 163-179. On les trouve déjà à la cour de Lisbonne au temps de D. João I. Cf. COELHO, 2014, «A Mesa do rei de Avis [...]», p. 105. Les Rois Catholiques d'Espagne avaient également pour habitude d'en servir à Noël, bien comme à l'occasion de réceptions officielles. Cf. BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos (1479-1493)», pp. 83, 87, XXVI (doc. 120), XCVII (docs. 562 et 563).

¹⁶¹ PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 29. On sait, par exemple, qu'il y avait de l'*alfenim* dans le garde-manger de l'infante D. Beatriz du Portugal en 1507, ce qui ne dit rien quant à l'usage qui en serait fait. En effet, les domestiques à son service y conservaient aussi bien les aliments que les remèdes qui lui étaient destinés. Cf. BRAGA, 2007, «À mesa com Grão Vasco [...]», p. 42.

¹⁶² GODINHO, 1965, *Os descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 2, p. 433.

¹⁶³ Au sujet de la conversion en kg de l'arrobe et de l'arratel, voir note à ce sujet supra.

¹⁶⁴ GODINHO, 1965, Os descobrimentos e a Economia Mundial, vol. 2, p. 433.

joignaient à lui la veille de Noël¹⁶⁵. Ce qui, autrement, serait un jour maigre comme tous les autres devenait, de par ce fait, une véritable célébration de la gourmandise. Comme l'alféola n'est pas mentionnée dans les ouvrages pharmacologiques de l'époque, il est fort probable qu'elle fasse partie de ces mets servis lors d'occasions spéciales à ceux qui fréquentaient la demeure du monarque¹⁶⁶. On ne trouve cependant pas sa trace dans le pays voisin, à la cour des Rois Catholiques, où l'on mangeait pourtant des douceurs assez régulièrement¹⁶⁷. Serait-ce une spécialité portugaise?

Il se trouve que la chaîne opératoire de sa préparation a été décrite en détail dans le chapitre dédié aux «cousas de conservas» du carnet de recettes que la petite fille de D. Manuel Ier, D. Maria, a emporté avec elle à Bruxelles en 1565¹68. Ce codex, écrit à plusieurs plumes, est le reflet des habitudes alimentaires de la noblesse portugaise entre la fin du XVe et le début du XVIe siècle¹69. Si l'on en croit Georges Carantino, l'influence des apothicaires musulmans se fait particulièrement sentir en ce qui touche les recettes compilées dans cette partie de l'ouvrage¹70. Je défends pour ma part que l'entrée dédiée à l'alféloa, s'inspire de la technique permettant de préparer le pénide, décrite dans les traités pharmacologiques mentionnés plus haut¹71. En premier lieu, la séquence thématique adoptée tout au long du texte reproduit presque intégralement celle du Liber servitoris:

^{165 «}Nas vesperas / do Natal cõsoava publicamente / em sala cõ todo stado de portei-/ros de maça, reis darmas, trõbe-/tas, atabales, charamelas, & em / quãto cõsoaua dauão de cõsoar a /todolos senhores, fidalgos, caual-/leiros,& escudeiros q~ stanã na sa-/la,na q~l se ajūtauão naquelle dia / todolos q~ andauão na corte, por / saberem ho gosto q~ el Rei leuaua / em fazer este bãquete, q~ todo era / de fructas verdes,& daçucar, & / de cõseruas q~ lhe trazião da ilha / da madeira:depois desta cõsoada / acabada mãdaua Vasqueanes cor-/tereal [...] de consoar ás damas da Rainha,& a todolos offiçiaes del / Rei a suas casas, & depois se daua / na guarda resposta pera hos cape-/lães,cãtores, physicos, ministreis, / reposteiros, moços da estribeira, / & do monte, & hos moços da ca-/mara, que erão hos q~ trazião hos platos á consoada delRei, conso-/uão todos na guarda reposta,esta /era hūa das solennes, & mais de-/sejada festa de quãtas se na Corte / faziam per todo ho discurso do anno, na qual consoada se gasta-/ua muito:...». GÓIS, 1566, Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel [...], Parte IV, fol. 106 (Cap. LXXXIV).

¹⁶⁶ À la fin du XVII^e siècle, les douceurs continuaient à être servies exclusivement lors d'occasions spéciales à la cour de Lisbonne. ALGRANTI, 2004, «Os livros de receitas e a transmissão [...]», p. 134.

¹⁶⁷ PÉREZ VIDAL, 1973, La cultura de la caña de azúcar [...], p. 121.

¹⁶⁸ ANONYME, 1987 [1967], *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* [...], pp. 126-129. ANONYME, 2008, *Livre de Cuisine de l'Infante* [...], p. 87 (recette 5.17 «Pour faire des bonbons»). À ma connaissance, il n'existe pas de recette de l'*alféola* dans les autres ouvrages culinaires de la période moderne. Voir à ce sujet le tableau récapitulatif publié par Isabel Drumond Braga en 2015. BRAGA, 2015, *Sabores e Segredos* [...], p. 90.

¹⁶⁹ ARNAUD, 1967, «Introdução histórica», pp. XIII, XVI-XVIII.

¹⁷⁰ CARANTINO, 2008, «Regard sur le Livre de cuisine [...]», p. 17.

¹⁷¹ Maria José Palla pense pour sa part qu'il s'agit d'une recette de bonbons. Cf. ANONYME, 2008, *Livre de Cuisine de l'Infante* [...], p. 87 (recette «Pour faire des bonbons»).

```
module 1 – énumération des ingrédients du sirop
```

module 2 – mention au récipient utilisé pour faire le sirop

module 3 – cuisson du sirop

module 4 – ingrédients ajoutés durant la cuisson

module 5 – test du point du sucre

module 6 – graissage du marbre

module 7 – pétrissage de la pâte sur le marbre

module 8 – étirage de la pâte à froid

module 9 – étirage de la pâte à chaud

module 10 – débitage de la pâte

module 11 - mise en plat du produit final

Le module 11 est l'exception qui confirme la règle. Il concerne la mise en plat du produit final, l'alféola étant servie à table une fois qu'elle est prête. Ce qui montre bien qu'il s'agit d'une confection culinaire et non pas d'un médicament au sens strict du terme, à l'instar de ceux décrits par quelques recettes que l'on peut lire à la fin de ce même carnet. Exception faite de cette opération, la séquence est par ailleurs pratiquement identique à celle du pénide décrite par les différentes éditions du *Liber servitoris*:

```
opération a – mélange des ingrédients du sirop
```

opération b – cuisson du sirop

opération c – test du point du sucre

opération d – graissage du marbre

opération e – pétrissage de la pâte sur le marbre

opération f – étirage de la pâte à froid

opération g – étirage de la pâte à chaud

opération h – débitage de la pâte

Encore une fois, les différences se situent non pas au niveau de la séquence thématique, mais des actions qui constituent chaque opération. Nous allons voir maintenant en quoi elles consistent.

Les Ingrédients du Sirop

Comme il se doit, le sirop est fait à base de sucre, étant implicite qu'on l'a préalablement dilué dans de l'eau. Il a la particularité d'avoir été filtré, après avoir

été clarifié¹⁷². Une autre recette de ce manuscrit décrit ce processus qui consiste à utiliser du blanc d'œuf pour séparer les impuretés¹⁷³. Cette possibilité n'est pas considérée par les cinq recettes analysées plus haut. Ces deux actions intègrent cependant la chaîne opératoire de la préparation du pénide décrite par Jacobus Theodorus TabernaeMontanus dans son ouvrage *Neuw Kreuterbuch*, paru à Francfort en 1588¹⁷⁴.

Prenons note au passage que la faible portion de sucre préconisée va à l'encontre de la recommandation de préparer de petites quantités, énoncée par certaines recettes de pénide comme on l'a vu plus haut. Même si sa qualité n'est pas précisée, on est en droit de supposer qu'elle devrait être digne de la table de l'homme gouvernant le pays, qui domine alors le marché international de l'or blanc¹⁷⁵. Le fait que le sucre soit clarifié et filtré ne peut qu'augmenter son degré de pureté. En revanche, cette recette ne fait aucunement mention à la possibilité d'utiliser du miel de canne pour préparer le sirop, celle-ci étant pourtant considérée par les recettes tirées des différentes éditions du *Liber servitoris*.

Les Ustensiles

La recette fait mention au récipient utilisé pour faire le sirop: le *tacho*. Ce mot désignait déjà au XVI^e siècle un pot en métal (fer ou cuivre), plus rarement

^{«...} Tomaram dous arratés dacuquar / e claraficaloão e coaloão e emtão / tornaloão ao tacho e poloã no ffoguo / e no meyo dopôto lhe deitarã aguoa de / cheiro...», recette c. La traduction française a éclipsé la clarification du sirop, mentionnant à peine le filtrage: «Vous prendrez deux livres de sucre, vous en ferez un sirop et vous le filtrerez». Cf. ANONYME, 2008, Livre de Cuisine de l'Infante [...], p. 87 (Recette «Pour faire des bonbons»).

ANONYME, 1987 [1967], *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* [...], pp. 120-121 (recette LIII: «Para clarefiquar acuquar»). Le titre choisi par la traduction française («Pour préparer le sirop») ne rend pas bien compte de l'objectif de cette opération. Cf. ANONYME, 2008, *Livre de Cuisine de l'Infante* [...], pp. 84-85 (recette 5.12).

¹⁷⁴ Cet auteur précise qu'il faut utiliser du sucre de S. Tomé, ce qui suggère qu'il s'agit d'une copie tardive de la recette du pénide. En effet, l'essor de cette industrie dans ce territoire insulaire découvert après Madère, n'est pas antérieur à la fin du XVº / début du XVIº siècle. Cf. PINHEIRO, 2012, «A produção açucareira em São Tomé [...]», p. 28. MAGALHÃES, 2009, «O açúcar nas ilhas portuguesas [...]», pp. 151-175. Si l'on en croit ce qu'a écrit José Pérez Vidal à ce sujet, la séquence thématique et la chaîne opératoire établie par cet auteur sont, du reste, assez proches de celles décrites par les recettes de l'échantillon que j'ai analysé plus haut. Cf. PÉREZ VIDAL, 1981, Medicina y dulcería [...], pp. 230-231.

¹⁷⁵ À la même époque, les Rois Catholiques d'Espagne ne consomment que du sucre de première qualité. En effet, quand elle est précisée, c'est toujours de l'«azucar fino» qu'il s'agit, jamais du sucre roux ou du miel de canne. Cf. BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos (1479-1493)», p. XIX, (doc. 81 et 82), p. XXVI (doc. 120), p. LXIX (doc. 388) et p. LXXXVI (doc. 500). Cf. infra ce qui est dit à propos de cette catégorie de sucre.

en céramique, qui était habituellement utilisé pour cuire du sucre¹⁷⁶. On déduit par ailleurs d'un autre passage de l'entrée du codex dédiée à l'alféloa qu'à l'instar des apothicaires, les cuisiniers de la cour portugaise refroidissaient déjà son contenu sur du marbre, afin de pouvoir le travailler¹⁷⁷. Par contre, au lieu d'utiliser des ciseaux, le maître queux briserait la pâte, déjà durcie, directement à la main. Ce dernier, secondé par un assistant, l'aurait préalablement déposée, encore molle, sur une table couverte d'une nappe¹⁷⁸. Les morceaux seraient ensuite mis dans un plat pour être servis, comme on l'a vu auparavant.

Les Autres Ingrédients

En cours de cuisson, on doit ajouter de l'eau parfumée au sirop sans qu'il soit précisé quelle serait l'essence employée à cette fin¹⁷⁹. S'agirait-il d'eau de rose dont il est question dans les recettes de pénide tirées du *Liber servitoris* et dans celles rédigées en langue arabe? On ne le sait pas. En revanche, c'est encore une fois de l'huile d'amande qui est utilisée pour graisser le marbre où le sirop est versé, une fois atteint le point du sucre désiré. Il est dit dans cette recette portugaise qu'on peut également l'enduire d'huile de fleur¹⁸⁰.

Le Test du Point du Sucre

La recette de l'alféola décrit deux tests différents permettant d'évaluer si le point du sucre désiré a été atteint. Le premier consiste à plonger un fuseau dans de l'eau froide. On le dépose ensuite sur le sirop. S'il laisse une empreinte à sa surface quand on le retire, cela signifie qu'il est temps de passer à l'opération suivante¹⁸¹. Cette première méthode n'a pas de correspondant dans les recettes de pénide,

¹⁷⁶ «... e emtão / tornaloão ao tacho...», recette c. Cf. FERNANDES, 2012, *A loiça preta em Portugal* [...], vol. 1, p. 342. Dans le 2º quart du XXº siècle, on utilisait également un *tacho* en cuivre pour préparer le sirop servant à faire de l'*alfenim* aux Açores. Cf. RIBEIRA, 1948, «Alfenim», pp. 281-282 apud RIBEIRA, 1982, *Obras. Vol. 1: Etnografia açoriana*, p. 515.

¹⁷⁷ «huã lagia / de marmor», recette c.

^{«...} e tenhão huūa mesa posta com / huūa toalha e sejão duas pesoas a pola / na mesa e polaão de manejra q~ ffique / coalhado e dahy a pouquo quebraloão / e ētam poloão no prato.», recette c.

¹⁷⁹ «... e no meyo do põto lhe deitarã aguoa de / cheiro...», recette c.

^{*...} tenhaão huã lagia / de marmor umtada co oleo de ffrol / ou damendoas...», recette c. Le carnet de cuisine du XVIe siècle mentionné plus haut contient une recette d'huile de fleur. BARROS, 2013, As receitas de cozinha de um frade [...], pp. 344-345 (recette 217: Oleo de Flor).

^{**...} e pera saberē se / tē já o põto tomē hũu fuso e metã-/lhe o ffumdo na agoa ffrja e ētam / metã no acuquar q** esta no tacho e tor-/nemho a meter demtro na agoa e se se / despedir q** ffique da ffeiçã do fu-/so coalhado e tã coalhado q** se posa / desfazer na maão como carmelo...**, recette c.

au contraire de la seconde qui rappelle celle qui consiste à vérifier si le sirop colle aux doigts. Dans ce cas, on utilise les dents à la place, mais le principe est le même¹⁸². Il semble donc que le point du sucre de l'*alféola* soit bien identique à celui du pénide décrit par certaines recettes analysées plus haut.

Le Pétrissage de la Pâte

Une fois atteint le point du sucre désiré, la pâte doit être versée sur le marbre et pétrie juste le temps qu'elle refroidisse assez pour qu'on puisse continuer à la travailler en l'air sans se brûler, mais pas trop, sinon elle cesse d'être malléable¹⁸³. Faute de pouvoir utiliser directement les mains, il est implicite qu'on recoure alors à un ustensile approprié, probablement une cuillère ou bien un couteau¹⁸⁴.

L'Étirage de la Pâte

La description de cette opération est beaucoup plus détaillée que celles qui lui correspondent dans les recettes de pénide analysées antérieurement, sans curieusement faire référence à sa finalité qui consiste à blanchir la pâte. Il est précisé qu'il faut la manipuler très doucement et éviter de la soumettre à une pression excessive¹⁸⁵. Le mouvement, en soi, est circulaire, devant être exécuté de haut en bas avec les bras bien écartés¹⁸⁶. Il faut également se certifier que cette opération se déroule dans un endroit abrité du vent¹⁸⁷. Si la pâte refroidit prématurément, on devra continuer à la travailler près du feu pour la ramollir¹⁸⁸. Il y a donc une alternance entre étirage à froid et à chaud pour maintenir le point du sucre constant, comme expliqué par les différentes éditions du *Liber servitoris* en ce qui concerne le pénide.

¹⁸² «... e se / nã tomar hē esta mostra poūena / nos demtes e nã pegar he ffeito...», recette c.

^{183 «...} e / como asy estjver tenhão huã lagia / de marmor umtada co oleo de ffrol / ou damemdoas e deitemlhe o acuquar / muyto depresa e amtes qo se coalhe / amlhe de dar duas ou tres voltas / ate que o posão tomar nas maãos...», recette c.

¹⁸⁴ Aux Açores, les femmes qui préparaient le pénide dans le 2^e quart du XX^e siècle utilisaient un couteau pour effectuer cette opération. «... e com a ponta de uma faca vão-se virando os bordos da massa para o centro, isto só enquanto não se pode pegar na massa com as mãos...». Cf. RIBEIRA, 1948, «Alfenim», pp. 281-282 apud RIBEIRA, 1982, *Obras. Vol. 1: Etnografia açoriana*, p. 515.

¹⁸⁵ «e / nas maãos ho ham de trazer mujto leue», recette c.

¹⁸⁶ «... e am dabrjr os bracos mujto e quamdo / derē as voltas nã sejão mujto aper-/tadas corão cõ a maão de cima pera baixo...», recette c.

¹⁸⁷ «... e guardemse do vemto...», recette c.

 $^{^{188}}$ «... e ãtes / q^{\sim} se acabē Se se coalhar chequeno / juto ao ffoquo e amdē sempre com / ele», recette c.

Notons par ailleurs qu'il n'est pas ici question de la technique du clou. C'est là une des principales différences entre la chaîne opératoire de l'alféola et celle du pénide décrite par les traités chrétiens de pharmacologie. Rappelons cependant que le manuscrit d'Istamboul donne la possibilité d'étirer la pâte exclusivement entre les mains et que le livre de cuisine de l'anonyme andalou ne fait pas non plus mention à la deuxième méthode¹⁸⁹.

Le Produit Final

Arrivé à ce point, il n'y aurait pas de différences notoires entre la préparation de l'alféola et celle du pénide tel comme elle est expliquée dans les traductions françaises du Circa instans. Dans les deux cas, on aurait utilisé du sucre pour préparer le sirop. Quant à la première de ces douceurs, la pâte aurait été exclusivement étirée entre les mains, le point de cuisson pouvant par ailleurs éventuellement être un peu différent. La senteur et le goût ne seraient pas non plus les mêmes en conséquence de l'ajout de l'eau parfumée. Visuellement, le produit final se distinguerait par ailleurs assez facilement. Comme nous l'avons vu auparavant, le pénide serait découpé aux ciseaux. Il est vrai que la traduction française du Circa Instans datée du XVIe siècle n'indique aucun instrument permettant de le débiter, mais il est dit clairement qu'il doit être coupé¹⁹⁰. En revanche, en ce qui concerne l'alféola, les morceaux sont brisés à la main. Nous avons vu auparavant que la pâte a été préalablement déposée, encore un peu molle, sur une table couverte d'un linge. Comme on venait de l'étirer, on suppose qu'elle aurait alors la forme d'une lanière (ou d'une couronne?). Notons qu'il serait difficile, une fois l'alféola endurcie, de garantir que les morceaux obtenus de la sorte aient toujours la même taille et le même format. De ce point de vue, le résultat final serait beaucoup plus homogène, quand le débitage serait exécuté avec la pâte encore chaude, découpant les pièces aux ciseaux comme décrit par la plupart des recettes chrétiennes.

Ainsi, bien qu'il existe quelques différences, la façon comme les cuisiniers de la cour de Lisbonne préparaient l'alféola à la fin du XV^e / début du XVI^e siècle rappelle les techniques mises en œuvre par les apothicaires pour confectionner le pénide à la même époque. Ce vocable n'est pourtant jamais employé dans les traités pharmacologiques qui faisaient alors autorité. Fernão Lopes est le premier à

¹⁸⁹ Tableau 2.

¹⁹⁰ «... soit / couppe en petites pueces...», recette 3.

l'évoquer dans un passage de la chronique de D. João I, où il est guestion du siège de Lisbonne en 1384¹⁹¹. Cet auteur affirme qu'ayant épuisé toutes les réserves de froment, une partie des habitants de la ville se nourrissaient d'alféloa. Ce qui est peu crédible étant donné la rareté et le prix élevé du sucre durant tout le Moyen--âge¹⁹². Qui plus est, dans ce même passage, il est dit que les assiégés creusaient le sol sur les marchés où l'on vendait habituellement du blé dans l'espoir d'y retrouver quelques grains pour soulager leur faim. Ils faisaient également du pain avec des noyaux d'olives et des fromages avec des feuilles de mauve. Ils mangeaient aussi des racines et des herbes sauvages¹⁹³. Il semble donc que ce mot soit ici employé dans un sens différent, désignant une nourriture de substitution et non pas une douceur digne d'un roi. Dans la chronique de D. Fernando, Fernão Lopes fait encore une fois allusion à l'alféola qui, à l'instar des poix chiches et de la moutarde coûterait à peine une mealha¹⁹⁴, la monnaie de plus faible valeur en circulation à l'époque¹⁹⁵. Ce mot désignerait-il alors une variété comestible de grain? C'est fort probable. Au milieu du XV^e siècle, les *Ordenações afonsinas*, qui compilent les lois en vigueur au temps d'Alfonso V, font encore une fois référence à l'«alfelloa» dans le chapitre dédié à l'interdiction de jouer aux dés¹⁹⁶. Les vivres qui servent habituellement de

¹⁹¹ «E taes haviam, que se mantinham em alfeloas». Cf. LOPES, 1897, Chronica de El-Rei D. João I, vol. III, p. 53 (I.ª parte, cap. 148). LOPES, 15__, Primera parte da cronica del Rey Dom João o primero desse nome, fol. 118.

¹⁹² PÉREZ VIDAL, 1973, La cultura de la caña de azúcar [...], p. 115. PÉREZ VIDAL, 1981, Medicina y dulcería [...], p. 46. Il en serait de même en territoire occupé par les musulmans. Cf. BRABANT et al., 1997, «Le sucre et le doux [...]», p. 66.

¹⁹³ «Na cidade não havia trigo pera vender, e se o havia era mui pouco, e tão caro que as pobres gentes não podiam chegar a elle, [...], e começaram a comer pão de bagaço de azeitona, e dos queijos das malvas e raizes d'hervas, e outras desacostumadas cousas pouco amigas da natureza. [...]. No logar onde costumavam a vender o trigo, andavam homens e moços esgravatando a terra, e se achavam algum grão de trigo metiam-n'o na boca, sem tendo outro mantimento». Cf. LOPES, 1897, Chronica de El-Rei D. João I, p. 53. LOPES, 15(...), Primera parte da cronica [...], p. 118.

¹⁹⁴ «... E d'estes dinheiros velhos quem queria fazer moeda mais pequena cortava um dinheiro pela metade, com uma thesoura, ou o britava com os dentes, á metade d'aquelle dinheiro chamavam mealha ou pogeja e compravom com elle uma mealha de mostarda ou d'alfeloa ou de tramoços e similhantes cousas...». LOPES, 1895, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, vol. I, p. 173 (cap. LV).

¹⁹⁵ Certains auteurs croient qu'il s'agit d'une véritable monnaie. D'autres, se basant sur ce que dit Fernão Lopes à ce sujet (cf. supra), pensent que c'est simplement un *dinheiro* brisé en deux. Cf. BRAGA, 1917, «Numismática portuguesa [...]», p. 213 (note 1).

¹⁹⁶ «10 MANDA ElRey, que nom seja nenhuñ tam ousado, que jogue a dados, em pubrico nem em escondido, galinhas, nem fragoõs, nem pattos, nem leitoões, nem carneiros, nem cabritos, nem coelhos, cem perdizes, nem outras carnes algumas: outro sy nem lampreas, nem saavees, nem congros, nem outros pescados; nem outro sy trigo, nem cevada, nem milho, nem centeo, nem nozes, nem avellaãs, nem alfelloa a descontar, nem outro sy nom joguem preços per penhores a vinho, nem agua, nem vinagre, nem sal, nem outra cousa alguã:...». UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1792, *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, livr. V, p. 151 (Titulo XXXXXI: Que nom joguem a dados dinheiros, nem aja bi tavollagem).

gage sont présentés sous la forme d'une liste ordonnée selon la séguence suivante: viandes, poissons, graines comestibles, liquides, sel. Or l'alféloa est le dernier élément de la troisième de ces séries. Il se peut donc que ce mot ne dérive pas directement de l'arabe al-halāwa (racine hulw) comme on le croit souvent, mais du nom composé al-hábba^t al-hulûwa qui veut dire le grain sucré¹⁹⁷. Cette appellation issue du dialecte hispano-arabe a donné lieu par la suite à batafaluga¹⁹⁸, qui désigne la semence de l'anis aussi bien en espagnol¹⁹⁹ qu'en portugais archaïques²⁰⁰, étant documentée dans cette langue pour la première fois dans le Liuro dalueitaria pera quallquer besta que quiseres²⁰¹, daté du début du XIV^e siècle. On a vu auparavant que c'est encore ce sens que Fernão Lopes – et d'une façon plus générale, le milieu courtisan de son époque²⁰² – attribue à ce vocable dans le deuxième quart du XV^e siècle, quand il rédige la chronique de D. João I²⁰³. À un moment donné, cet auteur dresse l'inventaire de ce que les apothicaires vendaient dans le camp espagnol durant le siège de Lisbonne. Notons qu'il mentionne les «acuquares», les «confeitos» et les «conservas», mais ne parle pas de l'alféloa²⁰⁴. Par ailleurs, c'est déjà sous la forme actuelle erva doce que l'anis est désigné quelques décennies plus tard dans la recette du livre de cuisine de l'Infante D. Maria, dédiée aux «cofeitos», qui vient immédiatement après celle de l'alféloa²⁰⁵. Il semble donc qu'il a fallu attendre la 2^e moitié du XV^e siècle pour que ce vocable en vienne à nommer une douceur, ce qui fait que beaucoup d'auteurs

¹⁹⁷ MELEIRO, 2011, 'Novidade de pallavras' no português do século XV, p. 121.

¹⁹⁸ Dozy fait pour sa part mention aux variantes *batafaluga*, *batafalua*, *matafaluga* et *matafalua*. DOZY et al., 1869, *Glossaire des mots espagnols* [...], p. 238 (entrée «Batafalua»).

¹⁹⁹ «MATALAHUVA 'anís'. Alteración de un antiguo *batalhalúa (cast. ant. matahalúa, med. S. XIV, matafalúa, fin XIII, cat. ant. batafalua, 1243), y éste del ár. hispánico al-húbbat al-hulûwa 'el grano dulce'». COROMINAS, 1987 [1961], Breve diccionario etimológico de la lengua castellana, p. 385 (entrée «MATALAHUVA»). Cf. MELEIRO, 2011, 'Novidade de pallavras' no português do século XV, p. 121.

²⁰⁰ VASCONCELLOS, 1910, «Mestre Giraldo e os seus tratados [...]», pp. 268-269.

²⁰¹ Partie II, chap. XVI. À propos de ce manuscrit, cf. FRANCO, 2003, «O Livro de Alveitaria do mestre Giraldo [...]», vol. 1, pp. 209-217.

²⁰² Au XV^e siècle, les chroniques étaient déposées par leurs auteurs à la bibliothèque royale à l'état de manuscrit, leur accès étant réservé à un nombre réduit d'individus proches du monarque. SERRÃO, 1989 [1977], *Cronistas do século XV* [...], p. 20.

²⁰³ Fernão Lopes (vers 1380 – vers 1460) a été le premier chroniqueur officiel de la maison royale du Portugal, ayant exercé cette fonction entre 1434 et 1454. La *Crónica de El Rei D. João I* raconte des faits qui remontent aux années 70 et 80 du siècle antérieur. LISBOA, 1994, «Lopes, Fernão», vol. 2, pp. 622-623.

²⁰⁴ Ally avia fisicos e celurgiãos / e boticairos, que não soumente / tinhaõ prestes as cousas neçesa/rias pera conservar a saude do cor/po mas desvairadas modas de / de comfeitos & acuquaras econ/servas lhe acharieis em muita far/tura . agua rosada e outras des/tiladas aguoas de que hos viço/sos homeēs usam no tempo da / paz...». LOPES, 15__, Primera parte da coronica del Rey Dom João o primero desse nome, fol. 83v. (cap. 115). Le fait que Fernão Lopes distingue clairement ces préparations sucrées des choses «nécessaires à conserver la santé du corps» porte à croire qu'en son temps, la consommation de douceurs faisait déjà partie des habitudes alimentaires des membres de la cour du Portugal.

²⁰⁵ ANONYME, 1967, *O "livro de cozinha" da Infanta* [...], p. 128 (Recette 58).

croient qu'il dérive directement d'al halāwa²⁰⁶ tout court. Comme nous l'avons vu plus haut, il est écrit dans le manuscrit d'Istamboul que le fanîd est étiré à la façon du hulw. Reste à savoir de quelle sorte il est ici question. Il semble en effet qu'au XIV^e siècle, ce mot servirait à désigner plusieurs préparations sucrées en arabe, voire même auparavant²⁰⁷. En effet, cent ans plus tôt, on trouve déjà plusieurs recettes de friandises du même nom dans le traité de cuisine de l'anonyme andalou²⁰⁸. En Espagne, plus précisément à Valence, la variante «bataloffua» se rapporte déjà à une confiserie à base d'anis vers 1482/1484²⁰⁹. C'est de l'autre côté de la frontière que les choses se compliquent.

Durant les *cortes* d'Évora en 1490²¹⁰, les représentants du tiers état avaient demandé au roi du Portugal d'interdire à des artisans appelés *alfeloeiros* d'exercer leur activité dans son royaume. Ces derniers étaient accusés de faire pleurer les enfants, les incitant à demander de l'argent à leurs parents pour s'acheter de l'*alféola* («alfelloa»). On leur reprochait également d'organiser clandestinement des jeux de cartes et de dés. Certains valets iraient même jusqu'à voler leurs maîtres afin de pouvoir y prendre part. Les délateurs s'appuient ici sur le fait que les *Ordenações afonsinas*, encore en vigueur à cette période, interdisaient ce genre de pratiques, et notamment quand l'*alféloa* servirait de gage, bien que le sens associé à ce mot soit ici très différent²¹¹.

²⁰⁶ Ou bien «al-halawât», si l'on croit Bernard Rosenberger, admettant également que c'est ce vocable qui a donné lieu à *alféloa*. ROSENBERGER, 1996, «La cuisine arabe [...]», p. 363.

²⁰⁷ SATO, 2014, *Sugar in the Social Life of Medieval Islam*, p. 122. Rosa Kuhne Brabant défend que cette appellation peut désigner du nougat, du massepain, de la nougatine, de la meringue, voire même des bonbons durs et mous. Les ingrédients employés pour préparer ces différentes sortes d'al-halāwa seraient très variés: le miel, le sucre, l'amidon en poudre, l'huile, l'amande et d'autres fruits secs à coquille, les épices et les aromates, moins souvent les œufs et le lait. BRABANT *et al.*, 1997, «Le sucre et le doux», pp. 64 et 66.

²⁰⁸ Cf. GUILLAMOND, 2017, *Cuisine et diététique* [...]: *halwa* orientale blanche appelée "copte" (474), aux dattes et au sucre (n.º 477), sucrée (n.º 479), orientale (n.º 480), appelée "l'appétissante" (n.º 481) et de Syrie (n.º 482).

²⁰⁹ PÉREZ VIDAL, 1973, *La cultura de la caña de azúcar* [...], p. 121 et note 22. NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 592.

²¹⁰ «Livro das cortes primeiras feitas per o mui alto e mui poderoso Senhor, El Rei Dom João II», ANTT, Aclamações e Cortes, Cortes, maço 3, doc. n.º 5, 11 décembre 1481 à mars 1490, fols. 63-63v. (chap. 32: «Capitollo que falla nos al/feloeiros que os nom aja hy»). Salvador Dias Arnaut a transcrit presque entièrement le chapitre qui se rapporte aux alfeloeiros dans son introduction de l'editio princeps du livre de cuisine de l'infante D. Maria. ARNAUT, 1967, «Introdução histórica», pp. CXVII-CXVIII.

²¹¹ Cette demande sera rejetée par le roi D. João II, rappelant d'ailleurs que les jeux de dés étaient déjà interdits dans son royaume. ANTT, *Aclamações e Cortes, Cortes*, maço 3, n.º 5, fol. 63v. (chap. 32: «Capitollo que falla nos al/feloeiros que os nom aja hy»).

Ce document nous apprend également que les *alfeloeiros* étaient originaires du pays voisin²¹². Or, on sait à travers un document espagnol qu'un an auparavant, un *sucrer* de Valence avait fourni de la *bataloffua* confite aux Rois Catholiques²¹³. *Bataloffua* et *alféloa* seraient-elles la même chose? À l'époque, ce front sucrier approvisionnait non seulement la cour de Madrid, mais déjà une clientèle plébéienne, permettant aux raffineries locales d'écouler différentes sortes de produits dérivés issus du processus de purification du sucre²¹⁴. L'*alféloa* dont il est ici question serait probablement une version "bas de gamme" de la *bataloffua* vendue à la maison royale d'Espagne, faite non pas de sucre, mais de miel de canne. En effet, un des arguments invoqués durant les Cortes d'Évora est précisément la hausse de prix du «mel», provoquée par la présence des *alfeloeiros* au Portugal²¹⁵. Contrairement aux fruits utilisés pour préparer la plupart des douceurs appréciées par les élites, la semence d'anis était un ingrédient facile à se procurer tout au long de l'année et de surcroit très bon marché et ce, même durant un siège, comme on l'a vu auparavant. C'est peut-être ce qui explique la démocratisation précoce de l'*alféloa*.

Si on admet que c'est bien de la même douceur qu'il s'agit, la recette qui lui est dédiée dans le livre de l'Infante D. Maria nous pose alors un problème. En effet, cette appellation est employée ici non plus pour nommer un confit d'anis, mais une espèce de pénide, fait non pas de miel de canne, mais de sucre de bonne qualité. Rappelons que la recette suivante de ce livre se rapporte précisément à la préparation de la douceur à l'anis, appelée non pas alféola ou même battafolua comme antérieurement, mais côfeitos, la graine en soi étant apellée erva doce²¹⁶. C'est le nom qui a prévalu depuis en portugais. On doit donc se demander si après l'arrivée des alfeloeiros espagnols, le vocable alféloa n'a pas gagné un sens différent, servant désormais à désigner une autre friandise, également faite de miel de canne,

²¹² «Outro sy Sinnoõr huum grande / damono se reçebe em este rey/no por alfieloeiros que amdam veemdendo / alffelloa os quaaes seveem decastella //...», ANTT, *Aclamações e Cortes, Cortes*, maço 3, doc. 5, fol. 63 (chap. 32: «Capitollo que falla nos al/feloeiros que os nom aja hy»).

²¹³ BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos (1479-1493)», p. LXIX (doc. 388).

²¹⁴ PÉREZ VIDAL, 1973, La cultura de la caña de azúcar [...], p. 119.

²¹⁵ «... e [os alfeloeiros] trazem comsigo muy / roõys manhas muy empeciveis atodos / ap'meira he fazerem omel 'caro maes do / que seria se os lys nom ouuesse...», ANTT, *Aclamações e Cortes, Cortes*, maço 3, doc. 5, fol. 63v. (chap. 32: «Capitollo que falla nos al/feloeiros que os nom aja hy»). Ce qui montre bien que le vocable «alffelloa» est utilisé dans ce document pour désigner un type particulier de douceur et non plus la graine d'anis comme au temps de Fernão Lopes.

²¹⁶ Si l'on en croît Naidea Nunes Nunes, c'est à Madère que l'emploi de ce vocable est attesté pour la première fois en portugais, dans un document madérien daté de 1469, faisant la distinction entre «conservas e alfinij e confeytos». NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 600. L'appellation «erva doce» est la traduction littérale du nom hispano-arabe de l'anis. VASCONCELLOS, 1910, «Mestre Giraldo e os seus tratados [...]», p. 268.

introduite au Portugal par ces mêmes artisans²¹⁷. Curieusement, dans la documentation espagnole du XV^e siècle, on ne trouve pas de références à cette profession. C'est sûrement parce qu'on les appelle autrement de l'autre côté de la frontière. Dans le pays voisin, il existe bien une préparation à base de miel de canne, la melcocha, fabriquée et vendue par les *melcocheiros*, ce vocable étant attesté à Grenade à partir de 1510²¹⁸ et à Séville dès 1489²¹⁹. José Pérez Vidal fait allusion à une pâte du même nom, de couleur rougeâtre, que l'on faisait encore dans les années 1950 avec du miel de canne à Almuñecar²²⁰. Les habitants de cette municipalité grenadine avaient pour coutume de l'étirer à l'aide d'un clou fixé à un mur, comme le recommandaient les différentes versions de la recette du pénide analysées plus haut²²¹. Même si d'autres scénarios sont possibles, on peut envisager le suivant: les melcocheiros sont les mêmes individus que les Portugais appellent les alfeloeiros. Ils doivent probablement leur nom à une des confiseries qu'ils commercialisent, à base de graines d'anis d'où le nom alféloa. Le fait que la variante bataloffua existait déjà aussi bien en espagnol²²² qu'en portugais faciliterait la communication avec leur clientèle, ce qui peut avoir dicté le destin de ce vocable. Ces artisans produiraient également ce qu'en Espagne on appelait alors melcocha²²³, qui étant perçu par les acheteurs portugais comme un produit introduit dans leur pays par les alfeloeiros a fini par s'appeler à

²¹⁷ Selon, le dictionnaire d'archaïsmes de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo paru à la fin du XVIII^e siècle, les *alfeloeiros* vendaient non seulement de l'*alféloa*, mais aussi d'autres sortes de douceurs (*doce*), bien comme de la mélasse (*melaço*). «ALFELOEIRO, s. m. (De alféloa). / Vendedor de alféloa, melaço ou doce». Si l'on en croit cet auteur, ce n'est que plus tard que le mot *alféola* a servi à désigner une douceur faite de sucre étiré. Il semble donc qu'elle serait auparavant préparée exclusivement avec de la mélasse. «Hoje chamamos alféloa ao doce de açúcar ou melaço posto em ponto». VITERBO, 1865 [1798/1799], *Elucidário das palavras, termos e frases*, vol. 1, p. 353 (entrée «ALFELOEIRO»).

²¹⁸ NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 616 (entrée «MELCOCHERO»). Aux Canaries, le vocable *melcocha* est documenté en 1523. «En este Cabildo se platicó sobre razón que se vendían nuégados de trigo con miel y remiel de cañas y melcochas e que eran muy dañosas para la salut ...; y que no vendan nuégados de trigo ni melcochas de miel ni espumas ni respumas de cañas...». SERRA RÁFOLS *et al.*, 1970, *Acuerdos del Cabildo de Tenerife*, p. 185.

²¹⁹ GUAL CAMARENA, 2014, *Vocabulario del comercio medieval*, entrée «melcocha».

²²⁰ Cet auteur ne fait pas mention à l'emploi de farine et d'épices pour préparer le *melcocha*, au contraire de Naidea Nunes Nunes qui ne précise cependant pas sa source. NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 615 (entrée «MELCOCHA»).

²²¹ PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 231 et note 352.

²²² C'est précisément en 1495 que l'emploi du mot «anís», qui dérive du latin «anisum», est documenté pour la première fois en Espagne. COROMINAS, 1987 [1961], Breve diccionario etimológico [...], p. 53 (entrée «ANIS»). En portugais, l'usage de ce vocable comme synonyme d'«erva doce» n'est attesté qu'au XVII^e siècle, étant encore assez rare de nos jours. MACHADO, 1977 [1952], Dicionário etimológico [...], p. 260 (entrée «Anis»).

²²³ Eddy Stols défend pour sa part que les *alfeloeiros* vendaient des caramels de sucre torsadé («caramels of twisted sugar»), sans toutefois expliquer comment il en est arrivé à cette conclusion. STOLS, 2004, «The Expansion of the Sugar Market [...]», p. 254.

son tour *alféloa*. Ce n'est que par la suite que les cuisiniers au service de la cour de Lisbonne auraient réinventé cette douceur populaire, utilisant du sucre à la place du miel de canne, pour qu'elle soit digne de leur maître. Ne connaissant pas les secrets de sa préparation, ce serait la recette du pénide décrite par les ouvrages pharmacologiques qui leur aurait servi d'inspiration.

Il faudra attendre encore quelques années, pour que la plainte présentée durant les *cortes* d'Évora soit prise en compte par le pouvoir royal, suite à l'entrée en vigueur des *Ordenações manuelinas*. À partir d'alors, les *alfeloeiros* ne pourront plus exercer leur activité «em nenhuma parte dos Nossos Reinos», indépendamment de leur nationalité, cette interdiction étant encore d'actualité au temps de l'occupation espagnole²²⁴. Seules les femmes seront désormais autorisées à vendre de l'*alféola* aussi bien en public qu'en privé²²⁵. C'est probablement ce passage des *Ordenações* qui a donné lieu à l'idée encore bien ancrée de nos jours que la confiserie a commencé par être une activité exclusivement féminine au Portugal²²⁶, et notamment à Madère²²⁷. Certains auteurs croient par ailleurs qu'il y avait déjà des *alfeoleiros* à Funchal vers 1490 quand les *cortes* se réunissent à Évora, ce qui est très improbable²²⁸. En effet, les plaignants avaient demandé au roi que les infracteurs soient déportés en Macaronésie²²⁹, ce qui n'aurait aucun sens s'ils s'y trouvaient déjà. Par ailleurs, à ma connaissance, il n'existe aucune mention dans les sources régionales aux *alfeloeiros*, ni d'ailleurs à l'*alféloa*²³⁰, appellation que l'on trouve à peine documentée à partir

²²⁴ ALMEIDA, 1870, Ordenações Filipinas, p. 1249 («Título CI: Que não haja Alfeloeiros, nem Obreeiros»).

²²⁵ «Titulo cj. Que no aja hi alfeloeiros. MAndamos, qo daqui em diante ninhu home ne moço / de qualqo qualidade qo seja: venda ne possa vender al/feloa em ninhu parte de nossos reynos: de praça ne / em escondido. E qualqo qualqo e o contrairo fezer seja po / e açoutado pubricamete co baraço e pregua pola çida/de vila ou luguar onde for preso. Empero se al. // alguu molheres qo / sere veder alfeloa: assi nas ruas, ou praças como em suas casas, ou posadas, podeloam fazer sem pena.». ANONYME, 1539 [1512/1513], O primeiro [-quinto] liuro das ordenações, vol. 2, livr. V, fol. lcccv. Cristovão Rodrigues de Oliveira signale pourtant l'existence de 23 alfeloeiros à Lisbonne vers 1550. Cf. OLIVEIRA, 1755 [1554/1555], Summario, em que brevemente [...], p. 113.

²²⁶ GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 38. Il est cependant exact que les documents de la période moderne font souvent mention à des femmes qui exercent cette profession. BRAGA, 2014, «Confeiteiros na Época Moderna [...]», pp. 167, 169.

²²⁷ SOUSA, 2012, «A doçaria madeirense», p. 94.

²²⁸ Quoi qu'en dise Naidea Nunes (2003, *Palavras doces* [...], p. 588) en se basant sur un document daté de 1496 cité par David Ferreira Gouveia (1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 38). Il s'agit en réalité du chapitre des *Ordenações Manuelinas*, dont il a été question plus haut. L'interdiction s'applique à l'ensemble du royaume et non spécifiquement à Madère. Cf. supra.

²²⁹ «... degredados para cada uma das Vossas Ilhas...». ANTT, *Aclamações e Cortes, Cortes,* maço 3, n.º 5, fol. 63v. (chap. 32: «Capitollo que falla nos al/feloeiros que os nom aja hy»).

²³⁰ NUNES, *Palavras doces* [...], p. 588 (entrées «ALFÉLOA ou ALFÉOLA» et «ALFELOEIRO»).

du XVIII^e siècle dans les documents conventuels de Funchal comme nous le verrons par la suite. Auparavant, outre-mer, il n'est question que d'alfenim, jamais d'alféloa.

L'Alfenim Madérien (XVe-XVIe Siècles)

Les catégories de sucre blanc, poudre de sucre et miel recommandées par les recettes du pénide décrites dans les ouvrages pharmacologiques seraient bien connues des premiers habitants de Madère. L'appellation «açuguar bramco» et sa variante «açuguar branquo» faisaient déjà partie du lexique insulaire en 1466. Elles désigneraient alors le sucre préparé directement à partir du suc de la canne, extrait du meilleur morceau du pain. Purgé de toute impureté, sa blancheur serait immaculée, d'où son nom²³¹. Un document daté de 1523 fait par ailleurs allusion à du «daçuquer [...] em poo», qui veut dire précisément sucre en poudre. À l'instar du dugâg al-sukkar mentionné par la recette du manuscrit d'Istamboul, il s'agit d'un produit de faible qualité. Humide et mal purifié, il se défait en grains au moment d'être brisé et non, comme il se doit, en morceaux²³². Le melle canne / miel suggéré comme alternative par les recettes tirées du *Liber servitoris* ne poserait pas non plus de problème d'identification. Le vocable «mel» apparaît à maintes reprises dans les sources insulaires à partir de 1466, bien qu'adoptant différentes graphies (singulier: mel, mell; pluriel: meeles, meles, melles). Il désigne déjà à l'époque le liquide visqueux qui s'écoule des moules en céramique où le sucre se cristallise²³³.

Il est fort probable que ces trois variétés aient été utilisées à Madère pour préparer l'alfenim. C'est du moins ce que porte à croire un passage d'une vereação de Funchal datée de 1508²³⁴. Durant cette période, la capitale de la colonie a été l'épicentre de la confiserie et des conserves²³⁵, les raffineries étant, au contraire, dispersées sur pratiquement tout le pourtour de l'île. Cette industrie secondaire remonterait au temps des pionniers, quand le sucre insulaire commence à s'imposer

²³¹ NUNES, *Palavras doces* [...], p. 304.

²³² NUNES, *Palavras doces* [...], p. 319.

²³³ NUNES, *Palavras doces* [...], pp. 475-477 (entrée «MEL»).

^{«[1508]} Item na dicta vereaçam acordarom segundo pustura da camara em que diz que se façam comservas e toda frujta de açuquar fino acerqua do conteudo nesta pustura acordarom que se faça toda conserva de quallquer açuquar que seruir e non achamdo tall como de//[fol. 5]ve a dicta conserva – a saber – conservas finas que se qujmem e pague tresentos rs pera o concelho e a outra frujta confejtos alfenjm de gargante que seja de açuquar fino e nom se achando fecta de açuquar fino que se perca se quejme...». COSTA, 1998, Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...], p. 9. ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, n.º 1303, 1508-1509 et 1518-1519, fols. 4v.-5.

²³⁵ GODINHO, 1965, Os descobrimentos e a Economia Mundial, vol. 2, p. 433.

sur les marchés du vieux monde²³⁶. L'explorateur vénitien Alvise Cadamosto, qui est probablement le premier étranger à visiter l'archipel en 1455, signale déjà son existence²³⁷. Tout au long des décennies suivantes, l'acclimatation de fruits, voire même de certains légumes à Madère, est étroitement liée à l'essor de cette activité²³⁸.

Une cinquantaine d'années plus tard, la municipalité de Funchal décrète qu'il faut utiliser exclusivement du «açuquar fino» pour préparer «a outra frujta confejtos alfenjm de gargante»²³⁹. Il faut savoir qu'à l'époque, les maîtres sucriers locaux appelaient «açuquar fino» au meilleur morceau du pain une fois l'égouttage terminé²⁴⁰. C'est donc du sucre blanc de qualité supérieure. Cette *vereação* vise ainsi à éviter qu'on utilise à sa place le moins pur, voire même du miel de canne²⁴¹.

²³⁶ Selon Vitorino Magalhães Godinho, le sucre madérien commence à être exporté entre 1450 et 1455, étant vendu à Bristol dès 1456. On le trouve très rapidement sur les marchés de Flandres, d'Italie, voire même à Chios et à Constantinople. GODINHO, 1965, Os descobrimentos e a Economia Mundial, vol. 2, p. 437. PEREIRA, 1991, Estudos sobre história da Madeira, p. 106. RAU et al., 1962, O açúcar da Madeira nos fins do século XV [...], p. 14. En métropole, l'acclimatation de la saccharum officinarum remonte à la période islamique. Sa culture est également documentée après la conquête chrétienne, notamment à Coimbra et au Algarve, mais il semble qu'elle n'ait jamais été aussi bien succédée qu'à Madère. Cf. PÉREZ VIDAL, 1973, La cultura de la caña de azúcar, p. 12. GOMES, 2002, Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus [...], p. 64. COELHO, 2014, «A Mesa do rei de Avis [...]», p. 105.

²³⁷ «... e fannosigli dimolte confezioni blanche, che sono in tutta perfezione». ARAGÃO, 1982, *A Madeira vista por estrangeiros (1455-1700)*, p. 33. SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce».

²³⁸ SILVA, 2020, «La fabrique du jardin de l'Atlantique [...]», p. 60.

Autres fruits («outra frujta») par opposition aux fruits réduits à l'état de pâte (/«conservas» / «conservas finas») qui peuvent désormais être préparés avec n'importe quelle variété de sucre comme il est dit plus haut. L'appellation «outra frujta» désigne probablement ici ce que l'on appelle à l'époque «frutas secas», qui veut dire fruits déshydratés mais aussi cristallisés. La distinction entre ces deux catégories – bien comme l'emploi de sucre pour préparer la deuxième – est attestée à Madère par un passage d'un document de la chancellerie royale conservé à l'ANTT, daté du milieu du XVIe siècle: «105 arrobas e 25 arrateis e meio de conservas (à razão de mjl dozemtos e vyte rrs arr.a) 129. 75 reis / 36 arrobas e 27 arrateis e meio de açúcar que se deu para a fruta seca, que foram as ditas 32 arrobas em que houve de quebras 4 arrobas e 26 arrateis.». ANTT, Corpo Cronológico, Parte I.a, maço 85, doc. 43. Transcription: FERREIRA, 1959, O arquipélago da Madeira [...], p. 377

²⁴⁰ NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 319. La catégorie de sucre «açuquar fino» est également documentée dans le même sens aux Canaries durant le XVIe siècle. Cf. BARCELÓ *et al.*, 1991, «La industria azucarera en el litoral valenciano [...]», p. 80. NUNES, 2001, «A terminologia histórica [...]», p. 153. À Valence, cette appellation est déjà en usage à la fin du siècle antérieur. Cf. BALLESTEROS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos (1479-1493)», p. XIX (doc. 81 et 82), p. XXVI (doc. 120), p. LXIX (doc. 388), p. LXXVI (doc. 500).

Des mesures visant à garantir la qualité du produit mis en vente sont également attestées dans l'archipel voisin. La pureté du sucre sera à son tour l'objet d'une *ordenanza* aux Canaries vers 1540, pour éviter qu'il gagne mauvaise réputation. «... y que el ac;ucar se haga muy bien, tal que antes acresiente el trato, que se disminuya, y que no se disfame esta isla de fabricaçion de malos ac;ucares, y los mercaderes dexen de venir a los comprar, como se a visto por esperiencia de algun tiempo a esta parte». PERAZA DE AYALA, 1935, *Las antiguas ordenanzas de la isla de Tenerife* [...], p. 85 («TITVLO *X*V*j* DE / Los ingenios de ac;ucar»).

Mais que veut dire exactement «alfenim de gargante»? Naidea Nunes est d'avis qu'il s'agit d'un pénide qui contient de la gomme d'origine végétale²⁴². Cette auteure part donc du principe que «de gargante» soit le complément déterminatif de «alfenjm» et «de», par conséguent, une simple préposition. On doit cependant considérer la possibilité que «alfenjm» et «de gargante» ne correspondent non à pas un, mais à deux produits différents. En effet, comme cette linguiste l'affirme plus loin, une telle catégorie de pénide n'est signalée nulle part ailleurs dans le vaste corpus de documents qu'elle a consulté, qui se rapportent à la Macaronésie, au Portugal, mais aussi à l'Espagne, l'Italie et le Brésil. Rien n'est dit non plus quant à l'«alfenjm de gargante» dans les traités pharmacologiques du Moyen-âge et de la Renaissance. Il est donc plus probable que «de gargante», qui est d'ailleurs orthographié «degargante» dans le document original²⁴³, soit en réalité une variante de «diagargante». Comme nous l'avons vu auparavant, ce terme désigne à l'époque un médicament à base de pénide. La séquence «confeitos – alfenim – diagargante» est énoncée exactement dans le même ordre quelques années auparavant, plus précisément en 1498, dans un décret royal conservé aux archives régionales de Madère²⁴⁴. C'est donc probablement, non pas une variété particulière comme l'a cru Naidea Nunes Nunes auparavant, mais l'alfenim en général qu'il faut continuer à faire exclusivement avec du sucre blanc. On ne doit pas non plus exclure la possibilité que le pénide à l'eau de rose et au camphre, mentionné par toutes les éditions du Liber servitoris, faisait également partie du répertoire insulaire. On sait, en effet, que cette essence entrait

²⁴² NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 590 (entrée «ALFENIM DE GARGANTE»).

²⁴³ J'ai consulté le codex des vereações d'où est extrait ce passage, conservé à l'Arquivo Regional da Madeira: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, livr. 1303, 1508-1509 et 1518-1519, fol. 5. J'ai pu vérifier qu'il est bien écrit «alfenym / degargante» et non pas «alfenym / de gargante» ou même «alfenym / diagargante». Ceci dit, chacun sait qu'à cette époque, l'orthographe est encore très labile, plusieurs variantes d'un même vocable étant parfois employées simultanément dans le même texte. Les écrivains de cette période tendent par ailleurs à privilégier la forme écrite qui se rapproche le plus de son équivalent phonétique.

²⁴⁴ «E quoamto aos comfeytos alfenj diagargamte açuqar camdill E toda outra maneyra de comseruas as poderam vemder E tirar pera omde quiserem. E lhe mjlhor vieer. E as tiraram quaees queer pesoas pera domde lhe aprouuer em quaees quer naujos que mays quiserem pagamdo porem nossos dereytos como sam obrigados». MELO, 1973, «Tombo I.º do registo geral [...]», p. 378 (doc. 221: *Apontamentos que el Rey noso senñor mandou que se cumprise açerca do açuquar*, 21-08-1498). L'alfenim et le confeito faisaient alors partie de la catégorie générale des préparations sucrées que l'on appelait conserva, terme qui désigne également à l'époque, plus spécifiquement, les pâtes à sucre et les confitures. Voir à ce propos le livre de cuisine de l'Infante Dona Maria, élaboré à la fin du XVe siècle / début du XVIe siècle, où la recette des confeitos et celle de l'alféloa, qui est une version culinaire du pénide (cf. supra), intègrent le chapitre dédié aux conserves. ANONYME, 1967, O "livro de cozinha" da Infanta [...], pp. 126-130. ANONYME, 2008, Livre de Cuisine de l'Infante [...], pp. 87-88.

dans la composition d'un «asucre rozado» que la maison royale du Portugal fait venir de Madère en 1536²⁴⁵.

Il faut également se demander qui serait capable de confectionner cet «alffiny» auguel fait à nouveau allusion une vereação datée de 1488/1489²⁴⁶? Une vingtaine d'années plus tôt, plus précisément en 1469²⁴⁷, une autre source madérienne fait mention aux femmes de toutes conditions qui produisent des «conseruas e alfinij e confeytos». C'est ce qui a amené certains auteurs²⁴⁸ à croire que cette industrie a été d'abord essentiellement domestique et réservée au genre féminin, ce qui est fort improbable. C'est ignoré le fait que ce même document informe que ces confiseuses amatrices utilisaient, pour se faire, des «açuguares bayxos»²⁴⁹. Or on sait qu'à l'époque, les insulaires réservent cette appellation pour désigner le troisième morceau à être retiré du pain, de couleur brune²⁵⁰. La préférence pour cette matière première de qualité inférieure peut facilement s'expliquer par son prix modique. Ce faisant, il serait accessible aux roturières dont parle le texte en question, qui voyait là une opportunité d'améliorer leurs fins de mois à peu de frais. Un autre document, daté de 1486, nous apprend par ailleurs que les maîtres sucriers faisaient également des confiseries avec le sucre obtenu à partir de miel de canne²⁵¹. Ainsi, il semble qu'au début de l'occupation de l'archipel, il existe déjà un marché pour les produits secondaires issus du processus de purification, destinés à une clientèle moins exigeante, comme c'est le cas à Valence à la même

²⁴⁵ «Item em os djas de Julho despemdeo por Afonso Annes pyloto desqumas feyta em asucre rozado vymta cymquo arates xxb arates». COSTA *et al.*, 1989, *Livros de contas da ilha da Madeira. Il* [...], p. 123. NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 327.

²⁴⁶ «... ffazerem hu sserujço ao dicto senhor de açuquar ou de conffeitos e alffiny...». COSTA, 1995, Vereações da Câmara municipal do Funchal [...], p. 245.

²⁴⁷ MELO, 1972, «Tombo I.º do registo geral [...]», vol. XV, pp. 47-49 (doc. 18: 25-09-1469).

²⁴⁸ SOUSA, 1984, «A indústria de conservas na Madeira [...]», p. 7. GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 38. VIEIRA, 2015, *Alfenim da Madeira para o mundo*, p. 12.

²⁴⁹ «E tam bem molheres de boas pesoas E muytos pobres lavam os açuquares bayxos em tamtas maneyras de conseruas E alfenij E confeytos de que am grandes proueytos que dam rremedio asuas vidas E dam grande nome a terra nas partes onde vam...». MELO, 1972, «Tombo I.º do registo geral [...]», p. 48 (doc. 18: *carta dos Regedores desta cidade (sic) sobre o mesmo caso*, 25-09-1469). SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce».

²⁵⁰ «Açúcar mal purgado e mal cristalizado da terceira ou penúltima parte do pão de açúcar, ou seja, açúcar de inferior qualidade e valor do que o branco, mas superior ao mascavado». NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], pp. 328-329 (entrée «SOMENOS»).

²⁵¹ «Outro sy me he dito que temdes mamdado que hos mestres Daçuquar que Refinam Seus melles E fazē comfeitos comseruas E outras obras De seus oficios no husem Delles nem cozam os Dittos melles o que ey por mall feyto». MELO, 1973, «Tombo I.º do registo geral [...]», p. 199 (doc. 110: *Carta do duque sobre hos estramgeyros E mestres Daçuquar*, 07-08-1486).

époque²⁵². Reste à savoir qui confectionnait les douceurs de qualité supérieure, les seules dignes d'être servies à la table des rois. En 1550 du moins, c'était bien une femme qui pourvoyait la première dame du Portugal en conserves, mais aussi en *fruta seca* et en *alfenim*. Il s'agit de D. Catarina de Mendonça, épouse du cinquième capitaine de Funchal, Simão Gonçalves da Câmara. Étant donné les quantités en jeu, de l'ordre de 2.224 kg²⁵³, on peut mettre de côté la possibilité de cette aristocrate madérienne les avoir préparées elle-même. Il est plus probable qu'elle est seulement prise en charge la supervision de l'exécution de cette commande et de son suivi jusqu'à Lisbonne. On est donc loin du cas de figure dont il était question en 1469, de l'artisane travaillant au foyer avec des petites quantités de matière première, qui plus est, de moindre qualité.

Bien qu'aucun document ne l'atteste, il n'est pas à exclure que les maîtres sucriers et, un peu plus tard, les couvents de Funchal aient également une part de ce segment de marché. Dès 1479, un *sucrer*²⁵⁴ de Valence faisait partie de la liste des fournisseurs habituels des Rois Catholiques²⁵⁵. Une religieuse a également vendu des conserves au roi d'Espagne en 1482²⁵⁶. On sait que, par la suite, les établissements féminins du Funchal seront réputés pour ce genre de produits²⁵⁷. Mais ce n'est qu'à partir de la fin du XVII^e siècle, quand l'obligation de tenir à jour des livres de comptes

²⁵² À la différence près qu'à Valence, les conserves de fruits sont exclues de ce répertoire de préparations vendues à des prix plus modiques. PÉREZ VIDAL, 1973, *La cultura de la caña de azúcar* [...], p. 119.

²⁵³ SOUSA, 1984, «A indústria de conservas na Madeira [...]», pp. 7-8. En 1550, Catarina de Mendonça aurait envoyé 137 arrobes 25 arratels et demi de conserves et de confiseries à la reine du Portugal. Sachant qu'après la réforme des poids de D. Manuel I, l'arrobe équivaut à 14.688kg et l'arratel à 0,459kg, on obtient ainsi un total de 2223,9605kg. Au sujet du poids de l'arrobe et de l'arratel après la réforme de D. Manuel, cf. supra.

²⁵⁴ Ce nom désigne à l'époque des producteurs ou des marchands de sucre. Étant appelés *confiters* à certaines occasions, les *sucrers* préparent également parfois des médicaments. Ce qui fait qu'il est difficile de les distinguer des confiseurs et des apothicaires. VELA AULESA, 2015, «Defining "Apothecary" in [...]», p. 141.

²⁵⁵ BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos [...]», p. 81. Voir aussi à titre d'exemple: BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos [...]», p. VI (doc. 7), p. XLI (doc. 210), p. XLVII (doc. 249). Cf. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 144.

²⁵⁶ BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos [...], p. XVII (doc. 72). Cf. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 144.

²⁵⁷ SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce». SILVA, 2020, «La fabrique du jardim [...], p. 74.

est instaurée, qu'on trouve les premières références à la confection et à la vente de ce type de douceurs aux couvents de Santa Clara et da Encarnação²⁵⁸.

Qu'en est-il des confiseurs? Le tout premier est un individu appelé Joam de Bruges, sa permanence à Funchal n'étant attestée qu'en 1485-1486²⁵⁹. Le fait qu'il soit flamand ne doit pas surprendre. Comme chacun sait, sa patrie était déjà à l'époque la plaque tournante du commerce du sucre entre le sud et le nord de l'Europe²⁶⁰. L'écoulement de sa production serait assez facile à assurer, d'autant plus que la provenance «Madère» était déjà très bien cotée sur les marchés septentrionaux²⁶¹.

²⁵⁸ Au couvent da Encarnação, la première référence à la préparation de conserves sucrées remonte à 1670: «Janeiro de 1670 /.../ almiscar p.ª batatada q~ foi cõ os pasteis tres uinteis 00\$060», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (Receita e despesa), livr. 14, 1669-1672, fol. 48v. Voir aussi: «Domingo 21 de Junho [1671] /.../ p.ª conserva secompro talodalfasia 300 aluericoque dous tostois / e perinhas hū tostaõ que tudo fas seis tostois 00\$600 / pordoze arobas de asucar amil coatro sentos setenta 17\$640 / de anbar ealmiscar p.ª esta conserua hú cruzado 00\$400», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (Receita e Despesa), livr. 14, 1669-1672, fol. 60. En ce qui concerne le couvent de Santa Clara: «comprose de pera p.ª aperada daComonidade 2\$400», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara (Receita e Despesa), livr. 47, 1690-1692, fol. 5v. «comprose de aboboras p.ª aconserva 2\$200», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara (Receita e Despesa), livr. 47, 1690-1692, fol. 16. «conta do q dei a otenente / general p.a lisboa 1690 /.../ mandeilhe neste Anno de 690 nos naujos / é g foi dom louréso tres caixoeñs asaber / hú de casca co huá @ /hú de leituario huá @ 4\$400 /.../ na nao carauela mandeii hú caixão / grande com trinta e tres caixas debatatada 6\$900 / foi mais nos dous uinte edous e' cada hú 8\$800 /.../mais húa @ de leituario 4\$400 /.../ 1690 e 91 / deii amanoel calado doze duzias de perada [ja na conta /epagou] 2 batatada q' lhe mádei p.a abahia / quatro p.a lisboa por duas vezes oyto duzias / mais duas bosetas de marmelada q' lhe má/deij por escrito seas q por tudo saõ sento equa / renta e[...?] pesas a batatada atostao q forao / tres duzias eamais perada anoue uinteñs / de q eide abater quatro duzias de cubos q' má/dou p.ª encher ehú meio saco de pera / Eide fazer conta disso co aco/monidade», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara (Receita e Despesa), livr. 47, 1690-1692, fol. 67v. «Levou ignacio da camara no Anno 691 p.ª lisboa / Em tres caixoeñs tres @ de casca a tres mil reis / Duas @ de sortes nos otros caixoeñs a forao / tres duzias de cubos Em dous caisoens / E no outro des cubos __a 200 tostoeñs ocubo / 1692 p.ª lisboa / Leuó manoel calado quatro duzias de cubos / desasseis da batatada [dos?] otros da perada. / Levou og.ºr trinta equatro cubos de perada. / Levou m.ª do sacram.^{to} quatro cubos debatatada / Levou m.ª de São felipe de emprestimo seis cubos / Levo minha sobrinha bernarda da carreira / vinte eseis cubos de perada / levo ignacio da camara p.ª asua gaueta meija / @ de conserva seca. // duas @ [...?] de conserva 20\$/ huã boseta de albricoque 3\$530 / duas @ de casca e meia de casca 8\$760 / trinta e quatro cubos de perada 7\$800 / ...», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara (Receita e Despesa), livr. 47, 1690-1692, fol. 112v. «Dei, mais de conserva q' vendi 8\$960», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara (Receita e Despesa), livr. 47, 1690-1692, fol. 128.

²⁵⁹ «Item no dicto dja disse Janim Esmeraldo que elle fiaua a Joam de Bruges framengo em seu offiçio de confeiteiro e quallquer cousa de vender alhea que jndo sse ho dicto Joam de Bruges desta jlha sem nom entregar ha seu dono...». COSTA, 1995, *Vereações da Câmara municipal do Funchal* [...], p. 186.

²⁶⁰ VIEIRA, 2004, *Canaviais, açúcar e aguardente* [...], p. 339. GODINHO, 1965, *Os descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 2, p. 438. MIGUEL, 1960-1961, «O açúcar, sua origem e difusão», p. 62. BRAGA, 1991, «O açúcar da ilha da Madeira e [...]», p. 46. EVERAERT, 1987, «Marchands flamands à Lisbonne [...]», pp. 442-477. Le pénide madérien est attesté en Flandres pour la première fois en 1520 dans une lettre d'Albrecht Dürer. Cf. GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 36 et note 10.

²⁶¹ Voir par exemple ce que dit la chronique de Nuremberg (1492) à ce sujet. ANONYME, 1878, «Historiadores do século XV. Hartman Schadel», pp. 141-142.

Rappelons, par ailleurs qu'en métropole, cette industrie ne démarre véritablement qu'au début du siècle suivant²⁶², ce confiseur n'ayant donc pas à craindre la concurrence de ce côté-là²⁶³. La marge de profit qu'il pourrait réaliser serait par ailleurs très élevée, la conserve valant à l'époque jusqu'au double de son poids en sucre blanc²⁶⁴. Ce qui explique, du moins en partie, l'attention portée par la municipalité à ce genre de produits qui représentent en fin de compte qu'une petite fraction du chiffre d'affaires total de l'industrie sucrière²⁶⁵. Pour ce qui est de l'alfenim du moins, les quantités indiquées sont toujours très réduites²⁶⁶, voire même infimes quand on les compare aux près de 5 tonnes nécessaires pour fabriquer les statues des cardinaux dont parle Gaspar Frutuoso²⁶⁷. Malheureusement pour ce franc-tireur nordique, les résidents étrangers sont interdits de se dédier à la confection de «conservas, alfenim e confeitos» à partir de 1490²⁶⁸. Rien ne prouve cependant que Joam de Bruges connaissait les secrets de l'alfenim. En effet, ce n'est qu'en 1572 qu'un décret de la municipalité de Lisbonne atteste pour la première fois que les confiseurs seraient obligés de savoir préparer ce genre de douceurs s'ils voulaient travailler à leur propre compte²⁶⁹.

Il curieux que l'on ne mentionne jamais les apothicaires entre les détenteurs de ce genre de savoir-faire à Madère. Bien qu'ils n'en aient pas le monopole, ces professionnels dominaient un grand nombre de techniques leur permettant de produire une vaste panoplie de préparations à base de sucre²⁷⁰, entre lesquelles

²⁶² À ma connaissance, la première mention à un confiseur au Portugal se rapporte à la maison royale. L'inventaire de D. Beatriz, dressé en 1507 atteste l'existence d'un *confeiteiro* entre ses fournisseurs habituels. Il s'agirait d'une personne très spéciale aux yeux de l'infante puisqu'elle lui lègue 4000 *reais* en héritage. FERNANDES, 2002, «Alimentos e alimentação no Portugal quinhentista», p. 207.

²⁶³ GOMES, 2016, «Uma doce viagem [...]», p. 220. En Espagne, les premières mentions aux *confeiteros* remontent également au début du XVIe siècle. NUNES, 2003, «*Palavras doces* [...]», p. 602.

²⁶⁴ SILVA, 1995, A Madeira e a construção do mundo atlântico [...], vol. 1, p. 324.

²⁶⁵ En 1494, la production totale de sucre à Madère serait de l'ordre de 100.000 arrobes. RAU, 1962, O açúcar da Madeira [...], p. 14.

[«]Item sod xxx dias dAgosto [1517] despendeo por Pero Gomez seu cunhado tres arrobas e mea daçuquer em confeitos e alfeny digo iij arrobas 16». COSTA et al., 1989, Livros de contas da ilha da Madeira. II [...], p. 79. «Ytem mais no dito dia [iiij de Feuereiro 1517] despachou hua arroba daçuquer em fruyta – a saber – alfenjm e confeitos digo j arrobas». COSTA et al., 1989, Livros de contas da ilha da Madeira. II [...], p. 101.

²⁶⁷ VIEIRA, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, p. 15.

²⁶⁸ «Que em toda essa ylha nom posa fazer nemguem comseruas alfenjm comfeytos nem outra nenhuũa fruyta dacucaar soomente os vezinhos E naturaaes da dyta ylha...». MELO, 1973, «Tombo I.º do registo geral da [...]», p. 241 (doc. 145: 09-03-1490).

²⁶⁹ Un autre «Regimento» promulgué par la municipalité de Lisbonne en 1768 oblige les confiseurs à savoir préparer un certain nombre de douceurs et notamment de *l'alfenim* pour être autorisés à exercer leur activité en ville. BRAGA, 2014, «Confeiteiros na Época Moderna [...]», p. 176.

²⁷⁰ BRAGA, 2014, «Confeiteiros na Época Moderna [...]», p. 176, note 32.

le pénide comme on l'a vu auparavant. Dans le pays voisin, ce sont d'ailleurs souvent des boticarios qui fournissent au roi Ferdinand II d'Aragon et son épouse non seulement des médicaments,²⁷¹ mais aussi parfois les conserves, confiseries et autres sucreries avec lesquelles ils régalent leurs invités²⁷². À Madère, la première référence à un apothicaire remonte à 1488/1489²⁷³. Le fait que cet artisan s'appelle «Vasco Rujz», suggère qu'il soit de nationalité portugaise²⁷⁴. Curieusement, une autre entrée des vereações de Funchal qui se rapporte à la même année fait état d'un individu du même nom qui prête de l'argent au confiseur «Danyell Sanchez», lui aussi portugais, pour qu'il puisse exercer son office²⁷⁵. S'il s'agit bien du même homme, il semble qu'une fois les étrangers mis à l'écart, il se pourrait bien que ce soient les apothicaires locaux qui auraient relancé cette activité. À moins que ce «Vasco Rojz» soit non pas le boticário en question, mais le marchand du même nom mentionné à plusieurs reprises par les vereações de l'époque²⁷⁶. Toujours est-il que les actes des réunions municipales des années 1491-1492 font allusion à un autre individu appelé «Rojz» de son prénom «Fernam», également confiseur de profession²⁷⁷. On sait à travers une autre entrée que cette même année, il existerait déjà plusieurs boutiques à Funchal, la municipalité ayant chargé deux notables locaux, bons connaisseurs des remèdes habituellement préparés dans ce genre d'établissement, de les fiscaliser²⁷⁸.

²⁷¹ BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos [...]», p. XXIII (doc. 109), p. XXIV (doc. 110), p. XLII (doc. 213), p. LVIII (doc. 314), p. LXXVII (doc. 442), XCVI (doc. 556).

²⁷² BALLESTEROS GAIBROIS, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos [...]», p. XVII (doc. 71), p. XXV (doc. 116).

²⁷³ En métropole, la première référence à cette activité remonte à 1450. BRAGA, 2001, *Assistência, saúde pública e* [...], p. 46.

[«]Item na dicta vereaçam ouuerom a Joam Aluarez procurador dos mesteres por asolto de todalas penas em que encoreo de Natal pera este cabo porque nom veo a vereaçam e a camara por canto seempre ffoy doente e esteue a cura visto em como ho provou ssua doença per Vasco Rujz botjcairo que delle curou per juramento que lhe ffoj dado per os dictos hofficjaes». COSTA, 1995, Vereações da Câmara municipal do Funchal [...], p. 234.

²⁷⁵ «Item no dicto dja fiou Vasco Rojz a Danjell Sanchez confeiteiro em seu hoffiçio per o quall obrigou todos seus beens moues e de rajz e por firmeza dello asynou aquj per sua mãao Vasco Royz». COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 271.

²⁷⁶ «Item Vasco Rujz mercador». COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 193. «Item Vasco Rujz mercador por Velho». COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 194. «*Item Vasco Rujz*». COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 228.

²⁷⁷ «E logo apresentou por testemunha a Fernam Ruyz conffeyteiro morador da dicta villa [do Funchal?] ...». COSTA *et al.*, 1985, *Livros de contas da ilha da Madeira. I* [...], p. 292. Il est à nouveau question de cet individu en 1495/1496. «Item os dictos hofficjaes e homes boons e mesteres ouueram a Fernam Rujz comffejteiro per lyberdado e escuso de sserujr em nenhū hofficjo // do concelho...». COSTA *et al.*, 1985, *Livros de contas da ilha da Madeira. I* [...], p. 431.

e tambem [em branco] porque som homes que sabem e entendem no dicto caso per com elles e per juramento verem as mezinas que os boticajros teem sse ssam as que deuem...». COSTA, 1995, Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...], p. 306.

Ce qui montre que cette corporation professionnelle était déjà bien établie dans l'île à ce moment-là. La réputation internationale des vertus médicinales attribuées au sucre madérien²⁷⁹ justifieraient, de par soi-même, la présence précoce d'apothicaires sur ce front pionnier. Ils disposeraient du produit le plus coûteux nécessaire à leur activité sur place, en grande quantité et certainement à meilleur prix qu'en métropole. Les liaisons commerciales de la jeune colonie avec le nord de l'Europe et la Méditerranée leur ouvraient par ailleurs la possibilité d'exporter toute une gamme de médicaments à base de sucre susceptibles de traverser l'Atlantique avec des pertes très réduites, étant donné leur grande durabilité. En ce qui concerne l'alfenim, il est bien établi que ce remède faisait déjà partie des marchandises chargées dans les cales des navires qui visitaient le port de Funchal en 1469²⁸⁰. Il n'y a pas de raison de douter qu'une bonne partie eût été produite par les apothicaires locaux. Si on a ignoré jusqu'à présent leur rôle comme passeurs du savoir-faire du pénide, c'est probablement parce qu'il est rarement question d'eux dans les sources madériennes. Entre 1504 et 1537, les Livros de Contas font mention à 10 maîtres confiseurs et à un seul boticário à Funchal²⁸¹. Ce qui ne rend pas du tout compte de l'importance de cette communauté professionnelle durant cette même période²⁸². C'est précisément en 1537 que la fille de l'un d'entre eux, appelé João Romeiro, est admise au couvent de Santa Clara²⁸³. Or cet établissement monastique accueillait à l'époque les membres des plus riches familles de la

²⁷⁹ SILVA, 1995, *A Madeira e a construção do mundo atlântico* [...], vol. 1, p. 262. GOMES, 2018, «De "caldos esforçados" a [...]», p. 115.

²⁸⁰ «E tam bem molheres de boas pesoas E muytos pobres que lavam os açuquares bayxos em tamtas maneyras de conservas E alfenij E confeitos de que am grandes proueytos que dam rremedio asuas vidas E dam grande nome a terra nas partes onde vam...». MELO, 1972, «Tombo I.º do registo geral [...]», p. 48 (doc. 18: *carta dos Regedores desta cidade (sic) sobre o mesmo caso*, 25-09-1469.

²⁸¹ SILVA, 1995, *A Madeira e a construção* [...], vol. 1, p. 306, Quadro I. Le nombre de *confeiteiros* en activité durant cette période a été estimé par cet auteur à partir de: COSTA *et al.*, 1985, *Livros de contas* [...]. C'est également à cette époque, plus précisément en 1509, que l'achat de sucre par un apothicaire est attesté pour la première fois. Cf. SILVA, 1995, *A Madeira e a construção* [...], vol. 2, p. 763. COSTA *et al.*, 1989, *Livros de contas* [...], vol. 2, p. 195.

²⁸² D'une façon générale, on ne sait pas grand-chose en ce qui concerne l'influence sociale et le pouvoir économique des apothicaires au Portugal. BRAGA, 2001, *Assistência, saúde pública e* [...], p. 54. Dans le cas particulier de Madère, il semble que les *boticários* et autres professionnels de santé jouissaient d'une situation privilégiée par comparaison aux autres corporations d'artisans durant le XVII^e/XVIII^e siècle, voire même peut-être avant. VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder* [...], p. 63. CARITA, 1999, *História da Madeira* [...], p. 328.

²⁸³ Cet apothicaire donne une propriété située au Curral dos Romeiros (commune de Funchal) en guise de dote. ANONYME, 1950, «O primeiro aforamento [...]», p. 99.

colonie²⁸⁴. Il se peut donc que cet apothicaire faisait partie de l'élite locale. Pourtant, les entrées qui se rapportent à 1542-1543, ne font aucune mention à cette classe d'artisans. Il faut dire que les *Livros de contas* font référence à un seul confiseur durant cette même période²⁸⁵. Entre 1556 et 1700, on ne compte guère qu'une *confeiteira* et cinq *boticários* ayant effectué les démarches nécessaires auprès de la municipalité afin de pouvoir exercer leur activité²⁸⁶. Aux apothicaires qui avaient pignon sur rue, il faut ajouter ceux qui étaient au service des établissements religieux de l'île. En métropole, beaucoup de monastères et de couvents disposaient désormais de leurs propres boutiques. Celles-ci produisaient des remèdes non seulement pour assurer les besoins de la communauté résidente, mais aussi pour les vendre à l'extérieur, faisant ainsi concurrence aux établissements laïques²⁸⁷. L'importance croissante de cette source de revenus justifie que certains d'entre eux aient dédiés des livres de comptes entiers aux dépenses de leur *botica*²⁸⁸. À ma connaissance, ce n'est pas le cas à Madère²⁸⁹. Les deux couvents les plus importants de Funchal – de Santa Clara et da Encarnação – pouvaient compter sur les médicaments

²⁸⁴ SOUSA, 1991, *O convento de Santa Clara do Funchal*, p. 40. CARITA, 1996, *História da Madeira* [...], p. 318. Nous manquons cependant de données à ce sujet pour les premiers siècles de l'existence de cette communauté. Au XVIII^e siècle du moins, on sait avec certitude que 78 des 136 novices admises au couvent de Santa Clara appartenaient à la noblesse. SOUSA, 1991, *O convento de Santa Clara do Funchal*, p. 51. En ce qui concerne le couvent da Encarnação, Eduarda Maria de Sousa Gomes admet cependant qu'une partie des nonnes seraient issues de familles moins fortunées. GOMES, 1995, *O convento da Encarnação do Funchal* [...], p. 36.

²⁸⁵ GOUVEIA, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», p. 37. SILVA, 1995, *A Madeira e a construção* [...], vol. 1, p. 306, Quadro II. Ce tableau a été établi à partir d'une transcription du «Roll dos espimgardeiros» (doc. 84) publiée en 1990. MELO, 1990, *Tombo I.º do registo geral* [...], pp. 96-99. Naidea Nunes Nunes signale également plusieurs références à des maîtres confiseurs dans les *vereações* de la municipalité de Funchal tout au long du XVIe siècle. NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], pp. 601-602 (entrée «CONFEITEIRO»). Cf. BRAGA, 2001, *Assistência*, saúde pública e [...], p. 51.

²⁸⁶ SILVA, 1995, A Madeira e a construção [...], vol. 1, p. 307 (Quadro III). Ces comptages ont été effectués à partir de: ABM, Index do Registo Geral, tome I, fols. 129-134 («cartas de exame de varios officios a diversos sujeitos»). Voir aussi: [1589 (18 février)] «Em a dita uereasam asemtarão hos senhores hoficiaes que se ujsetase as botiquas e asi mandarão que se cumpram as posturas uelhas em todo e asinarão aquj Thomas da Costa». COSTA, 2002, Vereações da Câmara [...], p. 49. [1596, 4 septembre] «Em a dita vereção appareceo Faustino Dias boticajro e apresentou hūa licença do fisico mor a qual guardarão os officiaes e mandarão que seruisse o ditto officio Dioguo Paez da Cunha o escreuj...». COSTA, 2002, Vereações da Câmara [...], p. 98. Durant le XVIIe siècle, il y avait des femmes qui étaient confeiteiras. SARMENTO, 1941, As pequenas indústrias da Madeira, entrée «A arte dôce». Cf. [1699], «Resisão Dacarta dexaminação do offiçio deConfeiteira / de An.ª dejesus», ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral (Tomo 7: 1672-1720), livr. 1218, fol. 233v.

²⁸⁷ PITA *et al.*, 2012, «A arte farmacêutica no [...]», pp. 242-243.

²⁸⁸ Voir, par exemple, le cas d'étude du couvent d'Arouca. BARATA, 2011, «As livrarias dos mosteiros e [...]», p. 136.

Dans le meilleur des cas, les dépenses de la boutique sont comptabilisées dans une rubrique du livre de compte qui lui est spécifiquement destinée. Cf. infra.

confectionnés internement²⁹⁰, n'achetant qu'une petite partie d'entre eux aux apothicaires locaux²⁹¹, les faisant même parfois venir de Lisbonne, bien que très rarement²⁹². À Santa Clara, l'existence de la boutique conventuelle est attestée dès le tournant du XVIII^e siècle²⁹³. C'est précisément durant cette période que la consommation festive *d'alfenim* est documentée pour la première fois, comme nous le verrons plus loin. Mais avant cela, nous allons suivre l'évolution de la chaîne opératoire du pénide tout au long de la période moderne.

Innovation et Tradition au Temps des Lumières

Entre le tournant du XVII^e siècle et le 3^e quart du XVIII^e siècle, les communautés monastiques ont participé très activement au développement de l'art pharmaceutique en Europe²⁹⁴. À l'instar de leurs collègues laïcs, les apothicaires au service du clergé régulier ont appris à dominer les secrets de nouvelles préparations comme la fameuse eau anglaise²⁹⁵. Ils ont également disséminé un savoir-faire rénové à

²⁹⁰ Tout au long du XVIII^e siècle, il existe de nombreuses références dans les livres de comptes du couvent da Encarnação au paiement de salaires en argent et en nature au *boticário* de cet établissement religieux. À titre d'exemple: «Domingo 19 de Dezembro [1707] /.../ P. 2 quartos de Porco e 6 g.^{as} p.^a oletrado e boticario 3\$_____», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 16, 1705-1708, fol. 111v. À l'instar du reste du personnel masculin, l'apothicaire ne pouvait entrer au couvent qu'avec l'autorisation de l'abbesse, y passant juste le temps nécessaire d'effectuer sa tâche. GOMES, 1995, O convento da Encarnação do Funchal [...], p. 49.

²⁹¹ CARITA, 1996, História da Madeira [...], p. 320. GOMES, 1995, O convento da Encarnação do Funchal [...], p. 53.

²⁹² «P: Dr:º que semandou buscar boticaalx.ª: p.ª asdoen-/tes, trinta mil Reis 030\$000», ANTT, CSCF, livr. 38, 1727-1730, fol. 7.

Le 1er livre de comptes du couvent de Santa Clara, qui se rapporte au triennat 1690-1692, fait mention à un paiement à la boutique dite «de madalena» – «p.ª abotica de madalena \$280», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara, livr. 47, 1690-1692, fol. 39v. Il y a également l'électuaire que l'abbesse envoie à Lisbonne en 1690 et 1691, mais il n'est pas précisé où il a été confectionné. Cf. supra. À la page suivante, l'écrivaine a annoté la quantité de blé (?) destinée au médecin et à l'apothicaire. «ao medico 2 m / ao boticario 2m», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara, livr. 47, 1690-1692, fol. 67v. Le 2e livre de comptes (1699-1702) fait état de l'achat de céramiques, de bouteilles, de charbon et de sucre destinés à la boutique de cet établissement. «Comprouse Deolaria p.ª a Botica \$100», ANTT, CSCF, livr. 83, 1699-1702, p. 62. «Comprouse de carvaő para Abotica tres garrafas \$150», ANTT, CSCF, livr. 83, 1699-1702, p. 64. «Despeza do Asuqar deste seg. do Anno / Deusse p.ª A Botica 16 lb. despeza do Asuqar deste seg. do Anno / Deusse p.ª Abotica 16 lb.», ANTT, CSCF, livr. 83, 1699-1702, p. 229-230.

²⁹⁴ Au Moyen-âge, l'essor de la pharmacologie est déjà tributaire des établissements monastiques. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], pp. 130-132.

L'eau anglaise arrive avec un certain retard à Madère. «Gasto na Butica /.../ A 2 garrafas de Agoa deInglaterra 1\$600», ANTT, CSCF, livr. 59, 1823-1826, fol. 10. En revanche, dès le dernier quart du XVIIIe siècle, on pourrait se procurer de l'eau de Hongrie à Funchal. «Gasto na Botica / P5 Canudos de agua de Hungria \$500», CSCF, livr. 46, 1774-1777, fol. 83.

travers une nouvelle catégorie de manuels techniques, habituellement rédigés en langue vulgaire, qui ont rapidement pris la place des antidotaires: les pharmacopées. On y trouvait les préparations les plus recherchées par la clientèle des boutiques à l'époque²⁹⁶. Les électuaires et autres remèdes complexes hérités du Moyen-âge côtoyaient désormais des médicaments faits à partir de substances exotiques ou de composants chimiques²⁹⁷. Au Portugal, ce phénomène est plus tardif. On doit à D. Caetano de Santo António, un moine de l'ordre de Saint Augustin qui était à la tête de la botica de la communauté de S. Vicente de Fora à Lisbonne, d'avoir compilé la première pharmacopée intitulée Pharmacopea Lusitana²⁹⁸. L'édition de 1711²⁹⁹, publiée un an avant la parution du premier volume du dictionnaire de Rafael Bluteau, décrit pas moins de 13 remèdes qui contiennent de l'alfenim. Il s'agit le plus souvent de lochs³⁰⁰, de sirops³⁰¹, mais aussi d'un électuaire³⁰², de troviscos³⁰³, d'une poudre médicinale³⁰⁴, ainsi que du *diaphenica*o, qui n'est autre qu'une version améliorée du diapenidion dont nous avons eu l'occasion de parler plus haut. Au lieu de mélanger le pénide avec une décoction d'orge comme le recommandait Platearius en son temps, celle-ci entrait désormais comme ingrédient de la préparation du premier³⁰⁵. Cette innovation s'inscrit dans le sillon d'un petit nombre de changements tardifs en ce qui concerne la méthode de confection de cette pâte en sucre, que l'on peut suivre à travers la lecture de la littérature pharmacologique de l'époque.

Un apothicaire du Moyen-âge lirait sans sourciller la description, que Pierre Pomet nous a laissée de l'*alphaeonix* dans son Histoire générale des drogues parue en 1694³⁰⁶. La technique du clou, le recours à l'amidon en poudre (cette fois-ci pour éviter de se brûler les mains), le marbre graissé d'huile d'amande douce, le point

²⁹⁶ PITA *et al.*, 2012, «A arte farmacêutica no [...]», p. 229.

²⁹⁷ RIEDER *et al.*, 2012, «Le remède et ses usages [...]», pp. 9-19. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], pp. 57-60.

²⁹⁸ Ce moine avait dirigé auparavant la boutique du monastère de Santa Cruz à Coimbra. PITA, 1999, «Um livro com 200 anos [...]», p. 52.

²⁹⁹ ANTÓNIO, 1711, Pharmacopeia Lusitana Reformada [...].

³⁰⁰ ANTÓNIO, 1711, *Pharmacopeia Lusitana Reformada* [...], pp. 66-69 et 71.

³⁰¹ ANTÓNIO, 1711, *Pharmacopeia Lusitana Reformada* [...], pp. 107, 134, 137 et 145.

³⁰² ANTÓNIO, 1711, Pharmacopeia Lusitana Reformada [...], p. 169.

³⁰³ ANTÓNIO, 1711, Pharmacopeia Lusitana Reformada [...], p. 288.

³⁰⁴ ANTÓNIO, 1711, *Pharmacopeia Lusitana Reformada* [...], p. 347.

^{305 «}Alfenim feyto com cozimento de Ceva/da sincoenta oytavas». ANTÓNIO, 1711, Pharmacopeia Lusitana Reformada [...], p. 161. Voir la définition du pénide proposée par Henry Lammens: «Pénide (I). Sucre tors, cuit à la plume avec une décoction d'orge». LAMMENS, 1890, Remarques sur les mots français [...], p. 195.

³⁰⁶ POMET, 1694, *Histoire generale des drogues* [...], pp. 98-99.

du sucre dit cassé³⁰⁷; tout cela lui serait très familier. À la fin de ce siècle, le sirop est encore un simple mélange de sucre et d'eau, mais il y a aussi une autre sorte de pénide très riche en amidon et pour cette même raison, bon marché, bien que pâteux au goûter. La grande nouveauté révélée par cet ouvrage, c'est qu'il existe désormais une variété à coloration ambre que l'on appelle également sucre d'orge en français, bien que cette céréale n'entre pas dans sa composition. On la préparait alors avec de la cassonade³⁰⁸, nom qui désigne à l'époque le sucre obtenu à travers la technique méditerranéenne qui consiste à sceller l'ouverture du moule avec de la terre glaise³⁰⁹. C'est, à ma connaissance, la seule méthode en usage à Madère dès le XV^e siècle³¹⁰. Ce pénide, qui serait le plus difficile à fabriquer selon Pomet, se présenterait alors sous forme de bâtonnets ou de bâtons entortillés. Une soixantaine d'années plus tard, le Codex medicamentarius, seu Pharmacopoea Parisiensis différencie le sucre d'orge et ce que son auteur appelle «Penidia», mais aussi «Alphenicum». Ces deux pâtes sont faites de sucre dissous dans une décoction d'orge. C'est l'emploi de safran et de blanc d'œuf³¹¹ qui distingue la première de la seconde. Autre nouveauté on verse maintenant quelques gouttes de citron avant de laisser durcir un peu le sirop sur le marbre³¹². Notons au passage que c'est la première fois qu'il est question d'une substance acide. Rappelons que de nos jours, c'est le vinaigre et non le jus d'agrumes qu'on emploie aux Açores. Le blanc d'œuf utilisé, toujours selon cet auteur, pour préparer le sucre d'orge, permet également d'obtenir une des versions brésiliennes de l'alfenim dont il a été question plus haut. Auparavant, cet ingrédient servait à peine à clarifier le sucre.

Une vingtaine d'années après la publication de ce traité, Joseph Quer distingue à son tour l'acucar hordeado de l'alfeñique / alphenicum, précisant que l'orge entre dans

³⁰⁷ L'encyclopédie de Diderot et d'Alembert propose la définition suivante de la cuisson à casser: «Cuisson à cassé. Les Confiseurs donnent / ce nom au sucre qui se casse en faisant un / petit bruit, lorsqu'on le détache du doigt / qu'on a trempé dans ce sucre après l'avoir / mouillé d'eau fraîche». DIDEROT et al, 1777, Encyclopédie ou dictionnaire raisonné [...], p. 115, entrée «Cuisson, en terme de confiserie». Ce qui n'est pas sans rappeler la goutte qui se fend quand elle se refroidie ou quand on la presse entre les doigts, dont parlent les recettes 1 et 3.

³⁰⁸ Pierre Pomet vient d'expliquer, juste auparavant, comment la cassonade est préparée d'une façon très détaillée. POMET, 1694, *Histoire generale des drogues* [...], pp. 95-96.

³⁰⁹ BARCELÓ *et al.*, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», p. 182.

³¹⁰ NUNES, 2003, *Palavras doces* [...], p. 120.

BOYER, 1760, *Codex medicamentarius* [...], p. 91 (entrée «Saccharum hordeatum»). À la fin du XVI^e siècle, Jacobus Theodorus Tabernae-Montanus recommandait déjà de clarifier le sucre utilisé pour faire le pénide avec du blanc d'oeuf. Cf. supra.

³¹² «Antequam massa / supra marmor effundatur, ad gratiam addi possunt / olei stillatitii flavedinis mali Citrei guttæ aliquot». BOYER, 1760, *Codex medicamentarius* [...], p. 92 (entrée «Penidia»).

la composition de ces deux préparations³¹³. La couleur de la première serait jaune et un blanc très pur pour ce qui est de la seconde. C'est également le point du sucre à atteindre qui différencie l'alfeñique et l'açucar hordeado, l'un étant juste adéquat pour faire des pastilles ou bien du caramel, alors que l'autre est celui qui convient si l'on veut obtenir des fils, qu'ils soient gros ou fins, longs ou courts, étant très souvent torsadés³¹⁴. Ce qui n'est pas sans rappeler les propos de Pomet sur ce sujet à la fin du XVIIe siècle. En 1712, Rafael Bluteau témoigne à son tour que la configuration habituelle de l'alfenim, qu'il orthographie également alphenim, est celle du jonc. À la fin de cette centurie, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo en fera de même³¹⁵. On sait par ailleurs grâce à Bluteau que cette douceur pouvait également prendre la forme d'une série de bâtonnets torsadés liés entre eux³¹⁶. Selon lui, ce qui distingue le pénide de la variété d'alféola confectionnée avec du sucre³¹⁷ dont il a été question plus haut est non pas la configuration – il s'agit de bâtonnets dans les deux cas – mais le diamètre, celui de l'alfenim étant plus fin³¹⁸. Cet auteur ne fait toutefois aucunement allusion au fait que l'orge, le blanc d'œuf ou le jus de citron entrent dans sa composition. Mais s'agissant d'une entrée de dictionnaire, on ne peut s'attendre à autant de détail. À la fin de cette centurie, António Moraes da Silva est le premier à

³¹³ «De la Cebada limpia se forma la azucar que llaman hordeada y el / alfeñique, nombrado por los Autores Alphenicum». QUER, 1784, *Continuacion de la flora española* [...], p. 235.

³¹⁴ «La primera es una / confeccion amarilla y transparente, hecha del agua de cebada y azu-/car cocida hasta que tenga la consistencia suficiente para fomar pas-/tillas, ó caramelos. El alfeñique se hace con la misma agua y azucar; / pero cocidas com tal arte y proporcion, que se reduzcan á masa muy / sólida, y tan tratable que no se pegue á los dedos untados con axey-/te de almendras dulces, y se fomen de ella cuerdas ya gruesas, ya / delgadas, cortas, ó largas, y muchas veces torcidas, pero siempre / blancas.». QUER, 1784, *Continuacion de la flora española* [...], p. 235.

^{315 «}Alfenim [...] um pequeno junco de açucar muito alvo [...] Ao Alfenim chamam nas boticas Alphoenix.». VITERBO, 1865 [1799], Elucidário das palavras, termos e frases, p. 346 (entrée «Alfanehe»).

^{316 «}Alfenim he / muito branco. Algumas vezes se faz a / modo de paosinhos torcidos, liados huns aos outros, a modo de tro-/ciscos... O Alfenom mais commum, he como hum pequeno junco / de maça de açucar. ... Alfenim he mais delgado q~ alfeloa». BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez & Latino*, p. 244 (entrée «ALFENIM»). Le vocable «trociscos» n'est pas défini par cet auteur, mais il apparaît dans un passage du «Regimento dos buticairos», qui énumère les remèdes vendus par les apothicaires de Lisbonne à la fin du XVe siècle. «Jtem Mandarom que [todo o buticairo] nom dispense nemhūa meezinha .s. confeçõoes opiatas leitoairos pirollas troçiscos...». AML-AH, 1974, *Livro das Posturas Antigas*, p. 218. En 1794, tout un chapitre de la *Pharmacopeia geral* est dédié à ce médicament, fait à partir d'une pâte en sucre, n'étant pas étirée contrairement au pénide. Cf. A., 1794, «Cap. IX: "Dos Trociscos"», pp. 186-189.

^{317 «}ALFELOA, Alfèloa. Maça de açu-/car branco feita a modo de paosinho ro-liço...». BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez & Latino*, p. 243 (entrée «ALFELOA»). À la fin du XVIII^e siècle, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo fait clairement la distinction entre l'*alféola* préparée avec du sucre et celle à base de mélasse. «ALFELOEIRO. O que fazia doce de qualquer / qualidade. Hoje chamamos Alfeloa ao doce de / assucar, ou melaço posto em ponto». VITERBO, 1865 [1799], *Elucidário das palavras, termos e frases*, p. 55 (Entrée «ALFELOEIRO»).

 $^{^{318}}$ «Alfenim he mais delgado q $^{\sim}$ alfeloa». BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez & Latino*, p. 244.

opposer l'alfenim à l'alféola³¹⁹ en fonction de la matière première employée pour les préparer: du sucre blanc et de la mélasse respectivement. Cet auteur entre ainsi en contradiction avec ce que disent les entrées qui se rapportent à ces deux douceurs dans les dictionnaires mentionnés plus haut et notamment celui de Bluteau, qui a pourtant servi de base à Moraes da Silva. Il se peut cependant que ce soit là une spécificité brésilienne³²⁰. En effet, comme l'indique le titre de cet ouvrage, l'auteur est né à Rio de Janeiro. Son prédécesseur avait établi auparavant la différence entre l'alféloa faite à base de sucre blanc et celle préparée avec de la mélasse. Celle-ci aurait une couleur jaunâtre. Bluteau précise également qu'on appelait la seconde à l'époque «alfeloa mangana», ou bien encore «alfeloa amarela»³²¹. Maximiano Lemos est probablement le dernier à distinguer ces deux variétés au début du XXe siècle³²².

Au demeurant, il semble donc qu'on a continué à faire l'alfenim et l'alféloa avec du sucre blanc, tout au long du XVIII^e siècle, voire même au siècle suivant. Cela est vrai, du moins, à Madère.

L'Alfenim Madérien (XVIII^e Siècle)

Veut la tradition que les religieuses des couvents du Funchal aient été les gardiennes des secrets de la fabrication des douceurs locales naguère très réputées en toute l'Europe³²³. Pour ce qui est de l'*alfenim*, la tradition dit vrai. Jusqu'à présent, on ne connaissait pas de document faisant mention au pénide au-delà de la première

³¹⁹ «ALFÈLOA, s. f. Massa de mellaço em ponte / forte, de sorte que fica alvo depois de mani-/pulado /.../ ALFENIM, s. m. Massa delicada de assucar / mũi alvo». SILVA, 1789, *Diccionario da lingua portugueza* [...], p. 90 (entrées «ALFÈLOA» et «ALFENIM»).

³²⁰ À la fin du XVIII^e siècle, on vendait déjà de l'*alféola* et de l'*alfenim* dans les rues des principales villes du Brésil. Ce dernier, également appelé *puxa-puxa*, serait fait à l'époque avec du sucre au point dit «açúcar queimado». ALGRANTI, 2005, «Os doces na culinária luso-brasileira [...]», p. 144 et note 21.

³²¹ «ALFELOA, Alfèloa. Maça de açu-/car branco [...] Alfeloa de melaço,a que chamaõ Alf-/feloa magana, ou Alfeloa amarella». BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez & Latino*, p. 243 (entrée «ALFELOA»).

³²² «Alfeloa (do ár. Al-heloa, s. f. Massa de assu-/car ou melaço em ponto de que se fabricam artigos de confeitaria». LEMOS, 19___, Encyclopedia portugueza illustrada [...], vol. I, p. 186 (entrée «Alfeloa»).

³²³ «A arte dos xaropes e da confeitaria aprimorou-se nos conventos. Os frades de S. Francisco possuiam nas cêrcas pomares de muitas árvores e toda a frescura que se póde ter de frutas e ervas cheirosas. Um tanto sabedores de propriedades das seivas e sucos, preparavam as pastilhas de funcho para a tosse e as diagargantes, á maneira da India, com gingibre, canela, limão, etc.». SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce».

moitié du XVI^e siècle³²⁴. Une recherche en cours sur les patrimoines alimentaires de l'archipel est venue combler cette lacune. Le dépouillage systématique des livres de comptes du couvent de Santa Clara de Funchal m'a permis d'identifier pas de moins de 20 références qui s'y rapportent, échelonnées entre le tournant du XVIII^e siècle et le troisième quart de cette centurie³²⁵. Bien que très succinctes³²⁶, elles permettent de tirer quelques conclusions.

En premier lieu, quand l'occasion est précisée, la consommation de pénide a toujours lieu durant les célébrations de la semaine sainte³²⁷. Rappelons qu'aux Açores, l'alfenim est souvent associé non pas à Pâques, mais à la Pentecôte, et notamment à la tradition des *impérios do Espírito Santo*³²⁸. À quelques exceptions près, sa présence au réfectoire du couvent est assez espacée dans le temps, ne faisant donc pas partie

³²⁴ Hormis l'ouvrage de Gaspar Frutuoso qui est rédigé vers 1580, on ne connaissait pas de références à l'alfenim qui se rapportent à Madère après le milieu du XVI^e siècle. La commande de la reine du Portugal à la femme du capitaine de Funchal était le dernier document identifié jusqu'à ce jour à lui faire mention. Cf. supra. Au long des deux siècles suivants, il n'y a guère que l'exportation de conserves de fruits, et notamment de cédrat, qui continue à être signalée. SILVA, 2020, «La fabrique du jardin de l'Atlantique [...]», p. 74.

³²⁵ Tableau 4.

³²⁶ Annexes A, n.os 1-20.

³²⁷ Annexes A, n. os 1, 5-13, 15-20.

³²⁸ Quoigu'en dise Alberto Vieira, rien ne prouve que ce soit le cas à Madère à une date aussi reculée et que les habitants de l'archipel aient disséminé à travers l'Atlantique la tradition de l'alfenim en contexte de Pentecôte, VIEIRA, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, pp. 19 et 20. La première mention à l'alfenim à cette occasion n'est pas antérieure au début du XXe siècle dans ce territoire insulaire. Tous les documents que cet historien présente en faveur de l'ancienneté de la consommation de pénide dans ce contexte datent de cette période, VIEIRA, 2016, As festas do divino [...], pp. 14, 20 et note 37. L'extrait d'un journal qu'il invoque en note de bas de page à l'appui de cette idée ne fait pourtant pas mention à l'alfenim entre les denrées vendues aux enchères ce jour-là. «No proxímo sabbado serão conduzidos o pão, hortaliças, etc., que hão-de figurar na copa do Espirito Santo, de Santo António, desde a Levada do Cavallo até o adro d'aquella freguezia, levando na frente uma confraria, as insignias do Espirito Santo e sendo seguidos d'uma philarmonica.». ABM, Diário de Notícias, 31 mai 1906, n.º 9072, p. 2 («Noticias religiosas»). Alberto Vieira reproduit également en annexe à son étude plusieurs autres articles de ce même journal (p. 24, 26) qui ne font pas non plus mention à l'alfenim à cette occasion, étant à peine question de pain et de légumes et des «dôces» en forme de château offerts par une pâtisserie locale, «Hoje, pelas 10 horas da manhã, se-/rão conduzidos da entrada da cidade, pelas ruas de João Tavira, Carreira até á capella de S. Paulo, o pão, hortaliças, carne e grande numero d'outros generos / alimenticios com destino ao Imperio de / S. João.». ABM, Diário de Notícias, 16 juin 1900, n.º 6960, p. 1 («S. Joao»). «Hoje serão conduzidas as verduras / e hortaliças da rua do Conde do Can-/navial até a copa, acompanhadas pela / Banda Republicana Artistas Funchalen-/ ses e uma orchestra. / A'frente irá a bandeira de S. João, / ladeada por creanças vestidas à saloia». ABM, Diário de Notícias, 13 juin 1914, n.º 11983, p. 2 («Imperio de S. João»). «As insignias do Espirito Santo, com / destino ao mesmo «Imperio» serão condu-/zidas para ali ámanhã, pelas 8 horas, sen./do acompanhadas por uma orquestra. / - A rifa dos casteos, em dôce, reali-/za-se no domingo, pelas 4 horas da tarde. /.../ – Em seguida á festa do Espirito / Santo, na respectiva capela, será servido / um abundante e variado bôdo aos pobres. / – O pão e dôces são fornecidos pela / Confeitaria «Alegria»: / – A distribuição de esmolas de pano e / generos alimenticios crús, «do Imperio» / de S. João, da Ribeira, será feita ali no / proximo domingo, pelas 2 horas da tarde». ABM, Diário de Notícias, 18 juin 1915, n.º 12350, p. 2 («"Imperio" de S. João»).

du répertoire de mets servis aux nonnes à date fixe d'une année à l'autre. Le sort de l'alféola semble en cela avoir été très différent³²⁹. Les dépenses en sucre destinées à sa préparation sont signalées très régulièrement à l'occasion de fêtes religieuses³³⁰, non seulement au convento de Santa Clara, mais aussi au convento da Encarnação où il était coutume³³¹ d'en manger le premier mai. Dans cet établissement, les références à l'alféola sont plus tardives, n'étant pas antérieures au triennat 1728-1730³³². En ce qui concerne Santa Clara, cette douceur est mentionnée pour la première fois dans le second livre de comptes (1699-1702). Elle est par la suite évoquée dans tous ceux, datés du XVIIIe siècle, qui sont arrivés jusqu'à nous et, après cela, durant les triennats 1801-1804, 1804-1805 et 1811-1814³³³. Après quoi, il n'en est plus jamais question. Au couvent da Encarnação, la séquence de mentions à l'alféola n'est pas aussi régulière, faisant partie de la diète de cette communauté plus longtemps, au moins jusqu'en 1819³³⁴.

Il semble que les religieuses de Santa Clara réservaient le meilleur sucre blanc pour l'alfenim³³⁵. Cependant, quand la qualité employée est spécifiée, c'est également toujours du «asucar branco» qui est utilisé pour faire l'alféola³³⁶. Il s'agit donc bien de la version aristocratique inventée par les cuisiniers du roi du Portugal dans le tournant du XVIe siècle et signalée par Rafael Bluteau au début du XVIIIe siècle, conjointement avec celle faite de mélasse. Ce qui la distingue du pénide

³²⁹ Luís da Silva Ribeira observe que la consommation de l'*alfenim* a toujours été moins significative à Madère que celle de l'*alféola*, sans toutefois préciser le contexte social et la période à laquelle il fait allusion. RIBEIRA, 1948, «Alfenim» apud RIBEIRA, 1982, *Obras. Vol. 1: Etnografia açoriana*, p. 514.

Les trimestres où l'alfenim est servi au couvent de Santa Clara, l'alféloa est souvent au menu à d'autres occasions. Annexes A, n.ºs 1-6, 11, 16, 17.

³³¹ Comme c'est clairement indiqué – «comohecostume» – par une entrée transcrite plus bas (Annexe D, n.º 10).

³³² Tableau 5.

³³³ Tableau 4.

³³⁴ Je n'ai pas encore eu l'occasion de répertorier les références à l'alféloa dans les livres de comptes des triennats suivants conservés aux archives nationales de la Torre do Tombo. En revanche, j'ai déjà pu vérifier qu'il n'y a aucune mention à cette douceur dans les deux derniers livres de comptes de couvent (triennats 1882-1885, 1885-1887) conservés à l'Arquivo Regional da Madeira. ABM, Conventos, Convento da Encarnação (Receita e Despesa), livr. 27, 1882-1885. ABM, Conventos, Convento da Encarnação (Receita e Despesa), livr. 29, 1885-1887.

³³⁵ Annexes A, n.º 8. Le sucre acheté pour faire l'*alfenim* en 1730 avait coûté 3.200 *reis* l'arrobe, donc bien plus cher que les deux autres variétés utilisées pour confectionner différentes douceurs que mentionne l'écrivaine dans ce passage du livre de comptes: 2240 reis et 2560 reis l'arrobe. Quatre références postérieures au pénide (n.º 9, 11, 13 et 15) précisent qu'on a employé du «Asuquar branco» pour le préparer.

Annexes B, n.ºs 1-5, 7, 9. Au couvent da Encarnação, la variété de sucre utilisée n'est signalée qu'à deux reprises en ce qui concerne cette douceur, une fois du blanc et une fois du roux (M.º = mascavado). Annexes D, n.ºs 3, 14.

tel qu'il est décrit par la littérature pharmacologique n'est donc pas la matière première employée comme le croient certains auteurs cités précédemment, mais plutôt la présentation du produit final et le fait que sa préparation soit à la portée d'un opérateur moins expérimenté. Il est par ailleurs peu probable que ce soit l'apothicaire du couvent qui ait pris en charge la fabrication de ces deux douceurs. À Santa Clara, la liste de dépenses en sucre relative à la 2^e année du triennat 1699-1702 individualise celui utilisé pour l'alfenim, l'alféloa³³⁷ et celui destiné à la boutique³³⁸.

Les entrées des livres de comptes de ce couvent qui se rapportent au paiement de salaires ne font jamais mention à des confiseurs ou à des cuisiniers. Ce serait donc le personnel féminin du couvent qui prenait en charge les repas de la communauté. Il est d'ailleurs souvent question de jeunes femmes qui préparent l'aletria³³⁹, recevant soit du sucre, soit de l'alféloa en quise de récompense³⁴⁰.

Remarquons au passage que les livres de comptes du couvent da Encarnação ne font jamais mention à l'alfenim³⁴¹, ce qui suggère que sa consommation soit exclusive de l'établissement voisin, le plus prospère et le plus réputé, ses membres étant issues des familles les plus riches de cette colonie³⁴². Il semble ainsi que l'usage de servir du pénide lors d'occasions spéciales serait encore à l'époque exclusive de l'élite insulaire³⁴³. Par ailleurs, le plus ancien livre de comptes du couvent, qui

³³⁷ Annexes A, n.º 1.

³³⁸ «Despeza de Asuqar deste seg. do Anno / Deusse p. a A Botica 16 lb. de J.../ Deusse p. a xaropes da Botica 16 lb. // Deuse p. a Abotica 16 lb /.../ Deusse p. a Abotica 16 lb. ANTT, CSCF, livr. 83, 1699-1702, pp. 229-230.

Annexes C, n.ºs 1-52. On ne sait pas si le sucre roux offert aux femmes qui font l'aletria à deux occasions a servi ou non à leur préparer de l'alféloa. Cf. Annexes C, n.ºs 1-2. Il en est de même pour ce qui est du sucre blanc. Cf. Annexes C n.ºs 6-7. Au demeurant, la plupart du temps, elles reçoivent de l'alféloa n'étant pas précisé la qualité du sucre employé pour préparer cette douceur.

³⁴⁰ Il n'est pas certain que ces femmes travaillent en permanence au couvent – le sucre et l'*alféloa* qu'elles reçoivent étant dans ce cas une espèce de bonus – ou si elles sont spécialement embauchées pour préparer de l'*aletria*. La pratique de renforcer les effectifs du personnel de cuisine lors d'occasions spéciales est attestée en milieu monastique à cette époque, aussi bien en métropole qu'à Madère. Cf. RAMOS, s.d. OSSWALD, 2010, «Hábitos alimentares dos jesuítas [...]», p. 75. VERÍSSIMO, 2002, *O Convento de S. Bernardino* [...], p. 60. «[Setembro de 1799] Pr Pagamento a q.^m fez o comer nafesta do SS.^{mo} \$800», ANTT, CSBCL, livr. 494, fol. 23.

³⁴¹ Je n'ai trouvé aucune mention à l'alfenim, à l'alféola et à l'alcorça dans les trois livres de comptes du Convento das Mercês de Funchal conservé à l'Arquivo Regional da Madeira, qui couvrent pourtant pratiquement tout le XVIII^e siècle. ABM, *Governo Civil (Conventos)*: livr. 272 (1725-1728), livr. 273 (1737-1757), livr. 274 (1764-1794).

³⁴² SOUSA, 1991, O convento de Santa Clara do Funchal, p. 40. CARITA, 1996, História da Madeira [...], p. 318.

D'une façon générale, les habitudes alimentaires des religieuses seraient les mêmes que celles de la haute société coloniale, beaucoup d'entre elles étant issues de ce milieu. CARITA, 1999, História da Madeira [...], p. 332.

date du dernier quart du XVIIe siècle n'y fait pas mention, ni d'ailleurs aucun autre document de la période antérieure. Tout cela contrarie l'idée aujourd'hui bien établie, selon laquelle la coutume de manger de l'alfenim lors de célébrations se serait généralisée dès le temps des premiers colons³⁴⁴. À ma connaissance, la plus ancienne référence à sa consommation en contexte festif n'est pas antérieure à 1551 au Portugal. Elle est attestée lors d'un banquet au Convento de Cristo, en l'honneur du roi D. João III durant son séjour à Tomar. On aurait également servi de l'alféloa à cette même occasion³⁴⁵. Pendant le 2e quart du XVIIIe siècle, il existe à nouveau une allusion à l'usage strictement alimentaire du pénide dans un texte satyrique rédigé par un professeur jésuite du Colégio das Artes de Coimbra à l'attention de ses élèves³⁴⁶. Mais, que ce soit à Madère ou en métropole, je ne connais aucun autre document qui signale explicitement le pénide à l'occasion d'agapes auparavant. Rappelons que le récit de l'ambassade du capitaine de Funchal au Vatican ne spécifie pas si les statues des cardinaux offertes au pape seraient destinées à être mangées ou non.

Il est vrai que l'emploi de *l'alfenim* à des fins strictement médicinales n'est jamais documenté dans les livres de comptes des établissements monastiques que j'ai consultés. Il faut cependant tenir en compte le fait que ceux dont il a été question plus haut avaient leur propre boutique, comme on l'a vu auparavant. Le sucre et l'orge qui leur étaient destinés sont très régulièrement évoqués³⁴⁷. Il se peut donc que le silence des sources au sujet du pénide se doive à leur autonomie relative en ce qui concerne la confection de remèdes.

³⁴⁴ SARMENTO, 1941, As pequenas indústrias da Madeira, entrée «A arte dôce».

³⁴⁵ BRAGA, 2007, «À mesa com Grão Vasco [...]», p. 35 et note 81.

³⁴⁶ BGUC, Manuscrit 120, 1727. Cf. SOARES, 2018, «8. Aranha, Silvestre [...]», p. 46.

³⁴⁷ Le sucre employé en boutique est documenté dans un des premiers livres de comptes du couvent de Santa Clara (1699-1702). Cf. supra. On trouve déjà une référence à l'approvisionnement en orge durant le triennat 1727-1730. «P. 16 alg. res de sevada hú p.a abotica 15 seuemderaő / a 150 r.s alg. re eemporta 002\$250», ANTT, CSCF, livr. 38, 1727-1730, fol. 36. Au couvent da Encarnação, l'acquisition d'orge pour la boutique est attestée au long du XVIIIe siècle. «Sevada / Este presente anno [1743] receberaõ sinco moyos euinte eseis alqueires deSevadavindadoPorto / Santo, daqual sedespese Comoboticario hum moyo...», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 23, 1743-1745, fol. 16v. «Seuada / Receberaó mais este prezente anno [1744] sinco moyos, equarenta e dois alqueires eme-/yo deseuadaque uieram da Ilha do Porto Santo, a qual selançou noselleiro, esedispen/deo Comoboticario...», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 23, 1743-1745, fol. 30v. «Recebeuce de sevada [em 1748] do Porto S. 6 m.ºs 38 alq.es / q se lansaraõ noseleiro q se vendeu / e se deu as bestas, Boticario...», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 22, 1746-1748, fol. 139v. L'approvisionnement de la boutique en sucre est documenté durant la même période, comme on l'a vu auparavant, étant encore attesté durant le triennat 1811-1814. «[4º quartel ano 2: 14 de Junho, a 13 de Sep. bro de 1813] Açucar /.../ Na Botica 5 [tt] /.../», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 25, 1811-1814, fol. 23v.

Une chose est cependant certaine, que ce soit du côté boutique ou du côté réfectoire, l'alfenim brille par son absence entre le dernier quart du XVIII^e siècle et la fin du XIX^e siècle, après quoi les couvents madériens ferment définitivement leurs portes suite au décès des dernières religieuses³⁴⁸. On ne trouve pas non plus de référence au pénide dans la première pharmacopée officielle, publiée en 1794³⁴⁹, qui fera figure de canon au Portugal et outre-mer jusqu'en 1835³⁵⁰. Les apothicaires qui avaient été jusqu'alors les principaux passeurs de ce legs maghrébo-andalou semblent avoir vite oublié ses secrets. La boutique allait par ailleurs bientôt adopter un nouveau nom, voué à grand avenir: la pharmacie³⁵¹. Ce type de douceurs n'y aurait désormais plus droit de cité. Mais à Madère du moins, médications galénique et chimique ont coexisté pour un temps. Par ailleurs, il n'est pas impossible que les apothicaires au service du couvent de Santa Clara aient continué à préparer du pénide

³⁴⁸ Tableau 4 et 5.

³⁴⁹ TAVARES, 1794, *Pharmacopeia geral para o reino* [...].

³⁵⁰ PITA, 1999, «Um livro com 200 anos [...]», p. 95.

³⁵¹ À Madère, le changement de nomenclature s'est opéré assez tardivement, ces deux appellations ayant coexisté jusqu'à la fin du XIX^e siècle. «[14 Dezembro 1870] Por d.º ao pharmaceutico Mauricio d'Andrade 14\$500», ANTT, CSCF, livr. 78, 1870-1873, fol. 13. «7 [janr.º 1890 Pago] p.º 2 garrafas de aquardente / p.a a botica do Conuento afim / de se fazer a infusão de / Camphora \$400 / [Pago] á pharmacia Luso-Britanico / p.los medicamentos que for-/neceu á rev.da Commu-/nidade durante o anno / p. p. do como da Conta 140\$500 / 10 [janr.º Pago] á pharmacia de Nascimen-/to & F.ºs p. los medicamen-/tos que tambem forne-/ceu á rev. da Commu-/nidade durante o anno / p. p. do como da Conta 223\$400», ABM, Conventos, Convento de Santa Clara (receita e despesa), livr. 48, 1889-1890, fol. 29. Les livres de comptes du couvent da Encarnação font à plusieurs reprises allusion aux boticas de la ville qui les fournissent en médicaments jusqu'au temps de la dernière abbesse. «21 [Marco 1883] A d.ºº por Medicamentos aBotica / das 2 Amigas ate 5 de Fevr.º de 1883 33\$930», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 27, 1882-1885, fol. 9. «[27 Março 1886] A d.º a Botica dos Herdeiros de Mauri/zio de Andrade desde 1883 ate hoje 4\$260», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 27, 1885-1887, fol. 48. «[3 Janr.º 1887] A d.^{ro} p.^a medicamentos a Botica / da V.^a e Herdeiros de Mauri/zio d'/Andrade desde 31 Dezbr.º de 1885 / ate esta datta 7\$930», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 27, 1885-1887, fol. 57. «[29 Dezbr.º 1887] A d.ºº de medicamentos a Botica da / Viuva d'/Andrade & Filhos até hoje 2\$770», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 29, 1887-1889, fol. 6. «Janr.» 28 [1889] A d." a Botica dos dois amigos das Re/ceitas do anno findo 1\$900», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 29, 1889-1891, fol. 24. «A d.¹⁰ A Viuva Andrade & Filhos de / Medicamentos 4\$380», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 29, 1889-1891, fol. 32. «[14 Maio 1890] A d.ºº por Medicamentos n'este anno / a Viuva d'Andrade e Filhos \$300», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 29, 1889-1891, fol. 42.

jusqu'aux années 1860. En effet, cet établissement assurait encore l'approvisionnement en sucre³⁵² et en orge³⁵³ de sa boutique durant cette décennie³⁵⁴.

³⁵² «p57 tt por diversos preços ded.º [de açucar] p.ª os doces / deobrigações, ematinas daConseição, / emais 16tt a 110rs p.a abotica epolvori/zar ofarte da Conseição 7\$760», ANTT, CSCF, livr. 69, 1838-1840, fol. 53v. «[16 Janr.º 1845] Por d.º assucar p.º a botica \$750», ANTT, CSCF, livr. 71, 1844-1847, fol. 20. «[11 de Feur.º 1847] Por d.º [dnr.º] a 4tt d'assucar p.º a dita [botica] 100 \$400», ANTT, CSCF, livr. 71, 1847-1850, fol. 66. «1847 / Feur.» 16 Por dinr. a 15 tt d'assucar p. a amendoas p. a / a botica . 100 1\$500», ANTT, CSCF, livr. 71, 1847-1850, fol. 67. «1847 / Setbr. o 1 Por dinr. o a assucar p. a botica \$315 », ANTT, CSCF, livr. 71, 1847-1850, fol. 83. «[11 Janr.º 1851] Por d.º [dinheiro] a assucar p.a a botica . \$500», ANTT, CSCF, livr. 72, 1850-1853, fol. 15. «18 [Janeiro 1854] Por d.º asucar, Papel Penas Tinta eobreias vasouras para a Botica, emais Offesinas 1\$400», ANTT, CSCF, livr. 72, 1853-1856, fol. 59. «[9 Noubr.º 1854] Por d.º àsucar para abotica 600r. Sulfato de magnesia 400r 1\$000», ANTT, CSCF, livr. 72, 1853-1856, fol. 69. «[3 Novembro 1856] Por d.º a 2tt. d'asucar p.ª a botica do Conv. 5280», ANTT, CSCF, livr. 73, 1856-1859, fol. 11. «10 [Feuereiro 1857] Por d.º a 3tt. d'asucar p.ª a Botica papel eobreias \$660», ANTT, CSCF, livr. 73, 1856-1859, fol. 17. «[24 Novembro 1857] Pord.º a 4 tt d'asucar a 150 p.º abotica \$600», ANTT, CSCF, livr. 73, 1856-1859, fol. 26. «[21 Janeiro 1860] Por d.º a papel, obreias, assucar, e outros perci-/sos para a botica doConvento \$790», ANTT, CSCF, livr. 74, 1859-1862, fol. 15. «[19 Janeiro 1861] Por d.o., a assucar, algodão, papel, obrêas, e / outros percizos p.ª a botica \$860», ANTT, CSCF, livr. 74, 1859-1862, fol. 31. «22 [Janeiro 1864] Por d.º a 2 tt. de asucar p.ª abotica, 3 vassouras \$260», ANTT, CSCF, livr. 75, 1862-1865, fol. 37. «22 [Abril 1864] Por d.º a 2 tt. de asucar a 110. p.º a botica \$220», ANTT, CSCF, livr. 75, 1862-1865, fol. 41. «7 [Julho 1864] Por dr.º a 2 tt. de asucar 240', sal 100. s, man. a, e azeite fino 400. \$600." p.a abotica \$800», ANTT, CSCF, livr. 75, 1862-1865, fol. 44. «[23 Janeiro 1867] P. d.º aPapel asucar Cadarça [?] p.ª aBotica \$730», ANTT, CSCF, livr. 76, 1865-1868, fol. 27.

^{353 «[29} Janr. 1848] Por d.º a cevada p.ª a botica, dada p.ª os cazr.ºs / semear e p.ª os leitões 20 1/2 alq.¹ s 200 4\$100», ANTT, CSCF, livr. 71, 1847-1850, fol. 95. «[28 septembro 1858] Por d.º a 15 alq.¹ de sevada p.ª gasto na botica ecom o Leitões a 300 4\$500», ANTT, CSCF, livr. 73, 1856-1859, fol. 38. «[31 Janeiro 1860] Por d.º a 6 alq.¹ e 1/4 de cevada, para a Botica/ doConvento, (a do provim.¹º) a 200r 1\$250», ANTT, CSCF, livr. 74, 1859-1862, fol. 16. «[30 Janeiro 1861] Por d.º a 28 alq.¹ de cevada, p.ª abotica to a 300.¹ 8\$400», ANTT, CSCF, livr. 74, 1859-1862, fol. 32. «[27 Janeiro 1862] Por d.º a 60 ½ alq.¹ de cevada, para gasto / na botica doConv.¹º, e com os animais / a preço a 300r 18\$150», ANTT, CSCF, livr. 74, 1859-1862, fol. 51. «[30 Maio 1862] Por d.º a 5 " [alq.¹] de cevada p.ª gasto da Botica a 300r. 1\$500», ANTT, CSCF, livr. 75, 1862-1865, fol. 6. Pour ce qui est du Convento da Encarnação, je n'ai pas encore eu l'occasion de répertorier les mentions à ces produits dans les livres postérieures à 1819, mais l'approvisionnement de la boutique en orge est attesté à plusieurs reprises au long de la centurie précédente. Cf. supra.

³⁵⁴ L'achat d'huile d'amande pour la boutique du couvent est signalé une seule fois en 1844. «[14 Setbr.º 1844] Por d.º Oleo d'amendoa euã panel.ª p.ª a botica \$380», ANTT, CSCF, livr. 71, 1844-1847, fol. 14. Pour ce qui est du Convento da Encarnação, on sait que la *botica* de cette communauté était encore en activité dans le premier quart du XIXº siècle. Le livre de comptes de 1811-1814 fait encore clairement la distinction entre les remèdes que les religieuses doivent à l'apothicaire du couvent et ceux achetés à d'autres boutiques, qui représentent une petite fraction du total. «Gasto na Botica / A Medicament.tos. q.'. se pagaraó ao Boticario 66\$050 /.../ A Remedios emBotica Particular 4\$750», ANTT, CNSEF, livr. 12, 1811-1814, fol. 5. L'approvisionnement de la boutique en sucre et en amandes est attesté durant ce triennat. «Açucar /.../ N Botica 5 [tt]», ANTT, CNSEF, livr. 12, 1811-1814, fol. 28. «Gasto na Botica /.../ A 1 tt de amendua p.ª a m.º Marianna Rita \$200», ANTT, CNSEF, livr. 12, 1811-1814, fol. 41. Comme je l'ai expliqué plus haut, je n'ai pas encore eu l'opportunité de répertorier les mentions à ces produits dans les livres de comptes postérieurs à 1819 conservés aux archives nationales de la Torre do Tombo. Cependant, ceux qui se rapportent aux deux derniers triennats (1882-1885 et 1885-1887), déposés aux archives régionales de Madère, ne font plus mention à la boutique de cet établissement.

Le Quid Pro Quo de l'Alcorça

Au début du XVIII^e siècle, Rafael Bluteau définit l'*alcorça* comme étant une pâte en sucre très fine, servant à faire des fleurs, des rameaux et autres sortes de motifs figuratifs. Cet auteur est probablement le premier au Portugal³⁵⁵ à attribuer une étymologie arabe à ce vocable³⁵⁶, auquel il dédie une entrée de son dictionnaire³⁵⁷. On trouve déjà une recette intitulée «alcorças» dans le carnet de cuisine portugais du XVI^e siècle dont il a été question plus haut. Il s'agit d'une pâte faite avec du sucre, de l'eau de fleur, du cédrat, de l'ambre et d'autres ingrédients que l'on s'attendrait plutôt à trouver dans un traité d'alchimie, tels que le corail, l'unicorne et des pierres précieuses. La farine est également évoquée, mais elle servirait à peine à faciliter le passage du rouleau au moment de l'étendre³⁵⁸. Les deux cuisiniers les plus connus du siècle d'or espagnol, Diego Granado Maldonado et Francisco Martinez Motiño³⁵⁹, feront à leur tour allusion à l'*alcorza*³⁶⁰ comme ingrédient d'autres préparations³⁶¹.

³⁵⁵ Le mot «alcorça» est documenté aux Canaries dès 1540, conjointement avec l'alfenim. «Y ten que los confiteros, i confiteras hagan la confitura, conceruas, maçapanes, alcorças, alfinique, piñonate, diacitron, calabaçate, e todas las otras cosas a su oficio tocantes...». PERAZA DE AYALA, 1935, Las antiguas ordenanzas de [...], p. 35 («TITULO *V*j*. DE / Los mantenimientos, y prouiciones de la ciudad, e isla. Que la isla este abundante, i a precios moderados»). Cela montre bien que dans l'archipel voisin, il s'agissait déjà à l'époque de deux types de douceurs différents, quoi qu'en disent certains auteurs. Cf. NUNES, 2003, Palavras doces [...], p. 159. VIEIRA, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, p. 17. À en croire João Pedro Machado (1977 [1952], Dicionário etimológico [...], p. 183), ce vocable apparaît également pour la première fois en portugais dans un comédie au XVIe siècle, publiée dans le 1er quart de la centurie suivante: «Que estè hũ coytado de hũm pay criãdo / hũa filha nos seus olhos, mays mimosa que hũa / alcorça,mays enfeytada que hũ bolo de rodilha...». VASCONCELLOS, 1619, Comedia Aulegrafia [...], fol. 81v.

João Pedro Machado attribue également une origine arabe à ce vocable qui, selon lui, dérive d'al-qorçâ, qui veut dire pain rond et aplati. Cf. MACHADO, 1977 [1952], Dicionário etimológico [...], p. 183 (entrée «Alcorça»). Il existe plusieurs recettes d'alcorza dans le livre de cuisine de l'anonyme andalou. Cf. HUICI MIRANDA, 1966, Traducción española de un manuscrito anónimo del siglo XIII [...], p. 259 apud MAILLÓ SALGADO, 1998 [1983], Los arabismos del castellano [...], p. 391 (entrée «ALCORZA»).

³⁵⁷ «Alcorça he huma massa fina de / açucar, com que se fazem flores, rama-/lhetes, & outras artificiozas golodices». BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez & Latino*, p. 226 (entrée «ALCORÇA»).

³⁵⁸ BARROS, 2013, As receitas de cozinha de [...], p. 323 (recette 201: «Receita de alcorças»).

^{359 «...} se le añadã seys on-/ças de maçapan, ò fino tres onças de almēdras / dulces mondades, y una libra de açucar fino, y / media onça de alcorça...». MALDONADO, 1614 [1599], *Libro del Arte de Cocina*, fol. 96 (recette «Torta real de pulpas de faysanes y perdi-/zes»).

³⁶⁰ En 1640, Sebastian de Covarrubias-Horozco définit l'*alcorça* comme étant une croûte de sucre raffiné mélangé avec des poudres cordiales, attribuant une étymologie arabe à ce mot. «ALCORçA, es vna costra de a-/çucar refinado com mezcla de poluos cordiales: es Arabigo...». Cf. COBARRUBIAS OROZCO, 1640, *Tesoro dela lengua castellana o espanola*, p. 40. Le sens attribué à ce terme par Bernardo Aldrete une trentaine d'années plus tard est pratiquement le même. Cf. ALDRETE, 1674, *Del origen y principio de la lengua castellana* [...], fol. 28 (entrée «ALCORçA»).

Francisco Martinez Motiño précise qu'il faut réduire *l'alcorça* en poudre préalablement. «... y echale vn po/co de alcorça molido pr encima...». MOTIÑO, 1611, *Arte de cozina* [...], fol. 303v. (recette «Pastelon de Cidra verde»).

On trouve par la suite une recette, assez différente de celle du XVIe siècle, dans le premier traité de confiserie portugais, publié à Lisbonne en 1788³⁶². Il y est question de sucre, de musc, d'ambre et d'adragant réhydraté, cette pâte n'étant ni cuite, ni étirée³⁶³ comme c'est le cas du pénide. L'auteur anonyme de cet ouvrage la recommande quelques pages auparavant pour enrober différentes sortes de garnitures sucrées et notamment une à base d'amande. Il explique que la surface extérieure doit être délicatement modelée et couverte d'incisions afin de créer l'illusion qu'il s'agit de noyaux de pêche, d'où le nom de la recette: «Carossos de alcorça»³⁶⁴. Sa grande malléabilité la distingue donc de l'alfenim, qui durcit très rapidement une fois refroidi, se prêtant mal à un travail d'une telle finesse. On en vendait déjà dans les rues de Lisbonne vers 1750³⁶⁵. Tout au long du XIXe siècle, on aurait continué à utiliser l'«alcorça» pour faire des fleurs, mais aussi des figurines et des coquillages, si l'on en croit le *Thesouro da lingua portuguesa*³⁶⁶ publié en 1871³⁶⁷. Le *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*, paru un peu avant, parle simplement de figures sans préciser lesquelles³⁶⁸. À Madère, les premières

³⁶² Il semble qu'à la même époque, il existerait une autre variété d'alcorça, faite d'un mélange de sucre et de farine, utilisée également pour modeler des fleurs. «ALCÔRÇA, s. f. Massa de farinha com muito / açucar, de que se fazem confeitos, flores». SILVA, 1789, Diccionario da lingua portugueza [...], p. 86.

³⁶³ «TRes arrates de affucar refi-/nado pizado, e pineirado / por pineiro fino, se lhe ajunte / hum vintem de ambar, outro de / almiscar, tudo pizado á parte, / que fique em pó subtil; mais / hum vintem de alcatira, que es-/ tará de molho dois dias, e bati-/da muito bem na tijella, fe côa / por // por pano, e depois se ajunta ao / assucar sobredito, e o cheiro di-/to, e tomando-se esta massa em / termo de fe poder lavar para o / que quizerem fazer com ella». ANONYME, 1788, *Arte nova e curiosa para conserveiros* [...], pp. 11-12 (entrée «De modo com que se faz a massa / de alcorçar para carossos, re-/cheados de amendoas, ovos mo-/les, nos feitios que quizerem; / tambem de queijadinhas»).

^{364 «...} desta masa se tirará quan-/to leva hum didal, e redondo / emfeição de carosso grande de / pesago, se cobrirá com a massa / de alcorce, na qual se tomará / com forma, que faça os vincos, e feiçoens dos carossos dos pe-/segos, consertando-os ao natural, / emforma que a mesma factura / lhe dê o nome de carossos». ANONYME, 1788, Arte nova e curiosa para conserveiros [...], p. 5 (entrée «Carossos de Alcorça»). On peut voir une représentation de carossos de alcorça dans une nature morte peinte par Josefa de Ayala en 1676 à Óbidos. Ce tableau est aujourd'hui conservé au Musée Municipal de Santarém. Cf. Josefa de Ayala (Séville, 1630 – Óbidos, 1684), Natureza-morta com doces e barros.

³⁶⁵ BRAGA, 2014, «Confeiteiros na Época Moderna [...]», p. 167.

^{366 «}Massa /fina de assucar purificado, que se mis/tura com cheiros, e d'ella se fazem figu/ras, flores, conchas, ou se cobrem outros / doces e golosinas». VIEIRA, 1871, Grande diccionario portuguez ou [...], p. 284 (entrée «Alcorça»).

³⁶⁷ Ce dictionnaire a pour base un manuscrit du milieu du XIX^e siècle. Son auteur, le moine Domingos Vieira, est mort en 1854, alors que son ouvrage était encore inachevé. VERDELHO, 2002, «Dicionários portugueses, breve história», p. 40.

³⁶⁸ «ALCORZA (pâte très-blanche de sucre et d'amidon, dont on fait toutes sortes de figures)...». DOZY et al., 1869, Glossaire des mots espagnols [...], p. 94 (entrée «ALCORZA»).

références à son usage sont très tardives³⁶⁹. Des achats sont documentés dans les livres de comptes du couvent de Santa Clara, par trois entrées datées du 2° et 3° quart de cette centurie. La première parle à peine de fleurs en sucre³⁷⁰. Les deux autres attestent qu'on les utilisait alors pour décorer des «doces», précisant qu'il s'agit de «flores de alcoçar»³⁷¹. Or, on sait que la variante «alcorçar» était déjà employée comme synonyme d'«alcorça» dans le premier traité de confiserie portugais³⁷². Après cela, les sources régionales n'en parlent plus. Ce n'est qu'une vingtaine d'années plus tard que les sculptures en sucre réapparaissent à Madère sous un autre nom. Un journal de Funchal paru en 1898 informe ses lecteurs que l'on peut acheter du «bolo de família»³⁷³ de la pâtisserie M.ª Reynaud & C.ª dans une épicerie de la ville³⁷⁴. Si l'on en croit cette publicité, ces gâteaux seraient garnis avec des ... alfenins. On peut lire dans un autre numéro de ce même journal publié en 1905, que des

³⁶⁹ À Madère, je n'ai pas identifié de références à l'alcorça dans les livres de comptes du couvent de Santa Clara antérieurs à 1835. Naidea Nunes Nunes ne les a pas non plus signalées dans le cadre de son analyse linguistique des sources du début de la période coloniale. Pourtant cette auteure considère que ce vocable documenté aux Canaries en 1540 (cf. supra) a une origine madérienne. Elle admet cependant qu'aucun document de cette période atteste son emploi dans l'archipel voisin. NUNES, 2003, Palavras doces [...], p. 587. Quoi qu'elle en dise, il semble donc que ce troisième type de pâte en sucre est arrivé très tardivement à Funchal. En métropole, l'alcorça ferait déjà partie du répertoire monastique au XVII^e siècle. On sait notamment qu'un couvent de Lisbonne a vendu des «caroços de alcorça recheados» à l'Inquisition en 1649. BRAGA, 2015, Sabores e Segredos [...], p. 39.

³⁷⁰ «Por flores d'açucar 150^{rs} e 2 pratos 400.^{rs} \$550», ANTT, CSCF, livr. 69, 1835-1838, fol. 5.

³⁷¹ «[11 Agosto 1847] /.../ Por d.º a flores d'alcoçar p.ª enfeite dos doces \$100», ANTT, CSCF, livr. 71, 1844-1847, fol. 81. «[23 Dezbr.º 1857] Por d.º a ovos p.ª os doces 500 e flores de alcoçar 200 \$700», ANTT, CSCF, livr. 73, 1856-1859, fol. 27.

³⁷² Comme on l'a vu auparavant, une entrée de cet ouvrage explique comment faire les «Carossos de alcorça», ce qui veut dire noyaux d'alcorça, ce mot étant également orthographié sous la forme «alcorce» au milieu de cette même recette. «... se cobrirá com a massa / de alcorce...». ANONYME, 1788, Arte nova e curiosa [...], p. 5. Quelques pages plus loin, une autre recette décrit la préparation de la pâte à sucre habituellement employée à cette fin, ce mot apparaissant cette fois-ci sous la forme «alcorçar». ANONYME, 1788, Arte nova e curiosa [...], p. 11 (entrée «Do modo com que se faz a massa / do alcorçar para carossos, re-/cheados de amendoas, ovos mo-/les, nos feitios que quizerem; / tambem de queijadinhas»). Dans l'index en fin d'ouvrage, les entrées qui se rapportent respectivement à ces deux recettes emploient à nouveau la variante «alcorça» pour désigner cette pâte. «Carossos de alcorça p. 4 /.../ Do modo com que se faz a massa do / alcorça para carossos, recheados / de amendoas, ovos moles, nos fei-/tios que quizerem; tambem de quei-/jadinhas p. 11». ANONYME, 1788, Arte nova e curiosa [...], p. 195.

³⁷³ Naidea Nunes Nunes (2016, «A cultura açucareira e a alimentação [...]», p. 242) défend qu'on emploierait également l'alfenim à l'époque pour décorer le «bolo de noiva», sans toutefois préciser quelle est sa source. Luis da Câmara Cascudo fait mention à des fleurs et des figurines en «ponto de alfenim» utilisées pour décorer ce genre de gâteaux au Brésil. Cf. CASCUDO, 1954, Dicionário do Folclore Brasileiro apud AFONSO, 1966, «Mimos das ilhas [...]», p. 58.

³⁷⁴ «M.ª REYNAUD & C.ª / BECCO de ST.ª EMILIA N.º 69 / Participa aos seus freguezes e / ao publico em geral, que d'hora / ávante faz deposito de bollos de / mel, queques, pudim e bollos de fami-/lia guarnecidos a alfenim etc.etc na / MERCEARIA ALLIANÇA / 1, LARGO DO CHAFARIZ, 2». ABM, *Diário de Notícias*, 3 décembre 1898, n.º 6515, p. 1. SAINZ-TRUEVA, 1987, «Doces & sabores do quotidiano madeirense», p. 21 et note 11.

rameaux en alfenim faisaient partie des prix de la loterie de l'império do Monte à l'occasion de la célébration de la fête de l'Espírito Santo³⁷⁵. Je défends pour ma part qu'il s'agit en réalité non pas de pénide mais d'alcorça. En premier lieu, il existe un hiatus de près d'un siècle et demi entre la dernière mention à l'alfenim au couvent de Santa Clara et le moment où ce nom réapparaît à Funchal, désignant désormais la pâte que les pâtissiers utilisaient aussi bien pour créer des décorations pour leurs gâteaux et modeler des motifs végétaux vendus individuellement. Il est donc difficile d'accepter qu'il y ait continuité entre ces deux traditions. Comme on l'a vu plus haut, l'alfenim n'est documenté sous forme de sculptures comestibles auparavant ni en péninsule ibérique ni à Madère. Rappelons que même aux Açores, les statuettes en pénide ne sont attestées qu'à partir du 2^e quart du XIX^e siècle³⁷⁶. C'est à cette même époque que des décorations en sucre sont signalées pour la première fois au couvent de Santa Clara. Or comme on l'a vu auparavant, il ne s'agit pas d'alfenim, mais de fleurs faites en alcorça, leur achat étant sporadiquement mentionné durant le 2^e et le 3^e quart du XIX^e siècle. Il existait alors plusieurs établissements à Funchal, comme la célèbre Confeitaria Felisberta, fondée en 1837, qui vendaient différentes sortes de préparations sucrées prisées dans les milieux conventuels³⁷⁷. Par ailleurs, on a vu auparavant que les rameaux mentionnés en 1905 faisaient déjà partie du répertoire formel associé à l'alcorça au siècle précédent. Étant très malléable, ce type de pâte se prêtait d'autant mieux à sculpter des motifs d'une taille et d'un poids appropriés pour être fixés sur des gâteaux, ce type d'usage n'étant, à ma

³⁷⁵ «Foram os seguintes os n.ºs premiados / no «império» do Monte que se realisou no / dia 16 do corrente: / 411, um ramo de alfenim; 781, um di-/to; 846, idem; 712, um pão de ló; 937, / uma vacca em doce; 484, um ramo de al-/fenim; 31, um dito, 604, um pão de ló; / 682, um ramo de alfenim; 882, um pão de / ló; 481, uma floreira azul; 323, um ramo / de alfenim; 432, um pão de ló; 257, um / dito; 826, uma floreira branca e verde; 471, / uma corôa em dôce com desfeita; 510, um / pão de ló; 629, um dito; 268, idem; 101, / um ramo de alfenim; 768, um dito; 210, / uma galinha em doce; 911, uma floreira / côr de rosa; 832, um ramo de alfenim; / 545, uma floreira côr de rosa; 822, um cas-/tello em doce; 640, um ramo de alfenim; / 573, um dito; 140, idem,; 384, um pão de ló; 400, uma corôa em doce; 113, um pão / de ló; e 278, um carneiro em doce.». ABM, *Diário de Notícias*, 20 juillet 1905, n.º 8760, p. 2 («"Império" do Monte»). VIEIRA, 2016, *As festas do divino* [...], p. 14, note 39.

³⁷⁶ VIEIRA, 2015, *Alfenim da Madeira para o mundo*, p. 17. En ce qui concerne le Portugal, à ma connaissance, ce n'est qu'en 1871, que l'entrée du *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portuguesa*, dédiée à l'alfenim, indique que cette pâte sert à confectionner des figures. «Massa de assucar que se / leva ao ponto em que se torna branca, / com a qual se formam differentes figuras.». VIEIRA, 1871, *Grande diccionario portuguez* [...], p. 296 (entrée «ALFENIM»). À la page suivante, cet auteur précise que la tradition açorienne de présenter des figurines faites en pénide sur des plateaux d'argent lors de la fête de l'*Espírito Santo* a une origine aristocratique. «Fogaça de alfenim, figura / feita de assucar, que se leva em uma / salva de pratanas festas do Espirito San-/to da antiga nobreza portugueza e ain-/da hoje conservadas entre o povo nas / ilhas dos Açores». VIEIRA, 1871, *Grande diccionario portuguez* [...], p. 297.

³⁷⁷ SAINZ-TRUEVA, 1987, «Doces & sabores do quotidiano madeirense», p. 21.

connaissance, pas documenté aux Açores. Rappelons également qu'en métropole, elle servait à modeler des figurines dès la période moderne, cette tradition s'étant perpétuée jusqu'à nos jours dans la région de Beja³⁷⁸. Ce n'est pas le cas du pénide. Tout cela penche en faveur d'un nouvel emploi du vocable *alfenim* dans le sens d'*alcorça* à partir de la fin du XIX^e siècle, le second n'étant d'ailleurs plus documenté à Madère à partir d'alors.

Au demeurant, la parution en 1873 de *Saudades da Terra* peut très bien avoir garanti la survie de cette pâte ornementale sous une nouvelle identité³⁷⁹. C'est en fin de compte à travers cet ouvrage que l'élite insulaire des premières décennies du XX^e siècle, qui fréquentait les pâtisseries funchaliennes, avait entendu parler d'*alfenim* pour la première fois³⁸⁰. C'est précisément durant cette période, que des intellectuels madériens comme Alberto Artur Sarmento encouragent leurs lecteurs à relire l'œuvre de Gaspar Frutuoso en quête de l'origine des plats typiques de Madère³⁸¹.

Il faut dire qu'à la Belle Époque, plus personne ne semble savoir exactement de quoi le pénide serait fait. Rappelons qu'en 1899, le *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* décrivait l'*alfenim* comme étant un mélange de sucre et d'huile d'amande douce, ce qui est inexact, comme nous l'avons vu auparavant³⁸². Il se trouve que c'est à cette même période que les Occidentaux redécouvrent l'existence de la variété de sucre iranienne appelée *fanîd* dont il a été question plus haut. Or, on a longtemps cru que l'huile d'amande douce entrait dans sa composition, comme le signale déjà Paul Doriaux en 1896³⁸³. Est-ce cela qui a induit Cândido Figueiredo en erreur quelques années plus tard? On ne saurait le dire parce que cet auteur

³⁷⁸ VILHENA, 2000, «Reminiscências árabes [...]», p. 631. CONDE, 2013, «A opção claustral e [...]», p. 79.

³⁷⁹ En métropole, l'appelation «alcorça» était encore en usage à l'époque. Au début du XX^e siècle, l'*Encyclopedia portugueza illustrada* dit à peine qu'il s'agit d'une pâte fine en sucre utilisée pour confectionner ou bien décorer des *doces*. «Alcorça [...] do gr. al-corça, ornato feminino, s. / f., Massa fina de assucar, para fazer ou cobrir doces». LEMOS, 19___, *Encyclopedia portugueza illustrada* [...], vol. l, p. 167 (entrée «Alcorça»).

³⁸⁰ Le manuscrit de Jerónimo Dias Leite, qui est la source de Gaspar Frutuoso en ce qui concerne l'ambassade au Vatican, sera publié pour la première fois beaucoup plus tard. LEITE, 1947, *Descobrimento da ilha da Madeira*.

³⁸¹ SARMENTO, 1923, «Excursão a Machico em 1907», pp. 68-71.

³⁸² «... massa branca de açúcar e óleo de amêndoas doces». FIGUEIREDO, 1899, *Nôvo diccionário da língua portuguêsa* [...], p. 55 (entrée «Alfenim»).

DORVEAUX, 1896, *L'antidotaire Nicolas* [...], p. 84 (entrée «Penide»). La définition de *l'alfeñique* dans le dictionnaire étymologique d'Eduardo de Echegaray, publié en 1880 à Barcelone, suggère déjà que l'amande douce entre dans sa composition. «Pasta de azúcar amasada com aceite de almendras dulces». ECHEGARAY, 1887, *Diccionario general etimológico* [...], p. 216 (entrée «alfeñique»).

ne spécifie malheureusement ni d'où il a tiré cette information ni le contexte géographique à laquelle elle se rapporte³⁸⁴.

À Madère, il y aurait dorénavant une clientèle pour une douceur portant ce nom, et d'autres tout aussi nostalgiques comme celle qui imitait un pain en sucre ou bien le «cordeirinho de ovos reais» 385 mit en loterie à l'occasion de la fête du Espírito Santo 386. Comme l'a si bien dit Artur Alberto Sarmento, les pauvres n'ont jamais eu l'occasion de goûter ses délices sophistiquées 387. Il semble donc qu'à Madère du moins, la tradition de l'alfenim – indépendamment que ce soit ou non du pénide – n'a jamais été véritablement populaire comme c'est le cas aux Açores et au Brésil. N'étant désormais connu qu'à travers le compte rendu fantaisiste de l'ambassade au Vatican forgé par Jerónimo Dias Leite quatre siècles auparavant, le nom alfenim a fini par coller à un autre type de pâte, elle aussi faite de sucre, servant à fabriquer des figurations miniatures, finement travaillées 388. Ces décorations sont encore évoquées par le père Eduardo Nunes Pereira à la fin des années 1930. Dans son livre Ilhas de Zarco, cet auteur désigne ainsi des arabesques, qui ornementent ce qui est devenu à partir d'alors le gâteau iconique de Madère: le bolo de mel 389. Il s'agit non plus de fleurs, mais des dates (d'anniversaire? de Nouvel An?), des cœurs et des colombes 390.

³⁸⁴Toujours est-il qu'au début du XX^e siècle, Maximiano Lemos ne fait aucune mention à l'huile d'amande dans l'entrée «Alfenim» de son *Encyclopedia portugueza illustrada*. «Massa de as-sucar muito branca e dura». LEMOS, 19__, *Encyclopedia portugueza illustrada: diccionário universal*, vol. I, p. 186 (entrée «Alfenim»).

³⁸⁵ Ovos reais est le nom d'une douceur très connue au Portugal durant la période moderne, dont il existe plusieurs recettes dans les livres culinaires de l'époque. BRAGA, 2015, *Sabores e Segredos*, p. 99.

³⁸⁶ VIEIRA, 2016, As festas do divino [...], p. 14.

³⁸⁷ SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce». Avant 1776, année où la pratique de mettre en loterie les aliments les plus chers est instaurée, les pauvres recevaient des volailles, des *doces, rama* (pousses de patate douce?) et du jambon salée, en plus du pain, de la viande, du riz et des légumes qu'on a continué à leur offrir par la suite. Cf. supra. À ma connaissance, il n'existe aucune référence durant cette période à la mise en loterie de douceurs sophistiquées, telles que les rameaux d'*alfenim* et les châteaux et les animaux en *doce*, dont il est question au début du XX^e siècle.

³⁸⁸ À ne pas confondre avec les poupées comestibles faites de farine et sucre, colorées au safran, que des femmes vendaient à l'occasion des fêtes populaires durant la même période à Madère. PEREIRA, 1989 [1939], *Ilhas de Zarco*, vol. 2, p. 491. SANTOS, 2005, «Literatura de comeres e beberes [...]», p. 101.

³⁸⁹ «O bolo [-de-mel] impou, condimentado com os mais estranhos acepipes, tenro e quebradiço, aromatizado de essências orientais, ornamentado de arabescos de alfenim, marchetado de cidra, miolo de nozes, amêndoa e passas, num mosaico policromo, em relevo de corações, datas e pombinhos inocentes, debicando afectos. A oferenda do bolo-de-mel pelo Natal foi uma ostentação fidalga, um mimo requintado de cortezia que se estendeu e generalizou». PEREIRA, 1989 [1939], *Ilhas de Zarco*, vol. 2, p. 584. Artur Alberto Sarmento fait encore mention au début des années 1940 à ces arabesques qui décorent le *bolo de mel*, sans toutefois les désigner *d'alfenins*. SARMENTO, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce».

³⁹⁰ L'oiseau est un des motifs figuratifs récurrents de la tradition de l'*alcorza* en Alentejo. CONDE, 2013, «A opção claustral e [...]», p. 79.

Serait-ce ces mêmes colombes que les informateurs anonymes d'Alberto Vieira³⁹¹ associaient aux célébrations de l'*Espírito Santo*? On ne saurait le dire, puisqu'après la guerre, les pâtissiers insulaires ont cessé de produire de l'*alfenim*³⁹².

Une Douceur peut en Cacher une Autre

En guise de conclusion, il faut bien reconnaître que le périple du *fanîd* en Atlantique a été certainement bien plus sinueux qu'il peut le paraître au premier abord. Auparavant, il n'y a pourtant aucun doute qu'en ce qui concerne la façon de le préparer, il y a bien continuité entre le savoir-faire des apothicaires musulmans et celui de leurs homologues chrétiens tout au long du Moyen-âge. C'est une fois arrivé en Atlantique que les choses se compliquent. Il n'est, en effet, pas aisé d'établir des liens de parenté avec les avatars vernaculaires du pénide que l'on trouve de part et d'autre de cet océan. En effet, comme on l'a vu auparavant, non seulement les ingrédients employés ne sont pas les mêmes, ni d'ailleurs la chaîne opératoire mise en œuvre.

Reste à savoir si, une fois parti de péninsule ibérique, la première escale a bel et bien été à Madère, comme le croyait Alberto Vieira. En admettant que ce que l'on appelait localement *alfenim* dans le tournant du XX^e siècle soit du sucre étiré et non pas de l'*alcorça* comme je l'ai défendu plus haut, l'emploi de cette pâte pour modeler des sculptures n'est pas attesté auparavant. Au demeurant, mis à part le récit fantaisiste de l'ambassade au Vatican, il n'est jamais question de figurations en sucre semblables à celles que l'on fait aujourd'hui aux Açores et en Amérique, durant les premiers siècles de l'occupation de l'île. Ainsi dans l'état actuel des connaissances, une diffusion de cette tradition «da Madeira para o mundo» dès le début de la période coloniale n'a pas de fondement³⁹³.

³⁹¹ VIEIRA, 2015, *Alfenim da Madeira para o mundo*, p. 19. Il existe bien à Madère – plus précisément dans la paroisse de Campanário (commune de Ribeira Brava) – l'habitude de confectionner des figurines en forme de colombes à l'occasion des fêtes de l'*Espírito Santo*. Mais celles-ci sont faites avec une pâte à base de farine et non pas en pénide comme c'est le cas dans l'archipel voisin (information recueillie auprès de deux habitantes de Funchal, qui ne se connaissent pas).

En 1941, Alberto Artur Sarmento ne dit rien au sujet de *l'alfenim* dans l'article qu'il a dédié aux douceurs de Madère, parlant à peine des arabesques qui servent à décorer les *bolos de mel*. SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, entrée «A arte dôce». José Pereira Costa remémore encore les gâteaux décorés d'alfenim dans son livre *Contos da ilha emersa*, publié en 2001. COSTA, 2001, *Contos da ilha emersa*, p. 42.

³⁹³ Il s'impose également de réévaluer la question de l'acclimatation précoce de l'amandier à Madère. SILVA, 2020, «La fabrique du jardim de l'Atlantique [...]», p. 63. Comme on l'a vu auparavant, l'huile extraite de son fruit ne faisait pas obligatoirement partie des ingrédients utilisés pour faire de l'alfenim, quoi qu'en disent certains auteurs.

On est donc en droit de se demander si le vocable «alfenim» n'a pas voyagé en solitaire, plus loin et plus longtemps que la technique qui s'est collée à lui au long de plusieurs siècles. La possibilité que les variantes modernes de ce mot en portugais et en espagnol aient été plus tard employées outre-mer pour désigner différentes sortes de sucreries qui se distinguent par leur blancheur, par leur finesse³⁹⁴ ou par le fait d'être étirées devrait être prise en compte³⁹⁵.

En effet le cas d'étude madérien démontre que cette appellation est passible de migrer au sein du champ lexical de la confiserie, pouvant même se rapporter à des combinaisons d'ingrédients et des chaînes opératoires très différentes comme on le constate de nos jours au Brésil. Il semble que dans ce cas précis, signifiant et signifié ont tracé leur propre cheminement de façon indépendante, ce qui rend la tâche de cartographier le rayonnement du pénide à travers l'Atlantique très difficile. Si la voie à suivre reste encore à définir, il est désormais évident que celle qui consiste à réécrire l'histoire de cette tradition alimentaire en fonction de ses manifestations actuelles ne peut aboutir qu'à de nouvelles apories.

Index des Sigles

AML-AH: Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ABM: Arquivo e Biblioteca da Madeira

BGUC: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BHUC: Biblioteca Histórica de la Universidad Complutense

BNF: Bibliothèque nationale de France

BSGP: Bibliothèque Sainte Geneviève de Paris CEHA: Centro de Estudos de História do Atlântico

CEHA: Centro de Estudos de Historia do Atlantico

CNSEF: Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal

CSBCL: Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos

CSCF: Convento de Santa Clara do Funchal

³⁹⁴ L'emploi figuré d'*alfeñique* comme synonyme de délicatesse est attesté dès le milieu du XV^e siècle en Espagne et quelques décennies plus tard au Portugal, sous la plume de Gil Vicente. «De hum moço, ou menino muito de-/licado costumamos dizer, he hum alfe-/nim». BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez & Latino*, p. 244 (entrée «ALFENIM»). VIEIRA, 1871, *Grande diccionario portuguez* [...], p. 297 (entrée «Alfenim»).

³⁹⁵ Cette tendance à embrasser de nouveau sens s'est fait sentir au Pérou dès le milieu du XVIII^e siècle et à Cuba au siècle suivant, le mot «alfeñique» étant employé à l'époque dans ces deux colonies espagnoles pour désigner un point du sucre particulier. PÉREZ VIDAL, 1981, *Medicina y dulcería* [...], p. 232.

Critères de Transcription

Respect de la graphie, de la séparation des mots, des majuscules et minuscules, de la ponctuation et de l'accentuation originales.

Mots abrégés reproduits tels quels; quand cela a été jugé pertinent, le développement est indiqué entre crochets.

Emploi de **[papier détruit]** pour signaler les lacunes; restitutions et interprétations indiquées entre crochets.

Emploi de ? pour signaler les transcriptions incertaines.

Emploi de /.../ pour indiquer les passages du texte non transcrits.

Emploi de **sic** pour signaler les erreurs du texte original; corrections indiquées entre crochets.

Emploi de / pour indiquer les sauts de ligne dans le document original.

Emploi de // pour indiquer les sauts de page dans le document original.

Emploi de **fol.** pour indiquer le numéro de folio et de **p.** pour indiquer le numéro de page.

Emploi de **\$** à la place des différentes sortes de signes qui indiquent les milliers de *reis* dans le document original.

Annexes

A – Références à l'alfenim dans les livres de comptes du couvent de Santa Clara de Funchal (1682-1890)³⁹⁶

1 – 1700: «Despeza do Asuqar destre p.º Anno: Em as alfeloas q uaõ aos p.º p.ª a merenda 8 lb. // gastouse en hua alfeloa q se deu dia dope/ditorio 1@ /.../ gastouse nos alfeniñs das em Doensas 3@», ANTT, CSCF, livr. 83, 1699-1702, pp. 101-102.

2 – 1701: «Despesa do Asuqar deste sg^{do} Anno /.../ gastouse nas alfeloas q foraõ aos p^{es} 08 lb. // gastousse en os alfelis [sic alfeniñs] q se deraõ q se deraõ 3 @ /.../ gastouse em huã alfeloaq sedeu no mesmo dia [de Maio] 1 @», ANTT, CSCF, livr. 83, 1699-1702, pp. 229-230.

³⁹⁶ Les dépenses en sucre employé pour préparer de l'alféloa signalées par les rubriques trimestrielles où il est question d'alfenim ont été transcrites conjointement. Il en est de même pour ce qui est du sucre destiné à la boutique du couvent.

- 3 1702: «Despeza do Asuqar deste terceiro Anno /.../ gastouse Nas alfeloas q foraõ aos p.es nomesmo dia [de S. Joaõ] 08lb.es // gastouse Em os alfenis q sederaõ 3@», ANTT, CSCF, livr. 83, 1699-1702, pp. 385-386.
- 4 1712: «Despeza do asucar / deste primeiro Anno /.../ Despendeose em alfelua q foi aos Religiozos nese dia 12 l.as [de sao Joao] // Despendeose em aalfelua q sedeo no mesmo dia [de nosa S.ra / da comçeiçao] 1@ [papier détruit] /.../ Despendeose em os alfenis 3@ 12 l», ANTT, CSCF, livr. 35, 1711-1714, fols. 17-17v.
- 5 1713: «Despeza doasucar / Deste segundo Anno / Despendeose em a alfeloa q foi aos religiozos nese dia [de Saõ Joaõ] 11 l.ªs /.../ Despendeose em aalfeluaq se deo no mesmo dia [de N. snar. Dacon/ceição] 8@ // Despendeose em o alfenin q se deo as religiozas / Em quinta fr.ª maior 3@16 l», ANTT, CSCF, livr. 35, 1711-1714, fols. 36-36v.
- 6 1714: «Despeza Doasucar deste / Terceiro Anno /.../ Despendeose em as alfeluas q foi aos Religiozos nomes/mo dia [de S. Joaõ] @ 10 l.as /.../ Despendeose em a alfelua q se deo as Religiozas 1 @ // Despendeose em o alfenin q sedeo quinta fr.a maior 3@ 16 l.as, ANTT, CSCF, livr. 35, 1711-1714, fols. 57-57v.
- 7 1729: «P. Compra de 16 @ 20 lb. as de Asucar Branco que Com. / esta Communid. e sedespendeu neste quartel, na forma seguin/te, [...] 3@ nos al-/finis desemana s. ta [...] 4 / lb. s p. a abotica tudo fás ad. a quantia asima de 16@-/ 20 lb. s das quais 3@ 10 lb. s secompraraõ a 2:240r. / @ e 13 @ 10 lb. s a 2:560 r. @ eemporta quarenta / hú mil, equinhentos Reis 41\$500», ANTT, CSCF, livr. 38, 1727-1730, fol. 41.
- 8 1730: «[papier détruit] l.as de asuquar, P.a os alfiñis da Semana S.ta / q se deu a comunid.e a 3200 r. @ 8\$000», ANTT, CSCF, livr. 39, 1730-1733, fol. 4v.
- 9 1732: «P Asuquar branco q. sedespendeo neste q.^{tel} nas fun=/soes costomadas a saber, [...] 2@ 22 lb^{as} p.^a os Alfinis dasemana Santa / p.^a acomonid.^e, [...] todo fas a quantia de 14@ 22. lb.^{as} comprado a 2560r.@ 37\$600», ANTT, CSCF, livr. 39, 1730-1733, fol. 51.
- 10 1733: «P. asuquar p.a os alfeniz daSemana S.ta 3@14», ANTT, CSCF, livr. 82, 1733-1736, p. 8.
- 11 1734: «P. Asucar branco p.ª os Alfenis da semana S.ta 2@24 lb.as/.../ P. Asucar p.ª as Alfeloas do d.to dia [de S. Joao] p.ª a Comunid.e de S. fran.co 8 [lb.as]», ANTT, CSCF, livr. 82, 1733-1736, p. 50.
- 12 1735: «P. Asucar p.ª os alfeniz da Semana s.ta 3@16», ANTT, CSCF, livr. 82, 1733-1736, p. 82.
- 13 1740: «Destribuisão do asucar Branco // 3 [@] 16 [ar.tes] p.a os alfenis da semana s.ta», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fols. 22-22v.

- 14 1741: «Distribuisao Do asucar / 3[@] 8 [a.] P.ª os Alfenins», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 51v.
- 15 1742: «Distribuiçao Doacucer Branco /.../ 3 [@] 12 [a.'] P.ª os Alfenis da semana S.¹ª /.../ 9 [a.'] P.ª a botica...», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 77v.
- 16 1743: «P. mil coatro centas nouenta e coatro a. de asucar / Despendido, ecomprado neste coartel asaber / 118 ½ a. a 90: r. e 312 ½ a. a80: r. emporta 131 335 // Com a Alfelua em huacomsuada 32 [a.] /.../ com os Alfinis dasemana s. a 104 [a.] /.../ p. Abotica 17 [a.]...», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, fols. 12v.-13.
- 17 1746: «Distribuisao Do Asucar /.../ p.a os Alfinis nasemana s.ta 106 [a.f] / p.a a Alfelua em hua consuada 32 [a.f]», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, fol. 86.
- 18 1747: «Despesa do asucar /.../ com os alfenins da semana s.^{ta} 120 [lb.^{as}]», ANTT, CSCF, livr. 43, 1747-1750, fol. 12.
- 19 1757: «Destribuição do Assucar em a.'/.../ Com os Alfiniz nad.ª Sem.ª [s.tª] 99 [a.']», ANTT, CSCF, livr. 44, 1756-1759, fol. 40.
- 20 1770: «Asucar /.../ Destribuido Como se descreue /.../ Nos Alfeniz en 2.ª fr.ª de Ramos 60 [a.^r]», ANTT, CSCF, livr. 49, 1768-1771, fol. 42.
- B Références à la qualité/prix du sucre employé pour préparer l'alféloa dans les livres de comptes du couvent de Santa Clara de Funchal (1682-1890)³⁹⁷
- 1 «Por Dés @ e des lb.^{as} deasucar Branco atres mil, eduzentos Reis @ / q com esta Communi.^{de} se despendeu este ultimo quartel na for-/ma seguinte [...] 1@ nas al fe-/ loas q sedeu odia outauo deN. Snr.^a», ANTT, CSCF, livr. 38, 1727-1730, fol. 16.
- 2 «P. Asuquar branco q se despendeu neste quartel nas funsoes / custumadas a saber, [...] 22 lb.^{as} P.^a dous almossos dia de majo, edia do cor-/po de S.^r, ealfeloas do dia de S. Joaõ, á comunid.^e de N. P. / S. fran:^{co}, [...] tudo fas a quantia de / 3 @ 14 lb.^{as} comprado a 2560 r.^s @ emportaõ 8\$800», ANTT, CSCF, livr. 39, 1730-1733, fol. 9.
- 3 «P. Asuquar branco q. sedespendeo nestequartel nas fun=/sões C.stomadas a saber, [...] 8 lb.as p.a as alfeloas p.a ad.ta comonid.e emdia de S. Joam, [...] tudo fas a quantia de / 10 @ 24 1/2 b.as / C. comprado a 2560 r.s @ emporta 27\$560», ANTT, CSCF, livr. 39, 1730-1733, fol. 31v.
- 4 «P. Asuquar branco q. sedespendeo neste quartel nas fun=/soes costomadas a saber [...] 8 lb.^{as} P.^a as alfeloas nod.^o dia [de S. Joaõ] p.^a a comonid.^e de / S frn.^{co} [...]

³⁹⁷ Les extraits transcrits ci-dessous ont été tirés des livres de comptes qui se rapportent aux triennats où la consommation d'*alfenim* est documentée au couvent de Santa Clara.

- todo fas a quantia de 10@ 4. lb.as comprado a 2560 r. @ 25\$920», ANTT, CSCF, livr. 39, 1730-1733, fol. 55v.
- 5 «Distribuisão Do asucar Branco /.../ 2[@] 6 [arr^{tes}] p.ª o bolo da comseisao. e alfelua do dia 8.º», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 30.
- 6 «P. 14@59 a.' de asucar q se gastou neste quartel como / se aponta a 3200 @. /.../ 1 [@] 8 [a'] P.ª as capelas e Alfeluas q foraõ aos Relig.ºs», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 53v.
- 7 «Distribuisão Do asucar Branco /.../ 8 [a.^r] P.ª as Alfeluas aos Relig.ºs no d.^{to} dia [de S. João]», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 80v.
- 8 «P. coatro centos setentae hú a.º deasucar comprado / Despendido neste quartel a 90 r.º a.º 42\$390 // P.ª as alfeloas p.ª os P.º no d.º dia [de S: Joao:] 8 [a.º]», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, 14v.-15.
- 9 «P. 23 @ 3 a." De asucar branco gasto neste 4.el a 90: a." 66\$510 / P. 27 @ d.º mascavado p.a omesmo quartel a 60 a." 51\$840 / Distribuisão. do d.º asucar[branco] /.../ Na Alfelua do dia 8.º [Da comseisão] 32 [a'] // Asucar mascavado [...]», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, fols. 19v.-20.
- C Références au sucre et à l'alféloa destinés aux femmes qui font l'aletria dans les livres de comptes du couvent de Santa Clara (1682-1890)
- 1 «P. Compra de 4@24 lb. as deasucar mascavado1\$600 r. s / @ a saber /.../ emmiudezas eaq. em fes aletria emais gastos das d. tas festas [N. M. e Sta Clara] tudo sete mil eseis centos Reis 007\$600» ANTT, CSCF, livr. 38, 1727-1730, fol. 29v.
- 2 «P. Asuquar mascauado a saber... 10 lb.^{as} p.^a q.^m trabalhõ / na Letria q. tudo fas a quantia de 12@ 8 lb.^{as} a 1600r'@ 13\$600», ANTT, CSCF, livr. 39, 1730-1733, fol. 35v.
- 3 «P. asuquar p.ª q.^m trabalhou naletria 10[lb.^{as}]», ANTT, CSCF, livr. 40, 1733-1736, p. 22.
- 4 «P Asucar p.ª q.^m trabalhou ma letria @40 [lb.ªs]», ANTT, CSCF, livr. 40, 1733-1736, p. 58.
- 5 «P. Asucar p.a q.m trabalhou naletria 10 [lb.as]», ANTT, CSCF, livr. 40, 1733-1736, p. 99.
- 6 «Distribuisão do asucar branco /.../ 8 [ar.^{tes}] p.ª q.^m trabalhou na letria», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 27.
- 7 «Distribuisão Do asucar Branco /.../ 8 [a.'] p.a q.m trabalhou na Letria», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 56.
- 8 «Distribuisão Do asucar // 8 [a.^r] p.ª q.^m trabalhou na Letria», ANTT, CSCF, livr. 41, 1740-1743, fol. 83.

- 9 «P.ª q.^m trabalhou na Letria "10 [a.^r]», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, fol. 17.
- 10 «p.a q.m trabalhou na letria 12 [a.r]», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, fol. 40v.
- 11 «p.a g.m trabalhouna letria 10 [a.f]», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, fol. 63v.
- 12 «p.a g.m trabalhouna letria 8" [a.r]», ANTT, CSCF, livr. 42, 1743-1747, fol. 90.
- 13 «P. q.^m trabalhou na letria "10" [liuras de asucar]», ANTT, CSCF, livr. 43, 1747-1750, fol. 17.
- 14 «P.ª quem trabalhou na letria 8 [liuras de asucar]», ANTT, CSCF, livr. 43, 1747-1750, fol. 44v.
- 15 «P.a q.m trabalhou na letria "8 [liuras de asucar]"», ANTT, CSCF, livr. 43, 1747-1750, fol. 68v.
- 16 «Com docez para feytores ealfeloa aquem / trabalhou nalettria "64 [ael de assucar]», ANTT, CSCF, livr. 44, 1756-1759, fol. 18v.
- 17 «P. q.^m trabalhou na Letria " "8 [a.^{el} de assucar]», ANTT], CSCF, livr. 44, 1756-1759, fol. 79.
- 18 «P.ª as mosas que trabalharaõ naletria 8 [arrattes de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 45, 1759-1762, fol. 13.
- 19 «No gasto com as mosas q[^] trabalharaõ naletria 8 [a.^r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 45, 1759-1762, fol. 43.
- 20 «Na alfelua p.ª as mosas q[^] trabalharaõ naletria 8 [a.^r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 45, 1759-1762, fol. 72v.
- 21 «No. .doce p.ª asmosas q.^ trabalharaõ na letria 8a. [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 47, 1762-1765, fol. 11v.
- 22 «No gasto com as mosas q[~] trabalharaõ naletria 8 [a.^r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 47, 1762-1765, fol. 34v.
- 23 «No gasto com as mosas q $^{\sim}$ trabalhara $^{\sim}$ naletria 8 [a. $^{\prime}$ de asucar]», ANTT, CSCF, livr. 47, 1762-1765, fol. 59v.
- 24 «N Alfeloa p.ª as mosas q trabalharam na letria 8 a.º [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 48, 1765-1768, fol. 12.
- 25 «N. Alfeloa as mosas q trabalharaõ aletria 8 [a.^r de asucar]», ANTT, CSCF, livr. 48, 1765-1768, fol. 37.
- 26 «N. Alfelua p.ª as Mosas q trabalharam na letria 8 [a. de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 48, 1765-1768, fol. 64v.
- 27 «No Ditto [gasto] Com as mosas que trabalharao na letria 8 [a. de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 49, 1768-1771, fol. 11.
- 28 «No gasto com as mosas da letria 8 [a.^r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 49, 1768-1771, fol. 35.

- 29 «No ditto [gasto] com as mosas q, trabalharao na letria 8 [a. de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 49, 1768-1771, fol. 59.
- 30 «N Alfelua das Mosas que trabalharaõ na letria 8 a.º [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 50, 1771-1774, fol. 14v.
- 31 «Na Alfelua as Mosas q.´ trabalharaõ na letria 8 a.º [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 50, 1771-1774, fol. 43v.
- 32 «N. Alfelua as Mosas q.^ trabalharaõ na letria 8 a.º [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 50, 1771-1774, fol. 73.
- 33 «N alfelua p.ª as mosas q.~ trabalharaõ na letria, 8 a. [de asucar]», ANTT, CSCF, livr. 46, 1774-1777, fol. 16v.
- 34 «N. alfelua as mosas q.~ trabalharaõ naletria 8a. [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 46, 1774-1777, fol. 49v.
- 35 «N. gasto comas mosas q. fizerão aletria 8 [a. de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 46, 1774-1777, fol. 79.
- 36 «N alfelua as d.as [Mosas] q. trabalharão naLetria 8 [ar de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 51, 1777-1780, fol. 14.
- 37 «Na Alfelua p.ª as mosas q.^ trabalharão naLetria 7 ½ [a. de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 51, 1777-1780, fol. 46v.
- 38 «N Alfelua p.ª asmosas q´ trabalharão naletria 8 [a.º de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 51, 1777-1780, fol. 75v.
- 39 «N. Alfeluas as mosas q. fizeraõ aletria 8 a^r [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 52, 1780-1783, fol. 44.
- 40 «N. Alfeluas as mosas da letria 8 a^r [de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 52, 1780-1783, fol. 74v.
- 41 «N alfelua p.ª as mosas q.~ trabalharaõ naletria 8 [a.r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 53, 1783-1786, fol. 12.
- 42 «N D.º [gasto] comas Mosas q~ trabalharaõ na letria 8 [a.º de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 53, 1783-1786, fol. 37v.
- 43 «N D.º [gasto] comas Mosas q[~] trabalharão na letria 8 [a^r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 53, 1783-1786, fol. 64.
- 44 «No D.º [gasto] Com as Mossas q'. trabalharão na letria 8 [a.º de asucar]», ANTT, CSCF, livr. 50, 1786-1789, fol. 102v.
- 45 «No gasto com as Mosas q.´ fizeraõ aletria 8 [a.' de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 50, 1786-1789, fol. 129.
- 46 «N D.^{to} [gasto] Com as [Mosas] q.´ trabalharaõ na letria 8 [a.^r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 50, 1786-1789, fol. 160.

- 47 «N gasto comas d.tas [Mosas] qd.º fizerão aletria 8 [a.r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 55, 1792-1795, fol. 34v.
- $48 \text{«N gasto com as Mosas q}^{\sim}$ fizerão aletria 8 [a.º de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 55, 1792-1795, fol. 62.
- 49 «N. gasto com as Mosas q.~ fizeraõ aletria 8 [a¹ de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 56, 1795-1798, fol. 37.
- 50 «NaAlfelua ás mosas q.do se fes aletria 8 [a.r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 57, 1798-1801, fol. 14.
- 51 «Nas Alfeluas as d.^{tas} [mousas] p.l^a Letria 8 [a.^r de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 57, 1798-1801, fol. 38v.
- 52 «N Alfelua ás mosas q'. fizerao aLetria 8 [a. de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 65, 1801-1804, fol. 35.
- 53 «N Alfelua às mosas q. ítrabalharaõ aLetria 8 [a. de Asucar]», ANTT, CSCF, livr. 65, 1801-1804, fol. 59.
- D Référence à la préparation d'alféloa dans les livres de comptes du couvent da Encarnação de Funchal (1669-1819)³⁹⁸
- 1 «Mayo [1728] /.../ De asucar p.ª bolos do esp.^{to} s.^{to} ealfeloa dia de mayo 09\$520», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 20, 1728-1730, fol. 5. 2 «Mayo [1743] /.../ Para dr.º para seis arobas deasucar para temperos, e Alfelua de dia de Mayo, e para bolos no Spiri/to Santo, a 70 rs oaratel 13\$440», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 23, 1743-1745, fol. 12.
- 3 «Mayo [1745] / Por dr.º para seis arobas deasucar a sincoenta reis oaratel paraaalfelua quesedeuedar as rellegi=/ozas emdia de Mayo, epera temperos 9\$600», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 23, 1743-1745, fol. 39v.
- 4 «Abril [1746] /.../ Por dr.º p.ª 50tt de M.º p.ª alfeluas e temperos a 60rz tt 3\$____», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 22, 1746-1748, fol. 98v.
- 5 «Mayo [1750] /.../ P dr. p.ª 33 arates deasucar p.ª alfelua a 60 arate 2\$100», ABM, Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa), livr. 23, 1749-1751, fol. 73v.

³⁹⁸ Je n'ai pas encore eu l'opportunité de répertorier les mentions à cette douceur dans les livres de comptes de ce couvent, au-delà de 1819.

- 6 «Abril [1755] Despeza /.../ P dr. p.ª 44 lb.ªs deasucar a60 lb.ª p.ª alfellua de dia deMajo 2\$640», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 16, 1755-1757, fol. 141v.
- 7 «Mayo [1756] Despeza /.../ P dr. p.ª 90 liuras de asucar a 60 lb.ª p.ª alfelua dedia de Majo 5\$400 /.../ P dr. p.ª papel p.ª embrulhar aalfelua qsecostuma dar as relegiozas \$200», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 16, 1755-1757, fol. 156.
- 8 «Majo [1757] Despeza /.../ P dr p.ª 133 lb.ªs deasucar a 60 lb.ª p.ª alfellua do dia deMayo 7\$780», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 16, 1755-1757, fol. 172.
- 9 «Mayo [1761] Despeza /.../ P dr.º p.ª 40 lb.ªs deasucar a60 lb.ªs p.ª alfellua dia deMayo 2\$400», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 23, 1761-1764, fol. 104.
- 10 «Mayo [1762] Despeza /.../ P dr. p.ª huá aroba, e 10lb.ªs deasucar p.ª alfellua dia deMajo as Rellegiozas comohecostume 2\$400», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação* (receita e despesa), livr. 23, 1761-1764, fol. 116v.
- 11 «Abril [1763] Despeza / P dr. p.ª hua aroba e20 deasucar p.ª alfellua de dia de Majo asRellegiozas 2\$900», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 23, 1761-1764, fol. 130.
- 12 «Mayo [1767] Despeza /.../ A dr. para o asucar da alfélua dodia de Mayo 2\$400», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 24, 1767-1769, fol. 14.
- 13 «Mayo [1768] Despeza /.../ A dr.º p.ª duas arobas deasucar p.ª alfellua das Relegiozas 3\$000», ABM, *Conventos, Convento da Encarnação (receita e despesa)*, livr. 24, 1767-1769, fol. 35v.
- 14 «Mayo [1776] P 1 a de assucar branco pela afeluia a 80 r. 2\$400 / P 1 a de d.º [assucar] preto p.ª temperos eajudas a 60 1\$800», ANTT, CNSEF, livr. 10, 1776-1779, fol. 19.
- 15 «[23 Abril 1815] Para Assucar p.ª dia de Maio p.ª afelua 20 tt.ªs / a 160 rs 3\$200 /.../ Papel p.ª se dar afelua a Commonid.e \$300», ANTT, CNSEF, livr. 39, 1815-1816, fol. 4.
- 16 «[28 Abril 1816] Assucar p.ª Alfelua em dia de Maio 1@ e 2 lb.ªs 5\$120», ANTT, CNSEF, livr. 39, 1815-1816, fol. 27.
- 17 «[17 Abril 1819] Ad.º [dinheiro] p.ª a sucar a 140 25 lb.ªs p.ª Alfelua 3\$500», CNSEF, livr. 40, 1818-1819, fol. 25v.

Bibliographie

- A., C., 1794, «Cap. IX: "Dos Trociscos"», in Tavares, Francisco, *Pharmacopeia geral para o reino, e domínios de Portugal. Tomo I: Elementos de Pharmacia*, Lisbonne, Na regia officina typografica, pp. 186-189.
- AAVV, 1847, Histoire littéraire de la France. Tome XXI: suite du treizième siècle, depuis l'année 1296, Paris, Chez Firmin Didot Frères/ Treuttel et Wurtz.
- ABECASIS, Isabel, 2015, *Caderno de Receitas do Convento das Salézias,* Lisbonne, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- ABULCASIS, 1471, Liber servitoris de praeparatione medicinarum simplicium, Venise, éd. de Nicolas Jenson, fac-similé numérisé disponible sur le portail internet de la Württembergische Landesbibliothek de Stuttgart en http://digital.wlb-stuttgart.de/purl/bsz347438814, consulté le 28/06/2019.
- ABULCASIS, 1516, Seruidor de Albuchasis trasladado del arabigo en latin por Simon Genoues siendo Abraam judio de Tortona interprete; agora nueuamente trasladado y corregido del latin en la lengua vulgar castellana/por el licenciado Alonso rodriguez de tudela, Valladolid, Arnao Guille[n] de Brocar, fac-similé numérisé en ligne, disponible sur le portail internet Cisne de la Biblioteca Complutense de Madrid en https://ucm.on.worldcat.org/oclc/1024854362, consulté le 28/06/2019.
- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001, *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 1, Lisbonne, Editorial Verbo.
- AFONSO, João, 1966, «Mimos das ilhas. Alfenim, a apoteose do açúcar», in *Panorama*. *Revista portuguesa de arte e turismo*, série IV, vol. 17 (mars), pp. 53-59.
- AL-ZAHRÂWÎ, 1986, *Al-Ta<u>s</u>rîf li-man 'adjiza 'ani-l-ta' lîf*, 2 vols., éd. de Fuat Sezgin, Francfort, Université Johann Wolfgang Goethe.
- ALDRETE, Bernardo, 1674, *Del origen y principio de la lengua castellana, o romance que oy se usa en Espana*, Madrid, por Melchor Sánchez.
- ALGRANTI, Leila Mezan, 2004, «Os livros de receitas e a transmissão da arte luso-brasileira de fazer doces (séculos XVII-XIX)», in VIEIRA, Alberto (coord.), *Actas do III Seminário Internacional sobre a História do Açúcar: O açúcar e o quotidiano. Funchal (Portugal)*, Funchal, CEHA/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 127-143.
- ALGRANTI, Leila Mezan, 2005, «Os doces na culinária luso-brasileira: da cozinha dos conventos à cozinha da casa brasileira séculos XVII a XIX», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. 6, pp. 139-158.

- ALMEIDA, Cândido Mendes de, 1870, *Ordenações Filipinas*, vol. 5, Rio de Janeiro, Typ. do Instituto Philomathico.
- ALMEIDA, Eduardo de Castro e, 1907, Archivo de Marinha e Ultramar, inventário: Madeira e Porto Santo (vol. 1: 1613-1819), Coimbra, Imprensa da Universidade.
- AML-AH, 1974, *Livro das Posturas Antigas*, leit. paleo. e transc. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisbonne, Câmara Municipal de Lisboa.
- ANDALOU ANONYME, 2012, *Anonymous Andalusian Cookbook*, trad. de Perry, Charles et éd. de Martinelli, Candida.
- ANJUM, Saba, 2013, «Al-Zahrawi: A Prominent Muslim Medical Scientist and His Impact on West», in *Revelation and Science*, vol. 3, n.° 2 (1435H), pp. 51-56.
- ANONYME, 1539 [1512/1513], *O primeiro* [-quinto] liuro das ordenações, vol. 2, 3º éd., Séville, em casa de lua[n] cro[m]berger / Lisbonne: Luiz Rodriguez.
- ANONYME, 1788, Arte nova e curiosa, para conserveiros, confeiteiros, e copeiros e mais pessoas que se occupaõ em fazer doces, e conservas com frutas de varias qualidades, e outras muitas receitas particulares, que pertencem à mesma Arte, Lisbonne, Na Off. de José de Aquino Bulhoens.
- ANONYME, 1820, «Índice cronológico. Da maior parte da nossa legislação sobre a medicina», in *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, n.º LXXXVIII (Parte I), pp. 158-168.
- ANONYME, 1878, «Historiadores do século XV. Hartman Schadel», in *Archivo dos Açores,* vol. 1 (mai), pp. 141-142.
- ANONYME, 1950, «O primeiro aforamento do Curral das Freiras (1537)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, fasc. 1-2, p. 99.
- ANONYME, 1967, O "livro de cozinha" da Infanta D. Maria de Portugal. Primeira edição integral do códice português I. E. 33. da Biblioteca Nacional de Nápoles, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- ANONYME, 1987 [1967], Livro de Cozinha da Infanta D. Maria. Códice português I. E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Lisbonne, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- ANONYME, 2008, Livre de Cuisine de l'Infante Maria du Portugal. Traduction de Maria José Palla, Lisbonne, Instituto de Estudos Medievais.
- ANTÓNIO, Caetano de Santo, 1711, *Pharmacopeia Lusitana Reformada. Methodo Pratico De preparar os Medicamentos na fórma Galenica*, & Chimica, 2^e éd, Lisbonne, Impresso no Real Mosteiro de São Vicente de Fóra.
- ARAGÃO, António, 1982, *A Madeira vista por estrangeiros (1455-1700),* Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- ARAO, Miyo, 2010, «'NANBAN'? sweets introduced by Portugal to Japan in the 16th-17th century», in *Anuário 2010*, Funchal, CEHA, pp. 815-819.

- ARNAUT, Salvador Dias, 1967, «Introdução histórica», in ANONYME, O "livro de cozinha" da Infanta D. Maria de Portugal. Primeira edição integral do códice português I. E. 33. da Biblioteca Nacional de Nápoles, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. VII-CXIX.
- AUSÉCACHE, Mireille, 2007, «Manuscrits d'antidotaires médiévaux: quelques exemples du fonds latin de la Bibliothèque nationale de France», in *Médiévales*, vol. 52 (printemps), pp. 55-73.
- BALLESTEROS GAIBROIS, Manuel, 1943, «Valencia y los Reyes Católicos (1479-1493)», in *Anales de la Universidad de Valencia*, vol. 20, cuaderno 153.
- BARATA, Paulo J. S., 2011, «As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer», in *Lusitania Sacra*, vol. 24 (juillet-décembre), pp. 125-152.
- BARBAUD, Jean, 1996, «Platearius et l'Antidotaire Nicolas», in *Revue d'histoire de la pharmacie*, vol. 312, pp. 301-305.
- BARCELÓ, Carmen, 1994, «Azúcar y medicina en el mundo islámico», in MALPICA, Antonio (éd.), 1492: lo dulce a la conquista de Europa. Actas del cuarto seminario internacional sobre la caña de azúcar (Motril, 21-25 septembre 1992), Granada, Diputación Provincial de Granada, pp. 63-77.
- BARCELÓ, Carmen et LABARTA, Ana, 1991, «La industria azucarera en el litoral valenciano y su léxico (siglos XV-XVI)», in *Actas del Segundo Seminario Internacional La Caña de azúcar en el Mediterráneo*, Motril, Casa de la Palma, pp. 73-103.
- BARCELÓ, Carmen et LABARTA, Ana, 1988, «Le sucre en Espagne (711-1610)», in *Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée,* vol. 35, pp. 175-193.
- BARREIROS, Fortunato José, 1838, *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, que se empregão nos trabalhos do corpo de engenheiros e da arma de artilheria*, Lisbonne, Typog. da Acad. Real das Sciencias.
- BARROS, Anabela Leal de, 2013, As receitas de cozinha de um frade português do século XVI, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BARROS, Anabela Leal de, 2016, *Remédios vários e receitas aprovadas. Segredos vários,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BLUTEAU, Raphael, 1712, *Vocabulario Portuguez & Latino,* Coimbra, vol. 1, Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- BLUTEAU, Raphael, 1713, *Vocabulario Portuguez & Latino,* Coimbra, vol. 3, No Real Collegio das Artes da Companhia.

- BOYER, Jean-Baptiste, 1760, Codex medicamentarius, seu Pharmacopoea Parisiensis, ex mandato facultatis medicinae parisiensis in lucem edita, decano, m. Joann. Baptista Boyer, Francfort, apud Franciscum Varrentrapp.
- BRABANT, Rosa Kuhne et SILVA, Monique da, 1997, «Le sucre et le doux dans l'alimentation d'al-Andalus», in *Médiévales*, vol. 33, pp. 55-67.
- BRAGA, Ferreira, 1917, «Numismática portuguesa. Moedas da primeira dinastia», in *O Arqueólogo português*, serie 1, vol. 22, pp. 207-213.
- BRAGA, Isabel M. R. M. D., 1991, «O açúcar da ilha da Madeira e o mosteiro de Guadalupe», in *Islenha*, vol. 9 (juillet-décembre), pp. 43-49.
- BRAGA, Isabel M. R. M. D., 2001, Assistência, saúde pública e prática médica em *Portugal (séculos XV-XIX)*, Lisbonne, Universitaria Editora.
- BRAGA, Isabel M. R. M. D., 2007, «À mesa com Grão Vasco: para o estudo da alimentação no século XVI», in *Máthesis*, vol. 16, pp. 9-59.
- BRAGA, Isabel M. R. M. D., 2014, «Confeiteiros na Época Moderna: cultura material, produção e conflituosidade», in SOARES, Carmen et MACEDO, Irene Coutinho de (coords.), *Ensaios sobre património alimentar luso-brasileiro*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume Editora, pp. 254-326.
- BRAGA, Isabel M. R. M. D., 2015, Sabores e Segredos. Receituários Conventuais Portugueses da Época Moderna, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume.
- BRAGA, Isabel M. R. M. D., 2017, «Domingos Rodrigues e a arte de cozinha: uma vida pouco conhecida, uma obra muito usada», in RODRIGUES, Domingues, *Arte de Cozinha*, Lisbonne, Círculo de Leitores.
- BRISVILLE, Marianne, 2019, «Guillaumond Catherine, Cuisine et diététique dans l'Occident arabe médiéval d'après un Traité anonyme du xiiie siècle. Étude et traduction française, Paris, L'Harmattan, 2017, 290 p.», in *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée* [en ligne], vol. 145 (septembre), consulté le 13/08/2019.
- CARANTINO, Georges, 2008, «Regard sur le livre de cuisine de l'infante D. Maria du Portugal», in ANONYME, *Livre de cuisine de l'infante Maria du Portugal.*Traduction de Maria José Palla, Lisbonne, Instituto de Estudos Medievais.
- CARDOSO, Zita, 1999, Segredos da cozinha da Madeira e de Porto Santo, 4º éd., Funchal, Édition de l'auteur.
- CARITA, Rui, 1996, *História da Madeira. Vol. 4: O século XVIII: arquitectura de poderes*, Funchal, Secretaria Regional da Educação.
- CARITA, Rui, 1999, História da Madeira. Vol. 5: O século XVIII: economia e sociedade, Funchal, Secretaria Regional da Educação.

- CASCUDO, Câmara, 1998 [1954], *Dicionário do Folclore Brasileiro,* Rio de Janeiro, Ediouro.
- COBARRUBIAS OROZCO, Sebastian de, 1640, *Tesoro de la lengua castellana o espanola*, Madrid, Luis Sanchez.
- COELHO, Maria H. da C., 2014, «A Mesa do rei de Avis. Espaços, oficiais, alimentos e cerimoniais», in SOARES, Carmen et MACEDO, Irene C. de (coords.), *Ensaios sobre património alimentar luso-brasileiro*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume Editora, pp. 141-164.
- CONDE, Antónia F., 2013, «A opção claustral e a tradição gastronómica local e regional», in CONFRARIA GASTRONÓMICA DO ALENTEJO (coord.), *Carta Gastronómica do Alentejo*, s. l., Entidade Regional de Turismo do Alentejo, pp. 66-85.
- COROMINAS, Joan, 1987 [1961], *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana,* Madrid, Editorial Gredos, 3º éd.
- COSTA, José Pereira da et PEREIRA, Fernando Jasmins, 1985, *Livros de contas da ilha da Madeira*. *I Almoxarifados e alfândegas*, Funchal, CEHA.
- COSTA, José Pereira da et PEREIRA, Fernando Jasmins, 1989, *Livros de contas da ilha da Madeira*. *II Registo da produção de açúcar*, Funchal, CEHA.
- COSTA, José Pereira da, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA.
- COSTA, José Pereira, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Primeira metade do século XVI*, Funchal, CEHA.
- COSTA, José Pereira, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Vol. 3: Segunda metade do século XVI*, Funchal, CEHA.
- COSTA, José Pereira, 2001, Contos da ilha emersa, Funchal, éd. de l'auteur.
- COSTA, Marcos Nunes, 2011, *Dicionário de matutês*, Recife, Fundação Antônio dos Santos Abranches, disponible en http://www.itapetim.net/2010/01/dicionario-dematutes-2/.
- DIDEROT, Denis et D'ALEMBERT, Jean le Rond, 1777, Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers...par une Société de gens de lettres... mis en ordre et publié par M. Diderot; et quant à la partie mathématique par M. d'Alembert, Genève, Chez Pellet imprimeur-libraire, nouvelle édition, tome X.
- DORVEAUX, Paul, 1896, L'antidotaire Nicolas. Deux traductions françaises de l'Antidotarium Nicolai l'une du XIV^e siècle suivie de quelques recettes de la même époque et d'un glossaire. L'autre du XV^e siècle, incomplète publiées d'après les manuscrits français 25,327 et 14,827 de la Bibliothèque Nationale, Paris, H. Welter Éditeur.

- DORVEAUX, Paul, 1913, Le livre des simples médecines: traduction française du Liber de simplici medicina, dictus Circa instans de Platearius tirée d'un manuscrit du XIII^e siècle (Ms. 3113 de la Bibliothèque S. ^{te} Geneviève de Paris) et publiée pour la première fois par le Dr Paul Dorveaux, Paris, Chez le secrétaire-général de la Société française d'histoire de la médecine, fac-similé numérisé en ligne, disponible sur le portail internet 'Gallica' de la Bibliothèque nationale de France en http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb311212973, consulté le 28/06/2019.
- DOURSTHER, Horace, 1840, *Dictionnaire universel des poids et mesures anciens et modernes*, Bruxelles, M. Hayez.
- DOZY, R., 1873, Le calendrier de Cordoue de l'année 961 texte arabe et ancienne traduction latine, Leyde, E. J. Brill.
- DOZY, Reinhart Pieter Anne et ENGELMANN, Willem Herman, 1869, Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe, 2e éd., Leyde, E. J. Brill.
- ECHEGARAY, Eduardo de, 1887, Diccionario general etimológico de la lengua española. Edición económica arreglada del Diccionario etimológico de D. Roque Barcia, del Academia Española y de otros trabajos importantes de sabios etimologistas corregida e aumentada considerablemente por Don Eduardo de Echegaray, Madrid, José María Faquineto, tomo I.
- EVERAERT, John G., 1987, «Marchands flamands à Lisbonne et l'exportation du sucre de Madère (1480-1530)», in CAIRES, Gilberto P. (coord.), *Actas do 1.º Colóquio Internacional de História da Madeira (1986),* Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 442-477.
- FERNANDES, Isabel M., 2002, «Alimentos e alimentação no Portugal quinhentista», in *Revista de Guimarães*, vol. 112, pp. 125-215.
- FERNANDES, Isabel Maria Granja, 2012, A loiça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar, 2 vols., thèse de doctorat en Histoire soutenue à l'université du Minho.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1959, O arquipélago da Madeira. Terra do Senhor Infante. De 1420 a 1460, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FIGUEIREDO, Cândido de, 1899, *Nôvo diccionário da língua portuguêsa*, vol. 1, Lisbonne, Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão.
- FRANCO, António C., 2003, «O Livro de Alveitaria do mestre Giraldo numa perspectiva da linguística de texto de especialidade», in FONSECA, L. A.; AMARAL, L. C. et SANTOS, M. F. F. (coord.), Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, vol. 1, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 209-217.

- FREYRE, Gilberto, 1997, Açúcar. Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil, São Paulo, Companhia das Letras.
- FRUTUOSO, Gaspar, 1873, Saudades da Terra, Historia das ilhas do Porto-Santo, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscripto do seculo XVI anotado por Alvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense.
- GANDRA, Manuel J., 2017, *O império divino na Amazónia*, Mafra / Rio de Janeiro, Instituto Mukharajj Brasilan & Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica--Cesdies.
- GARRIDO ANES, María E., 2009, *De "simplici medicina" (Circa instans) en inglés medio: vernacularización del tratado salernitano de Mateo Plateario*, thèse soutenue à l'université de Huelva (Departamento de Filología Inglesa).
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1965, Os descobrimentos e a Economia Mundial, vol. 2, Lisbonne, Arcádia.
- GÓIS, Damião de, 1566, Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel composta per Damiam de Goes, dividida em quatro parte ..., Lisbonne, Em casa de Françisco correia.
- GOMES, Eduarda Maria de Sousa, 1995, *O convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua história (1660-1777)*, Funchal, CEHA.
- GOMES, João Pedro, 2018, «De "caldos esforçados" a "receitas para doentes". Culinária e saúde no Portugal moderno (séc. XVI e XVII)», in SOARES, Carmen et RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes (coord.), *Mesas luso-brasileiras: alimentação, saúde & cultura*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 89-122.
- GOMES, João Pedro, 2016, «Uma doce viagem: doces e conservas na correspondência de D. Vicente Nogueira com o Marquês de Niza (1647-1652)», in PINHEIRO, J. et SOARES, C. (coords), *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, pp. 213-326.
- GOMES, Rosa Varela, 2002, *Silves (Xelb) Uma Cidade do Gharb al-Andalus. Território e Cultura*, Lisbonne, Instituto Português de Arqueologia.
- GOUVEIA, David Ferreira, 1992, «Açúcar confeitado na Madeira», in *Islenha*, vol. 11 (juillet-décembre), pp. 35-52.
- GUAL CAMARENA, M., 2014, *Vocabulario del comercio medieval*, disponible en http://www.um.es/lexico-comercio-medieval, consulté le 25/07/2019.
- GUILLAUMOND, Catherine, 2017, Cuisine et diététique dans l'Occident arabe médiéval d'après un traité anonyme du XIII^e siècle. Étude et traduction française, Paris, L'Harmattan.
- HAMZAOUI, Sonia Mlayah, 2016, *Faites en sucre,* Tunis, Académie Tunisienne des Sciences, des Lettres et des Arts Beït al-Hikma.

- HOOF, Henri Van, 2001, «Notes pour une histoire de la traduction pharmaceutique», in *Meta Journal des traducteurs,* vol. 46, n.º 1 (mars), pp. 154-175.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, 1957, «La cocina hispano-magribi durante la epoca almohade», in *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos en Madrid*, vol. 5 (fasc. 1-2), pp. 137-141.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, 1966, *Traducción española de un manuscrito anónimo del siglo XIII sobre la cocina hispano-magrebí*, Madrid, Editorial Maestre.
- HYMAN, Philip et HYMAN, Mary, 1996, «Imprimer la cuisine. Les livres de cuisine en France du XV^e au XIX^e siècle», in FLANDRIN, Jean-Louis et MONTANARI, Massimo, *Histoire de l'alimentation*, Paris, Fayard, pp. 643-655.
- LABARTA, Ana et BARCELÓ, Carmen, 1994, «Azúcar y medicina en el mundo islámico», in MALPICA, Antonio (éd.), 1492: lo dulce a la conquista de Europa. Actas del cuarto seminario internacional sobre la caña de azúcar (Motril, 21-25 septembre 1992), Granada, Diputación Provincial de Granada, pp. 63-75.
- LAMMENS, Henri S. J., 1890, *Remarques sur les mots français dérivés de l'arabe*, Beyrouth, Imprimerie catholique.
- LAURENT, Jean-Michel, 2016, *Traité de Cuisine arabo-andalouse dit anonyme andalou*, Saint Ouen, Les éditions du net.
- LECLERC, Lucien, 1876, *Histoire de la médecine arabe par le d^r Lucien Leclerc: exposé complet des traductions du grec,* Paris, Ernest Leroux éditeur, 2 tomes.
- LEITE, Jerónimo Dias, 1947, Descobrimento da ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- LEJEUNE, Alphonse, 1894, Monnaies, poids et mesures des principaux pays du monde, Paris / Nancy, Berger-Levrault & cie.
- LEMOS, Maximiano (dir.), 19__, *Encyclopedia portugueza illustrada: diccionário universal*, vol. I, Porto, Lemos & C.a, Sucessor.
- LEROI-GOUHRAN, André, 1965, *Le geste et la parole. Tome II: la mémoire et les rythmes,* Paris, Éditions Albin Michel.
- LISANTI, Luís, 1973, Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII), vol. 1, São Paulo, Visão Editorial.
- LISBOA, João Luís, 1994, «Lopes, Fernão», in ALBUQUERQUE, Luis (dir.), *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, vol. 2, Lisbonne, Círculo de Leitores/Caminho, pp. 622-623.
- LOPES, Fernão, 1895, Chronica de El-Rei D. Fernando, vol. I, Lisbonne, Escriptorio.
- LOPES, Fernão, 1897, *Chronica de El-Rei D. João I*, vol. III, Lisbonne, Escriptorio.

- LOPES, L. Seabra, 2003, «Sistemas legais de medidas de peso e capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI», in *Portugalia,* Nova Série, vol. XXIV, pp. 113-164.
- MACHADO, João Pedro, 1977 [1952], *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, vol. 1, 3º éd., Lisbonne, Livros Horizonte.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, 2009, «O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico. Séculos XV e XVI», in *Varia historia*, vol. 25, n.º 41 (janvier-juin), pp. 151-175.
- MAÍLLO SALGADO, Felipe, 1998 [1983], Los arabismos del castellano en la Baja Edad Media, Salamanque, Ediciones Universidad de Salamanca, 3º éd.
- MALDONADO, Diego Granado, 1614 [1599], *Libro del Arte de Cocina*, Lerida, Por Luys Manescal.
- MELEIRO, Maria J. S., 2011, 'Novidade de pallavras' no português do século XV, thèse de doctorat en linguistique historique soutenue à l'université de Lisbonne.
- MELO, Luís Francisco Cardoso de Sousa, 1972, «Tombo I.º do registo geral da Câmara Municipal do Funchal (1.ª Parte)», in *Boletim do Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV.
- MELO, Luís F. C. de S., 1973, «Tombo I.º do registo geral da Câmara Municipal do Funchal (1.ª Parte)», in *Boletim do Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI e XVII.
- MELO, Luís F. C. de S., 1990, «Tombo I.º do registo geral da Câmara do Funchal, 2.ª Parte», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIX.
- MENDONÇA, Manuela, 2004, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel», in *Actas do III.º Congresso histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época (Guimarães, 24 a 27 de outubro de 2001),* Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, vol. 2, pp. 332-348.
- MESUE, Johannes, 1589, Ioannis Mesuae Damasceni Medici Clarrissimi Opera. De medicamentorum purgantium delectu, castigatione & vsu libri duo: quorum priorem Canones vniuersales, posteriorem De simplicibus vocant: Grabadin, hoc est Compendii secretorum medicamentorum libri duo, quorum prior Antidotarium posterior de appropriatis vulgo inscribitur, Venise, Ioannis Costae, exemplaire conservé à la Biblioteca Histórica de la Universidad Complutense de Madrid, fac-similé numérisé en ligne, disponible sur le portail internet 'Dioscórides' de la Biblioteca Complutense de Madrid en https://ucm.on.worldcat.org/oclc/1024861287, consulté le 28/06/2019.
- MIGUEL, Carlos M., 1960-1961, «O açúcar, sua origem e difusão», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XII, pp. 55-124.
- MOTIÑO, Francisco M., 1611, *Arte de cozina, pastelaria, vizcocheria, y confetueria,* Madrid, Luis Sanchez.

- MOULINIER-BROGI, Laurence et WEILL-PAROT, Nicolas, 2007, «La science médiévale, du codex à l'imprimé», in *Médiévales*, vol. 52 (printemps), pp. 7-14.
- NUNES, Naidea N., 2001, «A terminologia histórica do açúcar nas ilhas atlânticas: Madeira e Canárias (Século XV e XVI)», in COLLIN, N., GIOT, E. et MASSA, F. (éds.), Les îles atlantiques: réalités et imaginaire, Rennes, Université Haute Bretagne Rennes 2, pp. 139-161.
- NUNES, Naidea N., 2002, O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira, thèse de doctorat en linguistique romanique soutenue à l'Université de Madeira.
- NUNES, Naidea N., 2003, *Palavras doces. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira do Mediterrâneo ao Atlântico,* Funchal, CEHA.
- NUNES, Naidea N., 2004, «A tradição açucareira dos doces, bebidas e mezinhas no quotidiano das ilhas atlânticas: Madeira, Canárias, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe», in VIEIRA, Alberto (coord.), *Actas do III Seminário Internacional sobre a História do Açúcar. O açúcar e o quotidiano*, Funchal, CEHA, pp. 223-240.
- NUNES, Naidea N., 2006, «A terminologia ibero-americana do açúcar de cana: diálogo de línguas e culturas», in CABRÉ, M. T., ESTOPÀ, R. et TEBÉ, C. (éds.), La terminología en el siglo XXI: contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la sostenibilidad: actas del IX Simposio Iberoamericano de Terminología RITMER04, Barcelone, Institut Universitari de Lingüistica aplicada da Universitat Pompeu Fabra, pp. 235-244.
- NUNES, Naidea N., 2016, «A cultura açucareira e a alimentação: património linguístico e cultural comum das ilhas atlânticas e do Brasil», in PINHEIRO, Joaquim et SOARES, Carmen (éds.), *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, pp. 239-264.
- NUNES, Naidea N., 2017, «A translocalidade da cultura açucareira: o Funchal, cidade do açúcar, entre o Mediterrâneo e o Atlântico», in *Translocal. Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas* [en ligne], vol. 1 (octobre-décembre), pp. 10-11, disponible en http://translocal.cm-funchal.pt/wp-content/uploads/2018/01/Translocalidade-Cultura-Acucareira.pdf, consulté le 15/07/19.
- OLIVEIRA, Christovaõ R. de, 1755 [1554/1555], Summario, em que brevemente se contem algumas cousas assim ecclesiasticas, como seculares, que ha na Cidade de Lisboa... addicionado por Manoel da Conceiçam, etc, Lisbonne, Na Officina de Miguel Rodrigues.

- OSSWALD, Cristina, 2010, «Hábitos alimentares dos jesuítas em Portugal, na Índia e no Brasil (XVI-XVIII)», in SÁ, Isabel dos G. et GARCIA FERNÁNDEZ, Máximo (dir.), *Portas adentro. Comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial da Universidad de Valladolid, pp. 69-85.
- OUBAHLI, Mohamed, 2012, La main et le pétrin. Alimentation céréalière et pratiques culinaires en Occident musulman au Moyen-Âge, Casablanca, Fondation du Roi Abdul-Aziz.
- OUERFELLI, Mohamed, 2013, «Les usages du sucre dans le manuel de pharmacie de Cohem Al.'Aţţār, médecin juif du Caire au XIIIe siècle», in *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 43/1 (janvier-juin), pp. 243-258.
- OUERFELLI, Mohamed, 2008, *Le sucre: production, commercialisation et usages dans la Méditerranée médiévale*, Leiden / Boston, Brill.
- OUERFELLI, Mohamed, 2018, «De la boutique de l'apothicaire à la table du prince. Les fruits confits en Méditerranée occidentale à la fin du Moyen Âge», in *Food and History*, Turnhout, Brepols, vol. 14/2016 (2-3), pp. 163-179.
- PERAZA DE AYALA, José, 1935, Las antiguas ordenanzas de la isla de Tenerife: notas y documentos para la historia de los municipios canarios, La Laguna, Instituto de Estudios Canarios.
- PEREIRA, Eduardo C. N., 1989 [1939], *Ilhas de Zarco*, vol. 2, 4.ª edição, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- PEREIRA, Fernando J., 1991, Estudos sobre história da Madeira, Funchal, CEHA.
- PÉREZ VIDAL, José, 1973, *La cultura de la caña de azúcar en el Levante español,* Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.
- PÉREZ VIDAL, José, 1981, *Medicina y dulcería en el Libro de buen amor*, Madrid, Cupsa Editorial.
- PICCHIO, Luciana S., 1990, «O sacro colégio de alfenim. Considerações sobre a civilização do açúcar na ilha da Madeira e noutras ilhas», Separata das *Actas do Il Colóquio Internacional da História da Madeira (Funchal, septembre 1989)*, Funchal, Centro de Estudos da História do Atlântico, pp. 181-190.
- PINHEIRO, Luís da Cunha, 2012, «A produção açucareira em São Tomé ao longo de Quinhentos», in ROQUE, Ana C.; SEIBERT, Gerhard et MARQUES, Vítor R. (coord.), Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica, Lisbonne, Instituto Universitário de Lisboa / Centro de Estudos Africanos e Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 27-46.

- PITA, João R. et PEREIRA, Ana L., 2012, «A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)», in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, vol. 14.1, pp. 227-268.
- PITA, João R., 1999, «Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: Pharmacopeia Geral (1794)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp. 47-100.
- PLOUVIER, Liliane, 1994, «L'électuaire, un médicament plusieurs fois millénaire», in *Cercle Benelux d'histoire de la pharmacie*, bull. 86 (mai), pp. 7-21.
- PLOUVIER, Liliane, 1999, «L'introduction du sucre en pharmacie», in *Revue d'histoire de la pharmacie*, vol. 322, pp. 199-216.
- PLOUVIER, Liliane, 2006, «Le rôle d'Al-Andalus dans la transmission des connaissances de l'Orient vers l'Occident», in *Horizons maghrébins Le droit à la mémoire,* vol. 55, pp. 30-47.
- POMET, Pierre, 1694, Histoire generale des drogues, traitant des plantes, des animaux, & des minéraux, Paris, chez Jean-Baptiste Loyson, & Augustin Pillon / Chez Estienne Ducastin.
- QUER, Joseph, 1784, Continuacion de la flora española ó historia de las plantas de España que escribia Don Joseph Quer, Madrid, Por D. Joachîn Ibarra, tome V.
- RAMOS, Anabela et CLARO, Sara, 2013, *Alimentar o corpo, saciar a alma: Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, Vila Real, Direcção Regional de Cultura do Norte.
- RAMOS, Anabela, s. d., *Os Doces no tempo monástico de Tibães,* Communication au colloque *I.º Encontro de doçaria conventual*, disponible en https://meocloud.pt/link/9c1b8fdb-d8e2-4a5b-8edf-958df8ebbec9/Anabela%20Ramos.pdf/.
- RAU, Virginia et MACEDO, Jorge de, 1962, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de produção e comércio*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- RIBEIRA, Luís da S., 1948, «Alfenim», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 6, pp. 281-282.
- RIBEIRA, Luís da S., 1982, *Obras. Vol. 1: Etnografia açoriana,* Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- RICORDEL, Joëlle, 1998, «Les sciences médicales au temps des califes omeyyades de Cordoue: Al-Zahrâwî et Ibn Wâfid: savants-pharmacologues andalous traduits en Occident chrétien», in *Revue d'histoire de la pharmacie*, vol. 317, pp. 29-40.
- RIEDER, Philip et ZANETTI, François, 2012, «Le remède et ses usages historiques (1650-1820)», in *Histoire, médecine et santé*, vol. 2 (automne), pp. 9-19.

- ROSENBERGER, Bernard, 1996, «La cuisine arabe et son apport à la cuisine européenne», in FLANDRIN, Jean-Louis et MONTANARI, Massimo, *Histoire de la Alimentation*, Paris, Fayard, pp. 345-365.
- RUIZ, Juan (Arcipreste de Hita), 1901, Libro de Buen Amor. Texte du XIV^e siècle publié pour la première fois avec les leçons des trois manuscrits connus par Jean Ducamin, Toulouse, Imprimerie et librairie Édouard Privat.
- SAINZ-TRUEVA, José de, 1987, «Doces & sabores do quotidiano madeirense», in ARANHA, Manuela (coord.), *Cousas & lousas das cozinhas madeirenses*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 13-33.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2005, «Literatura de comeres e beberes. Madeira séc XX», in *Ilharq*, vol. 5, pp. 89-121.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1923, «Excursão a Machico em 1907», in CASTRO, Carlos J. de F. e, *Almanaque da Madeira 1924*, Funchal, éd. de l'auteur, pp. 68-71.
- SARMENTO, Alberto A., 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, Funchal, Diário de Notícias.
- SARMENTO, Alberto A., 1946, *Ensaios históricos da minha terra*, vol. I, Funchal, Junta Autónoma do Distrito do Funchal.
- SATO, Tsugitaka, 2014, Sugar in the Social Life of Medieval Islam, Leyde, Brill.
- SERRA RÁFOLS, Elias et ROSA, Leopoldo de la, 1970, *Acuerdos del Cabildo de Tenerife*, fascículo IV (1518-1525), San Cristóbal de La Laguna, Instituto de Estudios Canarios.
- SERRÃO, Joaquim V., 1989 [1977], *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, 2º éd., Lisbonne, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- SILVA, António de M., 1789, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, vol. 1, Lisbonne, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SILVA, António J. M. da, 2020, «Du fanîd au penidios: Analyse comparée de recettes chrétiennes et maghrébo-andalouses de pénide (Moyen-âge et Renaissance)», in STENGEL, Kilien et MISSAOUI, Sihem Debbabi (dir.), La cuisine du Maghreb n'est-elle qu'une simple histoire de couscous?, Paris, L'Harmattan, pp. 121-142.
- SILVA, António J. M. da, 2020, «La "fabrique" du jardin de l'Atlantique. Lectures économique, sociologique et anthropologique de l'acclimatation des plantes fruitières et potagères à Madère (XVe-XVIIIe siècle)», in *Horizons Maghrébins*, vol. 79, pp. 54-79.
- SILVA, António J. M. da, 2013, *Un ingrédient du discours,* Saint Denis, Édilivre.

- SILVA, Fernando A. da et MENEZES, Carlos A. de, 1998 [1940-1946], *Elucidário Madeirense*, version fac-similé, vol. 1, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVA, José M. de A., 1995, *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, CEHA.
- SOARES, Carmen, 2018, «8. Aranha, Silvestre, Suplício dos doces (1727)», in SOARES, Carmen (coord.), *BiblioAlimentaria: alimentação, saúde e sociabilidade à mesa no acervo bibliográfico da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 278-280.
- SOLDEVILA, Ferran, 1995, *Pere el Gran: Primera Part, L'infant*, Barcelone, Institut d'Estudis Catalans.
- SOUSA, Élvio, 2012, «A doçaria madeirense», in IEFP (éd.), *Sabores e saberes da doçaria portuguesa*, Lisbonne, Instituto do Emprego e Formação Profissional, pp. 93-105.
- SOUSA, João J. A. de, 1984, «A indústria de conservas na Madeira séculos XV-XIX», in *Diário de Notícias Funchal*, 1^{er} avril, pp. 7-8.
- SOUSA, João J. A. de, 1991, *O convento de Santa Clara do Funchal,* Funchal, Secretaria Regional do Turismo.
- STOLS, Eddy, 2004, «The Expansion of the Sugar Market in West Europe», in SCHWARTZ, Stuart B., *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World,* 1450-1680, Chapel Hill, Univ of North Carolina Press, pp. 237-288.
- TAVARES, Francisco, 1794, *Pharmacopeia geral para o reino, e domínios de Portugal*, Lisbonne, Na regia officina typografica, tomes I et II.
- TRIGOZO, Sebastião F. de M., 1815, «Memoria sobre os pesos e medidas portuguezas e sobre a introdução do systema metro-decimal», in *Memórias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisbonne, Oficina da mesma Academia, Tome 5.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1792, *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, livr. V, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade.
- VASCONCELLOS, Carolina M. de, 1910, «Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitraria e cetraria», in *Revista Lusitana*, vol. XIII, n.º 3/4, pp. 268-269.
- VASCONCELLOS, Jorge F. de, 1619, Comedia Aulegrafia / feita por Jorge Ferreira de Vasconcellos; Agora novamente impressa à custa de Dom Antonio de Noronha..., Lisbonne, Por Pedro Craesbeeck.
- VELA AULESA, Carles, 2015, «Defining "Apothecary" in the Medieval Crown of Aragon», in SABATÉ, F. (éd.), *Medieval Urban Identity: Health, Economy and Regulation,* Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, pp. 127-142.

- VERDELHO, Telmo, 2002, «Dicionários portugueses, breve história», in NUNES, José H. et PETER, Margarida M. T. (org.), *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, São Paulo, Humanitas, pp. 15-64.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2002, O Convento de S. Bernardino em Câmara de Lobos. Elementos para a sua história, Funchal, Centro Social e Paroquial de Santa Cecília.
- VIEIRA, Alberto, 1996, «Cinco séculos da história do açúcar na Madeira», in VIEIRA, Alberto et CLODE, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira,* Funchal, CEHA, pp. 9-175.
- VIEIRA, Alberto, 2004, *Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira. Séculos XV-XX*, Funchal, CEHA.
- VIEIRA, Alberto, 2004, «The Sugar Economy of Madeira and the Canaries 1450-1650», in SCHWARTZ, Stuart B., *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*, Chapel Hill, Univ of North Carolina Press, pp. 42-84.
- VIEIRA, Alberto, 2015, Alfenim da Madeira para o mundo, Funchal, CEHA.
- VIEIRA, Alberto, 2016, «Alfenim», in *Aprender Madeira* [en ligne], disponible en http://aprenderamadeira.net/alfenim/, consulté le 03/07/2019.
- VIEIRA, Alberto, 2016, As festas do divino, das ilhas para o Brasil, um caminho ainda por revelar, Cadernos de Divulgação (n.º 5), Funchal, CEHA.
- VIEIRA, Frei Domingos, 1871, Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portuguesa. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado, vol. I, Porto, Em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes.
- VILHENA, Maria da C., 2000, «Reminiscências árabes na doçaria portuguesa. As alcomanias», in *Arquipélago História*, 2.ª série, vol. IV, n.º 2, pp. 625-634.
- VITERBO, Joaquim de S. R. de, 1865 [1798/1799], *Elucidário das palavras, termos e frases*, vol. 1, 2^e éd., Porto/Lisbonne, Livraria Civilização.
- ZAOUALI, Lilia, 2007, *Medieval cuisine of the islamic world a concise history with 174 recipes*, Berkeley / Londres / Los Angeles, University of California Press.

Manuscrits

- ANDALOU ANONYME, 12__ [1604], *Livre de cuisine maghrébo-andalou*, Bibliothèque Nationale de France, manuscrit 7009. Version numérisée en ligne, disponible sur le portail internet «Archives et manuscrits de la BNF» en https://archivesetmanuscrits.bnf.fr/ark:/12148/cc78115j, consulté le 28/06/2019.
- LOPES, Fernão, 15___, *Primera parte da cronica del Rey Dom João o primero desse nome*, Bibliothèque Nationale du Portugal, codex 950.
- PLATEARIUS, 15__, Livre des simples médecines, ou Herboriste; en français, par ordre alphabétique, fol. 135. Manuscrit 12322 de la Bibliothèque des Capucins de la Rue Saint-Honoré. Fac-similé numérisé en ligne, disponible sur le portail internet Gallica de la Bibliothèque Nationale de France en http://archivesetmanuscrits. bnf.fr/ark:/12148/cc435101, consulté le 28/06/2019.

Documents d'Archives

AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de posturas antigas, doc. 243.

ANTT, Aclamações e Cortes, Cortes, maço 3, n.º 5.

ANTT, CNSEF, Receita e Despesa, livr. 9-30.

ANTT, Corpo Cronológico, I.ª Parte, maço 85, doc. 43.

ANTT, CSBCL, livr. 494.

ANTT, CSCF, Receita e despesa, livr. 35-83.

ABM, Convento da Encarnação, Receita e despesa, livr. 14-29.

ABM, Convento de Santa Clara, Receita e despesa, livr. 47, 48, 50.

ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correições, livr. 168.

ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral (T. 7: 1672-1720), livr. 1218.

ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, livr. 1303.

ABM, Governo Civil, Conventos, livr. 272-274.

ABM, Diário de Notícias, n.º 6515, 6960, 8760, 9072, 11983, 12350.

BGUC, Manuscrit 120.

Documents Iconographiques

Josefa de Ayala (Séville, 1630 – Óbidos, 1684), *Natureza-morta com doces e barros*, signé et daté «*Josepha em Obidos 1676*», peinture à l'huile sur toile, 80 x 60 cm, Museu Municipal de Santarém (Casa-Museu Anselmo Braamcamp Freire), inv. MMS/005462BF.

Tableau 1 – Recettes Chrétiennes de Pénide (1-5): XIIIe-XVIe Siècles

| | nom de | lingrédients du siron | technique | | autres | test du | analogie à | forme du |
|----------------------|----------------|---|-----------|----------------------|-------------------|-----------|-------------|------------|
| | l'ouvrage | | du clou | autres ustensiles | ingrédients | point | une autre | produit |
| | Touvrage | | au ciou | | ingrealents | du sucre | préparation | final |
| XIII ^e s. | 1 – Trad. | sucre + eau | х | pierre en marbre? | pour blanchir la | goutte | _ | petites |
| | franç. de | | | (travailler la pâte) | <u>pâte:</u> | versée | | pièces |
| | Circa instans | | | | amidon | sur le | | de forme |
| | (man. 3113, | | | ciseaux (débitage) | (optionnel) | marbre | | non |
| | BSGP). | | | | | doit | | spécifiée |
| | Dorveaux | | | | | fendre | | |
| | 1913, p. 154- | | | | | entre les | | |
| | 155. | | | | | doigts | | |
| XV ^e s. | 2 – Trad. lat. | sucre blanc, fort et sec (1, 2 ou 3 livres) + | х | récipient (grande | pour ramollir la | goutte | pâte | ronde |
| | Liber | eau en quantité suffisante pour le couvrir. | | ouverture) en | <u>pâte:</u> | versée | travaillée | |
| | servitoris | | | cuivre étamé | miel, un | sur le | comme | allongée |
| | (N. Jenson, | poudre de sucre (quantité?) + eau en | | ou céramique à | peu d'huile | marbre | celle des | |
| | Venise 1471, | quantité suffisante pour le couvrir | | glaçure | d'amande ou | doit | electuaria | autres |
| | fol. 40v.). | | | (cuire le sirop) | une autre huile | coller | dulcia | non |
| | | miel de canne "forte" (1?) + sucre blanc (2?) | | | (optionnel) | ou filer | | spécifiées |
| | | + un peu d'eau | | pierre en marbre | | entre les | | |
| | | _ | | (travailler la pâte) | pour graisser le | doigts | | |
| | | miel de canne "subtile" (2?) + sucre blanc | | | marbre: huile | | | |
| | | (1?) + un peu d'eau | | ciseaux | d'amande ou de | | | |
| | | | | (découper la pâte) | sésame | | | |
| | | miel de canne (2/3?) + sucre blanc (1/3?) + | | | | | | |
| | | un peu d'eau | | tamis | donner la forme | | | |
| | | | | (sécher les | voulue à la pâte: | | | |
| | | sucre (quantité?) + eau de rose + camphre | | morceaux de pâte | amidon | | | |
| | | | | près du feu une | (saupoudré sur | | | |
| | | | | fois formés) | le marbre) | | | |

| XVI ^e s. | 3 – Trad. | sucre + eau | Х | pierre en marbre | pour blanchir la | goutte | - | petites |
|---------------------|----------------|--|---|----------------------|------------------------------|------------|------------|------------|
| | franç. de | | | (travailler la pâte) | pâte: | versée | | pièces |
| | Circa instans | | | | amidon | sur le | | de forme |
| | (man. 12322, | | | | | marbre | | non |
| | BNF), fol. | | | | | se fend | | spécifiée |
| | 135. | | | | | quand | | |
| | | | | | | elle | | |
| | | | | | | endurcit | | |
| | 4 – Trad. esp. | 1, 2 ou 3 livres de sucre blanc, fort et sec + | Х | récipient (grande | pour ramollir la | goutte | pâte | ronde |
| | du | eau en quantité suffisante pour le couvrir | | ouverture) en | <u>pâte:</u> | versée | travaillée | |
| | Liber | | | cuivre étamé | miel (1 once par | sur le | comme | large |
| | servitoris | poudre de sucre (quantité?) + eau en | | ou céramique à | livre de sucre), | marbre | celle des | |
| | (A. R. de | quantité suffisante pour le couvrir | | glaçure | huile d'amande, | doit filer | electuaria | autres |
| | Tudela, | | | (cuire le sirop) | autre huile | entre les | dulcia | non |
| | Valladolid, | miel de canne "forte" (1?) + sucre blanc (2?) | | | (optionnel) | doigts | | spécifiées |
| | 1516), BHUC, | + un peu d'eau | | pierre en marbre | | sans | | |
| | fol. ccci(v) – | - | | (travailler la pâte) | pour graisser le | coller | | |
| | cccii. | miel de canne "subtile" (2?) + sucre blanc | | | marbre: huile | | | |
| | | (1?) + un peu d'eau | | ciseaux | d'amande ou de | | | |
| | | | | (découper la pâte) | sésame | | | |
| | | miel de canne (2/3?) + sucre blanc (1/3?) + | | | | | | |
| | | un peu d'eau | | tamis | <u>pour</u> <u>donner la</u> | | | |
| | | | | (sécher les | forme voulue à | | | |
| | | sucre, (?) + eau de rose + camphre | | morceaux de pâte | la pâte: | | | |
| | | | | près du feu une | amidon | | | |
| | | | | fois formés) | (saupoudré sur | | | |
| | | | | | le marbre) | | | |

| 5 – Trad. lat. | sucre blanc, fort et sec (1, 2 livres ou | х | récipient (grande | pour ramollir la | goutte | pâte | ronde |
|----------------|---|---|----------------------|------------------------------|-----------|------------|------------|
| du | plus) + eau en quantité suffisante pour le | | ouverture) en | <u>pâte:</u> | versée | travaillée | |
| Liber | couvrir | | cuivre étamé | miel, huile | sur le | comme | oblongue |
| servitoris | | | ou céramique à | d'amande, autre | marbre | celle des | |
| (Mesuae | poudre de sucre (quantité?) + eau en | | glaçure | huile | doit | electuaria | autres |
| Opera, | quantité suffisante pour le couvrir | | (cuire le sirop) | (optionnel) | coller | dulcia | non |
| Venise, | | | | | ou filer | | spécifiées |
| 1589), BHUC, | miel de canne "forte" (1?) + sucre blanc? | | pierre en marbre | pour graisser le | entre les | | |
| fol. 246v. | (2?) + un peu d'eau | | (travailler la pâte) | marbre: huile | doigts | | |
| | _ | | | d'amande ou de | | | |
| | miel de canne "subtile" (2?) + sucre blanc | | ciseaux | sésame | | | |
| | (1?) + un peu d'eau | | (découper la pâte) | | | | |
| | | | | <u>pour</u> <u>donner la</u> | | | |
| | miel de canne $(2/3?)$ + sucre blanc $(1/3?)$ + | | tamis | <u>forme voulue à</u> | | | |
| | un peu d'eau | | (sécher le pénide | <u>la pâte:</u> | | | |
| | | | près du feu une | amidon | | | |
| | sucre (quantité?) + eau de rose + camphre | | fois prêt) | (saupoudré sur | | | |
| | | | | le marbre) | | | |

Tableau 2 – Recettes Musulmanes de Pénide (a, b) et Recette Portugaise de l'Alféloa (c)

| | nom de l'ouvrage | ingrédients du sirop | technique du clou | autres ustensiles | autres ingrédients | test du point du sucre | analogie à une autre préparation | forme du produit final |
|---------|------------------------|--|----------------------|----------------------|-----------------------|---------------------------|--|---------------------------|
| [Xe s.] | a – al-ta <u>s</u> rîf | 1, 2 ou 3 livres (rid) de sucre | Х | marmite | pour ramollir | la pâte doit | pâte travaillée | forme de |
| | li-man ʻadjiza | sec et blanc (<i>ţabarzad</i>), | (optionnel) | en cuivre | <u>la pâte:</u> | filer entre les | comme celle | fuseau |
| | ʻani-l-ta' lîf | ou de la poudre de sucre | | (qidr nuhâs) | quelques | doigts sans | du <i>hulw</i> | |
| | (man. 502, | (duqâq al-sukkar) + eau en | | d'une grande | gouttes | coller | | patte de gazelle |
| | Süleymaniye | quantité suffisante pour le | | ouverture ou | d'huile | | | |
| | Umumi | couvrir (consistance du miel | | en son absence, | d'amande ou | | | |
| | Kütüphanesi | d'abeilles) | | céramique à | autre huile | | | |
| | Library of | | | glaçure | par once de | | | |
| | Istanbul). | 1 livre de <i>candi</i> mouillé + 4 de | | (cuire le sirop) | sucre | | | |
| | Barceló et al., | sucre blanc sec (ţabarzad) | | | (optionnel) | | | |
| | 1988, p. 188. | | | pierre en marbre | | | | |
| | | miel de canne (asal al-qasab) | | (travailler la | pour enduire | | | |
| | | épais et fort (1) + sucre blanc | | pâte) | <u>le marbre:</u> | | | |
| | | (un peu plus de 1/3) + un peu | | | huile de | | | |
| | | d'eau | | ciseaux | sésame | | | |
| | | _ | | (découper la | | | | |
| | | miel de canne fluide (1) + | | pâte) | <u>pour</u> | | | |
| | | sucre blanc? (½) + un peu | | | obtenir des | | | |
| | | d'eau | | tamis à blé | <u>morceaux</u> | | | |
| | | | | (sécher les | <u>en forme</u> | | | |
| | | miel de canne de mauvaise | | morceaux de | <u>de patte de</u> | | | |
| | | qualité (1/3) + sucre blanc? | | pâte près du feu | gazelle: | | | |
| | | (2/3) + un peu d'eau | | une fois prêts) | amidon | | | |
| | | | | | (saupoudré | | | |
| | | sucre? + eau de rose + | | | sur le marbre) | | | |
| | | camphre | | | | | | |

| 1604 | b – Livre de | sucre blanc + eau | - | latte | | _ | pâte travaillée | biscuits (ka'ks) |
|---------------------|-------------------------|----------------------------------|---|----------------------------|-------------------|-----------------------|-----------------|--------------------|
| [XIIIe s.] | cuisine de | (trad. Huici Miranda et | | (pour sécher les | | | comme | |
| | l'anonyme | Martinelli) | | morceaux de | | | celle du | petites |
| | andalou (Huici | | | pâte une fois | | | dulce de miel | rondelles |
| | Miranda 1966, | sucre blanc + eau de rose + | | prêts) | | | encorvada | (qursas) |
| | p. 259; Perry | camphre + musc | | (trad. Martinelli) | | | (trad. Huici | |
| | apud Martinelli | (trad. Martinelli) | | | | | Miranda) | forme de |
| | 2012, p. 196. | | | | | | / | maftûna |
| | | | | | | | honey | |
| | | | | | | | sweet (trad. | forme de poing |
| | | | | | | | Martinelli) | |
| | | | | | | | | (trad. Martinelli) |
| | | | | | | | - | |
| fin XV ^e | c – livre de | sucre clarifié et filtré + eau + | - | récipient (<i>tacho</i>) | | 1 ^{er} test: | | forme |
| / début | cuisine de | eau parfumée | | en métal | pour enduire | un fuseau | | irrégulière |
| XVI ^e s. | l'infante D. | | | (cuire le sirop) | <u>le marbre:</u> | préalablement | | (morceaux |
| | Maria (recette | | | | huile de fleur | immergé dans | | brisés à la main) |
| | de l' <i>alféloa</i>). | | | pierre en marbre | ou d'amande | de l'eau froide | | |
| | Manupella, op. | | | cuillère? | | est posé sur le | | |
| | cit. 1987, | | | (travailler la | | sirop, devant | | |
| | p. 126-129. | | | pâte) | | laisser une | | |
| | | | | | | empreinte à la | | |
| | | | | table couverte | | surface quand | | |
| | | | | d'une nappe | | on le retire | | |
| | | | | (briser la pâte en | | | | |
| | | | | morceaux) | | 2 ^e test: | | |
| | | | | | | le sirop ne doit | | |
| | | | | plat | | pas coller aux | | |
| | | | | (servir le produit | | dents | | |
| | | | | final) | | | | |
| | | | | | | | | |

Tableau 3 – Distribution de Modules Thématiques par Recettes

| recette 1 recette 2 recette 3 recette 4 recette 5 recette 6 b1/b2 *) (alféloa) | | | 7 2 3 3 6 1 1 2 | | | ematiques | | recette b | recette c |
|--|-------------------|-----------|-----------------|-----------|-------------|-------------|-----------|------------|-----------|
| 1 - énumération | | recette 1 | recette 2 | recette 3 | recette 4 | recette 5 | recette a | | |
| des ingrédients du sirop 2 - mention au | 1 – énumération | х | Х | х | х | х | х | | |
| du sirop 2 - mention au | | | | | | | | | |
| 2 - mention au | _ | | | | | | | | |
| récipient utilisé pour faire le sirop 3 - cuisson | | _ | Х | _ | х | х | х | -/- | х |
| Down faire le Sirop Siro | | | | | | | | | |
| Sirop | | | | | | | | | |
| 3 - cuisson | ľ | | | | | | | | |
| 4 - ingrédients - x - x x x -/- x ajoutés durant la cuisson 5 - test du point x x x x x x x x x -/- x du sucre 6 - graissage du - x x x x x x x -/- x x x -/- x x -/- x x -/- x x -/- x | · · | х | Х | Х | х | x | x | x/x | Х |
| ajoutés durant la cuisson 5 - test du point | | _ | | _ | | | | | |
| A cuisson S - test du point X | | | | | | | | · | |
| 5 - test du point du sucre X X X X X X X -/- X 6 - graissage du point marbre X X X X X X X -/- X 7 - pétrissage de la parbre X< | - | | | | | | | | |
| du sucre 6 - graissage du - x . x x x -/- x marbre 7 - pétrissage - x x -/- x -/- x de pâte sur le marbre marbre - x x x x x/x | | х | Х | х | х | х | х | -/- | х |
| 6 - graissage du | | | | | | | | | |
| marbre 7 - pétrissage - x x - x x -/- x de pâte sur le marbre 8 - étirage de la x | | _ | Х | | х | х | х | -/- | Х |
| 7 - pétrissage - X X - X X -/- X de pâte sur le marbre 8 - étirage de la X | marbre | | | | | | | | |
| marbre 8 - étirage de la x | 7 – pétrissage | - | Х | Х | - | х | х | -/- | Х |
| marbre 8 - étirage de la x | de pâte sur le | | | | | | | | |
| 8 - étirage de la pâte à froid x <td< td=""><td>marbre</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></td<> | marbre | | | | | | | | |
| 9 - étirage de la | 8 – étirage de la | х | Х | х | х | х | х | x/x | х |
| pâte à chaud X <t< td=""><td>pâte à froid</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></t<> | pâte à froid | | | | | | | | |
| 10 - débitage de la pâte x <td>9 – étirage de la</td> <td>-</td> <td>Х</td> <td>-</td> <td>Х</td> <td>Х</td> <td>Х</td> <td>-/x</td> <td>Х</td> | 9 – étirage de la | - | Х | - | Х | Х | Х | -/x | Х |
| la pâte | pâte à chaud | | | | | | | | |
| 11 – séchage du x x x – x x x x –/x – (mise en plat) 12 – dosages – x – x x x x x –/- – conseillés pour différents types de sucre entre n° 9 et 10) | 10 – débitage de | х | Х | х | х | х | х | -/x | х |
| produit final (mise en plat) 12 – dosages – x – x x x x –/– – conseillés pour (n° 12 décrit de sucre entre n° 9 et 10) | la pâte | | | | | | | | |
| 12 - dosages | 11 – séchage du | х | х | _ | х | х | х | -/x | _ |
| 12 – dosages – x – x x x x – – conseillés pour (n° 12 décrit entre n° 9 et 10) | produit final | | | | | | | | (mise en |
| conseillés pour différents types de sucre (n° 12 décrit entre n° 9 et 10) | | | | | | | | | plat) |
| différents types de sucre de sucre de t 10) décrit entre nº 9 et 10) | 12 – dosages | _ | х | _ | х | х | х | -/- | _ |
| de sucre entre nº 9 et 10) | conseillés pour | | | | | | | (nº 12 | |
| et 10) | différents types | | | | | | | décrit | |
| | de sucre | | | | | | | entre nº 9 | |
| | | | | | | | | et 10) | |
| 13 – ingrédients – x – x x – /x – | 13 – ingrédients | - | х | - | х | х | х | i e | - |
| nécessaires pour | nécessaires pour | | | | | | | | |
| aromatiser le | aromatiser le | | | | | | | | |
| sucre | sucre | | | | | | | | |

^{*} Recette b1: traduction d'Ambrosio Huici Miranda. Recette b2: traduction de Charles Perry.

Tableau 4 – Références aux Pâtes de Sucre Étiré et à l'*Alcorça* dans les Livres de Comptes du Couvent de Santa Clara de Funchal

| | 1 | alfenim | 1 |
|-----------|---------|---------|---------|
| triennat | alféloa | airenim | alcorça |
| 1690-1692 | | | |
| 1699-1702 | X | Х | |
| 1711-1714 | X | X | |
| 1723-1724 | X | | |
| 1724-1727 | Х | 1 | |
| 1727-1730 | X | X | |
| 1730-1733 | Х | Х | |
| 1733-1736 | Х | Х | |
| 1740-1743 | Х | Х | |
| 1743-1747 | Х | Х | |
| 1747-1750 | Х | Х | |
| 1756-1759 | х | Х | |
| 1759-1762 | х | | |
| 1762-1765 | х | | |
| 1765-1768 | х | | |
| 1768-1771 | х | х | |
| 1771-1774 | х | | |
| 1774-1777 | х | | |
| 1777-1780 | х | | |
| 1780-1783 | х | | |
| 1783-1786 | х | | |
| 1786-1789 | х | | |
| 1789-1792 | х | | |
| 1792-1795 | х | | |
| 1795-1798 | х | | |
| 1798-1801 | х | | |
| 1801-1804 | х | | |
| 1804-1805 | х | | |
| 1805-1808 | | | |
| 1808-1811 | | | |
| 1811-1814 | х | | |
| 1814-1817 | | | |
| 1820-1823 | | | |
| 1823-1826 | | | |
| 1826-1829 | | | |
| 1829-1832 | | | |
| 1832-1835 | | | |
| 1835-1840 | | | x |
| 1840-1841 | | | |
| 1844-1847 | | | x |
| 1847-1850 | | | |

| 1850-1853 | | |
|-----------|--|---|
| 1853-1856 | | |
| 1856-1859 | | х |
| 1859-1862 | | |
| 1862-1865 | | |
| 1865-1868 | | |
| 1868-1870 | | |
| 1870-1873 | | |
| 1873-1876 | | |
| 1879-1880 | | |
| 1880-1883 | | |
| 1883-1886 | | |
| 1889-1890 | | |

Tableau 5 – Références aux Pâtes de Sucre Étiré et à l'*Alcorça* dans les Livres de Comptes du Couvent da Encarnação de Funchal

| triennat | alféloa | alfenim | alcorça |
|-----------|---------|---------|---------|
| 1669-1672 | | | |
| 1681-1683 | | | |
| 1687-1690 | | | |
| 1690-1693 | | | |
| 1705-1708 | | | |
| 1708-1711 | | | |
| 1717-1720 | | | |
| 1728-1730 | х | | |
| 1734-1736 | | | |
| 1740-1742 | | | |
| 1743-1745 | х | | |
| 1746-1748 | х | | |
| 1749-1751 | х | | |
| 1752-1754 | | | |
| 1755-1757 | х | | |
| 1761-1764 | x | | |
| 1767-1769 | х | | |
| 1776-1779 | х | | |
| 1808-1811 | | | |
| 1811-1814 | | | |
| 1815-1816 | х | | |
| 1818-1819 | х | | |
| 1820-1882 | ? | | |
| 1882-1885 | | | |
| 1885-1887 | | | |

Levadas e Moinhos de Água na Ilha da Madeira como Projetos Históricos de Fins Múltiplos¹

Levadas and Watermills on the Island of Madeira as Historical Multi-Purpose Projects

Hartmut Wittenberg² Christiane Rhode³

Resumo

Há seiscentos anos, Portugal tomou posse da Ilha da Madeira, então desabitada e densamente arborizada. Além do corte e queima de florestas, o cultivo da cana de açúcar mudou a Ilha nos primeiros cem anos, devido ao alto consumo de água e energia. Desde o início, os povoadores construíram canais para conduzir água dos córregos e fontes aos campos. Hoje, os históricos canais de irrigação, chamados levadas, são famosos pelos seus percursos ousados por terrenos montanhosos rugosos e pelas suas características de construção. Os trilhos de manutenção ao longo das levadas abrem paisagens para caminhadas e *trekking* de valor turístico único. Nas secções íngremes das levadas encontram-se restos de moinhos de água que converteram a energia da queda hidráulica em energia mecânica para cortar madeira, moer cereais e esmagar cana-de-açúcar. Foram investigados as levadas e os restos de 21 moinhos de água que

Agradecimentos – pelas informações e conselhos: ao pessoal do Arquivo e Biblioteca da Madeira; a Susana Fontinha, Adjunta do Gabinete, Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, Funchal, por contactos e discussão; a Bruno Silveira, do Centro de Bananicultura, Lugar de Baixo, sobre a irrigação; a peritos de vários departamentos do Governo Regional da Madeira cuja carga de trabalho nem sempre permitiu uma discussão mais aprofundada; a muitos agricultores e residentes de antigos sítios de moinhos de água que partilharam as suas experiências em conversas amigáveis; e a Idalina Brito pela verificação linguística do texto.

Professor Jubilado de Hidrologia e Engenharia Hidráulica da Leuphana Universidade de Lueneburg, Alemanha; doutor em Engenharia; projetos de pesquisa e publicações em particular na área de recursos hídricos; consultor em projetos internacionais de água; trabalho e cooperação na área de História e Arqueologia: moinhos de maré em Portugal, uso da água subterrânea no reino dos hititas (Turquia). Contacto: wittenberg@uni.leuphana.de.

Engenheira civil e hidráulica; experiência em avaliação e desenho de obras e infraestruturas hidráulicas em diferentes países; funcionária de SHW Consultores, Alemanha. Contacto: c_rhode@t-online.de.

eram acionados por rodas de água a jato livre horizontais (rodízio), as antecessoras das modernas turbinas Pelton, com quedas entre 4 e 35 m. No contexto histórico, este estudo está focado nos aspetos hidráulicos, mecânicos, energéticos, operacionais e construtivos das levadas e moinhos, pouco considerados na literatura. Também hoje, os modernos sistemas hidroelétricos e de irrigação da Madeira seguem o mesmo princípio de uma utilização otimizada da água para múltiplos fins.

Palavras-chave: Madeira; História e Tecnologia da Água; Levadas; Irrigação; Moinhos de Água.

Abstract

Six hundred years ago, Portugal took possession of the island of Madeira, then uninhabited and densely wooded. In addition to cutting and burning forests, the cultivation of sugar cane changed the island in the first hundred years, due to the high consumption of water and energy. From the beginning, the settlers built canals to convey water from streams and sources to fields. Today, the historic irrigation canals, called levadas, are famous for their bold routing through rugged mountainous terrain and their construction features. The maintenance trails along the levadas open landscapes for hiking and trekking of unique tourist value. In the steeper sections of the levadas, there are remains of water mills that converted the energy of the hydraulic fall into mechanical energy to cut wood, grind cereals and crush sugar cane. The levadas and the remains of 21 water mills that were driven by horizontal free jet water wheels (rodízios), the predecessors of modern Pelton turbines, with falls between 4 and 35 m, were investigated. In the historical context, this study is focused on the hydraulic, mechanical, energetic, operational, and constructive aspects of the levadas and mills, little considered in the literature. Today, Madeira's modern hydroelectric and irrigation systems also follow the same principle of optimized water use for multiple purposes.

Keywords: Madeira; Water History; Water Technology; Levadas; Irrigation; Watermills.

Contexto Histórico

Em 1419, o infante D. Henrique, o *Navegador*, ordenou aos capitães João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira que tomassem posse da Ilha já conhecida, mas ainda não povoada, no Oceano Atlântico, para a coroa de Portugal, e que iniciassem o povoamento. Os primeiros povoadores portugueses foram os capitães do donatário com as suas famílias, criados, agricultores sem terra e prisioneiros que receberam terras para a sua subsistência e para enviarem madeira para Portugal⁴. Para acelerar a remoção da floresta, foi acionado um incêndio, «que andou sete

⁴ MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 354.

annos apegado pelas árvores, e troncos, e raízes debaixo do chão, que se não podia apagar»⁵.

Em 1425, tendo em vista o alto custo do povoamento, D. Henrique deu ordem para plantar cana-de-açúcar trazida da Sicília como um cultivo lucrativo⁶. Após a fase inicial, ocorreu uma rápida expansão das plantações de cana na Madeira desde 1455, com assessores e capital italianos⁷, particularmente das repúblicas mercantis de Génova⁸ e Veneza.

A Revolução do Açúcar da Madeira foi o primeiro *cash crop boom*⁹ no mundo moderno. Na década de 1490, o "ouro branco" da Madeira era procurado em toda a Europa e no Mediterrâneo. No entanto, após uma produção máxima de 2480 toneladas de açúcar em 1506, houve uma rápida queda de 90% em 1530. O colapso não foi causado pela competição ou superprodução, nem pelo declínio da fertilidade do solo, mas pelo término da reserva de madeira gasta para cozer o sumo de cana e convertê-lo em açúcar cristalino. As florestas economicamente acessíveis foram consumidas e a produção de açúcar diminuiu drasticamente¹⁰. O ecossistema tinha mudado significativamente. Depois de visitar a Madeira na década de 1560, Luís de Camões escreveu em 1572 na epopeia nacional portuguesa *Os Lusíadas*, ironicamente, que a Ilha, assim chamada por causa de sua densa população arbórea, agora só tem madeira no nome¹¹.

A agricultura rentável precisava de irrigação. A cana-de-açúcar, em particular, tem uma grande necessidade de água, que teve de ser transportada por gravidade a partir de córregos próximos e nascentes das zonas altas, através de estreitos canais abertos, as chamadas levadas. Os primeiros trabalhadores a escavar esses canais foram escravos, primeiro guanches não-cristãos das Canárias, depois prisioneiros de guerra mouros e africanos negros, que eram usados principalmente para trabalhos exigentes e perigosos. Também, o trabalho árduo no cultivo, colheita e

⁵ FRUTUOSO, 1873, As Saudades da Terra [...], p. 64.

⁶ FRUTUOSO, 1873, As Saudades da Terra [...], p. 663.

⁷ VIEIRA, 1999, «Os italianos na Madeira: séculos XV-XVI», p. 12ff.

⁸ MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 357.

⁹ MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 345.

MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 359.

¹¹ CAMÕES, 1988, *Os Lusíadas*, canto 5, verso 5, p. 190: «Passámos a grande Ilha da Madeira, Que do muito arvoredo assi se chama; Das que nós povoámos a primeira, Mais célebre por nome que por fama».

processamento da cana-de-açúcar dependia do trabalho forçado. Moore¹² vê a revolução açucareira da Madeira, com a sua combinação de investimento de capital e exploração de recursos humanos e naturais para um lucro rápido, como exemplo do capitalismo inicial e pré-industrial.

Geografia e Clima

Devido à sua localização, a cerca de 32,5° N no meio do Oceano Atlântico, a Ilha possui um clima subtropical bem equilibrado, favorável à agricultura, particularmente nas regiões mais baixas do Sul. Numa área total de só 742 km², a topografia acidentada varia de 0 a 1841 m acima do mar e os ventos predominantes do Norte causam chuvas abundantes nas zonas altas do Norte, enquanto no Sul os cultivos precisam de irrigação no verão. A Figura n.º 1 mostra os valores médios mensais das chuvas no Funchal (Sul) e Santana (Norte) e a temperatura do ar no Funchal com valores médios anuais de 649 e 1336 mm e 18,7° C, respetivamente¹³. A distribuição regional da precipitação média anual¹⁴ na Figura n.º 2 mostra a forte correlação com a altitude e a situação em direção ao Norte.

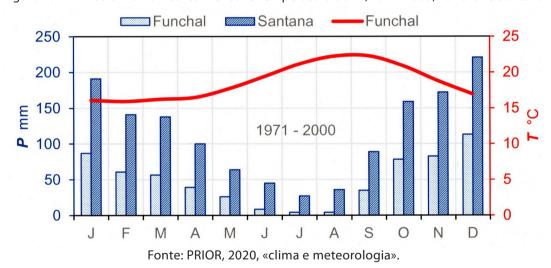


Figura n.º 1 – Média Pluviométrica Mensal e Temperatura do Ar, 1971-2000, Funchal e Santana

¹² MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 352.

Dados derivados de PRIOR, 2020, «clima e meteorologia», Fig. 7.

¹⁴ Adotado de PRADA *et al.*, 2003, «Recursos Hídricos da Ilha da Madeira», Fig. 3.

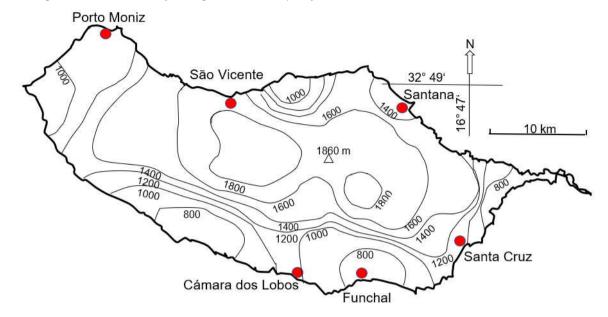


Figura n.º 2 – Distribuição Regional da Precipitação Média Anual, Madeira, 1971-2000 (isoietas)

Fonte: PRADA et al., 2003, «Recursos Hídricos da Ilha da Madeira».

Irrigação e Consumo de Água

A rega é efetuada de março a setembro, pelo princípio de rotação, em intervalos determinados (giros), por exemplo de sete ou 15 dias. O *levadeiro* é o responsável pela operação do sistema, abrindo os reservatórios e caixas divisórias (tornadouros) em tempo útil. O fornecimento de água para os diferentes campos e parcelas através de comportas laterais (adufas) nas levadas e seus ramais é contado em horas após um cronograma elaborado. Durante uma entrega (regadeira), o fluxo por uma saída de campo varia entre 12 e 30 l/s¹⁵ ou 12 e 15 l/s¹⁶, equivalendo a volumes entre 43,2 e 108 m³/h. Os caudais nas levadas e parcelas não são medidos. Nenhum dos agricultores questionados pelos autores sabia os volumes de água de rega recebidos, que são pagos por hora. Na literatura encontram-se umas informações sobre o consumo de água de rega na Madeira.

França *et al.*¹⁷ indicam a área irrigada da Madeira de 4128 ha com um volume médio de irrigação de 42 hm³/a ou 1017 mm/a, dos quais a parte "útil", ou seja, o volume absorvido e transpirado pelas plantas, é de apenas 4337 m³/ha (434 mm).

¹⁵ PEREIRA, 1967, *Ilhas de Zarco*, vol. I, p. 687.

¹⁶ PEREIRA, 1998, «Gestão de Água da Madeira», p. 4.

¹⁷ FRANÇA et. al., 2016, «recursos hídricos, qualidade da água e saneamento de águas residuais».

O Plano Regional da Água da Madeira (PRAM)¹⁸ reporta resultados semelhantes com uma área irrigada de 4710 ha, uma alocação de água de 50,8 hm³/a ou 1079 mm/a e uma dotação "útil" média de 593 mm/a. Os volumes "úteis" foram obviamente calculados a partir de dados meteorológicos e de parâmetros do solo e das plantas, enquanto as perdas de água no sistema de abastecimento são estimadas.

Aparentemente, a alocação prática da água de rega na Ilha da Madeira é efetuada segundo regras empíricas. O biólogo da Divisão Regional de Agricultura¹⁹, Bruno Silveira, do Centro de Bananicultura do Lugar de Baixo, estimou a alocação real de água em cerca de 20 000 m³/ha (2000 mm) para irrigação por aspersão e 30 000 m³/ha (3000 mm) para irrigação simples por submersão, num ano médio. No método de submersão, a água é aduzida até cobrir o solo. A alta dotação causará consideráveis perdas de infiltração, mas uma parte das perdas reaparece como "fluxo de retorno" beneficiando os campos localizados num nível inferior. A irrigação de alguns milhares de hectares de campos distribuídos em diferentes altitudes, principalmente no Sul da Ilha, requer um sistema ambicioso de adução.

As Levadas – Canais de Irrigação Históricos da Madeira

As levadas são canais abertos de forma retangular ou trapezoidal, com largura máxima até 1 m e profundidade entre 30 a 80 cm, que canalizam a água de ribeiros ou fontes das zonas altas para as zonas mais baixas de cultivo. São revestidas de pedra e lima²⁰ ou esculpidas na rocha. As primeiras levadas foram construídas nas décadas de 1430 e 1440²¹, segundo métodos trazidos do norte de Portugal, que foram adaptados às condições da topografia rugosa. Muitos canais estão localizados nos flancos de formações rochosas íngremes, às vezes quase ao longo de uma linha de contorno com uma inclinação mínima de 1:1000, mas geralmente mais íngremes se a topografia exigir.

Todas as levadas são acompanhadas por um caminho no lado do vale, chamado esplanada para permitir manutenção e transporte (Figura n.º 3). Hoje, esses trilhos são uma importante atração turística e permitem caminhadas versáteis por paisa-

¹⁸ PRAM, 2003, *Relatório Técnico* [...], p. 8.

¹⁹ Comunicação pessoal, Bruno Silveira, Centro de Bananicultura, Lugar de Baixo.

²⁰ PEREIRA, 1967, *Ilhas de Zarco*, vol. I, p. 680.

MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 366.

gens impressionantes. De facto, os gradientes destes caminhos são moderados em comparação com as encostas íngremes à esquerda e à direita.

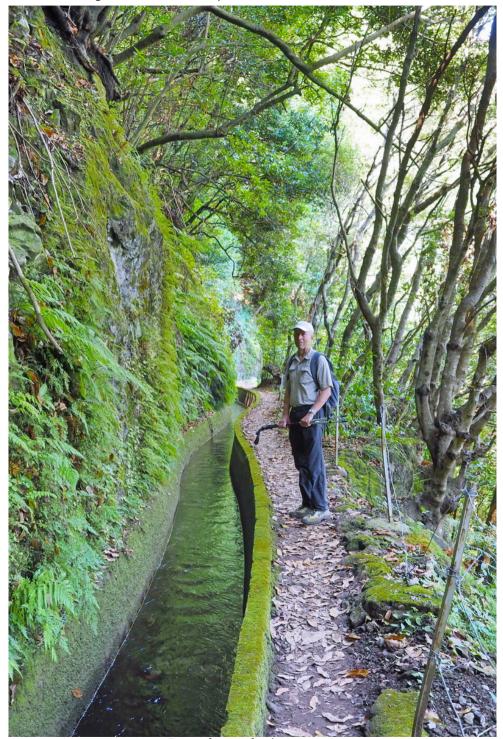


Figura n.º 3 – Levada Típica com Sendeiro no Lado do Vale

Fonte: fotografia dos autores.

As inclinações médias de 192 levadas foram calculadas dos valores das altitudes no início (madre) e no final, bem como no comprimento de uma lista elaborada por Köhl²². Das 192 levadas, apenas uma (0,5%) foi encontrada com uma inclinação média de 0,001; 154 levadas (80%) têm uma inclinação média maior que 0,01; 100 levadas (52%) são mais íngremes que 0,03; 60 levadas (31%), mais ingremes que 0,06; e 30 levadas (16%), acima de 0,1.

Durante três séculos, as levadas foram construídas apenas por iniciativa, planeamento e investimento privados. Essas levadas particulares ou de heréus são tratadas como propriedades legítimas e os heréus são responsáveis pela sua manutenção. Com a aprovação da administração, os novos colonos podiam construir as suas próprias levadas ou comprar água.

A base legal eram as cartas régias de 7/8 de maio de 1493 em que o rei D. João II declarava as levadas como instituição pública. Os proprietários das terras tinham de tolerar a construção e a operação de levadas entre as fontes e as terras irrigadas. Somente em 1813 o Estado começou a contribuir diretamente na construção de levadas de longas distâncias e com requisitos técnicos e financeiros altos. Desde então, há Levadas de Heréus e Levadas do Estado, construídas às custas do governo português e administradas pelo Distrito.

Em 1867, os regulamentos de 1493 foram abolidos e substituídos por novas leis civis cuja aplicação mostrou-se difícil, pois tratavam a água e o solo não mais como uma entidade²³. Uma nova era para a política de irrigação e água começou em 1943, com a criação da Comissão Administrativa de Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (CAAHM).

Ao longo dos séculos formou-se uma densa rede de levadas sobre a Ilha. Pereira²⁴ conta mais de 1000 km com 3,3 km de túneis. Ribeiro²⁵ faz referência a 200 levadas em meados do século XX, com um comprimento total de cerca de 1000 km, logo aumentado pelas ações da CAAHM. Vieira²⁶ e Clode, em 1996, falam de 2500 km

²² KÖHL, 2012, Levadaverzeichnis.

²³ VIEIRA, 2015, As levadas. Os caminhos da água na Madeira, p. 17.

²⁴ PEREIRA, 1967, *Ilhas de Zarco*, vol. I, p. 682.

²⁵ RIBEIRO, 1985, A Ilha da Madeira até Meados do século XX [...], cit. em VIEIRA, 2015, As levadas. Os caminhos da água na Madeira, p. 17. VIEIRA, CLODE, 1996, A rota do açúcar na Madeira.

²⁶ VIEIRA, CLODE, 1996, A rota do açúcar na Madeira.

com túneis de 40 km. O PRAM²⁷, em 2003, menciona 1400 km. Moore²⁸, em 2009, fala em 2100 km. E Sequeira²⁹, em 2016, relata 3100 km com túneis de 80 km.

Esse impressionante comprimento inclui levadas públicas primárias, levadas públicas secundárias e levadas privadas primárias, atravessando toda a Ilha, enquanto o sistema de levadas primárias totaliza aproximadamente 800 km de extensão³⁰. A inscrição na Lista do Património Cultural Mundial (UNESCO) foi solicitada para estes 800 km de levada.

Não é possível desenhar todas as levadas num pequeno mapa como o da Figura n.º 4, onde apenas as principais são mostradas para dar uma ideia.

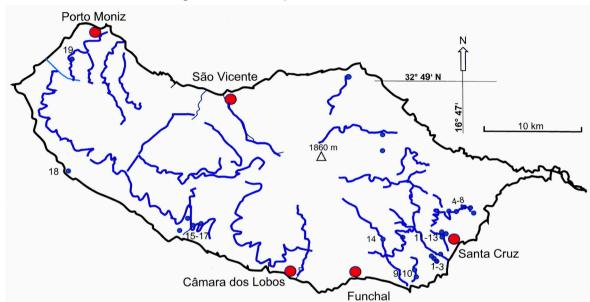


Figura n.º 4 – Principais Levadas da Madeira

Nota: os pequenos pontos são os locais dos moinhos de água estudados neste artigo; os números dos moinhos correspondem aos da Tabela n.º 1 abaixo.

O planeamento e a construção de levadas foram trabalhos árduos: pelo alinhamento, para encontrar o caminho certo e a inclinação do canal ao longo de um flanco íngreme do vale. Foram necessárias experiências em engenharia, geodesia

²⁷ PRAM, 2003, *Relatório Técnico* [...], p. 80. MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 356. SEQUEIRA, 2016, *Application of Levadas da Madeira for UNESCO World Heritage*.

²⁸ MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I [...]», p. 356.

²⁹ SEQUEIRA, 2016, Application of Levadas da Madeira for UNESCO World Heritage.

³⁰ UNESCO, 2017, Levadas of Madeira, p. 3.

e montanhismo. O nivelamento sem instrumento ótico provavelmente foi realizado usando balanças de mangueira. Todos os trabalhos de escavação e construção foram feitos pelos braços de homens usando equipamentos básicos: picaretas, martelos, formões, pás, barras de ferro, etc. Quando não havia espaço para estar em pé, o trabalho era feito pelos homens presos por cordas ou dentro de cestos pendurados. O trabalho não ficou isento de mortes. Apesar dos métodos simples, a ampla experiência na criação de levadas em terreno difícil fez dos madeirenses seus mestres construtores. A Figura n.º 5 mostra uma cena de trabalho na Levada do Norte, perto da Encumeada, à esquerda, e uma visão de hoje, à direita.

Figura n.º 5 – Construção da Levada do Norte – o Engenheiro e os Operários (à esquerda); Vista Atual da Levada (à direita)



Fontes: Arquivo e Biblioteca da Madeira, Eduardo Nunes Pereira, pt. 24, n.º 83; fotografia dos autores.

Considerações Hidráulicas e Cálculos - Levadas

Caudais

A velocidade média v e o caudal Q num canal aberto calculam-se pela fórmula de Manning³¹ e Strickler³² (1) e pela equação de continuidade (2):

$$v_m = k_{st} \cdot S^{0.5} \cdot R^{2/3}$$
 m/s (1)

e
$$Q = v_m \cdot A$$
 m^3/s (2)

onde k_{s_t} é o coeficiente de rugosidade de Strickler (valor recíproco do coeficiente

de Manning), S a pendente, R o raio hidráulico, R = A/U, com A área da secção e U o perímetro molhado.

Secções Transversais

Um canal retangular duma largura b e profundidade d tem uma área de secção de $A = b \cdot d$ e o perímetro U = b + 2d. A capacidade máxima de vazão Q para uma secção transversal retangular é obtida com o máximo raio hidráulico possível, o que ocorre quando a profundidade de água d é a metade da largura b; d = b / 2. Obviamente, as levadas são desenhadas nesta proporção. Por exemplo, diz o *Elucidário Madeirense* «que não chegam em geral a atingir um metro de largura e cuja profundidade poucas vezes vai além de 50 a 70 centímetros»³³, então b = 1m, d = 0,5 m com 0,2 m de bordo livre para evitar desbordado.

Coeficientes de Rugosidade ou de Fluxo

Para obter valores k_{st} realistas, os autores mediram as velocidades do caudal numas levadas típicas acima dos moinhos com uma hélice de medir. O gradiente S do canal que chega foi medido com um laser horizontal, e os coeficientes foram calculados por conversão da Equação n.º 1: $k_{st} = v_m / \sqrt{S} / R^{2/3}$. Resultaram valores de $k_{st} \approx 30 \text{ m}^{1/3}/\text{s}$ para canais em rocha cortada, alvenaria antiga e betão bruto, e de $k_{st} \approx 70 \text{ m}^{1/3}/\text{s}$ para canais em betão liso e argamassa.

³¹ Robert Manning, 1816-1897, engenheiro irlandês.

³² Albert Strickler, 1887-1963, engenheiro suíço.

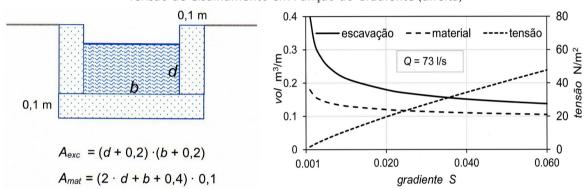
³³ SILVA e MENEZES, 1978, «Levadas», in *Elucidário Madeirense*, vol. 2, p. 227.

O Gradiente e os Volumes de Escavação e de Material

Um gradiente mais íngreme tem vantagens. Significa uma velocidade de fluxo mais alta e uma secção transversal necessária menor do canal para o fluxo fornecido, ou seja, resultam volumes mais baixos de escavação, de material e de mão de obra, portanto, os custos são mais baixos, conforme mostrado no exemplo seguinte.

Para uma levada com secção retangular forrada com alvenaria grossa de 10 cm ($k_{st} = 30 \text{ m}^{1/3}/\text{s}$, ver Equação n.º 1), bordo livre de 10 cm e vazão Q = 73 l/s, os volumes da escavação e do material são calculados para gradientes de S = 0,001 até 0,06. A Figura n.º 6 mostra a diminuição considerável dos volumes necessários à medida que o gradiente aumenta.

Figura n.º 6 – Secção Protótipo de uma Levada (esquerda); Volumes de Escavação e de Material e Tensão de Cisalhamento em Função do Gradiente (direita)



O Gradiente e o Potencial Erosivo

Em contraste, a turbulência do fluxo e a tensão de cisalhamento do leito do canal aumentam. A curva de tensão de cisalhamento média em função do gradiente S, estimada por $T = \rho \cdot g \cdot R \cdot S$ N/m², descreve a força por metro quadrado que pode mover sólidos. Mesmo uma tensão de, por exemplo, só 4 N/m² pode suspender e transportar areia de 1 a 2 mm de espessura, portanto, diminui a sedimentação de areia e outros sólidos e as despesas de limpeza e manutenção, mas também pode danificar a levada com o seu potencial erosivo.

O Salto Hidráulico

Ainda mais cuidado é necessário com o fenómeno do salto hidráulico.

Em secções íngremes, a corrente acelera e o nível da água baixa. Quando a água cai abaixo do nível crítico de $d_{crit} = (Q^2/b^2/g)^{1/3}$, o fluxo muda para o modo

supercrítico rápido. Se no final do trecho íngreme o fluxo chegar a um trecho com menor declive, a velocidade baixa e o nível de água sobe ao valor correspondente no assim chamado salto hidráulico. A energia, que corresponde à diferença de altura entre o ponto inicial e final da secção íngreme, é dissipada aqui com forte turbulência. O canal precisa de reforço adequado ou uma bacia de dissipação neste ponto.

Dependendo também da rugosidade e da secção transversal, o modo supercrítico nas levadas acontece em gradientes acima de 0,04 a 0,06, na sua maioria. No caso do exemplo, foi com o gradiente de 0,05 (5%).

Nas secções íngremes das levadas, o trilho costuma ser projetado como uma simples escada.

Os Moinhos de Água e a sua Tecnologia

A necessidade de energia para cortar madeira, moer cereais e esmagar cana-de-açúcar levou logo à construção de moinhos de água, preferencialmente em sítios descendentes ou degraus topográficos das levadas, onde a energia de queda da água foi convertida em energia hidráulica útil e, ao mesmo tempo, a erosão das levadas foi reduzida. Para este estudo, 36 moinhos (ou sítios onde existiam moinhos) foram visitados e 21 investigados com mais detalhe.

Os moinhos de água da Madeira são fáceis de detetar se os seus cubos monumentais, que lembram às vezes chaminés, estão ainda de pé na paisagem. O cubo é a torre de pressão cilíndrica maioritariamente vertical, feita de alvenaria de pedra grossa, posteriormente feita de betão, com um diâmetro interno de cerca de 1 m, e de altura até 10 m.

As mós eram acionadas por rodas de água horizontais do tipo *rodízio* com eixos verticais. Esta roda de impulso ou de ação a jato livre é particularmente adequada para caudais pequenos com quedas maiores e, portanto, predominava nos moinhos de água nas regiões secas do Oriente Médio, em toda a região do Mediterrâneo, nas Ilhas Canárias, na Madeira e no ultramar. A Figura n.º 7 mostra o moinho de água no sítio da Terça, no Sul, perto da Ribeira Brava. O cubo de 6 metros de altura atrás da casa do moinho é alimentado com água pelo aqueduto do lado esquerdo.



Figura n.º 7 – Moinho de Água na Terça, perto da Ribeira Brava

Fonte: fotografia dos autores.

A Figura n.º 8 mostra uma secção transversal esquemática de perspetiva de um moinho de água madeirense típico. A água da levada flui por um aqueduto quase horizontal (adução) até a torre de pressão (cubo), na qual não "cai" nem "mergulha", como muitas vezes é descrito em falso; em vez disso, o influxo mantém a torre plenamente cheia. Devido à pressão da água, uma saída lateral próxima ao piso com um bocal (seteira) liberta um jato de água que atinge as pás da roda tangencialmente e faz girar a roda devido ao impulso e forças de deflexão do jato.

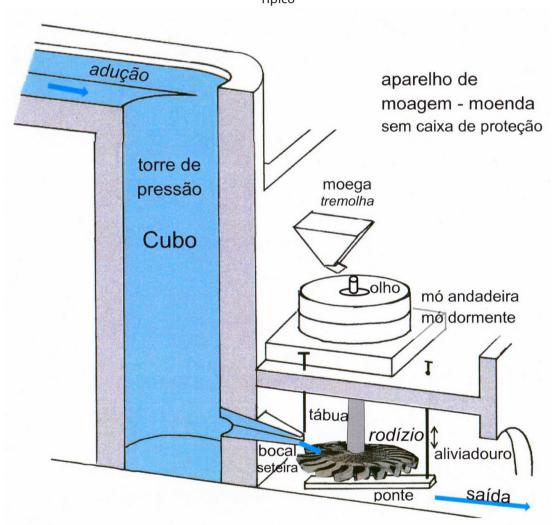


Figura n.º 8 – Secção Transversal Esquemática de Perspetiva de um Moinho de Água Madeirense Típico

Nota: a maioria dos moinhos estava equipada com dois conjuntos de moendas.

O bocal desempenha um papel importante na operação da roda. Na Madeira, assim como na Espanha, a abertura tinha o formato de um retângulo vertical³⁴, com uma largura de 3 a 4 cm. A altura com máximo de 10 cm é ajustada para o fluxo atual por uma pequena tábua deslizante por meio de uma alça na câmara das mós. Para caudais menores, o orifício deve ser reduzido, caso contrário, o nível da água no cubo cairia. O mecanismo não regula o fluxo que é determinado pela água que chega, nem pode aumentar a pressão, como às vezes é malentendido, mas ajusta o orifício para manter a queda hidráulica e a velocidade do jato.

Descrições detalhadas sobre os aspetos hidráulicos técnicos gerais são fornecidos em Moog³⁵; detalhes técnicos específicos sobre os moinhos de água madeirenses foram encontrados apenas em Calvert³⁶.

Sob a influência da água e do ar, as rodas de água de madeira duraram apenas alguns anos. Elas desapareceram dos moinhos abandonados, por decomposição ou queimadas para uso doméstico. Em só dois dos 36 moinhos examinados, ainda se encontraram rodízios clássicos de madeira como descrito por Calvert³⁷, que ainda viu algumas delas em ação. Estas rodas relativamente bem preservadas são provavelmente as únicas que ainda existem na Ilha, inclusive em museus, portanto seria importante salvá-las. A Figura n.º 9 mostra os rodízios no moinho de água da Fonte Vermelha, perto de Maroços. Vinte e quatro segmentos (setores circulares) com um ângulo de 15 graus e uma pá na extremidade externa se encaixam e formam um disco fixo dum diâmetro total de 1,25 m em que é integrado o eixo dum diâmetro de 20 cm. As pás de 25 cm de longitude têm uma forma côncava para a deflexão do jato. Do mesmo tipo, mas mais pequenas, são as rodas do moinho da Tia Jesuína (moinho n.º 14 da Tabela n.º 1), perto da Camacha, com diâmetros de 1 m e pás de 18 cm nos 20 segmentos de 18 graus. As rodas foram as antecessoras das modernas turbinas Pelton.

³⁴ CALVERT, 1978, «Water Mills on the Levadas of Madeira», p. 52; GARRIDO ARANDA, 2002, «Molinos de Andalucía», Fig. 5.

³⁵ MOOG, 1994, *The horizontal watermill* [...].

³⁶ CALVERT, 1978, «Water Mills on the Levadas of Madeira».

³⁷ CALVERT, 1978, «Water Mills on the Levadas of Madeira», p. 52.



Figura n.º 9 – Rodízios Clássicos de Madeira, Moinho da Fonte Vermelha ou do Abel, Maroços

Fonte: fotografia dos autores.

Nota: na parede os dois bocais de onde os jatos de água saíam a mover as rodas.

O eixo de madeira continua para cima, por um eixo de aço que atravessa o teto da câmara de rodas e a mó fixa dormente, e é diretamente conectado na mó andadeira que é acionada na mesma velocidade de rotação. O eixo está na sua bandeja de rolamentos, numa trave (ponte), apoiada num lado, cuja outra extremidade pode ser elevada ou diminuída através de uma rosca de manivela para regular a distância entre as mós (aliviadouro). Além de algumas peças menores, como rolamentos e eixos, tudo foi feito de madeira. As rodas de aço foram introduzidas apenas no final do século XIX.

Para parar o moinho sem interromper o fluxo que chega, existiam desvios, formados por defletores (placas empurradas na frente do bocal para retirar o jato da roda) ou por um açude de desvio da adução.

Acima do aparelho encontra-se a moega, uma caixa afunilada de onde os cereais caem no olho da mó andadeira. As mós estão numa caixa de tábua de madeira com uma abertura para a saída da farinha.

A maioria dos moinhos estava equipada com duas rodas e dois conjuntos de mós dedicados para moer trigo e milho respetivamente. Provavelmente foram usados ao mesmo tempo apenas durante alta demanda de moagem e aquando a existência de caudal suficiente. O segundo conjunto era importante como reserva, quando as ranhuras da mó andadeira do outro estavam sendo trabalhadas ou afiadas. Para essa manutenção, a mó andadeira precisava ser elevada e invertida.

Considerações Hidráulicas e Cálculos - Moinhos de Água

Velocidade do Jato

O jato de água pelo bocal da torre desempenha um papel importante na operação da roda. Segundo a lei de Torricelli³⁸, a velocidade do jato v é função da queda hidráulica h, isto é, a distância vertical do nível da água na torre até à saída do bocal.

$$v = \mu \cdot \sqrt{2g \cdot h} \tag{3}$$

onde μ é o coeficiente de vazão, aqui assumido como μ = 0,91, uma vez que o bocal tem uma forma de funil favorável e q é a aceleração da gravidade, q = 9,81 m/s².

Frequência Rotacional (Revoluções por Minuto)

Sob condições ideais, a velocidade periférica de uma roda de água é de $\mu=0.5\ v$ (turbina de Pelton: $\xi\approx0.48$). Pelos rodízios e suas pedras um valor de $\xi=0.35$ é assumido devido ao efeito de deslizamento, quando moendo com uma folga estreita entre as pedras. A frequência rotacional da pedra andadeira é então $r=\xi\cdot v/(\Pi\cdot D)\cdot 60\ \text{min}^{-1}$ (revoluções por minuto), onde D é o diâmetro do círculo do jato da roda. A substituição de v pela Equação n.º 3 dá:

$$r = \xi \cdot 0.91 \cdot \frac{\sqrt{2g \ h}}{\Pi \cdot D} \cdot 60 = \xi \cdot 77 \cdot \frac{\sqrt{h}}{D} \text{ min}^{-1}$$
 (4)

Por exemplo, com uma queda de h = 5 m e um diâmetro do círculo de jato da roda D = 1 m, a velocidade do jato é v = 9 m/s (Equação n.º 3) e a frequência de rotação $r \approx 60$ min⁻¹ (Equação n.º 4), o que é confirmado na ordem de magnitude por Calvert³⁹.

³⁸ Evangelista Torricelli, 1608-1647, físico e matemático italiano.

³⁹ CALVERT, 1978, «Water Mills on the Levadas of Madeira», p. 53.

Força de Impulso do Jato às Pás da Roda

Rodas de impulso ou ação típicas tiveram influxos de apenas alguns decalitros por segundo (digamos 20-60 l/s). Um fator limitante é a força de impulso exercida pelo jato de água que atinge as pás da roda numa área pequena:

$$F_I = \rho \cdot Q \cdot (v - u) \tag{5}$$

onde $\rho = 1000 \text{ kg/m}^3$ é a densidade da água, Q = 0 caudal em m³/s, v = velocidade do jato em m/s e u = a velocidade periférica do círculo do jato da roda.

Eficiência

Uma máquina como a roda do moinho só pode converter uma parte da energia hidráulica em energia mecânica, enquanto que a outra parte se difunde, em forma de turbulência e finalmente em forma de calor. Na literatura científica portuguesa sobre rodas horizontais de água, nada é encontrado sobre eficiência mecânica η , potência e produção de energia, enquanto uma gama de valores possíveis é sugerida nalgumas fontes internacionais com ênfase técnica. Segundo Rühlmann, as pás em forma de colher bem trabalhadas atingem eficiências⁴⁰ de 30 a 35%. Também Moog⁴¹ reporta valores médios de 30 a 35% para rodas de ação e cita valores de 29 e 49% para dois moinhos no Valais. Suportado pelos resultados da operação de ensaio de um moinho de maré restaurado das Fontes, Município de Lagoa, a eficiência de 35% foi determinada⁴². O valor é confirmado na sua ordem de magnitude pelas quantidades de produção de farinha, reportadas de moinhos de maré em Portugal⁴³. Concluindo, assume-se uma eficiência de η = 0,35 para a avaliação da produção de energia das rodas de ação históricas de madeira dos moinhos de água

⁴⁰ RÜHLMANN, 1875, *Allgemeine Maschinenlehre* 1, p. 362.

⁴¹ MOOG, 1994, *The horizontal watermill* [...], p. 45.

⁴² WITTENBERG, 2011, «Portuguese Tide Mills and their Operation», p. 17.

⁴³ MIRANDA, 2008, «Tide Mill of Cais [...]», p. 250.

madeirenses. As rodas de ferro usadas desde o final do século XIX provavelmente tiveram eficiências até um máximo de 55%.

Produção de Energia e Capacidade de Moagem

A potência hidráulica *P* produzida por uma roda de água é dada pela equação geral:

$$P = \eta \cdot \rho \cdot g \cdot Q \cdot h \qquad \qquad W \text{ (Watt)} \tag{6}$$

com eficiência $\eta = 0.35$, densidade da água $\rho = 1000 \text{ kg/m}^3$, gravitação $g = 9.81 \text{ m/s}^2$, caudal Q em m³/s e queda h em m. A queda hidráulica é a diferença entre o nível da água no cubo e o nível da roda.

A Tabela n.º 1 mostra os principais parâmetros dos moinhos de água madeirenses investigados. As coordenadas, latitude e longitude, foram medidas por GPS, e as altitudes das câmaras de rodas e dos topos dos cubos por GPS e altímetro barométrico, para obter as quedas hidráulicas aproximadas.

Tabela n.º 1 – Moinhos de Água Investigados – Principais Parâmetros

| Me | oinho de Água | Levada | Latitude | Longitude | Altitude | Queda | Fluxo | Potência |
|------|--------------------|-------------------------|----------|-----------|----------|-------|-------|----------|
| N.os | – ver Figura n.º 4 | | ٥N | ٥E | m s.m. | m | l/s | W |
| 1 | Escuna | | 32,6639 | -16,8262 | 330 | 10 | 30 | 1014 |
| 2 | Feliciano | dos Moinhos | 32,6629 | -16,8248 | 318 | 10 | 31 | 1075 |
| 3 | S. Pedro | | 32,6628 | -16,8246 | 308 | 9 | 35 | 1081 |
| 4 | sem nome | | 32,6995 | -16,8015 | 354 | 8 | 34 | 933 |
| 5 | Eiras | dos Moinhos da Serra | 32,7002 | -16,7985 | 310 | 7 | 24 | 577 |
| 6 | Janeiro | ua seria | 32,7015 | -16,7846 | 268 | 7 | 24 | 577 |
| 7 | sem nome | Ramal | 32,7018 | -16,7926 | 320 | 4 | 24 | 330 |
| 8 | Faias | Ramal | 32,7015 | -16,7824 | 240 | 6 | 52 | 1065 |
| 9 | Vitória | Δ | 32,6572 | -16,8441 | 300 | 5 | 25 | 430 |
| 10 | Vargem | Azenha | 32,6527 | -16,8424 | 255 | 7,5 | 25 | 644 |
| 11 | Roda 1 | | 32,6895 | -16,8128 | 355 | 3,5 | 24 | 289 |
| 12 | Roda 2 | da Roda | 32,6895 | -16,8127 | 340 | 6 | 24 | 495 |
| 13 | Regadinhas | | 32,6875 | -16,8129 | 340 | 6 | 24 | 495 |
| 14 | Tia Jesuína | do Blandy | 32,6855 | -16,8732 | 950 | 7,5 | 24 | 618 |
| 15 | Terça | Rib.ª da Tabua | 32,6941 | -17,0685 | 250 | 6 | 24 | 495 |
| 16 | Miradouro | da Serra | 32,6992 | -17,0834 | 605 | 5 | 24 | 412 |

| 17 | Lombada da Ponta do Sol | do Moinho | 32,6893 | -17,0922 | 290 | 5,5 | 52 | 976 |
|----|----------------------------|--------------------------|----------|----------|-----|-----|----|--------|
| 18 | das Roseiras | | 32,7393 | -17,2106 | 65 | 8 | 24 | 659 |
| 19 | do Abel | Maroços | 32,7350 | -16,8043 | 235 | | | |
| 20 | São Jorge | | 32,82011 | -16,9151 | 482 | 9 | 43 | 2071 |
| 21 | Achadas da Cruz | Grande ou dos Moinhos | 32,8376 | -17,2947 | 760 | 34 | 84 | 15 322 |

Os fluxos de projeto Q das levadas com secções retangulares são calculados com as Equações n.ºs 1 e 2 para profundidades de água com metade das larguras da levada (d = b/2, ver acima) e $k_{st} = 30 \text{ m}^{1/3}/\text{s}$ (alvenaria áspera assumida), exceto para o moinho n.º 21. O moinho de água das Achadas da Cruz é construído apenas no final do século XIX é um caso especial (ver abaixo). A parte a montante da levada de alimentação provavelmente foi revestida com argamassa lisa, portanto, assumiu-se um $k_{st} = 70 \text{ m}^{1/3}/\text{s}$. Para as rodas de colher de madeira tradicionais dos moinhos 1-20, foi estabelecida uma eficiência de $\eta = 35\%$, para a roda de aço do moinho n.º 21 de $\eta = 55\%$.

De acordo com várias derivações⁴⁴, pode-se supor que, ao moer trigo com uma finura de $d_{97} = 154 \, \mu m$, dependendo do grão e da finura da moagem, um consumo de energia de 21 kWh/ton era típico para rodas horizontais. Supondo isso, um moinho por exemplo de P = 0.6 kW podia moer uma tonelada de trigo em cerca de 35 horas.

Cascatas de Moinhos

Em muitas levadas, como mostrado no mapa da Figura n.º 4, vários moinhos de água foram instalados em forma de cascata, um após o outro, e também em ramais de levadas, de modo a que o fluxo fosse usado repetidamente para produção de energia, antes de finalmente chegar aos campos de irrigação. Na Tabela n.º 1, os grupos de moinhos n.ºs 1-3, 4-8, 9-10, 11-13 e 21 com os seus moinhos adjacentes representam essas cascatas. A Figura n.º 10 mostra uma parte da Levada dos Moinhos da Serra (Santa Cruz) num mapa e numa secção longitudinal. Os moinhos n.ºs 7 e 8 são em canais ramais.

⁴⁴ MOOG, 1994, *The horizontal watermill* [...], p. 45; WITTENBERG, 2011, «Portuguese Tide Mills and their Operation», p. 17.

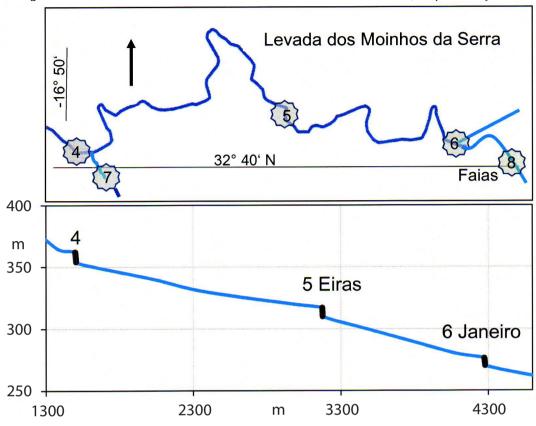


Figura n.º 10 – Cascata de Moinhos na Levada dos Moinhos da Serra, Mapa e Secção

A ideia de usar o fluxo de um canal várias vezes, através de cascatas de moinhos, é óbvia. Um exemplo histórico comparável é a sequência de 11 moinhos de água no principal canal de irrigação (Acequia mayor) do Palmeral de Elche⁴⁵, Espanha.

Caso Especial do Moinho N.º 21 – Moinho das Achadas da Cruz

A idade da Levada do Moinho é desconhecida dos utilizadores ou das autoridades competentes do Funchal ou do Porto Moniz. O moinho, construído no final do século XIX, difere dos demais em vários aspetos. Neste sítio, a Levada Grande ou do Moinho tem uma descida repentina de 795 a 760 m s.m. (medida por altímetro barométrico), portanto, de 35 m, o que é de longe a queda hidráulica mais alta de todos os moinhos da Madeira. O moinho não possui torre de pressão (cubo), mas a partir de uma pequena câmara de carga, na qual a levada chega acima, a água é conduzida através de um tubo de betão enterrado de 300 mm até ao moinho.

⁴⁵ MELÉNDEZ-PASTOR *et al.*, 2015, «Watermills in the historic irrigation system "Palmeral de Elche" [...]».

Este tubo está totalmente cheio e toma o lugar da torre. Assumindo uma perda hidráulica de 1 m no tubo de betão, uma queda líquida de 34 m está disponível para as duas rodas.

Essas rodas são encontradas parcialmente cobertas por detritos na saída da câmara de rodas (Figura n.º 11). São fabricadas em aço com um diâmetro de 1,25 m e 24 pás curvas duplas de cerca de 25 cm de largura, com seguramente uma eficiência muito mais alta de pelo menos $\eta = 55\%$, do que os rodízios de madeira e as simples rodas de aço encontradas em moinhos de água "reabilitados" como o da Lombada da Ponta do Sol.



Figura n.º 11 – Moinho das Achadas da Cruz, Câmara de Roda

Nota: em primeiro plano, rodízio de aço danificado com pás curvas duplas; segundo rodízio ao fundo que poderia ser desmontado e transportado para um museu.

As duas seteiras são uma ao lado da outra, portanto as duas rodas giram em sentidos diferentes.

Embora a potência dos outros moinhos de água estivesse entre meio e três kW, esse moinho extraordinário produziu cerca de 15 kW. Os idosos que moram

nas Achadas da Cruz lembram que o trigo e a farinha eram transportados de e para o moinho nos ombros dos homens a mais de 100 metros de altitude. A operação terminou no final dos anos 50.

De Moinhos de Água a Energia Hidroelétrica

Até meados do século XX, a maioria dos moinhos da Madeira parou a sua produção. As grandes empresas de moagem elétrica tinham a vantagem da concentração económica e do *marketing*. Além disso, os moinhos de água foram abandonados devido à regularização do mercado de cereais em Portugal, juntamente com o baixo custo de energia. Ainda em 1863, 365 moinhos foram contados na Madeira, 79 deles no Funchal⁴⁶. Hoje, apenas o moinho de água de São Jorge, no norte da Ilha, está moendo e vendendo farinha; alguns outros moinhos foram restaurados para fins turísticos e educacionais.

O consumo de eletricidade aumentou rapidamente, incluindo o da moagem elétrica. Conforme previsto no plano de 1943 da CAAHM para o melhor uso dos recursos hídricos da Madeira, as duas primeiras centrais hidroelétricas começaram a funcionar em 1953, Serra de Água (então Salazar) e Calheta I (então F. Ulrich), com capacidades de potência instalada de 4,8 e 2 MW, respetivamente. Desde então, o sistema de energia hidroelétrica da Madeira cresceu para nove centrais, mostradas na Figura n.º 12. As quedas hidráulicas (alturas de queda) são entre 181 e 637 m, portanto são instaladas rodas Pelton (turbinas) que têm o mesmo princípio de jato de água livre que os rodízios, os seus antecessores. Obviamente, não apenas a elevada eficiência, mas principalmente as quedas altas, permitem uma produção de energia muito maior. Com uma capacidade instalada total de 46,5 MW, o sistema produziu 73,9 GWh em 2017⁴⁷.

⁴⁶ VIEIRA, 2015, As levadas. Os caminhos da água na Madeira, p. 25.

⁴⁷ EEdM, 2018, Annual Report 2017, Technical Information, p. 18.

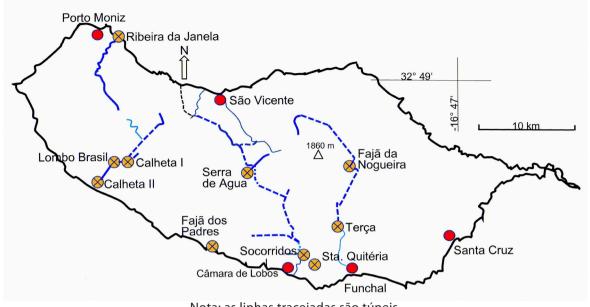


Figura n.º 12 – Esquemas Modernos de Energia Hidroelétrica da Madeira

Nota: as linhas tracejadas são túneis.

A Figura n.º 12 mostra que longos túneis foram construídos e transportam água do Norte e de áreas mais altas para o Sul, passando por diferentes centrais elétricas, até finalmente ser usada para irrigação, abastecimento doméstico e industrial. O princípio básico dos moinhos e das levadas mantém-se hoje em dia nas centrais hidroelétricas.

Um passo adicional é a ampliação dos sistemas hidroelétricos da Calheta e Socorridos por componentes de armazenamento de bombas. Reservatórios e esta-ções de bombeamento permitem usar excedentes temporários de energia, especialmente de energia eólica e à noite, para bombear água para os reservatórios localizados num nível mais alto e usá-la para a produção do pico de energia firme. As levadas são recondicionadas para transportar água para os reservatórios, por exemplo, a Levada do Alecrim até a barragem do Pico da Urze. O equipamento das centrais foi adaptado. A menor altitude e os reservatórios de restituição permitem dotar os volumes de irrigação e de água doméstica no devido tempo. A descrição desse projeto múltiplo, porém, sobrecarregaria este artigo.

Conclusão

A tecnologia aplicada e mais desenvolvida em seiscentos anos, combinando a operação de moinhos de água e levadas, tinha as características de um projeto de fins múltiplos. A ideia básica era a produção de energia com o mesmo fluxo conduzido para irrigação e demandas comuns de água. Os esquemas hidroelétricos modernos e muito maiores seguem o mesmo espírito de uso otimizado e sustentável dos recursos hídricos da Madeira.

Fontes e Bibliografia

- CALVERT, N. G., 1978, «Water Mills on the Levadas of Madeira», in *Industrial Archaeology Review*, 3, pp. 45-53.
- CAMÕES, L. de, 1988 (original 1572), *Os Lusíadas,* Mem Martins, livros de bolso Europa-América 227.
- EEdM (Empresa de Electricidade da Madeira), 2018, *Annual Report 2017, Technical Information*, Funchal.
- FRANÇA, J. Pimenta de, MATOS, J. Saldanha, OLIVEIRA, R. Proença, 2016, «recursos hídricos, qualidade da água e saneamento de águas residuais», in *Aprender Madeira*, disponível em http://aprenderamadeira.net/article/recursos-hidricos-qualidade-da-agua-e-saneamento-de-aguas-residuais, consultado em 2021-01-11.
- FRUTUOSO, Gaspar, 1873 (manuscrito 1590), As Saudades da Terra, História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens, Funchal, Typ. Funchalense.
- GARRIDO ARANDA, José M., 2002, «Molinos de Andalucía», in *Actas de III Jornadas de Molinología*, Múrcia, pp. 283-299.
- KÖHL, Daniel, 2012, *Levadaverzeichnis*, disponível em www.danishome.ch/ Levadaverzeichnis.htm, consultado em 2021-01-15.
- MELÉNDEZ-PASTOR, Ignacio, NAVARRO PEDREÑO, J., WITTENBERG, H., 2015, «Watermills in the historic irrigation system "Palmeral de Elche", Spain an example of early hydropower exploitation», in *Water Science and Technology: Water Supply*, 15.5, pp. 1140-1151.
- MIRANDA, J. A., 2008, «Tide Mill of Cais (Montijo) Rebirth of a Memory», in *Transactions* of the 12th TIMS Symp., pp. 243-265.

- MOOG, Berthold, 1994, *The horizontal watermill history and technique of the first prime mover*, The International Molinological Society.
- MOORE, Jason, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part I, From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420–1506», in *Review, A Journal of the Fernand Braudel Center*, 32, 4, pp. 345-390.
- MOORE, Jason, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II, From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506–1530», in *Review, A Journal of the Fernand Braudel Center*, 33, 1, pp. 1-24.
- PEREIRA, Eduardo C. N., 1967, *Ilhas de Zarco*, vol. I, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- PEREIRA, Jorge, 1998, «Gestão de Água da Madeira», in Revista Indústria da Água, n.º 28, IPE-Águas de Portugal, Lisboa, pp. 3-11.
- PRADA, Susana, GASPAR, M. A., SILVA, M. O., CRUZ, J. V., PORTELA, M. M., HORA, G. R., 2003, «Recursos Hídricos da Ilha da Madeira», in *Comunicações do Instituto Geológico e Minero*, Funchal, 90, pp. 125-152.
- PRAM (*Plano Regional da Água da Madeira*), 2003, *Relatório Técnico Versão para Consulta Pública*, Funchal, Instituto da Água.
- PRIOR, Victor, 2020, «clima e meteorologia», in *Aprender Madeira*, disponível em http://aprenderamadeira.net/article/clima-e-meteorologia, consultado em 2021-01-11.
- RIBEIRO, Orlando, 1985, A Ilha da Madeira até Meados do século XX, Estudo Geográfico, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- RÜHLMANN, Moritz, 1875, *Allgemeine Maschinenlehre* 1, Braunschweig, Schwetschke und Sohn.
- SEQUEIRA, Miguel, 2016, Application of Levadas da Madeira for UNESCO World Heritage, 4th WA International Symposium on Water and Wastewater Technologies in Ancient Civilizations, Universidade de Coimbra.
- SILVA, Fernando Augusto da, MENEZES, Carlos Azevedo de, 1978, «Levadas», in *Elucidário Madeirense*, vol. 2, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, pp. 227-259.
- UNESCO, Permanent Delegation of Portugal, 2017, *Levadas of Madeira*, disponível em https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6230/, consultado em 2021-01-11.
- VIEIRA, Alberto, CLODE, Francisco, 1996, *A rota do açúcar na Madeira*, Funchal, Associação dos Refinadores de Açúcar Portugueses.

- VIEIRA, Alberto, 1999, «Os italianos na Madeira: séculos XV-XVI», in *Arquipélago História*, 2.ª série, III, pp. 11-28.
- VIEIRA, Alberto, 2015, *As levadas. Os caminhos da água na Madeira,* Cadernos de divulgação do CEHA, n.º 9, Funchal.
- WITTENBERG, Hartmut, 2011, «Portuguese Tide Mills and their Operation», in *Int. Molinology*, 82, pp. 11-18.

A Superstição perante o Inquisidor (Madeira, 1618)

Inquisition and Superstition (Madeira, 1618)

Bruno Abreu Costa¹

Resumo

O presente estudo tem por base as confissões e as denúncias de práticas supersticiosas efetuadas perante Francisco Cardoso de Tornéo, na sua visita inquisitorial ao arquipélago da Madeira, em 1618. Tal documentação permite analisar os agentes da magia e os seus atos, ao caracterizar tanto as atividades como as crenças a estas associadas. Pretendese, desse modo, expor o delito de superstição na Madeira do século XVII e reconhecer a presença de práticas sincréticas, em tudo semelhantes aos casos ocorridos no reino português.

Palavras-chave: Superstição; Feitiçaria; Visitação Inquisitorial; Sincretismo Religioso.

Abstract

Based upon several confessions and denunciations reported in 1618 before Francisco Cardoso de Tornéo, the visiting inquisitor in the Madeiran archipelago, this study aims to analyze the practitioners of superstitious acts by presenting features related to their activities and beliefs. Through examining offenders and their offenses, in seventeenth century's Madeira, one can attest the syncretic characteristic of these practices whilst also comparing to other cases found in Portugal.

Keywords: Superstition; Witchcraft; Inquisitorial Visitation; Syncretic Religious Practices.

Licenciado em História (2011) e mestre em História – Sociedades, Políticas e Religiões pela Universidade de Coimbra (2013). Doutorando em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional, pela Universidade da Madeira. É autor de diversos estudos sobre o clero, a Igreja e a religiosidade no arquipélago madeirense, durante os séculos XV a XVIII, e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: costa.brunoabreu@gmail.com.

No dia 22 de julho de 1550, o cardeal D. Henrique enquanto inquisidor-geral (1539-1579) informou os deputados da Inquisição de Lisboa de que fora notificado que na «villa da Pomte do Sol da ilha da Madeira da diocese do arcebispado do Funchal se cometem muitos casos de heresias e apostasias e outros crimes que pertencem ao Samto Oficyo da Imquisicão»². Os deputados deveriam pôr cobro ao caso, através da escolha de alguém que averiguasse os delitos relatados e prendesse os culpados, de modo a que, como refere a missiva, «procedaes contra elles castigamdo os como vos parecer justiça damdo vosas sentencas a sua devida execução e fazemdo no caso todo o que cumprir pera serviço de Noso Senhor e bem de justiça»³. No dia seguinte, 23 de julho, foi o núncio apostólico, Pompeo Zambeccari, que indicou ter sido informado dos delitos cometidos na Ponta do Sol. Na carta aos mesmos deputados, afirma saber que,

«na villa da Pomte do Sol da ilha da Madeira destes reynos e senhorios de Portugal da diocese do arcebispado do Funchal se cometem e fazem muytas feitiçarias e juramentos falsos de diversos generos de blasfemias de muytas maneyras comtra Nosso Senhor e seus santos e muitos sortilegios e outros muitos dilitos que pertencem a jurdição ecclesistica ordinária»⁴.

Ordenou, igualmente, que se nomeassem dois funcionários – um inquiridor e um notário – para proceder à aferição das culpas, à prisão dos culpados e para os levar perante a justiça. Foi designado para este procedimento o licenciado Fernão Cardoso, juiz secular⁵. Desconhece-se, todavia, o desfecho desta comissão.

O ano de 1550 marcou, então, os primeiros contactos entre o Santo Ofício da Inquisição – através do tribunal distrital de Lisboa – e o arquipélago da Madeira. Uma relação caracterizada por diversas etapas de interação, com a presença de funcionários – comissários, notários e familiares – nas ilhas que, além de verificarem a existência de livros heréticos a bordo das naus estrangeiras, executavam as diligências decretadas pelos inquisidores lisboetas. Esses mandados abrangiam situações de

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, livro 330, fl. 139. Doravante, utilizar-se-á a fórmula abreviada – ANTT, TSO, IL – para indicar o arquivo, o fundo e o subfundo.

³ ANTT, TSO, IL, livro 330, fl. 139.

⁴ ANTT, TSO, IL, livro 330, fl. 140.

ANTT, TSO, IL, livro 840, fls. 2-4v. Atente-se que o núncio apostólico afirma que estes assuntos eram responsabilidade da «jurisdição eclesiástica ordinária», ou seja, pertenciam ao múnus do arcebispo do Funchal, cargo que em 1550 estava vago. Talvez por esse motivo terá sido a comissão atribuída a Fernão Cardoso; comissão que expressa claramente que o funcionário podia aferir delitos que pertencessem à jurisdição episcopal de acordo com o «especial poder» atribuído pelo representante papal, recebendo um regimento próprio que procurava reduzir a sua arbitrariedade, como se refere em MARCOCCI & PAIVA, 2013, História da Inquisição Portuguesa (1536-1821), p. 107.

inquirição de testemunhas, de prisão e de remessa dos delituosos para Lisboa. Além desta exígua estrutura, a Ilha da Madeira foi objeto de duas visitações inquisitoriais, com a presença de um inquisidor emanado do Conselho Geral: a primeira, em 1591-1592, da responsabilidade de Jerónimo Teixeira Cabral; a segunda, em 1618, a cargo de Francisco Cardoso de Tornéo⁶.

Baseados nos documentos produzidos nesta última visita, procurou-se estudar os delitos de superstição ocorridos no arquipélago da Madeira, nos inícios do século XVII. A análise destas fontes permite, além de expor crenças e práticas da religiosidade dita popular, discorrer sobre a coesão social, a vivência quotidiana e a cultura material das comunidades em apreço. Não obstante tais possibilidades, intentou-se somente caracterizar a superstição através das confissões e das denúncias, recolhidas pelo inquisidor em 1618, demonstrando como estas práticas agregam tanto atos e rituais largamente reconhecidos e incentivados pela Igreja Católica, como outras práticas consideradas heterodoxas. Por sua vez, mais esparsamente, comparou-se os casos recolhidos com processos inquisitoriais da mesma categoria delituosa, analisados pela historiografia no contexto reinol, de modo a atestar a semelhança dagueles com o ocorrido fora do arquipélago madeirense.

A Visita Inquisitorial à Madeira (1618)

As designadas visitas de distrito, como explana Francisco Bethencourt, tinham como objetivo basilar «examinar o comportamento e as crenças da população»⁷. Assim, a visita, remanescência de uma Inquisição medieval assente em funcionários itinerantes, assumiu o carácter de mecanismo de controlo social do centro sobre a periferia. O inquisidor visitador – normalmente em início de carreira e alheio ao tribunal a que pertencia o espaço a visitar – percorreria determinado território com a função de recolher confissões e denúncias, julgar em casos de somenos importância e executar orientações específicas das instâncias superiores⁸. Deste modo, a visitação permitiu produzir um copioso repositório de informações – algumas das quais deram origem a processos inquisitoriais – e deu a (re-)conhecer a instituição, os seus objetivos e as suas práticas às populações visitadas⁹.

⁶ FARINHA, 1989, «A Madeira nos Arquivos da Inquisição», pp. 703-704.

⁷ BETHENCOURT, 1996, *História das Inquisições* [...], p. 167.

⁸ BETHENCOURT, 1996, História das Inquisições [...], p. 188.

⁹ BETHENCOURT, 1996, História das Inquisições [...], p. 190.

A apreensão perante a circulação de navios do Norte europeu em portos portugueses e espanhóis, baseada no possível trato de obras heréticas, e as constantes denúncias de práticas criptojudaicas terão influenciado o inquisidor-geral Fernão Martins de Mascarenhas (1616-1628) a decretar uma visita concertada a diversos territórios do Reino e dos espaços ultramarinos¹º. A tarefa de visitar os arquipélagos da Madeira e dos Açores foi então atribuída a Francisco Cardoso de Tornéo, um recente deputado¹¹ do tribunal inquisitorial de Coimbra¹².

As diligências tiveram o seu início a 1 de janeiro de 1618. Tornéo apresentou a carta de comissão ao notário, o P.º Manuel Rodrigues, e ao meirinho da visita, Pedro Homem Rebelo, recolhendo, em seguida, o juramento destes¹³. No dia seguinte, a missiva do inquisidor-geral foi apresentada a Baltasar Pardo de Ornelas, provisor e governador do Bispado do Funchal em sede vacante¹⁴, e a 3 de janeiro, a mesma foi publicitada na Câmara Municipal do Funchal, na presença dos juízes, vereadores, procurador do concelho e demais presentes¹⁵.

No entanto, o início oficial somente teve lugar a 7 de janeiro de 1618, um domingo. Após a cerimonial procissão, desde a igreja de Santa Maria do Calhau até à catedral, foi celebrada uma missa com pregação do P.º Gaspar Mendes, reitor do colégio jesuíta no Funchal, e proclamou-se o édito da fé, o monitório geral, o édito da

Francisco Bethencourt lista os diversos espaços visitados entre 1618 e 1620, desde territórios reinóis pertencentes aos tribunais distritais de Lisboa e Coimbra, aos espaços ultramarinos, como o arquipélago da Madeira e dos Açores e o Brasil; para o rol completo consulte-se BETHENCOURT, 1987, «Inquisição e Controle Social», p. 7. Já sobre as preocupações inquisitoriais veja-se MARCOCCI & PAIVA, 2013, História da Inquisição Portuguesa (1536-1821), p. 220.

¹¹ O cargo de deputado corresponde a um aprendiz de inquisidor, como escreve BETHENCOURT, 1996, *História das Inquisições* [...], p. 122. Todavia, tanto a documentação produzida pelo mesmo – a título de exemplo atente-se na confissão de Luzia Dinis, feita «nas pousadas do senhor inquisidor», ou na denúncia de Isabel Fróis, recolhida «nas casas onde mora o senhor inquisidor», respetivamente em ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 44, e livro 792, p. 160 –, como a carta de comissão do inquisidor-geral – «mandamos que em nosso nome como inquisidor appostolico e como tal va visitar», presente em ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 4 –, o designam por «inquisidor». Assim, ao longo deste texto Tornéo será preferencialmente tratado como inquisidor, ainda que se admita que este não teria, ainda, tal estatuto.

¹² Francisco Cardoso de Tornéo, licenciado em Cânones, foi confirmado deputado do Tribunal de Coimbra a 1 de julho de 1617, e tomou posse do cargo cinco dias depois. Nesse mesmo mês, no dia 24, recebeu comissão para visitar os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Após a visitação, foi elevado a Inquisidor de Évora (1623) e de Coimbra (1625), acabando a sua carreira inquisitorial no Conselho Geral, cargo que assumiu em 1636, como informam FARINHA, 1989, «A Madeira nos Arquivos da Inquisição», p. 704 e OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 791, nota 12.

¹³ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 5-12.

¹⁴ O documento refere que Baltasar Pardo de Ornelas exercia o cargo «em auzencia do bispo Dom Lourenço de Tavora». Porém, ao tempo, o referido prelado era já bispo de Elvas como indica a sua bula de nomeação, datada de 18 de setembro de 1617, presente em MONIZ, 1902, *Corpo Diplomatico Portuguez* [...], pp. 206-207; logo, a Sé funchalense encontrava-se, efetivamente, vaga.

¹⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 13-15.

graça, um *motu proprio* de Pio V contra os que impediam a atuação do Santo Ofício, e o alvará régio que perdoava a cassação de bens a todos os que se confessassem durante o tempo da graça¹⁶. A visitação durou, no mínimo, dez meses¹⁷, nos quais Tornéo visitou exclusivamente a encosta sul da ilha, permanecendo nove meses no Funchal e o restante período a recolher depoimentos na Calheta, Ponta do Sol e Santa Cruz¹⁸.

Revela-se difícil avaliar os resultados efetivos da visita do Santo Ofício ao arquipélago da Madeira em 1618. Os historiadores têm à sua disposição somente dois livros referentes a esta passagem: um empregue na recolha de confissões e outro para registar as denúncias¹⁹. Conhece-se, porém, a existência de outros livros ou cadernos por apontamentos marginais, tais como: «o credito que se deve dar a esta testemunha se pode ver no 2.º quaderno das informacois de credito da visita da Ilha da Madeira»²⁰. Além disso, Fernanda Olival relembra que as anotações laterais fazem referência a testemunhos infrutíferos – «perguntada disse nihil»²¹ ou «perguntada disse que não se lembrava»²² – que não têm assento próprio no livro de denúncias²³. Há igualmente resquícios das informações recolhidas sobre a vida e costumes dos denunciantes para que os depoimentos fossem validados – a título de exemplo, Ana Gonçalves «trousse informação sobre o credito que se divia dar a esta testemunha e achousse que he pessoa que falava verdade e que se lhe deve dar credito»²⁴. Além desta *marginalia*, que permite conhecer melhor a burocracia da visita, encontram-se assentos nos cadernos dos promotores²⁵ com origem nos interroga-

ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 16-19. Numa primeira fase, foram atribuídos 16 dias de graça, período que foi estendido, a 20 de janeiro, por mais 14 dias, como refere OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 770. Designa-se por «tempo da graça» o intervalo cronológico definido pelo inquisidor no Édito da Graça. Durante esse período, os fiéis eram convidados a confessar os seus delitos perante o visitador, na segurança de que não teriam os seus bens arrestados nem lhes seria imputada pena de prisão perpétua ou pena de morte; trata-se, portanto, de uma estratégia de recolha de confissões e de denúncias, segundo BETHENCOURT, 1996, *História das Inquisições* [...], p. 140.

¹⁷ Conhecem-se registos do visitador no arquipélago da Madeira entre 1 de janeiro e 20 de setembro de 1618. Porém, este certamente chegou ao Funchal ainda em 1617 e deverá ter permanecido mais algum tempo na ilha, dado que a visita à Ponta Delgada, nos Açores, só principiaria a 14 de abril de 1619, como assenta OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 791, nota 13.

¹⁸ OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 768.

¹⁹ São os livros presentes em ANTT, TSO, IL, livros 791 e 792, respetivamente.

²⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 106.

²¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 315.

²² ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 181.

²³ OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 790, nota 4 e pp. 794-795, notas 38 e 39.

²⁴ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 180.

²⁵ Os cadernos do promotor recolhiam as denúncias, as devassas, os testemunhos e as diligências realizadas pelos comissários estabelecidos nas diversas localidades.

tórios de Francisco Cardoso de Tornéo, que não constam nos livros de denúncias já referidos²⁶. Procure-se, não obstante tais impedimentos, apurar os resultados, com base nos registos presentes nos dois livros remanescentes.

Perante Francisco Cardoso de Tornéo apresentaram-se 36 confitentes. A maioria confessou no Funchal (29 pessoas, 80,1%), seguindo-se os registos recolhidos na Ponta do Sol, Santa Cruz e Calheta, com quatro, dois e um confitentes, respetivamente. Como se poderá observar pela Tabela 1, estes 36 relatos correspondem a 39 delitos divididos em seis conjuntos distintos, visto que três pessoas confessaram ter praticado múltiplos atos que se incluem em diversas categorias delituosas²⁷. A ofensa mais confessada, tanto no Funchal como nos espaços rurais, foi a de "proposições heréticas", com 38,5%, enquanto o delito de "superstição" vigora em apenas duas confissões (5,1%).

Tabela 1 – Delitos Confessados durante a Visita de Francisco Cardoso do Tornéo à Madeira, em 1618

| CIII 1010 | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------|------|------------------|------|---------|------|--|--|--|
| Catagorias Dalituosas | Funchal | | Paróquias Rurais | | Total | | | | |
| Categorias Delituosas | Delitos | % | Delitos | % | Delitos | % | | | |
| Proposições Heréticas | 11 | 35,5 | 4 | 50 | 15 | 38,5 | | | |
| Protestantismo | 2 | 6,5 | 0 | 0 | 2 | 5,1 | | | |
| Sacrilégio | 1 | 3,2 | 0 | 0 | 1 | 2,6 | | | |
| Sodomia | 9 | 29,0 | 1 | 12,5 | 10 | 25,6 | | | |
| Solicitação | 6 | 19,4 | 3 | 37,5 | 9 | 23,1 | | | |
| Superstição | 2 | 6,5 | 0 | 0 | 2 | 5,1 | | | |
| Total | 31 | 100 | 8 | 100 | 39 | 100 | | | |

Fonte: ANTT, TSO, IL, livro 791.

Refira-se que o número de confitentes homens ultrapassa o das mulheres, tanto no Funchal como nas paróquias rurais – com 24 homens e cinco mulheres, e cinco homens e duas mulheres, respetivamente. Situação que se inverte no caso das denúncias. No Funchal, 61,4% dos delatores são do sexo feminino (35 pessoas), enquanto 66,7% das acusações recaem sobre mulheres (20). Nos restantes espaços – Calheta e Ponta do Sol – 12 mulheres são denunciantes (85,7%), mas somente duas (28,6%) são denunciadas.

Foram registados testemunhos contra D. Luís Lobo e Vicente de Ossuna, além de 15 denúncias contra Ana Mendes e de 24 contra Manuel Álvares Fausto, com refere OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», pp. 791-792, nota 14 e p. 809, Quadro III.

No Funchal, António Dutra e Manuel Nunes Tavares e o P.º Brás Cabral, em Santa Cruz, confessaram atos de sodomia e ter proferido proposições heréticas, como apresenta OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», pp. 807-808, Quadros I e II.

No que concerne às delações, o visitador registou 61 depoimentos no Funchal, prestados por 57 denunciantes, que visam 30 pessoas²8. Proceda-se a algumas explicações: dos 57 denunciantes, quatro fizeram duas denúncias distintas, o que totaliza os referidos 61 testemunhos; por outro lado, o valor de delitos denunciados ascende aos 65, visto que quatro dos registos recolhidos contêm delações contra duas pessoas, e deve-se por isso individualizar o seu delito; já o número de pessoas denunciadas corresponde a 30, 12 delas figuram somente uma vez enquanto as restantes 18 foram acusadas múltiplas vezes, num máximo de seis denúncias. O maior número de acusações recaiu nos atos supersticiosos, com 27 delitos (41,5%) correspondendo a 13 pessoas delatadas. Já a segunda categoria com maior número de depoimentos é a de "proposições heréticas" (16,9%), como é possível observar na Tabela 2.

Francisco Cardoso de Tornéo recolheu, igualmente, denúncias na Calheta e na Ponta do Sol. Neste contexto foram registados 14 depoimentos de 14 delatores contra sete pessoas. Na Calheta coletou dez denúncias e quatro foram anotadas na visita à Ponta do Sol. A categoria com maior número de acusações é a de "proposições heréticas", com 50% dos casos delatados, seguindo-se a de "solicitação", com 42,9%, e a de "superstição", com 7,1%.

Tabela 2 – Delitos Denunciados durante a Visita de Francisco Cardoso do Tornéo à Madeira, em 1618

| Categoria Delituosas | Funchal | | Paróquias Rurais | | Total | |
|-----------------------|---------|------|------------------|------|---------|------|
| | Delitos | % | Delitos | % | Delitos | % |
| Bigamia | 9 | 13,8 | 0 | 0 | 9 | 11,4 |
| Judaísmo | 8 | 12,3 | 0 | 0 | 8 | 10,1 |
| Proposições Heréticas | 11 | 16,9 | 7 | 50 | 18 | 22,8 |
| Protestantismo | 3 | 4,6 | 0 | 0 | 3 | 3,8 |
| Sacrilégio | 3 | 4,6 | 0 | 0 | 3 | 3,8 |
| Solicitação | 4 | 6,2 | 6 | 42,9 | 10 | 12,7 |
| Superstição | 27 | 41,5 | 1 | 7,1 | 28 | 35,4 |
| Total | 65 | 100 | 14 | 100 | 79 | 100 |

Fonte: ANTT, TSO, IL, livro 792.

²⁸ Fernanda Olival contabilizou 68 denúncias contra 32 pessoas, mas atente-se que a autora acrescentou dados presentes nos cadernos dos promotores aos que, exclusivamente, foram registados no livro de denúncias, como demonstra OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 793, nota 29 e pp. 809-810, Quadros III e IV.

Não são, contudo, os resultados da visita – as 36 confissões, as 75 delações contra 36 pessoas, ou os cinco processos que se seguiram em Lisboa – a característica fundamental desta passagem do Santo Ofício pela Madeira. Tal como afirma Fernanda Olival: «o importante foi que um inquisidor «esteve lá», marcou presença em determinado espaço»²⁹. Com a visitação, a Inquisição não só recolheu depoimentos que levaram à prisão de alguns visados, como implementou ações que promoviam a subjugação – ritual em alguns casos, física em outros – das instâncias de poder e dos habitantes do arquipélago. A presença do inquisidor terá contribuído, certamente, para um exacerbar dos conflitos sociais, ao funcionar como "válvula de escape" das relações comunitárias, revelando brechas na coesão social da população madeirense, verificáveis através de uma atenta análise das confissões e denúncias.

O Delito de Superstição

São Tomás de Aguino, na sua *Summa Theologica* (1265-1274), define o conceito de superstição como um «vício contrário à religião, por excesso», visto que se presta «culto divino a quem não se deve ou de modo indevido»³⁰. Nessa exposição, divide-a em cinco classes distintas: idolatria, magia, adivinhação, vã observância e malefícios; e todos os comportamentos próximos desta categorização são considerados supersticiosos. Há, assim, que introduzir estas práticas no que Pierre Bourdieu designa de «campo religioso»³¹. O mágico representa para a superstição um papel idêntico ao que o sacerdote simboliza para a Igreja. Um e outro estabelecem uma ponte entre duas realidades, a visível e a invisível. Francisco Bethencourt considera que a destrinça ocorre somente «num nível utilitário da crença religiosa»³²; e José Pedro Paiva complementa, com base em Émile Durkheim, que a relação do indivíduo com o sobrenatural, através da magia, é «mais pragmática, menos doutrinal e especulativa, não veiculada por uma Igreja oficial, não praticada por sacerdotes sagrados por um poder, antes exercida por aqueles cuja acção, ao ser solicitada por terceiros, os legitima»³³. Talvez por essa similitude nos objetivos, mas distinção no ato de comunicar com o sobrenatural, quis a Igreja limitar as práticas supersticiosas desconsiderando-as como formas de acesso, alternativo, ao divino.

²⁹ OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 788.

³⁰ AQUINATIS, 1880, Summa Theologica, Secunda Secundae, Quaestio XCII, tradução nossa.

³¹ BOURDIEU, 1971, «Genese et Structure du Champ Religieux».

³² BETHENCOURT, 1984, «Campo Religioso e Inquisição em Portugal no século XVI», p. 50.

³³ PAIVA, 2000, «A Magia e a Bruxaria», p. 369.

Esta instituição, ao mesmo tempo que desvalorizava a religiosidade dita popular, procurou por múltiplos modos erradicar as práticas supersticiosas³⁴. Principia-se, assim, uma batalha entre o Bem e o Mal, como expôs Daniel Giebels, «travada no plano terreno entre os ministros de Deus – o clero – e os ministros do Diabo – as bruxas e feiticeiras»³⁵.

«Muy abominável & aborrecida cousa he a reprovada arte de feitiçaria, adivinhações, & agouros, de que algumas pessoas em grande offença de Nosso Senhor usam em diversas maneiras, usurpando pera si o que somente he de Deos»³⁶. Assim o decretam as Constituições Sinodais do Bispado do Funchal, publicadas em 1585. A indefinição inicial na repressão das «feiticarias» e «sortilégios» da Ponta do Sol, da qual só se conhece através das referidas cartas, justifica-se pelo facto do delito de superstição ser considerado como de mixti fori, devendo ser julgado no primeiro tribunal – secular, episcopal ou inquisitorial – que dele tivesse conhecimento. O agravar do delito – a partir do século XVI, a superstição foi considerada uma ofensa ao Primeiro Mandamento³⁷ – e o estabelecimento do Santo Ofício em Portugal, cuja bula de fundação (1536) incluía práticas de adivinhação heréticas³⁸, implementaram a tendência de se julgar estes casos nos tribunais inquisitoriais, quando se considerava estar perante casos de heresia ou de suspeita de heresia. Nessas ocasiões, o processo devia transitar para os referidos tribunais distritais da Inquisição, mesmo que principiasse noutra instância. O monitório do primeiro inquisidor geral, Fr. Diogo da Silva (1536-1539), inclui, como atos denunciáveis, a invocação do demónio, o pacto diabólico e a adivinhação com recurso ao poder do diabo³⁹. Já o Regimento de 1640 informa que, por direito, a Inquisição só agia contra os atos que contivessem heresia, mas que pela bula de Sisto V (Coeli et terrae, de 1586) se confirmava que os «crimes de feiticaria, sortilegio, adivinhações, & quaisquer outros desta mesma espécie» podiam ser julgados pelos inquisidores, mesmo que não envolvessem práticas heréticas explícitas. Isto porque tais atos, como refere o Regimento, «não carecem de suspeita de heresia, como pela superstição que há nelles [ser] tam contraria á Religião Christam»⁴⁰.

³⁴ TRINDADE, 2015, «Entre Religião e Superstição: Bruxarias e Práticas Mágicas na Madeira», p. 621.

³⁵ GIEBELS, 2014, «Magia e Sociedade no Algarve [...]», p. 120.

³⁶ Constituições Synodaes do Bispado do Funchal, 1585, pp. 154-155.

³⁷ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 48.

³⁸ BETHENCOURT, 1987, O Imaginário da Magia [...], p. 230.

³⁹ CASTRO, 1634, Collectorio das Bullas [...], fl. 6v.

⁴⁰ Regimento do Santo Officio da Inquisição [...], 1640, fl. 180.

Todavia, a problemática da presença explícita de heresia foi de difícil resolução. Como aponta José Pedro Paiva, os tratadistas portugueses que abordaram esta temática só demonstraram consenso em dois ditames: 1) nem todas as práticas supersticiosas deveriam ser consideradas heréticas; e 2) todas as práticas supersticiosas que invocassem o demónio – para que este fizesse atos que não estivessem associados à sua «natureza» – seriam consideradas heréticas⁴¹. Esta indefinição ideológica e jurídica levou a que os inquisidores duvidassem no modo de proceder, ou mesmo se se proceder, contra atos supersticiosos.

A superstição – analisada por diversas vezes pelos historiadores sob os títulos de «bruxaria» ou «magia» – deverá ser considerada um delito de menor expressão no cômputo da repressão executada pelo Santo Ofício. José Pedro Paiva estima a atividade deste tribunal ao longo dos séculos e conclui que, entre 1536 e 1774, a Inquisição julgou 912 processos. Dividem-se os mesmos pelos tribunais do Reino – Coimbra, com 370 processos, Lisboa com 288 e Évora com 254 –, desconhecendo--se se algum caso terá tido origem no Tribunal de Goa. Estes valores representam 2,9% do volume processual da Inquisição portuguesa, e a maioria dos processos decorreu ao longo do século XVIII⁴². A título de exemplo, nos Açores, entre 1550 e 1821, Paulo Drumond Braga regista sete processos em 58 casos conhecidos – com base em denúncias e confissões⁴³; em Pombal, num total de 53 casos, somente uma feiticeira foi presa e julgada⁴⁴; e na Madeira apenas dois indivíduos foram julgados - António de Mascarenhas e a Madre Isabel Filipa de Santo António, ambos no século XVIII -, apesar de serem conhecidos diversos outros agentes da magia⁴⁵. Nestes locais, as percentagens dos casos de superstição demonstram a sua pouca prevalência: nos Açores, 6,1% dos processos incluem atos supersticiosos⁴⁶; em Pombal esse valor é de 4%⁴⁷; e na Madeira registou-se uns meros 2%⁴⁸. Retenha--se, então, como demonstram estes valores, que a superstição nunca foi objeto de vagas persecutórias elevadas.

⁴¹ PAIVA, 2002, Bruxaria e Superstição [...], p. 57.

⁴² PAIVA, 2010, «Stregoneria, Portogallo», p. 1531.

⁴³ BRAGA, 1997, A Inquisição nos Açores, p. 390.

⁴⁴ OLIVEIRA, 2013, Sob os Auspícios do Concílio de Trento [...], pp. 314-315.

⁴⁵ TRINDADE, 2015, «Entre Religião e Superstição: Bruxarias e Práticas Mágicas na Madeira», pp. 627-630. O texto de Cristina Trindade consiste numa súmula de diversos casos de práticas supersticiosas ao longo de diversos séculos no arquipélago madeirense; logo, apresenta-se como leitura fundamental para compreender o fenómeno na Madeira.

⁴⁶ BRAGA, 1997, A Inquisição nos Açores, p. 170.

⁴⁷ OLIVEIRA, 2013, Sob os Auspícios do Concílio de Trento [...], p. 198

⁴⁸ BRAGA, 2001, «A Inquisição e a Sociedade Madeirense na Época Moderna [...]», p. 190.

Testemunhar perante Tornéo

Retome-se o estudo, principiando com uma explicação que o permeará. Ainda que ao período fossem utilizados quase indistintamente vários termos, a historiografia moderna procurou uniformizar os conceitos associados à análise da superstição. Nessa medida, José Pedro Paiva assenta o uso de «mágicos» ou «agentes da magia» para se referir a todos os acusados sem distinção; o termo "curador", por sua vez, designa somente aqueles que saneavam "doenças", situação não manifestada nos relatos de 1618; já o termo "feiticeiro/a" ou "bruxo/a", empregou-o para todos os restantes praticantes de superstição. Contudo, o autor reservou o termo "bruxaria" para contextos específicos, utilizado somente quando os atos referidos se aproximavam dos mitos europeus, com a associação das práticas supersticiosas ao pacto diabólico e à participação no sabat⁴⁹. A documentação analisada emprega exclusivamente o termo «feiticeira», pelo que este será o vocábulo predileto na identificação das praticantes de superstições, opção essa não conflituante com a restante historiografia.

No contexto da visitação inquisitorial de 1618 ao arquipélago da Madeira, os atos supersticiosos são frequentemente denunciados, mas pouco confessados. Perante Francisco Cardoso de Tornéo apresentaram-se somente duas confitentes, que representam 5,1% das confissões exaradas, e 24 delatoras que narraram 28 delitos, ou seja, 35,4% das denúncias incidiram em casos de superstição. Nenhum destes depoimentos originou, porém, processos no tribunal inquisitorial de Lisboa⁵⁰.

Tal situação não diferiu do ocorrido no Reino: entre 1560 e 1774, o Tribunal de Coimbra julgou 370 processos de superstição, mas os cadernos dos seus promotores registam, para um período ainda mais restrito – entre 1611 e 1757 –, 6190 denúncias de atos supersticiosos⁵¹. Desse modo, tanto num contexto nacional como na Madeira do século XVII, a discrepância entre as informações que a Inquisição recolheu e as que efetivamente utilizou para reprimir estes comportamentos é deveras acentuada. Tal facto poderá ser justificado por uma conjugação de fatores. Em 1618, o Santo Ofício encontrava-se no rescaldo de dois eventos que terão influenciado a prudência dos inquisidores: a disputa entre o arcebispo de Lisboa e a Inquisição, em 1612,

⁴⁹ PAIVA, 1992, *Práticas e crenças mágicas* [...], p. 30.

José Pedro Paiva informa ainda que a maior parte (68%) dos processos principiou com base em denúncias feitas aos inquisidores nos tribunais de distrito ou perante os comissários do Santo Ofício nas localidades. Somente 1% dos processos tiveram início em depoimentos recolhidos durante uma visita inquisitorial, em PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 198.

⁵¹ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 208.

sobre as prerrogativas episcopais na prossecução dos curadores com ensalmos; e a «onda de ceticismo» gerada após o processo movido pelo tribunal de Logronho às «bruxas» de Zagarramurdi, no País Basco, entre 1609 e 1614, no qual a metódica avaliação do inquisidor Salazar Frias foi perentória para a mudança da atuação da Inquisição espanhola nestes casos⁵². Estes e outros critérios, relativos à brandura da repressão inquisitorial, levaram a que nenhum dos depoimentos recolhidos na visita transitasse para processo inquisitorial.

Aproveitando o "tempo da graça", no dia 17 de janeiro de 1618, duas mulheres – Luzia Dinis e Isabel da Rocha – confessaram os seus delitos perante o inquisidor⁵³. De forma espontânea, Luzia refere as diversas «devoções» que fazia e as técnicas de adivinhação ao seu alcance; enquanto Isabel relata que «huma castelhana que mora nesta cidade a qual não sabe o nome mas sabe que lhe tremem as mãos» lhe ensinara a sorte da peneira e da tesoura⁵⁴.

Meses mais tarde, o inquisidor e o seu notário, o P.º Manuel Rodrigues, registaram 25 denúncias de superstições, todas da autoria de mulheres contra outras mulheres. Dessas, 24 foram anotadas durante a estadia no Funchal e uma outra na Calheta; 21 compareceram voluntariamente, e Tornéo recolheu outras quatro ao citar testemunhas. A *marginalia* permite inferir que o visitador procurou coletar mais delações contra as feiticeiras. São 12 os apontamentos laterais que referem outros inquéritos ou diligências para se inquirir; não obstante, somente dois desses acrescentam dados que poderiam ser considerados de relativa importância, enquanto os restantes dez representam depoimentos infrutíferos ou tentativas goradas de comunicar com as testemunhas que, como anotado, estavam ausentes da Ilha ou já tinham falecido⁵⁵. Devido à exiguidade das informações nestes registos preferiu-se não os considerar neste estudo.

Contabilize-se, assim, 24 denunciantes para 14 denunciadas, que reportaram 28 delitos de superstição. Atente-se que Isabel da Rocha, também ela confitente, acusou três pessoas em dois depoimentos distintos e que três denúncias referem duas pessoas, valor esse que foi individualizado, totalizando os 28 delitos.

⁵² PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 210-211.

⁵³ ANTT, TSO, IL, livro 791, pp. 44-49 e 53-55.

⁵⁴ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 54.

Ana Pestana, referida na denúncia de Leonor Salgada contra Isabel Tavares, relata que «vira lancar em sua caza a joeira a ditta castelhana mas que não sabe que palavras disse sobre a joeira»; já Maria Dias disse que a feiticeira, Maria Pereira, «viera a sua casa e na sua cosinha fisera certa cousa em huma panela para certo homem fazer vida com sua molher mas que ella o não vio fazer porque ficou na casa de fora», como referem as anotação marginais presentes em ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 194 e 209, respetivamente.

Foram registadas denúncias singulares contra Ana Dias, Filipa Monteira, Joana Duarte, Luzia Dinis, Maria Dias, Maria Pimentel e Mícia Gonçalves; duas delações contra Inês Álvares, Maria Antunes, Maria Pereira e Maria Rodrigues; três contra Brites Pereira; quatro contra Bárbara Dias; e seis contra Isabel Tavares, como se poderá observar na Tabela 3, no final deste texto.

Reservando-se as confissões, exaradas a 17 de janeiro, a maioria dos depoimentos foi feita nos meses de verão, entre junho e agosto (20 denúncias, que correspondem a 80%), como demonstra o Gráfico 1. Fernanda Olival especula ser possível associar este movimento ao do calendário agrícola ou dos discursos clericais em prol da visita, sem que, no entanto, apresente motivos concretos que justifiquem essa associação⁵⁶. Tal como a autora citada, não se possui dados explicativos para a referida cronologia.

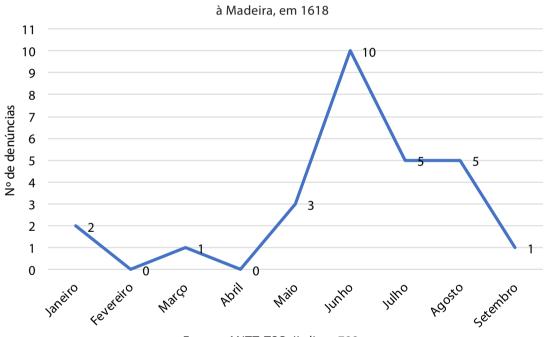


Gráfico 1 – Cronologia das Denúncias durante a Visita de Francisco Cardoso do Tornéo

Fontes: ANTT, TSO, IL, livro 792.

É possível, no entanto, observar uma tendência: as delações contra a mesma feiticeira ocorreram sequencialmente ou com relativa proximidade temporal. Os depoimentos contra Bárbara Dias foram prestados nos dias 15, 16 e 17 de maio,

⁵⁶ OLIVAL, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», p. 783.

com uma única acusação a 14 de agosto, citada pelo inquisidor; contra Maria Antunes, as delatoras apresentaram-se a 4 e 5 de junho; já Isabel Tavares foi acusada a 8 (duas vezes), 9, 15, 16 e 19 de junho; Inês Álvares a 14 e 20 de julho; e Brites Pereira a 11, 12 e 17 de Agosto. Já contra Maria Rodrigues e Maria Pereira, os depoimentos espaçam pouco menos de um mês, com denúncias a 7 de junho e 3 de julho e a 22 de junho e 14 de julho, respetivamente. Esta sequência cronológica poderá indicar que as primeiras denunciantes atentaram contra o juramento de segredo feito perante o inquisidor e relataram ter prestado depoimento. Já as denunciantes seguintes, com receio de se verem implicadas ou cumprindo o dever moral de denunciar os atos, procuraram delatar pouco tempo depois. Nesse sentido, é fulcral examinar a relação entre estes depoimentos.

No caso contra Bárbara Dias, as duas primeiras denunciantes estavam presentes na casa de uma delas quando Bárbara lhes contou que fazia certas «devoções» e outros atos supersticiosos⁵⁷. A terceira delatora é Catarina Gonçalves – mãe de Bárbara – que provavelmente soube que Maria Coelha, a primeira a depor, se apresentou perante o visitador, pois faz referência especificamente ao encontro entre a sua filha e a delatora: «e disse que a ditta sua filha Barbora Dias contara a huma milher que chamão Maria Coelha»⁵⁸. A delação de Catarina procurou igualmente implicar a sua prima, Ana Dias, que iniciara Bárbara nas práticas denunciadas, certamente pretendendo minimizar o papel da filha no delito. Não é possível, no entanto, explicar a denúncia de Ana Ferreira contra a mesma Bárbara Dias, visto que esta não figura nos depoimentos antecedentes, nem no de Ana Dias, conexo a este caso⁵⁹. Questiona-se, assim, como terá Francisco Cardoso de Tornéo recebido a informação que Ana Ferreira sabia dos atos praticados por Bárbara e que a deveria chamar a depor perante a Mesa.

Sobre os atos de Brites Pereira, duas irmãs relataram estar presentes na casa de uma terceira mulher e assistir ao lançamento da joeira. Uma das irmãs, Brites de Nordelo, denuncia a feiticeira e o inquisidor, seguindo o conteúdo da acusação, chamou as restantes mulheres a depor⁶⁰. Por sua vez, nos casos contra Maria Antunes e Inês Álvares, as delatoras, que se apresentam perante Tornéo em dias sequenciais ou com pouca separação, eram mãe e filha, ambas assistindo aos

⁵⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 101-110.

⁵⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 116.

⁵⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 323-327.

⁶⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 301-311 e 328-332.

atos denunciados⁶¹. As relações familiares entre estas mulheres poderão indicar que comunicavam entre si, reportando o seu desejo de denunciar as práticas presenciadas.

Encontram-se, todavia, casos onde as denúncias parecem não ter encadeamento evidente. Contra Isabel Tavares apresentaram-se seis mulheres com depoimentos que textualmente não referem a presença das outras denunciantes⁶². Somente a geografia as une, visto que todas residem no Funchal e duas delas habitavam na rua de João Gomes de Castro, onde se dizia que Isabel morava. Do mesmo modo, desconhecem-se os elos entre as delatoras de Maria Rodrigues e Maria Pereira, além da partilha do espaço urbano⁶³.

Com base nos relatos, a maioria das relações descritas entre denunciante e denunciada é a de testemunha. Em 46,4% dos 28 delitos narrados, a delatora figura como alguém presente no momento exato em que se praticou o delito e não como parte integrante do mesmo. Será essa uma estratégia de proteção, ao distanciar-se dos atos? Sem o contraditório produzido pelas feiticeiras é impossível responder a esta questão, ainda que se assuma essa possibilidade. Por sua vez, 35,7% das denúncias indicam uma relação clientelar. Nestes casos, a delatora assume que a delituosa lhe prestou determinado serviço. Seguem-se valores residuais para a relação familiar (7,1%) ou para outras de ordem variada (10,7%): Catarina Gonçalves delata a filha e a sua prima Ana Dias; já Ana Dias denuncia duas mulheres que lhe ensinaram conjuros; e na acusação de Ana Ferreira contra Bárbara Dias, pela exiguidade da informação prestada, não é possível determinar com certeza a relação entre as intervenientes.

No que concerne aos motivos das denúncias e das confissões, é necessário compreender a relevância do édito da fé. O édito, publicado no início da visita, continha uma lista de atos de jurisdição inquisitorial. A sua leitura e consequente afixação na porta da catedral terá modelado os depoimentos, na medida em que apresentava uma clara definição do que era considerado delito e do que era aceitável, pelo que tanto os denunciantes como os confitentes sabiam ao certo o que relatar perante o inquisidor. As confitentes revelaram "sentir-se mal" pelos seus atos, procurando confessar e obter a misericórdia do Tribunal do Santo Ofício. As denunciantes apontaram os mesmos motivos, o "mal-estar" gerado após assistir a ações que sabiam que se afastavam dos preceitos da Igreja, pretendendo

⁶¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 160-170, 216-222 e 233-238.

⁶² ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 184-208.

⁶³ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 180-189, 212-216, 208-212, e 223-228.

«descarregar suas consciências». Nesse sentido, a função da denúncia é dúplice: a cooperação com a justiça eclesiástica, num primeiro momento, ao praticar o dever moral de delatar o que sabiam ser erróneo e, por sua vez, a tentativa de afastar sobre si qualquer desconfiança, ao controlar a narrativa do evento⁶⁴.

De modo a mitigar uma das objeções judiciais ao depoimento, Francisco Cardoso de Tornéo questionou, aqui a título de exemplo, Maria Coelha, perguntando-lhe se esta «he inimiqua da ditta Barbora Dias e se lhe tem odio e se depoem das cousas asima dittas por se vingar della», cuja resposta foi negativa, acrescentando Maria que um confessor a aconselhara a delatar⁶⁵. Todas as denunciantes, sem exceção, rejeitam a existência de inimizade para com a denunciada, algo que invalidaria, ou pelo menos desvalorizaria, o testemunho. Algumas acrescentam mesmo as boas relações entre as duas, como é o caso de Maria Correia com Brites Pereira, a quem «não tinha odio nem lhe quiria mal antes fala com ella e he sua conhecida»⁶⁶, ou Leonor de Viana Ferreira sobre Mícia Gonçalves, de quem «nam tinha odio antes hera sua amiga e falava com ella»⁶⁷. Ainda assim, uma leitura atenta dos testemunhos permite desvendar alguns conflitos. Tanto Maria Coelha como Catarina de Freitas admitem desacatos com a mãe de Bárbara Dias. A primeira relata que Catarina Gonçalves «lhe dissera algumas palavras escandalosas sem ella lhe responder», enquanto Catarina de Freitas teve «algumas peleizas de palavra» com a mãe de Bárbara⁶⁸. Porém, o testemunho mais fulgurante é o de Ana Gonçalves contra Maria Rodrigues, de alcunha a «passa raia». Relatou a delatora:

«que avera hum anno pouco mais ou menos que en bando en casa de hua molher solteira que se chama Maria Rodrigues por alcunha a passa raia a qual morava naquele tempo na Rua da Bem Feita no Cabo do Calhao nesta cidade e isto *por ter sospeita que a ditta Maria Rodrigues queria lançar a joeira* [...] e que quando a ditta Maria Rodrigues sentio que ella testemunha a vira lançar a joeira tomou a joeira e a lancou pera traz de hum enxergam *querendo encobrir o que fisera porquanto ella testemunha peleizava com ella por ouvir diser que ella fasia semelhantes cousas* e a ditta Maria Rodrigues se gabar disso e que tem fama de feiticeira e que cometeo a ella testemunha que se queria lhe faria alguma cousa e que lhe paresse que hera querer faser feiticos»⁶⁹.

Ana confirmou, no seu testemunho, uma dissensão anterior com Maria Rodrigues, de quem tinha a suspeita de que era feiticeira e que lançava a joeira.

⁶⁴ GIEBELS, 2014, «Magia e Sociedade no Algarve [...]», p. 147.

⁶⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 103.

⁶⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 309.

⁶⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 315.

⁶⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 104 e 108.

⁶⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 180-181; itálicos nossos.

A delatora foi à casa de Maria sem esta saber, presume-se, para assistir ao ato. Visto que tiveram desacatos anteriores, a reação de Maria foi a de esconder a joeira com receio de ser denunciada, algo que viria a acontecer um ano mais tarde. O depoimento demonstra claramente uma brecha na coesão social e que a Inquisição não esteve imune aos conflitos da comunidade, por mais que tentasse se precaver de denúncias impulsionadas por ódio e inimizades. É, igualmente, importante referir que as feiticeiras, ainda que úteis a esta comunidade, produzem uma sensação de desconforto nas delatoras. Um desconforto gerado pelo desconhecimento das origens e do verdadeiro poder das forças sobrenaturais que as feiticeiras afirmavam possuir e manipular. A uma predisposição para denunciar, fruto dos diversos mecanismos de disciplinamento social, alia-se o medo e a ansiedade nas relações que se mantêm com as feiticeiras⁷⁰. Assim, é legítimo assumir que, ainda que de forma limitada, a Inquisição funcionou como uma "válvula de escape" para estas extenuantes relações sociais. Através da denúncia procurava-se afastar os indesejáveis, os socialmente ineptos, enfim, os que ofendiam as normas, tácitas ou explícitas, da sociedade, ainda que a relação entre denunciante e feiticeira fosse quase simbiótica.

Os Agentes da Magia na Madeira

Apresentar uma imagem completa das praticantes de magia no arquipélago da Madeira revela-se deveras complicado. Visto que a maior porção dos depoimentos corresponde a denúncias e as delações entre familiares são reduzidas, é expectável que as informações de cariz pessoal, como a idade, a naturalidade ou mesmo alguns indicadores de literacia, sejam desconhecidas e, por conseguinte, não relatadas. Por outro lado, características sociais, que permitam identificar as delituosas, são frequentemente incluídas: o estado conjugal, o local de residência, a descrição física e a fama pública da feiticeira. Intente-se, contudo, caracterizar as agentes da magia.

As feiticeiras em análise são 17: duas confitentes, Isabel da Rocha e Luzia Dinis; 13 denunciadas, Ana Dias, Bárbara Dias, Brites Pereira, Filipa Monteira, Inês Álvares, Isabel Tavares, Joana Duarte, Maria Antunes, Maria Dias, Maria Pereira, Maria Pimentel, Maria Rodrigues e Mícia Gonçalves⁷¹; e duas outras mulheres não delatadas, mas que

⁷⁰ PAIVA, 2000, «A Magia e a Bruxaria», p. 371 e GIEBELS, 2014, «Magia e Sociedade no Algarve [...]», p. 146, nota 221.

⁷¹ Luzia Dinis, também ela denunciada, figura na lista das confitentes.

vigoram nos relatos como conhecedoras de tais práticas, Inês de Freitas e Madalena Gonçalves⁷².

Todas as praticantes de magia são do sexo feminino. Já a sua idade varia entre os 18 anos de Isabel da Rocha, os 42 de Ana Dias, e os 53 de Luzia Dinis. Para muitas (58,8%) desconhece-se a sua idade. Registam-se, porém, referências a mulheres «velhas» (4 – 23,5%) e a uma «molher que nunqua casou» (1 – 5,9%), o que poderá indicar que pela sua idade seria expectável já ter contraído matrimónio. A maioria destas mulheres era casada (7 – 41,2%), seguindo-se as feiticeiras sem referências ao seu estado conjugal (6 – 35,3%), três solteiras (17,6%) e uma viúva (5,9%). Estes valores compatibilizam-se com a historiografia, que indica que o universo mágico estaria pejado de mulheres, de idade avançada, e casadas ou viúvas⁷³. Porém, é importante clarificar que o carácter informal da superstição – qualquer indivíduo a poderia praticar – implica que se apresente uma imagem genérica da feiticeira, sem lhe apontar características restritivas.

Sobre o estatuto social, os depoimentos reportam três cristãs-velhas, duas mulatas, uma «mourisca», uma «preta» e uma «negra crioula forra». Não se possui dados sobre nove destas mulheres (52,9%). Situação idêntica aconteceu no Algarve, onde 25% dos praticantes pertenciam a minorias étnicas, ou nos Açores, com a presença de diversas negras e mulatas nos casos de superstição⁷⁴. Já a referência ao seu estado socioprofissional é igualmente exígua, somente figurando em sete casos. O marido de Luzia Dinis era lavrador de canas, enquanto o de Joana Duarte era purgador de açúcar e o de Brites Pereira pescador⁷⁵. Mícia Gonçalves era vendedeira na praça do peixe e o seu marido pescador⁷⁶; Inês Álvares era servente, atuando como lavadeira, enquanto o marido, que se encontrava na Ilha de Lançarote, era «homem do mar»⁷⁷. Já Maria Pimentel foi classificada como «maltratada de vestido», o que indicará as suas dificuldades financeiras⁷⁸. Conclui-se então que estas são mulheres das camadas baixas das classes sociais. Para algumas, o marido estaria

⁷² Inês de Freitas foi referida nos testemunhos de Catarina Gonçalves e de Ana Dias como tendo aprendido «devoções» supersticiosas com esta última. Ana Dias, no entanto, apenas refere que viu uma vela acesa na casa de Inês, durante a noite. Já Madalena Gonçalves ensinou Luzia Dinis a fazer um conjuro, mas falecera antes da visita de 1618, como se poderá confirmar em ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 115-119 e 239-244 e ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 48, respetivamente.

⁷³ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 162-163.

⁷⁴ GIEBELS, 2014, «Magia e Sociedade no Algarve [...]», p. 124 e BRAGA, 1997, *A Inquisição nos Açores*, pp. 390-391. Atente-se que cinco feiticeiras na Madeira (29,4%) pertenciam a minorias étnicas.

⁷⁵ ANTT, TSO, IL, livro 791 p. 44 e ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 240 e 307.

⁷⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 313.

⁷⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 216-222 e 233-238.

⁷⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 186.

ausente durante temporadas o que prejudicaria a sua subsistência. Luzia Dinis justificou-se ao afirmar que «disse a certas pessoas que lhes faria esta devoção per lhe darem alguma cousa por ella ser molher que tinha nescesidade», o que acentua a inferência anterior⁷⁹.

No que concerne às referências geográficas, ainda que se conheça o local de residência para a maioria das feiticeiras, a informação sobre a sua naturalidade é mais esparsa. Sabe-se que Ana Dias e Isabel da Rocha eram naturais do Funchal, que Maria Dias nascera na Calheta e que Isabel Tavares era «castelhana»⁸⁰. Por sua vez, excetuando Madalena Gonçalves, da qual se desconhece a sua morada, há informação de que as restantes 16 mulheres residiam na zona urbana ou periurbana do Funchal na altura dos depoimentos. Retenha-se, assim, que a feiticeira madeirense é uma mulher citadina, ainda que execute serviços fora desse meio.

As delatoras procuraram caracterizar as delituosas de modo a que fossem reconhecidas pelos seus traços físicos. Maria Pimentel era, segundo Isabel da Rocha, «alta de corpo magra do rosto e preta maltratada de vestido»⁸¹. Maria Pereira era uma «molher velha piquena do corpo e que tem o rosto piqueno e redondo trigueiro e que tem os olhos grandes e a testa grande»⁸². Já Maria Antunes era reconhecida por ser «torta de hum olho»⁸³, enquanto Isabel Tavares figura como uma «molher castelhana a qual tremem as mãos e he velha groça de carnes alva de rosto»⁸⁴. Esta última era tão reconhecida pelas suas características físicas que Leonor Salgada chega mesmo a denunciá-la sem lhe saber o nome, somente indicando que a feiticeira era«huma molher castelhana que lhe tremem as mãos»⁸⁵.

Outro apontamento frequente é a fama gozada por estas mulheres, algo que não é alheio ao facto de o inquisidor explicitamente questionar as delatoras acerca da imagem e comportamento público das denunciadas, característica essa que podia ser considerada como uma agravante do delito. Sete delas foram reputadas como «feiticeiras», enquanto para outras seis não se apontou tal caracterização. Para as restantes quatro, as informações são mais ambíguas. Maria Gonçalves Pixota, ao acusar Luzia Dinis, afirmou que «não sabe que ella chamasse por algum diabo

⁷⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 47.

⁸⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 239, 189, 425 e 185, respetivamente.

⁸¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 186.

⁸² ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 225.

⁸³ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 166.

⁸⁴ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 190.

⁸⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 194.

mas que ouvio diser que hera molher que sabia fazer devocois»⁸⁶; Bárbara Dias, no dizer de Maria Coelha, tinha fama de «ruim molher e que sabia muitas devocois mas que não ouvio dizer que he feiticeira»⁸⁷; já Maria das Póvoas disse que «não sabe nem ouvio diser que [Brites Pereira] hera feiticeira mas que sabe que he molher que vive mal»⁸⁸; e, por sua vez, Leonor de Viana Ferreira, ao denunciar Mícia Gonçalves, disse que «nam sabe que ella [Mícia] fosse tida por feiticeira mas que sabe que hera molher que vivia mal e que hera amiga e tratava com molheres tidas e havidas por feiticeiras»⁸⁹. Estas últimas referências apresentam uma certa ambivalência, o que poderá identificar um mecanismo de defesa das clientes-delatoras, ao assumirem desconhecer que tais práticas eram interditas. Às mulheres que fazem «devoções» não se lhes imputa imediatamente a fama de feiticeiras, mas não deixam, por isso, de ser consideradas como mulheres que se desviam dos preceitos religiosos e, logo, passam a "viver mal".

Por último, aponte-se que cinco destas 17 mulheres – Isabel Tavares, Madalena Gonçalves, Maria Antunes, Maria Dias e Maria Rodrigues – foram presas anteriormente por práticas supersticiosas, provavelmente pelas justiças episcopais. Maria Dias foi «mitida por isso em visitacois e presa no aljube da cidade do Funchal»⁹⁰; Maria Rodrigues também esteve encarcerada no aljube⁹¹; a Maria Antunes foi-lhe decretado degredo para fora da cidade do Funchal – degredo esse que, ou já tinha cumprido ou estava em incumprimento, visto que se registou que esta morava no Cabo do Calhau, uma zona urbana da cidade⁹²; Madalena Gonçalves foi degredada para Lançarote ainda antes da visita de 1618, onde deverá ter falecido⁹³; e sobre Isabel Tavares dizia-se que tinha sido degredada do Brasil para Cabo Verde⁹⁴, e Maria Lopes «ouvio diser que a ditta castelhana fora lançada da ilha de Lancarote por ser feiticeira»⁹⁵.

Conclui-se, assim, ser impraticável apresentar uma imagem homogénea da feiticeira na Madeira. Esta caracteriza-se pela sua diversidade, entre jovens e idosas, entre cristãs-velhas e as consideradas maculadas, entre aquelas de quem

⁸⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 83.

⁸⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 103.

⁸⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 330.

⁸⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 314-315.

⁹⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 425.

⁹¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 214.

⁹² ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 166-167.

⁹³ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 48.

⁹⁴ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 186.

⁹⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 191.

se conhecia a fama e o passado na prisão e aquelas que, ainda que vivessem mal, não eram reputadas como feiticeiras. E ainda que se encontre similitudes nas suas características, a tendência será sempre para a heterogeneidade – heterogeneidade que está patente tanto na praticante como na prática.

As Práticas Supersticiosas na Madeira

Com base nos 27 depoimentos registados, procurar-se-á analisar as práticas supersticiosas decorridas na Madeira no primeiro quartel do século XVII. José Pedro Paiva distribui-as em cinco macro categorias: 1) atos que visam manipular sentimentos e comportamentos; 2) ações que intentam curar enfermidades; 3) práticas de adivinhação; 4) magia de cariz protetivo; e 5) os designados «malefícios», feitos com o objetivo de destruir colheitas, causar a doença ou a morte⁹⁶. Contudo, os registos da visita de 1618 somente apontam atos que se inserem na primeira e na terceira categoria, com uma maior prevalência para esta última. Por outro lado, refira-se desde já a existência de uma "especialização" nos atos praticados. Somente quatro mulheres são reportadas a executar ações de ambas as categorias. As restantes tendem ou para a adivinhação ou para «inclinar vontades», como se dizia, sem se imiscuírem em técnicas alheias.

A adivinhação consistia no exercício de diversos procedimentos que visavam o conhecimento de circunstâncias do passado, do presente ou do futuro das clientes. Bárbara da Costa pediu a Isabel Tavares que a informasse quem furtara determinados objetos de sua casa⁹⁷; já Maria das Póvoas pretendia saber se um homem lhe iria oferecer o que prometera e «se avia de sahir hua sentença contra ella»⁹⁸; e Maria Pereira questionou Inês Álvares se o seu marido, ausente da Ilha, iria regressar⁹⁹. No entanto, a prática mais recorrente não recaía em eventos do passado ou do futuro, como os apresentados anteriormente, mas sim sobre situações do presente. Isabel de Fróis pediu a Maria da Lapa que esta lhe informasse se «certo homem que estava ausente se hera vivo se morto»¹⁰⁰. A situação repete-se: Isabel da Rocha pretendia saber o estado do seu irmão¹⁰¹; Joana Rodrigues inquiriu sobre o marido,

⁹⁶ PAIVA, 2009, «O sincretismo do universo mágico-supersticioso [...]», pp. 58-59.

⁹⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 205.

⁹⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 307.

⁹⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 217.

¹⁰⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 160.

¹⁰¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 186-187.

que pensava estar em Lisboa¹⁰²; e Leonor Salgada pediu a Isabel Tavares que esta lhe dissesse o «que hera feito de huma filha sua e de hum genro seu que estavão cativos em poder de turquos»¹⁰³. Os movimentos migratórios – essencialmente perpetrados por homens –, resultantes da expansão marítima, provocaram uma "desorganização familiar" que explica o incremento nos pedidos acerca do estado de familiares e amigos¹⁰⁴. A localização foi igualmente questionada: tanto Maria Lopes como Catarina da Rosa procuraram Isabel Tavares, a castelhana, para que esta lhes revelasse o paradeiro do marido¹⁰⁵.

São diversas as técnicas utilizadas na adivinhação. A coscinomancia é, sem dúvida, a mais comum, com registos também nos Açores, no Reino e em outros países¹⁰⁶. O "lançamento da joeira" ou a "sorte da peneira e da tesoura" foi utilizada por todas as feiticeiras que, na Madeira, praticavam adivinhação. O processo é idêntico em todos casos relatados: a feiticeira introduzia no aro de uma peneira uma tesoura ou um prego; dependurava-a, segurando a própria, a cliente ou ambas e principiava uma invocação – por vezes, sobre a peneira, fazia-se o sinal da cruz, noutras tal ato foi dispensado; ao convocar as forças sobrenaturais, requeria-se à peneira que esta não enganasse a feiticeira; para, por último, se ditar as instruções, ao ordenar que a joeira andasse à roda ou ficasse imobilizada, de acordo com as questões proclamadas. Observe-se como Maria Antunes, de alcunha «a lapa», e Isabel Tavares, a castelhana, o faziam:

«[Maria Antunes] tomou huma peneira e no aro della meteo as pontas de huma tezoura e ella denunciante teve mão na tezoura por huma das pernas e a ditta Maria Antunes pella outra e tendo assi ambas a peneira no ar a ditta Maria Antunes chamou os diabos, chamando primeiramente pello diabo coxo e pello diabo manquo e pello diabo torto e logo chamou por todos os diabos disendo que todos se ajuntassem e que chamou mais por todos os diabos que estavam na mesa da correição disendo mais a ditta Maria Antunes como que falava com os diabos que a não emguanaçem e que todos verdade lhe falassem e lhe mostrassem o que lhes pedia e que mintindo lhe não tinha que lhe dar mais que cuspir lhe como de feito cuspia pera hum canto da caza»¹⁰⁷.

«a ditta castelhana veo a casa della denunciante e tomou huma joeira e no aro della meteo hum prego grande e tendo com os dedos dependurada a joeira pela cabeca do prego fez sobre a joeira o sinal da cruz estando asentada e disse passo palavras sobre a joeira as quais

¹⁰² ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 425.

¹⁰³ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 194.

¹⁰⁴ BETHENCOURT, 1987, O Imaginário da Magia [...], p. 44.

¹⁰⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 197 e 201-202.

¹⁰⁶ Veja-se exemplos desta prática, em tudo semelhante ao ocorrido na Madeira, em BRAGA, 1997, *A Inquisição nos Açores*, p. 395, e em PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 118.

¹⁰⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 161.

ella testemunha nam entendeo e que lhe ouvio diser como que falava com a joeira que se aquillo que lhe perguntava hera asi que andasse e se não que nam andasse e que a joeira andou duas veses a roda e que lhe disse que seu marido estava na Ilha de Tanarife» 108.

As instruções sobre a peneira foram variadas. Para Isabel Tavares saber quem furtara os objetos de Bárbara da Costa nomeou suspeitos à joeira, requerendo que «se aquillo hera verdade que estivesse queda e se nam que andasse»¹⁰⁹. Já Brites Pereira, consultada por Maria das Póvoas, disse para a peneira: «zambujo anda presto ligeiro se isto a de ser anda para mim e se não a de ser não te bulas nem te menees»¹¹⁰. No seguimento, deverá ter questionado a joeira numa multiplicidade de possíveis sentenças, até descobrir «que a [Maria das Póvoas] aviam de condenar em dinheiro»¹¹¹. Para quem pretendia saber se determinada pessoa estaria viva ou morta o procedimento seria célere, visto que a peneira podia facilmente responder a estas questões com um simples movimento. Nos casos em que a cliente questionava a localização do ausente, a feiticeira teria de nomear alguns lugares até que a peneira respondesse afirmativamente. Assim o fez Isabel Tavares, que instruiu a joeira que se o marido da cliente «estava em tal parte que andasse e se nam que nam andasse»¹¹².

É possível, no entanto, recorrer a outras técnicas. Isabel da Rocha pediu a Maria Pimentel que a feiticeira a informasse se o seu irmão estava vivo ou morto. Maria derreteu um pouco de cera e a lançou num gral com água benta para, em seguida, declarar que o irmão de Isabel «estava na ilha do Porto Sancto como de feito estava como depois se soube»¹¹³. Já Luzia Dinis confessou substituir a joeira por um pantufo:

«tomou hum pantufo por tres ou quatro veses e que metia na capellada do pantufo huma tizoura fiando lhes as azas nos dedos e que andando com a mão direita a roda sobre a ponta do pantufo que ficava para baixo disia ao pantufo as palavras seguintes eu te conjuro da parte de Sam Pullo e de Sam Pampolim e do diabo torto e do manquo que fas as tromentas e do barrete vermelho e do mixilhão e do caldeirão entendendo que todos estes herão diabos que estão no inferno e que tambem conjurava juntamente o pantufo da parte dos mais diabos que estão no inferno que todos se metessem no pantufo com forca de tormenta e que se ouvesse de ser o que ella pedia que andasse o pantufo a roda e se não avia de ser estivesse quedo» 114.

¹⁰⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 201-202.

¹⁰⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 205.

¹¹⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 307-308.

¹¹¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 329.

¹¹² ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 197.

¹¹³ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 187.

¹¹⁴ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 47.

A segunda prática supersticiosa com maior recorrência na visita de 1618 intentava subverter sentimentos e comportamentos. Acreditava-se que através de diversos atos era possível "inclinar a vontade" de determinada pessoa, instigando afetos ou ódios, que gerariam ações de aproximação ou de afastamento entre a cliente e, normalmente, um homem¹¹⁵. Ainda que estes atos constituam uma opressão, não se poderá considerar como práticas de «malefícios», visto não causarem a doença ou a morte do visado. Concernente aos relatos em apreço, refira-se que as feiticeiras na Madeira utilizavam essencialmente quatro técnicas distintas para "inclinar vontades": amuletos, encantamentos, devoções e conjuros, e, por último, fervedouros.

Bárbara Dias contou a Maria Coelha e a Catarina de Freitas que, na véspera de São João, recolhera e misturara carvão, a erva designada de «jarvão» (salvia verbenaca) e a «semente do feto». No dia em honra do santo, envolveu a mistura em papel e colocou-a por baixo da pedra de ara da ermida de Nossa Senhora da Conceição, sobre a qual se disse três missas. Recolhido o invólucro, este foi cosido no mantéu de Bárbara, que explicara às delatoras que «isto servia para alcançar de huma pessoa tudo o que quisessem»¹¹⁶. Na procura de soluções amorosas, a mesma Bárbara Dias confessou saber «humas palavras de encantamento que se as dissesse estando huma pessoa em sua casa que se nam avia de ir a tal pessoa ate ella as tornar a diser»¹¹⁷, e dizia-se que Maria Antunes ia à casa de certas mulheres «fazer feiticos para cazamentos»¹¹⁸.

A terceira técnica, muito utilizada para o mesmo fim, consistia na prática de devoções e conjuros. Estas compreendiam a invocação de determinada entidade – celestial nas devoções, infernal nos conjuros¹¹⁹ – para que esta intercedesse pela feiticeira e fizesse o que lhe pedia, em troca de rezas dedicadas ao ente convocado. Luzia Dinis, para que seu marido deixasse de estar amancebado, fez devoções às estrelas, orando nove ave-marias e declamando:

«Deus vos salve estrellas bem dittas que no ceo estais escritas da huma pera as duas, das duas pera as tres, das tres para as quatro, das quatro para as sinquo, das sinquo para as seis, das seis para as sete, das sete para as outo, das outo para as nove, bem vos ameaseis ao pe do zimbreiro ireis hum cutello levareis nove varas colhereis amo de Gonçalo André useis

¹¹⁵ PAIVA, 1992, *Práticas e crenças mágicas* [...], p. 134.

¹¹⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 102.

¹¹⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 108.

¹¹⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 162.

¹¹⁹ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 101. Atente-se que esta divisão é praticada pela historiografia, porém os documentos analisados referem todos estes atos como «devoçois».

boas pontas lhe fareis bem as agusareis no coração do meu marido entrareis donde estiver o tirareis para minha casa o trareis» 120.

Já Bárbara Dias fazia uma devoção à «estrella guiana que disia que hera a estrella dos tres Reis Magos», rezando-lhe pai-nossos e ave-marias e dizendo: «como he verdade que Nosso Senhor encarnou no ventre virginal da Virgem Santissima assi vos peco que encarneis no coracao de fulano para casar comigo»¹²¹. As mesmas mulheres praticaram conjuros. Passeando pela casa, Luzia rezava nove ave-marias a uma «Mana Marta», para que o marido regressasse¹²². Porém, complexificava o ritual quando o fazia enquanto serviço a outrem: após oferecer os seus dotes a Maria Gonçalves Pixota, que pretendia que sua filha casasse com certo homem, rezou 13 pai-nossos, 13 ave-marias e 13 credos. Reclusa numa das divisórias da casa de Maria, Luzia fez a dita «devoção» três vezes, de joelhos, com uma candeia acesa, «sem toalha e sem cousa com os cabelos pera tras» e com «huma figura pintada com huma bicha» à frente¹²³. Para Maria da Barca, Luzia pediu que a cliente recolhesse nove pedras - três da forca, três das encruzilhadas e as restantes três do açouque -, além de uma vassoura e da medida da porta da casa do visado, antes de poder dar início à invocação¹²⁴. Por sua vez, para que o marido de Catarina de Freitas regressasse de Lisboa, Bárbara Dias ofereceu-se para fazer uma devoção ao "Cavaleiro Anás". Rezarlhe-ia nove ave-marias e nove pai-nossos, à noite, na couceira da porta e com uma candeia acesa, para que o ser sobrenatural trouxesse o homem de volta ao Funchal¹²⁵.

A prática de fervedouros foi também registada por Francisco Cardoso de Tornéo. O fervedouro consistia na queima de materiais simbólicos, quase sempre acompanhada de uma invocação que potenciava os desejos da feiticeira¹²⁶. Para que Isabel da Rocha casasse, Isabel Tavares

¹²⁰ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 46. A título de comparação, observe-se as palavras declamadas, em Lisboa, por Catarina de Andrade às estrelas, no final do século XVII, muito semelhantes às pronunciadas por Luzia Dinis: «estrella bella da huma pera as duas, das duas pera as tres, das tres pera as quoatro, das quoatro pera as cinco, das cinco pera as seis, das seis pera as sette, das sette pera as outo, das outo pera as nove; todas tres, todas seis, todas nove vos ajuntareis ao campo de Josepha ireis, tres varas de zimbro apanhareis, na mô de Barrabás as amolareis, com ellas a caza de fulano ireis, huma pela cabeça lhe metereis, outra pelo coração, outra por huma ilharga, para que saiba da minha dor, e da minha magoa, e não possa estar, nem socegar, nem comer, nem beber, nem dormir, nem descansar, sem logo licença me vir dar, a cabeceira tenha cobras vivas e aos pes tenha formigas, e nas ilhargas tenha diabretes para que o vão abalar e atropellar pera que licença me venha logo dar pera hir para a tal parte», em ANTT, TSO, IL, processo 11695, fls. 130v.-131.

¹²¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 116.

¹²² ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 45.

¹²³ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 82.

¹²⁴ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 46.

¹²⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 107.

¹²⁶ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 102.

«pos no lar a ferver huma panella em qual estava hum coracam de frangam atravessado com agulhas e alfinetes e com outras cousas que ella testemunha nam sabe o que heram e fervendo a panella disse a ditta castelhana sobre a panella palavras em as quais chamava pelos demonios e disia que ajudassem a fazer o que pretendia» 127.

Um coração de frangão, que representaria o coração do amado, foi igualmente utilizado por Maria Pereira. Perante a cliente, a feiticeira pegou num frangão vivo e extraiu-lhe o coração, enfiou-lhe alfinetes e agulhas e colocou-o numa panela com pedras e outros produtos que a denunciante não soube identificar para, em seguida, acender o braseiro e invocar diversos demónios, requerendo-lhes que «obriguassem serto homem a fazer vida com sua molher»¹²⁸. Numa outra versão, Maria Pereira pediu aos entes invocados que «fossem busquar a fulano e o inquietassem e fizessem vir ali e lhe dissessem se avia de cazar com ella»¹²⁹. Já Leonor de Viana Ferreira contou ao visitador que ouvira, vira e cheirara Mícia Gonçalves a executar fervedouros:

«sentio ella testemunha no sobrado em sima onde vivia rui[m] cheiro de enxofre e ouvio falar alto a ditta Micia Gonçalves e chamar pelos demónios e que espreitando o que ella fasia por hum buraquo do sobrado vio ella denunciante estar na logea da ditta Micia Gonçalves huma panella sobre hum fugareiro com grandes labaredas de lume»¹³⁰.

Mícia prostrava-se perante a panela e com uma vassoura batia na borda enquanto chamava pelos demónios – «Satanas, Barrabas, Lucifer vinde ca ide a caza de fulano (nomeando certo homem) e seu coracam tirareis e seu corpo martitizareis e fareis com elle que me venha receber por molher»¹³¹.

Como se pode comprovar através da análise dos relatos, os atos supersticiosos praticados, apesar de se caracterizarem pela heterogenia das suas técnicas, tendem a um plano comum. A família, já constituída mas desmembrada por razões várias, ou por desejo de a constituir, figura tanto nas práticas de adivinhação como nos atos que procuravam "inclinar vontades". A escassez do contingente masculino, nestas últimas, ou a partida do homem para fora do arquipélago, aquando das primeiras práticas, gerou certamente receios nas mulheres que permaneciam na Ilha; mulheres essas que se viam obrigadas a recorrer a métodos alternativos aos disponibilizados pela Igreja para mitigarem as suas ansiedades. Não obstante, uma outra característica permeia estes atos supersticiosos: a presença de seres sobrenaturais, celestiais e, maioritariamente, infernais, num sincretismo constante.

¹²⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 185.

¹²⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 209.

¹²⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 224.

¹³⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 313.

¹³¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 313.

Deus, o Diabo e o Sincretismo das Práticas

A análise das práticas supersticiosas demonstrou uma relação intrínseca entre as técnicas utilizadas e a invocação de seres superiores ou inferiores ao plano terreno. É através da intervenção destes que a peneira se move, que o fervedouro exerce o resultado pretendido ou que o pedido feito na devoção se concretiza. A invocação revela-se, assim, ou como um mecanismo fulcral para que a técnica tenha o efeito desejado, ou como um potenciador do poder da feiticeira.

Do rol da corte celestial, a documentação produzida na visitação refere Deus, a Virgem Maria, São Pedro, São Paulo, as estrelas e a «estella guiana» como entidades às quais se pede auxílio. A lista é exíqua mas significativa: aos elementos da cúspide da Igreja aliam-se os entes condutores. De modo a que as suas preces fossem ouvidas, os crentes procuravam o topo da hierarquia religiosa – a origem do poder sobrenatural – ou de outros muito próximos dela que intercedessem com maior facilidade. Por sua vez, as devoções, enquanto técnicas para "inclinar vontades", previam a execução de um determinado percurso: fazer com que o marido regressasse a casa ou com que certo homem fosse à casa de uma mulher, por exemplo. Atos esses associados à necessidade de um quia que os conduzisse, semelhante ofício era exercido pelas estrelas aos marinheiros e aos Reis Magos, motivo pelo qual estes entes condutores figuram na lista de devoções. No plano oposto, são vários os demónios invocados, sem que se lhes associem atos específicos. Os conjuros registados faziam-se à «Mana Marta» e ao «Cavaleiro Annas», enquanto as restantes técnicas utilizavam uma variada estirpe de diabos. Mícia Gonçalves procurou invocar os mais conceituados nos seus fervedouros – Satanás, Barrabás e Lúcifer¹³²; Isabel Tavares percorria a hierarquia infernal, ao «nomear Lusifer e o diabo coxo e Sam Polim e Sam Polam» 133; Luzia Dinis tanto tratou com demónios nomeados como com aqueles a quem só lhes eram atribuídas algumas características, ao conjurar «da parte de Sam Pullo e de Sam Pampolim e do diabo torto e do manguo que faz as tromentas e do barrete vermelho e do mixilhão e do caldeirão»¹³⁴; e Maria Antunes apelou somente os pequenos demónios, ao chamar «pello diabo coxo e pelo diabo manquo e pelo diabo torto»¹³⁵.

¹³² ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 313.

¹³³ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 54.

¹³⁴ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 47. Veja-se BETHENCOURT, 1987, *O Imaginário da Magia* [...], p. 47 e PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 118, para referências aos mesmos demónios, o que, uma vez mais, prova que as práticas madeirenses não se desviam daquelas ocorridas no Reino.

¹³⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 161.

Pelo questionário feito por Francisco Cardoso de Tornéo às confitentes e às delatoras, estas demonstram saber que invocavam seres infernais. Tal situação é facilmente verificável nos casos de conjuros. Luzia Dinis dizia, enquanto passeava pela casa: «Mana Mana Marta vos vos ergeis desses fogos ardentes e dessas lebres correntes muito depressa muito apressada asinha asinha e vos meteis no coração de fulano» 136. Quando questionada, respondeu que «entendia que hera hum demónio do inferno ou cousa que estava no inferno» 137. Maria Gonçalves Pixota, ao denunciar Luzia, referiu que a feiticeira fazia «huma devoção a huma Mana Marta a qual lhe disse que hera perdida»¹³⁸. E Maria Dias clamou, sobre a peneira, «por Sam Pedro e Sam Paulo e por Sam Polim e Sam Polam e por Sancta Marta nam a sancta se nam a que he diabo» 139. A "Marta Diabo" foi presença assídua noutras localidades. Num processo do tribunal de Évora, no século XVI, faz-se referência a uma «mana Marta namja [leia-se, «não a»] a santa senam a diaboa que leva o caldo aos enforcados»¹⁴⁰. Já em 1671, em Lisboa, Catarina Craesbeck foi acusada de conjurar «Martha, não a digna nem a santa, se não aquella que o Diabo encanta, que per amor se perdeo»¹⁴¹. Francisco Bethencourt identifica-a como a mãe de São Pedro sem, no entanto, apresentar justificação convincente¹⁴². Por sua vez, com base num dicionário francês oitocentista, Cristina Trindade associa a "Marta Diabo" à "Marta Cigana". Uma mulher de olhos negros, com «poderes extraordinários, que usava para prejudicar aqueles que não se submetiam aos seus desejos»¹⁴³. A mesma entidade apareceu novamente, em inícios do século XVIII, na denúncia de Sancho de Herédia contra o seu irmão Manuel¹⁴⁴.

Quando Bárbara Dias conjurava o Cavaleiro Anás dizia-lhe «o Annas o Annas contigo me venho assoldadar para nove dias te rezar e nove pater nostres e nove ave marias com hum punhal me iras e pello coração de fulano o meteras que não coma nem beba nem durma ate me vir busquar»¹⁴⁵. A mãe de Bárbara acrescenta que a filha também o invocou dizendo: «fulano la te mando hum cavaleiro que se chama o Annas vai mui bem celado e de quatro ferraduras ferrado na mão direita

¹³⁶ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 45.

¹³⁷ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 45.

¹³⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 81.

¹³⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 425.

¹⁴⁰ BETHENCOURT, 1987, O Imaginário da Magia [...], p. 81.

¹⁴¹ ANTT, TSO, IL, processo 3475, fl. 69.

¹⁴² BETHENCOURT, 1987, O Imaginário da Magia [...], p. 152.

¹⁴³ TRINDADE, 2015, «Entre Religião e Superstição: Bruxarias e Práticas Mágicas na Madeira», p. 625.

¹⁴⁴ FARINHA, 1993, «A Inquisição na Madeira [...]», pp. 884-886.

¹⁴⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 102.

leva hum punhal e to meterra pello coração e te não deixara repousar ate que venhas casar comigo ou fazer o que eu quiser»¹⁴⁶. As denunciantes sabiam quem era o tal Cavaleiro: Catarina de Freitas afirmou que Anás «hera o maioral do inferno»¹⁴⁷; e a mãe de Bárbara, Catarina Gonçalves, confessou ao inquisidor que «hera o diabo»¹⁴⁸. Já Ana Dias procurou defender-se ao afirmar que «lhe parecera que [Anás] hera coisa ruim mas que lhe não pareceo que hera diabo»¹⁴⁹. Não se conhece outras referências a esta entidade¹⁵⁰.

Por último, refira-se que, nos restantes depoimentos, a linguagem atesta o conhecimento das delatoras, pois foi sempre apontado que se procurou invocar os "demónios" ou o "diabo" e que Mícia Gonçalves «falava actualmente com os diabos como huma pessoa fala com outra», demonstrando a anormalidade do ato praticado¹⁵¹. Todas estas referências permitem-nos confirmar que as feiticeiras sabiam estar a invocar entidades cuja residência era o inferno.

A presença de pacto diabólico, com a consequente renegação de Deus e da Igreja, é premente nos casos de superstição. Se tal acontecesse, com a ocorrência de idolatria e apostasia, a Inquisição facilmente poderia justificar a sua atuação, na medida em que julgara, ou pelo menos recolhera testemunhos, sobre atos de superstição plenamente associados a heresia. Contudo, tal como José Pedro Paiva demonstra, os casos nos quais figura um pacto explícito com o diabo representam apenas 12% dos processos decorridos no Santo Ofício, e em metade desses o réu só o confessou após ter sido posto a tormento¹⁵². No exemplo madeirense, tal como no algarvio, nunca as feiticeiras referiram ter executado um pacto diabólico¹⁵³. Registaram-se notícias do um trato entre invocador e invocado, mas nunca se relatou que o diabo encarnou na frente das feiticeiras, nem que lhes exigiu sangue ou um membro, nem requereu que a feiticeira se apartasse da Igreja Católica. Essa troca insere-se numa relação, segundo Francisco Bethencourt, semelhante à estabelecida entre os fiéis e os santos, «marcada pela fórmula *do ut des*, ou seja, dou para que dês»¹⁵⁴.

¹⁴⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 116.

¹⁴⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 107.

¹⁴⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 115.

¹⁴⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 241.

¹⁵⁰ Cristina Trindade identificou-o como András, o «grande marquês dos infernos», com «corpo de anjo, cabeça de mocho, a cavalo num lobo preto», em TRINDADE, 2015, «Entre Religião e Superstição: Bruxarias e Práticas Mágicas na Madeira», p. 625.

¹⁵¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 313.

¹⁵² PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 356.

¹⁵³ GIEBELS, 2014, «Magia e Sociedade no Algarve [...]», p. 137.

¹⁵⁴ BETHENCOURT, 1987, O Imaginário da Magia [...], p. 157.

Quando Luzia Dinis fazia orações à Mana Marta dizia: «eu vo las rezo mas não vo las dou se não quando me fizerdes o que vos peço»¹⁵⁵. O mesmo fazia Ana Dias, ao dirigir-se ao Cavaleiro Anás – «eu tos dou se me fizeres o que te peço e se nam não tos dou»¹⁵⁶. Na sorte da peneira e da tesoura, a situação era idêntica: Maria Antunes proferiu para a joeira que esta «mentindo lhe não tinha que lhe dar mais que cuspir lhe como de feito cuspia»¹⁵⁷; ou Brites Pereira que proclamou «não me mintas que se me mintires hei te de botar no fogo e se me falares verdade ei te de dar huma cousa»¹⁵⁸. Desse modo, na visitação de 1618 à Madeira, não se encontram casos de pacto diabólico, mas sim de uma relação de trocas simbólicas entre a feiticeira e o ser invocado. Ao que parece, tanto em Portugal como em Espanha, os agentes da magia eram mais «mestres de demónios» do que «servos de Satanás», como os designou Gunnar W. Knutsen¹⁵⁹.

As práticas supersticiosas conservavam uma amálgama de ações e ritos ortodoxos e heterodoxos: entre fazeres e dizeres usados exclusivamente pela Igreja e pelo seu rebanho e outros repudiados pela mesma instituição, classificados como superstições e, por isso, criminalizados¹⁶⁰. Este sincretismo esteve presente de diversas formas e, por isso, elenque-se algumas.

O calendário religioso e os materiais considerados sagrados foram, por diversas vezes, empregues nas práticas supersticiosas. O amuleto criado por Bárbara Dias continha ervas colhidas especificamente na véspera de São João e foi potenciado ao ter estado debaixo da pedra de ara, na ermida de Nossa Senhora da Conceição, durante três missas¹⁶¹. Já Maria Pimentel adicionou água benta à cera para descobrir o paradeiro do irmão de Isabel da Rocha¹⁶². O uso de orações era igualmente difundido. Sobre as peneiras fazia-se o sinal da cruz e nos conjuros à Mana Marta e ao Cavaleiro Anás rezavam-se ave-marias, pai-nossos e credos. Estas trocas simbólicas, de promessas de rezas e dedicações dessas orações ao ser sobrenatural em troca de favores, tanto eram praticadas com santos como com demónios. E esse sincretismo é deveras evidente na miscelânea de seres, tanto celestiais como infernais, invocados no mesmo ato. Maria Rodrigues conjurou sobre a joeira: «te desconjuro da parte de

¹⁵⁵ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 45.

¹⁵⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 241.

¹⁵⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 161.

¹⁵⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 329.

¹⁵⁹ KNUTSEN, 2009, *Servants of Satan and Masters of Demons* [...] e PAIVA, 2009, «O sincretismo do universo mágico-supersticioso [...]», p. 61.

¹⁶⁰ BETHENCOURT, 1987, O Imaginário da Magia [...], p. 47.

¹⁶¹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 102.

¹⁶² ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 187.

Deus e da Virgem Maria e de Sam Pedro e de Sam Paulo e de Sam Polim, e de Sam Polam e do maior diabo que esta no inferno» 163; e outra vez, disse:

«eu te desconjuro e te torno a desconjurar da parte de Sam Pedro e de Sam Paulo e de Santil'Afonço e de Sam Pampulo e de Sam Pampolim e de Annas e Santanas e do maior demonio que estava no inferno e sentado em huma cadeira que tinha o barrete vermelho»¹⁶⁴.

A feiticeira parece possuir uma consciência dúbia entre o permitido e o interdito, entre o ortodoxo e o heterodoxo; ela é fautora do sincretismo existente na religiosidade popular – sincretismo esse que transparece na afirmação, contraditória aos olhos das elites religiosas, de Mícia Gonçalves, de que «quando chamava pellos diabos lhes disia que falassem com Deus Padre» e intercedessem pelo que ela lhes pedia¹⁶⁵.

A Superstição perante o Inquisidor

Resta tecer os últimos considerandos sobre o delito de superstição enquanto ato criminoso reprimido pelo Tribunal do Santo Ofício. Determine-se, à partida, que as feiticeiras reconheciam estar a cometer um delito, pois o receio de praticar ações supersticiosas perpassa os diversos depoimentos. Os atos eram praticados de modo discreto, como eram os casos de Mícia Gonçalves, que fazia os seus fervedouros durante a noite, reclusa no sobrado da casa¹⁶⁶; e de Maria Rodrigues que, ao pretender lançar a joeira, pediu a Ana Fernandes que ficasse de vigia à porta de sua casa para que ninguém visse o que faziam dentro¹⁶⁷. Já os conflitos sociais gerados levaram a outros receios por parte das feiticeiras: quando Maria Rodrigues viu que Ana Gonçalves, com quem tivera desacatos, a observava com uma peneira «a lancou pera traz de hum enxergam querendo encobrir o que fisera»¹⁶⁸; e quando Maria Lopes presenciou o que Isabel Tavares fizera, «lhe disse que avia de hir accusar por feiticeira e que ouvio diser que ella o hera e que vendo a ditta castelhana o que ella testemunha lhe disse largou logo a peneira e se foi muito depressa»¹⁶⁹. Por sua vez, Luzia Dinis optou por não fazer o conjuro da Mana Marta para Maria da Barca e outras clientes,

¹⁶³ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 181.

¹⁶⁴ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 213.

¹⁶⁵ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 313.

¹⁶⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 312-314.

¹⁶⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 212-213.

¹⁶⁸ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 181.

¹⁶⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 191.

«por se não fiar das dittas molheres»¹⁷⁰, e «quando se confessava as não dizia [que fazia devoções] ao confessor e que assi comunguava pidindo a Deus perdão por entender que o offendia muito em fazer as ditas cousas»¹⁷¹. A discrição na prática do ato, o receio de ser denunciada e a ocultação destes atos ao confessor indicam, assim, que as feiticeiras sabiam estar a executar práticas que as poderiam levar ao cárcere.

Far-se-iam estas técnicas, na maioria dos casos, como um serviço prestado a um(a) cliente. Por vezes, a iniciativa partia das feiticeiras – Luzia predispôs os seus serviços a Maria Gonçalves Pixota, que «desezando ella denunciante que certo homem casasse com huma filha sua a ditta Lusia Dinis se offereceo que lhe fazia huma devoção»¹⁷²; noutros casos é a cliente a requerer, como aconteceu no caso paradigmático de Isabel da Rocha que consultou Isabel Tavares, Maria Pimentel e Maria Pereira para que estas lhe prestassem diversos misteres, mais do que uma vez¹⁷³. O ato deveria ser remunerado – como já apontado, Luzia ofereceu as suas devoções «per lhe darem alguma cousa por ella ser molher que tinha nescesidade»¹⁷⁴ –, porém não se conhece qual seria a recompensa por tais práticas. José Pedro Paiva aponta que este "sistema comercial" não teria nenhuma característica estrutural, pelo que deveria estar «dependente da situação e fama do agente, do grau de reconhecimento e disponibilidades materiais dos clientes, do costume, do caso concreto»¹⁷⁵.

Os depoimentos contêm referências cronológicas que nos permitem datar os atos efetuados. As práticas confessadas e denunciadas ocorreram entre os 30 anos, no caso de Maria Dias, e os sete meses antes da delação, no caso de Brites Pereira¹⁷⁶. É de atentar que Brites de Nordelo denunciou Brites Pereira a 11 de agosto de 1618, logo, quando a feiticeira lançou a joeira, há sete meses, já Francisco Cardoso de Tornéo se encontrava na cidade a recolher confissões e denúncias¹⁷⁷. Contudo, a maioria dos atos acontecera entre 1616 e 1617, entre um e dois anos antes da visita.

Segundo José Pedro Paiva, a «zona de actuação de um curador ou feiticeiro circunscrevia-se habitualmente aos limites da sua freguesia» ¹⁷⁸. Tal parece ter

¹⁷⁰ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 46.

¹⁷¹ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 48.

¹⁷² ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 81.

¹⁷³ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 184-189 e 223-228.

¹⁷⁴ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 47.

¹⁷⁵ PAIVA, 2002, Bruxaria e Superstição [...], p. 170.

¹⁷⁶ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 424 e 301, respetivamente.

¹⁷⁷ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 301-305.

¹⁷⁸ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 169.

sido verdade para o caso madeirense, visto que a maioria das denúncias refere que o ato ocorreu nas zonas urbanas ou periurbanas da cidade do Funchal, áreas para onde se regista a maioria das residências das feiticeiras. Somente outros dois lugares figuram nos depoimentos analisados: Maria Dias adivinhou com uma peneira e tesoura se o marido de Joana Rodrigues estaria vivo ou morto na Calheta, lugar onde residia «avera trinta annos pouquo mais ou menos»¹⁷⁹; e Maria Antunes, moradora no Funchal, dirigiu-se até à casa de Isabel da Costa e da sua filha Isabel Fróis, em Machico, para adivinhar o estado de um homem¹⁸⁰. Assim, tal como Paiva também concede¹⁸¹, a fama da feiticeira poderia levá-la a deslocar-se quando requisitada, situação que aconteceu com Maria Antunes, do Funchal para Machico, e com Maria Pereira, que a pedido de Maria Ribeira e de Isabel da Rocha veio da paróquia de São Vicente para o Funchal para proceder a dois fervedouros¹⁸². Entretanto, passou a residir no Funchal.

Só se conhecem sentenças nos dois registos de confissões, visto que os casos com origem em denúncias carecem de decisões de cariz judicial. Os juízos anotados, à margem, indicam que ambas as confitentes deveriam cumprir penitências espirituais – uma categoria penitencial vaga que indica a execução de determinadas orações por um período temporal variado, comummente acompanhadas da prática de jejum. Não obstante, as penitências foram distintas: Isabel da Rocha, que além de confessar denunciou outras três mulheres, recebeu penitências simples; enquanto Luzia Dinis, denunciada meses mais tarde, recebeu penitências espirituais graves. O apontamento lateral que atribui esta última sentença parece indicar o envolvimento de um órgão deliberativo superior, na medida em que se exarou que Luzia «[f]oi despachada por ordem do Conselho com penitencias spirituais graves no Funchal» 183. Estas sentenças são, de acordo com a historiografia, brandas, na medida em que não infligem nenhuma violência física ou simbólica às delituosas.

A brandura da repressão inquisitorial foi estudada por José Pedro Paiva. O autor indica que em 912 processos conhecidos, somente quatro agentes da magia (0,4%) receberam pena capital¹⁸⁴. Além dos 73 casos absolvidos, os feiticeiros e curadores receberam, maioritariamente, penas de degredo ou encarceramento acompanhadas

¹⁷⁹ ANTT, TSO, IL, livro 792, p. 424.

¹⁸⁰ ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 160-170.

¹⁸¹ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 169.

¹⁸² ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. 208-212 e 223-228.

¹⁸³ ANTT, TSO, IL, livro 791, p. 44.

¹⁸⁴ PAIVA, 2000, «A Magia e a Bruxaria», pp. 373-374.

de açoites ou penas infamantes¹⁸⁵. Esta brandura, que resulta exclusivamente da comparação da repressão do Santo Ofício com o fenómeno ocorrido em outros países europeus, tem, no entender do autor citado, cinco razões principais: 1) a formação tomista das elites clericais; 2) o poder, sólido, da Igreja portuguesa; 3) a política de evangelização interna; 4) a tradição antijudaica da sociedade portuguesa; e 5) a especificidade das práticas judiciais associadas ao delito de superstição 186. Não nos compete discorrer sobre estas «causas da relativa brandura da repressão», como as designou o autor, mas apenas anuir que a conceção do diabo em São Tomás de Aquino, como ser limitado pela própria potestade, teve certamente um papel fundamental para que nem todos os depoimentos que chegaram à Inquisição avançassem para processos inquisitoriais; e, caso evoluíssem, não geraram ondas de pânico generalizado, subsequentemente controladas por decretos à pena capital. Esse descrédito em relação ao poder das práticas supersticiosas, que nunca poderiam ser superiores ao poder de Deus, e a crença enraizada nas orações e nos exorcismos como «antídotos eficazes contra as acções diabólicas» 187, levaram à inexistência de uma autêntica «caça às bruxas», em Portugal¹⁸⁸.

O estudo da superstição, através das duas confissões e 25 denúncias registadas perante Francisco Cardoso de Tornéo, durante a visita inquisitorial à Madeira em 1618, proporciona o esboçar de linhas de força da vivência diária, que servem como subsídio para a análise dos comportamentos heterodoxos no arquipélago da Madeira – comportamentos esses que vão, certamente, além dos relatados a Tornéo. Examinar as ações de 17 feiticeiras, todas mulheres, na sua maioria idosas, casadas ou viúvas, residentes no Funchal e de baixas camadas sociais, permite reconhecer dissensões na comunidade e um forte sincretismo religioso na vida quotidiana – as feiticeiras ainda que reconheçam estar a cometer um delito, não consideram as suas práticas heterodoxas como amplamente antagónicas às estipuladas pela Igreja. A divisória entre a ortodoxia e a heterodoxia, entre o aceitável e o condenável esbate-se, e possibilita ao historiador, além do estudo sobre as agentes e as técnicas mágicas, um melhor e mais aprofundado conhecimento da vida nas comunidades do passado, para que deste modo consiga reconhecer as práticas supersticiosas ainda hoje executadas.

¹⁸⁵ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 218.

¹⁸⁶ Consulte-se PAIVA, 2009, «O sincretismo do universo mágico-supersticioso [...]», p. 57, para uma síntese dos motivos elencados, e PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 331-359, para uma análise mais detalhada.

¹⁸⁷ PAIVA, 2009, «O sincretismo do universo mágico-supersticioso [...]», p. 57.

¹⁸⁸ PAIVA, 2002, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 223-224.

Tabela 3 – Denúncias de Superstição durante a Visita de Francisco Cardoso do Tornéo à Madeira, em 1618

| Data | Denunciante | Denunciada(s) | Fonte: ANTT, TSO, IL, livro 792, pp. |
|--------|--------------------------|---------------------------------|--|
| 02-Mar | Maria Gonçalves Pixota | Luzia Dinis | 80-85 |
| 15-Mai | Maria Coelha | Bárbara Dias | 101-106 |
| 16-Mai | Catarina de Freitas | Bárbara Dias | 106-110 |
| 17-Mai | Catarina Gonçalves | Ana Dias e Bárbara Dias | 115-119 |
| 04-Jun | Isabel Fróis | Maria Antunes | 160-165 |
| 05-Jun | Isabel da Costa | Maria Antunes | 165-170 |
| 07-Jun | Ana Gonçalves | Maria Rodrigues | 180-184 |
| 08-Jun | Isabel da Rocha | Isabel Tavares e Maria Pimentel | 184-189 |
| 08-Jun | Maria Lopes | Isabel Tavares | 189-193 |
| 09-Jun | Leonor Salgada | Isabel Tavares | 193-196 |
| 15-Jun | Maria Lopes | Isabel Tavares | 197-200 |
| 16-Jun | Catarina da Rosa | Isabel Tavares | 200-204 |
| 19-Jun | Bárbara da Costa | Isabel Tavares | 204-208 |
| 22-Jun | Maria Ribeira | Maria Pereira | 208-212 |
| 03-Jul | Ana Fernandes | Maria Rodrigues | 212-216 |
| 14-Jul | Maria Pereira | Inês Álvares | 216-222 |
| 14-Jul | Isabel da Rocha | Maria Pereira | 223-228 |
| 20-Jul | Maria João | Inês Álvares | 233-238 |
| 21-Jul | Ana Dias | Filipa Monteira e Joana Duarte | 239-244 |
| 11-Ago | Brites de Nordelo | Brites Pereira | 301-305 |
| 12-Ago | Maria Correia | Brites Pereira | 306-311 |
| 13-Ago | Leonor de Viana Ferreira | Mícia Gonçalves | 312-318 |
| 14-Ago | Ana Ferreira | Bárbara Dias | 323-327 |
| 17-Ago | Maria das Póvoas | Brites Pereira | 328-332 |
| 25-Set | Joana Rodrigues | Maria Dias | 424-427 |

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa: livros 330, 791, 792 e 840; processos 3475 e 11695.

Fontes Impressas

- AQUINATIS, Tomae, 1880, *Summa Theologica*, 12.ª ed., vol. 5, Paris, Bloud et Barral, Bibliopolas.
- CASTRO, D. Francisco de, 1634, Collectorio das Bullas, & Breves Apostolicos, Cartas, Alvarás & Provisoes Reaes que contem a instituição & progresso do Sancto Officio em Portugal: varios indultos & privilegios que os Sumos Pontifices & Reys destes Reynos lhe concederão, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, impressor del Rey.
- Constituições Synodaes do Bispado do Funchal. Feytas e ordenadas por Dom Ieronymo Barreto, Bispo do dito Bispado, 1585, Lisboa, Antonio Ribeiro Impressor.
- MONIZ, Jayme Constantino de Freitas (ed.), 1902, Corpo diplomatico portuguez contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potencias do mundo desde o século XVI até aos nossos dias, vol. 12, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias.
- Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reyno de Portugal: ordenado por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral do Conselho d'Estado de Sua Magestade, 1640, Lisboa, Manoel da Sylva.

Bibliografia

- BETHENCOURT, Francisco, 1984, «Campo Religioso e Inquisição em Portugal no século XVI», in *Estudos Contemporâneos*, vol. 6, pp. 43-60.
- BETHENCOURT, Francisco, 1987, O Imaginário da Magia. Feiticeiras, Saludadores e Nigromantes no século XVI, Lisboa, Universidade Aberta.
- BETHENCOURT, Francisco, 1987, «Inquisição e Controle Social», in *História Crítica*, vol. 14, pp. 5-18.
- BETHENCOURT, Francisco, 1996, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália,* Lisboa, Temas e Debates.

- BOURDIEU, Pierre, 1971, «Genese et Structure du Champ Religieux», in *Revue Française de Sociologie,* vol. 12, n.º 3, pp. 295-334.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2001, «A Inquisição e a Sociedade Madeirense na Época Moderna. Elementos para o seu Estudo», in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. 2, São Miguel, Universidade dos Açores e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 183-255.
- BRAGA, Paulo Drumond, 1997, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- FARINHA, Maria do Carmo Dias, 1989, «A Madeira nos Arquivos da Inquisição», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 1, Funchal, Direcção Regional de Assuntos Culturais, pp. 689-742.
- FARINHA, Maria do Carmo Dias, 1993, «A Inquisição na Madeira no Período de Transição entre os séculos XVII e XVIII (1690-1719), in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 879-902.
- GIEBELS, Daniel Norte, 2014, «Magia e Sociedade no Algarve da 4.ª década do século XVII» in *Al-Úlyá*, vol. 14, pp. 67-101.
- KNUTSEN, Gunnar W., 2009, Servants of Satan and Masters of Demons. The Spanish Inquisition's Trials for Superstition, Valencia and Barcelona, 1478-1700, Bélgica, Brepols.
- MARCOCCI Giuseppe & PAIVA, José Pedro, 2013, *História da Inquisição Portuguesa* (1536-1821), 2.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros.
- OLIVAL, Fernanda, 1990, «A Inquisição e a Madeira. A Visita de 1618», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 2, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, pp. 764-815.
- OLIVEIRA, Ricardo Jorge Carvalho Pessa de, 2013, Sob os Auspícios de Trento: Pombal entre a Prevaricação e o Disciplinamento (1564-1822), Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PAIVA, José Pedro, 1992, *Práticas e crenças mágicas: o medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra, 1650-1740*, Coimbra, Livraria Minerva.
- PAIVA, José Pedro, 2000, «A Magia e a Bruxaria», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 369-375.
- PAIVA, José Pedro, 2002, *Bruxaria e Superstição num país sem «caça às bruxas»* (1600-1774), 2.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias.

- PAIVA, José Pedro, 2009, «O sincretismo do universo mágico-supersticioso e a sua repressão em Portugal (séculos XVI-XVIII), in ISAÍA, Artur César (dir.), *Crenças, sacralidades e religiosidades: entre o consentido e o marginal*, Florianópolis, Editora Insular, pp. 53-68.
- PAIVA, José Pedro, 2010, «Stegoneria, Portogallo», in PROSPERI, Adriano, LAVENIA, Vincenzo & TEDESCHI, John (dir.), *Dizionario Storico dell'Inquisizione*, vol. 3, Pisa, Scuola Normale Superiore Pisa, pp. 1530-1533.
- TRINDADE, Cristina, 2015, «Entre Religião e Superstição: Bruxarias e Práticas Mágicas na Madeira», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal. A Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*, vol. 1, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 621-635.

As Aulas Médico-Cirúrgicas no Hospital da Misericórdia do Funchal (1812-1836)¹

The Medical and Surgical Classes at the Hospital of Misericórdia of Funchal (1812-1836)

Luís Timóteo Ferreira²

Resumo

A criação da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, em 1837, não constituiu uma novidade absoluta, não ocorreu num vazio de práticas de formação médico-cirúrgica e farmacêutica, nem num vazio de formalização docente. As duas Aulas Médico-Cirúrgicas normalmente referenciadas pela historiografia, a do Bispo Meneses e Ataíde e a do médico João Francisco de Oliveira, não são casos isolados e devem ser vistas num *continuum* cuja diacronia carece, todavia, de estudos. Apesar do grande desconhecimento acerca da formação de cirurgiões e boticários no Hospital da Misericórdia do Funchal durante o século XVIII e o conturbado contexto histórico das três primeiras décadas do século XIX, em Portugal continental como na Madeira, este artigo pretende dar uma visão mais integradora dos esforços e vicissitudes da implementação dos estudos médico-cirúrgicos e farmacêuticos no Funchal, bem como da dimensão formativa em contexto real que caracterizava as práticas no interior do Hospital de Santa Isabel. Para tal, analisar-

Os arquivos e fundos citados ao longo do texto serão identificados com as seguintes siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; AHM – Arquivo Histórico Militar; AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; CU – Conselho Ultramarino (CA – série Castro e Almeida); ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra; CMFUN – Câmara Municipal do Funchal; EMCFUN – Escola Médico-Cirúrgica do Funchal; SCMFUN – Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Professor do Ensino Básico no Funchal. Licenciou-se em História pela Universidade de Coimbra (1991). Aí concluiu a parte curricular do Mestrado em História Contemporânea de Portugal (1994). É mestre em Ciências da Educação, área de Inovação Pedagógica, pela Universidade da Madeira (2011). Aí concluiu a parte curricular do doutoramento em Ciências da Educação, área de Currículo (2014). Actualmente prepara tese de doutoramento em Estudos Contemporâneos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra sobre a história da medicina, da cirurgia e da farmácia na Madeira. É investigador colaborador, não doutorado, do grupo de investigação História e Sociologia da Ciência e da Técnica do CEIS20. Contacto: timoteo.ferreira@edu.madeira.gov.pt.

-se-á criticamente a historiografia madeirense sobre o assunto e procurar-se-á cruzar documentos insuficientemente explorados e outros inéditos. As balizas temporais deste artigo referenciam o primeiro registo encontrado de tentativa de organização formal do ensino da cirurgia e o último registo documental sobre um praticante do hospital antes da criação da Escola Médico-Cirúrgica.

Palavras-chave: Funchal; Hospital da Misericórdia; Escola Médico-Cirúrgica; Medicina; Cirurgia; Farmácia.

Abstract

The creation of the Medical and Surgical School of Funchal, in 1837, was not an absolute novelty, nor did it occur in a vacuum of medical-surgical and pharmaceutical training practices, nor in a vacuum of teaching and curricular formalisation. The two Medical and Surgical Classes usually referred to by historiography, that of Bishop Meneses e Ataíde and that of the physician João Francisco de Oliveira, are not isolated cases and should be seen in a continuum whose diachrony lacks, however, studies. Despite the great ignorance about the training of surgeons and apothecaries at the Hospital da Misericórdia do Funchal during the 18th century and the troubled historical context of the first three decades of the 19th century, both in mainland Portugal and Madeira, this article aims to provide a more integrative view of the efforts and vicissitudes of the implementation of medical, surgical and pharmaceutical studies in Funchal, as well as the training dimension in real context that characterized the practices within the Hospital de Santa Isabel. To this end, a critical analysis will be made of the Madeiran historiography on the subject and an attempt will be made to cross-reference documents that have not been sufficiently explored and other unpublished documents. The temporal boundaries of this article refer to the first record found of an attempt to formally organize the teaching of surgery and the last documented record of a practitioner of the hospital before the creation of the Medical and Surgical School.

Keywords: Funchal; Hospital of Misericórdia; Medical and Surgical School; Medicine; Surgery; Pharmacy.

Introdução

O entendimento da historiografia como os *corpora* de textos sobre o passado, produzidos por historiadores de profissão, formados e enquadrados pelas instituições universitárias, pressupõe um conhecimento rigoroso, alicerçado em métodos e fiabilizado pela comunidade científica. Em Portugal, a profissionalização dos estudos históricos foi tardia quando comparada com outras nações europeias, e, na verdade, os grandes historiadores portugueses do século XIX e do início do século XX foram autodidactas, diletantes e ensaístas, embora eruditos. Como argumentou Fernando

Catroga³, a historiografia científica conviveu sempre com a memória ritualizada: campos distintos, que não se anulam, mas que se sobrepõem amiúde.

A história da medicina, como temática específica no grande bojo da historiografia nacional, antes da profissionalização dos historiadores, foi sobretudo praticada por médicos⁴. Maximiano Lemos, Ricardo Jorge, Luís de Pina, Fernando da Silva Correia, Augusto da Silva Carvalho são alguns dos seus grandes cultores. Na Madeira não foi diferente. A grande obra escrita sobre a história da medicina pertence a um médico, Artur António Ferraz da Bandeira de Figueiredo, natural de Tondela, formado pela Universidade do Porto, em 1963, e cuja dissertação de conclusão de licenciatura teve por título *Introdução à História Médica da Madeira*⁵. Infelizmente, o autor não mais se dedicou a assuntos históricos ou publicou sobre qualquer tema da história da medicina na Madeira, à excepção de um pequeno artigo que retoma, resumidamente, os temas da dissertação⁶. É de lamentar também o facto de não ter deixado seguidores, no continente ou no arquipélago.

O P.e. Fernando Augusto da Silva (1863-1949), autor principal do *Elucidário Madeirense*, escreveu, em 1945, já no final da sua vida, uma pequena monografia sobre a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. A obra faz uma breve referência ao período imediatamente anterior, o das aulas médico-cirúrgicas.

A bem da verdade, é preciso dizer que estas são as duas únicas obras sobre a história da medicina na Madeira, o que é manifestamente pouco e, até certo ponto, quase incompreensível⁷. É certo que outros dois autores de relevo na cultura madeirense no séc. XX, João Cabral do Nascimento (1897-1978) e José Pereira da Costa (1922-2010), escreveram sobre o tema, porém de forma muito exígua. Um outro autor, também de grande relevo, o engenheiro Luís Peter Stanton Clode (1904-1990), apesar de não ter escrito directamente sobre o tema tratado, deu um enorme contributo para o conhecimento biográfico de muitas personalidades, entre as quais professores e alunos da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal⁸. É também verdade que, antes de Luís Peter Clode, Alfredo António de Castro Teles de Meneses de Freitas, Visconde do Porto da Cruz (1890-1962), aduzira algumas informações biográficas relativas a

³ Cf. CATROGA, 2015, Memória, História e Historiografia.

⁴ Cf. PITA e PEREIRA, 2006, «A História da Farmácia em Portugal [...]».

⁵ BRITO, 1963, Universidade do Porto. Anuário XVII. Ano Escolar de 1962-1963, p. 126.

⁶ FIGUEIREDO, 1964, Aspectos da Medicina na Madeira através dos tempos [...].

⁷ Existe uma outra monografia sobre a história da medicina, no caso, da ortopedia, que não será considerada nesta contabilidade, posto que não avançou com qualquer investigação e baseou-se extensivamente nos autores em causa. Cf. PEREIRA, 2002, *A Madeira e a Ortopedia* [...].

⁸ CLODE, 1983, Registo bio-bibliográfico de madeirenses: sécs. XIX e XX.

médicos madeirenses⁹. Quanto a teses de doutoramento, apenas uma recente tese sobre a história do combate à tuberculose em Portugal abordou o papel do Hospício da Princesa D. Maria Amélia entre 1853 e 1859¹⁰. Por fim, alguns artigos mais recentes devem ser referenciados, sem que se altere o quadro global de insuficiência de investigações sobre temas médicos ou relacionados às ciências da saúde¹¹.

Impõe-se, assim, que se faça um breve bosquejo crítico sobre aqueles textos inaugurais como tarefa inicial de abordagem do tema proposto. Não serão, todavia, analisados os artigos mais recentes. Pontualmente, serão feitas outras referências àqueles primeiros textos. Ainda antes da abordagem da institucionalização das aulas médico-cirúrgicas será feita uma breve contextualização histórica desde o final do séc. XVIII até ao início do séc. XIX.

O Que Ficou Registado na Historiografia Madeirense

A obra enciclopédica *Elucidário Madeirense*, coordenada pelo P.e Fernando Augusto da Silva (1863-1949) em co-autoria com Carlos Azevedo de Meneses (1863-1928), editada em 1921 no contexto das comemorações do *V Centenário do Descobrimento da Madeira*, é um marco dos estudos históricos sobre a Madeira e o Porto Santo, onde história e memória ocupam espaço de destaque, e um repositório de diversas outras informações sobre o arquipélago. No entanto, dedicou apenas algumas páginas à Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Há, contudo, entradas que versam sobre personalidades e acontecimentos ligados à Escola Médico-Cirúrgica, mas não se assumem suficientes para complementar o verbete sobre a escola ou carecem de interligação. Talvez a consciência das limitações que o projecto do *Elucidário Madeirense* comportava, pese embora o enorme esforço de coligir um vasto conjunto de informações, num contexto social, política e economicamente difícil, explique o facto de Fernando Augusto da Silva ter pretendido dedicar uma obra exclusivamente à Escola Médico-Cirúrgica, como o fez. Porém, antes da abordagem

⁹ PORTO DA CRUZ, 1949-1951, Notas & Comentários para a História Literária da Madeira, 3 vols.

¹⁰ VIEIRA, 2016, *Conhecer, Tratar e Combater a «Peste Branca»* [...]. Existe uma outra tese recente, também de muito interesse, mas que não será aqui levada em conta, posto que abordou as ideias médicas sobre o clima da Madeira a partir da sua influência na arquitectura e na origem do turismo insular. Cf. MATOS, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico* [...].

¹¹ COSTA e MARTINS, 2015, «O Corpo Enfermo [...]»; PÃO, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 [...]»; SANTOS, 2015, «Corpos Doentes, Corpos Confinados: [...]»; VERÍSSIMO, 1990, «A questão dos Sanatórios da Madeira».

desta obra, seguindo um plano de exposição cronológica, é preciso referir um outro contributo.

Cabral do Nascimento (1897-1978), poeta, escritor, ensaísta, tradutor e agente cultural madeirense, não sendo historiador de formação – cursou Direito em Lisboa –, foi, para além do interesse diletante, de facto, historiador de profissão: em 1930 foi patrocinado pela Junta de Educação Nacional para, em Lisboa, realizar investigações em bibliotecas e arquivos sobre a história da Madeira¹². Escreveu e publicou vários artigos sobre o tema e foi conduzido ao cargo de director do Arquivo Distrital do Funchal, onde deu início à publicação do *Arquivo Histórico da Madeira*. Infelizmente, de entre os seus inúmeros escritos neste boletim periódico da instituição, existem apenas duas breves referências à Escola Médico-Cirúrgica do Funchal e à medicina: em 1932, no texto «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica»¹³, fez a transcrição e publicação de um documento inédito da Misericórdia do Funchal, não lhe tendo merecido qualquer tipo de consideração ou estudo; em 1933, uma pequena nota explicava o itinerário do fundo documental da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal para Lisboa e daí de volta ao Funchal¹⁴.

Fernando Augusto da Silva publicou, em 1945, já com a idade de 78 anos, a monografia A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal: Breve Monografia Histórica. Esta obra colige e articula algumas das entradas do Elucidário Madeirense sobre o tema, porém pouco as expande, em extensão ou em profundidade. Quase metade do texto são informações biográficas pontuais sobre os professores e sobre os alunos que julgou dignos de remarque. Possui pouco mais de 14 mil palavras, o que não chega a dobrar o número de palavras que constam de entradas conexas no Elucidário. A obra foi escrita sem preocupações de rigor historiográfico quanto às referências legislativas ou quanto às fontes documentais. O que mais surpreende é que Fernando Augusto da Silva não faz referência aos documentos do acervo da escola existentes no Arquivo Distrital, à excepção do livro de actas do Conselho Escolar e do documento da Santa Casa da Misericórdia, já citado, sem se referir ao artigo de Cabral do Nascimento publicado no Arquivo Histórico da Madeira que o transcreve.

Quase vinte anos passados sobre a breve monografia histórica de Fernando Augusto da Silva, surgiu uma obra que se debruçava sobre a história da medicina na Madeira, e não apenas sobre a Escola Médico-Cirúrgica. A *Introdução à História Médica da Madeira* de Bandeira de Figueiredo está dividida em quatro capítulos e

¹² Cf. SALGUEIRO, 2015, «Introdução».

¹³ NASCIMENTO, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica».

¹⁴ NASCIMENTO, 1933, «De Rebus Pluribus: Manuscritos da Escola Médica».

abrange desde o século XIV até 1910, ano da extinção da Escola Médico-Cirúrgica, com relevo para os séculos XVIII e XIX, período onde a documentação é mais abundante. No prólogo, Bandeira de Figueiredo afirma que não existiu «efectivamente uma medicina madeirense», antes sim «factos e homens que lhe deram uma feição peculiar», característica essa que, na opinião do autor, era marcada por elementos mesológicos e psicológicos que actuariam no contexto insular¹⁵. Para o recém-formado médico, a história, que albergaria uma espécie de filosofia, colocar-nos-ia «perante o problema do sentido da existência», e o seu estudo ajudar-nos-ia a compreender o homem em todas as suas dimensões, contribuindo «para a adopção de uma atitude menos materialista, neste tempo em que a técnica nos avassala com utópicas promessas de felicidade terrena.» 16 Em termos historiográficos, a obra de Bandeira de Figueiredo, embora com indubitáveis elementos de notável erudição, permanece num registo diletante marcado pelo preciosismo da curiosidade, pela sobrevalorização do evento, da data, do nome e da acção individual das grandes personagens, pela deficiente referenciação das fontes, pela ausência de problematizações e hipóteses explicativas que pudessem ajudar a compreender o devir social e histórico.

José Pereira da Costa (1922-2010), açoriano de nascimento e madeirense de adopção, fez da sua formação em filologia clássica o tirocínio de arquivista e histo-riador. Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo durante 22 anos, de 1966 a 1988, foi também diretor do Arquivo Distrital do Funchal entre 1955 e 1966. Mais uma vez, é de lamentar a exiguidade dos textos deste autor sobre temas médicos. Em 1966, publicou no Arquivo Histórico da Madeira um longo artigo sobre o Hospital da Misericórdia, com quase cento e cinquenta páginas, repleto de preciosas transcrições de documentos que vão dos séculos XV ao XIX¹⁷. Destes documentos, aquele que desperta maior interesse, no contexto desta investigação, e que poderia ter suscitado a José Pereira da Costa um estudo mais detalhado, já que a documentação é «verdadeiramente abundante», é a descrição do Hospital de Santa Isabel feita pelo médico José Joaquim de Freitas, formado pela Escola Médico--Cirúrgica do Funchal em 1870; descrição que, confessa José Pereira da Costa, «deu motivo à nossa investigação». Infelizmente, só em 1992 será possível encontrar um texto de José Pereira da Costa sobre temas médico-cirúrgicos e farmacêuticos e sobre a Escola Médico-Cirúrgica. O texto é um ensaio introdutório à publicação que serviu de catálogo à exposição organizada pela então Secretaria Regional de Turismo,

¹⁵ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 10-12.

¹⁶ FIGUEIREDO, 1963, Introdução à História Médica da Madeira, p. 12.

¹⁷ COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal».

Cultura e Emigração e pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais¹⁸. É um texto curto, de nove páginas, no qual, em pouco mais de uma página, José Pereira da Costa se ocupa dos séculos XVIII e XIX, de forma muito breve e sem nada acrescentar ao que outros autores já haviam escrito sobre este período. No ano seguinte, um texto, em quase tudo semelhante ao anterior, saiu em publicação da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, onde foi dado algum relevo ao contexto da criação do primeiro sanatório para tuberculosos em Portugal, fundado no Funchal, o Hospício da Princesa D. Maria Amélia, e ao fenómeno do turismo terapêutico, nas suas palavras, «como sói dizer-se» 19. Avançou alguns elementos curiosos e novos: as datas das tentativas de encerramento da escola antes do encerramento final, embora sem se alongar em explicações; referência a um livro de operações cirúrgicas dos alunos; algumas informações acerca da evolução dos cuidados médicos dos doentes mentais; descoberta da biblioteca da escola, «que se reencontrou em 1963 na dependência do Palácio de S. Pedro, no chão a monte e em estado caótico», e que, segundo ele, «foi melhor arrumada em estantes e, em breve, vai ser catalogada», algo que, até ao momento, não se sabe se terá, de facto, acontecido. A leitura deste texto de José Pereira da Costa desperta no leitor a curiosidade para saber mais; no entanto, não parece ter despertado nos investigadores semelhante interesse.

Breve Contextualização Histórica

Em 1772, a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra representou uma importante renovação dos estudos médicos, cirúrgicos e farmacêuticos, e uma tentativa de aproximar o país das melhores práticas científicas da Europa²⁰. O ensino que, com os novos Estatutos da Universidade, será ministrado no Hospital Escolar, foi, na opinião de Rómulo de Carvalho, uma «notabilíssima reforma dos estudos médicos, que representa um corte radical, sem transição, no ensino que anteriormente se processava»²¹. Mas se tal renovação, não isenta de vicissitudes, ocorreu na matriz central formadora de médicos, cirurgiões e boticários, um movimento de ascensão técnica e profissional dos cirurgiões, anterior àquele, ocorria na periferia do sistema de ensino médico-cirúrgico e farmacêutico. Os hospitais militares *de campanha* e

¹⁸ COSTA e SAINZ-TRUEVA, 1992, Assistência médico-social na Madeira [...].

¹⁹ COSTA, 1993, Assistência médico-social na Madeira (breve resenha histórica), p. 23.

²⁰ Para o período que vai desde a reforma da Universidade de Coimbra até 1836, em especial, cf. PITA, 1996, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)* e CRESPO, 1990, *A História do Corpo*.

²¹ CARVALHO, 2008, História do Ensino em Portugal [...], p. 476.

de retaguarda, ou seja, em Portugal continental, os hospitais de fronteira e outros de uma linha mais recuada para o interior, desde a Restauração, mas sobretudo na segunda metade do século XVIII, foram responsáveis pelo desenvolvimento de um dispositivo de formação prática de cirurgiões²². Estes Reais Hospitais Militares, que foram fundados e administrados pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus, estendiam-se desde Valença do Minho a Lagos. A sua organização e dimensão diferiam: uns tiveram regulamentos para a Aula de Anatomia e Cirurgia, como o de Chaves, um dos melhores e mais importantes; de outros, ficou apenas o registo da sua criação, embora também possam ser considerados locais de formação técnica e científica²³. Infelizmente, para o caso do hospital militar do Funchal, pouco ou nada se sabe e muito estará irremediavelmente perdido²⁴. Sabe-se que, até ao seu funcionamento em uma unidade própria, a partir de 1849, o hospital militar teve várias instalações provisórias, tendo antes funcionado no interior das enfermarias do Hospital da Misericórdia²⁵. Rui Carita indica dois locais onde, a partir de 1824, teria sido albergado o hospital militar, mas não inclui o antigo Convento de São Francisco, referido pelo Governador Civil Gamboa e Liz ao Ministério do Reino, em 1837: «Há somente um hospital civil no edifício denominando da Santa Casa da Misericórdia, o qual não tem a capacidade necessária para receber os militares doentes e para os quais se acha, todavia, estabelecido outro no Convento dos Franciscanos desta cidade.»²⁶ O funcionamento do hospital militar no interior do Hospital de Santa Isabel pode ter desempenhado um papel análogo ao dos Reais Hospitais Militares, e com as valências de hospital civil e militar gerido pela Santa Casa e não pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus, que só teve presença na Madeira no início do séc. XX.

Assim, tendo em conta o papel dos hospitais militares e dos hospitais das Misericórdias, seria mais adequado falar em várias centralidades de formação e certificação, pois a noção espacial binária de centro-periferia poderá não ser totalmente precisa. De facto, se a Universidade de Coimbra era a única instituição que formava médicos, não era a única que formava ou certificava cirurgiões e boticários. Desde o séc. XVI, estes profissionais são formados nos hospitais das Misericórdias,

²² Cf. LEMOS, 1991, História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições, pp. 204-250. e BORGES, 2009, Reais hospitais militares em Portugal: 1640-1834, p. 17.

²³ Cf. BORGES, 2009, Reais hospitais militares em Portugal: 1640-1834, pp. 60-61.

²⁴ A excelente obra, anteriormente citada, de Augusto Borges, nada refere sobre a Madeira ou sobre os Açores.

²⁵ Cf. CARITA, 2008, História da Madeira. O longo século XIX (1834-1910).

²⁶ ABM, Governo Civil, Ministério do Reino (Registo de Correspondência do), n.º 655, fl. 9v.º.

nos hospitais militares, nas boticas e numa relação de ensino-aprendizagem de tipo mesteiral, e depois certificados pelo Físico-Mor e Cirurgião-Mor do Reino²⁷. Este sistema de ensino e formação, hierárquico e descentralizado, não esteve isento de problemas, mas sobretudo não esteve isento de tensões entre as suas diversas centralidades, a que se sobrepunham as duas maiores: o poder da Universidade e o poder da Fisicatura²⁸. Um dos problemas resultantes destas tensões e interesses foi a forma como se produziram as certificações menores, por vezes, pouco clara e rigorosa. Os cirurgiões de meia carta, que curavam por se lhes ter sido passada uma meia carta de cirurgia, como António Joaquim de Azevedo, sangrador primeiro, depois cirurgião de meia carta, examinado no Funchal, em 1790, pela Junta do Protomedicato²⁹, eram alvo de crítica corrente e mordaz, à semelhança da que era endereçada à ignorância dos charlatães das categorias de então: cirurgiões, barbeiros, sangradores, alveitares, alquimistas, mezinheiros, benzedores, parteiras, beatas, feiticeiras, que pululavam nas zonas rurais³⁰. Os boticários que, após a reforma da Universidade, podiam aí fazer o seu curso, durante muito tempo preferiram o percurso tradicional, ou seja, a prática na botica e a submissão posterior ao exame³¹.

A criação da Real Junta do Protomedicato, em 1782, foi uma tentativa centralizadora de atenuar ou resolver o conflito entre a Universidade e o Físico-Mor e Cirurgião-Mor, cargos esses que foram extintos naquela data. Todavia, com a fuga da Corte para o Brasil, a situação voltaria a reger-se pelos cânones antigos, ou seja, apesar de a Junta do Protomedicato ter sido extinta pelo Alvará de 7 de Janeiro de 1809, na prática, as competências e funções do Físico-Mor e do Cirurgião-Mor já estavam retomadas desde o Alvará de 23 de Novembro de 1808.

O período que decorreu da transferência da Corte para o Brasil até à criação da Junta de Saúde, a 28 de Agosto de 1813, foi de alguma desorganização e pouco controle, contrastando com o que se estava a instituir no Rio de Janeiro, de onde o Físico-Mor procurava governar à distância os assuntos de saúde do Reino Unido de Portugal e do Brasil, reforçando a sua posição e, provavelmente, estabelecendo relações de poder com a Junta da Saúde, processo do qual ainda pouco se sabe³². É neste contexto que se situam as tentativas oitocentistas de criação de uma aula médico-cirúrgica no Funchal, tentativas essas de que é difícil traçar uma linha de

²⁷ Cf. ABREU, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas [...]».

²⁸ Cf. ABREU, 2016, «A Misericórdia do Porto e os seus hospitais [...]», pp. 544-546.

²⁹ ABM, Registo geral de documentos da Câmara (tomo XIII), fls. 6, 6v.º e 7.

³⁰ CRESPO, 1990, A História do Corpo, p. 107.

³¹ Cf. PITA, 1999, «A farmácia em Portugal: de 1836 a 1921 [...]».

³² Cf. ABREU, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas [...]», p. 119.

continuidade através dos séculos. Desde o antigo hospital, o «hospital velho», já desaparecido, onde foram incorporados os primeiros hospitais quatrocentistas existentes, o de S. Paulo e o de Nossa Senhora do Calhau³³, até ao novo, o Hospital de Santa Isabel, cujo edifício mais recente foi construído no final do séc. XVII e acabado no início do séc. XVIII, a realidade que tem escapado à investigação é a das práticas de formação de cirurgiões e boticários naquele que foi mais um dos centros formadores de cirurgiões no país, os *praticantes de cirurgia*, a par de vários outros hospitais sob a responsabilidade das Misericórdias, tendo à cabeça o Hospital Real de Todos os Santos e, depois do Terramoto, Hospital de São José, em Lisboa, e o Hospital D. Lopo de Almeida que, a partir do final do séc. XVIII, se chamará Hospital de Santo António, no Porto. Porém, muita dessa formação que decorria no interior dos hospitais estava marcada por práticas de relação mestre-discípulo, práticas essas que possuíam outras espacialidades que podiam incluir outros hospitais, inclusive os hospitais militares, e, no caso dos boticários, as boticas onde praticavam.

Assim, é também plausível que o que fora válido para toda a Época Moderna o seja ainda para as últimas quatro décadas do Antigo Regime na Madeira: no que concerne à formação, certificação e fiscalização de médicos, cirurgiões e boticários, os poderes em cena no país – Físico-Mor e Cirurgião-Mor, Universidade de Coimbra, Governadores e Capitães-Generais na Madeira e Provedores da Santa Casa – disputavam prerrogativas e sobrepunham-se amiúde.

A Aula de 1816 do Bispo e Provedor Meneses e Ataíde

Em ofício de 26 de Agosto de 1812, Frei Joaquim de Meneses e Ataíde, natural do Porto, Bispo de Meliapor, um ano após ser nomeado Vigário Apostólico do Funchal³⁴, na sequência da sua pretensão à posse do edifício do antigo Colégio dos Jesuítas para a abertura do Seminário, expressou a necessidade e conveniência da criação de uma cadeira de cirurgia, incluindo-a no seu *Plano Geral das Aulas do Seminário*³⁵. Bandeira de Figueiredo supôs ser «a primeira referência à medicina num plano estruturado de estudo no Funchal»³⁶. No entanto, seria talvez mais correcto afirmar que se tratava de um plano de estudos de *cirurgia*, tendo em conta a posição de poder da Universidade de Coimbra, a clivagem e subalternização da cirurgia à medicina e a

³³ Cf. COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal».

³⁴ Cf. ALMEIDA, 1917, História da Igreja em Portugal, p. 530; e SILVA, 1945, Diocese do Funchal [...], p. 95.

³⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 42, docs. 12228-12232.

³⁶ FIGUEIREDO, 1963, Introdução à História Médica da Madeira, p. 118.

sua tradução curricular. Embora improvável, não é possível, por agora, saber se algum outro plano existiu antes, tendo em conta que o ensino da cirurgia e da farmácia era uma realidade nos hospitais militares e das Misericórdias. Este seria, pois, o arranque dos estudos médico-cirúrgicos e farmacêuticos que ganharão organização e forma passados poucos anos.

Joaquim de Meneses e Ataíde, que conduziu os destinos da diocese do Funchal entre 1812 e 1821, foi também Provedor da Santa Casa da Misericórdia e, a 10 de Agosto de 1816, fez aprovar um Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal³⁷. Para além deste regulamento, de uns poucos ofícios e de algumas outras informações esparsas, chegou-nos apenas parte de um livro de registo de matrículas desta primeira aula médico-cirúrgica³⁸ (Anexos – Tabela 1). O Elucidário Madeirense fez menção desta aula médico-cirúrgica no verbete sobre a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal e Fernando Augusto da Silva publicou um artigo no Diário da Madeira, em 1931, que é praticamente o texto do verbete³⁹. Em 1932, Cabral do Nascimento⁴⁰, em artigo na publicação periódica *Arquivo Histórico* da Madeira, transcreveu os nomes e outras informações à margem deles, existentes no livro do registo de matrículas. Num breve comentário, Cabral do Nascimento referiu-se ao Elucidário e ao artigo no Diário da Madeira, acrescentando apenas que a informação que estava a publicar era inédita e «encontrada no Tombo da Santa Casa (hoje Arquivo Distrital do Funchal)»⁴¹. Em 1945, na sua monografia histórica sobre a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Fernando Augusto da Silva nada acrescentou aos outros textos e nunca se referiu ao artigo de Cabral do Nascimento.

Este livro de matrículas foi aberto com data de 1816, as páginas foram numeradas, porém não apresenta termo de abertura, assinatura ou título. Estão registados 31 nomes: o primeiro aluno matriculou-se a 12 de Outubro de 1816 e o último a 13 de Abril de 1831. Como os termos de matrícula só ocupavam sete páginas, o livro foi reaproveitado de forma invertida, ou seja, virado de cabeça para baixo, e usado para o registo de despesa e dos despachos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia. Até 1820, a caligrafia, acentuadamente trémula, parece pertencer ao mesmo indivíduo, à excepção de duas entradas, e o enunciado do termo de matrícula segue uma mesma sucinta norma, elementos que parecem denotar uma certa continuidade

³⁷ Sem indicação de autor, o regimento ou regulamento foi mandado imprimir em 1820 em Lisboa. S.A., 1820, *Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel* [...].

³⁸ ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1.

³⁹ *Diário da Madeira*, 25.03.1931, ano XX, n.º 5866.

⁴⁰ NASCIMENTO, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica».

⁴¹ NASCIMENTO, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica», p. 101.

desta primeira aula. De facto, assim deve ter sido, porque, a 23 de Agosto de 1821, deu-se o encerramento da aula: a Mesa da Santa Casa deliberou que «se suspenda a Aula Médico-Cirúrgica pela pouca utilidade de que dela se segue e por os facultativos assim o resolverem, sendo sobre esta matéria consultados»⁴². Não é possível, todavia, explicar se o motivo do encerramento da aula se deveu a questões de economia, como sugeriram Fernando Augusto da Silva e Cabral do Nascimento, ou outras.

É plausível, todavia, inferir do livro de matrículas indícios de alguma continuidade das práticas formativas desta primeira aula e que poderão vir a ser considerados mais prováveis com o apoio de outras referências documentais, até que um estudo de maior amplitude se venha a realizar no futuro.

Nas observações à margem dos termos de matrícula, provavelmente escritas a posteriori, a expressão «saiu» poderá significar a conclusão de um tirocínio do qual não sabemos a duração ou as componentes, apesar da existência do Regimento, ou Regulamento do hospital. De 1816 a 1820, de nove indivíduos, seis foram registados com aquela expressão. Destes seis, um «se examinou» e outro «foi curar» para o Porto Santo. Do primeiro, Elias António Vieira, consta a assinatura e a referência «cirurgião» no histórico abaixo-assinado realizado pela Vereação da Câmara Municipal do Funchal, entre os dias 28 e 31 de Janeiro de 1821, em favor da adopção do governo liberal na Madeira⁴³. O segundo, Luís Ferreira da Luz, é referido num ofício, datado de 1 de Abril de 1827, do Governador D. Manuel de Portugal e Castro, informando acerca do requerimento do «médico» pedindo o lugar de Cirurgião-Mor do Batalhão de Artilharia Miliciana da Madeira. O ofício é acompanhado de três documentos: do comandante do batalhão do Porto Santo, do Governador do Porto Santo que, desde 1820, era o militar Cosme Damião da Cunha Fidié, e do procurador do cirurgião que, em Lisboa, em 1826, atesta que o seu representado fora «mandado para a Ilha do Porto Santo pelo Exmo. Governador Capitão General da Ilha da Madeira, a fim de evitar o contágio de febres que ali grassavam no ano de 1824»44. O pedido de ajuda à Madeira fora feito pelo próprio Governador do Porto Santo, em 20 de Setembro de 1824⁴⁵, e a 31 de Abril de 1825 comunicava que se encontravam extintas as «febres vermelhas e esquinências» devido à intervenção do facultativo Luís Fernando da Luz que tinha ido da Madeira com medicamentos⁴⁶.

⁴² ABM, SCMFUN, Mesa (Livro 1.º dos Assentos dos Despachos da), n.º 707, fls. 74 e74v.º.

⁴³ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 23, docs. 6288-6289.

⁴⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 35, doc. 10163.

⁴⁵ AHU, CU, Madeira, cx. 17, doc. 1062.

⁴⁶ AHU, CU, Madeira, cx. 20, doc. 1232.

Do cirurgião Elias António Vieira, ainda foi possível registar uma resposta da Câmara Municipal do Funchal, em 1829, a um seu requerimento para ser admitido, «na qualidade de cirurgião, a examinar, em Correição de Saúde, os víveres expostos à venda»⁴⁷. Do facultativo Luís Ferreira da Luz, registou-se ainda a existência de um ofício, de 26 de Dezembro de 1830, do Governador Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, respondendo favoravelmente acerca do requerimento pedido «para continuar a vencer o ordenado de 15 mil reis mensais, que recebera desde 1824 pelo cofre da Real Fazenda, como cirurgião da Ilha do Porto Santo»⁴⁸. Em 1838, surgia na folha de pagamentos dos empregos públicos do Governo Civil do Funchal auferindo um salário de 180 mil reis anuais desde 1833⁴⁹.

Portanto, é possível concluir que tanto um aluno que saiu examinado, quanto o outro que apenas saiu, foram reconhecidos como cirurgiões. Provavelmente, o segundo tenha feito a sua certificação na Madeira, apesar de a distância temporal entre a saída da aula e o último requerimento citado ser de alguns anos, sendo improvável que tivesse ido ao continente examinar-se. Todavia fica por esclarecer como e onde se processavam os registos dos exames realizados no Funchal, já que eram da competência do comissário delegado do Físico-Mor e do Cirurgião-Mor, cabendo-lhes ainda fiscalizar as boticas e o comércio das drogas. Sabe-se que os comissários do Físico-Mor constituíam juntas perante as quais prestavam exames os candidatos e, na sua ausência, as câmaras municipais poderiam nomear os seus integrantes. Feito o exame e aprovado o candidato, era passada a carta de cirurgião respectiva e assentado o seu registo que, para o caso da Madeira, e para determinados períodos, era feito na Chancelaria-Mor da Corte e Reino⁵⁰.

Quanto aos professores desta primeira aula médico-cirúrgica, o *Regimento ou Regulamento* instituía no seu Título 5.º, Artigo II, que «o Mestre desta Aula será um e dos professores da Casa, que a Mesa e o Provedor julgar mais hábil, assinando-lhe ordenado competente»⁵¹. Bandeira de Figueiredo transcreveu uma carta do Provedor Joaquim de Meneses e Ataíde, de 16 de Janeiro de 1817, em que este nomeava o médico madeirense, formado em Coimbra e cirurgião-mor do Batalhão de Artilharia da Madeira, João Ângelo Curado de Meneses, e sustentou que tal carta teria passado despercebida a Fernando Augusto da Silva, que registara Luís Henriques como o

⁴⁷ ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 218v.º e 219.

⁴⁸ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 40, doc. 11735.

⁴⁹ ABM, Governo Civil, Ministério do Reino (Registo de Correspondência do), n.º 655, fl. 61v.º.

⁵⁰ Cf. ANTT, Chancelaria-Mor da Corte e Reino.

⁵¹ S.A., 1820, Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel [...], p. 10.

primeiro professor daquela aula⁵². A referida carta, que consta do *Livro Copiador de Cartas da Misericórdia do Funchal*⁵³, consta também de um requerimento, sem data, mas provavelmente de 1817, em que Curado de Meneses solicitava a confirmação como professor da «Cadeira de Medicina e Cirurgia, com a patente de Sargento-Mor e o respectivo soldo ou o vencimento anual de seiscentos mil reis»⁵⁴. O requerimento está instruído com 11 documentos, que são as públicas-formas de cartas de recomendação dos comandantes militares do Batalhão de Artilharia, do Governador Florêncio de Correia e Melo, do Provedor da Santa Casa e do boticário João Anastácio Silva Pinto, «examinador e visitador do Físico-Mor do Reino e Enfermeiro-Mor do Hospital Civil e Militar desta Ilha»⁵⁵. Curiosamente, num destes documentos⁵⁶, de Janeiro de 1817, assinado pelo Governador, pode ler-se que:

«Diz o Dr. João Ângelo Curado de Meneses que ainda que o título com que ensina Medicina e Cirurgia no Hospital seja suficiente para aquele exercício, contudo, porque ele não só explica aquela faculdade aos enfermeiros, mas a outros que não são da jurisdição do mesmo Hospital e que pertencem à imediata protecção de V. Ex.ª, necessita de ser autorizado por V. Ex.ª.»

É provável que a organização desta aula no Funchal suscitasse alguma apetência por parte dos médicos, bem como por outras aulas que porventura estivessem a ser criadas no país. Explicam-se, assim, as movimentações feitas, de 1817 a 1818, entre o Governador dos Açores, Aires Pinto de Sousa Coutinho, o Governador da Madeira, Florêncio Correia de Melo, o Físico-Mor do Reino, Manuel Vieira da Silva, e o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar: o Governador dos Açores, em Março de 1817, opôs-se à criação de um lugar de Físico-Mor na capitania, tal como requerido por José Inácio de Sousa, médico natural da ilha do Faial e formado em Coimbra, preferindo antes a criação de uma aula de anatomia e cirurgia operatória nos hospitais militares de Angra e Ponta Delgada⁵⁷. Em Dezembro de 1817, o Governador da Madeira, Florêncio de Correia e Melo, contrariamente à pretensão de Curado de Meneses, que fora por ele endossada em Janeiro, como se mostrou acima, informa-o desfavoravelmente acerca do seu requerimento⁵⁸. Na mesma data, o Físico-Mor do Reino, desde o Rio de Janeiro, propunha ao médico funchalense Lourenço José Moniz, formado em 1815

⁵² FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 119-120.

⁵³ ABM, SCMFUN, Cartas (Livro Copiador de), n.º 140, fl. 83v.º.

⁵⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 3994.

⁵⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4001.

⁵⁶ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4003.

⁵⁷ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4232.

⁵⁸ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 3994.

em Edimburgo⁵⁹, assumir a regência da cadeira de anatomia em Angra⁶⁰, oferta que o madeirense fez depender de um ordenado de seis mil cruzados por ano⁶¹ e que, provavelmente, nunca lhe fora dado e cujo lugar acabou também por nunca aceitar, pois em Setembro de 1820 requeria que se criasse a cadeira de anatomia e cirurgia no Funchal⁶².

Como se pode ver pela Tabela 1, a primeira matrícula na aula é de 12 de Outubro de 1816, imediatamente a seguir à data da aprovação do *Regimento*, *ou Regulamento*. Bandeira de Figueiredo sustentou que a aula só entrara em funcionamento em Janeiro de 1817, quando o Provedor da Misericórdia nomeou o professor, Curado de Meneses. No entanto, como já foi referido e como se pode ler dos documentos junto ao seu requerimento, Curado de Meneses era já, desde 1810, Cirurgião-Mor do Batalhão de Artilharia, e o seu local de trabalho era o Hospital da Misericórdia, onde os doentes militares eram tratados. Curado de Meneses era também, à altura, comissário delegado do Cirurgião-Mor, tal como o afirmara o boticário examinador e visitador do Físico-Mor, João Anastácio Silva Pinto, o que a documentação confirma⁶³. À época, também exercia no Funchal a certificação dos praticantes o comissário delegado do Físico-Mor do Reino, o médico João António Vieira⁶⁴.

Portanto, pese embora a existência de várias jurisdições, tudo se passava no mesmo local e a presença, no Funchal, de comissários delegados do Físico-Mor e do Cirurgião-Mor indiciam, inequivocamente, que os exames dos praticantes eram feitos no Hospital de Santa Isabel.

Assim, é bastante provável que certas formalidades delimitadoras de jurisdições não tivessem então a mesma vinculação ou os mesmos constrangimentos que terão mais tarde. O desfecho desfavorável do requerimento de Curado de Meneses não terá sido impedimento da continuação da sua acção de orientação dos praticantes ou

⁵⁹ MONIZ, 1815, *Dissertatio medica inauguralis, de ictero* [...]. Vários autores, desde a entrada no *Elucidário Madeirense* sobre o médico, repetem ter sido a obra publicada em Londres. Tal afirmação não é correcta porque as teses realizadas em Edimburgo eram aí mesmo publicadas pela antiga editora setecentista *Neill & Co.* (Cf. SHER, 2006, *The Enlightenment and the book* [...]).

⁶⁰ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4231.

⁶¹ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 17, doc. 4230.

⁶² AHU, CU, MADEIRA, cx. 12, doc. 742.

⁶³ ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. João VI, liv. 40, fls. 362v.º e 363.

⁶⁴ ABM, CMFUN, Registo geral de documentos da Câmara (tomo XIV), fls. 160, 160v.º e 161. Este documento atesta que foi comissário delegado do físico-mor durante três anos a contar de Agosto de 1817, mas um outro documento, em que examina o médico Diogo Luís Pestana, refere-o ainda neste cargo em 1822: cf. ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. João VI, liv. 34, fls. 335v.º e 336. Este documento foi transcrito em ABM, CMFUN, Registo geral de documentos da Câmara (tomo XV), fls. 48v.º e 49.

dos enfermeiros do hospital, pois era no hospital onde ele desenvolvia a sua prática clínica. As formalidades da nomeação e da não aceitação do seu requerimento não impediu que *saíssem* alunos – um até *se examinou* – antes e depois daqueles factos. Na opinião de Fernando Augusto da Silva, a aula teve «uma curta e inútil duração»⁶⁵. Só é possível concordar em parte com esta afirmação e com a de Bandeira de Figueiredo, quando diz que esta primeira aula «teve uma duração demasiadamente fugaz para que pudesse considerar-se de utilidade prática. Funcionou efectivamente, mas não sabemos em que medida o seu regulamento foi cumprido»⁶⁶. A utilidade prática, ainda que modesta, existiu, porque a aula funcionou, antes e depois da sua formalização; o cumprimento do *Regimento*, *ou Regulamento*, cuja análise não pode ser aqui feita, é de difícil aferição, posto que ligado ao quotidiano das práticas hospitalares, de que se desconhece praticamente tudo.

Bandeira de Figueiredo referenciou alguns cirurgiões e sangradores do séc. XVIII sem, no entanto, distinguir os que foram examinados na Madeira pelo comissário do Físico-Mor, ou em outras cidades do continente, dos que apenas tiveram as suas cartas registadas no Funchal⁶⁷. Revelando-se impossível e despropositado, dado o escopo temporal desta investigação, aferir os cirurgiões, boticários e barbeiros formados, certificados ou registados no Funchal, importa referir que, com base no que se conhece para o país, os números da Madeira parecem modestos quando comparados com os de Lisboa, Porto ou outras cidades, como Guimarães, Braga ou Coimbra⁶⁸. No entanto, importa menos a dimensão quantitativa da formação do que as dinâmicas desses processos de ensino, aprendizagem e certificação. No entanto, pouco ou nada se sabe sobre as comunidades de prática que existiam nos hospitais das Misericórdias e os processos de legitimação da participação periférica dos aprendizes⁶⁹. Se a regulação curricular, programática e pedagógica, mas também a regulação profissional docente, são elementos que organizarão o desenvolvimento racional de todo e qualquer ensino formal ao longo do séc. XIX e seguinte, é bastante provável que neste momento ainda perdurem, mesmo no interior do hospital, formas arcaicas de ensino e aprendizagem não formais⁷⁰. Assim, tudo indica que aqueles

⁶⁵ SILVA, 1945, A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal [...], p. 7.

⁶⁶ FIGUEIREDO, 1963, Introdução à História Médica da Madeira, p. 120.

⁶⁷ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 67-73.

⁶⁸ ABREU, 2016, «A Misericórdia do Porto e os seus hospitais [...]», p. 550.

⁶⁹ Cf. LAVE e WENGER, 2008, Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation.

⁷⁰ Cf. ABREU, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas [...]».

processos e dinâmicas existiram no Hospital de Santa Isabel e só a continuidade e aprofundamento da investigação os poderá esclarecer melhor⁷¹.

As Tentativas do Médico Luís Henriques para a Criação de uma Aula

Em que consistiram, exactamente, as vicissitudes por que passou aquela primeira aula médico-cirúrgica, é algo que, talvez, nunca se saiba. A inexistência de documentos que suportem as explicações possíveis não impedirá, de todo, a plausibilidade de inferências a partir de indícios indirectos de que só uma investigação mais alargada e mais aprofundada poderá ousar fazer a narrativa. As dinâmicas, como também as dificuldades, de uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia, certamente também terão contribuído para explicar aquelas vicissitudes, bem como a sequência confusa e turbulenta dos acontecimentos que inauguraram a Revolução Liberal na Madeira. O encerramento formal desta primeira aula, a 23 de Agosto de 1821, ocorreu mais de meio ano após os acontecimentos que marcaram a adesão da Madeira à causa liberal e que só se deu a 28 de Janeiro de 1821. Neste dia, uma multidão aglomerou-se numa praça, à frente do Palácio de São Lourenço, que virá a chamar-se da Constituição, pressionando o Governador Sebastião Xavier Botelho, que estava em delongas para dar vivas às Cortes e ao novo governo do Reino⁷². É aí que encontraremos, como já foi referido, entre a multidão e no abaixo-assinado depositado na Câmara, o cirurgião Elias António Vieira que, em dia e ano incertos, se examinara, após ter frequentado a Aula Médico-Cirúrgica criada pelo Provedor Meneses e Ataíde. Aliás, a maré liberal levaria Meneses e Ataíde para o continente, mais precisamente para Elvas, devido ao seu envolvimento político e diferenças com o Governador Xavier Botelho, cujo testemunho este último deixou registado em opúsculo famoso⁷³.

⁷¹ Esta investigação deve um especial agradecimento à Prof.ª Doutora Laurinda Abreu pela troca de ideias e pela informação gentilmente cedida a partir da base de dados criada no âmbito do projecto *Decisão política, necessidades colectivas e afirmação profissional: o Hospital de Todos os Santos em perspectiva,* PTDC/HIS-HIS/113416/2009, onde estão indexados dados de cerca de 20 mil licenças para o exercício de várias profissões de saúde, em Portugal e no Ultramar. Um agradecimento especial também ao Dr. Luís Gonçalves que fez algumas recolhas de informação na base de dados sobre profissionais madeirenses.

⁷² Sobre as hesitações do governador e o contexto político, cf. RODRIGUES, 2011, «A Madeira durante o primeiro triénio liberal [...]», pp. 451-464. Para uma visão mais geral das tensões da Revolução Liberal na Madeira, cf. LOJA, 2008, Crónica de uma Revolução [...].

⁷³ BOTELHO, 1821, História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira.

Baseando-se ainda no documento *Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião*, de 1816, verifica-se que, após o encerramento da aula em 1821, existiu uma matrícula em 1822, com uma observação à margem, «não teve efeito», e 18 matrículas em 1825. Bandeira de Figueiredo, criticando o entendimento de Fernando Augusto da Silva, que vira uma continuidade da aula, sob a direcção do médico Luís Henriques, sustentou que aqueles registos indiciariam antes uma interrupção e, consequentemente, um novo início, em 1825, sob a condução do médico e provedor da Misericórdia, João Francisco de Oliveira⁷⁴.

Importa registar alguns apontamentos biográficos. Luís Henriques, natural de «Kristiania»⁷⁵, antigo nome da cidade de Oslo, na Noruega, foi criado pelo rico morgado João José Xavier de Carvalhal Esmeraldo de Atouquia Bettencourt Sá Machado, futuro Conde Carvalhal. A narrativa deste facto, desde Fernando Augusto da Silva a Luís Peter Clode, entre outros, está bastante marcada por elementos que lembram mais a lenda do que a crónica, sobretudo pela ausência completa de referências testemunhais: em finais do séc. XVIII, um navio norueguês teria naufragado ao largo da baía do Funchal e o jovem, de idade a rondar os 12 anos, teria ficado órfão. O futuro Conde de Carvalhal, condoído pela triste situação do rapaz, acolheu-o, baptizou-o⁷⁶ e educou-o. O jovem norueguês adoptou o nome de Luís Henriques e naturalizou-se português a 22 de Dezembro de 1821⁷⁷. Formou-se em Medicina no King's College⁷⁸, em Aberdeen, Escócia, em 1816, factos que só agora são definitivamente esclarecidos, pois perduram na historiografia informações incorrectas e sobejamente repetidas. Foi médico militar, delegado na Madeira do Cirurgião-Mor e do Físico-Mor, delegado do Conselho de Saúde e primeiro presidente do Conselho da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Faleceu a 18 de Julho de 1845, supostamente devido à ingestão de uma grande quantidade de ópio, facto sobejamente repetido com indisfarçável anátema. Não recebeu sacramentos «por se achar morto no dia antecedente na sua cama», escreveu o vigário na certidão de óbito⁷⁹.

⁷⁴ FIGUEIREDO, 1963, Introdução à História Médica da Madeira, p. 121.

⁷⁵ ABM, Paróquia de Santa Luzia, Registo de Casamentos, liv. 163, fls. 31 e 31v.º.

⁷⁶ ABM, Paróquia de São Pedro, Registo de Baptismos, liv. 108, fl. 73.

⁷⁷ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 44, doc. 12727. A referência, em vários autores, a um decreto, remete, enganadoramente, para as colecções de legislação; porém, este tipo de «decreto especial» não figura nestas compilações, sendo antes, talvez, uma provisão. Está também transcrita e registada na Câmara Municipal do Funchal a 15 de Fevereiro de 1822: cf. ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 16v.º e 17. O documento depositado no AHU é uma pública forma extraída a 27 de Outubro de 1824 pelo notário José Francisco de Andrade.

⁷⁸ ANDERSON, 1893, Officers and Graduates [...], p. 154.

⁷⁹ ABM, Paróquia da Santa Luzia, Registo de Óbitos, liv. 6, fl. 131.

Após o encerramento da primeira aula médico-cirúrgica e antes da volta de João Francisco de Oliveira a Portugal e à Madeira, Luís Henriques endereçou ao rei um requerimento pedindo para ser provido numa cadeira de cirurgia e anatomia⁸⁰. Este requerimento teve a particularidade de reunir a adesão de todas as câmaras e de todos os párocos, representando um interessante e inaudito consenso à volta das necessidades de formação de cirurgiões.

Não tendo sido, todavia, possível, até ao momento, encontrar o requerimento de Luís Henriques, muito embora existam suficientes evidências de que ele existiu, como se verá, ficam algumas dúvidas sobre se uma informação veiculada por Fernando Augusto da Silva não poderia ser uma referência equivocada ao documento em questão. Não se encontra no *Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* uma das exposições citadas pelo autor do *Elucidário*, a primeira, quando escreveu que a Câmara do Funchal

«empregou também as mais activas diligências para atenuar os inconvenientes resultantes da falta de um curso regular de medicina e cirurgia, nomeadamente pela exposição dirigida ao governo da metrópole a 26 de Junho de 1821, em que pede a criação de uma 'cadeira de anatomia cirúrgica' e pela de 12 de Julho de 1823, ponderando a necessidade de estabelecer-se a mesma cadeira de 'anatomia cirúrgica e de arte de partos'»⁸¹.

Não tendo sido encontrada a primeira das referências nos livros próprios, é de notar que a data da exposição registada por Fernando Augusto da Silva seja anterior ao encerramento formal da primeira aula médico-cirúrgica. O que ainda torna mais interessante a iniciativa é a articulação realizada entre Luís Henriques, o Governador Sebastião Xavier Botelho, as câmaras municipais e os párocos; ainda que os primeiros tenham obedecido a ordens do Governador e os segundos a ordens do Prelado Diocesano. No entanto, à falta daquele documento original, resta apenas o testemunho posterior de Luís Henriques e do Governador António Manuel de Noronha que, efectivamente, ordenou, em 1822, novas atestações às câmaras municipais acerca do estado de ausência de facultativos nos municípios. Quanto aos párocos, neste ano de 1822, a ordem terá partido do Cónego da Sé, Vigário Capitular e Provedor da Misericórdia nos anos de 1821 e 1822, João Manuel de Couto e Andrade. A cronologia possível de ser estabelecida, no momento, seria a seguinte:

⁸⁰ Não foi, todavia, possível encontrar tal documento, muito embora existam suficientes evidências de que ele existiu, como se verá adiante.

⁸¹ SILVA, 1945, A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal [...], p. 11.

entre Setembro de 1819⁸² e Novembro de 1820, tivera lugar a primeira representação de Luís Henriques a Sebastião Xavier Botelho, e, segundo aquele, directamente a D. João VI, como também a comunicação do governador para o Rio de Janeiro⁸³; a 7 de Dezembro de 1820, Sebastião Xavier Botelho relembrava a nomeação de Luís Henriques ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, e afirmava a necessidade de nomear um professor substituto para «a cadeira de anatomia do Funchal», propondo o nome de Nicolau Caetano de Bettencourt Pita⁸⁴; a 31 de Março de 1821, Sebastião Xavier Botelho oficiava aos «Membros da Regência do Reino de Portugal» que

«sendo da regalia deste Governo prover as Cadeiras de Ensino Público, havia eu proposto para a Cadeira de Língua Francesa, e Inglesa, mencionada no dito ofício n.º 4, a Joaquim Pedro Casado Giraldes, e para Lente da Cadeira de Anatomia, Luís Henriques, tendo por seu substituto o Dr. Nicolau Caetano Pita, suprimindo-se a Cadeira de Teologia Moral, por supérflua»⁸⁵.

A 26 de Abril de 1821, D. João VI regressava a Portugal e, em Julho do mesmo ano, Sebastião Xavier Botelho seria substituído por D. Rodrigo António de Melo, que será governador por pouco tempo, sendo rendido por António Manuel de Noronha, que foi o responsável militar da Madeira de 1822 até ao movimento da Vilafrancada, quando foi substituído por D. Manuel de Portugal e Castro.

A 9 de Setembro de 1822, António Manuel de Noronha enviava um ofício endereçado ao Ministro do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, que acompanhava o *Projecto de uma Escola Médico-Cirúrgica no Hospital Nacional e Real da Província da Madeira*, redigido por Nicolau Caetano de Bettencourt Pita, e todos os documentos das câmaras e dos párocos. Aí afirmava que

«foi-me apresentado um requerimento do Doutor Luís Henriques, único cirurgião nesta Província, em que me representa ter sido ele proposto para uma Cadeira de Anatomia e Cirurgia pelo meu antecessor, Sebastião Xavier Botelho, cujo ofício a trasladação da Corte do Rio de Janeiro para Lisboa fez com que talvez se não atendesse à necessidade daquele útil e benéfico estabelecimento. Convencido da sua utilidade, ordenei que as Câmara informassem, e sendo-me presentes os informes, assim como os dos Párocos, que o requerente apresenta por ordem de S. Ex.ª Rev.^{ma}. Como se vê dos documentos juntos,

⁸² Entre 19 de Agosto e 7 de Setembro de 1819, Sebastião Xavier Botelho percorreu a Madeira, acompanhado do Brigadeiro Jorge Frederico Lecor e do Tenente Coronel Engenheiro Paulo Dias de Almeida, para inteirar-se da situação geral da ilha. Cf. AHU, CU, Madeira-CA, cx. 20, doc. 4697.

⁸³ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁴ AHU, CU, MADEIRA-CA, cx. 22, doc. 6236. O mesmo documento também se encontra referenciado em ABM, Governo Civil, Cartas Régias (Registos de), n.º 204, fls. 25 e 25v.º.

⁸⁵ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

foi-me apresentado outro documento, do Doutor Nicolau Caetano Bettencourt Pita, em que igualmente me representa ter ele sido proposto pelo meu antecessor para substituto daguela Cadeira.»⁸⁶

Neste ofício, os documentos das câmaras e dos párocos estão datados e medeiam entre Junho e Agosto de 1822. Um documento é anterior a essa data: uma declaração de 1818, reconhecida pelo notário José da Costa Leal, do médico João António Vieira, «juiz comissário do Físico-Mor do Reino nesta Ilha da Madeira, e Açores, e médico do Hospital Real desta Cidade», em que atesta ser Luís Henriques «o único cirurgião operário que actualmente aqui existe mais hábil não só por sua idade, e destreza, como pelos muitos conhecimentos que possui na sua profissão»⁸⁷.

Estes documentos foram coligidos, para que fossem levados ao ministro, acompanhados do devido parecer, datado de 25 de Setembro de 1822, e elaborado por um alto funcionário do Ministério do Reino, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. Para além do parecer em si, ressalta, dentre as notas à margem, uma última que carrega um anátema ferido de preconceito e falta de conhecimento. Disse o jovem Almeida Garrett:

«P.S. Sobre o provimento das cadeiras propostas lembro a V. Ex.ª que os requerentes são todos Doutores feitos em Inglaterra e França, e que por conseguinte compraram talvez (como muitos que eu conheço) as suas cartas por módicos preços e mais módica aplicação de 2 e 3 anos quando os nossos em Coimbra gastam 8 só para serem Bacharéis; e destes há um sem número que de bom grado iriam para a Madeira e com tanto mais proveito quanto acostumados a um ensino regular, e metódico, melhores mestres seriam do que os tais DDrs estrangeiros.»

Vários meses depois, em 1823, Luís Henriques voltava a endereçar ao rei uma representação «sobre a criação de uma aula anatómico-cirúrgica, onde se instruíssem as pessoas que vão assistir a humanidade enferma nestas freguesias longínquas, onde não há facultativos, e a maior parte das pessoas não têm meios de os poderem chamar.»⁸⁹ Assim se expressou ele em ofício datado de 15 de Janeiro de 1823 ao Governador António Manuel de Noronha, que juntou, àquele ofício do médico, um seu, datado de 10 de Fevereiro de 1823. Neste ofício, dizia ele que levara

⁸⁶ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁷ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁸ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁸⁹ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

«há tempos, um requerimento de Luís Henriques, em que pedia para ser provido numa cadeira de cirurgia e anatomia, de que muito se precisava nesta Província: requerimento que ia acompanhado de atestações de todas as comarcas, e igualmente de todos os párocos, em favor da criação da mencionada cadeira.»

António Manuel de Noronha justificava a presente insistência com a actual demanda de Luís Henriques e com o facto de «não [ter] havido resultado, até ao presente, sobre [aquela] pretensão».

Naquele ano de 1823, a 6 de Dezembro, Luís Henriques conseguira o registo da sua carta de médico de partido da Câmara, «por se achar vago o lugar de um dos médicos»⁹¹. Antes, a 7 de Junho, e não a 12 de Julho como escreveu Fernando Augusto da Silva, a Câmara enviara uma *Representação sobre a criação de uma Cadeira Anatómica nesta Cidade*. Nesta representação, é feita alusão a uma outra, «de todas as Câmaras, e Párocos, desta Província, já em outro tempo dirigida a El-Rei»⁹², provavelmente a primeira referida por Fernando Augusto da Silva, e provavelmente também a de Luís Henriques, não se sabendo, porém, se seria a iniciativa coadjuvada por Sebastião Xavier Botelho ou a reafirmada por António Manuel de Noronha, como já referido. As justificações de tais pedidos, «triste verdade esta evidenciada», como se expressava o relator camarário, seguem um eixo retórico comum que vinca a pobreza das populações rurais, a distância e a dificuldade de acesso à capital e a nefasta, e não raras vezes fatal, influência de mezinheiros e curandeiros.

A falta de resposta do Ministério do Reino motivou um ofício de um outro governador, D. Manuel de Portugal e Castro, datado de 4 de Setembro de 1824, a Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, Conde de Subserra, pedindo para estabelecer no hospital da cidade uma «Aula de Cirurgia Operatória» e propondo para professor,

«com o ordenado de quatrocentos mil réis, o menor que pode competir-lhe, Luís Henriques, Doutor em Medicina pela Universidade de Edimburgo, membro efectivo do Real Colégio de Cirurgia de Londres e Cirurgião operário do hospital desta Cidade, cujo préstimo e habilidade são aqui geralmente reconhecidos pelas difíceis e delicadas operações, com que tem salvado a muitos» ⁹³.

Poucos dias antes, a 20 de Agosto, ao oficiar um requerimento de um soldado que pedia dispensa para frequentar as aulas de cirurgia, o Governador vincava «a necessidade de promover e animar os estudos cirúrgicos nesta Capitania, como com

⁹⁰ ANTT, Ministério do Reino, mç. 498, *Processo sobre o estabelecimento de uma escola médico-cirúrgica na ilha da Madeira (Setembro de 1822)*, doc. n.º 65.

⁹¹ ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 116, 116v.º.

⁹² ABM, CMFUN, *Registo geral de documentos da Câmara* (tomo XV), fls. 86, 86v.º.

⁹³ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 29, doc. 7870.

mais extensão farei ver a V. Ex.^a»⁹⁴. A 16 de Março de 1825, o Governador D. Manuel de Portugal e Castro respondeu a uma interpelação do Ministério do Reino datada de 24 de Novembro de 1824, que vinha na sequência do seu ofício de 4 de Setembro do mesmo ano, acerca de alguns pontos, cujo teor pode assim ser resumido: pede o ministro que o governador esclareça que incentivos poderão ter os jovens para cursar a aula, que condições de sustento futuro terão, que condições o hospital fornece para a sua aprendizagem, que condições teriam as Câmaras para, em alternativa, custear o envio dos jovens a Lisboa para se formarem⁹⁵. Como facilmente se perceberá, está formulada pelo Ministério do Reino toda uma preocupação de política pública de educação, embora enunciada contraditoriamente, ou seja, por um lado, está subtilmente demandado às instâncias e aos poderes subsidiários -Governador Militar, Misericórdia e Câmara Municipal – que garantam um processo em que o poder central participe com a parte do salário dos professores, posto que é este o principal elemento de despesa pública, o que revelaria uma atitude, dir-se-ia hoje, de reconhecimento da autonomia regional; por outro, porém, tendo em conta as competências dos governadores e a dependência económica das Misericórdias e das Câmaras Municipais, a ênfase na formação realizada em Lisboa denotaria uma característica centralizadora.

De qualquer forma, a resposta do governador é assertiva em relação a todos os pontos: a urgência da aula justifica-se pela enorme carência e pelos sofrimentos causados pelas enfermidades; os incentivos que os alunos terão no futuro para uma «cómoda subsistência» são proporcionais aos problemas e necessidades existentes; o hospital é o único que serve o termo da cidade, de «vinte cinco mil a vinte seis mil almas», e o resto da capitania, de «noventa a cem mil almas», sem contar com «o grande número de estrangeiros que a procuram, ou por motivos do seu comércio ou com o fim de restabelecerem a sua saúde»; factos que permitem ao governador concluir que «se não pode recear a falta das sobreditas ocasiões [para se praticarem as grandes operações de cirurgia], pelo menos durante o tempo de meu governo não têm elas faltado.» Quanto à proposta de as câmaras custearem a formação dos jovens em Lisboa, a evidência da sua penúria, em que «todas estão endividadas de maneira que nem podem satisfazer os encargos que lhes são anexos», não necessitou de maiores explicações.

⁹⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 28, doc. 7848.

⁹⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9061.

⁹⁶ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 30, doc. 8291.

Nenhuma das representações anteriores teve as consequências almejadas. A questão da delimitação de jurisdições e a ascendência ou precedência de umas sobre as outras, as interpretações pessoais, os orgulhos e as vaidades, as clivagens políticas num momento de transformação e os interesses pecuniários por lugares que garantiam bons ordenados, certamente contribuíram para que a situação não se resolvesse e se arrastasse. Provavelmente, uma tal ausência de resposta aos anseios da população madeirense tenha decorrido de acordos e decisões tomadas nos bastidores do novo poder instituído, o parlamento, ou junto do rei. Sabe-se que os debates parlamentares das Cortes Gerais e Extraordinárias, de 1821 e 1822, no âmbito da elaboração de um Regulamento Geral de Saúde Pública, foram intensos, porém infrutíferos, e que existiu uma enorme quantidade de petições populares, enviadas de todas as partes do reino, exigindo as mais variadas medidas em termos de saúde e assistência 97. No entanto, como se verá, parece ter sido determinante a influência de João Francisco de Oliveira sobre D. João VI, denegrindo Luís Henriques e secundarizando-o em relação aos seus homens de confiança, oriundos de Lisboa, como se verá.

A Aula de 1825 do Médico João Francisco de Oliveira

Certo é que em Junho de 1825 foi criada a Real Escola de Cirurgia, em Lisboa⁹⁸ e no Porto⁹⁹, e esta iniciativa teve repercussões na Madeira. Em 30 de Dezembro do mesmo ano, um ofício¹⁰⁰ de Manuel José Maria da Costa e Sá, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dirigido ao Ministro da Marinha, Joaquim José Monteiro Torres, informava acerca do estabelecimento de uma «Aula de Cirurgia» no Funchal e acerca do respectivo plano¹⁰¹, que fora elaborado e oferecido por João Francisco de Oliveira, Provedor da Misericórdia do Funchal desde 1824.

João Francisco de Oliveira nasceu no Funchal a 9 de Março de 1761 no seio de uma família abastada. Foi médico formado na Universidade de Coimbra em 1785¹⁰²

⁹⁷ Cf. ABREU, 2017, «Saúde pública nas Constituintes (1821-1822) [...]», pp. 5-38.

⁹⁸ GARNEL, 2013, «Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina [...]», pp. 538-650.

⁹⁹ FERRAZ, 2013, A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto[...].

¹⁰⁰ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9058.

¹⁰¹ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9059 e AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9062. O primeiro documento está escrito e assinado por João Francisco de Oliveira; o segundo documento não está assinado e parece ser uma cópia.

AUC, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *João Francisco de Oliveira Alves*, disponível em https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=144912.

e professor da Faculdade de Medicina, onde parece não ter leccionado porque não consta ter recebido qualquer vencimento¹⁰³. Em 1794, integrou a Junta do Protomedicato, criada em 1782, embora não se saiba ao certo quando e ainda figurava como deputado à Junta em 1799. Foi nomeado Médico da Câmara Real¹⁰⁴ e, em 1797, foi conduzido ao cargo de Físico-Mor do Exército¹⁰⁵, tendo sido, provavelmente, o autor de um novo regulamento para os hospitais militares, instituído em 1805¹⁰⁶, apesar de ter deixado o país, rumo aos Estados Unidos da América¹⁰⁷, em 1803, por causa de um escandaloso caso amoroso na Corte, nunca cabalmente esclarecido¹⁰⁸. Após 1820, João Francisco de Oliveira, ilibado do crime que supostamente cometera, passou pela carreira diplomática em Londres e Paris, regressou a Portugal em 1822, tendo assumido um lugar em representação da Madeira na Câmara dos Deputados. Em 1823, substitui o Reverendo Gregório Nazianzeno Medina e Vasconcelos como Provedor da Misericórdia do Funchal, cargo que ocupará até 1825¹⁰⁹. Faleceu em 1829.

João Francisco de Oliveira, no seu plano, manuscrito, não fala em «Aula de Cirurgia», mas sim em «Escola de Cirurgia». É dirigido ao próprio rei D. João VI, com quem o médico madeirense possuía uma relação antiga e de grande cumplicidade, como o escândalo amoroso na Corte e os seus desenvolvimentos posteriores são prova inequívoca. Fernando Augusto da Silva referiu-se a este documento como um «desenvolvido plano de estudos, devidamente fundamentado»¹¹⁰. Bandeira de Figueiredo adjectivou de «notável» o «projecto de ensino» de João Francisco de Oliveira¹¹¹. A verdade é que é um modesto plano, ou projecto de ensino, ou regulamento para a escola, sobretudo quando comparado com o *Regimento*, *ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel*, nos 19 pontos do seu título V, «Da Aula Médico-Cirúrgica»; e bem mais modesto também se comparado com o *Regulamento para a Régia Escola de Cirurgia* de 25 de Junho de 1825¹¹². Comparado com o plano,

¹⁰³ RODRIGUES, 1992, *Memoria professorum universitatis conimbrigensis 1772-1937*.

¹⁰⁴ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 22, fl. 15v.°.

ANTT, Condes de Linhares, Cópia da carta régia nomeando João Francisco de Oliveira físico-mor do exército, mç. 5, doc. 54.

¹⁰⁶ Assembleia da República, Legislação Régia, Alvará de 27 de Março de 1805, disponível em http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p337.

¹⁰⁷ BALBI, 1822, Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, vol. 2, p. LXX.

¹⁰⁸ O caso está descrito em PIMENTEL, 1893, *A ultima Corte do absolutismo em Portugal*. Foi retomado por CARVALHO, 1917, *Médicos e Curandeiros* e por um autor anónimo, A., 1950, «O Ilustre Conselheiro João Francisco de Oliveira».

¹⁰⁹ COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», p. 235.

¹¹⁰ SILVA, 1945, A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal [...], p. 10.

¹¹¹ FIGUEIREDO, 1963, Introdução à História Médica da Madeira, p. 121.

¹¹² Gazeta de Lisboa, 4 de Julho de 1825, n.º 154 (suplemento), pp. 641-644.

supostamente, embora provavelmente, atribuído a Luís Henriques, não se vislumbram diferenças significativas, pois ambos parecem ter sido gizados sob uma qualquer premência.

Com efeito, desconhecendo-se que regimento ou regulamento estaria em vigor no hospital em 1825, o plano de João Francisco de Oliveira poderia até ser redundante. É curioso o facto de fazer-se acompanhar, como ilustração da situação vivida na ilha, de um exemplar, de 8 de Agosto de 1821, do primeiro periódico publicado na Madeira, *O Patriota Funchalense*¹¹³, dirigido por Nicolau Caetano Bettencourt Pita, que provavelmente também assina, como redator, o comentário ao artigo em destaque, escrito sob o pseudónimo *Estrela do Norte*.

Comparando-se ainda o documento com o *Regulamento para os Hospitais Militares*¹¹⁴, provavelmente da autoria do próprio João Francisco de Oliveira, ou com o projecto de *Regulamento Geral de Saúde Pública*¹¹⁵, de Francisco Soares Franco, é possível conjecturar que o simplismo do documento poderia dever-se ao entendimento que o autor teria do carácter secundário de uma tal escola *de cirurgia* ou ao carácter provisório de um tal plano, até que um novo regimento ou regulamento fosse elaborado. Relembre-se, aliás, que João Francisco de Oliveira era o Provedor da Santa Casa, o que torna ainda mais estranho o facto de que o seu plano não tenha pretendido substituir, em profundidade e por direito, o do Provedor Meneses e Ataíde. Desconhece-se quanto tempo vigorou o regimento de Meneses e Ataíde antes dos regulamentos de 1834 e de 1844¹¹⁶.

Neste seu plano, dirigido directamente a D. João VI, João Francisco de Oliveira explicava os motivos que, no seu entender, deveriam fazer preterir Luís Henriques. Apesar de longa, é justificada a transcrição.

«Parecerá talvez estranho que eu tenha a honra de propor a V. M. I. e R. para o ensino de operações cirúrgicas o Cirurgião José Inácio do Nascimento em lugar de Luís Henriques, o qual, bem que readmitido a cirurgião daquele hospital, fora dele excluído, por motivos assaz graves, e atendíveis.

¹¹³ O Patriota Funchalense, n.º 11, vol. I, 08.08.1821. O jornal tem um artigo longo, de página e meia, acerca do problema da necessidade da formação de cirurgiões e do problema dos curandeiros nos campos. É assinado sob o pseudónimo de Estrela do Norte. Uma resposta ou comentário, no mesmo número, foi escrita pelo redator, que era também o proprietário, o médico formado em Edimburgo, Nicolau Caetano de Bettencourt Pita.

¹¹⁴ AHM, Regulamento para os Hospitais Militares de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra, 1805.

¹¹⁵ Cf. OLIVEIRA, 1992, A saúde pública no vintismo: estudo e documentos.

¹¹⁶ Cf. Regimento do Hospital Nacional e Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal, província da Madeira, Ano de 1834; e Projecto de Regulamento para a Santa Casa da Misericórdia, e seu Hospital denominado de Santa Isabel da Cidade do Funchal no Ano de 1844.

As minhas razões são as seguintes.

- 1.ª O conhecimento prático, que tenho, que para viver em corporações, é necessário, além dos conhecimentos científicos, um carácter sisudo e oposto a intrigas; caso em que não está o cirurgião Luís Henriques.
- 2.ª Porque, não convém, que seja envolvido em prática numerosa, como Luís Henriques, mais médica do que cirúrgica: porque em tal caso, as doutrinas serão ensinadas perfunctoriamente, a não ser o Lente senhor do seu tempo, para cumprir exactamente, a uma hora determinada e inalterável, com o ensino de que está encarregado, que deve ser impreterível.

Este grande inconveniente se afere na cidade do Funchal; onde se há conferido o encargo de Professores de humanidades a Letrados, e a Médicos, que regularmente faltam ao essencial de seus deveres, que é o aproveitamento dos seus discípulos.

3.ª Porque nas circunstâncias da criação de qualquer curso científico, é essencial excluir a heterogeneidade de princípios e sistema de doutrinas; e não menos toda e qualquer pessoa, que arrogando a si pretensões não merecidas assim possa detrair no carácter de seus colegas, desgastá-los, desuni-los, e criando zizania [cizânia] entre os discípulos, deslisá-los da cooperação à ordem e disciplina estrita e inalterável que é essencial razão porque, segundo minha observação, me persuado não ser qualificado para a obtenção daquele grande objecto; até mesmo por ser estrangeiro / Prussiano de origem / acidente que para comigo é sempre muito atendível, havendo nacionais de igual mérito, como os há, com docilidade, morigeração, e subordinação à Lei, à qual o dito Luís Henriques tem muitas vezes faltado, com grande quebra do respeito que se deve à Mesa da Santa Casa da Misericórdia, e ao decoro e disciplina do estabelecimento.»

Não foi possível, todavia, descortinar a que episódio de exclusão do ofício médico no Hospital de Santa Isabel se refere João Francisco de Oliveira, não sendo também de todo possível avaliar a crítica ao carácter de Luís Henriques. No entanto, quanto à justificação profissional, que remete para o antigo conflito entre a medicina e a cirurgia e para a ascendência da primeira, João Francisco de Oliveira inverte a realidade do tirocínio passado de Luís Henriques e faz de um cirurgião, com muitos anos de experiência prática, médico, e médico ocupado; ou seja, atribui-lhe a tradicional atitude teórica dos médicos como inapropriada para uma escola daquele cariz. Por fim, há uma justificação de tipo curricular que valoriza a homogeneidade teórica que, supostamente, faltaria a Luís Henriques. Pareceria a João Francisco de Oliveira que a heterogeneidade de doutrinas, de conhecimentos e de práticas seria indesejável. Na verdade, foi nesse sentido o desenvolvimento posterior da medicina no séc. XIX, antes da sua definitiva cientificação, quando um ecletismo de base empirista rompera com os sistemas metafísicos e filosóficos médicos. Portanto, Luís

¹¹⁷ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 32, doc. 9059.

Henriques, por se arrogar «pretensões não merecidas», inocularia a discórdia entre colegas e discípulos. Por fim, era estrangeiro.

Bandeira de Figueiredo escusou-se a tecer mais comentários sobre o plano da escola de cirurgia de João Francisco de Oliveira «porquanto ele não teve efectivação»¹¹⁸. É sintomático que nem Fernando Augusto da Silva, nem Bandeira de Figueiredo tenham tecido quaisquer comentários sobre a crítica de João Francisco de Oliveira a Luís Henriques: ou não leram o documento, o que parece improvável, ou recalcaram o conflito, o que revela uma parcialidade na escrita da história que, aliás, não é caso único.

Uma leitura mais atenta do plano permite inferir indícios de práticas formativas e de certificação anteriores à institucionalização da aula e que, provavelmente, teriam existido também depois. João Francisco de Oliveira indicou no seu plano que os três facultativos responsáveis pela aula seriam Joaquim de Oliveira Simões, «Enfermeiro Geral e Cirurgião do Banco»; José Inácio do Nascimento, «que já serviu de demonstrador de anatomia no Hospital de S. José¹¹⁹; e Lourenço José Moniz, «médico residente na cidade.» O primeiro, natural de Leiria, obtivera carta de cirurgião a 8 de Outubro de 1824, tendo sido examinado no Hospital de S. José¹²⁰ e, em 9 de Novembro de 1825, um ofício do Governador D. Manuel de Portugal e Castro informa o ministro de um requerimento do «Cirurgião do Hospital Civil do Funchal», pedindo a criação de uma «Aula de Cirurgia Anatómica», da qual seria ele o professor, com um ordenado anual de 400 mil réis¹²¹. O requerimento está instruído com cinco documentos e públicas-formas atestadores da qualidade do requerente, sendo que a primeira está assinada por João Francisco de Oliveira. Escreveu este que Joaquim de Oliveira Simões foi

«chamado pela Mesa da Santa Casa [...] para preencher o lugar de Cirurgião do Hospital [...] onde se tem prestado gratuitamente ao ensino da Anatomia e da Cirurgia, explicando à cabeceira dos doentes as diferentes moléstias do foro cirúrgico aos seus discípulos, assim como fazendo-lhes exames públicos com os mais hábeis médicos da Madeira (o que antigamente jamais se havia praticado), os quais sempre os tem aprovado, admirando os seus progressos, visto que tendo havido no mesmo Hospital em outro tempo uma Aula sobre a mesma ciência, nunca dera nem tão hábeis discípulos, nem se procedera com tanta regularidade no seu ensino.» 122

¹¹⁸ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, p. 122.

¹¹⁹ Nada se conseguiu apurar sobre este cirurgião.

¹²⁰ ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. João VI, liv. 34, fls. 335v.º e 336.

¹²¹ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 31, doc. 8984.

¹²² AHU, CU, Madeira-CA, cx. 31, doc. 8985.

Ora, a despeito das claras intenções perlocutórias da missiva e do pouco tempo que Joaquim de Oliveira Simões pudesse ter estado no Funchal após ser examinado em 1824, ou seja, mais ou menos um ano, e independentemente da efectividade da situação, a narrativa revela pelo menos duas coisas: que a existência de práticas formativas era relativamente independente da institucionalização da aula; que os processos certificadores eram realizados no Funchal e poderiam até ser passíveis de alguma inovação com vista à melhoria da qualidade do ensino. Como já foi afirmado, só o aprofundar da investigação poderá aferir aquilo que parece plausível inferir.

O Relatório de Luís Henriques de 1826 ou 1827

O destino da aula de João Francisco de Oliveira, ou mesmo o seu fracasso, só poderá ser compreendido na intersecção de processos ainda mal conhecidos ou mesmo desconhecidos: da teia dos poderes e dos protagonistas na Madeira, desde a Vilafrancada à subida ao trono de D. Miguel, do papel da Maçonaria, dos interesses e lutas pelo poder na Misericórdia do Funchal.

Quanto à Misericórdia, desde o final do séc. XVIII que enfrentava muitos problemas de gestão. Em 1774, o Governador João António de Sá Pereira informava o Ministério do Reino acerca da má administração da instituição, dos desvios de rendimentos e das arbitrariedades cometidas pelos integrantes da Mesa¹²³. Em 1815, o Governador Florêncio Correia de Melo dera notícia acerca do péssimo estado em que se encontrava o hospital devido às administrações passadas¹²⁴. Em Janeiro de 1827, o médico Curado de Meneses pediu ao Governador D. Manuel de Portugal e Castro providências contra os abusos e arbitrariedades dos mesários da Santa Casa¹²⁵.

É neste contexto, na antecâmara da capitulação do regime constitucional, que surge uma espécie de relatório de melhoramentos do Hospital de Santa Isabel, concebido por Luís Henriques. Era provedor da Santa Casa o Governador D. Manuel de Portugal e Castro, não sendo possível por agora identificar em que mês este assumiu a Provedoria entre os anos de 1826 e 1827. Tudo aponta para que seja deste período o alvitre que o médico Luís Henriques fez por solicitação da Mesa. O documento não está datado, não é muito extenso, ainda assim é maior do que o plano de João Francisco de Oliveira. Em 1932, Cabral do Nascimento chamou-lhe «interessante

¹²³ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 3, doc. 434.

¹²⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 16, docs. 3697-3698.

¹²⁵ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 34, docs. 9927-9929.

documento» e transcreveu-o integralmente, fazendo apenas um breve apontamento inicial sobre a possível datação, afirmando que não poderia ser posterior a 1839, e sobre duas referências no texto, não nomeadas¹²⁶. O *Elucidário* de Fernando Augusto da Silva não o cita. Bandeira de Figueiredo publicou em fac-símile as quatro páginas do texto e apelidou-o de «curiosíssimo documento», qualificando o seu autor como sendo de um «espírito áspero e hipercrítico» e não fazendo mais comentários para além de afirmar que a aula de Luís Henriques, posterior a 1821, «não chegou a ter existência»¹²⁷.

A possibilidade de o relatório de Luís Henriques ser de 1826 reside em informações presentes no próprio documento, já identificadas por Cabral do Nascimento e Bandeira de Figueiredo, e em outras, só agora conhecidas, que derivam de elementos biográficos do seu autor. Luís Henriques foi baptizado na Igreja de São Pedro, em 1806¹²⁸, tendo à altura «pouco mais ou menos de treze anos». Casou-se em 1814¹²⁹ e graduou-se em Aberdeen em 1816¹³⁰. No fim do seu relatório afirmou:

«Eu prometo em dois ou três meses fazer um regulamento e oferecê-lo a essa Ilustre Mesa, não tirando de outros, mas tudo meu, aprendido em dezanove anos de Hospital, servindo oito anos de praticante, que bem à minha custa aprendi todos os abusos que nestes estabelecimentos há.»¹³¹

É surpreendente que esta frase do último parágrafo tenha passado despercebida a Cabral do Nascimento e Bandeira de Figueiredo. No entanto, sem o acesso a outras informações, não lhes seria possível datar o documento. Ora, em 1807, Luís Henriques «começou a atender a enfermaria militar» do Batalhão de Artilharia, e, antes, em 1806, fora nomeado ajudante do Capitão Cirurgião-Mor de Artilharia e Delegado do Cirurgião-Mor do Reino, João Ângelo Curado de Meneses¹³². Portanto, os oito anos de praticante que refere terão de se estender de 1806-1807 até à sua certificação em 1816, não se sabendo quando foi para Aberdeen. Os 19 anos de hospital que refere, se contados a partir de 1807, situam o documento em 1826. O rigor aritmético de uma contagem a partir de 1806 ou 1807 não parece ser determinante, pois faz todo o sentido que a solicitação que fora endereçada a Luís Henriques pela Mesa da Santa

¹²⁶ NASCIMENTO, 1932, «Relatório do Dr. Luis Henriques [...]», pp. 42-45.

¹²⁷ FIGUEIREDO, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, pp. 120-121.

¹²⁸ ABM, Paróquia de São Pedro, Registo de Baptismos, liv. 108, fl. 73.

¹²⁹ ABM, Paróquia de Santa Luzia, Registo de Casamentos, liv. 163, fls. 31 e 31v.º.

¹³⁰ ANDERSON, 1893, Officers and Graduates [...], p. 154.

ABM, EMCFUN, Plano de reorganização do Hospital anexo à Santa Casa da Misericórdia do Funchal elaborado pelo Dr. Luís Henriques, doutor em Medicina e cirurgião do Hospital, cx. 1, cap. 5.

¹³² AHU, CU, Madeira, Requerimento de Luís Henriques em que solicita o lugar de Físico-Mor na Madeira, cx. 30, doc. 1909.

Casa, a que ele acedeu, «apesar de as [suas] forças serem fracas», tenha sido feita por quem, antes, entre 1824 e 1825, havia intermediado a sua pretensão à aula médico-cirúrgica, ou seja, pelo Governador D. Manuel Portugal e Castro, que era Provedor da Misericórdia em 1826, e não por João Francisco de Oliveira, que foi provedor em 1824 e 1825, e que ultrapassou a pretensão de Luís Henriques à direcção da aula, como já foi demonstrado. Fica, todavia, em aberto, até novas investigações, a plausibilidade de o relatório ser do ano de 1827, em que o Provedor era João José Bettencourt de Freitas e Meneses. O que parece improvável é que o documento seja de 1825, ou anterior a esta data, ou posterior a 1827.

Mais uma vez, será preciso pedir escusa pelo não tratamento deste relatório que, a par de outros, será numa outra ocasião analisado e comparado. De qualquer forma, a opinião que agora é possível sustentar radica na percepção de que o referido relatório revela, claramente, uma grande experiência do contexto e das práticas hospitalares. Como uma nota adicional, é preciso vincar um aspecto que revela um desajustamento em relação à realidade ou, no limite, um entendimento precoce a respeito das funções de um hospital: ao contrário do que afirmou, criticamente, Luís Henriques, os hospitais servirão, durante os seguintes quase cem anos, para «engordar gente»¹³³, ou seja, o seu carácter assistencial sobrepor-se-á ao seu desiderato terapêutico *strictu sensu*.

O Destino de Alguns Alunos da Aula de 1825

Aqueles dois homens, Luís Henriques e João Francisco de Oliveira, possuíram posições e influências bastante distintas na sociedade madeirense, que podem explicar muito do sucesso ou do fracasso dos seus projectos. A questão da descontinuidade da aula e, de forma mais relevante, da continuidade de processos formativos e de certificação, remete para o papel daqueles protagonistas: João Francisco de Oliveira teve uma passagem muito curta pela prática no hospital, entre 1823 e 1825, e morreu em 1829; Luís Henriques, pelo contrário, tem um longo tirocínio dentro do Hospital da Misericórdia, primeiro como ajudante do Cirurgião-Mor, João Ângelo Curado de Meneses, depois como cirurgião operário do hospital e médico do hospital militar, a partir de 1824.

ABM, EMCFUN, Plano de reorganização do Hospital anexo à Santa Casa da Misericórdia do Funchal elaborado pelo Dr. Luís Henriques, doutor em Medicina e cirurgião do Hospital, cx. 1, cap. 5.

Quanto aos alunos desta segunda aula, e das evidências de práticas formativas e processos certificadores que continuaram a ter lugar no Hospital da Misericórdia, e, depois, no interior do Hospital Militar, independentemente da sua organização formal em aula, como se pode ver na Tabela 1, 18 jovens abriram matrícula no início de 1825. Destes, de momento, é apenas possível mencionar oito.

José Caetano Ciebra de Barros, que era soldado do Batalhão de Artilharia, endereçou requerimento ao Governador, que oficiou ao Ministro do Reino a 20 de Agosto de 1824, pedindo «a graça de mandar-lhe dar baixa da praça, que tem no referido Batalhão, a fim de poder melhor prosseguir nos estudos de cirurgia a que se tem aplicado com assiduidade e aproveitamento.»¹³⁴ No despacho da Mesa da Santa Casa de 11 de Janeiro de 1827, está registado que José Caetano Ciebra «pediu para praticar no Hospital a fim de se examinar de cirurgia», pedido que teve resposta negativa¹³⁵.

Francisco Pedro Álvares Pereira Jardim, a 29 de Setembro de 1827, requereu à Mesa da Santa Casa para o admitir à prática de cirurgia no hospital e a Mesa informou os facultativos¹³⁶.

Juvenal Honório de Ornelas, que as observações indicam que «foi para Paris», foi doutor em Medicina¹³⁷ e, até quase à sua morte, em 1873, foi professor da Escola Médico-Cirúrgica e médico pessoal da cronista Isabella de França, aquando da sua estadia na Madeira¹³⁸.

João Nepomuceno Gomes era, em 1831, praticante de cirurgia, e, a 15 de Março, viu ser-lhe passado o provimento pela Mesa da Santa Casa como cirurgião do banco do hospital¹³⁹. Foi barbeiro com tenda registada na Câmara¹⁴⁰, dentista¹⁴¹ e almoxarife do hospital até à sua morte em 1868.

Domingos de Sousa, «praticante de cirurgia», o seu pai, Clementino de Sousa, «boticário», e o seu irmão, Francisco Xavier de Sousa, «praticante de botica», que mais

¹³⁴ AHU, CU, Madeira-CA, cx. 28, doc. 7848. Ainda não foi possível averiguar a ascendência deste aluno, pois o sobrenome remete para um cirurgião madeirense do séc. XVIII, António Rodrigues Ciebra, que chegou a ser comissário delegado do Cirurgião-Mor do Reino e publicou, em 1760, a obra Narração cirúrgica de um carbúnculo maligno, que com felicidade se curou na cara.

¹³⁵ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 3.

¹³⁶ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 26.

¹³⁷ Cf. ORNELAS, 1834, Dissertation sur le traitement des pertes de sang [...].

¹³⁸ FRANÇA, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, p. 145.

¹³⁹ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 59.

¹⁴⁰ ABM, CMFUN, Ofícios Mecânicos (Registo de Matrículas), 1827-1836, p. 2.

¹⁴¹ A Flor do Oceano, 28 de Fevereiro de 1836, n.º 65.

tarde será boticário do hospital, secretário e professor de farmácia da Escola Médico--Cirúrgica, foram presos em 1828 e enviados para Lisboa¹⁴².

Nicandro Joaquim de Azevedo foi boticário do hospital, primeiro secretário e professor de farmácia da Escola Médico-Cirúrgica.

Manuel José de Freitas foi sangrador e cirurgião examinado no Hospital de Santa Isabel, a 30 de Janeiro de 1828, por João Ângelo Curado de Meneses, delegado comissário do Cirurgião-Mor, e pelos examinadores Luís Henriques e Lourenço José Moniz¹⁴³. É de referir que, nas observações à margem dos nomes dos alunos matriculados em 1825, Manuel José de Freitas surge com a indicação «não continuou», tal como outros seis. É de notar ainda outras referências: o aluno que «embarcou», o que «largou», o que «pediu demissão», o que se «ausentou». Um dos que largou, Francisco Gomes de Sousa, foi, provavelmente, um vereador da Câmara de Ponta do Sol eleito por oito mandatos e cirurgião de profissão¹⁴⁴.

Luís Albino Gonçalves, como registado à margem do seu nome, continuou «na clínica médico-cirúrgica e prática da farmácia na botica do Hospital». Examinou-se no Hospital de Santa Isabel, muito provavelmente no final de 1836, pelo Delegado do Cirurgião-Mor, Luís Henriques, como se pode ver da solicitação feita pelo Governador Civil para a Comissão Administrativa da Santa Casa para que «franqueie tudo quanto seja necessário para que este exame tenha lugar no dia que seja designado pelo referido Delegado do Cirurgião-Mor»¹⁴⁵. O que é revelador, a um só tempo, do momento histórico de transição e da continuidade das práticas é o facto de que o candidato a exame era já, à altura, cirurgião do 5.º Regimento de Infantaria.

Há, por fim, o registo de três matrículas, nos anos de 1826, 1827 e 1831. Todos estes três jovens serão alunos da futura Escola Médico-Cirúrgica¹⁴⁶. Valentim Maximiano de Sousa concluirá o curso de três anos em 1840; João Zacarias, que teve carta de barbeiro em 1834, concluirá o curso de quatro anos em 1846; e Henrique Crawford Júnior, que, apesar de se ter matriculado em 1838 e em 1839, nunca concluirá o curso, o que não o impediu de ter sido enfermeiro geral do Hospital da Misericórdia durante muitos anos.

¹⁴² AHU, CU, Madeira-CA, cx. 37, docs. 10849-10851.

ABM, CMFUN, Registo geral de documentos da Câmara (tomo XVI), fls. 88v.º, 89, 89v.º, 90, 90v.º, 91 e 91v.º.

¹⁴⁴ Cf. SOUSA, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Sócio-Económico (1834-1878)», p. 580.

¹⁴⁵ ABM, Governo Civil, Autoridades Diversas (Registo de Correspondência), liv. 96, fl. 12v.°.

¹⁴⁶ ABM, EMCFUN, Registo de termos de matrículas, cx. 7, liv. 3.

Poder-se-ia juntar a estes vários outros jovens que figuram nos registos da Santa Casa da Misericórdia. Referir-se-ão alguns apenas a título ilustrativo: a 18 de Março de 1822, Estanislau Eustáquio Moniz de Meneses pediu para praticar cirurgia à Mesa da Santa Casa e foi-lhe solicitado que juntasse atestação dos professores com quem queria praticar¹⁴⁷; a 29 de Março de 1822, Francisco José Brazão, que era ajudante da botica do hospital, reclamava que o ordenado não lhe era pago há oito meses e pedia aumento para dez mil réis por mês, o que lhe foi concedido¹⁴⁸; a 23 de Março de 1827, João de Cantuária requereu à Mesa para praticar cirurgia no Hospital «debaixo das vistas do cirurgião Luís Henriques», o que lhe foi concedido¹⁴⁹; a 5 de Novembro de 1827, os praticantes e enfermeiros requereram à Mesa que se pusesse em execução o título 5.º do Regulamento na secção 2.ª para que se pudessem «aplicar e serem úteis à humanidade», o que ficou prometido que «a seu tempo serão definidos»¹⁵⁰.

Considerações Finais

O decreto de 29 de Dezembro de 1836, que criou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e do Porto e instou à criação de escolas curricularmente menores nas capitais de distrito, não surgiu a partir de um vazio de práticas e de regulamentações; não foi, de forma alguma, uma novidade absoluta, ainda que em parte o tenha sido em relação ao novo estatuto dado à cirurgia, reduzindo a tradicional distância em relação à medicina, como também em relação ao corte com a centralidade da Universidade de Coimbra. À prática arcaica e de tipo mesteiral, de um ensino baseado na relação mestre-discípulo, em contexto real, distribuída por muitas centralidades, sucedeu uma renovada organização curricular marcada pelo ensino formal e simultâneo, características de estruturação dos sistemas educativos por toda a Europa e que evoluirá ao longo do séc. XIX e início do séc. XX. A institucionalização de aulas *de cirurgia* ou *de anatomia* constituiu o esforço antecedente nesse sentido, ou seja, no sentido da criação de uma nova centralidade, mas também no sentido da instituição de um ensino formal e, consequentemente, da extinção de uma certificação apenas pela prática.

¹⁴⁷ ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1, fl. 1v.º.

¹⁴⁸ ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1, fl. 2.

¹⁴⁹ ABM, SCMFUN, Mesa da Santa Casa (Livro da), liv. 452, fl. 14.

¹⁵⁰ É indubitável que a referência é ao *Regimento, ou Regulamento* de 1816 que no seu Título 5.º, da Aula Médico-Cirúrgica, estabelece na secção 2.ª que «O Mestre desta Aula será um e dos Professores da Casa, que a Mesa com o Provedor julgar mais hábil, assinando-lhe ordenado competente.»

Recusar um recuo no tempo *ab initio*, sempre à procura dos precursores, não significa a valorização da importância dos fenómenos de ruptura em detrimento dos de continuidade; antes, é o reconhecimento das limitações actuais da investigação sobre o tema. Por isso, esta análise retrospectiva foi forçosamente incompleta e resumida. Pouco ou nada se sabe acerca da formação de cirurgiões e boticários no Hospital de Santa Isabel no séc. XVIII e nas três primeiras décadas do séc. XIX. Na verdade, pouco se sabe também acerca do contexto nacional, em parte devido a um certo preconceito dos historiadores da medicina em relação a uma realidade marcada pelo ensino não formal e pela certificação pela prática. Espera-se que a perspectiva que se procurou agora dar do contexto das antigas aulas médicocirúrgicas, ampliando e aprofundando a análise documental e a problematização temática e conceptual, venha a contribuir para uma efectiva investigação histórica, com rigor e métodos, e para a renovação dos objectos da historiografia madeirense, quer no âmbito do seu enfoque como história regional e local, quer no âmbito da sua posição ultraperiférica no contexto da historiografia europeia.

Tabela 1 – Registo de Matrículas dos Alunos do Curso de Cirurgião (1816-1831)

| Tabela 1 Registo de Matricalas dos Atlantos do Carso de Ciralgido (1010 1051) | | | |
|---|---|---------------------------------|--|
| Data de Matrícula | Nome / Idade / Naturalidade | Observações à Margem | |
| 12.10.1816 | Felipe Correia / s.r. / São Pedro, Funchal | Morto | |
| 12.10.1816 | João António de Góis / s.r. / Ponta Delgada, São Vicente | Saiu. | |
| 11.10.1816 | António Joaquim Mendes / s.r. / Campanário, Ribeira Brava «enfermeiro da enfermaria militar nesta casa» | Saiu. | |
| 11.101816 | José Ricardo Mendes / s.r. / São Pedro, Funchal | Saiu. | |
| 07.10.1816 | Elias António Vieira / s.r. / São Pedro, Funchal | Saiu e se examinou. | |
| 27.02.1818 | Luís Ferreira da Luz / s.r. / São Pedro, Funchal | Saiu para curar no Porto Santo. | |
| 03.02.1819 29.01.1820 | Aires Joaquim / s.r. / Porto da Cruz, Machico | Não continuou. Saiu. | |
| 12.10.1820 | João Pereira / s.r. / Fajã da Ovelha, Calheta | s.r. | |
| 16.10.1820 | João dos Ramos / s.r. / Fajã da Ovelha, Calheta | s.r. | |
| 18.11.1822 | Francisco Martins / s.r. / Funchal | Não teve efeito. | |
| 03.01.1825 | Francisco Gomes Jardim / s.r. / s.r. | s.r. | |
| 07.011825 | Francisco Xavier Barbeito / s.r. / Calheta | Ausentou-se. | |
| 07.01.1825 | Serafim Augusto de Bettencourt / s.r. / Funchal | Não continuou. | |
| 07.01.1825 | José Caetano Ciebra de Barros / 26 / Ribeira Brava | Não continuou. | |
| 08.01.1825 | Francisco Martins Álvares / 23 / Porto da Cruz | «Jan8». | |

| 08.10.1825 | Joaquim António de Viveiros / 16 / Porto Santo | Pediu a sua demissão do lugar de enfermeiro em 12 de Novembro, que lhe foi dada pelo Provedor. |
|------------|--|--|
| 08.01.1825 | Francisco Gomes de Sousa / 18 / Arco da Calheta, Calheta | Largou. |
| 08.01.1825 | Anselmo Pinto de Barros / 18 anos / São Pedro, Funchal | Não continuou. |
| 08.01.1825 | João Ferreira / 23 / Faial, Santana | Não continuou. |
| 08.10.1825 | Juvenal Honório / 18 / Porto da Cruz, Machico | Foi para Paris. |
| 08.01.1825 | João de Sousa / 16 / Santa Luzia, Funchal | Embarcou. |
| 09.01.1825 | Francisco Militão Camacho / 19 / s.r. | Não continuou. |
| 11.01.1825 | João Nepomuceno Gomes / 24 / Funchal | Foi atestado pelos professores da Aula Médico-Cirúrgica que o aluno deu curso regular da dita aula, e continuou na clínica médico- cirúrgica e prática da farmácia na botica do Hospital. |
| 15.01.1825 | Domingos de Sousa / 14 / s.r. (filho de Clementino de Sousa, boticário) | Foi preso e não continuou. |
| 17.02.1825 | Nicandro Joaquim de Azevedo / 15 / São Pedro, Funchal | Foi atestado pelos professores da Aula Médico-Cirúrgica que o aluno, boticário aprovado, deu o curso regular da dita aula, e continuou na clínica médico-cirúrgica, com a prática da farmácia na botica do Hospital, onde é boticário. |
| 09.04.1825 | Manuel José de Freitas / 19 / Sé, Funchal | Não continuou. |
| 22.03.1825 | Francisco Pedro Ávares / s.r. / s.r. | Não continuou. |
| 10.02.1825 | Luís Albino Gonçalves / 16 / s.r. | Foi atestado pelos professores da Aula Médico-Cirúrgica que o aluno deu curso regular na mesma, e continuando na clínica médico- cirúrgica e prática da farmácia na botica do Hospital. |
| 26.08.1826 | Valentim Maximiano de Sousa / 15 / Funchal | s.r. |
| 15.01.1827 | Henrique Crawford Júnior / 15 / Funchal | s.r. |
| 13.04.1831 | João Zacarias / 16 / s.r. | s.r. |

Fonte: ABM, EMCFUN, Registo de matrículas dos alunos do curso de cirurgião, cx. 8, liv. 1. Legenda: s.r. – sem registo.

Fontes Manuscritas (Arquivos e Fundos)

Arquivo e Biblioteca da Madeira

Câmara Municipal do Funchal.

Escola Médico-Cirúrgica do Funchal.

Governo Civil.

Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Paróquia de São Pedro.

Paróquia de Santa Luzia.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de Chancelaria Régia.

Chancelaria-Mor da Corte e Reino.

Condes de Linhares.

Ministério do Reino.

Registo Geral de Mercês.

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Histórico Ultramarino.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Periódicos

Diário da Madeira, 1931.

A Flor do Oceano, 1836.

Gazeta de Lisboa, 1825.

O Patriota Funchalense, 1821.

Referências Bibliográficas

A., 1950, «O Ilustre Conselheiro João Francisco de Oliveira», in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 4, pp. 33-37.

- ABREU, Laurinda, 2010, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados», in CARDOSO, Adelino; OLIVEIRA, António Braz de e MARQUES, Manuel Silvério, *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 97-112.
- ABREU, Laurinda, 2016, «A Misericórdia do Porto e os seus hospitais como centros de formação de cirurgiões (1639-1825)», in AAVV, Saúde, Ciência, Património: Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, pp. 541-557.
- ABREU, Laurinda, 2017, «Saúde pública nas Constituintes (1821-1822): ruturas e continuidades», in *Análise Social*, vol. LII (1.º), 222, pp. 5-38.
- ALMEIDA, Fortunato de, 1917, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica.
- ANDERSON, Peter John, 1893, Officers and Graduates of University and King's College of Aberdeen. 1450-1860, Aberdeen, Printed for the New Spalding Club.
- BALBI, Adrien, 1822, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, vol. 2, Paris, Rey et Gravier Librairies.
- BORGES, Augusto José Moutinho, 2009, *Reais hospitais militares em Portugal:* 1640-1834, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BOTELHO, Sebastião José Xavier, 1821, *História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira*, Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra.
- BRITO, António José Aguiar Alves de (coord.), 1963, *Universidade do Porto. Anuário XVII. Ano Escolar de 1962-1963*, Porto, Tipografia e Encadernação Domingos Oliveira.
- CARITA, Rui, 2008, *História da Madeira*. *O longo século XIX (1834-1910)*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura e Universidade da Madeira.
- CARVALHO, Rómulo de, 2008, História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Silva, 1917, *Médicos e Curandeiros*, Lisboa, Tipografia Adolpho de Mendonça.
- CATROGA, Fernando, 2015, *Memória, História e Historiografia*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.
- CIEBRA, António Rodrigues, 1760, *Narração cirúrgica de um carbúnculo maligno, que com felicidade se curou na cara*, Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno.
- CLODE, Luís Peter, 1983, *Registo bio-bibliográfico de madeirenses: sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.

- COSTA, Bruno Abreu e MARTINS, Maria Cristina, 2015, «O Corpo Enfermo: A Clientela do Hospital de Santa Isabel do Funchal (1784-1786)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 186-221.
- COSTA, José Pereira da, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIV, pp. 94-239.
- COSTA, José Pereira da, 1993, Assistência médico-social na Madeira (breve resenha histórica), Funchal, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.
- COSTA, José Pereira da e SAINZ-TRUEVA, José de, 1992, Assistência médico-social na Madeira e a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração.
- CRESPO, Jorge, 1990, A História do Corpo, Lisboa, Difel.
- FERRAZ, Amélia Ricon, 2013, A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Contributo para a História da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, U.Porto Editorial.
- FIGUEIREDO, A. Bandeira de, 1963, *Introdução à História Médica da Madeira*, Porto, Edições Marânus.
- FIGUEIREDO, A. Bandeira de, 1964, Aspectos da Medicina na Madeira através dos tempos (separata de Anais Azevedos, n.º 15), Lisboa, Sociedade Industrial Farmacêutica.
- FRANÇA, Isabella de, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- GARNEL, Maria Rita Lino, 2013, «Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa. O Ensino Médico (1825-1950)», in MATOS, Sérgio Campos e Ó, Jorge Ramos do, *A Universidade de Lisboa*, *séculos XIX-XX*, vol. I, pp. 538-650.
- LAVE, Jean e WENGER, Etienne, 2008, Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation, New York, Cambridge University Press.
- LEMOS, Maximiano, 1991, *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, Lisboa, Dom Quixote/Ordem dos Médicos.
- LOJA, António Egídio Fernandes, 2008, *Crónica de uma Revolução. A Madeira na Revolução Liberal*, Funchal, Funchal 500 Anos.
- MATOS, Rui Manuel Carneiro de Campos, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico. Madeira e Canárias, 1800-1914*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MONIZ, Lourenço José, 1815, Dissertatio medica inauguralis, de ictero: quam, annuente summo numine: ex auctoritate reverendi admodum viri, D. Georgii Baird, SS.T.P. Academiae Edinburgenae Praefecti: necnon amplissimi senatus academici consensu, et nobilissimae facultatis medicae decreto: pro gradu doctoratus, summisque in medicina honoribus ac privilegiis rite et legitime consequendis, Edinburgi, Excudebant Neill et Socii.

- NASCIMENTO, João Cabral do, 1932, «Alunos da Aula Médico-Cirúrgica», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, pp. 101-104.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1932, «Relatório do Dr. Luis Henriques sobre os melhoramentos a introduzir no Hospital de Santa Isabel», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, pp. 42-45.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1933, «De Rebus Pluribus: Manuscritos da Escola Médica», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, p. 115.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 1992, A saúde pública no vintismo: estudo e documentos, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- ORNELAS, Juvenal Honório de, 1834, Dissertation sur le traitement des pertes de sang qui peuvent suivre l'accouchement. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 25 mars 1854, pour obtenir le grade de Docteur en médecine, Paris, Imprimerie de Didot Le Jeune.
- PÃO, Nélio, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 na Madeira: Tratamentos, Medidas Preventivas, Preocupações Sanitárias e Cuidados com o Corpo», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 323-346.
- PEREIRA, Mário, 2002, A Madeira e a Ortopedia. Notas para o estudo da história da medicina e ortopedia na Madeira, Funchal, Centro Ortopédico do Funchal.
- PIMENTEL, Alberto, 1893, *A ultima Corte do absolutismo em Portugal*, Lisboa, Livraria Férin.
- PITA, João Rui, 1996, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Livraria Minerva Editora.
- PITA, João Rui, 1999, «A farmácia em Portugal: de 1836 a 1921. Introdução à sua história. Parte I. Ensino farmacêutico e saúde pública formação e actividade dos farmacêuticos portugueses», in *Revista Portuguesa de Farmácia*, vol. 49, n.º 1, Jan.-Mar., pp. 1-20.
- PITA, João Rui e PEREIRA, Ana Leonor, 2006, «A História da Farmácia em Portugal: o Estado da Arte. O projecto interdisciplinar do CEIS20», in PITA, João Rui e PEREIRA, Ana Leonor, *Rotas da Natureza. Cientistas, Viagens, Expedições, Instituições*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 79-88.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1949-1951, *Notas & comentários para a história literária da Madeira*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, 1992, *Memoria professorum universitatis conimbrigensis* 1772-1937, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.

- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2011, «A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): Autonomia, Adjacência ou Independência?», in REBELO, Helena, *Lusofonia: Tempo de Reciprocidades. Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Porto, Edições Afrontamento, vol. II, pp. 451-464.
- S.A., 1871, Projecto de Regulamento para a Santa Casa da Misericordia, e seu hospital denominado de Sancta Isabel da Cidade do Funchal no Anno de 1844. Offerecido ao Governo de Sua Majestade pelo Administrador do respectivo Districto, Funchal, Na Typ. da Razão.
- S.A., 1820, Regimento, ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal Ilha da Madeira, sendo Provedor da Mesma Santa Casa o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo Vigario Apostolico D. Fr. Joaquim de Menezes Attaide. Ano de 1816, Lisboa, Typografia Bulhoens.
- S.A., 1840, Regimento do Hospital Nacional e Real de Sancta Isabel da Cidade do Funchal, Provincia da Madeira Anno de 1834, Funchal, Typographia Nacional.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Introdução», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel, Cabral do Nascimento: escrever o mundo por detrás de um monóculo e a partir de um farol, Funchal, Imprensa Académica.
- SANTOS, Filipe dos, 2015, «Corpos Doentes, Corpos Confinados: Lázaros no Funchal (Final do Século XV Segundo Terço do Século XVII)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 35-94.
- SHER, Richard B., 2006, *The Enlightenment and the book: Scottish authors and their publishers in eighteenth-century Britain, Ireland, and America*, Chicago & London, The University of Chicago Press.
- SILVA, Fernado Augusto da, 1945, *Diocese do Funchal. Sinopse Cronológica*, Funchal, Tipografia Esperança.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1945, A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal: Breve Monografia Histórica, Funchal, Tipografia Esperança.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Sócio-Económico (1834-1878)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, pp. 515-657.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «A questão dos Sanatórios da Madeira», in *Islenha*, vol. 6, Jan.-Jun., pp. 124-143.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira 2016, Conhecer, Tratar e Combater a «Peste Branca». A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975), Porto, CITCEM/Edições Afrontamento.

A (E)migração Madeirense à Luz das Certidões de Passaporte (1851-1861)

Madeiran (E)migration (1851-1861). A Study Through Passport Certificates

Maria Cristina Martins¹

Resumo

O processo de obtenção de passaporte inicia-se, no caso da ilha da Madeira de meados do século XIX, nas repartições administrativas locais contíguas às populações, as regedorias. A premissa – a de reconhecer e a de monopolizar as suas gentes – obedece ao sistema político-administrativo oitocentista em vigor, que intenta controlar um crescendo de fluxos migratórios já secular. Os que pretendem *partir* dirigem-se, desta feita, aos regedores – *agora* agentes de controlo social –, demonstrando encontrarem-se habilitados para adquirir tal documento de mobilidade, exclusivamente outorgado pelo Governador Civil do Distrito do Funchal. Nesta senda, o conjunto de requerentes que solicitou certidão de passaporte entre 1851 e 1861 é o ponto de partida para uma análise de cariz quantitativo, que procura conhecer a realidade social e económica madeirense e desvelar o rol de motivos que os levou a quererem sair do arquipélago.

Palavras-chave: Concessões de Passaporte; Guias de Passaporte; Regedorias; (E)migração Madeirense; Legislação.

Licenciada em História da Arte, pela Universidade Nova de Lisboa (2010), e mestre em Estudos Regionais e Locais pela Universidade da Madeira (2020), realizou dois estágios, na Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves (2009, no âmbito curricular) e no Centro de Estudos de História do Atlântico (2014, em contexto profissional), e é formadora. Tem publicados um *case-study* sobre a construção e preservação da Estrada Monumental e da Ponte do Ribeiro Seco (1848-1928), outro sobre o Hospital de Santa Isabel do Funchal (1784-1786) e um último sobre a adaptação dos madeirenses na Guiana Inglesa (1846-1852). É coautora e coordenadora do projeto MERAM: Museu da Emigração na Região Autónoma da Madeira, no Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL/UMa), onde é também colaboradora. Interessa-se pelo tema das Migrações, sobretudo os fenómenos emigratórios e os migratórios (interno e colonial), no plano histórico-social, do qual os indivíduos, em constante mobilidade, não se podem dissociar. Realce-se que o presente artigo deriva da dissertação *A fuga à «má sorte». Subsídios para a história da emigração madeirense (1851-1861)*, defendida em julho de 2020, na Universidade da Madeira. Contacto: martinshenriques@hotmail.com.

Abstract

The starting point to obtain a passport in the mid-19th century's Madeira island is at a *regedoria*, a local social control administration. The premise – that of recognizing and monopolizing population – follows the political-administrative system in order to control a rising emigration flow since the Modern Era. Therefore, those who intend to leave address to agents of social control to request a passport, exclusively issued by the Civil Governor of Funchal. This article seeks to profile, via a statistical analysis, the (e)migration candidates between 1851 and 1861 in a social-economic perspective of the island itself, unveiling their reasons to leave the archipelago.

Keywords: Passport Certificates; Passport-Granting; *Regedorias*; Madeiran (E)migration; Legislation.

Considerações Prologares

O fenómeno da migração humana sustém as suas raízes num tempo e dimensão geográfica recuados, cuja prática remonta há cerca de cem mil anos, encetada no continente africano, e se conserva na atualidade². O adensar dos fluxos migratórios reporta, por ora, à centúria de oitocentos, momento em que atinge proporções de grande escala. «Drama de hoje, drama de ontem»³, a emigração manifesta-se como um dos axiomas da sociedade portuguesa desde os Descobrimentos, atingindo o seu apogeu nos séculos XIX e XX, tal como ocorrera na Europa ocidental. Engolfado em tal circunstância, o arquipélago da Madeira – um *umbigo* do mundo⁴ – foi também palco de copiosas partidas, quer pela labilidade socioeconómica e política (falta de trabalho e de meios de subsistência, regime de colonia repressivo, contendas entre liberais e absolutistas, questões de ultraperiferia e dependência externa), quer pela exiguidade geográfica e consequente incremento demográfico, quer pelas crises agrícolas (sistema secular de monocultura) e sucessivas calamidades naturais⁵.

O presente artigo incide, desta feita, sobre o fluxo (e)migratório em meados de oitocentos – entre 1851 e 1861 – através da documentação que dá início ao processo legal de saída da ilha da Madeira. A fonte em análise – as *Certidões dos*

² ELTIS, 2002, «Introduction: Migration and Agency in Global History», p. 1; consulte HERRERA e GARCIA-BERTRAND, 2018, *Ancestral DNA, Human Origins, and Migrations*.

³ SERRÃO, 1982, A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica, p. 1.

⁴ TEIXEIRA, 2005, Tendências da Literatura na ilha da Madeira [...], p. 10.

⁵ CARITA, 2008, História da Madeira [...].

Regedores de Freguesia para Passaporte⁶ –, desprovida de trabalhos de investigação de teor historiográfico, revela uma orgânica político-administrativa relativamente estruturada, na medida em que as regedorias – ou paróquias civis⁷ – funcionavam como expedientes de triagem para a obtenção de passaporte, exclusivamente outorgada pelo Governo Civil do Distrito do Funchal. O regedor determina, pois, quem se encontra legalmente apto para (e)migrar mediante uma série de comprovativos oficiais⁸ sobre o estatuto civil do requeredor. Um perfil socioeconómico é traçado, *a priori*, para a sua elegibilidade perante o representante máximo da administração regional, o governador civil.

Propõe-se, desta feita, a apresentação de um estudo estatístico descritivo à onzena 1851-1861 – correspondente a 2215 documentos – desenvolvido a partir da fonte, ou seja, através do método source-centred⁹; tal cronologia permitiu uma maior inteligibilidade na leitura de modelos-padrão, de flutuações e de desvios-padrão dos solicitantes ao longo dos anos. O supradito núcleo documental concedido, na sua esmagadora maioria, pelas regedorias do concelho do Funchal, contém ainda fontes de outras repartições administrativas (como o caso das Administrações de Concelho, dos Juízos de Direito das Comarcas Ocidental e Oriental do Funchal, entre outros) que foram consideradas válidas para o estudo em questão. Tais registos de identificação revelam, no seu todo: o nome, a idade, o estado conjugal, a ocupação laboral, a situação financeira, a filiação e a permissão de saída, a naturalidade, a residência, as dívidas/contribuições para com o Estado, o destino que os requisitantes pretendem seguir, quem levam consigo – número de acompanhantes, nome, idade, estado conjugal, grau de parentesco, entre outros –, a sua descrição fisionómica e, ainda, algumas observações colocadas como *nota bene*, ou anotadas nas margens da certidão. O seu conteúdo, sociodemográfico e económico,

⁶ Referência integrante do fundo do Governo Civil do Funchal (GCF), no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), caixas 737 a 740 (intervalo cronológico de 1851 a 1876; sem documentação para os anos de: 1852, 1862, 1863, 1866 a 1872, 1874 e 1875).

MONTEIRO, 1996, «As paróquias», p. 45; sobre questões nomenclares, da origem e do desenvolvimento destes núcleos de poder – outrora exclusivamente eclesiásticos –, consulte CATROGA, 2014, A Geografia dos Afetos Pátrios [...], pp. 209-230.

Deparou-se com certidões de batismo, de casamento e de óbito, alvarás de emancipação, isenções e provas de recrutamento militar, atestados de pobreza e passaportes outorgados no estrangeiro, que acabaram por complementar alguns dos dados sobre os solicitantes e, por vezes, os seus acompanhantes, uma vez que a informação redigida nas guias – ou «certidões» – de passaporte se revelou ora profícua, ora escassa. Tal documentação revela-se fundamental face à aprovação do governador civil no tocante ao passaporte, como afirma FREITAS, 2013, *Des vignes aux caféiers* [...], p. 460.

⁹ GIL, 2015, Como se faz um banco [...], p. 53.

reflete uma fração da realidade madeirense cujos níveis de indigência, trabalhos precários – ou falta destes –, regimes de colonia estranguladores e crises agrícolas afetaram grande parte dos fogos do meio citadino e do meio rural¹⁰. Mas não só. Questões como o escape ao recenseamento militar, a conservação da "boa moral" insulana – com o incitamento à partida de meretrizes, de ratoneiros e de gente de "má índole", partilhada pelos administrativos locais –, a procura de familiares já estabelecidos em diversos destinos de acolhimento, as viagens de negócios, ou os regressos, são outros descritivos que legitimam requerimento para obtenção de passaporte. A avultada informação que se pode reter deste corpus documental prova ser, também, uma mais-valia no entendimento do sistema administrativo português do século XIX, aplicado ao arquipélago da Madeira. A incumbência dos regedores de paróquia é, quanto às guias de passaporte, omissa ou "ofuscada" pelo exercício e pela manutenção da ordem pública. Correlacionou-se, portanto, os sistemas de autoridade local com as reformas administrativas (de 1836 e de 1842) formuladas pelo poder central, entre outras fontes, de forma a conhecer-se o escopo de ação destes funcionários administrativos. Procedeu-se, ainda, ao arrolamento dos outorgantes das referidas certidões no decorrer da onzena em estudo e à indagação das regedorias, ou administrações de concelho, em que exerceram as suas funções.

À luz da referida orgânica administrativa, tratou-se de ilustrar, em primeira instância, o projeto legislativo português da Era contemporânea, momento em que as políticas emigratórias definiram, mormente, as diretrizes da deslocação da população europeia. A análise ao corpo legislativo nacional, de D. Pedro IV (1826) a D. Pedro V (1853-1861), revelou-se igualmente capital na compreensão de todo o processo normativo, que se demarcou «flexíloquo» – como o sublinhou Halpern Pereira em *A política portuguesa de emigração* [...], de 1981 – no decorrer de mais de trezentos anos. O presente artigo intenta descortinar, desta feita, que processo(s) (e) migratório(s), que condições sociais, económicas, políticas e demográficas e que tipo de relações de influência – local ou internacional, do foro privado e do institucional – se puderam apurar nesta documentação para traçar um perfil sociológico dos requisitantes entre 1851 e 1861, à semelhança, ou não, do que tem vindo a lume sobre a emigração madeirense para o mesmo intervalo de tempo.

¹⁰ BRANCO, 1987, Camponeses da Madeira [...] e CÂMARA, 2002, A economia da Madeira [...].

A (E)migração no Programa Legislativo Português: Uma Síntese

A «ideia de sociedade implica a de ordem, e esta, a de regra»¹¹, ao ponto de a norma jurídica¹² se revelar um procedimento sine qua non do Estado. O poder enforma-se com a regulação, a consolidação do seu território e da sua identidade perante os outros, assegurando o monopólio do movimento populacional. Tal enquadramento culmina na criação de políticas de migrações a partir de oitocentos, desde entraves administrativos a barreiras físicas¹³, resultando na monopolização e na supressão de fluxos emigratórios e imigratórios, ou no esforço pela sua liberalização, que se mantêm igualmente ativos nas sociedades coevas¹⁴.

O século XIX foi, de facto, *o* momento-chave na produção de normas para a mobilidade humana internacional – cujo fluxo de maior emigração transatlântica se deu entre 1815 e 1950¹⁵ –, acabando por se tornar um paradigma nas políticas da Europa ocidental. A *praxis* migratória, assunto sob escrutínio ininterrupto nas instituições jurídicas, judiciais, governativas e administrativas, é ainda hoje considerada um *problema social*. Ora, se as coleções legislativas devem, na sua maioria, a sua estrutura ao complexo político oitocentista, Portugal não é exceção. Tal como nos estados-nação europeus, a emigração sugerira fuga de mão-de-obra e de homens para defesa militar. Articulando-se à luz de modelos estatais, sobretudo o francês, o sistema normativo português medrou-se em função de sucessivas beligerâncias políticas e civis, representativas de um tempo insurgente¹⁶.

A legislação portuguesa adotou, desde o reinado de D. Manuel I (1495-1521), uma posição vincada no tocante à saída de nacionais – em particular homens da armada, mercadores e demais partícipes da empresa ultramarina –, aplicando coimas, penas de prisão e degredos aos infratores¹⁷. Tal premissa subsistiu, alterando-se em função de questões socioeconómicas, militares, geopolíticas,

¹¹ SILVA, 2006, História do Direito Português [...], p. 21.

¹² Sobre o «direito *produzido* e o direito *aplicado*», consulte SILVA, 2006, *História do Direito Português* [...], pp. 22-23.

¹³ GREEN e WEIL, 2007, «Introduction», pp. 1-2.

¹⁴ GABACCIA *et al.*, 2007, «Emigration and Nation Building [...]», pp. 63-90, HOLLIFIELD e WONG, 2015, «The Politics of International Migration [...]», pp. 232-235 e ZOLBERG, 2007, «The Exit Revolution», pp. 33-60.

¹⁵ HARZIG e HOERDER, 2009, What is Migration History?, pp. 35-36; confronte com CASTLES et al., 2014, The Age of Migration [...], p. 5. Realce-se que não se integram nesta análise, os fluxos migratórios das populações africanas, asiáticas, ou da Oceânia; sobre o assunto, veja-se GABACCIA e HOERDER, 2011, Connecting Seas and Connected Ocean [...].

¹⁶ PEREIRA, 1994, Das Revoluções Liberais [...].

¹⁷ CROMBERGER, 1521, *O primeiro livro das ordenações* [...], livro V, título XCVIII, fl. LXXXIII; consulte PEREIRA, 2001, *Diversidade e Assimetrias* [...], p. 187.

entre outras, ao longo do tempo, até às sucessivas investidas napoleónicas (1807-1810). O conjunto de medidas normativas e punitivas, sob a iminência de novas incursões, do quase governo de alóctones (a Grã-Bretanha), do afastamento do Rei, exilado no Brasil, da crescente labilidade política, económica, civil, entre outras – mormente a ação militar –, acompanha a Revolução Liberal (1820) e recebe disposições mais incisivas¹⁸.

A Constituição, a independência do Brasil, no decorrer de 1822, seguidas da Vilafrancada (maio de 1823), acabam por evidenciar o início da debilidade monárquica enquanto poder supremo e o prenúncio de um republicanismo encoberto¹⁹. Na Carta Constitucional de 1826, D. Pedro IV dispõe que o cidadão português é livre de partir ou de se manter no Reino²⁰. Será nesta vaga emigratória que o direito português passará a ter um papel mais ativo, através de normas complexas e ambíguas. Em maio de 1825 é criada a Secretaria Geral de Passaportes, uma divisão exclusiva da Intendência Geral da Polícia, que visa inspecionar as embarcações portuguesas e verificar se os passageiros se encontram munidos de passaporte – emitidos pelas Secretarias de Estado –, aplicando-se pena de prisão aos infratores e uma multa no valor de 400\$000 réis aos capitães²¹. Este decreto, um entre muitos, revelar-se-á insuficiente para travar o avolumar de transgressões cometidas com o aproximar de novos conflitos políticos e civis.

A década de 1830, marcada pela convenção de Évora-Monte (maio de 1834²²) e pelo *Setembrismo* – com a morte de D. Pedro IV –, também se destaca pela primeira reforma administrativa (1836), da qual a incumbência da outorga de passaportes para fora do Reino passa a ser do prefeito (futuro governador civil), aprovada pelo decreto de 15 de janeiro de 1835²³. Na senda de tais contornos políticos, e ainda no rescaldo da guerra civil – que irá eclodir na *Patuleia* (1846-1847) –, na perda do Brasil e no seio de uma grave crise económica, a emigração revela-se capital à sobrevivência do indivíduo²⁴. A saída de efetivos consta na portaria de 16 de maio de 1835,

¹⁸ BONIFÁCIO, 2010, *A monarquia constitucional (1807-1910)*, pp. 20-27.

¹⁹ BONIFÁCIO, 2010, A monarquia constitucional (1807-1910), p. 28.

²⁰ Tít. VIII, art. ° 145, § 5.

²¹ ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...], p. 127.

²² Sobre as repercussões de tal convénio na ilha da Madeira e o papel, de mediador, de Henry Veitch entre o governador miguelista D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo (o *Conde da Madeira*) e os insulanos, consulte CARITA, 2008, *História da Madeira* [...], p. 23 e VEITCH, 1989 (transcrição do ofício de 16 de julho de 1834), p. 316.

²³ Collecção de Leis [...] de 1834 até [...] 1835, 1837, pp. 63-65.

²⁴ PEREIRA, 1981, A política portuguesa [...], pp. 9-10.

onde D. Maria II (1826-1828; 1834-1853) reporta que sociedades estrangeiras fomentam, nos Açores, a partida de naturais «para as Antilhas, e outros Paizes, aonde a abolição do trafico da escravatura, e recentemente a emancipação dos escravos, faz necessaria para supprir a falta destes, a importação de novos colonos»²⁵. Cônscia deste engajamento e da «sorte tão infeliz como a dos escravos, que vão substituir»²⁶, ordena que se reforce a vigilância nos portos, que as autoridades competentes cumpram o regulamento das concessões de passaporte e insta aos eclesiásticos que divulguem as perniciosidades da emigração. Mas tal aliciação não se confina aos Açores. A portaria de 7 de outubro de 1835, em resposta ao vigário capitular do bispado do Funchal, sublinha a urgência de este – e dos demais curas e párocos da diocese – alertar para o perigo da «tão ruinosa emigração [...] procurando destruir no animo do povo as illusorias esperanças com que se determinam tanto[s] infelizes a deixar a Patria, a que podiam ser uteis, para irem perecer em paizes remotos e inhospitos»²⁷. Tal leva de gente deve-se, ainda, aos especuladores estrangeiros que ali operam – reduzindo consideravelmente a mão-de-obra local – e que, «como nova classe de proprietários»²⁸ na ilha, procura libertar-se dos caseiros e dos benfeitores dos terrenos adquiridos. O motim de 1834 abre caminho à Emancipação (1838) na Guiana Inglesa e deixa cerca de 90000 escravos livres²⁹, o que acaba por se revelar uma ameaça à supremacia racial branca, mas não só. A Grã-Bretanha avança com um acordo laboral aos islenhos, que se converterá num paradigma emigratório por mais de meio século³⁰. Os diplomas não surtem efeito e, em função do de 17 de junho de 1836, a rainha é informada, por cônsules e outros funcionários do Brasil, que bastantes insulanos dos Açores e da Madeira não só emigram para as Américas como são

²⁵ *Collecção de Leis* [...], 1836, p. 159.

²⁶ *Collecção de Leis* [...], 1836, p. 159.

²⁷ *Collecção de Leis* [...], 1837, p. 453.

²⁸ CARITA, 2008, *História da Madeira* [...], p. 413.

²⁹ MENEZES, 1989, *The first twenty-five years* [...], p. 415; sobre as ocorrências anteriores a tal datação, veja-se COSTA, 1994, *Crowns of Glory, Tears of Blood* [...]. Perante esta circunstância, a Coroa inglesa prontificou-se em contratar "brancos" para as suas plantações, de forma a igualar (ou até suplantar) o quantitativo de escravos libertos, uma vez que as Índias Ocidentais «incluindo Trindade, e [...] a Guiana britânica, continuavam a contribuir com 15,4 milhões de libras, representando 18% no movimento comercial britânico em 1815», em RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842* [...], p. 43. O equilíbrio racial permitiria, desta feita, a preservação do seu poder económico – e da sua própria hegemonia – ao nível mundial.

Entre 1830 e 1880 terão chegado a esta colónia 30633 insulanos, como refere MOORE, 1975, «The social impact [...]», p. 3. Sublinhe-se que as estreitas relações comerciais e políticas entre a Madeira e a Grã-Bretanha, assim como a própria subserviência de Portugal àquela Coroa, foram elementares na predileção de ilhéus para Demerara, detalhado em RODRIGUES, 2015, Estudos sobre o século XIX, pp. 242-263.

logrados por gente mal-intencionada e levados «como se fossem escravos da Costa d'Africa»³¹, até àquele destino. A monarca utiliza a portaria de 16 de maio de 1835 e o alvará de 4 de julho de 1758, recordando o direito à liberdade (Carta Constitucional de 1826), para reforçar que não se defiram passaportes sem a devida justificação para nenhum território estrangeiro. Os governadores civis devem instruir os examinadores de navios sobre as condições básicas no transporte de passageiros e coagir os capitães a prestar fiança antes da partida, sendo que, à chegada, deveriam reportar ao cônsul de Portugal «para assistir aos contractos, que os mesmos passageiros hajão de fazer sobre os seus serviços»³².

Os últimos anos da década de 1830 pautam-se pelo início da empreitada da (re)colonização para África, dados os danos causados pela independência do Brasil e o sequente escoamento de mão-de-obra e de mancebos em idade de recrutamento militar para aquele destino. A provisão de uma coleção legislativa, com um manancial de programas de reorientação e de reintegração dos "colonos" para as possessões nacionais, torna-se capital no combate à emigração³³. Entre 1837 e 1839, a fiscalização e o controlo ao trânsito (interno e externo) prossegue com as devidas penalizações, pelo menos no plano teórico³⁴. Combate-se, a título de exemplo, a ilicitude dos capitães de navios mercantes, que exibem matrículas com número de tripulantes inferior ao real e colaboram «[n]a emigração, que tanto convém cohibir, defraudando-se a Fazenda Nacional com a falta de Sello de Passaportes que taes individuos seriam obrigados a tirar»³⁵. Já no início da década de 1840, a portaria de 25 de outubro de 1841 delibera sobre a relação entre a irregularidade dos que transitam sem passaporte (vadios e vagabundos) e o índice de criminalidade, tal como D. José I (1750-1777) propugnara com a criação da Intendência Geral de Polícia (1760). Neste diploma, a rainha obsta à libertação dos indivíduos que saldem logo a sua condenação, pois «muitas vezes se tornam suspeitos de culpa [...], pelas respostas dadas, ou por qualquer outra circumstancia, e escapam desta sorte á punição de

³¹ Collecção de Leis [...], 1836, p. 167. Sobre o impacto comercial, económico e político no dealbar de oitocentos, consulte RODRIGUES, 2004, «A Madeira e o Brasil [...]», pp. 85-98.

³² *Collecção de Leis* [...], 1836, p. 168.

³³ Collecção de Leis [...], 1838, pp. 290 e 304-305 e SERRÃO, 1989, História de Portugal [...], pp. 91-140). Sobre a recondução de nacionais para África, consulte: ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...], pp. 69-70, 130-131 e 137-142; ARRIMAR, 1997, Os Bettencourt: da ilha [...], pp. 47-95; BARROS, 2011, «O discurso parlamentar [...]», pp. 210 e 213-216; CASTELO, 2009, «Migração Ultramarina [...]», pp. 49-53.

³⁴ Collecção *de Leis* [...], 1837, pp. 131-132; *Collecção de Leis* [...], 1838, p. 340; e *Collecção de Leis* [...], 1839, p. 187.

³⁵ *Collecção de Leis* [...], 1838, p. 339.

crimes gravissimos, com escandalosa offensa»³⁶, e ordena que se mantenham presos até comprovada a sua inocência. A portaria de 19 de agosto de 1841 declara o fim do «Trafico da Escravatura branca, que sob o plausivel nome de emigrados, ou passageiros, vai despovoando não sómente as Ilhas Adjacentes, mas tambem o Reino de Portugal no Continente»³⁷. A agnição de que não há, à data, lei que proíba residirem no estrangeiro – por ser anticonstitucional – não demove D. Maria II de arquitetar um conjunto de normas inibitivas à partida de nacionais e de interditar, provisoriamente, a emigração para o Brasil³⁸. Volvidos dois anos, a portaria de 11 de maio intenta elidir o tráfico humano e o aliciamento, que chegam a ser estabelecidos por conhecidos e familiares dos engajados³⁹. A peleja contra estes "agentes" de mobilidade ilícita e contra os abusos que se têm apurado nos navios, aos passageiros clandestinos,

«que a titulo de procurarem fortuna, tem deixado as terras do seu nascimento, engajando-se sob vãs promessas com os traficantes deste inhumano trafico, e que conduzidos áquelle imperio, como se fossem escravos, alli ficam desamparados sem meios de subsistencia, sendo obrigados para não perecerem de fome, e para pagarem a respectiva passagem a servirem como escravos, sob condições penosas, e até aviltantes»⁴⁰.

O conjunto *de jure*, na verdade, pouco ou nada atrapalha a ação dos aliciadores. Mais, a relação entre estes e os concessores de passaporte – desde clérigos a funcionários públicos, nomeadamente regedores – não é de conflito, mas de uma dada cooperação, da qual resulta a emissão de bilhetes falsos; os interesses sobrepõem-se, assim, ao sistema do bom procedimento⁴¹. Na tentativa de resgatar os que partem para o Brasil, sobretudo açorianos e madeirenses, o Governo decide empregá-los nas obras públicas em Portugal continental, assegurando-lhes transporte e acomodação (portaria de 21 de junho de 1845⁴²). Aos subintendentes resta refrear tal odisseia – a do escoamento massivo de efetivos –, como o fizera José Silvestre Ribeiro, Governador Civil do Funchal (1846-1852), que concedeu «sustento aos pobres, abrindo trabalhos publicos em todos os pontos da Madeira [...] [em que] obteve do Governo um

³⁶ *Collecção de Leis* [...], 1841, p. 166.

³⁷ Collecção [...] de 1842 em Diante, 1842, p. 321.

³⁸ *Collecção* [...] *de 1842 em Diante*, 1842, pp. 321-322 e 423.

³⁹ As redes de aliciação gozam de liberdade, de poder e de aparato através da imprensa, de agências, mas também da própria família e de conhecidos, que incitam a emigração sob a promessa de fortuna fácil, como relata LEITE, 1993, «Informação ou propaganda? [...]», pp. 98-107.

⁴⁰ *Collecção Official* [...], 1843, p. 111.

⁴¹ PEREIRA, 1981, *A política portuguesa* [...], p. 22. Isilda Monteiro aborda, no seu artigo, o facto de os emolumentos dos passaportes funcionarem como acumuladores de riqueza, a serem repartidos pelos funcionários das divisões administrativas, dado que o trânsito interno também é feito através deste tipo de documentação, como indica em MONTEIRO, «Os passaportes – do enquadramento legal [...]», 2011, pp. 122-125; sobre o assunto, consulte CATROGA, 2014, *A Geografia dos Afetos Pátrios* [...].

⁴² *Collecção Official* [...], 1845, pp. 660-661.

credito extraordinario de Rs. 2:500\$000 (moeda forte), e com essa quantia e com a do credito ordinário»⁴³. Antagonista à emigração de ilhéus para Demerara, remete ofícios ao Reino com bastante frequência, instando reforços marítimos e terrestres, estabelecendo contacto com o consulado português e respetivas autoridades locais, para auxiliar os que lá chegam, legal ou clandestinamente, sem condições⁴⁴.

O decénio de 1850 descura de uma política da emigração atenta à saída de nacionais, mas jamais se equiparará ao «número de iniciativas legislativas», manifesto a partir do último quartel de oitocentos, «trazidas à luz do dia [...] por comparação com o número de sessões efetuadas» na mesma altura⁴⁵. A portaria de 12 de maio de 1852 apenas releva o que os diplomas dos decénios anteriores asseveraram. A condução de islenhos para o Brasil prossegue com êxito, lícita ou ilicitamente⁴⁶. Já a portaria de 11 de outubro de 1853 reporta o excedente de passageiros que os navios portugueses transportam para o referido destino e, em função de tal delito, D. Maria II recorre ao artigo 4.º da portaria de 19 de agosto de 1842, onde refere que aquele «que sair dos portos destes Reinos, Ilhas adjacentes, ou das provincias ultramarinas, para qualquer dos portos estrangeiros, situados ao Sul da latitude de 30º Norte, não possa fazer viagem com mais de dous individuos portuguezes a bordo por cada 5 toneladas»⁴⁷; à chegada são fiscalizados, sendo-lhes aplicadas penas em caso de infração. Em 1854, a missiva de 8 de maio indica «a emigração para os portos do sul e norte da America» como a principal causa de saída de nacionais⁴⁸.

⁴³ BLANC, 1851, *Brevissima Resenha* [...], p. 6; sobre a ação deste intendente, consulte CARITA, 2008, «O governo do conselheiro [...]», pp. 73-119 e VIEIRA, 2011, *José Silvestre Ribeiro* [...].

⁴⁴ MENEZES, 1849, *Uma Epoca Administrativa* [...], pp. 8-92.

⁴⁵ FERNANDES, 2012, «O sistema político na Monarquia [...]», p. 37.

Collecção Official [...], 1853, p. 83. Crê-se que tal circunstância se deve aos «irmãos Breves» (José e Joaquim de Sousa Breves) e à sua estreita relação com os Açores. Filhos do terceirense José de Sousa Breves, eram «proprietários de vasto império territorial estabelecido ao sul da antiga província do Rio de Janeiro» desde 1820, graças aos escravos negros, porém precisaram de conterrâneos, com quem celebraram contratos de trabalho, após a abolição da escravatura, como citado em PESSOA, 2018, O império da escravidão [...], pp. 31 e 109-110.

⁴⁷ *Collecção Official* [...], 1854, p. 654.

⁴⁸ No caso da Madeira, saliente-se – em adição às crises agrícolas (da batata e da vinha), políticas, religiosas (caso Kalley) e socioeconómicas – a questão do regime de colonia. O «sistema de propriedade e de exploração da terra», oriundo das sesmarias e da enfiteuse de finais do século XV, pouco ou nada se alterou até novecentos, como afirma CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira* [...], p. 31; sobre o assunto, consulte CARITA, 1999, *História da Madeira* [...], pp. 102-110. A queda abrupta da exportação do vinho entre 1820 e 1830, a microeconomia insular que até então garantira a riqueza da maioria dos morgados, obrigaram a venda – total ou parcial – de muitas propriedades vitícolas. Tais condições agravaram-se nas décadas ulteriores, em particular pela «parcelização» e partilha de heranças entre colonos, o que tornou insustentável a permanência nas ilhas; a saída, aliada ao próprio engajamento, foi substancial à sua sobrevivência, como detalha BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira* [...]. pp. 153-186.

D. Pedro V (1853-1861) evoca a portaria de 19 de agosto de 1842, que revigora quanto aos pressupostos concernentes ao passaporte, ao número/lista de passageiros em função da tonelagem da embarcação, às provisões/mantimentos para os passageiros e à escolta de um médico/cirurgião devidamente preparado⁴⁹. No dia seguinte, em reunião da Junta Geral do Funchal (JGF), ecoam pedidos de auxílio ao Corpo Legislativo do Reino no combate ao

«trafico da Escravatura branca ou emigração illegal dos habitantes [...] contra os alliciadores e repressivas da emigração clandestina, para por termo a um trafico de sangue que despovoa esta bella Provincia por que aquelles agentes são couza primaria e eficiente de graves crimes, roubos, prostituições e immoralidades, que chegando ao escândalo de conspirar os filhos contra os paes, as mulheres contra os maridos e a [...] mandar os colonos contra os senhorios e a destruir a disciplina militar induzindo os soldados á deserção de que tudo ha sobejos exemplos n'este paiz e que infelizmente tem ficado impunes por falta de Ley [...], devendo tambem ponderar-se que os referidos alliciadores cauzão enorme prejuízo ao Thezouro Publico, occazionando a fuga de devedores fiscaes e tambem de particulares»⁵⁰.

É com o «recrudescer da emigração, que se faz sentir de 1855 em diante» que se objetiva deter os «agentes de emigração clandestina» através «de um conjunto de medidas de protecção dos emigrantes»⁵¹. A lei de 20 de julho de 1855, produto de um acúmulo de circunstâncias vividas em alto-mar e trazidas a público, assim como de debates acesos nas Câmaras Legislativas, renova medidas restritivas e regulamentos policiais pregressos⁵². D. Fernando II (1853-1855) promulga a chamada «lei repressiva da emigração clandestina» em que pune, em primeiro lugar, os capitães, os comandantes e os donos das «embarcações mercantes, nacionaes ou estrangeiras, que admittirem passageiros, ou colonos a bordo d'ellas, sem passaporte [...] ou que no acto da visita da saída deixarem de apresentar a relação dos passageiros»53. A condenação é pecuniária (400\$000 réis), sendo que incorrem em pagar mais 2000\$000 e enfrentam prisão (seis a 12 meses), deixando de poder dirigir embarcações se, «nos portos do continente do Reino e Ilhas adjacentes, ou no mar alto, receber[em] a bordo um numero maior de passageiros ou colonos»⁵⁴ à tonelagem do barco, não cumprirem os requisitos mínimos de higiene aos passageiros e colocarem as suas vidas em perigo. Mais, volta a aplicar a fiança obrigatória de 4000\$000 réis

⁴⁹ *Collecção Official* [...], 1855, p. 123.

⁵⁰ ABM, GCF, livro (l.) 569, fólios (fls.) 103 v-104.

⁵¹ PEREIRA, 2001, Diversidade e Assimetrias [...], p. 188.

⁵² BARROS, «O discurso parlamentar da emigração [...]», 2011, pp. 209-217.

⁵³ *Collecção Official* [...], 1856, p. 227.

⁵⁴ *Collecção Official* [...], 1856, p. 227.

aos capitães que conduzirem *colonos* para o estrangeiro, mediante comprovativo oficial firmado pelos agentes consulares, e reforça o exame/presença de facultativos a bordo, sempre que a embarcação comporte mais de 50 passageiros para destinos que não Portugal continental ou as ilhas. Toda «a pessoa que se provar ter empregado quaesquer meios para seduzir, e levar individuos á emigração clandestina, ou que para isso concorrer, pagará uma multa de 100\$000 até 400\$000 réis, ou terá a pena de prisão de um até dois annos»⁵⁵, onerando-se ambas as penas se se provarem atos de violência ou de coação: 500\$000 a 1000\$000, ou prisão de dois a três anos. O numerário resultante das infrações é acolhido pelas administrações de concelho onde se cometeram as ditas, sendo um terço aplicado nas despesas destas, outro na fiscalização local e o sobrante em instituições de caridade⁵⁶.

A lei repressiva de 1855, tal como a do recrutamento militar (de 27 de julho), apenas «suscitou novas formas de clandestinidade»⁵⁷. Na verdade, a coleção normativa de 1859 contém sete portarias atinentes à saída ilegal de nacionais e ao abuso que dela fazem. A primeira, de 18 de janeiro, reporta a conduta do Governador Civil do Distrito da Horta no ano anterior, em função do sucedido no concelho das Lages, assim como «os Regedores da dita freguezia e o da Calheta, a quem exonerou dos cargos pela omissão com que se houveram, assim como dos meios que empregou para se proceder ao respectivo processo»⁵⁸ de emigração clandestina. Três meses volvidos (16 de abril), uma portaria do Ministério dos Negócios do Reino informa, através do consulado de Portugal no Brasil, que aportaram no Rio de Janeiro dois barcos do Porto com passageiros ilícitos, tendo um deles «transportado trinta e seis individuos, dos quais vinte e quatro sem passaporte, nem contrato algum de locação de serviços, e pela maior parte na idade de doze a dezoito annos»⁵⁹. Em 3 de maio, dois indivíduos (um de 14 anos e outro de 31 anos de idade), com passaportes emitidos pelo Governo Civil de Braga, ao tentarem embarcar em Lisboa para o Brasil, foram travados dado os contratos de locação de serviço que tinham não cumprirem com os pressupostos da lei repressiva de 1855⁶⁰. Por tal, o rei delibera pelo decreto de 16 de maio que não se concedam «passaportes para fóra do Reino, empregando o maior escrúpulo e cuidado [...] sem que os impetrantes satisfaçam cabalmente ás clausulas [...] e com especialidade aos individuos de menor idade sem o prévio

⁵⁵ *Collecção Official* [...], 1856, p. 228.

⁵⁶ *Collecção Official* [...], 1856, p. 228.

⁵⁷ ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...], p. 136.

⁵⁸ *Collecção Official* [...], 1860, pp. 17-18.

⁵⁹ *Collecção Official* [...], 1860, p. 106.

⁶⁰ *Collecção Official* [...], 1860, p. 149.

consentimento legal de seus paes ou tutores»⁶¹. A portaria de 2 de julho indica, por conseguinte, negligência na outorga de passaportes para o Brasil pelo governador civil do Porto, por «Antonio Joaquim de Andrade Villares, agente na dita cidade da Associação Central Colonisadora, formada no Rio de Janeiro»⁶², ser ilícito. A denúncia, feita pelo cônsul português no Brasil, relata o esquema contratual no qual os colonos são induzidos – ficando endividados pela passagem paga e só se libertando através do trabalho duro nas fazendas – pelas redes engajadoras. Três dias depois, a portaria de 5 de julho (ao abrigo do artigo 11.º da lei de 4 de julho de 1859) delimita a idade dos 14 aos 21 anos dos mancebos que não podem obter passaporte para emigrar, «sem que preste fiança de como sendo chamado ao serviço militar se apresentará, ou se fará substituir»⁶³. Em 25 de agosto, face à saída massiva de clandestinos, é enviado à ilha de São Miguel o Primeiro Tenente da Armada, com o intuito de estabelecer com o respetivo governador civil uma comissão que trave tal partida ilícita⁶⁴. A circular de 9 de setembro cumpre, por sua vez, o dever de anunciar as «listas dos cidadãos portuguezes que tendo emigrado para Brasil ali têem falecido, para que seus paes ou parentes tenham a noticia devida d'esse facto e possam pugnar pelos direitos que lhes competirem»⁶⁵ aos bens deixados pelos defuntos; pela portaria de 29 de agosto de 1860, o Ministério dos Negócios do Reino determina que se afixem nas portas das igrejas das paróquias os seus nomes. O Marquês de Loulé indica que «é da maior necessidade que os povos tenham cabal noticia dos perigos a que vão expor-se deixando os lares pátrios para se transportarem a um paiz ora insalubre, arrastados talvez por idéas de imaginarias prosperidades ou por insidiosas sugestões » 66, e lembra que D. Pedro V não deseja obstar à liberdade individual mas sim consciencializar o seu povo do perigo eminente de doenças e de outros riscos.

Em suma, tal discurso reflete, por um lado a Carta de 1826 e a conquista da vontade individual – tão custosa ao liberalismo⁶⁷ – e, por outro, o escoamento de efetivos para uma nação *agora* estrangeira e "próspera". As políticas emigratórias terão funcionado apenas enquanto base ideológica, dado que, segundo Joaquim Costa Leite, «Portugal nunca proibiu a emigração para destinos específicos» Atente-se, na

⁶¹ *Collecção Official* [...], 1860, pp. 149-150.

⁶² *Collecção Official* [...], 1860, p. 319.

⁶³ *Collecção Official* [...], 1860, pp. 322 e 506 e *Collecção Official* [...], 1861, pp. 169-170.

⁶⁴ *Collecção Official* [...], 1861, p. 497.

⁶⁵ *Collecção Official* [...], 1861, p. 558.

⁶⁶ *Collecção Official* [...], 1861, pp. 491-492.

⁶⁷ LEITE, 1987, «Emigração portuguesa: a lei [...]», p. 464.

⁶⁸ LEITE, 1987, «Emigração portuguesa: a lei [...]», p. 467.

verdade, que a interdição à partida de nacionais significou apenas serem portadores de passaporte falsificado⁶⁹, ou não o terem simplesmente, e o fazerem parte de redes de engajamento – à exceção das *agências* estabelecidas pelo país e pelos arquipélagos – para a veiculação de mancebos e de mão-de-obra para o estrangeiro em tempos de crise económica, política e/ou militar. Destinos como o Brasil, ou as "Américas", foram frequentemente considerados funestos, apesar de não se ter conseguido impedir o fluxo emigratório – sobretudo o de islenhos – para estes locais.

As Certidões de Passaporte na Orgânica Administrativa do Governo Civil do Funchal

A estruturação da Monarquia Constitucional portuguesa, formulada à luz dos modelos francês (1791 e 1795) e espanhol (1812)⁷⁰, implicou uma profunda reforma nos sistemas sociopolítico e administrativo no decurso do primeiro tricénio. Das revoluções liberais e das sucessivas constituições sobreveio, entre outros ditames, a necessidade de compartir os poderes em legislativo, judicial e executivo e de corporizar um mecanismo centralizante que superintendesse e administrasse todo o território português de forma sistemática, tal como sucedera em França. O projeto administrativo de Mouzinho da Silveira (1832-1834) fora assimilado e aplicado em parte, tendo-se firmado no Código Administrativo de 1836, «um dos mais precoces da Europa, se não o primeiro, [...] [com] a divisão do Reino em distritos, concelhos e freguesias»⁷¹, como delineara anos antes. Neste regulamento – elaborado por José da Silva Passos e promulgado pelo irmão, Manuel da Silva Passos – foram instituídas as disposições da função pública para as diferentes repartições, inclusive as da outorga de passaportes e as da fiscalização dos portadores deste documento de mobilidade.

⁶⁹ Além deste procedimento, encontraram-se registos de usurpação de identidade como forma forjada de sair legalmente. Atente-se no caso de Manuel Pinto de Faria e de Francisco da Silva Henriques, que partiram «clandestinamente na Barca "Christina" para o Rio de Janeiro», como indica o ofício n.º 163 de 6 de agosto de 1858, em ABM, Câmara Municipal de Câmara de Lobos (CMCL), *Registo de ofícios diversos*, l. 102, fl. 32. Cinco dias depois, o administrador de concelho António Ferreira Correia reporta o «uso que [estes] fizerão [...] ambos da freguezia de Camara de Lobos, de passaportes d'outrem para emigrarem para o Rio de Janeiro» e nomeia Maximiano Francisco de Barros como garante da substituição dos ditos mancebos no recrutamento militar do ano seguinte – em ABM, CMCL, l. 102, fl. 32 v.

⁷⁰ FERNANDES, 2012, «O sistema político na Monarquia [...]», p. 26.

⁷¹ SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], p. 144.

O exercício da autoridade máxima nos distritos coubera aos administradores gerais, nos concelhos aos administradores de concelho e nas regedorias aos regedores⁷². Os primeiros, ora indicados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (1836) ora pelo Rei (1842), «em nada participam das attribuições do Poder Judiciario, ou de qualquer outro Poder do Estado»⁷³, tal como todos os restantes funcionários. Concedem passaportes «para fora do Reino pelos portos de mar a nacionais e a estrangeiros», princípio que se mantém em ambos os Códigos⁷⁴, sendo--lhes incumbido vigiar – como *Argos Panoptes*⁷⁵ –, ou mandar vigiar, os alóctones residentes nos distritos⁷⁶, inspecionar os portadores de passaporte, os vagabundos, os vadios e os mendigos. Tais diligências sustêm a designação que Fernando de Sousa lhes atribui, a de «verdadeiros intendentes da polícia»⁷⁷. Já os administradores de concelho encontram-se subjugados às ordens dos administradores gerais e são igualmente encarregues de verificar, de deferir e de assinar os passaportes aos que dão entrada, sejam portugueses e/ou estrangeiros, ou aos que residem na sua área de jurisdição, tal como «conceder as Cartas de residencia, tanto áquelles [nacionais], como aos adventicios, enviando de tudo relação ao Administrador Geral: exceptua-se a concessão de Passaportes para fóra do Reino pelos Portos de Mar, que é da competência dos Administradores Geraes»78. À semelhança dos superiores, cumprem o seu dever como "vigilantes", em que são «encarregado[s] da execução das leis e regulamentos de polícia geral, [...] pertence[ndo]-lhe[s] [...] a concessão de passaportes e bilhetes de residencia»⁷⁹. Os regedores de paróquia, por um lado contíguos às populações e, logo, representantes das localidades perante os seus

⁷² Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. I, Cap. II, art.º 6, p. 4.

⁷³ Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. II, Cap. I, art. os 102 a 104, p. 42.

⁷⁴ Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. II, Cap. I, art.º 109, § 2, p. 47 e Codigo Administrativo, 1842, Tít. III, Cap. I, art.º 227, III, p. 54.

⁷⁵ TORPEY, 2018, *The invention of the passport* [...], p. 46. O autor relata a denominação que o bispo Le Coz, membro do departamento bretão de Ille-et-Vilaine, atribuíra em conselho, em janeiro de 1792, ao passaporte. Tal documento deveria afigurar-se como o gigante de cem olhos da mitologia grega, em defesa do território francês e que o destino da própria Revolução (1789-1799) dependeria do resultado do projeto-lei que dali adviria no mês seguinte.

⁷⁶ Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. II, Cap. I, art.º 109, § 1, p. 47 e Codigo Administrativo, 1842, Tít. III, Cap. I, art.º 227, II, p. 54.

⁷⁷ SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], p. 143.

Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. II, Cap. I, art.º 124, § 10, pp. 52 e 53. Também lhes compete, segundo o ofício n.º 460, do administrador de concelho de Câmara de Lobos António Ferreira Correia, remeter aos governadores civis o «mappa de passaporte» (e o mapa estatístico do movimento da população) devidamente computado no tocante ao número de emissões e aos emolumentos, em ABM, CMCL, I. 101, fl. 84.

⁷⁹ Codigo Administrativo, 1842, Tít. III, Cap. II, Secção I, art.º 249, p. 60.

superiores, por outro agentes⁸⁰ de controlo social e intervenientes diretos nessas mesmas localidades, valendo-se de delegados do poder central nas freguesias, são fulcrais no aparelho administrativo português de oitocentos.

«O Regedor de Parochia é dentro dos limites della o executor immediato das ordens, e determinações, assim permanentes como accidentaes das Authoridades Superiores Administrativas, as quaes lhe serão trasmittidas ordinariamente pelo Administrador de Concelho [...]. Em tal qualidade, e como encarregado especialmente da policia da Parochia compete-lhe. [...] Vigiar as casas de hospedaria, estalagens, lojas de bebidas, tabernas, casas de jogo, e de prostituição, cumprindo e fazendo cumprir as Leis de Policia, e Regulamentos vigentes relativos a taes cousas, bem como exercer a policia sobre viandantes afim de que ninguem transite sem Passaporte nos casos em que devam estar munidos delle»⁸¹.

O seu campo de ação, concentrado na coibição de atos de criminalidade e de desordem pública, envolve a colaboração de cabos de polícia82 num momento em que Portugal não dispõe de forças policiais civis instituídas⁸³. A par destas funções, os regedores têm de executar uma "relação" no início de cada ano, sobre todos os residentes das suas paróquias civis, com o estado conjugal, a idade, a profissão e a discriminação das suas propriedades; o rol deverá ser remetido, em duplicado, ao administrador de concelho. Também diz respeito a estes funcionários realizar o mapa estatístico das suas populações, em que os descritivos de nascimentos, casamentos e óbitos são estritamente obrigativos, remetendo-os mensalmente ao administrador ou à câmara do concelho. Mas não só, «[i]quaes Mappas remetterá tambem mensalmente o Regedor de todos os individuos, que se ausentarem de todo o Concelho, e dos que forem nelle estabelecer residencia fixa»⁸⁴; infere-se que estes mapas poderão ter contido dados sobre os viandantes e, por suposição, sobre quem saiu da sua área de jurisdição⁸⁵. À exceção da vigilância, não há qualquer menção a passaportes nem tampouco a certidões de passaporte. O Código de 1842 declara, não obstante, que o regedor – ainda que sem magistratura na área administrativa –

⁸⁰ CATROGA, 2006, «O poder paroquial como "polícia" [...]», pp. 109-110 e 112; sobre o assunto, consulte CATROGA, 2014, *A geografia dos afetos pátrios* [...], pp. 231-263.

⁸¹ Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. II, Cap. I, art.º 155, § 4, pp. 71-72.

⁸² Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. II, Cap. I, art.º 157, pp. 75-76. Tal condição mantém-se no Codigo Administrativo, 1842, Tít. V, Cap. III, art.º 344, p. 81.

⁸³ CATROGA, 2006, «O poder paroquial como "polícia" [...]», pp. 105-130; sobre a instituição da polícia em Portugal, consulte SANTOS, 2006, «A introdução da polícia civil [...]», pp. 131-145.

⁸⁴ Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Tít. II, Cap. I, art.º 156, p. 75.

⁸⁵ Cabe, depois, ao administrador de concelho «organisar o Máppa Geral da população do Concelho á vista dos Máppas parciaes de recenseamento, que lhes enviarem os Regedores de Parochia, e transmitti-lo ao Administrador Geral do Districto», em *Codigo Administrativo Portuguez*, 1837, Tít. II, Cap. I, art.º 124, § 9, p. 52. Tal referência pressupõe uma recolha prévia de informação sobre os locais, por parte dos regedores, sendo compilada e estruturada pelo mencionado administrador e apresentada ao intendente máximo do distrito, o futuro governador civil.

executa as funções que lhe forem delegadas pelo administrador de concelho, com o devido aval do governador civil⁸⁶. Os emolumentos das «certidões a requerimento de parte não excedendo a uma lauda», na importância de 120 réis, sendo que de «cada lauda que exceder a primeira, tendo vinte e cinco linhas, e cada linha trinta lettras pagando as partes o custo do papel»⁸⁷ acrescem 80 réis, ou os atestados que custam 160 réis, são o único indício de que as regedorias poderão ter sido, de facto, o ponto de partida para obter o passaporte. Os valores nas fontes em análise variam entre os 160 e os 200 réis, (salvo poucos casos, que importam em 80 réis), sendo que os restantes indicadores tabelados no Código correspondem a: buscas por cada ano, autos de arrendamento dos bens da paróquia, caminhos a requerimento de partes por cada légua e aberturas de testamentos. Tais certidões, ou atestados, contêm, portanto, qualquer tipo de solicitação feita pelos locais. Ora, se as regedorias operam como núcleos governativos – agências-charneira entre o instituído e o não instruído -, em que os intendentes conhecem bem a realidade social e económica das suas populações, é de extremo préstimo que os governadores civis saibam quem são os candidatos ao passaporte. Releve-se, uma vez mais, que estes detêm o poder máximo na outorga da missiva monopolizadora da deslocação internacional⁸⁸. Se nestes impressos se verificam dados como o distrito, o número do passaporte, o nome do passageiro, a idade, o estado civil, os seus «signaes» (descrição física), o destino, os acompanhantes, a data, a validade, o custo e a assinatura do concessor, as guias de passaporte terão sido indispensáveis no processo de candidatura ao referido bilhete⁸⁹.

A certidão de passaporte, outorgada pelo regedor de paróquia ao candidato, terá operado como um resumo do seu estado civil⁹⁰ e mantido as características-base

⁸⁶ Codigo Administrativo, 1842, Tít. V, Cap. III, art.º 341, p. 80.

⁸⁷ Codigo Administrativo, 1842, Tít. V, Cap. III, art.º 341, p. 94; consulte o Codigo Administrativo Portuguez, 1837, «Emolumentos dos Regedores [...]», p. 110. Sabe-se que, apesar de estes funcionários públicos não serem assalariados e de se encontrarem isentos de obrigações do Estado – i.e. contribuição de estradas e recenseamento militar –, arrecadam parte destes e de outros emolumentos, como afirma CATROGA, 2006, «O poder paroquial como "polícia" [...]», p. 120 e se constata no Codigo Administrativo, 1842, Tít. V, Cap. III, art.º 340, p. 80. Sobre o espetro maculador financeiro das regedorias, sob uma análise científica, consulte MONTEIRO, 2011, «Os passaportes – do enquadramento legal [...]», pp. 123-125 e sob uma perspetiva social diacrónica, FRANÇA, 1970, Jornal de uma visita à Madeira [...], p. 51.

Entre 1835 e 1947, tal prática manteve-se sob a alçada exclusiva do Governo Civil, tendo-lhe sido restituída depois de abril de 1974 até à sua extinção (2011), citado por SOUSA, 2014, *Os Governos Civis de Portugal* [...], p. 353.

⁸⁹ Outras informações relativas ao estado civil do passageiro, à embarcação e ao nome da dita, entre outras, surgem pontualmente nestes documentos de mobilidade.

⁹⁰ «Passports applications [...] record [...] information with other personal information about the emigrant, such as physical description, occupation, travelling companions, and character, solvency, or military status», como referem BYBEE e HOUZE, 2007, «Nineteen-Century French Passport [...]», p. 13.

dos bilhetes de entrada e dos "títulos de legitimação", documentos indispensáveis a todos os indivíduos (nacionais ou estrangeiros) entrados no Reino, ou em deslocação pelas províncias deste⁹¹. À semelhança do sistema administrativo francófono⁹², o passaporte é somente emitido pelo Governo Civil do Funchal se se comprovarem os dados arrolados na guia com os dos respetivos comprovativos: certidões de batismo, de recrutamento militar, de emancipação, de pobreza, de óbito, entre outras. Nesta guia constam, ainda que de forma bastante irregular, o nome do solicitante, a idade, o estado conjugal, o destino, a naturalidade, a residência, a ocupação laboral, a situação militar, a permissão de saída, a descrição fisionómica, os acompanhantes, o motivo de saída, a data, a regedoria em que foi emitida, o nome do regedor, o emolumento; tal certidão chega ao Governo Civil pelas mãos do próprio requerente⁹³.

O surgimento dos regedores na ilha data de 1838, «tendo a Câmara Municipal [do Funchal] em 16 de Novembro [...] enviado ao administrador do concelho as propostas dos individuos que deviam desempenhar o cargo de regedor nas paróquias do concelho»⁹⁴. No livro Regedores (Termos de juramento: 1836-1865)⁹⁵, já em 15 de novembro de 1837, constata-se a promessa do regedor substituto das paróquias «reunidas» de São Pedro e de São Roque, Januário Xavier da Silva. Volvidos três meses, em 3 de fevereiro de 1838, é a vez de Fernando José Gomes prestar juramento como delegado do regedor de Santo António e de São Martinho⁹⁶ e, em 6 de maio de 1838 – e não de novembro, como referiram os autores do Elucidário –, executase o «Registo do Auto do Juramento, que prestarão os Regedores, Substitutos, e Delegados do Concelho do Funchal, á Constituição Política da Monarchia» pelo Administrador de Concelho, Manuel de Santa Ana e Vasconcelos. Apesar de poder não se tratar de um equívoco, questiona-se o facto de a expedição das propostas se ter dado apenas em novembro de 1838 quando, um ano antes, já há um assentamento do compromisso solene de Januário Xavier da Silva. O presente artigo incide, todavia, na análise das certidões de passaporte e não na dos seus concessores. Decidiu-se, não obstante, incluir quem - regedor, regedor substituto, delegado do regedor, regedor interino – e em que regedoria – Sé, São Pedro, São Roque, Santa Luzia,

⁹¹ Collecção da Legisação Portugueza [...] de 1802 a 1810, 1826, pp. 853-858.

⁹² DENIS, 2013, «Individual Identity [...], pp. 17-30 e TORPEY, 2018, *The invention of the passport* [...], pp. 26-39.

⁹³ FREITAS, 2013, *Des vignes aux caféiers* [...], pp. 460-461.

⁹⁴ SILVA e MENEZES, 1998, vol. III, *Elucidário Madeirense*, p. 178.

⁹⁵ ABM, ADFUN, I. 382, fl. 5 v.

⁹⁶ ABM, ADFUN, I. 382, fl. 5 v.

Monte, Santa Maria Maior, São Gonçalo, Santo António e São Martinho – registou os dados dos solicitantes entre 1851 e 1861, apesar de se ter deparado com documentação do Arco da Calheta, do Estreito de Câmara de Lobos e do Paul do Mar, assim como das administrações de concelho do Funchal, de Machico, da Ponta do Sol e de Santana e de diferentes repartições administrativas.

O número total de requerentes com quia concedida é de 1744, tendo-se computado um total de 49 funcionários públicos responsáveis pelo deferimento desta certidão. A maioria destes outorgantes, 32 (65,3%), desempenhou as suas funções no concelho do Funchal, tendo-se verificado que dois documentos (um de 1851 e outro de 1861), apesar de registarem a paróquia, não indicam o regedor (dados omissos, ou Não Identificados – N/I⁹⁷), que duas guias pertencem ao município da Calheta (a primeira da regedoria do Arco da Calheta, de 1859, e a segunda do Paul do Mar, de 1861) e uma ao de Câmara de Lobos (regedoria do Estreito, de 1859). Na primeira destas guias consta a assinatura de António José Rocio, na segunda a de Álvaro Nunes Pereira Pinto⁹⁸ e na terceira a de Eduardo António de Abreu⁹⁹, respetivamente. Sublinhe-se que, do corpo administrativo sobrante, não foi possível identificar dois empregados públicos, um em 1855 e outro em 1859, sendo o do último ano administrador do concelho do Funchal. Dos 12 superintendentes, destacam-se o juiz de direito António de Magalhães Mexia Baião da Lança Salema, que outorgou cinco certidões entre 1857 e 1859, e o administrador de concelho do Funchal Tarquínio Torquato da Câmara Lomelino 100, com quatro quias deferidas entre 1855 e 1858 e em 1859. A Tabela 1 demonstra que, com os primeiros cinco regedores se atinge quase metade - 46,85%, equivalente a 817 atestados - do valor total. Ao percorrer a supradita, até João Joaquim da Costa, obtém-se 84,75% (1478) permissões) do universo em análise, representando os restantes 34 funcionários um valor residual (15,25%).

⁹⁷ Passar-se-á a recorrer a esta nomenclatura para dados que desprovejam de informação.

⁹⁸ ABM, CMCL, *Registo de ofícios diversos (1856-1909)*, l. 101, fl. 39. O ofício n.º 506, de 24 de janeiro de 1860, prova que ainda exerce o mesmo cargo, na mesma paróquia civil.

⁹⁹ ABM, Administração de Concelho e da Câmara Municipal da Calheta (ACCMC), *Juramentos e Posses*, l. 47, fl. 2. Em 18 de março de 1864, «Antonio Joze Rocio Regedor effectivo [...] da freguezia do Arco [...] e da freguezia do Paul do Mar Eduardo Antonio d'Abreu, Regedor effectivo [...] se apresentarão com os seus respectivos alvarás de nomeação» e prestaram novamente juramento perante o administrador de concelho Francisco Ladislau de França.

¹⁰⁰ CARITA, 2008, História da Madeira [...], pp. 124 e 473. Encontrou-se uma breve referência a este funcionário, que tomou posse do cargo de administrador de concelho do Funchal em 24 de julho de 1852, pelo decreto de 28 do mês anterior, e que o mantém no ano seguinte. Em ABM, Administração de Concelho do Funchal (ADFUN), l. 382, fl. 26, deparou-se com o dito a declarar Bernardo Francisco Lobato Machado «regedor de paróquia» de Santa Maria Maior e de São Gonçalo, no dia 1 de fevereiro de 1853.

Maria Cristina Martins

Tabela 1 – Guias de Passaporte Outorgadas, por Administrativo do Distrito do Funchal (1851-1861)

| Nome | N.º | % |
|---|-----|------|
| António Barnabé Soares | 286 | 16,4 |
| João Ferreira da Costa | 149 | 8,54 |
| Matias José Branco | 140 | 8,03 |
| Manuel Joaquim Teixeira | 129 | 7,4 |
| Diogo António Ferreira | 113 | 6,48 |
| Germano Augusto Soares | 110 | 6,31 |
| João Joaquim Bettencourt da Câmara | 87 | 4,99 |
| Manuel dos Santos | 81 | 4,64 |
| Fernando José Gomes | 66 | 3,78 |
| António Joaquim Abreu Jardim | 63 | 3,61 |
| Bernardo Francisco Lobato Machado | 61 | 3,5 |
| Matias Gomes de Sousa | 60 | 3,44 |
| José Pinto de Almeida Júnior | 49 | 2,81 |
| Francisco Leandro Afonso | 43 | 2,47 |
| João Joaquim da Costa | 41 | 2,35 |
| Manuel de Andrade | 37 | 2,12 |
| Manuel Joaquim Afonso | 37 | 2,12 |
| Francisco António da Costa Moniz | 36 | 2,06 |
| Luís Correia da Silva Acciaiuoli | 32 | 1,83 |
| Manuel Joaquim Ferreira | 24 | 1,38 |
| Cristóvão de Sousa | 20 | 1,15 |
| António Gomes Jardim | 14 | 0,8 |
| Pedro José de Ornelas | 10 | 0,57 |
| Gregório Rodrigues Pereira | 8 | 0,46 |
| Rufino Casimiro de Freitas | 6 | 0,34 |
| António de Magalhães Mexia Baião da Lança Salema | 5 | 0,29 |
| Não Identificado (N/I) | 5 | 0,29 |
| Manuel João Rodrigues | 4 | 0,23 |
| Tarquínio Torquato da Câmara Lomelino | 4 | 0,23 |
| António José de Araújo | 3 | 0,17 |
| Manuel Júnior Teixeira | 3 | 0,17 |
| Francisco Justino de Matos | 2 | 0,11 |
| João Joaquim Restelo da Câmara | 2 | 0,11 |
| [] Abreu | 1 | 0,06 |
| Agostinho Raimundo Bettencourt | 1 | 0,06 |
| Álvaro Nunes Pereira Pinto | 1 1 | 0,06 |
| António Gomes do Nascimento | | 0,06 |
| António José Rocio | | 0,06 |
| Antonio Jose Rocio Augusto Carvalhal Esmeraldo Lencastre | | 0,06 |
| Domingos Alexandre da Silva | | 0,06 |
| Eduardo António de Abreu | | - |
| Luuaiuo Aiitoillo de Abieu | 1 | 0,06 |

| Total | | 100 |
|---|---|------|
| Sabino José de Ornelas e Vasconcelos | | 0.06 |
| Júlio da Silva Carmo[?] | | 0,06 |
| José Pereira Sanches e Castro | 1 | 0,06 |
| Jacinto José de Faria Bettencourt Andrade | | 0,06 |
| Jacinto de Freitas Lomelino | | 0,06 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

O afunilamento na apresentação dos dados para os regedores incide na constância numérica, na representatividade administrativa e no desempenho burocrático em função da sistematização da emissão de passaportes pelo Governador Civil do Distrito do Funchal¹⁰¹. Dispôs-se, por conseguinte, os agentes de ordem pública de acordo com as regedorias onde executaram as suas funções, atendendo--se à questão de estas se encontrarem, na sua maioria, «reunidas». São Pedro e São Roque contou com quatro regedores – António Barnabé Soares¹⁰², Manuel Joaquim Teixeira¹⁰³, Manuel Júnior Teixeira e Manuel Joaquim Ferreira – e dois delegados do regedor – Manuel de Andrade e António Gomes Jardim¹⁰⁴. Santa Luzia e Monte com três regedores, Cristóvão de Sousa¹⁰⁵, João Ferreira da Costa e Pedro José Ornelas, dois regedores substitutos – Rufino Casimiro de Freitas e João Joaquim da Costa – e um delegado do regedor, Diogo António Ferreira¹⁰⁶. O único a exercer diferentes escalões em três paróquias «reunidas» é Germano Augusto Soares (regedor interino, regedor substituto e regedor) entre 1851 e 1861. Já Santa Maria Maior e São Gonçalo conglomeram o número máximo de funcionários (oito) e operam frequentemente agrupadas, com cinco regedores: João Joaquim Bettencourt da Câmara, Bernardo Francisco Lobato Machado¹⁰⁷, Francisco António da Costa Moniz, Luís Correia da Silva Acciaiuoli¹⁰⁸ e João Joaquim Restelo da Câmara; e três substitutos, Sabino

¹⁰¹ SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], pp. 481, 468, 476, 446, 479 e 471.

¹⁰² CARITA, 2008, História da Madeira [...], pp. 22-23: Barnabé Soares foi um dos «cinco conhecidos constitucionais funchalenses [...] com bandeiras azuis e brancas, [que] desceram a Rua João de Tavira, seguidos de vários populares, dirigindo-se à fortaleza de São Lourenço para aí arvorarem a bandeira da causa liberal» após a convenção de Évora Monte, em junho de 1834.

¹⁰³ ABM, ADFUN, 382, fl. 19 v.: primeiro juramento arrolado em 14 de agosto de 1846.

¹⁰⁴ ABM, ADFUN, 382, fl. 9 v., 12 v. e 14: com juramentos em 1838, em 1841 e em 1842.

¹⁰⁵ ABM, ADFUN, 382, fl. 23 v.: primeiro juramento em 23 de agosto de 1848.

¹⁰⁶ ABM, ADFUN, 382, fls. 4 v., 6 v., 11 v. e 14: com três juramentos prestados anteriormente, sendo um de comissário destas paróquias – 1837, 1838, 1841 e 1842.

¹⁰⁷ ABM, ADFUN, 382, fl. 20: primeiro juramento, como substituto, em 3 de setembro de 1846.

¹⁰⁸ ABM, ADFUN, 382, fls. 13 v., 14 e 21: com três juramentos – 1841, 1842 e 1847.

José de Ornelas e Vasconcelos, Francisco Justino de Matos e Júlio da Silva Carmo. Santo António e São Martinho contam com seis, havendo quatro regedores: Manuel Joaquim Afonso¹⁰⁹, Gregório Rodrigues Pereira¹¹⁰, Francisco Joaquim Ribeiro de Sousa e Manuel João Rodrigues; um substituto, Francisco Leandro Afonso; e um delegado do regedor, Fernando José Gomes¹¹¹ (o único com atestados arrolados todos os anos). Na Sé, sete empregados públicos, onde seis exercem a função de regedor – Matias José Branco¹¹², Manuel dos Santos, António Joaquim Abreu Jardim, Matias Gomes de Sousa, José Pinto de Almeida Júnior¹¹³ (também regedor interino) e António Gomes do Nascimento – e um como regedor substituto, António José de Araújo.

Verificou-se que a tendência destes órgãos administrativos foi a de reeleger administrativos que haviam sido nomeados desde o estabelecimento das regedorias na Madeira. Dos 24 regedores discriminados, quase metade (dez) exerceu as suas funções em mais de um mandato, ou seja, dois anos consecutivos entre 1851 e 1861. A requisição à obtenção de passaporte no Distrito Administrativo do Funchal, para além de constar replicar – na essência – os regulamentos previstos nos códigos administrativos, indica alguma diligência ao desenvolver um plano que amplifique o escopo de ação do próprio Governo Civil. Saliente-se que o princípio de policiamento, de manutenção da ordem pública e de vigilância sobre as populações abrange, como se tem vindo a referir, a questão da identificação pessoal, sobretudo para quem se desloca ao nível interno ou para fora. Nesta senda, na outorga de certidões que, em complemento com outros documentos identificativos – ou isentivos de encargos ao Estado – irão culminar na emissão de passaportes, revela-se perentório criar órgãos locais próximos da residência dos solicitantes para que a "máquina administrativa" funcione da melhor forma. Sendo o passaporte um instrumento «flexíloquo», que tanto veicula a partida de civis como a de desertores, ou a de mancebos em idade de recenseamento militar, a triagem nas regedorias determina-se urgente.

¹⁰⁹ ABM, ADFUN, 382, fls. 4, 6 v., 13 e 14: quatro juramentos, sendo o primeiro como comissário destas paróquias – 1836, 1838, 1841 e 1842.

ABM, ADFUN, 382, fls. 2, 6 v., 14 v. e 21: quatro juramentos, sendo o primeiro como comissário destas paróquias – 1836, 1838, 1842 e 1847.

¹¹¹ ABM, ADFUN, 382, fls. 6 v., 8, 12 e 14: com juramento prestado duas vezes no mesmo ano (1838) para escalões diferentes e dois em anos distintos – 1841 e 1842.

¹¹² Consulte RODRIGUES, 2008, A Madeira entre 1820 e 1842 [...], pp. 319-320.

¹¹³ ABM, ADFUN, 382, fl. 21 v.: primeiro juramento, como regedor, em 6 de junho de 1848.

Os Candidatos a Passaporte: Uma Perspetiva Sociológica (1851-1861)

Na História, «nada é evidente. Nada é garantido. Tudo é construído»¹¹⁴. Tal construção – de uma dada realidade histórica – prevê fundamentação teórico-metodológica, análise e interpretação por quem a estuda¹¹⁵. O investigador decide como recolhe a informação e como a decompõe/reestrutura, de forma a divulgar as conclusões (interpretativas) da referida realidade. John Tosh afirma que, sendo os historiadores compelidos a «classify people into groups, whether by nationality, religion, occupation or class»¹¹⁶, a quase despersonalização do indivíduo é fulcral na compreensão de comportamentos-padrão, de tendências, de atipicidades e de recorrências. É precisamente nesta senda, da categorização dos dados contidos nas fontes, que se propõe desvelar um possível perfil dos solicitantes de certidão de passaporte entre 1851 e 1861 na ilha da Madeira.

À luz de uma metodologia centrada na fonte, a *source-oriented method*¹¹⁷, os dados foram, depois de recolhidos, transformados em variáveis para cálculo estatístico, colocando a nu a «complexidade da vida social»¹¹⁸ – através do processo de desconstrução – e norteando a reorganização da informação com o propósito de tornar explícito o que até então se encontrava implícito¹¹⁹. De cariz descritivo, a análise executada procurou trazer a lume particularidades do objeto de estudo – os requisitantes de passaporte –, uma vez que se desconhece quaisquer trabalhos de investigação académicos, ou mesmo publicações científicas, sobre tal documentação. (Re)conhecer as guias de passaporte como processo inicial de saída, presumidamente características de uma prática administrativa interna (não constante, para já, na historiografia portuguesa) entre os governos civis e as regedorias, significa *(re) conhecer* os referidos candidatos a passaporte numa perspetiva socioeconómica, em que procuram, por norma, melhores condições de vida. Não obstante, tal orgânica poderá não só constar como elemento documental excecional do Governo Civil

¹¹⁴ FILHO, 2008, «O uso da informação [...]», p. 42.

Sobre a questão da interpretação e da explicação por parte do historiador/investigador vide: ALBERS, 2017, Introduction to Quantitative Data [...]; GIL, 2015, Como se faz um banco [...]; e GRAHAM, 2008, «Os números e o historiador [...]».

¹¹⁶ TOSH, 2010, *The Pursuit of History* [...], p. 222.

¹¹⁷ Tal sistema norteia-se pela documentação existente, «cujas evidências empíricas [...] [são] o centro das atenções, de tal maneira que a base [de dados] fique o mais próximo possível da fonte, mas sem perder a capacidade de ser automatizada», segundo GIL, 2015, *Como se faz um banco* [...], p. 53.

¹¹⁸ GIL, 2015, Como se faz um banco [...], p. 21.

¹¹⁹ VANPOOL e LEONARD, 2011, *Quantitative analysis* [...], p. 2. Sobre a aplicabilidade dos métodos quantitativos à análise das fontes, nomeadamente no estudo das migrações, veja-se BRETTELL e HOLLIFIELD, 2015, «Migration Theory [...]», p. 15.

do Distrito do Funchal de meados de oitocentos, dado o fenómeno emigratório no referido momento, como poderá ter sido tomado como demasiado incipiente para prováveis estudos das migrações de outros distritos portugueses. Apesar de tais suposições se conservarem na incógnita, concluiu-se que estas fontes comportam informações relevantes sobre a mobilidade madeirense e, quiçá, podem servir de catapulta para o advento de novos trabalhos de investigação sobre o papel das regedorias no processo (e)migratório à escala nacional.

A pretensão partilhada por todos os requerentes – a de partida – obriga--os a dar a conhecer o seu estado civil. Dados como nome, idade, estado conjugal, destino, motivo de saída, data, regedoria/regedor, fazem parte das certidões de concessão de passaporte; referências à ocupação laboral, às contribuições ao Estado, aos acompanhantes, ou à descrição física destes indivíduos, entre outras, não serão consideradas no presente artigo. De cunho francófono, pós-Revolução Francesa (1789-1799), este tipo de documentação pressupõe – tal como o passaporte, o passe, ou a carta de legitimação 120 – a monopolização da mobilidade através do Estado. Sitas no fundo do Governo Civil do Funchal (GCF), no Arguivo e Biblioteca da Madeira (ABM), as Certidões dos Regedores de Freguesia para Passaporte contêm mais de 3169 documentos, tendo-se triado 2215 (1744 guias e 471 comprovativos auxiliares: certidões de batismo, de recrutamento militar, de óbito, de pobreza, de várias repartições administrativas e passaportes estrangeiros – com destino à ilha da Madeira –, entre outros) para análise. A onzena balizada para tal estudo viabiliza uma leitura cronológica inteligível, ainda que sem dados para o ano de 1852 e com um documento para 1853 e outro para 1860, sabendo-se que na área da História é recorrente a perscrutação de «períodos durante os quais faltam [...] dados seriais»¹²¹.

O universo em análise, o de requerentes deferidos no conseguimento de passaporte, conglomera um número avultado de casos omissos (ou N/I), que não foram registados pelos administrativos e que acabaram por se tornar um entrave cardinal, obstando uma leitura quantitativa o mais clarividente possível. Tal *descuido* cobriu todo o país. A carestia de censos detalhados – e a própria conjuntura *regeneradora* de todo o espetro político-administrativo – precisaram do seu tempo de maturação

¹²⁰ Consulte TORPEY, 2018, *The invention of the passport* [...], pp. 218-229.

GRAHAM, 2008, «Os números e o historiador [...]», p. 20. Sobre os procedimentos analíticos e metodológicos, consulte MARTINS, 2019, *A fuga à «má sorte»* [...], pp. 24-31.

e de institucionalização para realizar o primeiro recenseamento português em janeiro de 1864¹²². Até então, tal domínio, sobre a população e a sua mobilidade, conservara-se adstrito à Igreja, sendo que os registos paroquiais – de batismo, de casamento e de óbito –, desproviam de contabilização precisa. A transferência de poderes encontraria, na pós-reforma administrativa, resoluções laicas – com as repartições públicas¹²³ – quanto à feitura e à expedição deste tipo de atestados, como o caso das guias de passaporte e o dos passaportes, apesar de conservar uma dada dependência da cúria na recolha dos referidos registos.

Os dados recolhidos indicam, *in prima facie*, desequilíbrio na distribuição das certidões de passaporte por ano, devendo ser interpretados à luz de um método estruturante sobre a informação disponível. Nesta senda, as referências anuais dispõem-se do seguinte modo: 1851 conta com 221 requerentes, 1853 com um, 1854 abarca 365 requeredores, enquanto 1855¹²⁴ se revela no ano mais numeroso – com 447 suplicantes –, 1856 abrange 124 requisitantes, ao passo que 1857 comporta 11 homens e uma mulher, já 1858 computa 277 casos, 1859 153 pessoas, 1860 iguala-se a 1853 ao nível unitário e, por fim, 1861 contém 143 indivíduos¹²⁵ (Gráfico 1).

¹²² SERRÃO, 1973, Fontes de demografia [...], pp. 35-41 e VEIGA, 2004, A população portuguesa [...], pp. 8-9.

¹²³ Saliente-se que o mapeamento das populações passara a ser obrigativo no novo sistema administrativo e que, apesar de encetativo, demonstrara maior coesão que o eclesiástico, como afirma RODRIGUES *et al.*, 2008, «O estado da população», pp. 298-302. Joaquim da Costa Leite defende, por outro lado, que, apesar de tal coesão, «o Estado liberal não conseguiu igualar a cobertura de malha densa da Igreja, continuando a necessitar do apoio dos párocos, mas profissionalizou os serviços centrais e organizou os elementos intermédios a nível distrital e concelhio», apresentado em LEITE, 2005, «População e crescimento económico», p. 44.

¹²⁴ Recorde-se que é precisamente em julho deste ano que D. Fernando decreta a «lei repressiva da emigração clandestina», como já explanado, e que se discute na JGF – de forma abrasiva – sobre as repercussões do apertado contrato de colonia que, segundo o Padre Filipe José Nunes, empurra «o espantoso numero talvez de oitenta mil colonos emigrados», redigido em ABM, GCF, l. 569, fl. 152. O clérigo cita, nesta reunião (12 de julho), um ofício de abril do governador civil José Gerardo F. de Passos, que toma a emigração como detentora «de terriveis consequencias, que a continuar em tão larga escala, comprometterá mui seriamente os interesses mais importantes d'esta possessão de Portugal», em ABM, GCF, l. 569, fls. 152-152 v.

¹²⁵ Atente-se que o quantitativo de solicitantes corresponde à documentação sita no fundo do GCF, não se podendo tomar como valor absoluto dos pedidos de passaporte. Os próprios passaportes que são registados nos mapas estatísticos oficiais devem ser interpretados como números aproximados, uma vez que se constata um desfasamento significativo entre os dados do país emissor e os do recetor, em função da mobilidade clandestina, como elucida COLLYER, 2013, «Introduction: Locating and Narrating [...]», p. 9.

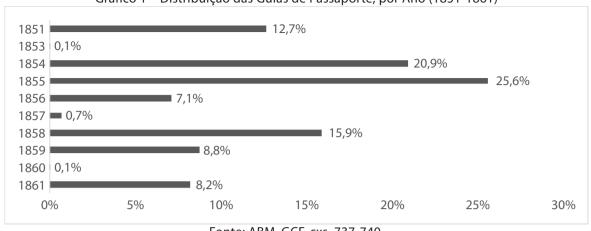


Gráfico 1 – Distribuição das Guias de Passaporte, por Ano (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

A suputação da onzena alcança, portanto, os 1744 solicitantes, que pretendem «seguir viagem para onde lhe[s] convier»¹²⁶. Num plano comparativo, ainda que composto de muita cautela por se tratarem de fontes distintas, sabe-se que a saída oficial de nacionais entre as décadas de 1850 e de 1870 não atingiu uma dezena de milhar por ano¹²⁷ e que, segundo Joel Serrão – no contexto madeirense –, partiram 6600 islenhos de 1855 a 1865¹²⁸. O tempo sob escrutínio (1851-1861) abarca, de forma relativamente semelhante (realce-se o facto de se estar a analisar apenas documentação precedente ao passaporte), uma miríade de vertentes sociodemográficas, assentes em diferentes variáveis e que nem sempre se encontram detalhadas, dado o tempo proto-estatístico¹²⁹ – de trato irregular e intrincado –, cujas lacunas só poderão ser supridas através do cruzamento de fontes de diversas índoles, quando existentes, e segundo os pressupostos de um contexto meso-analítico.

¹²⁶ ABM, GCF, cx. 738, 4, 1. Deste total, 740 (42,4%) tencionaram levar acompanhantes (1851, ou 51,5% da soma final), o que pressupôs a saída de 3595 homens, mulheres e crianças.

¹²⁷ RODRIGUES, 2008, «Tendências globais e diversidade regional», p. 341.

¹²⁸ SERRÃO, 1973, *Fontes de demografia* [...], p. 198; o autor baseia-se na obra *Notice sur le Portugal* (1867), de José Joaquim Rodrigues de Freitas Júnior, não apresentando dados para 1856 e de 1860 a 1865.

¹²⁹ VEIGA, 2004, A população portuguesa [...], p. 9.

Idade e Estado Conjugal

«Emigravam, sobretudo, homens (mais de 90%), geralmente solteiros, na sua maioria adultos jovens ou mesmo adolescentes. Tudo isto implicava algumas mulheres, algumas famílias e gente mais velha, até aos 34 anos»130. A cifra de suplicantes do género masculino (1404, 81%) corrobora, sensivelmente, o que se tem vindo a observar em estudos sobre a saída de efetivos portugueses no século XIX, remanescendo 19% (340) para o feminino¹³¹. O proveito seria, segundo Cláudia Castelo, do próprio país, uma vez que a partida – massiva – de nacionais para o Brasil era protagonizada por mancebos, que acabaram por fixar a prática de remessas, em dinheiro, no [para o] seu país de origem¹³². Tal questão, apesar de parecer não perfilar no plano socioeconómico madeirense como em Portugal continental, figura-se no corpo documental em análise. Identificou-se três casos de requerentes que em 1855, uma vez estabelecidos no destino – Rio de Janeiro – para onde iriam trabalhar, comprometeram-se a enviar dinheiro para as suas consortes¹³³. O Gráfico 2 indica, além da diferença visível entre a percentagem de solicitantes masculinos e a de femininos, que a tendência de concessões de passaporte, entre 1851 e 1861, quanto aos primeiros foi minimamente ascendente – com um valor residual de 1,3% - e a correspondente aos segundos com o mesmo percentual (1,3%), mas no sentido descendente; numa outra leitura, para cada género, revela-se uma descida entre os 4,4% – menos 62 homens em 1861 – e os 4,7% – menos 16 mulheres no referido ano – de pedidos nos anos em análise (Tabela 2).

¹³⁰ MARQUES e MATOS, 2002, «A Base Demográfica», p. 42.

¹³¹ Os valores revelam que, sobre a distribuição de requisitantes, em cada cinco dos que recebem certidão, quatro são homens.

¹³² CASTELO, 2009, «Migração Ultramarina [...]», p. 70; sobre o assunto, consulte PEREIRA, *A política portuguesa* [...], 1981.

ABM, GCF, cx. 739, 3, 43, 30 e 29. Benedita Câmara indica que, no contexto do retorno de 2451 insulanos – vindos de Demerara –, no início da década de 1860, e respetivo investimento imobiliário, terá ocorrido o envio de remessas anteriormente, em CÂMARA, 2002, *A economia da Madeira* [...], p. 148. Crê-se, porém, que tal circunstância se desenvolvera noutros trâmites. Os emigrados traziam a sua pecúnia para aplicar diretamente na economia madeirense, como no caso do bergantim *Duas Annas*, que «owned by Madeirans returned to Madeira with 60,000 dollars to purchase wine and other good [sic], to sustain relatives in Madeira and to pay the passage of their countryman to British Guiana» em 1850, como refere MENEZES, 1989, *The first twenty-five years* [...], p. 431.

100.0% 100.0% 100% 91.7% 83,2% 82.6% 81.99 81,1% 80% 70,29 60% 40% 29,8% 21,3% 20,9% 18,9% 18.1% 17.4% 16,8% 20% 0,0% 0,0% 0% 1851 1853 1854 1855 1856 1857 1858 1859 1860 1861 Masculino Feminino Linear (Masculino) Linear (Feminino)

Gráfico 2 – Requerentes de Guias de Passaporte, por Género (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Tabela 2 – Requerentes por Género/Ano (1851-1861)

| Ano | Masculino | Feminino | |
|----------|-----------|----------|--|
| 1851 | 181 | 40 | |
| 1853 | 1 | 0 | |
| 1854 | 296 | 69 | |
| 1855 | 369 | 78 | |
| 1856 | 87 | 37 | |
| 1857 | 11 | 1 | |
| 1858 | 218 | 59 | |
| 1859 | 121 | 32 | |
| 1860 | 1 | 0 | |
| 1861 | 119 | 24 | |
| T. 6. *. | 1404 | 340 | |
| Totais | 1744 | | |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Os numerais atinentes a ambos os géneros refletem não só o quantitativo díspar de requeredores, mas atuam como modelo social de meados de oitocentos¹³⁴. Tal minoria corresponderia ao seu papel na sociedade, ou seja, à dependência perante o homem (pai, marido, irmão). A maioridade, a profissão (raramente discriminada)¹³⁵,

¹³⁴ Sobre o número de efetivos masculinos saídos veja-se MOORE, 1975, «The social impact [...]» e NEWITT, 2015, *Emigration and The Sea* [...].

¹³⁵ De 340, apenas 44 mulheres discriminam o seu ofício, sendo que 20 são meretrizes, como indica MARTINS, 2019, *A fuga à «má sorte»* [...], pp. 85 e 179.

o estado conjugal, a chamada, ou a ida ao encontro/procura de familiares ditariam a concessão da sua quia de passaporte. Denote-se, no entanto, que o peso percentual do género feminino aumenta em mais de 20% - 39,5%, 1419 - ao considerar--se o número de mulheres que sairão como acompanhantes (1079), reduzindo a percentagem total do género masculino para 60,5% (2176)¹³⁶.

O apuramento do universo concernente à idade dos requisitantes revelou-se penoso, dada a falta de dados – por motivos vários¹³⁷ – ou a inexatidão destes: Paula Maria de Andrade, maior de 27 anos¹³⁸, João de Abreu, maior de 32¹³⁹, Patrícia Cândida de Jesus, «maior de edade»¹⁴⁰, são, entre muitos, exemplo disso. A divisão por faixas etárias foi, desta feita, inevitável (Gráfico 3).

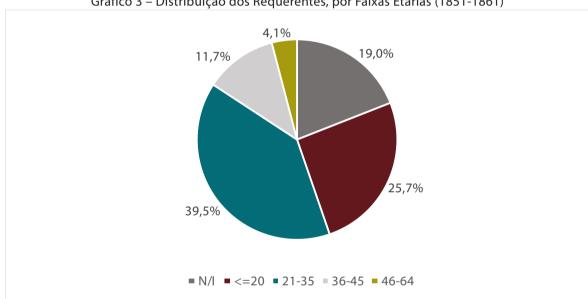


Gráfico 3 – Distribuição dos Requerentes, por Faixas Etárias (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

¹³⁶ Tal inferência poderá ser comparada, ainda que com a devida advertência para o facto de não se tratarem de fontes pariformes, com os dados de Jorge Fernandes Alves – os registos de passaporte – sobre a partida de mulheres entre 1851 e 1878, que variam entre os 10% e os 19%, e que aumentam a partir de então, em ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...], pp. 209-211.

¹³⁷ A omissão da idade, entre outros dados, poderá dever-se ao facto de estar anexada uma série de documentos identificativos dos requerentes que funcionavam como résumés do seu estatuto civil, como indicam BYBEE e HOUZE, 2007, «Nineteen-Century French Passport [...]», p. 13; confronte com RODRIGUES et al., 2008, «O movimento da população», p. 308, onde apontam tais omissões como paradigma nos registos paroquiais e nos recenseamentos.

¹³⁸ ABM, GCF, cx. 739, 2, 7.

¹³⁹ ABM, GCF, cx. 739, 2, 13.

¹⁴⁰ ABM, GCF, cx. 739, 2, 32. Saliente-se que a maioridade, tanto nas *Ordenações Filipinas*,1870, l. III, Tít. XLI, p. 623, como no Código Civil, 1867, Parte I, Cap. III, Secção XXIV, art.ºs 311 a 313, p. 57, é de 21 anos, apesar de se ter deparado com notas referentes a requerentes solteiros - «maiores/iguais a» 21 anos – como necessitando da permissão de outrem para saírem da ilha.

O grupo com maior peso – 21-35 anos – compõe-se por 689 (39,5%) suplicantes, o segundo – menor/igual a (\leq) 20 – por 448 (25,7%), o terceiro – N/I¹⁴¹ – por 332 (19%), o sequente – 36-45 – por 204 (11,7%) e o último – 46-64 – por 71 (4,1%)¹⁴². Saliente-se que as faixas etárias <=20 e 21-35 acumulam, entre si, 1137 (65,2%) indivíduos face a um número residual (275 homens e mulheres, ou 15,8%) de requerentes entre os 36 e os 65 anos, que tiveram a sua concessão de passaporte deferida. Na distribuição por ano (Gráfico 4), o valor percentual de casos N/I revela-se elevado em 1851 (39,5%, 131) quando confrontado com 1861 (0,9%, três), significando um potencial progresso no arrolamento de tais dados.

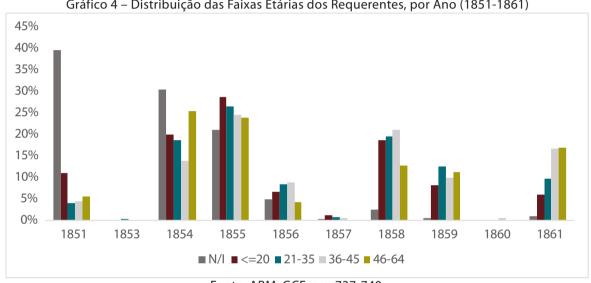


Gráfico 4 – Distribuição das Faixas Etárias dos Requerentes, por Ano (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

A faixa etária <=20 atingiu o pico de requerimentos entre 1854 (19,9%, 89 jovens) e 1855 (28,6%, 128), tendo havido uma guebra de 4% até 1861, o que, sob as premissas da lei de 27 de julho de 1855 – sobre a obrigatoriedade do serviço militar de mancebos 143 –, parece ter surtido algum efeito, isto se se omitir a tese da emigração

¹⁴¹ Verificou-se que houve maior propensão ao não registo da idade das mulheres do que da dos homens, crendo-se que a condição de chefe de família, ou mesmo de "homem" (pela questão militar) ditariam tal necessidade, como se constata em FREITAS, 2013, Des vignes aux caféiers [...], p. 458; veja MARQUES e MATOS, 2002, «A Base Demográfica», p. 23.

¹⁴² Composto por 60 homens e 11 mulheres, o que confirma o apontamento demográfico de PINTO e RODRIGUES, 1990, «A Madeira na viragem do século [...]», pp. 329 e 339, sobre o número de efetivos do género feminino, tendo em conta dois aspetos: a sobremortalidade nos homens e a sua recorrência à emigração como fuga às condições socioeconómicas da ilha.

¹⁴³ Como refere ALVES, 1993, *Os «Brasileiros», Emigração* [...], p. 128, tal *praxis* (e) migratória tinha já «longa tradição [...] [desde os] tempos coloniais»; sobre o recrutamento militar no arquipélago da Madeira vide FREITAS, 2013, Des vignes aux caféiers [...], pp. 135-166.

ilícita. No concernente ao grupo 21-35 anos, manifestou um padrão semelhante ao anterior (1854 com 18,7%, 129 adultos, e 1855 com 26,4%, 182), embora se tenha verificado um ligeiro aumento – em função de 1858 (19,4%, 134) –, que contribuiu para uma linha de tendência crescente. Os requisitantes com uma subida percentual aproximada dos 5% ao longo do tempo foram os da faixa etária dos 36-45 anos, tendo alcançado o seu máximo em três momentos: 1855 com 24,5% (50), 1858 com 21,1% (43) e 1861 com 16,7% (34). O último grupo – 46-64 anos – manteve-se linear entre 1851 e 1861, tendo-se constatado mais pedidos de certidões de passaporte em 1854 (25,4%, 18 indivíduos) do que em 1855 (23,9%, 17) ou em 1861 (16,9%, 12), apesar de estes anos, em conjunto, perfazerem um total de 66,2%. No tocante à confrontação de dados idade/género, em termos de média, o masculino difere pouco do feminino: 26,8 para o primeiro e 27,3 para o segundo, sendo a média global de 27 anos.

Em torno de tal resultado – e relevando o cuidado a ter na interpretação dos dados por se tratarem de fontes distintas –, no distrito do Porto as idades «oscila[m] entre os 20-25 anos» da década de 1840 a 1855, «fixando-se na casa dos 30 anos pelo final dos anos setenta» ¹⁴⁴. Já Teresa Rodrigues e Miriam H. Pereira indicam uma «grande percentagem» ¹⁴⁵ de mancebos menores de 14 anos, saídos no mesmo intervalo de tempo, que procuraram trabalho, escapar ao serviço militar e enviar dinheiro para as suas famílias. A realidade insulana rebate tal paradigma através da média de idade dos requeredores, que afiguram cumprir o dever militar ¹⁴⁶ – através do serviço, da fiança, ou da substituição –, não sendo este um dos principais motivos de partida ¹⁴⁷.

O conjunto de estados conjugais identificados nas certidões de passaporte abarca solteiros, casados, viúvos, divorciados, separados, "amigados" e omissos (N/I). No cômputo geral, foram os solteiros, 990 homens e mulheres, a prevalecer sobre

¹⁴⁴ ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...], p. 223.

RODRIGUES, 2008, «Migrações e mobilidade», pp. 412-413 e PEREIRA, 1981, *A política portuguesa* [...], pp. 26-27 e 36-37; sobre o baixo custo deste "tipo" de mão-de-obra consulte BOSCHILIA, 2014, «Pequenos viajantes: reflexões [...]», pp. 238-258.

¹⁴⁶ Consulte LEITE e CÂMARA, 2010, «O recrutamento militar [...]», pp. 123-129.

¹⁴⁷ Sobre as causas consulte CASCÃO, 1998, «O crescimento demográfico [...]», p. 366.

Ou em «estado de mancebia [...] [,] concubinato», que significa «união estável» ou «união livre» entre duas pessoas, podendo constar como extraconjugal ou como semi-matrimónio, segundo SOUZA, 2016, *A união de facto* [...], pp. 11, 17 e 19. Dada a definição, que se considera adequada aos dados em análise, observe-se Manuel Gonçalves, «morador [...] na Rua da Saudade á mais de quatro annos, vivendo em sua companhia huma rapariga Maria de Nobrega, da qual tem tido dois filhos [...]; consta me que he viuvo, tendo lhe falecido sua mulher, a quaze hum anno, e pertende receber a sobredita rapariga» em matrimónio, embora não possa contrair o mesmo «por serem Parentes», como redige o vigário Joaquim Português em 1851 no atestado sito no ABM, GCF, cx. 737, 1, 18. O documento seguinte – ABM, GCF, cx. 737, 1, 19 –, passado na regedoria de Santa Luzia, indica que pretende «auzentar-se [...] para a ilha de Antigua» com Maria e seus «dois filhos naturaes, José de dois annos, e João de cinco mezes».

os restantes solicitantes: casados, 583; viúvos, 93; N/I, 57; "amigados", 15; separados, cinco¹⁴⁹ e apenas um divorciado (Gráfico 5).

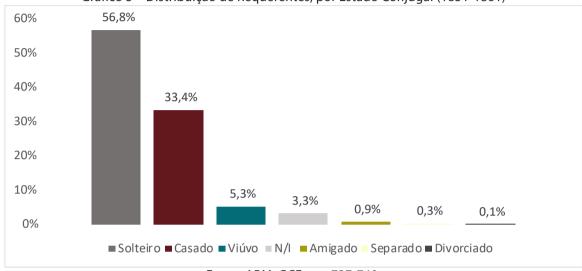


Gráfico 5 – Distribuição de Requerentes, por Estado Conjugal (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

A representatividade dos géneros masculino e feminino revela-se necessária na interpretação destes valores. Em ambos os universos, prevalece o pedido de certidão de passaporte dos solteiros (780 homens, 55,6%; 210 mulheres, 61,8%), seguindo-se o dos cônjuges apenas para o primeiro género (527, 37,5%), o que revela uma certa assimetria com a percentagem de mulheres casadas (56, 16,5%) e que poderá ser explicada à luz do quantitativo de viúvas (58, 17,1%) e de solteiras. Entenda-se que estas assumem, em conjunto, 95% do valor total, por constar a possibilidade de irem ter com/à procura de familiares¹⁵⁰. Maria de Jesus pretende seguir viagem para Demerara com o filho de dezoito meses, «por onde a chama o [seu marido] dito Antonio Joze»¹⁵¹, enquanto Josefa Helena, «viuva de Antonio da Silva, moradora por caridade nas cazas contiguas á Capela de São João da Ribeira, [...] é pobre miseravel,

¹⁴⁹ Tal como consta na guia de passaporte de José Francisco dos Santos – ABM, GCF, cx. 737, 5, 51 –, «não [...] preciza a licença de sua mulher por que vivem separados e não tem filhos a quem deva alimentar e mesmo como me consta que a dita sua mulher se não oppõe a esta viagem».

A diferença percentual entre os estados de viuvez das mulheres e dos homens poderá estar relacionada com o facto de estas deixarem o seu país mais tarde, quer por contraírem o matrimónio quer por amanharem a terra, como afirma RODRIGUES, 2008, *A População Portuguesa* [...], p. 127; verificou-se que das 56 casadas, 36 (64%) pretendem ir ter com os seus cônjuges entre 1851 e 1861.

¹⁵¹ ABM, GCF, cx. 739, 4, 27.

[...] não tem recursos alguns para se poder manter, e por isso se vé obrigada a sahir desta terra a procurar protecção d'um filho que tem em Nova Jork [sic]»¹⁵². Já Maria de Sousa, solteira e de 31 anos de idade, requesta, por sua vez, «imbarcar para Antigoa para companhia de seu hirmão [...] que lá se acha estabellecido»¹⁵³, tendo o devido consentimento da sua mãe. Tais ocorrências, embora representativas, demonstram que o pedido de certidão de passaporte está relacionado com a deslocação – temporária ou definitiva –, ainda que repartida, de núcleos familiares. No caso dos homens casados, tal fenómeno é ainda mais evidente: dos 527 requerentes, 352 (87%) têm as suas esposas no rol dos acompanhantes; ao passo que o número percentual de viúvos (2,5%, 35) é inferior ao das mulheres e não há registo de que vão ter com/à procura de algum familiar, ou conhecido. No cotejo entre homens e mulheres, comprova-se que 75% (1307) são solteiros e casados do género masculino enquanto 15% (266) são do feminino, atingindo-se a esmagadora maioria com apenas dois sétimos do total, o que evidencia a exiguidade dos restantes grupos. No referente à média de idades dos grupos mais expressivos, verifica-se que os solteiros pretenderam sair com uma média de 22 anos de idade, seguindo-se os casados com 35 e os viúvos com 39.

Em suma, recorde-se que mais de metade dos candidatos à aquisição de passaporte é solteira, seguindo-se o grupo dos cônjuges, o que vai ao encontro do fluxo emigratório português de meados de oitocentos, em que parte primeiro o homem – isto se se obliterar os dados relativos àqueles que solicitam bilhetes de saída coletivos (740 indivíduos com 1851 familiares e/ou conhecidos como acompanhantes)¹⁵⁴ –, como constatado na literatura sobre o assunto¹⁵⁵.

Naturalidade e Residência

A proveniência e o domicílio foram estruturados em conformidade com as subdivisões administrativas – na sua maioria, regedorias –, tendo-se elidido sítios e ruas discriminados nas fontes documentais; contabilizou-se, também, os procedentes

¹⁵² ABM, GCF, cx. 739, 2, 34.

¹⁵³ ABM, GCF, cx. 737, 5, 60.

¹⁵⁴ Sublinhe-se que o fluxo emigratório do território madeirense difere do de Portugal continental, em que, desde finais da década de 1830 e durante toda a década de 1840, começaram a sair núcleos familiares, como refere NEWITT, 2015, *Emigration and the Sea* [...], p. 170.

ARRUDA, 2017, «Receptividade e/imigracional [...]», pp. 46-47, BRETTELL, 2015, «Theorizing Migration [...]», p. 161 e VEIGA, 2003, «Pirâmides etárias», pp. 50-51 e «Os movimentos migratórios», p. 63.

da ilha do Porto Santo¹⁵⁶, de outros pontos do país e os estrangeiros residentes na Madeira. Em primeira instância, os dados aclaram que a naturalidade não consta como prioridade no arrolamento de informações sobre os requerentes (59% N/I, 1025), enquanto a residência indica uma outra leitura (98%, 1709). O Gráfico 6 revela como estas variáveis oscilam entre 1851 e 1861 e quais as suas linhas de tendência, como o caso da procedência N/I, que começa com 18,9% e termina com 2,2%, revelando um decréscimo na ordem dos 16,7%; por outro lado, observa-se um aumento gradual (13%) no assentamento desta¹⁵⁷.

60% 50% 40% 30% 20% 10% 0% 1851 1853 1856 1857 1854 1855 1858 1859 1860 1861 Naturalidade ■ Naturalidade N/I Residência Residência N/I Linear (Naturalidade) Linear (Naturalidade N/I) ······ Linear (Residência) ····· Linear (Residência N/I)

Gráfico 6 – Distribuição dos Requerentes, com Naturalidade e Residência Identificadas e Não Identificadas (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

¹⁵⁶ Deparou-se com 13 homens, sendo que seis vieram «apoco de Portugal, tendo sido empergado[s] no Caminho de Ferro», como consta na certidão de Manuel de Melim – ABM, GCF, cx. 739, 3, 81 –, e com três mulheres: Tomásia Amélia, Matilde Spínola Silva e Sofia Rosa da Piedade, segundo as respetivas guias – ABM, GCF, cx. 739, 2, 40 e 42 e ABM, GCF, cx. 740, 2, 15. A referência à linha férrea diz respeito ao primeiro troço de caminho-de-ferro que viria a ligar Portugal e Espanha à Europa, como constata MARQUES, 2002, «A revolução técnica», pp. 46-89. Já Jorge F. Branco alude, em BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira* [...], p. 200, ao facto de terem partido do Porto Santo 14 jornaleiros, em abril de 1854, para trabalharem nas obras públicas e, passados quatro meses, 28 famílias «com idêntico destino»; saliente-se, não obstante, que as duas primeiras requerentes – Tomásia e Matilde – têm concedidas as suas guias em março do ano supramencionado e os restantes solicitantes entre janeiro e setembro de 1855.

 ¹⁵⁷ Saliente-se que do total de naturais averbados (719, 41%), 13 são provenientes de outros territórios
 o equivalente a 2% do referido conjunto –, tais como: Demerara (um), Antígua e Barbuda (um),
 Espanha (dois), Açores (quatro), Portugal continental (três), França (um) e um indivíduo de origem hebraica, não se tendo obtido mais informações sobre a sua procedência.

No respeitante ao domicílio, o valor percentual de N/I sobe 51% em 1855 – uma ocorrência singular, verificada na regedoria de São Pedro –, apesar de se estar a analisar apenas 2% (35 casos) do total. Já no que concerne aos requisitantes com naturalidade discriminada (706), registou-se um total de 46 locais (Tabela 3), situando-se os dez primeiros (54%) no Funchal e a Sul – concelhos de Machico e da Ponta do Sol.

Tabela 3 – Naturalidade dos Requerentes, por Localidade (1851-1861)

| Regiões | Naturalidade | Requerentes | % |
|---------|-------------------|-------------|-----|
| | São Pedro | 61 | 8,6 |
| | Santo António | 60 | 8,5 |
| | Santa Luzia | 52 | 7,4 |
| | Monte | 48 | 6,8 |
| Funchal | Santa Maria Maior | 39 | 5,5 |
| | São Gonçalo | 28 | 4,0 |
| | Sé | 25 | 3,5 |
| | São Roque | 14 | 2,0 |
| | São Martinho | 13 | 1,8 |
| | Porto da Cruz | 21 | 3,0 |
| | Porto Moniz | 20 | 2,8 |
| | Faial | 12 | 1,7 |
| | São Vicente | 9 | 1,3 |
| | Ponta Delgada | 7 | 1,0 |
| Norte | Santana | 6 | 0,8 |
| | Boaventura | 5 | 0,7 |
| | Seixal | 4 | 0,6 |
| | São Jorge | 4 | 0,6 |
| | Arco de São Jorge | 3 | 0,4 |
| | Ribeira da Janela | 2 | 0,3 |

| | Ponta do Sol | 25 | 3,5 |
|-----|-----------------------------|-----|-----|
| | Ribeira Brava | 25 | 3,5 |
| | Machico | 22 | 3,1 |
| | Câmara de Lobos | 21 | 3,0 |
| | Calheta | 19 | 2,7 |
| | Campanário | 19 | 2,7 |
| | Santa Cruz | 18 | 2,5 |
| | Estreito da Calheta | 16 | 2,3 |
| | Arco da Calheta | 15 | 2,1 |
| | Canhas | 13 | 1,8 |
| | Fajã da Ovelha | 10 | 1,4 |
| | Estreito de Câmara de Lobos | 8 | 1,1 |
| Sul | Serra de Água | 8 | 1,1 |
| | Tabua | 8 | 1,1 |
| | Ponta do Pargo | 6 | 0,8 |
| | Caniço | 5 | 0,7 |
| | Madalena do Mar | 3 | 0,4 |
| | Camacha | 3 | 0,4 |
| | Nossa Senhora da Graça | 3 | 0,4 |
| | Gaula | 3 | 0,4 |
| | Santo António da Serra | 2 | 0,3 |
| | Paul do Mar | 2 | 0,3 |
| | Prazeres | 1 | 0,1 |
| | Curral das Freiras | 1 | 0,1 |
| | Jardim do Mar | 1 | 0,1 |
| | Porto Santo | 16 | 2,3 |
| | Total | 706 | 100 |

Deste total, 30 proveniências encontram-se registadas em 1855, cujos valores atingem o máximo anual da fração temporal em estudo. Nesta senda, os naturais do Monte destacam a freguesia com o maior índice de requerentes (30 em 1861) entre 1851 e 1861. A soma, não obstante, com os naturais da de Santa Luzia, em 1855 (21) e em 1861 (17), poderá indiciar uma possível influência por parte da comunidade britânica – residente naquela área – quando do pedido da certidão para as suas colónias na América central, aludida anteriormente. Em última instância, releve-se a percentagem de natos de São Pedro (62%, 38), apenas para 1854 e 1855, e a de nascidos em Santo António (60%, 36), para 1854 e 1858, que corresponde a mais

de metade do cômputo geral, respetivamente. Sublinhe-se, ainda, a prevalência dos procedentes do concelho do Funchal em que, das primeiras dez localidades, sete fazem parte deste.

O registo da residência destaca-se de forma inversa ao da naturalidade, cujo número percentual de casos N/I é de 2%, tendo decrescido ao longo da onzena. Tal apontamento encontra-se completo para os anos de 1853 a 1855 e de 1860, o que poderá significar alguma indispensabilidade da informação em si. A Tabela 4 representa a distribuição dos solicitantes pelos (13) locais onde habitam.

Tabela 4 – Residência dos Reguerentes, por Localidade (1851-1861)

| Região | Residência | Requerentes | % |
|---------|-----------------------------|-------------|------|
| | São Pedro | 439 | 25,7 |
| | Sé | 370 | 21,7 |
| | Santa Luzia | 245 | 14,3 |
| | Santa Maria Maior | 170 | 9,9 |
| Funchal | Monte | 169 | 9,9 |
| | São Roque | 99 | 5,8 |
| | Santo António | 93 | 5,4 |
| | São Martinho | 67 | 3,9 |
| | São Gonçalo | 53 | 3,1 |
| | Ponta do Sol | | 0,1 |
| Cl | Arco da Calheta | 1 | 0,1 |
| Sul | Paul do Mar | 1 | 0,1 |
| | Estreito de Câmara de Lobos | 1 | 0,1 |
| | Total | 1709 | 100 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

São Pedro surge em primeiro lugar, com 439 residentes, seguido da Sé, com 370, e de Santa Luzia, com 245, perfazendo os três 62% do valor total; Ponta do Sol, Arco da Calheta, Paul do Mar e Estreito de Câmara de Lobos contêm percentagens residuais, uma vez que cada uma delas corresponde a apenas um requerente. No ano de 1854, Monte (45, 26,6%), Santo António (30, 32,3%), São Roque (22, 22,2%) e São Gonçalo (17, 32,1%) atingem o máximo de outorgados de certidão de passaporte. No ano seguinte, São Pedro (104, 22,3%), Sé (98, 28,1%), Santa Luzia (74, 30,2%) e Santa Maria Maior (71, 41,8%) alcançam tal máxima, assim como São Martinho o conquista (21, 31,3%) em 1858. O cômputo destes três anos – correspondente

apenas aos locais *supra* discriminados – compreende 482 requeredores, quase um terço do total dos indivíduos. Destas georreferências, sublinhe-se de novo o peso de São Pedro, da Sé e de Santa Luzia¹⁵⁸, agora em correlação com a pressão demográfica patente no Funchal de meados de oitocentos. Tal núcleo alberga grande parte da população islenha, desde os naturais do concelho, os migrantes internos – da costa norte e não só¹⁵⁹ – aos que estão prestes a deixar o arquipélago. Nesta senda, 99% (375) dos requerentes de outras proveniências reside na urbe funchalense, que acaba por ser sempre o palco principal de onde embarcam, de acordo com a lei.

Motivos de Saída

A ideia de um fenómeno (e)migratório madeirense pérfido, já vincado no governo de José Silvestre Ribeiro entre 1846 e 1852, encontra-se assinalado nas atas da JGF de abril de 1854, «[q]uando a mizeria e a fome ja fazem sentir seus horrores, os povos [da Madeira] espavoridos e aterrados só ambicionão embarcações que os levem ainda aos climas mais insalubres, para não perecerem de cruel inanição» levem ainda aos climas mais insalubres, para não perecerem de cruel inanição» de inquietude permanece, tanto em função do sucedâneo de fatalidades advindas de decénios anteriores como da própria onzena sob escrutínio. As epidemias

Paulo Rodrigues refere que, já desde a década de 1830, o cônsul britânico Henry Veitch residira em Santa Luzia, onde o «próprio [assumia] os custos da limpeza da ribeira (de Santa Luzia) que passava em frente à sua casa e a manutenção do muro adjacente» em RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842* [...], p. 484. Em 1851, João Fernando das Neves, morador na freguesia da Sé e criado deste cônsul, recebe a sua guia para a «América do Sul», como se pode verificar no documento – ABM, GCF, cx. 737, 1, 4. O mesmo sucedera com as famílias Cossart e Phelps, a título de exemplo, cujo rol de propriedades se distribuiu entre as localidades em análise, citado por GOUVEIA, 2005, *Phelps: percursos de uma família* [...], pp. 25-26, 35 e 88-96; a autora constata o domicílio de 280 famílias britânicas em 1855. É precisamente nesta data que João de Abreu, também residente na Sé, na casa de «José Phelps», onde é criado de servir, obtém a sua certidão para sair da ilha, segundo ABM, GCF, cx. 739, 3, 68. John Dix, citado por António Marques da Silva, frisa que «sem dúvida que a maioria dos melhores lugares pertence aos ingleses», em SILVA, 1994, *Apontamentos sobre o quotidiano* [...], p. 185, concentrando-se em força entre Santa Luzia e Monte e indiciando uma certa relação interpessoal com os ilhéus, o que terá culminado na já citada influência sobre a saída destes para as colónias britânicas.

¹⁵⁹ CÂMARA, 2002, *A economia da Madeira* [...], p. 23; consulte PINTO e RODRIGUES, 1990, «A Madeira na viragem do século [...]», pp. 330-332.

¹⁶⁰ ABM, GCF, I. 569, fl. 90.

(o caso da cólera mórbus em 1856¹⁶¹), as doenças manifestas nos tubérculos e nas vinhas (o oídio em 1852), as crises de fome – como ocorrido em 1847 –, a densidade do «campesinato», ou os vínculos contratuais de colonia - de cunho vitalício e hereditário – são algumas das causas pelas quais há um contínuo escoamento de islenhos¹⁶². Mas não só, aglomeram-se motivos de várias índoles, como a chamada de familiares, a procura ou o encontro destes, a busca por melhores condições de vida – a tão visionada "fortuna" – e a purgação do corpo social madeirense, onde ratoneiros ou criminosos¹⁶³, mendigos, sem-abrigo, meretrizes e pessoas de maus costumes¹⁶⁴ são incitados a partir. António Serrão de Andrade, «hum vadio, e Ratoneiro, infelizmente, vivendo pello Calhao desta Cidade, sem ter guem o empare»¹⁶⁵, Manuel Gonçalves de Agrela, natural do Porto Moniz, que «regrecou[sic] a este conceilho [do Funchal] afim de mendigár, porem rezolvido a seguir viajem para Jamaica», com a esposa e quatro filhos¹⁶⁶, Antónia de Sousa, «mulher do fado», que vai com o irmão «procurarem meijos[sic] de fazerem menos triste a sua enfelicidade [...] querendo evadir-se das vistas de suas famílias», sendo o dito «tambem hum desgraçado»¹⁶⁷, ou Maria Correia¹⁶⁸, «de muito[s] máos costumes» que, como Antónia, é prostituta – ambas pobres –, são requerentes que, segundo os próprios administrativos, devem "emigrar" por ser «conveniente á moral publica» 169. Recorde--se, desta feita, que os regedores exercem os princípios do controlo social na sua área de jurisdição.

A realidade insulana, em constante tribulação e penúria, não deixou de ser evocada pelos funcionários administrativos quando da concessão das quias de

¹⁶¹ Neste ano pereceram 6988 pessoas, aponta CÂMARA, 2002, A economia da Madeira [...], p. 22. Já Carlos França reporta o óbito de 7041 indivíduos, em FRANÇA, 1911, A Epidemia Cholerica [...], p. 9, tal como Nélio Pão, que aponta para mais de sete mil vítimas mortais - segundo os dados dos mapas oficiais, apresentados pelo então governador civil António Rogério Gromicho Couceiro – em PÃO, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 [...]», p. 328.

¹⁶² BRANCO, 1987, Camponeses da Madeira [...], pp. 19-110 e 153-202.

¹⁶³ Averiguou-se cinco (0,29%) solicitantes cadastrados, quatro mancebos com idade média de 18 anos e uma rapariga de 16: Manuel Gomes, António Serrão de Andrade, José Francisco de Freitas, Manuel de Sousa Morais e Justina de Salazares – como verificado em ABM, GCF, cx. 739, 2, 7; ABM, GCF, cx. 739, 3, 68, 85 e 77; e ABM, GCF, cx. 740, 2, 29.

¹⁶⁴ SANTOS, 2003, «A Sociedade», pp. 179-180.

¹⁶⁵ ABM, GCF, cx. 739, 3, 68.

¹⁶⁶ ABM, GCF, cx. 739, 3, 59.

¹⁶⁷ ABM, GCF, cx. 739, 3, 88.

¹⁶⁸ ABM, GCF, cx. 739, 2, 12.

¹⁶⁹ ABM, GCF, cx. 738, 5, 28.

passaporte, apesar de se ter deparado com apenas 164 (9,4%) casos de pobreza em 1554 (89,1%) requerentes¹⁷⁰; acresce a estes dados 1,5% (26 pessoas) com bens/ poder financeiro. Analisou-se, não obstante, exclusivamente o universo – 190 registos – daqueles com níveis de subsistência declarados: pobre, muito pobre, extremamente pobre¹⁷¹ e "pode pagar". Desta perspetiva, a percentagem de pobres é de 86%¹⁷² enquanto que a dos que podem financiar a sua viagem é de apenas 14%, refletindo-se o peso da indigência por entre aqueles que pretendem sair da ilha. À luz de uma observação mais acurada, os anos de 1854 e de 1855, em conjunto, refletem um momento crítico para os solicitantes pobres (84,7%, 116 em 137) e para os extremamente pobres (91%, dez em 11). Em contrapartida, a percentagem de indivíduos que pode pagar aumenta de forma exponencial a partir de 1858 (mais de 30%), assim como a própria tendência destas variáveis de pobreza decresce (aproximadamente 30%), sobretudo a partir de 1857: cessam os registos para os muito pobres e extremamente pobres e conserva-se, por sua vez, a condição de pobre até 1861, ainda que em menor escala percentual (Gráfico 7).

¹⁷⁰ Perante tais dados, entenda-se que a prática da emigração clandestina – com redes de engajamento a operar, de forma sistemática, aquém e além-mar – poderá ter abarcado mais indivíduos em condições de indigência, como sublinham MENEZES, 1849, Uma Epoca Administrativa [...], pp. 8-92, LEITE, 1993, «Informação ou propaganda? [...]», pp. 98-107, TEIXEIRA, 2009, Entre a Madeira e as Antilhas [...], pp. 54-57 e FREITAS, 2017, «Os dissimulados – a emigração [...]», pp. 211-222. Recorde-se, porém, que tanto a saída legal como a ilícita implicavam custos avultados, pelo que o escoamento de indigentes deverá ter cumprido um dos seguintes moldes: documentação gratuita facultada pelo GCF, empréstimo em numerário por familiares e/ou conhecidos, ou contrato de locação de serviços com passagem paga.

¹⁷¹ Citem-se as circunstâncias – a título elucidativo – de António Jacinto de Faria, que «é o único filho [...] que grangea meyos de subsistencia a sua pobre Mãe, hoje desvalida, e sem os poder sustentar [aos seus quatro irmãos, menores de 7 anos]. [Pode partir] [...], visto ser a unica pessoa, com quem sua referida Mãe conta para lhe subministrar e a toda a sua familia, os meyos para que não pereção», como se pode verificar na sua certidão, em ABM, GCF, cx. 739, 2, 27; e de Rosa Ferreira, residente em casa de outrem e «que para viver anda mendigando», redigido na sua guia de passaporte, em ABM, GCF, cx. 739, 3, 9.

¹⁷² Atente-se à contestação de António F. Correia, administrador de concelho de Câmara de Lobos, arrolada no ofício n.º 303 de 9 de setembro de 1858, sobre o processo de Manuel de Pontes. O requerente fora dispensado do recrutamento «por servir d'amparo ao pai, mas pouco tempo depois, apezar de ser pobre e não possuir bens, [...] casou-se com uma viuva tambem pobre, e subcarregada de filhos, aos quaes lhe não serve d'amparo, por que pretende emigrar deixando-os com o pouco que tinhão» – em ABM, CMCL, l. 101, fl. 60 v. Tal escusa deveria cessar, revelando o funcionário estar recordado de uma circular do GCF sobre o impedimento de saída de efetivos insulanos quer fosse pela via legal quer fosse pela clandestina.

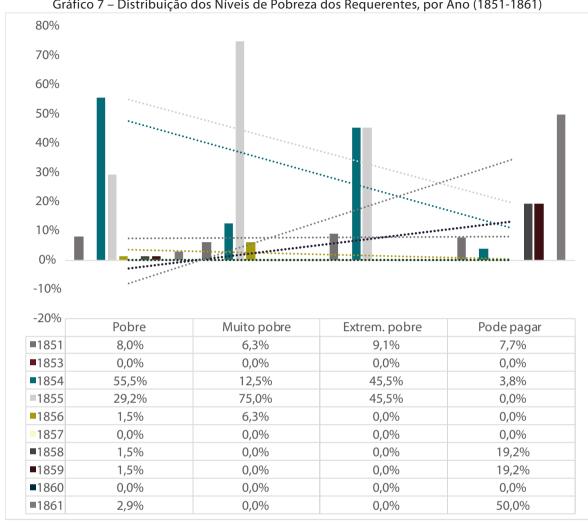


Gráfico 7 – Distribuição dos Níveis de Pobreza dos Requerentes, por Ano (1851-1861)

A incidência de pedidos de guia de passaporte, por parte dos solicitantes abonados, crescera de cinco em 1858 e em 1859 para 13 em 1861. Esta transformação foi igualmente sentida em Portugal continental, nomeadamente com os "brasileiros" 173, na medida em que «teve impactos directos ao nível das poupanças e aumento dos rendimentos médios locais e gerou algum investimento na agricultura, embora limitado na redistribuição da população entre regiões e sectores»¹⁷⁴. No caso da Madeira, tais circunstâncias deveram-se às sucessivas levas de milhares de ilhéus para destinos como Demerara, desde a segunda metade da década de 1830 e ao longo da de 1840, tendo acabado por surtir algum efeito no quotidiano islenho até finais da centúria;

¹⁷³ ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...].

¹⁷⁴ RODRIGUES, 2008, «Migrações e mobilidade», p. 411.

a partir de 1901, as rotas mais procuradas pelos madeirenses foram, sobretudo, o Brasil e os Estados Unidos da América (doravante EUA)¹⁷⁵. A título elucidativo e de forma similar aos "brasileiros" da região norte de Portugal continental, recorde-se a peça de teatro *A família do demerarista* – de Álvaro Rodrigues de Azevedo, vinda a lume em 1859 –, em que António, uma das personagens secundárias, entoa uma canção sobre os que partem «[p]'ra tal terra do dinheiro [...] [t]antos a buscar fortuna!», sendo que os que voltam ricos «Compra[m] outra vez/ Por cinco vendem?/D[ão] cinco, mais dez»¹⁷⁶. O enredo gira em torno do regresso de Manuel – o "demerarista" –, outrora pobre e cuja família se encontra sujeita aos abusos de um morgado (que representa o estrangulamento dos contratos de colonia sobre o campesinato), agora «muito rico! [Com] [v]inte contos de reis em lettras sobre Londres...um titulo de duzentos contos de reis no banco de New-York»¹⁷⁷. Tal como o "brasileiro", o "demerarista" alimentou o sonho de uma *vida melhor* no *umbigo* do mundo – o local de nascimento do (e)migrante¹⁷⁸.

A prática da chamada, mais tarde corporizada na "carta de chamada", não se revela recorrente neste momento como se procederá a partir de finais do século XIX e no decorrer do seguinte. Os dados provam-no: 26 – nove homens e 17 mulheres – indivíduos (ou 1,5%) solicitados em relação a 1718 – 1395 do género masculino e 323 do feminino – requerentes sem qualquer registo sobre tal circunstância (ou 98,5%). O fator percentagem residual é claro, embora se dilate quando fora do cálculo: 65% requeredoras, mais de dois terços do valor total, face a 35% requeredores (Tabela 5).

| Doguesantes | Cham | ados | Não Identificado (N/I) | |
|-------------|-----------|----------|------------------------|----------|
| Requerentes | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| 1851 | 0 | 6 | 181 | 34 |
| 1853 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1854 | 0 | 1 | 296 | 68 |
| 1855 | 3 | 0 | 366 | 78 |
| 1856 | 2 | 1 | 85 | 36 |
| 1857 | 0 | 0 | 11 | 1 |

¹⁷⁵ NEWITT, 2015, *Emigration and The Sea* [...], pp. 42-43.

¹⁷⁶ AZEVEDO, 1859, A família do demerarista, pp. 9-10.

¹⁷⁷ AZEVEDO, 1859, A família do demerarista, p. 26.

¹⁷⁸ Sobre o mito do regresso vide PEREIRA, 1981, *A política portuguesa* [...], pp. 29-30 e 33-35.

| 1860 | 0 | 0 | 1 | 0 |
|--------------|----------|-----------|-------------|------------|
| 1861 | 3 | 3 | 116 | 21 |
| Total | 9 | 17 | 1395 | 323 |

A maioria das mulheres (12) foi chamada pelo cônjuge e pelos pais, enquanto a maioria dos homens o foi apenas pelos pais (seis). Este tipo de registo, sublinhese, tem como fim o de «reunir a família ou sua parte em território de emigração» ¹⁷⁹, facto que será aclarado com o contexto teórico em que o processo (e) migratório sob análise se enquadra. Paralelamente à chamada – uma prática incipiente ¹⁸⁰ –, a anotação relativa a quem o requerente vai ter com/à procura de surge, ainda que de forma esporádica. No plano percentual, os valores atingem os 6,8% (119), apesar de se conservarem residuais. Mas tal leitura não deverá ser unilateral. Recorde-se, uma vez mais, o quantitativo de acompanhantes (1851) – na sua maioria, filhos e cônjuges ¹⁸¹ – que 42% (740) dos requeredores pretende levar consigo, o que confirma a tese da mobilização de núcleos familiares, através do reencontro ou da leva do agregado para um destino de acolhimento com comunidade já estabelecida (Gráfico 8).

Pai/Mãe 35,3% Cônjuge **31.9%** Irmão(ã) Filho(a) 5.0% Tio(a) 3,4% Sem Grau Parentesco 2,5% Primo(a) ____ 1,7% Cunhado(a) ____ 1,7% Amigado(a) ____ 1,7% Outro(a) **0**,8% 0% 5% 10% 15% 20% 25% 30% 35% 40%

Gráfico 8 – Distribuição dos Requerentes que vão ter com / à procura de, sem N/I (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

¹⁷⁹ SILVA, 2014, *Cartas de Chamada* [...], p. 53; sobre o assunto consulte MATOS e TRUZZI, 2015, «Presença na ausência [...]», pp. 338-347.

¹⁸⁰ ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...], p. 210.

¹⁸¹ Veja MARTINS, 2019, *A fuga à «má sorte»* [...], pp. 115-116.

Destinos

O aumento relativo do poder económico dos madeirenses sustenta-se, por um lado, através do comércio¹⁸² entre a ilha e os destinos de acolhimento onde já se encontram estabelecidas comunidades de emigrantes islenhos, nomeadamente nas colónicas britânicas do espaço caribenho, e, por outro, através dos fluxos (e) migratórios de naturais, do seu núcleo familiar e do seu círculo de conhecidos (amigos, vizinhos, pares de um dado ofício, entre outros) que preservam a chamada migração em rede – ou chain migration –, o processo migratório mais recorrente e coeso ao nível internacional¹⁸³. Em concordância com tal conspecto, atente-se aos pedidos de passaporte dos requisitantes por continente: África - 14 -, América - 1656 -, Ásia um –, Europa – 26 – e destino N/I – 47 (Gráfico 9).

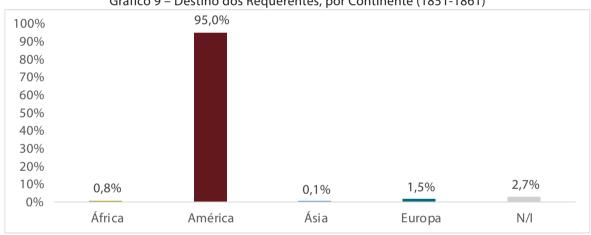


Gráfico 9 – Destino dos Requerentes, por Continente (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

A esmagadora maioria (95%) pretende, desta feita, partir para o Novo Mundo. O registo dos destinos não contém, porém, algum tipo de georreferenciação sistemática que tenha facilitado a leitura e proporcionado um tratamento estatístico simplificado, tendo-se deparado com alusões a regiões («Costa d'Africa», «America», «America Hespanhola», «America do Sul»), cuja localidade não é – de todo – concreta,

¹⁸² Considera-se o facto de se terem registado 35 solicitantes comerciantes/negociantes, em que 60% (21) dos mencionados residem no Funchal (Santa Luzia / Monte) e/ou em Demerara, o que fomenta tal pressuposto.

¹⁸³ CASTLES et al., 2014, The Age of Migration [...], pp. 7 e 39. Sublinhe-se, não obstante, que tal processo migratório só passou a ser recorrente em Portugal continental a partir de finais do século XIX, uma vez que o Estado tentou suprimir ao máximo a «emigração familiar», segundo ROWLAND, 2009, «Emigração e contexto», p. 397.

a países e a colónias (França, Inglaterra, Brasil, «Suriname»), ou a cidades (Londres, Lisboa, Baltimore, Rio de Janeiro, «Canta Gallo»¹⁸⁴), como se pode observar na Tabela 6. Em alguns casos não os discriminam e redigem, mormente, que a pessoa «se acha habilitada para seguir viagem para onde lhe convier»¹⁸⁵. Em prol de uma apresentação elucidativa dos dados em análise, procedeu-se à categorização – à desconstrução e à respetiva distribuição – dos destinos pelos continentes correspondentes e, no caso da América, pelos subcontinentes (norte, centro e sul).

Tabela 6 – Destinos Discriminados nas Certidões de Passaporte (1851-1861)

| Continente | Local | Requerentes | % |
|------------|---------------------------------------|-------------|-------|
| | América | 2 | 0,11 |
| | América do Sul | 4 | 0,23 |
| | América Espanhola | 2 | 0,11 |
| | Antígua e Barbuda | 66 | 3,78 |
| | Baltimore (EUA) | 1 | 0,06 |
| | Brasil | 105 | 6,02 |
| | Buenos Aires (Argentina) | 1 | 0,06 |
| | Calhau de Lima (Peru) | 3 | 0,17 |
| | Cantagalo (Brasil) | 1 | 0,06 |
| | Demerara (Guiana Inglesa) | 1027 | 58,89 |
| | Estados Unidos da América | 14 | 0,8 |
| | Georgetown (Guiana Inglesa) | 7 | 0,4 |
| Americano | Guadalupe | 31 | 1,78 |
| | Guiana Holandesa | 1 | 0,06 |
| | Jamaica | 27 | 1,55 |
| | Nova Escócia (Canadá) | 1 | 0,06 |
| | Nova Iorque | 19 | 1,09 |
| | Pernambuco | 3 | 0,17 |
| | Peru | 7 | 0,4 |
| | Pisco (Peru) | 2 | 0,11 |
| | Rio de Janeiro | 246 | 14,11 |
| | Saint Kitts (São Cristóvão) | 53 | 3,04 |
| | Saint Croix (Santa Cruz da Dinamarca) | 7 | 0,4 |
| | Suriname (Guiana Holandesa) | 8 | 0,46 |
| | Trindade e Tobago | 18 | 1,03 |

¹⁸⁴ Pequena região do Estado do Rio de Janeiro, cuja produção cafeeira poderá ter incitado a ida de naturais para aquele local por ser, em meados de oitocentos, um ponto nevrálgico de fazendas, como as dos irmãos Breves, com casas e propriedades no município de Cantagalo, que eram o «seu ponto de observação sobre o controle latifundiário e humano representado por um número reduzido de famílias do vale», citado por PESSOA, 2018, O império da escravidão [...], p. 35; a probabilidade de estas, e de outras, conterem ilhéus contratados é significativa.

¹⁸⁵ ABM, GCF, cx. 740, 2, 48.

Maria Cristina Martins

| | França | 8 | 0,46 |
|----------|---------------------------|-------|------|
| | Gibraltar | 1 | 0,06 |
| | Inglaterra | 5 | 0,29 |
| Furancu | Lisboa | 4 | 0,23 |
| Europeu | Londres | 3 | 0,17 |
| | Portimão | 1 | 0,06 |
| | São Miguel | 1 | 0,06 |
| | Tenerife | 3 | 0,17 |
| | Cabo Verde | 5 | 0,29 |
| | Costa de África | 1 | 0,06 |
| | Gâmbia Britânica | 1 | 0,06 |
| Africano | Ilha do Maio (Cabo Verde) | 1 | 0,06 |
| | Mazagão (Marrocos) | 3 | 0,17 |
| | Moçâmedes (Angola) | 1 | 0,06 |
| | São Vicente (Cabo Verde) | 2 | 0,11 |
| Asiático | Goa | 1 | 0,06 |
| | N/I | 47 | 2,69 |
| | Total | 1 744 | 100 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

O número de solicitantes com pretensões de partir em direção ao continente americano alcança o seu expoente máximo em 1854 (354 em 365 indivíduos, ou 97%), em 1855 (421 em 447, 94%) e em 1858 (270 em 277, 97%), tanto em comparação com o total de indivíduos por cada ano correspondente como com o cálculo exclusivo das percentagens referentes aos ditos anos de 1854 (21%), de 1855 (25%) e de 1858 (16%), o que perfaz 62% (1045) das certidões de passaporte outorgadas entre 1851 e 1861 (Gráfico 10).

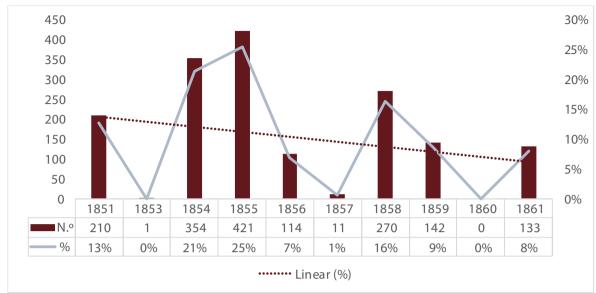


Gráfico 10 – Guias de Passaporte Concedidas para o Continente Americano, por Ano (1851-1861)

Pressupõe-se que estes dados possam ser interpretados como constituintes de um de vários períodos-chave das grandes levas de madeirenses em meados de oitocentos.

A primeira subdivisão revela-se, perante tal hipótese, indispensável. No caso do subcontinente norte-americano, o desinteresse dos madeirenses é claro ao verificar-se um total de 37 requisitantes com destino a: América¹⁸⁶, Baltimore, EUA, Nova Escócia (Canadá) e Nova lorque (Gráfico 11 e Tabela 7).

¹⁸⁶ Considerou-se como EUA em função da destrinça que os administrativos do GCF fazem ao registarem destinos como "América", "América Espanhola" e "América do Sul", em detrimento de descritivos relativos a regiões específicas da América Central e da América do Sul.

Gráfico 11 – Guias de Passaporte Concedidas para o Subcontinente Norte-Americano, por Destino (1851-1861)

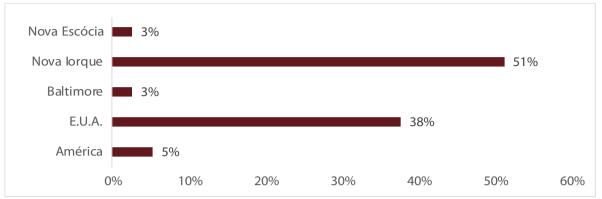


Tabela 7 – Certidões de Passaporte Concedidas para o Subcontinente Norte-Americano, por Ano/Destino (1851-1861)

| Ano | América | EUA | Baltimore | Nova Iorque | Nova Escócia | Total |
|-------|---------|-----|-----------|-------------|--------------|-------|
| 1851 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| 1853 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1854 | 0 | 10 | 0 | 15 | 0 | 25 |
| 1855 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| 1856 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1857 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 1858 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| 1859 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| 1860 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1861 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total | 2 | 14 | 1 | 19 | 1 | 37 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

A esmagadora maioria, 97% (36), elege os EUA sobre o Canadá, que apenas conta com um outorgado, tendo sido 1854 – com 68%, 25 – com mais casos, dez para os EUA e 15 para Nova lorque¹⁸⁷; os resultados percentuais para os restantes anos

¹⁸⁷ Questiona-se se este terá sido o destino final dos pretendentes ao bilhete de mobilidade internacional, na medida em que o porto nova-iorquino era, naquele tempo, um ponto de chegada. No documentário televisivo *Madeirenses Errantes*, de 2002, disponível em linha https://arquivos.rtp.pt/conteudos/madeirendes-errantes/ (consultado em 14-10-2017), o processo migratório dos madeirenses em meados do século XIX é explicado através dos portos de chegada como pontos de desembarque apenas, como foi o caso de Castle Garden (Nova Iorque); sobre a afluência de emigrantes chegados a este último porto no decorrer de oitocentos, veja-se https://www.familysearch.org/blog/en/ny-castlegarden-ellis-island/, consultado em 02-12-2019. O porto de Demerara – em que o rio, homónimo, desagua – é outro exemplo, cujo destino foi timbrado com o dito nome em desfavor da própria capital, Georgetown.

são residuais. Deste total, 29 (78%) são homens e oito (22%) mulheres, sendo que Maria Augusta Lopes – a única solicitante com rumo a Baltimore – vai ter com o seu marido, José Vieira (oficial de tanoeiro), e leva em sua companhia duas filhas menores e uma prima de 26 anos de idade¹⁸⁸ (Tabela 8); a precisão do destino e a informação de que vai ter com o cônjuge justificam tal registo detalhado, uma vez que este já se encontra estabelecido no local de acolhimento e faculta o processo migratório dos seus familiares.

Tabela 8 – Distribuição dos Requerentes pelo Subcontinente Norte-Americano, por Destino/Género (1851-1861)

| Destino | М | F | М% | F% |
|--------------|----|---|------|------|
| Nova Escócia | 1 | 0 | 2,7 | 0 |
| Nova lorque | 14 | 5 | 37,8 | 13,5 |
| Baltimore | 0 | 1 | 0 | 2,7 |
| EUA | 12 | 2 | 32,4 | 5,4 |
| América | 2 | 0 | 5,4 | 0 |
| Total | 29 | 8 | - | - |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Atente-se à denominação que Joel Serrão atribui – «pouco importante» 189 – à saída de islenhos para este subcontinente até 1870, tendo, a partir de então, crescido de forma exponencial, nomeadamente entre 1911 e 1920. Já Leo Pap apura, segundo os dados estatísticos oficiais dos EUA, que entre 1861 e 1870 recebeu cinco a seis vezes mais portugueses que no decénio anterior, num total de 2658 emigrantes 190 . Seguindo tal operação, terão saído, em média, entre 44 a 53 nacionais, na sua maioria açorianos 191 ; para a fração documental sob escrutínio pediram, em média, três pessoas. A influência do império britânico, antigo "senhor" dos EUA, provaria ser – para $j\acute{a}$ – mais sólida que a de qualquer outro.

O subcontinente centro-americano receberia, segundo as concessões de guia de passaporte, 202 homens e mulheres durante a onzena em estudo, com Antígua e Barbuda como destino de eleição, seguido de São Cristóvão – *St. Kitts* –, ambas

¹⁸⁸ ABM, GCF, cx. 740, 2, 16.

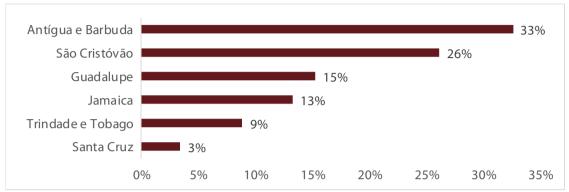
¹⁸⁹ SERRÃO, 1982, A emigração portuguesa [...], p. 45.

¹⁹⁰ PAP, 1992, *The Portuguese-Americans*, p. 35.

¹⁹¹ Tal tendência acabou por abranger madeirenses e cabo-verdianos, que rumaram sobretudo para o Havai, como esclarece PAP, 1992, *The Portuguese-Americans*, p. 36; sobre a partida dos primeiros procedentes do arquipélago da Madeira para este território consulte CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii* [...].

colónias britânicas¹⁹², e de Guadalupe, domínio francês, tendo Santa Cruz, colónia dinamarquesa na altura, sido o destino menos procurado (Gráfico 12 e Tabela 9).

Gráfico 12 – Guias de Passaporte Concedidas para o Subcontinente Centro-Americano, por Destino (1851-1861)



Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Tabela 9 – Guias de Passaporte Concedidas para o Subcontinente Centro-Americano, por Ano/Destino (1851-1861)

| | p = 1 | | | | | | |
|-------|----------------------|-----------|---------|------------------|---------------|----------------------|-------|
| Ano | Antígua e Barbuda | Guadalupe | Jamaica | São Cristóvão | Santa Cruz | Trindade e Tobago | Total |
| 1851 | 22 | 0 | 0 | 0 | 7 | 2 | 31 |
| 1853 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1854 | 11 | 30 | 0 | 0 | 0 | 2 | 43 |
| 1855 | 0 | 1 | 27 | 0 | 0 | 1 | 29 |
| 1856 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 |
| 1857 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1858 | 16 | 0 | 0 | 24 | 0 | 2 | 42 |
| 1859 | 1 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 | 15 |
| 1860 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1861 | 15 | 0 | 0 | 13 | 0 | 11 | 39 |
| Total | 66 | 31 | 27 | 53 | 7 | 18 | 202 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Os dois primeiros territórios britânicos, com 59% (119) do valor total, acolheriam islenhos de forma quase ininterrupta, enquanto Guadalupe atingiu o seu máximo

¹⁹² O cunho britânico, na orientação de insulares para o seu vasto conjunto de territórios coloniais, não se circunscreveu à região guianesa, tendo as ilhas caribenhas tido alguma expressividade nesse sentido. O intrincado processo de «relações de poder e influência [...] [sobre] alguns dos principais destinos da emigração [madeirense] foram espaços que pertenciam ao Império britânico», citado por RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842* [...], p. 621.

de requerentes em 1854 (30 em 31, ou seja, 97%) tal como a Jamaica¹⁹³ – também britânica –, que apenas contaria com 27 solicitantes exclusivamente em 1855. No dia 12 de julho do referido ano, redigiu-se na ata da JGF «que a inconsiderada esperança de adquirir riquesa em pouco tempo, com que são iludidos os rusticos d'esta ilha, é o agente principal da emigração, como a experiencia tem mostrado; podendo tanto n'elles a ambição que tem levado para as colonias inglezas muitos lavradores bem estabelecidos, que vivião independentes e sem privações»¹⁹⁴. No cômputo geral, a distribuição de solicitantes por ano (1851-1861¹⁹⁵) correspondera a uma tendência linear em sentido descendente, embora bastante irrisória (0,02%). Já na repartição destes por género, conserva-se a maioria percentual de homens, 81% ou 163 indivíduos, sobre a de mulheres, 19% ou 39 requeredoras (Tabela 10).

Tabela 10 – Distribuição dos Requerentes pelo Subcontinente Centro-Americano, por Destino/Género (1851-1861)

| Destino | М | F | М% | F% |
|-------------------|-----|----|------|------|
| Antígua e Barbuda | 57 | 9 | 86,4 | 13,6 |
| São Cristóvão | 37 | 16 | 69,8 | 30,2 |
| Guadalupe | 24 | 7 | 77,4 | 22,6 |
| Jamaica | 23 | 4 | 85,2 | 14,8 |
| Trindade e Tobago | 16 | 2 | 88,9 | 11,1 |
| Santa Cruz | 6 | 1 | 85,7 | 14,3 |
| Total | 163 | 39 | - | - |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Atente-se, ainda, à luz do que se estipulara ao nível da média para o subcontinente norte-americano, que poderão ter partido para estas ilhas das Caraíbas 20 islenhos por ano, verificando-se quase sete vezes mais que o constatado para o primeiro grupo de destinos. Tal número, ainda que muito baixo quando comparado com o de Demerara (como se conferirá de seguida), enquadra-se num contexto em que os «Portuguese were in most cases a minority within a minority, and in a few

¹⁹³ Atente-se aos dados apresentados por TEIXEIRA, 2009, *Entre a Madeira e as Antilhas* [...], p. 80, baseado nos números oficiais da Coroa britânica (1867), em que este destino recebera 379 madeirenses entre 1843 e 1856; em média, partiriam 29 ilhéus por ano. Já segundo Freitas Júnior, em SERRÃO, 1982, *A emigração portuguesa* [...], p. 42, na onzena 1855-1865 teriam saído 357 insulares para aquele território.

¹⁹⁴ ABM, GCF, 569, fl. 153.

¹⁹⁵ Note-se, ainda, que Trindade e Tobago apresenta um valor (18 certidões) muito inferior ao facultado por FERREIRA, 2006/2007, «Madeiran Portuguese Migration [...]», pp. 64-65, que indica ter encontrado no ABM mais de 100 registos de passaporte para o referido destino, embora num espaço temporal mais alargado (1851-1879).

cases a majority within a minority», tendo os próprios madeirenses «constituted the only significant post-emancipation European group across the Anglophone territories»¹⁹⁶, apesar de se terem feito representar por um número reduzido de emigrantes, como o que foi possível apurar através do estudo a este conjunto documental.

O subcontinente sul-americano compõe, por sua vez, a maioria das certidões de passaporte concedidas entre 1851 e 1861, com 1417 registos (Tabela 11).

Tabela 11 – Guias de Passaporte Concedidas para o Subcontinente Sul-Americano, por Destino (1851-1861)

| Destino | 1851 | 1853 | 1854 | 1855 | 1856 | 1857 | 1858 | 1859 | 1860 | 1861 | Total |
|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| América do Sul | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| América Espanhola | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Brasil | 10 | 0 | 5 | 64 | 19 | 1 | 2 | 3 | 0 | 1 | 105 |
| Buenos Aires | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Calhau de Lima (Peru) | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Cantagalo (Brasil) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Demerara | 125 | 1 | 244 | 181 | 55 | 4 | 215 | 110 | 0 | 92 | 1027 |
| Georgetown | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Guiana Holandesa | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pernambuco | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Peru | 4 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Pisco (Peru) | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Rio de Janeiro | 29 | 0 | 18 | 142 | 36 | 4 | 6 | 11 | 0 | 0 | 246 |
| Suriname | 0 | 0 | 7 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Total | 177 | 1 | 286 | 389 | 111 | 10 | 226 | 124 | 0 | 93 | 1417 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

A profusão de destinos – 14 – indica, de facto, a ausência de sistematização em função de um critério subjacente; a discriminação de várias regiões do Brasil e da própria nação (Brasil, Cantagalo, Pernambuco e Rio de Janeiro) corrobora o óbice – ora da precisão ora da abstração – permanente em todo o estudo. Demerara¹⁹⁷ – inclusive

¹⁹⁶ FERREIRA, 2006/2007, «Madeiran Portuguese Migration [...]», p. 64.

¹⁹⁷ Noel Menezes revela que, à conta da febre amarela que grassava na colónia em 1851, os portugueses ali estabelecidos intentaram partir para o Brasil, em MENEZES, 1989, *The first twenty-five years* [...], p. 432. Um navio já desancorara rumo à referida nação, enquanto outros navegaram para as ilhas de São Vicente, de Trindade, entre outras caribenhas, o que não agradou o governo guianense. Tal facto comprova que o processo migratório é não só reversível como flexível e contínuo, em prol de uma miríade de motivos como atestam CASTLES *et al.*, 2014, *The Age of Migration* [...], p. 26; sobre o assunto vide HARZIG e HOERDER, 2009, *What is Migration History?* e KOSER, 2007, *International migration* [...].

Georgetown – surge em destaque dos demais, com 73% (1034), seguido do Brasil e destinos afetos¹⁹⁸, com 25,1% (355¹⁹⁹), cuja soma de ambos perfaz um total de 98,1% (1389) face aos residuais 1,9% (28) distribuídos por entre a «America Hespanhola», a «America do Sul», a Argentina, a Guiana Holandesa (Suriname)²⁰⁰ e o Peru (Gráfico 13).

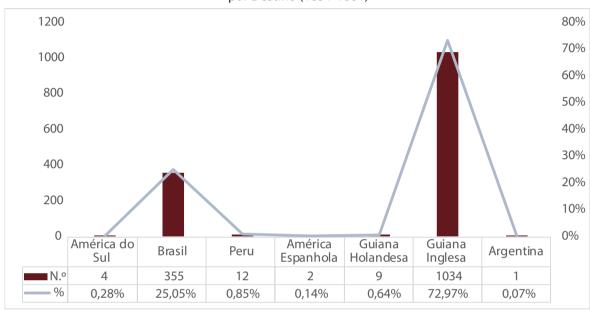


Gráfico 13 – Guias de Passaporte Concedidas para o Subcontinente Sul-Americano, por Destino (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Em primeira instância, denote-se o numeral percentual – distinto – entre os requerentes do género masculino (80,2%, 1136) e os do feminino (19,8%, 281) que, à primeira vista – como se constata na Tabela 12 –, poderá remeter para o tipo de emigração corrente em Portugal continental, embora se encontre justificado pela

¹⁹⁸ À semelhança do porto de Castle Garden (Nova Iorque), o do Rio de Janeiro é tomado, entre outros, como apenas um dos pontos de chegada à ex-colónia portuguesa segundo FREITAS, 2013, *Des vignes aux caféiers* [...], p. 456.

¹⁹⁹ A média de guias de passaporte deferidas para este destino é de 36 por ano, que acaba por ser pouco mais de um terço (35%) da média de outorgas para Demerara (103 por ano). No Diário do Governo n.º 105, de 1846, constata-se um fluxo emigratório em crescendo desde a década anterior, como reporta ALVES, 1993, *Os «Brasileiros», Emigração* [...], p. 134. De facto, o autor apresenta um total de 132 madeirenses chegados ao Rio de Janeiro em 1845. Dez anos volvidos, tal número – atente-se, porém, à comparação um tanto despropositada, dado se tratarem de fontes distintas – (quase) duplica para 206 insulares.

²⁰⁰ No quadro de SERRÃO, 1982, *A emigração portuguesa* [...], p. 42, baseado na obra de Freitas Júnior, partiram para o Suriname 30 pessoas entre 1855 e 1865. Deparou-se, neste estudo, com nove candidatos à certidão de passaporte somente para os anos de 1854 a 1856.

também mencionada *chain migration*, em que se apoia o elevado quantitativo de acompanhantes (aproximadamente 1900). O peso percentual do género masculino afigura-se elevado, mas à luz dos homens (454 em 1136, ou seja, 40%) que declaram levar uma ou mais mulheres – 690 em 1079²⁰¹ – em sua companhia, tal valor acaba por equilibrar-se em função do género feminino (971 mulheres).

Tabela 12 – Distribuição dos Requerentes pelo Subcontinente Sul-Americano, por Destino/Género (1851-1861)

| Destino | М | F | М% | F% |
|-----------------------|------|-----|------|------|
| América do Sul | 4 | 0 | 100 | 0 |
| América Espanhola | 2 | 0 | 100 | 0 |
| Brasil | 83 | 22 | 79 | 21 |
| Buenos Aires | 1 | 0 | 100 | 0 |
| Calhau de Lima (Peru) | 3 | 0 | 100 | 0 |
| Cantagalo (Brasil) | 1 | 0 | 100 | 0 |
| Demerara | 817 | 210 | 79,6 | 20,4 |
| Georgetown | 6 | 1 | 85,7 | 14,3 |
| Guiana Holandesa | 1 | 0 | 100 | 0 |
| Pernambuco | 3 | 0 | 100 | 0 |
| Peru | 6 | 1 | 85,7 | 14,3 |
| Pisco (Peru) | 2 | 0 | 100 | 0 |
| Rio de Janeiro | 200 | 46 | 81,3 | 18,7 |
| Suriname | 7 | 1 | 87,5 | 12,5 |
| Total | 1136 | 281 | - | - |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Numa perspetiva anual, infira-se que os anos de 1854, de 1855 e de 1858 contabilizam 64% (901) do universo sob escrutínio, sendo que em 1851 se constata uma percentagem ligeiramente mais significativa de requerimentos, com 13%, do que em 1861, com 7%; tal representação decliva, ao nível tendencial, em cerca de 10% no decorrer da onzena, o que poderá indiciar uma certa preferência por outros destinos (Gráfico 14).

²⁰¹ Tal significa que 64%, ou seja, 690 em 1079 mulheres seguem viagem como acompanhantes de 454 requeredores para o subcontinente sul-americano entre 1851 e 1861.

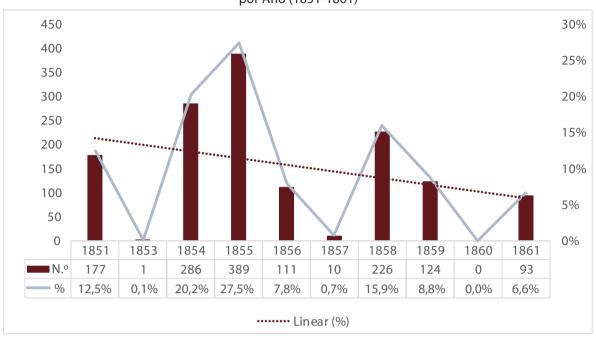


Gráfico 14 – Distribuição de Certidões de Passaporte para o Subcontinente Sul-Americano, por Ano (1851-1861)

Nesta senda, não obstante, a Guiana Inglesa e o Brasil – territórios cujo crescimento económico depende exclusivamente de mão-de-obra, quer nas plantações de cana-de-açúcar quer nas fazendas de café, mormente ocupada por escravos negros, que se libertam em definitivo de tal condição em 1834 e em 1888, respetivamente – convertem-se em autênticos recetáculos de madeirenses, com promessas contratuais apelativas. O primeiro destino granjeia um maior número de pretendentes em prol das relações de subserviência entre o arquipélago e a Coroa britânica, assim como da frequência e residência de "ingleses", com agências de engajamento de homens e de mulheres rumo ao *El Dorado*²⁰² ou, para José Silvestre Ribeiro, ao *abysmo*²⁰³. Demerara beneficiou, portanto, de toda uma componente económico-política, também ela demarcada pelo domínio britânico sobre o comércio do vinho – em

²⁰² Denominação pela qual Demerara ficou, entre outras, conhecida; na peça de Rodrigues de Azevedo, de 1859, *A família do demerarista*, tal região é assinalada como «Terra Nova».

²⁰³ MENEZES, 1849, *Uma Epoca Administrativa* [...], p. 33.

declínio com as doenças do oídio e da filoxera e com a crise deste produto, ao nível internacional²⁰⁴ –, assim como de uma rede migratória criada desde a década de 1840²⁰⁵, que permitiu uma mobilidade célere, organizada e compacta. Tal destino instituiu-se, assim, como axiomático por mais trinta anos, tendo começado a perder expressividade a partir de finais de oitocentos²⁰⁶. O Brasil contou, por sua vez, com mais emigrantes de Portugal continental do que naturais das Ilhas Adjacentes, perfazendo um total de 86% – pela via legal – entre 1855 e 1865²⁰⁷. A par da questão da língua, da política imigratória facilitadora, da cristalização deste destino como terra da abundância e de fortuna fácil (perpetuadas desde o século XVIII com as minas de diamante e de ouro, entre outras matérias-primas), ou do próprio ideário da fruição de uma fazenda (fomentado sob a falsa pretensa da lavoura nas plantações de café e de algodão²⁰⁸), as assimetrias sociodemográficas e económicas – em particular, o consequente aumento do desemprego –, a fuga ao recrutamento militar, o envio de remessas para o sustento da família, o mito do regresso e o "sucesso" dos brasileiros regressados serviram de catapulta na saída de milhares de nacionais para aquela ex-colónia portuguesa²⁰⁹.

O continente europeu contém, por conseguinte, um número de candidatos ao passaporte bastante inferior (26) ao dos dois subcontinentes anteriores, caracterizando-se essencialmente como uma região pouco procurada (Gráfico 15).

²⁰⁴ CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii* [...], pp. 37 e 73-75.

Retenha-se, no entanto, que a adaptação dos insulanos ao clima – sobretudo num momento em que várias epidemias assolaram (e)migrantes europeus recém-chegados às colónias caribenhas, como relata CURTIN, 2002, «The epidemiology of migration», p. 94 – foi morosa e causou vítimas mortais até à década de 1850, como demonstra Brian Moore através do levantamento de dados levados a cabo por comissões e por troca de correspondência no seio governativo guianense em MOORE, 1975, «The social impact [...]», pp. 5-6.

²⁰⁶ MOORE, 1975, «The social impact [...]», p. 3.

²⁰⁷ RODRIGUES, 2008, «Migrações e mobilidade», p. 407; sublinhe-se, não obstante, a inclusão dos efetivos insulares saídos nesta contabilização.

²⁰⁸ Na verdade, vão apenas substituir os escravos negros, como afirma RODRIGUES, 2008, «Migrações e mobilidade», p. 411.

²⁰⁹ PEREIRA, 2001, *Diversidade e Assimetrias* [...], pp. 155-156 e 159-161.

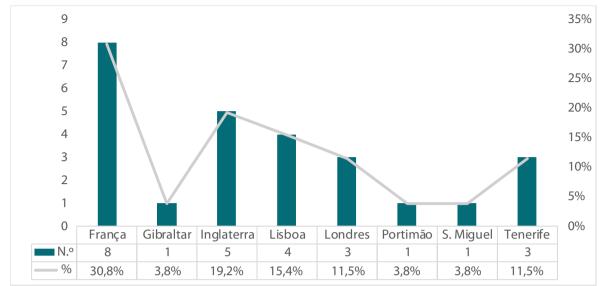


Gráfico 15 – Certidões de Passaporte para o Continente Europeu, por Destino (1851-1861)

A predileção por determinados locais é, não obstante, refletida em função daquele que é mais *familiar* aos (e)migrantes. Dos destinos com maior índice percentual, surge o Reino Unido com 34,5% (nove solicitantes distribuídos por Gibraltar, Inglaterra e Londres), França com 30,8% (oito) – em que ambos perfazem 65% do total –, Portugal com 23% (seis repartidos por Lisboa, Portimão e São Miguel) e Espanha com 11,5% (três para a ilha de Santa Cruz de Tenerife), como se pode constatar na Tabela 13.

Tabela 13 – Guias de Passaporte Concedidas para o Continente Europeu, por Ano/Destino (1851-1861)

| Ano | Espanha | França | Inglaterra | Portugal | Total |
|-------|---------|--------|------------|----------|-------|
| 1851 | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 |
| 1853 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1854 | 0 | 8 | 1 | 0 | 9 |
| 1855 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| 1856 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| 1857 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1858 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 1859 | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 |
| 1860 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 1861 | 1 | 0 | 4 | 0 | 5 |
| Total | 3 | 8 | 9 | 6 | 26 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

No tocante à distribuição de requerentes por género, a esmagadora maioria – 23 (88,5%) – é do género masculino, enquanto a minoria feminina é representada por três (11,5%) solicitantes, com guia de passaporte deferida para França, Londres e Tenerife, respetivamente. França, com sete homens, e Reino Unido, com oito, revelam-se como destinos de eleição do género masculino em detrimento da Península Ibérica (seis para Portugal e dois para Espanha), sendo que um dos requeredores – Ulises Viéjobueno de Oliveira – é natural do arquipélago canarino e pretende regressar para Tenerife em 1861²¹⁰ (Tabela 14).

Tabela 14 – Guias de Passaporte Concedidas para o Continente Europeu, por Destino/Género (1851-1861)

| Destino | M | F | М% | F% |
|------------|----|---|------|------|
| França | 7 | 1 | 30,4 | 33,3 |
| Gibraltar | 1 | 0 | 4,3 | 0 |
| Inglaterra | 5 | 0 | 21,7 | 0 |
| Lisboa | 4 | 0 | 17,4 | 0 |
| Londres | 2 | 1 | 8,7 | 33,3 |
| Portimão | 1 | 0 | 4,3 | 0 |
| S. Miguel | 1 | 0 | 4,3 | 0 |
| Tenerife | 2 | 1 | 8,7 | 33,3 |
| Total | 23 | 3 | 100 | 100 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Já relativamente à relação ano / linha de tendência, destaca-se por uma dada invariabilidade, à exceção de 1854 (35%) e de 1861 (19%), os anos com maior expressividade (54%, 14 requerentes) entre os demais (Gráfico 16).

²¹⁰ ABM, GCF, cx. 737, 5, 3; a tal documento, encontra-se em anexo o passaporte do referido alóctone para o Funchal, em ABM, GCF, cx. 737, 5, 4.

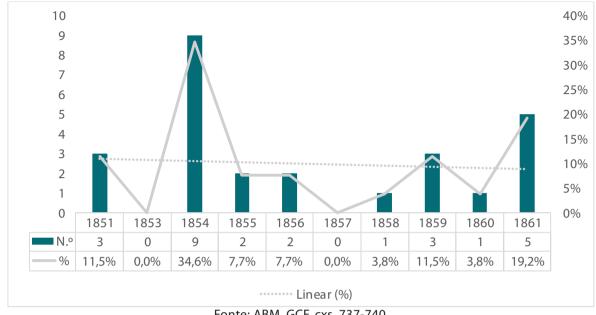


Gráfico 16 – Certidões de Passaporte para o Continente Europeu, por Ano (1851-1861)

Infira-se, portanto, que a Península Ibérica não figura constar como espaco de eleição, uma vez que se encontra a distanciar-se do cunho do Antigo Regime, «proveniente do desenvolvimento desigual do capitalismo e da inerente dependência externa²¹¹, enquanto o Reino Unido trava outro tipo de batalhas: a explosão demográfica e o consequente aumento de desemprego, in loco, e a abolição da escravatura nas suas colónias, por exemplo, que o obriga a acionar projetos de fomento à partida de reinóis – e de outros subordinados de nações amigas, como o caso de Portugal, mais especificamente das Ilhas Adjacentes – para o Novo Mundo²¹².

O continente africano, tal como o europeu, apresenta um total de certidões de passaporte concedidas irrisório face ao cômputo geral, contendo apenas 14 requerentes; destes, dez (71%) são homens e quatro (29%) mulheres, em que três destas pretendem seguir viagem para Cabo Verde²¹³ (Tabelas 15 e 16).

²¹¹ PEREIRA, 2001, *Diversidade e Assimetrias* [...], p. 159.

²¹² Sobre o contexto britânico, consulte GRANT, 2005, *The Representation of British Emigration* [...] e MURDOCH, 2004, British Emigration: 1603-1914.

²¹³ Neste conjunto de ilhas encontram-se a do Maio e a de São Vicente.

Maria Cristina Martins

Tabela 15 – Guias de Passaporte Concedidas para o Continente Africano, por Ano/Destino (1851-1861)

| Ano | Cabo Verde | Costa de África | Gâmbia | Angola | Marrocos | Total |
|-------|------------|-----------------|--------|--------|----------|-------|
| 1851 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1853 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1854 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1855 | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| 1856 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1857 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1858 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| 1859 | 2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| 1860 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1861 | 2 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4 |
| Total | 8 | 1 | 1 | 1 | 3 | 14 |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

Tabela 16 – Guias de Passaporte Concedidas para o Continente Africano, por Destino/Género (1851-1861)

| Destino | М | F | М% | F% |
|------------------|----|---|------|------|
| Marrocos | 3 | 0 | 100 | 0 |
| Cabo Verde | 5 | 3 | 62,5 | 37,5 |
| Gâmbia Britânica | 1 | 0 | 100 | 0 |
| Angola | 0 | 1 | 0 | 100 |
| Costa de África | 1 | 0 | 100 | 0 |
| Total | 10 | 4 | - | - |

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

É precisamente este arquipélago que, com oito (53,3%) requisitantes, alcança maior destaque, seguindo-se Marrocos²¹⁴ com três requeredores (21,4%) e distribuindo-se os restantes três – 21,3% do total – por Angola, pela Costa de África e pela Gâmbia Britânica (Gráfico 17).

²¹⁴ Augusto César Bianchi é o único detentor de passaporte em toda a documentação analisada, tendo partido com o seu "criado de servir", Francisco de Sousa, como referido em ABM, GCF, cx. 738, 4, 59.

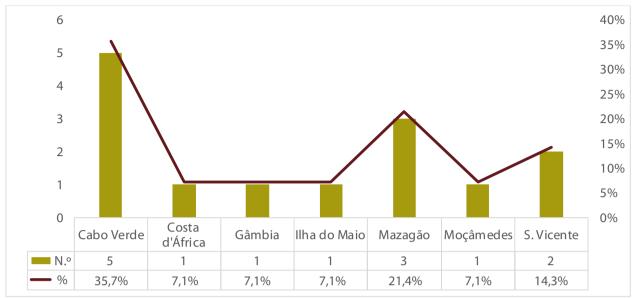


Gráfico 17 – Distribuição dos Requerentes pelo Continente Africano, por Destino (1851-1861)

O conjunto de leis favoráveis aos «colonos» nacionais mostrar-se-ia imperativo graças a Sá da Bandeira, que «uniu homens de diferente[s] concepç[ões] de governo no mesmo pensamento de defesa e valorização do Ultramar», a par de Fontes de Pereira de Melo, que «[t]ambém [...] queria canalizar para as províncias de África a emigração do Continente e das Ilhas Adjacentes»²¹⁵. Mas tal *empreitada*, iniciada em finais da década de 1830²¹⁶ e com o escopo do estabelecimento (também de estrangeiros), do cultivo e da comercialização de produtos, para a ilha de São Vicente, acaba por malograr em função da contínua saída de portugueses para o Brasil. Em contrapartida, cria-se uma campanha governativa através do decreto de 18 de fevereiro de 1839, onde se atesta a cedência de terrenos baldios a vários negociantes portugueses que pretendem mudar-se para Cabo Verde. São-lhes passadas «Cartas de Afforamento gratuito, de prazos fateosins, e perpétuos, com pensões moderadas, e laudemio de guarentena [...] e a concessão de serem os ditos terrenos isentos de tributos, e dizimos por dez annos sucessivos [...] e lhes outorquem todo o favor, e bom despacho em seus negócios»²¹⁷. Este programa colonialista atrai, no entanto, poucos nacionais e acaba por gorar²¹⁸. O estímulo ao fomento migratório é somente retomado volvidos dez anos, em que se encontram disponíveis dezoito contos de

²¹⁵ SERRÃO, 1989, *História de Portugal* [...], pp. 92-93.

²¹⁶ Collecção de Leis [...], 1838, pp. 290 e 304-305.

²¹⁷ Collecção de Leis [...], 1839, p. 41.

²¹⁸ ALVES, 1993, Os «Brasileiros», Emigração [...], pp. 130-131.

reis para a «fundação da Colonia agricola que vae estabelecer-se no Districto de Mossamedes na Provincia de Angola»²¹⁹. A morosidade do plano de ação é tão grave que se registou apenas uma solicitante – em 1861, ou seja, doze anos depois –, Isabel Violante Pimenta Guerra, que vai ter com o marido António Joaquim Guerra (Alferes de Caçadores n.º 3) à dita província, levando na sua companhia a sua irmã e um mancebo exposto²²⁰. A questão, todavia, emerge. Terão estes «colonos» sido escusados de certidão de passaporte, uma vez que são presumivelmente selecionados pelo próprio GCF e não pelas regedorias? Recorde-se, uma vez mais, que o processo de candidatura ao passaporte pressupõe iniciativa – ainda que enviesada, ou não – do próprio solicitante. Não obstante, constata-se que nesta minoria de islenhos para o continente africano, 64% prefere partir para as possessões portuguesas entre 1851 e 1861 (Gráfico 18).

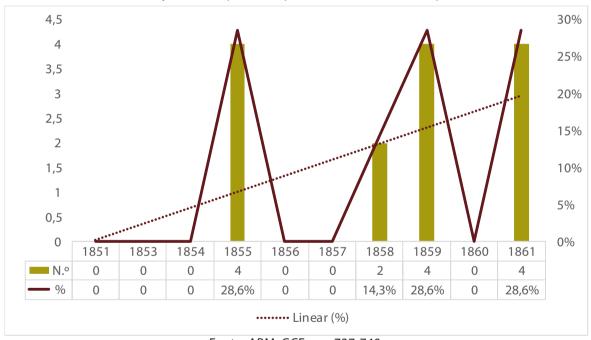


Gráfico 18 – Distribuição dos Requerentes pelo Continente Africano, por Ano (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

²¹⁹ Collecção de Leis [...], 1849, p. 56. No decreto de 22 de setembro de 1853, verifica-se que desancoraram no vapor Duque de Saldanha para este destino, do porto do Funchal (em 13 de agosto), «vinte e um colonos, alguns deles com suas familias, do que o Governador Civil [...] do Funchal apromptou, em cumprimento das ordens que [...] se lhe dirigiram, para convidar alguns lavradores da ilha da Madeira», como consta na Collecção Official [...], 1854, p. 584. Foi-lhes facultada a devida subsistência, a expensas do Estado, com rações, com terrenos, «com as sementes e instrumentos necessarios, para assim augmentar a população, e dar um desenvolvimento gradual áquella colonia», como referido no decreto.

²²⁰ ABM, GCF, cx. 737, 5, 17.

O aumento gradual de requerentes (em 20%) poderá refletir, ainda que de forma quase impercetível, o início da procura por estes territórios, uma vez que 1855, 1859 e 1861 compõem 81% (12) das concessões de passaporte. Mas atente-se que, apesar das mais variadas iniciativas do governo português, a Guiana Inglesa, o Brasil e as ilhas das Caraíbas – com 1591 (91%) certidões de passaporte aprovadas – foram pontos de referência que nunca foram ultrapassados no decorrer de oitocentos. A leva de madeirenses para o planalto de Huíla, em Angola, apenas decorreria em finais da década de 1880 e com um número pouco copioso de colonos, tal como aconteceria depois do *Ultimatum* (1890)²²¹.

Observe-se, em última instância, o único requerimento de passaporte para o continente asiático – Goa – que corresponde a 0,1%, referente a Luís Pestana Balanco para o ano de 1859²²², e os destinos omissos (N/I). O total de solicitantes sem rumo discriminado compõe-se por 42 (89%) homens e cinco (11%) mulheres, sendo o ano de 1855 (43%, 20) aquele com mais registos, seguindo-se 1851 e 1856 – cada um com 17% –, o equivalente a oito indivíduos do género masculino, em cada um dos anos mencionados (Gráfico 19); o feminino é distribuído por 1855 (três), 1858 (um) e 1859 (um).

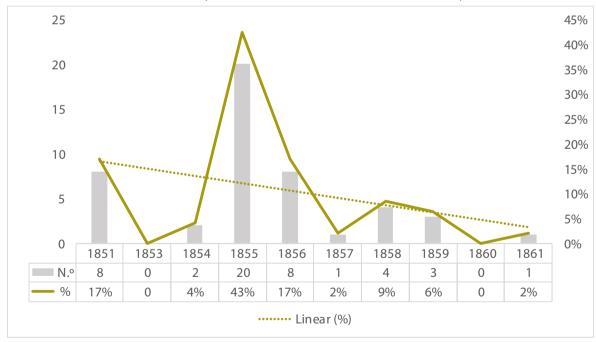


Gráfico 19 – Certidões de Passaporte com Destino N/I – Não Identificado –, por Ano (1851-1861)

Fonte: ABM, GCF, cxs. 737-740.

²²¹ ARRIMAR, 1997, Os Bettencourt: da ilha [...].

²²² ABM, GCF, cx. 738, 5, 1.

A maioria destas outorgas, 68% (32), pertence à regedoria «reunida» de São Pedro e de São Roque, no momento em que o funcionário administrativo António Barnabé Soares se encontra com a função de regedor da mesma; tal circunstância encontrar-se-á adstrita ao citado funcionário público, sem que se tenha conseguido apurar as causas para tal aparato. Sublinhe-se, conquanto, que a linha tendencial da não discriminação do destino dos requeredores diminuiu em mais de 15% entre 1851 e 1861, não sendo possível entender até que ponto o destino tivera real peso na decisão da concessão deste documento, uma vez que o GCF – e, neste caso concreto, o governador civil – tomaria as diligências finais no deferimento do passaporte.

Considerações Finais

O corpus documental apresentado, as Certidões dos Regedores de Freguesia para Passaporte (1851-1861), desvela não só as circunstâncias sociais e económicas em que se encontravam os pretendentes ao documento de mobilidade internacional, que lhes permitiria a deslocação – temporária ou permanente – para fora, mas também toda uma orgânica político-administrativa sistematizada em prol de um maior discernimento por parte do governador civil, o derradeiro intendente na outorga de tal missiva.

O Constitucionalismo, e todo o conjunto de reformas a si associado, não só permitiu uma nova divisão territorial como uma fragmentação do poder central sobre o local, com o objetivo de controlar e de *conhecer* as suas populações através de *agentes* administrativos – os regedores. Nesta senda, as certidões de passaporte, autênticas reproduções do estado civil dos requerentes e das suas pretensões (e) migratórias, dispõem de informações diretamente relacionadas com processos migratórios (*chain migration*), com interesses geopolíticos (leva de madeirenses para as colónias britânicas, i.e.: ilhas caribenhas e Guiana Inglesa, na substituição da mão-de-obra após a abolição da escravatura negra) e sociopolíticos (aumento do poder e da influência da comunidade britânica na ilha), com epidemias (cólera mórbus em 1856 e em 1858), com crises vinícolas (oídio em 1852), com condições económicas estéreis (invariabilidade no estatuto social em função dos contratos de colonia e da parcelização dos terrenos) e com o próprio "saneamento" moral da sociedade (fomento à partida de indigentes, sem-abrigo, meretrizes e criminosos).

À luz da documentação que enceta o processo (e)migratório de islenhos, na sua esmagadora maioria, entende-se que o seu perfil sociológico corresponde a uma realidade local, na medida em que revela características próprias e, por tal, distintas das restantes regiões portuguesas. A condição de "ilha adjacente", cujo cunho ultraperiférico talhou a vida dos seus habitantes desde o povoamento, com uma área agrícola reduzida e desgastada pela falta de rotação de culturas e de pousio, subjugada à volatilidade do clima, do sistema de morgadio, do poder central e de outras forças externas, culminou na *fuga* permanente à má sorte. A partida de madeirenses revelou-se, portanto, como *motriz* de sobrevivência.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira

Administração do Distrito do Funchal (ADFUN), *Regedores (Termos de juramento: 1836-1865)*, livro 382.

Administração do Concelho e da Câmara Municipal da Calheta (ACCMC), *Juramentos e Posses*, livro 47.

Câmara Municipal de Câmara de Lobos (CMCL), Registo de ofícios diversos, livro 101.

Governo Civil do Funchal (GCF), Actas da Junta Geral do Funchal, livro 569.

Governo Civil do Funchal (GCF), *Certidões dos Regedores de Freguesia para Passaporte*, caixas 737, 738, 739 e 740.

Governo Civil do Funchal (GCF), *Fianças e Termos de Passaportes para Colonos*, livros 465, 467 e 1077.

Fontes Impressas

ALMEIDA, Cândido Mendes de, 1870, (Ed.), Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas por Mandado D'El-Rey D. Philippe I, 14.ª ed., vols. I a V, Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico.

AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de, 1859, *A Família do Demerarista*, Funchal, Tipografia do Funchalense.

BLANC, Tibério Augusto, 1851, *Brevíssima Resenha de alguns serviços que ao Districto do Funchal tem prestado o conselheiro José Silvestre Ribeiro*, Funchal, Tipografia Nacional.

Codigo Administrativo Portuguez, 1837, Lisboa, Imprensa da Rua de S. Julião.

Codigo Administrativo, 1842, Lisboa, Imprensa Nacional.

Código Civil Portuguez Approvado por Lei de 1 de Julho de 1867, 1868, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional.

- Collecção da Legislação Portugueza desde a Ultima Compilação das Ordenações, Oferecida a ElRei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810, 1826, Lisboa, Typografia Maigrense.
- Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835, 1837, 4.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados Desde o 1.º de Janeiro até 9 de Dezembro de 1836, 1836, 5.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados no anno de 1838, 1838, 8.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados no anno de 1839, 1839, 9.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados no anno de 1841, 1841, 11.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1843 em Diante, 1843, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Anno de 1845, 1845, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Anno de 1849, 1849, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1852, 1853, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1853, 1854, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1854, 1855, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1855, 1856, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1859, 1860, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1860, 1861, Lisboa, Imprensa Nacional.

- CROMBERGER, Jacobo (1521), *O primeiro [ao quinto] livro das ordenações do Rey D. Manuel*, Vols. I a V, Évora, Lisboa.
- FRANÇA, Carlos, 1911, A Epidemia Cholerica da Madeira: 1910-1911, Lisboa, s/e.
- FRANÇA, Isabella de, 1970, *Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal: 1853-1854*, (tradução de João Cabral do Nascimento), Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- MENEZES, Sérvulo Drummond de, 1849, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. I, Funchal, Tipografia Nacional.
- VEITCH, Henry, 1989 (transcrição do ofício de 16 de julho de 1834), «Carta ao Ministro da Marinha», in *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, n.º 20, inverno, pp. 315-317.

Bibliografia

- ALBERS, Michael J., 2017, Introduction to Quantitative Data Analysis in the Behavioral and Social Sciences, Nova Jersey, John Wiley & Sons, Inc.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1993, *Os "Brasileiros", Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Tese de Doutoramento, [s.n.], Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- ARRIMAR, Jorge de, 1997, Os Bettencourt: da ilha da Madeira ao planalto da Huíla, [s.l.], [edição do autor].
- ARRUDA, José J. de Andrade, 2017, «Receptividade e/imigracional comparada Brasil-América: os portugueses», in MENEZES, Lená Medeiros de e SOUSA, Fernando de (Org.), *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pp. 43-56.
- AZEVEDO, Camilo 2002, *Madeirenses Errantes* [Documentário], disponível em http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=2108&tm=41&visual=4, consultado em 14-10-2016.
- BARROS, Paula, 2011, «O discurso parlamentar da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1858)», in SOUSA, Fernando de, *et al.* (Coord.), *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto, CEPESE e Fronteira do Caos Editores, pp. 209-217.
- BONIFÁCIO, Fátima, 2010, *A monarquia constitucional (1807-1910)*, 3.ª ed., Alfragide, Texto Editores.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira*. *As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- BRETTELL, Caroline B., 2015, «Theorizing Migration in Anthropology: The Cultural, Social and Phenomenological Dimensions of Movement», in BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. (Ed.), *Migration Theory: Talking Across Disciplines*, 3.ª ed., Nova lorque, Routledge, pp. 148-197.
- BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F., 2015, «Migration Theory: Talking Across Disciplines», in BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. (Ed.), *Migration Theory: Talking Across Disciplines*, 3.ª ed., Nova Iorque, Routledge, pp. 1-36.
- BOSCHILIA, Roseli, 2014, «Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região norte de Portugal para o Brasil no século XIX», in SOUSA, Fernando de *et al.* (Coord.), *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*, Porto, CEPESE Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pp. 238-258.
- BYBEE, Howard C. e HOUZE, Annick, 2007, «Nineteenth-Century French Passport Laws and Documents», *The BYU Family Historian*, vol. 6, pp. 13-19.
- CALDEIRA, Susana C. de Oliveira e Castro, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico.
- CÂMARA, Benedita, 2002, *A economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CARITA, Rui, 2008, História da Madeira. O longo século XIX: do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), vol. VII, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- CARITA, Rui, 1999, *História da Madeira*. *O século XVIII: economia e sociedade*, vol. V, Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- CARITA, Rui, 1999, *História da Madeira*. *Povoamento e produção açucareira (1420-1566)*, 2.ª ed., vol. I, Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- CARITA, Rui, 2008, «O governo do conselheiro José Silvestre Ribeiro, na Madeira», in AAVV, José Silvestre Ribeiro. Actas do colóquio comemorativo dos 200 anos do seu nascimento, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, Câmara Municipal da Praia da Vitória e Direcção Regional das Comunidades, pp. 73-119.
- CASCÃO, Rui, 1998, «O crescimento demográfico ritmos e factores», in TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (Coord.), *O liberalismo (1807-1890)*, MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 365-366.
- CASTELO, Cláudia, 2009, «Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos», *Ler História*, vol. 56, Lisboa, pp. 69-82.
- CASTLES, Stephen et al., 2014, The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World, 5.ª ed., Hampshire, Palgrave MacMillan.

- CATROGA, Fernando, 2014, A Geografia dos Afetos Pátrios. As Reformas Político-Administrativas (Sécs. XIX-XX), Coimbra, Edições Almedina.
- CATROGA, Fernando, 2006, «O poder paroquial como "polícia" no século XIX português», in ALMEIDA, Pedro Tavares de e MARQUES, Tiago Pires (Coord.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 105-130.
- COLLYER, Michael, 2013, «Introduction: Locating and Narrating Emigration Nations», in COLLYER, Michael (Ed.), *Emigration Nations: Policies and Ideologies of Emigrant Engagement*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 1-24.
- COSTA, Emilia Viotti da, 1994, *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*, Oxford, Oxford University Press.
- CURTIN, Philip D., 2002, «The Epidemiology of Migration», in ELTIS, David (Ed.), *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*, California, Stanford University Press, pp. 94-116.
- DENIS, Vincent, 2013, «Individual Identity and Identification in Eighteenth-Century France», in ABOUT, Ilsen *et al.* (Ed.), *Identification and Registration Practices in Transnational Perspective: People, Papers and Practices*, Hampshire: Palgrave MacMillan, pp. 17-30.
- ELTIS, David, 2002, «Introduction: Migration and Agency in Global History», in ELTIS, David (Ed.), *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*, California, Stanford University Press, pp. 1-31.
- FERNANDES, Paulo, 2012, «O sistema político na Monarquia Constitucional, 1834-1910», in FREIRE, André (Coord.), *O sistema político português, séculos XIX-XXI: continuidades e ruturas*, Coimbra, Almedina, pp. 25-49.
- FERREIRA, Jo-Anne Sharon, 2006/2007, «Madeiran Portuguese Migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: A Comparative Overview», in *Portuguese Studies Review*, 14 (2), Ontario, Trent University, pp. 63–85.
- FILHO, Heitor Moura, 2008, «O uso da informação quantitativa em História Tópicos para discussão», in *Locus: Revista de História*, vol. 14, n.º 1, pp. 41-90.
- FREITAS, Nelly de, 2013, *Des vignes aux caféiers: étude socio-économique et statistique sur l'émigration de l'archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIXe siècle*, Tese de Doutoramento, Paris, Université Paris-Sorbonne.
- FREITAS, Nelly de, 2017, «Os dissimulados a emigração clandestina madeirense recuperada através das listas de embarque», in MENEZES, Lená Medeiros de e SOUSA, Fernando de (Org.), *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pp. 211-222.

- GABACCIA, Donna R., e HOERDER, Dirk, 2011 (Ed.), Connecting Seas and Connected Ocean Rims: Indian, Atlantic, and Pacific oceans and China seas migrations from the 1830s to the 1930s, vol. 8, Leiden, Brill.
- GABACCIA, Donna R. et al., 2007, «Emigration and Nation Building during the Mass Migrations from Europe», in GREEN, Nancy L. e WEIL, François (Ed.), Citizenship and those who leave: the politics of emigration and expatriation, Urbana, University of Illinois Press, pp. 63-90.
- GIL, Tiago, 2015, Como se faz um banco de dados (em história), Porto Alegre, Ladeira Livros.
- GOUVEIA, Cláudia M. F. Faria, 2005, *Phelps: percursos de uma família britânica na Madeira de oitocentos*, Dissertação de Mestrado, [s.n.], Funchal, Universidade da Madeira.
- GRAHAM, Richard, 2008, «Os números e o historiador não-quantitativo», in *Locus: Revista de História*, vol. 14, n.º 1, pp. 19-39.
- GRANT, Robert D., 2005, Representations of British Emigration, Colonisation and Settlement. Imagining Empire, 1800-1860, Hampshire, Palgrave MacMillan.
- GREEN, Nancy L. e WEIL, François, 2007, «Introduction», in GREEN, Nancy L. e WEIL, François (Ed.), *Citizenship and Those Who Leave: The Politics of Emigration and Expatriation*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 1-9.
- HARZIG, Christiane e HOERDER, Dirk, 2009, What is Migration History?, Cambridge, Polity Press.
- HOLLIFIELD, James F. e WONG, Tom K., 2015, «The Politics of International Migration: How Can We "Bring The State Back In"?», in BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. (Ed.), *Migration Theory: Talking Across Disciplines*, 3.ª ed., Nova Iorque, Routledge, pp. 227-317.
- HERRERA, Rene e GARCIA-BERTRAND, Ralph, 2018, *Ancestral DNA, Human Origins, and Migrations*, [s.l.], Academic Press.
- KOSER, Khalid, 2007, *International migration: a very short introduction*, Oxford, Oxford University Press.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1987, «Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)», in *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 97, pp. 463-480.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1993, «Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista», in SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al. (Org.), Emigração/imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX), Coleção Estudos n.º 12, Lisboa, Fragmentos, pp. 98-107.

- LEITE, Joaquim da Costa, 2005, «População e crescimento económico», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. II: *O Século XIX*, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 43-81.
- LEITE, Joaquim da Costa e CÂMARA, Benedita, 2010, «O recrutamento militar e a emigração madeirense nos finais do século XIX», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, Funchal, pp. 123-129.
- MATOS, Maria Izilda S. de e TRUZZI, Oswaldo, 2015, «Presença na ausência: cartas na imigração e cartas de chamadas», in *Revista de História Unisinos*, n.º 19 (3), São Leopoldo, pp. 338-347.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 2002, «A Revolução Técnica», in MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, pp. 46-89.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e MATOS, Paulo Lopes, 2002, «A Base Demográfica», in MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, pp. 13-45.
- MARTINS, Maria Cristina, 2019, A fuga à «má sorte». Subsídios para a história da emigração madeirense (1851-1861), Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais, Funchal, Faculdade de Artes e Humanidades, Universidade da Madeira.
- MENEZES, Mary Noel, 1989, *The first twenty-five years of Madeiran emigration to British Guiana*. 1835-1860, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração e Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MONTEIRO, Isilda, 2011, «Os passaportes do enquadramento legal à prática (1855-1926)», in SOUSA, Fernando de, *et al.* (Coord.), *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPESE e Fronteira do Caos Editores, pp. 117-136.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1996, «As paróquias», in OLIVEIRA, César (Dir.), História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia], Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp. 44-47.
- MOORE, Brian L., 1975, «The social impact of Portuguese immigration into British Guiana after Emancipation», in *Centrum Voor Studie En Documentatie van Latijns Amerika*, (n.º 19), Amesterdão, Universidade de Amesterdão, pp. 3-15.
- MORTON, Sunny, 2018, *Castle Garden: Immigration before Ellis Island*, disponível em https://www.familysearch.org/blog/en/ny-castle-garden-ellis-island/, consultado em 02-12-2019.

- MURDOCH, Alexander, 2004, *British Emigration: 1603-1914*, Hampshire, Palgrave MacMillan.
- NEWITT, Malyn, 2015, *Emigration and The Sea. An Alternative History of Portugal*, Londres, C. Hurst & Co. Publishers Ltd.
- PAP, Leo, 1992, *The portuguese-americans*, Massachusetts, Portuguese Continental Union of the U.S.A.
- PÃO, Nélio, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 na Madeira: Tratamentos, Medidas Preventivas, Preocupações Sanitárias e Cuidados com o Corpo», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 323-346.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981, *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1994, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2001, *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa Imprensa de Ciências Sociais.
- PESSOA, Thiago Campos, 2018, O império da escravidão O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c. 1888), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- PINTO, Maria Luís R. e RODRIGUES, Teresa F., 1990, «A Madeira na viragem do século (1864-1930) Características da sua evolução demográfica», in AAVV, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal (setembro de 1989), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 327-354.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, Funchal, Empresa Municipal «Funchal 500 Anos».
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2004, «A Madeira e o Brasil no primeiro quartel do século XIX», in VIEIRA, Alberto (Coord.), *A Madeira e o Brasil. Colectânea de Estudos*, n.º 49, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 85-98.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2015, Estudos sobre o século XIX na Madeira: política, economia e migração, Funchal, Imprensa Académica.
- RODRIGUES, Teresa et al., 2008, «O estado da população», in RODRIGUES, Teresa (Coord.) História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, pp. 293-302.
- RODRIGUES, Teresa, 2008, «O movimento da população», in RODRIGUES, Teresa (Coord.) *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, pp. 302-311.

- RODRIGUES, Teresa, 2008, «Migrações e mobilidade», in RODRIGUES, Teresa (Coord.) História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, pp. 396-416.
- RODRIGUES, Teresa, 2008, «Tendências globais e diversidade regional», in RODRIGUES, Teresa (Coord.) *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, pp. 338-344.
- ROWLAND, Robert, 2009, «Emigração e contexto», in AAVV, Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos homenagem a Miriam Halpern Pereira, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 393-403.
- SANTOS, Maria José M., 2006, «A introdução da polícia civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma política de segurança», in ALMEIDA, Pedro Tavares de e MARQUES, Tiago Pires (Coord.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 131-145.
- SANTOS, Miguel, 2003, «A Sociedade», in MARQUES, A. H. de Oliveira e SOUSA, Fernando de (Coord.), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Editorial Presença, pp. 149-183.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1989, *História de Portugal: O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, vol. IX, Lisboa, Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joel, 1982, *A emigração portuguesa: sondagem histórica*, 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel, 1973, Fontes de demografia portuguesa: 1800-1862, Lisboa, Edições Horizonte.
- SILVA, António R. Marques da, 1994, *Apontamentos sobre o quotidiano madeirense* (1750-1900), Lisboa, Editorial Caminho.
- SILVA, Brasilina Pereira da, 2014, *Cartas de Chamada. A dimensão familiar da emigração:*Sernancelhe no início do século XX, Porto, CEPESE Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- SILVA, Fernando A. da e MENESES, Carlos A. de, 1998, *Elucidário Madeirense*, *fac-simile*, Vol. III, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e da Cultura.
- SILVA, Nuno J. Espinosa da, 2006, *História do Direito Português. Fontes de Direito*, 4.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOUSA, Fernando de, 2014 (Coord.), Os Governos Civis de Portugal. História e Memória (1835-2011), Porto, CEPESE Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

- SOUZA, Maria José Pinho, 2016, A união de facto nas constituições brasileira e portuguesa: semelhanças e divergências, Dissertação de Mestrado, [s.n.], Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.
- TEIXEIRA, Mónica, 2005, *Tendências da Literatura na ilha da Madeira nos séculos XIX e XX*, Funchal, Centro de Estudos e História do Atlântico.
- TEIXEIRA, Vítor P. Freitas, 2009, Entre a Madeira e as Antilhas: a emigração para a ilha de Trindade (século XIX), Dissertação de Mestrado, [s.n.], Funchal, Universidade da Madeira.
- TORPEY, John, 2018, *The invention of the passport: surveillance, citizenship, and the state*, 2.ª ed., Cambridge, Cambridge University Press.
- TOSH, John, 2010, *The Pursuit of History. Aims, methods and new directions in the study of modern history*, 5.^a ed., Edinburgh Gate, Pearson Education Limited.
- VANPOOL, Todd L. e LEONARD, Robert D., 2011, *Quantitative analysis in archaeology*, West Sussex, Wiley-Blackwell.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, 2004, *A população portuguesa no século XIX*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, 2003, «Pirâmides etárias», in MARQUES, A. H. de Oliveira e SOUSA, Fernando de (Coord.), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Editorial Presença, pp. 48-56.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, 2003, «Os movimentos migratórios», in MARQUES, A. H. de Oliveira e SOUSA, Fernando de (Coord.), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Editorial Presença, pp. 63-65.
- VIEIRA, Maria João, 2011, *José Silvestre Ribeiro (1807-1891): o liberal e o humanista*, Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória.
- ZOLBERG, Aristide R., 2007, «The Exit Revolution», in GREEN, Nancy L. e WEIL, François (Ed.), *Citizenship and Those Who Leave: The Politics of Emigration and Expatriation*, Urbana e Chicago, University of Illinois Press, pp. 33-60.

O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867): Leitura Crítica de uma Fonte Histórica Singular

The Report of the Visit of Governor Jacinto António Perdigão to the Administrative District of Funchal (1866-1867): A Critical Reading of a Unique Historical Source

Ana Madalena Trigo de Sousa¹

Resumo

Por portaria do Ministério do Reino, de 1 de agosto de 1866, foi ordenado a todos os governadores civis que, anualmente, procedessem a uma visita das respetivas circunscrições administrativas, com a finalidade de dar conhecimento sobre o estado económico e social em que se encontrava o distrito e, simultaneamente, dar o devido provimento aos problemas detetados. A execução desta portaria materializou-se numa coleção de relatórios, muito detalhados, acerca de todos os distritos que compunham o Reino, incluindo o relatório do então governador civil do distrito administrativo do Funchal, Jacinto António Perdigão, finalizado a 4 de setembro de 1867.

Esta fonte tem a particularidade de constituir o resultado de uma inspeção efetuada de forma pessoal e direta, ao contrário de outras tipologias de relatórios, previamente existentes, que eram elaboradas, apenas, com base na informação fornecida pelos administradores dos concelhos. Na sua qualidade de observador privilegiado da realidade insular madeirense e porto-santense, o governador Jacinto António Perdigão deixou

Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em História (1992) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII) (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Em 2004 obteve aprovação, por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos e ensaios publicados no âmbito da história política e institucional do arquipélago da Madeira nas épocas moderna e contemporânea. Para mais informação: https://www.calameo.com/accounts/620121. Contacto: anamtrigosousa@sapo.pt.

um importante conjunto informativo, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa, suscetível de análise interpretativa e problematizada.

Assim, este ensaio tem por finalidade apresentar uma leitura crítica desta fonte, reveladora de uma construção informativa do Arquipélago da Madeira sob a perspetiva do governador civil, e seguindo uma linha expositiva que visa: 1.º fazer o enquadramento legal deste relatório no âmbito das funções do governador civil do distrito; 2.º analisar os dados estatísticos apresentados e demais informação de índole qualitativa; 3.º analisar os problemas detetados e as soluções propostas por Jacinto António Perdigão.

Palavras-chave: Madeira; Distrito; Governador Civil; Relatório.

Abstract

By an order from the Ministry of the Kingdom, given on August 1st, 1866, all civil governors, once a year, were ordered to visit the respective administrative districts, with the purpose of reporting about the economic and social situation in which they were found. At the same time, they should pay attention to the problems that were detected. The execution of this ordinance materialized in a collection of very detailed reports about all the districts in the Portuguese kingdom, including the report of Jacinto António Perdigão, the Funchal district civil governor, completed on September 4th, 1867.

This source has the particularity of being the result of an inspection carried out in a personal and direct manner, unlike other types of reports that already existed and which were prepared, only, based on the information provided by the administrators of the municipalities. As a privileged observer of Madeira and Porto Santo's insular reality, governor Jacinto António Perdigão left an important set of information, both quantitative and qualitative in nature, susceptible to an interpretive and problematic analysis.

Thus, this essay aims to present a critical reading of this source, revealing an informative construction on the Archipelago of Madeira from the perspective of the civil governor, following an expository line that aims to: 1st understand the legal framework of this report related to the civil governor's functions; 2nd analyse and characterize the statistical and other data presented; 3rd analyse the problems detected and the solutions proposed by Jacinto António Perdigão.

Keywords: Madeira Islands; District; Civil Governor; Report.

Introdução

A implantação definitiva do Liberalismo, em 1834, implicou, no plano político-institucional, a introdução de um novo programa com a finalidade de consagrar, de forma clara e inequívoca, o monopólio da autoridade pública por parte do Estado alicerçada na ideia de «unidade da soberania»². Ora, semelhante ideia exigia uma concretização, prévia, de duas realidades: por um lado, uma redefinição do

² HESPANHA, 2004, *Guiando a Mão Invisível* [...], pp. 45-51.

espaço político-administrativo; por outro, a criação de novas instâncias de poder³. Esse desiderato foi alcançado com a promulgação da lei de 18 de julho de 1835, que estabeleceu uma divisão administrativa, dos «reinos de Portugal e Algarve e Ilhas Adjacentes», em três níveis: em primeiro lugar, o distrito administrativo; em segundo, e resultado da subdivisão deste, o concelho; por último, a freguesia, produto da subdivisão do concelho4. Relativamente ao pessoal administrativo, novamente criado, a mesma Lei determinava que o distrito teria como responsável máximo o governador civil; à frente do concelho ficava o administrador de concelho; e, por último, era instituído o comissário de paróquia como entidade responsável pela freguesia⁵. As inovações administrativas implementadas pela Lei de 18 de julho de 1835 foram visíveis, igualmente, na criação de novos corpos administrativos, designadamente a Junta Geral de Distrito e o Conselho de Distrito para dar apoio às decisões do governador civil; a câmara municipal teria de trabalhar com o administrador de concelho, e a junta de paróquia com o comissário de paróquia⁶. Em suma, em 1835, é instituída a figura do governador civil, nomeado por decreto da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, e com amplo poder: era, doravante, o chefe do distrito, e as suas funções, todas de natureza administrativa e benéfica, «em nada participam das atribuições do poder judiciário ou de qualquer outro poder do Estado»⁷.

Esta importante reforma administrativa foi aplicada ao Arquipélago da Madeira, formalmente, pelo decreto de 12 de setembro de 1835, que estabelecia o distrito administrativo do Funchal, constituído pelas Ilhas da Madeira e Porto Santo, e cuja capital era a cidade com o mesmo nome⁸. O novo distrito administrativo era dividido em concelhos. Da organização político-institucional do Antigo Regime transitaram os concelhos do Funchal, Ponta do Sol, Calheta, Machico, Santa Cruz, São Vicente e Porto Santo; contudo, e nesse mesmo ano de 1835, foram criados novos concelhos.

³ SILVEIRA, 1997, *Território e Poder* [...], pp. 65-67.

⁴ Lei de 18 de Julho de 1835, in *Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Outubro de 1835*, 1837, pp. 194-211, Artigo 1.º.

⁵ Lei de 18 de Julho de 1835, in *Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Outubro de 1835*, 1837, pp. 194-211, Artigo 5.°.

⁶ Lei de 18 de Julho de 1835, in *Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Outubro de 1835*, 1837, pp. 194-211, Artigo 6.º e Artigo 7.º.

Lei de 18 de Julho de 1835, in *Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Outubro de 1835*, 1837, pp. 194-211, Artigo 35.º e Artigo 36.º.

Decreto de 12 de Setembro de 1835, in *Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados desde* 15 de Agosto de 1834 até 31 de Outubro de 1835, 1837, pp. 317-319, Artigo 1.º. SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], p. 69.

Referimo-nos aos concelhos de Câmara de Lobos, na costa sul, e Santa Ana e Porto do Moniz, na costa norte⁹.

A circunscrição territorial do distrito é, portanto, uma inovação do Liberalismo que teve como critério o equilíbrio entre a extensão territorial e a sua população, sem descurar outros fatores, designadamente, as características físicas do espaço e os condicionalismos das comunicações¹⁰. A criação do distrito administrativo do Funchal revelou a aplicação destes preceitos e a assunção da preponderância da sua única cidade – o Funchal –, cuja população era a mais numerosa do arquipélago e estava em crescimento¹¹.

Foi no âmbito desta nova circunscrição territorial que se destacou a figura do governador civil. Com efeito, e a partir de 1835, este assume o estatuto de autoridade máxima do seu distrito, sendo, simultaneamente, o elo privilegiado da comunicação entre o centro – o Ministério do Reino – e a periferia – o distrito 12. Toda a administração local ficou submetida à tutela do governador civil que, como delegado do ministro do Reino, exercia o poder sobre os administradores de concelho e sobre os municípios. Neste ponto, destaca-se: a capacidade de o governador superintender a gestão dos processos eleitorais; a faculdade de controlar a difusão da legislação do Reino e emissão de diretrizes a nível local; o controlo sobre a emigração e movimentos da população; e o controlo do sistema de policiamento e segurança 13. A detenção de tão vastas competências administrativas fez do governador civil «um observador privilegiado das realidades locais e regionais» 14. Essa observação da realidade local traduziu-se na produção de relatórios, com carácter regular, dirigidos ao Ministério do Reino, e que começaram a ser publicados pela Imprensa Nacional a partir da década de 50 do século XIX 15.

A produção informativa foi uma característica do Liberalismo com uma importante particularidade: ser alicerçada em elementos de natureza estatística.

⁹ VERÍSSIMO, 2001, «A fundação do concelho de Santa Ana», pp. 106-108.

¹⁰ SILVEIRA, 1997, *Território e Poder* [...], pp. 117-118. Refere o autor que a origem do distrito foi o mapa das comarcas de 1790, apresentado à Câmara dos Deputados, em 1827, pela denominada Comissão de Divisão do Território.

¹¹ SOUSA, 2009, «A elite municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: identificação e perfil sócio-económico (1834-1878)», pp. 525-526.

¹² ALMEIDA, SOUSA, 2015, Do Reino à Administração Interna [...], pp. 137-138.

¹³ SOUSA, 2014, A produção de estatística agrícola e a construção do Estado Liberal em Portugal (1834-1926), p. 10.

¹⁴ SILVA, 2009, «Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (1840-1860)», pp. 151-160.

¹⁵ SILVA, 2009, «Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (1840-1860)», pp. 151-160.

O pensamento político de Oitocentos valorizava a «representação matemática, quantitativa e rigorosa da sociedade» como «base indispensável à boa governação», pois acreditava que esta só seria alcançada mediante a análise de dados estatísticos. Assim, e por essa via, seriam adotadas as melhores soluções para os problemas económicos vigentes e, ao mesmo tempo, ficariam esclarecidos os legisladores para melhor elaboração das leis¹6. Ora, foi ao governador civil que coube esta missão. A recolha de estatística foi-se consolidando como competência desta autoridade administrativa que, obtendo das administrações de concelho os devidos quadros e mapas, ficava com a incumbência de os remeter, regulamente, ao Ministério do Reino¹7. A justificação desta missão foi a necessidade sentida pelo Estado de que, para "melhor" governar, era fundamental possuir conhecimento sobre a população e sobre o território.

De acordo com Rui Branco, o levantamento sistemático do cadastro da população teve por finalidade obter um cabal esclarecimento em quatro áreas tidas por fundamentais para o poder central, a saber: «o movimento anual da população; o recenseamento eleitoral; o recenseamento militar (para a afetação de contingentes); e a repartição de impostos com incidência territorial»¹⁸. A preocupação do Estado com a caracterização territorial deveu-se a uma outra componente que Carlos Manique Silva tem o cuidado de mencionar: em concreto, a utilização da recolha da estatística como veículo para a criação de políticas de uniformização de setores considerados decisivos para a vida nacional, nomeadamente, a educação, a saúde, a justiça, a segurança¹⁹.

Neste processo de levantamento informativo, o governador civil assumiu um papel da maior relevância, visível na legislação administrativa promulgada, no sentido de responsabilizar o governador civil pela organização da informação recolhida dos administradores de concelho e que, seria, posteriormente, remetida ao Reino. Foi por esta via que surgiram os relatórios dos governadores civis, cuja designação oficial era *Relatórios sobre o estado da administração pública nos distritos*

¹⁶ BRANCO, 2005, «Contar (com) as pessoas: o recenseamento geral da população de 1864», pp. 385-438.

¹⁷ SOUSA, 2014, A produção de estatística agrícola e a construção do Estado Liberal em Portugal (1834-1926), pp. 10-11. Refere este autor que, em 1836, foi criado o primeiro serviço oficial de estatística denominado Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino que concentrava a informação oriunda dos distritos e fazendo o tratamento adequado desses dados.

¹⁸ BRANCO, 2005, «Contar (com) as pessoas: o recenseamento geral da população de 1864», pp. 385-438. Diz o autor que a obtenção de informação estatística nestas quatro áreas era decisiva para a tomada de decisões no âmbito dos Ministérios do Reino, da Guerra e da Fazenda.

¹⁹ SILVA, 2009, «Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (1840-1860)», pp. 151-160.

do Continente e Ilhas Adjacentes, publicados entre 1857 e 1865, representando um conjunto informativo cuja confeção se dava, de acordo com Rui Branco, na secretaria de cada governo civil e tendo por base as informações avulsas fornecidas pelos administradores de concelho²⁰. Contudo, em 1866, vemos surgir um novo relatório com duas características muito particulares: em primeiro lugar, por ter sido ordenado superiormente por uma portaria específica do Ministério do Reino; em segundo lugar, porque resultou de uma inspeção direta e pessoal do governador civil do distrito. Efetivamente, foi por portaria do Ministério do Reino, de 1 de agosto de 1866, que se ordenou a todos os governadores civis que, anualmente, procedessem a uma visita das respetivas circunscrições administrativas, com a finalidade de dar conhecimento sobre o estado económico e social em que se encontrava o distrito e, simultaneamente, dar o devido provimento aos problemas detetados. A execução desta portaria materializou-se numa coleção de relatórios, muito detalhados, acerca de todos os distritos que compunham o Reino, incluindo o relatório do então governador civil do distrito administrativo do Funchal, Jacinto António Perdigão, finalizado em 4 de setembro de 1867.

Esta fonte tem a particularidade de traduzir o resultado de uma inspeção efetuada de forma pessoal e direta. Na sua qualidade de observador privilegiado da realidade insular madeirense e porto-santense, o governador Jacinto António Perdigão deixou um importante conjunto informativo, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa, suscetível de análise interpretativa e problematizada. Assim, este ensaio tem por finalidade apresentar uma leitura crítica desta fonte, reveladora de uma construção informativa sobre o arquipélago sob a perspetiva do governador civil, seguindo uma linha expositiva que visa: 1.º fazer o enquadramento legal deste relatório, demonstrando as condições de produção da fonte no âmbito das competências do governador civil do distrito; 2.º analisar a abundante informação, quer quantitativa quer qualitativa, numa perspetiva comparada entre os concelhos do distrito administrativo do Funchal, aferir qual o seu nível de precisão e a observação pessoal que o relator vai deixando entrever sobre este espaço e os seus habitantes; 3.º por último, focar a análise dos problemas detetados e das soluções propostas por Jacinto António Perdigão, tentando perceber a visão política deste governador.

²⁰ BRANCO, 2005, «Contar (com) as pessoas: o recenseamento geral da população de 1864», pp. 385-438.

1. O Governador Civil Jacinto António Perdigão como Observador e Relator da Realidade Insular

Natural de Beja, e com formação académica em Direito, Jacinto António Perdigão foi nomeado governador civil do distrito administrativo do Funchal a 1 de julho de 1863. Tinha à data 36 anos de idade. O seu mandato na Madeira terminaria com a sua exoneração em 16 de janeiro de 1868²¹. Enquanto governador civil do distrito do Funchal, deixou um conjunto informativo plasmado num *Regulamento* e em *Relatórios*. Quanto ao regulamento, publicado em 1864, versou a administração e fiscalização das crianças expostas e subsidiadas. Relativamente aos relatórios, ficaram para a posteridade: os relatórios apresentados à Junta Geral do Distrito do Funchal nas suas sessões ordinárias dos anos de 1863, 1864, 1866 e 1867²²; e o «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», finalizado em 1867, em análise neste ensaio²³.

Estas fontes deixadas por Jacinto António Perdigão refletiam, plenamente, o uso das suas competências enquanto governador civil de distrito. Quais eram, em concreto, essas competências?

O Código Administrativo de 1842, em vigência para a época em análise, definia, com clareza, as atribuições deste magistrado administrativo. Dividimo-las em quatro grupos de atribuições, a saber: administração; fazenda pública; beneficência e ensino público; polícia.

O quadro I permite uma leitura geral da informação extraída, de forma muito concisa, do Código Administrativo de 1842.

SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], p. 463: segundo o quadro geral dos governadores civis de Portugal, depois do distrito administrativo do Funchal, Jacinto António Perdigão exerceu o cargo de governador civil nos distritos de Bragança (com dois mandatos), Castelo Branco, Beja (também com dois mandatos), Porto e, finalmente, Coimbra, cujo mandato terminou em junho de 1871. Exerceu, ao todo, oito mandatos como governador civil de distrito, o que, segundo Fernando de Sousa, não era invulgar, havendo mesmo uma «profissionalização ou carreirismo dos governadores civis – muitos dos que exerceram um elevado número de mandatos eram exonerados de um Governo Civil e, no mesmo dia, nomeados para idênticas funções num outro distrito», SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], p. 235. Jacinto António Perdigão seria sucedido, no cargo de governador civil do distrito administrativo do Funchal, por João Frederico da Câmara Leme, nomeado por decreto de 25 de janeiro de 1868, Arquivo e Biblioteca da Madeira, em diante ABM, Governo Civil, Correspondência com os Administradores de Concelho 1.ª Repartição 1862-1872, Livro 10, fls. 80v.º-81.

²² Veja-se SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], p. 281.

A referência completa é: «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, in Coleção dos Relatórios das Visitas feitas aos Distritos pelos respetivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 1-42. Em diante referenciado: «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868.

Quadro I – Atribuições do Governador Civil segundo o Código Administrativo de 1842

| Administração | Fazenda Pú | ública | Beneficência e Ensino | Polícia | |
|--|---------------|-----------|-----------------------|-------------------|--|
| Artigo 224.º | Artigo 225.º | | Público | Artigo 227.º | |
| | | | Artigo 226.º | | |
| Recenseamento eleitoral; | Posse e | registo | Superintendência | Execução das | |
| Presidência da Junta Geral de Distrito; | de todos d | os bens | em todos os | providências para | |
| Dissolução dos corpos administrativos | e direitos | que | estabelecimentos de | manutenção da | |
| eleitos; | pertençam d | ou que | instrução primária e | ordem e segurança | |
| Comunicação das leis, regulamentos, e | venham a per | rtencer à | secundária; | pública; | |
| demais ordens superiores, às autoridades | fazenda públi | ica; | Superintendência | Execução das leis | |
| subalternas; | Promoção | e | em todos os | e regulamentos de | |
| Superintendência na execução de todas | fiscalização | da | estabelecimentos | polícia | |
| as leis e regulamentos administrativos; | arrecadação | das | de piedade e | | |
| Uniformização e aperfeiçoamento do | contribuições | ь е | beneficência | | |
| expediente; | rendimentos | do | | | |
| Organização da estatística e cadastro do | Estado | | | | |
| distrito; | | | | | |
| Vigilância do exercício da autoridade | | | | | |
| eclesiástica; | | | | | |
| Superintendência em todos os | | | | | |
| magistrados, funcionários e corpos | | | | | |
| administrativos do distrito | | | | | |

Fonte: elaboração própria a partir de Código Administrativo. Nova Edição. Anotado. 18 de março de 1842, 1865, Secção I: Governador Civil.

As competências administrativas destacam-se. Com efeito, o governador civil era o «chefe superior de toda a administração no seu distrito», com superintendência «em todos os magistrados, funcionários e corpos administrativos, e em todos os objetos da competência deles»²⁴. Consequentemente, detinha importantes prerrogativas, nomeadamente, a tutela do recenseamento do processo eleitoral, com vista à eleição dos deputados da nação e dos demais corpos e autoridades como, por exemplo, câmaras municipais e junta geral de distrito. Em relação à junta geral, cabia-lhe a sua convocação, abertura e encerramento. De igual importância, era a faculdade de mandar dissolver, com a devida autorização do governo central, as câmaras municipais; e, sobretudo, o seu papel de transmissor, junto das autoridades subordinadas, de todas as leis e regulamentos emanados pelo Reino, instruindo-as sobre a sua execução. Igualmente digna de menção, a capacidade do governador civil em uniformizar todo o expediente administrativo e, ao mesmo tempo, melhorar

²⁴ Código Administrativo. Nova Edição. Anotado. 18 de março de 1842, 1865, Artigo 221.º; Artigo 224.º, XV.

métodos e modelos de apresentação da informação. Não podemos deixar de destacar a responsabilidade do governador de «fazer organizar a estatística e cadastro do distrito», uma responsabilidade crucial em virtude de ter sido a geradora de uma assinalável produção informativa. As atribuições do governador civil, em matéria de fazenda pública, reportavam-se ao cuidado que deveria ter na promoção e fiscalização das receitas devidas ao Estado, sem esquecer o cuidado de promover a sua descrição e registo em tombo próprio. Como autoridade máxima do distrito, competia-lhe zelar pela execução de todas as leis e regulamentos de polícia, com a finalidade de assegurar a manutenção da ordem e da segurança públicas. Finalmente, a beneficência e ensino público. A superintendência dos estabelecimentos de ensino, de instrução primária e secundária, implicava que o governador reportasse, anualmente, ao governo central, o número de escolas, de professores e de alunos. Em relação às instituições de beneficência e piedade, era-lhe exigido que promovesse o melhoramento do seu funcionamento, mediante uma fiscalização das suas despesas e do desempenho do pessoal empregado, tendo a prerrogativa de demitir e dissolver mesas de direção, caso fossem detetadas irregularidades.

Há dois artigos específicos deste Código Administrativo que devemos realçar: o 209.º e o 233.º, porque determinantes da função do governador civil como entidade responsável pela produção de informação sobre o estado do distrito. Em relação ao artigo 209.º, estipulava-se que o governador «apresentará à Junta [Geral de Distrito], no primeiro dia da sua sessão anual um relatório sobre o estado do distrito acompanhado de todos os documentos e informações necessárias»; por seu turno, o artigo 233.º ordenava a obrigatoriedade de «visitar anualmente o distrito, provendo às necessidades públicas quando couber as suas atribuições e dando conta ao governo do estado dele e dos melhoramentos de que é suscetível»²⁵. Pelo articulado da codificação administrativa, vemos que estamos perante duas atribuições que, embora semelhantes, tiveram um resultado muito distinto. Efetivamente, o governador Jacinto António Perdigão foi responsável por uma interessante produção informativa, conforme já referimos acima. De um lado, os relatórios apresentados à Junta Geral de Distrito do Funchal; do outro, o relatório da sua visita ao distrito em 1866, com várias propostas de melhoramento em sectores considerados vitais.

Com presidente da Junta Geral de Distrito, Jacinto António Perdigão foi responsável pela confeção e apresentação de 4 relatórios que se reportaram aos anos de 1863, 1864, 1866 e 1867²⁶. Tratavam-se de «relatórios sobre o estado do distrito»

²⁵ Código Administrativo. Nova Edição Oficial. Anotado. 18 de março de 1842, 1865, Artigos 209.º e 233.º.

²⁶ SOUSA, 2014, Os Governos Civis de Portugal [...], p. 281.

cuja apresentação, em sede do primeiro dia da sessão anual da Junta Geral, cabia ao governador civil. A título de exemplo, consideremos a estrutura do *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinária de 1864 pelo governador civil Jacinto António Perdigão*, onde este, na alocução inicial, afirmava trazer à consideração deste órgão vários assuntos que considerava de «palpitante interesse para esta terra»²⁷. O quadro II mostra as temáticas abordadas pelo governador, agrupadas em 5 categorias para mais inteligível exposição.

Ouadro II – Temas Presentes no Relatório da Junta Geral de 1864

| Gestão da Junta | Questões Sociais e | Beneficência | Finanças Públicas | Administração |
|--------------------|--------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| Geral | Económicas | | | Distrital |
| Receita e despesa; | Expostos; | Confrarias; | Contribuições | Segurança pública; |
| Orçamento | Instrução pública; | Estabelecimentos | | Recrutamento; |
| | Emigração; | de beneficência; | | Registo civil; |
| | Saúde pública; | Instituições de | | Eleições; |
| | Agricultura; | previdência | | Dotação do clero; |
| | Comércio | | | Obras públicas |

Fonte: elaboração própria a partir de *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal* [...], 1864.

Na apresentação do relatório à Junta Geral de Distrito, o governador Jacinto António Perdigão refere as dificuldades em coligir informação, sobretudo nas questões dos expostos e das confrarias. Ao mesmo tempo, a necessidade constante de solicitar esclarecimentos em várias repartições, e o exame «de muitos documentos» que serviram de base à sobredita apresentação, levaram Jacinto António Perdigão a justificar o atraso da exposição informativa na sessão da Junta Geral de Distrito²⁸. Seguindo a ordem deste relatório, os assuntos de gestão da Junta Geral de Distrito encabeçam a comunicação do governador. Foi enunciada a receita e a despesa do cofre daquela instituição, à data, bem como o orçamento para o ano seguinte feito, nas palavras do governador, «em harmonia com os escassos recursos de que podemos dispor»²⁹. A situação dos expostos, tida como «urgente», era alvo de um «mapa estatístico» contendo o número total de crianças

²⁷ A referência completa é: *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinária de 1864 pelo governador civil Jacinto António Perdigão*, 1864, Funchal, Imprensa Nacional. Só nos foi possível localizar e consultar o relatório deste ano, o único dos quatro elaborados sob a responsabilidade de Jacinto António Perdigão, que se encontra presente no catálogo bibliográfico do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

²⁸ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 2.

²⁹ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 3.

naquela situação, e respetiva distribuição por concelhos, para o período entre 1 de julho de 1863 e 30 de junho de 1864³⁰. Relativamente às confrarias, cuja tutela fora atribuída por lei ao governo civil, a opinião expressa foi deveras negativa, pois referiu-se à administração destas instituições como «irregular» e plena de «abusos», tornando imprescindível o exercício, por parte do governador civil, de «uma fiscalização ativa, vigorosa e contínua»³¹. Ainda no âmbito das instituições de beneficência, a atenção estava focada no «estado de decadência» em que se encontraria a Misericórdia e Hospital do Funchal, e nas medidas que seria necessário adotar para introduzir os melhoramentos tidos por necessários³². A implementação de uma instrução primária pública foi uma das grandes novidades do Liberalismo, com o intuito de fomentar o desenvolvimento da sociedade mediante a preparação de homens--cidadãos cujo trabalho seria útil à comunidade³³. Reportando-nos ao relatório em apreço, as palavras de Jacinto António Perdigão não poderiam ser mais expressivas ao referir-se à instrução primária como «o mais fecundo gérmen do progresso social [...] sem instrução, nem há inteira produtividade no trabalho nem consciência da própria dignidade»³⁴. Convicto de que havia, ainda, um largo caminho a percorrer, apresentou um mapa com os números de escolas públicas existentes no distrito, à data 34, de escolas municipais, que eram 17, e de escolas particulares, que totalizavam 16³⁵. As questões de segurança pública e de emigração eram tidas como não problemáticas. A primeira, garantida pela boa índole dos povos deste distrito; a segunda, porque o grande movimento migratório para a Guiana Inglesa, visível uns anos antes, estava reduzido a um pequeno conjunto de pessoas e motivado, sobretudo, pela fuga ao recrutamento militar³⁶. Justamente, este era um assunto espinhoso, uma vez que a população continuava a olhar com enorme desconfiança para esta nova realidade, ditada pelo regime liberal³⁷, impossibilitando a formação completa dos contingentes atribuídos a este distrito³⁸. A saúde pública estava, segundo Jacinto António

³⁰ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 4 e anexos n.º 2 e n.º 3. Estes mapas têm a data de 15 de Novembro de 1864.

³¹ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 9.

³² Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 13.

³³ SILVA, 2009, «Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (1840-1860)», pp. 151-160.

³⁴ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 27.

³⁵ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 29.

³⁶ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, pp. 32-33.

³⁷ Veja-se *Legislação Impressa Sobre o Serviço Militar. Século XX*, s.d., pp. 1-7: Carta de Lei de 27 de julho de 1855 que determina que todos os portugueses sejam obrigados ao serviço militar e estabelece diferentes preceitos relativos ao cumprimento dessa obrigação e ao recrutamento militar.

³⁸ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 33.

Perdigão, em condições normais, mas era necessário a formação de um conselho de higiene pública com funções consultivas e representado por médicos, proprietários, industriais e comerciantes³⁹. A introdução do Registo Civil foi outra das grandes novidades do Liberalismo que, por considerar deficiente o trabalho executado pelos párocos, sentiu que era imperativo dotar a autoridade administrativa da capacidade de conhecer e registar os factos que determinam as três grandes fases da vida do indivíduo: o nascimento, o casamento e a morte. O atraso em que se encontrava este registo deveu-se à continuidade desta prerrogativa, por parte dos clérigos, por inexistência de legislação que regulasse, na prática, o papel das administrações de concelho⁴⁰. Sobre as eleições ocorridas neste distrito, as palavras do governador eram de elogio, porque os eleitores tinham acorrido em grande número às urnas, aquando as eleições municipais em novembro de 1863, sinal de uma interiorização dos direitos políticos por parte dos eleitores e do seu interesse pela vida municipal⁴¹. No que se reporta às contribuições devidas ao Estado, a atenção do governador revelou-se na necessidade de isentar a Santa Casa da Misericórdia do Funchal do pagamento da contribuição predial, introduzida pela lei de 11 de setembro de 1861, que extinguiu o antigo sistema tributário. Seria uma forma de promover a saúde financeira da Santa Casa e possibilitar-lhe os meios de poder auxiliar as pessoas mais pobres do distrito⁴². Em relação ao clero, este estava, à data, com os pagamentos em dia, à semelhança dos demais funcionários pagos pelo Estado; contudo, entendia o governador que a sua retribuição seria insuficiente, devendo a Junta ter em atenção este aspeto no momento das suas consultas expositivas ao poder central⁴³. Finalmente, os três últimos temas que surgem neste relatório à Junta Geral: a agricultura, o comércio e as obras públicas. Relativamente à agricultura, Jacinto António Perdigão assumia a enorme dificuldade em saber o estado deste sector, uma vez que desconhecia quaisquer elementos de cariz elucidativo, nomeadamente, dados estatísticos que permitissem apurar qual era a superfície agrícola e a sua relação com a extensão cultivável e com a irrigação⁴⁴. Em contrapartida, os dados sobre o movimento comercial no porto do Funchal eram uma realidade, havendo, inclusive, um aumento, de ano para ano, visível no rendimento da alfândega, quer nos direitos de importação, quer nos

³⁹ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 35 e p. 37.

⁴⁰ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, pp. 37-38.

⁴¹ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 38.

⁴² Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 39.

⁴³ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 41.

⁴⁴ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 42.

direitos de exportação⁴⁵. Segundo informação prestada pelo governador, votava-se, anualmente, no orçamento geral do Estado, a verba de 30 contos de réis, em moeda forte⁴⁶, destinada a custear as obras públicas neste distrito. Contudo, essa quantia não era realmente aplicada devido «à insuficiência dos rendimentos arrecadados e dos suprimentos feitos pelas caixas centrais do Ministério da Fazenda para pagar integralmente a cifra do crédito votado em cada ano»; concluía Jacinto António Perdigão que, do crédito votado para o corrente ano económico, a repartição de obras públicas, deste distrito, não tinha recebido «um real»⁴⁷. O relatório apresentado à Junta Geral do Distrito, no ano de 1864, encerra com um conjunto de recomendações, feitas pelo governador, aos membros daquele órgão⁴⁸.

A estrutura do relatório à Junta Geral, exemplificado com o de 1864, revela dois importantes aspetos: por um lado, a abrangência dos problemas aos quais o governador teria de estar atento; por outro lado, uma forma de divulgar dados informativos sobre a realidade distrital de uma forma avulsa e sem uma coerência na exposição final. Esses dados avulsos, mas fundamentais na elaboração deste documento, eram fornecidos por outras instâncias de poder insular, nomeadamente os administradores de concelho e os municípios⁴⁹. Havia, portanto, um processo de recolha, de compilação e síntese da informação, feito a nível concelhio e, seguidamente, enviado para o governador civil. Este, por seu turno, teria de estudar esses dados e integrá-los num relatório expositivo, destinado a ser apresentado à Junta Geral de Distrito.

Contudo, o legislador exigia mais: exigia a visita *in loco* feita pelo próprio governador, por entender que só dessa forma (e não mediante um trabalho de

⁴⁵ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 56. São englobados os direitos de importação e de exportação, cuja soma perfez as quantias, em réis: 72 140\$473 (entre 1828 e 1833); 118 211\$601 (entre 1834 e 1843); 122 521\$567 (entre 1843 e 1852).

⁴⁶ A "moeda forte" era a que estava em vigor no continente. Só em 1879 é que a moeda legal da Madeira, até então "moeda fraca", foi igualada à do continente. Veja-se SOUSA, 2020, «O município do Funchal e a sua receita aduaneira: origem e evolução de um imposto vital na administração camarária (1872-1910)», p. 591.

⁴⁷ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 60.

⁴⁸ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, pp. 71 e seguintes.

⁴⁹ Referimos, a título de exemplo: ABM, Governo Civil, Correspondência com os Administradores de Concelho 1.ª Repartição 1862-1872, Livro 10, fls. 5-5v.º: Circular do governo civil, de 31 de janeiro de 1862, pedindo que todos os administradores de concelho enviem o mapa da população existente em 31 de dezembro; ABM, Governo Civil, Correspondência com as Câmaras Municipais 1.ª Repartição 1862-1870, Livro 162, fls. 26-26v.º: Circular do governo civil, de 19 de julho de 1862, pedindo o envio da conta da receita e despesa municipais, e fl. 39: Circular do governo civil, de 21 de outubro de 1862, pedindo o envio do mapa do movimento dos expostos.

secretaria, por muito exaustivo que fosse) é que seria possível perceber, em concreto, o distrito, as suas gentes e os seus problemas.

A 1 de agosto de 1866, em pleno consulado de Jacinto António Perdigão, o Ministério dos Negócios do Reino, através da sua Direção Geral de Administração Civil, determinou que todos os governadores civis procedessem, «quanto antes», à visita dos seus respetivos distritos para prover sobre as necessidades da administração pública e, em seguida, remeter ao governo um relatório detalhado sobre as condições encontradas. O fundamento desta ordem foi o incumprimento do articulado do artigo 233.º do Código Administrativo e a constatação, sentida pelo governo central, de que as visitas dos governadores civis seriam «o meio mais adequado para se conhecer as verdadeiras necessidades dos distritos» e a elaboração dos correspondentes relatórios a forma de transmitir, ao governo central, «as necessidades da pública administração»⁵⁰. Mas, qual seria a forma de fazer a visita e de elaborar o consequente relatório? A resposta era remetida para a consulta das instruções já dadas pela circular de 24 de fevereiro de 1848 que, dirigida ao então governador civil do distrito de Aveiro, ordenava que este visitasse pessoalmente aquele território, com a propósito de indagar sobre as condições da administração de cada concelho. Para esse fim, iria solicitar a consulta «das pessoas mais competentes e notáveis por seu saber, probidade e influência», cujas informações seriam o mote para dar o devido provimento aos problemas encontrados⁵¹. Os fundamentos desta decisão régia alicerçavam-se na ideia de que conhecer o estado em que se encontrava cada distrito era condição imprescindível para implementar os «melhoramentos suscetíveis», e também na noção de existência de um compromisso entre governantes e governados: «se [...] as autoridades têm direito a exigir aos povos a obediência à Lei e aos mandatos que dela derivam [...] eles [os povos] têm jus a ser bem administrados e atendidos em tudo o que respeita aos seus interesses e direitos legais»⁵². Como fazer a visita? Segundo o legislador, o governador civil deveria fazê-la «com discernimento, prudência e imparcialidade»53. Esta instrução foi dirigida, conforme referido, ao governador civil do distrito de Aveiro, mas com a indicação de que foram

⁵⁰ Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1866, 1867, p. 89: Portaria do Ministério dos Negócios do Reino de 1 de Agosto de 1866.

⁵¹ *Diário do Governo. Ano de 1848*, n.º 49, de 26 de Fevereiro, p. 237: Circular do Ministério dos Negócios do Reino de 24 de Fevereiro de 1848.

⁵² *Diário do Governo. Ano de 1848*, n.º 49, de 26 de Fevereiro, p. 237: Circular do Ministério dos Negócios do Reino de 24 de Fevereiro de 1848.

⁵³ *Diário do Governo. Ano de 1848*, n.º 49, de 26 de Fevereiro, p. 237: Circular do Ministério dos Negócios do Reino de 24 de Fevereiro de 1848.

expedidas idênticas portarias para todos os governadores civis dos distritos do «Continente do Reino e das Ilhas Adjacentes»⁵⁴. À época da circular de 24 de fevereiro de 1848, era governador civil do distrito administrativo do Funchal José Silvestre Ribeiro. Qual teria sido a sua recetividade? Desconhecemos a resposta a esta questão. Pela consulta da abundante correspondência de José Silvestre Ribeiro, dirigida ao Ministério do Reino, não se encontra menção à realização deste específico relatório. Houve sim, da parte de Silvestre Ribeiro, um reportar contínuo de todos os assuntos do distrito, os mesmos que encontraremos uns anos mais tarde, já na governação de Jacinto António Perdigão⁵⁵.

Entre Silvestre Ribeiro, à frente do distrito entre 1846 e 1852, e Jacinto António Perdigão, exerceram este cargo seis indivíduos, em mandatos não superiores a dois anos, sendo que, no caso de Januário Correia de Almeida, antecessor de Jacinto António Perdigão, nem um ano permaneceu no distrito⁵⁶. Nenhum deles deixou qualquer relatório desta natureza. O caso de Januário Correia de Almeida é digno de nota porque ele alegava, em ofício dirigido ao Ministério do Reino, com data de 23 de julho de 1862, ter começado a visita do distrito em finais de Maio, efetuada, supostamente, nos termos do artigo 233.º do Código Administrativo e da circular de 24 de fevereiro de 1848, visita essa que estaria a ser ultimada, com exceção da Ilha do Porto Santo. Queixou-se da dificuldade do empreendimento, devido à acidentada orografia da Ilha da Madeira e à muito deficiente rede viária, e devido ao seu elevado custo, atendendo ao vencimento auferido por um governador civil, o que impossibilitava visitas regulares feitas «com aquela decência e importância que é mister imprimir-lhes»⁵⁷. No entanto, alegava ter feito os provimentos necessários às «muitas e variadas necessidades» do distrito⁵⁸. Ora, pensamos que Januário Correia de Almeida nem teria chegado a fazer qualquer visita, e muito menos um relatório. Pela informação prestada pelo secretário do governo civil, António Barbosa de Albuquerque, pouco antes da chegada do novo governador Jacinto António Perdigão,

⁵⁴ *Diário do Governo. Ano de 1848*, n.º 49, de 26 de Fevereiro, p. 237: Circular do Ministério dos Negócios do Reino de 24 de Fevereiro de 1848.

Veja-se: ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino 1847-1850, Livro 644; Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo [...], 1849, Volume I; Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo [...], 1850, Volume II; Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo [...], 1852, Volume III.

⁵⁶ Veja-se SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense*, Volume II, p. 95. SOUSA, 2014, *Os Governos Civis de Portugal* [...], p. 463. Com efeito, e pela informação deste autor, Januário Correia de Almeida recebeu a sua nomeação para o Funchal em 15 de janeiro de 1862 e, logo a 20 de outubro do mesmo ano, foi nomeado governador civil do distrito de Braga.

⁵⁷ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino 1862-1868, Livro 647, fl. 38.

⁵⁸ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino 1862-1868, Livro 647, fl. 38.

percebe-se que não tinham sido remetidos quaisquer relatórios ao Ministério do Reino porque, pura e simplesmente, eles não existiam na secretaria do governo civil do Funchal⁵⁹.

A concretização desta tarefa ficou, portanto, para Jacinto António Perdigão que, logo depois de receber a portaria de 1 de Agosto de 1866, queixou-se, à semelhança do seu antecessor, das complicadas condições de circulação na Madeira e do excessivo preço dos transportes, alojamentos e víveres, situação que se devia à frequente presença de visitantes estrangeiros que, dotados de um maior poder económico, suportavam, sem qualquer contrariedade, «preços fabulosos pelos mais pequenos serviços». Contudo, o governador Jacinto António Perdigão, com o intuito de bem cumprir os seus deveres, não se terá coibido de desembolsar as quantias necessárias para fazer a visita ao distrito com a «dignidade e o prestígio próprio do lugar que exerce[ia]»⁶⁰. Era a altura de sair da secretaria, de colocar de lado os mapas informativos enviados pelas administrações de concelho e pelas câmaras municipais, de deixar de coligir dados informativos para apresentar nas sessões da Junta Geral de Distrito, e começar a percorrer os difíceis caminhos e trilhos da Madeira, sem esquecer a ida ao Porto Santo. O resultado desta visita foi um texto mais abrangente e detalhado, revelador da faculdade do governador civil em observar e reportar a realidade vivida neste espaço insular.

2. O Relatório de Jacinto António Perdigão: Coligir e Quantificar as Condições Económicas dos Concelhos e o Estado da Administração Local

Finalizado a 4 de setembro de 1867, o «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», assinado por Jacinto António Perdigão, encontra-se inserido numa coletânea impressa em 1868, pela Imprensa Nacional, com o título Coleção dos Relatórios das Visitas feitas aos Distritos pelos respetivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866⁶¹.

O relatório de Jacinto António Perdigão continha, segundo o conteúdo do introito, o resultado do procedimento à visita do distrito, em cumprimento dos

⁵⁹ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino 1862-1868, Livro 647, fls. 89-89v.º.

⁶⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino 1862-1868, Livro 647, fls. 203v.º-204.

Esta obra impressa contém os relatórios feitos pelos governadores civis dos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Viseu, Funchal, Horta e Ponta Delgada. É expressamente mencionada a não apresentação de relatório por parte dos governadores civis dos distritos de Coimbra, Lisboa, Vila Real e Angra do Heroísmo, não sendo, aqui, invocados os motivos. Todos os relatórios estão numerados de 1 em diante.

propósitos da já mencionada portaria de 1 de agosto de 1866. Afirmava o relator a especial importância das questões de beneficência pública, nomeadamente, o estado e causas do pauperismo e o estado da administração das crianças expostas. Pretendia-se, de acordo com ordens superiormente emanadas, promover soluções para estes dois problemas sociais tendo em vista «o melhoramento da condição moral e material do homem desprotegido da fortuna»⁶². Movido pela «consciência do dever» e do «desejo profundo e sincero de contribuir [...] para o melhoramento do distrito»⁶³, Jacinto António Perdigão visitou, observou e relatou, num extenso texto, o "estado" em que encontrou o distrito do Funchal.

O relatório encontra-se dividido em duas partes principais, a primeira intitulada «Descrição do estado dos diferentes concelhos sob o aspeto económico e administrativo», e a segunda subordinada às «Condições gerais do distrito, suas principais necessidades, modo por que procedi e resultados que obtive». Ambas contêm várias subdivisões. Para uma melhor compreensão da estrutura da fonte, apresenta-se o quadro III.

Quadro III – Estrutura do Relatório da Visita do governador Jacinto António Perdigão (1867)

| Parte I: Descrição económico-administrativa de todos os concelhos do Distrito | Parte II: Necessidades gerais do distrito e resoluções do governador |
|---|---|
| «Condições económicas» | Condições gerais do distrito |
| População: fogos e almas; | Principais necessidades do distrito: |
| Situação agrícola: contrato de colonia; principais | – «Na ordem moral»: o desenvolvimento e |
| culturas; estatística agrícola; irrigação; | melhoramento da instrução e educação popular; |
| Viação; | – «Na ordem material»: desenvolvimento da viação; |
| Rendimento predial; | arborização das montanhas; aproveitamento das |
| Indústria e comércio; | águas para irrigação |
| «Condições da administração local» | |
| Recursos e estado da administração municipal; | Documentos em anexo: |
| Recrutamento militar; | N.º 1: Lei que regula o exercício da mendicidade; |
| Confrarias; | N.º 2: Alvará sobre a instrução primária; |
| Expostos; | N.º 3: Mapa do estado da tomada de contas das |
| Mendicidade; | câmaras municipais; |
| Instrução primária | N.º 4: Sobre a arborização das serras |

Fonte: elaboração própria a partir de «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 1-42.

^{62 «}Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 1.

^{63 «}Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 1.

A primeira parte, com o total de 31 páginas, é dedicada a todos os concelhos existentes à data, focalizando o relato nas condições económicas e no estado da administração municipal, e fornecendo abundante informação de cariz descritivo e estatístico. Os itens assinalados no quadro acima surgem tratados concelho a concelho, assim como a informação de natureza estatística, detalhada para cada universo municipal. A ordem seguida foi: Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico, Ponta do Sol, Calheta, Santa Ana, São Vicente, Porto do Moniz, Porto Santo e Funchal – e que será mantida nos quadros analíticos elaborados no âmbito deste ensaio.

Na segunda parte, apenas com 10 páginas, revela-se uma visão pessoal do governador acerca das condições gerais do distrito, dando ênfase àquelas que seriam as principais necessidades para provimento com vista a melhorar a difícil situação sentida na «ordem moral» e na «ordem material». Finalmente, existe um conjunto de quatro documentos em anexo sobre as temáticas que constam no quadro III.

Para a análise interpretativa do conteúdo da primeira parte do relatório de Jacinto António Perdigão, dedicada às «condições económicas dos concelhos» e às «condições da administração local», foi seguida uma metodologia assente nos seguintes procedimentos:

- Elaboração de quadros temáticos, um para cada tema tratado na fonte, integrando, sucinta e inteligivelmente, os dados sintetizados a partir da totalidade dos elementos informativos relativos aos concelhos do distrito administrativo;
- Análise comparativa, entre todos os concelhos, procurando aferir, numa perspetiva crítica, a origem da informação usada e a sua plausibilidade. Esta análise é feita em dois pontos: o primeiro focando as «condições económicas dos concelhos»; e o segundo focando as «condições da administração local», respeitando a sequência temática do relator.

Em relação à análise interpretativa do conteúdo na segunda parte do relatório, procurar-se-á percecionar qual foi a visão do governador acerca deste espaço insular, e, por último, tentar vislumbrar a linha de pensamento político de Jacinto António Perdigão através da forma como pretendia resolver os problemas detetados.

2.1. Primeira Parte do Relatório: «as condições económicas dos concelhos»

Para comentarmos as «condições económicas dos concelhos», descritas pelo relator, apresentamos a informação coligida e sintetizada em três quadros temáticos relativos a todos os concelhos: sobre a população; sobre a situação agrícola; e sobre a situação económica.

O quadro IV mostra os dados totais da população do distrito administrativo em 1866.

Quadro IV – A População do Distrito Administrativo do Funchal em 1866

| Concelho | N.º Total de Habitantes |
|-----------------|-------------------------|
| Câmara de Lobos | 12 755 |
| Santa Cruz | 8939 |
| Machico | 8640 |
| Ponta do Sol | 14 507 |
| Calheta | 12 285 |
| Santa Ana | 8430 |
| São Vicente | 7537 |
| Porto do Moniz | 5729 |
| Porto Santo | 1567 |
| Funchal | 28 989 |
| Total distrital | 109 378 |

Fonte: elaboração própria a partir de «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2, 9, 12-13, 15, 17, 20, 22, 24, 26, 27.

Enquanto o relatório-fonte fornece a informação, à escala da freguesia, com a distinção entre o número de fogos e o número de almas, optámos por fazer a soma dos habitantes de todas as freguesias que integram os concelhos. Apresenta-se, por conseguinte, o total populacional de cada concelho e o total distrital, cujos números estão no quadro acima.

Não terá sido difícil, para Jacinto António Perdigão, coligir a informação demográfica do distrito, uma vez que a existência do recenseamento geral da população, com o último reportando-se ao ano de 1864, fornecia os dados indispensáveis à escala da freguesia e do concelho: o número de fogos e o total de habitantes⁶⁴. Face ao censo de 1864, cujo total da população perfazia 110 761 habitantes⁶⁵, os números do relatório de Jacinto António Perdigão dão, para o ano de 1866, um total de 110 578 habitantes. Contudo, as somas aqui efetuadas, a partir dos dados das freguesias apresentados no relatório, perfazem um total de 109 378 habitantes, conforme consta do quadro acima – portanto, com uma ligeira diferença em relação aos quantitativos de Jacinto António Perdigão. Mas os números do quadro IV também diferem do relatório-fonte em três situações: Câmara de Lobos, em que o documento refere 12 855 habitantes; Ponta do

⁶⁴ PINTO, RODRIGUES, 1990, «A Madeira na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», pp. 328-330.

⁶⁵ SOUSA, 2009, «A elite municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: identificação e perfil sócio-económico (1834-1878)», p. 525: quadro n.º 1.

Sol, onde consta 15 507, e Porto do Moniz, que apresenta 5829. Em suma, o governador apresentou 1200 habitantes a mais. Em princípio, os administradores de concelho deveriam ter enviado os mapas do movimento populacional anual, pois era sua obrigação, e nesses mapas estaria a informação atualizada⁶⁶. Teria, porventura, havido alguma falha de comunicação entre aquelas entidades? Não nos é possível dar uma reposta. A ligeira diminuição da população, face ao censo de 1864, explicar-se-ia pelas variáveis demográficas: mortalidade, natalidade (em ligação com a nupcialidade), podendo, ainda, acrescentar-se os movimentos migratórios⁶⁷.

A par da demografia do distrito funchalense, o governador Jacinto António Perdigão fornece outros aspetos, dignos de nota, sobre uma população que, com exceção da cidade, encontrava-se sobretudo empregue na agricultura e vivendo disseminada pelos campos. As suas habitações, modestíssimas, eram descritas como «choças cobertas de palha»⁶⁸. Para Santa Ana, encontra-se uma descrição um pouco mais pormenorizada: «cada família vive numa choça de madeira coberta de colmo, ou numa choça toda de colmo sobre o bocado de terra que trabalha⁶⁹. Os concelhos de Câmara de Lobos e de Machico demonstravam alguma atividade piscatória, sobretudo entre os habitantes que viviam no centro das vilas, junto ao mar, que possibilitava uma vivência dependente, em exclusivo, da pesca⁷⁰. Os centros das vilas seriam muito modestos: em Santa Cruz, só cerca de 300 a 400 pessoas habitavam dentro do perímetro urbano, sendo o mesmo verificado na Ponta do Sol, em que havia uma pequena concentração de pessoas na vila e nas freguesias da Ribeira Brava e da Tabua; na Calheta, pouco menos de meia centena de pessoas residia numa vila cujo centro contava, somente, com os edifícios da câmara municipal e da administração de concelho, da misericórdia e umas poucas casas⁷¹. Na costa norte, os núcleos populacionais eram de muito reduzidas dimensões: por exemplo, Santa Ana, apesar de ser a cabeça de concelho, tinha a mesma aparência de ruralidade que as suas freguesias mais distantes, pois o seu núcleo

⁶⁶ Referimos, a título de exemplo, ABM, Governo Civil, Correspondência com os Administradores de Concelho 1.ª Repartição 1862-1872, Livro 10, fls. 5-5v.º: Circular do governo civil, de 31 de janeiro de 1862, pedindo que todos os administradores de concelho enviassem o mapa da população existente em 31 de dezembro.

⁶⁷ PINTO, RODRIGUES, 1990 «A Madeira na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», p. 328.

⁶⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 2.

⁶⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 20.

⁷⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 2 e p. 13.

⁷¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 9, p. 15, p. 17.

populacional estava reduzido a «duas habitações, uma ao lado da outra»; no caso de São Vicente, cuja vila integrava cerca de 40 residentes, o seu centro urbano compunha-se pela casa da câmara, pela da administração do concelho, pela igreja e residência paroquial e por umas poucas habitações⁷². Para a Ilha e município do Porto Santo, destaca-se a ausência de qualquer descrição sobre a sua vila – o que, aliado à escassez informativa sobre esta Ilha, nos leva a questionar se Jacinto António Perdigão teria, efetivamente, se deslocado até ali. Curiosamente, o mesmo se constata no Funchal, uma vez que não nos é dada qualquer descrição da urbe e as suas condições habitacionais⁷³. Uma possível explicação, no caso específico da capital do distrito, prende-se com a natureza do próprio relatório. Com efeito, o seu âmbito demonstrou uma incidência na descrição das «condições económicas dos concelhos», no sentido de ser aferida e relatada a realidade dos recursos materiais necessários à vivência das pessoas, numa perspetiva focada nas questões agrícolas e nas económicas, e não revelando qualquer atenção por outros fenómenos.

Com base nas informações de Jacinto António Perdigão, elaborou-se o quadro seguinte com uma divisão em três itens: a situação agrícola alicerçada no contrato de colonia; os principais produtos cultivados; e, por fim, as condições de irrigação dessas culturas.

Quadro V – A Situação Agrícola do Distrito Administrativo do Funchal em 1866

| Concelho | Situação agrícola | Principais culturas | Irrigação |
|-----------------|---------------------|--|-----------------|
| Câmara de Lobos | Contrato de colonia | Vinha, cana-de-açúcar, hortícolas, gado | Insuficiente |
| Santa Cruz | Contrato de colonia | Trigo, cana-de-açúcar, gado, hortícolas, pinheirais | Pouco abundante |
| Machico | Contrato de colonia | Cana-de-açúcar, hortícolas, pinheirais, gado | Suficiente |
| Ponta do Sol | Contrato de colonia | Cana-de-açúcar, vinha, trigo, hortícolas, gado | Suficiente |
| Calheta | Contrato de colonia | Cana-de-açúcar, cereais, hortícolas, gado | Eficiente |
| Santa Ana | Arrendamento | Cereais, cana-de-açúcar, vinha, hortícolas, gado | Suficiente |
| São Vicente | Contrato de colonia | Cereais, hortícolas, cana-de- açúcar, vinha, gado | Suficiente |

⁷² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 20, p. 22.

⁷³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 26-27.

| Porto do Moniz | Exploração direta | Cereais, hortícolas, vinha, gado | Suficiente |
|----------------|-------------------|-------------------------------------|----------------------|
| Porto Santo | Não consta | Cereais, vinha, gado | Grande falta de água |
| Funchal | Evoloração direta | Cana-de-açúcar, cereais, | Suficiente |
| Functial | Exploração direta | hortícolas, gado | Sunciente |

Fonte: elaboração própria a partir de «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2-3, 9, 12-13, 15, 17, 20, 22, 24, 26, 27.

O contrato de colonia, regulador da relação entre o proprietário e o camponês, era, segundo Jacinto António Perdigão, «uma verdadeira especialidade peculiar da Madeira»⁷⁴, e descrevia a forma predominante de exploração agrícola em quase toda a Ilha. Alicerçado no direito consuetudinário, dada a ausência de qualquer legislação escrita, o contrato de colonia consistia no compromisso do camponês em entregar ao seu senhorio, e proprietário do terreno agricultado, metade da colheita. O camponês, para além de habitar essa terra, possuía a faculdade de realizar as benfeitorias que entendesse por necessárias e que assim ficavam a pertencer-lhe. Se o senhorio quisesse mandá-lo embora, ficava obrigado a pagar o valor dessas benfeitorias⁷⁵. Os aforamentos, ou arrendamentos, decorreriam segundo contrato estabelecido entre partes; era uma modalidade, apontada pelo relator, como predominante no concelho de Santa Ana, mas que não se aplicava às culturas da cana-de-açúcar e da vinha, onde continuava a vigorar o contrato de colonia⁷⁶. Nos concelhos do Funchal e do Porto do Moniz, estaria em vigor uma «exploração direta» da terra por parte dos seus proprietários⁷⁷. Surpreende a falta de informação sobre o Porto Santo porque havia, em sede de governo civil, informação sobre a situação agrícola daquela Ilha, datada de 1850, que referia o contrato de colonia como a forma de relação existente entre os donos das terras e aqueles que as lavravam⁷⁸.

A terra madeirense era extremamente difícil de lavrar, devido à orografia que praticamente impossibilitava o recurso ao gado como força motriz. As principais

⁷⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2-3.

⁷⁵ SOUSA, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma Análise da Instituição Vincular na sua Fase Derradeira», pp. 160-161.

Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 20. O governador Jacinto António Perdigão refere que o contrato de colonia fora preponderante em Santa Ana até à crise vinícola de 1852. Posteriormente, passou a vigorar uma nova forma de explorar a terra, com exceção da vinha e cana-de-acúcar.

⁷⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 24, p. 27.

⁷⁸ SOUSA, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma Análise da Instituição Vincular na sua Fase Derradeira», p. 158: quadro n.º 1.

culturas do arquipélago podiam dividir-se em dois grupos distintos: o primeiro, de cariz intensivo e extensivo, era destinado à exportação; o segundo, mais circunscrito, era destinado ao consumo local, no meio rural e na cidade do Funchal. No primeiro grupo, encontravam-se as culturas da vinha e da cana-de-açúcar, presentes em quase todos os concelhos. Localiza-se em Câmara de Lobos a vinha que produzia os «vinhos mais preciosos da Ilha»⁷⁹. A crise vitivinícola das décadas de 40-50 estaria a ser ultrapassada um pouco por toda a Ilha: no Porto do Moniz assistia-se a um «notável» desenvolvimento da vinha; nos concelhos do Funchal e da Calheta, a vinha voltava a crescer de forma muito expressiva⁸⁰. Em contrapartida, na costa leste, em Machico e em Santa Cruz, não havia registo desta produção⁸¹. Relativamente à cultura da cana sacarina, os dados recolhidos apontavam uma presença em quase todos os concelhos, com exceção do Porto do Moniz e do Porto Santo⁸². Era uma cultura em ascensão e propiciadora de uma produção constante de aguardente para consumo local, à data deste relatório⁸³.

O segundo grupo de culturas agrícolas reportava-se à produção de cereais (trigo e milho), tubérculos e leguminosas (batata, batata doce, inhame, feijão) e, por fim, produtos hortícolas variados. Era uma lavoura destinada ao consumo da população local. Relativamente ao gado, a sua produção, destinada ao açougue e à obtenção de adubo, desempenhava um papel relevante em todos os concelhos. Destacava-se a produção de manteiga e leite em Santa Ana que, a par da criação de aves domésticas, tinha como destino o abastecimento do Funchal⁸⁴.

A irrigação era condição imprescindível para a regularidade da produção agrícola deste distrito. De acordo com Jacinto António Perdigão, o concelho de Machico era, na zona leste da Madeira, o único que possuía, com suficiência, água para irrigação; na zona oeste, a Ponta do Sol e a Calheta estavam regulamente abastecidas, sobretudo este último concelho devido ao aproveitamento das águas

⁷⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

⁸⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 17, p. 24, p. 27.

⁸¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 9, p. 13.

^{82 «}Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 24, p. 26.

PACHECO, 2007, Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930), pp. 35 e seguintes. Refere o autor que a cana sacarina foi crescendo, ao longo da segunda metade do século XIX, como forma de compensação face à crise do sector vitivinícola na década de 40-50. Esse incremento revelar-se-ia uma peça fundamental para a produção agroindustrial de açúcar, álcool e aguardente destinados à exportação.

⁸⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 20.

da Levada do Rabaçal⁸⁵. O problema observado em Câmara de Lobos era a perda de águas devido à ausência de trabalhos de canalização⁸⁶. Na costa norte da Madeira, apesar da natural abundância de água, a falta da sua canalização impedia um uso mais proveitoso; quanto ao Porto Santo, a realidade era de absoluta escassez devido às condições do seu meio físico⁸⁷.

Interessa referir alguns apontamentos dados por Jacinto António Perdigão sobre o estado dos recursos florestais. A exploração do manto arborizado das serras dos concelhos de Santa Cruz e de Machico representava uma receita significativa. As lenhas recolhidas tinham como destino a cidade do Funchal, único local da Ilha onde as madeiras tinham valor comercial devido ao interesse pelo seu consumo⁸⁸. O difícil acesso às serras da costa norte impedia o seu depauperamento florestal; no entanto, o concelho de Santa Ana revelou-se uma exceção pois, na altura, tinha a sua serra muito destruída, por falta de eficiente fiscalização, e «à mercê do gado, do machado e do fogo»⁸⁹. No Porto Santo, a arborização era «inteiramente nula»⁹⁰.

Finalmente, é importante mencionar que o governador apresentou somente a estatística das produções agrícolas, do ano de 1866, relativa ao concelho de Câmara de Lobos. Como justificação, invocou uma falta de confiança nos dados estatísticos da produção agrícola que estariam a ser organizados, anualmente, em todos os concelhos⁹¹. A estatística agrícola de Câmara de Lobos, portanto a única integrante deste relatório, continha os valores de produção de vinho, garapa, trigo, batata (a batata doce) e inhame⁹².

O conhecimento da "situação económica" do distrito administrativo do Funchal reportava-se ao informe sobre: o estado da rede viária; a «riqueza predial»; a atividade comercial e industrial; e, por último, incluímos os dados sobre as condições de alimentação da população. Para uma melhor compreensão, sintetizamos esses elementos no quadro VI.

⁸⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 13, p. 15, p. 17.

⁸⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 3 e seguintes.

⁸⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 20, p. 22, p. 24, p. 26.

 [«]Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 9 e seguintes, p. 13, p. 23.

⁸⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 20, p. 22, p. 24.

⁹⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 26.

⁹¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

[«]Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes. Os valores da produção agrícola do concelho de Câmara de Lobos tinham sido, em 1866, os seguintes: 648 pipas de vinho com um preço médio de 100\$000 réis; 33 000 almudes de garapa a 400 réis o almude; 16 000 almudes de trigo a 700 réis o almude; 1 200 000 quilos de batata doce a 20 réis o almude; 372 180 quilos de inhame a 20 réis o almude.

Quadro VI – A Situação Económica do Distrito Administrativo do Funchal em 1866

| | Quadro VI - 7. Situação E | | Administrativo do Funcha | T |
|--------------------|--|---|---|---|
| Concelho | Rede Viária | «Riqueza predial»: n.º de prédios e rendimento coletável | Indústria e Comércio | Alimentação da População |
| Câmara de Lobos | Geral: segura; Vicinal: inexistente | 4701 prédios Urbanos: 3174\$000; Rústicos: 24 546\$353 | Indústria artesanal; Comércio de exportação para o Funchal de vinho e cana-de-açúcar e importação de artigos para venda local | Cereais, hortícolas, algum peixe fresco ou salgado; Consumo de aguardente |
| Santa Cruz | Geral: segura; Vicinal: inexistente | 5319 prédios 33 515\$280 | Indústria artesanal; Comércio de exportação de hortícolas para o Funchal | 1 |
| Machico | Geral: inexistente; Vicinal: um pouco melhor que no resto da Ilha | 4316 prédios 32 713\$407 | Indústria artesanal; Comércio de exportação de hortícolas para o Funchal | |
| Ponta do Sol | Em muito más condições | 12 182 prédios 39 690\$758 | Comércio de exportação de hortícolas para o Funchal e importação de produtos para venda local | Cereais, hortícolas, algum peixe fresco ou salgado, alguma carne; Consumo de aguardente |
| Calheta | Em muito más condições | 65 714 prédios 38 477\$508 | Indústria artesanal; Comércio de exportação de hortícolas para o Funchal e importação de produtos para venda local | ou salgado, alguma carne; Consumo de aguardente |
| Santa Ana | Em muito más condições | 15 455 prédios 33 528\$647 | Comércio de exportação de hortícolas para o Funchal e importação de produtos para venda local | Cereais, hortícolas, algum peixe fresco ou salgado, alguma carne; Consumo de aguardente |

| | | | Indústria artesanal; | Cereais, hortícolas, |
|--------------|-----------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|
| | | | Comércio de exportação | algum peixe fresco |
| São Vicente | Em muito más | 20 988 prédios | de hortícolas para o | ou salgado, alguma |
| 3a0 vicerite | condições | 30 309\$192 | Funchal e importação | carne; |
| | | | de produtos para venda | Consumo de |
| | | | local | aguardente |
| | | | Indústria artesanal; | Cereais, hortícolas, |
| | Geral: segura só para | | Comércio de exportação | - · |
| Porto do | sul; | 38 235 prédios | de hortícolas para o | ou salgado, alguma |
| Moniz | Vicinal: inexistente | 25 829\$235 | Funchal e importação | |
| | Vicinal. Inexistence | | de produtos para venda | Consumo de |
| | | | local | aguardente |
| | | 3645 prédios | Extração de pedra | |
| Porto Santo | Inexistente | 16 511\$214 | calcária e sua exportação | Pobre |
| | | | para a Madeira | |
| | | 9514 prédios | Indústria representa um | Cereais, hortícolas, |
| | | Urbanos: | importante papel assim | algum peixe fresco |
| Funchal | Boa e segura | 144 251\$600; | como a exportação de | ou salgado, alguma |
| | | Rústicos: | vinhos e bordados para | carne; |
| | | 60 476\$488 | Inglaterra | Consumo de |
| | | 100.000(1 | | aguardente |
| | | 180 069 prédios | | |
| Soma | | Rendimento | | |
| | | coletável: | | |
| | | 483 023\$682 | | |

Fonte: elaboração própria a partir de «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 3-4, 9, 13, 15, 17-18, 20, 22-23, 24, 26, 27-28.

Globalmente, a rede viária era, em 1866, muito deficitária em todo o distrito administrativo, sendo poucas as exceções que Jacinto António Perdigão teria encontrado. Havia dois tipos de vias de circulação: por um lado, a «viação geral», ou seja, aquela que garantiria a comunicação entre os principais centros populacionais da Ilha; por outro, a «rede vicinal», ou aquela que, percorrendo o meio rural, proporcionaria o giro de pessoas e bens pelas freguesias e lugares mais remotos. As constatações expostas pelo relator permitem perceber que existiam importantes diferenças, em termos de existência e estado de conservação, entre a viação geral e a vicinal, de igual modo entre a costa sul e a costa norte e, ainda, no que concerne à Ilha do Porto Santo. Ora, era precisamente nesta Ilha que as condições eram mais precárias, não hesitando o governador em afirmar que a rede viária estaria «toda por

fazer»⁹³. Na Ilha da Madeira, o panorama afigura-se distinto. Efetivamente, a viação geral na costa sul, entre Câmara de Lobos e Santa Cruz, estava em razoável estado. Do Funchal, única cidade e centro dinamizador da economia insular, partia uma boa estrada para Câmara de Lobos⁹⁴. Referia-se, com certeza, à Estrada Monumental, situada a oeste do Funchal e cujo trajeto ia até ao concelho de Câmara de Lobos. Tendo a sua construção tido início na década de 40, ao tempo do governador José Silvestre Ribeiro, permaneceu a única via em boas condições devido a várias obras de reparação e manutenção⁹⁵. Ainda na costa sul, mas em direção a leste, o estado da viação geral era razoável até ao concelho de Santa Cruz⁹⁶. Quanto à cidade do Funchal, encontrava-se dotada de «boa e segura» viação geral e vicinal, contudo, os declives e a estreiteza dos caminhos dos arrabaldes não permitiam o uso de carros de rodas⁹⁷. Nos restantes concelhos, com exceção do Porto do Moniz, o estado e as condições da rede viária eram extremamente precários. No concelho de Machico, o mau estado dos caminhos fazia com que a circulação levasse horas98. Em direção a oeste, pelos arrabaldes da vila de Câmara de Lobos, os caminhos rurais eram constituídos por «estreitas e tortuosas veredas ou carreiras de trânsito difícil e perigoso» para pessoas e bens⁹⁹. Quanto aos concelhos da Ponta do Sol e da Calheta, a sua rede viária era descrita como estando em «péssimas condições»¹⁰⁰. Na costa norte, o mau estado da rede viária era constante e as montanhas, no interior, e as altas escarpas, junto à costa, tornavam as comunicações sobremaneira difíceis e perigosas. Mas havia uma exceção, já referida: o Porto do Moniz tinha, segundo o comentário do relator, uma viação, para sul, que seria «uma das melhores do distrito»¹⁰¹.

A introdução do sistema de contribuições diretas, no início da década de 60, e no âmbito da reforma fiscal do Liberalismo¹⁰², exigiu uma recolha e fixação de informação de âmbito predial. Segundo os dados que foram trabalhados no quadro

^{93 «}Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 26.

⁹⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

⁹⁵ MARTINS, 2015, «A Estrada Monumental no panorama funchalense dos séculos XIX e XX», pp. 67-92.

⁹⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 9.

⁹⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 27.

⁹⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 13.

⁹⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

¹⁰⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 15, p. 18.

¹⁰¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 20, p. 22, p. 24.

Veja-se Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1861, 1862, pp. 335-336: Lei, de 11 de Setembro de 1861, extinguindo os dízimos e outros tributos, nas Ilhas Adjacentes, substituindo-as pelas contribuições recentemente criadas no reino determinando que, de 1 de janeiro de 1863 em diante, ficam extintos os dízimos, a décima predial, o quinto, o subsídio literário, o finto e os quartos de maquias da Ilha de São Miguel, passando a ser aplicável a legislação que rege as contribuições predial, industrial e pessoal no continente do reino.

acima, existiam, em 1866, 180 069 prédios registados nas matrizes. O seu rendimento totalizava a quantia de 483 023\$682 réis. Contudo, só nos casos dos concelhos de Câmara de Lobos e do Funchal é que o governador apresentou a distinção, numérica e de rendimento coletável, entre prédios rústicos e urbanos. Logo, coloca-se a questão: porque é que nos outros concelhos não foi feita esta distinção? O que teria falhado na recolha de informação junto dos administradores de concelho? Recuando ao relatório apresentado à Junta Geral de Distrito, em 1864, vemos que Jacinto António Perdigão afirmava que a «formação das matrizes» não estava, ainda, completada¹⁰³. Teria sido possível a elaboração de um trabalho, de índole complexa e meticulosa, em apenas dois anos?¹⁰⁴ Será preciso, certamente, alguma cautela na leitura destes números, pois colocamos a hipótese de terem sido construídos de forma algo rápida e, meramente, com o intuito de satisfazer a necessidade de conhecimento fiscal, por parte do Estado, para proceder ao lançamento das contribuições diretas.

Sobre a realidade comercial e industrial do distrito, Jacinto António Perdigão registou indicadores de grande interesse. Com uma atividade industrial em desenvolvimento, a cidade do Funchal destacava-se mostrando um dinamismo único neste espaço insular. Segundo relatado, a «indústria» fabril e artesanal desempenhava um «papel importantíssimo [...] pelo número de braços empregues»¹⁰⁵. De facto, existiam três fábricas de açúcar, a saber: a Ferraz & Irmão; a Hinton & Companhia; e, por último, a Vitorino Ferreira Nogueira¹⁰⁶. Quanto à produção de cariz artesanal, estava direcionada, sobretudo, para a manufatura de artigos de elevado valor, designadamente, os bordados, os tecidos de palha, a marchetaria e a obra de vime. Tinha por finalidade o mercado de exportação, especialmente o bordado cuja comercialização com a Inglaterra atingia valores consideráveis. Contudo, houve falta de rigor no apuramento e apresentação dos dados, por parte do autor, que se limitava a relatar, sem qualquer delonga, que «houve um ano em que a quantidade de bordado foi tal que o seu valor se

¹⁰³ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 3.

¹⁰⁴ Veja-se ABM, Governo Civil, Registo de Correspondência com as Administrações de Concelho 1862-1872, Livro 10, fl. 86. Por esta circular do governador civil João Frederico da Câmara Leme, de 5 de março de 1868, ficamos cientes dos itens necessários para o levantamento predial: os nomes e situações dos prédios; a identificação dos proprietários; o seu valor e rendimento anual, ambos fixados por avaliadores louvados.

¹⁰⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 28.

[«]Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 28. Veja-se PACHECO, 2007, Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930), pp. 38-39. Estas fábricas foram pioneiras no fabrico de açúcar e, por volta de 1860, estavam a produzir, no seu todo, cerca de 300 toneladas por ano.

elevou a mais de 200 000\$000 réis»¹⁰⁷. A par dos bordados, o vinho era o outro produto destinado ao mercado inglês. Apesar da crise do setor vitivinícola, uns anos antes, a produção e a exportação de vinho eram apontadas como estando numa «verdadeira e progressiva prosperidade»; todavia, não foram referidos quais os valores de exportação do vinho, isto é, o número de pipas e os montantes em direitos de exportação 108. No plano das importações, verificadas na alfândega do Funchal, foram fornecidos alguns valores relativos ao ano de 1864, em concreto, a cifra de 94 725\$420 réis, o que representava um acréscimo face ao verificado em anos anteriores, marcados pela crise vitivinícola: ao longo da década de 1852 a 1861, o rendimento alfandegário, no âmbito dos direitos de importação, ficara-se pela quantia de 78 593\$801 réis. Tratava-se de uma evolução que demonstrava o Funchal como uma cidade onde o consumo aumentara «prodigiosamente» 109. Todavia, para o governador Jacinto António Perdigão, tal era uma manifesta contradição, face às dificuldades que a maioria da população continuava a sofrer: «como é que em face das leis económicas se pode admitir aumento progressivo do consumo a par de aumento progressivo na decadência e miséria pública?»¹¹⁰ Para a restante Ilha, a realidade vivida era completamente distinta. A produção industrial era toda de cariz meramente artesanal e estava limitada: à manufatura de bordados, artefactos de palha e vime; ao fabrico rudimentar de aguardente de cana, em pequenas unidades familiares; e, nos concelhos com atividade piscatória, acrescentava-se a salga de peixe¹¹¹. Para além das idênticas tipologias, encontradas nos concelhos de Santa Cruz e da Calheta, acrescia-se uma produção artesanal de manteiga, e, no caso de São Vicente, uma pequena manufatura de panos de linho e de tecidos de lã¹¹². A extração de pedra calcária, na Ilha do Porto Santo, tinha um papel importante para o desenvolvimento urbano da cidade do Funchal pois consumia este material nas suas obras de construção¹¹³. Em todos os concelhos rurais, a sua atividade comercial estava limitada à exportação, para o Funchal, dos bens produzidos localmente (cana-de acúcar, vinho, gado, produtos hortícolas, pedra calcária do Porto Santo), e à importação, igualmente do Funchal, dos poucos

¹⁰⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 28.

¹⁰⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 28.

¹⁰⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 28.

¹¹⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 28.

¹¹¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 13, p. 15, p. 20, p. 24.

¹¹² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 9, p. 18, p. 23.

¹¹³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 26.

artigos necessários ao «modestíssimo viver» das populações» que ficavam disponíveis em pequenas vendas que abasteciam as vilas e as freguesias mais remotas¹¹⁴.

Finalmente, temos interessantes informações sobre a alimentação da população madeirense e porto-santense. Na perspetiva do governador, esta era «pobre na qualidade», mas «abundante na quantidade»¹¹⁵. O que era, nessa época, entendido por "pobre"? Era precisamente uma alimentação com um abundante consumo de cereais, leguminosas, tubérculos (batata, batata doce, inhame), hortaliças e fruta, e algum peixe, fresco ou salgado. Em contrapartida, estava praticamente ausente o consumo de carne e de vinho, reservado às classes mais abastadas. O panorama alimentar era idêntico em toda a Ilha da Madeira. No Porto Santo, a alimentação era menos variada e em muito menor quantidade. Se o vinho não era acessível à população que vivia do trabalho braçal, o mesmo não acontecia com a aguardente de cana que, produzida um pouco por toda a Ilha da Madeira, estava ao alcance de quem a apreciasse. Aliás, este consumo de aquardente de cana ou de «poncha» descrita como uma «beberagem constituída por aquardente de cana misturada com água, açúcar e limão», e com especial incidência no concelho de Câmara de Lobos - era visto com preocupação por parte de Jacinto António Perdigão, que afirmava que o seu «uso frequente não poderá ser muito proveitoso à saúde» 116. A população do distrito era vista com apreço: gente «sadia», «robusta» e «vigorosa» e capaz de «suportar sem fadiga os rudes trabalhos»¹¹⁷. A par de um «amor ao trabalho», a população rural era detentora de «hábitos de ordem e economia» que, na perspetiva do relator, eram uma característica inata da classe rural portuguesa, mas que, na Madeira, era particularmente visível¹¹⁸.

2.2. Primeira Parte do Relatório: «as condições da administração local»

As «condições da administração local» representavam a recolha, feita pelo governador Jacinto António Perdigão, de um conjunto informativo, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre os recursos e estado de cada administração

^{*}Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 9, p. 13, p. 15, p. 18, p. 20, p. 23, p. 24, p. 26.

[«]Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

¹¹⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 9, p. 13, p. 15, pp. 17-18, p. 20, p. 22, p. 24, p. 26, p. 28.

¹¹⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 9, p. 15.

¹¹⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 18.

municipal, o recrutamento militar, a existência de institutos de caridade, o número de crianças abandonadas e subsidiadas bem como o seu estado de saúde, a mendicidade e, por último, a instrução primária pública, quer fosse financiada pelo Estado quer pelos municípios.

Com exceção da informação relativa ao recrutamento militar, quase nula, os restantes itens foram, por nós, trabalhados em quadros, abrangendo todos os municípios, permitindo uma visão geral e, ao mesmo tempo, aferir as diferenças existentes.

O recrutamento militar só surge mencionado, e de forma lacónica, para os municípios de Câmara de Lobos, de Santa Cruz e da Ponta do Sol, não havendo quaisquer referências ao que se passaria nos restantes concelhos. Se em Santa Cruz e na Ponta do Sol o recrutamento militar decorreria com regularidade, sendo «bem compreendido e desempenhado», segundo as palavras usadas pelo relator, em Câmara de Lobos ocorria o inverso: encontrava-se mal-executado «por falta de cumprimento das disposições relativas à forma de inscrição dos mancebos sujeitos ao serviço militar»¹¹⁹. Não conseguimos encontrar uma explicação para esta ausência de dados no presente documento, exceto a já apontada no Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], de 1864, que se prendia com a incapacidade de completar os contingentes atribuídos à Madeira, desde a publicação da lei de 27 de Julho de 1855, e o repúdio que as populações sentiam pela integração dos seus jovens na vida militar.

Os «recursos e estado da administração municipal» em 1866 estão patentes no quadro VII.

| | Quadro VII – Recursos e Estado da Administração Municipal em 1866 | | | |
|---|---|-------------------------|---------------|--|
| Concelho | Receita Média | Proveniência da Receita | Estado da Esc | |
| Conceino Manisima Logia Proveniencia da Receita | | | | |

| Concelho | Receita Média Municipal (réis) | Proveniência da Receita | Estado da Escrituração da Contabilidade |
|--------------------|-----------------------------------|---|--|
| Câmara de Lobos | 2400\$000 | Impostos indiretos sobre o consumo; taxas de licenças; bens próprios; multas; aferições | Muito irregular |
| Santa Cruz | 2100\$000 | Impostos indiretos sobre o consumo; taxas de licenças; bens próprios; multas; aferições | Regular e em dia |
| Machico | 1900\$000 | Impostos indiretos sobre o consumo; taxas de licenças; bens próprios; multas; aferições | Regular e em dia |

¹¹⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 10, p. 16.

| Ponta do Sol | 3600\$000 | Impostos indiretos sobre o consumo; taxas de licenças; bens próprios; multas; aferições | Muito atrasada |
|--------------|-------------|---|-------------------------|
| | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | |
| Calbata | 22006000 | ' | Domilar |
| Calheta | 2200\$000 | consumo; taxas de licenças; bens | Regular |
| | | próprios; multas; aferições | |
| | | Impostos indiretos sobre o | |
| Santa Ana | 1500\$000 | consumo; taxas de licenças; bens | Regular |
| | | próprios; multas; aferições | |
| | | Impostos indiretos sobre o | |
| São Vicente | 1400\$000 | consumo; taxas de licenças; bens | Regular |
| | | próprios; multas; aferições | |
| Doute de | | Impostos indiretos sobre o | |
| Porto do | 1300\$000 | consumo; taxas de licenças; bens | Regular |
| Moniz | | próprios; multas; aferições | |
| | | Impostos indiretos sobre o | |
| Porto Santo | 1000\$000 | consumo; taxas de licenças; bens | Regular |
| | | próprios; multas; aferições | |
| | | Impostos indiretos sobre o | |
| Funchal | 42 000\$000 | consumo; taxas de licenças; bens | Otimamente desempenhada |
| | | próprios; multas; aferições | |

Fonte: elaboração própria a partir de «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2-9, p. 10, p. 13, p. 16, p. 18, p. 21, p. 23, pp. 24-25, p. 26, p. 28.

A apreciação sobre os recursos e estado das dez administrações municipais abrangeu um informe sobre o valor da receita média anual, o respetivo quadro tributário e, por último, uma avaliação da qualidade da escrituração e contabilidade municipais.

Os valores da receita anual, aqui apresentados para o ano de 1866, representam uma média, conforme consta da fonte. A municipalidade com um maior volume de receita era o Funchal que, neste ano, alcançou um rendimento de 42 000\$000 réis. É nossa convicção que o relator teria recolhido estes valores da conta de gerência municipal, porque, e no caso do Funchal, o montante que consta do relatório corresponde exatamente àquele que consta na conta de gerência deste município, relativa ao ano de 1865-1866, feita em sede de vereação municipal no dia 7 de dezembro de 1866¹²⁰. No extremo oposto, encontrou-se a Ilha do Porto Santo com um valor de receita média anual de apenas 1000\$000. Os restantes

SOUSA, 2015, «As finanças do município do Funchal durante a vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», pp. 473-509: quadro n.º 2 – As contas de gerência do município do Funchal (1862-1878). O valor apurado, à data, foi de 42 319\$854. O governador optou por apresentar um arredondamento.

municípios revelaram, todos, valores inferiores a 4000\$000. Esta desigualdade revela a maior relevância demográfica e económica do Funchal. No meio rural, a menor densidade populacional e a incipiente atividade económica seriam o motivo para valores muito mais baixos. O caso específico do Porto Santo explicar-se-ia por ser um espaço que, não muitos anos antes, sofrera o flagelo da fome, com graves consequências para os seus habitantes e suas condições de vida¹²¹. No âmbito dos registos contabilísticos, novamente o destaque do Funchal cujo serviço da secretaria estaria «optimamente desempenhado». Quase todos os municípios teriam, segundo os parâmetros da época, uma escrituração contabilística regular e em dia. Só Câmara de Lobos e a Ponta do Sol revelaram maior dificuldade na interiorização dos preceitos contabilísticos, ditados pela lei administrativa. O primeiro, por apresentar os seus registos de forma totalmente irregular, fora alvo de advertência por parte do governador civil; na Ponta do Sol, o atraso verificado nos registos devia-se à «falta de atividade dos seus empregados»¹²².

O quadro tributário dos municípios merece a nossa atenção. Muito semelhante entre si, era composto, essencialmente, por impostos indiretos sobre o consumo de produtos alimentares e de bebidas alcoólicas, pela cobrança de taxas pelas licenças comerciais e aferição de pesos e medidas, pela receita das multas por transgressão das posturas municipais e, em último lugar, pelos proventos resultantes do aluguer de imóveis e terrenos da propriedade municipal. O relator teve o cuidado de esclarecer que, em 1866, não havia impostos municipais diretos, isto é, aqueles que fossem lançados sobre o rendimento dos munícipes, proveniente de propriedade, de indústria ou profissão¹²³. Porém, houve duas exceções que ficaram devidamente assinaladas: os municípios de São Vicente e do Porto Moniz tinham feito lançamentos de 5% e 7%, respetivamente, sobre as contribuições predial e industrial com a justificação de uma necessidade de aumentar as suas receitas. No entanto, até à conclusão deste relatório, não tinham sido derramadas nem cobradas em São Vicente, e, no caso do Porto do Moniz, o seu lançamento estaria programado para o ano de 1866-1867¹²⁴. As receitas municipais eram aplicadas no conjunto de encargos sob responsabilidade do município, designadamente: os gastos com o pessoal das

¹²¹ Veja-se *Anais do Município do Porto Santo*, 1989. Redigidos em 1862, estes anais referem que, recentemente, nos anos de 1847 e 1852, a Ilha sofrera a fome causada pela falta de mantimentos à venda. No início da década de 60, a produção agrícola estaria a melhorar, mas muito lentamente.

¹²² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 16.

¹²³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 10, p. 13, p. 16, p. 18, p. 21, p. 26, p. 28.

¹²⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 23, p. 24.

secretarias da câmara e da administração do concelho; com o serviço médico; com o sustento dos expostos; com a instrução primária (onde se incluíam os ordenados dos professores das escolas municipais, as gratificações dos professores das escolas régias e o pagamento das rendas das casas onde decorria o ensino); os alugueres de edifícios para instalação de repartições públicas; o expediente e outras despesas miúdas; as obras públicas municipais; as despesas judiciais e amortização de dívidas. Para o Porto do Moniz, surge a referência do pagamento a um guarda florestal. O Funchal, com um quadro de despesa em tudo idêntico, acrescentava os gastos com a sua biblioteca municipal; com a iluminação das ruas; com o hospital de São Lázaro; e com os cemitérios. Todos os municípios tinham o encargo de suportar a «reserva para a viação municipal», expressão que surge nesta fonte, e que era constituída pelas verbas destinadas às obras de viação municipal a realizar no concelho respetivo 125.

Os problemas de cariz social, verificados por Jacinto António Perdigão, tinham uma tripla componente: perceber e fiscalizar o estado em que se encontravam os institutos de caridade; quantificar o número de crianças expostas e subsidiadas e saber o seu estado de saúde; e, por último, indagar da existência de pessoas na mendicidade percebendo os motivos que as teriam levado àquela situação. O quadro VIII apresenta o panorama social nos dez concelhos do distrito.

Quadro VIII – A Situação Social em 1866

| | Institutos de Caridade e | | | | | |
|--------------|----------------------------|-----------------------------|---|--|--|--|
| Concelho | Confrarias | N.º de Crianças Expostas | Mendicidade | | | |
| Câmara de | Destaca-se a confraria de | F6 avpostos | Tem 10 a 12 indivíduos | | | |
| Lobos | «São Gonçalo Telmo» | 56 expostos | nesta condição | | | |
| | Tem uma misericórdia com | | A1 11 | | | |
| Santa Cruz | hospital anexo; | 16 expostos e 2 subsidiados | Alguns velhos e inválidos nesta condição | | | |
| | Tem 15 confrarias | | | | | |
| | Tem uma misericórdia com | | O número é muito limitado | | | |
| Machico | hospital anexo; | 18 expostos | | | | |
| | Tem 9 confrarias | | | | | |
| Ponta do Sol | Tem 18 confrarias | 227 expector o 1 cubridiado | Existe um pequeno | | | |
| Ponta do 301 | Terri 18 Commanas | 227 expostos e 1 subsidiado | número | | | |
| | Tem uma misericórdia com | | | | | |
| Calheta | um asilo para inválidos em | 10 0000 0000 | O número é muito limitado | | | |
| | anexo; | 18 expostos | | | | |
| | Tem 22 confrarias | | | | | |
| Santa Ana | Tem 8 confrarias | 4 expostos | O número é muito limitado | | | |

¹²⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 10, p. 13, p. 16, p. 18, p. 21, p. 23, p. 25, p. 26, p. 28.

| São Vicente | Tem 9 confrarias | 6 expostos | O número é muito limitado |
|-------------------|--|---------------------------------|--|
| Porto do Moniz | Tem 14 confrarias | 6 expostos | Não tem mendigos |
| Porto Santo | Tem uma misericórdia; Tem 1 confraria | 2 expostos | O número é muito limitado |
| Funchal | Tem uma misericórdia; Um asilo de mendicidade; O hospital de São Lázaro; O hospital de Santa Isabel; O «recolhimento dos órfãos»; Tem 37 confrarias | 5 expostos e 5 subsidiados | É proporcionalmente superior ao dos outros concelhos |
| Totais | Confrarias: 134 Misericórdias: 5 Hospitais: 4 Asilo de Mendicidade: 1 «Recolhimento de Órfãos»: 1 | Expostos: 358 Subsidiados: 8 | |

Fonte: elaboração própria a partir de «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2-9, pp. 10-11, p. 14, p. 16, pp. 18-19, p. 21, p. 23, p. 25, p. 27, pp. 29-31.

De acordo com o levantamento feito pelo governador Jacinto António Perdigão, havia, em todo o distrito, um total de 134 confrarias. Face ao verificado no Antigo Regime, cujo número ascendia a mais de duas centenas 126, estava-se perante uma notável redução, com certeza em resultado da aplicação do decreto de 21 de outubro de 1836, que colocava as confrarias sob tutela da autoridade administrativa distrital. As exigências prescritas nesta lei poderiam ter provocado a extinção de um considerável número de confrarias e irmandades 127. Há um outro elemento que nos desperta a atenção. O facto de, com uma única exceção, constar, somente, o número total dos institutos alvo de levantamento por parte do relator, sem qualquer referência ao nome e à devoção que as identificava. A exceção encontrada reporta-se ao concelho de Câmara de Lobos, em que surge o nome da confraria «de São Gonçalo Telmo», apontada como a mais importante naquela comunidade 128. Ora, o nome correto desta instituição seria «confraria do Corpo Santo São Frei Pedro Gonçalves Telmo», localizada na freguesia de Câmara de Lobos e com altar na capela

Veja-se JARDIM, 1999, «Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira – catálogo documental», pp. 11-183. Nas páginas 177-183 consta uma listagem de todas as confrarias e irmandades identificadas, com a sua designação, localização por freguesia e concelho. O número apresentado pelo autor é 234 confrarias e 4 irmandades.

¹²⁷ Veja-se MOTA, 2016, «Entre a ação e a representação: as consultas da Junta Geral à Coroa na antecâmara do processo autonómico (1839-1878)», pp. 33-48.

¹²⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

de Nossa Senhora da Conceição¹²⁹. Ainda neste concelho, verifica-se o único relato, feito com algum detalhe, de uma visita a uma confraria, a do Santíssimo Sacramento da freguesia de Câmara de Lobos. O arquivo dessa confraria estaria em mau estado de conservação e desarrumado, ou seja, sem qualquer ordem ou classificação, impossibilitando a realização de uma inspeção minimamente eficaz. Jacinto António Perdigão limitou-se a chamar a atenção do administrador do concelho no sentido de ser necessário impor alguma ordem na sua gestão, de forma a que se começassem a adotar boas práticas administrativas¹³⁰. Na visita a Santa Cruz, deixou explícito que esperava que a aplicação da lei de 22 de junho de 1866 inaugurasse uma «nova época» ao exigir uma organização dos inventários dos bens daqueles institutos, o que, a par de uma simplificação da prática administrativa, poderia prevenir a «total ruína» que ameaçava as confrarias¹³¹. Em relação aos restantes concelhos, a escassez informativa impera, tendo-se Perdigão limitado a registar o número de confrarias existentes e que a sua gestão aparentava ser regular. As misericórdias foram outras das instituições de caridade a ser visitadas pelo governador civil. Fora da cidade do Funchal, existiam misericórdias em Santa Cruz e Machico, ambas com o seu hospital anexo, na Calheta, com um pequeno asilo para inválidos, e no Porto Santo, esta sem qualquer outra valência associada. A escassez de recursos e a desorganização administrativa, vinda de anos antes, verificada em todas elas, não impedia que cumprissem, segundo o relator, as suas obrigações de auxílio dos mais pobres e da celebração dos atos de culto determinados nos seus compromissos¹³². Era na cidade do Funchal que se concentrava a caridade institucionalizada: tinha uma misericórdia, um asilo de mendicidade, um recolhimento de órfãos e dois hospitais. A misericórdia tinha instalados no seu edifício, e a seu cargo, o hospital de Santa Isabel (composto por 8 enfermarias com capacidade para albergar até 200 doentes), e o «recolhimento dos órfãos», este situado numa zona em piores condições de conservação e sem espaço suficiente para o acolhimento. A administração da misericórdia exigia, segundo este relatório, um maior equilíbrio entre a receita e a despesa, mas sem comprometer os cuidados prestados a quem deles necessitasse. O hospital de São Lázaro, financiado

¹²⁹ JARDIM, 1999, «Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira – catálogo documental», p. 47.

¹³⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

¹³¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 11.

¹³² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 10-11, p. 14, pp. 18-19, p. 26.

pelo município funchalense, acolhia, nesta altura, doentes que padecessem de elefantíase e prestava cuidados médicos a uma média de 15 doentes por dia¹³³. O asilo de mendicidade, cuja real designação era, desde o início da década, Asilo de Mendicidade e Órfãos¹³⁴, dava assistência a cerca de 100 pessoas por dia, algo perfeitamente possível atendendo a que o fundo que o sustentava ter aumentado o capital em inscrições da Junta do Crédito Público¹³⁵.

Os dados do quadro VIII relativos aos expostos contabilizam a existência de um total de 358 crianças enjeitadas, mais oito subsidiadas. Estas últimas permaneciam com as suas mães que, para as criarem, recebiam um subsídio do município da sua residência. O número de exposições, dado por Jacinto António Perdigão, merece alguma atenção. Segundo ele, o concelho da Ponta do Sol destacava-se com um elevado número de abandonos, em concreto, 227 crianças; por seu turno, Câmara de Lobos teria 56 ocorrências, sendo que os restantes municípios apresentavam valores inferiores a 20 exposições 136. O Funchal, o maior centro populacional, apresenta, neste ano, apenas cinco casos¹³⁷. Ora, este número exige alguma ponderação, atendendo a que, de acordo com os mapas estatísticos constantes do relatório apresentado à Junta Geral de Distrito, em 1864, o Funchal apresentava números substancialmente distintos: a 30 de junho do dito ano, 330 expostos; três meses mais tarde, 313¹³⁸. Seria possível ter ocorrido uma tão drástica redução somente em dois anos? Há um outro dado a acrescentar a este problema. De acordo com o Livro de Matrícula dos Expostos do Concelho do Funchal dos anos de 1863 a 1874, o número de criancas abandonadas na cidade e seu termo, em 1864, teria sido 57; em 1865, teria sido 55; e, no ano de 1866, o número cifrou-se em 44139. Por conseguinte, a existência de apenas

¹³³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 29-30.

¹³⁴ Veja-se GOMES, 2016, «A política assistencial da Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1892», pp. 173-214. O autor chama a atenção para o papel que os governadores civis José Silvestre Ribeiro e Jacinto António Perdigão tiveram na reforma da política assistencial do distrito. O Asilo de Mendicidade e Órfãos tivera a sua primeira lei orgânica em 24 de março de 1866, portanto, sob alçada de Jacinto António Perdigão.

¹³⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal»,1868, p. 30.

¹³⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 11, p. 14, p. 16, p. 19, p. 21, p. 23, p. 25, p. 27, p. 31.

¹³⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 31.

¹³⁸ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864: anexo n.º 2 – Mapa estatístico dos expostos do distrito do Funchal no ano económico decorrido desde 1 de julho de 1863 a 30 de junho de 1864; anexo n.º 3 – Mapa estatístico dos expostos do distrito do Funchal nos meses de julho, agosto e setembro do atual ano económico.

¹³⁹ Veja-se DINIS, 2001, *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1869). Um Estudo de História Social*, p. 66: quadro n.º 4 – Distribuição dos expostos por anos 1820-1869.

cinco expostos, em 1866 e em todo o concelho do Funchal, é algo guestionável. Sabemos que Jacinto António Perdigão foi o autor de uma reforma do serviço dos expostos, em 1864, que consistiu na criação de uma repartição, junto do governo civil, com a finalidade de se dedicar, exclusivamente, às questões dos expostos e dos estabelecimentos assistenciais¹⁴⁰. Os resultados teriam sido assim tão notórios, no caso do Funchal? Deixamos a questão em aberto. Também o concelho da Ponta do Sol merece alguma reflexão. O seu número de exposições afigurava-se o mais alto do distrito, em 1866, sendo um espaço sem a densidade populacional da cidade. E, de novo, perante os números avançados apenas dois anos atrás, por ocasião do relatório de 1864, suscitam-se dúvidas: a 30 de junho desse ano, a Ponta do Sol contava com 75 crianças expostas; três meses mais tarde, com 66¹⁴¹. Em dois anos, quais as razões para tão acentuada subida? Uma resposta a esta questão está fora do âmbito do presente ensaio. No caso do Porto Santo, o número de apenas duas crianças abandonadas era explicável pela «vigilância da autoridade» 142 e, acrescentamos, pelo diminuto território e seus poucos habitantes. Sobre o estado de saúde em que se encontravam as crianças expostas, Jacinto António Perdigão fornece informação. Essas crianças revelaram boas ou ótimas «condições de tratamento»¹⁴³. Em Santa Cruz, alegava que as crianças que vira «apresentavam as melhores condições de saúde e robustez»¹⁴⁴, mas foi na visita a Câmara de Lobos que o elogio foi mais notório: «em nenhuma parte poderão apresentar-se expostos mais bem tratados nem em melhores condições de condições de educação. As amas [...] dispensam ao exposto, que têm a seu cargo, carinhos e cuidados iguais aos que dão aos seus próprios filhos». Dos 56 expostos inspecionados neste concelho, só dois aparentavam uma «organização enfezada», pois os restantes eram «robustíssimos e mostrando ser alimentados de forma abundante e sadia» 145.

¹⁴⁰ Veja-se GOMES, 2016, «A política assistencial da Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1892», pp. 173-214.

¹⁴¹ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864: anexo n.º 2 – Mapa estatístico dos expostos do distrito do Funchal no ano económico decorrido desde 1 de julho de 1863 a 30 de junho de 1864; anexo n.º 3 – Mapa estatístico dos expostos do distrito do Funchal nos meses de julho, agosto e setembro do atual ano económico.

¹⁴² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 27.

¹⁴³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 14, p. 16, p. 19, p. 21, p. 23, p. 25.

¹⁴⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 11.

¹⁴⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

A mendicidade é o terceiro, e último, assunto constante do guadro VIII sobre a situação social do distrito em 1866. Coloca-se, de imediato, a questão: era a mendicidade um fenómeno estruturante ou meramente conjuntural? A informação coligida apontava uma limitada presença de mendigos em todos os concelhos, com exceção da cidade do Funchal. Nos municípios rurais, o número de indivíduos nessa situação não excedia a dezena e, usualmente, afetando os de idade mais avançada ou portadores de algum tipo de invalidez¹⁴⁶. Verificava-se a exceção do Porto Moniz que, segundo o relator, não revelava a presença deste flagelo¹⁴⁷. O cenário afigurou-se muito distinto na cidade do Funchal, cujo número de pessoas a esmolar era proporcionalmente superior ao dos restantes concelhos, uma vez que se tratava do único centro urbano do distrito e o mais povoado. As explicações avançadas por Jacinto António Perdigão eram de índole marcadamente cultural e sociológica. Com efeito, no meio rural, a quase escassez da mendicidade era justificada pelos hábitos de vida da sua população. Esta, vivendo constantemente dedicada à lavoura, tinha um sustento regular que, aliado a diminutas necessidades de consumo, fazia com que não passasse por dificuldades. A coesão familiar, patente no meio rural, era um outro fator que fundamentava a quase ausência de mendigos, pois um indivíduo que fosse envelhecendo, ou que ficasse doente de forma incapacitante, contava, usualmente, com o apoio dos seus - condição suficiente para evitar que, em tais circunstâncias, caísse na indigência¹⁴⁸. Segundo a visão do relator, a própria vivência rural era, em si, um mecanismo protetor contra a miséria, porque gerava hábitos de trabalho e de economia numa população que sabia entreajudar-se e tinha poucas necessidades a satisfazer, para além da alimentação ser proveniente de produtos cultivados¹⁴⁹. O contrato de colonia era encarado pelo governador Jacinto António Perdigão como um mecanismo suscetível de beneficiar o camponês chegando, inclusive, a permitir-lhe viver na «abastança» pois era «raro o casal que não acumulasse algum valor sobre a terra que colonizava», justamente pela construção das suas benfeitorias. Com efeito, e nas palavras registadas pelo relator, as benfeitorias eram «uma espécie de caixa económica» onde o agricultor ia juntando «pequenas migalhas que a final vem a constituir-se um capital de mais ou menos importância e

¹⁴⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes, p. 11, p. 14, p. 16, p. 19, p. 21, p. 23, p. 27.

¹⁴⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 25.

¹⁴⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 11.

¹⁴⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 14.

que não é fácil dissipar atenta a sua natureza imobiliária» ¹⁵⁰. É uma visão idílica deste mundo rural, patente nas palavras deste governador.

Contudo, Jacinto António Perdigão teve o cuidado de aferir as situações de exceção, como o Porto Santo e as comunidades piscatórias de Machico e de Câmara de Lobos. A Ilha do Porto Santo, por sofrer constantemente de maus anos agrícolas, tinha alguns dos seus habitantes a deslocar-se ao Funchal para esmolar; no entanto, tal nunca sucedia em anos de melhores colheitas¹⁵¹. Era junto dos pescadores de Machico e de Câmara de Lobos que se viam as populações mais empobrecidas e vulneráveis. Para Jacinto António Perdigão tal devia-se a um comportamento menos previdente e pouco morigerado de indivíduos que viviam dependentes, única e exclusivamente, da pesca. Quando a safra era boa, retiravam proventos, caso contrário, passavam fome¹⁵². Esse comportamento seria particularmente visível nos pescadores de Câmara de Lobos que, segundo o relator, eram pessoas desregradas e imprevidentes: «em vez de prevenirem o dia de amanhã que lhes pode ser menos propício, vão antes gastar na taberna tudo quanto ganharam»¹⁵³. Consequentemente, na velhice ou invalidez, viam-se obrigados a recorrer à caridade que, afortunadamente, encontravam junto da confraria de Frei Pedro Telmo¹⁵⁴.

A cidade do Funchal era o espaço com mais mendigos porque, segundo relatado, a vida citadina era mais exigente e os laços familiares mais ténues. Mas, ressalvava-se que nem todos os mendigos aí encontrados eram necessariamente funchalenses, porque havia aqueles que migravam dos outros concelhos, em direção à cidade, com a convicção de que teriam mais facilidade em esmolar¹⁵⁵. Sem fornecer quaisquer elementos relativos ao quantitativo de mendigos, o governador limita-se a elogiar o trabalho da Sociedade de Socorros Mútuos que amparava, na velhice ou invalidez, aqueles que tinham vivido, somente, da força dos seus braços¹⁵⁶.

O repositório de dados relativos à instrução pública distrital era uma prática que remontava à década de 40, e estava alicerçada no prescrito no decreto de 25 de

¹⁵⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

¹⁵¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 27.

¹⁵² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 14.

¹⁵³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

¹⁵⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 2 e seguintes.

¹⁵⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 31.

¹⁵⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 31.

fevereiro de 1841 que exigia que os responsáveis distritais, anualmente, prestassem a devida informação, junto do Ministério do Reino e do Conselho Superior da Instrução Pública, sobre «o estado material, literário e moral dos estabelecimentos de instrução pública acompanhados de informação sobre o pessoal do ensino público e de propostas que julgassem necessárias para o desenvolvimento organizativo da instrução na região»¹⁵⁷.

De acordo com o relatório apresentado à Junta Geral, em 1864, o distrito apresentava 3 tipos de escolas primárias, a saber: as «públicas» que eram financiadas pelo Estado, as «municipais, financiadas pelos respetivos municípios, e as particulares. Todas estavam divididas em escolas masculinas e femininas¹⁵⁸. No relatório do distrito de 1866, mantém-se a distinção entre escolas públicas e escolas municipais, contudo, não foi incluído o ensino privado. Assim, em 1866, havia um total de 53 escolas albergando um total de 1530 alunas e alunos. A informação coligida consta no quadro IX, elaborado a partir dos elementos sobre o estado da instrução primária pública deste distrito em 1866.

| | | | | 3 | N.º de | , | | | | |
|------|-------|--------------|---------|------|-------------|-------|------|------|------|----|
| Quad | lro I | X – <i>I</i> | A Insti | ruçâ | io Primária | a Púb | lica | a en | n 18 | 66 |

| Concelho | N.º de Escolas Femininas | N.º de Alunas | N.º de Escolas Masculinas | N.º de Alunos |
|-------------------|-----------------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| Câmara de | | | C.a Lobos*: 1 | 41 |
| Lobos | C.a Lobos*: 1 | 17 | Estreito**: 1 | 50 |
| LODOS | | | Campanário***: 1 | 31 |
| Total do concelho | 1 | 17 | 3 | 122 |
| Conceino | | | S.ta Cruz***: 1 | 16 |
| Santa Cruz | S. ^{ta} Cruz***: 1 | 8 | Gaula***: 1 | 14 |
| Santa Cruz | | | Caniço***: 1 | 11 |
| | | | Camacha***: 1 | 5 |
| Total do concelho | 1 | 8 | 4 | 46 |

Citado a partir de LUME, 2016, «A Junta Geral e a instrução pública madeirense (1836-1974)», pp. 265-282. Segundo a autora, foram elaborados, em cumprimento deste decreto lei, relatórios estatísticos sobre o estado da instrução pública no distrito administrativo do Funchal sob a responsabilidade do governador civil Domingos Olavo Correia de Azevedo em 1845-46; do governador José Silvestre Ribeiro em 1847-48, 1848-49, 1849-50; e, finalmente, do governador Jacinto António Perdigão em 1865-66. Por seu turno, o comissário de estudos Marceliano Ribeiro de Mendonça foi autor dos relatórios para os anos de 1857-58 e 1858-59. A informação extraída destes relatórios consta da página 271 onde a autora coligiu os dados estatísticos, de 1845 a 1850, de 1857 a 1859 e de 1863-64, relativos a todas as escolas do distrito (número e frequência), com a sua divisão entre femininas e masculinas e com distinção entre escolas do Estado, dos municípios e particulares.

¹⁵⁸ Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal [...], 1864, p. 29. Em 1864, havia 51 escolas públicas e 16 escolas privadas.

| | | | Machico***: 1 | 29 |
|----------------------|-----------------------|----|--------------------------------|-------------------|
| Machico | Machico***: 1 | 21 | Porto da Cruz***: 1 | 12 |
| Total do concelho | 1 | 21 | 2 | 41 |
| | | | P.ta Sol*: 1 | 25 |
| Ponta do Sol | P.ta Sol**: 1 | 23 | R.a Brava*: 1 | 32 |
| T Office do Sof | R.a Brava**: 1 | 23 | Serra Água*: 1 | 26 |
| | | | Canhas*: 1 | 29 |
| Total do concelho | 2 | 46 | 4 | 112 |
| Calheta | Calheta*: 1 | 42 | Calheta*: 1 Fajã Ovelha*: 1 | 30 26 |
| Total do concelho | 1 | 42 | 2 | 56 |
| | | | S.ta Ana**: 1 | 20 |
| Santa Ana | S.ta Ana*: 1 | 61 | Faial*: 1 | 23 |
| | | | São Jorge*: 1 | 23 |
| Total do concelho | 1 | 61 | 3 | 66 |
| | | | S. Vicente*: 1 | 28 |
| São Vicente | S. Vicente*: 1 | 20 | P.ta Delgada*: 1 | 35 |
| | | | Boaventura*: 1 | 30 |
| Total do concelho | 1 | 20 | 3 | 93 |
| | | | P.to Moniz*: 1 | 39 |
| Porto do Moniz | P.to Moniz*: 1 | 21 | Seixal*: 1 | 22 |
| | | | P. Pargo*: 1 | 37 |
| Total do concelho | 1 | 21 | 3 | 98 |
| Porto Santo | 1*** | 11 | 1*** | Não tem alunos |
| Total do concelho | 1 | 11 | 1 | |
| | | | Sé***: 1 | 50 |
| | Sé*: 1 | 34 | S.ta Luzia*: 1 | 54 |
| | S.ta Maria Maior**: 1 | 23 | São Pedro*: 1 | 29 |
| | São Gonçalo**: 2 | 42 | S.ta Maria Maior*: 1 | 35 |
| Funchal | Monte**: 1 | 70 | São Gonçalo**: 1 | 14 |
| | São Roque**: 1 | 30 | Monte**: 1 | 35 |
| | S.to António**: 2 | 88 | São Roque**: 1 | 32 |
| | S. Martinho**: 1 | 42 | S.to António**: 1 | 45 |
| | | | S. Martinho**: 1 | 26 |

| Total do concelho | 9 | 329 | 9 | 320 |
|--------------------------|----|-----|----|-----|
| Soma das escolas = 53 | 19 | | 34 | |
| Soma de alunos = 1530 | | 576 | | 954 |

Fonte: elaboração própria a partir de «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 8-9, p. 12, pp. 14-15, pp. 16-17, pp. 19-20, pp. 21-22, pp. 23-24, pp. 25-26, p. 27, p. 31.

Legenda:

- * Escola régia ou pública do estado
- ** Escola municipal
- *** Não consta

As escolas primárias públicas tinham a designação de «régias» quando eram criadas e financiadas pelo Estado, ou «municipais» se instituídas e pagas pelos concelhos¹⁵⁹. De acordo com o coligido por Jacinto António Perdigão, existiam, à data, 53 escolas, das quais 24 eram do Estado e as restantes 18, municipais – com ressalva de que esta distinção não foi especificada em 11 casos, em concreto, no Porto Santo, em Machico e em Santa Cruz, e na freguesia do Campanário, concelho de Câmara de Lobos. A maior concentração de escolas municipais estava no Funchal que apresentava 14, face às quatro escolas régias. Havia uma escola que, localizada na freguesia da Sé, era dedicada ao ensino noturno para adultos. A intervenção municipal, no campo da instrução pública, foi visível, sobretudo na cidade. O mesmo não sucedeu no meio rural onde a escola régia teve a maior expressão, havendo poucas escolas municipais.

Em 1866, o distrito somava 1530 alunos. Este número tem de ser lido com alguma ponderação, uma vez que o relator assumiu, na sua contagem, uma «frequência média de alunos» e não um valor concreto, certamente devido à deslocação irregular das crianças à sua escola¹⁶⁰. O ensino público masculino foi predominante: do total das 53 escolas, 34 eram destinadas aos rapazes e só

^{****} Escola municipal noturna

¹⁵⁹ Código Administrativo. Nova Edição. Anotado. 18 de março de 1842, 1865, Artigo 123.º, XII; Artigo 226.º, I.

^{160 «}Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 31. Veja-se SILVA, 2009, «Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (anos de 1840-1860)», pp. 151-160. O autor chama a atenção para este facto que impede um conhecimento mais preciso sobre o número efetivo de alunos que estava regularmente na escola.

pouco mais de metade deste valor – 19 – é que recebia as raparigas. Seguindo a mesma linha expositiva, do total de 1530 alunos, destaca-se a presença de 964 rapazes face a 576 raparigas. Mais de metade dos alunos estava concentrada na cidade do Funchal. Acima da centena, foi verificado nos municípios de Câmara de Lobos, Ponta do Sol e em todos os concelhos da costa norte. Quanto a Santa Cruz, Machico e Calheta, contavam com menos de cem alunos. A Ilha do Porto Santo tinha uma escola masculina, mas que não estava em funcionamento por ausência de provimento. A sua escola feminina tinha 11 alunas¹⁶¹. Era no Funchal que a frequência das raparigas (329) era ligeiramente superior à dos rapazes (320)¹⁶². Em contrapartida, nos outros concelhos, a predominância masculina foi evidente, mas havendo uma exceção: o município de Santa Ana, onde se registou um quase equilíbrio, na frequência das três escolas régias e na escola municipal, com um total de 61 alunas e 66 alunos.

Para além da relação quantitativa, o governador Jacinto António Perdigão fez o seu comentário qualitativo sobre as condições de ensino que encontrou, ficando registadas várias apreciações sobre a capacidade dos docentes e sobre as condições físicas das instalações escolares. Em Câmara de Lobos, na freguesia com o mesmo nome, a escola feminina estava em bom estado e tinha uma professora que surge caracterizada como «inteligente» e «zelosa». A escola masculina, por seu turno, sedeava-se numa casa «inteiramente imprópria para esse fim [...] um velho pardieiro que fora antigamente lagar de vinho e que hoje é uma ruína a desabar [...] tendo por único soalho a terra calcada pelos pés dos alunos», e cuja mobília, além de ser propriedade do professor, consistia apenas «nuns bancos». Quanto ao professor da escola do Estreito de Câmara de Lobos, era visto como «esclarecido» e «zeloso» 163. No concelho de Santa Cruz, a escola do sexo masculino estava instalada numa «boa» casa, o mesmo não acontecendo com a das meninas, cujo espaço era considerado impróprio por ser «extremamente acanhado». Contudo, os respetivos professores mereciam nota positiva: a professora era descrita como «hábil» e «zelosa» e o professor como «um dos mais zelosos de todo o distrito». A escola masculina do Caniço, apesar de bem localizada no centro da freguesia, tinha um professor

¹⁶¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 27.

¹⁶² Acrescente-se que era no ensino primário particular que a presença das meninas era notória. Segundo o mapa de classificação, número, frequência e situação das escolas de ensino primário do concelho do Funchal, em 30 de junho de 1868, havia no ensino privado da cidade do Funchal 609 alunas face a 225 alunos. No ensino público municipal, havia 348 raparigas face a 336 alunos e no ensino público régio 50 alunas face a 219 rapazes. ABM, Administração do Concelho do Funchal, Ofícios dirigidos ao Governo Civil 1849-1875, Livro 332, sem n.º de fólio.

¹⁶³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 8-9.

«sem competência nem zelo», o que fazia com que os seus alunos não tirassem dela qualquer proveito¹⁶⁴. Relativamente a Machico, o cenário seria de grande dificuldade: todas as escolas estavam em «condições deploráveis» e os seus professores eram desprovidos de qualquer zelo ou competência. A par disso, a frequência muito irregular dos alunos impedia um melhor aproveitamento escolar¹⁶⁵. Em todo o concelho da Ponta do Sol, não havia, segundo a apreciação do governador, uma única casa de escola que fosse adequada para o serviço. Em simultâneo, o afastamento físico da população, em relação às escolas, fazia com a sua frequência fosse muito irregular¹⁶⁶. Na Calheta, a escola masculina estaria bem situada e dotada de um «óptimo» professor; o mesmo não acontecia na feminina que se encontrava «menos bem servida», quer em termos de localização quer em termos de qualidade docente. Na Fajã da Ovelha, a sua escola apresentava «sofríveis condições» 167. O panorama escolar na costa norte não se afigurou muito diferente. Em Santa Ana, a escola masculina era «sofrível», mas o seu professor não era bom; a escola feminina tinha a particularidade de estar situada dentro da residência da professora. Na freguesia do Faial, apesar da sua escola estar bem localizada junto à igreja, a frequência dos alunos era escassa porque viviam disseminados pelos campos. A informação relativa à escola de São Jorge também não era nada abonatória: estava localizada numa «choça de madeira coberta de palha» e o seu professor não tinha qualquer zelo ou aptidão 168. Em São Vicente, o comentário do relator é lacónico, pois limitou-se a referir que, de todas as escolas que existiam no concelho, a masculina, localizada na sede concelhia, era a mais mal servida¹⁶⁹. Exceção era o Porto do Moniz cujo panorama escolar revelava melhores condições. Segundo registado, as escolas estavam bem servidas, os professores eram bons e havia condições para um funcionamento regular da atividade de ensino¹⁷⁰. Finalmente, a cidade do Funchal tinha escolas com um «material sofrível», mas, em contrapartida, os seus professores, em especial os das escolas mantidas pelo Estado, eram, na apreciação governativa, «muito bons»¹⁷¹.

¹⁶⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 12.

¹⁶⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 14-15.

^{166 «}Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 17.

¹⁶⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 19-20.

¹⁶⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 21-22.

¹⁶⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 24.

¹⁷⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 25-26.

¹⁷¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 31.

3. Segunda Parte do Relatório: «condições gerais do distrito, suas principais necessidades, modo por que procedi e resultados que obtive»; Análise do Discurso do Governador Jacinto António Perdigão

A segunda parte do relatório elaborado por Jacinto António Perdigão é composta pela apreciação qualitativa das «condições gerais do distrito, suas principais necessidades» e pelo discurso «modo por que procedi e resultados que obtive» que se mostra revelador de um determinado pensamento político. Precisamente porque o articulado que Jacinto António Perdigão nos deixou permite, para além da análise dos abundantes elementos quantitativos e qualitativos, apreender uma determinada visão deste espaço insular.

O relator começa por reiterar os principais objetivos que nortearam a elaboração do documento: dar «notícia» sobre as condições em que encontrou este distrito e indicar as carências mais importantes, por forma a dotar o governo central de um conhecimento, o mais completo possível, sobre a situação económica, social e administrativa do arquipélago madeirense. Este documento fora possível realizar porque Jacinto António Perdigão achava que, na sua qualidade de governador civil, era a pessoa dotada do «espírito» para entender a realidade que lhe fora apresentada na sequência da sua visita pela Madeira e Porto Santo¹⁷².

As «condições económicas dos concelhos» e «as condições da administração local», conteúdo da primeira parte, são alvo de uma súmula onde se destacam as suas principais características. Do ponto de vista agrícola, a Madeira fora marcada, nas décadas de 40-50, pela crise vitivinícola que destruiu as vinhas e aniquilou «o quase único ramo de produção que existia em toda a ilha» 173. Enquanto vigorara a preponderância da vinha, a sua produção apresentou um importante crescimento económico que modelou, de forma estanque, uma sociedade dividida em duas partes: de um lado, os proprietários das vinhas e do vinho que, segundo Jacinto António Perdigão, levantaram «fortunas colossais»; do outro, a classe trabalhadora empregue na viticultura que, com a crise do sector, se viu obrigada a viver de antecipações e, em última instância, à emigração em busca de sustento 174. Porém, à data da elaboração deste relatório, e segundo a perspetiva do seu autor, esta classe trabalhadora tinha melhorado, de forma significativa, as suas condições de vida: alimentava-se com «fartura», era dotada de um «físico robusto e vigoroso» e, com capacidade de

¹⁷² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 32-33.

¹⁷³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 32-33.

¹⁷⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 32-33.

acumular «algumas mealhas para o futuro», sentir-se-ia cada vez mais unida à terra em que nasceu¹⁷⁵. A par desta leitura otimista da superação da crise vitivinícola, o relator constatava que, em plena década de 60, a propriedade continuava concentrada na posse de alguns, ao invés do seu cultivo que, cada vez mais retalhado e subdividido, estava nas mãos de «quase todos». Em simultâneo, a manutenção do contrato de colonia ditava que metade da produção obtida pelo camponês fosse entregue ao proprietário e seu senhorio 176. Portanto, para Jacinto António Perdigão, a superação da crise não implicou a existência de progresso, antes pelo contrário, uma vez que as difíceis condições estruturais persistiam: o terrível estado da rede viária, geral e vicinal; o problema da falta de irrigação em vários pontos da Ilha da Madeira e na Ilha do Porto Santo; o depauperamento do manto florestal; a nulidade da «indústria» nos campos; e, não menos importantes, os fatores de índole social como a instrução «acanhada, imperfeita e mal servida» e o limitadíssimo contingente de indivíduos que, nos concelhos rurais, fosse capaz de servir os cargos públicos 177. Apesar de traçar um panorama complexo, Jacinto António Perdigão considerou que o distrito tinha apenas duas componentes que exigiam a intervenção do Estado, a saber: a primeira, considerada como de «índole moral», era o desenvolvimento da instrução pública; a segunda, de «índole material», representava uma tripla vertente assente no desenvolvimento da viação, na arborização das serras e no aproveitamento das águas para irrigação 178. Só a instrução primária e a arborização das serras foram, neste relatório, alvo de elaboração de documentos específicos por parte de Jacinto António Perdigão.

Pela sua influência no «futuro dos homens e das sociedades», a instrução primária, também designada pelo relator como «instrução popular», tinha de ser alvo de especial atenção porque, conforme expressa o documento, «é mister que cada cidadão esteja habilitado a pensar por si mesmo; que a ignorância das massas é sempre um estorvo [...] que degrada o homem: a instrução é a alavanca de todo o progresso, moraliza e eleva o homem»¹⁷⁹. Com o título «Alvará sobre as condições deploráveis da instrução primária do distrito», e datado de 16 de agosto de 1867¹⁸⁰, este documento faz o diagnóstico da situação, assinala as consequências e propõe

¹⁷⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 32-33.

¹⁷⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 32-33.

¹⁷⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 32-33.

¹⁷⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 33.

¹⁷⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 33.

¹⁸⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 37-38: documento n.º 2 em anexo.

a implementação de medidas. Ressalte-se o facto de a expressão «condições deploráveis» contrastar com a complacência veiculada na primeira parte do relatório aquando do levantamento do número e tipologias das escolas públicas. Neste alvará, ao apresentar o diagnóstico da situação, o tom crítico é manifesto: insuficiência do número de escolas; falta absoluta de condições materiais (casas, equipamentos escolares, livros); falta de acessibilidade; falta de aptidão para o ensino, por parte dos professores, cujo método de ensino «em nada estimula a inteligência do aluno»; falta de frequência dos alunos cujos pais, na sua grande generalidade, se recusam a ver vantagens em dar instrução aos filhos, porque apenas os encaram como «um auxílio indispensável à sua vida de trabalho e ignoram para que sirva saber ler». A principal consequência de todos estes fatores, articulados entre si, era a muito diminuta frequência geral em todas as escolas públicas do distrito onde ia, somente, cerca de 1/5 da população educanda. Que medidas propunha Perdigão implementar? Para além da expressão vaga «esclarecer a opinião, animar o professor, promover a frequência e estimular o aproveitamento», propôs que se criasse, em cada freguesia, «uma comissão protetora das escolas» cuja finalidade era instar o aumento da frequência das escolas, persuadindo as famílias a deixar os filhos ir à escola, acompanhando o desempenho dos alunos e vigiando a atuação dos professores. Essa «comissão protetora das escolas» ficava obrigada, todos os anos, a enviar ao governador civil um relatório circunstanciado sobre as providências tomadas e o evoluir da situação 181.

A delimitação da intervenção do Estado às duas necessidades, de natureza «moral» e de natureza «material», era justificável, na visão de Jacinto António Perdição, para tentar contrariar a falta de confiança, por parte da população, nos «recursos locais» (isto é, os municípios) e, de igual modo, contrariar a noção de que tudo se deveria exigir ao governo central¹⁸². Para o relator, não se devia responsabilizar o Estado por todos os problemas existentes; dever-se-ia, isso sim, exigir aos municípios que assumissem o dever de melhorar, substancialmente, o seu desempenho. Jacinto António Perdigão não se coibiu de lançar, por via deste documento, um conjunto de advertências aos municípios madeirenses, reveladoras da sua visão política sobre o papel das autarquias *versus* o papel do governo central¹⁸³:

– Em primeiro lugar, defende que o governador civil seria alguém capaz de incentivar a vontade dos homens «a quem estava confiada a direção dos negócios

¹⁸¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 37-38.

¹⁸² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 32.

¹⁸³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 33-34.

públicos locais», assumindo-se como uma figura quase paternal que dava o estímulo e a orientação aos poderes locais tidos como inativos;

- Observa que as câmaras tinham de perceber que a ação do poder central seria sempre insuficiente para acudir às variadas exigências da vida local, assumindo, por esta via, uma desresponsabilização do papel do Estado;
- Admoestava as câmaras para interiorizarem que tinham o dever de «elevar-se à altura do seu destino, melhorando a condição e promovendo os cómodos dos seus moradores, em vez de existir unicamente para o encargo», numa linha de pensamento muito semelhante à preconizada por José Silvestre Ribeiro, que desvalorizava o papel político dos municípios que se deviam circunscrever ao cumprimento da lei administrativa, ditada pelo Estado, e ao bem-estar dos seus concidadãos¹⁸⁴;
- Criticava a atuação dos municípios que se regia, em grande parte, «por indiferença e desleixo», numa constante apelação para o governo central que deveria proporcionar a solução de todos os problemas, atuação que Jacinto António Perdigão entendia como legitimadora da inércia da vida local;
- Afirmava que o papel do governo central era apenas «proteger», mas nunca substituir, nem servir suficientemente sem a iniciativa das forças da localidade. Por consequência, verifica-se uma visão do município como o principal responsável pela vida local, mas omitindo a realidade da legislação administrativa em vigor que colocava a decisão municipal sob tutela do representante do Estado, que era o governador civil¹⁸⁵;
- A visita que fizera ao distrito e, no seu âmbito, a inspeção das condições da administração local, teve por finalidade não apenas verificar o estado em que se encontravam os diferentes ramos do serviço administrativo, fazendo cessar eventuais abusos e promover a ordem, mas, sobretudo, fazer «despertar» o município, dar-lhe o «impulso» e empenhando-o «na santa causa da civilização», para que, uma vez saído dessa suposta apatia, pudesse «cooperar, como deve, na missão do

¹⁸⁴ Veja-se SOUSA, 2015, «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», pp. 473-509.

Neja-se SOUSA, 2015, «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», pp. 473-509. Nesta época, e por via do determinado no Código Administrativo de 1842, as decisões municipais sobre posturas e regulamentos, contração de empréstimos, quadro de pessoal (criação de lugares, provimento e vencimentos), obras públicas, orçamento e conta de gerência e lançamento de impostos, careciam de aprovação tutelar por parte do governador civil. No «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 39: documento n.º 3 em anexo – Mapa do estado em que se achava a tomada de contas das câmaras municipais até 31 de julho de 1867.

nosso século». Uma visão paternalista face ao município em que ele, o governador, surge como alguém capaz de o colocar no trilho do progresso, mediante o seu aconselhamento e incentivo;

– Aos administradores de concelho deixava a recomendação para a importância da recolha dos dados estatísticos sobre a sua população, e para a necessidade de os elaborar «com escrupulosa atenção e verdade», pois a estatística era a base e o «conselheiro de toda a administração».

A arborização das serras foi, à semelhança da instrução primária, alvo de um documento próprio, conforme referimos um pouco atrás. Intitulado «Diagnóstico e providências com respeito à arborização das serras»¹⁸⁶, com data de 26 de novembro de 1864, consistiu num conjunto de medidas a ser enviadas a todos os municípios do distrito porque, em sua opinião, se tratava de uma questão que constituída «um dos maiores senão o principal interesse desta bela terra». À semelhança do que afirmara o general Oudinot, aquando da aluvião de 1803, o governador Jacinto António Perdigão sublinhava que da arborização dependiam a «prosperidade, a riqueza, o crédito do clima e, mais que tudo, a segurança e existência da ilha como país habitável». Este «Diagnóstico e providências [...]» revela, novamente, a postura do governador perante os municípios, não se coibindo de os criticar, instando-os a deixar a «indiferença prática» com que estariam a encarar a arborização das serras e, mesmo que não fossem capazes de fazer tudo, pelo menos não deveriam deixar de fazer o possível. O diagnóstico traçado pelo governador revela que a serra seria um espaço onde imperava o livre arbítrio, uma vez que a atividade dos carvoeiros e dos lenheiros decorria sem limite espacial nem condições de garantia, e o gado pastava com total liberdade. Tudo isto acontecia apesar da existência de leis e posturas que, muito delas remontando alguns séculos antes, pura e simplesmente não eram fiscalizadas. De um lado, estava o abuso de muitos que usavam a serra sem qualquer respeito por essas leis, do outro, estava a indiferença e tolerância dos municípios. As medidas a implementar, uma vez feito o diagnóstico, passavam por reformular as posturas municipais no sentido de aumentar os requisitos de outorga de licenças aos carvoeiros, lenheiros e pastores, de quem se devia exigir a apresentação de um fiador responsável pelo pagamento efetivo das multas em que viessem a incorrer por contravenção das posturas. A par desta reforma das posturas, era exigido ao município que fiscalizasse, de facto, a atividade daqueles agentes, passando as coimas devidas e cobrando coercivamente os montantes

¹⁸⁶ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 40-42: documento n.º 4 em anexo.

em apreço. Uma vez delimitados os espaços físicos e os limites temporais para a apascentação do gado, para a extração das lenhas e fabrico do carvão, cabia aos municípios uma regulação do policiamento florestal. Quanto ao papel do governo central, competia-lhe promover a arborização das serras em larga escala em prol do interesse público.

Para além das advertências às câmaras municipais, a visão das questões sociais, designadamente, da pobreza e da mendicidade, é um outro ponto do discurso de Jacinto António Perdigão revelador da sua visão da sociedade madeirense.

Afirmava que não existia pauperismo no distrito atendendo ao limitado número de mendigos e ao facto de que existia, na sua perspetiva, abundância de trabalho agrícola capaz de gerar recursos para as «classes menos protegidas da fortuna». O trabalho na agricultura, por via do contrato de colonia, amparava o camponês porque, ao permitir-lhe a construção das suas benfeitorias e ao vinculá--lo à terra, estava a resquardá-lo, na velhice e na doença, e da emigração para o desconhecido. Para aqueles que estivessem empregues noutros «diferentes misteres», e para evitar que, por razões de saúde ou de velhice, caíssem na indigência, dever-se-ia promover a criação de uma «sociedade cooperativa» que, segundo Jacinto António Perdigão, poderia funcionar como uma «caixa económica»: fornecendo o capital ao trabalhador para este poder comprar os materiais de que necessitava para a realização do seu mister; adquirindo a produção do mesmo trabalhador para a revender; fornecendo aos seus sócios os géneros essenciais, de boa qualidade e a preços mais baixos. Para o relator, só o exercício da previdência - sendo esta caixa económica um exemplo prático - é que poderia proteger uma sociedade do flagelo da pobreza¹⁸⁷. A mendicidade, praticamente circunscrita ao Funchal, era um fenómeno controlável, apesar de o Asilo de Mendicidade e Órfãos prestar assistência a cerca de uma centena de pessoas por dia, conforme enumerara anteriormente. A declaração de que a previdência seria a forma, por excelência, de impedir a pobreza entre os trabalhadores indiferenciados, e a convicção na virtude do contrato de colonia como forma de, fixando o camponês à terra, o impedir de cair na indigência, revelam a sua postura sobre a forma de evitar este problema no distrito. Mas, se não existia pauperismo no distrito, porquê a elaboração do «Alvará convindo suscitar a execução das leis que regulam o exercício da mendicidade» 188, com data de julho de 1867? As suas considerações prévias demonstram que o

¹⁸⁷ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 34-35.

¹⁸⁸ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 36-37: documento n.º 1 em anexo.

problema, do ponto de vista da autoridade administrativa, abrangia a necessidade de conhecer, de facto, o número de indivíduos que recorriam à mendicidade como modo de vida, as suas razões e, não menos importante, reprimir a falsa mendicidade. O apuramento dos verdadeiros indigentes permitia delimitar quem, realmente, poderia usufruir da beneficência pública e, em simultâneo, assegurar «o bom emprego da esmola» por parte da caridade particular que ficava, por esta via, habilitada a «distinguir entre o verdadeiro e o falso mendigo» 189. O segundo problema que este alvará revela era a persistência do fluxo de mendigos, oriundos de outros pontos da Ilha, em direção à cidade do Funchal. Para o governador, promotor desta iniciativa, o importante seria zelar para que o Asilo de Mendicidade, sito no Funchal, não fosse sobrecarregado como responsável pelo auxílio a todos os mendigos do distrito, porque não recebia qualquer ajuda financeira por parte dos concelhos rurais. Para colmatar esta situação, Jacinto António Perdigão direcionou a sua exigência para os administradores de concelho. Estes ficavam com a responsabilidade de, dentro da respetiva circunscrição, fazer um levantamento exaustivo da situação social observada e registar toda a informação num livro próprio – o registo da mendicidade do concelho – onde constaria a inscrição de cada mendigo encontrado e, após inquirição sobre a veracidade de cada caso, ser-lhe-ia concedida a respetiva licença para esmolar, mas só dentro dos limites do concelho. Todos os anos, o administrador do concelho teria de providenciar o mapa do movimento da mendicidade com indicação da sua existência, do número dos que faleceram, dos que, entretanto, mudaram de vida e do número de novos casos¹⁹⁰. Registar, contar, fazer a respetiva estatística e reportar, eis os propósitos da governação administrativa de Oitocentos que Jacinto António Perdigão enaltece: «de um lado estão apenas declamações vagas, sem bases nem critério. De outro lado, estão os factos positivos e reais, demonstrados por uma estatística rigorosa e de cuja exatidão não deve duvidar-se»¹⁹¹.

Que efeito prático teve a visita do distrito feita por Jacinto António Perdigão? Contribuiu para alguma melhoria das condições existentes? Ao proclamar junto do ministro do Reino, destinatário deste relatório, o «fruto das suas diligências», o discurso de Jacinto António Perdigão oscila entre o autoelogio e a desculpabilização. O autoelogio é patente com a apresentação do fruto das suas diligências:

¹⁸⁹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 36-37: documento n.º 1 em anexo.

¹⁹⁰ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 36-37: documento n.º 1 em anexo.

¹⁹¹ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 28.

a referência a «tudo» relacionado com a regularidade e «aperfeiçoamento» dos serviços administrativos inspecionados; e a menção de que teria conseguido convencer os municípios a «acordar da vida apática em que têm jazido» 192. Tal acontecera porque não poupou nem a «diligência» nem os «esforços» para que a sua visita não resultasse «estéril» 193. Como resultados imediatos, apontou a criação de escolas primárias nas freguesias de Santo António da Serra, Água de Pena, Curral das Freiras, Quinta Grande, Arco da Calheta e Estreito da Calheta; de escolas noturnas em Machico, Porto da Cruz, Santa Cruz, Ponta do Sol e Calheta; e a construção de mais instalações escolares em Machico e Ponta do Sol. Eram todas escolas municipais, ou seja, financiadas pelos respetivos concelhos, e com Jacinto António Perdigão a deixar patente que era o possível de se obter, atendendo às condições e aos recursos dos diferentes municípios 194. Contudo, a desculpabilização está bem visível, ao afirmar que um trabalho daquela dimensão nunca poderia registar os resultados de forma imediata. E, se não conseguira corresponder, como desejara, à importância de todas as matérias inspecionadas; se mais não foi capaz de fazer – justificou a modéstia dos resultados com os parcos recursos à disposição para a realização desta visita, nunca por «falta de vontade» 195. Finalmente, pedia ao ministro do Reino uma avaliação de resultados com um olhar menos severo do que o olhar que ele, governador civil, usara na inspeção das instituições do distrito administrativo do Funchal.

Considerações Finais

Dando a devida execução ao determinado pela portaria do Ministério do Reino de 1 de agosto de 1866, o governador civil Jacinto António Perdigão elaborou o «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», finalizado a 4 de setembro de 1867. Esta fonte, de conteúdo rico e detalhado, distingue-se, no panorama da produção institucional do governo civil, por constituir um registo escrito que resultou de uma inspeção pessoal e direta. No cumprimento das suas funções como governador civil, devidamente consagradas na codificação administrativa em vigor, Jacinto António Perdigão revelou-se um observador privilegiado da situação económica e social da Madeira e Porto Santo. O resultado dessa observação merece

¹⁹² «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 34.

¹⁹³ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 35.

¹⁹⁴ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, p. 34.

¹⁹⁵ «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, pp. 34-35.

uma leitura atenta, com a noção de se estar perante uma construção informativa elaborada sob a perspetiva, única e exclusiva, do governador civil.

A construção do relatório do governador Jacinto António Perdigão focou-se, numa primeira parte, na descrição das condições dos dez concelhos que integravam o distrito, sob o aspeto económico, administrativo e social, enquanto que na segunda parte o relator demonstrou o modo de procedimento perante o que considerou serem as principais necessidades do distrito.

A análise das condições económicas dos dez concelhos permitiu-nos a construção de um conjunto de quadros, feitos a partir dos dados qualitativos e quantitativos da fonte, sobre a população do distrito em 1866, sobre a situação agrícola, integrando a informação sobre o contrato de colonia, principais produções agrícolas e estado da irrigação, e sobre a situação económica, integrando informação sobre a rede viária, riqueza predial, indústria e comércio e condições da alimentação dos habitantes da Madeira e Porto Santo. A leitura e interpretação deste vasto conjunto de dados possibilitou uma aferição da dinâmica económica e dos problemas que afetavam estes concelhos. De igual modo, podemos perceber quais os itens que, na ótica do governador, interessavam pôr em estatística destinada ao conhecimento do Ministério do Reino. Entre eles, sobressaiu o primeiro registo sistematizado sobre a riqueza predial, permitindo a introdução de um novo sistema tributário, assente nas contribuições diretas a ser pagas ao Estado.

Por seu turno, a análise das condições administrativas dos dez concelhos permitiu, seguindo a mesma metodologia de elaboração de quadros, verificar quais eram os recursos financeiros municipais, o estado do recrutamento militar, a existência e papel das confrarias, a quantificação dos expostos e da mendicidade e o levantamento da realidade da instrução pública. Neste âmbito impôs-se uma leitura atenta, relativizando-se, por vezes, a estatística de Jacinto António Perdigão, resultado das limitações inerentes à sua época, e de uma cadeia de transmissão informativa, dos municípios e das administrações de concelho em direção ao governo civil, ainda intermitente. Todavia, os dados em apreço permitem uma (quase) radiografia da realidade administrativa municipal e do universo de problemas sociais que gravitava à sua volta.

A segunda parte do relatório teve a particularidade de nos expor uma visão mais pessoal de Jacinto António Perdigão em relação ao distrito sob a sua jurisdição. Ao referir, como principais necessidades do distrito, o desenvolvimento da instrução pública e o desenvolvimento da rede viária, a arborização das serras e o aproveitamento das águas para irrigação, ficou patente a existência de uma tensão entre o que era entendido como responsabilidade do Estado e o que era entendido

como responsabilidade dos poderes locais, isto é, dos municípios. A postura do governador face aos municípios, desresponsabilizando o Estado e exortando o poder municipal a sair da «apatia» em que se encontraria, é indicadora de um distanciamento do Estado face à realidade da Madeira e Porto Santo. Com efeito, o Estado assumiu uma preocupação constante com o levantamento informativo e respetiva estatística, tidos como a base da boa governação, ao mesmo tempo que o governador civil, no terreno, ia advertindo os municípios que deveriam habituar-se a contar, somente, com os seus recursos e não estar a recorrer, sistematicamente, à ajuda do Estado. Para o governador Jacinto António Perdigão, se o governo tinha o dever de «proteger», os municípios tinham de o dever de tudo tratar.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

Administração do Concelho do Funchal, Ofícios Dirigidos ao Governo Civil 1849-1875, Livro 332.

Governo Civil, Correspondência com os Administradores de Concelho 1.ª Repartição 1862-1872, Livro 10.

Governo Civil, Correspondência com as Câmaras Municipais 1.ª Repartição 1862-1870, Livro 162.

Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino 1847-1850, Livro 644.

Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino 1862-1868, Livro 647.

Fontes Impressas

Anais do Município do Porto Santo, 1989, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo.

Código Administrativo. Nova Edição. Anotado. 18 de março de 1842, 1865, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coleção de Leis e Outros Documentos Oficias Publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de outubro de 1835, 1837, 4.ª Série, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1861, 1862, Lisboa, Imprensa Nacional. Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1866, 1867, Lisboa, Imprensa Nacional. Diário do Governo. Ano de 1848, n.º 49, de 26 de fevereiro.

Legislação Impressa sobre o Serviço Militar. Século XX, s.d., s.l.

- Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinária de 1864 pelo governador civil Jacinto António Perdigão, 1864, Funchal, Imprensa Nacional.
- «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, in Coleção dos Relatórios das Visitas feitas aos Distritos pelos Respetivos Governadores Civis em Virtude da Portaria de 1 de agosto de 1866, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 1-42.
- Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846. Publicada por Sérvulo Drummond de Meneses, Secretário-Geral do Governo Civil do Funchal, 1849, Volume I, Funchal, Tipografia Nacional.
- Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846. Publicada por Sérvulo Drummond de Meneses, Secretário-Geral do Governo Civil do Funchal, 1850, Volume II, Funchal, Tipografia Nacional.
- Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846. Publicada por António Jacinto de Freitas, Chefe da Terceira Repartição da Secretaria do Governo Civil do Funchal, 1852, Volume III, Funchal, Tipografia Nacional.

Bibliografia Citada

- ALMEIDA, Pedro Tavares de, SOUSA, Paulo Silveira e, 2015, *Do Reino à Administração Interna: História de um Ministério (1736-2012)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BRANCO, Rui, 2005, «Contar (com) as pessoas: o recenseamento geral da população de 1864», in *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Volume 26, pp. 385-438.
- DINIS, Márcia, 2001, Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1869). Um Estudo de História Social, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GOMES, José Vieira, 2016, «A política assistencial da Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1892)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*. Administração e *História*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, pp. 173-214.
- HESPANHA, António Manuel, 2004, Guiando a Mão Invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português, Coimbra, Almedina.
- JARDIM, Gastão, 1999, «Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira catálogo documental», in *Arquivo Histórico da Madeira*. *Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, n.º XXII, pp. 11-183.

- LUME, Filomena, 2016, «A Junta Geral e a instrução pública madeirense (1836-1974)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, pp. 265-282.
- MARTINS, Maria Cristina Henriques, 2015, «A Estrada Monumental no panorama funchalense dos séculos XIX e XX», in *Revista Islenha. Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 57, pp. 67-92.
- MOTA, Nuno, 2016, «Entre a ação e a representação: as consultas da Junta Geral à Coroa na antecâmara do processo autonómico (1839-1878)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, pp. 33-48.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa Ferreira, 1990, «A Madeira na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», in *Atas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Coimbra, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 327-354.
- SILVA, Carlos Manique, 2009, «Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (anos de 1840-1860)», in *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, volume 10, pp. 151-160.
- SILVA, Fernando Augusto da, MENEZES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, 3 Volumes, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, 1997, *Território e Poder: Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia Histórica.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2009, «A elite municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: identificação e perfil sócio-económico (1834-1878)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, n.º 1, pp. 515-657.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2015, «As finanças do município do Funchal durante a vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, n.º 7, pp. 473-509.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma análise da instituição vincular na sua fase derradeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, Funchal, Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira, n.º 1, pp. 151-211.

- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2020, «O município do Funchal e a sua receita aduaneira: origem e evolução de um imposto vital na administração camarária (1872-1910)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, n.º 2, pp. 581-617.
- SOUSA, Fernando de, 2014, *Os Governos Civis de Portugal. História e Memória*, Porto, Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade (CEPESE).
- SOUSA, Paulo Silveira e, 2014, *A produção de estatística agrícola e a construção do Estado Liberal em Portugal 1834-1926*, ICS Estudos e Relatórios 2014, documento de trabalho disponível em https://www.researchgate.net/publication/278243361.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2001, «A fundação do concelho de Santa Ana», in *Revista Islenha*. *Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 28, pp. 106-108.

Um Madeirense ao Comando do Império. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Reorganização Administrativa de Moçambique (1907)

A Madeiran at the Command of the Empire. Aires de Ornelas e Vasconcelos and the Administrative Reorganization of Mozambique (1907)

> Gonçalo C. Albuquerque¹ Fernando Tavares Pimenta²

Resumo

Considerando a premência de investigar a participação das elites madeirenses no processo de governação do Império Português, este artigo tem por objetivo analisar o pensamento colonial do Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, Ministro da Marinha e do Ultramar entre 1906 e 1908, expresso no seu projeto de reforma da administração portuguesa em Moçambique, o Decreto com força de lei de 23 de maio de 1907. Como tal, procuramos colocar em perspetiva a originalidade do pensamento – e da ação política – de um dos mais importantes elementos da elite madeirense na fase final da Monarquia Portuguesa, tendo em especial consideração a sua intervenção na gestão política do Império Colonial Português em África. A análise é simultaneamente histórico-política e jurídica, metodologicamente orientada e devidamente enquadrada no contexto da época. Em termos documentais, usamos como fontes principais as obras e os discursos

¹ Mestrando em História Contemporânea da Universidade de Évora. Email: goncalo250499@outlook.pt.

Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa. Autor de vários livros e artigos nas áreas da História Contemporânea e da História Colonial. Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios científicos, nomeadamente o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares 2018, conferido pela Assembleia da República. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020. Email: fernandopimenta_2000@yahoo.com.

escritos e proferidos pelo próprio Aires de Ornelas e Vasconcelos, bem como os textos das Reformas administrativas de 1869 e de 1907 e ainda algumas obras complementares. O artigo está organizado em três pontos, os quais focam: o contexto político e colonial da época, com destaque para Moçambique; a biografia e o pensamento em matéria colonial de Aires de Ornelas e Vasconcelos; a análise propriamente dita do diploma de reorganização administrativa de Moçambique, assente no princípio da descentralização, de 1907.

Palavras-chave: Império Português; Moçambique; Administração Colonial; Aires de Ornelas e Vasconcelos; Madeira.

Abstract

Considering the urgency of inquiring the participation of Madeiran elites in the governance process of the Portuguese Empire, this article aims to analyze the colonial thinking of Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, Minister of the Navy and Overseas between 1906 and 1908, expressed in his project of reform of the Portuguese administration in Mozambique, the Decree with force of law of May 23, 1907. As such, we seek to analyze and understand the originality of thought - and political action of one of the most important members of the Madeiran elite in the final phase of the Portuguese Monarchy, paying special attention to its intervention in the political management of the Portuguese Colonial Empire in Africa. The analysis is both historical--political and juridical, methodologically oriented and properly framed in the context of the period. In documentary terms, we used as main sources the works and speeches written and delivered by Aires de Ornelas e Vasconcelos himself, as well as the texts of the administrative reforms of 1869 and 1907 and also some complementary works. The article is organized in three points, which focus on: the political and colonial context of the period, with emphasis on Mozambique; the biography and thought on colonial matters by Aires de Ornelas e Vasconcelos; the actual analysis of the diploma of administrative reorganization in Mozambique, based on the principle of decentralization, of 1907.

Keywords: Portuguese Empire; Mozambique; Colonial Administration; Aires de Ornelas e Vasconcelos; Madeira.

A historiografia portuguesa não teve ainda em devida consideração a questão da participação das elites insulares no processo de governação do Império Colonial Português. A este respeito, é particularmente emblemático o caso do Arquipélago da Madeira, que foi um verdadeiro alfobre de quadros superiores da administração colonial. De facto, considerando apenas a última configuração imperial portuguesa, adstrita aos séculos XIX e XX, podemos identificar um número muito significativo de madeirenses que desempenharam funções políticas, militares e eclesiásticas de grande relevância ao nível da governação do Império, entre os quais vários

governadores e até alguns ministros. Por exemplo, no século XIX, José Ferreira Pestana³ foi um dos mais carismáticos governadores do Estado Português da Índia (1844-1851 e 1864-1870), bem como Ministro da Marinha e do Ultramar (1841-1842). No século XX, mais propriamente durante o Estado Novo, o funchalense Gabriel Maurício Teixeira⁴ foi governador de Macau (1940-1946) e de Moçambique (1946-1958), ao passo que Fernando Santos e Castro⁵ e Bettencourt Rodrigues⁶ foram, respetivamente, governadores de Angola (1972-1974) e da Guiné (1973-1974). No plano da governação eclesiástica do Império merecem especial destaque as figuras de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos⁻, Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente (1874-1880), D. Teodósio Clemente de Gouveia⁶, Arcebispo de Lourenço Marques (1941-1962) e primeiro cardeal residente em África (1946-1962), e D. Manuel Ferreira Cabral⁶, Bispo da Beira (1967-1971).

Mas estes são apenas alguns casos de notáveis madeirenses envolvidos no processo de governação colonial e que nos permitem vislumbrar o grau de inserção das elites insulares num plano governativo mais lato, não apenas metropolitano, mas também imperial. Este fenómeno de exportação de quadros superiores para o Império é aliás uma questão que deve ser estudada numa perspetiva de longa duração, tendo em conta o papel central desempenhado pela Madeira nos processos de expansão ultramarina e de construção das várias configurações imperiais portuguesas ao longo da História.

De resto, é também nesse contexto que deve ser entendida a significativa participação de colonos madeirenses no processo de povoamento dos territórios coloniais portugueses em África. Referimo-nos, em especial, a três casos: por um lado, o programa estatal de povoamento branco do Planalto da Huíla, no Sul de Angola, com colonos recrutados fundamentalmente na Ilha da Madeira entre 1884 e 1891, tendo daí resultado a fundação de várias localidades, nomeadamente da cidade do

³ Sobre José Ferreira Pestana *vide* CARREIRA, 2001, «Índia», pp. 668-671.

Sobre o Governo-Geral de Gabriel Maurício Teixeira em Moçambique vide PIMENTA, 2018, Brancos de Moçambique [...], pp. 80, 84-85, 89-104.

⁵ Sobre o Governo-Geral de Fernando Santos e Castro em Angola *vide* PIMENTA, 2008, *Angola. Os Brancos* e a Independência, pp. 322, 334-336, 340 e 349-351.

⁶ Sobre o Governo de Bettencourt Rodrigues na Guiné *vide* CUNHA, 1977, *África: a vitória traída*.

⁷ Sobre D. Aires de Ornelas e Vasconcelos *vide* BARROS, 1998, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos* [...].

⁸ Sobre D. Teodósio Clemente de Gouveia vide VELOSO, 1965, D. Teodósio Clemente de Gouveia [...].

⁹ Sobre D. Manuel Ferreira Cabral vide AA. VV., 1983, D. Manuel Ferreira Cabral [...].

Lubango (antiga Sá da Bandeira)¹⁰; por outro lado, a migração espontânea, livre e não dirigida, de muitos pescadores e de agricultores madeirenses para a costa de Moçâmedes (Angola) e para o vale do Maputo (Moçambique) ao longo do século XX¹¹; por fim, a instalação de um número significativo de colonos madeirenses nos colonatos criados pelo Estado Novo no Norte de Moçambique na década de 1960, nomeadamente o colonato de Nova Madeira¹². Contudo, esta é uma temática que só por si merece uma análise individualizada, sendo da máxima importância para uma melhor compreensão da história social da diáspora madeirense (e da colonização portuguesa), não constituindo contudo o objeto deste artigo. Por ora, cumpre-nos apenas salientar a relevância historiográfica da *agência* do madeirense – ou como colono, ou como quadro da administração colonial – no âmbito da colonização portuguesa contemporânea.

Dito isto, de todos os madeirenses que participaram no processo de governação – e de construção – do Império Luso-africano, há porventura uma figura que ressalta pelo impacto da sua ação política, tanto no plano insular, como nacional e ultramarino. Referimo-nos mais concretamente ao Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, sobrinho homónimo do já citado Arcebispo de Goa e um dos mais célebres militares e políticos da fase final da monarquia, pertencendo à famosa "geração de 1895" que se afirmou nas campanhas militares de ocupação em Moçambique. Com uma carreira administrativa colonial de renome, Aires de Ornelas e Vasconcelos desempenhou as funções de Ministro da Marinha e do Ultramar entre 1906 e 1908. Durante o período em que exerceu essas funções, elaborou importantes leis e decretos para o Império, sendo o seu projeto mais ambicioso o da reforma da organização administrativa de Moçambique de 1907. Essa reforma seria pautada pela descentralização administrativa à imagem do modelo colonial inglês e pela

Em resposta ao estabelecimento de cerca de duas centenas de *bóeres* no Planalto da Huíla no início da década de 1880, o Estado Português decidiu lançar um programa de colonização dirigida com colonos portugueses recrutados sobretudo na Madeira. A primeira leva de 208 colonos atingiu o Planalto da Huíla em janeiro de 1885, tendo então fundado a povoação do Lubango, mais tarde cidade de Sá da Bandeira. Um ponto muito significativo a salientar é o de que a colonização foi feita desde o seu início com famílias inteiras, incluindo um grande número de mulheres, facto que proporcionou a constituição de um núcleo colonial branco auto-sustentável do ponto de vista demográfico. Em 1891 viviam cerca de mil e quinhentos colonos brancos na Huíla, valor que aumentou para mais de dois mil e quinhentos em 1900, dos quais dois mil e cem portugueses e quase quinhentos *bóeres*. Em 1910, à data da implantação da República Portuguesa, já viviam cerca de três mil e cem colonos brancos, dos quais 2370 portugueses e 784 *bóeres*. Veja-se a este respeito MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*; ARRIMAR, 1997, *Os Bettencourt: da ilha da Madeira ao planalto da Huíla*; PIMENTA, 2005, *Brancos de Angola* [...]; BASTOS, 2011, «Ilhas, planaltos e travessias: os fluxos de madeirenses entre plantações e colónias», pp. 187-196.

¹¹ PIMENTA, 2014, «Emigração madeirense para Angola e Moçambique (1930-1948). O Caso do Arquivo da Agência Ferraz», pp. 93-110.

¹² PIMENTA, 2018, *Brancos de Moçambique* [...], p. 38.

reintrodução dos princípios preconizados na Lei Orgânica do Ultramar de 1 de dezembro de 1869, do então Ministro Rebelo da Silva.

Neste sentido, o presente artigo tem por objeto o pensamento colonial de Aires de Ornelas e Vasconcelos expresso no projeto de reforma da administração colonial portuguesa em Moçambique, o Decreto com força de lei de 23 de maio de 1907. Como tal, procuramos colocar em perspetiva o contributo e a originalidade do pensamento de um dos mais importantes monárquicos africanistas do seu tempo. Para o efeito, usamos como fontes as obras e os discursos escritos e proferidos pelo próprio Aires de Ornelas e Vasconcelos, bem como os textos das Reformas administrativas de 1869 e de 1907 e ainda algumas obras complementares. O artigo está organizado em três pontos, os quais focam: o contexto político e colonial da época, com destaque para Moçambique; a biografia e o pensamento em matéria colonial de Aires de Ornelas e Vasconcelos; a análise propriamente dita do diploma de reorganização administrativa de Moçambique, assente na descentralização, de 1907.

1 - Contexto Político

Portugal, nos últimos anos da monarquia, entre o *Ultimatum* Inglês de 1890 e a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, viveu um período de grande agitação política fruto de inúmeras vicissitudes. O choque na opinião pública provocado pelo *Ultimatum*, as contínuas ameaças externas ao alegado «património» colonial português em África, a crise do sistema do rotativismo dos partidos monárquicos, o crescimento do Partido Republicano Português¹³, que procurava minar por todos os meios a credibilidade da monarquia, criaram uma grande instabilidade política particularmente evidente na primeira década do século XX.

Em vão, o rei D. Carlos¹⁴ tentou modificar o já desgastado sistema político-partidário do rotativismo, caracterizado pela alternância no poder entre progressistas e regeneradores, e travar o avanço do republicanismo. Nas palavras de Joaquim Veríssimo Serrão, a «deterioração da vida política e parlamentar não deixava de constituir um trunfo na difusão do ideal republicano»¹⁵. Os governos foram-se sucedendo, tentando cada um deles alterar o rumo da situação política. O célebre gabinete da «Vida Nova»¹⁶, os ministérios do açoriano Hintze Ribeiro¹⁷ (1893-1897 e

¹³ CATROGA, 1991, O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910.

¹⁴ RAMOS, 2008, *D. Carlos*.

¹⁵ SERRÃO, 1988, *História de Portugal* [...], p. 18.

¹⁶ SANTOS, 2003, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a "Vida Nova"», pp. 311-355.

¹⁷ CLUNY, 2019, Ernesto Hintze Ribeiro (1849-1907) – Biografia Parlamentar.

1900-1903) ou o governo de João Franco¹⁸ (1906-1908) foram exemplos de governos que tentaram revigorar o regime monárquico.

Neste contexto, João Franco foi certamente a "última aposta" de D. Carlos. Elemento proeminente do Partido Regenerador, João Franco desempenhou um conjunto de cargos importantes em vários governos, nomeadamente no ministério de Hintze Ribeiro de 1893-1897, tendo então assumido a pasta do reino¹⁹. Contudo, essa militância partidária seria afetada por vários fatores, entre os quais rivalidades com outros líderes regeneradores, levando João Franco à rutura e dissidência do Partido Regenerador. Em 1903, João Franco formou o Partido Regenerador-Liberal e, com o apoio do monarca e de algumas das principais figuras da vida política, militar e intelectual da época, em especial alguns dos oficiais africanistas – Eduardo da Costa, Paiva Couceiro ou Aires de Ornelas e Vasconcelos²⁰ –, conseguiu chegar ao poder em 1906. Teve então início o período que ficaria conhecido como o «Franquismo»²¹. Fortemente acossado pelos partidos tradicionais monárquicos e pelo movimento republicano, a governação franquista evoluiu no sentido autoritário a partir de 1907, ocorrendo então a dissolução do parlamento e a concessão de poderes ditatoriais a João Franco por parte do monarca²². Mas a ditadura franquista produziu o efeito contrário, provocando o crescimento exponencial da agitação política, sobretudo em Lisboa, e o concomitante crescimento do Partido Republicano²³. O corolário deste processo foi representado pelo regicídio de 1 de fevereiro de 1908²⁴, com o homicídio de D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe, e o subsequente afastamento de João Franco do poder. Dois anos depois a monarquia caía, sendo implantada a República Portuguesa.

Mas o contexto político nacional deve ser igualmente entendido à luz da evolução da situação colonial, havendo uma clara interdependência entre política metropolitana e governação ultramarina. Em termos políticos, o *Ultimatum* inglês de 1890 foi um «dos maiores pólos de agitação política, social e ideológica do fim do século em Portugal»²⁵. De facto, a questão colonial era central para os vários governos do final da monarquia, sendo que a necessidade imperiosa de ocupar efetivamente

¹⁸ RAMOS, 2001, João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908).

¹⁹ SERRÃO, 1988, *História de Portugal* [...], p. 52.

²⁰ SERRÃO, 1988, *História de Portugal* [...], pp. 116-117.

²¹ SARDICA, 2013, «Franquismo», p. 113.

²² SARDICA, 2013, «Franquismo», p. 115.

²³ SERRÃO, 1988, *História de Portugal* [...], p. 128.

²⁴ TAVARES, 2008, *O Regicídio*.

²⁵ SARDICA, 2013, «Ultimato Britânico», p. 1029.

os territórios africanos, devido às pressões internacionais, trazia grandes custos para o erário público²⁶. Esses custos fizeram-se sentir em termos económicos e financeiros, contribuindo em grande medida para o espoletar das crises de 1891-1892 e de 1897-1898. Toda esta conjuntura fez surgir vozes dissonantes sobre o futuro das colónias, a sua manutenção ou a sua venda. A cobiça de outras potências coloniais e a crise que afetava o país fizeram com que personalidades como Oliveira Martins apresentassem projetos com vista à venda de Moçambique, colónia que suscitava grande interesse a ingleses, alemães e *bóeres*²⁷. Porém, não era esta a posição dominante na política portuguesa, uma vez que a generalidade dos monárquicos e dos republicanos defendia a construção de um «grande» Império Colonial em África²⁸.

Neste sentido, era indispensável ocupar os territórios de Angola, da Guiné e de Moçambique. O caso moçambicano era particularmente premente devido à concorrência da *British South African Company*, de Cecil Rhodes, que, através do apoio fornecido aos diversos reinos e entidades políticas africanas, procurava sabotar o projeto colonial português²⁹. A ocupação do espaço moçambicano realizou-se em termos militares em especial após 1894-1895³⁰. Foram várias as campanhas militares de ocupação do território moçambicano, mas nenhuma teve a dimensão política da Campanha de 1895, que culminou no aprisionamento do Imperador Gungunhana, soberano do Império Vátua. Esta campanha granjeou um grande prestígio a um grupo de jovens oficiais portugueses, a chamada "geração de 1895", cujos "feitos militares" foram sucessivamente celebrizados pela propaganda colonial, nomeadamente durante o Estado Novo. Dela destacaram-se figuras como Mouzinho de Albuquerque, João de Almeida, Paiva Couceiro e o próprio Aires de Ornelas e Vasconcelos³¹.

Por outro lado, a ocupação militar dos territórios africanos obrigou à definição de novos modelos de administração do Império, tanto no plano da governação política, como no campo da gestão dos recursos económicos e do controlo das populações colonizadas, revestindo-se neste caso de particular importância o

²⁶ PEDREIRA, 1998, «Imperialismo e Economia», pp. 274-277.

²⁷ ALEXANDRE, 1996, «Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins», pp. 183-201; RAMOS, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, pp.145-146.

²⁸ PIMENTA, 2010, Portugal e o Século XX. Estado-Império e descolonização, 1890-1975.

²⁹ ALEXANDRE, 1998, «Situações Coloniais: II – O Ponto de Viragem: As Campanhas de Ocupação», pp. 182-183.

³⁰ PÉLISSIER, 1988, História de Moçambique. Formação e oposição, 1854-1918.

³¹ COLÓNIAS, 1947, As campanhas de Moçambique em 1895, segundo os contemporâneos.

controlo da mão de obra indígena³². À semelhança do Império Francês, a solução político-administrativa adotada pelos portugueses radicava numa visão centralizadora da governação colonial e contrária a qualquer forma de autonomia das colónias. De facto, o poder estava solidamente instalado em Lisboa, nas mãos do Ministro da Marinha e do Ultramar, que delegava alguns poderes aos governadores coloniais por si nomeados. A legislação colonial era elaborada em Lisboa, pelas Cortes portuguesas, tal como os orçamentos das várias colónias, sendo que dependiam também de decisão ministerial a fixação de impostos e taxas, a regulamentação do trabalho e a concessão de terras. O Governador-Geral – nos casos de Angola e de Moçambique – só podia legislar em caso de emergência, se bem que o estado quase permanente de guerra tenha permitido, na viragem do século, uma certa concentração de poderes na sua pessoa e, consequentemente, uma tendência para uma maior "autonomia", mais prática do que formal. Paralelamente, as populações das colónias – ou melhor, os colonos brancos, os africanos assimilados e os luso-asiáticos (goeses e macaenses) – tinham uma representação política muito limitada nos órgãos administrativos e de governação, podendo participar nas eleições para deputados às Cortes e nas eleições para as Câmaras Municipais (que eram em número reduzido, tanto em Angola, como em Moçambique). Nalgumas colónias funcionavam, junto do respetivo governador, órgãos de coordenação e consulta técnica, nomeadamente o Conselho de Governo, que tinha funções essencialmente consultivas, podendo substituir o titular nos seus impedimentos, sendo composto por representantes da Igreja, das Forças Armadas, da Junta de Fazenda e por vogais *eleitos*, que na realidade eram designados pelo governador³³.

Mas este modelo assente na centralização do poder nas mãos do governo metropolitano não permitia uma administração eficiente das colónias, nem tão pouco o seu desenvolvimento económico e social. Lisboa estava demasiado longe, sendo na maior parte das vezes ignara da real situação dos territórios, dos seus problemas e necessidades, das suas legítimas aspirações de crescimento e de progresso nos mais diversos planos³⁴.

Além disso, no plano económico e financeiro, o Estado Português não dispunha de capitais suficientes para fomentar a exploração dos recursos das colónias, tendo

³² Sobre a questão do controlo da mão de obra indígena *vide* PIMENTA, 2019, «Corpos para trabalhar: a questão da mão-de-obra indígena (negra) na África Portuguesa», pp. 154-168. Cf. JERÓNIMO, 2015, *The Civilising Mission of Portuguese Colonialism*, 1870-1930.

³³ PIMENTA, 2005, *Brancos de Angola* [...], pp. 68-69.

³⁴ Ainda que mais vocacionada para o caso angolano, veja-se, a este respeito, a obra de MACEDO, 1910, *Autonomia de Angola. Estudo de administração colonial*.

de aceitar a participação de capitais externos no processo de colonização, o que foi particularmente evidente em Moçambique. Esses investimentos externos – ainda que sob a capa de empresas privadas – eram em larga medida promovidos por outras potências coloniais desejosas de controlar – formal ou informalmente – os territórios administrados por Portugal. Assim, o Centro e o Norte de Moçambique foram entregues à gestão privada de companhias internacionais, formadas maioritariamente por capitais estrangeiros e dotadas de poderes majestáticos. Ainda assim, a entrega de vastas regiões do território moçambicano à administração privada de empresas majestáticas – não especificamente portuguesas – foi provavelmente a única forma de assegurar a manutenção (e nalguns casos a extensão) da soberania portuguesa, potenciando ao mesmo tempo a exploração dos recursos económicos dessas regiões. A Companhia de Moçambique ou a Companhia da Zambézia foram exemplos deste tipo de empresas³⁵. A este respeito, importa referir que Portugal tentou fundar algumas companhias exclusivamente com capitais nacionais. Contudo, não conseguiu atrair investidores capazes de competir com as companhias internacionais, incomparavelmente mais fortes em termos de capitais, representantes dos interesses alemães e ingleses, que por detrás dificultavam a governação de Moçambique³⁶. Como tal, os interesses externos sobrepunham-se aos interesses nacionais e as companhias majestáticas contribuíam decisivamente para isso, servindo muitas das vezes os desígnios das potências estrangeiras.

Todos estes condicionantes colocavam em causa a integridade da soberania portuguesa, bem como o desenvolvimento económico e social de Moçambique. Vários governadores da colónia, nomeadamente António Enes³⁷ ou Mouzinho de Albuquerque³⁸, chamaram a atenção para o problema, cuja solução teria necessariamente de passar por uma mudança do modelo administrativo. Enquanto a colónia não fosse governada a partir da colónia, esta ficaria à mercê dos interesses externos que se antepunham aos interesses nacionais. Assim, era necessário terminar com a rígida centralização do poder que não tinha em vista a realidade de Moçambique. Era necessário governar de perto o território moçambicano, adotando para o efeito um novo modelo governativo assente na descentralização político-administrativa e financeira de Moçambique. Moçambique teria de ser governado

³⁵ VAIL, 1980, *Capitalism and Colonialism in Mozambique*, [...]. Sobre a problemática da propriedade da terra em contexto colonial veja-se em especial DIREITO, 2020, *Terra e colonialismo em Moçambique*.

³⁶ ORNELAS, 1934, «Livro Segundo – Ultramar», in *Colectânea das suas principais obras militares e colo*niais, Vol. III, p. 247.

³⁷ ENES, 1947, Moçambique.

³⁸ ALBUQUERQUE, 1934, *Mocambique*, 1896-1898.

a partir de Moçambique, ainda que no quadro do Império Português. A mudança chegaria – em parte – com o Decreto de 23 de maio de 1907, redigido e publicado por Aires de Ornelas e Vasconcelos, Ministro da Marinha e do Ultramar.

2 – Biografia e Pensamento Colonial de Aires de Ornelas e Vasconcelos

Aires de Ornelas e Vasconcelos foi uma das principais personalidades do final da monarquia portuguesa, tendo tido um percurso militar, político e diplomático como poucos. É sem dúvida um dos mais célebres monárquicos africanistas do seu tempo. Nascido a 5 de março de 1866, na freguesia de S. Lourenço da Camacha, concelho de Santa Cruz, distrito do Funchal³⁹, Aires de Ornelas e Vasconcelos pertencia a uma das mais importantes famílias aristocráticas da Madeira. Era filho primogénito de Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolin de Moura, 14.º Morgado do Caniço, e de D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, filha do 8.º Conde da Ponte e de D. Maria Teresa de Sousa Botelho, dos Morgados de Mateus, Condes de Vila Real. Era igualmente sobrinho de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente. O seu pai, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos, era Par do Reino, de forma que Aires de Ornelas e Vasconcelos foi mais tarde, por direito hereditário, Par do Reino (1902)⁴⁰.

Aires de Ornelas e Vasconcelos iniciou o seu percurso académico ao ingressar na Escola Politécnica, no mesmo período em que se alistou como voluntário no Regimento de Cavalaria n.º 4 em 1881⁴¹, começando também o seu percurso militar. Em 1889, ao terminar com sucesso os estudos do Corpo do Estado-Maior na Escola do Exército, foi feito alferes, sendo dois anos depois promovido a tenente e, em 1897, a capitão⁴². Tal como já referimos, fez parte da famosa "geração de 1895", a geração de militares que combateu em África nas campanhas de ocupação de Moçambique. Participou nas campanhas militares de 1895 a 1897, com destaque para a Campanha de 1895, nos distritos de Lourenço Marque e Inhambane, contra os landis e contra

³⁹ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, Paróquia da Camacha, Registos de Batismos, 1860-1893 (Cota 2180 a 2213). Registo de Batismo de Aires de Ornelas e Vasconcelos. Cf. RAMOS, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 957.

⁴⁰ O Arquivo e Biblioteca da Madeira guarda um importante fundo documental relativo à família Ornelas e Vasconcelos, avultando, para a segunda metade do século XIX, a documentação respeitante a Agostinho de Ornelas de Vasconcelos e ao seu irmão, o Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Veja-se a este respeito BARROS, 1998, Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos [...].

⁴¹ RAMOS, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 958.

⁴² RAMOS, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 958.

o Império Vátua de Gungunhana⁴³. Nestas operações militares, Ornelas esteve presente em vários contextos, entre eles: o combate de Marracuene, que permitiu a rápida ocupação do distrito de Lourenço Marques; a missão política e diplomática ao Imperador Gungunhana em Manjacase, juntamente com o Conselheiro José de Almeida; ou os combates de Coolela⁴⁴. A sua ação diplomática e militar valeu-lhe o reconhecimento por parte dos seus superiores, nomeadamente de Mouzinho de Albuquerque, que o nomeou Chefe do Estado-Maior em Moçambique em 1896. Esse reconhecimento fez-se também com condecorações, louvores e com a concessão de uma pensão por parte do Estado Português⁴⁵.

Em 1898, Aires de Ornelas e Vasconcelos regressou a Lisboa, apresentando-se ao serviço do Corpo do Estado-Maior. Na metrópole iniciou a sua atividade política, ao mesmo tempo que fundou a *Revista do Exército e da Armada*. A partir de 1902, ocupou o cargo de diretor do *Jornal das Colónias*⁴⁶. Fez valer a sua posição política quer através do seu jornal, quer através da realização de sessões na Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo feito parte da direção desta instituição a partir de 1905. Nessas sessões criticou sistematicamente a «administração regeneradora no Ultramar»⁴⁷. Para além dos cargos públicos na metrópole, Ornelas também se destacou pelo desempenho de serviços diplomáticos tanto em África como na Europa, destacando-se a «Missão diplomática à Beira e Manica em 1892, a Missão diplomática ao *Nyassaland Protectorate* em 1898 ou a Missão diplomática a Londres em 1902»⁴⁸.

Em 1905 voltou a Moçambique na qualidade de governador do distrito de Lourenço Marques. Contudo, no ano seguinte pediu a demissão do cargo, regressando à metrópole, onde assumiu o cargo de Ministro da Marinha e do Ultramar do governo de João Franco (maio de 1906). Portanto, aos 40 anos de idade, Ornelas ascendeu à «administração superior do Ultramar português»⁴⁹. O seu conhecimento em matéria colonial – e a adesão ao Partido Regenerador-Liberal de João Franco – foram fundamentais para a sua ascensão na política portuguesa⁵⁰. De maio de 1906 a

⁴³ LUPI, 1936, *Aires de Ornelas*, p.11.

⁴⁴ LUPI, 1936, *Aires de Ornelas*, p.11.

⁴⁵ LUPI, 1936, *Aires de Ornelas*, pp.12-13.

⁴⁶ RAMOS, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 958.

⁴⁷ RAMOS, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 958.

⁴⁸ LUPI, 1936, *Aires de Ornelas*, pp.16-17.

⁴⁹ LUPI, 1934, «Advertência», p. 11.

⁵⁰ RAMOS, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 959.

fevereiro de 1908⁵¹, Aires de Ornelas procurou reformar a administração das colónias portuguesas, nomeadamente em Moçambique. Deste curto período governativo salienta-se o seu mais ambicioso projeto: o Decreto com força de lei de 23 de maio de 1907. Tornou-se por esta altura ajudante-de-campo honorário do rei D. Carlos.

No entanto, com os assassinatos do monarca português e do príncipe herdeiro, e a concomitante queda do gabinete franquista, Aires de Ornelas abandonou o poder. Por ter pertencido e apoiado o governo de João Franco, foi alvo de violentas críticas, acabando por partir para o exílio após a implantação da República em 1910⁵². Uma vez regressado a Portugal, tornou-se no lugar-tenente de D. Manuel II e assumiu a liderança da Causa Monárquica em Portugal, sendo o seu maior representante e mais influente "doutrinário" até à sua morte. Neste sentido, cooperou nas tentativas por parte dos monárquicos de derrubar o regime republicano, em especial no episódio da "Monarquia do Norte" (1919), facto que lhe a valeu a prisão durante alguns meses. Por duas vezes foi eleito deputado ao parlamento republicano, em 1918 e 1922, mantendo-se politicamente ativo em defesa do ideal da monarquia⁵³. Dedicou-se igualmente à administração do património da sua família na Ilha da Madeira, tendo mandado erigir um monumento ao Sagrado Coração de Jesus vulgarmente conhecido como Estátua do Cristo-Rei – no sítio do Garajau, freguesia do Caniço, em 1927. Embora desposado com D. Maria de Jesus de Sousa e Holstein, neta dos Marqueses de Sesimbra, não teve descendência. Faleceu em Lisboa, em 14 de dezembro de 1930.

No plano intelectual, deixou importantes obras e discursos proferidos nas sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa, nomeadamente: *Raças e Linguas Indigenas da Província de Moçambique*; *O Problema Naval*; *Cartas de África* (Vol. I, *Campanha de 1895*; Vol. II, *Viagem com o Príncipe-Real*); *As teorias de Charles Maurras*; *O primeiro ano da guerra*; *O segundo ano da guerra*; *O Ultramar Português*. Teve grande impacto a sua conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 30 de novembro de 1901, intitulada *A Nossa Administração Colonial*: *O que é, o que deve ser*⁵⁴. Claramente, o seu pensamento em matéria colonial recebeu várias influências. Os anos de experiência em África – como militar e administrador – deram-lhe contributos indispensáveis para a identificação dos problemas na

⁵¹ LUPI, 1936, *Aires de Ornelas*, p.17.

⁵² RAMOS, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 959.

⁵³ CARVALHO, 2013, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», p. 1088.

⁵⁴ LUPI, 1936, *Aires de Ornelas*, p. 19.

província⁵⁵ de Moçambique. A corrente nacionalista onde se insere a sua geração, marcada pelo cientismo e pelas teorias evolucionistas, ajudou à organização da sua "ideologia colonial" contrária ao modelo de assimilação. Por fim, a influência do modelo colonial inglês foi determinante na estruturação de um projeto de descentralização administrativa, expresso na reorganização da província de Moçambique em 1907. Senão vejamos.

Os anos de experiência militar e política em território moçambicano foram fundamentais para a compreensão da realidade da colonização portuguesa em África. Ornelas pôde conhecer de perto o espaço moçambicano, em especial o distrito de Lourenço Margues, os seus problemas, especificidades e potenciais. Tomou consciência da relevância económica e geoestratégica do porto e do caminho de ferro de Lourenço Marques que, para além de constituírem as principais fontes de receita da colónia, eram ainda imprescindíveis para o desenvolvimento das vizinhas colónias britânicas. E à luz dessa relevância, percebeu que somente a cidade de Lourenço Marques poderia desempenhar eficazmente as funções de capital de Moçambique. Aires de Ornelas e Vasconcelos compreendeu também a lógica de funcionamento do sistema de prazos da Zambézia, o qual tinha sido um instrumento relevante para a fixação da população e expansão da influência portuguesa para regiões localizadas no interior de Moçambique. Conhecer de perto a colónia foi portanto fundamental para a formação do pensamento colonial de Ornelas, revelando-se de grande utilidade aquando do desempenho do cargo de Ministro da Marinha e do Ultramar.

Mas o seu pensamento foi também influenciado pelas políticas gizadas – mas não totalmente concretizadas – por António Enes e por Mouzinho de Albuquerque na década de 1890 em Moçambique⁵⁶. Estes dois governadores-gerais, enviados com o estatuto de comissários régios para Moçambique, tinham procurado colocar em prática algumas reformas no sentido de dar maior autonomia à então Província de Moçambique e, ao mesmo tempo, minimizar a política de assimilação defendida pelo Estado Português. Críticos ferozes do centralismo do governo metropolitano, encabeçavam uma corrente reformista, favorável à descentralização administrativa,

⁵⁵ Na fase final da monarquia, os termos «província» e «colónia» eram utilizados indistintamente para designar os territórios ultramarinos portugueses. Por norma, Aires de Ornelas e Vasconcelos usa a expressão «Província de Moçambique», denominação oficial presente no decreto de 23 de maio de 1907. É nesse contexto e com essa aceção – o de território colonial – que usamos a palavra «província» neste estudo.

⁵⁶ ORNELAS, 1901, *Raças e Línguas Indígenas em Moçambique* [...], p. 63. Para uma perspetiva histórica acerca das governações de António Enes e de Mouzinho de Albuquerque veja-se NEVES, 2001, «Moçambique», pp. 469-584.

onde «a maior integração com a Metrópole devia fazer-se sem um excesso de centralismo»⁵⁷. O trabalho destas duas figuras teve forte influência na forma como Ornelas comandou os destinos de Moçambique através da pasta da Marinha e Ultramar.

Uma das outras influências presente no pensamento de Ornelas diz respeito às correntes teóricas – em particular ao nacionalismo cultural – onde se insere a sua geração, a dos monárquicos africanistas. Esse nacionalismo surgiu num período de grande instabilidade para Portugal, que via o seu "património colonial" ameaçado externamente, no contexto da partilha do continente africano e de acesas disputas diplomáticas entre as potências europeias⁵⁸. A ideia de um ressurgimento nacional terá estado na origem das campanhas de ocupação colonial e nas teorias legitimadoras da raça portuguesa. Os monárquicos africanistas fizeram assim uma «utilização consciente da história como instrumento ideológico capaz de corroborar a individualidade e as qualidades da raça portuguesa»⁵⁹, construindo a ideia de imperialismo português⁶⁰. Exaltaram os «feitos antigos» através de uma carga simbólica para explicar a vocação civilizadora do povo português, legitimar a presença colonial em África e afirmar a pretensa superioridade da raça portuguesa. Esta ideia estará presente na «atividade doutrinária (destes oficiais como Ornelas) plasmada em livros, conferências, opúsculos e discursos oficiais»⁶¹.

Contudo, importa salientar que no seio dos monárquicos africanistas havia correntes diferentes quanto ao modelo administrativo e à ideologia colonial a adotar por Portugal. Assim, Paiva Couceiro e João de Almeida pertenciam à tendência que defendia a centralização administrativa e a ideia de assimilação, em termos gerais «um imperialismo místico [...] que centrava o discurso na valorização da fé e das qualidades civilizadoras da raça»⁶². Eduardo da Costa e Aires de Ornelas afastavam-se desta conceção, defendendo um modelo assente na descentralização administrativa das províncias ultramarinas⁶³.

Por outro lado, em Ornelas vemos um discurso ideológico característico da época, ligado à etnicidade, mostrando aliás uma clara influência das teorias cientistas

⁵⁷ SERRÃO, 1988, *História de Portugal* [...], p. 180.

⁵⁸ SANTOS, 2003, «Imperialismo e ressurgimento nacional», p. 15.

⁵⁹ SANTOS, 2003, «Imperialismo e ressurgimento nacional», p.12.

⁶⁰ Sobre o imperialismo português veja-se: HAMMOND, 1966, *Portugal and Africa: 1815-1910* [...]. Para uma perspetiva oposta: CLARENCE-SMITH, 1985, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975* [...].

⁶¹ SANTOS, 2003, «Imperialismo e ressurgimento nacional», p. 2.

⁶² SANTOS, 2006, A crise do império colonial português [...], p. 328.

⁶³ ALEXANDRE, 1998, «Configurações Políticas – Nação e Império», p. 137.

e evolucionistas ligadas a Darwin. Esse posicionamento teve claras consequências no contexto colonial⁶⁴, verificando-se nas suas obras e discursos a ideia da inferioridade dos indígenas africanos. Como tal, criticou e refutou o modelo de assimilação seguido por Portugal: «não os devemos querer assimilar a nós, partindo do principio que são eguaes a nós menos na cor, não são tal eguaes, são inferiores»⁶⁵. Defendeu a visão da superioridade europeia face aos africanos, apontando as características que supostamente os tornaria inferiores, por exemplo: «a persistencia no esforço não é o seu forte [...] incapazes d'essa persistencia e em qualquer esforço, e isso explica mais do que tudo a sua incapacidade como raça, para uma civilisação superior»⁶⁶.

Neste sentido, o conhecimento das populações autóctones e a definição do estatuto do indígena no contexto colonial eram de grande importância para Ornelas. Na memória Raças e Linguas Indigenas em Moçambique, apresentada ao Congresso Colonial Nacional, Ornelas fez um exaustivo levantamento étnico de Moçambigue. Um estudo que era tido como fundamental para a governação da província, já que permitia o conhecimento da "geografia de poderes" que aí se encontrava, dos inimigos de cada "tribo", dos vários idiomas, da sua organização política e social. Por isso, poderia ser uma ferramenta útil em caso de guerra, na "difícil diplomacia" com as chefias indígenas ou na cobrança dos impostos do mussoco e da palhota. Estes dois eram de particular relevância para as finanças moçambicanas, em especial na região da Zambézia, onde ainda vigorava o sistema dos prazos da coroa⁶⁷. De resto, o imposto da palhota funcionava para os indígenas como um «signal sensível da sua servidão», sendo uma marca da soberania portuguesa⁶⁸. No entanto, Aires de Ornelas chamava a atenção para a falta de «legislação indígena apropriada», referindo a necessidade de se fazer algo semelhante às «native laws das visinhas colonias inglesas»⁶⁹.

Conjugando a sua experiência em solo africano com a produção intelectual e literária da época assente no nacionalismo, Ornelas traçou o seu projeto de reforma administrativa de Moçambique, assente no princípio da descentralização. Neste âmbito, foi bastante influenciado pelo modelo colonial inglês e pela Lei Orgânica das Províncias Ultramarinas de 1 de Dezembro de 1869. De facto, a Lei

⁶⁴ ALEXANDRE, 1998, «Configurações Políticas – Nação e Império», p. 135.

⁶⁵ ORNELAS, 1901, Raças e Línguas Indígenas em Moçambique [...], p. 61.

⁶⁶ ORNELAS, 1901, Raças e Línguas Indígenas em Moçambique [...], p. 45.

⁶⁷ ALEXANDRE, 1998, «Situações Coloniais: II – O ponto de viragem: As Campanhas de Ocupação (1890-1930)», p. 187.

⁶⁸ ORNELAS, 1901, Raças e Línguas Indígenas em Moçambique [...], p. 57.

⁶⁹ ORNELAS, 1901, Raças e Línguas Indígenas em Moçambique [...], p. 61.

Orgânica do Ultramar de 186970, elaborada pelo Ministro Luís Augusto Rebelo da Silva, reformou a administração civil dos territórios ultramarinos, atribuindo grande importância à ação local e privilegiando a descentralização da administração para o bem das colónias⁷¹. Por sua vez, demonstrando-se contrário ao modelo francês, tido como excessivamente centralizado e favorável à assimilação da população indígena, Aires de Ornelas considerava o modelo inglês de colonização como sendo precursor da «concepção moderna da colonia, creando em paizes novos sociedades novas»⁷². Assim, Ornelas encarava o modelo inglês como o mais adequado ao modo de governação colonial, pautado pela descentralização – ou mesmo a autonomia - administrativa. Além disso, Aires de Ornelas defendia a edificação de «colónias de exploração em vez de colónias de educação», ou seja, um «imperialismo económico» à imagem do que era praticado noutros impérios europeus, onde havia uma ligação mais estreita entre o fomento económico da colónia e os interesses da metrópole⁷³. E, em certas situações, entendia como exequível a imposição de um domínio indireto às populações africanas, tendo em vista a construção de uma «African Commonwealth»⁷⁴.

Neste sentido, Aires de Ornelas e Vasconcelos identificou a «centralização» e a «assimilação» como os dois principais males da política administrativa portuguesa⁷⁵ e apontou a «independência» e a «liberdade» como os caminhos que a administração lusa deveria de seguir em África⁷⁶.

Relativamente a Moçambique, Aires de Ornelas e Vasconcelos considerava que faltava uma maior iniciativa local, sendo indispensável outorgar maiores poderes aos principais cargos administrativos – sobretudo aos governadores-gerais e aos governadores de distrito. A falta de interesse e de confiança não fixava os colonos, nem capitais, e a propriedade da terra – «primeiro interesse a favorecer n'uma colonia»⁷⁷ – era de difícil acesso devido à burocracia supérflua fruto da excessiva centralização. Ornelas dava o exemplo do processo de concessão de um terreno em Moçambique, descrevendo passo a passo as demoradas etapas até chegar à

⁷⁰ GRACIAS, 1894, «Prólogo», in *Decreto de 1 de Dezembro de 1869* [...], p. 8.

⁷¹ Decreto de 1 de dezembro de 1869, in *Diário de Governo*, 9 de dezembro de 1869, n.º 280.

⁷² ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 5.

⁷³ SANTOS, 2006, A crise do império colonial português [...], pp. 328-329.

⁷⁴ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 12.

⁷⁵ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 12.

⁷⁶ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 14.

⁷⁷ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 15.

confirmação⁷⁸. Um longo processo que passava por várias entidades, algumas delas sediadas na metrópole, iniciando-se a 1 de janeiro de 1901 e terminando com um «alvará que deverá ter a data de tantos de março ou abril do anno que vem»⁷⁹ (seria já 1902). Logo a seguir, Ornelas comparava a situação com a das vizinhas colónias inglesas, onde o sistema de concessão de terras era bastante diferente e muito mais célere, devido à autonomia do poder local: «tendo entregue o meu requerimento em junho tenho o meu titulo de propriedade na minha mão no dia 1 de agosto»⁸⁰. Portanto, no caso de Moçambique, a «excessiva regulamentação comprime as iniciativas»⁸¹ e a falta de um «bom regímen de appropriação das terras»⁸² não permitia o objetivo ambicionado que seria o controlo dos recursos e a solidificação da presença portuguesa.

Desta forma, era necessário sair da tutela administrativa da metrópole – ainda que respeitando a soberania portuguesa –, porque as colónias deveriam ser governadas a partir dos locais de ação, dando «máxima liberdade d'acção aos poderes locais [pois] a estes pertence a livre iniciativa, à metrópole compete a fiscalização»⁸³. A solução deveria passar pela outorga de maiores poderes ao Governador-Geral e àqueles que o auxiliavam na administração colonial. A transferência de mais poderes e maiores competências para o Governador-Geral permitiria a eliminação – ou redução – de várias instâncias prejudiciais aos interesses da colónia, facilitando o seu desenvolvimento e progresso económico e social.

No fundo, serão estes os princípios da descentralização que estarão presentes na reorganização administrativa da Província de Moçambique, que ocorrerá com o Decreto com força de lei de 23 de maio de 1907, o mais ambicioso projeto de descentralização ultramarina do final da monarquia. Vejamos então de forma mais detalhada os conteúdos desse importante diploma legislativo.

3 – Decreto de 23 de maio de 1907

O Decreto de 23 de maio de 1907 tinha como objetivo primacial: «a reforma das instituições administrativas na parte em que uma prudente descentralização podia

⁷⁸ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], pp. 8-10.

⁷⁹ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 10.

⁸⁰ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 10.

⁸¹ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 14.

⁸² ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 6.

⁸³ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 13.

conceder á iniciativa local acção mais ampla»⁸⁴. Para o efeito, buscava a sua sustentação jurídica na Lei Orgânica do Ultramar Português de 1869, de Rebelo da Silva, tendo em vista a recuperação do princípio da «descentralização, iniciativa e acção local, emancipação da tutela»⁸⁵. Princípio esse nunca verdadeiramente concretizado.

Na primeira parte do decreto, entre as páginas 337 e 339, Aires de Ornelas e Vasconcelos procurou explicar – e justificar – a atribuição de um regime de descentralização a Moçambique, alegando que esta seria (então) a província mais rentável de todo o Império. Refutando a ideia de que Moçambique era uma das colónias mais atrasadas do Ultramar Português, Ornelas apresentava valores que demonstravam o sólido crescimento da sua receita nas décadas anteriores à promulgação do decreto. Isto mesmo se podia verificar no orçamento para 1906-1907, em que a receita total das províncias ultramarinas era computada em 10.759:231\$000 réis, sendo a de Moçambique de 5.935:192\$000 réis, ou seja, «mais de metade do total e quasi quatro vezes a da província de Angola⁸⁶. O distrito de Lourenço Marques contribuía decisivamente para o crescimento dos rendimentos da colónia, graças ao seu importantíssimo porto, que representava mais de metade do trânsito comercial de Moçambique. Em 1906, o trânsito comercial de Moçambique era calculado em cerca de 35.894:000\$000 réis, concorrendo o porto de Lourenço Marques com cerca de 20.720:004\$000 réis, ou seja, mais de metade do valor total⁸⁷. A juntar a esta infraestrutura, estava o caminho de ferro de Lourenço Margues. Porto e caminho de ferro eram decisivos para o desenvolvimento de Moçambique e das colónias britânicas da África Austral, em especial o Transval. Os números da alfândega e do caminho de ferro comprovavam o aumento excecional de mercadorias, tonelagens e rendimentos, não havendo comparação com o resto do Império. E tal como salienta Aires de Ornelas, «a provincia de Moçambique occupa hoje pelo seu rendimento, pelo seu movimento commercial, pelo seu trafego maritimo, o primeiro logar entre as colónias portuguesas»88.

Neste sentido, para Aires de Ornelas o futuro de Moçambique estava no sul da província, mais concretamente em Lourenço Marques, cidade onde se encontravam os centros de decisão, a maior parte da receita da província e os vários interesses políticos e militares⁸⁹ que fariam dela a urbe mais cosmopolita de toda a

⁸⁴ Decreto de 1 de dezembro de 1869, in *Diário de Governo*, 9 de dezembro de 1869, n.º 280, p. 1528.

⁸⁵ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 337.

⁸⁶ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 338.

⁸⁷ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 338.

⁸⁸ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 338.

⁸⁹ SERRÃO, 1988, *História de Portugal* [...], p. 260.

África Austral. Para Ornelas, era em Lourenço Marques «florescente cidade do sul que se ventilam as mais importantes questões da nossa Africa Oriental, quer nas suas relações com as colonias vizinhas, quer referentes a assuntos de vida interna»⁹⁰. Assim, em Lourenço Marques deveria ficar instalado, de forma definitiva, o Governo-Geral, de maneira a dar resposta rápida às complexas questões que aí se encontravam, principalmente os relacionados com os interesses e as pretensões dos vizinhos territórios britânicos. Com efeito, a posição geoestratégica de Moçambique, ligada umbilicalmente «ao futuro e ao desenvolvimento da Africa Austral e da Africa Central Britannicas»⁹¹, mostrava a necessidade de acompanhar de perto esse desenvolvimento, o qual só seria possível através da adoção dos princípios preconizados por Rebelo da Silva em 1869, ou seja, uma maior iniciativa local e uma maior liberdade de ação, ainda que dentro dos limites da legislação nacional e respeitando sempre a soberania portuguesa.

Por outro lado, Aires de Ornelas mostrava-se contrário a uma hipotética divisão do território moçambicano em duas províncias: uma ao norte, com capital na cidade de Moçambique ou em Tete; outra ao sul, com capital em Lourenço Marques. Ornelas era manifestamente contra essa eventual fragmentação da colónia, pois podia impedir o seu desenvolvimento, tendo inevitavelmente «repercussões no equilíbrio financeiro da província»⁹². Em alternativa, Ornelas propunha uma organização descentralizada do território em distritos, atribuindo mais competências aos governadores dos distritos, que passariam a ter maiores poderes e capacidade de ação, ainda que tivessem de atuar em conformidade com as disposições estabelecidas pelo Governador-Geral⁹³.

Na segunda parte do Decreto, entre as páginas 339 e 344, Ornelas descreveu o percurso histórico-administrativo de Moçambique, expondo diversas incongruências da política colonial portuguesa. No início, «colónia no sentido moderno da palavra não existia em Moçambique»⁹⁴. Durante muito tempo, o território moçambicano permaneceu um espaço «inexplorado» (por parte dos europeus, naturalmente) e ainda não ocupado pelas forças portuguesas. Uma situação que apenas se modificou nas últimas décadas do século XIX. Para além disso, a legislação promulgada denotava um forte desconhecimento da realidade moçambicana. Mesmo assim,

⁹⁰ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 343.

⁹¹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 338.

⁹² SERRÃO, 1988, *História de Portugal* [...], p. 258.

⁹³ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 343.

⁹⁴ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 339.

a reforma da legislação ultramarina de 1869 continha em si o potencial para uma reorganização administrativa capaz de modificar substancialmente a governação portuguesa de Moçambique, representando uma visão inovadora para a época. Essa legislação baseava-se em dois princípios destacados por Aires de Ornelas: «consistia a primeira em alargar a esphera das attribuições da autoridade superior nos ramos de administração [...] tendia a segunda a conceder mais ampla iniciativa ás provincias»⁹⁵. Uma visão que apontava o caminho a seguir em termos de política ultramarina: a autonomia administrativa das colónias e a concomitante responsabilização política pelas decisões tomadas. Portanto, caberia aos territórios ultramarinos, através das suas administrações descentralizadas e autónomas, escolher entre o «progresso e a inercia, entre o melhoramento e o atrazo», sendo que «os progressos mais desejados ficam dependentes da sua vontade e dedicação» 96. Mas este ideal descentralizador e até mesmo autonómico não vingou, tendo prevalecido uma perspetiva centralista da administração colonial, cerceadora da iniciativa local e que desvirtuou o sentido da legislação de 1869. Moçambique e as demais províncias ultramarinas permaneceram subordinadas ao governo central de Lisboa, esvaziando de poderes e de competências os órgãos de governo local, em especial os governadores-gerais e de distrito e os Conselhos de Governo.

No entanto, foram várias as vozes que se levantaram contra o centralismo administrativo, entre as quais as de alguns políticos e administradores coloniais. Por exemplo, Júlio Vilhena apontou para a necessidade de outorgar maiores competências aos governadores-gerais⁹⁷. E, na década de 1890, António Enes e Mouzinho de Albuquerque pugnaram por uma mudança no sentido da descentralização administrativa de Moçambique⁹⁸. Enes denunciou a submissão à metrópole como um mal que deveria de ser ultrapassado, tendo afirmado um princípio fundamental: «em Moçambique é que se ha de governar Moçambique!»⁹⁹ Aires de Ornelas não só se reclamou «herdeiro» das ideias de Enes, como também procurou sustentação teórica no plano internacional, socorrendo-se das ideias e dos ensinamentos de alguns dos grandes pensadores coloniais europeus da época, nomeadamente de Leroy-Beaulieu¹⁰⁰ e Lanessan. E, à luz do pensamento colonial de Leroy-Beaulieu, não teve pejo em afirmar que uma administração eficiente

⁹⁵ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 339.

⁹⁶ Decreto de 1 de dezembro de 1869, in *Diário de Governo*, 9 de dezembro de 1869, n.º 280, p. 1528.

⁹⁷ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 339.

⁹⁸ LUPI, 1934, «Advertência», pp. 25-26.

⁹⁹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 339.

¹⁰⁰ LEROY-BEAULIEU, 1902, *De la colonisation chez les peuples modernes*.

dos territórios ultramarinos teria necessariamente de passar pela autonomia em relação à pátria-mãe, pois uma «tutela administrativa é simplesmente nociva a uma colonia»¹⁰¹. O conhecimento dos problemas da colónia à colónia pertencia e não à metrópole que, por força da distância, não tinha plena noção da realidade aí existente. Uma organização simples, com vista ao rápido aproveitamento dos recursos, seria o essencial para o futuro desenvolvimento da colónia que, quando atingisse o estado de maturação, incorporaria, para além da administração já existente, as finanças¹⁰². Para que tudo isto resultasse era imprescindível «que o chefe da colonia seja o unico responsavel por tudo quanto nella se passa»¹⁰³.

Estes são os pontos fundamentais que Aires de Ornelas reteve para justificar a promulgação do seu decreto de 1907. Contudo, o próprio Aires de Ornelas reconheceu que eles eram ambiciosos demais para a realidade de Moçambique. Como tal, foi necessário fazer algumas cedências, combinando aspetos do modelo inglês com outros do modelo francês. Isto significava que a descentralização administrativa seria efetuada de forma gradual, pelo que a província não ficaria completamente autónoma da tutela metropolitana. O peso dessa tutela far-se-ia particularmente sentir na questão do orçamento da colónia, na medida em que a aprovação final do orçamento provincial caberia ao governo de Lisboa¹⁰⁴. Em todo o caso, o orçamento passaria a ser elaborado de forma descentralizada pelos governadores de distrito e pelos chefes de serviço distritais nos respetivos distritos de competência. Cada distrito teria o seu próprio orçamento, calculado segundo as respetivas receitas 105. A partir dos orçamentos distritais seria elaborado um orçamento único para toda a província, da responsabilidade do diretor da fazenda, que ficaria incumbido de organizar todo o orçamento que seria submetido à apreciação do Conselho de Governo. E, ainda que a última palavra coubesse ao governo central, o facto é que o orçamento decidido em Conselho de Governo teria de entrar em vigor nos prazos estabelecidos 106. Tal como preconizava Ornelas, «a provincia administra-se a si propria; a metropole fiscaliza» 107.

Dito isto, Aires de Ornelas e Vasconcelos passava a explicar as principais inovações do decreto. Desde logo, o poder legislativo ficava nas mãos do Conselho do

¹⁰¹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 340.

¹⁰² Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 340.

¹⁰³ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 340.

¹⁰⁴ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 340.

¹⁰⁵ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 341.

¹⁰⁶ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 341.

¹⁰⁷ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 341.

Governo. Com uma composição diversificada, o Conselho de Governo seria constituído por figuras de relevo na colónia, de forma a dar uma maior representatividade à "sociedade civil", sobretudo aos colonos. O exercício do poder seria repartido com o Conselho de Província, um dos órgãos administrativos mais salientes, que passaria a dispor de certos poderes administrativos e executivos, com vista ao desempenho de maiores competências que estavam anteriormente nas mãos da metrópole. Outra das novidades da reforma era a concessão de novos poderes aos chefes de serviço, que deixavam de corresponder diretamente com o governo central¹⁰⁸, sendo «independentes entre si, despachando directamente com o governador-geral»¹⁰⁹.

Paralelamente, uma das mais importantes inovações introduzidas pela reorganização administrativa foi a criação da Secretaria dos Negócios Indígenas¹¹⁰. Como já foi referido, Aires de Ornelas considerava que não havia legislação sobre a população indígena adequada à realidade existente em Moçambique. Era uma matéria fulcral e premente, tendo em conta a importância da mão de obra africana para o desenvolvimento da economia moçambicana (e das vizinhas colónias britânicas). Para Ornelas, era urgente legislar quanto à população indígena, mas não os querendo fazer «brancos de côr preta»¹¹¹. Assim, Ornelas considerava que o aproveitamento do indígena «só pode ser util se lhe dermos leis praticas, isto é, se legislarmos para o indigena de Moçambique, macua, matonga ou landin, e não para um *individuo de côr preta*, que se quer egual ao branco»¹¹². A Secretaria dos Negócios Indígenas deveria pois funcionar à imagem da instituição congénere existente nas colónias britânicas e tendo em consideração a legislação indígena promulgada por Cecil Rhodes.

Por outro lado, foram atribuídos maiores poderes e competências aos governadores de distrito. Este cargo tinha vindo a perder importância com o passar dos anos e os poderes que lhe deveriam estar associados permaneciam «fora da sua jurisdição»¹¹³. Matérias como as obras públicas, o serviço de saúde ou a alfândega não competiam ao governador de distrito, que praticamente não tinha qualquer autoridade nesses assuntos. Para além disso, tinha sido esquecida a sua «acção reguladora sobre os diversos serviços districtaes»¹¹⁴. Aires Ornelas considerava a

¹⁰⁸ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 340.

¹⁰⁹ ORNELAS, 1903, *A nossa administração colonial* [...], p. 17. Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 340.

¹¹⁰ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 340.

¹¹¹ ORNELAS, 1901, Raças e Línguas Indígenas em Moçambique [...], p 61.

¹¹² ORNELAS, 1901, *Raças e Línguas Indígenas em Moçambique* [...], p 62.

¹¹³ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 341.

¹¹⁴ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 342.

figura do governador de distrito fundamental para alcançar uma administração eficiente, capaz de promover o desenvolvimento e o progresso da província¹¹⁵. De resto, quer no modelo inglês, quer no francês, o governador de distrito era o braço direito do governador-geral. Seguindo esses exemplos, Aires Ornelas converteu o governador de distrito no garante do poder executivo – pertencente ao governador-geral – no respetivo distrito. Esse poder executivo seria exercido por intermédio dos chefes de serviço distritais, havendo lugar também à ação de um Conselho de Distrito¹¹⁶. Esta era uma das ideias base da reorganização administrativa de Moçambique: «a descentralização de poderes de grau para grau; a concentração da autoridade em cada grau»¹¹⁷.

As instituições municipais também foram alvo de reforma, devendo atender às especificidades de cada concelho, nomeadamente ao número de colonos brancos nele residentes.

Por outro lado, os cargos da administração colonial passaram a estar referenciados na legislação a partir deste decreto, de maneira a instituir um corpo administrativo moderno e com as devidas competências, capaz de governar adequadamente a província. Ornelas considerava indispensável a criação de uma «carreira administrativa colonial»¹¹⁸, conhecedora da realidade ultramarina e que estivesse preparada para desempenhar os exigentes cargos coloniais. A descentralização e toda a nova administração que se instituía só poderiam ter sucesso se houvesse, para além de pessoal adequado, ordem, disciplina, método e organização no corpo administrativo, que deveria trabalhar não em benefício próprio, mas sim pelo bem da província¹¹⁹.

Estavam assim justificadas as razões para o decreto de 1907, que buscou a sua inspiração no modelo inglês e nos princípios preconizados na Carta Orgânica do Ultramar Português de 1869, «regulando a iniciativa e a acção local, estabelecendo a descentralização, mas não querendo ainda emancipá-la da tutela, antes marcando e definindo a fiscalização da metropole»¹²⁰. Decreto esse que teria repercussões dentro de Portugal e no próprio estrangeiro, principalmente na África do Sul¹²¹.

¹¹⁵ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 341.

¹¹⁶ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 342.

¹¹⁷ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 354.

¹¹⁸ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 342.

¹¹⁹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 342.

¹²⁰ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 344.

¹²¹ LUPI, 1934, «Advertência», p. 23.

A última parte do diploma, entre as páginas 344 e 355, expõe a legislação em si, contendo 22 capítulos. Não querendo ser fastidiosos em minúcia de pormenores, parece-nos oportuno salientar certos aspetos mais relevantes de alguns capítulos.

O primeiro capítulo define a divisão administrativa do território moçambicano em distritos. Assim, Moçambique passava a estar dividido em cinco distritos: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique, sendo suprimido o antigo distrito de Gaza. Estes cinco distritos subdividiam-se em concelhos, circunscrições civis ou capitanias-mores, podendo ainda existir uma outra subdivisão administrativa em comandos militares¹²². Lourenço Marques via oficialmente consagrado o seu estatuto de capital da colónia. O segundo capítulo destaca-se de todos os outros, uma vez que se refere ao cargo e às funções do Governador-Geral, munido por este decreto de amplos poderes. O Governador-Geral, de nomeação régia, reunia em si «toda a autoridade superior da provincia, assim administrativa como militar, com absoluta exclusão de toda e qualquer ingerencia na decisão dos negócios judiciaes e eclesiásticos»¹²³. Muito embora estivesse subordinado ao Ministro da Marinha e do Ultramar, era o representante do governo metropolitano e o máximo responsável pelo exercício do poder executivo em Moçambique. Poder esse exercido por intermédio dos governadores de distrito e dos chefes de serviço¹²⁴. Entre as 28 funções que lhe eram atribuídas, destacavam-se: a direção da política indígena, a fiscalização das companhias privilegiadas, o comando das forças terrestres e marítimas da província, o exercício disciplinar sobre todos os funcionários que estiverem em serviço na província, o exercício de dar ou mandar dar posse a todos os magistrados e funcionários da província¹²⁵.

O terceiro capítulo do decreto diz respeito ao estatuto e competências dos chefes de serviço, que funcionariam como uma espécie de «ministros de estado»¹²⁶, auxiliando nas suas funções o Governador-Geral. Era através destes chefes de serviço que se exerceria a dupla ação que estava associada ao Governador-Geral: a ação executiva, mas também em parte a legislativa¹²⁷. Neste âmbito, os cargos com maiores poderes eram: o secretário-geral (cargo com poder legislativo), o chefe do estado-maior (cargo com poder militar), o inspetor da fazenda provincial (cargo com poder fiscal), o inspetor das obras públicas, o secretário dos negócios indígenas e

¹²² Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 344.

¹²³ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 344.

¹²⁴ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, pp. 344-345.

¹²⁵ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, pp. 345-146.

¹²⁶ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 17.

¹²⁷ ORNELAS, 1903, A nossa administração colonial [...], p. 17.

o chefe dos serviços da marinha¹²⁸. Apesar de serem todos independentes entre si, estavam subordinados ao Governador-Geral, despachando diretamente com ele. De entre estes cargos merece especial relevo o de secretário dos negócios indígenas, a maior inovação do decreto, tal como apontava Aires de Ornelas. O secretário dos negócios indígenas, referido mais detalhadamente no capítulo oitavo, tinha nas suas mãos toda a legislação relativa aos milhões de indígenas moçambicanos, ou seja, o controlo sobre a vasta maioria da população africana. Outro cargo de grande relevância era o do Procurador da Coroa e Fazenda, que era o «chefe do Ministerio Publico da provincia e o consultor nato do governo da provincia»¹²⁹, tendo assento no Conselho do Governo, no Conselho da Província e, através de um delegado, no Conselho de Distrito. O seu papel prendia-se com a execução de pareceres sobre as leis, sempre que necessário¹³⁰.

Focando agora especificamente as atribuições de cada um dos chefes de serviço, referidos nos capítulos quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono, há que salientar o facto de o decreto definir os requisitos para o exercício dos cargos, bem como os moldes do seu relacionamento institucional no quadro do Estado colonial e, em especial, com o Ministério da Marinha e do Ultramar¹³¹. O primeiro ponto preconizava um dos objetivos apontados por Aires de Ornelas, que passava pela constituição de um corpo administrativo bem formado, competente e conhecedor da realidade administrativa e colonial. E o segundo enquadrava-se na ideia cautelosa de Aires de Ornelas de proceder a uma reforma administrativa gradual e que mantivesse o Ministro da Marinha e do Ultramar a par dos procedimentos que se estavam a efetuar na província.

Neste sentido, o decreto estabelecia que o secretário-geral, de nomeação régia, seria o principal chefe de serviço da província, atribuindo-lhe importantes funções ao nível da centralização da administração civil e política do espaço moçambicano¹³². Toda a legislação pública e burocrática da província lhe competia, assim como a correspondência com os cônsules nacionais e internacionais dos territórios vizinhos, com as autoridades eclesiásticas e judiciais e com as companhias majestáticas¹³³. Tinha ainda a seu cargo a instrução pública, os negócios ligados à agricultura ou ao comércio, a fiscalização e inspeção da imprensa colonial e a elaboração do relatório

¹²⁸ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 346.

¹²⁹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

¹³⁰ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

¹³¹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, pp. 346-348.

¹³² Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 347.

¹³³ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 347.

anual expedido ao Governador-Geral¹³⁴. Por sua vez, o chefe do estado-maior, que capitaneava o quartel-general da província, exercia as funções militares referentes à guarnição provincial sob o seu comando direto¹³⁵. Tratava-se também de um cargo de grande relevância, uma vez que a colónia ainda se debatia internamente com as campanhas de ocupação militar e, externamente, com disputas com potências rivais, em particular a Inglaterra ou a Alemanha.

Paralelamente, o inspetor da fazenda provincial chefiava a Repartição Superior de Fazenda da Província¹³⁶, que representava a secção fiscal de Moçambique. Competia-lhe fiscalizar todas as contas da província, desde os impostos até aos gastos públicos; estudar e informar sobre toda a atividade comercial e financeira, bem como o regime bancário; administrar os bens da Fazenda Pública; e por fim, elaborar e redigir todos os contratos acordados pelo Estado, toda e qualquer reforma tributária (se necessário) e preparar o projeto de orçamento da província¹³⁷. Já o inspetor das obras públicas estava incumbido de dirigir e de estudar o plano geral das obras públicas e melhoramentos, fiscalizar os serviços de correios e telégrafos e supervisionar «sobre os serviços de agrimensura, hydraulicos, de estradas, caminhos de ferro e canaes, de portos, edificios publicos e de minas»¹³⁸. Ao chefe dos serviços de marinha incumbia o controlo das forças navais da província e das capitanias, bem como o planeamento e a execução de estudos estatísticos e informativos sobre as matérias marítimas e sobre os portos¹³⁹.

Enfim, o secretário dos negócios indígenas organizava e regulamentava toda a vida dos indígenas da província. A justiça, o registo civil, a assistência médica, a determinação da sua habitação e área territorial e os usos e costumes dos indígenas eram todos eles organizados e codificados por si¹⁴⁰. A regulamentação, fiscalização e estatística dos movimentos de entrada e saída dos indígenas, do seu trabalho e respetivo fornecimento – na qualidade de mão de obra, livre ou forçada – ao Governo e serviços específicos e o auxílio junto das autoridades militares no recrutamento «da polícia indígena, tropas de 2.ª linha e cypaes»¹⁴¹ eram outras funções exercidas

¹³⁴ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 347.

¹³⁵ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 347.

¹³⁶ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 347.

¹³⁷ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 347.

¹³⁸ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

¹³⁹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

¹⁴⁰ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

¹⁴¹ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

por este secretário, que tinha a seu cargo uma das mais importantes pastas da governação colonial.

Os capítulos décimo primeiro e décimo segundo do decreto aludem aos Conselhos de Governo e de Província. O Conselho de Governo era o conselho superior consultivo e deliberativo, com funções legislativas, que trabalhava junto do Governador-Geral, sendo constituído pelos chefes de serviço, pelo Procurador da Coroa e Fazenda, pelo inspetor da fazenda provincial, pelo Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques, pelo chefe de serviço de saúde, pelo diretor do círculo aduaneiro, pelo presidente da associação comercial mais importante da província e por representantes da "opinião pública" dos vários distritos moçambicanos¹⁴². Por outro lado, o Conselho de Província funcionava como um tribunal, sendo constituído por um juiz do tribunal criminal, pelos chefes de serviço provincial e por vogais escolhidos entre determinadas profissões, tais como advogados ou comerciantes¹⁴³.

A partir do décimo terceiro capítulo, o decreto trata dos aspetos concretos da administração no plano distrital. A este respeito e tal como já foi referido, os governadores de distrito passavam a dispor de maiores poderes, com vista à rápida resolução dos problemas nos seus distritos, funcionando como «delegados do governador geral, exercendo como tal o poder executivo na area do seu districto»¹⁴⁴. De forma a assegurar uma melhor governação do território correspondente, a administração distrital passava a contar com repartições distritais constituídas pelos seguintes cargos: secretário do distrito, chefe da secretaria militar, capitão dos portos, chefe das obras públicas, escrivão da fazenda, diretor da alfândega, diretor dos correios e telégrafos, diretor do caminho de ferro e diretor das obras do porto¹⁴⁵. E passava também a dispor de um Conselho de Distrito, com funções administrativas e judiciais, sendo presidido pelo governador de distrito, auxiliado pelo secretário do distrito e por três vogais¹⁴⁶. Por sua vez, os distritos subdividiam-se em concelhos, circunscrições civis ou capitanias-mores, geridos por administradores civis ou militares, nomeados pelo Governador-Geral. Estes exerciam por delegação e incumbência os poderes dos governadores de distrito na sua circunscrição.

¹⁴² Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

¹⁴³ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 349.

¹⁴⁴ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 350.

¹⁴⁵ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 351.

¹⁴⁶ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 351.

Foram ainda definidas as condições para a instituição de municípios, sendo necessária a existência de povoados com um mínimo de dois mil brancos¹⁴⁷.

Procedeu-se enfim à definição da carreira colonial dos funcionários administrativos da Província de Moçambique, que seriam hierarquizados em três graus: 1.º grau, amanuenses da Secretaria-Geral e das circunscrições; 2.º grau, segundos oficiais da Secretaria-Geral e secretários das circunscrições; e 3.º grau, oficial maior da Secretaria-Geral, primeiros-oficiais da Secretaria-Geral, administradores das circunscrições e secretários de distrito¹⁴⁸.

Conclusão

Neste sentido, podemos concluir que a reorganização administrativa de Moçambique promulgada por Aires de Ornelas e Vasconcelos foi uma reforma ampla, estruturante e ambiciosa, que visava a modernização da administração ultramarina, demonstrando a originalidade do pensamento de um dos mais importantes políticos e militares portugueses do final da monarquia. De facto, apesar do postulado da descentralização administrativa não ser uma completa novidade no panorama colonial português, a verdade é que o decreto de 23 de maio de 1907 modificou de forma estrutural a organização do Estado colonial em Moçambique. A reforma assentava em dois pilares principais: a descentralização dos poderes e a concentração de autoridade em cada nível de poder. Os seus conteúdos evidenciam a existência de uma visão profundamente conhecedora da realidade moçambicana por parte do legislador, bem como um entendimento crítico do modo de funcionamento dos sistemas coloniais inglês e francês. Adepto do modelo inglês, Aires de Ornelas e Vasconcelos soube articular aspetos dos dois modelos, recuperando ainda um conjunto de ideias caras à Lei Orgânica do Ultramar de 1869.

Todos os princípios presentes no decreto de 1907 iam no sentido da instituição de uma administração moderna e eficiente, em sintonia com o que se fazia nas vizinhas colónias britânicas. Para Ornelas, os destinos da colónia à colónia pertenciam, sendo necessário dar-lhe maior liberdade de ação e iniciativa local com vista ao seu desenvolvimento económico e social. Contudo, percebeu que a emancipação da tutela metropolitana não poderia acontecer de forma abrupta, reservando assim à metrópole o exclusivo da fiscalização. Em termos concretos, quem recebeu

¹⁴⁷ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 353.

¹⁴⁸ Decreto de 23 de maio de 1907, in *Diário de Governo*, 29 de maio de 1907, n.º 119, p. 348.

maiores poderes foram o governador-geral e os governadores de distrito, ou seja, os que tinham a incumbência da governação, devendo por isso garantir a execução do decreto no terreno e tendo como máximo objetivo a valorização e o engrandecimento da Província de Moçambique.

Estava assim delineada a reorganização administrativa de Moçambique; um projeto ousado que teve um impacto significativo na estruturação da colónia nos primeiros decénios do século XX. Décadas mais tarde, Manuel Simões Vaz, «velho colono» e diretor do jornal *Notícias*, o mais importante periódico de Lourenço Marques, classificaria a reorganização administrativa de 1907 como sendo uma verdadeira «Carta de Alforria da Província de Moçambique»¹⁴⁹. Seria pois este o horizonte da política traçada por Aires de Ornelas e Vasconcelos, sem dúvida um dos mais originais pensadores coloniais portugueses.

Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira

Registos Paroquiais, Paróquia da Camacha, Registos de Batismos, 1860-1893 (Cota 2180 a 2213). Registo de Batismo de Aires de Ornelas e Vasconcelos.

Legislação

Decreto de 1 de dezembro de 1869, in *Diário de Governo*, 9 de dezembro de 1869, n.º 280.

Decreto de 23 de maio de 1907, in Diário de Governo, 29 de maio de 1907, n.º 119.

Obras de Aires de Ornelas e Vasconcelos

- ORNELAS, Aires de, 1901, Raças e Línguas Indígenas em Moçambique: memoria apresentada ao Congresso Colonial Nacional, Lisboa, A Liberal, Officina Typographica.
- ORNELAS, Aires de, 1903, *A nossa administração colonial: o que é, o que deve ser*, Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 30 de Novembro de 1901, Lisboa, [s.n.].

¹⁴⁹ *Notícias*, 7 de maio de 1958, n.º 10 264, p. 7. Cf. PIMENTA, 2018, *Brancos de Moçambique* [...], p. 97.

ORNELAS, Aires de, 1934, *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, Vol. III, Biblioteca Colonial Portuguesa, Vol. VI, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

Outras Fontes Impressas

- ALBUQUERQUE, Mouzinho de, 1934, *Moçambique, 1896-1898*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- COLÓNIAS, Ministério das, 1947, As campanhas de Moçambique em 1895, segundo os contemporâneos, Prefácio e notas de Marcelo Caetano, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- ENES, António, 1947, Moçambique, Lisboa, Imprensa Nacional.
- GRACIAS, J. A. Ismael, 1894, Decreto de 1 de Dezembro de 1869: Carta Organica das Instituições Administrativas nas Províncias Ultramarinas, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- LEROY-BEAULIEU, Paul, 1902, *De la colonisation chez les peoples modernes*, 5.ª Edição, 2 Vols., Paris: Guillaumin.
- MACEDO, José de, 1910, Autonomia de Angola. Estudo de administração colonial, Lisboa, Edição do Autor.

Imprensa

Notícias, 1958 [Lourenço Marques, Moçambique].

Bibliografia

- AA. VV., 1983, D. Manuel Ferreira Cabral. Bispo Titular de Dume e Auxiliar de Braga. In Memoriam, Braga, Tip. Silva Pereira.
- ALEXANDRE, Valentim, 1996, «Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins», in *Análise Social*, Vol. XXXI, 135, pp. 183-201.
- ALEXANDRE, Valentim, 1998, «Configurações Políticas Nação e império», in BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (Coord.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. IV, *Do Brasil para a África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 104-142.

- ALEXANDRE, Valentim, 1998, «Situações Coloniais: II O Ponto de Viragem: As Campanhas de Ocupação», in BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (Coord.), *Do Brasil para a África (1808-1930)*, Vol. IV, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 182-208.
- ARRIMAR, Jorge de Abreu, 1997, *Os Bettencourt: da ilha da Madeira ao planalto da Huíla*, Funchal, Edição do Autor.
- BARROS, Maria Fátima Araújo de, 1998, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*. *Instrumentos Descritivos*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- BASTOS, Cristiana, 2011, «Ilhas, planaltos e travessias: os fluxos de madeirenses entre plantações e colónias», in *As ilhas e a Europa, a Europa das ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 187-196.
- CARREIRA, Ernestina, 2001, «Índia», in MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.), *O Império Africano, 1825-1890*, Vol. X, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, pp. 657-717.
- CARVALHO, Paulo Archer de, 2013, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III (N-Z), Lisboa, Assembleia da República Divisão de Edições, p. 1088.
- CATROGA, Fernando, 1991, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, 1985, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*, Manchester, Manchester University Press.
- CLUNY, Isabel, 2019, *Ernesto Hintze Ribeiro (1849-1907) Biografia Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República.
- CUNHA, Joaquim da Luz, ARRIAGA, Kaúlza de, RODRIGUES, Bethencourt, MARQUES, Silvino Silvério, 1977, África: a vitória traída, Braga, Intervenção.
- DIREITO, Bárbara, 2020, *Terra e colonialismo em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- HAMMOND, Richard, 1996, *Portugal and Africa: 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*, Stanford, Stanford University Press.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira, 2015, *The Civilising Mission of Portuguese Colonialism*, 1870-1930, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- LUPI, Eduardo, 1934, «Advertência», in ORNELAS, Aires de, *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, Vol. III, Biblioteca Colonial Portuguesa, Vol. VI, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.
- LUPI, Eduardo, 1936, *Aires de Ornelas*, Colecção Pelo Império, n.º 24, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

- MEDEIROS, Carlos Alberto, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- NEVES, Olga Iglésias, 2001, «Moçambique», in MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.), O Império Africano, 1890-1930, Vol. XI, Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa, Estampa, pp. 469-584.
- PEDREIRA, Jorge M., 1998, «Imperialismo e Economia», in BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (Coord.), *Do Brasil para a África (1808-1930)*, Vol. IV, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 277-299.
- PÉLISSIER, René, 1988, *História de Moçambique. Formação e oposição, 1854-1918*, 2 Vols., Lisboa, Estampa.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2005, *Brancos de Angola: autonomismo e nacionalismo,* 1900-1961, Coimbra, Minerva.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2008, *Angola. Os Brancos e a Independência*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e descolonização*, 1890-1975, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2014, «Emigração madeirense para Angola e Moçambique (1930-1948). O Caso do Arquivo da Agência Ferraz», in *Islenha*, n.º 54, pp. 93-110.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2018, *Brancos de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2019, «Corpos para trabalhar: a questão da mão-de-obra indígena (negra) na África Portuguesa», in MONTEIRO, M. E. Brea, TUCCI, M. L. (Org.), O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pp. 154-168.
- RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI, *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RAMOS, Rui, 2001, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- RAMOS, Rui, 2008, D. Carlos, Lisboa, Temas e Debates.
- RAMOS, Rui, 2006, «Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)», in MÓNICA, Filomena (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Vol. III (N-Z), Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, pp. 957-960.
- SANTOS, Miguel Dias, 2006, «A crise do império colonial português no discurso antiliberal e anti-republicano», comunicação apresentada ao *IV Congresso Histórico de Guimarães*, pp. 315-330.
- SANTOS, Miguel Dias, 2003, «Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século XX*, n.º 3, pp. 83-112.

- SANTOS, Miguel Dias, 2003, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a "Vida Nova"», in *Revista da História das Ideias*, Vol. 24, pp. 311-355.
- SARDICA, José Miguel, 2013, «Franquismo», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II (F-M), Lisboa, Assembleia da República Divisão de Edições, pp. 111-118.
- SARDICA, José Miguel, 2013, «Ultimato Britânico», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III (N-Z), Lisboa, Assembleia da República Divisão de Edições, pp. 1022-1033.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1988, *História de Portugal*, Vol. X (1890-1910), Lisboa, Verbo.
- TAVARES, Rui, SAMARA, Maria Alice, 2008, O Regicídio, Lisboa, Tinta da China.
- TELO, António José, 2004, *Moçambique 1895 A Campanha de Todos os Heróis*, Lisboa, Editora Tribuna da História.
- VAIL, Leroy, WHITE, Landeg, 1980, *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a Study of the Quelimane District*, London, Heinemann.
- VELOSO, Agostinho, 1965, *D. Teodósio Clemente de Gouveia. Paladino de Portugal ao serviço de Deus*, Lisboa, Agência Geral de Ultramar.

O Ataque do Submarino Alemão U 156 ao Funchal à Luz das Alterações na Guerra Naval em 1917

The Attack by German Submarine U 156 on Funchal within the Scope of Changing Naval Warfare in 1917

Mathias Saecker¹

Resumo

O artigo analisa o ataque ao Funchal, em dezembro de 1917, no contexto da estratégia do Almirantado alemão que consistia basicamente em derrotar a Inglaterra, bloqueando a sua cadeia de abastecimento (transatlântica), pela guerra submarina irrestrita. No entanto, este conceito fracassou porque, desde meados de 1917, os navios mercantes navegavam frequentemente em comboios, escoltados por vasos de guerra aliados. Assim, os submarinos alemães tiveram dificuldades crescentes em localizar e afundar tonelagem hostil. Nestas circunstâncias, o capitão do U 156, não encontrando alvos no ancoradouro, bombardeou o Funchal. Obviamente, esta decisão resulta duma ação compensatória desencadeada pela pressão social para satisfazer as altas expetativas tanto dos superiores e subordinados como do público alemão.

A presença de submarinos alemães no Atlântico Centro-Leste agravou a crise económica na Madeira, deteriorando as precárias condições de vida da população. O próprio ataque revela que as Forças Armadas portuguesas não conseguiram garantir a proteção da Madeira após a retirada da *Royal Navy*. Não havia forma de gerar recursos orçamentais suficientes para a defesa militar do arquipélago.

Palavras-chave: Guerra Submarina Irrestrita; Objetivos de Guerra; Cruzadores Submarinos; Sistema de Comboio; Defesa Militar da Madeira.

Licenciado em História e Germanística pela Universidade de Colónia, professor no ensino secundário (1979–1997), na Universidade de Bona, Studienkolleg (1997–2009), colaborador científico no Bundessprachenamt, instituição junto do Ministério de Defesa (2009–2015), desde 2016 historiador independente, membro da International Society for First World War Studies, membro colaborador externo do CIERL / UMa (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais / Universidade da Madeira). Principal temática de investigação: história das relações entre a Madeira e a Alemanha. Contacto: mathias.saecker@gmx.de.

Abstract

The article analyses the U-boat attack on Funchal in December 1917 in the context of the German naval command's strategy that basically consisted in defeating England by blocking its (transatlantic) supply chain through unrestricted submarine warfare. This concept failed, however, because since mid-1917 merchant ships used to sail in convoys, escorted by Allied warships. Hence German submarines encountered increasing difficulties in locating and sinking hostile tonnage. Under these circumstances, the captain of U 156 bombed Funchal once there were no ships to sink in the roadstead. Obviously, his decision was a compensatory action arising from social pressure to meet the high expectations of both superiors and subordinates and the German public.

On Madeira, the presence of German submarines aggravated the economic crisis, which worsened the precarious living conditions of the population. The attack itself reveals that Portuguese armed forces could not guarantee the protection of Madeira after the withdrawal of the Royal Navy. There was no way to provide sufficient budgetary resources for the military defense of the archipelago.

Keywords: Unrestricted Submarine Warfare; War Aims; Cruiser Submarines; Convoy System; Military Defense of Madeira.

Introdução

Um ano após o primeiro ataque do submarino alemão U 38 ao Funchal, repetiu-se, no dia 12 de dezembro de 1917, idêntico ato de guerra. O cruzador submarino U 156, comandado pelo *Kapitänleutnant* Konrad Gansser, invade a baía da capital madeirense. Sendo descoberto, fica sob fogo inimigo e, por sua vez, começa a bombardear a cidade. Dentro duma meia hora, 52 granadas atingem vastas áreas da urbe, causando – além de graves danos materiais – cinco mortos e numerosos feridos entre a população civil. Em contraste com a situação de 1916, não havia barcos ancorados na baía do Funchal que o submarino tivesse podido afundar. Visto superficialmente, este facto parece ser uma mera coincidência, mas na realidade deve-se a uma alteração de fundo no tráfego marítimo. No segundo semestre de 1917, os navios comerciais britânicos e neutros, com destino sobretudo a Inglaterra, tinham passado a navegar, regra geral, em comboio, escoltados por vasos de guerra, tentando evitar lugares em que corriam o risco de serem presas fáceis da marinha imperial alemã.

O presente estudo pretende esclarecer os condicionalismos que determinaram a atuação concreta do *Kapitänleutnant* Gansser no momento do ataque, com especial enfoque nas alterações desde dezembro de 1916. A análise direciona-se numa perspetiva política e sociocultural, em vez de acentuar a dimensão estratégico-militar. No período em questão, a decisão mais grave foi a declaração da guerra irrestrita de submarinos, pelo Império Alemão, a 1 de fevereiro de 1917, evidenciando a derrota da política liberal, representada pelo então chanceler Bethmann Hollweg, que aspirava a uma paz de entendimento² por via de negociações. As consequências imediatas foram o agravamento das hostilidades e uma expansão da guerra. A supressão de restrições para o combate submarino em zonas alargadas, entre outras no Atlântico, levou a um considerável aumento quantitativo de afundamentos entre fevereiro e abril de 1917. No entanto, o compromisso dos militares alemães de vencer a guerra por meio dos submarinos fracassou por completo. Até ao final do ano, os valores de tonelagem destruída caíram para o nível mais baixo de sempre, em grande parte devido ao sistema de comboio descrito inicialmente.

O bombardeamento teve lugar numa altura em que a Madeira estava desprovida de qualquer auxílio militar por parte dos Aliados. O artigo aborda algumas das complexas causas deste estado deplorável. Dependendo dos próprios recursos navais, a defesa da Ilha ficou extremamente vulnerável. Devido à falta de segurança, o tráfego portuário era largamente interrompido, ocasionando carências de abastecimento à população. É preciso considerar que esta situação na Madeira coincidiu com uma profunda crise em Portugal continental, caraterizada por um clima de instabilidade social, política e militar.

Pretende-se, em seguida, reconstituir o decurso do próprio ataque, tendo em conta tanto a versão alemã como a portuguesa. A primeira encontra-se primordialmente no diário de guerra do *Kapitänleutnant* Gansser³. O valor desta fonte primária é duplo. O diário é um relatório minucioso da missão, mas contém também avaliações críticas por parte do Almirantado e do Comando da Flotilha. A contraposição dos diferentes pontos de vista, bem como o recurso às ordens de operação, são fundamentais para a compreensão do ataque. Fonte para a versão portuguesa é, em primeiro lugar, a imprensa madeirense. Mas torna-se importante descortinar o discurso ideológico subjacente às informações prestadas.

O artigo concluirá com a interpretação de possíveis motivos que levaram o *Kapitänleutnant* Gansser a ordenar o bombardeamento do Funchal. Nem nas ordens do Almirantado imperial, nem no diário de guerra existem indicações que justifiquem a hipótese de que a destruição de infraestruturas no Funchal tenha sido o propósito principal do assalto, o que me permite concluir que a atuação de Gansser

² Termo utilizado no discurso político da época ao invés da paz vitoriosa, objetivo da fração belicista.

Bundesarchiv (BArch), RM 97/1130, *Unterseeboote der kaiserlichen Marine*, «U 156», Kriegstagebuch [...] (KTB U 156). Todas as citações em alemão são traduzidas para português pelo autor.

não estava totalmente submetida ao princípio da racionalidade instrumental, ou seja, não se orientou estritamente pela escolha dos meios mais adequados para a execução da ordem do Almirantado, mas era determinada substancialmente por três fatores contextuais: a esperança prevalecente na opinião pública alemã de que os submarinos pudessem garantir uma vitória rápida, a concorrência entre os capitães de submarinos e as expetativas da guarnição do U 156, enquadradas num ambiente social claustrofóbico. Este conjunto de exigências criou uma alta pressão psíquica para ter sucesso na guerra naval ao comércio. O próprio combate apresenta-se como um processo autodinâmico. O artigo termina com breves constatações generalizadoras sobre os efeitos da guerra naval dos submarinos, para a Alemanha e a Madeira.

1. Condicionantes Político-Militares do Realinhamento Estratégico Alemão

Pouco depois da eclosão da guerra e contrariamente às previsões do Almirantado alemão, a Royal Navy não travou uma batalha naval aberta, mas estabeleceu um bloqueio à distância – questionável à luz do Direito Internacional – que prejudicou sensivelmente o abastecimento do Império Alemão por via marítima. Em contrapartida, a marinha de guerra alemã passou, já em 1914, à chamada guerra de cruzeiros, lançando ataques-surpresa contra transportes de mercadorias para portos ingleses a fim de enfraguecer a economia hostil. No ano de 1915, tornou--se evidente que esta estratégia não era capaz de paralisar o comércio naval para a Inglaterra. Por isso, o Almirantado começou a apostar nos submarinos como nova arma na guerra ao comércio. Junto com esta estratégia, apareceram, desde o início, contínuos atritos acerca das formas admissíveis do combate subaquático que se moviam entre duas posições extremas⁴. Embora as operações submarinas em conformidade com a Lei das Presas provassem ser bem sucedidas, o Almirantado insistiu repetidamente, ao longo do ano de 1916, que se abolissem todas as restrições, impostas por esta legislação, em definidas zonas de guerra, agarrando--se obsessivamente à ideia irrealista de que só esta forma de combate garantia uma vitória sobre a Inglaterra dentro de poucos meses⁵. Porém, políticos moderados como o chanceler alemão Bethmann Hollweg reclamavam a estrita observância da Lei das Presas, querendo evitar assim a intervenção dos Estados Unidos da América (EUA) na guerra ao lado da Tríplice Entente. O imperador Guilherme II,

⁴ ROJEK, 2017, Versunkene Hoffnungen [...], p. 122.

⁵ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], pp. 285, 366 e 367.

chefe supremo e promotor entusiasta da marinha, não seguiu um rumo claro; pelo contrário, as suas decisões vacilaram entre polos opostos⁶.

A controvérsia começou a agudizar-se a partir de 29 de agosto de 1916, com a entrada em funções do terceiro Alto Comando do Exército (*Oberste Heeresleitung, OHL*), liderado por Paul von Hindenburg e pelo seu adjunto Erich Ludendorff⁷. As decisões mais importantes de caráter político-militar passaram a ser tomadas no Grande Quartel-General, transferido na altura para Pleß, na Alta Silésia⁸, onde, já a 31 de agosto, os dirigentes políticos e militares realizaram uma reunião sobre o tema da guerra submarina. Nesta ocasião, as divergências colidiram com total nitidez. Revelou-se decisiva a posição dilatória de Hindenburg, que propunha esperar os resultados da campanha contra a Roménia que tinha entrado na guerra ao lado dos Aliados apenas dois dias antes. A queda de Bucareste, a 6 de dezembro, afastou definitivamente as dúvidas inicialmente colocadas por Hindenburg. No dia 22 de dezembro, o chefe do Almirantado, von Holtzendorff, aproveitou esta nova situação para persuadir Hindenburg a tomar o seu partido⁹.

No entanto, os membros mais destacados do governo continuaram a rejeitar a intensificação da guerra submarina. Em contrapartida, depositaram as suas esperanças numa solução política do conflito, dirigindo, no dia 12 de dezembro, uma proposta de paz a Woodrow Wilson, uma vez que este já se tinha oferecido como mediador¹º. Esta proposta não continha quaisquer declarações concretas sobre os objetivos que se pretendia abordar em eventuais negociações. Como concessão aos partidos nacionalistas no parlamento nacional (*Reichstag*), o tom do documento foi quase chantagista, ameaçando os Aliados com a disponibilidade para prosseguir as hostilidades a qualquer momento, desde que a proposta fosse rejeitada. A 30 de dezembro, os Aliados reagiram, qualificando a oferta alemã como uma manobra enganosa. Face às diferenças irreconciliáveis entre as duas partes, todos os esforços de Wilson para iniciar um processo de paz fracassaram no dia 12 de janeiro de 1917¹¹.

⁶ SAECKER, 2018, «O ataque do U 38 [...]», p. 18.

⁷ A data faz referência à batalha vitoriosa de Tannenberg, nos fins de agosto de 1914, que fundou o mito do herói Hindenburg.

⁸ Hoje Pszczyna, na Polónia.

⁹ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], p. 458.

¹⁰ A proposta tornou-se publica através dum discurso do chanceler no *Reichstag* (S.A., s.d., «Deutsches Friedensangebot»). Uma nota idêntica foi entregue aos embaixadores da Suíça e da Espanha.

¹¹ Ver os pormenores nos documentos in MICHAELIS, SCHRAEPLER, 1958, *Ursachen und Folgen* [...], pp. 68–91.

Já três dias antes e sem esperar o posicionamento definitivo dos Aliados, o imperador tinha emitido uma ordem secreta ao chefe do Almirantado, adicionando uma cópia para o chanceler. «Ordeno que a guerra submarina irrestrita começará com energia total a 1 de fevereiro.» Este passo foi precedido pela eliminação das divergências entre a *OHL* e o Almirantado, após os êxitos decisivos dos exércitos das Potências Centrais na campanha contra a Roménia, e pelo facto de o chanceler ter finalmente cedido à pressão dos militares, contrariamente à sua convicção. A 12 de janeiro, von Holtzendorff especificou a ordem imperial para os órgãos subordinados.

- «1. A partir de 1 de Fevereiro de 1917, qualquer navio mercante inimigo encontrado dentro das zonas de guerra deve ser atacado sem mais delongas.
- 2. Fora destas zonas, os navios mercantes não armados serão tratados em conformidade com a Lei das Presas. Navios mercantes armados serão atacados sem aviso prévio.»¹³

Para navios a vapor e veleiros neutros houve, nas zonas de guerra, um período de tolerância escalonado até ao dia 1 de março de 1917. As áreas restritas, estabelecidas já a 4 de fevereiro de 1915, como resposta ao bloqueio naval inglês, abrangeram vastas regiões marítimas em volta das Ilhas Britânicas, de modo especial, e também no Mediterrâneo¹⁴.

A 31 de janeiro de 1917, a ordem tornou-se pública pela divulgação por parte de *Wolffs Telegraphisches Büro*, agência de notícias oficiosa¹⁵. Como consequência, Wilson declarou no Congresso, a 3 de fevereiro, que as relações diplomáticas com o Império Alemão tinham sido rompidas¹⁶. Seguiu-se, a 6 de abril, a declaração de guerra¹⁷. Era esta a situação que Bethmann Hollweg teria querido a todo o custo evitar, mas que os líderes militares tinham aceitado deliberadamente, minimizando o impacto militar dos EUA no decurso da guerra marítima. A 1 de fevereiro de 1917, o secretário de estado da poderosa Direção Geral da Marinha (*Reichsmarineamt*), Eduard von Capelle, afirmou, na comissão de orçamento, que «Do ponto de vista militar, [...] o reforço pela entrada dos Estados Unidos na guerra do lado dos nossos

¹² BArch RM 5/6379, fl. 24.

¹³ BArch RM 2/2001, fl. 36.

¹⁴ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], p. 35.

¹⁵ S.A., s.d., *Amtliche Kriegs-Depeschen*, vol. 5, pp. 1979–1981.

¹⁶ MICHAELIS, SCHRAEPLER, 1958, Ursachen und Folgen [...], pp. 162–163.

¹⁷ National Archives Catalog, «A Joint Resolution of April 6, 1917, Public Resolution 65–1, 40 STAT 1, Declaring that a State of War Exists Between the Imperial German Government and the People of the United States and Making Provision to Prosecute the Same».

adversários é nulo.» ¹⁸ No mesmo sentido, von Holtzendorff considerou, ainda no dia 21 de abril de 1917, que «A América não pode intervir de forma militarmente eficaz antes de outubro.» ¹⁹

As taxas crescentes de afundamentos de tonelagem inimiga, de fevereiro a abril de 1917, face ao trimestre anterior, pareciam inicialmente confirmar as previsões otimistas dos militares. Num relatório de 4 de maio ao imperador, von Holtzendorff chegou à conclusão de que a guerra submarina levaria à vitória sobre a Inglaterra no final do verão²⁰. No entanto, as taxas de afundamentos começaram tendencialmente a cair, com ligeiras flutuações, a partir de maio e até ao fim do ano. Em novembro, nas proximidades do ataque ao Funchal, estas atingiram o seu mínimo, correspondendo apenas a cerca de um terço do valor máximo em abril²¹. O declínio dependia de vários fatores, sendo um deles a política incoerente tanto do Almirantado como da Direção Geral da Marinha. Em vez de optar pela construção de novos submarinos, esta deu prioridade à conclusão do projeto em curso de couraçados, de modo que a entrega dos submarinos já encomendados foi adiada e a escassez de material aumentou. Tal atuação contraditória só pode ser explicada pela crença inabalável dos responsáveis da marinha no seu prognóstico de vencer a Inglaterra até o outono de 1917. Para este escasso período de tempo, uma expansão de produção de engenhos submersíveis parecia totalmente desnecessária. No entanto, já em meados do ano, tornou-se evidente que esta avaliação era o resultado duma autoilusão.

A guerra prolongou-se e as missões dos submarinos ainda operacionais intensificaram-se de tal forma que o desgaste dos mesmos se agravou. Isto levou a um círculo vicioso: como os estaleiros estavam sobrecarregados com ordens de reparação, as fases de atracagem alargaram, o que, por sua vez, aumentou cada vez mais o desgaste dos submersíveis ainda operacionais. Além disso, este processo limitou as capacidades livres para novas construções que pudessem compensar as carências. O diário de guerra do U 156 revela, a título de exemplo, tanto os diversos problemas técnicos quanto o estado de esgotamento psicofísico entre as guarnições devido aos turnos de serviço prolongados.

¹⁸ SCHIFFERS et al., 1981, Der Hauptausschuß des Deutschen Reichstags 1915-1918 [...], p. 1103.

¹⁹ GRANIER, 2000, Die deutsche Seekriegsleitung [...], p. 545.

²⁰ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], p. 550.

²¹ HERZOG, 1968, *60 Jahre deutsche Uboote* [...], pp. 111–112, compara meticulosamente os números de fontes mais variadas e consegue provar que os números publicados pelo Almirantado são consideravelmente exagerados por razões propagandísticas.

Esta situação autoinfligida foi consideravelmente agravada por um fator externo, a transição dos Aliados para o chamado sistema de comboio (*convoy system*). Nas *danger zones*, termo inglês para as zonas de guerra autoproclamadas pela Alemanha, todas as embarcações mercantes com destino ao Reino Unido, inglesas, aliadas ou neutras, deveriam navegar em comboio, escoltadas por contratorpedeiros e cruzadores²². Esta alteração estratégica foi a resposta aos sucessos iniciais na guerra submarina irrestrita que ameaçaram seriamente o abastecimento da Inglaterra. A introdução do novo sistema decorreu por etapas durante grande parte do ano de 1917. Em princípio, os Aliados não se pronunciaram em favor desta inovação. O comandante-em-chefe da *Royal Navy, First Sea Lord* John Jellicoe, constatou que «My own attitude in the early months of 1917 was that we could not possibly produce the necessary escort vessels; and, that until this difficulty was overcome we should have to postpone the introduction of a convoy system.»²³

Com a entrada dos EUA na guerra, abriu-se a perspetiva de um auxílio militar, permitindo a adoção do sistema de comboio. Finalmente, cerca de um terço da sua escolta era constituído por contratorpedeiros e cruzadores americanos²⁴. As primeiras medidas de implementação foram tomadas já no final de abril, na base duma proposta aprovada por Jellicoe no dia 27²⁵. No Atlântico, o sistema foi progressivamente introduzido entre julho e meados de agosto²⁶. Os navios mercantes em questão deveriam agrupar-se em pontos de encontro definidos de onde rumariam, em comboio e escoltados por vasos de guerra aliados, de ou para portos ingleses. Quando detetavam um submarino alemão, começavam a ziguezaguear para dificultar o ataque a um só navio. Face às imensas extensões do Atlântico, enfrentamentos deste género eram, no entanto, relativamente raros, devido à concentração em poucos comboios mensais, cada um englobando um maior número de embarcações. Além disso, os comboios eram guiados, com base nas informações sobre os movimentos da marinha imperial, através de rotas cada vez modificadas, alinhadas à situação de segurança atual. Segundo Schröder, os submarinos alemães conseguiram avistar, sob estas condições adversas, apenas

²² JELLICOE, 1934, *The Submarine Peril* [...], p. 124.

²³ JELLICOE, 1934, *The Submarine Peril* [...], p. 111.

²⁴ 27% de destruidores e 35% de cruzadores (*Memorandum on Atlantic Convoy System*, citado in JELLICOE, 1934, *The Submarine Peril* [...], p. 223.

²⁵ JELLICOE, 1934, The Submarine Peril [...], p. 128.

²⁶ JELLICOE, 1934, The Submarine Peril [...], p. 141.

39 dos 219 comboios atlânticos no último trimestre de 1917²⁷. A nova estratégia afetava, em particular, as rotas, anteriormente navegadas com alta frequência, entre os Açores, a Madeira, as Ilhas Canárias, Cabo Verde e a costa africana.

Os chefes da marinha imperial não tinham, de modo algum, contado com esta evolução, como prova um diálogo, no início de outubro de 1916, entre o chanceler Bethmann Hollweg e o vice-chefe do Almirantado, Reinhard Koch. Este retorquiu que a criação dum sistema de comboio, receada pelo chanceler, não seria viável por insuficiências na defesa da *Royal Navy*²⁸. Devido a semelhantes avaliações erradas, nem a Direção Geral da Marinha, nem o Almirantado tinham considerado esta opção nos seus planos estratégicos. A partir de junho de 1917, os sucessos decrescentes dos submarinos obrigaram, porém, a uma correção. A 23 de agosto de 1917, o chefe da Direção Geral da Marinha von Capelle constatou, em vista das realidades alteradas, que «Hoje em dia, os ingleses geralmente navegam em comboio na zona de perigo», justificando desta forma os números mais baixos de afundamento²⁹. Já no dia 26 de junho, von Holtzendorff sentiu-se compelido a admitir, num relatório ao imperador, o aumento constante do tráfego de comboios, reiterando a sua avaliação da situação para entidades subordinadas a 21 de setembro³⁰.

Mas em vez de analisar os próprios erros estratégicos, von Holtzendorff atribuiu, numa inversão absurda das circunstâncias reais, a responsabilidade ao sector político, que minava, através de declarações pessimistas, sobre o suposto resultado da guerra, a moral das guarnições dos submarinos e a crença da população na vitória. Na realidade, tinham sido os prognósticos do Almirantado que tinham deslegitimado a sua credibilidade. O incumprimento das datas-limite, agendadas para o fim da guerra, provocou expetativas frustradas, seguidas por um descontentamento generalizado com os dirigentes militares que, numa espécie de ditadura *de facto*, governaram o *Reich*. As primeiras iniciativas destinadas à democratização, em meados de 1917, foram, na opinião de von Holtzendorff, também um sinal da vontade de paz, diminuindo o efeito psicológico da guerra submarina sobre o inimigo³¹. Como contramedida, a máquina propagandística intensificou o culto dos heróis no combate submarino. No plano militar, von Holtzendorff propôs, a partir

²⁷ SCHRÖDER, 2001, Die U-Boote des Kaisers [...]. p. 372.

²⁸ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], p. 406.

²⁹ SCHIFFERS et al., 1981, Der Hauptausschuß des Deutschen Reichstags 1915–1918 [...], p. 1660.

³⁰ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], pp. 557 e 575.

³¹ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], pp. 572 e 581.

duma sugestão do imperador, operações de vários submarinos em conjunto contra grupos de embarcações, navegando em comboio sob proteção de escolta armada³². Nem os comandantes dos submarinos, nem os dirigentes da marinha fizeram uma apreciação unanimemente positiva desta tática de ataque, já algumas vezes praticada no passado. Nomeadamente, von Capelle manifestou-se crítico no que se referia às operações conjuntas: «[...] em geral, não acabaram por ser bem sucedidas, porque é muito difícil para os submarinos comunicarem debaixo de água, e não produziram os resultados desejados.»³³

A fim de melhorar as condições gerais para combater comboios de navios mercantes, concretizando, desta forma, uma subida de afundamentos de tonelagem hostil, o Almirantado levou por diante o alargamento das zonas de guerra existentes. Além disso, von Holtzendorff propôs ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 6 de outubro de 1917, a criação de novas áreas restritas no Atlântico, englobando os Açores, a Madeira, Cabo Verde e a costa ao largo de Dakar. O controlo duma zona marítima tão extensa tornou-se possível, pela primeira vez, graças à colocação em serviço duma nova série de cruzadores submarinos, a que pertencia o U 156, que dispunham dum raio de ação consideravelmente ampliado³⁴. Em vez de atacar com os canhões de bordo, segundo a Lei das Presas, ser-lhes-ia concedido o direito de executar raides com torpedos. Numa reunião a 2 de novembro, os líderes políticos e militares concordaram em adotar uma implementação faseada das zonas de guerra no Atlântico central, devido às preocupações do chefe do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Auswärtiges Amt), von Kühlmann, de que a Espanha neutra pudesse ver o seu comércio marítimo com as Canárias afetado³⁵. As águas da Madeira foram proclamadas zona de guerra apenas a 8 de janeiro de 1918, enquanto que as dos Açores, diretamente fronteiriças, já a 22 de novembro 1917³⁶. Apesar de a Madeira, na altura do ataque do U 156, ainda não pertencer às áreas restritas, a missão, na sua totalidade, era integrada na estratégia da guerra submarina irrestrita.

³² GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], pp. 558 e 575. Nomeadamente, Hans Rose, comandante do U 53 com muita experiência operacional, tinha promovido este conceito de combate, a *Rudeltaktik* (ver HEITMANN, 1999, *Unter Wasser in die Neue Welt* [...], p. 292).

³³ SCHIFFERS et al., 1981, Der Hauptausschuß des Deutschen Reichstags 1915–1918 [...], p. 1346.

³⁴ GRANIER, 2000, Die deutsche Seekriegsleitung [...], pp. 587–588.

³⁵ GRANIER, 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung* [...], p. 598.

³⁶ S.A., s.d., *Amtliche Kriegs-Depeschen*, vol. 7, pp. 2516 e 2567. A proclamação para a Madeira ocorreu, por engano do *Auswärtiges Amt*, três dias antes da data originalmente prevista.

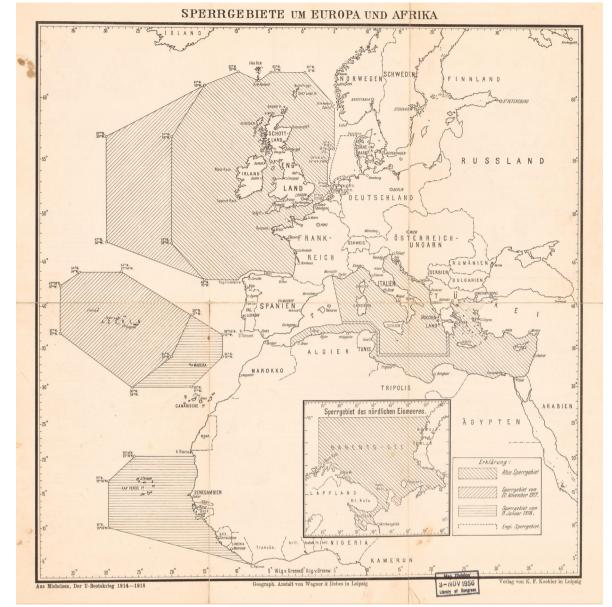


Figura n.º 1 – Zonas de Guerra (Sperrgebiete) nas Águas Europeias e Africanas

Fonte: S.A., 1925, «Sperrgebiete um Europa und Afrika».

2. Repercussões na Madeira da Guerra Naval Alemã no Atlântico Central

A deflagração da guerra, em 1914, atingiu a Madeira com particular dureza. Devido à sua ultraperifericidade, o arquipélago dependia muito do abastecimento por mar. O tráfego das frotas mercantes foi perturbado, desde o início das hostilidades, pela guerra ao comércio travada pela marinha imperial. No Funchal, o movimento portuário, condicionante indispensável tanto para a circulação de

mercadorias como também para o turismo, fonte importante das receitas regionais, sofreu uma rutura instantânea. A adesão de Portugal à guerra ao lado dos Aliados, em março de 1916, na sequência da apreensão de navios alemães, quatro deles no porto do Funchal, tornou todas as embarcações mercantes portuguesas em navios inimigos, o que ainda agravou a crise na Madeira. Além disso, fatores internos como a expulsão da comunidade alemã, cuja contribuição para o PIB madeirense era significativa, aumentaram a miséria da população carenciada de forma substancial. Grande ajuda da pátria-mãe não era de esperar, pois a sua situação económica dificilmente o permitia. Nos anos de 1916 e 1917, Portugal vivia um «clima de guerra civil intermitente», criando uma instabilidade que era prejudicial a todos os sectores produtivos do país³⁷.

Em princípio, a manutenção da segurança no espaço marítimo da Madeira ficou integrada na missão da Royal Navy no Atlântico. Mas devido aos riscos causados pelas crescentes atividades de submarinos alemães na região, a força naval britânica foi retirada da Madeira para o porto de São Vicente, em Cabo Verde. Em julho e agosto de 1916, o capitão do Porto do Funchal recorreu ao Vice admiral britânico William Fane De Salis, na altura Head of Mission em Lisboa, para solicitar a instalação de redes antitorpedo. Mas este apoio não se concretizou. Assim, a marinha de guerra portuguesa estava incumbida sozinha da proteção das águas e da costa da Madeira. Naquela altura, a Armada era o ramo mais pequeno das Forças Armadas, marcado pelas insuficiências do material envelhecido e do adestramento básico e, por isso, mal preparado para assumir a nova tarefa numa área muito ampla do Atlântico. Esta debilidade estrutural foi agravada pelas tensões sociais dentro da corporação. Mesmo assim, importantes sectores da marinha tinham protagonizado a adesão de Portugal à querra, apoiando o rumo político prosseguido pelo Partido Democrático no poder. Mas a lealdade para com os governos democráticos não se converteu em benefícios para a marinha, que, no momento da entrada de Portugal na guerra, se encontrava num estado deplorável³⁸. A execução dos vários programas navais acabou por fracassar devido à falta de fundos que pudessem ser providenciados pelo Tesouro do Estado. Tendo em conta as capacidades limitadas da Armada, para desempenhar as tarefas que lhe foram atribuídas, foi necessário estabelecer prioridades³⁹.

Nestas circunstâncias, o patrulhamento e a eventual defesa da costa e dos portos madeirenses ficaram para trás. O único patrulha destinado a esta missão,

³⁷ TELO, SALGADO, 2018, A Grande Guerra no Atlântico Português, vol. 1, p. 64.

³⁸ CRUZ, 2014, «Portugal e a Marinha na Primeira Grande Guerra», p. 131.

³⁹ VALENTIM, 2018, «Portugal e a Grande Guerra. [...]», p. 18.

o Mariano de Carvalho, não estava operacional no momento do ataque ao SM U 38 em dezembro de 1916. Esta situação era agravada pelo estado debilitado das fortificações na Madeira e pelos obstáculos burocráticos que retardavam o reforço do armamento⁴⁰. Todas estas deficiências contribuíram para que o porto do Funchal fosse considerado inseguro e os navios mercantes o evitassem cada vez mais. Como consequência, a precariedade das condições de vida agravou-se, originando um crescente descontentamento entre a população que se manifestou num clima social marcado por tensões. Os piores receios, causados por rumores sobre a ameaça submarina no Atlântico ao largo da costa da Madeira, concretizaram-se com o ataque do U 38 a 3 de dezembro de 1916⁴¹. O pânico inicial, causado pelo bombardeamento, rapidamente deu lugar a demandas em Lisboa para que o governo reforçasse a segurança. Neste espírito, Ernest Blandy, então presidente da Associação Comercial do Funchal, dirigiu um telegrama ao Presidente da República António José de Almeida que respondeu: «Pode V. Ex.ª assegurar à Associação Comercial e habitantes ilha Madeira que governo providenciará sentido proporcionar-lhes máximo bem-estar. Presidente Ministério.»⁴² Quatro dias mais tarde, a imprensa regional referiu-se à vaga promessa, exigindo «Que o cumprimento dessa promessa não se faça esperar [...]. É de toda a urgência que se habilite o porto do Funchal com todos os elementos e recursos indispensáveis para a sua defesa.»⁴³ De uma forma mais precisa, o editor do Diário da Madeira reclamava garantias de segurança concretas para que os navios fizessem novamente escala no porto⁴⁴.

Até então, não parecia saber-se na Madeira que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, tinha dirigido ao governo britânico, através do embaixador de Portugal em Londres, já no dia 4 de dezembro, um pedido de auxílio. Fundamentando-o no entendimento luso-britânico de que «[...] somente nos ocupamos dos portos do Continente deixando a defesa das Ilhas Adjacentes e Colónias à defesa da esquadra inglesa», propôs a seguinte alternativa:

«Se o Governo inglês se dispõe a tomar exclusivamente sobre si o encargo de tal defesa [do porto funchalense], muito conviria que V. Ex.ª conseguisse uma declaração formal a esse respeito para que o Governo aqui não possa vir a ser acusado de incúria. Se, ao contrário, o Governo inglês entende que, para satisfazer o compromisso que tomou, é necessário o

⁴⁰ Uma abordagem pormenorizada do contexto político-militar na Madeira in RODRIGUES, 2014, «A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra [...]», pp. 71–74.

⁴¹ Ver os pormenores do ataque in RODRIGUES, 2014, «A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra [...]», pp. 74–76 e SAECKER, 2018, «O ataque do U 38 [...]», pp. 10–12 e 23–24.

⁴² *Diário de Notícias* (Funchal), 06–12–1916, p. 2.

⁴³ Diário de Notícias (Funchal), 10–12–1916, p. 1.

⁴⁴ *Diário da Madeira*, 13–12–1916, p. 1.

nosso concurso, estamos inteiramente dispostos a isso, desde que o Governo inglês nos forneça desde já pelo menos 6 *destroyers* devidamente artilhados, que nós tripularíamos com pessoal da marinha de guerra portuguesa.»⁴⁵

A primeira opção originou-se na aliança luso-britânica instituída na Idade Média e reafirmada várias vezes ao longo dos séculos. Salienta-se, no contexto em questão, o Tratado de Windsor, declaração secreta de 14 de outubro de 1899, que reconfirmou, entre outros, a promessa feita em 1661 «[...] to defend and protect all conquests or colonies belonging to the Crown of Portugal against all his enemies, as well future as present.»⁴⁶

O embaixador português, Teixeira Gomes, ainda expôs as solicitações do seu governo no Foreign Office. Porém, obteve uma reação negativa da parte do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Arthur Balfour. No dia 3 de fevereiro de 1917, Balfour comunicou a retirada de todas as forças navais britânicas em vista do crescente perigo que os submarinos alemães representavam. Na perspetiva dos Aliados, a questão madeirense certamente não tinha prioridade nesta altura. Como prova a exaustiva troca de notas, os ministérios das relações exteriores dedicaram-se intensamente à coordenação de uma resposta conjunta à proposta de paz alemã. Além disso, a diplomacia portuguesa consagrou um amplo espaço às consultas sobre a questão do transporte de soldados do Corpo Expedicionário Português (CEP) em navios ingleses, para a França. Este processo de concertação bilateral prolongou-se. Em meados de dezembro de 1916, ambas as partes chegaram a um acordo sobre as condições fundamentais da missão, com base no memorando britânico de 4 do mesmo mês⁴⁷. Apesar disso, seguiram-se, durante janeiro de 1917, os desacordos sobre pormenores da realização, em especial no que se refere ao transporte de tropas. Mais uma vez, a relutância inglesa em satisfazer as solicitações portuguesas foi evidente⁴⁸.

Desprovida de qualquer proteção do aliado inglês, a Madeira teve de limitar-se aos seus próprios recursos navais, aliás muito deficientes. Mesmo assim, foram tomadas medidas substanciais para melhorar as capacidades de defesa e patrulhamento navais. No início de 1917, foram artilhados três navios mercantes,

⁴⁵ S.A., 1997, Portugal na primeira guerra mundial, vol. 2, pp. 75–76.

⁴⁶ KNEISEL, 1942, *England, Germany and the Portuguese colonies* [...], p. 162. O tratado refere-se ao tratado de 23 de junho de 1661 a propósito do casamento entre Carlos II de Inglaterra e a Infanta D. Catarina de Bragança. Para as complexas condições da situação contratual, ver TELO, SALGADO, 2018, A Grande Guerra no Atlântico Português, vol. 2, pp. 2–5.

⁴⁷ Ver os documentos in S.A., 1997, *Portugal na primeira guerra mundial*, vol. 2, pp. 72–75. Pormenores in SOUSA, 2016, «1916 – O ano da organização do CEP [...]», pp. 429–466.

⁴⁸ S.A., 1997, *Portugal na primeira guerra mundial*, vol. 2, pp. 132 e 145–148.

o *Dekade I*, o *Beira* e o *Dory*, cedidos para este fim por empresas comerciais. O já existente vapor auxiliar *Mariano de Carvalho* recebeu uma peça mais potente. Desta forma, aumentou a probabilidade de repelir um ataque à costa madeirense e, nomeadamente, ao Porto do Funchal, embora soçobrasse, ainda em novembro, um novo pedido do capitão do Porto para fornecimento de minas submarinas e redes antitorpedo para segurar o ancoradouro. Outra vez, o Almirantado britânico negou o seu apoio, justificando esta atitude com a falta de recursos. De resto, agiu de forma dilatória, encaminhando este assunto, como todos os outros relativos à defesa da Madeira, ao adido naval dos EUA em Londres, *Vice admiral* William Sowden Sims⁴⁹.

A melhoria relativa da situação militar não era capaz de mitigar as preocupações da população. O pânico inicial, após o primeiro ataque em dezembro de 1916, deu lugar a um constante desassossego causado pelas informações divulgadas na imprensa regional, sobre afundamentos executados por submarinos alemães, evocando logo recordações do ataque sofrido. Mais frequentes, no entanto, eram os boatos que originavam um medo desenfreado na população. Um reflexo deste estado psicossocial encontramo-lo no editorial do Diário de Notícias, do Funchal, intitulado «Os navios corsários e a sugestão do medo»⁵⁰. Nele, o jornalista minimiza o eventual perigo dum ataque de vasos de guerra alemães, no intuito de apaziguar os ânimos. Contudo, a inquietação da população remontava a factos verídicos. A 4 de julho, ou seja, apenas nove dias antes do lançamento do artigo, o U 155 tinha atacado Ponta Delgada, capital da ilha de São Miguel, nos Açores. O próprio Diário de Notícias estabelecera, na sua edição de 6 de julho, um paralelo com o raide ao porto do Funchal em dezembro do ano anterior. A banalização do perigo atual parece derivar do objetivo de que se evitasse a destabilização da ordem e da segurança públicas já fragilizadas.

Para além disso, o constante afluxo de náufragos, vítimas de afundamentos por submarinos alemães, alimentava as preocupações dos madeirenses ao longo do ano de 1917. Os marujos relatavam as suas experiências que a imprensa regional não tardava em divulgar. Mencione-se neste contexto, a título de exemplo, o caso mais flagrante do cruzador submarino U 151 que afundou quatro navios nas águas da Madeira, além de vários outros nas zonas marítimas dos Açores e de Cabo Verde. Foram afundados o vapor italiano *Etna* a 110 milhas NNE da Madeira no dia 1 de outubro, no dia seguinte o veleiro português *Viajante* a 170 milhas NW do Porto Santo, a 5 de outubro o vapor norueguês *Byqdønes* a 65 milhas N do Porto Santo e a 16 de

⁴⁹ TELO, SALGADO, 2018, A Grande Guerra no Atlântico Português, vol. 2, p. 13.

⁵⁰ *Diário de Notícias* (Funchal), 13–07–1917, p. 1.

novembro o veleiro americano *Margaret L. Roberts* perto da Madeira⁵¹. O *Elucidário Madeirense* conta sete afundamentos nas águas da Madeira no ano de 1917⁵². Trata-se de um indício claro de que os alemães tinham intensificado a sua presença naval no «triângulo estratégico» português⁵³.

Prolongaram-se, por todo o ano, queixas de que o aparecimento de submarinos alemães tão próximo da Madeira afugentava «[...] cada vez mais a navegação do nosso porto, dificultando e impedindo as comunicações marítimas entre os países que nos podem abastecer de cereais e esta ilha sobre a qual paira a ameaçada fome.»⁵⁴ De facto, com 154 navios atracados no porto do Funchal em 1917, isso representava apenas 11% relativamente a 1913 e 24% em relação a 1915⁵⁵. Em 1916 e 1917, os vapores da Empresa Insulana de Navegação efetuaram somente cerca de 20 viagens anuais entre a Madeira e Portugal continental⁵⁶. Por consequência, o rendimento da Alfândega do Funchal diminuiu, em 1917, para 293.598\$03, ou seja cerca de 40% do valor atingido em 1913. Já em 1915, a receita tinha caído para metade do nível de 1913⁵⁷. Os valores comprovam que o livre comércio com o exterior sofreu um duro golpe. A redução drástica do tráfego portuário no Funchal ocasionou graves entraves ao abastecimento do arquipélago da Madeira que estava longe de ser autossuficiente em muitos bens de primeira necessidade. Adicionalmente, a descida das receitas públicas afetou os orçamentos das instituições do Estado que não tinham margem financeira para combater os efeitos da crise. Para atenuá-la, o Governo Civil estabeleceu preços máximos para produtos de uso diário, em especial para géneros alimentícios, anunciando esporadicamente a venda de alguns destes «pelo preço da tabela oficial»58.

3. O Ataque do SM U 156 ao Funchal: Decurso e Efeitos Imediatos

Perante a condição extremamente vulnerável e desestabilizada da sociedade madeirense, o segundo ataque submarino ao Funchal conduziu a uma deterioração

⁵¹ HELGASON, s.d., WWI U-boat Successes. Ships hit by U 151.

⁵² SILVA, MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, pp. 215–216.

⁵³ O termo remonta a Paiva Couceiro (COUCEIRO, 1906, «O triangulo estrategico e a Alliança ingleza», pp. 49–73).

⁵⁴ Diário de Notícias (Funchal), 10–10–1917, p. 1.

⁵⁵ SILVA, MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, p. 782.

⁵⁶ TELO, SALGADO, 2018, A Grande Guerra no Atlântico Português, vol. 1, p. 181.

⁵⁷ SILVA, MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. 1, p. 80.

⁵⁸ P. ex. in *Diário de Notícias* (Funchal), 03–06–1917, p. 1.

ainda mais profunda. Na Alemanha não se tomou nota deste acontecimento, porque as atenções se concentravam nos afundamentos de navios no triângulo estratégico. O ataque à capital madeirense foi levado a cabo pelo cruzador submarino U 156, comandado pelo *Kapitänleutnant* Konrad Gansser⁵⁹. Gansser, nascido no ano de 1882, já tinha registado numerosos sucessos com o U 33 quando assumiu o comando sobre o U 156 a 22 de agosto de 1917. Este pertencia à nova classe de sete submarinos inicialmente concebidos para transportes comerciais entre a Alemanha e os EUA. Com o estado de guerra entre os dois países, esta função tornou-se obsoleta e os submarinos foram transformados para objetivos bélicos⁶⁰.

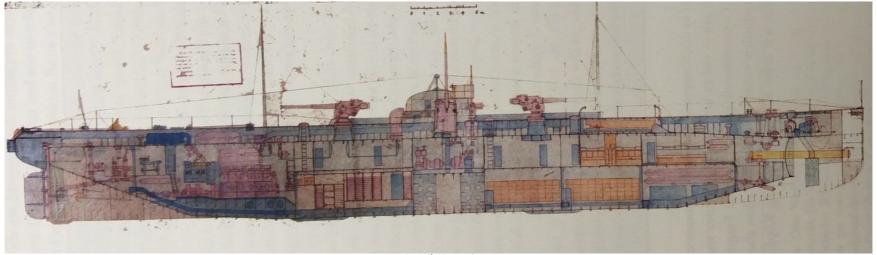


Figura n.º 2 – Plano de Construção do U 156 (corte longitudinal)

Fonte: BArch RM 3/13715.

⁵⁹ Informações biográficas in DUFEIL, 2011, *Kaiserliche Marine* [...], pp. 24 e 92.

Pormenores acerca da conversão em submarinos de guerra in HEITMANN, 1999, *Unter Wasser in die Neue Welt* [...], pp. 287–290, e KOERVER, 2018, *Deutscher Ubootkrieg*, p. 333. Dados técnicos do U 156 in Deutsches U-Boot-Museum, Archiv, *Bootsblatt S.M.S.* «*U 156*» e GRÖNER, 1937 / 2010, *Alle deutschen Kriegsschiffe* [...], pp. 28 e 30.

Em virtude do enorme alcance de cerca de 25.000 milhas náuticas, foi-lhes atribuída a missão de controlar os movimentos marítimos entre as Américas e a Europa, a fim de impedir o fornecimento de mercadorias à Inglaterra. Encaixa-se neste plano estratégico a ordem de operação do U 156, estabelecida para o período de 17 de novembro de 1917 a 10 de março de 1918, englobando assim o ataque ao Funchal.

«Missão: a) Travar guerra ao comércio no Atlântico Norte; partindo dos limiares da zona de guerra, de resto fora da zona de guerra na parte sudeste do Atlântico Norte, nos nós das rotas comerciais, considerando – na medida do possível – os arquipélagos (Açores, Madeira, Cabo Verde) e a costa norte-africana até Dakar. [...] b) Iniciar o regresso com antecedência suficiente para garantir a prontidão operacional das armas até à chegada às águas alemãs.»

A ordem contém ainda instruções gerais para a cooperação com os cruzadores submarinos U 151 e U 157, operando na mesma área. Porém, esta colaboração, devido às condições climatéricas adversas impedindo a comunicação, nunca se concretizou. Na terceira parte, intitulada «Informações sobre o inimigo», alínea d), encontra-se a indicação de que vasos de guerra e cruzadores auxiliares americanos participariam no combate contra submarinos alemães, a partir de «bases alegadamente [...] em Ponta Delgada e no Funchal». Transportes militares americanos passariam entre os Açores e a Madeira em direção a Gibraltar⁶². As ordens limitam-se a estabelecer um quadro para a missão, deixando aos comandantes um vasto campo para que pudessem adaptar a concretização às condições situacionais.

⁶¹ Ordem assinada por Reinhard Koch, vice-chefe do Almirantado, in BArch RM 47/786, fls. 129–130; sublinhado no original.

⁶² BArch RM 47/786, fl. 133.

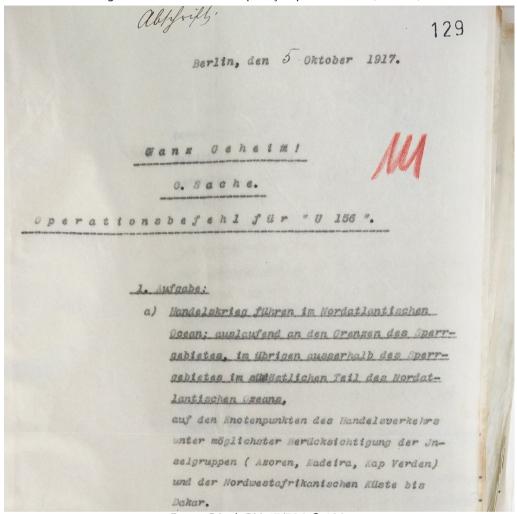


Figura n.º 3 – Ordem de Operação para o U 156 (extrato)

Fonte: BArch RM 47/786, fl. 129.

A realidade da missão reflete-se no diário de guerra do U 156. O diário é um documento de comunicação intramilitar, regra geral redigido cronologicamente pelo próprio comandante, e reúne o relato sobre todos os tipos de acontecimentos, especialmente as operações de combate, e as indicações típicas do diário de bordo como dados meteorológicos, agitação marítima e rumo do submarino. No caso concreto, o valor excecional desta fonte primária deve-se ao facto de o conteúdo abranger, além dos registos do comandante, uma avaliação crítica da missão por parte tanto do Almirantado como do Comando da Flotilha. A primeira referência ao Funchal é registada no diário a 10 de dezembro. «Pretende-se [...] seguir para o

ancoradouro do Funchal se estiver bom tempo.»⁶³ No dia seguinte, o comandante recebe um telegrama enviado a partir da estação terrestre de TSF em Nauen, nos arredores de Berlim, indicando a rota presumível de vapores de pesca armados que saíram da Inglaterra nos fins de novembro rumo aos Açores⁶⁴. Gansser anota que se ia deslocar aí depois da operação contra o Funchal, para a qual não existe nenhuma ordem concreta do Almirantado⁶⁵. No seu diário de guerra, os alvos do ataque na Madeira não são especificados em parte alguma.

A 12 de dezembro, dia do ataque ao Funchal, o U 156 cruzava as águas da área-alvo há relativamente pouco tempo. Os ventos fortes e o mar agitado estavam a dificultar a sua missão. Gansser, desesperado, vê-se forçado a mudar frequentemente de rumo, em vez de emboscar, numa posição adequada, as embarcações que eventualmente passassem. Apenas a 7 de dezembro, consegue, pela primeira vez, afundar uma embarcação, a escuna canadiana *W. C. McKay* que transportava peixe⁶⁶. Às duas horas da noite do dia 12, o submarino chega à Madeira. «Bom tempo, céu estrelado, de manhã vento fraco de E a SE, ondulação fraca de NW [...], ancoradouro de Funchal escuro, boa visibilidade. O Funchal, bem iluminado até às montanhas altas, à vista a bombordo, distância 20 mn.»⁶⁷ Entre as duas e as cinco horas, o submarino navega para o ancoradouro e aproxima-se até uma milha náutica da terra.

Porém, o objetivo de afundar tonelagem hostil no ancoradouro foi frustrado porque, face ao sistema de comboio, os navios já não escalavam no Funchal tão frequentemente como antes. Os vapores portugueses *Beira* e *Lima*, cuja vinda estava prevista para o dia do ataque, ainda não tinham chegado ao Funchal na altura do bombardeamento⁶⁸. Gansser aponta no diário de guerra que

«Não se vêem vapores ou outros navios. Distancia-se da terra para estar, de madrugada, numa posição favorável para o bombardeamento. 6:18h: o Forte de São Tiago abre fogo. 6:19h: Inicia-se o bombardeamento dos fortes e da cidade. Ripostam ao fogo quatro fortes e um barco-patrulha, intervindo no combate cerca de dez minutos mais tarde. A uma distância de 110 – 90 hectómetros, o adversário conseguiu rapidamente apontar o alvo. A partir daí, atirou notavelmente bem. Diversos impactos distaram somente cinco metros do submarino. Calibre aparentemente 10,5? 6:38h: o combate é terminado depois de ter lançado 52 granadas [...] Foram observados vários acertos.»

⁶³ BArch RM 97/1130, KTB U 156, fl. 37.

⁶⁴ Jornal de TSF em anexo ao KTB U 156, in BArch RM 97/1130, fl. 96.

⁶⁵ BArch RM 97/1130, *KTB U 156*, fl. 37.

⁶⁶ BArch RM 97/1130, *KTB U 156*, fls. 36 e 77.

⁶⁷ BArch RM 97/1130, *KTB U 156*, fl. 37.

⁶⁸ Diário de Notícias (Funchal), 14–12–1917, p. 2.

⁶⁹ Relato sobre o ataque in BArch RM 97/1130, *KTB U 156*, fls. 37–38.

Figura n.º 4 – Diário de Guerra U 156 (extrato)

| Datum | Angabe des Ortes, Wind, Wetter, | 3 7 |
|----------------------|--|--|
| und Ubrzeit | Seegang, Beleuchtung, Sichtigkeit der Luft, Mondochein usw. | Borkommnisse |
| [] | [] | [] |
| 12.XII. | Atlantik. | Kurs 90°. |
| $\frac{2^h}{2^h}$ v. | Wetter heiter, stern- | Das bis hoch in die Berge herauf hell erleuchte- |
| | klar. Vorm. leichter | te Funchal B.B. querab in Sicht, Abstand 20 sm. |
| | O bis SO, schwache | |
| 2-5 ^h v. | Dünung aus SW. Nachm. | Kurs 360° Funchal Reede angesteuert. |
| | frischer S mit mäßig | |
| | bewegter See. | |
| 5 ^h | Funchal Reede dunkel | Abstand etwa 1 sm von Land in Mitte der Reede. |
| | gut, sichtig. | Der Strand ist gut auszumachen. Dampfer oder Fa |
| | | Fahrzeuge sind nicht zu sehen. Von Land abgelau- |
| | | fen, um mit Tagesanbruch auf der für die Be- |
| | | schießung günstig gewählten Position zu stehen. |
| | | |
| 6 ^h 18 v. | klares, sichtiges | Fort Santiago eröffnet das Feuer. |
| | Wetter | |
| 6 ^h 19 v. | | Mit Beschießung von Forts und Stadt begonnen. |
| | | Vier Forts und ein Bewachungsfahrzeug, das nach |
| | | etwa 10 Min. in das Gefecht eingreift, erwie- |
| | | dern das Feuer. Der Gegner war auf Entfernung |
| | | von 110 – 90 hm schnell eingeschossen und lag |
| | | von da ab bemerkenswert gut; einzelne Aufschläge |
| | | waren nur 5 m vom Boot entfernt. Kaliber schein- |
| | | bar 10,5 ? |
| h | | |
| 6 ^h 38 v. | | Nach Verfeuern von 52 Granaten wird Gefecht |
| O-4 | 0(| <u>abgebrochen</u> |
| Datum und | Ungabe des Ortes, Wind, Wetter, Seegang, Beleuchtung, Sichtigkeit | 38 |
| Uhrzeit | der Luft, Mondschein usw. | Vorkommnisse |
| | | |
| 12.XII. | | abgebrochen und mit 200° Kurs von der Küste ab- |
| | | gelaufen. Über den mittleren Teil der Stadt |
| | | lag eine niedrige Wolke von Rauch. Treffer wur- |
| | | den mehrfach beobachtet. |
| 1.2h | NACE - Land | 000 |
| 12 ^h m. | Mittagsbesteck: | 90°. |
| oh | 3 - 33° 010 N | 40% |
| 8 ^h n. | λ = 32° 0'0 N. | 40°. |
| | φ = 17° 22 '0 W. | gez. Gansser. |
| | Ψ = 1/ 22 0 00. | gcz. Gansser. |

Fonte: BArch RM 97/1130, fls. 37–38 (cópia).

Este relato corresponde, de modo geral, ao das fontes portuguesas contemporâneas, mas com divergências importantes, nomeadamente em relação ao papel dos fortes no decurso do combate. Segundo o Diário de Notícias, não foi o forte de São Tiago que abriu fogo, mas a vedeta Dekade I. O vigia foi alertado para a presença do U 156 pelo pescador António Vieira, que tinha avistado o submarino já por volta das quatro horas. Após a verificação da informação, a Dekade I iniciou a perseguição e alvejou, com cerca de guarenta tiros, o submarino que se afastou do alcance do fogo hostil. A seguir, um outro patrulha, o Mariano de Carvalho, participou no combate. Porém, as baterias terrestres, prestes a bombardear o alvo inimigo, não entraram em ação para evitarem incidentes de fogo amigo (friendly fire incidents). Quando os patrulhas já não se encontravam na linha de fogo destes, o U 156 afastou-se do alcance das peças instaladas nos fortes⁷⁰. Enquanto as vedetas e as suas guarnições saíram ilesas do combate, as granadas explosivas do submarino causaram, além de graves danos materiais em edifícios, cinco mortos e mais de 30 feridos⁷¹. O impacto mais emblemático aconteceu na igreja do Convento de Santa Clara. Uma granada caiu em cima da cúpula do cruzeiro, causando consideráveis prejuízos.

⁷⁰ Diário de Notícias (Funchal), 13–12–1917, p. 1. As informações em SILVA, MENESES, 1984, Elucidário Madeirense, vol. 1, pp. 309–311, correspondem a este relato.

⁷¹ Estragos feitos numa residência na rua da Bela Vista, após o bombardeamento da cidade do Funchal, ABM, ARM PER/3029, cx. 132, n.º 26.



Figura n.º 5 – Estragos feitos na Igreja de Santa Clara

Fonte: ABM, PER/3028, cx. 132, n.º 25.

Os destroços feriram o sacristão, o padre Abel da Silva Branco que estava a celebrar a missa, e duas pessoas que estavam a assistir, uma das quais acabou por falecer um pouco mais tarde. O mapa do Funchal, apresentando cerca da metade dos impactos das granadas, ilustra uma distribuição aleatória dos diversos pontos atingidos na cidade, com uma certa concentração no centro.

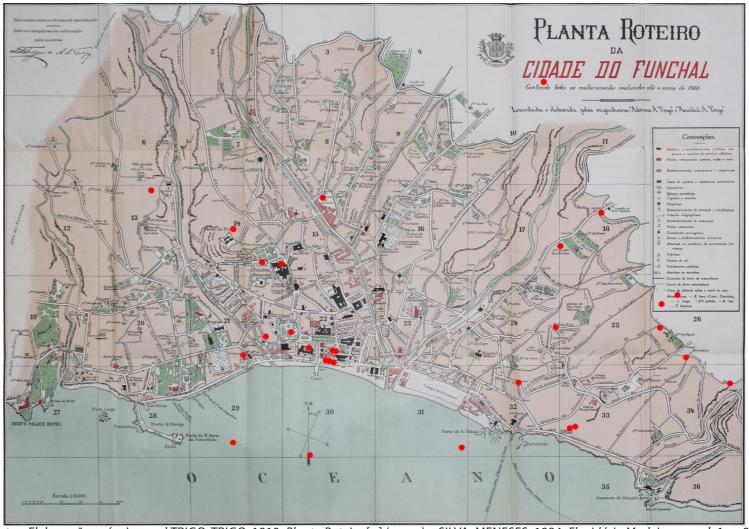


Figura n.º 6 – Impactos das Granadas do U 156 no Funchal

Fontes: Elaboração própria apud TRIGO, TRIGO, 1910, *Planta Roteiro* [...] (mapa) e SILVA, MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. 1, p. 310 (impactos).

Nem no diário de guerra, nem na ordem de operação se encontram indicações de que o U 156 tivesse visado especificamente infraestruturas civis ou militares de maior importância como a estação de cabos transatlânticos. Aliás, a destruição das instalações dos cabos transatlânticos em terra não fazia muito sentido, já que o U 157, que operava na mesma região que o U 156, tinha a ordem de cortar cabos submarinos no mar⁷². Este procedimento causava, sob o ponto de vista militar, avarias mais eficazes porque era mais difícil o conserto no mar do que em terra. Pode-se mesmo afirmar que o ataque isolado à cidade divergiu, na sua totalidade, da diretiva militar em questão. A avaliação posterior por parte do Almirantado comprova esta leitura.

«O bombardeamento do Funchal <u>foi completamente inútil</u> revelando apenas a presença do cruzador submarino. Por consequência, tal bombardeamento, sem ser feito em conjunto com um ataque a navios fundeados no ancoradouro, ficou principalmente proibido a partir daí.»⁷³

Esta crítica determina expressamente que a missão principal teria sido a de afundar a máxima tonelagem possível, quer em alto mar, quer nos ancoradouros e portos hostis, e não a destruição de alvos terrestres. A referência do próprio comandante no diário de guerra comprova que isto foi o seu objetivo inicial⁷⁴.

Figura n.º 7 – Avaliação do Almirantado no Diário de Guerra do U 156 (extrato)

4.) Die Beschiessung von Funchal war völlig zweckla sie verriet lediglich die Anwesenheit des U-Kreusers.

Derartige Beschiessung ohne Verbindung mit Angriff auf Schiffe auf Reede ist daraufhin grundsätzlich untersagt worden.

Fonte: BArch RM 97/1130, fl. 23.

Na Madeira, a população ficou alarmada, tendo em conta que o bombardeamento causou efeitos mais graves que o do ano anterior. O *Diário de Notícias* relatava então que «[...] quase toda a população, dominada pelo pânico, abandonou as suas casas precipitadamente, indo refugiar-se nos arredores por

⁷² BArch RM 47/790, fl. 52.

⁷³ Comentário do Almirantado (13 de abril de 1918), in BArch RM 97/1130, *KTB U 156*, fl. 23; sublinhado no original.

⁷⁴ «Não se vêem vapores ou outros navios.» (BArch RM 97/1130, KTB U 156, fls. 37).

julgar-se assim mais segura.»⁷⁵ Não obstante, a vida quotidiana regressou, já no dia após o ataque, a uma certa normalidade. A reação imediata das entidades governativas contribuiu para acalmar os ânimos. Numa nota oficiosa, o Comando Militar ordenou, como medida de segurança em terra, a ocultação de luzes nas casas e a proibição da iluminação dentro e fora da cidade⁷⁶. O comandante militar coronel José de Sousa da Rosa Júnior enviou dois telegramas ao Ministério da Guerra, ainda no dia do ataque, fazendo um breve relatório da situação e pedindo o destacamento dum *destroyer*⁷⁷. No mesmo sentido, o governador civil Daniel Telo Simões Soares dirigiu-se ao Ministério do Interior⁷⁸. Segundo o *Diário Nacional*, o governo comprometeu-se a tomar «as necessárias e urgentes providências»⁷⁹. O *Diário de Notícias* justificou a urgência deste pedido pelo facto de que era preciso a garantia dum policiamento constante das águas entre a Madeira e a zona de guerra que a Alemanha tinha estabelecido em volta dos Açores⁸⁰.

A pedido de Humberto dos Passos Freitas, cônsul dos EUA na Madeira, o chefe da divisão naval americana nos Açores enviou um *destroyer* que estava a patrulhar os mares da Madeira. O cumprimento da promessa por parte do governo português estava pendente ainda em janeiro de 1918. Isto deveu-se em parte à instabilidade da situação interna por causa dos acontecimentos em volta do golpe de estado de Sidónio Pais que absorveram a vida política da altura. Lê-se no *Diário de Notícias* que «[...] mais uma vez insistimos na necessidade imperiosa de reforçar a defesa do porto do Funchal com um *destroyer* que permaneça nas nossas águas até ao fim da guerra. Tivemos aí um caça-minas durante algumas semanas; mas [...] voltou para Lisboa.»⁸¹ A permanência deste estado desprotegido agravou, cada vez mais, o isolamento marítimo da Madeira. É de acrescentar que também os meios de defesa terrestre continuavam pouco eficazes⁸². Perante esta situação, manteve-se o medo dos madeirenses dum novo ataque por parte de submarinos alemães. Repetidas vezes, correram boatos que fomentavam este receio.

Gansser recebeu, um dia após o ataque, um telegrama via TSF. «Para U 156. No dia 20 de dezembro, um comboio de cinco grandes navios deve chegar ao

⁷⁵ Diário de Notícias (Funchal), 13–12–1917, p. 1.

⁷⁶ *Diário de Notícias* (Funchal), 13–12–1917, p. 1.

⁷⁷ Telegrama publicado in *Diário Nacional*, 13–12–1917, p. 1. Informação análoga in *Diário de Notícias* (Funchal), 14–12–1917, p. 2.

⁷⁸ *Diário de Notícias* (Funchal), 13–12–1917, p. 1.

⁷⁹ *Diário de Notícias* (Funchal), 13–12–1917, p. 1.

⁸⁰ *Diário de Notícias* (Funchal), 14–12–1917, p. 1.

⁸¹ *Diário de Notícias* (Funchal), 15–01–1918, p. 1.

⁸² TELO, SALGADO, 2018, A Grande Guerra no Atlântico Português, vol. 2, p. 13.

Funchal. A partir da Inglaterra, vasos de guerra são enviados ao encontro.»⁸³ Em vez de esperar os potenciais alvos, o comandante tomou, por causa do mau tempo, a decisão de abandonar o mar da Madeira e de se dirigir primeiro à rota dos vapores de pesca acima mencionados. Um dia antes da presumível chegada dos cinco navios à Madeira, Gansser abandonou definitivamente a ideia duma nova operação no ancoradouro do Funchal e deslocou o seu campo de atuação para as águas a sul das Ilhas Canárias⁸⁴. A coordenação das atividades dos cruzadores U 151, U 156 e U 157, no Atlântico central, prevista nas ordens de operação, não se realizou de forma eficaz⁸⁵.

4. As Determinantes da Decisão de Gansser

O ancoradouro do Funchal, como porto de escala para o tráfego marítimo no Atlântico, tinha um papel de relevo na guerra naval ao comércio. Em contrapartida, a cidade do Funchal não apresentava infraestruturas de elevada significância militar. Devido às suas deficiências notórias, as baterias terrestres, instaladas nos fortes citadinos, significavam um baixo risco para os cruzadores submarinos. Pelas razões expostas, a destruição da estação de cabo submarino teria sido pouco eficaz, uma vez que os submarinos alemães tinham a ordem de cortar os cabos transatlânticos no mar.

O bombardeamento da capital madeirense não se enquadrou no conceito estratégico militar do Almirantado. Em primeiro lugar, não existia um equilíbrio adequado entre a utilização dos escassos recursos de granadas num submarino e os fins atingíveis. Além disso, o adversário poderia eventualmente tirar conclusões sobre os planos operacionais para a frota submarina alemã no Atlântico. Do ponto de vista do Almirantado, o ataque a cidades portuárias só poderia resultar dum efeito colateral, originado pelo afundamento de navios inimigos. Fora exatamente o que acontecera no ano anterior, aquando do ataque do U 38, então comandado pelo *Kapitänleutnant* Valentiner. Certamente, Gansser tinha conhecimento desta operação, estando em contacto direto com Valentiner, entretanto comandante do cruzador submarino U 157, por causa da coordenação da missão conjunta no Atlântico central.

⁸³ BArch RM 97/1130, KTB U 156, fls. 97–98.

⁸⁴ BArch RM 97/1130, *KTB U 156*, fls. 40–41.

⁸⁵ Ordens de operação de 5 de outubro 1917 (BArch RM 47/786, fl. 130 e RM 47/790, fl. 55).

Considerando estes antecedentes, a atuação de Gansser parece incompreensível tendo em conta que deveria ter sabido que o seu procedimento não correspondia ao conceito estratégico do Almirantado. A análise da dimensão situacional permitirá revelar o que levou Gansser, contra o seu melhor juízo, a ordenar o ataque. A mais-valia deste foco deriva da teoria microssociológica da violência desenvolvida por Collins, partindo do seguinte raciocínio:

«[The] reaction to military atrocity typically focuses on the highest-ranking officers [...]; the assumption is that the crucial causal factor is in the chain of command, whether for giving direct orders or for setting an encouraging or permissive atmosphere [...]. What gets overlooked is the emotional dynamics of the local situation, as if the perpetrators themselves [...] were mere passive conduits of orders from above. This is not to say there may not also be organizational complicity of the kinds listed above; but these are not a sufficient explanation of what happens.»⁸⁶

A atuação do comandante Gansser, embora subordinado na hierarquia militar, não se esgota numa execução quase mecânica das ordens que, aliás, deixaram um considerável espaço de manobra na sua concretização. Para bem desempenhar o seu papel, exigia-se-lhe uma adaptabilidade comportamental que atendesse às necessidades situacionais. Essas são determinadas pelo contexto social próximo, formado pela guarnição do submarino, composta, no caso do U 156, por 69 pessoas, o comandante, cinco oficiais, praças e um comando de presas. O caráter compulsivo do grupo, o isolamento do mundo exterior e a atmosfera claustrofóbica no submarino obrigaram a um alto nível de conformidade com valores militares como disciplina e camaradagem cuja conservação estava na responsabilidade do comandante. Ao mesmo tempo, as condições meteorológicas extremamente adversas aquando da missão forçaram Gansser a conceder-se exceções ao rigoroso cumprimento do regulamento militar, para garantir o funcionamento operacional do submarino.

«Os ventos fortes e a ondulação alta prevaleceram quase durante toda a viagem. A tripulação, na sua maioria não-marujos, sofreu muito nestas condições desfavoráveis. [...] os marujos gravemente afetados pelo enjoo marítimo tiveram a autorização de permanecer na central do comando para que ficassem num estado razoavelmente eficiente.»⁸⁷

A resultante coesão social assegurava um ambiente livre de conflitos, indispensável para a sobrevivência no Atlântico tempestuoso. Como oficial experiente, Gansser sabia que os seus subordinados esperavam experiências de sucesso que

⁸⁶ COLLINS, 2008, *Violence* [...], p. 101.

⁸⁷ BArch RM 97/1130, *KTB U 156*, fl. 11.

justificassem os tormentos vivenciados e preservassem a indispensável moral do combate. Para responder a esta expetativa, era preciso alcançar êxitos militares quantificáveis, sobretudo em destruição de tonelagem hostil. Contudo, até ao dia 12 de dezembro, o U 156 tinha afundado somente uma pequena escuna canadiana. Era óbvio que este foi um resultado extraordinariamente fraco, em relação ao dos outros submarinos de longa distância e aos seus sucessos anteriores com o U 33. Assim, Gansser estava consciente de não ter correspondido nem às expectativas dos seus subordinados, nem às dos seus superiores, que necessitavam de sucessos da frota submarina para manterem a credibilidade do seu prognóstico duma vitória rápida. Além disso, Gansser encontrava-se numa concorrência permanente com os outros comandantes da flotilha dos cruzadores submarinos. Em especial, o U 151, cruzando na mesma zona de operações, já tinha afundado 15 navios apenas nos meses de outubro e novembro. Não deve ser subestimado, também, o peso social da forte tradição familiar marcada por carreiras militares de sucesso⁸⁸.

Estas circunstâncias causavam uma grande pressão psíquica sobre Gansser para dar prova das suas competências militares. Aproximando-se do ancoradouro funchalense, o comandante sentia as suas expetativas frustradas porque não encontrou navios surtos que pudesse afundar. Esta frustração reforçou a já existente tensão emocional, sobrepondo-se a uma tomada de decisões racional que teria conduzido à retirada despercebida do submarino. Para que a tensão fosse descarregada, faltava só um elemento desencadeador. O adversário português prestou-o, abrindo fogo como ato de defesa contra um intruso nas próprias águas territoriais. O primeiro tiro, lançado pelo patrulha Dekade I, foi o fator crucial que deu início ao bombardeamento à cidade do Funchal. O estado do tempo, naquela manhã, excecionalmente favorável facilitava o confronto armado. Esta microanálise das circunstâncias situacionais confirma a hipótese de Collins de que «The crucial turning points in conflict and violence are matters of [...] temporary situational configurations.»89 Gansser descreve o combate no diário de guerra, utilizando uma linguagem técnica que camufla o papel fundamental da vertente emocional. Para justificar o seu procedimento, defende que o forte de São Tiago abriu fogo, seguido da participação de outros três. O vapor de guerra português tinha-se

⁸⁸ O pai, um tio e um irmão eram oficiais condecorados com ordens de mérito militar (Landesarchiv Baden-Württemberg, Hauptstaatsarchiv Stuttgart, *Findbuch* [inventário] *Q 2/48*, Introdução).

⁸⁹ COLLINS, 2020, «Theorizing the time-dynamics of violence», p. 166.

envolvido apenas dez minutos mais tarde. Esta versão, que consta no diário de guerra, redigido após o cumprimento da missão, deve-se a um ato de racionalização posterior, a fim de legitimar a própria atuação perante os seus superiores. Na versão divulgada pela imprensa madeirense, contudo, o patrulha *Dekade I* disparou primeiro, não tendo surgido fogo a partir das fortalezas do Funchal.

O decurso do bombardeamento revela caraterísticas dum processo autodinâmico.

«Nas sociedades em guerra, a atuação concretiza-se, muitas vezes, no quadro de processos sociais autodinâmicos. [...] Podem ser denominados por autodinâmicos processos que, uma vez desencadeados, se movem por si só e sem influência externa suplementar. O próprio processo gera os motivos para a sua continuação.»⁹⁰

No caso concreto, o primeiro tiro é o fator desencadeador para Gansser ordenar o lançamento de granadas sobre a cidade. A seguir, cada novo disparo constitui a continuidade do bombardeamento, ou seja, «Once violence starts, either side may get into a self-reinforcing rhythm of repeating their own violence.» Este processo de escalada só termina por meio dum elemento exógeno. Já não dispondo de mais projéteis, o *Dekade I* veio ao encontro do *Mariano de Carvalho* para reabastecer material. Entretanto, o U 156 aproveitou esta interrupção para ficar fora da distância de avistamento dos patrulhas. O decurso, na sua totalidade, corresponde ao seguinte padrão de conflitos violentos, estabelecido por Collins:

«[...] disrupting opponents' rhythm and imposing one's own rhythm result in ending the conflict. This happens by destroying the opponent's ability to coordinate oneself (whether as an individual, a small group, large crowd, or formal organization). The end point can be victory of one side and defeat of the other [...].»⁹²

5. Considerações Finais

O ataque ao Funchal prova o fracasso estratégico do recurso à guerra submarina face ao sistema de comboio dos Aliados. Em termos de tonelagem afundada, novembro de 1917 foi o mês mais fraco. A propaganda alemã já não conseguia esconder o facto de que a expetativa duma vitória rápida ia-se dissipando. A propósito desta desilusão, Rojek fala figurativamente de esperanças afundadas⁹³. Assim, ações como o ataque ao

⁹⁰ KRUSE, 2017, Kriegsgesellschaftliche Moderne [...], p. 13.

⁹¹ COLLINS, 2020, «Theorizing the time-dynamics of violence», p. 171.

⁹² COLLINS, 2020, «Theorizing the time-dynamics of violence», p. 182.

⁹³ ROJEK, 2017, Versunkene Hoffnungen.[...], p. 240.

Funchal, flagrantes violações do Direito Internacional da Guerra Naval, parecem atos desesperados, no intuito de satisfazer exigências ilusórias, e ineficazes da perspetiva estratégica militar, mas explicáveis pelas respetivas constelações situacionais⁹⁴.

No lado oposto, a Madeira tornou-se vítima duma política que se empenhou veementemente pela participação portuguesa na guerra ao lado da Inglaterra, apesar da evidente debilidade estrutural tanto do exército como da armada portugueses da altura. Na realidade da guerra, a Madeira tinha ainda menos proteção militar que o continente. Inversamente, o arquipélago sofreu dois ataques a alvos terrestres enquanto o continente ficou poupado deste tipo de atos de guerra.

Embora Portugal ficasse ao lado dos vencedores, as disposições do Tratado de Versalhes desfizeram todas as esperanças numa melhoria.

«Afonso Costa[,] queria, de uma só vez, à custa da Alemanha, resolver a situação financeira do país, modernizar as forças armadas, aumentar o património colonial[.] [...] poucos países aliados terão ficado tão decepcionados com o texto final, que quase não menciona Portugal [...]. Em 1921 foi anunciado que Portugal receberia 0,75% do total das compensações financeiras a ser pagas pela Alemanha (um pouco menos de mil milhões de marcos-ouro). Porém, devido às sucessivas revisões da dívida alemã [...], pouco deste dinheiro entrou nos cofres do Estado, não chegando nem para saldar as dívidas de guerra para com a Grã-Bretanha.» 95

Sob essas condições desvantajosas, a situação socioeconómica em Portugal continuou fragilizada no pós-guerra. Devido à sua localização ultraperiférica, isto é particularmente o caso da Madeira.

Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

a) Fotografias

Estragos feitos na igreja de Santa Clara, PER/3028, cx. 132, n.º 25, disponível em https://bit.ly/3kX3nFj, consultado em 2020–12–30.

Estragos feitos numa residência na rua da Bela Vista, após o bombardeamento da cidade do Funchal, PER/3029, cx. 132, n.º 26, disponível em https://bit.ly/360YB5G, consultado em 2020–12–30.

Pormenores sobre os aspetos do Direito Internacional da Guerra Naval in SAECKER, 2018, «O ataque do U 38 [...]», pp. 28–31.

⁹⁵ MENESES, 2008, «O Tratado de Versalhes (1919)», p. 6.

b) Periódicos

Diário de Notícias (Funchal):

- 06–12–1916, disponível em https://bit.ly/2GXS55J, consultado em 2020–12–30.
- 10–12–1916, disponível em https://bit.ly/2SUo4pS, consultado em 2020–12–30.
- 03-06-1917, disponível em https://bit.ly/3j3CrCS, consultado em 2020-12-30.
- 13-07-1917, disponível em https://bit.ly/3iZmUUy, consultado em 2020-12-30.
- 10–10–1917, disponível em https://bit.ly/3j13tuw, consultado em 2020–12–30.
- 13–12–1917, disponível em https://bit.ly/3500DRF, consultado em 2020–12–30.
- 14–12–1917, disponível em https://bit.ly/2HblCZm, consultado em 2020–12–30.
- 15-01-1918, disponível em https://bit.ly/3k2tuej, consultado em 2020-12-30.

Biblioteca Nacional de Portugal

Diário da Grande Guerra. Testemunhos portugueses:

- Diário da Madeira, 13–12–1916, disponível em https://bit.ly/3douGGD, consultado em 2020–12–30.
- *Diário Nacional*, 13–12–1917, disponível em https://bit.ly/2T8YLRj, consultado em 2020–12–30.

Bundesarchiv (BArch)

- RM 8/581, fl. 41, Material zu «Der Handelskrieg mit Unterseebooten» IV, Bd. 1218: Erfolge der Unterseebootkreuzer, Juni–Dez. 1917, Nationalität und Namen der von U 156 und U 157 versenkten Schiffe.
- RM 20/578, Anklagen wegen Kriegsverbrechen und Kriegsvergehen vor dem Reichsgericht Leipzig, Bd. 14: Fall Korvettenkapitän a. D. Konrad Gansser, Apr. 1920–Mai 1923, fls. 35–39, Besatzungslisten U 156, fls. 65–67, Einstellungsbescheid Kriegsverbrecherprozess.
- RM 47/773, fls. 274–276, 284–290, *Handelskrieg mit U-Booten, 2. Reihe, Bd. 3, Sperrgebiete*.
- RM 47/786, fls. 129–134, «Handelskrieg mit U-Booten», 1. Reihe, Bd. 17: (Apr.) Sept. 1917–Jan. 1918.
- RM 47/790, fls. 51–59, «Operationsbefehle für U-Boote», 1917–1918, Bd. 1: ohne Titel, Befehle für U 156 und U 157.
- RM 90/102, Unterseebootflottillen und Unterseeboothalbflottillen der Kaiserlichen Marine, Unterseekreuzerverband, Operationsbefehle, 11. Sept. 1916–11. Nov. 1918, Sonderbefehle für den Handelskrieg, u.a. U 156.

- RM 97/1127, Unterseeboote der kaiserlichen Marine, «U 156», Logbuch Bd. 1/2, 22. Okt.–22. Dez. 1917.
- RM 97/1130, Unterseeboote der kaiserlichen Marine, «U 156», Kriegstagebuch 28. Aug. 1917–16. Juni 1918.
- RM 97/1138, Unterseeboote der kaiserlichen Marine, «U 157», Bd. 2: Kriegstagebuch 27. Nov. 1917–6. Dez. 1918.

Vária

- DEUTSCHES U-BOOT-MUSEUM, Archiv, *Bootsblatt S.M.S.* «*U 156*», disponível em https://bit.ly/37aVxoA, consultado em 2020–12–30.
- DUFEIL, Yves, 2011, Kaiserliche Marine. U-Boote 1914 1918. Dictionnaire biographique des commandants de la marine imperiale allemande, disponível em https://bit.ly/3j7xEQM, consultado em 2020–12–30.
- GRANIER, Gerhard (ed.), 2000, *Die deutsche Seekriegsleitung im Ersten Weltkrieg. Dokumentation*, vol. 3, Koblenz, Bundesarchiv.
- GRÖNER, Erich, 1937 / 2010, *Alle deutschen Kriegsschiffe von 1815–1936*, Historische Schiffahrt 164, München, Lehmanns, Reprint Bremen, Salzwasser.
- HELGASON, Guðmundur, s.d., WWI U-boat commanders, Konrad Gansser, disponível em https://bit.ly/341K9tc, consultado em 2020–12–30.
- HELGASON, Guðmundur, s.d., WWI U-boat Successes. Ships hit by U 151, disponível em https://bit.ly/2lp6jwS, consultado em 2020–12–30.
- HELGASON, Guðmundur, s.d., *WWI U-boat Successes. Ships hit by U 156*, disponível em https://bit.ly/37hPkqW, consultado em 2020–12–30.
- JELLICOE, John Rushworth, 1934, *The Submarine Peril. The Admiralty Policy in 1917*, London, Cassell.
- KOERVER, Hans Joachim (ed.), 2018, *Deutscher Ubootkrieg in Zeitzeugenberichten* 1914–1918, Eschweiler, Edition Riviere.
- LANDESARCHIV Baden-Württemberg, HAUPTSTAATSARCHIV Stuttgart, *Findbuch Q 2/48, Vorwort*, disponível em https://bit.ly/2K4HaZy, consultado em 2020–12–30.
- MICHAELIS, Herbert, SCHRAEPLER, Ernst, 1958, Ursachen und Folgen. Vom deutschen Zusammenbruch 1918 und 1945 bis zur staatlichen Neuordnung Deutschlands in der Gegenwart, vol. 1: Die Wende des ersten Weltkrieges und der Beginn der innerpolitischen Wandlung 1916/1917, Berlin, Dokumenten-Verlag.

- NATIONAL ARCHIVES CATALOG, Record Group 11: General Records of the United States Government, 1778–2006, Series: Enrolled Acts and Resolutions of Congress, 1789–2013, A Joint Resolution of April 6, 1917, Public Resolution 65–1, 40 STAT 1, Declaring that a State of War Exists Between the Imperial German Government and the Government and the People of the United States and Making Provision to Prosecute the Same, 4/6/1917, disponível em https://bit.ly/375Rvhe, consultado em 2020–12–30.
- S.A., s.d., Amtliche Kriegs-Depeschen. Nach Berichten des Wolffschen Telegr.-Bureaus, vol. 5, 1. August 1916 bis 31. Januar 1917, e vol 7, 1. August 1917–31. Mai 1918, Berlin, Nationaler Verlag.
- S.A., s.d., «Deutsches Friedensangebot», in *Verhandlungen des Deutschen Reichstags, Reichstagsprotokolle, Stenographische Berichte, 80. Sitzung 12.12.1916*, p. 2332, disponível em https://bit.ly/3nNCOFg, consultado em 2020–12–30.
- S.A., 1997, Portugal na primeira guerra mundial (1914–1918), tomo 2, As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em https://bit.ly/2T23KTD, consultado em 2020–12–30.
- S.A., 1925, «Sperrgebiete um Europa und Afrika», in *Library of Congress Geography and Map Division*, Washington, n.º 2016432163, disponível em https://bit.ly/37eEfqz, consultado em 2020–12–30.
- SCHIFFERS, Reinhard, KOCH, Manfred & BOLDT, Hans (ed.), 1981, Der Hauptausschuß des Deutschen Reichstags 1915–1918, Quellen zur Geschichte des Parlamentarismus und der politischen Parteien. Erste Reihe: Von der konstitutionellen Monarchie zur parlamentarischen Republik, 9/III, Düsseldorf, Droste.
- SPINDLER, Arno (ed.), 1941, *Der Handelskrieg mit U-Booten 1914–1918*, vol. 4, *Februar bis Dezember 1917*, Berlin, E.S. Mittler & Sohn.
- TRIGO, Adriano Augusto, TRIGO, Aníbal Augusto, 1910, *Planta Roteiro da Cidade do Funchal*, Biblioteca Municipal do Funchal, disponível em https://bmfunchal.blogs.sapo.pt/31846.html, consultado em 2020–12–30.

Bibliografia

AFFLERBACH, Holger, 2018, *Auf Messers Schneide. Wie das Deutsche Reich den Ersten Weltkrieg verlor*, München, C.H. Beck.

- AMARAL, Luciano, SILVA, Álvaro da, 2015, «War Finance (Portugal)», in DANIEL, Ute, GATRELL, Peter *et al.* (ed.), *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*, Berlin, Freie Universität, disponível em https://bit.ly/3dwKtmx, consultado em 2020–12–30.
- BRANDÃO, Miguel Castro, 2015, «A Atividade Marítima Alemã durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) na costa Portuguesa», in PEREIRA, Gaspar Martins, ALVES, Jorge Fernandes, ALVES, Luís Alberto, MEIRELES, Maria Conceição (coord.), A Grande Guerra (1914–1918): problemáticas e representações, Porto, CITCEM, pp. 27–56, disponível em https://bit.ly/2y704FX, consultado em 2020–12–30.
- COLLINS, Randall, 2020, «Theorizing the time-dynamics of violence», in *Violence: An international journal*, 1, pp. 166–184, disponível em https://bit.ly/2JWXImm, consultado em 2020–12–30.
- COLLINS, Randall, 2008, *Violence. A Micro-sociological Theory*, Princeton, Princeton University Press.
- COUCEIRO, H[enrique Mitchell] de Paiva, 1906, «O triangulo estrategico e a Alliança ingleza», in *Revista da Artilharia*, 3, 26, pp. 49–73.
- CRUZ, João Ventura, 2014, «Portugal e a Marinha na Primeira Grande Guerra», in *Nação* e *Defesa*, 139, pp. 123–137.
- EPKENHANS, Michael, HUCK, Stephan (ed.), 2017, *Der Erste Weltkrieg zur See*, Beiträge zur Militärgeschichte 78, Berlin, De Gruyter Oldenbourg.
- FERNANDES, Marisa, 2016, «A Arma Submarina na Estratégia Alemã na Primeira Guerra Mundial», in *Nação e Defesa*, 145, pp. 133–152.
- FREIRE, João, 2010, «A Marinha e a República», in Ler História, 59, pp. 227–247.
- HALPERN, Paul G., 2012, A Naval History of World War I, Annapolis, Naval Institute Press.
- HARING Sabine A., 2018, «Gewalt und Krieg aus kultursoziologischer Perspektive», in MOEBIUS, Stephan, NUNGESSER, Frithjof, SCHERKE, Katharina (ed.), *Handbuch Kultursoziologie*, Springer Reference Sozialwissenschaften, Wiesbaden, Springer VS, disponível em https://bit.ly/378iM2v, consultado em 2020–12–30.
- HEITMANN, Jan, 1999, Unter Wasser in die Neue Welt: Handelsunterseeboote und kaiserliche Handelskreuzer im Spannungsfeld von Politik und Kriegführung, Berlin, Berlin Verlag A. Spitz.
- HERZOG, Bodo, 1968, 60 Jahre deutsche Uboote 1906–1966, München, J.F. Lehmanns.
- HUBATSCH, Walther, 1958, *Der Admiralstab und die obersten Marinebehörden in Deutschland.* 1848–1945, Frankfurt/Main, Bernard & Graefe.

- JENTZSCH, Christian, WITT, Jann M., 2016, Der Seekrieg 1914–1918. Die Kaiserliche Marine im Ersten Weltkrieg, Darmstadt, Theiss.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (coord.), 2015, Portugal e a Grande Guerra. Contextos e protagonistas, Lisboa, Edições 70.
- KARAU, Mark D., 2017, «Submarines and Submarine Warfare», in DANIEL, Ute, GATRELL, Peter *et al.* (ed.), *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*, Berlin, Freie Universität, disponível em https://bit.ly/340Vj19, consultado em 2020–12–30.
- KÖPPEN, Manuel, 2014, «"Ihr blonden Helden, die ihr unten steht...". Deutschland und seine U-Boote», in *Zeitschrift für Germanistik*, 24, Heft 3, pp. 510–545.
- KNEISEL, Paul R., 1942, England, Germany and the Portuguese colonies 1898–1914, Dissertação de Mestrado em História, Louisville, Department of History, University of Louisville, disponível em https://bit.ly/2loJmtH, consultado em 2020–12–30.
- KRAMER, Alan, 2020, «Naval Blockade (of Germany)», in DANIEL, Ute, GATRELL, Peter et al. (ed.), 1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War, Berlin, Freie Universität, disponível em https://bit.ly/3ISBK0W, consultado em 2020–12–30.
- KRUSE, Volker, 2017, Kriegsgesellschaftliche Moderne. Zur strukturbildenden Dynamik großer Kriege, Köln, Halem.
- LOPES, Carlos Jorge Alves, 2019, *Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra: Uma lição aprendida e esquecida*, Dissertação de Doutoramento em História

 Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade

 Nova.
- MATEUS, Samuel, 2018, «O Diário de Notícias (Madeira) e o Diário da Madeira na cobertura dos Bombardeamentos do Funchal de 1916 e 1917», in MESA, Julio Antonio Yanes, PUERTAS, Lara Carrascosa, *Historia y Comunicación Social en la Macaronesia actas del III Congreso Historia del Periodismo Canario*, Tenerife, Ediciones Densura, pp. 67–82.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, 2008, «O Tratado de Versalhes (1919)», in *Anuário Janus*, disponível em https://bit.ly/3dsvg6f, consultado em 2020–12–30.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, 2014, «War Aims and War Aims Discussions (Portugal)», in DANIEL, Ute, GATRELL, Peter *et al.* (ed.), 1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War, Berlin, Freie Universität, disponível em https://bit.ly/3j1arQy, consultado em 2020–12–30.

- MENESES, Filipe Ribeiro de, 2017, «Making Sense of the War (Portugal)», in DANIEL, Ute, GATRELL, Peter et al. (ed.), 1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War, Berlin, Freie Universität, disponível em https://bit.ly/2SWEDI1, consultado em 2020–12–30.
- NECKEL, Sighard, SCHWAB-TRAPP, Michael (ed.), 1999, Ordnungen der Gewalt. Beiträge zu einer politischen Soziologie der Gewalt und des Krieges, Soziologie der Politik 3, Opladen, Leske+Budrich.
- PAUL, Axel T., SCHWALB, Benjamin (ed.), 2015, Gewaltmassen. Über Eigendynamik und Selbstorganisation kollektiver Gewalt, Hamburg, Hamburger Edition.
- PIRES, Ana Paula, DUARTE, António Paulo, REIS, Bruno Cardoso (coord.), 2017, Entering the First World War: the Experiences of Small and Medium Powers, IDN cadernos n.º 22, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.
- RAHN, Werner, 2011, «Deutsche U-Boote im Ersten und Zweiten Weltkrieg. Einsätze, Erfahrungen und Entwicklung neuer U-Boot-Typen», in HUCK, Stephan (ed.), 100 Jahre U-Boote in deutschen Marinen. Ereignisse Technik Mentalitäten Rezeption, Kleine Schriftenreihe zur Militär- und Marinegeschichte, 18, Bochum, Winkler, pp. 27–62.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2014, «A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914–1918): Tópicos de Política e Defesa», in *Nação e Defesa*, 139, pp. 64–83.
- RÖSSLER, Eberhard, 2011, Deutsche UBoote 1898–1918. Entwicklung, Herstellung, Ausbildung, Verwendung, Bonn, Mittler.
- ROJEK, Sebastian, 2017, Versunkene Hoffnungen. Die Deutsche Marine im Umgang mit Erwartungen und Enttäuschungen 1871–1930, Quellen und Darstellungen zur Zeitgeschichte, 116, Berlin / Boston, de Gruyter Oldenbourg.
- ROLLO, Maria Fernanda, PIRES, Ana Paula, MENESES, Filipe Ribeiro de, 2017, «Portugal», in DANIEL, Ute, GATRELL, Peter *et al.* (ed.), *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*, Berlin, Freie Universität, disponível em https://bit.ly/2H50iFt, consultado em 2020–12–30.
- SAECKER, Mathias, 2018, «O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã», in *História. Revista da FLUP*, IV Série, 8, 2, pp. 9–37.
- SCHEERER, Thomas, 2002, *Die Marineoffiziere der Kaiserlichen Marine. Sozialisation und Konflikte*, Kleine Schriftenreihe zur Militär- und Marinegeschichte 2, Bochum, Winkler.
- SCHRÖDER, Joachim, 2001, *Die U-Boote des Kaisers. Die Geschichte des deutschen U-Boot-Krieges gegen Großbritannien im Ersten Weltkrieg*, Subsidia academica, Reihe A, vol. 3, Lauf/Pegnitz, Europaforum-Verlag.

- SELIGMANN, Matthew S., 2020, «Britain and Economic Warfare in German Naval Thinking in the Era of the Great War», in MORGAN-OWEN, David, HALEWOOD, Louis (ed), *Economic Warfare and the Sea. Grand Strategies for Maritime Powers,* 1650–1945, Research in Maritime History, n.º 55, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 193–208.
- SILVA, Fernando Augusto da, MENESES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. 1, A-E, e vol. 2, F-N [1946], Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SOUSA, Pedro Marquês de, 2016, «1916 O ano da organização do CEP para França. A Mobilização Militar», in *Revista Militar*, 2572, pp. 429–466.
- TELO, António José, 1999, Homens, Doutrinas e Organização 1824–1974. História da Marinha Portuguesa, Lisboa, Editorial de Marinha.
- TELO, António José, SALGADO, Augusto, 2018, *A Grande Guerra no Atlântico português*, 2 volumes, Lisboa, Fronteira do Caos.
- TELO, António José, MATOS, Jorge Semedo de, MONTEIRO, Nuno Sardinha (coord.), 2019, *Política e Poder Naval (1898–1922). Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha.
- VALENTIM, Carlos, 2018, «Portugal e a Grande Guerra. A estratégia naval (1914–1918)», in *Revista da Armada*, 48 (534), pp. 17–19.
- WARBURG, Jens, 2008, *Das Militär und seine Subjekte. Zur Soziologie des Krieges*, Bielefeld, transkript, disponível em https://bit.ly/378g1OH, consultado em 2020–12–30.
- WOLZ, Nicolas, 2013, »Und wir verrosten im Hafen«. Deutschland, Großbritannien und der Krieg zur See 1914–1918, München, dtv.

Fotografia e Cinema: Representações da Madeira entre Jornalismo, Etnografia e Propaganda Turística nas Primeiras Décadas do Século XX. O Caso da *Madeira Film* e do seu *Homem da Câmara*

Photography and Films: Representations of Madeira Island between Journalism, Ethnography and Tourist Propaganda in the First Decades of the 20th Century. The Case of *Madeira Film* and its *Man with the Camera*

Ana Salqueiro¹

«Le concept de nation, [...], s'est affirmé comme central pour définir la forme dominante d'organisation sociale dans le dernier tiers du XIX^e siècle [...]: le XX^e siècle aura marqué l'apogée d'une société des nations. Le cinéma est né à la veille du XX^e siècle [...]. Il y a donc solidarité entre l'histoire des nations et celle du cinéma [...] solidarité [...] historique [...] [et] ontologique»².

Doutoranda em Estudos de Cultura na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP), mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Línguas e Literaturas Modernas - Estudos Portugueses. É investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da UCP e investigadora colaboradora quer no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, quer no Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Os seus trabalhos, nas áreas dos Estudos Literários, de Cultura e Insulares, têm-se ocupado sobretudo dos sistemas insulares da Macaronésia Lusófona. Assume preferencialmente enquadramentos interdisciplinares e aborda questões como: o exílio e a mobilidade humana, cultural e textual; as implicações entre cultura e poder; a relação entre fenómenos culturais, imaginários e fenómenos naturais; o papel dos discursos artístico e académico nas sociedades contemporâneas. Este trabalho tem sido apresentado em reuniões científicas e eventos culturais, e publicado em livros, atas e publicações periódicas especializadas, nacionais e estrangeiras. Contacto eletrónico: ana.meb.salgueiro@madeira.gov.pt.

² FRODON, 1998, La Projection Nationale. Cinéma et Nation, pp. 11-12.

«Pretendemos coligir notas dispersas para com elas formar [...] um pequeno e modesto arquivo cinematográfico português [...]. É que, um dia, há de ser necessário elaborar com escrúpulo a história da nossa cinematografia. Então os parcos subsídios [...] constituirão [...] úteis auxiliares de consulta»³.

Resumo

Tomando a representação visual da Madeira como questão de fundo e centrando a nossa atenção na análise do cinema produzido no Funchal pela *Madeira Film* na década de 1920, sob a direção de câmara de Manuel Luiz Vieira, começaremos por refletir sobre os desafios metodológicos colocados à investigação sobre os primeiros filmes da História do Cinema e sobre a cinematografia produzida em espaços periféricos como a Madeira. Acompanhando trabalhos recentes desenvolvidos por vários autores na área dos Estudos de Cinema Português, defenderemos: (1) a necessidade de um regresso ao trabalho em arquivo; (2) a não restrição do *corpus* de análise aos filmes (muitos deles entretanto desaparecidos), alargando-o a outros discursos visuais e escritos onde merecem especial destaque as publicações periódicas coevas; e (3) a adoção de abordagens comparatistas, que permitam o conhecimento fundamentado do sistema cultural madeirense e do papel que o cinema aí assumiu, sem, contudo, deixar de relacionar os fenómenos cinematográficos (e não só) insulares com outros situáveis em contextos nacionais e internacionais mais amplos, em que, afinal, também aqueles estiveram implicados.

Por outro lado, enquadrando a produção cinematográfica da *Madeira Film* quer na obra mais vasta do seu *homem da câmara*, quer numa tradição visual de representação da ilha que ganharia especial fulgor com a invenção da fotografia no século XIX, quer na tendência nacionalista então dominante no sistema cinematográfico português, quer ainda nas dinâmicas de afirmação regionalista experienciadas na ilha desde a década de 1910, procuraremos demonstrar como o repertório da *Madeira Film*, oscilando entre o discurso jornalístico, a busca do retrato etnográfico e o investimento na propaganda da ilha, ensaiando a invenção de um *cinema tipicamente madeirense*, não só contribuiu para a imaginação e para a projeção da Madeira como comunidade dotada de uma identidade própria (em claro alinhamento com as propostas regionalistas do grupo do Cenáculo, de que fez parte Francisco Bento de Gouveia, o proprietário da produtora), como também deu continuidade ao processo de imaginação da Madeira como ilha turística, intensificado com a invenção da fotografia e a vulgarização do bilhete-postal ilustrado.

Palavras-chave: Fotografia; Cinema; *Madeira Film*; Regionalismo/Nacionalismo; Turismo; Construção Identitária.

³ LOURENÇO, 22-09-1928, «Cinema Português. A propósito do "Fauno das Montanhas e da "Calúnia"», p. 24.

Abstract

Taking the visual representation of Madeira island as a key issue, we will focus our attention on the analysis of the cinema produced in Funchal by *Madeira Film* in the 1920s, under the direction of Manuel Luiz Vieira's camera.

Reflecting on the methodological challenges placed by the study of both the first films in the History of Cinema and the cinematography produced in peripheral spaces such as Madeira, we will defend: (1) the need to return to the Archive; (2) the non-restriction of the *corpus* of analysis to films (many of them meanwhile disappeared), extending it to other visual and written discourses, in particular those preserved in periodical publications; and (3) the adoption of comparative approaches, which allow the study both of the role cinema assumed in Madeiran Cultural System and its relation with other cinematographic and non-cinematographic phenomena situated in national context and other international ones. National and international phenomena in which, after all, Madeiran Cultural System and *Madeira Film*'s cinematographic production were also involved.

Therefore, we will relate *Madeira Film*'s cinema either with the broader work of its cameraman, with the Madeiran tradition of visual representation of the island (particularly relevant since the advent of photography in the 19th Century), with the nationalist tendency then dominant in the Portuguese Cinematographic System, and even with the local dynamics of regionalist affirmation since the 1910s. We will argue that the *Madeira Film* repertoire, oscillating between journalistic discourse, the search for the ethnographic portrait and the investment in the island's propaganda, experimented the invention of a typically Madeiran cinema, which not only contributed to the imagination and projection of Madeira as a community endowed with its own identity (in clear alignment with the regionalist proposals of the *Cenáculo* regionalist group), but also continued the process of imagining Madeira as a tourist island intensified in the 19th century with the invention of photography and the popularization of the illustrated postcard.

Keywords: Photography; Cinema; *Madeira Film*; Regionalism/Nationalism; Tourism; Identity Construction.

Claquette! Perspetiva Panorâmica e Desafios Metodológicos na Investigação sobre o Início da História do Cinema e sobre a Cinematografia Produzida em Espaços Periféricos como a Madeira

A 17 de maio de 1934, ainda na esteira do entusiasmo que a exibição dos primeiros filmes sonoros portugueses desencadeara⁴, e não alheia ao impacto que, desde maio de 1927, a polémica «Lei dos Cem Metros» tivera em Portugal, enquanto tentativa (gorada) de proteger e promover a produção cinematográfica nacional de qualidade⁵, o país assistia ao aparecimento de mais uma revista cinéfila: a *Cine*, publicada pela também recente *Editora Cinematográfica*.

Com o título «Institui-se a Editora Cinematográfica que vai dedicar-se á pequena produção de fonofilmes e á edição de publicações cinematográficas», a *Cine* tornava claro, num dos textos de abertura do seu n.º 1, quais os propósitos do projeto empresarial cinematográfico que lhe dera origem. Um projeto fundado por destacadas «individualidades» portuguesas que, em seu entender, com a «massa anónima dos accionistas» (onde se evidenciavam «alguns dos melhores valores das artes, das ciências e das letras nacionais [...] gente do teatro e gente de cinema, dos da 'velha guarda'»), constituíam «quási todos os que colaboraram, mais ou menos intensamente, na realização de muitos filmes portugueses que, nas suas duas décadas de história, conta[va] o cinema nacional»⁶.

Assumindo essa tripla valência – a da edição impressa e a da produção e distribuição fílmicas –, a nova empresa pretendia dedicar-se à «edição de publicações cinematográficas, [à] produção, [à] exploração e [ao] comércio de fonofilmes e ainda [a]o exercício da indústria do reclamo», nomeadamente nas modalidades cinematográficas que o texto designava como «filmes de complemento, jornais sonoros e documentários»⁷. Na verdade, estes eram *géneros* florescentes em Portugal já antes da «Lei dos Cem Metros» (florescimento a que a Madeira não escapou,

⁴ Em 1931, estreava *A Severa*, primeiro fonofilme produzido em Portugal, cuja realização por José Leitão de Barros (Porto, 1896 – Lisboa, 1967) tivera início em 1930.

[«]Torna-se obrigatória, em todos os espectáculos cinematográficos, a exibição duma película de indústria portuguesa com um mínimo de 100 metros, que deverá ser mudada todas as semanas, e, sempre que seja possível, apresentada alternadamente, de paisagem e de argumento e interpretação portuguesa» – Artigo n.º 136 do Decreto-Lei 13564 de 6 de maio de 1927 do Ministério da Instrução Pública (Inspecção Geral dos Teatros), Diário da República, I série, n.º 92, p. 699. Destaque nosso.

⁶ «Institui-se a Editora Cinematográfica [...]»,17-05-1934, in *Cine*, p. 5.

⁷ «Institui-se a Editora Cinematográfica [...]»,17-05-1934, in *Cine*, p. 5.

sobretudo por via da *Madeira Film* e da *Empreza Cinegráfica Atlântida – Funchal*⁸), mas que ganhariam especial impulso após essa lei de maio de 1927, ainda que, dela, nem sempre resultasse a melhor qualidade fílmica.

Sobre este assunto, Joana Isabel Fernandes Duarte nota que a «Lei dos Cem Metros» desencadeara uma corrida à realização de tomadas de vistas portuguesas, assim como ao registo cinematográfico de monumentos e efemérides históricos, de eventos sociais e culturais com relevância local. Eram, contudo, filmes realizados por operadores de câmara com medíocre formação ou vocação, gerando, assim, um avolumar de repertório cinematográfico sem qualidade técnica e artística que, apesar disso, proliferava nas salas de cinema portuguesas⁹. A este respeito, poucos meses antes do lançamento de *Cine*, Jorge Brum do Canto (cineasta coevo dessa lei e com relevância na História do Cinema Português e na Madeira¹⁰) exprimia,

As duas primeiras empresas cinematográficas madeirenses, fundadas no Funchal: a Madeira Film (MF), supõe-se que em 1922, dado que os primeiros filmes desta produtora estrearam no Funchal em dezembro desse ano; a Empresa Cinegráfica Atlântida (ECA), provavelmente em 1924 ou 1925, uma vez que há notícias que apontam para a rodagem de A Calúnia, o seu primeiro filme de ficcão, ter ocorrido em 1925, sendo estreado em fevereiro de 1926. A História destas duas empresas está ainda por fazer e não nos foi possível localizar, até agora, a data precisa das suas constituições formais. Adiante voltaremos à história de ambas. Para já, importa referir que, relativamente à ECA, a sua existência terá tido duas fases ou terão existido duas produtoras com o mesmo nome: a primeira, com sede no Funchal; a segunda, com sede em Lisboa. O filme Scalabis – Santarém de 1936, cujo genérico indica ter sido realizado pelo madeirense Arnaldo Coimbra (também ator que participou em filmes produzidos pela ECA no Funchal) e cuja direção de fotografia e co-realização a Cinemateca Portuguesa atribui a Manuel Luiz Vieira, é apresentado como fita produzida pela ECA – Empresa Cinegráfica Atlântida – Lisboa. Na abertura de uma cópia de O Fauno das Montanhas hoje existente na Cinemateca Portuguesa, surge a indicação de tratar-se de um filme da Empreza Cinegráfica Atlântida – Funchal (ECA). A 16-03-1927, o Diário de Notícias do Funchal (DN) publicava o artigo «A cinematografia na Madeira. Uma visita ao "studio" da Empreza Cinegráfica Atlântida», onde, para além de se descrever todo o equipamento disponível para a produção de fitas como O Fauno das Montanhas, se acrescenta: «Ao seu talentoso director, sr. Manuel Luiz Vieira, e ao seu inteligente ajudante sr. Arnaldo Coimbra, de antemão felicitamos pelo sucesso que hão de obter».

Para além dos filmes produzidos pela MF e pela ECA, outros foram continuadamente realizados na ilha, por cineastas amadores e profissionais, uns madeirenses, mas outros também não insulares – cf. ALMEIDA, 2010, *Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira* [...]. Entre os realizadores insulares, destacamos «Oscar Lomelino, operador e sócio da 'Globe-Film', do Funchal», contemporâneo da MF e da ECA, que com esta última manteve alguma controversa concorrência, pelo menos a propósito da cobertura jornalística cinematográfica do salvamento da aviadora Ruth Elder nos Açores em 1927, conforme fica documentado no n.º 57 de *Cinéfilo* em L[OPES]., 1929, «Ruth Elder nos Açores», pp. 19-20. No n.º 22 do trimensário humorístico *Re-Nhau-Nhau* (23-07-1930), assinada por Cardoso, surge a caricatura do «galã [Carlos Martins] do film madeirense 'O olho do Diabo', película [...] que se fôr coisa de arregalar [...] há-de a 'Glob Film' ganhar um bom pár de massas em quanto o diabo esfrega um olho...».

⁹ DUARTE, 2018, Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas [...], p. 58.

Jorge Brum do Canto nasceu em Lisboa a 10-02-1910, no seio de uma família com origens açorianas e porto-santenses (ilhas que visitava regularmente), vindo a falecer na capital portuguesa a 07-02-1994. Para além de realizador, ator, argumentista e assistente de realização de importantes cineastas portugueses (p. ex. Leitão de Barros ou Chianca de Garcia), Brum do Canto foi também um importante crítico de cinema, atividade que iniciou muito jovem no jornal *O Século* e que o levaria

precisamente, o seu desagrado por esta situação, no n.º 95 da revista *Imagem*: «Estamos fartos, fartinhos de ver o Portugal do Convento de Cristo [...] o largo da Câmara Municipal de Santarém e a procissão de uma senhora qualquer, em qualquer parte»¹¹.

Significativo nos parece ser, por isso mesmo, que, imediatamente antes do texto de apresentação da nova *Editora Cinematográfica* publicado na página 5 de *Cine*, e logo após o editorial «Razão de Ser», a nova revista tenha incluído um artigo intitulado «OS BONS DOCUMENTÁRIOS PORTUGUESES NÃO SÃO inferiores aos melhores estrangeiros!», acompanhado por ampliações de «algumas imagens do filme 'Os pombos', de Manuel Luís Vieira»¹².

Cineasta português nascido a 21 de junho de 1885, na pequena localidade de São Vicente, na ilha da Madeira, mas que desde os últimos anos da década de 1920 passaria a viver e a trabalhar em Lisboa (cidade onde acabaria por falecer, a 24 de agosto de 1952), Manuel Luiz Vieira fora, ainda no Funchal, o *homem da câmara* a que nos referimos no título do nosso presente texto¹³. *Homem da câmara* (e também do laboratório) não só ao serviço da *Madeira Film* (MF), entre 1922 e 1925, como também da *Empreza Cinegráfica Atlântida – Funchal* (ECA), entre 1925 e 1928.

a fundar e/ou colaborar em várias publicações periódicas especializadas em cinema nos anos 1920 e 1930: *O Século Cinegráfico, Cinéfilo, Kino, Imagem*. Da sua filmografia, destacam-se: *A dança dos paroxismos* (1929-1930), «ensaio visual» fílmico que José Bértolo aproxima da Primeira Vanguarda Cinematográfica Francesa e classifica como uma das primeiras experiências de um «Cinema da Mente» (BÉRTOLO, 2021, «Um Cinema da Mente [...]»); *A canção da terra* (1938), rodado no Porto Santo e tomando o problema da seca insular como tema; ou *Chaimite* (1952), fita sobre as campanhas de Portugal em África, entre as quais se incluem as que, em Moçambique, tiveram a participação do madeirense Ayres d'Ornellas. Mais informação sobre a obra de Brum do Canto disponível na plataforma CINEPT (UBI) aqui: http://www.cinept.ubi.pt/pt/pessoa/2143689599/Jorge+Brum+do+Canto.

¹¹ CANTO, 1933, «Um artigo sôbre os filmes de cem metros», p. 8, apud nota 150 em DUARTE, 2018, Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas [...], p. 58.

¹² «OS BONS DOCUMENTÁRIOS PORTUGUESES NÃO SÃO inferiores [...]», 15-05-1934, in Cine, p. 4.

Respeitando a assinatura inscrita pelo cineasta nos genéricos dos seus filmes, optámos pela grafia Manuel Luiz Vieira (MLV), na referência ao seu nome, embora outros autores atualizem Luiz para Luís. A filmografia de MLV é presentemente objeto de estudo no âmbito do projeto *Encontros de Cinema Português Manuel Luiz Vieira*, ainda em curso e desenvolvido numa parceria entre o DRABM/CEHA-AV e o UMa-CIERL. Do atual estado desta pesquisa dá conta Ana Paula Almeida, no artigo publicado no presente n.º 3 da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série: ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)». Sobre a produção cinematográfica da *Madeira Film*, ver pp. 516-519; sobre a da *Empreza Cinegráfica Atlântida*, ver pp. 519-527. De acordo com Ana Paula Almeida, o filme atualmente designado *Cavalaria Portuguesa* (disponívell na *Cinemateca Digital* aqui: http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=4986&type=Video) e datado de 1929 é apontado como o primeiro realizado por MLV em Portugal continental.

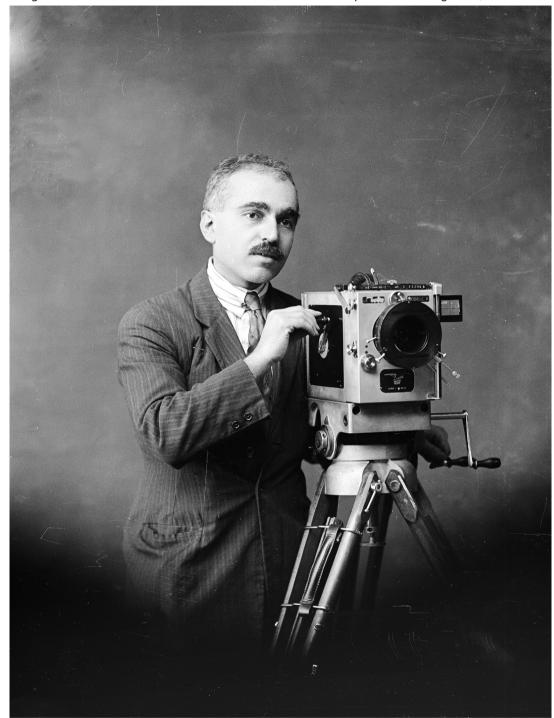


Imagem n.º 1 – Retrato de Manuel Luiz Vieira com a sua máquina cinematográfica, 29-01-1926

Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, VIC/35573 (negativo em vidro)¹⁴.

¹⁴ Agradecemos a Helena Araújo e a Alda Pereira (DRABM) a colaboração na identificação e na descrição desta fotografia.

Imagem n.º 2 – Página 4 do n.º 1 da revista Cine, datado de 15-05-1934



Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa, disponível na Hemeroteca Digital em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Cine/N01/N01_master/Cine_N01_17Mai1934.pdf.

A localização do artigo de *Cine* acima citado logo nas primeiras páginas da revista, o tom de exaltação patriótica presente no título (tom comum na área do Cinema desde a década de 1920, embora ganhando maior intensidade no contexto de afirmação político-ideológica do Estado Novo, nas décadas seguintes¹⁵) e o recurso, nesse artigo, a ampliações de fotogramas de *Os Pombos* conferem um destaque à fita de Manuel Luiz Vieira que é reforçado na legenda das imagens. Nesta, lê-se que *Os Pombos* fora já exibido «num cinema da capital, [onde teria] merec[ido] as mais elogiosas referências da crítica e do público», comprovando-se, assim, ser «exemplo dum bom documentário» em exibição nas salas de cinema do país¹⁶.

O protagonismo assim atribuído ao filme de um realizador madeirense, em 1934 e numa revista com as características de *Cine*, poderá surpreender aqueles que desconhecem quer a relevância que o cinema (e também a fotografia) assumiu no sistema cultural insular da transição do século XIX para o século XX¹⁷, quer a obra cinematográfica do autor de *Os Pombos*, ainda não devidamente estudada e, por isso, muitas vezes esquecida ou ignorada na investigação e na História do Cinema Português. Isto, apesar de, já em 1928 (no período em que Vieira se transferia para Lisboa¹⁸), a conceituada revista *Cinéfilo*, no artigo por nós citado em epígrafe, chamar a atenção para a necessidade de «a história da nossa cinematografia» não esquecer que

«A Ilha da Madeira – a «Pérola do Atlântico» ou a «Ilha dos Amores» como lhe chamou uma vez a talentosa comediante Maria Matos, quando de uma digressão artística àquelas paragens – também sentiu os efeitos da expansão do cinema [...] a coorte de cinéfilos

A Constituição Portuguesa de 1933 instituía formalmente o novo regime do Estado Novo. A respeito da invenção do cinema português e da sua implicação na reinvenção da nação, nas primeiras décadas do século XX (questões a que voltaremos adiante), ver: BAPTISTA, 2008, A Invenção do Cinema Português; e os primeiros capítulos de CUNHA e SALES (orgs.), 2013, Cinema Português: um Guia Essencial, pp. 7-137. Sobre a relação do trabalho de MLV com a construção da narrativa nacionalista e colonialista do Estado Novo – sobretudo enquanto operador de câmara, diretor de fotografia e técnico de laboratório ao serviço do SPN/SNI (Secretariado de Propaganda Nacional, depois renomeado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo), da Missão Cinegráfica às Colónias de África (MCCA) sob tutela da Agência Geral das Colónias, e da Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas (SPAC) – ver PIÇARRA, 2006, Salazar vai ao Cinema [...] e PIÇARRA, 2020, Projectar a Ordem [...].

¹⁶ «OS BONS DOCUMENTÁRIOS PORTUGUESES NÃO SÃO inferiores [...]», 15-05-1934, *in Cine*, p. 4.

¹⁷ Sobre este assunto, ver ALMEIDA, 2010, Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira [...].

Num dos poucos levantamentos até hoje realizados sobre a filmografia de MLV, que, apesar disso, enferma de falta de rigor científico, ao não indicar as fontes dos dados que compila, Videira Santos afirma: «Neste ano de 1928, Manuel Luís Vieira fixou-se definitivamente no Continente». Cruzando esta informação biográfica com as datas das fitas e as produtoras em que MLV já se encontra a trabalhar em 1929 e que são indicadas no levantamento de Ana Paula Almeida, podemos confirmar que, de facto, a transição de MLV para Lisboa se terá dado em 1928 ou no início de 1929. Cf. SANTOS, 1981, Manuel Luís Vieira. Filmografia madeirense 1922-1928 e ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)».

funchalenses levou por diante uma idéa a todos os títulos simpática e digna de melhor sorte»¹⁹;

acrescentando depois que

«As suas manifestações [cinematográficas], quási por completo ignoradas na Metrópole, não encontraram, porém, o ambiente, o carinho e o estímulo de que precisavam. O caso é tanto mais curioso quanto é certo não existir nenhum motivo que justifique o silêncio da imprensa da especialidade, como também a atitude de determinadas entidades que persistem em negar a sua valiosa colaboração à obra a criar-se [...] [sobretudo quando essa expansão cinéfila insular] teve o condão de nos revelar um valor, uma capacidade técnica, de primeira plana em qualquer empresa: – Manuel Luís Vieira [...] [cujo] mérito, tão elevado como modesto, e [a]s suas incontestáveis qualidades de inteligência, tenacidade, cultura e saber profissional [...] ergueram relativamente mais alto o nome da sua "Atlântida Film" que qualquer outra empresa do Continente o seu, com obras de vulto»²⁰.

Não cabe no presente artigo refletir sobre as causas e as consequências de um eventual desconhecimento do meio cinéfilo continental acerca do que, à época, se vivia no Funchal também cinéfilo. Um desconhecimento a que, muito provavelmente, se poderia juntar o que dizia respeito a outras regiões periféricas do país. Contudo, há indícios de que esse desconhecimento da cinefilia continental relativamente à cena cinematográfica da Madeira não seria, de facto, tão absoluto quanto lamentava, em 1928, António Lourenço, nas páginas do n.º 9 de *Cinéfilo*²¹. Situação que pode explicar o facto de, no ano seguinte, já encontrarmos Manuel Luiz Vieira, em Lisboa, a trabalhar regularmente com a produtora *Mello, Castello Branco*, e a dirigir a fotografia na rodagem do filme *A Dança dos Paroxismos* do jovem Brum do Canto, então, já um cinéfilo respeitado na redação de *O Século*.

LOURENÇO, 22-09-1928, «Cinema Português. A propósito do "Fauno das Montanhas" e da "Calúnia"», p. 24. Negrito nosso, para destacar os epítetos então atribuídos à Madeira, aos quais adiante regressaremos, aquando da análise das representações da Madeira e do impacto que determinadas imagens estereotípicas assumiram na perceção do território insular. Note-se que as palavras atribuídas a Maria Matos na classificação da Madeira como *Pérola do Atlântico* e *Ilha dos Amores* surgem numa crónica da atriz sobre a antestreia do filme *A Calúnia* de MLV, a que Maria Matos assistira no Teatro-Circo do Funchal. Crónica essa publicada no *DN* de 23-02-1926. Daqui se infere que os colaboradores de *Cinéfilo* tinham algum acesso ao que, no Funchal, era realizado e publicado sobre cinema na imprensa periódica.

²⁰ LOURENCO, 22-09-1928, «Cinema Português. A propósito [...]», pp. 24-25.

Lourenço afirma: «apesar de todos estes merecimentos e de a crítica os ter consagrado, nenhum dos supracitados filmes [A Calúnia e O Fauno das Montanhas] logrou vir até nós. Triste prémio para trabalho tão extenuante!», deixando nas entrelinhas a ideia de que esses dois filmes de ficção não teriam sido exibidos em Lisboa – LOURENÇO, 1928, «Cinema Português. A propósito [...]», p. 2. Tal não corresponde à verdade. Apesar das dificuldades assinaladas por João Sabino (ator, músico e membro da equipa da ECA), A Calúnia teve a sua primeira exibição no Éden Teatro, em Lisboa, a 11-05-1926, segundo transcrição do Diário de Lisboa, incluída no dossier sobre este filme de MLV, editado pela ECA e hoje disponível na Cinemateca Portuguesa – AAVV, s.d., A Calúnia, pp. [15 e 16].

Por exemplo, a 21-02-1923, o *Diário da Madeira* transcrevia (como era frequente acontecer com publicações periódicas nacionais e estrangeiras) uma pequena notícia recentemente publicada naquele mesmo jornal generalista de Lisboa, onde a cinefilia desde cedo ganhou protagonismo e que, ao longo de várias décadas, deu especial atenção às realidades regionais do país²². O assunto tratado nessa notícia de *O Século* era, justamente, a atividade cinematográfica da recém-fundada MF, no Funchal:

«Lê-se em "O Seculo" de 15 do corrente: "Na ilha da Madeira fundou-se há pouco uma empresa para a produção do «filme» artístico e de reportagem, tendo já encetado os seus trabalhos na reportagem das visitas á Madeira do sr. dr. António José de Almeida e dos heroicos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, no seu regresso do Brazil.

A terceira fita é a reportagem das grandes festas comemorativas do V Centenário da Descoberta da Madeira, realizadas no Funchal, em dezembro ultimo. Segundo nos informaram, pensa-se também em fazer passar pelo «écran» a peça histórica e regional «Guiomar Teixeira» da autoria do Major Sr. Reis Gomes, Director do «Diário da Madeira» e iniciador daquelas festas"»²³.

Por outro lado, a consulta do dossier sobre *A Calúnia*, organizado e editado pela própria ECA e hoje ainda conservado na *Cinemateca Portuguesa*²⁴, reúne transcrições

²² Notemos que *Cinéfilo*, «a mais popular revista portuguesa de cinema, e a de maior longevidade», nascia em junho de 1928, «como suplemento quinzenal do jornal O Século» – BORGES, 2018, «[Cinéfilo]. Textos e Imagens». Por outro lado, a política editorial de outros suplementos de O Século valorizava quer a visualidade (ilustrações, fotografias, arranjos gráficos cuidados...), quer as realidades locais e regionais do país. Ver, p. ex., *Ilustração Portuguesa* (IP) que, em 1906, no n.º 1 da sua 2.ª série, incluía um longo subtítulo claramente indicador desse projeto editorial: «Revista Semanal dos Acontecimentos da Vida Portuguesa. Vida Social, Vida Política, Vida Artística, Vida Litterária, Vida Mundana, Vida Sportiva, Vida Doméstica». No que à representação da Madeira na IP diz respeito, salientamos que os seus números incluíram reiteradamente quer trabalhos de autores madeirenses, quer trabalhos sobre o arquipélago. Não só incluiu, desde o seu n.º 1 da 1.ª série (09-11-1903), imagens de fotógrafos insulares, como João Francisco Camacho (neste caso, publicações póstumas, dado que o fotógrafo tinha falecido em 1898), como divulgou nas suas páginas eventos ocorridos na ilha, como, p. ex., a encenação, em junho de 1913, da peça Guiomar Teixeira de João dos Reis Gomes, noticiada no n.º 391 da 2.ª série, a 18-08-1913, com a inclusão de «clichés do distinto fotógrafo sr. Vicente, do Funchal», colhidos no interior do Teatro Funchalense e representando duas cenas da peça. Por outro lado, a 22-10-1924, o DN do Funchal publicava a notícia «Exposição Regional organizada pelo jornal O Século», dando conta não apenas da realização dessa exposição em Lisboa, «iniciativa de O Século [que] tem sido excelentemente acolhida pelas várias firmas comerciais e industriais desta cidade», mas também da existência, no Funchal, de um «agente e correspondente» do jornal (Jaime Albuquerque Mesquita) e de se encontrar em preparação um «número especial da *llustração Portuguesa*, dedicado à Madeira, que inserirá o catálogo oficial da mesma exposição», sendo «a parte literária e artistica da mesma [...] toda preenchida por artistas madeirenses» e contando, na capa, com um desenho do «distinto pintor sr. Alfredo Miguéis», «a tricomia» e com um «motivo madeirense».

²³ «Madeira Filme», 21-02-1923, in *DM*, p. 1.

A Calúnia (1925/1926) foi a primeira longa-metragem de ficção produzida pela ECA, a que se seguiu O Fauno das Montanhas (1926/1927), filmes de que sobreviveram cópias, hoje conservadas no ANIM – Arquivo Nacional da Imagem em Movimento da Cinemateca Portuguesa. Assinale-se, porém, que na abertura do genérico da cópia do ANIM a que tivemos acesso, consta a inscrição «Mello, Castello Branco, apresentam», não havendo qualquer referência à ECA. Pelo contrário, na cópia de O Fauno das Montanhas a que tivemos acesso no ANIM, o genérico apresenta a designação «Empreza Cinegráfica

de um número considerável de notícias sobre esse filme, publicadas em 1926 na imprensa da capital (*Diário de Lisboa, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário da Tarde, O Lisboeta*), comprovando, assim, a declaração de João Sabino na «Nota da Empreza» com que fecha o dossier:

«Quasi toda a imprensa de Lisboa se referiu nos termos mais elogiosos á exibição de "A Calúnia", não podendo transcrever todas essas opiniões por demasiado longas, mas sendo as que aqui ficam suficientes para fazer uma ideia da impressão causada no público pelo nosso filme»²⁵.

Portanto, o diminuto conhecimento que atualmente ainda recai sobre a produção cinematográfica madeirense das primeiras décadas do século XX e em particular sobre aquela atribuída a Manuel Luiz Vieira²⁶ (lacuna que José de Matos-Cruz

Atlântida – Funchal». Desconhece-se, assim, se a cópia do primeiro filme corresponde, ou não, à que foi apresentada ao público em 1926, pela ECA, até porque não seria a primeira vez que MLV procedia a alterações na montagem e edição de um seu filme.

²⁵ AAVV, s.d., *A Calúnia*, p. 16. João Sabino, para além de «intérprete do film», foi também o autor da música Tragédia Marítima, composta para acompanhamento das projeções de A Calúnia. Foi ainda o representante da ECA que «acompanhou [o filme] a Lisboa» para negociar a sua distribuição junto das principais empresas nacionais, conforme indicação constante na já referida «Notas da Empreza», assinada pelo próprio João Sabino. Neste texto, o ator, músico-compositor e membro efetivamente integrante do projeto ECA (como parecem indiciar, a missão que o levou a Lisboa e a assinatura dessa nota, em nome da empresa) revela a dificuldade tida na negociação com a distribuidora do «sr. J. Castello Lopes, que desde o primeiro dia guerreou e contrariou os [s]eus esforços para o desempenho da [sua] missão», tentando fazer com «que lhe vendesse o film por uma insignificância», situação que, ainda segundo Sabino, não constituía «novidade para ninguém do «métier», pois que todas as empresas formadas em Portugal e que hoje estão paralysadas, o devem á guerra que esta e outras duas casas monopolistas da exploração cinematográfica, movem a todas as tentativas portuguezas!» – AAVV, s.d., A Calúnia, p. 16. A partitura da música Tragédia Marítima, assinada por João Sabino e com dupla datação (24-02-1926 e 25-08-1926), conserva-se na Cinemateca Portuguesa – Centro de Documentação, com a referência n.º 12230. Agradecemos a Duarte Nuno Ferreira a chamada de atenção para a existência deste último documento na Cinemateca Portuguesa.

Ver, p. ex., no livro de referência de Tiago Baptista, A Invenção do Cinema Português (2009), o silêncio sobre filmes de MLV como A Calúnia ou O Fauno das Montanhas de que, como referimos anteriormente, existem cópias no ANIM. Estes dois filmes, cujas ações decorrem na Madeira, constituem interessantes objetos para uma problematização da invenção do cinema e da nação portugueses, a partir de uma região situada à margem dos principais centros cinematográficos portugueses da época: Lisboa e Porto. Pela qualidade e novidade fílmicas reconhecidas nessas duas fitas, mas também pela volumosa obra de cinema documental e de reportagem jornalística realizada por MLV na Madeira durante os anos 1920, e a partir de 1928/1929, já em Portugal continental e nas colónias portuguesas em África, justificar-se-ia essa referência. O esquecimento registado nesse livro e em outros dever-se-á, porventura, à inexistência de um estudo aprofundado sobre a cinematografia deste pioneiro insular e a relevante produção fílmica madeirense na década de 1920, assim como a uma certa desvalorização do cinema de curta-metragem de caráter documental e jornalístico na História do Cinema Português. Já o catálogo da exposição Cinema em Portugal: Os Primeiros Anos, editado no ano seguinte ao do livro de Tiago Baptista e que contou com a cocoordenação deste investigador, dá destaque ao trabalho de MLV em duas áreas nem sempre valorizadas na investigação: publica reproduções de «6 cartonados do filme O Fauno das Montanhas» editados pela ECA em 1926, como material promocional deste filme; inclui o nome do cineasta madeirense entre a lista dos «pioneiros esquecidos da história do documentário português», «'caçadores de imagens' [...] [que] percorreram o país e deixaram-nos um registo precioso da vida pública portuguesa do início do século [...]

já sinalizava em 1981, no seu «lacunar e incompleto [...] Roteiro Fílmico a propósito do Arquipélago da Madeira», promovido pelo Cine-Forum do Funchal²⁷), não se poderá explicar nem pelo facto de a maioria das fitas que integraram esse *corpus* ter perecido com a usura do tempo ou não ter sido ainda localizada em arquivos públicos e privados por explorar; nem por o trabalho cinematográfico de exibição, divulgação, realização e produção desenvolvido na Madeira, nesses anos, se ter confinado ao território insular, num suposto insulamento em relação ao sistema cinematográfico nacional e internacional. Bem pelo contrário, como aqui procuraremos demonstrar, consideramos que outro tipo de documentação não-fílmica, ainda hoje conservada nesses arquivos, mas a aguardar mais detalhada e atenta análise, permitirá aprofundar e amplificar o conhecimento do que foi o Cinema na/da ilha nesse período, levando-nos a melhor compreender não apenas a sua relação com outras cenas cinematográficas nacionais e estrangeiras, mas também o seu lugar e a sua relevância nos próprios sistemas culturais madeirense e português da época.

Deste modo, o presente artigo, recorrendo a um corpus documental heterogéneo, toma como principais objetos de estudo não apenas filmes que restam da cinematografia de Manuel Luiz Vieira, mas também outros documentos de cultura visual que lhes são contemporâneos (fotografias, anúncios publicitários em jornais, bilhetes-postais ilustrados, etc.), e um muito profícuo conjunto de textos jornalísticos coevos (notícias, reportagens, críticas, crónicas e artigos de opinião), onde ainda são legíveis alguns ecos e sombras quer das imagens em movimento das fitas que se perderam (nestes casos, sob mediação ekphrástica), quer do modo como esses filmes foram, então, pensados e recebidos. O nosso propósito é, pois, contribuir de algum modo para o preenchimento da lacuna nos Estudos de Cinema Português que acima apontámos e para o desfazer de certas perplexidades manifestadas ora quanto ao surgimento da MF e da ECA num espaço insular afastado da metrópole e dos grandes centros culturais europeus e americanos dos anos 1920, ora quanto ao despontar de um cineasta como Manuel Luiz Vieira nesse mesmo contexto. Perplexidades ultrapassáveis, quando, em pesquisa arquivística e adotando uma abordagem comparatista, se aprofunda o estudo do sistema cultural do arquipélago e das suas relações com outras geografias políticas e socioculturais.

os divertimentos populares e os ócios da família real, cerimónias religiosas e desfiles militares, as pequenas localidades e as grandes cidades, o mundo rural e as colónias portuguesas em África e na Ásia» – AAVV, 2010, *Cinema em Portugal: Os Primeiros Anos*, p. 74 e p. 91.

²⁷ MATOS-CRUZ, 1981, Arquipélago da Madeira – Um Roteiro Fílmico, p. [1].

Estudar objetos de cultura visual como o filme ou a fotografia analógicos do início do século XX – fenómenos culturais que aqui nos ocupam e que, como bem notou Walter Benjamin, nasciam com a era da reprodutibilidade técnica, em que «a obra de arte reproduzida [se] torna [...], progressivamente, a reprodução de uma obra de arte destinada à reprodutibilidade»²⁸ – coloca-nos, desde logo, um duplo problema, que dificulta (ou pelo menos, torna mais exigente) a investigação: o problema da autenticidade e o problema da precariedade e instabilidade do *corpus* de análise, ambos, afinal, implicados um no outro.

Constituído por filmes centenários dispersos, negativos e cópias produzidos em materiais de fácil degradação como a celuloide (sobretudo quando os locais do seu acolhimento e arquivo, durante décadas, não acautelaram as condições de conservação e restauro ideais à sua sobrevivência), esse *corpus* é efetivamente precário. Daí que o número de fitas sobreviventes e hoje localizadas seja bastante reduzido, e que, dada a sua raridade, o acesso a elas nem sempre seja facilitado²⁹. Por conseguinte, ao investigador cabe a tarefa de procurar suprir parcialmente esse vazio documental fílmico, recorrendo aos tais fantasmas ekphrásticos das imagens em movimento desaparecidas ou não acessíveis, mas cujos ecos e sombras são ainda hoje legíveis ora em registos memorialísticos daqueles que, no passado, participaram na feitura dos filmes e/ou assistiram às suas projeções, ora em textos jornalísticos de informação, crítica e opinião que, em revistas e jornais coevos, acompanharam a produção e a exibição das fitas.

Nestes casos, por se tratar de um acesso cinematográfico mediado pelo discurso verbal (e por vezes fotográfico), somos de imediato confrontados com o problema da tradução intersemiótica, não podendo ignorar que, como notou Lawrence Venuti, a este tipo de tradução sempre subjaz um processo hermenêutico e, consequentemente, perdas e/ou ganhos de sentidos que decorrem da transferência das imagens em movimento para o discurso verbal³⁰. Perdas e/ou ganhos de sentidos não alheios à subjetividade do escritor-tradutor, às características da nova linguagem utilizada e à necessária adaptação do discurso cinematográfico de partida ao novo contexto de chegada que o processo tradutório sempre implica.

²⁸ BENJAMIN, 2018, A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica, p. 41.

²⁹ A Cinemateca Portuguesa tem vindo a proceder à digitalização de filmes de MLV e a disponibilizá-los em sistema aberto, na sua plataforma Cinemateca Digital. Ver a lista desses filmes digitalizados aqui: aqui:%20https://www.omnia.ie/index.php?europeana_query=manuel%20luis%20vieira&navigation_function=3&fbclid=lwAR3wKo8xqymZ3uy_lqTwVkSwfKPtMtMyI9S76NVjTsKaoQlceZthX3yeH0l.

³⁰ Acerca da ekphrasis como tradução intersemiótica e a complexidade que ela comporta, ver VENUTI, 2010, «Ekphrasis, Translation, Critique».

O problema da autenticidade do corpus de estudo que, pelo que acabámos de verificar, também decorre da substituição dos filmes pelos seus mediadores ekphrásticos, coloca-se de igual forma uma vez que, como observou Walter Benjamin, «a partir de uma chapa fotográfica» é «possível uma multiplicidade de revelações»³¹, apropriações e manipulações, como tantas vezes acontece, p. ex., na transformação de uma fotografia em bilhete-postal ilustrado, ou como se viu ter ocorrido na ampliação e impressão de fotogramas de Os Pombos, na revista Cine. Para além disso, também segundo Benjamin, o «filme pronto é tudo menos uma criação de um lance; ele é montado a partir de muitas imagens e sequências de imagens, dentre as quais o editor pode optar – imagens que puderam ser melhoradas do modo que se desejasse», desde «a captura até o corte final», numa «renúncia radical do valor da eternidade» e na busca incessante de uma perfectibilidade³². Um «corte final», note-se, que, muitas vezes ultrapassou a própria determinação do realizador e do produtor, quando pensamos na ação de vigilância e controlo da censura institucional que, por esses dias, vigorava em Portugal, e cuja tesoura e cujo lápis azul tantas vezes alteraram o corpo inicial das fitas exibidas nas salas de cinema nacionais; ou até quando lembramos outras formas mais domésticas e pragmáticas de interferência na tessitura fílmica de partida, como aquela que é ilustrada e problematizada no filme Nuovo Cinema Paradiso de Giuseppe Tornatore (1988), quando aí se evoca a antiga prática de projeção de cinema em fita e o (pequeno) poder conferido ao projecionista de, também ele, pelo corte e colagem, alterar o corpo fílmico concebido pelo realizador.

No que diz respeito aos filmes de Manuel Luiz Vieira, sabe-se que foram visados pela Inspeção Geral dos Espetáculos e, segundo Ana Paula Almeida, *O Fauno das Montanhas* chegou mesmo a «ser retirado pela censura em 1926»³³. Por outro lado, há fortes indícios de que as fitas produzidas pela MF e pela ECA tenham sido sujeitas a processos de reedição e/ou remontagem, com variações mais ou menos significativas, como, de resto, era comum na altura. Por exemplo, a 22 de maio de 1927, o *Diário de Notícias* do Funchal (*DN*) noticiava a «3.ª exibição das fitas da Madeira» (entre as quais se encontrava *O Fauno das Montanhas* e vários filmes de complemento), com uma relevante chamada de atenção: «Consta-nos que os «films» serão apresentados

³¹ BENJAMIN, 2018, A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica, p. 41.

³² BENJAMIN, 2018, A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica, p. 46.

ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)», p. 525. Ver filmes de MLV disponíveis na Cinemateca Digital onde, nos genéricos de abertura, se observa regularmente a inscrição «Visado pela Inspecção Geral dos Espectáculos».

com algumas modificações, o que justifica a demora, na sua terceira apresentação»³⁴. Para além disto, importa não esquecer que grande parte da cinematografia da MF e da ECA era constituída por reportagens filmadas e curtas-metragens de complemento. Géneros e formatos que, pela sua breve extensão e pela sua funcionalidade «parasitária no espectáculo cinematográfico como prelúdio das longas-metragens de ficção»³⁵, mais facilmente estariam aptas a pontuais edições, fosse para aperfeiçoamento fílmico, fosse para uma mais oportuna adequação a novos programas de exibição, fosse ainda para uma melhor recontextualização, quando essas fitas eram inscritas em unidades fílmicas mais extensas como eram, p. ex., as atualidades filmadas, que o cineasta madeirense, de facto, começou por experimentar na MF e na ECA, muito antes de integrar, já no continente, a equipa do *Jornal Português de Actualidades Filmadas*³⁶.

Por outro lado, investigadores como Joana Isabel Fernandes Duarte têm chamado a atenção para a importância documental que as publicações periódicas (revistas de cinema, mas também suplementos cinéfilos, *corpus* a que gostaríamos de acrescentar a própria impressa generalista, quando atentamente acompanhava as novidades tecnológicas, de repertório fílmico ou até os *fait-divers* biográficos relativos à Sétima Arte) assumem na História do Cinema Português, enquanto fenómenos editoriais que, logo a partir das primeiras experiências dos irmãos Lumière em 1895, fomentaram a sua rápida disseminação pelo mundo, vindo a ser decisivos para a criação de culturas cinematográficas que modelaram a «história do cinema, da crítica cinematográfica, dos hábitos e dos modos ver [e acrescentamos nós: de fazer] cinema»³⁷.

³⁴ «O Fauno das Montanhas», 22-05-1927, in DN, p. 1.

³⁵ A designação «filmes de complemento» é elucidativa quanto ao papel secundário que as curtas-metragens de atualidades jornalísticas, documentais ou de propaganda passaram a assumir no espetáculo cinematográfico, quando as longas-metragens de ficção passaram a ganhar preponderância nos programas das salas de cinema, contrariamente ao que acontecia nos primeiros anos da História do Cinema em que aquelas constituíam as verdadeiras atrações do cinema ambulante. PIÇARRA, 2006, *Salazar vai ao cinema* [...], pp. 196-197.

Sobre o *Jornal Português de Atualidades Filmadas* e a participação de MLV nesse projeto, ver PIÇARRA, 2006, *Salazar Vai ao Cinema* [...]. Segundo Videira Santos e conforme se pode confirmar na divulgação jornalística das projeções cinematográficas que, à época, tinham lugar nas salas de cinema do Funchal, a filmografia de MLV inclui também a produção de atualidades filmadas de temática regional. Em 1925, ainda para a MF, realiza dois números de *Actualidades Madeirenses* ou *Jornal Animado*; em 1926, já na ECA, realiza dois números da série *Reportagem Madeirense* que, para Videira Santos, «trata-se, sem dúvida do n.º 3 [e 4] das citadas "Actualidades Madeirenses"»; e em 1927, também pela ECA, continua esse trabalho de jornalismo fílmico, com a realização de dois números do *Atlântida Jornal*, onde Videira Santos identifica, no n.º 2, a reedição de uma curta-metragem anterior – «Entre outros assuntos regionais, a já estreada reportagem da chegada ao Funchal dos aviadores Neves Ferreira e Moreira de Campos [...] [e] também de novo os exercícios no Colégio Alexandre Herculano». SANTOS, 1981, *Filmografia Madeirense*, *1922-1928*, pp. 17-22.

³⁷ DUARTE, 2018, Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas [...], pp. 7-8.

Neste sentido, o estudo das representações cinematográficas da Madeira nos primeiros anos da História do Cinema não poderá ignorar aquilo que, sobre o Cinema e sobre o Cinema na Madeira, se ia dando a conhecer e se ia discutindo na imprensa. Não há memória de, no arquipélago, se ter publicado, nos anos que aqui nos ocupam, qualquer publicação periódica especializada em Cinema. Porém, a nível nacional, a edição de periódicos cinéfilos foi fértil e a imprensa regional generalista (como vimos anteriormente e desenvolveremos um pouco adiante³⁸) acompanhava com atenção as dinâmicas e as novidades cinematográficas regionais, nacionais e estrangeiras: divulgava e comentava com destaque os programas de exibição fílmica diariamente oferecidos ao público madeirense e aos turistas nas muitas salas de cinema que foram existindo na ilha, sem deixar de reportar os atrasos que se verificavam na receção das fitas, dependente da fluidez do transporte marítimo que permitia (ou não) a sua chegada atempada ao Funchal³⁹; partilhava com os seus leitores as novidades cinematográficas nacionais e internacionais, transcrevendo e até traduzindo para as suas páginas, notícias, críticas ou artigos de fundo recentemente publicados nos periódicos portugueses e estrangeiros de referência.

Por tudo isto, voltemos ainda ao artigo sobre os documentários portugueses publicado na revista *Cine* em 1934 e ao filme *Os Pombos* (uma das fitas de Manuel Luiz Vieira entretanto desaparecidas), por quanto dessas releituras podemos inferir sobre a obra do cineasta madeirense e sobre a cena cinematográfica nacional das primeiras décadas do século XX. Dados que consideramos serem igualmente relevantes para a análise das representações da ilha no cinema produzido pela MF, que na terceira parte deste artigo nos ocupará.

Polaroids do Sistema Cinematográfico Português nas Primeiras Décadas do Século XX e do Lugar aí Ocupado pelo Cinema de Manuel Luiz Vieira

O título do documentário elogiosamente criticado no n.º 1 de *Cine*, os recortes ampliados dos fotogramas aí publicados e as parcas informações que ainda hoje sobrevivem acerca de *Os Pombos* fazem-nos antever que este seria, de facto, um

Destacaremos o caso do *Diário da Madeira* (*DM*) que, nos primeiros anos da sua 2.ª série (1912-1940), nomeadamente entre 1912-1914 (período em que Francisco Bento de Gouveia, futuro criador da MF, assumiu as funções de editor e principal redator), acompanharia com atenção os avanços da fotografia e do cinema, publicando textos sobre essas duas áreas e passando a incluir regularmente fotografias da Madeira nas suas edições.

³⁹ ALMEIDA, 2010, Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira [...], pp. 27-52.

documentário bem distinto dos que, por essa mesma altura, Brum do Canto caricaturara nas páginas da revista *Imagem. Os Pombos* ou, supomos com maior exatidão, *Facetas Alfacinhas – Os Pombos* faria parte de um conjunto de séries cinematográficas realizadas por Manuel Luiz Vieira nos anos 1933 e 1934: a série *Facetas Alfacinhas*, onde, para além de *Os Pombos* (1933/1934), se incluía *Carnaval de 1934* (1934); e a série *Uma Crónica Lisboeta*, que integrou, pelo menos, *Céu de Outono* (1934) e *Gatos* (1934)⁴⁰.

Nestes filmes, elegendo Lisboa como protagonista, Vieira desvia a sua câmara para realidades urbanas bem distintas do tal «Portugal do Convento de Cristo», do «largo da Câmara Municipal» e da «procissão de uma senhora qualquer, em qualquer parte»⁴¹. Não surpreende, portanto, que essas fitas tenham sido produzidas pela nova empresa Bloco H. da Costa⁴², nesses anos apostada em fazer filmes «retinta e insofismavelmente portugueses», mas «com classe e envergadura internacionais»⁴³. Através do próprio fundador Hamílcar da Costa, a Bloco H. da Costa, a 15-09-1933,

De acordo com a base de dados CINEPT – Cinema Português da Universidade da Beira Interior, o título completo deste filme seria *Facetas Alfacinhas*. *Os Pombos*, datado de 1934 e produzido pela Bloco H. da Costa, embora não haja referência à fonte dessa informação (ver aqui: http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/5995/Facetas+Alfacinhas+-+Os+Pombos). Por se tratar de um filme cujo paradeiro hoje se desconhece, torna-se difícil confirmarmos a exatidão do título. Porém, consideramos como aceitável a hipótese avançada pela CINEPT, uma vez que, nesse mesmo ano, MLV realizara, com a mesma produtora, três outras curtas-metragens, ainda hoje existentes e que mantêm com aquele várias afinidades: *Carnaval de 1934*. *Facetas Alfacinhas*; *Céu de Outono*. *Uma Crónica Lisboeta*; e *Gatos*. *Uma Crónica Lisboeta*. Desconhece-se se, para além dos quatro filmes aqui referidos, outros terão sido realizados por MLV, no âmbito dessas duas séries. Versões digitais de *Carnaval de 1934* (http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=4931&type=Video), *Céu de Outono* (http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3137&type=Video) e *Gatos* (http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3137&type=Video) encontram-se disponíveis na *Cinemateca Digital*. Cf. também cinematografia de MLV em ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)».

⁴¹ Reportamo-nos, uma vez mais, à crítica de Brum do Canto no texto anteriormente citado: CANTO, 1933, «Um artigo sôbre os filmes de cem metros», p. 8, *apud* nota 150 em DUARTE, 2018, *Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas* [...], p. 58.

Sobre esta empresa, diz-nos Carla Patrícia Ribeiro: «Hamílcar da Costa, empresário português sediado em Paris, onde tinha fundado a Agência Cinematográfica H. da Costa, distribuidora de filmes, desenvolve o seu próprio projecto de produção de películas portuguesas – o Bloco H. da Costa [...]. Para conseguir levar a cabo uma produção contínua e industrialmente organizada, o Bloco conta com vários actores e técnicos alemães que, em virtude da subida ao poder do partido Nacional-Socialista, deixam a Alemanha e escolhem Portugal como destino profissional» – RIBEIRO, 2011, «O 'heróico cinema português'», pp. 213-214. A 15-09-1933, o próprio Hamílcar da Costa argumentava que um «grande espectáculo de Arte Portuguesa, tem o direito de chamar a atenção da Arte Mundial». Por isso, o experiente produtor considerava que «em Espanha e em Portugal, os filmes do BLOCO beneficiarão da rêde de distribuição H. DA COSTA [...]. E no Brasil será montada em breve a sua casa de distribuição [...]. / Quanto aos demais países, bastam as relações internacionais que a nossa casa de Paris tem sabido assegurar, para garantir a passagem nos *écrans* mundiais dos filmes portugueses que produzirmos em Portugal» – COSTA,15-09-1933, «H. da Costa disse», p. 3 e p. 6.

⁴³ RIBEIRO, 2011, «O 'heróico cinema português [...]», pp. 213.

antecipando a circulação nacional do seu primeiro filme sonoro de ficção (*Gado Bravo* de António Lopes Ribeiro), apresentava, na revista *Movimento: Quinzenário Cinematográfico*, o seu conceito (e projeto) de cinema português: «Cinêma Nacional não é, para nós, Cinêma *bairrista* nem mesmo *regionalista*. Cinêma Nacional é a projeção das qualidades médias e dominantes dum povo num espectáculo de cinema», sendo que, para criar algo relevante «dentro duma expressão de tão complicada técnica como é o cinema, é, evidentemente, precisa uma cultura internacional» ⁴⁴. Das palavras de Hamílcar da Costa, certamente conhecidas de Manuel Luiz Vieira que então, com a produtora, começava a trabalhar, retenhamos para já a ideia da possibilidade de existência de um cinema nacional (e eventualmente regional) que não seja nem «bairrista nem mesmo regionalista» e que, resultando do encontro do realizador com «uma cultura internacional» (entenda-se, também cinéfila), «tem o direito de chamar a atenção da Arte Mundial» ⁴⁵.

Nos títulos das séries *Facetas Alfacinhas* e *Uma Crónica Lisboeta*, a repetição de expressões que remetem para uma temática lisbonense e para um interesse particular do realizador quer pelo registo do quotidiano citadino português, quer por um discurso fílmico fragmentário (a opção por curtas-metragens em articulação serial) e subjetivo (a associação ao género cronístico e o tom irónico na jovial evocação dos apelidos atribuídos aos habitantes de Lisboa⁴⁶), leva-nos a concluir que, nesses anos, Manuel Luiz Vieira, enquanto realizador, procurava desenvolver projetos documentais de temática urbana, acompanhando uma tendência então registada quer no cinema português (recordemos *Lisboa, Crónica Anedótica* de Leitão de Barros, estreado em 1930, em que Vieira colaborou como técnico de fotografia; ou *Douro, Faina Fluvial* de Manoel de Oliveira, rodado entre 1929 e 1931, embora tendo estreado apenas em 1934), quer no cinema europeu e soviético (lembremos *Berlim, Sinfonia de uma*

COSTA, 15-09-1933, «H. da Costa disse», p. 3. Segundo Carla Patrício Ribeiro, a aproximação entre Lopes Ribeiro e H. da Costa ter-se-á dado aquando da realização de *Gado Bravo*. Em entrevista a Maria do Carmo Piçarra de junho de 1999, J. Matos-Cruz afirma que, após o falecimento de Hamílcar da Costa, António Lopes Ribeiro «veio a casar com a viúva» do primeiro; como, então, «havia uma série de interesses em relação à produção e à distribuição, eles reconverteram aquilo que era a Agência H. da Costa em Paris e Bloco H. da Costa em Portugal, em Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas (SPAC)» – PIÇARRA, 2006, *Salazar Vai ao Cinema* [...], p. 125 (nota 12). MLV será um assíduo colaborador nas fitas produzidas pela Bolco H. da Costa e, depois, ainda segundo Piçarra, um dos principais operadores de Câmara da SPAC – PIÇARRA, 2006, *Salazar Vai ao Cinema* [...], pp. 141-147.

⁴⁵ COSTA, 15-09-1933, «H. da Costa disse», p. 3.

⁴⁶ A ironia de MLV concretiza-se no tecido fílmico através do jogo entre alguns planos e intertítulos, em que estes desconstroem sentidos propostos por imagens anteriores ou criam falsas expectativas relativamente aos planos que se lhe seguem.

Grande Cidade do alemão Walter Ruttmann, datado de 1927; e O Homem da Câmara de Filmar do russo Dziga Vertov, datado de 1929).

Esta aproximação a várias cinematografias nacionais e estrangeiras de referência – como, de resto, postulava o produtor H. da Costa – torna-se ainda mais evidente se tivermos em linha de conta outros aspetos detetáveis nas fitas que nos restaram dessas duas séries fílmicas: um forte empenho no apuramento estético e expressivo da fotografia e da montagem; a presença de momentos autorreflexivos, em que o discurso fílmico, fugaz e ironicamente, desvia a lente da câmara para o próprio fenómeno cinematográfico, convidando o espectador a pensar o cinema e o papel que este assumia na sociedade do seu tempo⁴⁷; e um certo caráter ensaístico.

No seu todo, estes aspetos levam-nos a encontrar *neste* Manuel Luiz Vieira de 1933/1934 a experimentação de um tipo de documentário algo arrojado e moderno, que justificaria a eleição de *Os Pombos*, pelo redator de *Cine*, como exemplo modelar do bom documentário português em 1934. Um tipo de documentário que, no entender da revista, resultava do investimento em «bonitas imagens, bom trabalho de laboratório e montagem cuidada»⁴⁸, distinguindo-se, no estilo, no cuidado estético e nos propósitos, do que seria espectável nas atualidades cinematográficas desse período, género que o realizador insular amplamente praticava desde os tempos da MF e da ECA⁴⁹. A pergunta que, de imediato, nos ocorre é, pois, a de procurarmos saber se, de algum modo, Manuel Luiz Vieira teria já experimentado esse tipo mais arrojado e moderno de *filmes de factos* nas fitas produzidas na Madeira.

Quase todos estes filmes não-ficcionais realizados nos anos 1920 encontram-se, hoje, desaparecidos. No entanto, através do cruzamento dos índices temáticos presentes nos seus títulos com informações divulgadas na imprensa periódica local, podemos inferir que neles haveria, sobretudo, o propósito de *registar em fita, revelar* e *projetar* a Madeira: o seu território urbano, rural e marítimo; efemérides e festividades,

⁴⁷ Ver, p. ex., em *Carnaval de 1934*, o plano em que surge a referência ao filme *Gado Bravo*, ou em *O Carnaval no Paris em 1935* (documentário que não sabemos se integraria alguma das duas séries aqui em causa, mas que retoma a temática urbana e carnavalesca de *Carnaval de 1934*), o grande plano de abertura, mostrando um balão publicitário alusivo à sala de cinema *Paris*, a qual, na verdade, funciona como espaço nuclear do filme.

⁴⁸ «OS BONS DOCUMENTÁRIOS PORTUGUESES NÃO SÃO inferiores [...]», 17-05-1934, *in Cine*, p. 4.

⁴⁹ Sobre as características das atualidades filmadas, a sua génese e evolução do género, ver PIÇARRA, 2006, *Salazar Vai ao Cinema* [...], pp. 21-56. Kracauer, sobre este género fílmico, afirma: «The newsreel [...] meets the minimum requirements of the cinematic approach as a matter of course, with the realistic tendency prevailing over the tendency toward form construction [...] Newsreel shots are all the more true to type if they retain the character of straightforward snapshots, testifying to on-the-spot improvisation rather than a concern for rounded-out composition. This is naturally not meant to minimize the significance of discerning selectivity in the shooting and editing of newsreel material» – KRACAUER, 1997, *Theory of Film* [...], p. 194.

nomeadamente de caráter religioso e político; dinâmicas socioculturais várias, hábitos e costumes próprios das comunidades locais do arquipélago⁵⁰. Estas conclusões e outras que adiante apresentaremos decorrem de pesquisa por nós realizada em dois dos principais jornais diários publicados no Funchal nas décadas de 1910 e 1920, hoje disponíveis para consulta no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM): o *Diário da Madeira (DM)* e o *Diário de Notícias (DN)*. Uma investigação encetada no âmbito do projeto *Encontros de Cinema Português Manuel Luiz Vieira* (DRABM/CEHA-AV e UMa-CIERL) e ainda não concluída, mas que, até à data, nos permitiu analisar de forma sistemática os números do *DM* publicados entre 1912-1914 (período em que o jornal teve como editor e principal redator, Francisco Bento de Gouveia, mais tarde fundador da MF) e entre 1919-1924. As informações obtidas a partir dessa pesquisa foram depois confrontadas com a consulta de alguns números do *DN* publicados entre 1922 e 1927⁵¹. Porém, os dados reunidos não nos permitem aferir com exatidão alguns aspetos desses filmes que seriam relevantes para a sua leitura e interpretação.

Desde logo, não nos foi possível classificar com precisão os géneros em que caberiam as fitas não-ficcionais produzidas pela MF e pela ECA. Daí optarmos, no presente trabalho, pela terminologia generalista proposta por Siegfried Kracauer – filmes de factos (films of facts) –, quando este teórico e crítico alemão, ao pensar o cinema (também no âmbito da sua reflexão sobre fotografia e sobre a filosofia da História⁵²), designa de forma não específica vários géneros cinematográficos que se intui terem sido experimentados por Vieira desde o início do seu percurso na Sétima Arte: as atualidades filmadas (newsreel); o documentário, nas suas várias modalizações (travelogue, filme científico, filme instrucional, etc.); e o filme acerca de arte. Segundo Kracauer, estes géneros cinematográficos tinham em comum a fidelidade à natureza

⁵⁰ Ver, uma vez mais, ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)». Destaque-se, nos *filmes de factos* de MLV, também o interesse pelos Açores, pelo Porto Santo e até por Canárias, acompanhando, assim, a intensificação das relações políticas e socioculturais que, nas décadas de 1910 e 1920, se efetivaram entre os três arquipélagos, no quadro das reivindicações autonomistas e da afirmação dos regionalismos insulares. A este respeito, ver PIMENTA, 2019, «A Questão Autonómica na Madeira [...]».

⁵¹ Por falta de tempo, não pudemos ainda consultar todas as edições do *DN* no período que acompanhou a atividade cinematográfica regular de MLV no Funchal (1922-1928). O critério seguido foi o de consultar os números do *DN* com datas aproximadas àquelas em que, no *DM* ou em alguma outra bibliografia consultada, encontrámos referências a MLV, a Francisco Bento de Gouveia, à MF ou à ECA.

⁵² Sobre a articulação entre estas três reflexões teóricas (do filme, da fotografia e da História), ver HANSEN, 1997, «Introduction».

fotográfica do cinema, procurando antes de tudo *registar e revelar a realidade empírica*, aproximando o espectador do mundo e da vida representados⁵³:

«factual films concentrate on actual physical existence. Of course this does not exclude staging and re-enacting, should the need arise, or the occasional use of charts and diagrams. Although both documentary and the newsreel reflect the real world, they differ in their approach to it. The latter shows, in a brief and neutral manners, current events of allegedly general interest, whereas documentaries elaborate on natural material for a variety of purposes, with the result that they may range from detached pictorial reports to glowing social messages. These two genres date as far back as the childhood days of the medium; and they conform in varying degrees to what Mesguich once said about the cinema, meanings Lumière's: "Its lens opens on the world"»⁵⁴.

Algumas das ideias aqui enunciadas por Kracauer merecem, hoje, alguma revisão crítica, nomeadamente a afirmação do documentário e das atualidades filmadas como *reflexo* do mundo representado. Na verdade, após a teorização construtivista de autores como Nelson Goodman, sabemos que, enquanto representação visual/ audiovisual, o cinema, mesmo quando realista, é sempre, afinal, um caso de *ways* of worldmaking, uma re-descrição e nunca uma descrição pura, não havendo nele, por isso, a possibilidade de uma neutralidade ou transparência absolutas⁵⁵. Contudo,

⁵³ KRACAUER, 1997, Theory of Film [...], pp. 193-214. As informações recuperadas nas publicações periódicas da época acerca dos filmes de factos de MLV levam-nos a concluir da sua eventual hibridez genológica. Hibridismo ou oscilação genológica que se compreenderá, se, com Maria do Carmo Piçarra, lembrarmos que: (1) só nas primeiras décadas do século XX, se assistia ao fim da «infância do cinema – do período em que os operadores correram mundo a fixar em película tudo o que viam», surgindo, então, as primeiras experiências em que as imagens em movimento já não são apenas documentos do real, passando a ser efetivos documentários, pela inscrição de «uma perspectiva sobre o filmado» (a marca do realizador); (2) as «actualidades cinematográficas nasceram com o cinematógrafo» e com esses primeiros «caçadores de imagens», ávidos por registar «o mundo que se revelava»; e (3) que a emergência do cinema de propaganda acompanha o propósito de documentar a realidade da Grande Guerra – PIÇARRA, 2006, Salazar vai ao Cinema [...], pp. 21-40.

⁵⁴ KRACAUER, 1997, *Theory of Film* [...], p. 194.

⁵⁵ Situando a sua reflexão teórico-conceptual na área da teoria da linguagem, Goodman demonstrou como percepção, realidade e linguagem (científica, simbólica, artística, religiosa, etc.) se implicam e como ficção e verdade nem sempre são efetivos antónimos, na medida em que discursos menos denotativos podem efetivamente construir versões de mundo cujos índices de verdade (sempre parcial e subjetiva) serão os mesmos que os de um discurso dito realista/denotativo: «The overwhelming case against perception without conception, the pure given, absolute immediacy, the innocent eye, substance as substratum, has been so fully and frequently set forth [...] as to need no restatement here. Talk of unstructured content or an unconceptualized given or a substratum without properties is self--defeating; for the talk imposes structure, conceptualizes, ascribes properties. Although conception without perception is merely empty, perception without conception is blind (totally inoperative) [...]. Worldmaking as we know it always starts from worlds already on hand [mundos previamente ditos e representados através de distintas linguagens]; the making is a remaking. Anthropology and developmental psychology may study social and individual histories of such world-building, but the search for universal or necessary beginnings is best left to theology. My interest here is rather with the processes involved in building a world out of others»; processos que decorrem, segundo Goodman, de dinâmicas subjetivas e históricas de composição e decomposição, de peso avaliativo,

nas palavras daquele pensador germânico interessa-nos a ideia que ele retoma de Mesguich, quando se reporta ao cinema dos irmãos Lumière: os filmes de factos, independentemente do grau de manipulação a que estiverem sujeitos no processo de construção de imagens de mundo, dada a sua ontologia fotográfica, têm como motor o propósito de dar a ver (registando em fita e revelando depois) o mundo empiricamente existente. Ou seja, aquilo que, de outra forma, também André Bazin, afirmou:

«Photography and the cinema [...] are discoveries that satisfy, once and for all and in its very essence, our obsession with realism. [...] The objective nature of photography confers on it a quality of credibility absent from all other picture-making. In spite of any objections our critical spirit may offer, we are forced to accept as real the existence of the subject reproduced, actually *re-presented*, set before us, that is to say, in time and space. Photography enjoys a certain advantage in virtue of this transference of reality from the thing to its reproduction [...] the cinema is objectivity in time. The film is no longer content to preserve the object, enshrouded as it were in an instant [...]. The film delivers [...] art from its convulsive catalepsy. Now, for the first time, the image of things is likewise the image of their duration, change mummified as it were» ⁵⁶.

Ainda a respeito das realidades factuais que o cinema dá a ver, interessa-nos notar, para já, que, do ponto de vista temático, os primeiros *filmes de factos* de Manuel Luiz Vieira se terão aproximado do tal cinema documental que Jorge Brum do Canto lamentava dominar a produção cinematográfica portuguesa, nas décadas iniciais da sua História⁵⁷. Porém, sem resposta, fica a dúvida quanto à dimensão estética do discurso cinematográfico dessas suas primeiras fitas e quanto à possibilidade de, nelas, Manuel Luiz Vieira manifestar já o eco de um eventual diálogo com a tal cultura cinéfila internacional a que se reportava H. da Costa, enquanto fator decisivo para a criação de filmes portugueses atualizados e de qualidade. Uma cultura internacional que, na Madeira, era de facto potenciada, desde o século XIX, pelo fascínio e pela adesão da população local relativamente às novas formas de representação

de ordenação, de apagamento e suplementação, ou de deformação de discursos prévios que construíram essas perceções humanas do mundo, o que determina a existência de diferentes versões de mundo, consoante esses fatores subjetivos e histórico-contextuais; «we might [...] take the real world to be that of some one of the the alternative right versions [...] and regard all others as versions of that same world differing from the standard version in accountable way» – GOODMAN, 1984 [1978], Ways of Worldmaking, pp. 6-17 e p. 20.

⁵⁶ BAZIN, 1967, *What is Cinema?*, p. 12, pp. 13-14.

⁵⁷ CANTO, 1933, «Um artigo sôbre os filmes de cem metros», p. 8, apud nota 150 em DUARTE, 2018, Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas [...], p. 58.

artística tecnológica (a fotografia e o cinema)⁵⁸, mas também pela intensificação da atividade turística⁵⁹ e pelo estatuto de ilha-escala que a Madeira assumia nas rotas transatlânticas. Estes dois últimos factos permitiam ou até exigiam, pelo menos junto de uma elite que confraternizava com a comunidade estrangeira (constituída não apenas por turistas, mas também por famílias de nacionalidade não portuguesa, residentes na ilha por motivos de negócio), quer a receção de livros e publicações periódicas estrangeiras, quer a dinamização de fenómenos culturais cosmopolitas (de que o cinema e a fotografia foram apenas dois exemplos – ver imagens n.ºs 3 e 4), quer ainda a disseminação e tradução/adaptação de textos, ideias e valores que garantissem a atratividade turística da ilha e padrões de vida social e cultural aproximados aos que existiam nas principais cidades da Europa⁶⁰.

O entusiamo madeirense pelas novas técnicas de representação visual confirma-se pelo elevado número de fotógrafos insulares (amadores e profissionais) conhecidos, alguns deles com trabalho valorizado a nível nacional e internacional, como veremos adiante. Eram também frequentes os espetáculos e eventos culturais envolvendo dispositivos visuais com grande adesão de público – p. ex., espetáculos de lanterna mágica ou quadros dissolventes; exposições e concursos de fotografia; etc. (ver imagens n.ºs 3 e 4). Sobre a entusiástica adesão madeirense ao Cinema ver: ALMEIDA, 2010, Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira [...].

Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a Madeira constitui um importante centro de turismo terapêutico para os europeus. Deste modo, os turistas que visitavam a ilha, geralmente, permaneciam nos hotéis ou em quintas adaptadas para os acolherem situadas na periferia da cidade do Funchal durante vários meses, procurando atividades culturais e de convívio social que ajudassem os convalescentes e seus acompanhantes a ocupar o tempo livre. Sobre o turismo terapêutico e seu impacto na vida urbana do Funchal, ver MATOS, 2016 A Arquitetura do Turismo Terapêutico [...].

Como referimos anteriormente, a receção e a circulação de publicações estrangeiras na ilha era frequente, nomeadamente por intermédio da imprensa periódica local (alguma dela dotada de secções específicas para a comunidade estrangeira, p. ex., escritas em inglês – ver o caso do *DN*, com a sua *English Section*), onde ocorria a republicação (por vezes em tradução) de textos recentes saídos em revistas e jornais de referência, nacionais e estrangeiros. Na imprensa local é também frequente encontrarmos chamadas de atenção para nova bibliografia editada em vários pontos do mundo. Por outro lado, o debate sobre a criação, a manutenção e a dinamização de dispositivos culturais como o Teatro Municipal, um museu regional, galerias de arte, salas de cinema, recorria sempre ao argumento de que, para garantir a prosperidade da indústria turística, não bastava à Madeira ter belas "paisagens"; era fundamental a existência de programas culturais e de lazer que ocupassem os visitantes estrangeiros, habituados à vida cosmopolita dos grandes centros urbanos europeus e americanos. Refira-se ainda que, dada a sua localização geográfica, o porto do Funchal funcionou como escala dos navios transatlânticos, acolhendo muitas vezes artistas, companhias artísticas e fenómenos culturais que se encontravam em *tournée* e que, parando na Madeira, se apresentavam pontualmente ao público insular e aos turistas.

Imagens n.ºs 3 e 4 – Anúncios (em português e em inglês) de um espetáculo com quadros dissolventes a ter lugar no Teatro D. Maria Pia, no dia 03-12-1888, e proporcionado pelo Capitão H. de la Cour Travers do vapor *Tartar*, em escala no porto do Funchal

Secção d'espectaculos





1888

THEATRO D. MARIA PIA

GRANDE DIVERTIMENTO DE QUADROS DISSOLVENTES

PELO

Capitão H. de la Cour Travers.

Do vapor «Tartar»

EM BÉNEFICIO DO

Asylo de Mendicidade e Orphãos do Funchal

A.

SEGUNDA FEIRA 5 DE DEZEMBRO

PROGRAMMA:

1. Parte

VIASEN DE LONDRES A'S OTEDAS DO MIAGARA

Intervallo de 5 minutos

2.ª Parte

Estatuas de homens celebres—Gestos comicos—Quadros moventes, etc.

3. Parte

Um quadro burlesco intitulado

VINGANCA DOS ELEPHANTES

Entrada às 8 horas, começa às 8 e moia impreterivolmente.

N. B.—Pado-se o favor do todos os espectadores serein ponctuaos na hora da entrada, pois ás δ e incia apaga-se a illuminação da sala atim de poder serom apreciados os quadros.

PREÇOS:

Fauteuil 400 reis, Cadoira 300 reis, Camarotes de L.º ordem para 6 possons 28000 reis, ditos para 4 -15000 reis; camarotes de 2.º ordem para 6 pessons 15000 reis, ditos para 4-15200, frizas para 6 persons 15000, ditas para 4-15200; geral 100 reis.

GRAND

DISSOLVING VIEW EXTERTAINMENT

To BE GIVEN

ON MONDAY EVENING, 3.rd DECEMBER

 \mathbf{BY}

CAPTAIN H. DE LA COUR TRAVERS,

(of elle M. "Tarter")

IN AID OF THE FUNCHAL POOR HOUSE

PROGRAMME

Part 1.

A trip from Landon to the Falls of Ningara .

interval of 5 minutes

Part 2.

Colebrated statuary—Comic expressions—Mechanical.

slides, etc.

Part 3.

An original burlesque entitled

THE ELEPHANTS REVENCE

NOTE: Door's open at 8 p. m : commence at 8, 30 PUNCTUALLY

Fonte: DN, 02-12-1888, p. 2.

Na verdade, as considerações estéticas sobre os *filmes de factos* produzidas pela MF e pela ECA, deixadas por jornalistas e críticos que assistiram às suas projeções no Funchal e depois os descreveram e comentaram na imprensa local, raramente ultrapassam a crítica impressionista e o enlevo perante a beleza e o pitoresco das paisagens insulares representadas (retomando a idealização da Madeira como *Pérola do Atlântico* ou *Ilha-jardim* identificável com a *Ilha dos Amores*, imaginário insular que a propaganda turística cristalizava desde o século XIX), assim como a surpresa relativamente à nitidez das imagens em movimento conseguidas pelo operador de câmara⁶¹. Para além disso, a referência ao alinhamento dessas fitas com outras cinematografias nacionais e estrangeiras, sendo rara nesses textos, reduz-se, quase sempre, à genérica e não fundamentada sinalização de que os filmes da MF e da ECA se encontrariam ao nível da qualidade cinematográfica produzida pelos melhores cineastas da época. Veja-se, entre muitos outros, um desses comentários críticos, neste caso assinado pelo jornalista madeirense E. V. (Elmano Vieira⁶²) e reportando-se às primeiras fitas da MF, exibidas no Funchal, a 11 de dezembro de 1922:

«Mas íamos falar das fitas. Vimos correr a que recolheu aspectos da «Visita do sr. Presidente da República á Madeira; «Trechos documentais dos panoramas da cidade», em que o Funchal é um lindo presépio aninhado na encosta; «Mergulhadores», esplendida de nitidez, que poderia ser prova de concurso de *lentes cinematograficas*; «Uma álea poética...» que lembra qualquer recanto idílico de palácio de princesas; «Uma marinha», com seu poente, azul e oiro, fazendo-nos crêr que, sob cada mancha ligeira de espuma, andavam retoiçando magotes de elfos risonhos... [...] O ultimo film: «Passagem dos Aviadores na Madeira». É uma pagina cinematográfica deliciosamente documentada. A chegada á Pontinha, o delírio apoteótico da multidão, o percurso para a Camara Municipal, a saída do *Te Deum* na Sé, a partida para o Monte, o jantar no *Reid's*, o monumento do Jardim Municipal [...]

⁶¹ Bem distinta deste tipo de crítica é aquela que, a respeito de *O Fauno das Montanhas*, foi publicada no n.º 9 da *Cinéfilo*, onde há referência à qualidade representativa dos atores, mas também à adequação e expressividade dos planos, dos cortes e do ritmo fílmicos escolhidos pelo realizador – LOURENÇO, 22-09-1928, «Cinema Português. A propósito do "Fauno [...]».

⁶² Augusto Elmano Vieira (Funchal, 1892-1962) formou-se em Direito na Universidade de Lisboa, em 1920, mas, para além do exercício da advocacia, desde jovem se dedicou à escrita literária e ao jornalismo, tendo sido um ativo colaborador em várias publicações periódicas. Na Madeira, para além do *DN*, onde, depois de 1920, viria a ser redator, colaborou também no *Heraldo da Madeira* e no *DM*, quando ambos foram dirigidos por Reis Gomes e onde Francisco Bento de Gouveia também colaborava regularmente. Em Lisboa, colaborou em *O Século*, *Diário Nacional* e outros. Foi professor na Escola Industrial e Comercial, no Funchal. Ativo defensor dos interesses da Madeira, participou na vida política regional, chegando mesmo a exercer cargos autárquicos no Funchal. Regionalista convicto, integrou a «Comissão de Propaganda e Publicidade» nas *Comemorações do V Centenário* – MARINO, s.d., «Nota Biobibliográfica», pp. 264-274.

Mas que interesse, que onda de encantamento se apodera de nós perante este álbum movimentado, rico de detalhes, justo de tons! Ah, bem mereceram as palmas vibrantes da assistência o director da *Madeira Film* e seus operadores, entre os quais sobressai Manuel Luiz Vieira, da *Pathé*, figura modesta, despretensiosa, desfarçando um excepcional temperamento de artista!»⁶³

Ignorando ou esquecendo que o discurso fílmico, mesmo quando documental, nunca é transparente, sendo antes o resultado de investimento técnico, estético e retórico do realizador e suas equipas de apoio, textos como o acima transcrito quase sempre negligenciam a análise da tessitura das fitas de Manuel Luiz Vieira, i. e., o modo como as representações nelas legíveis foram construídas, em virtude das opções de fotografia, de composição e de laboratório seguidas. Esquecem ou ignoram aquilo que, entre outros, também Siegfried Kracauer sublinhou. Enquanto meio (e construção discursiva) que quer aproximar o ser humano do mundo e da vida, os *filmes de factos* são uma realidade cinematográfica dotada de propriedades específicas (propriedades básicas do meio, i.e., as da própria fotografia; e propriedades técnicas, como a edição e a montagem, a iluminação, os efeitos especiais, a escolha de certos enquadramentos e de certas tipologias de planos, etc.), sendo, enquanto tal, ontologicamente distinta da realidade empírica e humana que quer representar⁶⁴.

A chamada de atenção para esta ausência ou negligência detetável nos escritos sobre o cinema de Manuel Luiz Vieira (e não só) publicados nos jornais madeirenses da época parece-nos relevante por dois motivos. Em primeiro lugar, porque nesse facto lemos a prova de algo que era comum na altura (pelo menos junto de públicos criticamente menos informados) e a que voltaremos adiante, quando analisarmos o cinema da MF como dispositivo de cultura visual que contribuiu para *imaginar e projetar* a Madeira como comunidade dotada de identidade própria e como ilha turística. Referimo-nos à ilusória perceção de que a linguagem cinematográfica desses *filmes de factos* seria totalmente transparente e a ideia de que essas imagens em movimento projetadas na tela corresponderiam, sem manipulações mais ou menos intencionais, à própria realidade. Em segundo lugar, porque a não existência desse tipo de abordagem aos filmes de Manuel Luiz Vieira nas publicações periódicas consultadas determina que não possamos confirmar até que ponto esses seus *filmes de factos* se inscreveriam ou não no reportório de fitas documentais de insofrível

⁶³ E.V., 1922, «As Iniciativas que Triunfam. Uma Instalação de Filmagem na Madeira».

⁶⁴ KRACAUER, 1997, *Theory of Film* [...], pp. 27-40.

qualidade, repudiadas por Jorge Brum do Canto, quando desabafava em 1933: «Estamos fartos, fartinhos de ver o Portugal do Convento de Cristo [...] o largo da Câmara Municipal de Santarém e a procissão de uma senhora qualquer, em qualquer parte»⁶⁵.

Suspeitamos, contudo, que, apesar da opção temática identificada nesses filmes de factos e o manifesto propósito (como demonstraremos adiante) de, através deles, se registar em fita, revelar e projetar a Madeira, nomeadamente em alguns dos seus aspetos mais castiços e pitorescos, a cinematografia não-ficcional de Manuel Luiz Vieira apresentava, desde o início, algum rasgo inovador e criativo, certamente não alheio ao diálogo que, já no início dos anos 1920, ele mantinha (diretamente ou por mediação de outros madeirenses das suas relações mais próximas) com cineastas ou cinéfilos em Portugal continental e até no estrangeiro. A existência desse rasgo inovador e criativo no cinema de Vieira produzido pela MF e pela ECA explicará, por exemplo, que o mesmo Brum do Canto, logo em 1929, tenha escolhido o cineasta madeirense para dirigir o trabalho de fotografia na realização do seu primeiro filme, Dança dos Paroxismos; escolha retomada em 1931, segundo Félix Ribeiro, aquando da rodagem do seu segundo filme, Paisagem, que ficaria inacabado⁶⁶. O mesmo acontecerá se recordarmos vários textos de crítica jornalística ou de caráter memorialístico, onde diversos autores registaram testemunhos quer de convívio pessoal com Manuel Luiz Vieira, quer de experiências de realização e/ou de exibição de algumas das suas fitas. Uns e outros sublinham o empenho e o rigor do trabalho que o cineasta madeirense manifestou ao longo da vida (incluindo-se aqui os enigmáticos primeiros anos cinematográficos na Madeira), assim como a excelência dos resultados alcançados nos vários domínios em que atuou: realizador, operador de câmara, diretor de fotografia, produtor, técnico de laboratório e até argumentista.

⁶⁵ CANTO, 1933, «Um artigo sôbre os filmes de cem metros», p. 8, *apud* nota 150 em DUARTE, 2018, *Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas* [...], p. 58.

FÉLIX RIBEIRO,1979, «Manuel Luís Vieira [...]», p. 16. Excertos de *Paisagem* encontram-se disponíveis para visualização na Cinemateca Digital aqui: http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=1370&type=Video. Importará notar que um dos aspetos recorrentemente elogiados nos filmes de MLV produzidos na Madeira era exatamente a qualidade e expressividade da representação cinematográfica da paisagem insular. Ver fotografias das rodagens dos dois filmes de Brum do Canto com MLV em ALMEIDA, 2021 «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)», pp. 528-529.



Imagem n.º 5 – «Manuel Luiz Vieira», caricatura de TERRIQUE

Fonte: Re-Nhau-Nhau (trimensário humorístico), 15-03-1930, n.º 9, Funchal, p. 5.

Na legenda, lê-se: «O homem para quem «Vêr e Amar» o Cinema foi obra dum momento. Actualmente em Lisboa, para honra nossa é considerado o melhor operador Português. Sôbre o seu valor e talento hão de em breve depôr como testemunha, a 'Castelã das Berlengas' e a 'Maria do Mar'».

Maria do Carmo Piçarra, cruzando informação recolhida na Torre do Tombo e no semanário Kino (1930/1931), com uma entrevista a Abel Escoto (operador de câmara e diretor de fotografia na SPAC, onde trabalhou com Manuel Luiz Vieira), afirma que, por altura da realização dos primeiros fonofilmes portugueses, o cineasta madeirense pretendera «durante 10 anos, o exclusivo da produção fonográfica em Portugal», embora esta sua pretensão tenha saído gorada, pelo interesse que o cinema sonoro suscitara junto de outros realizadores e produtores⁶⁷. O envolvimento do cineasta madeirense na polémica dos direitos à produção de cinema sonoro não é de estranhar, se não descurarmos quatro factos que remontam ao período em que ainda vivia e trabalhava na Madeira. Pelo menos desde 1912 (segundo notícias e publicidade divulgadas no DM), a Casa Pathé («unica casa representante no Funchal»), já então dirigida por Vieira, comercializava com especial dedicação os modernos pathéphones e pathégraphes, estes últimos apresentando uma tecnologia de gravação sonora ainda em experimentação, que servia de apoio à aprendizagem de línguas estrangeiras e de música; sendo que a Casa Pathé disponibilizava ainda, junto dos seus clientes no Funchal, um «repertório immenso em bellos discos portuguezes e estrangeiros» para venda ou aluguer⁶⁸ (imagens n.ºs 6 e 7). Por outro lado, segundo vários autores⁶⁹, a estreia de Manuel Luiz Vieira na realização fílmica terá ocorrido em 1920, com aquele que é por alguns considerado o primeiro filme publicitário com momentos de animação, produzido por Luís Nunes e intitulado His Master Voice⁷⁰; título que evoca o logótipo utilizado por várias marcas internacionais de discos, desde o final do século XIX, reproduzindo a imagem de um quadro homónimo do artista inglês Francis Barraud, onde um cão se posicionava de forma atenta, junto a um fonógrafo de cilindro que reproduzia a voz do dono. Ainda por outro lado, a atenção dada à música na realização dos filmes mudos de Manuel Luiz Vieira fica atestada,

⁶⁷ PIÇARRA, 2006, *Salazar Vai ao Cinema* [...], p. 144. Acerca do interesse suscitado pelo cinema sonoro junto do setor do cinematográfico e também junto do Estado Novo, ver, para além do trabalho de Piçarra acima citado, RIBEIRO, 2011, «O 'heróico cinema português': 1930-1950», pp. 210-213. Esta autora, porém, exclui da sua análise as curtas-metragens, o documentário e a reportagem cinematográfica, géneros prolíficos nesse período e que foram amplamente trabalhados por MLV.

⁶⁸ Ver, p. ex., «Pathéphone», 01-01-1912, in *DM*, p. 4 e «Pathégrafo. Vimos ontem esta curiosa máquina», 17-06-1914, in *DM*, p. 1.

⁶⁹ Ver ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)», p. 533.

⁷⁰ Informação disponível na base de dados CINEPT-UBI aqui: http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/3831/ His+Master+Voice.

pela existência da partitura da música de João Sabino que acompanhava o filme *A Calúnia* (1926), comprovando-se que, para o realizador madeirense (como, de resto, para outros realizadores de cinema mudo, como, p. ex., o alemão Walter Ruttmann, já acima referido), a criação cinematográfica contemplava também criação sonoro-musical, mesmo antes da generalização do cinema sonoro. E, por fim, Félix Ribeiro, num dos seus textos memorialísticos, lembra que, em 1930 (ano do início das rodagens de *A Severa*), Manuel Luiz Vieira veria legitimada a sua pretensão de acesso ao cinema sonoro, graças ao reconhecimento da qualidade do seu trabalho anterior quer pela casa André Debrie⁷¹, quer pela École Technique de Photographie et de Cinématographie⁷²:

«De facto, em Dezembro de 1930, [MLV] recebe da casa André Debrie um certificado em que afirmando que é um seu cliente da sua firma desde 1924 refere também que se tornou num excelente técnico de filmes documentários que filmou no Funchal e que nos enviou, foram por nosso intermédio vendidos, tendo sido antes, reconhecidos de boa feitura e depois de lembrar que os dois aparelhos que Vieira possuía, o Parvook e o Enterview, foram remetidos àquela conhecida e acreditada marca para lhes adaptar os últimos aperfeiçoamentos necessários à técnica de filme sonoro [...] o próprio André de Debrie termina a sua carta: Conclui-se de tudo o que dele sabemos e vimos que o Senhor Manuel Luís Vieira pode ser classificado entre os bons operadores de tomadas de vistas da hora actual.

Por sua vez a tão acreditada e representativa **École Technique de Photographie et de Cinématographie**, da **Rue Vougirard**, também pela mesma época ao técnico português e aos seus trabalhos se havia de referir, numa carta em que se destacam estas palavras:

O Chefe dos Trabalhos Técnicos da Secção Cinematográfica e eu próprio examinámos alguns filmes por si executados e podemos assim constatar que o Senhor Manuel Luís Vieira possui a competência requerida pela prática de cinematografia profissional»⁷³.

Fundada em 1898 por Joseph Debrie, esta empresa francesa, depois de 1919 gerida por André Debrie (filho do fundador e um precoce e hábil inventor de equipamentos cinematográficos), assumiria prestígio internacional em todas as áreas de equipamentos cinematográficos (câmaras, aparelhos de projeção, equipamentos de laboratório e de efeitos especiais, impressoras, máquinas de perfuração), encontrados em estúdios, laboratórios e arquivos cinematográficos em todo o mundo. Sobre esta empresa, ver nota informativa disponível no website da Cinémathèque de Bretagne aqui: http://archive.wikiwix.com/cache/index2.php?url=https%3A%2F%2Fwww.cinematheque-bretagne. fr%2FExposition-30-ans_-30-appareils-30-ANS_-30-APPAREILS.-Appareil-N_3-_-Cam%25C3%25A9ra-35-mm-type-Parvo-Interview-de-marque-Andr%25C3%25A9-Debrie-401-19-0-2.html.

⁷² A École Technique de Photographie et de Cinématographie, hoje École Nationale Supérieur Louis-Lumière, foi fundada em 1926, no n.º 85 da rua Vaugirard, em Paris, com o apoio de personalidades francesas ligadas ao cinema como Louis Lumière e Léon Gaumont. Terá sido a segunda escola profissional de cinema do mundo, depois da VGIK em Moscovo, na Rússia, e é a mais antiga escola de cinema, fotografia e som de França. A associação posterior do nome de um dos irmãos Lumière que foi também seu fundador revela o prestígio que a ETPC tinha na primeira metade do século XX e que hoje mantém.

⁷³ FÉLIX RIBEIRO, 1979, «Manuel Luís Vieira [...]», p. 15. Negritos do autor.

Imagem n.º 6 – Notícia publicada no *Diário da Madeira* sobre a chegada ao Funchal (com destino à Casa Pathé) de *pathéphones* e respetivos discos



Fonte: DM, 22-03-1914, p. 4.

Imagem n.º 7 – Anúncio da Casa Pathé do Funchal relativo ao *pathéphone*, publicado no *Diário da Madeira*



Fonte: DM, 18-03-1920, p. 4.

Manuel Félix Ribeiro será, por sinal, quem mais informações nos deixa sobre a biografia do cineasta madeirense e sobre o caráter exímio e inovador do seu trabalho. Enquanto «alto funcionário do departamento da Propaganda do Estado Novo (SPN/SNI/SEIT) desde 1935 e primeiro diretor da Cinemateca Portuguesa (1948-1983)»⁷⁴, Félix Ribeiro acompanhou de perto o percurso do cineasta madeirense, registando informações preciosas, embora com falhas de rigor científico (em particular a ausência de indicação das fontes) que, como bem notou Paulo Cunha a propósito dos seus contributos para a História do Cinema Português, decorrem de não estarmos perante investigação «feita por historiadores ou académicos das ciências sociais e humanas», mas antes na presença de registos opinativos ou de memória feitos por um dos «curiosos, entusiastas e autores que estavam comprometidos

⁷⁴ CUNHA, 2016, «Para uma história das histórias do cinema português», p. 36.

com o próprio objeto» e cuja «produção pseudo-historiográfica produzida até meados da década de 1990», por isso mesmo, se orientava principalmente para a promoção do cinema que mais lhes interessava (ou tinha interessado no passado) «junto do público e da crítica»⁷⁵.

Em 1979, na pequena brochura que anteriormente citámos e que foi editada pelo *IX Festival Internacional de Cinema de Santarém*, justamente em homenagem a Vieira e a Reinaldo Ferreira (o famoso Repórter X), Félix Ribeiro apresenta o cineasta madeirense como «Um Técnico ao Serviço do Cinema Português»⁷⁶, destacando, assim, a **qualidade técnica** do seu trabalho fílmico **ao serviço de vários realizadores portugueses**, a que junta uma sua suposta **entrega à causa do Cinema Português** (retenham-se as ideias **a negrito**).

Inscrevendo-o na «tradição de grandes nomes da fotografia que a Madeira conheceu, de Vicente aos Perestrelos», Félix Ribeiro, desde o título e a abertura do seu texto⁷⁷, põe em relevo a figura de Manuel Luiz Vieira enquanto «excelente e incansável operador de imagem» e «diretor de fotografia», «uma figura capital no âmbito da produção» de vários filmes considerados canónicos⁷⁸ e em quem cada «realizador [se] terá [...] apoia[do] quase cegamente para que o filme de que é, consciente e maioritariamente o responsável», garantisse o «bom andamento e acerto da obra final»⁷⁹. Pese embora o louvor agui dirigido ao homem da câmara madeirense, o destaque conferido a essa dupla função - operador e fotógrafo merecerá alguma atenção crítica, se tivermos em linha de conta que as memórias de Félix Ribeiro, nesse texto (e como sempre acontece em relatos de memória), pecam por algumas imprecisões e lacunas, apontando-nos, por outro lado, para um muito mais vasto conjunto de dados bio-cinematográficos. Dados estes que parecem ser negligenciados no título, sendo também, de algum modo, subalternizados na linha argumentativa seguida ao longo do texto, que, assim, conduz o leitor (e o investigador) a considerá-los de menor relevância.

⁷⁵ CUNHA, 2016, «Para uma história das histórias do cinema português», p. 36.

⁷⁶ FÉLIX RIBEIRO,1979, «Manuel Luís Vieira [...]», p. 13.

Dando continuidade à lógica argumentativa que se insinuava no título e que, depois, será mantida ao longo do texto, Félix Ribeiro ocupa os primeiros seis parágrafos a enaltecer o papel dos «operadores de imagem» do cinema português que, em seu entender, teriam sido «aqueles que melhor conta deram de si pela sua competência, pela sua actuação, pela qualidade do trabalho» deixado – FÉLIX RIBEIRO,1979, «Manuel Luís Vieira [...]», p. 13.

Para além da referência à colaboração de MLV nos filmes de Brum do Canto já aqui citados, Félix Ribeiro lembra, entre outras, as participações de Vieira em filmes de: Leitão de Barros, em Maria do Mar, 1929-1930, e Maria Papoila, 1937; António Lopes Ribeiro, em Revolução de Maio, 1937, e Feitiço do Império, 1940.

⁷⁹ FÉLIX RIBEIRO,1979, «Manuel Luís Vieira [...]», p. 13.

Leiamos, então, algumas passagens dessas memórias de Félix Ribeiro a respeito de Manuel Luiz Vieira:

«bem cedo começaria a dedicar-se como profissional à fotografia, tanto de exteriores como de **atelier**, o que o levaria a estabelecer-se com uma casa especializada em assuntos de fotografia, com venda de maquinaria fotográfica de toda a espécie, de aparelhos e material sensível, etc.. Situava-se na rua Camara Pestana, 39, e chamava-se precisamente a **Casa Pathé**, um nome predestinado quanto à sua actividade futura [...]. Mas, como seria normal, a fotografia e o cinema andam pode dizer-se sempre a par. Daí o técnico funchalense passar a interessar-se seriamente pela fotografia animada, e como foi sempre um homem que se dedicava às suas preferências, aprofundou quanto poude, ainda mesmo na Madeira, os seus conhecimentos nesse novo campo de acção o que o levou, desde logo, a fixar no celulóide imagens da sua terra [...].

Tão breve se reconheceu possuidor das técnicas da filmagem como dos seus segredos e possibilidades, Manuel Luís Vieira, tal como nos afirmara:

"Em 1919 começo os ensaios cinematográficos, filmagens e de laboratório, com o fim principal de fazer reportagens sobre acontecimentos [...]"

Até 1924 continua registando aspectos paisagísticos, ao mesmo tempo que filmes mormente de carácter etnográfico [...] por encomenda da Colónia Açoreana na América, realizou vários documentários sobre todas as ilhas do Arquipélago do[s] Açores [...]. As filmagens de actualidades, isto é a reportagem cinematográfica, teve por ela um pendor muito especial, desde início observado [...] [demonstrando-o ao] longo da sua carreira [...], nesse ingrato e difícil sector, onde um agudo sentido de oportunidade aliado a um real poder de sagacidade quanto à escolha precisa do momento mais significativo ou oportuno do acontecimento a registar, são qualidades de rigor [...][Esta] actividade do operador madeirense alargar-se-ia, já no continente e no Arquipélago como no Ultramar, tendo neste último caso [...] feito parte, em 1938, da equipa que constituiu a **Missão Cinematográfica** às **Colónias**, durante os nove meses da sua duração, como único operador.

De regresso, Manuel Luís Vieira será o assíduo colaborador de **Jornal Português**, durante toda a sua existência de 1938 até cerca de 1950, continuando a trabalhar como operador na primeira série de **Imagens de Portugal**, sendo ainda o responsável de um sem número de curtas metragens que os ingleses genericamente apelidam de **factual films**, não só como operador que durante os longos anos de actividade mais volume de trabalho acumulou, representando realmente a sua filmografia em tal especial sector, uma das mais extensas e representativas, podendo francamente dizer que com a sua **Debrie**, esteve entre nós sempre activo e em toda a parte. [...] haverá que fazer ainda referência à série de filmes de Adolfo Coelho para a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, integrada no Ministério da Agricultura [...] [pois] é dele a fotografia [...], alguns deles em colaboração com outros operadores como Aquilino Mendes, Salazar Diniz, Octávio Bobone e Mário Moreira. Haverá ainda que fazer referência [...] a trabalhos de animação integrados em muitos daqueles filmes por Manuel Luís Vieira efectuados»⁸⁰.

⁸⁰ FÉLIX RIBEIRO,1979, «Manuel Luís Vieira [...]», pp. 13-16. Negritos do autor.

Nesta longa enumeração de dados bio-cinematográficos de Manuel Luiz Vieira, não deixam de ser também indicadas quer a fundação da «sua **Empresa Cinegráfica Atlântida**, vocacionada especialmente para a produção de filmes de entrecho, localizados na Ilha da Madeira», quer as três incontornáveis fitas de ficção por ela produzidas (*A Calúnia*, *O Fauno das Montanhas* e *Indigestão*), quer a criação de «um laboratório próprio» em Lisboa, «por volta de meados de 1941»⁸¹. Contudo, para além de várias imprecisões e de alguns dos dados expostos poderem ser questionáveis por ausência de indicação de fontes que permitam a sua confirmação⁸², há que apontar nesse testemunho de Félix Ribeiro a ausência de qualquer menção à MF e a Francisco Bento de Gouveia, cinéfilo com quem Vieira começou por trabalhar em cinema no Funchal. Isto, apesar de Félix Ribeiro manifestar ter conhecimento dos filmes que Vieira realizou sob aquela chancela, aos quais, de resto, faz sumárias referências, destacando: ora o objetivo principal que orientou a sua produção («fixar no celulóide imagens da sua terra»); ora os supostos temas abordados («aspectos

FÉLIX RIBEIRO,1979, «Manuel Luís Vieira [...]», p. 14 e p. 16. Consultando a cinematografia da MF e da ECA elaborada por Ana Paula Almeida (2021, «Manuel Luiz Vieira: uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)»), verificamos que uma das diferenças assinaláveis entre as fitas de ambas as produtoras é o facto de a ECA ter investido na produção de filmes de ficção (ou de entrecho), ao passo que a MF não parece ter experimentado esses géneros. Contudo, a lista de fitas da ECA não se circunscreve a *A Calúnia, O Fauno das Montanhas* e *A Indigestão*, como por vezes se faz pensar; inclui também um significativo número de *filmes de factos*, onde destacamos inclusivamente vários jornais de atualidades madeirenses.

 $^{^{82}}$ A pesquisa por nós realizada no DM e no DN, compreendendo um período que vai de 1912 a 1925, não nos permite confirmar que a Casa Pathé de Vieira, pelo menos antes da criação da ECA, se tivesse dedicado ao comércio de material fotográfico e cinematográfico. Apenas encontrámos referência à venda de equipamento para audição de música e sons gravados: pathéphones, pathégraphos e discos. A localização deste estabelecimento também é instável, até porque a rua da Carreira (onde a Casa Pathé fora fundada) sofreu alterações, tendo o troço em que ele se situava passado a integrar a nova rua Câmara Pestana – ver imagens n.ºs 6 e 7. Porém, a 16-03-1927, o DN publica «A Cinematografia na Madeira. Uma visita ao 'studio' da Empreza Cinegrafica Atlântida», um artigo extenso que localiza a produtora na «Rua do Dr. Camara Pestana» (a mesma onde se situava a Casa Pathé desde meados da década de 1910), o que nos leva a concluir haver uma coincidência entre este estabelecimento comercial e a sede da produtora fílmica. Os «laboratórios» desta são descritos nesse texto: ocupavam «um espaço de 200 metros quadrados» e neles existiam «todos os aparelhos indispensáveis á manipulação de films, grandes tinas de revelação, tanques com capacidade de 250 litros para lavagem, máquinas de tirar positivos e fazer ampliações, secadores para 240 metros de film, projectores de mercúrio e outros instrumentos e utensílios indispensáveis áquela indústria». Acrescenta ainda: «tivemos o prazer de vêr no seu 'écran' de estudo a nova película o 'Fauno das Montanhas', cuja exibição pública se anunciará para o princípio do mês de Abril» – «A Cinematografia na Madeira [...], 16-03-1927, in DN, p. 1.

A MF, anterior à ECA e fundada por Francisco Bento de Gouveia, tinha as suas instalações na rua do Bom Jesus, na própria residência do seu proprietário, sendo que o *Correio da Madeira*, a 14-12-1922, faz a descrição do espaço e dos equipamentos que as constituíam, destacando os «aparelhos da acreditada casa Eiffel, desde a máquina de tomar vistas, á de imprimir positivos; como uma enorme escada de tripés panorâmicos, maquinismos, reveladores, projectores, etc.» – *Correio da Madeira*, 14-12-1922, *apud* SOARES, 2000, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra*, p. 215.

paisagísticos» e etnográficos, a que devemos acrescentar factos e eventos históricos e sociais cuja reportagem também era então registada pelas câmaras da MF); ora os géneros preferidos («documentários» e «actualidades», esquecendo a propaganda turística ou incluindo-a nos primeiros); ora até alguns dos seus modos de produção (responder a encomendas fílmicas, como as que deram lugar à realização das fitas sobre os Açores).

Tratando-se de um dos textos que, até 1979, mais informações divulgava sobre a atividade inicial de um operador de câmara e diretor de fotografia que, a partir de 1928/1929, já no continente, se viria a destacar junto das principais produtoras e dos mais conceituados realizadores do Cinema Português, a rasura dos nomes da MF e de Francisco Bento de Gouveia poderá parecer insignificante. No entanto, consideramos que talvez esse apagamento, associado quer ao descaminho dado à filmografia produzida por essa primeira empresa cinegráfica insular, quer ao facto de esta ter apostado em filmes de curta-metragem e não ter enveredado pelo cinema ficcional (contrariamente ao que viria a acontecer com a ECA)83, tenha contribuído para a não atenção até agora dada ao projeto cinematográfico fundado por Francisco Bento de Gouveia em 1922 e, correlativamente, ao vasto reportório de filmes de factos realizados por Manuel Luiz Vieira na Madeira, no início da década de 1920. Um repertório que será continuado pelo realizador, com alguma variação, na ECA, embora a História do Cinema Português, nas exíguas referências que faz a esta última produtora (como acontece no texto de Félix Ribeiro), tenda a (des)considerá-la tão-somente como epifenómeno empresarial que produziu três surpreendentes filmes mudos de ficção, entre os quais se destaca O Fauno das Montanhas, imprecisamente apontado ora como caso singular na cinematografia portuguesa da época «em que o maravilhoso surgia em momentos no decorrer do filme», ora como primeira incursão de um cineasta português no cinema fantástico⁸⁴.

⁸³ Não há registo de a MF ter produzido qualquer filme de ficção. Contudo, em fevereiro de 1923, o *DM* transcrevia uma notícia recentemente publicada em *O Século*, onde se adiantava que a MF estaria a pensar «fazer passar pelo «écran» a peça histórica e regional 'Guiomar Teixeira' da autoria do Major Sr. Reis Gomes, Director do «Diário da Madeira» – «Madeira Film», 21-02-1923, in *DM*, p. 1.

FÉLIX RIBEIRO, 1979, «Manuel Luís Vieira [...]», p. 15. José Matos-Cruz, no seu *Roteiro Fílmico* sobre a Madeira, transcreve um texto cuja fonte não é identificada, onde se lê: «o cinedrama rústico 'O Fauno das Montanhas' – onde se associa, duma forma harmoniosa, a ilustração de costumes e das magnificas paisagens madeirenses, ao enredo de aventuras com surpreendentes implicações fantásticas» – MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira – Roteiro Fílmico*, p. 3. Embora as palavras de Matos-Cruz, desde então, tenham sido parafraseadas com desvio, para inscrever *O Fauno das Montanhas* no género fantástico, na verdade e em rigor, essa classificação nunca foi feita (e bem, em nosso entender), por Matos-Cruz nesse seu texto.

Assim sendo, legítimo será perguntar se Manuel Luiz Vieira deverá constar na História do Cinema Português, antes de tudo, como «Um Técnico» e, em particular, como um técnico apenas ao «Serviço do Cinema Português», tese aparentemente defendida por autores como Félix Ribeiro, mas que talvez não se possa aplicar de forma simplista às fitas da MF e da ECA.

Vieira foi, sem dúvida, um dos mais importantes operadores e fotógrafos ao serviço do cinema nacional e até do cinema nacionalista apoiado pelo Estado Novo. Basta lembrarmos, para além da sua colaboração nos filmes dos realizadores canónicos anteriormente enunciados, a sua participação nos filmes produzidos pela SPAC ou até a «Realização da Película sobre a 'Obra da Administração Pública Portuguêsa, de 28 de Maio de 1926, até ao presente'» (1933), outro filme que não conseguimos localizar, mas cujo «Programa-Argumento» ainda se conserva na Cinemateca Portuguesa, e cuja consulta nos informa ter sido este um projeto apresentado a título individual «por MANUEL LUIZ VIEIRA no concurso aberto no 'Diário do Governo' n.º 286-II série 7 de Dezembro de 1932 e adjudicad[o] por despacho de 12 de Abril [...] [de 1933]»85.

Porém, importará interrogarmo-nos até que ponto a exaltação do (meritório) trabalho de Manuel Luiz Vieira como operador de câmara e fotógrafo ao serviço de outros realizadores portugueses tem condicionado a (não) investigação quer sobre a sua volumosa obra de curtas-metragens e de *filmes de factos* (géneros que, mesmo após a sua transferência para Lisboa, Vieira continuaria a realizar em colaboração com produtoras de destaque como, p. ex., a Mello, Castelo Branco e a Bloco H. da Costa); quer sobre o verdadeiro significado que as fitas produzidas no Funchal pela MF e pela ECA podem assumir na História do Cinema Português.

Esta interrogação será tão ou mais importante se, com Luís de Pina⁸⁶ e Tiago Baptista, tivermos em consideração que foi justamente na década de 1920 que, em Portugal, se assistiu à transformação do *filme-documento do real* (captado pelo engenho dos *caçadores de imagens*), em verdadeiro *documentário de autor*, já liberto da obediência «à estética da 'vista' (câmara montada sobre tripé, enquadramento fixo e plano único)»⁸⁷, abrindo-se à inovação estética e formal⁸⁸. Seguindo o testemunho do texto publicado no n.º 1 de *Cine* e o visionamento de algumas fitas sobreviventes,

⁸⁵ VIEIRA, 1933, *PROGRAMA-ARGUMENTO* [...].

⁸⁶ PINA,1977, Documentarismo Português.

⁸⁷ BAPTISTA, 2012, «Das 'vistas' ao documentário [...]», p. 37.

⁸⁸ Sobre os *filmes de factos* portugueses da década de 1910 – anos de crise para o cinema de ficção em Portugal –, Maria do Carmo Piçarra nota que «algumas obras em registo de actualidades com grande interesse histórico» perduram «sem referência a realizador e produtor» PIÇARRA, 2013, «1910-1919. Uma Cinematografia "Sem Olhar" [...]», p. [41].

sabemos que essas inovações se verificavam quer nos filmes de factos realizados por Manuel Luiz Vieira no início dos anos 1930, quer nos anteriores filmes de ficção realizados pelo madeirense sob a chancela da ECA (*A Calúnia* e *O Fauno das Montanhas*).

Será que, por falta de investigação que possa corroborar ou questionar a leitura da obra do cineasta madeirense apresentada no texto de Félix Ribeiro (texto importantíssimo, sublinhe-se, numa bibliografia sobre a obra desse *homem da câmara* que é, até hoje, mínima⁸⁹), estaremos uma vez mais na presença de um texto de *pseudo-historiografia* que, como lembra Paulo Cunha a respeito de outros textos assinados pelo primeiro Diretor da Cinemateca Nacional (depois do 25 de Abril, Cinemateca Portuguesa), cria e/ou alimenta mitos infundados na História do Cinema Português⁹⁰?

Na sua reflexão crítica sobre a História das Histórias do Cinema Português, Paulo Cunha nota a importância de Félix Ribeiro (entre outros) na validação de uma perspetiva (hoje questionável) sobre os primeiros 50 anos do cinema nacional que assentou particularmente em duas premissas: na lógica dos «célebres primeiro e segundo ciclos do Porto e de Lisboa» e na hipervalorização conferida às longas-metragens de ficção⁹¹. Trata-se, segundo Paulo Cunha, de uma «visão pouco problematizadora do passado», excessivamente opinativa, criando vários mitos em torno do sistema cinematográfico português. Mitos, porém, facilmente desmontáveis com a prática de uma análise mais rigorosa do ponto de vista científico e ancorada em trabalho de arquivo, mas que, não tendo sido implementada durante largos anos, fez ignorar ou menosprezar factos, filmes e figuras que nos seus contextos de existência foram efetivamente relevantes⁹². Ainda segundo Paulo Cunha, essa perspetiva «pouco problematizadora» dos primeiros 50 anos do Cinema Português, p. ex., condenou à

Em 1977, vem a lume, em separata, Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal, conferência apresentada por Félix Ribeiro, em 1973, no ciclo O Cinema ao Serviço da Educação Permanente e da Difusão Cultural, onde o autor enumera figuras e projetos cinematográficos que, desde «As origens portuenses: Aurélio da Paz dos Reis», se teriam destacado no cinema documental em Portugal. Um brevíssimo capítulo dessa separata leva o título «A Acção de Manuel Luiz Vieira na Ilha da Madeira». Embora salientando a relevância dessa «iniciativa verificada fora do continente [...] num meio distante do habitual centro cinematográfico do País», Félix Ribeiro revela uma vez mais conhecer mal as dinâmicas cinematográficas madeirenses da década de 1920: afirma erradamente que estas foram «da exclusiva responsabilidade de Manuel Luís Vieira» e refere de forma muito lacunar a numerosa filmografia documental e de atualidades realizada pelo madeirense, sem fazer, uma vez mais, qualquer referência à MF e a Francisco Bento de Gouveia – FÉLIX RIBEIRO, 1977, Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal [...], p. 15.

⁹⁰ CUNHA, 2016, «Para uma história das histórias do cinema português», p. 41.

⁹¹ CUNHA, 2016, «Para uma história das histórias do cinema português», pp. 38-42.

⁹² CUNHA, 2016, «Para uma história das histórias do cinema português», pp. 38-42.

quase invisibilidade a volumosa e riquíssima cinematografia documental e de curta-metragem realizada por esses anos em Portugal⁹³. Géneros em que, como temos vindo a demonstrar, Manuel Luiz Vieira foi um muito fértil criador⁹⁴.

Caso para nos perguntarmos, então, até que ponto esse enviesamento de perspetiva no estudo do Cinema Português, ainda hoje resistente⁹⁵, terá, em última análise, deixado passar em branco a existência, na década de 1920, de um outro significativo *ciclo* cinematográfico, desta vez, localizado na Madeira, orientado sobretudo para a produção de curtas metragens e *filmes de factos*, e onde se destacam a MF e a ECA, duas produtoras insulares. Referimo-nos ao que aqui propomos como *cinema regionalista madeirense* ou *fitas tipicamente madeirenses*, fazendo eco, com variação, da designação adotada por Tiago Baptista para se referir à tendência nacionalista do Cinema Português das primeiras décadas do século XX. Um ciclo em que Manuel Luiz Vieira assume protagonismo como operador de câmara e fotógrafo, mas antes de tudo como o seu principal realizador.

Na verdade, a orientação desses filmes (e em particular os da MF, como argumentaremos adiante) para um certo *verismo* e para temáticas localistas/regionalistas com enfoque paisagístico e *etnográfico*⁹⁶ reenvia-nos, desde logo,

⁹³ Ver o volumoso número e a relevância de curtas-metragens produzidas em Portugal, nas primeiras décadas do século XX, ainda disponíveis no ANIM, em BAPTISTA, 2017, «As Coleções de Não Ficção da Cinemateca num Relance: Preservação, Acesso e Investigação».

⁹⁴ Sobre o estatuto periférico atribuído ao cinema documental na História do Cinema Português ver também: BAPTISTA, 2012, «Das 'vistas' ao documentário [...]»; PENAFRIA, 2013, «Problemáticas do cinema português [...]»; ou SAMPAIO, 2015, «Outros filmes, outro cinema [...]».

⁹⁵ O projeto «Atrás da Câmara: Práticas de Visualidade e Mobilidade no Filme Turístico Português», promotor do ciclo de cinema *Viagens, Olhares e Imagens: Portugal 1910-1980* realizado na Cinemateca Portuguesa no primeiro semestre de 2016, de que resultaria livro homónimo, demonstra como esse enviesamento limitou o conhecimento do Cinema Português, cuja História se manteve, até há bem pouco tempo, demasiado afastada do trabalho em arquivo. Defende, por isso, ser «necessário conhecer e dar a conhecer o arquivo [...] ver as imagens que estão 'adormecidas' nos 'cofres' e pô-las de novo, ou pela primeira vez, a 'mexer' e a circular», na medida em que «estas imagens vêm 'desarrumar' algumas ideias cultivadas por uma academia que, em larga medida, cresceu longe dos arquivos»; estas imagens conservadas e esquecidas em arquivos «resistem a uma crítica acomodada, enfeudada em pré-conceitos (estéticos, científicos, sociais), exigindo abordagens inovadoras, diferentes das usadas com outras fontes, outros registos, outros documentos» – SAMPAIO, 2017, *Viagens, Olhares e Imagens* [...], p. 17.

⁹⁶ Reconhecendo na filmografia de MLV produzida na Madeira a importância de temáticas etnográficas, isto não significa que possamos considerar as suas fitas como filmes etnográficos. Desde logo, porque os filmes em causa se perderam e nem estão completamente identificados; depois, porque não há registo de que o cineasta tivesse conhecimento e aplicasse qualquer método etnográfico, válido à época, quando realizava filmes como *Arraial de Nossa Senhora do Monte* (1922), *Uma Tosquia de Ovelhas na Serra de S. Roque* (1923), *Festas do Espírito Santo na Ponta do Sol* (1923) ou *Ilha do Porto Santo – Paisagens e Costumes* (1924), cujos títulos apontam para temáticas etnográficas. De acordo com Karl Heider, um filme etnográfico «is more demanding than a mere mechanical joining of cinematography and ethnography. There must be interpenetration of disciplines: cinematographers must accept the scientifc demands of ethnography; ethnographers must adapt their expressions to the expanded visual

para o tema do nosso artigo: a representação da Madeira, através da fotografia e do cinema, nas primeiras décadas do século XX. Um período em que se assiste ao desenvolvimento acelerado de uma cultura visual sobre a ilha e na ilha (sendo que a visualidade de uma acabará por estar implicada na visualidade da outra), alimentada pelas novas formas de representação visual tecnológica, nomeadamente, a fotografia e o cinema, a que deveremos juntar o bilhete-postal ilustrado, este último muitas vezes resultante da re-apresentação de fotografias, em novo contexto de circulação nacional e internacional através do correio.

Estes dispositivos de cultura visual (supostamente transparentes, pelo *verismo* com que se apresentavam e eram lidos, mas, na verdade, altamente carregados pelos valores dominantes nos seus contextos de criação) foram fundamentais na disseminação regional, nacional e internacional de imagens do arquipélago, com um notável impacto na construção quer do retrato identitário madeirense, quer da narrativa turística da ilha. Imagens e narrativas identitárias e turísticas que, então, eram imaginadas e tecidas em simultâneo, não surpreendendo, talvez por isso, que se tenham vindo a (con)fundir, embora, na verdade, elas não tenham de resultar sempre e obrigatoriamente dos mesmos processos. Se o retrato e a narrativa identitários são construções sobretudo elaboradas por dinâmicas políticas, sociais, antropológicas e de identificação subjetiva⁹⁷, pelo contrário, na transição do século XIX para o século XX, as narrativas e as imagens turísticas de um lugar teciam-se, cada vez mais, por dinâmicas económico-mercantis, por ser esse o tempo em que, como lembram Carlos Fortuna e Claudino Ferreira, o modelo do *Grand Tour* aristocrático do século XVIII

potential of film and video. Filmmakers must think ethnographically, or scientifcally; ethnographers must think cinematographically, or visually. [...], there are many valid ways to look at human behavior [...]; but [...] I resist the careless expropriation of the term ethnographic to cover any film about people»; a etnograficidade («the ethnographicness») de um filme não reside apenas no tema abordado – HEIDER, 2006, Ethnographic Film, pp. ix-x.

Por outro lado, como afirma Malte Hagener, o filme turístico (de produção institucional/empresarial ou mais doméstica), à semelhança do seu antepassado literário (*travelogue* ou narrativa de viagens) privilegiava, então, «exotic places ans spectacular sites such as waterfalls, landmarks, and events», alguns dos quais de caráter etnográfico. Buscando o castiço e o pitoresco etnográfico, os filmes turísticos construíam a imagem dos locais e da nação turísticos, projetando também o exótico regional existente no interior das fronteiras de um país – HAGENER, 2017, «Taking a trip: Tourism and Film as Interrelated Fields», p. 164. Note-se, porém, que a década de 1920 assistirá a um crescente interesse mundial por filmes de temática etnográfica e/ou exótica de que *Nanook of the North* (1922) e a etnoficção *Moana* (1926), ambos de Robert Flaherty (a que poderemos juntar a também docuficção de temática etnográfica *Maria do Mar* de Leitão de Barros, 1928/1930, que contou com direção de fotografia de MLV) terão sido exemplos mais conhecidos – HEIDER, 2006, *Ethnographic Film*, pp. 18-28.

⁹⁷ Cf. ANDERSON, 2012, Comunidades Imaginadas [...].

era substituído pelo modelo de turismo de massas organizado, que viria a vingar hegemonicamente na Madeira até há bem pouco tempo⁹⁸.

Assim, o que de seguida procuraremos demonstrar, em alinhamento com a proposta de Jean-Michel Frodon⁹⁹, é em que medida a produção de um cinema insular (e *regionalista*) pela MF, dando continuidade ao que desde o século XIX acontecia com a fotografia e o bilhete-postal ilustrado (tradição visual insular que, de resto, Félix Ribeiro evoca *en passant* nas suas notas bio-cinematográficas sobre Vieira), contribuiu para a *projeção* da Madeira como comunidade regional autónoma e como *ilha turística*, entendendo-se, aqui, *projeção* num duplo sentido: (1) enquanto arquitetura de um projeto identitário e turístico; e (2) enquanto exibição/disseminação desse retrato-narrativa.

A incidência da produção cinematográfica da MF quer em temáticas locais e regionais, quer em géneros enquadráveis na categoria genérica filmes de factos, exigirá, portanto, uma análise que a situe no âmbito do complexo sistema ecossociocultural madeirense do início do século XX e a equação de, eventualmente, podermos estar perante um caso cinematográfico com especificidades próprias e dotado de certa autonomia, relativamente ao embrionário sistema cinematográfico português que então procurava robustecer-se. Isto, sem que esse enquadramento regional e regionalista afaste radicalmente a nossa análise de um âmbito mais alargado, nacional e internacional, uma vez que, como temos vindo a demonstrar, nem as fitas da MF e da ECA (ou o seu realizador, nesses primeiros anos) tiveram uma existência insulada dos sistemas cinematográficos nacional e internacional, nem as tendências e as problemáticas (cinematográficas e não só) evidenciadas nas fitas madeirenses realizadas por Manuel Luiz Vieira nesses anos deixaram de acompanhar, em certa

⁹⁸ Acerca desta mudança de paradigma, ver LASH e URRY, 1994, *Economies of Signs and Space*. Nesta mesma linha de argumentação, Carlos Fortuna sublinha que, no modelo de turismo de massas organizado, dominante nas sociedades ocidentais entre meados do século XIX e meados do século XX, «a concepção de cidadania por que o turismo é responsável é uma concepção eminentemente mercantil e consumista [...] [sujeita a uma] lógica de satisfação d[e um] impulso consumista [...] [que] tem efeitos não desprezíveis sobre os locais de destino turístico, desde a submissão à lógica mercantil de numerosos aspectos materiais e não-materiais da sociedade, da economia e da cultura locais, até à alteração da fisionomia ambiental e morfológica dos lugares» – FORTUNA, 1995, «Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana [...]», p. 15. A este modelo de turismo organizado de massas, ter-se-á seguido, segundo Fortuna e Ferreira, a emergência de um modelo pós-fordista de turismo, desorganizado e pós-turístico, sobretudo a partir de meados do século XX, com a intensificação de tecnologias que permitiam a visualização/visita de locais recônditos à distância (e sublinhe-se aqui, uma vez mais, a importância e o poder da visualidade, que, nas sociedades ocidentais, ganhariam especial fulgor com o aparecimento da fotografia e do cinema), não dependentes nem da mobilidade física dos viajantes, nem de todo o aparato comercial e institucional que a economia da viagem física implicava – FORTUNA e FERREIRA, 1996, O Turismo, o Turista e a (Pós)Modernidade, pp. 4-5.

⁹⁹ FRODON, Jean-Michel, 1998, *La Projection Nationale* [...].

medida, aquelas que marcaram o sistema ecossociocultural português nas décadas de 1920 e 1930.

A respeito deste período, Tiago Baptista tem sublinhado como, apesar das enormes fragilidades então sentidas em Portugal no que ao cinema dizia respeito, se assistiu à adoção de uma norma nacionalista e nacionalizante que determinaria aquilo que ele designou como a invenção do cinema tipicamente português e nacionalmente correto¹⁰⁰. À semelhança do que levou, em 1934, os fundadores da Editora Cinematográfica a criar essa produtora e a revista Cine, vários projetos e iniciativas anteriores – estatais, individuais e empresariais, entre os quais deveremos incluir a MF e a ECA¹⁰¹ – haviam intentado fazer com que, em Portugal, se realizasse «a obra que é mistér para que a produção nacional de filmes pass[asse] de episódica a contínua e que cada filme deix[asse] de ser uma aventura inspiradora de descrédito, para se tornar negócio tanto ou mais sério que qualquer outro»¹⁰². Apesar de ser ainda excessivamente doméstico, amador e aventureiro¹⁰³, o Cinema Português crescia orientado por essa norma de produção e de crítica que, exposta de forma programática (como acontecia com a Editora Cinematográfica) ou assumida tacitamente na prática dos que, em Portugal, faziam filmes e no discurso dos que os comentavam, era disseminada não só pelo repertório disponibilizado nas salas de espetáculos do país e por vezes em circulação internacional, mas também através do discurso jornalístico das revistas e suplementos cinéfilos,

¹⁰⁰ BAPTISTA, 2009, «Nacionalmente correcto [...]»; BAPTISTA, 2010, «Cinema e Política na Primeira República»; e BAPTISTA, 2013, «1920-1929. O Cinema "Tipicamente Português"».

Ver, entre outras iniciativas: a criação dos Serviços Cinematográficos do Exército, em 1917, que, segundo Félix Ribeiro, a partir de 1920, passariam a produzir mensalmente um jornal de atualidades – *Actualidades Portuguesas* –, registando os acontecimentos mais relevantes no país e não exclusivamente militares; o aumento significativo de revistas e/ou suplementos jornalísticos dedicados ao cinema, com especial atenção concedida ao cinema português; a já referida «Lei dos Cem Metros», decretada em maio de 1927; a criação da Companhia Portuguesa de Filmes Sonoros Tobis Klangfilm, em 1932; a partir de 1933, a política de cinema seguida pelo SPN/SNI; etc. A respeito destas e de outras iniciativas, ver, p. ex.: RIBEIRO, 1977, Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal [...]; RIBEIRO, 2011, «O'heróico cinema português' [...]»; BAPTISTA, 2013, «1920-1929. O Cinema "Tipicamente Português"»; PINHEIRO, 2013, «O Cinema Português de Salazar»; DUARTE, 2018, Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas [...]; PIÇARRA, 2020, «'Meter o cinema na ordem' [...]».

¹⁰² «Institui-se a Editora Cinematográfica [...]», 17-05-1934, in *Cine*, p. 5.

¹⁰³ A título exemplificativo, veja-se o retrato do Cinema Português traçado no editorial do n.º 1 de *Cine*: «Há mais de um quarto de século que se faz cinema em Portugal e ainda hoje a cinematografia nacional vive uma hora perturbada e incerta [...]. Até hoje, a nossa indústria de filmes conserva ainda o aspecto das indústrias domésticas, simples curiosidades, sem estrutura económica nem objectivos nacionais a prosseguir [...]. Ao cabo de vinte e cinco anos de actividade estamos ainda no amadorismo. Não há uma única equipe técnica ou artística completa, com gente adestrada a trabalhar sem deficiências [...]. Ora a época que atravessamos, exige a adopção dum meio rápido de cultura, dum sistema educativo acessível ao público e pelo público prontamente assimilável [...]. Queremos cinema nacional, mas não como até aqui» – «Razão de Ser», 17-05-1934, in *Cine*, p. 3.

então em expansão. Segundo Tiago Baptista, estas publicações haveriam de ter uma importância vital na legitimação e disseminação dessa norma nacionalista, pois foram elas as «vulgarizador[a]s do discurso político e cultural que, desde meados do século XIX, vinha fazendo da nacionalização da cultura, a principal actividade de um homem de letras»¹⁰⁴. Descobria-se, assim, como em 1934 defendia o redator de *Cine*, que «a cinematografia [...] [não era] apenas pretexto para recrear o espírito. A sua função [era] muito mais vasta e poderosa»¹⁰⁵.

Assim, acompanhando outros fenómenos culturais como o Teatro, a Literatura, as Artes Plásticas ou até a Música, e num tempo em que a nação se via fortemente abalada pelas sucessivas crises políticas vividas na I República, pelo colapso económico-financeiro, pelo agudizar da miséria social e pelas inúmeras feridas decorrentes da participação portuguesa na Grande Guerra, o Cinema procurava contribuir para a recuperação da coesão nacional, *re-imaginando* a nação a partir de uma perspetiva essencialista, tradicionalista e nacionalista, que o novo sistema republicano mantivera incólume (e que o Estado Novo adaptaria aos seus ideais), ao criar e disseminar essas imagens em movimento junto de um público cinéfilo cada vez mais alargado e fiel.

Essa norma nacionalista de produção e crítica determinava a existência de «um conjunto de motivos cinematográficos, depurados a partir de uma visão essencialista da identidade nacional, que deviam, por isso, integrar obrigatoriamente todos os filmes portugueses», nomeadamente: «as paisagens, os monumentos e os costumes e tradições portuguesas» 106. Estabelecia ainda que as fitas lusas recorressem ao desempenho dramático de «actores portugueses (de preferência dos teatros de declamação) e a argumentos que adaptavam os canónicos romances [...] do século XIX» 107. Com o avançar da década de 1920, pretendia ainda que as fitas fossem criadas, nas suas várias dimensões e sempre que possível, por realizadores e técnicos portugueses que urgia formar devidamente para que estivessem ao nível dos seus congéneres estrangeiros, com quem concorriam tanto no sistema cinematográfico internacional, quanto no mercado interno português. Paradoxalmente, na transição da década de 1910 para a de 1920, as produtoras nacionais, apesar dessa orientação nacionalista, tendiam a contratar realizadores e técnicos estrangeiros com mais ou menos experiência e valor para a produção das suas *fitas tipicamente portuguesas*.

¹⁰⁴ BAPTISTA e SENA, 2003, *Lion, Mariaud, Pallu: Franceses tipicamente portugueses*, p. 46, *apud* PIÇARRA, 2013, «1910-1919. Uma Cinematografia "Sem Olhar" [...]», p. [51].

¹⁰⁵ «Razão de Ser», 17-05-1934, in *Cine*, p. 3.

¹⁰⁶ BAPTISTA, 2013, «1920-1929. O Cinema "Tipicamente Português"», p. [55].

¹⁰⁷ BAPTISTA, 2013, «1920-1929. O Cinema "Tipicamente Português"», p. [55].

Deste modo, supunha-se que a produção fílmica nacional ia «ao encontro do gosto específico do público português, apresentando-lhe histórias, personagens e cenários que lhe eram familiares e que seriam seguramente bem aceites porque respeitariam [...] a suposta 'psicologia da alma portuguesa'»¹⁰⁸. Por outro lado, acreditava-se que o investimento nesse portuguesismo, constituído por aquelas que se consideravam ser «marcas distintivas» da cultura e da realidade do país, tornando «a cinematografia portuguesa única, inconfundível e reconhecida como 'portuguesa' entre outras cinematografias», cumpria dois desideratos patrióticos: (1) garantia «a 'propaganda' de Portugal no estrangeiro» e a legitimação interna e externa de valores que, por serem dominantes no sistema cultural português (lembremos a definição de Cinema Português apresentada por H. da Costa), se afirmavam então como genuína e especificamente nacionais, «tarefa vista [...] como uma questão de prestígio e de orgulho nacional», num tempo em que o cinema se afirmava como «uma poderosa ferramenta de construção identitária» e de manipulação política¹⁰⁹; e (2) salvaguardava os interesses económicos portugueses, não apenas porque, como refere Tiago Baptista, com essa «acentuada especificidade nacional», as fitas portuguesas, pela diferença ostentada, estariam «em melhor posição para competir com os filmes estrangeiros, tanto no mercado português como nos mercados estrangeiros», mas também (acrescentamos nós) porque, ao garantirem essa «'Propaganda' de Portugal no estrangeiro», exibindo toda a sorte de património natural, histórico, étnico e cultural, contribuíam para o fomento de um setor industrial em que o regime republicano e depois o Estado Novo apostavam como motor fundamental quer na alavancagem da economia do país (sempre em crise), quer numa certa (e questionável) modernização: a Indústria do Turismo¹¹⁰.

¹⁰⁸ BAPTISTA, 2013, «1920-1929. O Cinema "Tipicamente Português"», p. [55].

¹⁰⁹ BAPTISTA, 2013, «1920-1929. O Cinema "Tipicamente Português"», pp. [55-57]. Não esquecer que o cinema de propaganda ganha projeção com as campanhas cinematográficas de cobertura da Grande Guerra, tendo os países beligerantes, para esse fim, criado serviços cinematográficos especializados, como, no caso português, os Serviços Cinematográficos do Exército, instituídos, segundo Félix Ribeiro, em março de 1917 – FÉLIX RIBEIRO, 1977, Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal [...], pp. 13-15. Tiago Baptista lembra que a primeira lei de Censura ao Cinema é de 1917, encontrando «o seu contexto imediato na Primeira Guerra Mundial» e sendo «promulgada com a justificação de proteger a integridade física das tropas empenhadas em combate e o moral das populações na frente interna», o que revela «uma atenção crescente do Estado pelo cinema, reconhecendo o potencial dos seus efeitos como meio de comunicação de massa ao mesmo tempo que tentava, precisamente, limitar ou controlar esses efeitos» – BAPTISTA, 2010, «Cinema e Política na Primeira República», p. 4.

¹¹⁰ A respeito da aposta portuguesa no Turismo, nas primeiras décadas do século XX, ter em atenção os seguintes factos: 1906 – Leonildo de Mendonça e Costa funda a dinâmica Sociedade Propaganda Portuguesa (SPP), sob inspiração de outras sociedades congéneres entretanto criadas na Europa; 1909 – a SPP participa pela primeira vez no congresso da federação franco-espanhola de associações

A este respeito, verificamos que a 05-09-1917, o n.º 29 da conceituada *Revista de Turismo: Publicação Quinzenal de Turismo, Propaganda, Viagens, Navegação, Arte e Literatura* (RT) apresentava, na sua primeira página, o artigo «Portugal Cinematographado», dando conta do regresso a Paris da equipa de «operadores da casa Gaumont», liderada por Anatole Tiberville, que estivera em Portugal «durante três meses cinematografando as nossas paisagens e monumentos»¹¹¹. Tratava-se de um trabalho «conscientemente traçado pela Repartição de Turismo» e do qual, apesar de vários percalços, haviam resultado «trinta películas», com as quais, segundo o autor, ia «ter o nosso Paiz uma repercursão lá fora como nunca teve»¹¹². Concretizava-se, assim, um projeto de propaganda através do cinema que seria retomado com a *Casa Pathé* em 1918 e em 1923 – desta vez também com uma incursão para captação de imagens na Madeira¹¹³ – e que vinha sendo acalentado pela Repartição de Turismo há já algum tempo, embora tivesse sido constantemente adiado porque, até então, «as casas francesas e italianas, faziam taes exigências pecuniárias que teve sempre

Projectar a Ordem [...]; e PIÇARRA, 2006, Salazar Vai ao Cinema [...].

de turismo, passando essa federação, a partir de então, a ser franco-hispano-portuguesa; 1911 – Portugal acolhe a edição anual desse congresso internacional, sob organização da SPP, evento de que resultaria, em maio desse mesmo ano, a criação da primeira Repartição de Turismo oficial e a fundação do Conselho de Turismo, ambos sob tutela do Estado; 1916 (julho) – lançamento da *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura* (RT), que, até à sua extinção em março de 1924, constituiu um espaço fundamental para a propaganda turística, mas também para a reflexão acerca do projeto turístico para o país, seus desafios e problemas. Sobre a importância e a instrumentalização do Turismo no Estado Novo, não esquecer que políticas de turismo e políticas de cinema estiveram quase sempre associadas entre si e também com a política de propaganda do regime. Não por acaso, Turismo, Cinema e Propaganda estiveram sob tutela do mesmo secretariado: SPN/SNI/SEIT. Ver, a este respeito: CADAVEZ, 2017, *A bem da Nação* [...]; PIÇARRA, 2020,

¹¹¹ «Portugal cinematographado», 05-09-1917, in RT, pp. 33-34.

¹¹² «Portugal cinematographado», 05-09-1917, in *Revista de Turismo*, pp. 33-34.

¹¹³ «Propaganda de Portugal pela cinematographia», março de 1923, in *Revista de Turismo*, p. 331. Neste artigo anuncia-se uma nova missão da Casa Pathé em Portugal, para realização de filmes de complemento sobretudo destinados aos mercados da América do Norte. A 08-03-1923, o DM publicava a notícia «'Portugal Pitoresco'. A Madeira e o Cinematografo», dando conta da chegada de «um operador cinematográfico, a expensas da Sociedade Propaganda de Portugal, com o fim de filmar o que de mais interesse achar na Madeira. / A mesma Sociedade está organizando uma série de films, destinados a fazerem parte de um álbum denominado «Portugal Pitoresco»./ É êste, sem dúvida, um relevantíssimo serviço de propaganda prestado ao nosso país, cujos encantos naturais são dignos de figurar no estrangeiro» – «'Portugal Pitoresco'. A Madeira e o Cinematografo», 08-03-1923, in DM, p. 1. No dia 23-03-1923, o mesmo jornal publicava «A 'Casa Pathè' na Madeira. Operador de Cinema», esclarecendo que a produtora encarregue dessas filmagens era a Casa Pathè, cujo técnico regressara já a Lisboa, tendo «filmado vários aspectos desta ilha» e que «pondo de parte as grandes vistas paronâmicas, por vezes desinteressantes e monótonas, o artista preferiu fixar diferentes detalhes dos mais pitorescos da nossa região, filmagem que muito deverá contribuir para a propaganda lá fora, das belezas naturais da nossa formosa terra» – «A 'Casa Pathè' na Madeira. Operador de Cinema», 23-03-1923, in *DM*, p. 1.

de se desistir»¹¹⁴. Portanto, a partir de maio de 1917, em Portugal, o cinema (ainda estrangeiro) passava a ser integrado oficialmente na propaganda turística do país.

Desde então, a referência ao Cinema como instrumento válido e muito desejado para a urgente propaganda das belezas pátrias no estrangeiro e dentro das próprias fronteiras torna-se frequente na RT. No entanto, só a 05-09-1921, poucos meses antes de a MF ter iniciado a sua atividade no Funchal e quando se assiste a uma viragem regionalista na linha editorial desse órgão oficioso do setor do Turismo (viragem que será acompanhada pelo significativo aparecimento de referências à Madeira nas suas páginas, algo que até então não acontecera, pese embora a importância que o Turismo assumia na ilha desde o século XIX¹¹⁵), a revista noticiava a entrada de uma produtora nacional nesse tipo de cinematografia: a Empreza Técnica Publicitária Film Gráfica Caldevilla, fundada no Porto, em 1916, para produzir filmes publicitários, mas que a partir de 1921 passaria a investir na produção de fitas de propaganda e depois de ficção¹¹⁶. A RT informava, então, que Raul Caldevilla, Diretor Técnico da Caldevilla Film (nome por que também era conhecida a produtora) remetera ao «Presidente da Câmara dos Deputados» o requerimento de apoios estatais para a produção de «films cinematográficos genuinamente portugueses em que serão tratados com singular cuidado assuntos nacionaes, documentários e panoramicos, capazes de realisarem pela sua cuidada escolha, irreprehensivel

¹¹⁴ «Portugal em cinematographia», 05-05-1917, in RT, p. 166.

¹¹⁵ A primeira notícia – «Melhoramentos no Funchal» – referente à Madeira na RT data de abril de 1920, na edição dupla n.º 91 e n.º 92, onde também surgia o artigo «Os Congressos Regionaes e o Turismo em Portugal». A partir de então a revista passa a publicar transcrições de textos publicados no Comércio da Madeira – p. ex. o artigo «Na Madeira. Turismo 'Ou Reagimos ou Morremos – como Devemos Reagir'», nov. de 1920 – e referências a vários jornais locais como o DM ou O Jornal. Em janeiro de 1921, a RT inaugura uma nova coluna, assinada pelo madeirense C.N., intitulada «Turismo Insular. Carta da Madeira» que, embora não tivesse uma edição regular, foi continuada até janeiro de 1924, poucos meses antes de a revista encerrar. Nessa última «Carta da Madeira», C.N. reporta-se à «inauguração da Associação de Turismo» no Funchal, enunciando algumas iniciativas já tomadas e exigindo desta associação a devida intervenção no sentido de impedir a «devastação das matas e arvoredos» então em curso na ilha, por considerar ser esse «um crime de lesa-pátria» que destruía as «mais formosas das suas preciosas joias» – C.N., jan. de 1924, «Carta da Madeira», in RT, pp. 502-503.

¹¹⁶ Sobre o repertório da Caldevilla Film ver lista e informação complementar disponível no portal CINEPT da UBI: http://www.cinept.ubi.pt/pt/pessoa/2143694531/Caldevilla+Film. A Caldevilla Film tinha sido fundada em 1916 por Raul Caldevilla (1877-1951), «uma das figuras mais importantes e originais dos primórdios do cinema português» e, antes disso, «o pioneiro absoluto da publicidade em Portugal», atividade que o conduz ao primeiro envolvimento com a indústria cinematográfica, tendo ficado responsável pela publicidade da *Invicta Filmes*. Em 1922, inicia-se no cinema de ficção como *Os Faroleiros* (1922) e logo depois com *As Pupilas do Senhor Reitor* (1923), ambos dirigidos pelo realizador francês Maurice Mariaud – CINEMATECA, 2018, «Ciclo Raul de Caldevilla».

manufactura e primorosa *mise-en-scéne*, a verdadeira propaganda de Portugal em todos os paízes do mundo»¹¹⁷.

Na verdade, perante aquilo que se criticava como inação da Repartição e do Conselho de Turismo nacionais (ou seja, do Estado), relativamente aos muitos desafios e às enormes dificuldades diagnosticados na economia do país em geral e no setor do Turismo em particular, a *RT*, a partir do final de 1919, assume um posicionamento ostensivamente defensor do regionalismo, apostando na autonomia do poder autárquico e da iniciativa local (privada ou associativa) na gestão de políticas de Turismo com implementação regional, de modo que se salvaguardasse e fomentasse a exploração do seu património natural e etnocultural¹¹⁸. Nessa linha de pensamento, a salvação do setor e, com ele, a salvação da própria nação (fosse pela recuperação económica, fosse pela reconstrução da memória coletiva que se acreditava o Turismo pudesse potenciar) passariam pela realização de Congressos Regionais e, a partir destes, pela criação de Núcleos Regionais que dinamizassem as economias locais através do Turismo, promovendo simultaneamente o reconhecimento dos patrimónios autóctones e respetivos valores, e, desse modo, sustentando a coesão comunitária contra a desagregação nacional:

«O paiz cançado de política, descrente dos políticos, convencido dos ludíbrios em que tem vivido, já pelo desastre da guerra, já por todas as suas consequências, estava a caminho da maior indiferença, d'essa indiferença que leva os povos e as nações ao mais inglório fim.

¹¹⁷ «Propaganda de Portugal [...]», 05-09-1921, RT, p. 46. O problema do financiamento das produtoras portuguesas, num sistema cinematográfico dominado pelo poder da concorrência das grandes empresas estrangeiras e em que as distribuidoras nacionais tentavam sobreviver às várias crises, foi uma das maiores fragilidades nas primeiras décadas do século XX, também sentidas pela MF e pela ECA. O texto sobre os documentários portugueses saído no n.º 1 de Cine traca, a esse respeito, um retrato muito crítico do estado do Cinema Português em 1934: «Em regra, um filme é comprado por baixo preço; muitas vezes, o lucro mal cobre as despezas. O operador não pode sair do ramerrão, nem sobrecarregar o seu orçamento. Se prepara um novo banho de revelação, terá prejuizo; por isso, utiliza um banho velho. Se filma muitos metros, para selecionar as melhores imagens, ninguém lhe paga o negativo utilizado. Por isso aproveita tudo, sem perder um centímetro. Quando sai dêstes limites e se sujeita a perder público vê sempre um bom trabalho. De resto, em Portugal fazem-se bons documentários como no estrangeiro. Mas, é triste confessá-lo, quási não vale a pena esforcar-se um operador por produzir bom. Para quê se não lhe pagam? [...]. Para quê se pagam o bom pelo preço do detestável? Para quê, se não há protecção nem estímulo, se não existe a defêsa do documentário português nem dos operadores? Quando um se destingue, não é por acaso. Ninguém trabalha com o objetivo premeditado de apresentar mau. As fôrças das circunstâncias é que, apesar das críticas e das exclamações do público e da Imprensa, obrigam os verdadeiros profissionais do nosso cinema a não brilharem nos cem metros da lei...» - «OS BONS DOCUMENTÁRIOS PORTUGUESES NÃO SÃO inferiores aos melhores estrangeiros!», 17-05-1934, in Cine, p. 4.

Ver, p. ex.: «Congressos Regionais. Uma Patriótica Iniciativa», 05-12-01919, in *Revista de Turismo*, p. 85;
 «Os Congressos Regionaes e o Turismo em Portugal», abril de 1920, in *Revista de Turismo*, pp. 120-121;
 «Regionalismo e Turismo. Os Nucleos Regionaes», maio de 1920, in *Revista de Turismo*, pp. 129-130;
 «Propaganda Regionalista», junho de 1920, in *Revista de Turismo*, p. 144..

Surge, porém, a idéa dos Congressos Regionais, mostrando que esse será o único meio de cohesão de elementos dispersos para uma completa defeza do torrão-natal: [...] cada região, tornando-se absolutamente livre do nefasto jugo político, se constituirá n'um valor próprio, real, que lhe poderá conceder uma independência relativa [...]. Promover congressos regionais sob bases essenciais da industria do turismo; levando ao conhecimento das populações dormentes, despertando-as por uma propaganda essencialmente sentimental, as vantagens do regionalismo e não as interessar sobre o ponto pratico e capitalíssimo da exploração das suas belezas, da sua riqueza [...] não ensinando como se deve explorar todo esse conjunto pela preciosa industria do turismo, que é a mais caudalosa fonte de riqueza, de progresso e de civilização, é fazer uma obra incompleta [...] há que incluir nos programas dos congressos regionais a propaganda do turismo em Portugal [...] a idêa da mais proveitosa exploração – própria a cada região e comum a todo o Paiz – que é a d'essa portentosa, única e incomparável industria, que se chama *O Turismo*»¹¹⁹.

Também a esse nível o Cinema seria chamado a dar o seu contributo. Em junho de 1920, na edição dupla n.º 95 e 96, a *RT*, através de uma notícia com o sintomático título «Propaganda Regionalista», informava que

«a pedido da Sociedade Propaganda de Portugal sob cujo patrocínio se est[avam] realizando os trabalhos [...] do Congresso Regional Transmontano [...] a Empreza do Cinema Condes mui gentilmente cede[ra] o seu salão para [...] ali realizarem uma festa em que ser[iam] passados filmes regionaes e a propósito realizada por um ilustre transmontano uma palestra sobre os motivos apresentados [...] [sendo o] respectivo programa [...] elaborado pela Comissão Executiva do Congresso»¹²⁰.

Ora, se, então, não ficava claro se esses «filmes regionaes» seriam «films cinematográficos genuinamente portugueses» como pretendia a Caldevilla Film, até porque são designados como «regionaes», tinham sido selecionados pelo Congresso Regional Transmontano e eram acompanhados pelo comentário de um «ilustre transmontano», em fevereiro de 1922, com o artigo «Maravilhas de Portugal. A grande Propaganda das Nossas Belezas pela Cinematografia», a RT noticiava a estreia de «algumas das mais interessantes películas que a Caldevilla Film já t[inha] prontas», exibidas no «amplo salão Jardim da Trindade» na cidade do Porto¹²¹. Apresentando «lindissimos recantos de Portugal», essa «propaganda documentada», considerada pelo articulista como «a melhor e a mais benéfica que poderia desejar-se para o nosso Paiz» e que a produtora sediada no Porto «certamente far[ia] espalhar por todo o mundo», fora organizada em três secções: «I – Os ares, as aguas e os lugares»;

¹¹⁹ «Os Congressos Regionaes e o Turismo em Portugal», abril de 1920, in *Revista de Turismo*, pp. 121-122.

¹²⁰ «Propaganda Regionalista», junho de 1920, in *Revista de Turismo*, p. 144.

¹²¹ «Maravilhas de Portugal [...]», 05-02-1922, in *Revista de Turismo*, p. 123.

«II – As grande industrias portuguezas»; e «III – Maravilhas de Portugal» ¹²². Apesar de as fitas nelas incluídas retratarem Sintra, Luso, Melgaço, Vidago, Pedras Salgadas, Caldas de Canavezes e outras «nossas regiões» (não identificadas no texto) que ofereceriam «uma incompa[r]avel magestosidade pelas suas asperezas, em admirável e flagrante contraste com o pitoresco inédito da maioria dos aspectos nacionais», a sessão fora intitulada com o «sugestivo e patriótico título «A Patria Portugueza», não ocultando, assim, que «o fim visado» era, para além de turístico, também eminentemente político e nacionalista¹²³.

Como facilmente se percebe, não cabe no presente artigo proceder a uma análise crítica quer do modelo político (nacionalista e/ou regionalista), quer do modelo económico (assente no fomento turístico) que, então, ganhavam crescentes adeptos em Portugal. Interessa-nos, porém, sublinhar duas ideias: (1) a existência, então, de uma triangulação entre propaganda turística, propaganda política (nacionalista e/ou regionalista) e Cinema, que, também na Madeira dos anos 1910 e 1920, se manifestaria, como veremos de seguida; e (2) a emergência, à época, de um conceito de Cinema Regionalista, não devidamente teorizado e cuja designação, talvez por isso, era aplicada com alguma ambivalência e superficialidade, como comenta de passagem João Bénard da Costa na sua *Histoires du Cinema Portugais*.

Bénard da Costa começa por citar, em tradução sua, o texto publicitário assinado por Raul de Caldevilla que, em 1919, acompanhava a promoção do filme *A Rosa do Adro* do realizador francês George Pallu, produzido pela *Invicta Film*, mas orientado pela divisa «Filme Português – Cenas Portuguesas – Artistas Portugueses» proposta pelo fundador da *Caldevilla Film*:

«Par le descriptif pittoresque de son cadre où est dessiné de main de maître le luxuriant paysage [...] par son étude des coutumes et caractères [...] [c'est un] film qui devait de préférence mettre en valeur nos costumes, les sentiments et les beautés naturelles de notre peuple et de notre pays. Il s'agit donc d'un film très régionaliste (c'est mon avis) qui fait vivre à l'écran les traits les plus caractéristique du peuple [...] [des régions portugaises], avec l'ingénuité et la pureté de ses croyance, avec la simplicité de ses habitudes, avec la franchise attirante de son caractères, avec l'extériorisation chaude est passionnée des ses jois, de ses tristesses, de ses amours et, aussi, de ses haines» 124.

Porém, Bénard da Costa logo acrescenta que *A Rosa do Adro* «a montré peu chose de l'Entre-Douro e du Minho», ainda que «le mélodrame (six parties – 2.000

¹²² «Maravilhas de Portugal [...]», 05-02-1922, in *Revista de Turismo*, p. 123.

¹²³ «Maravilhas de Portugal [...]», 05-02-1922, in *Revista de Turismo*, p. 123.

¹²⁴ BÉNARD DA COSTA, 1991, *Histoires du Cinema Portugais*, p. 26. Negrito nosso.

mètres) était conforme au programme» 125, demonstrando, assim, a superficialidade e a ambivalência do emprego do rótulo filme regionalista, por vezes utilizado ao serviço de projetos manifestamente nacionalistas, como parece ter sido o da Caldevilla Film. Na verdade, muitos destes filmes, apresentando-se como representações autênticas de territórios nacionais e como retratos fidedignos de Portugal e das suas regiões (autenticidade e fidedignidade muitas vezes legitimadas pelo rótulo "documentário"), foram sobretudo ways of worldmaking (Goodman), ou seja: construções culturais ancoradas num tempo histórico preciso e sujeitos às ideologias e aos valores dominantes na época, que, ao fabricarem e disseminarem essas imagens nacionalistas, conduziram a perceção humana sobre esses territórios, sobre a nação e também sobre as suas regiões, apresentando-se como verdades inquestionáveis (ou seja, como a própria realidade), quando, na verdade, eram apenas versões possíveis dessas realidades biogeográficas, políticas e socioculturais. Ao serviço de uma suposta causa patriótica, onde os interesses económicos e as simpatias ideológicas claramente intervinham, o Cinema Português re-imaginava et pour cause projetava a nação (incluindo as suas regiões), segundo uma norma nacionalista.

Veremos, de seguida, como a MF, embora não totalmente alheada deste modo de conceber o Cinema, soube adaptar a norma nacionalista adotada pelas produtoras e pelos críticos cinematográficos portugueses das décadas de 1910 e 1920, ao contexto insular desses anos, fortemente marcado por reivindicações autonomistas e pela exaltação regionalista. Contrariamente ao uso superficial e ambivalente do rótulo cinema regionalista que, como notava Bénard da Costa a propósito de A Rosa do Adro, nem sempre fazia jus à realidade geopolítica, histórica e antropológica que o adjetivo regionalista pressupunha, as fitas tipicamente madeirenses e o próprio projeto cinematográfico da MF surgem fortemente implicados nos valores autonomistas e regionalistas então dominantes no sistema cultural da ilha, assim como no projeto económico que, para a Madeira, se desenhava desde o século XIX, acorado no desenvolvimento da indústria turística.

¹²⁵ BÉNARD DA COSTA, 1991, Histoires du Cinema Portugais, p. 26. Em outro texto sobre A Rosa do Adro de Pallu, onde Bénard da Costa volta a citar, em português, o texto publicitário de Raul Caldevilla, o cinéfilo português acrescentará: «apesar de quase todo o filme ser rodado em exteriores, não se saiu dos arredores de Ermesinde (perto do Porto) ou do próprio Porto, nos jardins do Palácio de Cristal. E se há vários bailaricos e festas, para ilustrar o pretendido regionalismo, não é por esse lado que A ROSA DO ADRO mais se impôs ou mais se impõe» – BÉNARD DA COSTA, s.d., «Sobre o Filme».

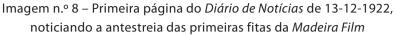
O Cinema Tipicamente Madeirense da Madeira Film: a Re-Imaginação e a Projeção da Madeira como Região dotada de Identidade Própria e como Ilha Turística

A documentação até agora consultada não nos permitiu precisar nem a data de constituição formal da MF nem aquela que assinalou o início da sua efetiva atividade cinematográfica. Porém, a 13 de dezembro de 1922, os dois principais jornais insulares (DN e DM) chamavam às primeiras páginas a notícia da antestreia das fitas inaugurais da MF, exibidas no Teatro-Circo na noite de 11 de dezembro, em entusiástica «sessão experimental», destinada a uma «assistência, selecta e limitada», constituída por convidados especiais, entre os quais os representantes da imprensa local¹²⁶. A estreia comercial dessas fitas, no Funchal, ocorreria cerca de um mês mais tarde, nos dias 6 e 7 de janeiro de 1923, também no Teatro-Circo, conforme anúncio publicado no DM de 06-01-1923. A consulta dos programas destas duas primeiras exibicões fílmicas permite-nos também perceber que, pelo menos desde agosto de 1922, Manuel Luiz Vieira trabalhava no registo fílmico de imagens da ilha, na medida em que uma das fitas que o integrava era Arraial de Nossa Senhora do Monte (ou «Panorama do Monte», designação adotada pelo DN, em alternativa ao título anterior apontado pelo DM), documentando esse evento religioso e cultural que todos os anos tem lugar a 15 de agosto. Aliás, as rodagens da MF, atividade cinematográfica à data não totalmente estranha junto de algumas comunidades locais mais familiarizadas com a dinâmica turística (como seria o caso do Monte)¹²⁷, era acompanhada com interesse por alguns madeirenses, como se depreende das palavras do tenente-coronel António da Cruz Rodrigues, membro da Comissão da Exposição e Feira das Comemorações do V Centenário da Descoberta da Madeira, em entrevista ao DM publicada a 26-11-1922. À pergunta do jornalista «E Cinemas?», reveladora da importância que o Cinema e a cinefilia assumiam então junto do público insular e seus visitantes, o corresponsável

¹²⁶ «MADEIRA FILM, L.^{da}. Os Resultados [...]», 13-12-1922, in *DM*, p. 1.

Do levantamento por nós realizado, conseguimos identificar, conforme indicámos anteriormente, vários momentos em que, nas décadas de 1910 e 1920, a ilha foi objeto de interesse cinematográfico por parte de produtoras portuguesas e estrangeiras (p. ex. a Companhia Cinematográphica de Portugal, em 1913; a Casa Pathé com a Sociedade Propaganda de Portugal, em 1923; a que poderemos juntar, entre outros casos, a Casa Gaumont em 1916, com o filme ainda hoje existente *Madeira Island In Portugal*). Ana Paula Almeida nota que o registo fílmico de vistas por amadores tornara-se frequente na ilha e que a 12 julho de 1922, o *Correio da Madeira* publicitava a disponibilização de «cinematógrafos (para teatros, cinemas campestres, liceus, sociedades recreativas, etc.) e um grande stock de filmes para alugar» por parte da «Companhia Cinematografica Madeirense» localizada na rua do Comércio, n.º 160, a qual, em breve, contava também estar «apta para a filmagem de películas naturais, industriais, etc etc, para o qual aguarda[va] da casa Krupp Ernemann, da Alemanha num dos primeiros vapores, todos os aparelhos e material necessário» – ALMEIDA, 2010, *Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira* [...], pp. 47-48 e pp. 67-73.

pela organização daquelas patrióticas e regionalistas festividades esclarecia que o programa das comemorações incluiria também a projeção de filmes regionais, nomeadamente os que Manuel Luiz Vieira realizava, então, na ilha.





Fonte: DN, 13-12-1922, p. 1.

Imagem n.º 9 – Anúncio de programação fílmica do Teatro-Circo, incluindo a projeção, em estreia comercial, de fitas da *Madeira Film* nos dias 06-01-1923 e 07-01-1923



Fonte: DM, 06-01-1923, p. 2.

Começamos por salientar esta inclusão de projeções cinematográficas no programa dessas festas comemorativas, porque, como procuraremos aqui demonstrar, consideramos que o nascimento da MF e a sua produção fílmica se encontram fortemente implicados nas dinâmicas políticas e culturais associadas às *Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira*.

A estreia comercial das fitas inaugurais da MF ocorreu já depois do ponto alto dessas festividades (que teve lugar entre o final de dezembro de 1922 e os primeiros dias de janeiro do ano seguinte) e também num contexto em que a luta insular por uma maior autonomia político-administrativa e financeira junto da República ganhava intensidade, acicatada nas páginas dos jornais locais por defensores da causa autonomista e alimentada pela reflexão identitária que a efeméride comemorada estimulava. Segundo Nelson Veríssimo, por estes anos, «Descobrimento e Autonomia

davam vigor a um forte sentimento regionalista. Uma mais ampla autonomia era entendida como sucesso duma acção desenvolvida desde há cinco séculos. Seria a *verdadeira valorização dessa descoberta*»¹²⁸.

As Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira constituíram um evento sociocultural e político marcante na sociedade madeirense de então, e, para além do cunho notoriamente regionalista e autonomista, foram dinamizadas com inequívocos propósitos de propaganda turística. Razões que, como veremos, justificam o facto de essas festividades terem também sido registadas em fita pela lente de Manuel Luiz Vieira, ao serviço da MF, fita essa que seria exibida não apenas em várias salas do Funchal (destinadas a públicos locais e aos turistas), mas também em Lisboa (até antes da sua primeira exibição na Madeira) e junto das comunidades madeirenses e açorianas da diáspora brasileira e estado-unidense¹²⁹. A respeito da implicação do Turismo nessas comemorações, Joana Catarina Silva Góis conclui que a partir de 1919,

«a imprensa regional começou a publicar as intenções de comemorar o quincentenário, aliado ao objetivo turístico de promover a região e atrair visitantes para as festividades. Neste aspeto, a expressão "pérola do Atlântico" vulgarizou-se novamente, como propaganda turística que na base representou a consciência da importância deste sector para o desenvolvimento económico da ilha»¹³⁰.

A autora acrescenta depois, com Maria Isabel João, que, em 1922:

«a opinião pública [madeirense] oscilou entre o apoio entusiasta [ao projeto comemorativista] e os pessimistas que consideravam a época [marcada por várias e profundas crises] desadequada para tais festejos. Na opinião do padre Joaquim Pereira "a celebração das festas centenárias em 1922 foi um erro que, possivelmente provocará perplexidade e confusão no espírito de futuros historiadores". Tal como afirma Maria Isabel João, "na falta de rigor histórico, prevaleceu o sentido de oportunidade dos interesses

¹²⁸ VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos Distritos Insulares, o Debate na Madeira (1922-1923)», p. 497.

A estreia comercial, no Funchal, desta «reportagem dos grandiosos festejos realisados por ocasião da comemoração daquela data histórica» teve lugar no Cine-Vitória, coincidindo com a inauguração desta nova sala de cinema, no dia 02-09-1923. Já antes fora exibida publicamente em Lisboa e, em sessão particular e improvisada, na casa de Francisco Bento de Gouveia, em março de 1923, sendo posteriormente reapresentada em outros espaços de exibição fílmica na Madeira, como, p. ex., o popular Cine-Jardim, a 19-10-1923. Esta fita foi também exibida em várias comunidades da diáspora insular no Brasil e nos EUA. Ver: «A Fita do Centenário», 19-10-1923, in *DM*, p. 1; «Cine-Vitória. A Sua Inauguração», 01-09-1923, in *DM*, p. 1; «Madeira-Film», 12-06-1923, in DM, p. 1; «A Madeira no Cinema. Reportage [...]», 01-04-1923, in *DM*, p. 1; «5.° Centenário da Madeira. Trabalhos do 'Madeira-Film'», 23-03-1923, in *DM*, p. 1.

¹³⁰ GÓIS, 2015, A Geração do Cenáculo [...], pp. 74-75.

locais que queriam aproveitar as comemorações para promover o turismo e a ideia da autonomia político-administrativa"»¹³¹.

Pese embora a apoteose dos eventos comemorativos ter coincidido com os festejos da passagem de ano (já então época alta para o Turismo na ilha), algumas das iniciativas programadas prolongaram-se pelo mês de janeiro, nomeadamente a exposição e a feira, que terão integrado um pavilhão gerido pelo «empresário Cesar Nascimento»¹³², onde terão sido projetadas «fitas das nossas paisagens, festas e costumes [...] ultimamente criad[as] na Madeira sob a hábil direcção técnica do sr. Manuel Luiz Vieira»¹³³. Circunstâncias que nos levam a considerar que, de modo mais ou menos oficioso, foram incluídas nesse programa, não apenas as sessões de projeção das fitas da MF (a antestreia de dezembro, inclusive), mas também a própria concretização inicial deste projeto empresarial cinematográfico, cuja génese parece coincidir temporal e ideologicamente com a realização dos festejos em 1922. Na verdade, as reuniões preparatórias da comissão organizadora das festas iniciaram-se em julho e agosto desse ano e terá sido também por essa altura que a MF iniciou a rodagem dos seus filmes inaugurais. Por outro lado, Francisco Bento de Gouveia, o empresário-fundador da produtora, (re)fundara e dirigira o DM, em 1912 e 1913, jornal que, desde esse período, promovia uma campanha de apoio à recuperação do Turismo como principal setor económico da Madeira, defendendo o investimento na sua propaganda (também com recurso à fotografia e ao cinema), a qual, por vezes, surgiu associada ao marketing vinícola sob tutela da Junta Agrícola da Madeira¹³⁴. No início dos anos 1920, Bento de Gouveia era precisamente secretário da Companhia Vinícola do Funchal, tendo integrado o grupo que, no âmbito das comemorações, como veremos, ficara responsável pelo Turismo.

A proposta das *Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira* terá surgido no seio da chamada tertúlia do *Cenáculo*, grupo não institucionalizado

¹³¹ GÓIS, 2015, A Geração do Cenáculo [...], p. 78.

¹³² Em entrevista ao tenente-coronel António da Cruz Rodrigues, membro da Comissão da Exposição e Feira das *Comemorações do V Centenário da Descoberta da Madeira*, o *DM* informa, a 26-11-1922: «— O empresário Cesar Nascimento que ultimamente explorou o Pavilhão Paris tem já logar marcado para fazer trabalhar um cinema [num dos pavilhões da feira] / — Se podesse exibir fitas das nossas paisagens, festas e costumes / — Ele lida nesse empenho [...] pensa em adquirir os *films* ultimamente criados na Madeira sob a hábil direcção técnica do sr. Manuel Luiz Vieira. / A fita cinematográfica dos festejos que se fizeram em honra dos aviadores nesta cidade, dizem que é magnífica./ Também a da visita do sr. Presidente da Republica e outras»— «V Centenário do Descobrimento da Madeira [...]», 26-11-1922, in *DM*, p. 1.

¹³³ «V Centenário do Descobrimento da Madeira [...]», 26-11-1922, in *DM*, p. 1.

¹³⁴ Ver, p. ex.: «Assuntos Regionais. Propaganda da Madeira», 14-01-1914, in *DM*, p. 1; ou na *English Section* do *DM*, «Madeira. Special Interview with the the Government Commissioner, 12-04-1914, in *DM*, p. 3.

resultante do convívio entre intelectuais, artistas e jornalistas, todos com projeção na imprensa periódica regional, e que, entre os anos 1910 e 1930, reunindo-se ora nas redações dos jornais *Heraldo da Madeira* e *DM*, ora no café-restaurante-hotel *Golden Gate*, acabaria por tutelar grande parte da atividade cultural no Funchal, ao mesmo tempo que estimulava o debate autonomista. Segundo Joana Catarina Góis, entre 1918 e 1923, este grupo chega mesmo a ficar conhecido «como Grupo ou Mesa do Centenário», justamente porque «o projeto embrionário assim como a primeira fase da organização dos festejos regionais foi protagonizado pelos intelectuais desta tertúlia», a que pertenceram, entre outros, João dos Reis Gomes (figura tutelar do Cenáculo e presidente da Comissão), Henrique Vieira de Castro e Francisco Bento de Gouveia, três figuras que, de forma direta ou indireta, consideramos terem estados associadas à criação ou pelo menos terem dado um forte contributo para a dinamização da MF¹³⁵.

Inicialmente previstas para terem lugar em 1919, estas comemorações viriam apenas a concretizar-se no final de 1922, em virtude de constrangimentos decorrentes do fim da Grande Guerra e depois de vários percalços financeiros e institucionais que, adiando os festejos, agravaram a tensão já existente entre a Madeira e a República.

Na verdade, perante a inoperância dos sucessivos governos centrais em resolver os problemas que agudizavam a crise generalizada sentida pelas comunidades insulares, na Madeira (à semelhança do que aconteceu em outros territórios ultramarinos, nomeadamente nos Açores), a partir do início dos anos 1910, assistese à intensificação de revindicações autonomistas oriundas de vários quadrantes políticos. O *Heraldo da Madeira* (1904-1915) dirigido por João dos Reis Gomes, e o *DM* dirigido, nos primeiros dois anos (1912-1913) por Bento de Gouveia e, depois de 1917, pelo mesmo Reis Gomes, serão dois dos principais órgãos de difusão e debate da causa autonomista Gomes, serão dois dos principais órgãos de difusão e debate da causa autonomista do início dos anos 1920, lembremos as palavras do madeirense C. N., na já citada *Revista de Turismo*, que na edição de junho de 1921, a propósito da urgente necessidade de criação de uma *Sociedade de Defeza e Propaganda* na Madeira, propõe que esta seja constituída pelos «melhores e mais sãos elementos madeirenses», implicando, por isso, «a exterminação da politica e a união de todos

¹³⁵ GÓIS, 2015, A Geração do Cenáculo [...], pp. 66-67.

¹³⁶ Segundo Joana Catarina Góis, o «diário conheceu três diretores no segundo período cronológico – Francisco Bento de Gouveia (1912-1913), Juvenal Henriques de Araújo (1914-1917) e João dos Reis Gomes (1917-1950)» – GÓIS, 2015, *A Geração do Cenáculo* [...], pp. 57-58 e pp. 59-62.

os madeirenses para um unico e simples fim: trabalhar pela Madeira», sob o lema «**Pró Madeira**», colocando de lado outras divergências ideológico-partidárias¹³⁷.

Da comunhão de circunstâncias críticas vividas nos dois arquipélagos adjacentes e dando continuidade à negociação dos regimes administrativos autónomos (em curso desde os finais do século XIX), Madeira e Açores desenvolveram, então, não raras vezes, ações políticas conjuntas junto da República, num processo que também fomentaria, por esses anos, a aproximação institucional, social, cultural e até desportiva entre os três distritos insulares: Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo¹³⁸. À semelhança do que acontecerá com a MF que, nos primeiros anos da década de 1920, por diversas vezes, inclui no seu repertório fitas rodadas nos Açores e ocupadas com a divulgação (mais documental ou propagandística) das suas vistas naturais, dos seus monumentos ou fenómenos culturais (filmes estes que, significativamente, são apresentados ao público como films portugueses e não como films regionais ou madeirenses, designações aplicadas às fitas de temática madeirense produzidas pela MF¹³⁹), tornar-se-á frequente a circulação de agentes políticos, culturais e desportivos, entre as várias ilhas adjacentes portuguesas, a que por vezes se juntam as ilhas espanholas de Canárias, também estas a braços com reivindicações políticas idênticas, junto de Madrid. Exemplos dessa aproximação entre os arquipélagos foram as próprias Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira: os eventos organizados contaram com a presença festiva e solidária de autoridades e turistas dos Açores e de Tenerife¹⁴⁰. Através deste tipo de circulação interinsular, as Ilhas Adjacentes portuguesas (com Canárias) procuravam estreitar o conhecimento mútuo das suas realidades e para isso terá também contribuído a produção cinematográfica quer da MF, quer, mais tarde, da ECA.

Num misto de Nacionalismo e Regionalismo (e sem que haja qualquer paradoxo no encontro destes dois posicionamentos políticos, na medida em que, como já vimos a propósito da *Revista de Turismo*, por essa altura, o Regionalismo era assumido

¹³⁷ C. N., junho de 1921, «Turismo Insular. Carta da Madeira», p. 183. Negrito do autor.

¹³⁸ Ver VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos Distritos Insulares, o Debate na Madeira (1922-1923)»; sobre o papel do Cenáculo na organização das Comemorações do *V Centenário*, ver GÓIS, 2015, *A Geração do Cenáculo* [...], pp. 66-74.

¹³⁹ Ver, p. ex., diferença de designação em dois números do *DM*: «Teatro Circo. Amanhã», 23-08-1924, in *DM*, p. 2; «Teatro Circo. *Films* Regionais Madeirenses», 01-10-1924, in *DM*, p. 1.

¹⁴⁰ Ver fitas sobre os Açores produzidas pela MF na filmografia de MLV organizada por Ana Paula ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)». Grupos de alunos madeirenses em excursão, assim como grupos musicais, viajam até aos Açores e a Canárias com regularidade nas décadas de 1910 e 1920. Um desses grupos será o Septeto Dr. Manuel dos Passos Freitas, onde Francisco Bento de Gouveia foi 1.º Bandolim, e que, p. ex., em 1914 se deslocou a Canárias. Cf. SOARES, 2000, Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra, pp. 169-195.

como uma forma mais doméstica de Nacionalismo: defender e valorizar as regiões, seu património e indústrias seria uma forma de defender e valorizar o todo nacional), os mentores e organizadores do projeto comemorativista insular procuraram, desde a primeira hora, transformar a efeméride madeirense numa comemoração de dimensão nacional, que visse reconhecida a importância e o pioneirismo da colonização do Porto Santo e da Madeira naquela que consideravam ter sido a grandiosa gesta expansionista atlântica dos portugueses de quatrocentos. Para tal, procuraram apoio quer junto do Presidente da República, aquando da sua visita oficial à Madeira em outubro de 1922 (filmada por Manuel Luiz Vieira para a *Madeira Film*), aproveitando o seu regresso do Brasil, onde fora participar nas comemorações do Centenário da Independência da antiga colónia portuguesa; quer junto do Governo da República; quer até da Academia de Ciências de Lisboa.

Porém, a Comissão acabaria por ver goradas essas suas expectativas patrióticas, entendendo a falta de efetivo apoio institucional e financeiro da República como mais uma manifestação de desinteresse pelo arquipélago. A não participação de qualquer membro do Governo Central ou da Presidência da República nos festejos oficiais, em dezembro de 1922, foi sentida com especial desgosto e escândalo na Madeira, sentimentos que contribuiriam decisivamente para a reelaboração da sua autorrepresentação como território português e como comunidade patriótica, mas deixada ao abandono pela mãe-pátria e entregue a si mesma.

Uma situação que contribuiria para a intensificação das reivindicações autonomistas e para a defesa e exaltação regionalistas, posicionamentos político-culturais que, como nota Nelson Veríssimo, ganharam especial vigor em 1922 e 1923, anos que, certamente não por acaso, coincidiram com o período de afirmação da MF (e não ignoremos o destaque conferido ao nome do arquipélago no nome atribuído à empresa de Francisco Bento de Gouveia) como produtora cinematográfica de mérito, junto das comunidades madeirenses na ilha e na diáspora, assim como nos Açores e nas suas comunidades americanas¹⁴¹. Sendo também por isso compreensível o motivo que levará a MF a exibir o seu filme sobre os festejos do *V Centenário* em Lisboa, antes de o projetar comercialmente no Funchal: a República não se fizera representar nas cerimónias oficiais das comemorações, nem financiara os festejos,

¹⁴¹ Sobre a importância dos anos de 1922-1923 para o movimento autonomista madeirense, ver VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos Distritos Insulares, o Debate na Madeira (1922-1923)». Sobre a circulação das fitas da MF no estrangeiro, ver ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)», pp. 518-519.

mas a fita mostrava a Lisboa que os madeirenses tinham cumprido com êxito o seu objetivo e que a Madeira poderia gerir os seus interesses à revelia do poder central.

A Comissão das Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira, organizada em diversas subcomissões responsáveis pelas várias iniciativas programadas e pelas áreas de intervenção cobertas pelo projeto, seria presidida por João dos Reis Gomes, também dramaturgo e cinéfilo (entre muitas outras valências) que, em junho de 1913, experimentara o encontro do teatro com o cinema, ao levar à cena do *Teatro Funchalense* o seu drama histórico e regionalista *Guiomar Teixeira*, peça cuja dramaturgia integrava a projeção da fita *O Cerco de Safim* realizada por André Valldaura e produzida especialmente para esse fim, pela Empreza Cinematográfica Portuguesa¹⁴². Por sinal, *O Século* noticiava a 15-02-1923, que a nova MF equacionava «fazer passar pelo 'écran'» esse mesmo texto dramático «da autoria do Major Sr. Reis Gomes, Director do 'Diário da Madeira' e iniciador daquelas festas», embora não tenhamos encontrado qualquer dado que confirme ter sido efetivamente realizado, esse projeto de adaptação cinematográfica de um texto literário dramático¹⁴³.

Entre as várias comissões específicas encarregues da organização dos festejos, destacamos duas que contaram com a participação de Francisco Bento de Gouveia: a «Comissão de Concertos e Festas Musicais» e a «Comissão de Turismo e Recepção aos Forasteiros», esta última presidida pelo banqueiro e industrial hoteleiro Henrique Vieira de Castro, autonomista convicto e personalidade cosmopolita com gosto e

¹⁴² João dos Reis Gomes (Funchal, 1869-1950), oficial do exército formado em engenharia, foi um dos mais ativos agentes culturais madeirenses na primeira metade do século XX, tendo-se destacado na literatura, no teatro (dramaturgo, encenador, ator), na música e na filosofia da arte. Foi diretor e fundador de várias publicações periódicas, nomeadamente do Heraldo da Madeira (1904/1915) e do Diário da Madeira (1917/1950). Primeira figura na tertúlia do Cenáculo, Reis Gomes foi um dos mentores das Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira, presidindo à sua comissão organizadora. Joana Catarina Góis caracteriza-o como «homem romântico, tradicionalista e conservador, mas adepto do modernismo cultural», ecletismo que se manifestou, p. ex., no pioneirismo experimental evidenciado na encenação de Guiomar Teixeira, cruzando teatro e cinema, nos momentos finais da ação dramática. Com cerca de 10 minutos, esta fita foi realizada por André Valldaura, operador da Empresa Cinematográfica Portuguesa, então na Madeira, onde, segundo notícias do DM, esta produtora negociava com o Teatro-Circo «o exclusivo na Madeira dos magníficos 'films' d'arte d'aquella casa» («Theatro-Circo. A sua Reabertura», 30-05-1913, in DM, p. 1) e onde, aproveitando a sua estada na ilha, tirava fitas «do Funchal e seus arredores», dando especial atenção ao «momento em que desembarcavam os passageiros em transito» dos vapores («Película Cinematográfica», 27-05-1913, in DM, p. 1), assim como «vistas e costumes da Madeira para serem exhibidas [...] no Pavilhão Paris» («Fitas Cinematográficas», 25-05-1913, in DN, p. 2). Ainda sobre esta experiência de cruzamento entre teatro e cinema, ver também «Guiomar Teixeira. O Combate entre Mouros e Christãos [...]», 27-05-1913, in *DM*, p. 1; e GÓIS, 2015, *A Geração do Cenáculo* [...], pp. 49-53. A respeito da cinefilia de Reis Gomes, ver a 3.ª edição do texto dramático Guiomar Teixeira (1932), onde o autor explica o processo desse encontro interartístico e onde anuncia ter em preparação a publicação de O Teatro e o Cinema, livro que, porém, não conseguimos localizar.

¹⁴³ «Madeira Film», 21-02-1923, in *DM*, p. 1.

inclinação para as artes, que desde os anos em que Bento de Gouveia dirigira o *DM* colaborava neste jornal¹⁴⁴.

Mecenas de artistas e de projetos criativos e culturais (entre os quais alguns cinematográficos), Henrique Vieira de Castro encontrava nesse seu patrocínio uma forma de contribuir para o enriquecimento cultural e cívico dos residentes na ilha, mas também uma produtiva estratégia de dinamização cultural que entendia ser imprescindível quer para o crescimento do setor turístico (em que tinha investimentos), quer (também através do desenvolvimento turístico) para a resolução dos graves problemas financeiros e socioeconómicos do arquipélago. Neste sentido, lembremos que foi Henrique Vieira de Castro quem, em 1913, financiou a encenação de *Guiomar Teixeira* e a produção do filme *O Cerco de Safim* nela integrado 145. Foi também ele quem, encontrando-se em Paris em janeiro de 1922 – três meses antes de inaugurar a Galeria de Arte no seu Casino Vitória (galeria especialmente construída para que aí decorresse, entre 26-04-1922 e 21-05-1922, a *Primeira Exposição de Pintura e Escultura Moderna*, reunindo trabalhos de artistas madeirenses bolseiros em Paris) 146 – promovera,

¹⁴⁴ Henrique Vieira de Castro (Porto, 1869 – Funchal, 1926) – banqueiro e empresário do setor do Turismo (p. ex., o Reid's Palace Hotel, onde MLV rodará parte de O Fauno das Montanhas, em 1926), foi um importante mecenas do primeiro quartel do século XX na Madeira, «protegendo as sciencias», apoiando artistas (como, p. ex., Henrique e Francisco Franco nas suas várias estadas em Paris), criando infraestruturas promotoras do desenvolvimento artístico e cultural (como a Galeria de Arte do Casino Pavão ou a Escola de Artes e Ofícios para acolhimento e formação da «infância desvalida») e financiando projetos de criação (como a peça *Guiomar Teixeira* de João dos Reis Gomes, em que também participou como ator). Tendo vivido grande parte da sua vida na Madeira (fixa aqui residência em 1893, dirigindo a delegação do Banco de Portugal e fundando, depois, a sua própria casa bancária, a Reid, Castro e Companhia, detentora de vários empreendimentos turísticos na ilha), Henrique Vieira de Castro, «logo após a implantação da República portuguesa, encetou a primeira tentativa de criar um partido autonomista» insular, publicando vários artigos nesse sentido na imprensa local (nomeadamente no DM), onde defende a aposta no turismo como setor capaz de potenciar a recuperação e a autonomização económica e financeira da região (GÓIS, 2015, A Geração do Cenáculo [...], pp. 95-96). Em 1917 funda a «Comissão Patriótica de Proteção e Defesa dos Interesses Madeirenses» e mantendo o seu ativismo regionalista até ao final da vida, consta, p. ex., na «Lista dos Oradores e da Comissão de Estudo pela Causa Autonómica da Madeira» - cf. «O início de um grande movimento regional [...]», in DM, p. 1. Frequenta a tertúlia do Cenáculo presidida por J. Reis Gomes, sendo apontado como uma das personalidades que mais contribuiu para a realização das Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira, tendo integrado a comitiva que, em 1922, se dirigiu ao governo da República solicitando o apoio formal e financeiro do Estado aos festejos, e, perante a inoperância deste na concretização desse apoio, dinamizando localmente a angariação de fundos que possibilitaram o financiamento das comemorações (GÓIS, 2015, A Geração do Cenáculo [...], pp. 24-25).

^{145 «}No Reid's Palace Hotel. Banquete em honra do sr. Henrique Vieira de Castro», 27-11-1923, in *DM*, p. 1.

¹⁴⁶ Em 1922, o Casino Vitória passou a incorporar esta moderna Galeria de Arte. A exposição inaugural apresentou obras de Henrique Franco, de Francisco Franco e de Alfredo Miguéis (artistas madeirenses com formação em Paris, onde haviam criado e exposto já alguns dos trabalhos agora trazidos ao Funchal), assim como trabalhos da francesa Madeleine Gervex-Emery, do inglês Bernard England e de Roberto V. de Castro. Os três primeiros artistas participariam, em 1923, na (também moderna) Exposição dos Cinco Independentes, patente na Sociedade Nacional de Belas Artes, e que marcaria a História das Artes Plásticas em Portugal, do I Modernismo.

no «Restaurante Portugal» situado na «rua Montmarte», um almoço de convívio com «a maioria dos jovens pintores, escultores e arquitectos que nesta capital estuda[va]m e pratica[va]m a sua arte», ou seja, a «élite espiritual da colónia portuguesa na grande metrópole»¹⁴⁷. Entre os convivas desse almoço, encontrava-se o madeirense Alberto Jardim, «advogado e literato distinto» que, à data, era sócio de Virgínia de Castro e Almeida na Fortuna Films, produtora fundada em Paris nesse mesmo ano e contando com financiamento do açoriano E. Bensaúde. Alberto Jardim, na Fortuna Films, fora o responsável pelo argumento do filme A Sereia de Pedra, adaptação para cinema do conto «Obra do Demónio» de Virgínia de Castro e Almeida. Esta escritora e pioneira do Cinema Português resolvera transformar o seu texto literário em filme, também em 1922, sob realização do francês Roger Lion, contando, no elenco, com a participação da atriz portuguesa Maria Emília Castello Branco, mais tarde diretora da Mello, Castello Branco, produtora em que, como já referimos, Manuel Luiz Vieira começou a trabalhar, ao transferir-se para Lisboa em 1928.

Desconhecemos qual a eventual implicação desse convívio parisiense e da proximidade existente entre Alberto Jardim e o mecenas madeirense (que então – note-se – participava ativamente da Comissão das *Comemorações do V Centenário* com, entre outros, Francisco Bento de Gouveia na secção de «Turismo e Recepção aos Forasteiros»), quer na futura inauguração da Galeria de Arte do Casino Vitória em abril de 1922, quer até na criação, em 1923, do «elegante *Cine-Vitória*», espaço de exibição de cinema bem distinto das salas degradantes existentes em Portugal, a que Virgínia de Castro e Almeida se referiria criticamente nas páginas do mesmo *DM* em 12-08-1922. Desconhecemos igualmente se, desse encontro parisiense, algum eco terá contribuído para a fundação da MF.

Porém, importa salientar que a 26-01-1922, o *DM* publicava a transcrição de uma notícia sobre o referido almoço, saída a 16-01-1922 no «semanário parisiense *Paris Notícias*», acrescentando ao texto citado algumas considerações sobre eventuais consequências futuras daí resultantes: «Felicitamos o sr. Vieira de Castro pela ideia e pela realização do banquete [...] não esquecendo que o contacto de espíritos como os que ali se juntaram nunca é estéril» Este comentário *en passant* parece-nos ser significativo e indiciar que algo se projetava na Madeira, em resultado das ideias trocadas durante o encontro em Montmarte. Indício que ganha maior robustez quando verificamos o encadeamento de um conjunto de factos que abaixo elencaremos e que apontam para a existência de interesses cinéfilos partilhados

¹⁴⁷ «Em Paris. Almoço de Artistas», 26-01-1922, in *DM*, p. 1.

¹⁴⁸ «Em Paris. Almoço de Artistas», 26-01-1922, in *DM*, p. 1.

entre membros da Comissão das *Comemorações do V Centenário* (nomeadamente João dos Reis Gomes, Henrique Vieira de Castro e Francisco Bento de Gouveia) e destes com o aparecimento da MF.

Nos meses que se seguiram ao convívio parisiense de Vieira de Castro com os artistas portugueses, o *DM* (então dirigido por Reis Gomes) publicou, com destaque, vários textos referentes a atividades cinematográficas a que João Jardim esteve ligado. Por exemplo, a 12-08-1922, o *DM* leva à estampa um longo texto de Virgínia de Castro e Almeida, onde a escritora e produtora cinematográfica, para além de reconhecer a importância da colaboração de João Jardim na *Fortuna Films*, e de anunciar a estreia em Paris, de *Sereia de Pedra* (o «primeiro grande 'film' de arte português de que já os jornais franceses se andam ocupando e cujo negativo [...] é um primor devido á excelência do material empregado, ao cuidado da execução e á competência dos operadores franceses contractados»), ora defendia o seu conceito de cinema:

«uma grande arte; uma arte complexa, dificílima, abrangendo todas as outras, sintetizando-as, realisando cada vez mais o milagre necessário de se adaptar às exigências dum publico apressado e febril mas abrazado, apesar de tudo, pelo eterno desejo, profundamente humano, de sonho, de beleza e de perfeição [...] [cujos] processos técnicos se desenvolvem, se simplificam, se aperfeiçoam, se tornam elementos preciosos de realização para os 'criadores da nova musica luminosa' que tem por missão 'revelar os caminhos desconhecidos da Setima Arte' [...] [bem distantes das] primeiras exibições hesitantes e ingénuas da cinegrafia nascente»;

ora denunciava o anacronismo verificado no sistema cultural português, em que «não se considera ainda a cinematografia como uma arte», entendendo-a apenas como «uma industria que fornece ás massas populares um divertimento barato, que os poderes públicos não vigiam e que as empresas exploram com sentido meramente comercial», sendo projetada «em salas mal acondicionadas e incomodas, onde todos fumam e cospem no chão» e onde a «musica vai para um lado, a acção para outro» (as tais salas bem distintas do futuro *Cine-Vitória* criado por Vieira de Castro no ano seguinte), e que, para Virgínia de Castro e Almeida, eram as razões que justificavam o desprezo com que «a nossa elite intelectual», em Portugal, ainda via o Cinema; ora explicitava o propósito que a levou a criar a *Fortuna Films* e, através desta, a investir no Cinema – «o desejo de produzir uma obra de arte cinematográfica portuguesa e, por esse meio, principiar a mostrar ao estrangeiro, que nos ignora ou nos calunia, a beleza e a bondade da nossa terra e da nossa gente» 149. Poucos dias depois, a 18-08-1922 (pela mesma altura em que a MF iniciava as suas rodagens na ilha),

¹⁴⁹ ALMEIDA, 12-08-1922, «Um 'Film' Português», in *DM*, p. 1.

o *DM* transcreve uma entrevista a João Jardim, publicada recentemente no *Diário de Lisboa*, onde o cinéfilo madeirense, considerando que o Cinema era a arte do novo século e do futuro «pratico, mecânico, veloz» em que «não se póde perder o tempo com verbalismos», e em que defende ainda a liberdade recriadora do processo de adaptação ao cinema de obras literárias (porque literatura e cinema eram discursos artísticos completamente distintos), insiste na ideia de ser o «'film' o melhor veículo da nossa propaganda», capaz de «tornar Portugal conhecido lá fóra. E não só a paizagem de Portugal. Os seus costumes, a alma do seu povo»¹⁵⁰.

Por outro lado, no final de julho de 1923, os periódicos locais anunciavam, para breve, a abertura de um novo espaço de projeção fílmica na cidade insular, preparado para receber a melhor elite da ilha e os turistas que no outono começariam a chegar ao Funchal com maior afluência. Era o *Cine-Vitória*, instalado nos jardins do Casino Vitória, sala de espetáculos e jogo de que Vieira de Castro era proprietário e que, no início da década de 1920, era uma das mais requintadas do Funchal, embora vindo a arder num incêndio em 1927, já depois do falecimento de Vieira de Castro e no ano em que Francisco Bento de Gouveia deixava a Madeira para passar a residir na metrópole¹⁵¹. Em julho de 1923, o *DM* informava os cinéfilos na ilha:

«A falta de [...] um recinto de diversões nocturnas vai agora ser suprida pelo elegante 'Casino Vitória' que dentro de breves dias iniciará nos seus jardins varias diversões entre elas espectaculos cinematográficos com a exibição de **fitas** de grande **sucesso nacionaes** e **estrangeiras**, e as **regionais da Madeira Film** que ainda não foram passadas em público» 152.

A 26-08-1923, o mesmo *DM* continuava a acompanhar os preparativos para a inauguração do *Cine-Vitória*, salientando o agrado incontestável com que o público funchalense sempre acolhera a experiência do «cinema ao ar livre», «rapidamente atraíd[o] e habituad[o] a essas agradáveis exibições de arte»¹⁵³ e confirmando a aposta do *Cine-Vitória* na exibição dos «mais festejados originais portugueses e estrangeiros»¹⁵⁴. Informava ainda que o «director artístico do novo cinema» era A. Gomes de Sousa («nosso amigo e antigo colega na imprensa»), o qual, tendo-se

¹⁵⁰ «A Scena Muda. O Cinema [...]», 18-08-1922, in *DM*, p. 2.

¹⁵¹ Maria de Fátima Soares, neta de Francisco Bento de Gouveia, informa que o avô, em 1927, «troca o Funchal por Lisboa, e inicia a sua colaboração no 'Diário da Manhã', de Lisboa» – SOARES, 2000, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra*, p. 14.

¹⁵² «No Casino Vitória. Diversões e Cinema [...], 13-07-1923, in *DM*, p. 1. Negritos nossos.

¹⁵³ A 09-08-1923 estreara o *Cine-Jardim*, junto ao *Teatro Funchalense*, no Jardim Municipal, que a «Câmara Municipal cedeu com o fim de proporcionar ao público uma diversão popular própria da época quente que atravessamos» – «Cine-Jardim. Encantador Passatempo Popular», 05-08-1923, in *DM*, p. 3.

¹⁵⁴ «Casino Vitória. Cinema ao Ar Livre [...]», 26-08-1923, in *DM*, p. 1.

deslocado a Lisboa, obtivera o «exclusivo da [...] exibição na Madeira» de «belos films» portugueses «extraídos dos romances de grande nomeada», entre os quais destacava os títulos que constituíam as novidades nos catálogos das principais produtoras nacionais: da *Invicta Film, Amor de Perdição* (1921) e *O Primo Basílio* (1922/1923), ambos de George Pallu, mas também *Tempestades da Vida* de Augusto de Lacerda (1922/1923); da *Caldevilla Film, Os Faroleiros* (1922) e *As Pupilas do Senhor Reitor* (1923/1924), ambos realizados por Maurice Mariaud; da *Lisboa Film, A Morgadinha de Val-Flor* (1923) de Ernesto Albuquerque e Rico Braga; e ainda da *Ibéria Film, Os Lobos* (1923) de Rino Lupo¹⁵⁵.

Não conseguimos confirmar se todos estes filmes (marcantes na História do Cinema Mudo Português) foram efetivamente exibidos no Cine-Vitória, mas a notícia permite-nos inferir que o círculo de cinéfilos envolvidos na criação do novo espaço cinematográfico (entre os quais incluímos os dois homens fortes da MF – Francisco Bento de Gouveia e Manuel Luiz Vieira) e em particular o seu diretor artístico acompanhavam o que de mais relevante era, então, realizado e produzido em Portugal na área do cinema. A este respeito, é de salientar que o nome do responsável pela programação do Cine-Vitória (A. Gomes de Sousa) parece corresponder àquele que, poucos dias antes, em Lisboa, o *Jornal dos Cinemas* identificava como sendo também «director artístico» da nova MF e correspondente de O Século, do Diário de Notícias e do próprio Jornal dos Cinemas: Gomes de Souza¹⁵⁶. Pese embora a variação gráfica entre Sousa e Souza, parece-nos que se trataria da mesma pessoa, coincidência que não só aproxima os dois projetos cinematográficos madeirenses (a produtora e o espaço de exibição fílmica) como demonstra a existência de alguma proximidade dialogante destes com algumas publicações cinéfilas especializadas nacionais e com as mais dinâmicas produtoras portuguesas da época.

Quanto às fitas regionais (e regionalistas) da MF, anunciadas na notícia de julho de 1923 como trabalhos que o *Cine-Vitória* pretendia exibir, a pesquisa em jornais coevos confirma-nos que, de facto, aquelas foram incluídas com destaque na sua programação regular¹⁵⁷. Tendo inaugurado a uma quinta-feira, dia 30-08-1923,

¹⁵⁵ «Casino Vitória. Cinema ao Ar Livre [...]», 26-08-1923, in *DM*, p. 1.

¹⁵⁶ «De 'Studio' a 'Studio'», 15-08-1923, in *Jornal dos Cinemas*, pp. 230.

¹⁵⁷ A consulta das edições do *DM* nos anos de 1923 e 1924 leva-nos a concluir que o *Cine-Vitória* terá funcionado até ao final de dezembro de 1923, mês em que se experimentou a projeção de «cinema no salão de baile» – «Casino Vitória. Inauguração [...]», 29-12-1923, in *DM*, p. 1. A partir de 1924, o *DM* deixa de publicar anúncios do *Cine-Vitória*, ao mesmo tempo que publica outros relativos à exibição de fitas da MF em outras salas de cinema do Funchal: o *Cine-Jardim* e o *Teatro-Circo*.

com a projeção de um «film cómico – 'Pencudo na Gaiola'» e com a «pelicula, da Série de Ouro, 'Jardim Encantado', que t[inha] como protagonista a linda e famosa Pina Menicheli», exemplo da «requintada arte italiana», o Cine-Vitória reservou para o domingo seguinte, dia 02-09-1923, a «primeira exibição», no Funchal, «da fita regional V Centenário da Descoberta da Madeira», uma «produção da 'Madeira film'», descrita de forma sumária no DM do dia anterior: «reportagem dos grandiosos festejos», onde se destacavam «os pormenores da chegada a esta ilha dos nossos vizinhos canários, do cortejo cívico, do lançamento da primeira pedra para o monumento comemorativo etc., e ainda algumas cenas da peça histórica 'Guiomar Teixeira' de autoria do sr. Major Reis Gomes»¹⁵⁸. E como que a confirmar a legitimidade da importância que o DM, o Cine-Vitória e a própria MF atribuíam ao cinema para «fins de educação e de ensino» (onde não deixavam de incluir a propaganda nacionalista e regionalista), o jornal dirigido por Reis Gomes publicava o artigo «O Cinematógrafo como Factor Educativo e de Ensino», na primeira página do número do jornal publicado no dia em que a produtora de Bento de Gouveia se estreava no cinema de Vieira de Castro com a fita das Comemorações¹⁵⁹.

Ladeando a notícia da estreia desta fita e reiterando algumas das ideias que Virgínia de Castro e Almeida e João Jardim haviam defendido nos textos que, nos meses anteriores, o DM publicara, esse artigo não assinado (e, portanto, apresentando-se como voz do jornal) reconhecia o poder que a nova arte assumia nas sociedades do seu tempo (pela «avidez que se está manifestando cada vez mais, pelos espectáculos animatográficos»), salientando os avanços tecnológicos entretanto introduzidos na arte do cinema, com a invenção de «dispositivos óptico-mecânicos» que auxiliavam a «imaginação dos directores e operadores de câmara», que faziam com que a nova arte se afastasse radicalmente dos filmes incipientes dos pioneiros caçadores de imagens em movimento. Defendia também a necessidade de produção e exibição de fitas de qualidade de «pura arte», mas também de películas para «fins de educação e de ensino», onde fossem abordados «assuntos históricos, de costumes, da vida dos animais» com «noções, escolhidas, de sciencias naturais, a observação de indústrias curiosas, a apresentação de monumentos importantes, nacionais e estrangeiros, com os seus comentários artísticos e históricos», ou de «actualidades» que «melhor se acomoda[sse]m a lições recreativas, instruindo e educando» 160. Acrescentava ainda que essa função educativa poderia perfeitamente

¹⁵⁸ «Cine-Vitória. A Sua Inauguração», 01-09-1923, in *DM*, p. 1.

¹⁵⁹ «O Cinematógrafo como Factor Educativo e de Ensino», 02-09-1923, in *DM*, p. 1.

¹⁶⁰ «O Cinematógrafo como Factor Educativo e de Ensino», 02-09-1923, in *DM*, p. 1.

ser operacionalizada por «pequenos *films*» (entenda-se, curtas-metragens) que tinham a vantagem de facilitar a renovação e «a variedade das sessões, permitindo mais uma ou outra repetição das outras películas destinadas á segunda parte dos programas»¹⁶¹. Portanto, em setembro de 1923, o *DM* defendia basicamente o mesmo que a revista *Cine* faria, em Lisboa, em maio de 1934, apontando então *Os Pombos* de Manuel Luiz Vieira como exemplo de excelência documental portuguesa.

Ora, o cruzamento da produção cinematográfica da MF indicada por Ana Paula Almeida na sua lista de fitas realizadas por Manuel Luiz Vieira¹⁶² com a programação do Cine-Vitória, anunciada no DM nos meses seguintes, leva-nos a concluir que a estratégia de produção fílmica da empresa cinegráfica de Francisco Bento de Gouveia coincidia quer com a perspetiva cinéfila apoiada e divulgada pelo jornal dirigido por Reis Gomes, quer com a estratégia de programação do espaço de exibição cinematográfica que Vieira de Castro criara em 1923. Constituída por aquilo que parecem ter sido reportagens de eventos sociais e turísticos relevantes (p. ex.: a homenagem a Henrique Vieira de Castro, no Reid's Palace Hotel, após um período de doença que o havia afetado; várias excursões a pontos turísticos da ilha como o Ribeiro Frio ou o Pico Ruivo, algumas das quais com bilhetes à venda na Casa Pathé¹⁶³) e documentários onde as temáticas etnográficas e paisagísticas se confundem com a propaganda turística e regionalista (p. ex.: a tosquia das ovelhas na serra de São Roque ou as festas do Santo Cristo na Ponta do Sol), a produção cinematográfica da MF foi sendo estreada regularmente na tela dos jardins do Casino Vitória, enquanto o Cine-Vitória operou, e quase em exclusividade durante o resto do ano de 1923164.

Nem todas as fitas da MF noticiadas na imprensa periódica local foram descritas com o pormenor utilizado na apresentação dos filmes da antestreia e da película sobre as comemorações. Regressemos, então, aos primeiros, por quanto nessas descrições se consegue perceber do que terá caracterizado o cinema regionalista da MF.

Os artigos publicados nas primeiras páginas do *DN* e do *DM* de 13-12-1922 descrevem-nos as cinco fitas projetadas pela MF na antestreia do dia 11-12-1922 no Teatro-Circo. No quadro n.º 1, transcrevemos essas breves descrições, para mais fácil cotejo analítico.

¹⁶¹ «O Cinematógrafo como Factor Educativo e de Ensino», 02-09-1923, in *DM*, p. 1.

¹⁶² ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)».

¹⁶³ Ver, p. ex., «Excursão á Neve», 23-02-1924, in *DM*, p. 1.

¹⁶⁴ Cf. ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)»; «Cine-Vitória», 13-10-1923, in *DM*, p. 2; «Casino Vitória», 12-12-1923, in *DM*, p. 2.

Quadro n.º 1 – Informações sobre as primeiras fitas da Madeira Film exibidas no Teatro-Circo do Funchal, a 11-12-1922

| Diário da Madeira ¹⁶⁵ | Diário de Notícias ¹⁶⁶ |
|---|--|
| Título do artigo: «MADEIRA FILM, L. ^{da} . Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'» | Título do artigo: «As Iniciativas que Triunfam. Uma Instalação de Filmagem na Madeira. Panoramas. Acontecimentos notáveis. Poentes e marinhas. O sr. Presidente da República e os Aviadores. O Monte e as romarias. Aspectos da actividade madeirense. Impressões fragmentadas duma bela sessão cinematográfica.» |
| Designação e descrição das fitas | |
| Filme 1 «Passagem de S. Ex.a o sr. Presidente da República pelo Funchal» – «Transporte do 'Arlanza'[?] para o Cais; entrada na cidade; subida de comboio para o Monte e Terreiro da Luta; descida em carro de vimes; entrada e saída da Junta Geral, etc.» | Filme 1 «Visita do sr. Presidente da República á Madeira» |
| Filme 2 «Trechos documentais da nossa terra» – «Panoramas da cidade e arredores, com lindas vistas de terra e mar; garotos mergulhando na Pontinha; alea poética, jardins, etc.» | Filme 2 «Trechos documentais dos panoramas da cidade» – «o Funchal é um lindo presépio aninhado na encosta; 'Mergulhadores', esplendida de nitidez, que poderia ser prova de concurso de lentes cinematograficas; 'Uma álea poética' que lembra qualquer recanto idílico de palácio de princesas; 'Uma marinha', com seu poente, azul e oiro, fazendo-nos crêr que, sob cada mancha ligeira de espuma, andavam retoiçando magotes de elfos risonhos» |

¹⁶⁵ «MADEIRA FILM, L.^{da}. Os Resultados [...]», 13-12-1922, in *DM*, p. 1.

¹⁶⁶ E. V., 13-12-1922, «As Iniciativas que Triunfam. Uma Instalação de Filmagem na Madeira», in *DN*, p. 1.

Filme 3

«Vinhos da Madeira, seu fabrico e exportação»

«Plantações de parreiras, com apetitosos cachos; apanha das uvas com a lida tão movimentada e característica das vindimas madeirenses; borracheiros transportando o vinho; instalações da Companhia Vinicola¹⁶⁷, etc. 'Um dia de mau tempo no Funchal'. Como no écran se vê que êle é benigno!!...»

Filme 3

«Vindimas» – «Passam borracheiros na faina das «Vindimas». A «Companhia Vinicola». Há coisas, também, de uma semana, a bem dizer: «Os últimos temporais», principalmente aspectos do mar bravo, arremetendo em ímpetos ciclópicos contra a praia, contra o granito fúnebre das rochas altas…»

Filme 4

Arraial de Nossa Senhora do Monte» – Um soberbo trabalho cinematográfico: o interior da Egreja, em sua admirável nitidez e a imagem da Senhora, que tanta devoção inspira, sobre o Altar, focada em relevo; a escadaria do Templo, Water Chute, Monte Palace Hotel, etc. Os característicos bailados populares, as espetadas, ranchos de alegres romeiros...»

Filme 4

«Panorama do Monte» «está á vista [...] com as suas quintas, verdes, com velhas arvores, humildes de seiva, galhos barbacentos de lichens, chalets e cotages, arruamentos, e o parque manchado de tristeza pelas ortencias derroxidas, coitadas! Com saudades do sol... Agora, a Igreja, suas torres simétricas, enfrentando a escadaria alta, de basalto, que tem visto sangrar os joelhos dos romeiros penitentes... Ó almas místicas que são, elas próprias, tocantes poemas de fé! E vê-se o lindo interior da Igreja, os altares, muito nítidos, com seus paramentos; a capela onde repousa o Imperador Carlos de Habsburgo, que veiu encontrar nesta ilha acolhedora o remate doloroso da sua dinastia opulenta, soberaníssima no poderio e na tragedia. Sobre o seu tumulo, as flores tecem saudades...»; «Um tema alegre, agora. Os «Bailes dos populares» vão correndo no *écran*. É o povo madeirense, este povo dócil e acismador, com sua costela árabe, que deixou a pastoral dos campos que arrotêa, que ábre um iáto na sua vida dura, mas mística como um psalmo, – é este povo crente, penetrado da íntima religiosidade da serra, bailando como nos velhos tempos dos faunos e das ninfas; vieram á *romaria*, com as suas violas de arame, os seus rajões, dizer nas cantigas barbaras as suas queixas, os seus derriços, enfim, toda a gama sentimental das suas almas cândidas... «A Fonte», o «Monte Palace» sucederam aos bailados...»

¹⁶⁷ Segundo Maria de Fátima Gouveia Soares, Francisco Bento de Gouveia, em 1921, ocupava a função de secretário da Companhia Vinícola do Funchal, dando continuidade à atividade vinícola e de produção de aguardentes que iniciara em 1900, ainda no Engenho do Serrado, e que retomará a partir de 1928, já no continente, e no âmbito da qual viria a criar a primeira cerveja vinícola – SOARES, 2000, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra*, pp. 13-15 e p. 201.

Filme 5

«Os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral no Funchal» – «Chegada dos intemeratos aeronautas; o cortejo da Pontinha até á Camara Municipal; os aviadores na Quinta do Monte; os heróis á saída do 'Te Deum', na Sé; calorosíssimas ovações á sua passagem, em todos os pontos. Um soberbo poente do Funchal, panorama do Hotel Reid's e baía filmado ao anoitecer, que honra a Madeira Film»

Filme 5

«Passagem dos Aviadores na Madeira» – «É uma pagina cinematográfica deliciosamente documentada. A chegada á Pontinha, o delírio apoteótico da multidão, o percurso para a Camara Municipal, a saída do *Te Deum* na Sé, a partida para o Monte, o jantar no *Reid's*, o monumento do Jardim Municipal, – caras conhecidas, atitudes colhidas d'imprevisto, com seus ridículos, com suas *póses*, – auto-desenhos focados pela lente do aparelho cinematográfico»

Considerações finais:

«Mas que interesse, que onda de encantamento se apodera de nós perante este álbum movimentado, rico de detalhes, justo de tons! Ah, bem mereceram as palmas vibrantes da assistência o director da *Madeira Film* e seus operadores, entre os quais sobressai Manuel Luiz Vieira, da *Pathé*, figura modesta, despretensiosa, desfarçando um excepcional temperamento de artista!»

Do confronto entre os dois discursos ekfrásticos aqui citados podemos confirmar as limitações anteriormente por nós apontadas à leitura de filmes entretanto desaparecidos e a que, hoje, apenas podemos aceder por mediação de descrições verbais. Os títulos das fitas não coincidem e os discursos que as descrevem – mais seco e objetivo no caso do DM; mais subjetivo e até lírico, no caso do DN – pouco nos dizem das opções técnicas e retóricas seguidas pelo realizador. Percebemos que, na elaboração das várias micronarrativas cinematográficas, terá havido investimento quer na seleção dos enquadramentos, quer no processo de montagem de planos diversificados, oscilando entre panorâmicas e planos de maior pormenor, geradores de um ritmo fílmico que terá agradado ao público («Mas que interesse, que onda de encantamento se apodera de nós perante este álbum movimentado, rico de detalhes, justo de tons»). Intuímos também o cuidado do cineasta/fotógrafo quer com a qualidade e a nitidez das imagens, quer com a expressividade fotográfica, ao ponto de algumas sequências a preto e branco criarem sugestões de cor («Uma marinha, com seu poente, azul e oiro, fazendo-nos crêr que, sob cada mancha ligeira de espuma, andavam retoiçando magotes de elfos risonhos»). Mas pouco mais podemos inferir da tessitura fílmica dessas 5 fitas.

Mesmo assim, da leitura das palavras dos dois jornalistas, podemos tirar algumas conclusões. Confirmamos, por exemplo, que as fitas exibidas pela MF no Teatro-Circo a 11-12-1922 incluíam aquelas a que António da Cruz Rodrigues se reportara, 15 dias antes, também nas páginas do *DM*, na entrevista sobre os preparativos das *Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira*. Um facto que parece indiciar a existência de uma certa corrida a essas fitas por parte de várias empresas locais de exibição cinematográfica: pelo menos o Teatro-Circo e o empresário que explorava o Pavilhão Paris e que iria ficar responsável pelo pavilhão cinematográfica na exposição e feira dos festejos comemorativos. Notemos que, segundo Ana Paula Almeida, na década de 1920, o Teatro-Circo e o Pavilhão Paris eram duas das mais conceituadas salas de espetáculo e de exibição fílmica no Funchal¹⁶⁸.

Do cotejo dos dois artigos, podemos igualmente identificar os temas e objetos cinematografados nas primeiras películas da MF, ou até intuir quais os géneros privilegiados pela produtora. «Passagem de S. Ex.a o sr. Presidente da República pelo Funchal» e «Os Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral no Funchal» são apresentadas como reportagens fílmicas de dois eventos marcantes na vida social e política da ilha (então, como já vimos, fortemente abalada pelo debate regionalista e pela tensão com o governo da República), enquadrando-se, assim, no género atualidades filmadas. Por seu lado, fitas como «Trechos documentais da nossa terra», «Vinhos da Madeira, seu fabrico e exportação» e «Arraial de Nossa Senhora do Monte» parecem enquadrar-se no género documental, ora mais orientado para o registo fílmico das paisagens da ilha («Panoramas da cidade e arredores, com lindas vistas de terra e mar», «Uma álea poética»), ora para a documentação da realidade social e antropológica insular (os «mergulhadores» infantis no cais; os turísticos «carros de vimes» e o «comboio» do Monte; as «Vindimas», com os seus «borracheiros» e a ligação à Companhia Vinícola; o risco da insularidade com os seus «temporais»; o arraial do Monte com as suas tradições religiosas e profanas; as danças e os instrumentos musicais populares; a marca turística no quotidiano insular; etc.).

Em certa medida, era também para um cinema com estas características que apontava o *DM*, na apresentação sumária que fez da MF no artigo publicado na

¹⁶⁸ Inaugurado em 1909 e tendo operado até 1939, o Pavilhão Paris desde cedo cativou os cinéfilos funchalenses, apostando no conforto do público e experimentando novidades como a projeção de fitas acompanhadas por música gravada no pathéphone. O Teatro-Circo, projetado desde o final do século XIX, mas apenas inaugurado em 1911, foi a mais sofisticada sala de espetáculos da cidade até à década de 1930, acolhendo regularmente artistas estrangeiros de várias áreas e projetando regularmente cinema, incluindo a modalidade de cinema falante – cf. ALMEIDA, 2010, Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira [...], pp. 35-39 e 42-48.

primeira página da edição de 13-12-1922. Indicava aí que a nova produtora dispunha «dum capital de 300 contos e conta[va] como director o nosso amigo sr. Francisco Bento de Gouveia, hábil e empreendedor, como se sabe, sendo técnico da mesma o sr. Manuel Luis Vieira, cuja competência é digna de todo o apreço», e a quem, em breve, se juntaria «novo pessoal habilitado» 169. Entre estes novos colaboradores terão estado, então: o «sr. Gomes de Souza», segundo o *Jornal dos Cinemas*, diretor artístico da produtora, constando também o seu nome na «Comissão de Obras» das *Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira* 170; assim como o «sr. José Alves» apontado como ajudante de Manuel Luiz Vieira numa notícia do *DM* datada de 23-03-1923, em que há referência à filmagem da inauguração de um monumento de homenagem aos «aviadores do 'Raid' Lisboa-Madeira», evento também fotografado pelos «fotógrafos Perestrelos e vários amadores», mostrando, assim, como, por esses anos, fotografia e cinema caminhavam lado-a-lado no registo visual do quotidiano da cidade 171.

O DM acrescentava também que a MF possuía «instalações adequadas, a que já não falta[vam] um laboratório magnífico e mobiliário e apetrechos dos mais completos e modernos, esperando ainda, para breve, maquinismos próprios»¹⁷². Sobre os objetivos da produtora, informava que a MF fora «constituída, não só para registar no 'écran' os aspectos mais interessantes da vida madeirense, os seus panoramas soberbos de côr e magia, os seus costumes típicos, originais [...] mas também produzir películas de arte», esclarecendo, ainda, que à fundação daquela presidia o propósito de fazer «a melhor propaganda da nossa terra tanto no espírito dos seus indígenas, que teem o dever de a conhecer e amar, como junto das multidões ruidosas da Europa e das Américas onde chegarão os nossos films»¹⁷³.

Portanto, de acordo com o *DM* e conforme nos deixam antever as descrições das fitas da MF publicadas nos jornais coevos, a produtora surgira em claro alinhamento quer com o ideário regionalista e com os interesses autonomistas e turísticos defendidos no grupo do Cenáculo, quer com o conceito de cinema educativo e patriótico dominante no sistema cultural português e também defendido, por essa altura, nas páginas do *DM*. Um cinema orientado para a propaganda pátria (neste

¹⁶⁹ «MADEIRA FILM, L.^{da}. Os Resultados [...]», 13-12-1922, in *DM*, p. 1.

¹⁷⁰ «MADEIRA FILM, L.^{da}. Os Resultados [...]», 13-12-1922, in *DM*, p. 1; e «De 'Studio' a 'Studio'», 15-08-1923, in *Jornal dos Cinemas*, p. 230.

¹⁷¹ «No Jardim Municipal. A Inauguração do Monumento aos Aviadores do 'Raid' Lisboa-Madeira», 23-03-1923, in *DM*, p. 1.

¹⁷² «MADEIRA FILM, L.^{da}. Os Resultados [...]», 13-12-1922, in *DM*, p. 1.

¹⁷³ «MADEIRA FILM, L.^{da}. Os Resultados [...]», 13-12-1922, in *DM*, p. 1.

caso, mais regionalista do que nacionalista) que, produzido na Madeira e «**Pró Madeira**» (apesar de conhecer e simpatizar com o *cinema tipicamente português* que, a nível nacional, era produzido pelas suas congéneres continentais), assumia um duplo intuito: (1) criar e divulgar internamente um imaginário marcado pela exaltação de valores considerados *tipicamente madeirenses*, contribuindo, assim, para a coesão dessa comunidade regional e para a redefinição da sua identidade cultural como comunidade autónoma; e (2) exibir junto de estrangeiros um discurso visual que afirmasse a existência, na ilha, de uma cultura pátria (regional portuguesa) distinta, dotada de valores próprios respeitáveis e exaltantes, os quais, pelo exotismo da diferença, apresentassem atratividade turística. Ou seja, através da criação cinematográfica e da projeção interna e externa das suas fitas, a MF contribuía para a construção de uma imagem da Madeira não alheia nem ao projeto político-identitário regionalista, nem ao projeto económico proposto pelos regionalistas-autonomistas do Cenáculo e que assentava no desenvolvimento turístico.

Assim se compreende o entusiamo com que, nessa mesma data, o jornalista Elmano Vieira (também regionalista e membro integrante da Comissão das *Comemorações do V Centenário*) louvava a iniciativa de Francisco Bento de Gouveia nas páginas do *DN*, ligando a antestreia aos frequentadores do *Golden Gate*, um dos espaços de reunião do *Cenáculo*, como já vimos¹⁷⁴. Sem deixar de criticar a inércia dominante no meio madeirense, Elmano Vieira enaltecia, por contraste, o dinamismo de Francisco Bento de Gouveia que, através da MF, evidenciava, uma vez mais, o seu espírito empreendedor e modernizador:

«Dizem que as iniciativas, na Madeira, morrem neste ambiente lasso e langue; e que as energias, ainda as mais estuantes, uzam borzeguins de chumbo... Por isso a Madeira não marcha, contorce-se; por isso a Madeira não tem golpe de vista – palpa, apenas, as realidades rudes do presente: escapam-lhe, portanto, as perspectivas, abertas, do futuro. Será assim? Mas isto não é filosofia, e porque de reportagem se trata – adiante.

¹⁷⁴ Sobre o *Golden Gate* (ou «uma das esquinas do mundo», cognome atribuído a este café, restaurante e hotel funchalense por Ferreira de Castro, quando, no seu romance *Eternidade*, publicado em 1957, uma das personagens se reporta ao ambiente cosmopolita aí vivido na transição dos anos 1920 para os anos 1930), diz-nos Joana Catarina Silva Góis na sua tese de mestrado: «o Café Golden Gate funcionou como ponto de encontro da elite madeirense, que se agrupou em núcleos de várias tipologias. Nos anos vinte, o café transformou-se 'numa espécie de sucursal das tertúlias lisboetas no Funchal'. O Café Apolo e o Café Kit-Kat são exemplos de outros estabelecimentos que acolheram estes grupos, localizados ao longo de um quarteirão. Todavia, o lugar de encontro centralizou-se na famosa 'esquina do mundo', o Café Golden Gate, onde se viam sentados, tertuliando ou tagarelando, os vultos de mais fastígio na literatura e no jornalismo da época... [...] Carlos Marinho Lopes, um dos colaboradores mais assíduos no *Diário da Madeira*, em 1924 refletiu sobre o ambiente cosmopolita e elegante do Café Golden Gate, descreve-o como espaço intelectual mas também turístico, onde verdadeiramente toda a vida da cidade foi discutida.» – GÓIS, 2015, *A Geração do Cenáculo* [...], p. 13. Ainda sobre este café, ver recente tese de mestrado: FARIA, 2020, *Golden Gate Grand Café* [...].

Há nesta ilha uma empresa de filmagem: deram-lhe o nome de *Madeira Film, Limitada*. E ante-ontem, ás primeiras horas da noite, quando as sombras pincelavam a nankin os longes da paisagem e no *Golden Gate* principiava o arruído das conversas, fomos ao *Teatro Circo* assistir ás primícias deste novo ramo da arte e de negocio, atirado para o tumulto da vida, para o conflito permanente da opinião pública, por alguém que no, jornalismo ilheu vincou, nitidamente, a sua personalidade complexa: Francisco Bento de Gouveia. O seu talento reside, principalmente, no vertiginoso dinamismo da acção: e daí a sua individualidade surgir-nos facetada. Os ingleses teem uma expressão que se lhe ajusta – *doctor know all...*»¹⁷⁵.

Na verdade, Bento de Gouveia, guer na vida empresarial, guer no jornalismo, quer até na carreira musical (que desenvolveu com entusiasmo, paralelamente às duas outras), desde cedo dera provas desse espírito ativo e inovador, sensível às artes (não só à música, mas também à fotografia) e à inovação tecnológica. Segundo Maria de Fátima Gouveia Soares, o seu avô terá começado por desempenhar o cargo de «encarregado da estação telégrafo-postal de São Vicente», em 1896¹⁷⁶. Logo depois, passara a dedicar-se ao setor vinícola e das aquardentes, atividade a que continuará ligado, quando se transfere primeiro para o Funchal e, já depois de 1927, para Lisboa, tendo agui, inclusivamente, trabalhado como enólogo em várias empresas e inventado a primeira cerveja vínica. Contudo, o jornalismo marcará de forma indelével a sua vida adulta. Dirige a primeira série do DM, periódico fundado pelo empresário britânico Harry Hinton, em novembro de 1880. Suspensa esta primeira experiência jornalística, Bento de Gouveia passa a ser o redator-principal do Diário Popular, cargo que ocupa entre 1906 e dezembro de 1911, quando o «roubo das máquinas tipográficas» determina o encerramento deste último periódico¹⁷⁷. Não desistindo do jornalismo perante este contratempo, em janeiro de 1912, encontramos já o futuro fundador da MF a reativar o DM, e a investir na modernização tecnológica das suas oficinas tipográficas, introduzindo inovações como «SETE MACHINAS DE IMPRESSÃO E CÊRCA DE DUZENTAS VARIEDADES DE TYPO» ou «ateliers de photogragura e tythographia»¹⁷⁸, que lhe permitiram melhorar a qualidade gráfica do jornal, passar a incluir com regularidade fotografias e até publicar anualmente o Almanach Illustrado do Diário da Madeira (em 1913, 1914 e 1915), onde a fotografia ganha protagonismo, ao lado da gravura.

¹⁷⁵ E. V., 13-12-1922, «As Iniciativas que Triunfam. Uma Instalação de Filmagem na Madeira», p. 1.

¹⁷⁶ SOARES, 2000, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra*, pp. 13-15.

¹⁷⁷ GÓIS, 2015, A Geração do Cenáculo [...], p. 62.

¹⁷⁸ «Officinas do Diário da Madeira», 10-01-1912, in *DM*, p. 4.

Como referimos anteriormente, tanto quanto pudemos apurar, a Madeira não teve nas primeiras décadas do século XX qualquer publicação especializada em cinema ou até em fotografia. Porém, jornais como o DM ou até, mais tarde, o Re-Nhau-Nhau podem inequivocamente ser considerados fotófilos e cinéfilos, dada a relevância que atribuem, nas suas páginas, a assuntos relacionados com fotografia e cinema. No que ao DM diz respeito, e em particular durante os dois anos em que Francisco Bento de Gouveia assumiu a sua direção, sendo também o seu redator principal, para além da publicação regular dos anúncio das fitas em exibição nas muitas salas de cinema que pelo Funchal iam surgindo e de, sobretudo ao domingo e na primeira página, editar fotografias de paisagens, de tipos humanos, de atividades tradicionais e de locais turísticos (motivos que, desde o século XIX, eram frequentes nos bilhetes-postais ilustrados da ilha em circulação pelo mundo e que, a partir de 1922, serão retomados nas fitas da MF, agora sob formato de imagens em movimento), são muitos os artigos e as notícias que o jornal irá divulgar, abordando inovações tecnológicas nacionais e internacionais verificadas nas áreas da fotografia e do cinema, ou sobre atividades e/ou eventos fotográficos e cinematográficos ocorridos na ilha ou envolvendo insulares. Por exemplo, a 23-03-1912, anuncia que um cinematógrafo está a ser rifado no Porto Moniz e a 04-04-1912 noticia uma «conferência do dr. Brum do Canto» sobre fotografia a cores na «Sociedade Portuguesa de Photographia»¹⁷⁹; a 10-01-1913, informa sobre a publicação no *Diário do Governo* de um decreto para regulamentar o armazenamento de fitas, de forma a garantir a segurança pública e a 19-05-1913 dá conta dos «últimos inventos de Edison», aperfeiçoando o fonógrafo e o cinematógrafo¹⁸⁰.

Poder-se-á, então, concluir que a criação da MF não constituiu um epifenómeno isolado no sistema cultural madeirense, nem tão-pouco no percurso de vida de Francisco Bento de Gouveia e de Manuel Luiz Vieira.

No caso particular de Bento de Gouveia, a criação da MF antes nos parece ter sido o culminar de um percurso pessoal e empresarial fortemente marcado por uma cultura visual florescente na ilha desde o século XIX, que encontrava na imagem fotográfica (fixa ou em movimento) não apenas um particular fascínio por aquilo que de modernidade tecnológica ela representava, mas também um instrumento valioso para re-imaginar esse património visual, projetando a Madeira como comunidade

¹⁷⁹ «Riffa d'un cinematographo», 26-03-1912, in *DM*, n.º 85, p. 1; «Sociedade Portuguesa de Photographia. Uma conferência do dr. Brum do Canto», 04-04-1912, in *DM*, n.º 94, p. 2.

¹⁸⁰ «Os depositos de fitas animatographicas considerados como estabelecimentos perigosos», 10-01-1913, in *DM*, n.º 360; «Os Últimos inventos de Edison», 19-05-1913, in *DM*, n.º 488, p. 2.

regional dotada de identidade própria e como ilha turística. Manuel Luiz Vieira, primo mais novo de Bento de Gouveia com quem partilhou parte considerável da sua vida adulta, terá sido igualmente herdeiro dessa cultura visual, não devendo o seu trabalho, quer na MF, quer na ECA, ser lido sem lembrar essa relação pessoal e profissional e sem o devido enquadramento nesse contexto insular fotófilo e cinéfilo fortemente implicado no desenvolvimento turístico.

Acompanhando as transformações que a prática do *tour* sofrera ao longo dos séculos XIX e XX, no caminho de uma crescente massificação e industrialização, também na Madeira cedo se percebeu o poderoso contributo que a nova arte tecnológica da representação visual poderia ter para a propaganda turística internacional. A 24-03-1889, na antevéspera da inauguração da moderníssima Exposição Universal de Paris (a decorrer entre maio e outubro de 1889), o *DN* alertava para o perigo que constituiria uma representação «pobre, e por demais modesta [...] [d]a Madeira e [d] os Açores [...] no Campo de Marte d'aqui por mezes», podendo redundar «immenso em seu desfavor» ¹⁸¹. E logo a 10-04-1889, um artigo de opinião publicado no mesmo jornal lembrava:

«Seria de grande importancia para nós madeirenses que os artistas photographos d'esta cidade enviassem à Exposição de Paris uma collecção de photographias dos melhores panoramas e pontos de vista mais notaveis que temos na nossa ilha [...] demonstraria as suas bellesas naturaes, e por isso dispensa encarecimentos e commentarios» 182.

Esta recomendação viria a ser seguida (pese embora algum atropelo), com o envio de imagens da ilha fotografadas pelos «nossos patricios e habeis photographos os srs. Augusto Camacho e Joaquim Augusto de Souza» que, como noticiava ainda o mesmo *DN* a 15-09-1889, tinham sido «premiados na exposição de Paris pela nitidez e perfeição dos seus trabalhos photographicos»: a Augusto Camacho fora atribuída a «medalha de prata» nesse certame; a Joaquim Augusto de Sousa, a «medalha de bronze»¹⁸³.

A atribuição destes prémios mereceria a atenção da imprensa periódica local e a 27-09-1889, ainda o mesmo *DN* esclarecia que o galardão atribuído a Joaquim Augusto de Sousa incidira sobre um conjunto de fotografias com interesse científico, representando canas-de-açúcar e outras plantas comuns na Madeira. Oferecidas

¹⁸¹ «A Madeira e os Açores na Exposição de Paris», 24-03-1889, p. 2.

¹⁸² «A Madeira na Exposição de Paris»,10-04-1889, p. 1.

¹⁸³ «Photographias», 15-09-1889, in *DN*, p. 1. A atribuição de prémios nacionais e internacionais a fotógrafos madeirenses não se circunscreveu a estes dois galardões. Os próprios João Francisco Camacho e Joaquim Augusto de Sousa receberiam ao longo da vida múltiplos prémios. Ver: SAINZ-TRUEVA, 1994, «João Francisco Camacho [...]», pp. 15-28; e JESUS e DANTAS, 2019, «Joaquim Augusto de Sousa».

à Associação Agrícola de Lisboa, essas fotografias haviam sido selecionadas para serem expostas em Paris. O jornal acrescentava que o fotógrafo oferecera também à Câmara Municipal do Funchal outros trabalhos seus com vistas da ilha, no sentido de virem a ser igualmente enviadas para a Exposição Universal, contribuindo, assim, para a propaganda das belezas da ilha. Porém, a edilidade funchalense, por razões desconhecidas, não tomara as medidas necessárias para que estes panoramas chegassem ao destino previsto¹⁸⁴.

Ao interesse científico e turístico suscitado pela fotografia e acima demonstrado, acrescia ainda o desejo mundano de experimentar os avanços tecnológicos e acompanhar as tendências socioculturais mais modernas, assim como o proveito memorialístico de colecionar documentos visuais de paisagens, de tradições, de personalidades ou de eventos marcantes do presente histórico, sociológico, antropológico e biogeográfico da ilha. É nesse sentido que lemos várias notícias publicadas na imprensa periódica local, onde se anunciam sessões e trabalhos fotográficos ou exposições de fotografias em casas comerciais da cidade, cujas reproduções poderiam ser adquiridas pelos madeirenses ou pelos seus visitantes. Trabalhos fotográficos como aquele que, representando a artista Adela Montagut em funções no *Theatro D. Maria Pia* e adotando a técnica de «photo-crayon», Vicente Gomes da Silva, Júnior (Funchal, 1857-1933) exibira no átrio desse teatro municipal em maio de 1888 e que o *DN* informava estar à venda no atelier «Vicentes Photographos» 185; ou outros trabalhos realizados por fotógrafos estrangeiros:

«Hontem, dois photographos francezes, que se acham n'esta cidade, photographaram o corpo de bombeiros voluntarios e respectivo material" 186;

«Na rua da Alfandega, na loja do sr. Antonio d'Oliveira, estão expostas varias photographias, tiradas pelo sr. Bell, um photographo inglez, sendo muitas d'ellas de pontos da nossa ilha. As photographias são excellentes, pelo que as recomendâmos» 187.

Não será, portanto, abusivo concluir que, pelo menos desde o último quartel do século XIX, as novidades fotográficas, longe de se apresentarem, na Madeira, como um fenómeno estranho, eram, na verdade, entusiasticamente acolhidas. No Funchal, o eco dessas novidades manifestava-se através das notícias da imprensa periódica internacional disponibilizadas nas bancas funchalenses e/ou nas salas

¹⁸⁴ «Photographias», 27-09-1889, p. 2.

¹⁸⁵ «Retrato», 12-05-1888, p. 1.

¹⁸⁶ «Photographias», 19-12-1889, p. 2.

¹⁸⁷ «Photographias», 29-12-1889, p. 2.

dos hotéis, muitas das quais eram, depois, traduzidas para os jornais locais¹⁸⁸. E, não raras vezes, os próprios equipamentos e produtos dessas novidades chegavam efetivamente ao Funchal, transportados nos navios transatlânticos que ora transportavam para a Madeira os turistas de vários pontos do globo, ora aí faziam escala, nas ligações das principais cidades europeias às modernas metrópoles da América do Norte e da América Latina, ou às colónias africanas¹⁸⁹. Disto mesmo dá conta, por exemplo, o *DN* que, a 28-11-1888, publicava a notícia «Benefício do Asylo», informando sobre a realização de um espetáculo solidário no Theatro D. Maria Pia, em que o «Captain H. de la Cour Travers, do vapor Inglez *Tartar* que se acha surto no nosso porto com desarranjo na machina», exibiria «quadros dissolventes», recorrendo a equipamentos modernos que o acompanhavam na viagem e através dos quais conseguia projetar imagens simulando movimento¹⁹⁰.

Deste entusiasmo fotográfico resultaria, numa primeira fase, o florescimento de um amadorismo fotográfico de altíssima qualidade, de que o caso de Joaquim Augusto de Sousa (Funchal, 1853-1905) é exemplo¹⁹¹, e o surgimento local de vários ateliers profissionais de fotografia, entre os quais se destacaram, com projeção nacional e internacional, não só o atelier «Photographia Vicente» ou «Vicentes Photographos»,

¹⁸⁸ Para além do artigo do *DN* sobre as máquinas fotográficas portáteis, já antes por nós citado, ver, a título meramente ilustrativo, nesse mesmo jornal e ano, outras notícias e artigos que davam conta das inovações tecnológicas em torno da fotografia: a 07-08-1889, «A Imprensa e a Photographia»; a 09-08-1889, «Photographador automático», onde se apresenta o novo engenho que recorria ao «processo da ferrotypia» e que, de acordo com o jornal, fora «imaginado por Enjálbert, conhecido fabricante d'artigos photographicos e [...] destinado à [E]xposição [Universal] de Paris», já a decorrer nessa data e que se estenderia até outubro desse ano.

¹⁸⁹ «Benefício do Asylo», 28-11-1888, p. 2.

¹⁹⁰ «Benefício do Asylo», 28-11-1888, p. 2.

¹⁹¹ Joaquim Augusto de Sousa chegará a ter um atelier de fotografia no Funchal, entre março de 1889 e fevereiro de 1892, por trespasse do estúdio de João Francisco Camacho, e em sociedade com Augusto César dos Santos. O atelier manteve o nome do fundador do estúdio, a que se juntou, «Sucessor» - JESUS e DANTAS, 2019, «Joaquim Augusto de Sousa [...]». Porém essa experiência empresarial efémera não parece ter feito dele um fotógrafo profissional. No obituário publicado em dezembro de 1905, poucos dias após a sua morte, no n.º 72 do Boletim Photographico, revista especializada em fotografia onde Joaquim Augusto de Sousa chegara a colaborar, este «madeirense amigo da sua terra, apaixonadamente amigo da ilha» e várias vezes premiado era apresentado como um «dos mais distintos photographos amadores que conhecemos», condição não profissional que, contudo, não impedira que tivesse produzido «trabalhos de tão inconstável valor, que podiam colocar-se a par dos mais perfeitos no seu género»; acrescentava ainda que Joaquim Augusto de Sousa «conhecia como poucos o metier da arte de que era um brilhante apaixonado cultor, e póde dizer-se que para elle não tinha segredos a photographia. Não pouco concorreu para a divulgação das belezas naturaes da Madeira, pondo sempre as suas notáveis aptidões artísticas ao dispor de todos quantos quisessem reproduzir, por quaisquer processos, os pontos mais surpreendentes e encantadores da formosa ilha. Não houve recanto, por mais recôndito e pouco conhecido que fosse, que a sua maravilhosa lente não tivesse fixado e reproduzido pela photographia» - «Joaquim Augusto de Sousa», dez. de 1905, p. 192.

fundado por Vicente Gomes da Silva em 1852, o estúdio de João Francisco Camacho, fundado em 1863¹⁹², e a casa fotográfica de Augusto Camacho, todos já aqui referidos, mas ainda, entre outros, o atelier «Perestrellos Photographos», fundado por Manoel d'Olim Perestrello em 1879¹⁹³.

Assim sendo, consideramos que a MF terá constituído o desenvolvimento espectável de uma longa tradição de iniciativas empresariais e amadoras vocacionadas para a representação da ilha que, acompanhando a evolução tecnológica e, nos séculos XVIII e XIX, a rápida expansão de hábitos turísticos no mundo ocidental industrializado, soube modernizar-se, substituindo, gradualmente, as representações verbais da ilha presentes nas narrativas de viagens (estas, muitas vezes, já iconograficamente complementadas com desenhos, pinturas, gravuras, colagens, etc.¹⁹⁴), por novas formas de representação tecnológica de paisagens e de pormenores mais ou menos pitorescos da Madeira. Fotografia, bilhete-postal ilustrado e cinema respondiam agora de forma mais consentânea quer às exigências dos turistas, interessados em documentar as suas experiências dos lugares visitados, para mais tarde as reviverem pessoalmente e/ou as partilharem com destinatários mais íntimos ou públicos; quer aos interesses da moderna indústria florescente do turismo, para quem a propaganda internacional era fundamental.

Por outro lado, as fitas tipicamente madeirenses da MF, não desvinculadas nem das reivindicações autonomistas ou do espírito regionalista então exaltado localmente, nem da modernização tecnológica dessa tradição de representação insular fomentada pelas viagens e pelo turismo, nem de outros projetos e fenómenos culturais coevos (nomeadamente as Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira, a tertúlia do Cenáculo, a prática das excursões turísticas, a fulgurante atividade jornalística no Funchal, o estreitamento de relações interarquipelágicas, com extensão até às suas comunidades nas diásporas americanas ou até espaços de exibição fílmica como o Teatro-Circo ou o Cine-Vitória), terão efetivamente

¹⁹² No obituário de Joaquim Augusto de Sousa publicado no n.º 72 do *Boletim Photographico* acima citado, é estabelecido um paralelo de excelência entre ele e João Francisco Camacho, ambos madeirenses: «Depois de Camacho, (do primeiro Camacho que em 1863 fundou no Funchal o seu primeiro atelier photographico e que em 1879 veio abrir em Lisboa a tão conhecida casa que ainda hoje conserva o seu nome) que com desvelos de amador e saber de verdadeiro mestre, photographára ainda o colódio e em fadigosas jornadas, os pontos mais pictorescos da Madeira, depois desse grande artista e com intuitos, saber e amor semelhantes, teve a linda ilha em Joaquim Augusto de Sousa o seu grande pintor» – «Joaquim Augusto de Sousa», dez. de 1905, p. 191.

¹⁹³ PHOTOGRAPHIA MUSEU-VICENTES, 2013, *História da Photographia na Madeira*, DVD; MARQUES, 2017, «Perestrellos Photographos [...]».

¹⁹⁴ Como exemplo flagrante desta tradição híbrida de relato literário de viagem com ilustração, podemos apontar *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, de Isabella de França.

constituído, na década de 1920, um incipiente sistema cinematográfico dotado de alguma autonomia relativamente ao (também incipiente) sistema cinematográfico nacional. Neste sentido, a MF terá sido efetivamente um projeto empresarial pensado como dispositivo de produção cinematográfica que, a par de outros projetos também fotófilos e cinéfilos, imaginaram e projetaram a Madeira como comunidade dotada de identidade autónoma e como ilha turística, num tempo em que imagem identitária e imagem turística da região se (con)fundiam.

Referências

Fontes Documentais Periódicas

- «A cinematografia na Madeira. Uma visita ao 'studio' da Empreza Cinegráfica Atlântida», 16-03-1927, in *Diário de Notícias*, n.º 15 821, Funchal, p. 1.
- «A côr na photographia», 09-03-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3650, Funchal, p. 1.
- A. F., 02-10-1924, «Noites de Cinema no Funchal», in *Diário de Notícias*, n.º 15 110, Funchal, p. 2.
- A. F., 1924a, 28-11-1924, «Teatro-Circo. Madeira Film Ltd.ª Arquipelago dos Açores», in *Diário de Notícias*, n.º 15 158, Funchal, p. 3.
- «A Fita do Centenário», 19-10-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3726, p. 2.
- «A Imprensa e a Photographia», 07-08-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3768, Funchal, p. 1.
- ALMEIDA, Virgínia de Castro e, 12-08-1922, «Um 'Film' Português», in Diário da Madeira, n.º 3381, Funchal, p. 1.
- «A Madeira e os Açores na Exposição de Paris», 24-03-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3663, Funchal, p. 2.
- «A Madeira na América. Exibição de *Films* Madeirenses em Lowell Mass», 02-03-1924, in *Diário da Madeira*, n.º 3832, p. 2.
- «A Madeira na Exposição de Paris», 10-04-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3676, Funchal, p. 1.
- «A Madeira no Cinema. Filmagem da Paisagem Madeirense», 04-04-1924, in *Diário de Notícias*, n.º 14 968, Funchal, p. 1.
- «A peça histórica "Guiomar Teixeira"», 18-08-1913, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 391, 2.ª série, Lisboa, p. 209.

- «A Scena Muda. O Cinema. Como Ele Póde Sêr um Grande Meio de Educação. Uma Palestra com o Professor Sr. Dr. Alberto Jardim», 18-08-1922, in *Diário da Madeira*, n.º 3386, p. 2.
- «As Iniciativas que Triunfam. Uma Instalação de Filmagem na Madeira. Panoramas. Acontecimentos Notáveis. Poentes e Marinhas. O sr. Presidente da República e os Aviadores. O Monte e as Romarias. Aspectos da Actividade Madeirense. Impressões Fragmentadas duma Bela Sessão Cinematográfica», 13-12-1922, in *Diário de Notícias*, n.º 14 591, Funchal, p. 1.
- «Assuntos Regionais. Propaganda da Madeira», 14-01-1914, in *Diário da Madeira*, n.º 725, Funchal, p. 1.
- «A «Casa Pathè» na Madeira. Operador de Cinema», 23-03-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3558, Funchal, p. 1.
- «Benefício do Asylo», 28-11-1888, in *Diário de Notícias*, n.º 3569, Funchal, p. 2.
- CANTO, Jorge Brum do, 1933, «Um artigo sôbre os filmes de cem metros», in *Imagem*, n.º 95, 14 dez, p. 8.
- CARDOSO, 23-07-1930, «Carlos Martins», in Re-Nhau-Nhau, n.º 22, Funchal, p. 5.
- «Casino Vitória», 12-12-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3769, Funchal, p. 2.
- «Casino Vitória. Cinema ao Ar Livre com Escolhidos Originaes Portugueses», 26-08-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3681, Funchal, p. 1.
- «Cine-Vitória», 13-10-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3721, Funchal, p. 2.
- «Casino Vitória. Inauguração da Estação de Inverno com Cinema no Salão de Baile», 29-12-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3781, Funchal, p. 1.
- «Cine-Jardim. Encantador Passatempo Popular», 05-08-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3664, Funchal, p. 3.
- «Cine-Vitória. A Sua Inauguração», 01-09-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3686, Funchal, p. 1.
- C.N., janeiro de 1921, «Turismo Insular. Carta da Madeira», in *Revista de Turismo:* publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, ano V, II série, n.º 103, Lisboa, p. 105.
- C.N., abril de 1921, «Turismo Insular. Carta da Madeira», in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano V, II série, n.º 106, Lisboa, pp. 156-158.
- C.N., junho de 1921, «Turismo Insular. Carta da Madeira», in *Revista de Turismo:* publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, ano V, II série, n.º 108, Lisboa, pp. 182-183.

- C.N., janeiro de 1924, «Carta da Madeira», in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano VIII, II série, n.º 139, Lisboa, pp. 502-503.
- «Congressos Regionais. Uma Patriótica Iniciativa», 05-12-1919, in *Revista de Turismo:* publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, ano IV, n.º 83, Lisboa, p. 85.
- COSTA, H.[amílcar] da, 15-09-1933, «H. da Costa disse», in *Movimento. Quinzenário Cinematográfico*, n.º 6, pp. [3-6].
- «De 'Studio' a 'Studio'», 15-08-1923, in *Jornal dos Cinemas*, ano I, n.º 14, Lisboa, pp. 230-231.
- «Em Paris. Almoço de Artistas», 26-01-1922, in *Diário da Madeira*, n.º 3228, Funchal, p. 1.
- E.V., 1922, «As Iniciativas que Triunfam. Uma Instalação de Filmagem na Madeira», 13-12-1922, *in Diário de Notícias*, n.º 14 591, Funchal, p. 1.
- E.V., 01-04-1923, «A Madeira no Cinema. Reportage das Festas do V Centenário. O que o Jornalista Viu. A Cenografia Madeirense Tomando Embalagem para Cometimentos Maiores. O Tino Artístico dos Industriais do 'Film'», in *Diário de Notícias*, n.º 14 676, Funchal, p. 1.
- «Exposição Regional organizada pelo jornal "O Século"», 22-10-1924, in *Diário de Notícias*, n.º 15 128, Funchal, p. 1.
- «Fita Cinematográfica», 24-05-1913, in *Diário de Notícias*, n.º 11 601, Funchal, p. 1.
- «Fitas Cinematográficas», 25-05-1913, in Diário de Notícias, n.º 11 602, Funchal, p. 2.
- «Guiomar Teixeira. O Combate entre Mouros e Christãos. O Dia de Ante-Hontem no Caniço», 27-05-1913, in *Diário da Madeira*, n.º 496, Lisboa, p. 1.
- «Joaquim Augusto de Sousa», dez. de 1905, in *Boletim Photographico. Revista Mensal Illustrada de Photographia*, n.º 72, Lisboa, Warm & Rosa, pp. 191-192, disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BoletimFotogra fico/1905/Dezembro/N072/N072_master/BoletimFotografico1905N72.pdf, consultado a 03-01-2021.
- L[OPES]., A[ntónio]., 21-09-1929, «Ruth Elder nos Açores», in *Cinéfilo*, 2.º ano, n.º 57, Lisboa, O Século, pp. 19-20.
- LOURENÇO, António, 22-09-1928, «Cinema Português. A propósito do "Fauno das Montanhas" e da "Calúnia"», in *Cinéfilo*, 1.º ano, n.º 9, Lisboa, O Século, pp. 24-26.
- «Institui-se a Editora Cinematográfica que vai dedicar-se á pequena produção de fonofilmes e á edição de publicações cinematográficas», 1934-05-17, in *Cine*, ano I, n.º 1, Lisboa, Editora Cinematográfica, p. 5.

- «Machinas Photographicas de Bolso», 05-06-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3719, Funchal, p. 1.
- «Madeira-Film», 12-06-1923, in Diário da Madeira, n.º 3619, Funchal, p. 1.
- «Madeira Film», 21-02-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3533, Funchal, p. 1.
- «MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in *Diário da Madeira*, n.º 3480, Funchal, p. 1.
- «Madeira. Special Interview with the Government Commissioner, 12-04-1914, in *Diário da Madeira*, n.º 812, Funchal, p. 3.
- MATOS, Maria, 23-02-1926, «"A Calúnia"», in *Diário de Notícias*, n.º 15 514, Funchal, p. 2, disponível em https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/media/publicacoesPeriodicas/Jornais/DiarioNoticias/1926/PT-ABM-COLJOR-DN_19260223.pdf, consultado a 21-01-2021.
- «Na Madeira. Turismo 'Ou Reagimos ou Morremos Como Devemos Reagir'», novembro de 1920, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano V, II série, n.º 101, Lisboa, p. 75.
- «No Casino Vitória. Diversões e Cinema ao Ar Livre», 13-07-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3644, Funchal, p. 1.
- «No Reid's Palace Hotel. Banquete em honra do sr. Henrique Vieira de Castro», 27-11-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3758, Funchal, p. 1
- «O Fauno das Montanhas», 22-05-1927, in Diário de Notícias, n.º 15 873, Funchal, p. 1.
- «O Centenário da Descoberta da Ilha da Madeira», 05-01-1923, in *Revista de Turismo:* publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, ano VII, II série, n.º 127, Lisboa, pp. 291-293
- «O Cinematógrafo como Factor Educativo e de Ensino», 02-09-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3687, Funchal, p. 1.
- «Officinas do Diário da Madeira», 10-01-1912, in *Diário da Madeira*, n.º 9, Funchal, p. 4.
- «OS BONS DOCUMENTÁRIOS PORTUGUESES NÃO SÃO inferiores aos melhores estrangeiros!», 17-05-1934, in *Cine*, ano I, n.º 1, Lisboa, Editora Cinematográfica, p. 4.
- «Os Congressos Regionaes e o Turismo em Portugal», abril de 1920, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano IV, n.º 91 e n.º 92, Lisboa, pp. 121-122.
- «Os Nossos Técnicos. Manuel Luís Vieira», in *Filmagem. Semanário Popular de Cinema*, n.º 12, 4.ª série, 1948-08-12, Lisboa, Ed. «O Mosquito», p. 2.

- «O Início de um Grande Movimento Regional pela Autonomia da Madeira: um Acontecimento Histórico", 17-12-1922, in *Diário da Madeira*, n.º 3484, Funchal, p. 1.
- «Pathégrafo. Vimos ontem esta curiosa máquina», 17-06-1914, in *Diário da Madeira*, n.º 878, Funchal, p. 1
- «Pathéphone», 01-01-1912, in *Diário da Madeira*, n.º 1, Funchal, p. 4.
- «Pathéphone», 22-03-1914, in Diário da Madeira, Funchal, p. 4.
- «Pathéphone», 18-03-1920, in Diário da Madeira, Funchal, p. 4.
- «Película Cinematográfica», 27-05-1913, in Diário da Madeira, n.º 496, Lisboa, p. 1.
- «Photographador automático», 09-08-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3770, Funchal, p. 2.
- «Photographias», 15-09-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3801, Funchal, p. 2.
- «Photographias», 27-09-1889, in Diário de Notícias, n.º 3811, Funchal, p. 2.
- «Photographias», 19-12-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3881, Funchal, p. 2.
- «Photographias», 29-12-1889, in *Diário de Notícias*, n.º 3887, Funchal, p. 2.
- «Portugal Cinematographado», 05-09-1917, in Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, ano II, n.º 29, Lisboa, pp. 33-34.
- «Portugal em cinematographia», 05-05-1917, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano I, n.º 21, Lisboa, p. 166.
- «'Portugal Pitoresco'. A Madeira e o Cinematografo», 08-03-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3546, Funchal, p. 1.
- «Propaganda de Portugal. A Iniciativa Particular», 05-09-1921, in *Revista de Turismo:* publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, ano VI, II série, n.º 111, Lisboa, pp. 46-47.
- «Propaganda de Portugal na Exposição do Rio de Janeiro», 05-09-1922, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano VII, n.º 123, Lisboa, pp. 236-237.
- «Propaganda de Portugal pela cinematographia», março de 1923, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano VII, II série, n.º 129, Lisboa, p. 331.
- «Propaganda Regionalista», junho de 1920, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano IV, n.º 95 e n.º 96, Lisboa, p. 144.
- «5.º Centenário da Madeira. Trabalhos do 'Madeira-Film'», 23-03-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3558, Funchal, p. 2.

- «Razão de Ser», 17-05-1934, in Cine, ano I, n.º 1, Lisboa, Editora Cinematográfica, p. 3.
- «Regionalismo e Turismo. Os Nucleos Regionaes», maio de 1920, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano IV, n.º 93 e n.º 94, Lisboa, pp. 129-130.
- «Retrato», 12-05-1888, in Diário de Notícias, n.º 3404, Funchal, p. 1.
- TERRIQUE, 15-03-1930, «Manuel Luiz Vieira», in Re-Nhau-Nhau, n.º 9, Funchal, p. 5.
- «Secção d'Espectaculos», 02-12-1888, in Diário de Notícias, n.º 3573, Funchal, p. 2.
- «Teatro Circo. Amanhã», 23-08-1924, in *Diário da Madeira*, n.º 3966, Funchal, p. 2.
- «Teatro Circo. *Films* Regionais Madeirenses», 01-10-1924, in *Diário da Madeira*, n.º 3996, Funchal, p. 1.
- «Theatro-Circo. A sua Reabertura», 30-05-1913, in *Diário da Madeira*, n.º 499, Funchal, p. 1.
- «Um Bom Systema de Propaganda. Uma Exposição de Fotografias em Portugal», junho de 1924, in *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, ano VIII, II série, n.º 144, Lisboa, pp. 591-592.
- «V Centenário do Descobrimento da Madeira. O que vai ser a Exposição e Feira do Campo Miguel Bombarda», 26-11-1922, in *Diário da Madeira*, n.º 3468, Funchal, p. 1.

Fontes Documentais Cinematográficas

- CANTO, Jorge Brun do, 1931, *Paisagem*, filme inacabado que teve Manuel Luiz Vieira como diretor de fotografia, fragmento (8m 27s) disponível na *Cinemateca Digital* em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=1370&type=Video.
- COIMBRA, Arnaldo, 1936, *Scalabis Santarém*, Lisboa, Empresa Cinegráfica Atlântida Lisboa (29m), disponível na *Cinemateca Digital* em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=5085&type=Video.
- GAUMONT, 1916, *Madeira Island In Portugal*, s.l., Reuters Gaumont Graphic Newsreel (2m42s), disponível em https://www.britishpathe.com/video/VLVA4760KJO2Q09683DIR8LO7SK09-MADEIRA-ISLAND-IN-PORTUGAL/query/Madeira.
- VIEIRA, Manuel Luiz, 1935, *O Carnaval no Paris em 1935*, Lisboa, s.n. (07m 20s), disponível na *Cinemateca Digital* em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=8231&type=Video.

- VIEIRA, Manuel Luiz, 1934, *Carnaval de 1934. Facetas Alfacinhas*, Lisboa, Bloco H. da Costa (09m 30s), disponível na Cinemateca Digital em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=4931&type=Video.
- VIEIRA, Manuel Luiz, 1934, Os Pombos. Facetas Alfacinhas, Lisboa, Bloco H. da Costa (duração e localização desconhecida).
- VIEIRA, Manuel Luiz, 1934, *Céu de Outono. Uma Crónica Lisboeta*, Lisboa, Bloco H. da Costa (06m 09s), disponível na Cinemateca Digital em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3149&type=Video.
- VIEIRA, Manuel Luiz, 1934, *Gatos. Uma Crónica Lisboeta*, Lisboa, Bloco H. da Costa (08m 09s), disponível na Cinemateca Digital em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3137&type=Video.

Outras Fontes Impressas

- AAVV, s.d., A Calúnia: algumas referências da imprensa portugueza sobre o film dramático madeirense em 8 partes / escrito e realisado por Manuel Luiz Vieira.-Funchal: editado pela Empreza Cinegrafia Atlântida, compilação de textos sobre o filme, ilustrados com fotografias do realizador e dos intérpretes, Funchal, Tip. Casa Pathé, s.d., disponível na Cinemateca Portuguesa Museu do Cinema, «Colecções Especiais», referência 995 FVA / 001.
- REIS GOMES, João dos, 1932, Guiomar Teixeira. Peça em Quatro Actos e Cinco Quadros, Introduzindo o Cinema Fundido com a Acção, 3.ª ed. com notas e estampas, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- VIEIRA, Manuel Luiz, 1933, PROGRAMA-ARGUMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA PELÍCULA SÔBRE A 'Obra da Administração Pública Portuguêsa, de 28 de Maio de 1926, até ao presente', Apresentada por MANUEL LUIZ VIEIRA no concurso aberto no 'Diário do Governo' n.º 286-II série de 7 de Dezembro de 1932 e adjudicada por despacho de 12 de Abril último, publicado no 'Diário do Governo' n.º 88-II série de 17 do mesmo mês, Lisboa, Tipografia da União Gráfica, disponível na Cinemateca Portuguesa Museu do Cinema, «Livros», referência 71 (469).
- FRANÇA, Isabella, 1970, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, trad. Cabral do Nascimento, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- SABINO, João, 1926, *Tragédia Marítima. Música de João Sabino*. Partitura original do filme *A Calúnia* de Manuel Luiz Vieira, conservada no Centro de Documentação da Cinemateca Portuguesa, com a referência n.º 12230.

Bibliografia

- AAVV, 2020, Cadernos de Divulgação da Coleção Bilhete Postal Ilustrado do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.º 2, Funchal, DRABM, disponível em https://issuu.com/arquivo-biblioteca-madeira/ docs/dossier_bpi_varios_editores i, consultado a 20-12-2021.
- AAVV, 2010, Cinema em Portugal: Os Primeiros Anos, catálogo da exposição organizada no âmbito das Comemorações do Centenário da República pela parceria estabelecida entre a CNCCR, a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema e o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, patente entre 9 de Dezembro de 2010 a 29 de Maio de 2011, coord. Tiago Baptista, Teresa Parreira e Teresa Barreto Borges, Lisboa, CNCCR INCM.
- ALMEIDA, Ana Paula, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, 2021, pp. 513-559.
- ALMEIDA, Ana Paula, 2010, Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira. Apontamentos para a História do Cinema na Madeira de 1897 a 1930, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- ALOVÍSIO, Sílvio, 2019 [2012], «O Cinema das Origens e o Nascimento da Narrativa Cinematográfica», in BERTETTO, Paolo (dir.), *Uma História do Cinema. Autores. Filmes. Correntes*, trad. João Carlos Alvim, Lisboa, Edições Texto & Grafia, pp. 17-39.
- ALVARENGA, Rui Carlos Medeiros, 2011, Arquétipos Femininos em Adaptações Fílmicas de O Primo Basílio, Dissertação de Mestrado em Literaturas, Línguas e Culturas, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- ANDERSON, Benedict, 2012, Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo, Lisboa, Edições Presença.
- BAPTISTA, Tiago e SENA, Nuno (orgs.), 2003, *Lion, Mariaud, Pallu: Franceses Tipicamente Portugueses*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa.
- BAPTISTA, Tiago, 2009, «Nacionalmente correcto: a invenção do cinema português», in *Estudos do Século XX: hipóteses de século*, n.º 9, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 305-323.
- BAPTISTA, Tiago, 2010, «Cinema e Política na Primeira República», in *I República e Republicanismo* | *Congresso Histórico Internacional*, Lisboa, s.n., disponível em https://core.ac.uk/download/pdf/303713127.pdf, consultado a 12-12-2020.

- BAPTISTA, Tiago, 2012, «Das 'vistas' ao documentário: a não-ficção muda em Portugal», in *PANORAMA 2012 Catálogo da 6.ª Mostra de Documentário Português*, Lisboa, Videoteca/Arquivo Municipal de Lisboa e Apordoc Associação pelo Documentário, pp. 37-42.
- BAPTISTA, Tiago, 2013, «1920-1929. O Cinema "Tipicamente Português"», in CUNHA, Paulo e SALES, Michelle (orgs.), *Cinema Português: um Guia Essencial*, São Paulo, SESI-SP editora, pp. 70-92, versão não impressa e disponível em https://issuu.com/zaranzaton/docs/cinema_portugu__s_um_guia_essencial, consultado a 10-11-2020.
- BAPTISTA, Tiago, 2017, «As Coleções de Não Ficção da Cinemateca num Relance: Preservação, Acesso e Investigação», in SAMPAIO, Sofia (coord.), *Viagens, Olhares e Imagens. Portugal 1910-1980*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa Museu do Cinema, pp. 168-171.
- BAZIN, André, 1967, What is Cinema? Essays Selected and Translated by Hugh Graym, Berkley, Los Angeles, London, University of California Press.
- BÉNARD DA COSTA, João, 1991, *Histoires du Cinema Portugais*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda/Comissariado para a Europália 91 Portugal.
- BÉNARD DA COSTA, João, s.d., «Sobre o Filme», in *Press Kit A Rosa do Adro Gestos e Fragmentos*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, disponível em http://gestosefragmentos.cinemateca.pt/wp-content/uploads/2021/03/A-Rosa-do-Adro-Press-Kit.pdf, consultado a 12-02-2021.
- BENJAMIN, Walter, 2018 [1935-1939], *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*, trad. Gabriel Valladão Silva, s.l., L&PM Editores [ePub].
- BERTETTO, Paolo, 2019 [2012], «O Cinema Europeu dos Anos 1920», in BERTETTO, Paolo (dir.), *Uma História do Cinema. Autores. Filmes. Correntes*, trad. João Carlos Alvim, Lisboa, Edições Texto & Grafia, pp. 41-84.
- BÉRTOLO, José, 2021, «Um Cinema da Mente: *A Dança dos Paroxismos* (1929) e a Primeira Vanguarda Francesa», in *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento, vol. 8, n.º 1, Lisboa, pp. 4-26, disponível em* https://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/view/732, consultado a 23-01-2021.
- BORGES, Teresa Barreto, 2018, «[Cinéfilo] Textos e Imagens», in Cinemateca Portuguesa. Museu do Cinema, disponível em https://www.cinemateca.pt/Cinemateca/ Destaques/Textos-Imagens-5.aspx, consultado a 27-12-2020.
- CADAVEZ, Maria Cândida, 2017, A bem da Nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940, Lisboa, Edições 70.

- CENTRO VIRTUAL CAMÕES, s.d., «Lei dos Cem Metros», in *Cinema Português*, disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/cinema/factos/fac005.html, consultado a 26-12-2020.
- CINEMATECA, 2018, «Ciclo Raul de Caldevilla», in *Cinemateca Portuguesa*. *Museu do Cinema*, disponível em http://www.cinemateca.pt/programacao.aspx?ciclo=926, consultado a 28-01-2021.
- CLODE, Luiz Peter, 1983, *Registo Biobibliográfico de Madeirenses (séculos XIX e XX)*, Funchal, Ed. Caixa Económica do Funchal.
- CUNHA, Paulo, 2018, «Tragédias e Ressurreições da Sereia de Pedra», in À *Pala de Wash*, 08 janeiro, disponível em https://www.apaladewalsh.com/2018/01/tragedias-e-ressurreicoes-da-sereia-de-pedra/, consultado a 02-11-2020.
- CUNHA, Paulo, 2016, «Para uma história das histórias do cinema português», in *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento*, n.º 1, vol. 3, Lisboa, pp. 36-45, disponível em https://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/view/231 consultado a 23-11-2020.
- DUARTE, Joana Isabel Fernandes, 2018, Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas. Uma abordagem da imprensa cinematográfica em Portugal (1930-1960), relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FARIA, Sara Beatriz Andrade, 2020, *Golden Gate Grand Café. Um aspeto da sociabilidade funchalense*, tese de mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, Lisboa, ISCTE.
- FÉLIX RIBEIRO, Manuel, 1977, Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal. No Presente a Imagem do Passado, separata de Ciclo de Conferências «O Cinema ao Serviço da Educação Permanente e da Difusão Cultural. Novembro 1973, Lisboa, Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral da Educação Permanente/INCM.
- FÉLIX RIBEIRO, M., 1979, «Manuel Luís Vieira. Um Técnico ao Serviço do Cinema Português», in RIBEIRO, M. Félix, RAMOS, Jorge e DUARTE, Fernando, *Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira O Repórter X*, Santarém, 9.º Festival Internacional de Cinema, pp. 13-16.
- FORTUNA, Carlos, 1995, «Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percurso Teórico, com Paragens Breves em Évora e Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 43, outubro, Coimbra, CES, pp. 11-45.

- FORTUNA, Carlos e FERREIRA, Claudino, 1996, *Turismo, Turista e a (Pós)Modernidade. Oficina do CES n.º 80*, Coimbra, CES, disponível em https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/80.pdf, consultado a 10-11-2020.
- FRODON, Jean-Michel, 1998, *La Projection Nationale. Cinéma et Nation*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- GÓIS, Joana Catarina Silva, 2015, A Geração do Cenáculo e as Tertúlias Intelectuais Madeirenses (da I República aos anos 1940), dissertação de Mestrado, Porto, FLUP.
- GOODMAN, Nelson, 1984 [1978], *Ways of Worldmaking*, Indianapolis, Hackett Publishing Company.
- GOODMAN, Nelson, 2006 [1976], *Linguagens da Arte. Uma abordagem a uma teoria dos símbolos*, trad. Vítor Moura e Desidério Murcho, Lisboa, Gradiva.
- HAGENER, Malte, 2017, «Taking a trip: Tourism and Film as Interrelated Fields», in SAMPAIO, Sofia (coord.), *Viagens, Olhares e Imagens. Portugal 1910-1980*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa Museu do Cinema, pp. 164-167.
- HANSEN, Miriam Bratu, 1997, «Introduction», in KRACAUER, Siegfried, *Theory of Film, the Redemption of Physical Reality*, Princeton, Princeton University Press, pp. vii-xlv.
- HEIDER, Karl G., 2006 [1976], *Ethnographic Film*, revised edition, Austin, University of Texas Press.
- JESUS, Tânia Gomes de e DANTAS, Zélia Fernandes, 2019, «Joaquim Augusto de Sousa. História Administrativa/Biográfica/Familiar», in *Instrumentos de Descrição do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira*, IDD n.º 162, Funchal, ABM, disponível em https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id= 76191&ht =joaquim%7caugusto%7csousa%7caugusta, consultado a 12-11-2020.
- JESUS, Pedro Manuel Cerdeira, 2014, A Sociedade Propaganda de Portugal: Turismo e Modernidade (1906-1911), tese de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL.
- KRACAUER, Siegfried (1997) [1960], *Theory of Film, the Redemption of Physical Reality*, Princeton, Princeton University Press.
- KRACAUER, Siegfried (1993) [1927], «Photography», in *Critical Inquiry*, n.º 19 (Spring), Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 421-436.
- LASH, Scott and URRY, John, 1994, Economies of Signs and Space, Londres, Sage.
- LOURENÇO, Jaime e CENTENO, Maria João, 2020, «Imprensa Portuguesa sobre Cinema: uma retrospetiva», in BAPTISTA, Carla e SOUSA, Jorge Pedro (org.), *Para uma História do Jornalismo em Portugal*, Lisboa, ICNova, pp. 103-116.

- MADEIRA, Maria João, s.d, «Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema», disponível em http://www.cinemateca.pt/getmedia/c4081efb-3caa-4132-bc7a-f2e43f67460a/mluisvieira.aspx, consultado a 2021-01-25.
- MANGORRINHA, Jorge, 2014, «Cine», ficha histórica disponibilizada pela rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa, disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Cine.pdf, consultado a 2020-11-25.
- MARINO, Luís, s.d., «Nota Biobibliográfica: Vieira, Augusto Elmano», in *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, doc. datilografado, Fundo Luís Marino ABM, cota 5-10, pp. 264-274.
- MARQUES, Manuela, 2017, «Perestrellos Photographos. História Administrativa/ Biográfica/Familiar», in *Instrumentos de Descrição do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira*, Funchal, ABM, disponível em https://arquivo-abm.madeira. gov.pt/details?id=72115&ht=perestrellos%7cphotographos, consultado a 12-11-2020.
- MATOS, Rui Campos, 2016, A Arquitetura do Turismo Terapêutico Madeira e Canárias (1800-1914), tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- MATOS-CRUZ, José, 1981, *Arquipélago da Madeira Um Roteiro Fílmico*, [Funchal], Cine-Forum do Funchal.
- MENDES, José Manuel Melim, 2007, *Memórias do Funchal*. *O Bilhete-Postal Ilustrado até à Primeira Metade do século XX*, Funchal, Edição do Autor.
- MOTA, Gonçalo, 2017, «Cinema e Turismo: Modos de Ver e de Mostrar I e II», in Sofia (coord.), *Viagens, Olhares e Imagens. Portugal 1910-1980*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa Museu do Cinema, pp. 95-121.
- PASSOS, José M. Silva, 1998, O Bilhete-Postal Ilustrado e a História Urbana do Arquipélago da Madeira, Lisboa, Editorial Caminho.
- PENAFRIA, Manuela, 2013, «1896-1909. Os Primeiros Anos de Cinema em Portugal», in CUNHA, Paulo e SALES, Michelle (orgs.), *Cinema Português: um Guia Essencial*, São Paulo, SESI-SP editora, pp. 10-44, versão não impressa e disponível em https://issuu.com/zaranzaton/docs/cinema_portugu__s_um_guia_essencial, consultado a 10-11-2020.
- PENAFRIA, Manuela, 2013, «Problemáticas do cinema português: os documentários dos realizadores de ficção", in *Atas do II Encontro Anual da AIM*, ed. Tiago Baptista e Adriana Martins, Lisboa, AIM, pp. 450-463.

- PEREIRA, Alda, 2018, «Photographia Vicente. História Administrativa/Biográfica/ Familiar», in *Instrumentos de Descrição do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira*, Funchal, ABM, disponível em https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=72161, consultado a 10-11-2020.
- PIÇARRA, Maria do Carmo, 2013, «1910-1919. Uma Cinematografia "Sem Olhar" Ganha o Primeiro Realizador, Leitão de Barros», in CUNHA, Paulo e SALES, Michelle (orgs.), *Cinema Português: um Guia Essencial*, São Paulo, SESI-SP editora, pp. 45-69, versão não impressa e disponível em https://issuu.com/zaranzaton/docs/cinema_portugu__s_um_guia_essencial, consultado a 10-11-2020.
- PIÇARRA, Maria do Carmo, 2020, «'Meter o cinema na ordem': política da ditadura», in *Projectar a Ordem. Cinema do Povo e Propaganda Salazarista 1935-1954*, Lisboa, Os Pássaros, pp. 37-59.
- PIÇARRA, Maria do Carmo, 2020, *Projectar a Ordem. Cinema do Povo e Propaganda Salazarista 1935-1954*, Lisboa, Os Pássaros.
- PIÇARRA, Maria do Carmo, 2006, *Salazar Vai ao Cinema. O* Jornal Português *de Actualidades Filmadas*, Coimbra, Edições Minerva.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2019, «A Questão Autonómica na Madeira: Elementos para uma Reflexão», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, Funchal: ABM, pp. 659-694, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/10, consultado a 10-01-2021.
- PINA, Luís de, 1977, *Documentarismo Português*, Lisboa, Instituto Português de Cinema.
- PHOTOGRAPHIA MUSEU VICENTES, 2013, *História da Fotografia da Madeira*, DVD, Funchal, Photographia Museu Vicentes.
- RIBEIRO, Carla Patrícia Silva, 2011, «O 'heróico cinema português': 1930-1950», in *História. Revista da FLUP*, IV série, n.º 1, Porto, FLUP, pp. 209-220.
- SAINZ-TRUEVA, José, 1994, «João Francisco Camacho: Notas para a sua Fotobiografia», in *Islenha*, n.º 15, Funchal, DRAC, pp. 15-28.
- SAMPAIO, Sofia, 2015, «Outros filmes, outro cinema: o filme turístico», in *Atas do IV Encontro Anual da AIM*, eds. Daniel Ribas e Manuela Penafria, Lisboa, AIM, pp. 340-347.
- SAMPAIO, Sofia (coord.), 2017, *Viagens, Olhares e Imagens. Portugal 1910-1980*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa Museu do Cinema.
- SANTOS, A. Videira, 1981, *Manuel Luís Vieira*. *Filmografia Madeirense* 1922-1928, Lisboa, Cinemateca, documento datilografado, Cinemateca com a cota 81 Vieira. SAN.

- SOARES, Maria de Fátima Gouveia, 2000, Francisco Bento de Gouveia 1873 1956. Vida e Obra, [Funchal], Espaço XXI.
- VALENTE, Carlos, 2014, «Madeira Audiovisual: Produção, Distribuição e Ensino», in FRANCO, José Eduardo e TRINDADE, Cristina (coord.), *Que Sabere(es) para o Século XXI. História, Cultura e Ciência na Madeira*, Funchal/Lisboa, APCA/Esfera do Caos Editores, pp. 453-463.
- VENUTI, Lawrence, 2010, «Ekphrasis, Translation, Critique», in *Art in Translation*, vol. 2, n.º 2, s.l., pp. 131-152.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «O alargamento da autonomia dos Distritos Insulares, o Debate na Madeira (1922-1923)», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 493-515.

Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)

Manuel Luiz Vieira: A Life Dedicated to Image (1920-1952)

Ana Paula Almeida¹

Resumo

Manuel Luiz Vieira, nascido na Madeira ainda no século XIX, foi um dos pioneiros do cinema português. Começou com pequenas experiências, esteve associado à criação das duas primeiras empresas cinematográficas na Ilha e tornou-se um dos operadores principais do Estado Novo, integrando a Missão Cinegráfica às Colónias em África e a Direção Geral dos Serviços Agrícolas.

O seu nome está ligado a mais de 200 filmes, tanto como realizador, operador de imagem ou produtor. Figura discreta, Manuel Luiz Vieira é um (quase) desconhecido do meio cultural e académico. Assim, este texto tem como objetivo contribuir para um maior conhecimento da pessoa e da sua filmografia, bem como dar uma colaboração para a História do Cinema na Madeira.

Palavras-chave: Manuel Luiz Vieira; Cinema; *Madeira Film*; Empresa Cinegráfica Atlântida; Documentário.

Abstract

Manuel Luiz Vieira, born in Madeira in the 19th century, was one of the pioneers of Portuguese cinema. He started with small experiments, was associated with the creation of the first two film companies on the island and became one of the main operators of the Estado Novo, integrating the Cinematographic Mission to the African Colonies and the General Management of Agricultural Services.

Licenciada em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho. Mestre em Arte e Património pela Universidade da Madeira com apresentação da dissertação Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira – Apontamento para a História do Cinema na Madeira de 1897 a 1930 (editada em 2010 pelo Centro de Estudos de História do Atlântico). É membro colaborador do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais – Universidade da Madeira. É professora do Quadro de Escola da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, Câmara de Lobos. No momento exerce funções no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Contacto eletrónico: anaptameida@gmail.com.

His name is associated with more than 200 films, as director, image operator or producer. A discrete person, Manuel Luiz Vieira is an (almost) unknown in the cultural and academic sphere. Thus, this paper aims to contribute to a greater knowledge of his biography and his filmography, as well as to collaborate in the making of the History of Cinema in Madeira.

Keywords: Manuel Luiz Vieira; Cinema; Madeira Film; Empresa Cinegráfica Atlântida; Documentary.

Manuel Luiz Vieira, filho de João António Vieira e Maria Augusta Vieira, nasceu em São Vicente a 21 de junho de 1885. Na época, o isolamento da Ilha, a distância em relação aos principais centros de inovação e o difícil acesso ao saber eram graves condicionantes. Porém, a dificuldade em conhecer as últimas novidades, a complexidade na aquisição de materiais e no acesso a novas publicações não o impediram de inovar numa das suas áreas de interesse: o cinema.

A Época

O final do século XIX ficou marcado por uma sucessão de inventos que alteraram o quotidiano das populações, os seus comportamentos e a vida em sociedade. A facilidade de acesso ao petróleo e à eletricidade, o desenvolvimento dos meios de transporte, o aparecimento de novos meios de comunicação e a evolução da medicina proporcionaram muitas alterações. O estilo de vida das populações transformou-se: o bem-estar era, incontestavelmente, maior. A crescente alfabetização, a divulgação e o aumento de publicações periódicas, a transformação na arte e na cultura, o aparecimento de novos partidos políticos, a emancipação feminina e os movimentos sufragistas modificaram o modo de pensar e estar em sociedade. Neste turbilhão de inovações e alterações, Paris ocupou uma posição privilegiada como polo de atração das elites culturais europeias².

A Exposição Universal de Paris³, em 1900, dedicada à eletricidade, surgia como um marco e refletia toda esta mudança e novidade. Foi aqui que se exibiu tudo o que havia de mais inovador na indústria e onde o público teve contacto com novas tecnologias, como o tapete rolante ou, como era chamado então, a "rua do futuro".

² GUERREIRO, 1995, Exposições Universais. Paris 1900, p. 12.

Portugal esteve representado com dois pavilhões: um no Quai d'Orsay e o principal na rua das Nações. Este último foi da autoria de Miguel Ventura Terra (1866-1919). Os relatórios oficiais, os guias da Exposição e a imprensa francesa da época não fazem qualquer referência à representação portuguesa.

É nesta efervescência técnica e cultural que surge um novo divertimento, o cinema⁴, rapidamente acolhido pelas massas.

Embora o animatógrafo tivesse sido divulgado cinco anos antes, na Exposição, o público pôde experienciar novas formas de exibições.

«Na Galeria das Máquinas, Louis Lumière projecta para vinte e cinco mil espectadores (potenciais) um filme de 70mm num ecrã que media 21 metros por 16, utilizando um projector que não é nada menos do que um farol da marinha de 150 amperes.»⁵

Nessa altura, a Madeira era uma região de contrastes: o analfabetismo, a ruralidade e a pobreza coexistiam com uma considerável comunidade forasteira, as publicações estrangeiras e as últimas invenções. Por isso, no Funchal – cidade pobre, pequena e desordenada, sem condições básicas de salubridade –, o cinema era esperado com alguma impaciência e curiosidade. O *Diário de Notícias* referia que o animatógrafo, invento atribuído a Edison, atraía grande afluência de público aos teatros da capital, esperando-se, para breve, a chegada destes novíssimos espetáculos. O cinematógrafo era entendido como uma diversão que quebraria a monotonia das noites de inverno funchalense⁶.

Foi pela imprensa que os madeirenses souberam que os irmãos Henrique Augusto Rodrigues (1856-1934)⁷ e João Anacleto Rodrigues (1869-1948)⁸, donos e fundadores do estabelecimento comercial Bazar do Povo, tinham adquirido, em Paris, o primeiro animatógrafo que animaria o Funchal⁹. E, no dia 15 de maio de 1897,

Resultante de um conjunto de invenções, o cinema foi patenteado pelos irmãos Lumière, responsáveis pela primeira exibição cinematográfica pública e paga, em Paris, a 28 de dezembro de 1895. Uns meses mais tarde, no dia 18 de junho de 1896, os portugueses assistiram à projeção de filmes do animatógrafo, em Lisboa, no Real Coliseu.

⁵ GUERREIRO, 1995, Exposições Universais. Paris 1900, p. 50.

⁶ «Animatographo», 14-01-1897, in *Diário de Notícias*, p. 2.

Natural de Câmara de Lobos, Henrique Augusto fez parte do Partido Republicano Português, tendo, após a Implantação da República, desempenhado vários cargos públicos, entre eles o de Vogal da Câmara Municipal do Funchal. Foi, ainda, um dos corpos dirigentes do Auxílio Maternal.

^{8 «}João Anacleto Rodrigues nasceu a 13 de julho de 1869, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, e faleceu a 29 de agosto de 1948 [...].

Trabalhou no comércio a partir dos 14 anos e, a 3 de junho de 1896, tornou-se sócio da firma Henrique A. Rodrigues & C.ª, Lda., proprietária do estabelecimento comercial Bazar do Povo e fundada, a 19 de maio de 1883, pelo seu irmão Henrique Augusto Rodrigues. Foi também sócio da empresa H. M. Borges Sucrs., Lda., vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial do Funchal e vogal vereador da Câmara Municipal do Funchal.

João Anacleto Rodrigues teve como *hobby* a fotografia. Captou, assim, imagens diversas da ilha da Madeira e ainda dos arquipélagos dos Açores e Canárias e de Portugal continental, por onde viajou. A [...] maio de 1897, estreou o seu cinematógrafo no Teatro Municipal do Funchal, sendo um dos percursores do cinema nas ilhas atlânticas.» (ARAÚJO e LUÍS, 2018, «O Fotógrafo», p. 5).

⁹ «Animatographo», 15-04-1897, in *O Diário do Comércio*, p. 1.

deu-se a primeira exibição cinematográfica, na Ilha, no Teatro D. Maria Pia. Manuel Luiz Vieira tinha 12 anos.

Dado o bom acolhimento que o animatógrafo teve, os primeiros anos de exibição foram de alguma euforia, sendo isto bem visível pelo número de salas de espetáculos inauguradas na época. Criado ainda no século XIX, o Pavilhão Grande foi a primeira sala de espetáculos. Seguiram-se: Teatro Águia D'Ouro (1907), Pavilhão Paris (1909), Salão Ideal (1910, rua da Princesa), Salão Central (1910), Salão Variedades (1910), Teatro-Circo (1911) e Salão Ideal (1923, rua de Santa Maria). Além destes espaços, havia projeção de filmes em locais menos convencionais, como no jardim municipal (Cine-Jardim), em hotéis, na sede da Banda Distrital do Funchal, entre outros.

Mas o interesse dos madeirenses pelo cinema não ficou pela exibição; revelou-se, igualmente, na realização de vários filmes. De entre estas películas, encontrámos pequenos registos documentais, documentários e ficção¹⁰. É nesta conjuntura que surge Manuel Luiz Vieira, um dos pioneiros do cinema português.

A Madeira Film

Seguindo a tradição de grandes nomes da fotografia que a Madeira conheceu desde cedo, Manuel Luiz Vieira dedicou-se a esta arte como profissional – quer de exteriores, quer de ateliê. Fundou um estabelecimento no Funchal, a Casa Pathé, onde vendia «maquinaria fotográfica de toda a espécie, aparelhos e material sensível, etc.»¹¹

Interessou-se pela fotografia animada e, fazendo frente a todas as adversidades e limitações existentes na Ilha, à época, como já referimos, daí ao cinema foi um pequeno passo. Em 1919, tendo como objetivo principal fazer reportagens sobre acontecimentos vários ocorridos na Ilha¹², começou a realizar ensaios cinematográficos, tanto em filmagens como em laboratório.

O primeiro filme de ficção madeirense conhecido foi de João dos Reis Gomes (1869-1950), O Cerco de Safim, e tratava-se de um episódio da peça de teatro Guiomar Teixeira. A Filha de Tristão das Damas. O filme, com a duração aproximada de dez minutos e onde se recriava uma batalha entre cristãos e muçulmanos, foi exibido durante a representação. As imagens, da responsabilidade de André Valldaura, foram comentadas pelos próprios atores, acompanhados por uma orquestra. As filmagens decorreram no dia 25 de maio de 1913 e a estreia foi, no Teatro Funchalense, a 28 de junho do mesmo ano.

¹¹ RIBEIRO, RAMOS, DUARTE, 1979, Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira, o Repórter X, p. 13.

¹² Um dos acontecimentos que Manuel Luiz Vieira quereria filmar seria a presença do Imperador Carlos de Habsburgo na Madeira, onde se encontrava exilado após a Grande Guerra. Porém, a morte do soberano inviabilizou o trabalho pretendido (RIBEIRO, RAMOS, DUARTE, 1979, *Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira*, o Repórter X, p. 14).

Em 1922 foi criada a *Madeira Film*. Tinha como diretor e proprietário Francisco Bento de Gouveia e como operador de câmara Manuel Luiz Vieira, seu primo. Os ateliês desta empresa cinematográfica madeirense localizavam-se na rua do Bom Jesus, morada do proprietário. Aqui acumulavam-se «aparelhos da acreditada casa Eiffel, desde a máquina de tomar vistas, á de imprimir positivos; como uma enorme escada de tripés panorâmicos, maquinismos, reveladores, projectores, etc.»¹³

Os primeiros filmes da *Madeira Film* foram exibidos numa sessão que decorreu no dia 11 de dezembro de 1922, no Teatro-Circo¹⁴. Foram projetadas várias películas: dois filmes de reportagem, relativos às visitas ao Funchal do Presidente da República e dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, bem como várias vistas da Ilha.

No filme sobre a visita presidencial à Madeira, rodado em outubro, era possível ver-se o desembarque do Presidente António José de Almeida, a entrada na cidade, a subida de comboio para o Monte e Terreiro da Luta, a descida em carro de cesto, bem como as várias visitas que realizou¹⁵. No mesmo mês, Manuel Luiz Vieira filmou a reportagem alusiva à passagem dos referidos aviadores pela Madeira. Ficou registado com pormenor a sua chegada, a impaciência da multidão, o cortejo até à Câmara Municipal – filmado de um automóvel em que seguia o operador –, os percursos e as atividades decorrentes da visita, terminando com um poente no Funchal¹⁶. Segundo a imprensa, tratava-se de um «álbum movimentado, rico de detalhes, justo de tons!»¹⁷

As vistas da Ilha descreviam as vindimas em Câmara de Lobos, as quedas de água entre a Ponta do Sol e a Madalena do Mar, o Arco da Calheta, as casas campesinas com telhado de colmo, o túnel do Rabaçal, as quedas de água do Risco e das Vinte e Cinco Fontes, o guardador da casa do Rabaçal – «velho tipico e de barba arcaica à passa piolho»¹⁸ –, a igreja e a vila da Calheta, alguns camponeses com os seus barretes de orelhas e varapaus; e, por fim, o sacrário, oferecido por D. Manuel em finais do século XV, que se encontra na igreja daquela localidade.

À projeção assistiu uma seleta plateia de convidados que aplaudiu, com entusiasmo, o diretor da *Madeira Film* bem como os seus colaboradores, «entre

¹³ Correio da Madeira, 14-12-1922, apud SOARES, 2000, Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra, p. 215.

¹⁴ SOARES, 2000, Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra, pp. 207 a 216.

¹⁵ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 2.

¹⁶ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 2, 3.

¹⁷ E. V., 1922, Diário de Notícias, apud SOARES, 2000, Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra, p. 210.

¹⁸ Diário de Notícias, 04-04-1924, apud SOARES, 2000, Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra, p. 213.

os quais sobresai Manuel Luiz Vieira, do Pathé, figura modesta, despretensiosa, disfarçando um excepcional temperamento de artista!»¹⁹

Outra grande produção da *Madeira Film* foi o documentário sobre a comemoração do V Centenário da Descoberta da Ilha da Madeira. Esta «larga metragem, dividida em cinco partes»²⁰, foi vista, em antestreia, numa sala da residência de Francisco Bento de Gouveia, num ecrã improvisado. O *Diário de Notícias*, de 1 de abril de 1923, fez uma elogiosa e pormenorizada descrição do filme, dizendo que este se iniciava com legendas elucidativas, ajudando o espectador desprevenido ou menos perito em História. Referia-se o papel do Infante D. Henrique nos Descobrimentos, destacavam-se imagens da Ponta de São Lourenço, vários planos da outrora capitania de Machico e o início das Festas do Centenário.

A segunda parte do filme era dedicada à peça *Guiomar Teixeira*. A Filha de Tristão das Damas, que fora apresentada no Teatro Manuel de Arriaga. Em seguida aparecia a embarcação que transportava os representantes de Tenerife e vários detalhes da visita. O filme terminava com o cortejo regional, onde desfilavam os carros temáticos alusivos às atividades tradicionais e às figuras relevantes da História da Ilha.

O Correio da Madeira²¹ mencionou algumas pequenas imperfeições de filmagem resultantes de falhas de material. Apesar de tudo isto, o filme revelava o admirável trabalho de Manuel Luiz Vieira. O jornalista não poupou elogios a este artista, que, sem sair da Madeira e sem ter aprendido com os especialistas, conseguiu fazer um filme que honra a Ilha e é superior a algumas produções da Casa Pathé e Gaumont. Era também sugerido que o operador-amador, Manuel Luiz Vieira, viajasse pelos grandiosos ateliês de toda a Europa, de modo a colher informação que o habilitasse a fazer da Madeira uma das melhores regiões editoras do filme. O mesmo artigo refere que «O film do V Centenário é um documento histórico de alto valor que, sem dúvida, irá produzir, álém mar, verdadeira sensação e que de forma alguma envergonha a nossa empresa «Madeira Film»»²².

Na verdade, o filme foi exibido com muito sucesso no Brasil e nos Estados Unidos da América, principalmente nas cidades onde havia maiores comunidades

¹⁹ E. V., 1922, Diário de Notícias, apud SOARES, 2000, Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra, p. 210.

²⁰ E. V., 01-04-1923, «A Madeira no Cinema. Reportage das Festas do V Centenario», in *Diário de Notícias, apud* SOARES, 2000, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra*, p. 217.

²¹ «Novas Industrias. "Madeira Film"», 04-04-1923, in *Correio da Madeira*, p. 1.

²² «Novas Industrias. "Madeira Film"», 04-04-1923, in *Correio da Madeira*, p. 1.

madeirenses, como New Bedford²³. Esta película, de cerca de mil metros, foi exibida primeiro em Lisboa, o que provocou algum descontentamento, levando O *Diário de Notícias* a lamentar a situação²⁴.

Passado este desagrado, no dia 17 de outubro de 1923, o público madeirense viu, no Jardim Municipal, o filme que há muito esperava. Os funchalenses foram "ver-se" no ecrã, porque a notícia, que iniciava com a pergunta «V. ex.ª já viu a sua figura n'um ecran de cinematógrafo?», explicou que o filme «contém sem duvida a fotografia de todos os moradores do Funchal, pelo menos de todos que saíram á rua por ocasião dos festejos comemorativos do V Centenario da Descoberta da Madeira»²⁵.

Os trabalhos cinematográficos da empresa *Madeira Film*, na nossa opinião, enquadram-se perfeitamente no paradigma de filmes "tipicamente portugueses", designação proposta por Tiago Baptista. Segundo este autor, nas primeiras décadas do século XX, realizaram-se filmes "tipicamente portugueses", isto é, pressupunha-se que haveria um conjunto de motivos cinematográficos, reveladores da identidade nacional, que deveriam integrar todos os filmes. São eles: paisagens, monumentos, costumes e tradições portugueses. Desta forma, a cinematografia portuguesa tornava-se única e facilmente identificável entre outras cinematografias nacionais, facilitando, assim, a propaganda do país no estrangeiro²⁶.

A Empresa Cinegráfica Atlântida

Em 1924, Manuel Luiz Vieira funda, no Funchal, a Empresa Cinegráfica Atlântida, composta por laboratório e estúdio de filmagens. Foi para esta empresa que, entre 1925 e 1926, rodou três filmes de ficção: *A Calúnia, O Fauno das Montanhas* e *A Indigestão*. Um género, aliás, muito distinto do que tinha efetuado anteriormente.

²³ Conforme imprensa da época: «No domingo, 20 de Abril [1924], serão exibidos no 'New Bedford Theatre', em duas sessões, uma às 2:30 e outra às 7:30 da noite, os filmes do Quinto Centenário da Descoberta da ilha da Madeira, algumas cenas do drama histórico Guiomar Teixeira levado à cena por essa ocasião, e chegada e partida da excursão da colónia madeirense da América do Norte à Madeira o ano passado, e muitas outras vistas formosas da ilha» (*A Alvorada*, 08-04-1924, New Bedford, *apud* MENDONÇA, 2007, *Da Madeira a New Bedford* [...], p. 357).

²⁴ E. V., 01-04-1923, «A Madeira no Cinema. Reportage das Festas do V Centenario», in *Diário de Notícias, apud* SOARES, 2000, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra*, p. 220.

²⁵ «Teatros. Reclamos», 17-10-1923, in *Correio da Madeira*, p. 2.

²⁶ BAPTISTA, 2013, «O Cinema "tipicamente português"», pp. 55, 56.



Imagem n.º 1 – Fotograma de A Calunia (Manuel Luiz Vieira, 1926)

Fonte: Col. Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

A Calunia foi o primeiro grande sucesso, «assaz justificado pela forma como o sr. Manuel Luiz Vieira director da Empreza Cinegrafica Atlantida realizou o seu primeiro trabalho dramatico, num meio social em que há carencia de tudo, até de artistas»²⁷. De facto, parece que Manuel Luiz Vieira, realizador, autor do argumento e da fotografia, teve algumas dificuldades em reunir um grupo de atores. Isto porque «toda a gente se recusou aos reiterados convites, insistencias e melhores influencias para esse fim»²⁸. Ultrapassado o problema, o elenco, inteiramente madeirense e amador, era composto por: familiares de Manuel Luiz Vieira – Ermelinda Vieira e Maria Augusta Vieira e Abreu (irmãs), Victorino Abreu (cunhado) e o pequeno Renato (sobrinho); e amigos – Nadine Menut, Manuel Fernando Figueiredo, Arnaldo Coimbra, João Sabino, Firmino Brazão, Manuel Rodrigues, E. Pinto Correia e Miguel Soares.

²⁷ «Teatros. "A Calunia"», 26-02-1926, in *Jornal da Madeira*, p. 3.

²⁸ «Teatros. "A Calunia"», 26-02-1926, in *Jornal da Madeira*, p. 3.

O que começou por ser um problema, a interpretação, tornou-se na maior qualidade do filme²⁹. E o desempenho dos atores, atendendo ao facto de serem jovens inexperientes na área, foi considerado de louvar, não faltando talento e intuição da «arte do silêncio»³⁰. Segundo *O Lisboeta*, publicação teatral e cinematográfica, a interpretação foi feita com naturalidade, embora

«morosa pelo elemento feminino. Emquanto ao desempenho masculino, agradou-nos o trabalho do comico que promete fazer-se um bom actor. Os outros interpretes não vão mal. A scena da lucta foi cheia de realidade. [...] a minha opinião é que todos os interpretes fizeram o maximo para a homogeneidade do conjunto.»³¹

A película foi inteiramente filmada na Madeira, nomeadamente no Funchal e em Câmara de Lobos. As cenas principais foram gravadas em várias quintas dos arredores da cidade, gentilmente cedidas pelos seus proprietários³².

Este filme mudo – considerado pela imprensa um documentário cinematográfico sobre os valores e as belezas da Madeira³³ – retrata um grupo da sociedade funchalense da época, contando a história de amor de um homem que parte para a América, com o intuito de acumular fortuna e ganhar a mão da sua amada, uma mulher rica atormentada pelo seu primo, um terrível sedutor, que apenas pretende a sua riqueza. Tematicamente, o filme repete a fórmula do casamento conciliador de classes, inaugurada por Georges Pallu em *A Rosa do Adro* (1919), e que foi usada repetidamente nas comédias "à portuguesa" dos anos 40³⁴. *A Calunia* divide-se em oito partes: 1.^a – O despeito; 2.^a – A intriga; 3.^a – O emigrado; 4.^a – Dois anos depois; 5.^a – O predomínio do mal; 6.^a – A justificação; 7.^a – O regresso; 8.^a – O castigo. A partitura original foi da autoria de João Sabino.

No dia 10 de fevereiro houve uma sessão dedicada especialmente aos jornalistas e artistas. A recetividade foi tão boa que o *Diário de Notícias*, endereçando

²⁹ «Ninguem olha, por assim dizer, para as deficiencias proprias dos trabalhos desta natureza e com razão, demais sabendo como nós que o maior milagre da efectivação de "A Calunia" está na sua interpretação, da qual ao principio fugiu toda a gente, principalmente interpretes do sexo femenino, sendo quasi preciso forçar os poucos que se prestaram a ser filmados e que lá ocupam um logar de honra, visto, nestas condições, termos de avalia-los como as unicas pessoas que na Madeira podiam desempenhar tão dificeis papeis» («Teatros. "A Calunia"», 26-02-1926, *Jornal da Madeira*, p. 3).

³⁰ «A Fita "Calunia"», 11-02-1926, in *Diário de Notícias*, p. 1.

³¹ J.J.A., «Actualidades de Cinema. "A Calúnia"», maio 1926, in *O Lisboeta, publicação theatral e cinematográfica*, n.º 43, *apud* VIEIRA, s.d., *A calúnia* [...], s.p.

³² «Teatro-Circo» [anúncio de sessão cinematográfica], 24-02-1926, in *Diário de Notícias*, p. 2.

³³ «"A Calúnia"», 20-02-1926, in *Diário de Notícias*, p.1.

³⁴ PIÇARRA, 2013, «1910-1919 – Uma cinematografia "sem olhar" ganha o primeiro realizador, Leitão de Barros», p. 54.

os parabéns a Manuel Luiz Vieira, aconselhou todos os madeirenses a verem a fita³⁵. A atriz Maria Matos, que assistiu à antestreia do filme, considerou o trabalho fotográfico excecional, bem como o trabalho dos intérpretes. Os títulos dos capítulos e os dísticos explicativos encontravam-se escritos em português correto, o que nem sempre sucedia mesmo nos melhores filmes, dizia. Estes, destacando-se sobre um fundo móvel, eram uma inovação³⁶. Sobre este assunto, o *Correio da Manhã*, em Lisboa, tinha a mesma opinião³⁷.

Para o *Correio da Madeira* estávamos perante um «filme de arte», pelo enredo, desempenho artístico e paisagens captadas. Foi salientado o papel do operador, cujos atributos foram realçados³⁸. O filme reflete uma excelente montagem e realização, destacando-se uma das cenas finais onde se desenrola uma corrida de automóvel nas ruas do Funchal. A cena foi filmada por Manuel Luiz Vieira num outro automóvel, algo surpreendente para o cinema da época³⁹.

A estreia foi a 24 de fevereiro de 1926, no Teatro-Circo. A sessão foi muito concorrida, «destacando-se muitas famílias da nossa melhor sociedade»⁴⁰. A estreia em Lisboa, após alguma dificuldade em conseguir uma sala, foi, mediante os esforços de João Sabino, a 11 de maio do mesmo ano⁴¹, no Eden Teatro.

A Calúnia foi exibida em várias salas de cinema dos Estados Unidos, estando em cartaz, aproximadamente, ano e meio. As bobines terão regressado à Madeira em final de março de 1928⁴². Segundo a imprensa americana, a sessão no Comique Theatre, em New Bedford, foi um verdadeiro sucesso. Na assistência destacavam-se os emigrantes madeirenses, que puderam recordar a sua terra. Também aqui se admirou o trabalho de Manuel Luiz Vieira, considerado

³⁵ «A Fita "Calunia"», 11-02-1926, in *Diário de Notícias*, p. 1.

³⁶ MATOS, 23-02-1926, «Teatro-Circo. "A Calunia"», in *Diário de Notícias*, p. 2.

³⁷ «O que mais nos surprehendeu foi a sobreposição das legendas, que sahindo do velho processo de "fundo branco", são sobrepostas em varias paisagens moveis, o que dá ao "film" ainda mais interesse. Trata-se, pois, de um bello esforço, digno do melhor exito, e que se deve ao modestissimo operador cinematografico Manuel Luiz Vieira [...].» (Correio da Manhã, 01-05-1926, apud VIEIRA, s.d., A calúnia [...], s.p.).«A Calunia», 21-02-1926, in Correio da Madeira, p. 2.

³⁸ «A Calunia», 21-02-1926, in *Correio da Madeira*, p. 2.

³⁹ MOUTINHO, 2013, *Manuel Luiz Vieira* [...], p. 28.

⁴⁰ «No Teatro Circo», 28-02-1926, in *Correio da Madeira*, p. 3.

⁴¹ *Diário da Tarde*, 12-05-1926 e *Diário de Lisboa*, 12-05-1926, apud VIEIRA, s.d., A calúnia [...], s.p.

⁴² MENDONCA, 2007, Da Madeira a New Bedford [...], p. 361.

«um artista à altura. Nenhum operador o excederia na perfeição, na nitidez da objectiva. Vive-se, na Madeira, através da película. Esse é um dos grandes títulos da cinematografia, o que lhe conquista vantagens sobre os outros géneros teatrais. Não é só a vida das pessoas que drama até nós. É a própria vida das coisas que traz até aos nossos olhos, até ao nosso coração. A Madeira desfilou diante da assistência com os esplendores do seu sol, com o perfume das suas flores, com os seus admiráveis panoramas marítimos, com o deslumbramento dos seus édens interiores. E à passagem desses pontos sentia-se palpitar o coração da assistência, acompanhando os aplausos irresistíveis.»⁴³

À semelhança da imprensa madeirense, a nacional também considerou, pelas paisagens apresentadas, qualidade da interpretação e trabalho técnico, *A Calúnia* como um filme de qualidade. Além dos jornais já referidos – O Lisboeta (n.º 43, maio de 1926), Correio da Manhã (01-05-1926), Diário da Tarde (12-05-1926) e Diário de Lisboa (12-05-1926) –, encontrámos referências ao filme em outras publicações: Correio dos Açores (31-03-1926), Diário de Lisboa (14-03-1926) e Diário de Notícias (Lisboa, 12-05-1926)⁴⁴.

Como seria de esperar, nem todas as opiniões foram positivas. A *llustração* considerou que se tratava «de um dramalhão horripilante, sem medida nem arte, mal interpretado e péssimamente realizado. Mais uma tentativa que falha por falta de gôsto e de profissionalismo. Pêzames»⁴⁵. A afirmação foi contestada e considerada uma maldade, uma tentativa de asfixia a uma empresa que estava a começar. João Sabino fez um esclarecimento a este comentário e, após a sua leitura, pareceu-nos tratar-se não de uma opinião técnica nem estética, mas uma questão meramente estratégica⁴⁶.

O Fauno das Montanhas, também de Manuel Luiz Vieira, é uma média-metragem dramática, de 1100 metros, em quatro partes. Tido como um filme fantástico, aborda os devaneios de uma jovem que participa com o pai, naturalista britânico, numa expedição para conhecimento das espécies ornitológicas da

⁴³ Diário de Notícias, 14-11-1927, New Bedford, apud MENDONÇA, 2007, Da Madeira a New Bedford [...], pp. 360, 361.

⁴⁴ VIEIRA, s.d., *A calúnia* [...], s.p.

⁴⁵ «A "Atlantida Films" do Funchal [...]», 16-04-1926, in *Ilustração*, p. 17.

[«]Pelas informações que diligenciei obter, tenho a prova irrecusavel que o auctor das palavras publicadas na "Illustração" com referencia á "Calúnia" é o sr. João de Sousa Fonseca, secretario do sr. J. Castello Lopes, que desde o primeiro dia guerreou e contrariou os meus esforços para o desempenho da minha missão. Aquella critica serviu para me assustar, e vêr se assim conseguiam que lhe vendesse o film por uma insignificancia. O que não constitui novidade para ninguem do "métier", pois que todas as emprezas formadas em Portugal e que hoje estão paralysadas, o devem á guerra que esta e outras duas casas monopolistas da exploração cinematografica, movem a todas as tentativas portuguezas! (João Sabino)» (VIEIRA, s.d., A calúnia [...], s.p.).

Ilha. No seu crescente romantismo, e inspirada na paisagem, julga-se perseguida por um fauno, que tenta assassinar o sábio. Este filme «pertence às raras incursões do cinema português no terreno do fantástico, sendo, por isso, obra precursora»⁴⁷.



Imagem n.º 2 – Fotograma de *O Fauno das Montanhas* (Manuel Luiz Vieira, 1927)

Fonte: Col. Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

A interpretação estava confiada a Arnaldo Coimbra, que realizou com inteligência a criação de duas personagens, o "fauno" e o camponês. Salientaram-se também as atuações de Ermelinda Vieira e de Jorge Gordon, no papel de naturalista inglês⁴⁸. O trabalho técnico foi da responsabilidade de Manuel Luiz Vieira, considerado

⁴⁷ PINA, 1986, *História do Cinema Português*, p. 42. «Cinematografia Madeirense. O "Fauno das Montanhas"», 11-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 2. «Cinematografia Madeirense. "O Fauno das Montanhas"», 8-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 5.

⁴⁸ «Cinematografia Madeirense. O "Fauno das Montanhas" », 11-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 2.

um dos melhores que se tinha feito, até à época, em Portugal. As filmagens foram efetuadas em estúdio, no Rabaçal e nas Vinte e Cinco Fontes.

O Fauno das Montanhas estreou, no Teatro-Circo, a 11 de maio de 1927. O Diário de Notícias previu, para a estreia, mais uma glória para a Empresa Cinegráfica Atlântida, visto tratar-se de «uma primorosa joia cinematográfica»⁴⁹. Contudo, foi retirado pela censura em 1929, sendo exibido comercialmente apenas três vezes. O Fauno das Montanhas, do qual o público valorizou especialmente «o extraordinario trabalho de fotografia», foi visto como um filme importante «porque o seu fim é, especialmente, destacar as belezas da nossa terra»⁵⁰. Desconhecendo a intenção de Manuel Luiz Vieira e a ideia que pretenderia passar, visto que sabemos apenas o que era transmitido pela imprensa, atrevemo-nos a dizer que a paisagem tem aqui um papel de destaque, sendo o seu carácter idílico revelado pelos intertítulos⁵¹.

Outra película de ficção, novamente de Manuel Luiz Vieira, foi *A Indigestão*, que estreou na mesma sessão de *O Fauno das Montanhas*, bem como outras fitas da Empresa Cinegráfica Atlântida: *Atlântida Jornal*, *Tosquias* (Paul da Serra) e *Colegio Alexandre Herculano*⁵². Inicialmente publicitado como «filme cómico em duas partes de João Sabino»⁵³, foi terminado com imagens animadas dos atores. Isto porque a greve feita pelo elenco, por motivos financeiros, levou Manuel Luiz Vieira a movimentar as imagens como se fossem animação, concluindo, assim, o filme, que teria uma única sessão⁵⁴. O protagonista, João Sabino, tem um admirável desempenho, assim como as intérpretes Felismina Silva e Tinira Silva. Quer pela habilidade dos atores, quer pelas situações criadas em seu redor, o filme fez rir até os mais sérios⁵⁵.

Dois dias após o espetáculo, o *Diário de Notícias* fez a crítica cinematográfica: o Teatro-Circo registou uma das maiores enchentes da sua história.

⁴⁹ «Cinematografia Madeirense. "O Fauno das Montanhas"», 8-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 5.

⁵⁰ «"O Fauno das Montanhas"», 13-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 1.

Destacamos alguns dos intertítulos: «entrega-se com extase á contemplação da paysagem.»; «– Salvé, divina natureza!»; «E aquele dia terminou com um delicioso poente azul e rosa...»; «Uma poetica queda d'agua»; «gosando a doce poesia d'êstas selvas!»; «As aguas continuam cantando a sua eterna canção de dôr imensa...».

⁵² «Cinematografia Madeirense. "O Fauno das Montanhas"», 8-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 5.

⁵³ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 22.

⁵⁴ MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 3.

⁵⁵ «Cinematografia Madeirense. O "Fauno das Montanhas"», 11-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 2.

«Entre os «films» regionais exibidos, é de justiça destacar as «Tosquias no Paul da Serra», que depois de nos mostrar riquissimos trechos de paisagem dêsses sitios, nos faz presenciar um monumental desfile de ovelhas, que impressiona e deslumbra.»⁵⁶

Admirou-se o trabalho dos atores, tanto em *O Fauno das Montanhas* como em *A Indigestão*. Porém, estes filmes não tiveram o sucesso dos anteriores e Manuel Luiz Vieira viu-se obrigado a terminar as suas experiências no campo da ficção, passando a dedicar-se mais aos documentários⁵⁷.

Foi nesta área que alcançou grande destaque, dentro e fora da Madeira. Da sua autoria, a 25 de maio de 1927, foi exibida a reportagem da vinda dos aviadores João Moreira de Campos e José das Neves Ferreira, que comandavam o hidroavião que amarou próximo do Porto Santo na sequência do raid aéreo Lisboa – Madeira – Açores.

O documentário *Chegada de Ruth Elder*, que relatava a chegada da aviadora americana após um acidente nos mares dos Açores, a 13 de outubro de 1927⁵⁸, foi filmado por Manuel Luiz Vieira que, com o objetivo de filmar a excursão da Banda Municipal do Funchal, se encontrava naquele Arquipélago.

«Apesar do mau tempo, o talentoso operador cinematográfico sr Manuel Luiz Vieira, nosso conterraneo, consegue filmar os aspectos mais interessantes do desembarque – fazendo assim a primeira e sensacional reportagem cinegráfica da viagem de Miss Elder. O seu *film* será o primeiro a chegar á America do Norte, onde é anciosamente esperado.

⁵⁶ «"O Fauno das Montanhas"», 13-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 1.

⁵⁷ A definição de documentário não é linear nem consensual. Inicialmente, o termo foi utilizado como caracterizador de um filme que tivesse a qualidade de documento. Para John Grierson (1898-1972), ao documentarista compete-lhe, mais do que um relato de acontecimentos, fazer um tratamento criativo da realidade. A realidade fílmica e a verdade diferem, uma vez que o cinema não consegue dar a ver o mundo tal qual é (PENAFRIA, 2004, «O filme documentário em debate: John Grierson e o movimento documentarista britânico»). Segundo Bill Nichols, existem diferentes tipos de documentários conforme a época em que se inserem e as tecnologias que usam: o modo poético (marcado pela subjetividade); o modo expositivo (com caráter didático, ideal para transmitir informações); o modo observativo (caracterizado pela observação pura); o modo participativo (conta com a participação do cineasta); o modo reflexivo (tem o objetivo de causar o efeito de consciência); e o modo performativo - trata de questões de subjetividade social, aborda temas mal representados (OLIVEIRA, 2016, «O Documentário e Suas Especificidades», pp. 2-5). Conforme Nichols, as reconstituições como técnica eram muito frequentes nos períodos iniciais do documentário. Um bom exemplo seria Nanook, o Esquimó, considerado durante muito tempo o primeiro documentário. A razão pela qual é considerado uma reconstituição é que «as ações realizadas por Nanook para pescar e cacar eram ações que [o] seu povo na verdade realizava cerca de trinta anos antes de essas cenas serem filmadas. O filme não deixa isso claro, e ele volta a esse passado através do recurso ao drama, criando tensão ou suspense que nos envolvem nestas cenas, ao invés de nos encorajar a identificá--las como reconstituições» (Bill Nichols, apud BONOTTO, 2009, «Bill Nichols fala sobre documentário: vozes e reconstituições», p. 259).

⁵⁸ «O avião "Girl" caiu nas aguas dos Açores», 14-10-1927, in *O Jornal*, Funchal, p. 2.

[...] Varios aspectos da viagem foram filmados pelo sr. Manuel L. Vieira e pelo nosso companheiro de trabalho sr. Arnaldo Coimbra [...]. Ainda ali [no cais] os perseguiram os operadores cinematograficos, tendo Miss Elder, ao passar diante da objectiva do sr. Oscar Lomelino, da "Globe Film", dado uma expressão de travessura ao seu rosto, o que despertou a atenção e fez rir os que presencearam a scena.»⁵⁹

As imagens colhidas tiveram aprovação imediata da Pathé, passando o trabalho de Manuel Luiz Vieira a ter reconhecimento de repercussão internacional⁶⁰. O documentário foi exibido em Paris⁶¹, no dia 26 de outubro⁶².

Assim, aquele que deveria ser o filme principal da deslocação aos Açores passou, por mero acaso, para segundo plano. A película sobre a excursão da Banda Municipal do Funchal apresenta imagens da viagem, da Ilha de São Miguel, das plantações de chá e ananases, do cortejo, dos aviadores Ruth Elder e George Halderman e o regresso à Madeira⁶³. Já no Funchal,

«Durante o desembarque e por ocasião do cortejo os operadores cinematograficos srs. Manuel Luiz Vieira e Arnaldo Coimbra, que acompanharam os madeirenses aos Açores, filmaram os excursionistas em varios pontos da cidade, devendo fazer parte esta filmagem da grande pelicula cinematografica «Da Madeira aos Açores» que os nossos leitores vão ter o praser de admirar nos nossos écrans.»⁶⁴

Em Lisboa

Em 1928, Manuel Luiz Vieira fixa-se em Lisboa. Pela mão de Francisco Correia de Mattos Júnior, começa a trabalhar para a empresa Mello, Castelo Branco, Lda., como operador de imagem, diretor e técnico de laboratório⁶⁵. Aqui dirigiria vários documentários, como, por exemplo, *A Cavalaria Portuguesa*, e foi operador do filme *A Castelã das Berlengas* (Leitão de Barros, 1930), onde se podem ver «no decurso da acção belas e arriscadas tomadas de vistas aéreas»⁶⁶.

⁵⁹ «Os Aviadores do "American Girl"», 25-10-1927, in *O Jornal*, p. 1.

⁶⁰ RIBEIRO, 1977, «Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal. No Presente a imagem do passado», p. 15.

⁶¹ Desconhecemos a data de exibição em Nova Iorque, assim como não sabemos se se trata do mesmo filme.

⁶² «A primeira reportagem cinematográfica de Miss Ruth Elder», 27-10-1927, in *O Jornal*, p. 1.

⁶³ SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], pp. 23, 24.

⁶⁴ «Os Aviadores do "American Girl"», 25-10-1927, in O Jornal, p. 2.

⁶⁵ RIBEIRO, RAMOS, DUARTE, 1979, Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira, o Repórter X, p. 16.

⁶⁶ RIBEIRO, RAMOS, DUARTE, 1979, Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira, o Repórter X, p. 16.



Imagem n.º 3 – Rodagem do Filme *A Dança dos Paroxismos* (Jorge Brum do Canto, 1930)

Fonte: Col. Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

No âmbito do seu trabalho para a mesma empresa, colaborou com Jorge Brum do Canto em *A Dança dos Paroxismos*, filme que marca a estreia do realizador no cinema. Neste ensaio visual inspirado numa lenda nórdica, e filmado na zona saloia de Lisboa, Manuel Luiz Vieira foi o responsável pela fotografia. Esta «experimentação fotográfica» foi a «única aproximação do cinema mudo português ao "impressionismo [cinematográfico] francês" (expressão de Delluc, retomada por Langlois e Sadoul) de Gance, Dulac, Epstein e, sobretudo, de Marcel L'Herbier, a quem Brum do Canto, justamente, dedica o filme»⁶⁷. Em 1931, trabalharam novamente juntos em *Paisagem*. Este filme, que trata a questão da emigração ilegal, ficou inacabado por falta de meios financeiros.



Imagem n.º 4 – Filmagem de *Paisagem* (Jorge Brum do Canto, 1931)

Fonte: Col. Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

⁶⁷ Cinemateca Portuguesa, 2013, «A Dança dos Paroxismos | Le Sang d'un Poète».

Na capital fotografou dezenas de curtas-metragens e vários filmes de fundo. Colaborou com vários diretores de fotografia estrangeiros⁶⁸. Integrou a Missão Cinegráfica às Colónias em África e a Direção Geral dos Serviços Agrícolas, incorporada no Ministério da Agricultura. Nesta última instituição, colaborou com Adolfo Coelho⁶⁹ e dirigiu a fotografia de vários documentários, alguns deles em colaboração com outros operadores: Salazar Dinis, Aquilino Mendes, Octávio Bobone e Mário Moreira. Trabalhou, ainda, para a Direção Geral de Saúde. Evidenciou-se, assim, no documentário de carácter etnográfico e de propaganda⁷⁰. A partir de 1936, juntamente com Artur Costa de Macedo e Octávio Bobone, realizou várias curtas-metragens para o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)⁷¹.

Foi neste âmbito que Manuel Luiz Vieira filmou, como operador da Sociedade Portuguesa de Atualidades Cinematográficas (SPAC), a reportagem sobre a Viagem do Chefe do Estado aos Açores⁷², em julho de 1941. A revista *Animatógrafo*⁷³ elogia a competência de Manuel Luiz Vieira, profissional criterioso e simples, com provas dadas nas filmagens em estúdio e nas tomadas de vista das reportagens, e refere que o meio cinematográfico ficou satisfeito com esta nomeação. No regresso, o operador foi entrevistado pela mesma revista e facilmente se percebe, além do entusiasmo

⁶⁸ Como, por exemplo, Isy Goldberger, em *Maria Papoila* (Leitão de Barros, 1937), e Francesco Izzarelli, em *Camões – Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente* (Leitão de Barros, 1946).

⁶⁹ Com Adolfo Coelho «nasceu e floresceu um cinema de teor agrícola ou de ambiente rural [...].» (RIBEIRO, 1977, «Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal. No Presente a imagem do passado», p. 22).

O uso do som permitiu ao documentário, além de representar a realidade com maior exatidão, dar à audiência uma visão do mundo que nunca tinha sido vista e oferecê-la com poder emocional, fomentando o nacionalismo e o patriotismo (NICHOLS, 2015, «O Filme Documentário e a Chegada do Som», p. 19). O comentário atua como ponto de sutura que reorganiza os fragmentos extraídos do mundo histórico, de forma muitas vezes desordenada, dando-lhes sentido. «Existe [...], nessa operação, um processo de evocação, através do verbal, daquilo que a imagem não mostra ou mostra de forma insuficiente. Estamos, portanto, diante de dois procedimentos de *mise-en-scène*: a da imagem e a do comentário» (FREIRE, 2015, «A Escuta do Documentário no Filme Antropológico [...]», p. 29). Ou seja, o que pode tornar os documentários falsos não é somente a encenação, mas principalmente a interpretação verbal do comentário (FELIPE, 2018, «O Filme Documentário (1922-1960): Artifício, Registro e (Re)Produção da Realidade», p. 121).

⁷¹ PIÇARRA, 2006, *Salazar Vai ao Cinema* [...], p. 143.

Manuel Luiz Vieira foi, juntamente com Isy Goldberger, um dos operadores da cine-reportagem da primeira viagem presidencial às colónias de África (S. Tomé e Príncipe e Angola), filmada por iniciativa do Ministério das Colónias («Mais uma Grande Reportagem Cinematográfica. A Viagem do Chefe do Estado ao Arquipélago dos Açores», 21-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 3).

⁷³ «Mais uma Grande Reportagem Cinematográfica. A Viagem do Chefe do Estado ao Arquipélago dos Açores», 21-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 3 e «A Viagem Presidencial aos Açores», 28-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 5.

profissional demonstrado, uma estima pelo regime⁷⁴. Este filme de 31 minutos, promovido pelo SPN, integrou o *Jornal Português*⁷⁵, n.º 29.

Manuel Luiz Vieira fez, também, documentários de temática artística. Películas como *Uma Crónica Lisboeta – Gatos, Uma Crónica Lisboeta – Céu de Outono* e *Facetas Alfacinhas – Carnaval de 1934* distinguem-se dos outros trabalhos e revelam um lado mais ensaístico do autor. Estes trabalhos enquadrar-se-ão, segundo a classificação proposta por Bill Nichols, no documentário poético, surgido nos anos 20.

«A fotogenia é um elemento do documentário poético, que advém de um intuito de usar detalhes fragmentados de uma imagem cinematográfica em ritmo encantador»⁷⁶. E isto é visível em *Uma Crónica Lisboeta – Céu de Outono* (1934), onde Manuel Luiz Vieira, sobrepondo imagens e criando planos incomuns, nos dá uma imagem pessoal de Lisboa, neste caso do céu de Lisboa. Os planos têm como objetivo mostrar-nos o céu, mas este não surge só, enquadra e é enquadrado pelo casario, pelos telhados, pelas esculturas emblemáticas da cidade, por um poste de eletricidade...

Similarmente, em *Uma Crónica Lisboeta – Gatos* (1934) e *Facetas Alfacinhas – Carnaval de 1934* (1934), o realizador, partindo do mundo histórico, cria «possibilidades poéticas e subjetivas, articulando um discurso que mantém algum ponto de contato com o "real" sem, no entanto, criar qualquer relação de indexação ou de construção de discursos que se queiram hegemônicos»⁷⁷.

Nestes dois filmes, Manuel Luiz Vieira brinca com as palavras, criando momentos de humor. Em *Uma Crónica Lisboeta – Gatos*, a palavra "gatos" é explorada nas suas diversas aplicações e contextos, em intertítulos como: «... pois há gatos deitados... e deita gatos...»; «gatos... pingados!...»; «bichinhas gatas!...»⁷⁸. O mesmo sucede no filme sobre o Carnaval, onde as cenas com crianças mascaradas são "explicadas" com legendas engraçadas: «Êste já é alguém...» ou «Puritanos!...»

M., 18-08-1941, «A viagem presidencial vista por Manuel Luiz Vieira», in *Animatógrafo*, p. 9 e PIÇARRA, 2006, *Salazar Vai ao Cinema* [...], p. 146.

⁷⁵ O *Jornal Português* era o único jornal de atualidades cinematográficas português. Tinha uma periodicidade mensal e era promovido pela SPAC («Mais uma Grande Reportagem Cinematográfica. A Viagem do Chefe do Estado ao Arquipélago dos Açores», 21-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 3).

⁷⁶ OLIVEIRA, 2016, «O Documentário e Suas Especificidades», p. 3.

⁷⁷ NUNES, 2012, Documentário, falso e ciência: ancoragens e decolagens, p. 36.

⁷⁸ Estas expressões são culturais e algumas deixaram de ser usadas, como "deita gatos". A profissão de "deita gatos", comum no passado, quando nada se desperdiçava, tinha como função consertar a louça partida por meio de gatos de arame.

Ao longo da sua carreira, Manuel Luiz Vieira submeteu os seus trabalhos ao apreço de entidades técnicas estrangeiras. Da Casa André Debrie⁷⁹, de quem era cliente desde 1924, recebeu, em dezembro de 1930, um certificado onde consta «que se tornou num excelente técnico e os filmes documentários que filmou no Funchal e que nos enviou, foram por nosso intermédio vendidos, tendo sido antes, reconhecidos de boa feitura»⁸⁰. O cineasta foi considerado pelo próprio André Debrie um dos bons operadores de tomada de vistas da época. A École Technique de Photographie et de Cinématographie reconheceu, pela mesma altura, que, após analisar os seus trabalhos, Manuel Luiz Vieira tinha a competência requerida pela prática da cinematografia profissional⁸¹.

Sabe-se, também, pela Casa Debrie, que Manuel Luiz Vieira tinha dois aparelhos da marca e os enviou para que fossem adaptados aos últimos aperfeiçoamentos necessários à técnica do filme sonoro. Relativamente à exploração do cinema sonoro, Manuel Luiz Vieira envolve-se numa polémica. Pretendia a exclusividade da produção fonográfica em Portugal, durante dez anos. A exigência foi rejeitada por António Lopes Ribeiro, mas para Manuel Luiz Vieira «Não se trata de um exclusivo ou de um monopólio, concedido pelo Estado, mas sim de solicitar as habituais garantias que as leis facultam aos introdutores de novas indústrias por um período relativamente curto»⁸².

Associado a mais de 200 filmes⁸³, enquanto realizador, operador de imagem ou produtor, Manuel Luiz Vieira viria a morrer em 1952, com 67 anos, na sequência de uma intervenção cirúrgica.

Embora o cinema seja, desde a década de 70, valorizado como objeto de estudo sujeito às metodologias científicas de diferentes áreas disciplinares, até

⁷⁹ Juntamente com a Pathé, esta casa foi um dos principais inventores e fabricantes franceses de equipamentos profissionais para filmes. Criada por Joseph Debrie, em 1898, registou, até hoje, mais de 400 patentes na França. Em 1908 projetou a inovadora câmara PARVO com ferramentas de precisão, muito estável e invulgarmente compacta. Depressa se tornou a câmara mais usada do mundo (S.A., 2020, *André Debrie, Matériel Cinematographique*). Manuel Luiz Vieira usou uma câmara Debrie aquando da sua deslocação a Angola e aos Açores para filmar as viagens presidenciais («A Viagem Presidencial aos Açores», 28-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 5).

⁸⁰ RIBEIRO, RAMOS, DUARTE, 1979, Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira, o Repórter X, p. 15.

⁸¹ RIBEIRO, RAMOS, DUARTE, 1979, Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira, o Repórter X, p. 15.

⁸² Kino, 07-08-1931, n.º 15, apud PIÇARRA, 2006, Salazar Vai ao Cinema [...], p. 144.

⁸³ Entre estes filmes existem documentários, ficção, ensaios (de curta ou longa metragem), alguns dos quais remontados. Não nos foi possível confirmar com exatidão todos os filmes associados a Manuel Luiz Vieira, o que tentaremos fazer em futura investigação.

quase ao final do século XX, a História do cinema português foi feita por jornalistas, críticos de cinema, curiosos e não por historiadores. O comprometimento estético ou ético da generalidade dos autores das diversas súmulas da História do cinema português prejudicou o desenvolvimento de uma historiografia isenta e objetiva em torno da temática⁸⁴. Só a partir da última década do século XX, a valorização científica do cinema português como objeto de estudo permitiu desenvolver uma prática historiográfica, levando a um crescimento de publicações e de trabalhos académicos. Paulo Cunha afirma ser necessário e urgente voltar às fontes, reconstruir o corpus documental e fílmico, rever e reler depoimentos e testemunhos, questionar ideias-feitas, ou seja, procurar olhar o objeto de uma forma inédita, atendendo a diversos fatores contextuais até aqui pouco ou nada considerados⁸⁵. Esta abordagem deve, no nosso entendimento, ser aplicada ao estudo da História do cinema na Madeira, que ocupa, ainda, um lugar residual na historiografia portuguesa.

A sensibilidade das películas, bem como as dificuldades na sua conservação e restauro, dificultam-nos o acesso aos filmes originais. Estes ou desapareceram ou não podem ser visionados dada a sua degradação ou inexistência de projetores compatíveis. Restando-nos pouco mais que as fontes escritas. Dada a escassez de estudos realizados, propomos a análise de fontes primárias, principalmente a imprensa madeirense e as publicações cinematográficas nacionais da época. Quanto às fontes secundárias, além das raras publicações, contamos com algumas listagens elaboradas por A. Videira Santos e José de Matos-Cruz. Determinadas instituições merecem também a nossa atenção pela organização, atualização e disponibilização de informação: Cinemateca Portuguesa, Instituto Camões e CINEPT – Cinema Português, Universidade da Beira Interior (CINEPT, UBI). Embora sejam uma boa base de trabalho, não podendo assim serem ignorados, nenhum destes documentos refere as fontes, o que dificulta a confrontação e comparação.

Filmes Concretizados com a Participação de Manuel Luiz Vieira

– 1920, *His Master Voice*, animação, realização de Manuel Luiz Vieira, produção Luís Nunes Quintão⁸⁶;

⁸⁴ CUNHA, "As Histórias da História do Cinema Português" [...], p. 29.

⁸⁵ CUNHA, 2016, "Para uma história das histórias do cinema português" [...], p. 43.

⁸⁶ CINEPT, UBI; MOUTINHO, 2013, Manuel Luiz Vieira [...], p. 72.

- 1922, [Simulacro de uma cena de pugilato no Largo da Igrejinha, no Funchal]87;
- 1922, *Arraial de N.ª S.ª do Monte*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁸⁸;
- 1922, *Trechos Documentais da Nossa Terra*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁸⁹;
- 1922, Passagem de S. Exa. O Presidente da República na Madeira, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film⁹⁰;
- 1922, *Os Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral no Funchal*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁹¹;
- 1922, *Vinhos da Madeira, seu Fabrico e Exportação*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁹²;
- 1922, *Um Dia de Mau Tempo no Funchal*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁹³;
- 1923, Inauguração do Monumento aos Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira e José Alves, produção Madeira Film⁹⁴;

⁸⁷ Para Videira Santos foi a primeira experiência cinematográfica de Manuel Luiz Vieira, que se dedicou, também, aos trabalhos laboratoriais correspondentes (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 1).

Instituto Camões; «MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in *Diário da Madeira*, p. 1. As filmagens correspondem aos festejos realizados a 15 de agosto de 1922 (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 1). Foi exibido a 6 de janeiro de 1923, no Teatro-Circo («Artes e criticas», 06-01-1923, in *Correio da Madeira*, p. 3 e «Teatro-Circo», 06-01-1923, in *Diário da Madeira*, p. 2).

⁸⁹ Instituto Camões; «MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in *Diário da Madeira*, p. 1. Aparece com outros títulos: *Trechos documentais dos Panoramas da Cidade, Vários Aspetos da Cidade, Vistas do Funchal e Arredores* (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...] p. 2).

⁹⁰ SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], p. 2; Instituto Camões. Surge também com os títulos Passagem de S. Ex.ª o sr. Presidente da República pelo Funchal («MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in Diário da Madeira, p. 1) e Visita á Madeira do Presidente da República («Artes e criticas», 06-01-1923, in Correio da Madeira, p. 3).

⁹¹ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 2; Instituto Camões; «MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in *Diário da Madeira*, p. 1. A estreia pública ocorreu a 7 de janeiro de 1923, no Teatro-Circo. O filme aparece com o título *Chegada dos Aviadores á Madeira* («Teatro-Circo», 06-01-1923, in *Diário da Madeira*, p. 2).

⁹² SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 3; Instituto Camões; «MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁹³ Instituto Camões; «MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in *Diário da Madeira*, p. 1. Também é designado por *Dia de Mau Tempo* e *Os Últimos Temporais* (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 2). Foi exibido no início de 1923 com o título *Temporais na Pontinha* («Artes e criticas», 06-01-1923, in *Correio da Madeira*, p. 3).

⁹⁴ A rodagem aconteceu a 22 de março de 1923 (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 3 e «No Jardim Municipal. A inauguração do monumento aos aviadores do «Raid» Lisboa-Madeira», 23-03-1923, in *Diário da Madeira*, p. 1). Instituto Camões.

- 1923, O V Centenário da Descoberta da Ilha da Madeira, documentário, longametragem em cinco partes, realização e produção Madeira Film⁹⁵;
- 1923, *Uma Tosquia de Ovelhas na Serra de S. Roque,* documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁹⁶;
- 1923, *Uma Excursão ao Ribeiro Frio*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁹⁷;
- 1923, Festas do Espírito Santo na Ponta do Sol, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira produção Madeira Film⁹⁸;
- 1923, *Uma Excursão ao Pico Ruivo*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*⁹⁹;
- 1923, Festa de Homenagem a Henrique Vieira de Castro, no Reid's Hotel, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film¹⁰⁰;
- 1924, *Match de Foot-ball Marítimo-Ingleses*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰¹;
- 1924, *A Madeira Pitoresca e Industrial*, documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰²;
- 1924, *Alguns Aspetos da Baía do Funchal*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰³;

⁹⁵ Instituto Camões; *Diário de Notícias*, 01-04-1923, *apud* SOARES, 2000, *Francisco Bento de Gouveia* [...], pp. 216-220; SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 4 e 5._A 21 de março de 1923 ainda decorria a captação de imagens para montagem fílmica («5.º Centenário da Madeira. Trabalhos do «Madeira-Film»», 23-03-1923, *Diário da Madeira*, p. 1). Em abril, o *Diário da Madeira* noticia, descreve e comenta criticamente o filme, exibido em sessão privada (5.º Centenário da Madeira. Um valioso trabalho da «Madeira-Film»», 01-04-1923, in *Diário da Madeira*, p. 1). A exibição-estreia aconteceu em Lisboa, Cinema Condes, no dia 18 de abril de 1923 («Em Lisboa. O centenário da Madeira no «écran»», 24-04-1923, in *Diário da Madeira*, p. 1).

⁹⁶ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 5; Instituto Camões.

⁹⁷ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 4 e 5; Instituto Camões.

⁹⁸ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 6; Instituto Camões.

⁹⁹ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 5; Instituto Camões.

¹⁰⁰ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 5; Instituto Camões.

¹⁰¹ Filmagens de um jogo realizado no Campo Almirante Reis, entre o Club Sport Marítimo e uma esquadra inglesa que escalara o Funchal em fevereiro, e de vários aspetos da baía e do jardim municipal (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 9). Instituto Camões.

¹⁰² Filme editado em português, francês e inglês. Reúne material filmado até então e acrescenta uma série de imagens da Ilha recolhidas em março. Apresenta vários aspetos pitorescos da Madeira: paisagens (Pico Ruivo, Fanal, Rabaçal, várias quedas de água, etc.) e costumes (romarias, festas religiosas, meios de transporte, trajes, etc.), bem como indústrias – vimes, bordados, laticínios e açúcar (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 6, 7, 8). Instituto Camões.

¹⁰³ Segundo o *Diário de Notícias* de 22-04-1924, tratava-se de uma produção fraca (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 9). Instituto Camões.

- 1924, As Ilhas dos Açores, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film¹⁰⁴;
- 1924, *Procissão do Enterro do Senhor*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰⁵;
- 1924, *Procissão da Ressurreição*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰⁶;
- 1924, *A Ilha do Faial*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰⁷;
- 1924, *Ilha do Porto Santo Paisagens e Costumes*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰⁸;
- 1924, *Excursão a S. Vicente*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹⁰⁹;
- 1924, *Excursão ao Rabaçal*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹¹⁰;
- 1924, *Paisagens de Inverno Excursão à Neve*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹¹¹;
- 1924, Um Actor de Três Anos e Como se transporta o Fogo de Artifício para os Arraiais, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film¹¹²;
- 1924, *Vários Aspetos da Cidade do Funchal*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹¹³;
- 1924, Homenagem ao Exm.º Senhor Luís Álvaro de Carvalho no Monte Palace Hotel, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film¹¹⁴;
- 1924, *Aniversário da Banda dos Artistas*, documental, fotografia Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹¹⁵;

¹⁰⁴ Filme em dez partes. Foi vendido para os Estados Unidos numa versão mais curta. As filmagens decorreram em finais de maio e princípios de junho (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 9, 10, 11). Instituto Camões.

¹⁰⁵ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 11; Instituto Camões.

¹⁰⁶ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 9; Instituto Camões.

¹⁰⁷ Também designado *A Ilha do Faial* ou *Viagem à Ilha do Faial*. Foi filmado aquando da deslocação aos Açores para realização do documentário *As Ilhas dos Açores* (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 12). Instituto Camões.

¹⁰⁸ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 12; Instituto Camões.

¹⁰⁹ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 12; Instituto Camões.

¹¹⁰ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 12; Instituto Camões.

¹¹¹ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 13; Instituto Camões.

¹¹² SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 13; Instituto Camões.

¹¹³ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 13; Instituto Camões.

¹¹⁴ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 13; Instituto Camões.

¹¹⁵ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 13; Instituto Camões.

- 1924, *O 52.º Aniversário da Banda dos Guerrilhas*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹¹⁶;
- 1924, Desafio de Foot-ball entre o Sporting de Lisboa e o Marítimo do Funchal, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film¹¹⁷;
- 1924, *Nossa Senhora do Monte Paisagens e Arraial*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹¹⁸;
- 1924, *Desportos Náuticos Water-polo, Natação e Mergulhos*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹¹⁹;
- 1924, *Baile de Ninfas Dança do Século XV*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹²⁰;
- 1924, *Inauguração da Casa de Saúde do Trapiche*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹²¹;
- 1924, *Courses de Buffes à Madeira*, documental, operador de imagem Manuel Luiz Vieira, produção *Pathé*, Paris¹²²;
- 1924, *Um Dia na Madeira*, ficção, operador de imagem Manuel Luiz Vieira, realização de Mario Gargiulo, produção *Flegrea-Lombardo*, Itália¹²³;
- 1924, *Madeira*, operador de imagem Manuel Luiz Vieira, produção *Castello Lopes*, Lisboa¹²⁴;
- 1925, *A Madeira Panorâmica*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹²⁵;
- 1925, *A Ilha do Porto Santo*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹²⁶;

¹¹⁶ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 13; Instituto Camões.

¹¹⁷ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 14; Instituto Camões.

¹¹⁸ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 14; Instituto Camões.

¹¹⁹ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 14; Instituto Camões.

¹²⁰ Filmagem realizada na Quinta Vigia relativa a uma dança do século XV, que havia sido apresentada em janeiro de 1923, no decorrer das comemorações do V Centenário da Descoberta da Ilha da Madeira. Os bailarinos amadores foram ensaiados por Eugénia Rego Pereira (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 15). Instituto Camões.

¹²¹ Ou *Inauguração do Trapiche* (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 15). Instituto Camões.

¹²² MOUTINHO, 2013, *Manuel Luiz Vieira* [...], p. 77.

¹²³ MOUTINHO, 2013, *Manuel Luiz Vieira* [...], p. 78.

¹²⁴ MOUTINHO, 2013, *Manuel Luiz Vieira* [...], p. 78.

Filme em sete partes. O filme, que inicia com imagens do Funchal, apresenta várias paisagens e aspetos (desportos, procissões, etc.) de toda a Ilha (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 16). Instituto Camões.

¹²⁶ Edição melhorada do filme sobre o Porto Santo (1924?), destinada ao estrangeiro (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 16). Instituto Camões.

- 1925, Atualidades Madeirenses 1.º Jornal Animado, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film¹²⁷;
- 1925, Atualidades Madeirenses N.º 2, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Madeira Film¹²⁸;
- 1925, *74.º Aniversário dos "Artistas Funchalenses"*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹²⁹;
- 1925, *Festas de S. Pedro na Ribeira Brava*, documental, realização e fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Madeira Film*¹³⁰;
- 1925, Desafios de Futebol entre o Clube Olhanense de Portugal e alguns Clubs do Funchal, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira¹³¹;
- 1925, *Receção da Tuna de Coimbra no Funchal*, documental, produção e fotografia de Manuel Luiz Vieira¹³²;
- 1925, *Uma viagem a S. Vicente*, documental, produção e fotografia de Manuel Luiz Vieira¹³³;
- 1925, *Inauguração do Busto de João Fernandes Vieira*, documental, produção e fotografia de Manuel Luiz Vieira¹³⁴;
- 1925, Santo da Serra, documental, realização e fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Empresa Cinegráfica Atlântida¹³⁵;
- 1925, Chegada dos Aviadores Moreira de Campos e Neves Ferreira ao Funchal, documental, produção e fotografia de Manuel Luiz Vieira¹³⁶;

¹²⁷ Filme em sete partes. Mostra a procissão da nova imagem de S. Martinho; o jantar de homenagem ao Conselheiro Aires de Ornelas, no Reid's Palace Hotel; os festejos do 1.º de Dezembro pela Academia Funchalense; a comemoração do aniversário da fundação da Filarmónica "Recreio dos Lavradores"; um "autochenille" subindo a escadaria da Igreja do Colégio; as deslocações dos sindicatos agrícolas de Câmara de Lobos ao Funchal; um torneio de espadas realizado na Quinta Pavão (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 17). Instituto Camões.

Apresenta um "casamento elegante"; a romagem da população ao Monte do Trapiche; as comemorações do aniversário do clube "Aqui ninguém manda mais do que eu" (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 17, 18). Instituto Camões.

¹²⁹ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 17; Instituto Camões.

¹³⁰ Foi exibido em 1926 com o título *O Dia de S. Pedro na Madeira* (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 18). MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 1; Instituto Camões.

¹³¹ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 18; Instituto Camões.

¹³² SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 18; Instituto Camões.

¹³³ Anúncio aos automóveis Ford; vistas do percurso (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 18). Instituto Camões.

¹³⁴ Ocorrida a 12 de julho (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 18). Instituto Camões.

¹³⁵ CINEPT, UBI; MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 1; Instituto Camões.

¹³⁶ CINEPT, UBI; MATOS-CRUZ, 1981, Arquipélago da Madeira [...], p. 1; Instituto Camões.

- 1925, Jogos Atléticos, documental, realização e fotografia de Manuel Luiz Vieira¹³⁷;
- 1925, A Tosquia de Ovelhas no Paul da Serra, documental, realização, fotografia e produção Manuel Luiz Vieira¹³⁸;
- 1925, Festas Desportivas pelos Ingleses do Cabo Submarino, documental, realização de Manuel Luiz Vieira, produção Empresa Cinegráfica Atlântida¹³⁹;
- 1925-1926, *A Calúnia*, ficção, realização e fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴⁰;
- 1926, *Chegada ao Funchal do Avião "Sagres"*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Arnaldo Coimbra, produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴¹;
- 1926, *Reportagem Madeirense N.º 3*, documental, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁴²;
- 1926, *Reportagem Madeirense N.º 4*, documental, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁴³;
- 1926-1927, *O Fauno das Montanhas*, ficção / fantástico, realização, fotografia e argumento de Manuel Luiz Vieira, produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴⁴;
- 1927, *Atlântida Jornal*, documental, realização de Manuel Luiz Vieira (?), produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴⁵;

¹³⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹³⁸ MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 1; Instituto Camões.

¹³⁹ CINEPT, UBI; MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 1; Instituto Camões.

¹⁴⁰ Fotografia: Manuel Luiz Vieira e Vitorino de Abreu; argumento: Manuel Luiz Vieira e Arnaldo Figueira; diretor de filmagem, assistente de realização e operador de imagem: Francisco Vitorino de Abreu; direção de atores: comendador Adolfo Figueiredo; música: João Sabino. Filme em oito partes, teve como título inicial Sinfonia das Flores (SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], p. 19). MATOS-CRUZ, 1981, Arquipélago da Madeira [...], p. 2; Instituto Camões.

¹⁴¹ Apresenta a chegada ao Funchal, a 22 de abril, dos aviadores João Moreira de Campos e José das Neves Ferreira. Manuel Luiz Vieira filmou, na extremidade do cais, a descida do hidroavião, a amaragem e o desembarque dos tripulantes. O filme foi exibido no Teatro Circo, 12 dias depois, numa sessão dedicada aos aviadores (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 19, 20). Instituto Camões.

¹⁴² Mostra o lançamento ao mar do *Physalia* e a viagem de "autochenille" Citröen ao Santo da Serra (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 20). Instituto Camões.

¹⁴³Foi exibido posteriormente com o título *Juramento de bandeira no Quartel de Infantaria 27* e mostra, como o nome indica, os exercícios e o juramento de bandeira no Quartel de Infantaria 27 (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 20). Instituto Camões.

¹⁴⁴ Rodado em maio de 1926 no Rabaçal, contou com a colaboração de muitos camponeses da Calheta. A cena do bailado das ninfas foi protagonizada por 14 jovens dirigidas pela professora Eugénia Rego Pereira e foi filmado na Quinta Rocha Machado (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 20, 21 e MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], pp. 2, 3). Instituto Camões.

Composto por: Arraial de N.ª Senhora do Monte, Funeral do sr. Vieira de Castro, Chegada do Club Marítimo Campeão de Portugal, Socorros a Náufragos, Concurso Infantil no Jardim. Não conhecemos a data exata da realização do filme, mas a exibição deu-se a 11 de maio de 1927, na sessão de estreia de O Fauno das Montanhas («Cinematografia Madeirense. "O Fauno das Montanhas"», 08-05-1927, in Diário de Notícias, p. 5 e SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], p. 21). Instituto Camões.

- 1927, *Tosquias Paul da Serra*, documental, realização de Manuel Luiz Vieira (?), produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴⁶;
- 1927, *Colégio Alexandre Herculano*, realização de Manuel Luiz Vieira (?), produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴⁷;
- 1927, *A Indigestão*, comédia, realização, fotografia e argumento de Manuel Luiz Vieira, produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴⁸;
- 1927, *Atlântida Jornal N.º 2*, documental, realização de Manuel Luiz Vieira, produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁴⁹;
- 1927, [Fogo de Artifício Durante a Tradicional Festa do Livramento], documental, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁵⁰;
- 1927, Chegada de Ruth Elder, documental, realização de Manuel Luiz Vieira para a Pathé News, produção Empresa Cinegráfica Atlântida¹⁵¹;
- 1927, *Da Madeira aos Açores*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Arnaldo Coimbra, produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁵²;
- 1927, *Cultura do Chá e dos Ananases, na Ilha de São Miguel*, documental, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁵³;
- 1927, A Caldeira das Furnas, documental, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁵⁴;
- 1927, [Inauguração e bênção do monumento ao Sagrado Coração de Jesus, na Ponta do Garajau], documental, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁵⁵;

¹⁴⁶ Foi exibido a 11 de maio de 1927, na sessão de estreia de *O Fauno das Montanhas* («Cinematografia Madeirense. "O Fauno das Montanhas"», 08-05-1927, in *Diário de Notícias*, p. 5 e SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 21). Instituto Camões.

¹⁴⁷ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 21; Instituto Camões.

¹⁴⁸ SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 22; MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 3; Instituto Camões.

¹⁴⁹ Composto pela reportagem da *Chegada dos Aviadores Neves Ferreira e Moreira de Campos ao Funchal;* Exercícios no Colégio Alexandre Herculano; Concurso Infantil no Jardim; Pessoal da Casa Americana no Santo da Serra; etc. (SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], p. 22). Instituto Camões.

¹⁵⁰ Filmado a 10 de setembro (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 22).

MATOS-CRUZ, 1981, Arquipélago da Madeira [...], p. 3, 4; SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], pp. 22, 23; «Os Aviadores do "American Girl"», 25-10-1927, in O Jornal, p. 1; British Pathé, disponível em https://www.britishpathe.com/video/the-end-of-a-wonderful-flight/query/Ruth+elder; Instituto Camões.

¹⁵² Filme sobre a excursão da Banda Municipal do Funchal aos Açores. Apresenta imagens da viagem, de São Miguel, das plantações de chá e ananases, do cortejo, dos aviadores Ruth Elder e George Halderman e do regresso ao Funchal (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], pp. 23, 24; MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 4; «Os Aviadores do "American Girl"», 25-10-1927, in *O Jornal*, p. 2). Instituto Camões.

¹⁵³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁵⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁵⁵ Filme efetuado a 29 de outubro, regista a cerimónia religiosa e os discursos (SANTOS, s.d., *Manuel Luís Vieira* [...], p. 24).

- 1927, Patronato de S. Pedro, documental, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁵⁶;
- 1927, Reconstituição de Aspetos da Vida Madeirense e Revelação de Costumes Populares, documental, realização de Manuel Luiz Vieira, produção Empresa Cinegráfica Atlântida¹⁵⁷;
- 1928, *Exposição Agrícola*, documental, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Empresa Cinegráfica Atlântida*¹⁵⁸;
- 1929, *A Indústria da Cortiça*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira¹⁵⁹;
- 1929, Cavalaria Portuguesa, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁶⁰;
- 1929, *Uma Tosquia na Ilha da Madeira*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello, Castello Branco*¹⁶¹;
- 1929, Algarve, documentário (?), realização (?) de Manuel Luiz Vieira¹⁶²;
- 1929, Moura, documentário (?), realização (?) de Manuel Luiz Vieira¹⁶³;
- 1929, Setúbal, documentário (?), realização (?) de Manuel Luiz Vieira¹⁶⁴;
- 1929, Exercícios da Escola Prática de Infantaria, documentário (?), realização (?) de Manuel Luiz Vieira¹⁶⁵:
- 1929, *A Menina Endiabrada (Fraulein Lausbub*), ficção, fotografia (?) de Manuel Luiz Vieira¹⁶⁶;
- 1929-1930, *A Dança dos Paroxismos* (J. Brum do Canto), experimental / ensaio, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello, Castello Branco*¹⁶⁷;
- 1930, A Castelã das Berlengas, drama, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Mello, Castello Branco¹⁶⁸;

O filme mostra o colégio de S. Pedro (funcionários e instalações) que fora alvo de melhoramentos e tinha o maior salão-teatro existente no Funchal, usado para projeção de filmes (SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], pp. 24, 25). A data exata de realização é desconhecida, mas a exibição deu-se em dezembro de 1927 («Patronato de S. Pedro», 24-12-1927, in Correio da Madeira, p. 3). Instituto Camões.

¹⁵⁷ MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira* [...], p. 4; Instituto Camões.

¹⁵⁸ Também designado Exposição Agrícola Pecuária, o filme mostra a Fábrica do Torreão, a fábrica de manteiga Burnay, a Empresa Madeirense de Tabacos, a Fábrica Leal e outros estabelecimentos industriais da Ilha. Foi usada, pela primeira vez na Madeira, a luz artificial em filmagens (SANTOS, s.d., Manuel Luís Vieira [...], p. 25). MOUTINHO, 2013, Manuel Luíz Vieira [...], pp. 85, 86; Instituto Camões.

¹⁵⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁶⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁶¹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁶² Instituto Camões.

¹⁶³ Instituto Camões.

¹⁶⁴ Instituto Camões.

¹⁶⁵ Instituto Camões.

¹⁶⁶ Instituto Camões.

¹⁶⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁶⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

- 1930, *Ver e Amar!*, drama / romance, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Salazar Dinis, produção *Sociedade Geral de Filmes*¹⁶⁹;
- 1930, *Maria do Mar*, drama, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira e Salazar Dinis, produção *SUS Sociedade Universal de Superfilmes*¹⁷⁰;
- 1930, *Setúbal Assistência*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello, Castello Branco*¹⁷¹;
- 1930, *Setúbal Suas Indústrias*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira¹⁷²;
- 1930, *Setúbal Panorâmica e Monumental*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello*, *Castello Branco*¹⁷³;
- 1930, *Azeitão e Arredores de Setúbal*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello, Castello Branco*¹⁷⁴;
- 1930, *Palmela e Arrábida*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello, Castello Branco*¹⁷⁵;
- 1930, *Lisboa, Crónica Anedótica*, documentário / ficção, fotografia Adicional de Salazar Diniz, Manuel Luiz Vieira e Paul Martillièri, produção Salm Levy Jr.¹⁷⁶;
- 1931, *Tragédia Rústica*, ficção, direção de fotografia e montagem de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello, Castello Branco*¹⁷⁷;
- 1931, *A Portuguesa de Nápoles*, drama, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Mello, Castello Branco*¹⁷⁸;
- 1931, *Paisagem* (J. Brum do Canto), drama, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Cineopse* ¹⁷⁹;

¹⁶⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁷⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁷¹ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=5320&type=Video.

¹⁷² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=5323&type=Video.

¹⁷³ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=5325&type=Video.

¹⁷⁴ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=5327&type=Video.

¹⁷⁵ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=5324&type=Video.

¹⁷⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁷⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁷⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁷⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

- 1932, *Fabricação de Mangueiras* (J. Brum do Canto), documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Carlos de Arbués¹⁸⁰;
- 1933, *O Lançamento do Contra-Torpedeiro "Douro"*, documentário, direção de fotografia e realização de Manuel Luiz Vieira, Aquilino Mendes e J. Nunes das Neves¹⁸¹;
- 1933, *A Visita Oficial ao Barreiro*, documentário, direção de fotografia, produção *Bloco H. da Costa*¹⁸²;
- 1933, O Cimento, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira¹⁸³;
- 1933, *Pedras de Portugal*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira¹⁸⁴:
- 1933, Festa Hípica, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira 185;
- 1933, *Exposição da Criança em Lisboa*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira¹⁸⁶;
- 1933, *De 28 de Maio de 1926 Até ao Presente*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira¹⁸⁷;
- 1933, *Águas de Portugal*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira¹⁸⁸;
- 1933, *Facetas Alfacinhas Os Pombos*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira, produção H. da Costa¹⁸⁹;
- 1934, *Facetas Alfacinhas Carnaval de 1934*, documentário, direção de fotografia, realização e legendas de Manuel Luiz Vieira¹⁹⁰;

¹⁸⁰ CINEPT, UBI.

¹⁸¹ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=17146&type=Video; Instituto Camões.

¹⁸² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=4332&type=Video.

¹⁸³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁸⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁸⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁸⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁸⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁸⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁸⁹ Este filme deverá ser o mesmo que também aparece referido como *Os Pombos* (1934). «Os bons documentários portuguêses não são inferiores aos melhores estrangeiros», 17-05-1934, in *Cine*, p. 4; CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁹⁰ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=4931&type=Video.

- 1934, *Uma Crónica Lisboeta Céu de Outono*, documentário, direção de fotografia e realização de Manuel Luiz Vieira, produção H. da Costa¹⁹¹;
- 1934, *Outono*, documentário (curta-metragem), realização de Manuel Luiz Vieira e Fernando de Barros, produção H. da Costa¹⁹²;
- 1934, *Cortejo Colonial do Porto*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira¹⁹³;
- 1934, Angola Pitoresca, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira 194;
- 1934, *Cortejo Histórico de Viaturas II*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁹⁵;
- 1934, *O Convento de Mafra e os Seus Famosos Carrilhões*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁹⁶;
- 1934, *Uma Crónica Lisboeta Gatos*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁹⁷;
- 1934, Inauguração do Novo Seminário dos Olivais Por Sua Eminência o Cardeal Patriarca, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira¹⁹⁸;
- 1934, *Lançamento do Contra-Torpedeiro "Dão"*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira e J. Nunes das Neves, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional¹⁹⁹;
- 1934, *A Obra da Junta Autónoma das Estradas* (J. Brum do Canto), documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Aquilino Mendes, produção Carlos de Arbués²⁰⁰;
- 1934 (?), Reposteiro Verde, operador de imagem Manuel Luiz Vieira, Madeira (?)²⁰¹;
- 1935, *Neve em Azeitão*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção H. da Costa²⁰²;

¹⁹¹ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=3149&type=Video.

¹⁹² CINEPT, UBI.

¹⁹³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁹⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁹⁵ CINEPT, UBI.

¹⁹⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁹⁷ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=3137&type=Video.

¹⁹⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

¹⁹⁹ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2508&type=Video.

²⁰⁰ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2384&type=Video.

²⁰¹ «O que se sabe», 31-05-1934, in *Cine*, p. 3.

²⁰² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=3316&type=Video.

- 1935, *Fabricação de Pasta Couraça*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁰³;
- 1935, A Obra de Assistência Infantil da Junta Geral do Distrito de Lisboa, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁰⁴;
- 1935, *Um Documentário de Almourol*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁰⁵;
- 1935, A Largada das Águias, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁰⁶;
- 1935, *Amendoeiras em Flor*, documentário, fotografia e realização de Manuel Luiz Vieira²⁰⁷:
- 1935, *O Cortejo Histórico das Viaturas dos Bombeiros*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁰⁸;
- 1935, *Reconstituição Duma Embaixada do Século XVIII*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁰⁹:
- 1935, O Carnaval no Paris em 1935, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²¹⁰;
- 1936, *A Bênção aos Pescadores de Bacalhau (3 de Maio de 1936*), documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira e Artur Costa de Macedo, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²¹¹;
- 1936, *Scalabis Santarém*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, realização de Arnaldo Coimbra e Manuel Luiz Vieira²¹²;
- 1936, A Jornada Corporativa em Vila Nova de Gaia e no Porto em 18 de Abril de 1936, atualidades, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira e Artur Costa de Macedo, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²¹³;

²⁰³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁰⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁰⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁰⁶ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=4897&type=Video.

²⁰⁷ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2674&type=Video.

²⁰⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁰⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²¹⁰ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=8231&type=Video.

²¹¹ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2400&type=Video.

²¹² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=5085&type=Video; Instituto Camões.

²¹³ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=5019&type=Video.

- 1936, *Carmona e Salazar Ídolos do Povo*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira e José Nunes das Neves, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²¹⁴;
- 1936, Congresso Internacional dos Bombeiros em Espinho Setembro de 1936, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²¹⁵;
- 1936, *Bocage*, drama / biografia, operador de imagem Manuel Luiz Vieira e Raul Neves, produção *SUS Sociedade Universal de Superfilmes*²¹⁶;
- 1936, Castelo de Leiria, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²¹⁷;
- 1936, Alcácer do Sal, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²¹⁸;
- 1936, Belém, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²¹⁹;
- 1936, Tapeçarias de Flores, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²²⁰;
- 1936, Patos e Pombos, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²²¹;
- 1936, Praia do Sol, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²²²;
- 1936, *Carnaval Infantil no Paris*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²²³;
- 1936, *Câmara de Lobos*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²²⁴;
- 1936, *Paisagens Minhotas*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²²⁵:
- 1936, Pastores, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²²⁶;
- 1936, *Notável Vila de Constância*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²²⁷;

²¹⁴ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2585&type=Video.

²¹⁵ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=3314&type=Video.

²¹⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²¹⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²¹⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²¹⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²¹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²² CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

- 1936, Jardim Zoológico, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²²⁸:
- 1936, Fogo de Artifício no Funchal, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²²⁹;
- 1936, Exposição Feira de Santarém, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³⁰:
- 1936, Festa de Homenagem ao Abade de Baçal, documentário (?), realização (?) de Manuel Luiz Vieira²³¹;
- 1936, Arcos de Valdevez 1, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³²;
- 1936, Arcos de Valdevez 2, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³³;
- 1936, A Cidade de Angra, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³⁴;
- 1936, Aspectos do Faial Terra Nostra, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³⁵;
- 1936, Terra Nostra, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²³⁶;
- 1936, Ilha Azul Terra Nostra, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³⁷;
- 1936, Ilha Terceira Aspectos Diversos, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³⁸;
- 1936, Ilhas Açoreanas Terra Nostra, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²³⁹;
- 1936, Na Ilha Verde Terra Nostra, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁴⁰;
- 1936, O Vale das Furnas Terra Nostra, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁴¹;

²²⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²²⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³¹ Instituto Camões.

²³² CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²³⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁴⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁴¹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

- 1936, *A 1.ª Festa Vindimária em Lisboa Outubro de 1936*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira e Artur Costa de Macedo, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²⁴²;
- 1936, Festas de Colares, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁴³;
- 1936, Óleos Shell, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁴⁴;
- 1937, *Maria Papoila*, comédia / drama, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Lumiar Filmes*²⁴⁵;
- 1937, *Parada da Legião e da Mocidade*, documentário, direção de fotografia J. Nunes das Neves, Heinrich Gärtner, Manuel Luiz Vieira, Américo Couto, Salazar Diniz, Aníbal Contreiras, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²⁴⁶;
- 1937, A Revolução de Maio, drama / propaganda, operador de imagem Octávio Bobone, Aquilino Mendes, Manuel Luiz Vieira e José Nunes das Neves, produção SPN
 Secretariado da Propaganda Nacional²⁴⁷;
- 1937, Bailados, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁴⁸;
- 1937, *Bailados Populares Madeirenses*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁴⁹;
- 1937, *Carnaval Infantil no Palatino*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵⁰;
- 1937, *Carnaval Infantil no Paris*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵¹;
- 1937 (?), Tosquia de Ovelhas no Paúl da Serra Ilha da Madeira, documentário, direção de fotografia e realização de Manuel Luiz Vieira, produção Empresa Cinegráfica Atlântida²⁵²;

²⁴² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2095&type=Video.

²⁴³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁴⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁴⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁴⁶ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=4843&type=Video.

²⁴⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁴⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁴⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵¹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=9796&type=Video; Instituto Camões.

- 1937, Serra e Mar, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁵³;
- 1937, Vendaval na Madeira, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵⁴:
- 1937, Procissão da Boa Viagem, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵⁵;
- 1937, Mosteiro de Alcobaça, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵⁶:
- 1937, Lavoura nos Campos do Ribatejo, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵⁷;
- 1937, Linda-a-Pastora, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵⁸;
- 1937, O Hotel das Crianças, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁵⁹:
- 1937, Golegã, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶⁰;
- 1937, Em Frente ao Mar, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶¹;
- 1937, O Estuário do Sado, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶²:
- 1937, Desportos Infantis, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶³:
- 1937, Óbidos Medieval, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶⁴;
- 1937, Ilha de S. Miquel Acores, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶⁵:

²⁵³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁵⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶¹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶² CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶³ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

- 1937, *Mosteiro da Batalha*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶⁶;
- 1937, Sines, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁶⁷;
- 1937, Exposição de Pesca e Parada dos Pescadores da Póvoa de Varzim, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira e Artur Costa de Macedo²⁶⁸;
- 1938, Aves Amigas, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁶⁹;
- 1938, *Viagem Presidencial* [à Madeira], documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁷⁰;
- 1938, *Viagem de Sua Excelência o Presidente da República a Angola*, operador de imagem Manuel Luiz Vieira, Produção Missão Cinegráfica às Colónias de África Agência Geral das Colónias²⁷¹;
- 1938, *Bacalhau Português*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁷²;
- 1938, *O Carnaval no Paris em 1938*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁷³;
- 1938, *Flagrantes de Colares*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁷⁴;
- 1938, *Instantâneos de Sintra e Arredores*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁷⁵;
- 1938, Margens do Tejo, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁷⁶;
- 1938, *Missões Franciscanas de Moçambique*, documentário (?), realização (?) de Manuel Luiz Vieira²⁷⁷;

²⁶⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶⁷ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁶⁸ CINEPT, UBI.

²⁶⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷⁰ Embora a referência que encontrámos diga que o filme era relativo à viagem presidencial aos Açores, sabemos que foi à Madeira. O Presidente Óscar Carmona, que iniciou o seu mandato em 1926, desloca-se aos Açores, pela primeira vez, em 1941 («Mais uma Grande Reportagem Cinematográfica. A Viagem do Chefe do Estado ao Arquipélago dos Açores», 21-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 3; Museu da Presidência s.d., «Presidentes – Estado novo – Óscar Carmona»). CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷¹ Em alguns sítios este filme aparece datado de 1939, mas, de acordo com o Museu da Presidência, esta viagem ocorreu em 1938 (Museu da Presidência, s.d., «Presidentes – Estado novo – Óscar Carmona»). CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷² CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷³ CINEPT, UBI.

²⁷⁴ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷⁷ Instituto Camões.

- 1938, *Pedras Cinzeladas*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁷⁸;
- 1938, A Pesca do Bacalhau, documentário (?), realização (?) de Manuel Luiz Vieira²⁷⁹;
- 1938, *Terras Ribatejanas*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira²⁸⁰;
- 1939, Os Toiros na Faina Agrícola Ribatejana, documentário, direção de fotografia
 Manuel Luiz Vieira, Salazar Diniz e Mário Moreira, produção Ministério da Agricultura
 Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas²⁸¹;
- 1939, A Primeira Disputa da Taça Salazar nas Regatas Internacionais da Figueira da Foz, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Lisboa Filme²⁸²;
- 1939, *A Colheita da Azeitona*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Ministério da Agricultura Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas²⁸³;
- 1939, *Soutos e Castanheiros*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Ministério da Agricultura Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas²⁸⁴;
- 1939, Manobras da Força Naval Exercícios em Agosto de 1939, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira e Octávio Bobone²⁸⁵;
- 1939, *O Dia da Marinha em 1939*, documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Octávio Bobone, realização de António de Meneses, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²⁸⁶;
- 1939, *Mocidade Vitoriosa*, documentário, realização Secretariado de Propaganda Nacional, fotografia de Octávio Bobone com a colaboração de Manuel Luiz Vieira e Salazar Dinis²⁸⁷:

²⁷⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁷⁹ Instituto Camões.

²⁸⁰ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁸¹ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=8780&type=Video.

²⁸² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2317&type=Video; Instituto Camões.

²⁸³ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=3334&type=Video.

²⁸⁴ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=4881&type=Video.

²⁸⁵ CINEPT, UBI.

²⁸⁶ CINEPT, UBI.

²⁸⁷ RTP Play, "Hora Cinemateca", disponível em https://www.rtp.pt/play/p6749/e502984/hora-cinemateca.

- 1940, *Feitiço do Império*, ficção / propaganda, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira e Isy Goldberger, produção Agência Geral das Colónias Missão Cinegráfica às Colónias de África²⁸⁸;
- 1940, *As Festas do Duplo Centenário*, documentário, realização de António Lopes Ribeiro, fotografia de Manuel Luiz Vieira, Artur Costa de Macedo, Salazar Dinis e Octávio Bobone, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²⁸⁹;
- 1940, *O Mosquito, Inimigo do Homem*, documentário, realização de Adolfo Coelho, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Aquilino Mendes, produção Ministério da Economia, Direção Geral dos serviços Agrícolas (Repartição de Estudos, Informação e Propaganda)²⁹⁰;
- 1941, *A Colheita da Azeitona*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira²⁹¹;
- 1941, *Viagem Presidencial aos Açores*, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira²⁹²:
- 1941, *A Exposição do Mundo Português*, documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira, Octávio Bobone, Salazar Dinis e Artur Costa de Macedo, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²⁹³;
- 1941, *Moçambique*, reportagem, realização de António Lopes Ribeiro, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Isy Goldberger, produção Agência Geral das Colónias²⁹⁴;
- 1941, *Feiras e Mercados*, documentário, realização de Adolfo Coelho, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Direção Geral dos Serviços Agrícolas, Ministério da Economia²⁹⁵;
- 1942, *Monumentos Nacionais*, documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²⁹⁶;

²⁸⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁸⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

²⁹⁰ RTP Play, "Hora Cinemateca", disponível em https://www.rtp.pt/play/p6749/e501493/hora-cinemateca.

²⁹¹ CINEPT, UBI.

²⁹² CINEPT, UBI; «Mais uma Grande Reportagem Cinematográfica. A Viagem do Chefe do Estado ao Arquipélago dos Açores», 21-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 3; «A Viagem Presidencial aos Açores», 28-07-1941, in *Animatógrafo*, p. 5; M., 18-08-1941, «A viagem presidencial vista por Manuel Luiz Vieira», in *Animatógrafo*, p. 9.

²⁹³ CINEPT, UBI; «O cinema português continua!», 17-02-1941, in *Animatógrafo*, p. 5; Instituto Camões.

²⁹⁴ CINEPT, UBI.

²⁹⁵ CINEPT, UBI.

²⁹⁶ CINEPT, UBI.

- 1942, A Vida do Linho, documentário, realização de Adolfo Coelho, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Aquilino Mendes, produção Ministério da Agricultura – Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, Ministério da Economia²⁹⁷;
- 1943, *Bairros Sociais*, documentário, imagem de Manuel Luiz Vieira, produção SPN Secretariado da Propaganda Nacional²⁹⁸;
- 1943, *Carvão Vegetal seu Fabrico e Aplicações*, documentário, realização de Adolfo Coelho, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Ministério da Economia²⁹⁹;
- 1944, *Segunda Conferência da União Nacional*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção SPAC³⁰⁰;
- 1944, *Angola, Uma Nova Lusitânia*, operador de imagem Manuel Luiz Vieira, produção Agência Geral das Colónias Missão Cinegráfica às Colónias de África³⁰¹;
- 1944, *Serra da Estrela Gouveia*, documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Octávio Bobone, produção Armando de Miranda³⁰²;
- 1944, *A Morte e a Vida do Engenheiro Duarte Pacheco*, documentário, realização de António Lopes Ribeiro, fotografia de Octávio Bobone, Manuel Luiz Vieira, Salazar Dinis e Costa de Macedo, produção SPAC³⁰³;
- 1944, *Gentes Que Nós Civilizámos*, documentário, realização de António Lopes Ribeiro, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Isy Goldberge, produção Agência Geral das Colónias³⁰⁴;
- 1945, *Inês de Castro*, drama, fotografia de Manuel Luiz Vieira [exteriores] e Heinrich Gärtner, produção *Faro Films* [Espanha] e *Filmes Lumiar*³⁰⁵;
- 1946, *Camões Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*, drama / biografia, direção de fotografia [exteriores] de Manuel Luiz Vieira, produção António Lopes Ribeiro³⁰⁶;
- 1946, *Guiné, Berço do Império 1446-1946*, Curta-metragem, realização de António Lopes Ribeiro, fotografia de Manuel Luiz Vieira e Isy Goldberge³⁰⁷;

²⁹⁷ CINEPT, UBI.

²⁹⁸ CINEPT, UBI.

²⁹⁹ CINEPT, UBI.

³⁰⁰ CINEPT, UBI.

³⁰¹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

³⁰² CINEPT, UBI.

³⁰³ CINEPT, UBI; RTP Play, "Hora Cinemateca", disponível em https://www.rtp.pt/play/p6749/e455278/hora-cinemateca; Instituto Camões.

³⁰⁴ CINEPT, UBI.

³⁰⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

³⁰⁶ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

³⁰⁷ CINEPT, UBI.

- 1947, A Aldeia dos Rapazes da Rua: a obra do Padre Américo, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção SNI Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo³⁰⁸;
- 1947, *Aqui, Portugal*, documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira, Octávio Bobone, António Matos [Tony], José César de Sá, Américo Couto e Alfredo Cristino Gomes, produção *Produtores Associados*³⁰⁹;
- 1947, *Nun'Álvares, Herói e Santo*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção *Ala do Santo Condestável*³¹⁰;
- 1947, *Centenário do Descobrimento da Guiné*, documentário, realização e produção de Manuel Luiz Vieira³¹¹;
- 1947, O Cortejo Histórico com a Representação de Todas as Colónias Portuguesas em Carros Alegóricos, documentário, realização de Manuel Luiz Vieira³¹²;
- 1948, *Lisboa de Hoje e de Amanhã*, documentário, direção de fotografia de Salazar Diniz, Manuel Luiz Vieira e Artur Costa de Macedo, produção Câmara Municipal de Lisboa³¹³;
- 1948, *O Hospital-Colónia de Rovisco Pais*, documentário, direção de fotografia de Manuel Luiz Vieira e Artur Costa de Macedo, produção SPAC³¹⁴;
- 1948, *Quinze Anos de Obras Públicas*, documentário, fotografia de Artur Costa de Macedo, Salazar Diniz e Manuel Luiz Vieira, produção SPAC³¹⁵;
- 1949, *A Campanha Eleitoral de 1949*, documentário, direção de fotografia de Alfredo Cristino Gomes, Salazar Dinis e Manuel Luiz Vieira, produção SPAC³¹⁶;
- 1949, *A II conferência da União Nacional*, documentário, direção de fotografia Manuel Luiz Vieira, produção SPAC³¹⁷;

³⁰⁸ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2396&type=Video.

³⁰⁹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

³¹⁰ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2514&type=Video.

³¹¹ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

³¹² CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=2363&type=Video.

³¹³ CINEPT, UBI.

³¹⁴ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=3332&type=Video.

³¹⁵ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

³¹⁶ CINEPT, UBI; Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha. aspx?obraid=1638&type=Video.

Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2291&type=Video.

- 1951, Senhora de Fátima, drama, operador de imagem Julian de la Flor e Manuel Luiz Vieira, produção Rapa Films [Espanha], Suevia Films, Aníbal Contreiras, Cesáreo González³¹⁸;
- 1951, *Imagens da Guiné*, documentário, fotografia de Manuel Luiz Vieira, produção Agência Geral das Colónias³¹⁹.

Bibliografia e Filmografia

- ARAÚJO, Helena e LUÍS, Vítor, 2018, «O Fotógrafo», in AAVV, Fotografias da Madeira de João Anacleto Rodrigues (1891-1943), coleção "Madeira Memórias Fotográficas", n.º 2, Funchal, DRC | ABM Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira | Photographia Museu "Vicentes".
- BAPTISTA, Tiago, 2013, «O Cinema "tipicamente português"», in CUNHA, Paulo e SALES, Michelle (org.), *Cinema Português: Um Guia Essencial*, disponível em https://issuu.com/zaranzaton/docs/cinema_portugu__s_um_guia_essencial, consultado em 29-10-2020.
- BONOTTO, André, 2009, «Bill Nichols fala sobre documentário: vozes e reconstituições», in *Doc On-line*, n.º 06, pp. 250-263, disponível em http://www.doc.ubi.pt/06/entrevista_andre_bonotto.pdf, consultado em 18-11-2020.
- British Pathé, *The End Of A Wonderful Flight 1927*, disponível em https://www.britishpathe.com/video/the-end-of-a-wonderful-flight/query/Ruth+elde, consultado em 05-01-2021.
- Cinemateca Portuguesa, 2013, «A Dança dos Paroxismos | Le Sang d'un Poète», in *Ciclo Foco no Arquivo* | *A Coleção / As Coleções* | *O Nosso Século XX*, disponível em http://www.cinemateca.pt/Programacao.aspx?id=680&ciclo=230&page=7, consultado em 05-02-2021.
- Cinemateca Portuguesa, 2020, *Hora Cinemateca*, RTP Play, disponível em https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p38353, consultado em 29-12-2020.
- Cinemateca Portuguesa, *Manuel Luís Vieira*, Cinemateca Digital, disponível em http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Outras-Paginas/Pesquisa.aspx?searc htext=MANUEL+LU%c3%8dS+VIEIRA&searchmode=anyword, consultado em 29-12-2020.

³¹⁸ CINEPT, UBI; Instituto Camões.

³¹⁹ CINEPT, UBI.

- CUNHA, Paulo, 2003, «As Histórias da História do Cinema Português», disponível em https://www.academia.edu/2259615/Hist%C3%B3rias_da_Hist%C3%B3ria_do_Cinema_Portugu%C3%AAs_2003_, consultado em 18-01-2021.
- CUNHA, Paulo, 2016, «Para uma história das histórias do cinema português», in *Aniki*, vol. 3, n.º 1, pp. 36-45, disponível em https://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/view/231, consultado em 18-01-2021.
- FELIPE, Marcos Aurélio, 2018, «O Filme Documentário (1922-1960): Artifício, Registro e (Re)Produção da Realidade», in *Doc On-line*, n.º 23, pp. 105-128, disponível em http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/doc/article/download/373/206, consultado em 23-11-2020.
- FREIRE, Marcius, 2015, «A Escuta do Documentário no Filme Antropológico», in MAIA, Guilherme, SERAFIM, José Francisco (org.), *Ouvir documentário: vozes, músicas, ruídos*, Salvador, EDUFBA, disponível em file:///G:/CINEMA/Semin%C3%A1rio%20Fotografia,%20Cinema%20e%20Arquivos/Docs/MAIA,%20Guilherme,%20Ouvir%20o%20documentario%20Vozes,%20musica%20e%20ru%C3%ADdo.pdf, consultado em 24-11-2020.
- GUERREIRO, António, 1995, *Exposições Universais. Paris 1900*, Lisboa, Expo 98, disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/arquitectura-1/1557-1557/file.html, consultado em 27-10-2020.
- Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2017, Índice de Géneros de Imprensa | Imprensa Cinematográfica, Hemeroteca Digital, disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Indice/IndiceGeneros/ImprensaCinematogr%C3%A1fica.htm, consultado em 29-12-2020.
- Instituto Camões, s.d., «VIEIRA, Manuel Luís», in *Cinema Português. Personalidades*, disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/cinema/personalidades/per073. html, consultado em 29-12-2020.
- MATOS-CRUZ, José de, 1981, *Arquipélago da Madeira*. *Um Roteiro Fílmico*, documento datilografado, Cinemateca com a cota 71 (469) MAT.
- MENDONÇA, Duarte, 2007, Da Madeira a New Bedford. Um Capítulo Ignorado da Emigração Portuguesa nos Estados Unidos da América, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- MOUTINHO, José Viale, 2013, Manuel Luiz Vieira. A Vertigem do Mundo ao Sonoro, Funchal, Die4Films.
- Museu da Presidência da República, s.d., «Presidentes Estado novo Óscar Carmona», in *Presidentes*, disponível em https://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=102, consultado em 06-01-2021.

- NICHOLS, Bill, 2015, «O Filme Documentário e a Chegada do Som», in MAIA, Guilherme, SERAFIM, José Francisco (org.), *Ouvir documentário: vozes, músicas, ruídos*, Salvador, EDUFBA, disponível em file:///G:/CINEMA/Semin%C3%A1rio%20 Fotografia,%20Cinema%20e%20Arquivos/Docs/MAIA,%20Guilherme,%20 Ouvir%20o%20documentario%20Vozes,%20musica%20e%20ru%C3%ADdo. pdf, consultado em 24-11-2020.
- NUNES, Caue Fernandes, 2012, *Documentário, falso e ciência: ancoragens e decolagens*, dissertação de mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, disponível em http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270575/1/Nunes_Caue_M.pdf, consultado em 18-11-2020.
- OLIVEIRA, Michelle Gusmão, MARQUES, Edmilson Ferreira, 2016, «O Documentário e Suas Especificidades», in *III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG*, 19 a 21 de outubro de 2016, Pirenópolis, Goiás, disponível em https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/8176/5613, consultado em 17-11-2020.
- PENAFRIA, Manuela, 2004, «O filme documentário em debate: John Grierson e o movimento documentarista britânico», in *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, UBI, disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/penafriamanuela-filme-documentario-debate.html, consultado em 17-11-2020.
- PIÇARRA, Maria do Carmo, 2006, *Salazar Vai ao Cinema O Jornal Português de Actualidades Filmadas*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- PIÇARRA, Maria do Carmo, 2013, «1910-1919 Uma cinematografia "sem olhar" ganha o primeiro realizador, Leitão de Barros», in CUNHA, Paulo, SALLES, Michelle, *Cinema Português: um Guia Essencial*, s.l., s.n., disponível em https://issuu.com/zaranzaton/docs/cinema_portugu__s_um_guia_essencial, consultado em 18-01-2021.
- PINA, Luís de, 1986, *História do Cinema Português*, Mem Martins: Publicações Europa América.
- RIBEIRO, M. Félix, 1977, «Subsídios para a História do Documentarismo em Portugal. No Presente a imagem do passado», separata do Ciclo de Conferências *O Cinema ao Serviço da Educação Permanente e da Difusão Cultural*, Novembro 1973, Lisboa, Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral da Educação Permanente.
- RIBEIRO, M. Félix, RAMOS, Jorge, DUARTE, Fernando, 1979, *Manuel Luís Vieira e Reinaldo Ferreira, o Repórter X*, Santarém, IX Festival Internacional de Cinema de Santarém.
- S.A., 2020, *André Debrie, Matériel Cinematographique*, Paris, disponível em https://debrie.fr/en/, consultado em 09-12-2020.

- SANTOS, A. Videira, s.d., *Manuel Luís Vieira*. *Filmografia Madeirense*. 1922-1928, Lisboa, Cinemateca, documento datilografado, Cinemateca com a cota 81 Vieira. SAN.
- SOARES, Maria de Fátima Gouveia, 2000, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 Vida e Obra*, Funchal, Espaço XXI.
- Universidade da Beira Interior, *Manuel Luís Vieira*, CINEPT Cinema Português, Universidade da Beira Interior, disponível em http://www.cinept.ubi.pt/pt/pessoa/2143689390/Manuel+Lu%C3%ADs+Vieira, consultado em 29-12-2020.
- VIEIRA, Manuel Luiz, s.d., *A calúnia: algumas referências da imprensa portugueza sobre o film dramatico madeirense em 8 partes*, Funchal, editado pela Empreza Cinegrafia Atlântida, imp. Tip. Casa Pathé, p. inum, Cinemateca com a cota 995 FVA / 001.

Publicações Periódicas

- «A "Atlantida Films" do Funchal [...]», 16-04-1926, in *llustração*, n.º 8, disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/llustracao/1926/N8/N8_master/N8.pdf, consultado em 11-11-2020.
- «"A Calúnia"», 20-02-1926, in *Diário de Notícias*, ano 50.º, n.º 15.512, Funchal, p. 1.
- «A Calunia», 21-02-1926, in Correio da Madeira, n.º 553, Funchal, p. 2.
- «A Fita "Calunia"», 11-02-1926, in *Diário de Notícias*, ano 50.°, n.º 15.505, Funchal, p. 1.
- «A primeira reportagem cinematográfica de Miss Ruth Elder», 27-10-1927, in *O Jornal*, ano I, n.º 240, Funchal, p. 1.
- «A Viagem Presidencial aos Açores», 28-07-1941, in *Animatógrafo*, 2.ª série, n.º 38, p. 5.
- «Animatographo», 14-01-1897, in *Diário de Notícias*, ano XXI, n.º 5:959, Funchal, p. 2.
- «Animatographo», 15-04-1897, in *O Diário do Comércio*, n.º 180, Funchal, p. 1.
- «Artes e criticas», 06-01-1923, in Correio da Madeira, n.º 228, Funchal, p. 3.
- «Cinematografia Madeirense. "O Fauno das Montanhas"», 08-05-1927, in *Diário de Notícias*, ano 51.°, n.º 15.861, Funchal, p. 5.
- «Cinematografia Madeirense. O "Fauno das Montanhas"», 11-05-1927, in *Diário de Notícias*, ano 51.º, n.º 15.863, Funchal, p. 2.
- «Em Lisboa. O centenário da Madeira no «écran»», 24-04-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3583, Funchal, p. 1.
- E. V., 01-04-1923, «A Madeira no Cinema. Reportage das Festas do V Centenario», in *Diário de Notícias*, ano 48.º, n.º 14.676, Funchal, p. 1.
- M., 18-08-1941, «A viagem presidencial vista por Manuel Luiz Vieira», in *Animatógrafo*, 2.ª série, n.º 41, p. 9.

- «MADEIRA FILM, L.da. Os resultados das experiências dos seus trabalhos no 'Teatro Circo'», 13-12-1922, in *Diário da Madeira*, n.º 3480, Funchal, p. 1.
- «Mais uma Grande Reportagem Cinematográfica. A Viagem do Chefe do Estado ao Arquipélago dos Açores», 21-07-1941, in *Animatógrafo*, 2.ª série, n.º 37, p. 3.
- MATOS, Maria, 23-02-1926, «Teatro-Circo. "A Calunia"», in *Diário de Notícias*, ano 50.°, n.º 15.514, Funchal, p. 2.
- «No Jardim Municipal. A inauguração do monumento aos aviadores do «Raid» Lisboa-Madeira», 23-03-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3558, Funchal, p. 1.
- «No Teatro Circo», 28-02-1926, in Correio da Madeira, n.º 554, Funchal, p. 3.
- «Novas Industrias. "Madeira Film"», 04-04-1923, in *Correio da Madeira*, ano II, n.º 295, Funchal, p. 1.
- «O avião "Girl" caiu nas aguas dos Açores», 04-10-1927, in *O Jornal*, ano I, n.º 230, Funchal, p. 2.
- «O cinema português continua!», 17-02-1941, in Animatógrafo, 2.ª série, n.º 15, p. 5.
- «"O Fauno das Montanhas"», 13-05-1927, in *Diário de Notícias*, ano 51.º, n.º 15.865, Funchal, p. 1.
- «O que se sabe», 31-05-1934, in *Cine*, n.º 3, p. 3.
- «Os Aviadores do "American Girl"», 25-10-1927, in O Jornal, ano I, n.º 238, Funchal, p. 1.
- «Os bons documentários portuguêses não são inferiores aos melhores estrangeiros», 17-05-1934, in *Cine*, n.º 1, p. 4.
- «Patronato de S. Pedro», 24-12-1927, in Correio da Madeira, n.º 649, Funchal, p. 3.
- «5.º Centenário da Madeira. Trabalhos do «Madeira-Film»», 23-03-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3558, Funchal, p. 1.
- «5.º Centenário da Madeira. Um valioso trabalho da «Madeira-Film»», 01-04-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3565, Funchal, p. 1.
- «Teatro-Circo» [anúncio de sessão cinematográfica], 24-02-1926, in *Diário de Notícias*, ano 50.º, n.º 15.515, Funchal, p. 2.
- «Teatro-Circo», 06-01-1923, in *Diário da Madeira*, n.º 3497, Funchal, p. 2.
- «Teatros. "A Calunia"», 26-02-1926, in Jornal da Madeira, ano III, n.º 661, Funchal, p. 3.
- «Teatros. Reclamos», 17-10-1923, in Correio da Madeira, ano II, n.º 452, Funchal, p. 2.

O Município do Funchal na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1974)

The Municipality of Funchal in the Military Dictatorship and Estado Novo (1926-1974)

Emanuel Janes¹

Resumo

O presente estudo tem por base a acção das várias comissões administrativas da Câmara Municipal do Funchal durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, entre o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a revolução de 25 de Abril de 1974.

Durante o primeiro período, a Câmara Municipal do Funchal vivia numa situação instável, a nível económico e político, resquícios ainda da política republicana, em que as facções se digladiavam constantemente, causando prejuízos graves à autarquia. As polémicas mantidas durante os mandatos dos últimos dois presidentes das comissões administrativas, Gastão de Deus Figueira e Luís da Rocha Machado, fizeram emperrar o desenvolvimento da cidade.

Fernão de Ornelas, que substituiu este último, fez de um burgo quase rural, com características medievais, uma cidade moderna. Mesmo com os contratempos da época, já que se vivia num período de grande recessão económica (reflexos da queda da Bolsa de Nova lorque, de 1929, e consequentes falências bancárias), de graves perturbações políticas (Guerra Civil de Espanha e Segunda Guerra Mundial), conseguiu erguer uma cidade nova, sem descaracterizar a antiga, dando forma a velhas aspirações dos funchalenses, numa obra que ainda hoje perdura no imaginário da cidade e que merece ser relevada como uma marca indelével da sua acção.

Os seus sucessores, Óscar Gonçalves, a quem se ficou a dever a resolução do problema do fornecimento da luz eléctrica à cidade, procedendo à municipalização deste serviço, João Valente, António Sardinha, a quem se deveu o equilíbrio das contas da Câmara, e

Licenciado em História e Mestre em História Contemporânea de Portugal, pela Universidade de Lisboa. Investigador no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Tem estudado, mormente, História Política e Institucional da Madeira nos séculos XIX e XX. Contacto: emanueljanes@gmail.com.

Fernando Couto, a quem se deveu o mérito de concretizar o 1.º Plano Director para a cidade do Funchal, seguiram as ideias de Fernão de Ornelas Gonçalves. António de Agrela Loja esteve na presidência da Câmara por muito pouco tempo, devido ao golpe militar de 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Estado Novo; Comissão Administrativa; Câmara Municipal do Funchal.

Abstract

The present study is based on the action of the various administrative commissions of the Municipality of Funchal during the Military Dictatorship and the Estado Novo, between the military coup of May 28th, 1926, and the revolution of April 25th, 1974.

During the first period, the Funchal City Council lived in an unstable situation, at an economic and political level, still remnants of republican politics, in which factions constantly clashed, causing serious damage to the autarchy. The controversies maintained during the terms of the last two presidents of the administrative commissions, Gastão de Deus Figueira and Luís da Rocha Machado, hampered the development of the city.

Fernão de Ornelas, who replaced the latter, transformed an almost rural village, with medieval characteristics, into a modern city. Even with the setbacks of the time, in a period of great economic recession (consequences of the Wall Street Crash, in 1929, and consequent bank failures), of serious political disturbances (Spanish Civil War and World War II), he managed to build a new city, without distorting the old one, giving shape to the old aspirations of the people of Funchal, in a work that still lingers in the city's imaginary and which deserves to be highlighted as an indelible mark of its action.

His successors, Óscar Gonçalves, who solved the problem of electricity supply to the city, proceeding to the municipalization of this service, João Valente, António Sardinha, responsible for the balance of the City Council finances, and Fernando Couto, to whom belongs the credit for completing the 1st Master Plan for the city of Funchal, followed the ideas of Fernão de Ornelas Gonçalves. António de Agrela Loja was president of the City Council for a very short time, due to the military coup of April 25th, 1974.

Keywords: Military Dictorship; Estado Novo; Administrative Commission; Funchal City Council.

1. Da Ditadura Militar ao Estado Novo

Uma das questões mais pertinentes que se colocavam aos defensores do golpe de 28 de Maio de 1926 era a questão municipal, que já vinha sendo debatida desde os primórdios da República. Logo a 13-07-1926, o Governo da Ditadura Militar decidiu dissolver todos os corpos administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes, «por não serem considerados dentro do espírito que fez eclodir o Movimento de 28 de Maio»².

² *Diário da Madeira*, 20-07-1926, n.º 4516.

Enquanto não fossem nomeadas as respectivas comissões administrativas, ficavam encarregados do expediente nas juntas gerais os governadores civis, nas câmaras municipais os administradores dos concelhos, e nas juntas de freguesia os regedores; os governadores civis indicariam, entretanto, ao ministro do Interior, no prazo de dez dias para o continente e de vinte para as ilhas adjacentes, os nomes dos cidadãos que haveriam de compor as comissões administrativas. Em conformidade com esse decreto, o comissário da Polícia Cívica do Distrito do Funchal, João Macedo Faria, tomou conta do expediente da Câmara Municipal do Funchal (CMF) até nomeação da futura Comissão Administrativa. Mais tarde, a 05-05-1932, o Decreto-Lei n.º 19694 impôs já um cariz corporativo às Câmaras Municipais, estabelecendo os grandes princípios que iriam presidir à organização dos corpos administrativos; só em 1936, com a publicação do Código Administrativo, ficaram definitivamente assentes as bases administrativas do país³.

Manuel Pires Bento⁴ escrevera, em 1928, aquela que foi considerada a obra crucial do municipalismo português de então, inserida na tradição nacional, tão ao gosto dos integralistas e que serviu de inspiração aos legisladores do Estado Novo⁵. Evocando os primeiros séculos da História Nacional, propunha a adaptação da tradição aos novos tempos, já que «a soberania municipal se exercia numa assembleia, em que todas as opiniões, todas as classes estejam representadas»6. Defendia a elaboração

³ Durante o período da Ditadura Militar e no Estado Novo, além desta legislação sobre os municípios, foram ainda publicados os seguintes diplomas: Decreto com força de lei n.º 112073, de 09-08-1926, que esclarecia quais as matérias em que se deveria aplicar pelo código de 1878 e quais as que eram reguladas pelo Código de 1896 e punha termo a incertezas e hesitações da jurisprudência; Decreto-Lei n.º 12870 de 22-12-1926, criando o Distrito de Setúbal; Decreto-Lei n.º 19243, de 16-01-1931, que aprovou o regulamento do Supremo Conselho de Administração Pública e o das auditorias administrativas; Constituição Política de 11-04-1933, em especial na Parte II, Título VI -Das circunscrições políticas e administrativas das autarquias locais -, o artigo 124, que define que «o território no Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias», acrescentando que «a divisão do território das Ilhas Adjacentes e a respectiva organização administrativas serão reguladas em lei especial». Esta lei especial foi concretizada com o Código de 1926 e a Lei n.º 1967, de 30-04-1938 que definia as bases do regime administrativo das Ilhas. No ano seguinte é promulgado o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, através do Decreto-Lei n.º 30214, de Dezembro, que é revisto em 1940. Em 1947, este estatuto é novamente revisto e alterado através do Decreto-Lei n.º 36453, de 04-08-1947. Existe ainda: o Decreto-Lei n.º 22520 de 13-05-1933, que institui uma inspecção, exercida por intermédio da Inspecção-Geral de Finanças, aos serviços de Contabilidade e Tesouraria dos Corpos Administrativos, incluindo os serviços municipalizados; e o Decreto-Lei n.º 23229 de 15-11-1933 que estabeleceu a Reforma Administrativa Ultramarina (BRAGA, 1997, «Legislação (1790-1996). Uma Sinopse», p. 134).

Manuel Pires Bento, Advogado de profissão, foi governador civil de Beja em 1898, presidente da Câmara de Castelo Branco, de 1901 a 1907, e dirigiu, nesta cidade, o semanário Acção Regional (OLIVEIRA, 1996, História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia, p. 303).

⁵ BENTO, 1928, A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa).

⁶ BENTO, 1928, A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa), p. 31.

de um novo código administrativo, onde constasse «um conjunto de disposições que para os cidadãos constituía o quadro das suas garantias de munícipe»⁷, sendo também uma salvaguarda para os vereadores.

O Movimento de 28 de Maio, na verdade, viria a impor um regime centralista e autoritário ao poder municipal, integrando-o na Câmara Corporativa e contrariando o espírito descentralizador da Primeira República, causador, na óptica dos golpistas de 1926, de uma grande instabilidade política com base nas lutas partidárias.

O Movimento não tinha, porém, um programa nem estava assente num partido que lhe desse dimensão e coerência. A Ditadura só conseguiu alguma estabilidade a partir de Janeiro de 1930, data em que Ivens Ferraz é substituído por Domingos de Oliveira, na chefia do Governo. Salazar, ainda apenas ministro das Finanças, a partir daqui tem todas as condições para construir e consolidar o regime que se propunha, estabelecendo já uma ruptura com a República e a Ditadura Militar. Em Junho de 1930, a União Nacional é anunciada ao país como uma organização cívico-política, onde cabiam todos os portugueses que se identificassem com o regime. Em Fevereiro de 1933, inicia-se o processo de plebiscito e aprovação da Constituição Política e no final do Verão é publicado o Estatuto do Trabalho Nacional. Em 1934, realizam-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional, em lista única, e neste mesmo ano começou a organizar-se a ordem corporativa do Estado.

Os anos de 1928 a 1934 são os anos da grande crise económica, originada pela queda da Bolsa de Nova lorque. O corporativismo era para Salazar a saída lógica para os "malefícios" do liberalismo económico e assentava essencialmente no autoritarismo, que ele diferenciava dos outros regimes autoritários da Europa. Para ele, tudo devia submeter-se ao interesse colectivo com vista ao bem comum, através de uma economia dirigida.

A 14-08-1926, o *Diário da Madeira* revelava a existência de sérias dificuldades em constituir as Comissões Administrativas para a Junta Geral e maiores dificuldades ainda para a CMF, devido a várias recusas das individualidades convidadas⁸. No entanto, a 17 desse mês o mesmo diário anunciava que o major Lusignan de Azevedo, governador civil, havia convidado o coronel Luís Correia Acciaioly de Meneses para organizar a nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal (CACMF), e que este havia aceitado; três dias mais tarde informava que no dia anterior tinha ficado definitivamente constituída a CACMF: Luís Acciaioly de Meneses, presidente, Francisco Silvestre Varela, vice-presidente, Manuel Nunes

⁷ BENTO, 1928, A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa), p. 33.

⁸ *Diário de Notícias*, 14-08-1926, n.º 15649.

Farinha, Herculano Ramos, Augusto C. Betencourt Pimenta, Luís Betencourt da Camara e capitão Edmundo Lomelino, vogais. Mais tarde, a 03-02-1930, viriam a ser exonerados os vogais Augusto Pimenta e Luís Câmara e nomeados, em sua substituição, os tenentes Gregório Paiva Cunha e Jacinto Sebastião Spínola. A 30-08-1930, o coronel Luís Acciaioly Correia de Meneses foi exonerado, a seu pedido, por se encontrar bastante doente, sendo substituído pelo capitão Jaime César Nunes de Oliveira; o então vice-presidente, capitão Francisco Varela, que durante a doença do presidente assegurou a presidência, faltou à cerimónia, deixando perceber algumas divisões no seio da CACMF que vieram a tornar-se evidentes quatro dias depois, com o pedido de demissão do presidente Jaime César N. Oliveira, no que foi acompanhado pelos seus colegas.

As Comissões Administrativas reuniam semanalmente. Para além do despacho do expediente, tinham as seguintes incumbências: elaborar posturas e regulamentos, gestão patrimonial, funções policiais e de segurança dos cidadãos, construção e gestão dos cemitérios, espaços urbanos, abastecimento de águas e esgotos, promoção de interesses económicos para o concelho, etc.

Na primeira reunião desta CACMF, realizada a 30-08-1926, são já evidentes as novas directrizes da política do regime saído do Movimento de 28 de Maio. É analisado o relatório da comissão encarregada de rever o orçamento da CMF, concluindo-se que a situação económica do município era muito grave, pelo que se determinou que seria demitido o pessoal que não fosse necessário. No mês seguinte, a 26 de Setembro, o presidente propõe a nomeação de uma comissão para proceder à reorganização dos serviços da repartição de obras municipais, decidindo mandar empregar em reparações nas ruas todo o pessoal da Câmara que fosse possível destacar. Saliente-se que a nomeação para qualquer emprego público estava dependente da apresentação de um certificado de bom comportamento passado pela polícia cívica e um certificado de instrução primária.

Uma das prioridades económicas da Madeira, nesse tempo, era a construção de um porto de abrigo, em condições que pudesse fazer concorrência às Ilhas Canárias. Nesse sentido, esta CACMF enviou uma petição ao Governo Central pedindo a execução das obras com a maior brevidade. Na sessão camarária de 11-10-1926, a CACMF congratula-se com o projecto de Decreto-Lei do ministro do Comércio, no sentido de estas obras serem custeadas pelo Estado, cessando assim a arrecadação, por parte da Junta Autónoma do Porto do Funchal, dos impostos que constituíam a sua receita, passando estes a serem cobrados pelo Estado. Paradoxalmente, uma semana depois, a 18 de Outubro, esta mesma CACMF insistiu para que o Governo Central cancelasse o contrato das obras do porto, com o argumento de que elas

apenas beneficiavam os accionistas da companhia das obras, pois que «o contrato é escandaloso e a efectivar-se seria a ruína da Madeira», como afirmava o vogal Herculano Ramos, na sessão camarária de 18-10-19269.

O crescimento do turismo era também prioritário para o desenvolvimento da Madeira. A Câmara do Funchal, a 06-09-1926, propôs ao governador civil que desenvolvesse todos os esforços com vista a considerar o Funchal uma estância de turismo, com a consequente criação de uma polícia de viação e turismo, adaptando o regulamento à lei n.º 1152, de 23-04-1921, de forma que a Madeira ficasse isenta das taxas estabelecidas pelo artigo 13.º que recaíam sobre todos os contribuintes, a maior parte dos quais não beneficiava, nem directa nem indirectamente, da indústria do Turismo. Oito dias depois, na sessão de 13 de Setembro, estranhamente propõe a anulação desta proposta, embora mantendo as respectivas taxas que se destinariam às seguintes obras: canalização de água potável e esgotos, remoção dos estábulos do centro da cidade para o terreno ao norte do Posto de Desinfecção, cobertura da Ribeira de Santa Luzia, construção da estrada de cintura e alargamento da Rua da Ponte Nova. Um mês depois, a 27-09-1926, a CACMF acusa a recepção de um ofício do governador civil, propondo a constituição duma comissão que seria composta por si, pelo presidente da Câmara e pelo presidente da Associação Comercial do Funchal, um representante dos proprietários de hotéis e dois vogais por ele nomeados, para estudarem esta questão. E a 07-11-1927 foi proposto ao ministro do Interior que a receita da regulamentação do jogo na Madeira ficasse pertencendo a este município, a fim de ser destinada ao desenvolvimento do Turismo.

No capítulo da instrução pública, a CACMF aprovou, a 11-10-1926, a instalação de escolas em várias freguesias do Funchal; no mês seguinte, a 01-11-1926, apresentou uma proposta ao Governo solicitando um subsídio para a reparação de escolas, com base no art. 2.º do Decreto-Lei 12514, de 18-10-1926. A 15-11-1926, a Câmara deu parecer favorável à pretensão dos professores municipais de aumento de vencimento, face à grande diferença relativamente aos professores oficiais, voltando a insistir na implantação de escolas em várias freguesias do concelho; posteriormente, a 28-03-1927, decidiu criar um fundo destinado à construção de edifícios escolares, canalizando para esse fim o dinheiro correspondente à prestação de trabalho, a que se refere o n.º 3 do art. 108 da Lei n.º 88, de 07-08-1913, visto haver dificuldades em obter casas arrendadas para escolas e habitação para professores.

⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 18-10-1926, lv.º 9, fls. 47-60.

Mais tarde, a 25-07-1927, pediu ao ministro da Instrução a transformação de todas as escolas municipais em oficiais assim como os seus professores.

Ainda em Outubro de 1926, a CACMF decidiu proceder à reorganização do serviço de incêndios, para o que mandou elaborar uma planta do Funchal, com a descrição dos lugares onde existia água em quantidade susceptível de ser utilizada e ainda a construção de novas cisternas, em vários locais da cidade, e aproveitamento das existentes. Na sessão de 27-12-1926, foi aprovado o regulamento do corpo principal de salvação pública (Bombeiros Voluntários do Funchal) e, a 14-07-1930, deliberou-se constituir um corpo de Bombeiros Municipais.

Em relação à toponímia da cidade, na sessão de 07-03-1927 foi decidido dar à nova rua entre o Caminho do Lazareto e a Rua do Dr. Juvenal o nome do Dr. António Jardim de Oliveira; a 24-10-1927, deliberou-se dar ao Largo do Ribeiro Seco o nome de Largo António Nobre, de forma a homenagear o poeta que na Madeira escreveu parte da sua obra. Decidindo prestar homenagem à memória do antigo presidente da República Sidónio Pais, a Câmara atribuiu a 13-02-1928 o seu nome à até então travessa da Rua da Pena.

A situação económica difícil que a Madeira atravessava foi naturalmente debatida nas sessões camarárias, tendo delas saído algumas medidas no sentido de a debelar. A 15-11-1926, a Câmara havia-se solidarizado com os vários sectores económicos da Madeira que protestavam contra a possibilidade de o Governo promulgar o Decreto que permitia a entrada na Ilha de vinho do Continente em cascos. A 06-05-1927, a CACMF realizou uma sessão extraordinária, que foi bastante divulgada na imprensa, com o intuito de resolver a cobrança do imposto ad valorem, que incidia sobre todos os artigos e mercadorias exportadas. Nesta reunião, ficou decidido elevar o imposto até 3%, limite máximo legal, e que a cobrança passasse a ser feita na Alfândega do Funchal. Também ficou assente que a cobrança do imposto de 3% sobre os bordados continuasse a ser feita pela CMF, fazendo depois a distribuição pelas Câmaras rurais. Na sessão camarária de 13-09-1927, propõe--se que o imposto sobre os linhos importados para bordados fosse de 1\$00, igual para todos, de forma a incentivar o desenvolvimento desta indústria na Madeira; a proposta, porém, ficou de ser analisada posteriormente, decidindo-se que os grandes empresários pagariam 1\$00 ouro, e os pequenos, \$26 ouro. Outro imposto revisto por esta CACMF foi o que incidia sobre a contribuição predial, rústica e urbana. Assim, a 28-03-1927, estabeleceu-se a percentagem adicional de 10% sobre este tipo de prédios, nos termos do art. 64, da Lei n.º 1368, de 21-09-1922, visto ser exígua a verba orçamentada para obras, aquisição de prédios e melhoramentos municipais. Na sessão de 20-12-1926, pede-se ao Governo da República uma verba para os

estragos causados em edifícios da CMF pelos temporais. A 30-08-1926, é apresentada uma proposta que iria ser renovada a 15 de Novembro do mesmo ano, no sentido de solicitar ao Governo que o imposto que na Madeira era cobrado com destino à Assistência cá ficasse para os seus pobres, visto que a Ilha enviava mensalmente para o continente da República uma avultada quantia com esse destino e o Governo só devolvia parte dessa verba, mas muito inferior à que daqui era enviada. A CACMF pedia ao Governo «a revogação do Decreto n.º 15914, de 24 de Agosto, na parte que modifica o regime cerealífero da Madeira, por ser prejudicial a este distrito, continuando em vigor o anterior regime que permitia a livre importação de farinhas sem pagamento de direitos»¹⁰. Perante o agravamento da situação económica nos anos posteriores, a CMF irá conseguir, em Fevereiro de 1930, autorização do Governo Central, para contrair um empréstimo de 7000 contos, na Caixa Geral de Depósitos, pelo prazo de 20 anos, ao juro de 8,5%, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16656, de 14-06-1929.

Tendo em conta o considerável crescimento da população funchalense e aumento de novas construções, procedeu-se ao alargamento dos limites da cidade que passou a ficar compreendida pelo seguinte perímetro:

«do mar em linha recta ao caminho de ligação da estrada nacional n.º 23 com o Caminho Velho de S. Gonçalo, Caminho da Igreja de S. Gonçalo, Caminho do Palheiro Ferreiro, Caminho do Terço, Caminho da Levada do Bom Sucesso em linha recta à Estrada da Levada de Santa Luzia, daqui em linha recta ao Muro da Coelha, (norte da quinta Drolhe), Caminho da Água de Mel, Álamos, ponte da Ribeira Grande, Quinta do Leme, Pilar, Avista Navios, Caminhos e do Amparo à Estrada Monumental em linha recta até ao mar»¹¹.

De acordo com o Padre Fernando Augusto da Silva, no *Elucidário Madeirense*, estes novos limites são anti-naturais, tendo a cidade duplicado a sua superfície, «tomando proporções verdadeiramente exageradas», ficando a freguesia do Monte fora deste perímetro¹².

A Câmara empenhou-se ainda no embelezamento e asseio das zonas públicas. É o caso do Jardim Municipal, em relação ao qual se delibera a iluminação do mesmo¹³, a contratação de técnicos da casa construtora de parques Alfredo Moreira e Filhos, do Porto, para fazer a necessária transformação do jardim, a proibição de permanência no local de cães vadios e de mulheres conhecidas como dadas à prostituição¹⁴.

¹⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 10-09-1928, lv.º 11, fls. 95-99.

¹¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-10-1927, lv.º 10, fls. 73-80.

¹² SILVA e MENEZES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 64.

¹³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 27-09-1926, lv.º 9, fls. 47-60.

¹⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 26-09-1927, lv.º 10, fls. 31-35.

A 07-11-1927, propõe-se o levantamento da planta da Praça de Tenerife e aproveita--se a estadia dos técnicos para ajardinar aquela praça pública. Na reunião camarária de 02-09-1929, decide-se adaptar a Quinta Vigia a um jardim público. A 11-07-1927 determina-se a proibição de afixar cartazes e anúncios nas paredes dos prédios, limitando a sua afixação aos muros da praça de S. Pedro e obriga-se a caiação das fachadas dos prédios e muros confinantes com a via pública. Na sessão camarária de 20-06-1927, proíbem-se as goteiras nas fachadas dos prédios confinantes com a via pública. A 12 de Dezembro, decide-se que os vendedores ambulantes, principalmente de géneros alimentícios, que costumavam estacionar nas ruas mais concorridas da cidade, ocupando de preferência esquinas de «trottoir», dificultando o trânsito de veículos e de peões, deixassem de o fazer, para o que se deu instruções ao comissário de polícia. A 07-03-1927, a Câmara voltou a insistir num plano director da cidade. Da sessão camarária de 15-11-1926, surge a deliberação de oficiar à Companhia da Luz para instalar luz eléctrica em várias ruas do Funchal. No sentido de moralizar e regular o trânsito das camionetas de transporte colectivo, a CACMF decidiu, em 17-03-1930, adquirir 100 placas indicativas das paragens, decisão que haveria de efectivar-se em Outubro do mesmo ano.

A instalação do Museu Regional foi uma preocupação insistente desta Câmara que aproveitou as receitas do selo da Madeira, entretanto emitido para esse fim, e adquiriu o Palácio de S. Pedro, destinado ao referido museu e biblioteca, nomeando seu director Adolfo César de Noronha. A inauguração aconteceu já no mandato da comissão seguinte, a 05-10-1933.

A 06-09-1930, o capitão Jaime Martinho Ferreira Leal foi encarregado de constituir a nova CACMF, escolhendo para seus colaboradores Juvenal António da Silva Carvalho, na qualidade de vice presidente, e como vogais o tenente Carlos Pinto Basto Correia, o engenheiro Herculano Lourenço dos Ramos, o tenente Artur Atouguia Machado Pimenta, o escultor Francisco Franco e Gastão de Deus Figueira. Em Novembro desse ano, o presidente ausentou-se para Lisboa e Juvenal de Carvalho é então nomeado presidente; este, por sua vez demite-se a 27-06-1932, sendo substituído no dia seguinte por Gastão de Deus Figueira. Seguem-se várias outras substituições¹⁵. A 24-01-1933, Manuel de Gouveia e Freitas é nomeado vogal efectivo em substituição

Na sessão camarária de 16-08-1932, é apresentado um ofício do governador civil exonerando os vogais tenente Carlos Carreira, António Eça de Almeida e capitão António Eduardo Gonçalves Henriques, nomeando em sua substituição os vogais suplentes José Pedro de Freitas e alferes José Carlos de Sousa. Na sessão de 22-11-1932, Herculano Ramos foi exonerado sendo substituído por Wiliam Clode (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 16-08-1932, lv.º 16, fls. 236-242).

do tenente Artur Pimenta¹⁶. No dia 17-01-1934, o *Diário da Madeira*, numa notícia de primeira página, informa que por alvará de 12-01-1934 Álvaro Favila Vieira, governador civil substituto, nomeara vogal da CMF Fernão de Ornelas Gonçalves¹⁷.

Na primeira reunião desta CACMF, realizada em 17-09-1930, foi aprovada uma proposta para um novo imposto de prestação de trabalho no concelho do Funchal, que se destinava à construção e reparo de estradas municipais. Foi ainda deliberado comemorar o 5 de Outubro, aniversário da implantação da República, com iluminações nas Avenidas Manuel Arriaga e Gonçalves Zarco, música, bodo aos pobres e distribuição de esmolas pela «indigência envergonhada», tal como era costume em ocasiões desta natureza. Devido à baixa de preço do trigo e da farinha na origem, foi resolvido baixar o preço do pão, tornando-o mais acessível ao operariado, às casas de caridade e pobreza envergonhada¹⁸.

No capítulo da cultura, esta CACMF deliberou publicar o *Arquivo Histórico da Madeira*, cujo primeiro número saiu a 30-05-1931, encarregando de o dirigir João Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa; nomeou uma comissão organizadora dos amigos dos monumentos e do museu, constituída pelo vice-presidente da Câmara e pelo escultor Francisco Franco, pelo pintor e professor da Escola Industrial Alfredo Vital Miguéis, e por João Cabral do Nascimento, director do Arquivo Distrital¹⁹; mandou remover os bustos do Conde de Canavial e João Fernandes Vieira das extremidades da Avenida Arriaga para o Jardim Municipal, como local mais apropriado²⁰; nomeou uma comissão de estética para a cidade do Funchal que seria presidida pelo presidente da Câmara e contava ainda com o major J. Reis Gomes, João Cabral do Nascimento e Alfredo Miguéis, e ainda criou um pelouro de cultura na CMF, à semelhança do que existia na Câmara Municipal de Lisboa²¹; face à insistente contestação na imprensa, mandou retirar todos os quiosques existentes nas ruas centrais da cidade²².

¹⁶ Na tomada de posse como vogal da CACMF, Manuel Gouveia e Freitas faz uma reflexão sobre a nova doutrina do Estado português salientando que «o nacionalismo não é extremismo, é uma hierarquia em que o interesse geral da Nação ocupa o primeiro lugar, mas onde caberiam todos os interesses legítimos quer nacionais quer estrangeiros. Nacionalismo é inteligência e cultura, complexidade, ordem, domínio do homem sobre a natureza, da razão sobre os instintos» (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 24-01-1933 lv.º 17, fls. 153-159).

¹⁷ *Diário da Madeira*, 17-01-1934, n.º 6675.

¹⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-09-1930, lv.º 14, fls. 40-59.

¹⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 15-03-1932, lv.º 16, fls. 94-111.

²⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 29-11-1932, lv.º 17, fls. 91-100.

²¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 04-09-1934, lv.º 19, fls. 213-220.

²² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 11-10-1932, lv.º 17, fls. 27-33.

Em relação à toponímia do Funchal, a 24-03-1931 foi tomada a decisão de simplificar os nomes das ruas, reduzindo as designações, de forma a serem identificadas pela população. Neste sentido, as ruas Capitão-Tenente Carvalho Araújo e Capitão João Francisco de Sousa passaram a designar-se, respectivamente, por apenas ruas Carvalho Araújo e Capitão Sousa; a Avenida Manuel de Arriaga e a Rua Roberto Ivens passaram a chamar-se apenas Avenida Arriaga e Rua Ivens. Esta CACMF, imbuída do espírito anti-republicano da época, resolveu também, na reunião camarária de 24-03-1931, substituir alguns nomes de ruas que evocavam personalidades republicanas, regressando às designações anteriores à Primeira República, com a argumentação de que o regime republicano havia desrespeitado as tradições populares e de que a população ainda as identificava com os primitivos nomes. Deste modo, as 17 de Junho de 1922 e 22 de Julho de 1923 voltaram a ter a antiga designação de S. Francisco e do Sabão, respectivamente, nomes por que ainda hoje são conhecidas. Na reunião de 18-08-1931, à Rua Carvalho Araújo restituiu-se o seu antigo nome de Rua do Aljube; a 15-03-1931, à Rua do Comércio foi restituído o seu velho nome de Rua dos Ferreiros; a 25-10-1931, à Rua Costa Ferreira foi devolvido o seu primitivo nome de Rua do Carmo; a 20-09-1932, à Rua Alferes Veiga Pestana foi dado o seu anterior nome de Rua das Hortas, ao Largo do Comércio doi atribuído o seu antigo nome de Largo do Chafariz; e a 01-11-1934, à Rua Dr. Chaves foi dada o seu tradicional nome de Rua dos Aranhas, à Rua Dr. Vieira foi atribuído o nome de Rua da Carreira, «a qual figurava já nas Saudades da Terra»²³, à Rampa de S. João foi devolvido o seu antigo nome de Rampa do Morgado e à Rua Dr. Sequeira recuperou-se o seu tradicional nome de Rua da Mouraria.

Face à perspectiva de crise generalizada na Ilha, devido à publicação do decreto sobre o regime cerealífero, que levaria à célebre Revolta da Madeira, a CACMF suspendeu a sessão camarária de 27-01-1931, que se encontrava reunida, para ir ao governador civil solicitar que intercedesse junto do Governo no sentido da suspensão do famigerado Decreto, tendo sido enviado para Lisboa um telegrama reflectindo essas preocupações²⁴. A 03-02-1931, deliberou fazer uma exposição ao Governo da

²³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 10-03-1931, lv.º 15, fls. 10-18.

O telegrama enviado ao Governo era do seguinte teor: «jornais hoje publicaram telegramas decreto cerealífero permitem concluir perigoso monopólio moagem de funestas sangrentas tradições nesta ilha. Câmara Municipal do Funchal em face importância problema excitação alarme população ilha solicita Governo imediata suspensão decreto até conhecimento parecer Governador Civil associações económicas» (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 27-01-1931, lv.º 14, fls. 210-220).

República, condenando o referido decreto n.º 19273, e, no dia seguinte, o mesmo telegrama repetia-se quase na íntegra, tendo o comércio encerrado, neste dia, em sinal de protesto contra o decreto.

Em 04-04-1931, dá-se o pronunciamento militar conhecido por Revolta da Madeira, acarretando a demissão da CACMF, passando Lúcio Tolentino da Costa a ser o novo presidente da CMF, assessorado por José Jerónimo Gomes Figueira e Augusto Marcos Câmara, como vogais, personalidades que apoiavam a revolta. A primeira e única sessão realizou-se no dia 21-04-1931; as deliberações tomadas foram pouco significativas, limitando-se, apenas, a despachar o expediente e alguns requerimentos.

Fracassada a revolta, foram restituídos aos seus lugares os membros da anterior CACMF. No dia 3 de Maio, o presidente da CACMF envia um telegrama ao presidente da República, presidente do Ministério, ministros das Finanças, Interior e Guerra, saudando-os efusivamente como representantes da Nação e louvando a maneira forte e prudente como as tropas da Ditadura sufocaram a rebelião. Em Agosto desse ano, numa entrevista ao Diário da Manhã, transcrita pelo Diário da Madeira, Juvenal de Carvalho, presidente da CACMF, afirmava que todo o seu «esforço tem consistido em procurarmos tornar visíveis ao grande público os benefícios da Ditadura trabalhando pelos sagrados interesses do povo e da grande Pátria comum, sem desfalecimentos, num crescente de entusiasmo e com a abnegação de quem não procura recompensas eleitorais». Explicava o que tinha sido a actividade da Câmara e considerava os acontecimentos da Revolução da Madeira de 1931, de «criminosas perturbações políticas»²⁵. Na reunião camarária de 5 de Maio, o presidente fez várias alusões aos acontecimentos revolucionários, e numa nota oficiosa comunicou aos munícipes a nulidade de todos os despachos e deliberações tomadas desde o dia 6 de Abril ao dia 02-05-1931. A partir dagui, sucedem-se as manifestações nacionalistas por toda a Ilha.

Entrevista realizada a Juvenal de Carvalho, presidente da Câmara do Funchal, publicada no *Diário da Manhã* de 09-08-1931, transcrita no *Diário da Madeira* de 12-08-1931, n.º 5971, intitulada «Interesses Madeirenses – A Acção da Câmara Municipal do Funchal». Nesta entrevista Juvenal de Carvalho expõe a actividade da CACMF a que preside. No dia 09-09-1931, o *Diário da Madeira*, n.º 5994, resume uma reunião havida entre o presidente da Câmara, Juvenal de Carvalho, e os representantes da imprensa regional, realizada no dia 07-09-1931, para apresentar um balanço da acção desenvolvida por esta CACMF neste primeiro ano de funções. Em Outubro de 1931, devido a uma campanha de difamação exercida por Luís Vieira de Castro através do *Jornal da Madeira*, a CACMF faz publicar uma nota oficiosa, em vários órgãos de informação regional, que saiu durante vários dias, onde se defende das acusações e expõe toda a sua actuação desde o dia em que começou em funções até aí.

Uma das preocupações da CACMF presidida por Juvenal de Carvalho foi definir o descanso semanal e o horário de trabalho para todos os trabalhadores, de forma a moralizar as relações entre patrões e empregados. Várias foram as reuniões que a Câmara manteve com a Associação Comercial do Funchal, Ateneu Comercial, Associação de classe dos retalhistas, proprietários de estabelecimentos de artefactos e outros, para discutir este problema. A 21-07-1933, foi aprovado o projecto de descanso semanal, já na presidência de Gastão de Deus Figueira, o qual foi enviado ao ministro do Interior para ratificação. A 29 do mesmo mês, um ofício do governador civil comunicava ter sido aprovado o Domingo como dia de descanso semanal, entrando em vigor a partir do dia 10-09-1933. Um ano depois, foi estabelecido o horário de trabalho semanal, ficando acordado que os estabelecimentos teriam um horário de acordo com a sua área de actuação, como previa o artigo 9.º do Decreto 24.402²6.

No dia 27-05-1934, é inaugurado um reservatório para abastecimento de água, uma obra de importância capital para a cidade, com capacidade para 7000 m3, considerado então suficiente para abastecer toda a cidade. A inauguração inseriu-se nas cerimónias comemorativas do Movimento de 28 de Maio.

No dia 20-09-1934, Gastão de Deus Figueira apresentou, ao governador civil, a sua demissão, no que foi acompanhado por toda a CACMF, sendo então nomeado, para o substituir, Luís da Rocha Machado, que escolheu para vice-presidente o tenente Henrique Teixeira Moniz e para vogais Juvenal Raimundo de Vasconcelos, João Tiago de Castro, tenente Jordão de Castro e Abreu, Eduardo Simões Dias Paquete e Manuel Francisco Veloza Barreto.

A acção desta última CACMF teve pouco relevo até pelo curto período do seu mandato, apenas três meses, pois demitiu-se a 21-11-1934. Foi durante este curto mandato, a 06-12-1934, que se procedeu à eleição do representante dos municípios madeirenses à Câmara Corporativa, recaindo a escolha no presidente do município do Funchal.

[«]Fazendas, quinquilharias, perfumarias, camisarias, papelarias, livrarias, ourivesarias, relojoarias, chapelarias, fotografias e sapatarias: abertura, 9 horas, encerramento, 19 horas; Mercearias: abertura, 7 horas, encerramento, 20 horas; Confeitarias: abertura, 7 horas, encerramento 23 horas; Botequins, tabernas, cafés, casas de pasto e restaurantes: abertura: 5 horas, encerramento, 23 horas; Acessórios para automóveis, óleos e gasolinas, abertura: 7 horas, encerramento, 21 horas; Farmácias: abertura, 8 horas, encerramento, 20 horas; Vimes e artefactos: abertura, 9 horas, encerramento, 19 horas; Padarias e depósito de vendas: abertura, 7 horas, encerramento, 21 horas» (Diário da Madeira, 20-10-1934, n.º 6894).

2. O Estado Novo

2.1. A Presidência de Fernão Ornelas (1935-1946)

Apesar de instituído o Estado Novo, com o plebiscito para aprovação da Constituição, em 1933, e as primeiras eleições legislativas, em 1935, na CMF, o seu impulso só veio a sentir-se após a investidura de Fernão de Ornelas²⁷ na presidência. A 12-01-1935, ficou composta a nova CACMF, sob a presidência de Fernão de Ornelas Gonçalves, tendo como vice-presidente Paulo Gonçalves Jardim Amaro, e vogais William Edward Clode, Ludgero de Freitas Martins, José Luís de Brito Gomes, Tenente Domingos Cardoso e Francisco Leão Faria.

A actuação desta CACMF acontece num período de relativa estabilidade política e social. Estão já construídas as primeiras estruturas do Estado Novo: a Constituição, o Estatuto do Trabalho Nacional, a Assembleia Nacional, a Câmara Corporativa, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Casas de Pescadores. A orientação política estava definida, havia um chefe e o exército estava mais ou menos sob o controlo do poder político. Em 1936, promulga-se o Código Administrativo que, após vigorar em regime experimental até 1940, passou a definitivo a partir desta data, constituindo a "bíblia" do poder autárquico.

O Código Administrativo enumerava de forma hierárquica os «elementos estruturantes da Nação»: freguesias, concelhos e províncias. A partir de 1959, a divisão em províncias desaparece, ficando o território dividido em freguesias, concelhos e

²⁷ Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves nasceu na freguesia de S. Pedro, no Funchal, a 14-06-1908. Licenciado em Direito, foi subdelegado do Procurador da República por nomeação de 17-08-1932 e chefe da Secretaria Judicial. A 12-01-1935, foi nomeado presidente da CACMF, lugar que ocupou até 22-10-1946, sendo ainda procurador à Câmara Corporativa, durante esse mesmo período, onde foi cedida à Madeira representação na secção dos assuntos de administração local. Nacionalista convicto, esteve sempre em sintonia com a política do Estado Novo. A 11-01-1934, entra pela primeira vez para a CACMF, como vogal, e já nesta altura era visto como um dos majores vultos da sua geração. O presidente de então, Gastão de Deus Figueira, referia-se às suas elevadas qualidades morais e intelectuais e à sua cultura, como um dos homens da mentalidade nova que se estava a formar em Portugal sob a direcção do chefe Salazar, sendo apontado como «um esplêndido elemento da Revolução Nacional» (*Diário de Notícias*, 18-01-1934, n.º 17786). Um ano depois é nomeado presidente da CACMF e é então que a sua obra nasce. Após a saída da CACMF, decepcionado com a política, foi residir para Lisboa onde abriu escritório de advogado. Foi director do Banco da Madeira, membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, e Administrador na Hidrotécnica do Cávado e do Banco Pinto e Sotto Maior. Faleceu em Lisboa a 24-05-1978 (CLODE, s.d., Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX, p. 352; JANES, 1997, Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936), p. 227; JANES, 2001, «O Município do Funchal nos finais dos anos trinta, 1935-1940 - O dinamismo e a acção de Fernão de Ornelas», pp. 201-209; LOPES, 2008, A Obra de Fernão de Ornelas na Presidência da Câmara Municipal do Funchal, 1935-1946, pp. 47-53).

distritos. A Freguesia era a estrutura administrativa de base e a Junta de Freguesia o seu órgão executivo, composto por três vogais, eleitos pelos chefes de família, que entre si escolhiam o presidente, o secretário e o tesoureiro. A Freguesia contava também com um regedor, com funções policiais, o qual, não sendo parte integrante deste órgão autárquico, funcionava como um representante do presidente da Câmara, nomeado por este e só perante este responsável.

Os Municípios dividiam-se em duas classes: rurais e urbanos, subdivididos em três ordens de natureza territorial e fiscal. O Código Administrativo também determinava a existência de dois tipos de órgãos: os comuns e os especiais. Os órgãos comuns eram o Conselho Municipal, a Câmara municipal e o presidente da Câmara. Este último predominava sobre os outros, já que era ele que presidia à Câmara e ao Conselho Municipal, sendo nomeado pelo governador civil. Os especiais eram apenas para as cidades de Lisboa e Porto. Toda a estrutura administrativa municipal assentava no presidente da Câmara que era o seu coordenador e orientador, superintendendo na execução de todas as deliberações camarárias. Era no fundo o representante corporativo do poder central no município.

O Conselho Municipal que resultava da representação das Juntas de Freguesia, únicos órgãos eleitos, ainda que por um órgão eleitoral restrito, constituía a espinha dorsal do Estado e de todas as estruturas político-administrativas que integravam a Nação. Era o Conselho Municipal que elegia os vereadores, fiscalizava a actuação do presidente da Câmara e estabelecia as grandes linhas de orientação para a acção municipal.

A Câmara Municipal era um órgão colegial composto por um presidente e vereadores, cujo número variava consoante a importância do município. No Funchal eram sete, já que era um município de primeira ordem.

As Províncias confundiam-se com os Distritos e eram uma estrutura administrativa mais ampla que englobava a freguesia e o município.

O Código Administrativo é complementado com a publicação do Decreto-lei n.º 30.124, de 22-12-1939, sobre o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes.

O município era a célula fundamental do Estado Novo salazarista, tal como a família e a freguesia, dirigido pelo Estado que tinha um espírito centralizador. O presidente da Câmara não era o executor das vontades locais, mas o executor da vontade do Governo naquele agrupamento e o representante local do chefe. Enquanto a República era descentralizadora, o Estado Novo corporativo e proteccionista acabou por impor a sua vontade centralizadora. E nisto consentiram as elites municipais da Ditadura.

As Câmaras Municipais dependiam essencialmente do Estado para conseguirem cumprir os seus programas de obras públicas, já que os seus orçamentos eram exíguos. Eram subsidiadas através do Fundo do Desemprego, do Fundo de Melhoramentos Rurais e da Junta Geral do Distrito. A CMF vivia sistematicamente com problemas financeiros, em virtude dos seus fracos recursos e grandes encargos, em especial com os constantes aumentos dos vencimentos do seu pessoal, o que se vinha retrair no ritmo e na diminuição de obras públicas. Trabalhar com comparticipações que nem sempre vinham na altura certa, tornava-se muito complicado. Em muitos casos, eram ordenadas alterações aos projectos pelo Governo, o que originava demoras, tornando impossível o início das obras e a sua execução nos prazos previstos.

Fernão de Ornelas foi um dos maiores vultos da História Contemporânea da Madeira. Homem de uma visão alargada e de uma cultura política excepcional, realizou, no maior município da Ilha, uma obra notável de modernização da cidade, retirando-lhe o aspecto de uma urbe medieval. As realizações que levou a cabo causaram então alguma polémica entre os funchalenses porque Fernão de Ornelas não se limitou a obras de remedeio ou de recurso, rompendo com o passado.

No discurso de tomada de posse, a 14-01-1935, delineia um autêntico programa de governo municipal, quando se propõe pagar as dívidas da Câmara, seguindo escrupulosamente o critério da antiguidade adoptado pela gerência de Gastão Deus Figueira; construir as instalações para os Serviços Municipalizados, Conservatória do Registo Civil, Tribunal de Trabalho e Secretária Judicial; pavimentar as ruas da cidade; providenciar uma melhor iluminação pública; prosseguir no estudo do fornecimento de óleos à navegação e na construção de fontanários nas freguesias rurais; tomar as medidas necessárias à estética da cidade. Prometeu ainda não esquecer a instrução e a cultura e a arrumação dos serviços internos da Câmara e trabalhar com afinco para que todos estes problemas fossem resolvidos.

Logo na primeira reunião camarária, realizada a 22-01-1935, é possível ver já os novos rumos da sua política de modernização da cidade do Funchal. Estabeleceu um plano de realizações, distribuindo a sua acção pela ordem de necessidades mais prementes. As suas primeiras decisões foram no sentido do embelezamento da cidade, através da construção de miradouros e calcetamento das ruas. Construiu os miradouros e jardins do Largo António Nobre, Socorro, Cruzes, Vila Guida, Bela Vista e Pináculo. Estes balcões sobranceiros, donde se podia vislumbrar e desfrutar os amplos cenários que a cidade apresentava, eram reivindicados há vários anos como uma necessidade sentida, numa terra virada para o turismo.

Foi na sua gerência que todas as ruas da cidade foram calcetadas com a introdução do moderno sistema de paralelepípedos, obrigando os proprietários responsáveis pelo estrago desse calcetamento a recalcetá-las²8. Procedeu à iluminação pública das principais ruas e praças da cidade, como a Praça de Tenerife, Largo de António Nobre, Jardim Municipal, através do moderno sistema de lampiões, retirando à cidade o aspecto sombrio que apresentava. A rede de esgotos foi lançada em toda a cidade, o que fez com que a Câmara obrigasse os proprietários dos prédios a ligarem os seus esgotos ao colector geral, mandou construir bebedouros públicos, de repuxo, para os transeuntes e obrigou à vedação e cobertura de tanques de rega na cidade. Abriu avenidas amplas e modernas para a época, alargou ruas, alinhou outras, abriu novas, reparou outras, construiu pontes e viadutos. Mandou também restaurar todos os monumentos históricos da cidade. Na sessão de 02-04-1936, tomou a deliberação de indeferir a construção de telheiros que prejudicavam a estética da cidade, exceptuando em propriedades rústicas para armazenamento de produtos agrícolas e sementes.

Em 1939, decidiu estudar a possibilidade de concentrar os enterramentos em dois grandes cemitérios a construir nas zonas leste e oeste, ideia que veio a concretizar-se com a ampliação dos pequenos cemitérios de S. Martinho e de S. Gonçalo (Nossa Senhora da Piedade). O cemitério das Angústias, em Santa Catarina, foi transferido para S. Martinho, iniciando-se a transformação daquele local em jardim público, hoje Parque de Santa Catarina. Nas Angústias, em S. Martinho, mandou construiu campas para os mortos de guerra e para os bombeiros.

A educação e a cultura também não foram esquecidas por Fernão de Ornelas. Alugou casas para servirem de escolas e de residências para professores, construiu edifícios de raiz, como a escola modelo Dr. Oliveira Salazar, nos Ilhéus, ou a escola do Ribeirinho em Santo António, melhorou o material didáctico, a iluminação, o arejamento e pintura das mesmas. Voltou a publicar em 1939, a expensas do município, a revista *Arquivo Histórico da Madeira*, entretanto suspensa, adquiriu vários livros para a Biblioteca Municipal, sobretudo de cultura nacionalista, e editou vários outros, entre os quais salientamos: *Ilhas de Zargo*, conferências sobre *A Família*, conferência de Ernesto Gonçalves *A Pátria Portucalense*, no encerramento das Comemorações do duplo centenário, e a reedição do *Elucidário Madeirense*, em 1940.

²⁸ Postura que dirige aos proprietários para recalcetarem as ruas devido ao levantamento de calçadas para colocação de canos de esgoto (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 14-11-1935, lv.º 21, fls. 156-164).

Em 1936, na sessão de 6 de Fevereiro, foi aprovado o projecto para as armas, bandeira e selo da cidade, que ficaram assim estabelecidos: Armas:

«De verde, de 5 pães de açúcar de ouro realçados em espiral e com base de púrpura postos em cruz, acantonados por 4 cachos de uvas de ouro sustidas e folhadas do mesmo metal, cada cacho carregado por uma quina de azul carregada de 5 besantes de prata em aspa. Coroa mural de prata de 5 torres. Listel branco com os dizeres **Cidade do Funchal**, de negro. Bandeira quarteada de 4 peças de amarelo e 4 de púrpura, cordões e borlas de ouro e de púrpura e lança e haste douradas. Selo circular, tendo ao centro peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos os dizeres **Câmara Municipal do Funchal**»²⁹.

Em relação à toponímia, esta CACMF presidida por Fernão de Ornelas prosseguiu com o trabalho das comissões anteriores no sentido de restituir às ruas da cidade os seus nomes primitivos. Na sessão camarária de 22-01-1935, decidiu que «1.º A nomenclatura das ruas não deve significar homenagem a indivíduos ou colectividades, mas sim um meio de as designar e distinguir». Daí que tenha constatado que, em relação a muitos nomes que foram mudados, o público continuava a empregar as designações antigas, por isso o nome das ruas deviam continuar a ser os tradicionais. Assim resolveu restituir às ruas as designações por que elas eram vulgarmente conhecidas, sem desprimor para os homenageados «que esta comissão muito venera e respeita cujos nomes agora tirados serão dados às novas artérias»³⁰.

Com o objectivo de moralizar os costumes, as vendedoras de flores foram obrigadas a usar as vestes típicas e não andarem mal trajadas, os engraxadores a usar farda de ganga (fato-macaco) e apresentarem-se devidamente calçados e de boina azul, os padeiros com farda branca, os condutores de carros (boieiros) de fato branco e botas típicas, os varredores de farda azul escura e de boné de pala de verniz, com o seu respectivo número no boné, os jardineiros de camisa de ganga azul, os guardas das retretes e mictórios com fato de ganga azul, o pessoal do matadouro com fato de ganga, barretes e gorros. Proibiu-se os funchalenses de cuspir no chão, de andarem descalços e de atirar lixo para o chão, através da promulgação de várias posturas camarárias, pedindo constantemente ao comissário da polícia a sua fiscalização.

Ordenou-se a pintura e caiação dos prédios, utilizando nas respectivas frontarias uma só cor; mandou-se pintar os nomes das ruas e números de polícia; disciplinou-se o trânsito automóvel, colocando placas coloridas e sinais luminosos nas ruas da cidade para que fossem bem visíveis por automobilistas e transeuntes; foram colocadas placas em determinadas zonas de paragem de autocarros, de forma

²⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 06-02-1936, lv.º 21, fls. 240-246.

³⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 22-01-1935, lv.º 20, fls. 106-119.

a que utentes e motoristas soubessem bem onde deviam esperar e parar o autocarro; proibiu-se o transporte de gado nas ruas da cidade e nas zonas turísticas.

No que diz respeito ao serviço de transportes colectivos, a CACMF, na sessão de 05-11-1936, decidiu municipalizar estes serviços no concelho do Funchal a partir de 01-01-1937; este foi aliás um dos processos mais polémicos que Fernão de Ornelas teve de gerir, tanto pelo incómodo que causou aos proprietários como pelos resultados obtidos. Esta deliberação já tinha sido tomada a 13-09-1932, mas ainda não tinha sido concretizada e esta comissão, considerando que o serviço continuava a ser deficiente, resolveu avançar com a municipalização dos transportes, até porque a maior parte das concessões a privados terminava em 31-12-1936. Esta municipalização compreendia todas as carreiras cuja concessão terminasse nesta data e as demais, à medida que fossem caducando. Entretanto, as companhias de transporte, cujas concessões ainda não haviam caducado, cederam todos os seus carros e demais materiais à CMF pelo preço da avaliação e nas condições propostas.

Dois anos mais tarde, a CACMF entendeu que este serviço não era rentável nos moldes em que estava sendo feito e, de acordo com um relatório elaborado pelo director dos serviços municipalizados, presente na reunião de 29-01-1939, que indicava um *deficit* de exploração destes serviços, referente a 11 meses do ano de 1938, de 289 261\$01, sem contar com a degradação do material estimado em 200 contos, decidiu pôr fim à sua municipalização. No entanto, esta praça dos serviços municipalizados de transportes públicos foi sendo adiada por falta de arrematantes. Só na sessão de 01-06-1939 foi adjudicada a José Goês Ferreira, por 755 contos, por ser a única proposta. Os argumentos para o fim da municipalização eram os seguintes: porque o

«objecto que norteou a Comissão ao municipalizar este serviço público foi a sua melhoria dentro do princípio do indispensável equilíbrio das receitas e despesas da exploração; Considerando porém que essa melhoria nas proporções que se requeria se tem tornado impossível por motivos de ordem vária. Resolve a Comissão Administrativa abrir concurso público (20 dias) para a cedência das concessões municipalizadas, bem como de todo o material que se encontra afecto a esta exploração»³¹.

Esta proposta foi aprovada com a oposição do vogal Francisco Leão de Faria que não concordou com a forma como foi feita a praça nem com o preço da venda. Este apresentou uma declaração de voto. O presidente pediu-lhe que retirasse esta declaração. Tendo o vogal se recusado a fazê-lo, o presidente informou que iria pedir ao governador civil a exoneração deste vogal por não poder trabalhar «com quem tão

³¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-06-1939, lv.º 27, fls. 141-150.

injustamente apreciava a sua acção e tão levianamente se conduzia em assuntos de responsabilidade como este». Logo após este episódio, o referido vogal abandonou a sessão³².

Fernão de Ornelas também não deixou ao abandono as freguesias suburbanas, provendo-as com novas estradas, alargando outras e recalcetando-as, iluminando-as e fornecendo água potável, através da construção de muitos fontanários públicos; quando tomou posse eram 139 e em Novembro de 1939 eram já 211³³. Estes fontanários, colocados, muitas vezes, fora dos caminhos centrais, eram uma velha aspiração das populações rurais que até aqui se abasteciam de água de poços e ribeiros, tendo ainda de ir buscá-la a grandes distâncias. Mandou construir lavadouros públicos, nos leitos das ribeiras e outros lugares onde eram necessários, para obviar as dificuldades sentidas pelas utentes e bocas de rega para facilitar a actividade dos agricultores.

No campo da saúde, constituiu, em 1940, o Serviço Municipal de Saúde, colocando médicos, pagos pelo município, nas freguesias suburbanas, a fim de assegurar uma eficiente protecção na doença aos munícipes pobres e combater as principais doenças sociais. Neste campo, foram importantes a acção dos médicos Agostinho Cardoso, Aníbal de Faria e William Clode.

No campo social, a acção de Fernão de Ornelas foi também muito relevante: construiu os bairros económicos de Santa Maria Maior, S. Gonçalo e Ajuda, para as populações mais pobres do concelho, que foram inaugurados com pompa e circunstância durante as comemorações centenárias. Outra preocupação social de Fernão Ornelas teve a ver com o tabelamento do ordenado mínimo para os funcionários da Câmara e a imposição aos adjudicatários de obras municipais de pagarem salários superiores a 8 escudos diários, aos seus trabalhadores³⁴.

No campo financeiro, Fernão de Ornelas procedeu à liquidação das dívidas passivas da CMF, contraídas pelas gerências anteriores, que se haviam acumulado por deficiência de verbas, o que foi conseguido nos finais de 1939. Este facto fez com que a CMF fosse considerada, pelas altas esferas administrativas, a mais bem administrada do país. Acresce dizer que a receita da CMF cresceu em relação a 1935 na ordem de 2500 contos mensais; deste montante eram retirados 900 contos para o pagamento das dívidas da Câmara, disponibilizando cerca de 1600 contos para obras públicas.

³² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-06-1939, lv.º 27, fls. 141-150.

³³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 16-11-1939, lv.º 28, fls. 73-80.

³⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-10-1936, lv.º 21, fls. 247-250, lv.º 22, fls. 1-5.

No começo da Segunda Guerra Mundial, devido às grandes dificuldades por que passavam os madeirenses, a CMF, através do seu presidente, deliberou disponibilizar 30 contos mensais para a distribuição de géneros alimentícios às classes necessitadas, o que originou manifestações populares de regozijo. Para além desta situação pontual, era hábito desta CACMF oferecer aos pobres do Funchal todos os anos, pelo Natal, um bodo para sensivelmente 300 pobres. Para minorar a crise do desemprego, que em reflexo da guerra se fazia sentir no Funchal, em fins de 1939 a CACMF decidiu prolongar a Avenida Marginal até ao Campo Almirante Reis (Avenida do Mar), construir a praia de banhos Barreirinha e ainda o miradouro do Socorro.

Decidiu construir um grande edifício para as conservatórias do Registo Civil e Registo Predial e a Repartição de Finanças, um novo Mercado, inaugurado a 28-05-1940, denominado dos Lavradores, o Matadouro Municipal, a Rotunda do Infante, a cobertura da Ribeira de São João e ainda a conclusão da Avenida Arriaga até à Ribeira de São João e do troço de estrada da Avenida do Infante até a Ponte do Ribeiro Seco, obras que foram inauguradas no âmbito das comemorações centenárias de 1940.

Fernão de Ornelas deixa a Câmara a 22-10-1946, legando uma obra notável, marcando indelevelmente a história da cidade que o viu nascer.

Regressado de uma viagem ao Brasil a 22-09-1946, é confrontado com um jantar em sua homenagem, organizado por várias personalidades madeirenses de vulto, que se realizou no Hotel Savoy, com a presença de cerca de 300 pessoas, o que por si só atesta a consideração que Fernão de Ornelas gozava entre os madeirenses³⁵.

Nesta altura, talvez adivinhando o que lhe sucederia pouco tempo depois, num discurso desassombrado afirmava que

«houve momentos em que me senti quase só. Não excediam meia dúzia os homens que me compreendiam. Entretanto a consciência aconselhava-me a prosseguir, não me desviando da linha estabelecida, mesmo que daí resultasse o fim da minha vida pública. Dissabores, atritos, lutas, injustiças, tudo, porém, passou; o que se realizou já é alguma coisa e hoje, vejo, com o coração a transbordar de alegria que, através de muitos dos seus elementos mais representativos, a Madeira apoia uma obra que não tem a maculá-la qualquer ideia mesquinha, mas é unicamente o resultado do entusiasmo, do apaixonado desejo de engrandecê-la»³⁶.

Efectivamente, a 22-10-1946, por divergências com o governador civil de então, Daniel Vieira Barbosa, demite-se do cargo que durante 12 anos ocupou. Após a sua exoneração, a reunião ordinária da CACMF agendada para 26-10-1946

³⁵ *Diário de Notícias*, 01-10-1946, n.º 21995.

³⁶ Cfr. Diário de Notícias, 06-10-1946, n.º 22000, e O Jornal, 08-10-1946, n.º 428.

não se realizou, como afirmação de solidariedade para com Fernão de Ornelas. Na primeira reunião camarária realizada após a sua exoneração, a 07-11-1946, a vereação em exercício, considerando os relevantes serviços de Fernão de Ornelas à frente do Município, deliberou que à rua em construção que ligava a Ponte do Bettencourt à Rua do Hospital Velho/Mercado dos Lavradores fosse dado o nome de Fernão de Ornelas, ordenando à repartição de obras que colocasse as placas com o novo nome e ainda por baixo «Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, que na presidência da Câmara bem serviu a terra onde nasceu (1935-1946)». Esta placa viria a ser colocada na presidência seguinte, de Óscar Baltazar Gonçalves, a 30-12-1950.

Aquando do seu falecimento, ocorrido a 24-05-1978, os dois jornais da Região Autónoma da Madeira consideraram a sua personalidade controversa, mas salientaram a sua obra imorredoira, revelando um espírito empreendedor fora do comum. O *Jornal da Madeira* afirmava que «ao Dr. Fernão de Ornelas o Funchal ficou a dever a sua modernização através de feição nova»³⁷, dando forma finalmente a algumas velhas aspirações dos funchalenses numa obra que ainda hoje perdura no imaginário da cidade como uma das melhores e mais bem executadas da história regional, numa visão de futuro sem precedentes, tornando a sua acção imperecível, sendo credor da gratidão do povo do Funchal que ainda hoje o recorda com saudade. O *Diário de Notícias* salientava a sua obra nestes termos: «uma obra a todos os títulos notável sob um impulso renovado que constitui uma das páginas mais marcantes de administração local»³⁸.

Com a saída de Fernão de Ornelas, foi o então vice-presidente José Rafael Basto Machado quem assumiu interinamente o cargo de presidente, limitando-se a uma gestão dos assuntos correntes da Câmara.

O tenente Domingos Cardoso, que fez parte da Câmara Municipal presidida por Fernão de Ornelas, mais tarde ao abandonar as suas funções, a 29-12-1950, já na Comissão presidida por Óscar Baltazar Gonçalves, fazia um elogio cerrado a Fernão de Ornelas e à sua obra:

«a receita anual, nesse tempo, era de cerca de cinco mil contos e havia também dívidas importantes a saldar, sendo pequenas as disponibilidades para as obras e limitado o crédito. A obra realizada só foi possível porque se desceu aos mais pequenos pormenores na redução das despesas, na cobrança das receitas existentes e na criação de novas receitas, [...] cito as receitas obtidas com a praça anual do aluguer de celhas e tabuleiros de peixe e outros pequenos rendimentos do mercado, a reorganização e disciplina dos serviços de limpeza com pequenos carros rodados e o fardamento dos varredores a quem se passou a

³⁷ *Jornal da Madeira*, 27-05-1978, n.º 14365.

³⁸ *Diário de Notícias*, 27-05-1978, n.º 33783.

exigir uma certa higiene; ao controle e redução do consumo de gasolina e reparações dos carros de limpeza que passaram a ter uma garagem junto da Camara Municipal; a cobertura das várias ribeiras com buganvílias; a reorganização dos Bombeiros Municipais que haviam sido anteriormente dissolvidos duas vezes e a criação de um fundo para protecção na doença fomentando-se e desenvolvendo-se relações de camaradagem e amizade entre as duas corporações existentes na cidade. Começando-se a fazer-se o pagamento das despesas e amortizações das dívidas existentes em escalões anuais a partir das mais antigas e aumentando-se as receitas, foram possíveis empréstimos para as expropriações necessárias às obras novas. Voltou o crédito que se obtinha no começo quase exclusivamente por intermédio dos servicos municipalizados que mais tarde foram extintos por nessa altura serem julgados desnecessários em virtude dos serviços que desempenhavam poderem, com economia, ser exercidos normalmente pelas diversas repartições da Câmara. É cedo ainda para tornar público sérias dificuldades que foram necessárias vencer como por exemplo na municipalização das camionetas, no abastecimento de carnes, na expropriação de prédios, em especial nos largos do município e nas obras da Avenida do Mar. Em 22 de Outubro de 1946 deixou o Dr. Fernão de Ornelas Gonçalves a presidência da Câmara em circunstâncias bastante desagradáveis»³⁹.

2.2. Óscar Baltasar Gonçalves (1947-1951)

Por alvará do governador civil do Funchal, João Abel de Freitas, de 27-04-1947, foi nomeado presidente da CACMF o médico e proprietário Óscar Baltazar Gonçalves⁴⁰. Nacionalista por formação, acompanhou desde o início a política da Ditadura que levou à instauração do Estado Novo. Fora governador civil substituto e presidente da Comissão Distrital da União Nacional.

Na primeira reunião, realizada a 08-05-1947, o novo presidente assumiu que trazia um vasto plano de realizações, mostrando-se empenhado na modernização da fisionomia da cidade e no seu progresso, prosseguindo o trabalho desenvolvido pelo seu antecessor Fernão de Ornelas.

Óscar Baltazar Gonçalves dedicou atenção especial às obras públicas, educação e fornecimento da luz eléctrica ao concelho do Funchal, com particular enfoque às

³⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 30-12-1950, lv.º 47, fls. 217-224.

⁴⁰ Óscar Baltazar Gonçalves nasceu na freguesia do Monte, Funchal, a 16-10-1895. Fez o ensino primário e secundário no Funchal, matriculando-se depois na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde se licenciou. Foi director de serviços do Hospital da Misericórdia no Funchal e inspector de Sanidade Marítima. Como político, desempenhou vários cargos de responsabilidade na Madeira. Em 1927, foi governador civil substituto do Distrito; em 1930, foi nomeado presidente da Comissão Distrital da União Nacional, cargo de que se demitiu em 1941 por discordar da orientação política então seguida. A 26-04-1947, foi nomeado presidente da CMF. Viria a falecer no Funchal, no dia 20-04-1958 (CLODE, s.d., Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX, p. 236; JANES, Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936), p. 97.)

zonas suburbanas da cidade. A CMF continuava a enfrentar problemas financeiros, apesar do empenho de Fernão de Ornelas em regularizar as contas do Município. Para estas realizações, contava com a comparticipação financeira do Governo Nacional e da Junta Geral do Distrito, que costumavam subsidiar em parte as obras mais importantes realizadas pela CMF.

A grande preocupação desta CACMF foi prosseguir a construção da rede de estradas municipais já que grande parte da área do município se encontrava desprovida de estradas, especialmente de transversais que estabelecessem ligação entre pontos de aproximação. Procedeu: ao calcetamento, pavimentação, alargamento e arranjo de várias ruas, largos e estradas da cidade; à construção de marcos fontanários nas freguesias suburbanas da cidade; à reparação de edifícios municipais; à continuação dos trabalhos de arborização do Montado do Barreiro; à pavimentação, iluminação e lançamento de esgotos na Avenida do Mar, no troço compreendido entre a Alfândega e o Campo Almirante Reis.

Ainda no mês de Maio de 1947, decidiu-se elaborar o estudo para a abertura de uma estrada de ligação do Funchal à freguesia de S. Roque, obra que se presumia de grande interesse para o concelho e benefício para o povo desta freguesia. Na reunião camarária de 21 de Agosto, deste mesmo ano, procedeu-se à aprovação do projecto para a sua abertura, sendo adjudicada na reunião de 04-06-1949.

A 04-09-1947, a Câmara aprovou o projecto para a construção da estrada de ligação entre os sítios do Tanque, Corujeira e Tílias, na freguesia do Monte. A 13 de Maio de 1948, decidiu-se realizar outra obra de extrema importância para a freguesia, a estrada Monte – Choupana, com passagem pelo Curral dos Romeiros, servindo a população local onde até então apenas se chegava por caminhos inacessíveis aos veículos motorizados.

Outras obras importantes foram a construção da primeira fase da estrada transversal de S. Roque ao Monte, a construção da Ponte sobre a Ribeira de João Gomes, a ligação da Rua Fernão de Ornelas ao Mercado dos Lavradores, e a ponte da Ribeira Grande, ao Lugar do Meio, entre a freguesia de S. Roque e Santo António, inaugurada a 22-07-1948.

Na sessão camarária de 17-08-1948, foi anunciada a chegada do grupo escultório, de bronze, da fonte decorativa da Praça do Infante, da autoria do escultor António Duarte, para colocação na respectiva praça. Também nesta sessão, foi deliberado abrir uma rua de ligação entre a Praça do Infante e a Avenida do Mar e a ligação entre a Praça do Infante e a Ponte Monumental, projectos elaborados pelo arquitecto Faria da Costa, a quem foi pedido ainda para elaborar um esboço dos prédios a edificar

na zona destinada a construção entre a Praça do Infante e a Avenida do Mar, e igualmente uma ligação entre o Largo do Torreão e o Largo das Cruzes.

Neste mesmo ano de 1948, o Governo concedeu um subsídio de 200 000\$00 para construção da 2.ª fase do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, em S. Gonçalo. A 23 de Março, a CACMF determinou à Repartição de obras que tomasse providências para que este cemitério pudesse ser utilizado e fizesse a regulamentação do terreno sobrante junto à rua. A 06-07-1950, encarregou a mesma repartição de fazer a adaptação das cantarias do antigo cemitério de S. Martinho e do portão do antigo mercado, a fim de serem colocados naquele cemitério. A 24-11-1949, melhorou as condições existentes no complexo balnear do Lido, salvaguardando as necessidades de segurança, higiene, comodidade e interesses do público.

Uma das obras mais emblemáticas da governação autárquica de Óscar Gonçalves foi a construção de bairros de renda económica, para as pessoas mais pobres do concelho, aproveitando a parceria estabelecida com o Governo, pelo Decreto-lei n.º 23.052, de 23-09-1939, complementado pelo Decreto-lei n.º 34.486, de 08-04-1945, que permitia às Câmara Municipais e às Misericórdias construírem bairros económicos, comparticipados pelo Estado, com dez contos por casa. Como escrevia então o *Diário de Notícias*, a construção de bairros sociais «era uma obra de longo alcance social, visando melhorar, moral e materialmente a situação das classes trabalhadoras, dando-lhes possibilidades, por uma renda módica, de poderem habitar uma casa limpa, isolada, com o seu bocadinho de terreno para jardim, estender roupa ou criar aves»⁴¹.

A 06-02-1951, Óscar Baltazar Gonçalves procedeu à inauguração do primeiro bairro, o Bairro dos Viveiros, na freguesia de S. Pedro. Era já o terceiro bairro construído pela CMF, e o primeiro desta vereação.

Mas a grande obra desta gerência foi a da resolução do problema do fornecimento da luz eléctrica à cidade. Ciente de que terminava a 22-05-1950 o contrato do fornecimento de energia eléctrica pela companhia The Madeira Electric Lighting Company (1909) Limited, e reconhecendo a necessidade de proceder imediatamente ao estudo para a solução do problema, a Câmara, na reunião de 28-08-1947, resolveu:

«1.º pedir a Sua Ex.º o Ministro da Economia para designar um técnico de reconhecida competência para colaborar com esta Câmara no estudo da situação criada pela aproximação do termo do contrato actualmente em vigor; 2.º conceder ao Senhor Presidente da Câmara

⁴¹ Diário de Notícias, 23-02-1950, n.º 23162.

plenos poderes para efectuar as negociações que tiver por convenientes e solicitar a colaboração do advogado que acompanha este assunto no seu aspecto jurídico»⁴².

Na reunião de 13 de Dezembro desse ano, o presidente da Câmara comunicou aos seus colegas de vereação o resultado das reuniões tidas em Lisboa, nos vários ministérios, para a resolução deste problema, informando que decidira contratar o engenheiro José Augusto Barbosa Colen Viana para fazer o estudo técnico, económico e financeiro da municipalização dos serviços públicos de distribuição de energia eléctrica ao Concelho.

A decisão de municipalizar este serviço foi tomada na reunião de 30-09-1948 e sancionada pelo Conselho Municipal, de 6 de Outubro desse ano. Nesta reunião convocada extraordinariamente para analisar este problema, foi decidido ainda por unanimidade aprovar o seguinte:

«1.º Fazer uma nova instalação para o fornecimento de energia eléctrica à cidade e concelho do Funchal, de harmonia com o ante-projecto da autoria do Sr. Engenheiro Colen; 2.º Que esse serviço funcione em regime de municipalização, criando-se para tanto e para que se iniciem oportunamente os respectivos serviços; 3.º que seja solicitada autorização do Governo para contrair na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo com este destino até ao montante de 30 mil contos» 43.

A municipalização deste serviço foi aprovada pelo Governo, por portaria de 13-01-1949, publicada no *Diário do Governo*, II série, n.º 22, de 27 do mesmo mês. A 30-04-1949, dando cumprimento à deliberação camarária, esses serviços foram criados para exploração, produção e distribuição de energia eléctrica à cidade e concelho do Funchal, a partir de 01-05-1950, data em que terminavam os direitos da empresa concessionária, permanecendo os serviços na mesma sede, ao Campo Almirante Reis. A transacção custou à Câmara a importância de 13 567 500\$00, o equivalente, na época, a 135 mil libras. Por deliberação de 18-06-1949, assumiu a presidência destes serviços o engenheiro Herculano Lourenço dos Ramos, em substituição do engenheiro Colen, que regressara a Lisboa após ter concluído os seus trabalhos de organização dos serviços respeitantes ao fornecimento de energia eléctrica ao concelho, tendo apresentado um relatório dos seus trabalhos. A CACMF, já depois de resolvido o problema, resolveu adquirir mais um Grupo Diesel Alternador de 750 KW, com capacidade equivalente a um terço da potência que existia na altura da transferência.

⁴² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 28-08-1947, lv.º 42, fls. 230-243.

⁴³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-10-1948, lv.º 44, fls. 206-212.

Na tentativa de encontrar solução para o problema do abastecimento de água à cidade, a CMF contou com a ajuda do Governo que publicou dois despachos a 23-11 e 23-12-1949, permitindo a abertura de um túnel, sob o Pico do Arieiro, para encontrar os caudais de água necessários para o efeito. Por despacho do ministro das Obras Públicas de 12-12-1949, a CMF foi autorizada a abrir o túnel dos Tornos, a fim de possibilitar novos caudais de água. Em 1951, para tentar resolver este problema, a CMF procedeu à canalização de águas das várias ribeiras da cidade, em especial a de Santa Luzia, para o seu reservatório, de forma a poder abastecer a cidade com água potável.

No que toca à educação e cultura, esta vereação teve um papel preponderante na construção de escolas e bibliotecas, na edição de livros, na colaboração e apoio à realização de regatas, instituindo prémio aos melhores alunos do Liceu e da Escola Industrial e Comercial do Funchal, num esforço para realizar, também aqui na Madeira, a "política do espírito", definida por António Ferro, que chefiava o Secretariado da Propaganda Nacional.

No ensino, deu-se uma atenção especial à instrução primária, quer promovendo a criação de novas escolas quer construindo novos edifícios e dotando todas as escolas com o material didáctico necessário. Na sessão camarária de 25-09-1947, deliberou-se criar dez escolas nos bairros periféricos da cidade e vários cursos nocturnos, com o objectivo de combater o analfabetismo, que então grassava na Madeira⁴⁴. A 28-05-1951, a Câmara procedeu à inauguração da primeira cantina escolar na Madeira, nas escolas primárias de Santa Maria Maior, anexas à escola do Magistério Primário do Funchal, construídas dentro do plano dos Centenários⁴⁵. Servia-se, nesta cantina, às crianças pobres, uma refeição diária constituída por sopa, pão, café com leite e fruta.

⁴⁴ As novas escolas criadas foram distribuídas pelas freguesias do concelho, da seguinte forma: Freguesia de Santo António, quatro escolas, nos sítios do Tanque, Boliqueime, Santa Quitéria e Jamboto; Santa Maria Maior, uma escola, no sítio do Ribeiro Domingos Dias (Choupana); S. Roque, uma escola no sítio do Galeão; Monte, duas escolas nos sítios da Eira do Lombo e Curral dos Romeiros; S. Martinho, duas escolas nos sítios da Igreja e no dos Barreiros. Com esta deliberação também 13 professores foram colocados. Também foram criados cursos nocturnos, dois em S. Pedro, Rua da Carreira, Consolação, Faial (Santa Maria Maior), dois na Madalena, (Santo António), um na Rua Pedro José de Ornelas (Santa Luzia). No dia 27-04-1950, comemorando-se 22 anos da posse de Salazar como ministro das Finanças, a CACMF inaugurou dois novos edifícios escolares na rua Pedro José de Ornelas (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 25-09-1947, Iv.º 42, fls. 230-243).

⁴⁵ O Plano dos Centenários, lançado pelo Estado Novo, na década de 1940, para todas as escolas primárias do país, propunha construções segundo modelos tipificados, adaptados às condições locais, que aliavam a funcionalidade à arquitectura tradicional portuguesa. Era um plano de construção escolar em massa, que visava disciplinar a construção das escolas e o aumento do nível de educação da população.

Em relação à cultura, uma das suas primeiras medidas foi a de reabrir a biblioteca móvel do Jardim Municipal, criada por Fernão de Ornelas e há já algum tempo desactivada⁴⁶. A 20-03-1947, reeditou-se o trabalho de Augusto Branco Camacho intitulado O Distrito no Código Administrativo de 1940 e no Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, considerado importante para os serviços dos Corpos Administrativos dos Distritos Autónomos. A 17-10-1947, editaram-se Pela História da Madeira, do Padre Fernando Augusto da Silva, e o Catálogo Bibliográfico do Arquipélago da Madeira, da autoria de José Joaquim Rodrigues. Na reunião camarária de 14-05-1948, e confirmado na de 13-05-1949, a CACMF tomou a deliberação de continuar a publicar a revista Arquivo Histórico da Madeira, que estava suspensa há alguns anos, encarregando da respectiva direcção o seu antigo director, Cabral do Nascimento, e na sessão de 25 de Agosto, deliberou publicar o *Boletim do Museu* Municipal, dedicado às Ciências Naturais, dirigido por Gunther Maul e subsidiado pelo geólogo inglês G. W. Grabham. A 19-11-1949, a CACMF decidiu fazer do Arquivo Distrital o depósito legal de vários livros pertencentes ao arquivo da Câmara e integrar na Biblioteca Municipal várias colecções de obras existentes na Secretaria da CMF.

Em relação à toponímia da cidade, esta CACMF decidiu dar o nome do Conselheiro Aires de Ornelas à rua construída em frente do novo edifício do Liceu Jaime Moniz e ao pequeno troço da Rua da Rochinha até à Estrada Conde Carvalhal⁴⁷; o nome do mestre da Sé, Gil Eanes, ao novo largo que resultou das demolições dos prédios realizadas na Travessa dos Capelães e parte das ruas do Aljube e João Gago; e o do Cónego Jerónimo Dias Leite, cronista da Madeira do século XVI, à nova rua que liga a Praça do Infante à Avenida do Mar⁴⁸; atribuiu o nome do antigo governador civil do Distrito e presidente da Junta Geral, Dr. João Abel de Freitas, à estrada que liga o Funchal a S. Roque⁴⁹; resolveu atribuir o nome do historiador Padre Fernando Augusto da Silva ao miradouro situado em frente da Igreja de Santo António, colocando aí uma placa com o seu nome⁵⁰; a 20-12-1950, a Sociedade Histórica da Independência tomou a iniciativa de erigir aí um busto em homenagem ao historiador que foi o seu primeiro presidente. Em homenagem ao major João dos Reis Gomes, a CACMF decidiu erguer um monumento ao norte da Praça de Tenerife, perpetuando o respeito e a admiração àquele escritor; no monumento constaria uma expressiva alegoria

⁴⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 8-05-1947, lv.º 42, fls. 2-19.

⁴⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 20-03-1947, lv.º 41, fls. 186-200.

⁴⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 19-11-1949, lv.º 46, fls. 120-126.

⁴⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-09-1949, lv.º 46, fls. 55-61.

⁵⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 16-03-1950, lv.º 46, fls. 227-235.

representativa das actividades em que ele se salientou no campo da literatura, ciência e arte; a 25-01-1951, foi atribuído o nome do Major Reis Gomes à Rua 5 de Junho. Em memória da visita à Madeira do Rei D. Carlos e esposa, em 1901, a CACMF decidiu voltar a atribuir o nome do rei ao campo que a República renomeara de Almirante Reis⁵¹ e restituir o nome de Jardim D. Amélia ao Jardim Municipal⁵², que lhe havia sido dado em 1901. Atribuiu também o nome do Padre Laurindo Leal Pestana à rua que liga o prolongamento da Rua Aspirante Mota Freitas à Rua Aciaiolly⁵³. Na sessão de 24-10-1948, sob proposta do vereador Manuel Nunes Farinha, foi deliberado dar ao largo adjunto à Ponte Monumental (Ribeiro Seco) e nas imediações do Hotel Atlântico, o nome do poeta António Nobre que aí residiu. Neste largo, a 28-12-1941, já a CMF havia inaugurado um busto do poeta.

A 22-01-1948, a CACMF decidiu construir um monumento de homenagem aos mortos da Primeira Grande Guerra e ao Exército Português. Devido às dificuldades financeiras, a CMF resolveu solicitar colaboração financeira à Junta Geral do Distrito e à Liga dos Combatentes, pedindo a sua intervenção junto do ministro da Guerra para a cedência do bronze para a cruz de guerra e placa com os nomes dos militares mortos.

O Serviço Municipal de Saúde, instituído por Fernão de Ornelas, mereceu também da parte de Óscar Baltazar Gonçalves e das suas vereações uma atenção especial, criando novos postos clínicos (um na Cadeia Civil) e três dispensários. Funcionavam até aí quatro postos clínicos em bairros da periferia do Funchal, S. Gonçalo, S. Roque, Santo António e S. Martinho, e um Posto Clínico Central, com as suas secções de clínica geral, oftalmologia, otorrinolaringologia e pediatria. A este serviço acrescentou-se o serviço de tratamentos nas residências dos doentes, que incluía aqueles que tinham de receber tratamento em Lisboa. Este serviço era dirigido por Agostinho Cardoso.

Em relação aos serviços de incêndio, que estavam sob alçada da CMF, Óscar Baltazar Gonçalves fez questão de prestar todo o apoio aos Bombeiros Municipais, dotando a corporação com o material necessário, no sentido de dar àquele serviço a maior eficiência.

Com a ideia de acabar com a anarquia estética que predominava na cidade, pondo fim ao amadorismo e improvisação nas construções, exigindo a intervenção de técnicos para qualquer obra urbanística, vieram à Madeira, a convite da CMF,

⁵¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 06-12-1951, lv.º 49, fls. 26-35.

⁵² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-12-1951, lv.º 49, fls. 35-43.

⁵³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 12-04-1951, lv.º 48, fls. 74-87.

três arquitectos continentais: Miguel Jacobety, que traçou o plano do Parque de Santa Catarina, e Joaquim Ferreira e João Guilherme Faria da Costa, encarregados de conceber o plano de urbanização do Funchal⁵⁴. Vieram também os engenheiros Manuel Castro Cabral e Alexandre Ferreira Chaves, o primeiro para proceder ao levantamento da Planta da cidade e o segundo para elaborar o projecto do abastecimento de água à cidade. A 15-06-1951, foi deliberado proceder ao levantamento topográfico do Montado do Barreiro. Esta CACMF procedeu ainda a uma profunda alteração estética do parque José Leite Monteiro, no Monte, reconstruiu o coreto do Jardim Municipal, já que o anterior não satisfazia as condições acústicas e estéticas pretendidas, pelo que decidiu demoli-lo a 24-08-1950, e expropriou um prédio no Largo de Gil Eanes, à entrada da sacristia da Sé, em estado de ruína que não contribuía para a beleza da cidade. Resolveu, ainda, solicitar à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a conclusão das obras da Sé Catedral; encarregou o arquitecto Castro Freyre de estudar um tipo de candeeiros para serem colocados nos ângulos do adro sobre os pilares de cantaria; acabar e remover as duas casas de lata existentes ao lado da Rua Conselheiro Aires de Ornelas, que constituíam um foco de infecção sem qualquer amostra de instalações sanitárias⁵⁵. Devido ao estado de degradação do edifício do antigo restaurante Kit Kat, na entrada da cidade, que constituía uma má publicidade para os estrangeiros e nacionais que visitavam a Ilha, quase tão má como o bairro do calhau⁵⁶, a CACMF decidiu expropriar este prédio por utilidade pública⁵⁷.

Em Junho de 1951, Óscar Baltazar Gonçalves é nomeado governador civil substituto e por este motivo deixa a presidência da CMF.

À custa de severas economias e graças às comparticipações concedidas pelo Estado e aos importantes subsídios com que a Junta Geral do Distrito Autónomo, conseguiu-se um volume de obras importante, satisfazendo os compromissos assumidos. Quase todas as dívidas antigas da Câmara foram pagas, assim como as prestações dos empréstimos foram satisfeitas dentro dos respectivos prazos.

Óscar Baltazar Gonçalves, na tomada de posse do seu sucessor, durante a realização do Conselho Municipal, de 02-01-1951, não deixava dúvidas:

⁵⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 24-04-1947, lv.º 41, fls. 237-250.

⁵⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-12-1950, lv.º 47, fls. 193-198.

⁵⁶ O *Diário de Notícias*, de 13-11-1951, n.º 24769, informava que o desmantelamento do Bairro do Calhau, considerado uma nódoa social existente na cidade do Funchal, estava para breve, devido ao apoio da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

⁵⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 21-09-1951, lv.º 48, fls. 205-212.

«São trabalhosas e cheias de dificuldades as funções da administração dum Município da importância do Funchal, sobretudo quando exercidas num período que se encontra onerado, com pesados encargos, de todos sobejamente conhecidos, que limitam as possibilidades da execução de obras já planeadas ou que as necessidades dos povos impõem»⁵⁸.

2.3. João Gonçalves Valente (1951-1954)

Por alvará do governador civil do Distrito, brigadeiro Rui da Cunha e Meneses, de 20-06-1951, o major-médico João Gonçalves Valente⁵⁹ é nomeado presidente da CMF, realizando-se a posse no dia seguinte, no salão nobre dos Paços do Concelho.

Na cerimónia de posse, João Valente afirmava conhecer a situação da CMF, dizendo não ter ilusões sobre as dificuldades da sua nova missão:

«Esta afigura-se-nos difícil, entre outros factores, pela desproporção entre a enorme área da cidade e o seu número de fogos; difícil porque as receitas não estão de harmonia com a grandeza da obra a realizar; e difícil, ainda, porque muito haverá que lutar para vencer a rotina e os interesses individuais que reagem sempre quando, dentro dos sãos princípios da moralidade e da justiça, se procura submetê-los aos da colectividade».

Por outro lado, dizia conhecer o «comportamento emocional peculiar à nossa raça, tanto mais exaltado quanto mais pequeno é o meio, conduzindo, umas vezes à critica precipitada e mal fundamentada e outras a paroxismos de ansiedade exigindo que as realizações surjam, de um momento para outro, como que por encanto». Sem grandes promessas, nem apresentação de programa, propunha-se não desiludir quem em si confiava, nem trair a sua legítima expectativa, afirmando:

«tudo que podemos garantir, sem receio de quebra do nosso compromisso, é que os destinos da nossa cidade, no que respeita à sua administração e progresso, serão orientados dentro da maior justiça e independência, visando-se, acima de tudo, os interesses gerais. Mau grado toda a boa vontade e competência das gerências que nos precederam, cuja obra realizada está a todos bem evidente, um largo plano de realizações se impõe

⁵⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-02-1951, lv.º 48, fls. 10-15.

João Gonçalves Valente nasceu na cidade do Funchal, a 16-07-1900, filho de José Gonçalves Valente e de Berta da Conceição Guerreiro. Casou em 1928 com Lígia Amélia de Cunha Santos, de quem teve dois filhos. Fez os estudos primários e secundários no Funchal, matriculando-se depois na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde esteve até ao 4.º ano, transitando para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, acabando o curso em 1923 e especializando-se em Otorrinolaringologia. Logo a seguir, entrou para os quadros do Exército português, exercendo aí a profissão de médico. Durante algum tempo teve consultório aberto em Lisboa, na Avenida da Liberdade. Foi director clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. A 20-06-1951, foi nomeado presidente da CACMF, cargo que exerceu até 21-01-1954. Por inerência de funções, foi eleito Procurador à Câmara Corporativa. Faleceu no Funchal, no dia 02-02-1972 (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, pp. 481-482).

ainda considerar no futuro, o qual terá de ser objecto de ponderado e aturado estudo [...]. Optaremos deliberadamente pelas soluções definitivas dos problemas que se nos apresentarem, pois somos, por sistema, contrários a soluções provisórias, sempre precárias e antieconómicas. Anima-nos o firme propósito de trabalhar com afinco no sentido de acompanhar, na medida das possibilidades financeiras da Câmara, a obra excepcional de renovação e progresso que tem caracterizado a política de realidade e acção do Estado Novo»⁶⁰.

Na ocasião, o governador civil do Distrito advertia que a presidência da Câmara «é um dos pilares sobre que assenta a política e a administração do nosso Distrito». A CMF era então a terceira do país, no que respeita à sua capacidade administrativa e ao volume da população, o que acarretava muitas responsabilidades a quem a dirigia. O governador civil alertava o novo presidente da CACMF para os novos problemas que se avizinhavam:

«temos uma cidade que, vivendo grandemente de turismo e da visita de estrangeiros, requer cuidados de urbanização de conforto, de facilidades da vida pública. Há que completar um plano de alargamento, de engrandecimento e de embelezamento de vastas proporções. Temos uma zona rural de grandes dimensões e densamente populosa que anseia pelo melhoramento e completamento da sua rede de comunicações, o abastecimento de águas, e as suas escolas, de inúmeras pequenas necessidades que dia a dia se vão tornando mais comuns nos hábitos da vida. Temos o problema da crise de habitação das classes pobres, cada vez maia premente e mais confrangedor. Temos o custo da vida a afligir-nos, e a questão do controle dos preços do mercado diário, a definir e a estudar. Temos enfim um sem-número de exigências dos munícipes, razoáveis, justificáveis, a contrapor-se a imperiosas dificuldades do Município. Isto fora os grandes problemas de organização que correm na intimidade da Câmara, entre os vereadores e o presidente, mas que mesmo assim não escapam às apreciações e críticas, ao sabor das correntes, da disposição do público e das manobras dos especuladores»⁶¹.

A 16-09-1951, o *Diário de Notícias* publica uma extensa entrevista com João Valente onde este, três meses após a sua nomeação, faz o ponto da situação relacionada com a sua actividade na presidência da CACMF. Para a resolução dos problemas do concelho, estabelecia três fases, cada uma delas abrangendo um período de três anos. Enumerava as necessidades mais imperiosas e a urgência em resolvê-las, como o abastecimento de água potável, a rede de saneamento básico (a completar e ampliar) e a construção de bairros económicos. Nos domínios da higiene e saneamento, remoção de lixos domésticos, limpeza das ruas, abastecimento de águas e esgotos, residia, na sua opinião, o problema basilar dos municípios, que «definiam só por si o grau de progresso e civilização dos aglomerados urbanos, por

⁶⁰ *Diário de Notícias*, 22-06-1951, n.º 24618.

⁶¹ Diário de Notícias, 22-06-1951, n.º 24618.

isso deviam ser objecto de muita atenção pelo município», sugerindo «a aceleração da remoção dos resíduos apresentados para recolha, além da necessidade de boas lavagens das ruas»⁶².

Em relação ao abastecimento de água à cidade, João Valente dizia-se esperançado em ter o problema resolvido no Verão de 1952, «mediante a utilização da água da Ribeira de Santa Luzia a estancar em reservatório que será construído na confluência do Caminho dos Saltos com o de D. João». Para melhor solucionar este problema era sua intenção aumentar substancialmente o caudal que abastecia o depósito de Santa Luzia e construir dois reservatórios para abastecer as zonas leste e oeste da cidade, de modo a evitar-se a baixa pressão que frequentemente se verificava; construção de um depósito quebra de pressão na altura do Monte para melhorar a distribuição da água à zona de S. Martinho, situada acima da cota do nível do depósito de Santa Luzia; duplicação da conduta que ia desde as torres ao depósito de Santa Luzia; substituição da 1.ª rede de distribuição e alargamento da rede geral de distribuição. A CMF tinha ainda a seu cargo a comparticipação nas despesas com a perfuração do maciço dos Tornos, obra que estava a ser executada pela Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, de que se esperavam novos mananciais de água potável. Numa primeira fase, dizia, a CMF pensava apropriar-se das águas particulares, de forma a construir uma rede única de distribuição de águas, garantindo uma reserva e melhor distribuição das mesmas. A 01-11-1953, o Diário de Notícias informava que o engenheiro Manuel Rafael Amaro da Costa fora proclamado cidadão honorário da cidade do Funchal face ao seu desempenho

«meritoso e integral na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, realizando aí uma obra notável de utilidade pública e larga projecção no futuro que esteve 9 anos desbravando as ásperas serras da Madeira trazendo as abundantes águas do Norte aí abandonadas, às regiões necessitadas e contribuir para um aproveitamento de valiosas fontes de energia eléctrica tão necessária ao bem-estar e ao progresso regional»⁶³.

A rede de esgotos estava ainda por acabar, faltando construir o colector principal e emissor, que tinha início na Praça do Infante e terminava próximo do Lazareto, um ponto da cota inferior a dois metros ao da baixa-mar. Havia que promover a ampliação da rede de saneamento básico, devido ao grande desenvolvimento habitacional da cidade, e proceder ao estudo da urbanização da zona oeste do Ribeiro Seco e elaboração do projecto de abastecimento de águas e saneamento básico.

⁶² *Diário de Notícias*, 16-09-1951, n.º 24710.

⁶³ Diário de Notícias, 01-11-1953, n.º 25458.

Em relação à urbanização e obras da cidade, propunha-se proceder à urbanização do quarteirão da Rua Aires de Ornelas, com ligação à Praça de Tenerife, a urbanização da região do antigo Caminho-de-Ferro, junto ao Pombal, e da zona compreendida entre o Lido e o cais velho da Ajuda. Propunha-se estudar o traçado da rua de saída através da zona oriental da cidade, resolvendo o problema do trânsito na Rua Conde de Carvalhal, a conclusão da Estrada do Monte, atravessando a Rua da Carne Azeda e da Torrinha, terminando no Pombal.

O problema da habitação estava em terceiro lugar na ordem do projecto de acção estabelecido. Tinha em vista o aumento dos bairros dos Viveiros e de S. Gonçalo e construção do novo bairro da Madalena (Santo António) e de habitações para funcionários públicos.

Outra obra gigantesca a que a Câmara pretendia pôr ombros era o desvio, entulhamento e pavimentação das Ribeiras de S. João, Santa Luzia e de João Gomes, sob o plano de Amaro da Costa, que segundo ele vinha superar as dificuldades da primitiva ideia de simplesmente cobrir as ribeiras⁶⁴. O projecto assentava no desvio da Ribeira de Santa Luzia para a de S. João e destas duas para o este da Pontinha, e a Ribeira de João Gomes para o Toco. Além de outras soluções, contribuiria para solucionar o problema do trânsito na cidade pela obtenção de três vias de comunicação ligadas pela Avenida do Mar.

Neste plano geral de obras da CMF, denominado «Plano do 25.º aniversário da Revolução Nacional», estava prevista ainda a construção de um posto clínico central, de um novo quartel dos bombeiros, do mercado da zona ocidental, obra há muito planeada, e o arranjo do Parque de Santa Catarina.

No campo cultural, propunha-se construir uma biblioteca devidamente provida, beneficiando do privilégio de depósito legal, e um museu de ciências naturais, bem apetrechado, de que o aquário seria um complemento vivo. Impunha-se a reconstrução do edifício da biblioteca, dotando-o de um auditório para conferências, para o que pensava mudar o museu para outro local, ficando junto do aquário e ambos integrados no Parque de Santa Catarina.

Neste plano cabia ainda a construção do Palácio da Justiça, o prolongamento da Avenida do Mar até ao Arsenal e da Avenida de Zarco.

Para a consecução deste plano, a CMF contava com a taxa de saneamento, criação de novos impostos indirectos, actualização das multas municipais e lançamento de um imposto de 5\$00 sobre o álcool simples e uma mais eficiente fiscalização,

⁶⁴ *Diário de Notícias*, 01-11-1953, n.º 25458.

com vista a conseguir receitas que lhe permitissem caucionar um empréstimo da ordem dos 40 000 contos, esperando uma quantia idêntica da parte do Estado.

Inaugurou-se a 21-12-1951 a ponte do Mercado, de ligação entre a Rua Dr. Fernão de Ornelas e o Mercado dos Lavradores, começada na gestão anterior.

A 31-01-1952 deliberou-se estudar a possibilidade de ampliação dos bairros económicos existentes, estudar o desvio e entulhamento das três ribeiras da cidade, convidando o engenheiro Abel Vieira para elaborar o projecto e estudo económico, pensando conseguir crédito na Caixa Geral de Depósitos para a realização destas obras, e ainda a ligação do beco dos Arrifes ao do Paiol.

Abriu-se concurso para o arranjo da concordância da Avenida do Infante com a Ponte Monumental⁶⁵, procedeu-se ao alargamento da Avenida do Infante até à Ponte do Ribeiro Seco, e à continuação da estrada Funchal – S. Roque⁶⁶, decidiu-se alargar a ponte do Bettencourt e prolongar a rede de saneamento básico à freguesia do Monte⁶⁷.

Mandou-se construir marcos fontanários em várias freguesias da cidade, com incidência especial para S. Martinho, onde era notória a escassez de água potável para as famílias e nas zonas escolares; alargar a vereda, construindo a Rua do Poço Barral e a Estrada Nacional n.º 25 e 26, entre o Cemitério das Angústias e o Caminho da Lombada, de São Martinho; construir a rua de ligação entre a Levada dos Barreiros e o Caminho Velho da Ajuda; procedeu-se ao calcetamento de várias ruas e largos da cidade, pelo sistema de paralelepípedos⁶⁸. A 03-11-1952 decidiu-se estudar a construção de uma nova artéria de ligação ao Estádio dos Barreiros.

Uma obra importante, considerada então uma das obras mais arrojadas a construir pela CMF, foi a denominada Avenida Salazar. Na sessão de 12-02-1953, foi decidido aprovar o ante-projecto da nova rua de ligação entre o Larguinho de S. João e o Chão da Loba. Foi decidido chamar à nova artéria «Avenida Salazar» e solicitar comparticipação do Estado para a respectiva execução. O objectivo da abertura desta estrada era descongestionar a Rua do Conde Carvalhal, que já não comportava o intenso trânsito de peões e veículos, não só daquela zona da cidade como de toda a zona leste e também muito das freguesias suburbanas. A nova artéria viria resolver definitivamente o problema e simultaneamente fazer surgir uma nova estrada de turismo, que incluía a maior recta da cidade; além disto, daria lugar à construção de

⁶⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 14-02-1952, lv.º 49, fls. 93-104.

⁶⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-03-1952, lv.º 49, fls. 125-132.

⁶⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-08-1952, lv.º 50, fls. 23-31.

⁶⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 04-09-1952, lv.º 50, fls. 49-57.

moradias, servindo em especial a classe média. O presidente da Câmara justificava a atribuição do nome do presidente do Concelho a esta avenida como uma «justíssima homenagem ao Homem eminente que tem engrandecido a Nação», e pagava, igualmente, uma dívida de gratidão a Salazar,

«pois foi com o advento do Estado Novo e com o interesse tutelar do Sr. Presidente do Conselho que a Madeira pôde, e dum modo particular a Cidade, avançar extraordinariamente nas suas realizações, graças a uma política objectiva, conscienciosa e audaz. Fica bem, patrioticamente bem, o nome do Sr. Dr. Oliveira Salazar nesta obra que se deve considerar grandiosa»⁶⁹.

A maquete desta obra esteve durante algum tempo no átrio dos Paços do Concelho. Na sua visita à Madeira a 28-04-1953, o ministro das Obras Públicas esteve aí a apreciar cuidadosamente o projecto⁷⁰.

No que respeita ainda à urbanização da cidade, a CMF tomou a deliberação de disciplinar o trânsito de transportes públicos e particulares nas ruas do Funchal, publicando posturas, disciplinando as referidas paragens e colocando-as em local certo. Impôs a colocação de taxímetros em todos os táxis da cidade, considerados de turismo. Tomou também deliberações no sentido de defender o valor urbanístico:

«Considerando a necessidade de defender as propriedades, dotadas de algum valor urbanístico, de alterações que conduzam a maioria das vezes à transformação dessas propriedades em autênticas ilhas de casas económicas com todos os seus inconvenientes de ordem estética e manifesto prejuízo da salubridade geral, concorrendo ainda para a desvalorização das zonas residenciais circunvizinhas; considerando a necessidade que também se vem verificando de imprimir-se orientação e disciplina ao desenvolvimento expansivo da Cidade, subordinando-o aos princípios gerais de urbanização previamente estabelecidos; considerando ainda a necessidade de procurar fomentar-se a construção de prédios de valor arquitectónico, estimulando a iniciativa particular à consecução desse fim, delibera a Câmara: 1.º Proibir na zona A da área da Cidade definida e aprovada em sessão de 13-03-52, o aproveitamento, para construções, de pátios, terraços, jardins e quintais, recintos esses normalmente considerados logradouros das habitações; 2.º Proibir em qualquer das zonas da cidade a divisão de moradias e prédios tendentes à sua transformação em bairros económicos com prejuízos das suas condições de habitabilidade e demais requisites preceituados no Decreto n.º 38.382 de 7-8-1951; 3.º Permitir nas zonas Be O, em casos excepcionais, o aproveitamento dos logradouros referidos no n.º 1, para fins de construção, quando se verifiquem condições excepcionais de amplidão e acesso, sendo cada caso objecto de estudo por parte da Repartição de Obras e os pedidos devidamente fundamentados; 4.º A retalhação dos terrenos destinados a novas construções só pode fazer-se mediante estudo urbanístico da Repartição de Obras, devendo, igualmente,

⁶⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 12-02-1953, lv.º 50, fls. 237-246.

⁷⁰ Diário de Notícias, 28-04-1953, n.º 25276.

para cada caso, ser apresentado pelos proprietários dos terrenos um plano geral do qual conste: – traçado dos arruamentos, implantação dos prédios, tipo ou tipos de construção, e redes de esgoto e de abastecimento de água e luz; 5.º Instituir prémios anuais destinados a premiar edifícios que por características das suas fachadas resultem de interesse artístico; 6.º Nomear uma comissão constituída pelos Sr. Dr. João Óscar Ribeiro Pereira, que servirá de presidente, vereador Sr. Alfredo Higino Camacho e Sr. Engenheiro Director da Repartição de Obras, encarregada de elaborar o regulamento da concessão dos prémios a instituir»⁷¹.

Convidou-se o arquitecto Miguel Jacobetty a vir à Madeira proceder aos estudos necessários para elaboração definitiva do projecto do Parque de Santa Catarina, visto como uma necessidade imperiosa, dada a importância turística do Funchal e a categoria de 3.ª cidade do país⁷². Instituíram-se três prémios pecuniários destinados a premiar as montras dos estabelecimentos, que se apresentassem durante o período das Festas da Cidade, mais artística e vistosamente ornamentadas⁷³. Encarregou-se o pintor Guilherme Duarte Camarinha de pintar um painel em cerâmica para a capela a construir no cemitério das Angústias, em S. Martinho⁷⁴. E a 16-07-1953 decidiu-se encerrar o cemitério de S. Roque, a partir do dia 1 de Agosto desse ano.

Em relação à toponímia do Funchal, poucas foram as alterações efectuadas por esta comissão camarária. A 08-01-1953, a CMF deliberou designar de Travessa de S. João de Deus a travessa que ligava a Rua de S. João de Deus com a rampa do Forte do Pico. Integrado nas comemorações do 28 de Maio, foram inauguradas, em 1953, a Rua Cónego Jerónimo Dias Leite e a Estrada Dr. João Abel de Freitas.

A 24-01-1952, a CMF deliberou mandar estudar o aproveitamento das águas da Quinta Holloway, há pouco tempo adquiridas pelo município tendo em vista as necessidades do Matadouro Municipal e do regadio do Jardim do Campo da Barca, bem como as exigências do serviço de incêndios, entre outros. A 31 do mesmo mês, decidiu mandar actualizar a rede de esgotos, construída em 1938, e colocar três ou quatro estações elevatórias. A 27-03-1952, convidou o engenheiro Alexandre Ferreira Chaves a elaborar o projecto e estudo económico da rede de distribuição de água potável à cidade e o engenheiro Adelino Paz Clemente a elaborar o projecto e estudo económico da rede de esgotos.

⁷¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-03-1952, lv.º 49, fls. 125-132.

⁷² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 29-10-1953, lv.º 51, fls. 199-205.

⁷³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 18-12-1952, lv.º 50, fls. 141-147.

⁷⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 31-01-1952, lv.º 49, fls. 84-92.

Em relação à educação e cultura, a CMF decidiu colaborar com o Governo na campanha de alfabetização nacional, responsabilizando-se pelos encargos resultantes do funcionamento dos cursos para adultos nos edifícios das escolas a seu cargo⁷⁵.

A 09-11-1952, a CMF decidiu prestar uma homenagem a Manuel dos Passos Freitas, a quem a Madeira ficou devendo uma acção notável em prol do seu desenvolvimento cultural. Foi ele o organizador do Orfeão Madeirense e do grupo Manuel dos Passos Freitas, depois Sexteto Manuel dos Passos Freitas. Esta homenagem póstuma ao musicólogo consistiu na colocação duma placa no átrio do Teatro Municipal. A 24-03-1953, promoveu uma récita de homenagem ao falecido musicólogo, através de músicos por ele dirigidos, os quais reconstituíram o Orfeão Madeirense, para se associarem à homenagem. Na reunião de 19-12-1952, foi resolvido subsidiar a criação, no Funchal, duma Orquestra Sinfónica e ainda a criação dum curso de dança clássica na Academia de Música da Madeira. A 01-11-1953, por proposta do Instituto Cultural da Madeira, prestou uma homenagem póstuma ao escritor e contista madeirense tenente coronel Alberto Artur Sarmento, homem de letras, naturalista e historiador, autor de uma vasta obra sobre a Madeira, colocando uma lápide comemorativa na casa da Rua da Carreira onde viveu longos anos e onde faleceu.

A 28-02-1952, deliberou convidar o arquitecto Raul Lino a deslocar-se à Madeira a fim de estudar a adaptação do Palácio de S. Pedro a biblioteca, com sala para conferências, e transferir o Museu Municipal para outro local.

A construção do Aquário fora uma das aspirações dos responsáveis pela CMF desde o tempo de Fernão de Ornelas, que chegou a tomar algumas iniciativas nesse sentido. O *Diário de Notícias* publicou uma carta do cidadão Adão Nunes, que chegou a procurar, juntamente com Fernão de Ornelas, um local adequado para o efeito⁷⁶, sugerindo a sua construção no rés-do-chão do Palácio de S. Pedro. Não foi possível a realização desta obra durante a presidência de Fernão de Ornelas, essencialmente por falta de meios económicos, embora houvesse um cidadão inglês que se comprometera a oferecer o terreno, na zona do Lido, para a sua construção.

Essa realização foi, no entanto, possível na presidência de João Valente, novamente com a ajuda de um cidadão americano com negócios na Madeira. Na sessão de 10-08-1951, foi presente um ofício de Charles Rolland, natural de Nova lorque, acidentalmente a viver na Madeira, no Reid's Hotel, proprietário da firma Imperial Linens Inc, que se dedicava à indústria do bordado da Madeira, com sede

⁷⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 26-03-1953, lv.º 51, fls. 5-13.

⁷⁶ *Diário de Notícias*, 15-06-1948, n.º 22578.

no Funchal. Amigo íntimo do então conservador do Museu Municipal do Funchal, Gunther Maul, mas sobretudo um grande admirador da Ilha e da sua gente, tencionava oferecer à cidade qualquer coisa que ficasse a perpetuar os seus sentimentos para com a terra que bem o acolheu. Fez, então, uma proposta à Câmara Municipal sobre os moldes em que poderiam começar os trabalhos. A Câmara cedeu a loja do Palácio de S. Pedro, sem utilização aparente, para a sua instalação; o conservador do Museu ficou encarregue de planear e dirigir as obras; a firma Imperial Linens, Inc. contribuiu com o material (tanques, compressores, tubagens, etc.) para as primeiras unidades do Aquário, assim como a sua instalação, até à quantia de 30 000\$00, durante o primeiro ano; comprometeu-se ainda, em caso dos negócios continuarem prósperos, a comparticipar nos anos seguintes com a mesma quantia em material e mão-de-obra e a solicitar a contribuição dos seus compatriotas aqui residentes para o novo Aquário.

A CMF aceitou a oferta e resolveu incluir uma verba no seu orçamento de forma a poder iniciar os trabalhos de instalação dos primeiros tanques. A 29-12-1953, o *Diário de Notícias* anunciava que o Aquário Municipal, instalado numa das dependências do rés-do-chão do Palácio de S. Pedro, estava à disposição dos visitantes⁷⁷.

Na reunião de 17-04-1952, a CMF deliberou retomar a procissão do Voto, no 1 de Maio, com a anterior solenidade e brilhantismo, constituindo uma comissão para tal, presidida pelo vice-presidente da Câmara, e que incluía ainda o cónego Manuel Francisco Camacho, o presidente da Comissão Distrital da União Nacional, o delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, o presidente da Associação Comercial do Funchal e os vereadores João Óscar Ribeiro Pereira e Alfredo Higino Camacho. A comissão decidiu propor ao Governo que autorizasse a definição desse dia como o dia da cidade e considerasse, por isso mesmo, feriado municipal, já que essa data,

«contrariamente ao que se poderia pensar, não tinha na Madeira qualquer significado de luta de classes ou de reivindicações sociais, apenas significa, tão somente, um acto piedoso de acção de graças ao Padroeiro da Cidade, Apóstolo São Tiago Menor, por a ter libertado da peste que durante 17 anos dizimou a sua população. Esse acto votivo ocorreu no 1.º de Maio de 1538 e essa data foi comemorada, através dos séculos, em tradicional profissão de fé que o Município do Funchal levava a efeito desde a igreja consagrada ao padroeiro até à Sé do Funchal»⁷⁸.

Dois anos depois, a 21-01-1954, foi publicado no *Diário do Governo* o decreto que instituía o dia primeiro de Maio feriado municipal, no Funchal.

⁷⁷ *Diário de Notícias*, 29-12-1953, n.º 25511.

⁷⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-04-1952, lv.º 49, fls. 157-169.

A 17-11-1953, por ofício do governador civil, o capitão Paiva Brites ocupou o lugar de vice-presidente da CMF por ter vagado o lugar, com a saída de Homem de Gouveia. A 21-01-1954, surpreendentemente, João Gonçalves Valente apresentou a demissão do cargo de presidente da CMF, alegando não conseguir conciliar as suas funções administrativas com as obrigações profissionais.

2.4. António Bettencourt Sardinha (1954-1965)

Na sequência do pedido de demissão de João Valente, o governador civil, comandante João Inocêncio Camacho de Freitas (1899-1969), nomeou António Bettencourt Sardinha⁷⁹, até esse momento administrador do Banco da Madeira, para o substituir. A posse teve lugar no salão nobre dos Paços do Concelho, no dia 25-01-1954. António Sardinha já pertencera à equipa camarária dirigida por Fernão de Ornelas e, aquando do pedido de demissão deste, foi o único membro da vereação a pedir também a sua demissão, por solidariedade. A 20-12-1954, foi nomeado vice-presidente João Óscar Ribeiro Pereira. Por sua morte, ocorrida a 12-08-1959, foi nomeado Emanuel Paulo Ramos, professor do Liceu do Funchal, para o seu lugar, tendo tomado posse no dia 12 de Novembro desse ano⁸⁰.

⁷⁹ António Bettencourt Sardinha nasceu na rua da Carreira, freguesia de S. Pedro, no Funchal, a 03-01-1902, filho de Leonardo Bettencourt Sardinha e de Virgínia Rodrigues Sardinha. Foi gerente comercial e administrador do Banco da Madeira, entre os anos de 1940 e 1969. Foi vereador da CACMF no tempo de Fernão de Ornelas e vogal do concelho municipal entre os anos de 1952 e 1954. Em Janeiro deste último ano foi nomeado presidente da CACMF, cargo que desempenhou até o mês de Agosto de 1965. Nesta qualidade foi o representante dos municípios madeirenses à Câmara Corporativa (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, pp. 429-430).

Eleição dos vereadores para o triénio de 1955-1958: vereadores substitutos – António Bruno Afonso, Alberto Figueira Gomes, Mário Sardinha, Rui Dias do Nascimento, José Tolentino da Costa, César de Abreu e José Manuel Perestrelo Vieira de Deus Figueira; vereadores efectivos – Avelino Xavier Cabral, Álvaro Remígio de Sousa, João Marcos Caldeira, Rui Lima Goncalves, Jaime Afonseca Teixeira e Baeta Camacho (cfr. Diário de Notícias, 26-11-1954, n.º 25828). Eleição de vogais da CMF para o quadriénio de 1964-1967, realizada a 02-12-1963, ficando assim definido: efectivos – Adolfo de Sousa Brasão, Alberto Figueira Gomes, António Bruno Afonso, Fernando José Martins de Almeida Couto, Goncalo Nuno de Matos Noronha da Câmara e João Henriques de Araújo; substitutos – Américo Humberto Mateus da Silva, António Fernandes Jardim, Francisco António Fernandes Jardim, Francisco António Costa, Jorge da Veiga França, Mário Correia Sardinha e Rui Oliveira Dias do Nascimento (Diário de Notícias, 03-12-1963, n.º 28976). A distribuição de pelouros foi feita na reunião de 02-01-1964, ficando assim distribuídos: Secretaria, Tesouraria e Limpeza, Presidência; Mercado e Matadouro, Alberto Figueira Gomes; Serviços de Saúde, Cemitérios e Piscinas, Adolfo de Sousa Brasão; Teatro, João Henriques de Araújo; Incêndios, Parques e Jardins, António Bruno Afonso; Obras Municipais, engenheiro Goncalo Nuno de Matos Noronha da Câmara; Bibliotecas e Museus, Fernando Almeida Couto. Por motivos dos seus afazeres profissionais deixaram, a seu pedido, de fazer parte da vereação camarária os vereadores Avelino Cabral e Álvaro Remígio de Sousa, que fizeram parte da última vereação municipal. Para os seus lugares foram eleitos Fernando Almeida Couto e Adolfo de Sousa Brasão. Como substitutos da vereação foram eleitos os Srs. Jorge da Veiga França, Rui Oliveira Dias do Nascimento e António Fernandes Jardim.

António Sardinha foi, durante o seu mandato, o representante dos municípios madeirenses na Câmara Corporativa, com excepção para o ano de 1960, em que essa representação coube ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, João Militão Rodrigues⁸¹.

Uma das grandes preocupações de António Sardinha, ao iniciar o seu mandato, foi a escassez das receitas camarárias, que, contrastando com as necessidades citadinas e as soluções que procurava dar, dificultava a sua acção.

Aprovado o Plano de Urbanização da cidade, no Conselho Municipal de 13-09-1956, apresentado pelos arquitectos Faria da Costa e Jorge Carvalho de Mesquita, a Câmara deliberou a criação do quadro da Planta da Cidade. O plano visava «garantir à cidade um conveniente apetrechamento urbano, considerando as suas necessidades presentes e as que possam verificar-se no futuro; estabelecer uma eficiente rede de circulação e comunicações; defender o aspecto panorâmico do grandioso anfiteatro do Funchal»⁸².

A 25-08-1955 a CMF deliberou estabelecer novos limites da cidade a incluir na Planta da Cidade, perante o crescimento da população: a Oeste – Ribeiro de S. Martinho, Ponte da Praia Formosa, Papagaio Verde, Pico do Funcho, Caminho do Poço Barral, Caminho de Santa Quitéria, Prece e Chamorra; Norte – Caminho do Jamboto, Quinta das Freiras, Estrada de Circunvalação, Fundoa, Pico da Rosa, Corujeiras de Dentro e de Fora, Fonte, Caminho das Fontinhas e Babosas; Este – Caminho da Lombada (Monte), Lombo, Bom Sucesso, Caminho da Casa Velha, Vereda da Lindinha, Caminho do Palheiro, Canto do Muro, Bica de Pau, Estrada Nova da Camacha e Neves (S. Gonçalo); Sul – Oceano Atlântico.

O embelezamento da cidade foi também uma preocupação desta Câmara, na continuidade das vereações anteriores. Assim, deliberou proceder à construção da 1.ª fase da zona desportiva do parque da cidade (Parque de Santa Catarina), compreendendo a construção de campos de ténis, ringue de patinagem, vedações, bancadas, campo de voleibol, piscinas, arruamentos circundantes e serviços de apoio, nomeadamente, restaurante, café e recinto para orquestra⁸³. As obras iniciaram-se por administração directa da Câmara no fim do ano de 1958; no entanto, grande parte delas não ficou concluída nesta vereação.

⁸¹ Além do presidente da CACMF como representante dos municípios madeirenses, foram também representantes madeirenses à Câmara Corporativa Agostinho Cardoso e Agostinho Pereira de Gouveia.

⁸² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-12-1959, lv.º 61, fls. 145-153.

⁸³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 11-08-1955, lv.º 54, fls. 62-68.

Em matéria de jardins, a CMF decidiu construir dois nas freguesias suburbanas: um em S. Roque, em frente ao adro da Igreja, decidindo, para o efeito, alargar a rua a sul do adro⁸⁴; e outro em S. Gonçalo, em redor da Igreja, implicando o alargamento da rua do lado norte⁸⁵.

A 30-12-1959, a CMF decidiu encetar diligências no sentido de encontrar interesse dos privados para a construção de um cinema na Praça do Infante, conforme o projecto elaborado pelo arquitecto Raul Chorão Ramalho. A 08-07-1965, foi apresentada apenas uma proposta para compra dos terrenos na Praça do Infante, reservados para a construção do cinema e edificações anexas, terrenos que a Câmara resolveu alienar com a área de 3959 m². A proposta, de 2 000 000\$00, pertencente a Américo Fernandes de Brito, foi considerada insuficiente. Na reunião de 28 de Outubro desse mesmo ano, já dirigida por Fernando Couto, foi aceite a proposta considerada mais aliciante, no valor de 3 530 000\$00.

Em relação à urbanização da cidade, a CMF, a 14-08-1958, decidiu não permitir a construção de edifícios no Campo D. Carlos, devido ao facto desse espaço funcionar como logradouro público de uma das zonas mais densamente povoadas da cidade. Para além disto, este campo tinha também uma longa tradição de formação de futebolistas que já haviam dado à Madeira a Taça de Portugal e ao país numerosos jogadores. Ali também se realizavam as feiras de S. Silvestre e outras diversões públicas.

Uma das suas primeiras medidas visou o desenvolvimento do ensino, em especial do ensino básico, continuando a obra das vereações anteriores, construindo novas escolas, nomeadamente nas freguesias de S. Roque, S. Martinho e S. Pedro, alugando edifícios para a sua instalação, contribuindo com mobiliário e material escolar, contratando professores e aderindo às campanhas lançadas pelo Governo Nacional de luta contra o analfabetismo. A 28-05-1956, inaugurou-se a Escola Masculina do Livramento.

Deu-se também incremento à leitura e investigação, através do melhoramento da Biblioteca Municipal e da aquisição de várias obras. Em 1959, fez-se uma 2.ª edição da obra *As Ilhas de Zargo*, da autoria do Padre Eduardo Pereira, dotou-se o Arquivo Distrital do Funchal de um aparelho leitor de microfilmes e recomeçou-se a publicação do boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, com periodicidade anual, que passou a ser dirigido por José Pereira da Costa. Em 1961, colocou-se à disposição do público, para leitura domiciliária, as várias colecções da biblioteca que existissem

⁸⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-06-1956, lv.º 55, fls. 180-190.

⁸⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 15-06-1950, lv.º 47, fls. 44-51.

em duplicado⁸⁶. Em 1963, decidiu-se instalar uma nova biblioteca, com livros cedidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, inaugurada a 10-07-1964, com a presença de Branquinho da Fonseca, um dos administradores da referida fundação, e prestou-se apoio ao lançamento da primeira biblioteca itinerante, na Madeira, também da responsabilidade da mesma fundação. Promoveram-se ainda concursos literários, exposições de pintura, realizadas em vários sítios do Funchal, e a exibição de filmes, no objectivo de luta contra o analfabetismo.

Por iniciativa da CMF, realizou-se no Funchal, no Ginásio do Liceu, o I Curso de Férias, orientado por professores da Universidade de Lisboa, que se deslocaram propositadamente ao Funchal para o efeito, com prelecções sobre História dos Descobrimentos, Filosofia, História da Arte e da Cultura e História da Madeira.

A CMF também promoveu uma série de concertos populares gratuitos, com a colaboração da Academia de Música da Madeira, à semelhança do que vinha acontecendo em Lisboa, Porto e Coimbra. O primeiro concerto teve lugar no dia 19-06-1956 e passou a realizar-se anualmente. Em 1959, data da inauguração do novo Auditório do Jardim Municipal, a Orquestra de Concerto da Emissora Nacional foi convidada para a realização de uma série de concertos, dirigidos pelo maestro Frederico de Freitas, e integrados nos Festivais de Música da Madeira, designação por que se passou a chamar a realização desses concertos. Em 1960, o II Festival de Música da Madeira realizou-se no British Country Club, actual Quinta Magnólia, sob a direcção do maestro Pedro de Freitas Branco. No Teatro Municipal foram, então, colocadas lápides alusivas a estes acontecimentos e em homenagem aos referidos maestros. Nos dias 26 e 27-08-1959, a CMF promoveu saraus artísticos, no Teatro Municipal, com o grupo artístico do Real Clube Náutico de Gran Canaria, que obtiveram grande êxito.

Em Julho de 1961, a CMF convidou vários artistas continentais e internacionais, entre eles, Badaró, Maria de Fátima, Guilherme Kjohnes, Lili Grisbi e Maria Candal, para realização de espectáculos populares. Em Outubro de 1963, a Companhia de Ópera do Teatro da Trindade, integrada na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), esteve na Madeira a convite da CMF, para a realização de diversos espectáculos no Teatro Municipal. Para comemorar o evento, a CMF decidiu descerrar uma lápide no teatro em homenagem à companhia. Nesta mesma data, promoveu a realização de uma festa de homenagem a Max (Maximiliano de Sousa), no recinto da Feira do Marítimo; na ocasião, foi oferecido ao homenageado um relógio em ouro

⁸⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-11-1961, lv.º 64, fls. 249-250 e lv.º 65, fls. 1-9.

com a legenda: «Homenagem da CMF a Maximiliano de Sousa «Max» – 30-9-1963». A esta homenagem associaram-se vários artistas, entre eles Rui de Mascarenhas, Mary Melita, as bailarinas espanholas Mercedes del Castillo e Cármen Victória, e os madeirenses Ana Maria e Cecília Maria, Tony Amaral Júnior, conjunto de João Paulo, com Sérgio Borges e António Ascensão, os Vampiros, com Edna Moura e os Incríveis, com Luís Guerra, o conjunto de Fernando Potier, com João Victor Costa e Valério Silva.

Neste âmbito, há ainda a salientar a homenagem da CMF a Adolfo César de Noronha e João dos Reis Gomes. A 09-09-1964 teve lugar, no átrio da entrada do Museu Municipal, o descerramento de um busto de Adolfo César de Noronha, naturalista e primeiro director do Museu, trabalho da autoria do escultor madeirense Anjos Teixeira. A Delegação na Madeira da Sociedade Histórica da Independência de Portugal havia tomado a iniciativa de levantar um busto ao major João dos Reis Gomes, como homenagem às suas qualidades e méritos literários. A CMF, ao ter conhecimento deste facto, perfilhou a iniciativa, responsabilizando-se pela obra de escultura e fundição do busto, tendo escolhido uma das principais alamedas do Jardim Municipal para a sua colocação. O escultor encarregado da obra foi Barata Feyo. A inauguração teve lugar no dia 29-04-1956.

Em relação ao Aquário, no Conselho Municipal de 05-02-1958, o presidente da Câmara informou os conselheiros que já se encontravam prontas as obras de instalação do Aquário Municipal, no qual se encontravam representadas cerca de 60 espécies diferentes; esta comissão completou as obras iniciadas pela comissão anterior, construindo 13 novos tanques para exposição de animais marinhos, uma cisterna para água salgada, com cerca de cem mil litros de capacidade, e um tanque de pressão, com uma capacidade de cerca de cinco mil litros. O sistema de construção adoptado foi o proposto por J. Garnaud, no *Boletim de l'Institut Oceanographique*, n.º 1011, de Abril de 1952. Também se completaram as decorações interiores dos tanques de exposição. A inauguração oficial ocorreu a 23-04-1958.

No que se refere à toponímia, a CMF deliberou dar a designação de Rua Coronel Sarmento à rua que liga a Rua do Jasmineiro ao Beco de Paulo Dias⁸⁷ e ao largo em frente ao Liceu Nacional do Funchal de Jaime Moniz, o nome deste pedagogo madeirense, ministro e professor do Curso Superior de Letras⁸⁸. Por proposta de 12 de Abril desse ano, a CMF decidiu também encarregar o escultor madeirense Anjos Teixeira da execução de uma estátua daquele ilustre madeirense, a erguer sobre um pedestal que seria construído no centro do referido largo. Na construção desta

⁸⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 08-08-1957, lv.º 57, fls. 193-201.

⁸⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 27-04-1961, lv.º 64, fls. 10-18.

estátua colaboraram com o escultor referido os alunos de Escultura, da Escola de Belas Artes da Madeira, Ana Manuela, Alice Maria e José Manuel Pimenta. A estátua foi colocada no pedestal de 1,20 metros, a 13 de Janeiro e inaugurada no dia 18 do mesmo mês, do ano de 1962, data do seu aniversário natalício. Na ocasião, foi prestada uma homenagem a todo o professorado madeirense. A CMF decidiu ainda dar à rua ao norte do Palácio da Justiça o nome de Rua da Índia Portuguesa, em sinal de solidariedade para com o povo desse território, invadido pela União Indiana⁸⁹; o nome de Rua Alferes Fernandes Abreu, primeiro madeirense morto na Guerra Colonial, ao arruamento compreendido entre as ruas dos Saltos e D. João, sendo afixados na referida rua os seguintes dizeres: «Alferes Francisco João Fernandes, morto em combate, em Angola, no dia 25 de Abril de 1962»⁹⁰. Em Outubro de 1964, a CMF decidiu atribuir o nome do historiador madeirense Padre Juvenal Pita Ferreira ao largo junto à Igreja de S. Gonçalo.

Em relação ao serviço municipal de saúde e assistência, a CMF decidiu integrar o serviço de assistência materno-infantil num plano geral, onde incluía a transferência dos serviços do Dispensário para o Instituto Materno-Infantil, dependente do Ministério da Saúde. A CMF contribuía com um donativo e assegurava a conservação do edifício. Decidiu, também, que no dia 8 de Dezembro de cada ano, dia das mães, colocaria à disposição de uma família pobre do concelho um donativo de 1000\$00, que «tanto pelo grande número de filhos como pela sua conduta moral exemplar, se tornasse inteiramente merecedora de receber o referido auxílio»⁹¹; atribuiu um subsídio de igual valor a cada casa construída pelo Património dos Pobres (Obra do Padre Américo)⁹²; instituiu a distribuição de lembranças de Natal a cerca de 200 crianças das Escolas do Parque Infantil, do Bairro de Santa Maria Maior⁹³.

Em termos de obras públicas, uma das grandes obras executadas por esta comissão camarária foi sem dúvida o Palácio da Justiça, que já tinha sido planeado por Fernão de Ornelas. Para a sua construção, a comissão expropriou, por utilidade pública, os terrenos a norte da Rua Marquês do Funchal⁹⁴. O Ministério da Justiça tinha disponibilizado o respectivo subsídio e o projecto, da autoria do arquitecto Januário Godinho. Neste edifício funcionariam, além do Tribunal de Justiça, os serviços de

⁸⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 03-04-1962, lv.º 65, fls. 219-230.

⁹⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-08-1962, lv.º 66, fls. 123-133.

⁹¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 11-12-1955, lv.º 54, fls. 195-202.

⁹² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 23-02-1956, lv.º 55, fls. 40-52.

⁹³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 19-12-1963, lv.º 70, fls. 72-86.

⁹⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 23-02-1956, lv.º 55, fls. 40-52.

Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, a Secretaria Notarial e outros serviços de apoio. Esta obra, começada nos finais de 1956, foi inaugurada em 1962.

A construção de casas económicas foi outra preocupação desta comissão camarária, que aproveitou a lei n.º 2092, de 09-04-1958, e celebrou com a Federação das Caixas de Previdência um contrato para a construção de casas de renda económica, no Funchal, possibilitando a construção de um novo bairro económico e mais 44 habitações.

Foi esta comissão que mandou elaborar o projecto e iniciou as obras de construção da rua de acesso ao Hospital Regional do Funchal, numa extensão de 680 metros, estabelecendo a ligação entre a Cruz de Carvalho e o cruzamento da Avenida do Infante com a Rua do Favila; procedeu ao estudo e elaboração do projecto dum arruamento de ligação entre a EN 105 e a ponte de Santo António, de forma a estabelecer acesso ao campo de Jogos do Clube Sport Marítimo, no sítio da Ribeira Grande, em Santo António.

Em relação ao abastecimento de água à cidade, o projecto foi aprovado e o caderno de encargos elaborado em 1958; as obras arrancaram com a contracção de um empréstimo de oito mil contos. A 4 de Dezembro desse ano, a Câmara decidiu estudar a possibilidade de criação dum serviço municipalizado. A distribuição de água ia da Estrada de Circunvalação, em Santo António, até à Ribeira de João Gomes. Os reservatórios de água foram colocados no sítio da Ajuda, no Pico de S. João, junto ao miradouro, no sítio do Avista-Navios e acima de S. Roque, abaixo do sítio da Alegria. Em 1962, a CMF alargou o abastecimento de água potável ao sítio da Terça, S. Roque, para o que procedeu à construção de um reservatório para o efeito. A 19-05-1960, foi inaugurado no sítio da Portada de Santo António, no Monte, um marco fontanário e dois anos depois, a 21-02-1962, um outro no sítio do Ribeiro Seco, S. Martinho.

Outra das preocupações desta CACMF foi instalar a rede de energia eléctrica em todo o concelho. Para isso solicitou à Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira a execução dos trabalhos relativos à instalação da rede de energia eléctrica nas novas estradas que a Câmara ia construindo. Em Maio de 1956, solicitou a esta Comissão que iluminasse o Pico dos Barcelos, ponto turístico importante e, em Setembro de 1962, pediu o mesmo para as estradas municipais de Santana (S. Roque) e Dr. João Abel de Freitas.

Em 1958, devido à impossibilidade de comemorar condignamente, e com a pompa merecida, o 450.º aniversário da elevação da vila do Funchal à categoria de cidade, a 21 de Agosto, a CMF decidiu adiar as celebrações para os dias 25 e 26 do mês de Outubro desse ano. Para este efeito foi elaborada uma série de actividades: iluminação de várias artérias da cidade e do Jardim D. Amélia e ainda a publicação

de uma monografia intitulada *Cidade do Funchal*, ilustrada com fotografias antigas da cidade. No dia 25 de Outubro, realizou-se um *Te Deum*, na Sé do Funchal, às 13 horas, presidido pelo Bispo do Funchal, D. David de Sousa. A sessão comemorativa realizou-se, nos Paços do Concelho, às 21,30 horas. Às 23,30 horas houve um espectáculo de queima de fogo de artifício, na Avenida do Mar. No dia 26, realizou-se um exercício dos Bombeiros Municipais, no edifício do antigo Paço Episcopal, e foi inaugurada uma exposição de fotografias antigas da cidade; à noite, pelas 23,30 horas, houve novamente queima de fogo de artifício, na Avenida do Mar. Nestes dois dias de festa, várias bandas de música animaram as ruas da cidade, no Jardim Municipal, nomeadamente as bandas Municipal e Distrital, e foram promovidas sessões de cinema gratuito para as crianças pobres, no Campo D. Carlos I.

António Bettencourt Sardinha teria de deixar o cargo de presidente da CACMF no início do ano de 1966, por imposição legal que não permitia o exercício dessas funções por período que excedesse os 12 anos. E embora esse prazo só terminasse no início do ano seguinte, quis António Sardinha antecipar o termo do exercício dessas funções, para que assim o seu sucessor pudesse orientar e elaborar o orçamento e o plano de actividades da Câmara para o ano económico seguinte.

2.5. Fernando de Almeida Couto (1965-1972)

Para o lugar de António Sardinha foi nomeado Fernando Couto⁹⁵. Esta nomeação criou fortes expectativas, junto dos funchalenses, não só porque este advogado fora um dos elementos mais destacados da anterior vereação, mas também porque era administrador de uma das maiores casas comerciais do Funchal, a agência de viagens e turismo João de Freitas Martins. O acto de posse ocorreu a 01-09-1965. Viria a ser eleito procurador à Câmara Corporativa, como representante dos municípios do Distrito, no dia 11 de Novembro desse ano, sendo reeleito nos anos seguintes. Quatro anos depois, por alvará do governador civil do Distrito, de 31-08-1969,

⁹⁵ Fernando José Martins de Almeida Couto, nasceu no dia 18-03-1924, na freguesia de Santa Luzia. Filho de Adelino D'Almeida Couto e de Maria Olga de Freitas Martins e Couto e casou com Helena do Carmo da Rocha Machado e Couto. Estudou no Colégio Lisbonense, no Funchal e no Instituto Nuno Álvares, onde fez os estudos secundários, matriculando-se depois na Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, onde se licenciou. Exerceu advocacia no Funchal e dirigiu as empresas comerciais ligadas à família: agência de viagens João de Freitas Martins, sociedade de turismo Quinta do Sol e Vasconcelos e Couto, L.^{da}. Foi vogal da CACMF durante alguns anos e foi presidente da mesma CACMF entre os anos de 1965 e 1972. Foi representante consular da Grécia e da Holanda na Madeira. Presidiu à Comissão Instaladora do do Hospital Distrital (hoje Dr. Nélio Mendonça). Foi presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial do Funchal. Veio a falecer, no Funchal, a 25-10-2005 (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, pp. 142-143).

Fernando Couto foi reconduzido no cargo de presidente da Câmara, por mais quatro anos. Um mês depois, a 23-09-1969, Adriano Velosa Ferreira foi nomeado vice-presidente da CMF, cargo que vagava desde 1962⁹⁶.

No primeiro Conselho Municipal presidido por Fernando Couto, para aprovação do plano de obras e das bases do orçamento ordinário do município para o ano de 1966, realizado no dia 13-09-1965, informou os conselheiros que a orientação da Câmara seria igual à dos anos anteriores, já que os condicionalismos económicos se mantinham e a exiguidade das receitas da Câmara impunha restrições. Mostrou-se esperançado no aumento das comparticipações do Estado para continuar e ampliar a obra já realizada:

«os trabalhos relacionados com o abastecimento de água à cidade do Funchal, rede de esgotos, alargamento e pavimentação de ruas, construção de escolas e abertura de novas vias [...]. No plano urbanístico, continuaremos a dar o nosso maior interesse e cuidado. Muito embora tenha sido criado o respectivo gabinete de urbanização e aprovado por V. Exas., a verdade é que ainda não mereceu sanção superior»⁹⁷.

Aproveitando a visita à Madeira do ministro da Obras Públicas, Arantes e Oliveira, a 25-09-1965, o presidente da CMF realizou uma reunião de trabalho na Câmara, reivindicando maior comparticipação do Estado para obras públicas. Solicitou o estudo urbanístico de várias zonas da cidade, sensibilizou o ministro para a resolução de outros problemas como o parque da cidade, que estava num impasse há mais de dez anos, à espera da decisão do Governo quanto à construção da lagoa e do ajardinamento, o prolongamento da Rua 5 de Outubro até à ponte do Torreão, a estrada de ligação do Funchal a Santo António a partir do novo acesso ao Hospital Regional e ainda a saída leste da cidade. O ministro deu todo o apoio à criação do

⁹⁶ A 02-12-1967, foram eleitos os novos vereadores da CACMF para o quadriénio de 1968-1971. Os resultados foram os seguintes: efectivos –Adolfo Sousa Brasão, Alberto Figueira Gomes, António Bruno Afonso, António Fernandes Jardim, Gonçalo de Matos Noronha da Câmara e João Henriques de Araújo; substitutos –Américo Humberto Mateus da Silva, Francisco António da Costa, Jorge da Veiga França, Mário Correia Sardinha, Rui Dias do Nascimento e Óscar Saturnino Pereira (*Diário de Notícias*, 03-12-1967, n.º 30391).

No dia 02-12-1971, na reunião do Conselho Municipal, foi eleita a vereação que velaria pelos interesses da cidade do Funchal no quadriénio de 1971-1975, ficando assim definida: efectivos – Engenheiro Alberto David Soares Gonçalves dos Reis (Obras Públicas), António Ribeiro Marques da Silva (Bibliotecas e Museus), Diogo José Mendes de Freitas (Incêndios, Higiene e Cemitérios), Fernando José Vieira Pinto Correia (Teatro), Jorge José Figueira da Silva (Jardins, Parques e Matas), e Óscar Saturnino Pereira (Piscinas, Mercado e Matadouro); Secretaria, Tesouraria e Limpeza ficavam afectos ao presidente; substitutos – Elmano Ascensão Coito, Carlos Sérvulo de Freitas Oliveira Martins, Engenheiro João Carlos de Andrade Ferreira, João Encarnação Drumond Ferreira, Jorge Manuel Ferraz da Veiga França e Rui de Oliveira Dias do Nascimento (*Diário de Notícias*, 03-12-1971, n.º 31721). Nesta data foi também eleito para o Conselho Municipal António de Agrela Gomes Loja, futuro presidente da CACMF.

⁹⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-09-1965, lv.º 74, fls. 188-197.

Gabinete de Urbanização e, fruto desta visita, vieram ao Funchal dois técnicos da Direcção-Geral: um arquitecto urbanista e um engenheiro dos Serviços de Hidrologia.

Fernando Couto procurou descongestionar o trânsito, abrindo novas estradas, como é o caso da estrada de ligação entre a Estrada Nacional 105 (Bom Sucesso) e o Campo da Barca; concluiu as estradas de acesso aos novos Quartel e Hospital; terminou o alargamento da Rua do Til; procedeu ao prolongamento da Rua 5 de Outubro; continuou as obras das novas Estradas Municipais entre o Campo da Barca e a Nacional n.º 102, do Arieiro à Vitória, pelo Papagaio Verde e Lombada (S. Martinho); melhorou e pavimentou diversos arruamentos; acordou com a Junta Geral do Distrito as bases da sua colaboração para o lançamento de tapetes betuminosos em algumas das artérias citadinas.

Em Agosto de 1967, apresentou aos dirigentes dos clubes de natação do concelho os projectos que a CMF tinha para a ampliação e melhoramentos dos seus recintos balneares do Lido e da Barreirinha, obras iniciadas em Setembro de 1969. Da autoria do arquitecto Rafael Botelho, o projecto incluía novos solários, aumento dos campos de jogos, piscina para crianças, restaurante, aumento da piscina para adultos, esplanada e cais para embarcações de recreio, além de balneários, vestiários e sanitários.

Em relação à construção da Avenida Salazar, conhecida também por saída leste da cidade, em 1968, a CMF recebeu da Direcção-Geral de Urbanização um ofício que veio atrasar as obras, inviabilizando a sua construção⁹⁸. Esta obra viria a ser construída já no período autonómico e, em vez de se chamar Avenida Salazar, veio a chamar-se Avenida de Santiago Menor. Foi finalmente inaugurada pelo presidente do

^{98 «}Assunto: «Construção da Avenida Salazar no Funchal». Em referência ao ofício n.º 4511, proc. 42-1, de 10 do corrente, (Janeiro de 1968) tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia, sobre a informação desta Direcção-Geral do seguinte teor: «A Sua Excelência o Ministro; julgo de aprovar, em princípio, em face das informações elaboradas pelo urbanista da Direcção de Urbanização Distrital e Repartição de Estudos de Urbanização, o novo tracado, sugerido à Exma. Câmara por ocasião da minha visita à cidade em Setembro de 1965, da futura Avenida Salazar, no Funchal, – que virá a constituir a saída leste da cidade. 21xXlx1967[sic]-a) A Macedo Santos». Sua Excelência o Ministro se dignou exarar o seguinte despacho: «Antes de aprovar parece-me indispensável que seja feito o estudo económico da repartição dos encargos entre as entidades interessadas na construção, Turismo, Município e Junta Geral do Distrito, pois em matéria rodoviária o problema tem pouca importância. Esta necessidade prévia resulta do valor elevado da estimativa, carecendo por isso de conhecer à priori as fontes de financiamento de uma obra desta envergadura, para que não vá cair-se na situação de a começar e não seja acabada. a) Machado Vaz, 23xXIx1967[sic]». Em face do exposto, fica esta Direcção-Geral aquardando o estudo económico do empreendimento, no qual parece aconselhável considerar as expropriações das faixas marginais em toda a extensão onde possa permitir-se ocupação urbana. Apresento a V. Excia. os meus cumprimentos. A bem a Nação, O Engenheiro Director-Geral, a) A. Machado Santos» (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 08-02-1968, lv.º 80, fls. 109-116; parênteses nossos).

Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, no dia 14-01-2009, esta avenida que, durante muitos anos, esperou a sua concretização, quase a lembrar as obras de Santa Engrácia. Em substituição da projectada Avenida Salazar, o ministro das Obras Públicas aprovou um projecto alternativo que ficou conhecido como a variante à Estrada Nacional 101. Com esta variante, a saída leste passaria a processar-se a partir da Praça de Tenerife, pelo novo arruamento ao longo da Ribeira de João Gomes, seguindo pelo Bom Sucesso, até acima da Igreja de Santa Isabel, onde se iniciava, para leste, a nova estrada que ia até à Cancela, ligando a Estrada Nacional, numa extensão de 3248,7 metros⁹⁹.

Esta vereação da Câmara continuou dedicando o maior interesse às obras relacionadas com o abastecimento de água à Cidade, que já vinha das vereações anteriores, de modo a aproveitar devidamente todas as vantagens do facto de estarem, nessa altura, em vias de acabamento os trabalhos de captação no Túnel dos Tornos e já se encontrar lançada tubagem de adopção e construção dos reservatórios no Alto da Pena e na Ajuda. Na reunião atrás referida com o ministro das Obras Públicas, este sugeriu a ligação da água dos Tornos à conduta de adopção existente, diligenciando para que Ferreira Chaves fornecesse o estudo da adutora a lançar entre o Túnel dos Tornos e a zona oriental da cidade e construção de um reservatório no Caminho do Palheiro, com vista à estabilização da rede da zona Oriental da Cidade e renovação da rede existente considerada insuficiente e desactualizada. Como complemento, a 17-01-1966, a CMF contratou o engenheiro Manuel de Sousa para estudar e dirigir os serviços municipais de águas e saneamento básico, actualizar estudos e projectos já existentes, realizar e fiscalizar as obras.

Em relação à unidade transformadora de lixos, o presidente requereu o pedido de declaração de utilidade pública urgente, para expropriação dos terrenos onde se viria a instalar esses serviços. A 14-03-1970, aproveitando a vinda à Madeira do ministro das Obras Públicas, Rui Sanches, o presidente da Câmara acentuou a urgência da construção de uma unidade transformadora de lixos, a que o ministro prometeu todo o apoio.

Esta comissão camarária prosseguiu os trabalhos de embelezamento da cidade, dando ênfase às obras do Parque da Cidade que aguardavam indicações superiores quanto à implantação do lago previsto no projecto. Esta situação e a incerteza da localização do novo Casino de jogos levaram à suspensão das obras do Parque de Santa Catarina por longos anos. Em 1971, foi apresentado à CMF o ante-projecto do

⁹⁹ *Diário de Notícias*, 28-03-1968, n.º 30504.

restaurante e casa de chá, da autoria do arquitecto Rui Goês Ferreira, a edificar na parte sul do Parque, sobranceiro à estrada da Pontinha¹⁰⁰. Para a consecução destas obras a Câmara recebeu da Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira um milhão de escudos, da importância total de um milhão e quinhentos mil escudos, que por contrato aquela Sociedade assumiu a obrigação de pagar, como contribuição nos encargos com o arranjo do Parque de Santa Catarina.

Nesta época, o golfe era já um desporto que atraía muitos turistas. A CMF, a Junta Geral e a Delegação de Turismo constituíram uma sociedade mista, para a construção e exploração dum campo de golfe, com uma área de 600 000 m², a construir no Chão da Lagoa, com características internacionais, dotado de uma estalagem com piscina, casa de abrigo para o pessoal, restaurante, armazém para equipamentos, casa para o director e encarregado. Junto a ele, pensou-se ainda construir uma reserva de caça que poderia ser explorada pela mesma sociedade. O projecto ficou a cargo do arquitecto Henry Cotton. Em Julho de 1971, estavam lançados os três *greens* e os três *dees* e ainda os *sairways*, n.ºs 1, 2, 5, 6 e 7. Com o advento do 25 de Abril de 1974, esta obra não chegou a concluiu-se.

A preocupação pela boa imagem turística da cidade originou uma campanha levada a cabo pela CMF, em meados de 1971, que tinha como slogan: «Não colabore limpando, colabore não sujando». Foi uma campanha educativa promovida por cerca de 200 estudantes e professores do ensino secundário, que visava sensibilizar a população do Funchal a não sujar a sua cidade.

Aproveitando a visita à Madeira do ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho, em Outubro de 1968, a CMF decidiu homenagear o navegador Cristóvão Colombo, que esteve algum tempo no Funchal, com a colocação duma estátua no Parque de Santa Catarina, junto à capela, de frente para o mar¹⁰¹. Em 1970, a CMF procedeu, aqui, ao descerramento de uma lápide comemorativa do 5.º centenário de Vasco da Gama.

No capítulo da educação e da cultura, o objectivo prioritário foi a construção de edifícios escolares concretizados em S. Martinho (Igreja Velha – dez salas e cantina), Nazaré (quatro salas), S. Roque (quatro salas e cantina) e uma sala de aulas provisória no Bairro da Ajuda. A intenção da CMF era dar um maior impulso a estas construções, já que grande parte das escolas em funcionamento se localizava em edifícios arrendados, apresentando grandes deficiências. Continuou-se com a política

¹⁰⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-09-1971, lv.º 88, fls. 120-126.

¹⁰¹ *Diário de Notícias*, 13-10-1968, n.º 30605.

de comparticipações, através da Delegação de Turismo, à Academia de Música e Belas Artes da Madeira e a outros agrupamentos de carácter cultural, subsidiaram-se viagens de estudo e promoveram-se concertos populares, apoiou a realização de conferências e congressos, facultou-se o salão nobre do Teatro para exposições, incentivou-se a criação de um novo museu para colocação das obras de Henrique e Francisco Franco, adquiridas em 1966, e publicou-se uma nova edição das *Ilhas de Zargo*, do Padre Eduardo Nunes Pereira.

Em 1970, parte do Campo D. Carlos, que pertencia ao Exército, foi cedida à CMF a fim de ser integrada na Avenida do Mar. No dia 17-09-1971, a CMF adquiriu o Campo na sua totalidade, ao Estado Português, pela quantia de 5 000 000\$00, com a contrapartida de construção de um bloco de casas para oficiais e sargentos em S. Martinho, junto da carreira de tiro, destinando-o a logradouro público e impedindo ali construções de habitação e serviços¹⁰². A Câmara decidiu ainda abrir concurso para o projecto de urbanização do Campo e construção de novas instalações para o parque infantil D. Lívia Nosolini, aí existente.

Em termos de saúde pública e assistência social, esta câmara deu todo o apoio aos munícipes necessitados, destinando-lhes, em 1965, a verba de 1 830 000\$00, distribuída entre as várias instituições de assistência do concelho, e criou, nos quadros da Câmara, o lugar para uma assistente social.

Tendo em vista a elaboração do Plano Director para a Cidade do Funchal, a CMF organizou, em Janeiro de 1969, no Funchal, um fórum sobre Urbanismo. Foram convidados a participar, durante a semana de 4 a 10 desse mês, dedicada ao estudo e discussão do «Esboçeto do Plano Director do Funchal», várias personalidades madeirenses e continentais relacionadas com esta temática. A ideia da realização deste colóquio era esclarecer o papel da cidade nos problemas da vida urbana,

¹⁰² A Secretaria de Estado do Tesouro publicou a seguinte portaria: «Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Tesouro, que, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13-03-1970, seja cedida, a titulo definitivo, à Câmara Municipal do Funchal, a parcela de terreno com a área de 25 675 m², conhecida por «Campo de D. Carlos l», a qual se destina à execução da Avenida do Mar e respectiva urbanização. Por esta cessão e como contrapartida, fica a Câmara obrigada a construir em terreno do Estado, da antiga carreira de tiro, que constitui o prédio militar n.º 52, 24 residências em quatro blocos, sendo 1 para oficiais com 6 residências e os restantes 3 para sargentos, tudo conforme os projectos aprovados pelo Ministério do Exército, devendo obra ficar concluída no prazo de quatro anos, a contar da data da aprovação do projecto definitivo, e cujo valor global foi considerado por ambas as partes como equivalente ao do Campo de D. Carlos I. Se a Câmara Municipal do Funchal não cumprir o prazo acima estipulado, fica obrigada a pagar ao Estado, a título de Indemnização, a quantia de 5 149 480\$00. Se o incumprimento for total, ou, sendo parcial, a que resultar depois de deduzidas as importâncias efectivamente despendidas». Campo D. Carlos portaria da Secretaria de Estado do Tesouro que cede o Campo à CMF (Diário de Notícias, 11-10-1970, n.º 31312).

derivados da expansão desregrada, de forma a disciplinar e planear a expansão do urbanismo. Além das comunicações, foram promovidas sessões de cinema e exposições que visavam divulgar os problemas urbanos e a sua possível resolução urbanística. Na inauguração do Colóquio, Fernando Couto dizia que

«para além de entendermos ter a cidade o direito de conhecer o que se propõe acerca do futuro do seu planeamento urbanístico, verificarmos não poderem os Munícipes emitir uma opinião válida sem primeiramente terem tido oportunidade de meditar toda a gama de elementos e factores que têm de ser considerados para a elaboração de um «Plano Director», resolveu a Câmara promover o «Colóquio de Urbanismo – Apresentação pública de Estudos Urbanísticos para a Cidade do Funchal», de que a série de palestras, que hoje inauguramos é uma das partes do programa»¹⁰³.

Por despacho do ministro das Obras Públicas, de 07-08-1969, foi aprovado o «Plano Director da cidade do Funchal – Esboceto», para ser desenvolvido em ante-projecto. Na reunião camarária de 30-04-1970, foram aprovados o Plano Director da Cidade do Funchal e o regulamento de ocupação edificada, da autoria do arquitecto José Rafael Botelho, tendo a Câmara deliberado por unanimidade:

«1 – Considerar o trabalho em apreciação demonstrativo, não só das excepcionais qualidades técnicas do seu autor, como de uma seriedade intelectual invulgar, tendo em vista a forma exaustiva como recorreu à observação e estudo das características do Concelho, em que baseia a proposta concretizada no presente Plano; 2 – Manifestar o seu apreço pelo facto do Plano Director ter sido entreque num prazo relativamente curto, o que significa ter o seu autor sabido corresponder às razões de urgência da Câmara; 3 – Tendo em consideração: a) que as soluções do plano em apreciação correspondem ao desenvolvimento do «Esboceto» anteriormente estudado e aprovado pela Câmara; b) que dadas as circunstâncias em que decorrem os estudos que conduziram à sua elaboração, beneficiou a Câmara de, a par e passo, os ir seguindo e manifestando a sua opinião; c) que as propostas constantes do plano, quer no que respeita à expansão da Cidade, quer à sua renovação, regeneração e conservação, se integram plenamente na política geral de desenvolvimento, no sentido de promover o desenvolvimento da Região, de que o Funchal é capital, considerada de interesse turístico prioritário, no sentido ainda de fomentar a construção habitacional, impulsionar a instrução e estruturar a administração em moldes de, com o menor dispêndio, se conseguir a maior rentabilidade dos serviços públicos; 4 - Tendo finalmente em consideração que o «Plano» propõe, com a flexibilidade desejável, orientação para os vários aspectos de organização e desenvolvimento urbano, adentro de uma previsão do seu crescimento no decurso dos próximos vinte anos, sem esquecer a sua integração no Distrito, como ressalta, por exemplo, da rede viária prevista; Aprovar o plano Director da Cidade do Funchal e o Regulamento da Ocupação Edificada da autoria do Sr. Arquitecto José Rafael Botelho, e mais que o mesmo seja submetido à apreciação da Comissão Municipal de Higiene, do Conselho Municipal e da Comissão de

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 05-01-1969, n.º 30685.

Arte e Arqueologia, para, seguidamente e acompanhado dos pareceres das entidades acima referidas, ser presente à apreciação da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Conselho Superior de Obras Públicas e de Sua Excia. o Sr. Ministro das Obras Públicas, emitindo o voto de que a tramitação acima mencionada se processe com a maior celeridade»¹⁰⁴.

A Câmara decidiu ainda realizar o plano de urbanização da zona do hospital distrital, já que fora autorizada a contrair um empréstimo de 25 000\$00, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, para construção de arruamentos de acesso ao futuro Hospital Regional do Funchal e a expropriação dos terrenos necessários a essa obra e de uma área envolvente, na qual seria realizado o plano parcial de urbanização aprovado em Setembro de 1968, pelo ministro das Obras Públicas, com a área total de 4,6 hectares, entre a Rua dos Ilhéus e o Largo da Cruz de Carvalho. O plano aprovado incluía uma série de moradias unifamiliares com um máximo de dois pisos, habitações plurifamiliares em blocos de vários andares, uma escola e uma zona comercial.

Por despacho ministerial de 23-03-1972, segundo o parecer n.º 3832 e seu aditamento do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, o Plano Geral de Urbanização da Cidade e o Plano Parcial da Frente de Mar, a sul do Pico da Cruz, foram definitivamente aprovados.

No despacho de homologação do Plano Director da Cidade do Funchal, o Secretário de Estado das Obras Públicas, José Adolfo Pinto Eliseu, afirmava:

«A convergência dos vários pareceres emitidos [...] oferece a garantia de estar-se, de facto, em presença de um valioso instrumento de disciplina e promoção urbanística da cidade dotado das indispensáveis condições de flexibilidade possível, portanto, dos ajustamentos que vierem a tornar-se necessários. Com o conhecimento que tenho da sua importância, acompanho o Conselho na recomendação que formula quanto ao problema das ribeiras que atravessam a cidade e nesse sentido, determino que pela direcção Geral dos Serviços Hidráulicos seja prestada circunstanciada informação quanto à situação do processo» 105.

O texto do parecer sobre o Plano Director da Cidade, publicado pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, foi considerado de grande interesse. Porém, dada a sua extensão – 94 folhas –, o presidente da Câmara deu conhecimento, na reunião camarária de 13-04-1972, de apenas alguns trechos que considerou mais importantes, nomeadamente na página 80:

«O Conselho considera exemplar o sistema de trabalho adoptado: a criação de um Gabinete de Urbanização dentro da Câmara Municipal honra o Município e o Urbanista. Com

¹⁰⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 30-04-1970, lv.º 85, fls. 134-147.

¹⁰⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

efeito não se descortina melhor modo de atingir os objectivos em vista, quer quanto à recolha de elementos de inquérito, quer quanto à dinamização do Plano»¹⁰⁶.

E mais adiante:

«Também é de referir, muito especialmente, a exposição e colóquio de urbanismo, promovido em boa hora pela Câmara Municipal, apesar da celeuma e protestos a que deu lugar o debate público que, todavia, teve o condão de divulgar os objectivos, as dificuldades e as razões das soluções urbanísticas perfilhadas. Infelizmente o nosso público ainda não está suficientemente consciencializado para saber sobrepor os interessas da colectividade aos Individuais e, assim verifica-se que a quase totalidade, senão a totalidade, de protestos – que os houve, estão apensos ao processo e o relator teve o cuidado de ler – pretendem defender, interesses particulares e não gerais. Contudo, a validade, quer da exposição, quer do colóquio, quer da abertura dos próprios debates, parece indiscutível: os funchalenses ficaram a saber muito mais do que sabiam da sua própria cidade e ficaram a saber também que há administrações e técnicos, à altura da sua missão» 107.

O Conselho salienta ainda que o Plano dá satisfação às disposições do Decreto--Lei n.º 560/71 e do Decreto-lei n.º 561/71.

No que se refere ao Plano Parcial de Urbanização da Frente de Mar, o parecer foi do seguinte teor: «O Conselho Superior das Obras Públicas e Transportes pela 1.ª subsecção da sua 3.ª secção, considera o Plano Director do Funchal muito bem elaborado e, portanto, em condições de merecer aprovação e que este parecer foi aprovado por unanimidade». Leu ainda algumas passagens do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes sobre este Plano Parcial, nomeadamente:

«Concorda o Conselho com este zonamento e acompanha o autor nas suas recomendações, o sentido que se não consintam construções desintegradas de planos parciais de conjunto que deverão abranger, pelo menos, uma das «unidades referenciadas na planta respectiva». Também o Conselho apoia o autor no que respeita a uma zona costeira de recreio, de utilização pública e não restrita aos usuários. Com hotéis que lhe sejam contíguos» 108.

Quanto aos índices de ocupação, verificou o Conselho que o autor respeitou os fixados no Plano Director para

«a zona e para as sub-zonas TRA e TRB, resistindo às pressões que necessariamente, hão-de ter pesado sobre a Câmara Municipal e sobre ele próprio. A especulação tende, em todos os casos, a elevar os índices indefinidamente quer-se salientar que a especulação desordenada conduz por vezes à inoperância, com prejuízo de todos»¹⁰⁹.

¹⁰⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

¹⁰⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

¹⁰⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

¹⁰⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

Na sequência da aprovação do Plano Director Municipal para a cidade do Funchal, Fernando Couto, nesta mesma sessão, considerando que com este acto o seu trabalho em prol da cidade estava terminado, comunicou à Vereação que apresentaria, nesse dia, ao chefe do Distrito, coronel António Braancamp Sobral, o pedido de exoneração das suas funções de presidente da Câmara do Funchal, o que veio efectivamente a fazer.

Na posse do novo presidente da Câmara, António de Agrela Gomes Loja, o vice em exercício, Velosa Ferreira, explicitou o alcance do Plano Director do Funchal, definindo-o como um abrir portas para o futuro:

«Procedeu-se a um levantamento topográfico de todo o concelho, que para poder ser rápido foi realizado usando uma técnica aéreo fotogramétrica, ou seja, foi um levantamento obtido a partir de fotografia aérea, permitindo, por consequinte, uma actuação rápida e assente predominantemente em elementos reais. A importância desta peça de trabalho, desnecessário se torna exaltar, pois é, para todos bem evidente. A criação do Gabinete de Urbanização veio permitir de início o desenvolvimento de trabalhos de inquérito e análise, culminando nos tempos mais recentes com o Plano Director da Cidade, aprovado há bem poucos dias pelas instâncias superiores. Trata-se de uma peça que, além de constituir um dispositivo com força legal, possibilita a actuação em múltiplos domínios, nomeadamente ensino, turismo, social, habitação – novas vias e arruamentos, jardins, parques públicos, estacionamentos, trânsito, ocupações marginais aos arruamentos, etc [...]. Nestes últimos anos foi também projectada a rede de esgotos para o concelho, que se determinou ser separativa: – dum lado, rede pluvial, a lançar nas ribeiras ou nos cursos de água existentes; doutro lado, rede de águas negras. As águas negras seriam todas recolhidas na parte baixa da cidade, sofrendo o necessário tratamento de modo a permitir o seu lançamento em pontos a determinar, evitando-se, assim, com este tratamento qualquer contaminação ou poluição. Mereceu também cuidado especial o problema dos lixos, que virá a culminar com a construção da respectiva estação de tratamento. Os lixos serão tratados por um processo de fermentação acelerada, obtendo-se um composto em boas condições de fertilizante para as terras, desaparecendo por este modo o actual e grave problema do destino final dos lixos. No tocante à rede de distribuição de águas, é com satisfação que anuncio a entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Águas para o próximo mês de Novembro. Esta estação ergue-se à saída do Túnel dos Tornos. As águas sofrerão um tratamento de floculação, seguido de filtração, fazendo-se também tratamento da agressividade e, finalmente, o tratamento bacteriológico com coraminas. Criou-se também um laboratório de análises bacteriológicas de águas, onde se procede ao controle diário da água que se distribui na rede. Foram concluídos os reservatórios da Pena e São Martinho. Com o lançamento da Adutora Principal, obra actualmente em praça, – saindo dos Tornos e avançando pela Esplanada das Babosas e descendo o Caminho do Lombo -, resolver-se-ão todos os desequilíbrios de distribuição, especialmente na zona oriental, na parte baixa da cidade e na parte central e alta do concelho, entre a Ribeira de João Gomes e a de Santa Luzia. No tocante aos serviços sociais do funcionalismo camarário, V. Exa. terá de prosseguir os seus estudos, não esquecendo o numeroso lote de funcionários e as regalias que outros organismos do Estado vêm oferecendo. Existem já alguns trabalhos de base, aguardando-se uma proposta de Regulamento da Comissão especialmente criada para o efeito. Em matéria de asfaltamentos, a Câmara tem vindo a lançar tapetes betuminosos, procurando, sempre que possível, lançar no respectivo subsolo as redes separativas de esgoto. Dispõe também a Câmara de quatro planos parciais de urbanização, já aprovados superiormente:

– Zona de Renovação Mercado-Liceu, Plano de Frente de Mar, Nazaré e Novo Hospital. Senhor Presidente: A maioria destas obras não são visíveis ou palpáveis do exterior, como, inicialmente referi, mas creio constituírem um substrato basilar ao desenvolvimento da Cidade. Com carácter mais palpável, a Câmara abriu os novos arruamentos Campo da Barca – Bom Sucesso, acesso ao Hospital Regional e tem em vias de conclusão as obras do Parque de Santa Catarina»¹¹⁰.

O governador civil também não esqueceu de enaltecer a obra de Fernando Couto, dizendo a esse respeito:

«A seu pedido, concedi em 15 de Abril de 1972, a exoneração do cargo de Presidente desta Câmara Municipal, ao Sr. Dr. Fernando de Almeida Couto. É dever de consciência agradecer o seu espírito de entrega, a vontade com que procurou encontrar a melhor e mais correcta solução para os problemas que a Câmara teve que apreciar e resolver e a forma como durante quase sete anos entregou ao exercício do cargo toda a sua inteligência e dedicação e compartilhou com a Câmara e com os seus serviços a realização de planos difíceis e delicados, mas que, pela disciplina que em si encerram e pela aprovação superior que lhes foi dada, com louvor, dignificam os seus autores e constituirão certamente precioso auxiliar dos seus executores»¹¹¹.

2.6. António de Agrela Gomes Loja (1972-1974)

A 7 de Maio de 1972, foi nomeado presidente da CMF António de Agrela Gomes Loja¹¹², então presidente da Direcção da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito do Funchal. A posse realizou-se nos Paços do Concelho, a 22 desse mesmo mês. No acto solene, o governador civil reconhecia o aumento dos problemas e a crescente complexidade da vida administrativa do Concelho, discorrendo sobre

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 23-05-1972, n.º 31887.

¹¹¹ *Diário de Notícias*, 23-05-1972, n.º 31887.

António de Agrela Gomes Loja nasceu em 1930 e licenciou-se em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1959. No ano seguinte entrou para a então Caixa Sindical de Previdência do Distrito do Funchal, sendo promovido a chefe de divisão no mesmo ano. Em Janeiro de 1966, e a seu pedido, foi transferido para chefe de divisão da Caixa de Previdência de Vila Real e em Setembro do mesmo ano transferido, também a seu pedido e por conveniência de serviço, para a Caixa Sindical de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médicos Sociais do Distrito do Porto, tendo sido promovido a director de serviços daquela Caixa em Fevereiro de 1968. Em Julho de 1970, foi nomeado presidente da Direcção da Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito do Funchal. Foi vogal da Comissão Distrital e presidente da Comissão Concelhia do Funchal da União Nacional. Fazia parte do Conselho Municipal do Funchal (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, s.d., António de Agrela Gomes Loja).

a importância do município na vida das populações e, citando Marcelo Caetano, recordava que

«ainda que os Municípios hoje em dia não possam deixar de colaborar intimamente com o Governo e de inserir-se no plano geral da acção do Estado, as instituições municipais não são Estado; traduzem as comunidades vicinais formadas nas áreas concelhias, existem pela natural conveniência e necessidade de participação dos vizinhos na resolução dos problemas locais, têm fins próprios a realizar e para essa realização dispõem de poderes que exercem com autonomia [...]. Os interesses colectivos, cada vez mais vastos e mais complexos, tornam indispensável a presença, nos órgãos municipais, e no exercício do poder municipal, dos homens mais capazes de bem desempenharem as funções que venham a ser-lhes cometidas»¹¹³.

A 02-08-1972, devido à saída de Adriano Velosa Ferreira, o governador civil nomeou Francisco Assis Correia novo vice-presidente da CMF.

Tal como as anteriores comissões administrativas da CMF, também nesta a acção da Câmara foi bastante condicionada pelo reduzido volume das receitas ordinárias de que dispunha, e, tendo tido embora um ligeiro aumento, o mesmo foi absorvido pelo acréscimo das despesas resultantes da criação dos Serviços Sociais, deliberada na reunião de 03-08-1972, e também no acréscimo de despesas derivadas da actualização de vencimentos dos funcionários.

Esta vereação prosseguiu os trabalhos relacionados com a reparação e reconstrução de pavimentos e lançamento de tapetes betuminosos, tendo em consideração a sua importância dentro do sistema viário do concelho. Colaborou, juntamente com as outras instituições do Distrito, no sentido da concretização de vários projectos para a construção de bairros sociais em várias zonas da cidade, contando para o efeito com o apoio e colaboração da Fundação Salazar e da Caritas Portuguesa, entre outros.

Por deliberação de 12-10-1972, foi entendido adjudicar o terreno necessário à implantação das habitações, do equipamento social (escolas, campos de jogos, estabelecimentos comerciais, etc.) e das infra-estruturas (arruamentos, muralha de protecção, etc.) no previsto Bairro de Santo António. Previa-se a construção, no referido bairro, de 204 fogos, promovidos pela Fundação Salazar (84 fogos), pela Caritas (80 fogos) e pela Câmara Municipal (60 fogos). Para a consecução desta obra, a Câmara contou ainda com a colaboração da Junta Geral do Distrito, que construiu a muralha de protecção da Ribeira de Santo António. A 04-06-1973 a Câmara adquiriu um terreno anexo, a englobar neste bairro, pelo preço de 380 000\$00.

¹¹³ Diário de Notícias, 23-05-1972, n.º 31887.

Integrado no Plano de Urbanização da Zona do Hospital, a Câmara promoveu aqui a construção de blocos de rendas baixas, também com o apoio da «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência, após a construção do acesso ao Novo Hospital Regional, que ficou concluído em 1973. Com a aprovação do Plano Parcial da Frente Mar, a Câmara procedeu à execução das infra-estruturas que possibilitariam fomentar a realização das construções previstas. Esta vereação diligenciou no sentido da construção de casas de renda económica nos terrenos sobranceiros ao Caminho Velho da Ajuda, com o apoio da «Habitações Económicas». A abertura de propostas para a sua construção realizou-se no dia 28-12-1972; a construção de arruamentos, acessos, campos, escadarias e muros de suporte, foi levada a cabo pela CMF. O acordo celebrado entre a CMF e a Caixa Nacional de Pensões, sucessora da entidade atrás referida, possibilitava a construção de 149 fogos de acordo com a deliberação tomada a 23-11-1972, e homologada por disposição do secretário de estado do Trabalho e Previdência de 30-12-1972, coroando-se, assim, com este acordo, a acção desenvolvida pelas vereações camarárias, desde meados de 1962. A 06-04-1973, foi celebrado o auto de consignação das obras que já estavam em execução e que se previam concluir no decorrer do ano de 1974.

António Gomes Loja também diligenciou junto do Fundo de Fomento da Habitação no sentido desta entidade promover a construção de habitações (cerca de 1800 fogos) na zona da Nazaré, em São Martinho. Este bairro integrava-se no Plano da Zona da Nazaré, aprovado por despacho de 01-06-1971, do secretário de estado das Obras Públicas, que previa a construção de cerca de 1900 fogos. A colaboração da CMF traduzir-se-ia em garantir as necessárias infra-estruturas, arruamentos, estacionamentos, recreios infantis e de jogos, espaços verdes e redes públicas de águas e de esgotos. O bairro seria, no entanto, concluído após 1974.

Na reunião de 20-07-1972, foi aprovado o Plano de Pormenor para a Avenida do Infante e ruas do Favila, dos Ilhéus e Jasmineiro, sancionado pelo Conselho Municipal de 13-09-1972, sendo a zona a sul da Avenida do Infante delimitada pela Rua da Imperatriz Dona Amélia, prevista como zona destinada a habitação, instalações hoteleiras e estabelecimentos comerciais. A 28 de Setembro desse ano, foi aprovado o «Plano Parcial das Cérceas da Rua 31 de Janeiro», que seria sancionado pelo Conselho Municipal, a 14-02-1973. A 06-12-1973, foi entendido proceder à elaboração de planos de pormenor em outras zonas do Concelho do Funchal. Para o efeito decidiu-se consultar um arquitecto urbanístico para a elaboração de planos de pormenor em três zonas do concelho (1 – Madalena, 2 – Ribeiro Real e 3 – Pilar) e zonas da Achada e do Amparo.

Com a chegada ao Funchal do novo governador civil, Daniel Rocheta, a 03-04-1974, realizou-se nos Paços do Concelho uma reunião de trabalho, presidida por este, com a finalidade de se inteirar da acção desenvolvida pela CMF. Nessa reunião, foram apresentados e analisados vários projectos, alguns então em execução, e que se identificavam com aspirações e necessidades concelhias, nomeadamente o Plano Parcial de urbanização da zona da Nazaré (S. Martinho), Bairro da Ribeira de Santo António, Bairro do Hospital, Plano Parcial de Renovação da Zona Mercado – Liceu; Escolas Primárias; Planeamento de aquisição de terrenos e adjudicação de empreitadas, Abastecimento de Água e a Estação de Tratamento de Águas e Estação de Tratamento de Lixos: – Condutas adutoras: adutora principal, Estação de Tratamento e adutora do Lombo (Largo das Babosas), e reservatório de Santa Luzia; – Busca de nova origem de água potável para prover as necessidades de abastecimento a médio prazo (5 anos); – Lançamento no Oceano do afluente urbano de esgotos (emissário e tratamento de esgotos).

A 25-05-1972, foi deliberado adjudicar a obra de construção da piscina infantil integrada nas instalações do Lido e elaborar o projecto para a criação de «docas de estacionamento», na faixa sul da Avenida do Mar, destinadas a automóveis ligeiros. O projecto para «docas de estacionamento» constituiria o início da resolução de um grave problema citadino provocado pelo rápido aumento do parque automóvel da Madeira. A 24-08-1972, foi decidido adjudicar a construção desta obra, destinada ao estacionamento de 58 automóveis, em frente da Rampa dos Lavradores, sendo sancionada pelo Conselho Municipal de 13-09-1972.

O abastecimento de água ao Concelho e alargamento às freguesias suburbanas, construção de uma rede de esgotos e criação de uma estação de tratamento de lixo eram também reivindicações da população funchalense, a que esta comissão deu particular atenção. Na sessão de 28-09-1972, foi adjudicada a obra de lançamento da adutora principal que traria água potável a novas zonas do Concelho, permitindo o alargamento da rede de distribuição às zonas altas das freguesias de Santa Maria Maior e S. Gonçalo, até o nível da Levada do Bom Sucesso, vindo assim servir uma região densamente povoada e de progressiva urbanização. Esta adutora, depois de concluída, transportaria água desde a Estação de Tratamento dos Tornos (em fase adiantada de construção) até ao Largo das Babosas, servindo, no percurso, as adutoras do Caminho dos Saltos e do Caminho do Lombo, terminando com as deficiências de abastecimento às zonas baixa e oriental e alta e central do concelho, entre as

ribeiras de João Gomes e de Santa Luzia. Em face das grandes solicitações de caudal, fundamentalmente originadas pelo surto de desenvolvimento turístico, foi decidido executar a segunda fase da Estação de Tratamento de Águas que, uma vez concluída, forneceria diariamente 40 000 m³ de água, prevendo-se que esta obra ficasse concluída em Junho de 1973. Durante o ano de 1974, previa-se o início da construção de dois reservatórios, um na Rua do Dr. Pita e outro no Caminho do Amparo, com 4000 m³ de capacidade. Na parte referente ao Plano Parcial de Urbanização da Frente de Mar, procedeu-se já à remodelação do projecto de abastecimento de água a esta região. Depois de elaborado o estudo económico deste empreendimento, o Estado definiu a sua comparticipação, por despacho de 05-07-1972, do ministro das Obras Públicas, que foi estabelecida em 63,65%.

Em relação ao melhoramento da rede de esgotos, esta vereação concluiu a primeira fase das obras de saneamento da zona de expansão turística, com a colocação de duas centrais elevatórias que evitariam a queda do caudal de esgoto na orla marítima, a poente do molhe da Pontinha. Encontrava-se aberto, em 1973, concurso para o fornecimento e montagem do equipamento das duas centrais elevatórias. O estudo relativo ao destino final do esgoto do concelho, elaborado pelo Gabinete de Estudos Hidráulicos (Secção de Engenharia Sanitária) por incumbência da CMF, foi submetido à apreciação dos Serviços Sanitários, em 07-11-1972.

Ainda durante a comissão camarária anterior, por despacho de 23-8-1971, do secretário de estado das Obras Públicas, foi aprovada a adjudicação da obra de construção de uma unidade transformadora de lixos. Por despacho de 08-07-1972, do ministro das Obras Públicas, foi concedida a comparticipação de 17 500 000\$00 (o custo foi estimado em 31 830 856\$22) para a construção da Estação de Tratamento de Lixos, a localizar na Ribeira de Santa Luzia. Embora a sua execução representasse um grande esforço financeiro para o Município, a verdade é que se tornava urgente a resolução deste problema, pois a situação existente de proceder ao aterro do lixo nas margens de acesso ao Túnel dos Tornos não era a mais adequada. Nos finais de 1972, o processo encontrava-se em fase de expropriação dos terrenos necessários à via de acesso e à implantação da Estação de Tratamento de Lixos. Aguardava-se que em 1973 fosse possível iniciar os trabalhos para a sua construção. No entanto, em meados deste ano, o presidente constatava que ainda não tinha sido celebrado o contrato de adjudicação de construção da unidade transformadora de lixos, visto a Câmara não dispor da totalidade dos terrenos imprescindíveis à implantação daquela

construção e da necessária via de acesso. A 16-05-1973, foi celebrada uma escritura de aquisição de terrenos, pelo preço de 1 350 000\$00 para esta construção. Entretanto, as propostas dos concorrentes ao concurso de construção¹¹⁴ encontravam-se nesta data em fase de análise e informação pelos serviços técnicos desta Câmara. Por despacho de 23-08-1971, o secretário de estado das Obras Públicas aconselhara a Câmara a adjudicar o fornecimento e montagem da estação de tratamento de lixos para a cidade do Funchal à firma SETAL – Sociedade de Estudos e Tratamentos de Águas, Lda.

A promoção do ensino primário foi uma das grandes apostas desta CACMF presidida por António Loja que, para o seu desenvolvimento, agendou uma reunião na CMF, a 03-08-1973, com o secretário de estado das Obras Públicas, José Adolfo Pinto Eliseu, aproveitando a sua estadia na Madeira, para definir prioridades e estabelecer um plano que possibilitasse o alargamento das escolas às freguesias suburbanas da cidade, destacando-se a construção de novos edifícios/salas, muitos deles dentro do sistema P3¹¹⁵, que a Câmara sugeriu ao secretário de estado das Obras Públicas. Na altura existiam apenas 83 salas de aula com condições para o exercício da função e 97 eram alugadas, não reunindo os requisitos indispensáveis.

Em resultado desta reunião foram programadas 170 salas de aula pelo Plano Director¹¹⁶, contra as 231 propostas pela CMF, por um período até 1990. Ficou decidido ainda que os engenheiros José Manuel Ribeiro e Fernando Ribeiro Pereira se deslocariam a Lisboa para, junto das entidades competentes, estudarem as

¹¹⁴ *Diário do Governo*, 30-07-1973, n.º 177, III série.

¹¹⁵ Em substituição da traça do Plano dos Centenários, o Governo do Estado Novo lançou, na década de 1970, o projecto P3, substancialmente diferente das construções escolares anteriores e que era, no essencial, um modelo de escola de área aberta, com traços arquitectónicos copiados dos países escandinavos.

¹¹⁶ O plano de construção de escolas em todo o concelho seria distribuído da seguinte forma: Rua Pedro José de Ornelas – dois edifícios de três para quatro salas; Rua da Conceição – um de seis salas, em terreno a designar; Rua da Carreira – dois edifícios, sendo um de oito e outro de quatro salas; Louros – um com quatro salas; Zona do Paiol – um com seis salas; Bairro dos Viveiros e Muro da Coelha – núcleo conjunto; Rua do Til – um com quatro salas; Ribeiro Domingo Dias – com seis salas; Salão (Santo António) – dois edifícios com quatro salas cada; Madalena (Santo António) – dois edifícios de seis salas; Laranjal (Santo António) – um de seis salas; Boliqueime (S. António) – um de seis salas; Vasco Gil (Santo António) – um de duas salas; Ladeira (Santo António) – um de oito salas; Núcleo Tanque – Santo Amaro (Santo António / S. Martinho) – dois, sendo um de quatro e outro de oito salas; Chamorra (Santo António) – um de quatro salas; Três Paus (Santo António) – um de duas salas; Fajã (Santo António) – um de uma sala; Ajuda – oito salas; Lombo da Quinta (S. Gonçalo) – um de duas salas; Salões (S. Gonçalo) – um de quatro salas; Igreja (S. Gonçalo) – doze salas; Cancela – um de uma sala; Farrobo de Baixo (S. Gonçalo) – de duas salas; Água de Mel – seis salas; Galeão – dois de seis salas; cada em dois núcleos [sic]; Quinta dos Reis – oito salas; Igreja (Monte) – um de seis salas; Curral dos Romeiros – duas salas; Tanque e Corujeira – 12 salas desdobradas (seis em dois núcleos); Livramento – dez salas (Diário de Notícias, 03-08-1973, n.º 32311).

características dos terrenos, prioridades de construção, facilidades na aquisição das áreas necessárias para a elevação dos novos edifícios e todos os outros detalhes imprescindíveis para que se concretizasse, em blocos vivos, esta obra. Para a sua execução, a Câmara contou com a participação financeira do Estado através do decreto-Lei n.º 487/71, de 09-11-1971.

Em 1973, a CMF decidiu construir um novo edifício junto do velho parque infantil D. Lívia Nosolini, no Campo D. Carlos I, para instalar o jardim-escola que funcionava ali desde 1939. A Câmara entendeu erguer um novo edifício com uma área de 1061 m², que fosse mais funcional, aproveitando os espaços disponíveis.

Em relação às actividades culturais, manteve o apoio financeiro à Academia de Música e Belas Artes, ao Cine Forum e a outras entidades e promoveu vários concertos no Teatro Municipal. Neste âmbito, salienta-se a exibição da Orquestra Filarmónica de Lisboa, em dois concertos, a 18 e 19-10-1973. Por este teatro passaram numerosos artistas de nomeada em recitais e concertos dirigidos ao grande público, de forma gratuita. Vieram, então, ao Funchal, Leslie Wright, Emanuel Ax, Amador Cortes Medina, Tomas Vesma, a pianista Marioara Trifan, entre outros. Facultou, ainda, a utilização do salão nobre do Teatro Municipal para exposições de pintura e fotografia.

Ao desenvolvimento do turismo deu esta vereação o seu total apoio, merecendo particular destaque o arranjo e embelezamento do Parque de Santa Catarina, diligenciando a construção do restaurante e casa de chá, cujo processo se encontrava em face de apreciação pelos serviços da Direcção-Geral de Turismo. Foi solicitada, em 25-07-1973, a comparticipação do Ministério das Obras Públicas, no custo da iluminação pública. Também se encontrava na fase de ultimação o projecto do parque infantil a localizar na referida zona. No sentido de manter a cidade limpa, instalou-se nas várias ruas da cidade, em larga profusão, recipientes para recolha de papéis e inutilidades várias, com o slogan: «Mantenha a cidade limpa».

A 26-04-1974, realizou-se a última sessão camarária desta CACMF, um dia depois da Revolução de 25 de Abril. Nesta reunião, a vereação ainda tomou a decisão de construir um parque subterrâneo para estacionamento de veículos ligeiros, na Praça do Município, hipótese que estava a ser estudada. A partir desta data e até à substituição desta Comissão Administrativa, o vice-presidente Francisco Assis Correia passou a exercer o cargo de presidente, não tendo António Loja comparecido mais às sessões camarárias.

Fontes Consultadas

Arquivo e Biblioteca do Funchal

Diário de Notícias, do Funchal, 1926-1974.

Diário da Madeira, 1926-1934.

Jornal da Madeira, 1923-1926 e 1933-1974.

O Jornal, 1927-1933.

Câmara Municipal do Funchal, Actas das Comissões Administrativas, 1926-1974, lv.ºs 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 70, 74, 80, 85, 88 e 90.

Bibliografia Consultada

- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, s.d., *António de Agrela Gomes Loja*, disponível em https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamara Corporativa/html/pdf/l/loja antonio de agrela gomes.pdf.
- BENTO, Manuel Pires, 1928, A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa), Castelo Branco.
- BRAGA, Amílcar, 1997, «Legislação (1790-1996). Uma Sinopse», in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coordenação e prefácio de), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local, uma perspectiva histórica*, Lisboa, ed. Cosmos, pp. 125-142.
- CLODE, Luís Peter, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, s.l., Caixa Económica do Funchal.
- COSTA, Adalberto e RIBEIRO, Carlos, s.d., *O Poder Local em Portugal Contributos para o seu conhecimento*, Porto, Elcla Editora.
- FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar A economia 1926-1974*, Lisboa, Colibri.
- JANES, Emanuel, 1997, Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936), Funchal, CEHA SRTC.
- JANES, Emanuel, 2001, «O Município do Funchal nos finais dos anos trinta, 1935-1940 O dinamismo e a acção de Fernão de Ornelas», in VIEIRA, Alberto (coord.), História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças II Seminário Internacional História do Município no mundo português, Funchal, CEHA SRTC, pp. 201-209.

- JANES, Emanuel, 2006, «O Município do Funchal no Início da República (1910-1912)», in AA. VV., História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico III Seminário Internacional, Funchal, CEHA SRTC, pp. 237-253.
- LOPES, Agostinho do Amaral, 2008, *A Obra de Fernão de Ornelas na Presidência da Câmara Municipal do Funchal, 1935-1946*, s.l., Edição Empresa Municipal "Funchal 500 anos".
- OLIVEIRA, César (dir.), 1996, História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia, s.l., Círculo de Leitores e Autores.
- SANTOS, Filipe dos, 2006, «O Municipalismo no Recente Panorama Historiográfico Madeirense», in AA. VV., História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico III Seminário Internacional, Funchal, CEHA SRTC, pp. 271-290.
- SILVA, Fernando Augusto da e MENEZES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense* (Fac-Símile da edição de 1946), 3 vols., SRTC-DRAC, Funchal.

A Ponta do Sol nos Trilhos da Memória Cultural Madeirense. Identidade Insular em Dois Romances em Perspetiva

Ponta do Sol on the Trails of Madeira's Cultural Memory. Insular Identity in Two Novels in Perspective

Susana Caldeira¹

Resumo

João Vieira Caetano e Guilherme Costa Ganança são autores madeirenses que escrevem sobre espaços temporais diferentes (século XVIII e século XX, respetivamente), mas sobre o mesmo espaço ficcional: a Ponta do Sol. Nos seus romances históricos, entre registos sociológicos, económicos, políticos e etnográficos, os autores retratam duas épocas distintas que espelham uma identidade coletiva e insular facilmente reconhecidas pelos leitores ilhéus. Os protagonistas dos dois romances movem-se no espaço e na conjetura própria de cada época (uns no domínio opressivo e abusivo dos morgadios, outros numa crise pós-II Guerra Mundial), sujeitos aos condicionalismos de conduta moral, ao preconceito social e às idiossincrasias insulares que os obrigam a olhar para lá do mar, para outras geografias onde poderá estar o exílio forçado ou voluntário.

Palavras-chave: Ponta do Sol; Literatura; História; Identidade; Emigração; Degredo.

Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawai'i, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros: CALDEIRA, Susana, 2010, Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense, Coleção Teses, n.º 7, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. Os seus interesses focam-se, sobretudo, no âmbito da cultura e literatura insulares e tem revelado alguma pesquisa sobre o papel da mulher nas migrações. Tem vários artigos publicados. Está, atualmente, a desenvolver o Doutoramento na Universidade da Madeira, na área das Literaturas e Culturas Insulares. É investigadora no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira e membro do CEC (Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa). Contacto: susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt.

Abstract

João Vieira Caetano and Guilherme Costa Ganança are Madeiran authors who write about different temporal spaces (18th century and 20th century, respectively), but about the same fictional space: Ponta do Sol. In their historical novels, among sociological, economic, political and ethnographic records, the authors portray two distinct periods that reveal a collective and Madeiran identity easily recognized by island readers. The protagonists of the two novels move in the space and in the conjecture of each era (some in the oppressive and abusive domain of "morgadios", others in a post-World War II crisis), subject to the constraints of moral conduct, social prejudice and island idiosyncrasies which compel them to look beyond the sea, to other geographies where forced or voluntary exile may be a possibility to consider.

Keywords: Ponta do Sol; Literature; History; Identity; Emigration; Exile.

Recentemente, encetámos uma investigação que nos permitiu empreender uma viagem (ainda em longo curso) através de crónicas, contos e romances escritos por autores madeirenses. O nosso propósito centra-se em questionarmo-nos de que modo teriam estas narrativas retratado a experiência migratória madeirense, ocorrida ao longo de séculos para os quatro cantos do mundo, e compreender até que ponto é que tais relatos ou perspetivas poderiam colmatar lacunas ou acrescentar informação aos compêndios históricos, numa ligação plural e multifacetada entre História e ficção.

Na realidade, optámos por afastarmo-nos da análise dos relatos escritos por emigrantes ou das narrativas de viagem e procurámos as representações literárias que nos dessem uma visão ou um olhar de dentro, ajudando-nos a entender como é que o escritor madeirense apreendeu a consciência deste fenómeno migratório, persistente e marcante, que faz parte da sua própria identidade insular, da sua condição de ilhéu. Quisemos perceber do que falam e como falam estes autores quando se referem à emigração que grassou no Arquipélago da Madeira. Nesta trajetória, fomos ao encontro do conceito de "ilheidade". É o conceito de iléité defendido pelos geógrafos e antropólogos franceses e sustentado por Isabelle Simões Marques quando diz que a ilheidade é uma expressão que reflete as características ou os significados próprios da Ilha que, por sua vez, projetada por uma cultura que lhe é intrínseca, constrói a sua própria imagem mental, a sua própria definição². Assim, procurou-se, nos autores em estudo, essa ilheidade, essa forma própria de pensar, de viver, de sentir e de olhar da Ilha para a Ilha e para os madeirenses.

² MARQUES, 2015, « Insularité et intranquillité dans Les Silences de Porto Santo d'Alice Machado».

Não sendo possível, no curto espaço deste ensaio, dissertar sobre o imenso corpus literário de produções insulares que focalizam a problemática da emigração, convocámos dois romances de dois autores madeirenses: Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)³, escrito pelo Padre João Vieira Caetano (1883-1967), e Isabel Minha Mãe⁴, do autor Guilherme Costa Ganança (1945-). A escolha destes dois romances recai sobre o facto de se apresentarem como descritivos de duas eras (separadas por cerca de 200 anos) vividas na Ilha da Madeira e, sobretudo, por fazerem uma abordagem ao tema da emigração de formas tão díspares das habitualmente encontradas no extenso corpus literário insular que tem sido alvo da nossa investigação.

Apesar de separados nas épocas em que foram escritos e sobre as épocas que descrevem, estes romances têm em comum o facto de apresentarem as experiências migratórias como assuntos acessórios ao enredo e, em nenhum deles, como tópico central. Para além disso, estamos perante dois romances históricos cuja ação principal se desenrola na vila da Ponta do Sol, então eleita como centro geográfico e sentimental de toda a trama insular. Não obstante essa distância temporal que os separa, o leitor madeirense reconhecerá, nas duas narrativas, a preocupação dos autores em transmitir algum rigor de pesquisa quando falam de lugares, ruas, lombadas, monumentos, tradições, costumes e vivências que ajudam a edificar a ilheidade dos romances, emprestando-lhes um cunho insular muito próprio que se manifesta em toda a componente folclórica, etnográfica, social, política, económica e religiosa das épocas a que se referem as narrativas.

Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII) (1957) narra os amores de Jacinto, um fidalgo «morgadinho» do Solar da vila da Ponta do Sol, por Antónia, uma lenheira pobre da freguesia dos Canhas. O abismo existente entre a sua condição social será o mote para um enredo onde se evidenciará o preconceito das classes fidalgas. O irmão de Jacinto é o temível capitão-mor da Ponta do Sol, o morgado Manuel Andrade Cavaleiro, principal opositor ao romance. Irado pelo fracasso das suas tentativas de pôr cobro aos amores de Jacinto e Antónia, o herdeiro dos vínculos engendrará o degredo do «filho segundo» para o Brasil. A Providência – e as preces de quem reza ao Altíssimo – intervém, propiciando um *plot twist*: a morte do antagonista deixa em aberto um final antecipado pelo narrador, por ser

³ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII): «foi publicado, pela primeira vez, em folhetim, no semanário pontassolense Brado d'Oeste, a partir do n.º 821, de 10/05/1917, pouco depois de o Padre Caetano assumir a direcção desse jornal», in PITA, 2007, Padre João Vieira Caetano, Notas Históricas e Outras Estórias da Ponta do Sol, p. 8.

⁴ GANANÇA, 2017, Isabel, Minha Mãe.

comum à ficção romanesca: o triunfo dos amantes. Porém, acontece uma reviravolta inesperada quando, por força de se manter fiel à verdade dos factos, à verdade histórica, o autor (na primeira pessoa) confronta o leitor com o comportamento de Antónia que, agora fidalga e morgada, assume ela própria o papel de antagonista da ação e degreda o pretendente de uma das filhas para o Brasil, esquecendo-se que também ela veio da choça para o solar:

«O leitor gostaria mais de ver a camponesa da choupana dos Canhas lembrando-se da sua origem, não violentando a liberdade dos filhos, deixando-os unir-se em matrimónio às donzelas ou rapazes a quem se afeiçoava o seu coração.

Mas não querendo alterar a verdade histórica desta narrativa, o autor não pode descrever assim D. Antónia da Silva.»⁵

Isabel, Minha Mãe (2017) deixa antever uma narrativa onde a protagonista será Isabel. Na verdade, trata-se de um romance histórico e autobiográfico que narra a saga de uma família pobre da Lombada da Ponta do Sol. Filha de uma família abastada, Isabel apaixona-se por José da Silva, de condição inferior. A insubordinação de Isabel, que casa com José sem o consentimento do pai, faz com que seja rejeitada e desamparada pela família, tornando-se uma vítima de preconceito social e, consequentemente, vaticinada a uma vida difícil. A trama ganha fulgor quando José, atormentado pela ideia de fazer fortuna no Brasil, resolve emigrar. Gabriel, o segundo dos seis filhos do casal, assume, paulatinamente, o papel de protagonista num romance que caminha a passos largos para uma narrativa de autodeterminação e que atinge o clímax com a superação dos obstáculos por parte deste protagonista e, assim, de toda a família. Contrariamente aos romances regionais que, regra geral, se focalizam num estereótipo de emigrante que retorna à Ilha, o leitor será, também aqui, confrontado com a verdade histórica de um José da Silva, pai de família, que ficará para sempre no Brasil, na miséria.

Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII) afirma-se, desde as primeiras páginas, como um romance histórico. O seu autor, o Padre João Vieira Caetano⁶, no prólogo da primeira edição, faz questão de afiançar ao leitor a veracidade dos factos que está prestes a narrar, comprovada pelos «velhos papeis do falecido João Agostinho Ferreira de Freitas, estudioso de antiguidades da nossa terra», e afirmando ter a certeza de que o facto romântico, alvo do enredo desta narrativa, é verdadeiramente histórico, conforme atesta com os «termos de registo

⁵ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), p. 173.

⁶ Natural de Santa Cruz, prestou serviço religioso na vila da Ponta do Sol durante 54 anos: «primeiro como coadjutor (1914-1930) e, logo de seguida, como pároco (1930-1967)», in PITA, 2007, *Padre João Vieira Caetano, Notas Históricas e Outras Estórias da Ponta do Sol*, p. 7.

paroquiais»⁷ que incluiu no final do romance. Também ao longo do texto, o narrador imprime veracidade documental e histórica: quando compara aspetos físicos da vila da Ponta do Sol de então com os do tempo da narrativa – «O nobre edifício, de que nos ocuparemos nesta história, existe ainda hoje, na sua arquitetura moderna, com as sete janelas a olhar o mar, tendo os balaústres substituídos pelas persianas pintadas de verde» (p. 4); quando menciona a igreja matriz de Nossa Senhora da Luz, ou a capela de Santo António, no Lugar de Baixo: «muito mais pequena do que actualmente, porque não viera aumentar a enorme quebrada de 1804, 42 anos mais tarde» (p. 123); quando fala dos Andrade, personagens centrais da narrativa – «Os Andrade da Ponta do Sol, desempenharam sempre cargos de governança do Termo, como se pode ver, folheando poeirentos manuscritos das actas da respectiva Câmara» (p. 5) -, os mesmos Andrades a quem Manuel Tomás (1585-1665) faz referência no poema Insulana (1635) e de guem descendeu Jacinto José de Faria Bettencourt e Andrade, «que as pessoas mais idosas da freguesia ainda conheceram como administrador do concelho da Ponta do Sol» (p. 172); quando confessa não ter conseguido averiguar ou documentar determinado facto (p. 8); quando, em nota de autor, se desculpa por faltar à verdade histórica – «Não podendo saber o nome do navio que devia de conduzir Jacinto de Faria ao Brasil, adoptei este, vulgar em barcos nossos» (p. 145); ou quando se refere a personalidades conhecidas, como é o caso de Oliveira Martins (1845-1894), uma figura-chave da historiografia portuguesa contemporânea -«O brilhante historiador Oliveira Martins, falando do capitão-mor, disse que reunia na sua mão todos os poderes, tinha a autoridade de um Kadi» (p. 8) –, Pedro Teixeira Brazão, «doutor pela Universidade de Coimbra, nessa época vigário da Ponta do Sol», Hilário Manuel Canha, «proprietário residente na vila» (p. 64), Francisco Pestana Duarte, o alferes Manuel Teles de Menezes (p. 65), os clérigos Manuel Alexandre Souto e Lira e António João Souto Maior (p. 100), o governador e capitão-general José Correia de Sá Pereira – que «durante oito anos teve rédeas da governação madeirense. Assinalou a sua passagem nesta terra pela reedificação e aumento da fortaleza de São Tiago a leste do Funchal, mandando vir de Londres 50 peças de artilharia com que a municiou» (p. 126) –, e Salvador Luís Cabral, «proprietário de importância» na frequesia dos Canhas.

Em *Isabel, Minha Mãe* (2017) não encontramos referências de autor ou do narrador relativamente ao género literário⁸ em causa, nem estas entidades dialogam

⁷ CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, Prólogo da Primeira Edição.

⁸ Apenas na primeira orelha da capa, quando é apresentado o autor: «Autor dos romances históricos: [...]».

com o leitor numa tentativa de persuadi-lo da autenticidade ou historicidade dos factos. No entanto, desde cedo, percebemos tratar-se de um romance com um fundo histórico, um romance memorialista ou, na definição de Philippe Lejeune⁹, um romance de cariz autobiográfico, onde o autor estabelece uma espécie de contrato com o leitor que permite, por exemplo através do nome da personagem, a identificação com o nome do autor impresso na capa do livro. Guilherme Costa Ganança¹⁰, o autor, reflete-se em Gabriel que, no decorrer da narrativa, "rouba" o protagonismo à mãe, Isabel, tornando-se a personagem principal. Desde a abertura do romance, com o nascimento de Gabriel (entretanto perceberemos que o nome completo da personagem é Guilherme Gabriel da Costa Ganança), a 24 de março de 1945 (data de nascimento do autor), e durante toda a narrativa, o leitor compreenderá que as personagens são reais e que o narrador não o omite: a mãe, Isabel da Costa, e o pai, José da Silva, que, quando desembarcou em Santos (Brasil), ficou instalado na Estalagem dos Emigrantes, «registado com o Número 196, no ano de 1951», e que «o registo de José da Silva Ganança ficara na folha 33 do Livro 164 [...] os Livros seriam guardados no Museu da Emigração do Estado de São Paulo» (p. 263); os irmãos – Belmira (1943-2013), Armando (1946), Heliodoro (1948), Roberto (1950-1996) e Horácio (1951); figuras conhecidas da Ponta do Sol, da Ribeira Brava e do Funchal (como ainda hoje muitos atestarão) – o Dr. Rego, advogado na Ribeira Brava (p. 30), João Cagarro, proprietário de uma mercearia na vila da Ponta do Sol (p. 31), Maria Isabel de Freitas (p. 36), uma desconhecida que serviu de madrinha ao pequeno Gabriel na Sé e que, apesar de nunca mais se ter cruzado com Gabriel (personagem--autor), consta no seu assento de batismo; o primo de José, António Mariano (p. 120), que torna possível a ida de José para o Brasil, emprestando-lhe o dinheiro para a passagem, e que surge como vaticínio de mais desgraça quando, como procurador das poucas terras do casal Silva, as vende para cobrar o empréstimo, deixando a família de José numa miséria ainda maior; o senhor Saruga (p. 149), amigo de infância de José e membro da Conferência de São Vicente de Paulo que, por caridade, ajuda a família; o professor Leovegildo (referindo-se a João Leovegildo Francisco) (p. 169), que leva o pequeno Gabriel, com 11 anos, para trabalhar no Funchal para, assim, poder ajudar na economia familiar; o Padre Marques Luís (p. 186) do Seminário

⁹ Cf. LEJEUNE, 1975, *Le Pacte Autobiographique*.

Nasceu no Funchal, a 24 de março de 1945. É licenciado em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. Bacharel em Engenharia Civil, pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco. Foi docente do Ensino Secundário e Politécnico, vereador e diretor do Departamento de Desenvolvimento, Educação e Cultura do Município de Castelo Branco. Para além de Isabel, Minha Mãe, tem publicados outros três romances históricos.

Menor, na Calçada da Encarnação; o engenheiro João Carlos Sales Caldeira (p. 235), entre outros. Também contribuem para a veracidade histórica da narrativa os nomes dos barcos de cabotagem, que faziam a ligação entre a vila da Ponta do Sol e a cidade do Funchal, ou dos paquetes que aportavam na baía do Funchal – o Vera Cruz, o «navio do Cabo» (p. 13), o Castel Verde (p. 125), o Carvalho Araújo (p. 248) e o Paquete Funchal (p. 251); ou ainda factos reais como a visita de John Dos Passos, famoso escritor americano com ascendência madeirense, à vila da Ponta do Sol, em 1960 (p. 200); a construção da Levada Nova, concluída em 1962 (p. 219); e a conhecida tragédia da "Revolta da Água", que tirou a vida a uma rapariga de 17 anos (p. 220). A utilização de imagens reais, ao longo do romance, é a derradeira prova documental de uma narrativa que se quer histórica e autobiográfica. O leitor depara-se: com fotografias de José da Silva Ganança (p. 119) e de Isabel da Costa (pp. 213 e 264); com uma imagem do livro da 4.ª Classe de Gabriel onde se lê – «Para Guilherme Gabriel da Costa Ganança. Oferta da sua professora Teotónia Maria Barros. 1954» (p. 154); a imagem de uma carta do Ministro da Educação Nacional, Francisco Paula de Leite Pinto, a agraciar Guilherme Gabriel Costa Ganança pelos excelentes resultados obtidos na 4.ª Classe (p. 167); outra imagem do boletim de classificações do Seminário Menor do Funchal, onde constam as avaliações escolares e o nome completo da personagem--autor (p. 215); e ainda a imagem do Cartão de Beneficiário da Caixa Sindical de Previdência do Distrito do Funchal, onde se pode ler o nome completo, a filiação e a data de nascimento do autor, também personagem do romance (p. 234).

Não pretendemos, com esta exposição de factos, alongarmo-nos sobre o carácter híbrido do romance histórico ou sobre o problema de definição deste género narrativo que põe em confronto a História/verdade e a Literatura/ficção e que tem, desde sempre, sido objeto de grande controvérsia entre historiadores e teóricos literários. Esta abordagem exploratória, sobre as técnicas utilizadas, nos romances em estudo, para validar a ficção no contexto histórico e nos preceitos morais que os autores pretendem veicular, permite-nos refletir acerca da representação do "real" na ficção. Aliás, é função do escritor do romance histórico oferecer ao leitor uma versão ficcionada da História, garantindo o equilíbrio entre os factos comprovadamente reais e a representação que deles se faz no mundo ficcional. A este propósito, Maria de Fátima Marinho explicita:

«O interesse pelo passado, sobretudo nacional, é um dado inquestionável de toda a estética romântica. É do conhecimento geral, que é no início do século XIX que os estudos históricos ganham um relevo diferente do das épocas passadas e que começa a haver uma séria preocupação em estabelecer a cientificidade de uma disciplina que, até então, tinha vivido muito da confusão entre a lenda e a realidade [...]. Não é menos verdade que uma certa efabulação com base histórica, isto é, a criação de universos,

simultaneamente fictícios e referenciais, foi também uma constante de um período específico do Romantismo europeu e português.»¹¹

Mesmo sabendo que o romance histórico é pautado pela predominância da verosimilhança ficcional sobre a verdade (ainda que exista entre ambas uma possibilidade dialética infindável), não deixa de ser pertinente observar o modo como estes dois romances proporcionam uma perspetiva económica, política e sociocultural das épocas pretéritas que retratam.

Escrito em 1917, pela mão do Padre João Vieira Caetano, *Da Choça ao Solar* tem um fundo moralista e pedagógico tantas vezes realçado quando o vigário/autor, na autoridade da primeira pessoa, ou veiculando o seu pensamento através do narrador ou das falas das personagens, tenta passar uma mensagem àqueles que serão os seus destinatários mais imediatos: os seus paroquianos. Como observou Luísa Marinho Antunes:

«Quando o autor tece comentários de teor moral, sabe a quem os dirige; por isso, instala uma relação autor-leitor que se caracteriza e define pelo critério da confiança mútua da garantia da verdade. O cumprimento deste permite-lhe unir à prova (constituída pelo enredo da história, nas suas variadas facetas e consequências) o poder da explicação, argumentação e da conclusão, conhecendo a priori qual o efeito no recetor.»¹²

Tal pendão pedagógico está presente nos assuntos religiosos, bem como nos de conduta moral, com ênfase para a temática do preconceito e das assimetrias e abusos sociais predominantes na sociedade insular madeirense. Ao longo da narrativa, evidencia-se a dicotomia entre o senhor morgado e os servos ao seu serviço: «um séquito de criados, alguns naturais da Ilha, e outros de cor importados das paragens africanas, como se costumava nessas eras»¹³; entre o morgado, os fidalgos da vila e os vilões, rudes campónios; entre a opulência e ostentação do solar e a pobreza e humildade dos casarios circundantes e das choças da freguesia dos Canhas. Sem subtileza, tanto o autor como o narrador revelam-se críticos do sistema de instituição dos vínculos senhoriais e, em contrapartida, fazem o elogio do camponês, da pobreza digna, dos valores do trabalho e do amor à família e a Deus.

O tempo da ação de *Da Choça ao Solar* centra-se nos anos de 1761-1762, era em que imperavam os morgadios: instituições vinculares que se traduziam em domínios senhoriais «inalienáveis, indivisíveis e insuscetíveis de partilha por morte do seu

¹¹ MARINHO, 1992, «O Romance Histórico de Alexandre Herculano», p. 97.

¹² ANTUNES, 2015, «Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da choça ao solar*, do padre João Vieira Caetano», p. 394.

¹³ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), p. 5.

titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogénito [...] [permitindo, tais bens, a] perpetuação do poder económico da família de que faziam parte, ao longo das sucessivas gerações.» ¹⁴ A ampliação destes poderes dava-se, regra geral, através de casamentos com dote e por conveniência que passariam a unir duas famílias de "boa" linhagem e de condição semelhante. Estas uniões permitiam alargar os domínios senhoriais e firmar uma posição no espaço insular. Nesta sociedade de aparências não havia espaço para o sentimento amoroso. O casamento era uma espécie de aliança política, um contrato social que tinha por objetivo principal proteger o património e a casta, a estirpe familiar ¹⁵. No romance em questão, a descrição feita do capitão-mor da Ponta do Sol, herdeiro dos vínculos e noivo de uma donzela de fidalga linhagem de nome Ana Guiomar, retrata o que teriam sido as vivências dos morgados da Ínsula de então:

«Senhor de muitos domínios, tendo debaixo das suas ordens muitos servos e colonos, descendente de uma família ilustre e nobre, morgado com abundância de ouro, capitão de ordenanças envergando a espaventosa farda militar, exercia um ascendente sobre os habitantes da paróquia.

O solar dominava os outros edifícios da Vila da Ponta do Sol.

O seu proprietário também dominava os espíritos dos habitantes da importante povoação. Habituado a ser prontamente obedecido, respirando a atmosfera de autoritário despotismo inerente ao seu tempo, o capitão Manuel de Andrade Cavaleiro era um pequeno régulo, dentro do terreno onde vivia, como o eram quase todos quantos se encontravam nas suas circunstâncias por essa época.»¹⁶

Já Jacinto de Faria, o protagonista, é o retrato-tipo do filho segundo que não tem direito à herança dos vínculos e deve total obediência ao irmão mais velho, ficando absolutamente dependente da boa vontade do herdeiro e administrador dos bens para subsistir. Por oposição ao irmão que é apelidado de irascível, déspota e orgulhoso, Jacinto é adjetivado como uma alma bondosa, com porte nobre e elegante, amante de música e caçadas e com total desapego dos bens materiais. Se o morgado era por todos temido, Jacinto era por todos querido: «Do morgado e capitão todos eram vassalos tementes e respeitosos. De Jacinto todos eram amigos cordiais.»¹⁷ Contudo, o espírito nobre do herói não seria o suficiente para que a sociedade em geral aceitasse a subversão de uma ordem estabelecida pelas convenções sociais

¹⁴ NEPOMUCENO, 2003, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, p. 145. Ver também: SANTOS, 2020, «Vínculos (Morgadios e Capelas)».

¹⁵ Cf. SEABRA, 1983, «A Mulher e o Dote na Segunda Metade do Século XVIII»; LIPOVETSKY, 2000, *A Terceira Mulher*.

¹⁶ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), pp. 6 e 7.

¹⁷ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), p. 12.

quando Jacinto se perde de amores pela formosa, honesta e virtuosa canheira: «esse facto ia fazer ruído, ferir o orgulho do capitão, provocar as iras do irmão morgado, ser pasto de conversações diversas tanto na vila como pelos campos fora.» ¹⁸ Mas o morgado, os fidalgos da vila e o povo não condenavam apenas Jacinto. Também a jovem Antónia ficaria com a sua reputação comprometida e cairia em desgraça se, após a declaração de intenção de casamento, fosse abandonada. Lembre-se que, nesta sociedade setecentista, um namoro rompido estigmatizava a virtude e maculava a honra da rapariga, votando-a ao celibato e à condenação pública.

Não obstante as críticas do narrador contra a maledicência e a difamação, presentes em todas as classes sociais, e contra as convenções sociais envoltas em preconceito e falsidade, a realidade é que a verosimilhança da narrativa de ficção não pode iludir as constatações históricas que Vieira Caetano quer evidenciar quando expõe a tradição de despotismo das casas senhoriais insulares, que obedecem a preconceitos de distinções de classes e fidalguias, de brasões e heráldicas. E por muito que o protagonista Jacinto insistisse que a única fidalguia residia na honra e na virtude, Manuel Andrade Cavaleiro, o antagonista do romance, ressalva essas tradições que não permitem que um nobre case com uma viloa, esquecendo quanto deve à sua posição social e assim enlameando os pergaminhos da sua ilustre família:

«Um descendente da nobre casa dos Farias e Andrades, receber como esposa a filha dum vilão dos Canhas! Não digas a pessoa alguma que te passou pelo cérebro essa extravagante ideia para não te expores à irrisão pública. No dia em que se realizasse esse matrimónio sinistro, serias escorraçado, como um cão tinhoso, da casa de teus pais e o herdeiro dos vínculos não teria uma migalha para o irmão degenerado que desonrasse as suas cinzas!»¹⁹

Apenas a morte do primogénito vai permitir o desfecho esperado pelo leitor num romance que se quer histórico e com fundo sentimental, onde o amor do par romântico supera o preconceito. No entanto, o autor, em nome próprio, insiste na historicidade e declara ao leitor, em discurso direto, não querer alterar a verdade histórica desta narrativa, nem tão pouco poder ignorar a realidade dos factos. Como observou Luísa Marinho Antunes, apesar da morte do morgado ter permitido a mudança que conduziria ao clímax da narrativa, acaba por criar-se uma situação nova gerada pela alteração de comportamento da antiga viloa Antónia que, agora fidalga D. Antónia, demonstra que «o casamento não foi agente de mudança,

¹⁸ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), p. 55.

¹⁹ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), p. 91.

mas um triunfo do Nada. Isto é, não existe em Vieira Caetano uma visão utópica da realidade, capaz de ser transformada pelo amor, mas o efeito contrário.»²⁰

O romance *Isabel, Minha Mãe* é uma narrativa histórica que pode ser também considerada uma saga familiar²¹. Ambientada num passado mais recente, abrange um período mais longo que se inicia em 1945, com o nascimento do protagonista, e termina em finais dos anos 60, à beira da Guerra do Ultramar. Os eventos são relatados numa ordem temporal cronológica, uma vez que a diegese central representa uma espécie de biografia da personagem-autor. A temporalidade tem, por isso, um papel fundamental no romance: determina as experiências de vida das personagens que, inseridas num contexto histórico e social específico de uma época, desenharão, ao longo da narrativa, um percurso de desenvolvimento que convergirá para a apoteose: a superação das dificuldades. É o caso da família Silva que, abandonada à sua sorte por insubordinação de Isabel, que desobedeceu ao pai casando por amor com José, fica à mercê do seu fado, da caridade e do trabalho árduo para sobreviver numa Ilha que vivia em plena crise económica e onde prevalecia a lei do mais forte e do mais rico, no que ao sistema de propriedade e cultivo da terra dizia respeito. Tratando-se de um passado mais recente, importa convencer o leitor que os factos narrados são verosímeis, que são, tanto quanto possível, uma representação aproximada do real. Para tal, Ganança investe no rigor da pesquisa e fornece ao leitor/recetor dados e factos históricos que, dada a proximidade espacial e temporal do leitor com a obra, convergem para captar a sua atenção porque tais elementos são reconhecidos pelo leitor. Daí poder dizer-se que o autor mantém com o leitor ilhéu madeirense uma relação privilegiada de proximidade e de cumplicidade, na medida em que estão ambos a partilhar uma visão de dentro, uma cor e ambientação local, uma ilheidade por ambos absolutamente reconhecida. A este propósito, temos exemplos que se destacam como a história da vila da Ponta do Sol, da família Esmeraldo e do solar dos Esmeraldos, a referência ao período áureo do açúcar, ao bordado, às festas religiosas e romarias, à mergulhança, aos nomes de ruas, sítios, lombadas (ainda reconhecidos pelos locais), e tantas outras temáticas que consolidam o modo de olhar da Ilha para a Ilha e para os ilhéus que a habitam.

²⁰ ANTUNES, 2015, «Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da choça ao solar*, do padre João Vieira Caetano», p. 399.

²¹ Fundamentado nos teóricos Ludwig Scheidl e Yannick Preumont, Thierry Proença dos Santos definiu a «saga familiar» como um género romanesco que integra o percurso das personagens no contexto familiar e social, caracterizando-se «pelo seu modo de escrita realista, pela importância que confere aos ritos familiares e a tudo o que faz com que o clã central apareça colocado sob o signo da ameaça e do declínio», in SANTOS, 2017, «Uma família madeirense de João França: uma saga familiar para refletir (sobre) a mudança dos tempos na Madeira do séc. XX», p. 47.

O espaço da narrativa (ainda que com incursões à Ribeira Brava e ao Funchal) é a Lombada da Ponta do Sol, onde o autor explora os maiores conflitos internos das personagens do romance que, na verdade, refletem a luta quotidiana do ilhéu pela sobrevivência num espaço insular exíguo, onde prevalecem as assimetrias sociais e a escassez de recursos agravadas por um pós Guerra Mundial:

«– Sabes, José?… Os tempos andam difíceis para toda a gente. A Guerra acabou há pouco tempo, não há empregos e nada é fácil no começo de uma vida. – Conciliou Isabel, sem esquecer as mordomias que deixara, a troco da liberdade de pensar e agir, a troco da paixão pelo seu príncipe.

Pelas terras da Ilha da Madeira, e a Lombada dos Esmeraldos não era excepção, o povo vivia dificuldades.»²²

Numa alternância entre o registo ficcional e o registo memorialista, Guilherme Costa Ganança revela grande preocupação em retratar, através da literatura, a realidade da forma mais fiel possível, seja pelo cuidado com os detalhes da ambientação espacial, seja pela forma como, através da exploração das experiências individuais das suas personagens, espelha a marca humana do drama ilhéu vivido no conflito interno da sociedade insular. No fundo, trata-se de pôr as suas próprias memórias de infância e juventude ao serviço da memória coletiva da Ilha que será perpetuada no tempo pela literatura, sua fiel depositária.

O romance, que pelo título se propõe a contar a história de Isabel, narra a história de uma família muito pobre, com seis filhos, cujo pai cisma com o Brasil e mantém os olhos no outro lado do mar e nos paquetes que aportam na baía para levar emigrantes para outros destinos do globo. De Isabel e José vamos conhecendo a história de vida através dos diálogos entre as duas personagens, quando recordam tempos idos, e através das analepses usadas pelo narrador como ferramentas de contextualização e como recurso utilizado para enriquecer a narrativa com um forte cunho etnográfico. É também através da vivência difícil deste casal, que vai para a cidade tentar melhorar as suas condições de vida, mas que se vê obrigado a regressar à Lombada dos Esmeraldos, na Ponta do Sol, e a subsistir com o pouco que a terra lhes dá, que vamos interiorizando o clima social e a crise económica em que estava mergulhada a Madeira de então, sobretudo nas zonas rurais. Se o prenúncio do médico obstetra no início da narrativa deixava já antever que o verdadeiro herói do romance seria Gabriel – «Serás homem para vencer as batalhas que a vida colocar no teu caminho!»²³ –, é com a partida de José para o Brasil, com a ausência permanente

²² GANANÇA, 2017, Isabel, Minha Mãe, p. 54.

²³ GANANÇA, 2017, Isabel, Minha Mãe, p. 23.

do pai, que a transformação acontece e que a narrativa se desenvolve num romance que também é de aprendizagem e superação. Apesar desta proposta de um registo individualista com recorte autobiográfico, não deixa de ser curioso observar que o autor não descura o espaço que deve dar à determinação, à identidade e à voz feminina do romance. Guilherme Ganança acaba por dar de Isabel uma imagem forte de mulher resignada mas decidida – ainda que forçada pelas circunstâncias – que se destaca, ao longo do texto, pelo seu carácter determinado. Numa sociedade patriarcal em que a figura da mulher era tantas vezes apagada, o autor empresta a sua voz a Isabel e convida o leitor a refletir sobre as inúmeras mulheres que ficavam sozinhas na Ilha com os filhos para cuidar, com as terras para cultivar, os animais para tratar, com os bens para gerir, numa inversão de papéis que obrigava a redefinir a identidade social e cultural da mulher na sociedade rural madeirense.

A certa altura do romance, Isabel passa a ocupar um papel secundário de coadjuvante da ação. Antes da partida de José, ela promete ao marido que todos os filhos irão à escola. Ambos acreditavam que a educação era um mecanismo gerador de futuro, seria a única arma para combater o preconceito, ascender socialmente e ter uma vida mais confortável. Vivendo em tamanha pobreza, que obrigava a família à mendicidade, só a escola, o seminário ou um ofício que garantisse alguma economia familiar poderia salvá-los. O herói, Gabriel, projeção do autor no interior da obra, observará os desígnios, tantas vezes anunciados pelo narrador omnisciente ao longo do texto, e, numa luta tenaz, cumpre um percurso exemplar perseguindo a afirmação pessoal e social que o conduz ao sucesso e, por conseguinte, à superação de todos os obstáculos. Ao fazê-lo, confere dignidade a toda uma comunidade humana esquecida na pobreza endémica de uma lombada pontassolense, numa Ilha com a qual o autor se identifica totalmente.

Com maior ou menor complexidade literária, tanto Guilherme Costa Ganança (*Isabel, Minha Mãe*) como o Padre João Vieira Caetano (*Da Choça ao Solar*) revelam uma acutilante preocupação com o pormenor histórico, envolvendo o leitor na trama, na vida quotidiana das personagens, nas suas desventuras e nos seus triunfos. Num e noutro autores, a pesquisa e os documentos históricos, bem como a memória individual, coletiva e cultural permitem mostrar um passado possível através da literatura de ficção. Este passado é construído a várias vozes (sociais, económicas e políticas) e em várias ambientações (o campo e a cidade) onde a cor local, insular e rural, é privilegiada, revelando-nos o retrato de duas épocas, separadas por cerca de dois séculos, na mesma freguesia: a Ponta do Sol. Para além das idiossincrasias próprias de cada romance, que fomos explorando ao longo deste ensaio, não podemos ficar indiferentes às inúmeras semelhanças de

captação da essência regionalista, que revelam um forte pendão etnográfico e sociológico que se espelha nas descrições da vida sociocultural (designadamente modos de vida e de trabalho, trajes, costumes, festas religiosas, arraiais e romarias, cultura e literatura populares), na gastronomia das gentes do campo (o milho cozido, as couves, as "semilhas" e o que o cultivo da terra podia providenciar), no uso do léxico regional que traduz maior realismo à narrativa de ficção (sobretudo quando emprestam a sua voz aos camponeses que conservam os arcaísmos lexicais próprios da Ínsula rural, dando cor e um significado mais profundo à experiência única de ser madeirense), na presença da cultura e literatura populares (expressa nas rimas, quadras e cantigas), no enquadramento geográfico associado à história dos lugares (como os sítios, as lombadas, os caminhos, com uma toponímia de valor histórico inquestionável) e até nos costumes e condutas morais (de recato, subserviência e obediência). Trata-se, portanto, de duas obras com absoluta consciência da identidade e património madeirenses.

A par dos enredos delineados em ambos os romances, o fenómeno da emigração também surge como temática acessória, mas, a nosso ver, incontornável, uma vez que era parte visceral da vivência da Ilha, sobretudo nas regiões rurais onde o excesso de população, aliado a uma história de escassez, de crises agrícolas e de pobreza de recursos, fazia com que as pessoas emigrassem massivamente em busca de melhores condições de vida. São muitas as produções literárias insulares que focam estas migrações. Muitos romances centram-se no emigrante que foge à penúria do seu destino ilhéu - mais por necessidade do que por aventura e que regressa à Ilha ostentando a riqueza conseguida com o trabalho árduo²⁴. Este herói literário volta apto a derrubar as barreiras edificadas pelo preconceito e a alcançar a desejada posição social que lhe era vedada antes da partida. É também este regressado que, comummente, ganha o direito de provar à sua amada de condição superior – a sua dignidade humana. Ainda que não seja tão comum nas produções literárias madeirenses, outros há que regressam pobres, fracassados ou que gastam tudo o que ganharam além-mar, numa perspetiva realista que também retrata o espaço insular²⁵.

²⁴ É, por exemplo, o caso das personagens: Manulinho, in GOUVEIA, 1959, *Lágrimas Correndo Mundo*; de Aníbal, in JARDIM, 1946, *Saias de Balão*; e do casal Inês e Francisco, in GOUVEIA, 1979, *Torna-Viagem:* o Romance do Emigrante.

²⁵ Cf. a personagem Artur, in GOUVEIA, 1979, *Torna-Viagem*: o *Romance do Emigrante*.

Tomando por base os textos literários produzidos por escritores madeirenses que têm sido alvo do nosso interesse e levando em consideração os paradigmas neles estabelecidos, acreditamos que nas obras convocadas para este ensaio em particular, estamos perante uma abordagem diferente do fenómeno que foi a emigração para o Brasil, refletida no estereótipo do emigrante. Atrevemo-nos a considerar que as duas obras espelham uma espécie de exílio: um forçado (o de Jacinto) e outro voluntário (o de José). No romance Da Choça ao Solar, o altivo e irascível Manuel Andrade Cavaleiro, legítimo herdeiro dos vínculos de morgadio, empreende uma viagem da Ponta do Sol ao Funchal (por via marítima, já que não existiam vias de comunicação terrestre em condições) para orguestrar o degredo de Jacinto para o Brasil. Esgotadas todas as tentativas de dissuasão e falhada a tentativa de assassinato de Antónia, Manuel dirige-se ao palácio de São Lourenço, então residência do capitão general José Correia de Sá Pereira, governador do Arquipélago da Madeira, com o intuito de pedir uma autorização especial para que o brique S. Rafael, com destino às terras de Pedro Álvares Cabral, tocasse a Ponta do Sol antes de seguir para o seu destino final. Ludibriado quanto às reais intenções do capitão--mor da Ponta do Sol de enviar o irmão mais novo para o degredo, o governador assina a autorização – essa ordem de ostracismo –, exaltando a longíngua e próspera colónia do Reino de Portugal.

Vieira Caetano, em mais uma digressão de cariz histórico e pedagógico, dá voz ao narrador para elucidar sobre a crise sacarina da época que votava o agricultor comum à miséria e sobre o mito da riqueza fácil no Brasil, para muitos a "Terra Prometida" que lhes garantia uma vida mais digna e mais confortável, mesmo que para isso tivessem de abandonar a Ilha:

«Por esta época, já muitos madeirenses haviam abandonado a terra natal procurando fortuna nas plagas venturosas de onde saiu muito ouro para o reino de Portugal. No século anterior, o Estado dera passagem gratuita a 300 ou 400 casais madeirenses que emigraram além do Atlântico, indo arrotear os terrenos feracíssimos da América. Vinte e tantos anos antes, viera uma carta régia ao Governador da Ilha ordenando-lhe que favorecessem a ida dos seus habitantes para o Brasil. Estava-se numa das crises da cana de açúcar na Madeira.»²⁶

Recorde-se que a partir do Tratado de Madrid, de 1750, Portugal ocupou a província brasileira de Santa Catarina. Na tentativa de colonizar certas zonas brasileiras mais despovoadas, e ainda devido ao aumento vertiginoso da população

²⁶ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), p. 146.

das Ilhas dos Açores e da Madeira²⁷, o Reino organizou uma emigração metódica de ilhéus para aquelas paragens. Como atesta Maria de Lourdes Ferraz:

«A ida de contingentes de emigrantes açorianos e madeirenses para terras do Brasil passou a ter, pela primeira vez, o inteiro e incondicional apoio do Rei a partir de 1746, data em que são enviadas cartas com instruções régias ao Corregedor das ilhas dos Açores e ao Governador e Capitão General da ilha da Madeira, em que Sua Majestade ordenava que se fizessem embarcar, a expensas da sua real fazenda, os *casaes* e mais pessoas que voluntariamente desejassem ir povoar as regiões brasileiras, ou mais precisamente, os futuros estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul [...] em que o Rei promete uma série de privilégios e regalias, entre as quais, a isenção do serviço militar »²⁸

Atente-se que, apesar deste aparte histórico de uma emigração necessária mas voluntária que vem acrescentar maior realismo à narrativa, o que o Padre Vieira Caetano pretende não será mais que evidenciar o despotismo dos senhores morgados que não se coibiam de assassinar ou forçar ao exílio quem não lhes obedecesse, usando o degredo para punir comportamentos morais ou sociais considerados indevidos. Como se sabe, o degredo era, sobretudo, uma espécie de figura jurídica usada numa política de sanções graves ou penas judiciais. Esta política era frequentemente aplicada na era da Expansão portuguesa, sendo a forma mais comum da coroa proceder à ocupação de novos espaços 29. Rui Carita, ao falar do dever de gratidão e de obediência absoluta devido aos pais, refere que já «as Ordenações filipinas, deserdavam as filhas menores de 25 anos que casassem contra a vontade dos pais, assim como puniam com degredo quem casasse com mulher de menor condição, sem autorização paterna.»³⁰ O degredo, aplicado por um morgado, poderia significar um abuso de poder ou uma legitimidade de quem é senhor dos vínculos e, por consequinte, senhor dos seus parentes, descendentes, criados e escravos. Tal vem reforçado na reação de Jacinto ao ter conhecimento do seu destino:

> «– Mas eu não sou um escravo deste solar! O governo de Sua Majestade, o Senhor D. José, Rei de Portugal, tem decretado a abolição da escravatura, mas o nobre Morgado

²⁷ Baseando-se numa carta da Câmara do Funchal, enviada ao Rei D. João V, em que se dizia poder enviar mil «*casaes*» da Ilha da Madeira «pela muita gente que tem desocupados e sem meios de que viva», o autor Walter Piazza é perentório em afirmar que havia «superpopulação e miséria na Ilha da Madeira», in PIAZZA, 1989, «Madeirenses no Povoamento de Santa Catarina (Brasil) Século XVIII», p. 1270.

²⁸ FERRAZ, 1988, «Emigração Madeirense para o Brasil no século XVIII», p. 93.

²⁹ Cf. COATES, 1988, Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português. 1550-1755.

³⁰ CARITA, 2018, História da Madeira, Séc. XVIII. A Nova Arquitetura de Poderes, p. 236.

descendente dos Andrades valorosos, o Capitão fidalgo do exército português, trata o seu próprio irmão pior do que o mais vil dos negros de que é senhor!»³¹

Apesar da sua tentativa de resistência, após saber das novas do seu exílio forçado e de ser ameaçado de morte pelo próprio irmão caso não obedecesse, a Jacinto só resta cumprir o seu desígnio – que, entretanto, a Providência trataria de alterar.

O tempo da ação do romance *Isabel, Minha Mãe* centra-se já na segunda metade do século XX. Ultrapassada a vaga de emigração massiva de que foi palco o século anterior, o fenómeno migratório é aqui retratado de forma muito realista, permitindo uma relação de cumplicidade e reconhecimento entre o texto e o leitor. Como é sabido, ao longo do século XX, os madeirenses continuaram a emigrar para o Brasil, um dos seus destinos preferenciais. Na segunda metade do século, e em consequência da II Guerra Mundial, a Ilha da Madeira encontrava-se novamente numa crise profunda, sobretudo nas zonas rurais. Era importante fugir às dificuldades da guerra, à fome e à miséria e tornou-se também importante, para o Governo Civil e consulados, recrutar emigrantes e escoá-los para os destinos que demandavam mão-de-obra.

Desde as primeiras páginas do romance, conhecemos um José da Silva, rapaz novo, sonhador e apaixonado, que vem morar para o Funchal com a jovem esposa, uma filha e um bebé quase a nascer. As difíceis lides do campo, na Lombada dos Esmeraldos, não lhe estavam no sangue e ele sonhava em dar uma vida mais confortável a Isabel. Toda a narrativa é polvilhada de prenúncios que nos fazem adivinhar que José, um dia, emigrará. Aliás, logo na primeira página é esboçado um retrato cuidado dos destinos da emigração de então e da azáfama de navios e emigrantes na cidade do Funchal:

«À luz daquela manhã, um enorme transatlântico, de casco arroxeado, despontava no horizonte. Como um fantasma a rasgar a neblina avançava, lentamente, para a Baía do Funchal. Era o navio do Cabo, vindo da África do Sul. À vista dos curiosos que o espreitavam da Avenida do Mar, parecia agigantar-se. Dois rebocadores aprontavam-se para a manobra de atracagem no molhe da Pontinha.

O paquete Vera Cruz embarcava os últimos emigrantes e estava prestes a zarpar. Às dez, soltaram-se as amarras e ressoaram os apitos retumbantes da partida. Sobre a muralha, como no corrimão apinhado do convés, estremeceram os corpos, nublaram-se as mentes. Depressa a imensidão do Oceano havia de separar uns dos outros.

E, enquanto o paquete Vera Cruz rumava em direção ao Brasil e Argentina, mirravam os corações, os rostos encrespavam de mágoa. A saudade já sufocava toda a gente.

³¹ CAETANO, 1957, Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII), p. 135.

Familiares e amigos tinham acorrido à cidade, para lhes dizerem adeus. Viam-nos partir com tristeza na alma e desejavam-lhes boa sorte. *Hão de voltar ricos!...* – Repetiam, para animarem os que deixavam a terra e a família.

O navio Santa Maria, que aos olhos de muitos madeirenses era idêntico ao Vera Cruz, tinha largado na semana anterior, com destino à Venezuela e Curaçau. Era a diáspora do povo da Madeira »³²

José vivia enfeitiçado pelo Brasil e iludido pelas histórias de sucesso dos que retornavam "endinheirados". Será, por isso, comum encontrarmos a personagem a cismar com a partida, enquanto observa o vai e vem dos navios, travando uma luta interior entre o partir e o ficar: «No Brasil fico longe da mulher e dos filhos. Aqui, não passo desta vida de miséria»³³ – o que espelha o sentimento geral do homem do campo, desfavorecido, que sabe que quem fica na Ilha permanece abraçado ao seu fado, à sua condição:

«Quem não tivesse dinheiro para pagar a passagem e alguém que arranjasse uma carta de chamada, estaria condenado a labutar pelos campos, com uns poios para amanhar, um porco para o Natal e uma vaca leiteira no palheiro. Uma vida de subsistência.»³⁴

Mas muitos não ficavam na Ilha. Respondiam ao apelo, cediam ao fascínio. Partiam. E a emigração para a América latina, para a África do Sul e mesmo para a Europa Central (de acordo com o romance) era em tal número que faltavam braços para trabalhar as terras ilhoas. Ao fazer o retrato da miséria camponesa e da impossibilidade de resistir ao desejo de emigrar, Ganança mostrou-se sensível na crítica à classe política que não impedia a desertificação humana das zonas rurais da Madeira. Para além da crítica velada à desagregação das famílias, provocada pela emigração, outras críticas subtis surgem no romance, como é o caso do preconceito social: os homens do campo, a quem as filhas deviam obediência, preferiam que estas casassem com alguém que lhes pudesse dar uma vida confortável – «O meu pai gostava que eu viesse a namorar um embarcado na Venezuela. – Adiantou Sãozinha.» ³⁵ O autor volta a fazer um retrato identitário dos filhos da terra, que não tinham conseguido emigrar. Eram rapazes fadados, prisioneiros do próprio destino. E esta identidade coletiva não conseguia competir com o mito que se instalara sobre a aquisição de fortuna fácil no Brasil ou na Venezuela.

³² GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, pp. 13-14.

³³ GANANÇA, 2017, Isabel, Minha Mãe, p. 95.

³⁴ GANANÇA, 2017, Isabel, Minha Mãe, p. 190.

³⁵ GANANCA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, p. 168.

Determinado a propiciar uma vida melhor à sua família, José desafia o destino. É quando ele decide partir para o Brasil que se dá o ponto de viragem na narrativa. Na penúria e na ausência do homem, da figura patriarcal que deveria providenciar o sustento para aquela família numerosa, é Isabel (grávida do sexto filho) que tem de assumir o comando. No Brasil, a vida não corria de feição. À Madeira não chegavam notícias, nem remessas de dinheiro que pudessem aliviar a vida dos que haviam ficado. Com o tempo perceberam que a família nunca seria chamada para juntar-se a José e, pior ainda, que José jamais voltaria. Não tendo sucesso no Brasil, vivendo no limiar da sobrevivência, não tendo dinheiro para regressar nem força para enfrentar a vergonha social ou a família que sabia ter desiludido, preferiu o exílio voluntário e perpétuo. O exílio voluntário também foi a opção de dois irmãos de Gabriel que, ao contrário deste que já tinha atingido o posto de Alferes no exército, não queriam combater na guerra colonial e emigraram para França por mais de 25 anos. Usando a memória como fonte de factos pretéritos individuais e coletivos, Ganança retrata, assim, um período próprio da essência da Ilha da Madeira que contextualiza uma problemática política, económica e social e se cristaliza nas malhas literárias, reinventando uma história com a qual o leitor madeirense se identifica.

Movendo-se num diálogo constante entre os factos históricos, a memória e a verosimilhança da ficção literária, as duas obras aqui apresentadas permitem resgatar ou reconstruir um passado ilustrativo de duas épocas historicamente importantes. Exploram-se espaços mais apagados ou silenciados desse tempo pretérito e são esses espaços, precisamente, que permitem a revitalização de uma memória insular coletiva que tem a sua génese na ilheidade, na identidade ilhoa madeirense.

Bibliografia

Corpus

CAETANO, Padre João Vieira, 1957, *Da Choça ao Solar, Narrativa Madeirense do Século XVIII*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

GANANÇA, Guilherme Costa, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, Lisboa, Chiado Editora.

Bibliografia Citada

- ANTUNES, Luísa Marinho, 2015, «Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da choça ao solar*, do padre João Vieira Caetano», in FRANCO, José Eduardo, COSTA, João Paulo Oliveira (dir.), *História, Cultura e Espiritualidades*, vol.ll, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 389-401.
- CARITA, Rui, 2018, *História da Madeira, Séc. XVIII. A Nova Arquitetura de Poderes,* Funchal, Imprensa Académica.
- COATES, Timothy J., 1988, *Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português. 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, 1988, «Emigração Madeirense para o Brasil no século XVIII. Seus Condicionalismos», in *Islenha*, n.º 2, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 88-101.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1959, *Lágrimas Correndo Mundo*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1979, *Torna-Viagem: o Romance do Emigrante*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.
- JARDIM, Ricardo, 1946, *Saias de Balão*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- LEJEUNE, Philippe, 1975, *Le Pacte Autobiographique*, Éditons du Seuill, coll. «Poétique», Paris.
- LIPOVETSKY, Gilles, 2000, *A Terceira Mulher*, Colecção Epistemologia e Sociedade do Instituto Piaget, Lisboa.
- MARINHO, Maria de Fátima, 1992, «O Romance Histórico de Alexandre Herculano», in *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*, II Série, vol. IX, Porto, pp. 97-117.
- NEPOMUCENO, Rui, 2003, *Uma Perspectiva da História da Madeira,* Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- PIAZZA, Walter F., 1990, «Madeirenses no Povoamento de Santa Catarina (Brasil) Século XVIII», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 2, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 1268-1282.
- PITA, Gabriel de Jesus (org.), 2007, *Padre João Vieira Caetano, Notas Históricas e Outras Histórias da Ponta do Sol*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

SEABRA, Maria Judite de Carvalho Ribeiro, 1983, «A Mulher e o Dote na Segunda Metade do Século XVIII», in *Antropologia Portuguesa*, vol. 1, Coimbra, pp. 43-80.

Webgrafia Citada

- MARQUES, Isabelle Simões, 2015, «Insularité et intranquillité dans Les Silences de Porto Santo d'Alice Machado», in Carnets: revue électronique d'études françaises, Ile série, n.º 3, pp. 125-136, disponível em http://journals.openedition.org/carnets/1471, consultado a 19 de janeiro de 2021.
- SANTOS, Filipe dos, 2020, «Vínculos (Morgadios e Capelas)», in *Aprender Madeira Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em http://aprenderamadeira. net/article/vinculos-morgadios-e-capelas, consultado a 22 de janeiro de 2021.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2017, «Uma família madeirense de João França: uma saga familiar para refletir (sobre) a mudança dos tempos na Madeira do séc. XX», in *Navegações*, vol. 10, n.º 1, pp. 46-52, disponível em http://dx.doi.org/10.15448/1983-4276.2017.1.25745, consultado a 19 de janeiro de 2021.

Os "Retornados" de África – Integração na Madeira (1974-1977)¹

"Returnees" from Africa – Integration in Madeira (1974-1977)

Odete Mendonça Henriques Souto²

Resumo

A descolonização portuguesa em África, após o 25 de Abril de 1974, deu origem ao maior êxodo de portugueses de que há memória, e a um dos maiores da Europa, no contexto das migrações de retorno pós-coloniais. Estima-se que Portugal tenha recebido, entre os anos de 1974 e 1976, cerca de meio milhão de pessoas provenientes das ex-colónias, comummente designados como "retornados". Entre estes, calcula-se que oito mil tenham vindo para a Madeira.

O presente artigo analisa os percursos de vida de um grupo de retornados chegados ao território madeirense, através do relato das suas vivências pessoais, procurando compreender como decorreu o seu processo de integração.

Os resultados indicam que a família foi a principal base de acolhimento dos retornados, que ficaram inicialmente alojados em casa destes. Foi possível apurar também a existência de apoio institucional feito pela autarquia de Machico e do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN). As principais dificuldades de integração foram sobretudo a nível económico e cultural, superadas através do regresso à vida ativa: trabalho e/ou estudos. Apesar do drama vivido e das grandes dificuldades experienciadas, a integração dos retornados entrevistados decorreu sem perturbação social, considerando os mesmos estarem plenamente integrados na sociedade madeirense.

Palavras-chave: Migração; Descolonização; Retorno; Acolhimento; Integração.

¹ Expressamos o nosso agradecimento à colega Ana Paula Almeida pela leitura deste artigo.

Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em Ciências Sociais e mestre em Relações Interculturais (2017) pela Universidade Aberta. Endereço eletrónico: odete.mh.souto@madeira.gov.pt.

Abstract

The Portuguese decolonization in Africa, after 25 April 1974, gave rise to the largest exodus of Portuguese in memory, and one of the largest in Europe, in the context of postcolonial return migrations. It is estimated that between 1974 and 1976 Portugal received about half a million people from the former colonies, commonly referred to as "returnees". Of these, it is estimated that eight thousand have come to Madeira.

The present article analyzes the life paths of a group of returnees who arrived in Madeiran territory, through the reporting of their personal experiences, trying to understand how their integration process proceeded.

The results indicate that the family was the main base of reception of the returnees, who were initially housed in their home. It was also possible to verify the existence of institutional support made by the municipality of Machico and the Institute for Support to the Return of Nationals (IARN). The main difficulties of integration were mainly economic and cultural, overcome by the return to active life: work and / or studies.

Despite the drama experienced and the great difficulties experienced, the integration of returnees interviewed took place without social disruption, considering that they were fully integrated in Madeiran society.

Keywords: Migration; Decolonization; Return; Reception; Integration.

Introdução

Este artigo tem por base uma dissertação de mestrado³ que incidiu sobre o percurso de vida dos "retornados" de África, vindos para a Madeira nos anos 70, com o início do processo de descolonização naquele continente africano.

A temática das mobilidades humanas tem suscitado grande interesse por parte de académicos e investigadores, pois, apesar de não ser um fenómeno novo, sendo aliás uma das principais características da Humanidade, está em franca ascensão. Isto provoca novas dinâmicas ligadas aos contactos interculturais e a coabitação entre diferentes grupos étnico-culturais, contribuindo para a multiculturalidade e interculturalidade das sociedades e colocando sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e às políticas públicas dos Estados⁴.

Portugal é também um país multicultural, que tem na sua população um grande número de emigrantes e um volume já considerável de imigrantes. Desta feita, o tema das mobilidades tem tido particular interesse no nosso país, existindo um crescente ritmo de pesquisa e publicações científicas nesta área.

³ SOUTO, 2017, Os retornados de África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira.

⁴ RAMOS, 2013, «Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas», pp. 343-360.

Na Madeira, embora existam já vários estudos acerca do tema, muito há ainda por fazer: por exemplo, uma das vertentes do fenómeno das mobilidades humanas que seria importante estudar diz respeito aos fluxos de retorno de madeirenses, realidade essa pela qual a Madeira já passou, em vários momentos da sua história, e está novamente a passar, com a vaga de retorno de pessoas provenientes da Venezuela.

Desta feita, o principal motivo deste estudo foi, efetivamente, a ausência de trabalhos que incidissem sobre a vaga de retorno de portugueses residentes nas antigas Províncias Ultramarinas, bem como o sentimento de estarmos perante algo de interesse público e histórico, visto considerarmos ser muito importante reconstruir e fazer preservar a história desse acontecimento vivido pela sociedade madeirense, enquanto ainda existem pessoas que passaram pela própria experiência, constituindo os seus testemunhos relevantes fontes primárias.

Assim, começamos por referir que na sequência das independências das colónias dos países europeus, na sua maioria após a II Grande Guerra Mundial (até aos anos 60), verificaram-se fluxos de retorno às metrópoles. No caso português, mais tardio, o retorno de pessoas a viver nas colónias em África ocorreu após a revolução de abril de 1974, durante sobretudo o ano de 1975 (ano em que se dá a independência naqueles territórios).

De modo semelhante ao sucedido no restante país, que recebeu cerca de meio milhão de retornados de África, também a Madeira recebeu um grande número de pessoas no seu território. Estima-se em cerca de oito mil indivíduos⁵, volume esse que perfazia uma percentagem equivalente a 3,2% da sua população.

Este trabalho centra-se nos percursos de vida de um grupo de retornados que vieram residir para a Madeira, entre os anos 1974 e 1977, no seu processo de integração e nas principais dificuldades sentidas, particularmente no que toca ao seu modo de vida, cultura e identidade.

Tomamos como ponto de partida para o trabalho as seguintes questões: a)como decorreu a experiência de fuga das ex-colónias e quais foram os impactos que essa experiência teve nas vidas dos retornados?; b) quais foram as medidas de integração adotadas pelas autoridades portuguesas e madeirenses para acolher e integrar os retornados?; c) quais foram as dificuldades de integração por

⁵ OLIVEIRA, 2008, «A integração dos "retornados" no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda», p. 7.

eles sentidas?; d) que diferenças existem entre os percursos dos naturais e dos que nasceram nas ex-colónias?; e) que estratégias adotaram os retornados para se integrarem na sociedade madeirense?; f) de que forma conciliaram a memória da vida passada em África com a vida na Madeira?; g) que influência tiveram na sua integração as práticas e redes socioculturais herdadas do período pré-retorno?

1. Metodologia e Etapas da Pesquisa

Dada a carência de bibliografia especializada e de estatísticas acerca do tema em estudo, desenvolvemos um trabalho do tipo exploratório buscando conhecimento a partir da exploração de dados obtidos no terreno.

A pesquisa levada a cabo neste trabalho desenvolveu-se em três etapas não necessariamente sequenciais: a) trabalho de pesquisa bibliográfica e contactos exploratórios; b) trabalho de campo com recurso a entrevistas; c) análise do material recolhido.

1.1. Pesquisa Bibliográfica

Em investigação científica, «o investigador necessita de recolher o testemunho de todo um trabalho anterior, introduzir-lhe algum valor acrescentado e passar esse testemunho à comunidade científica»⁶. Assim, este processo reveste-se de grande importância, sendo ponto de partida para qualquer trabalho de investigação.

Recorremos a bibliotecas e arquivos, bases de dados em suporte digital, livros e revistas especializadas, tendo em vista três objetivos: a) aprofundar o conhecimento sobre a problemática em estudo; b) identificar dificuldades; c) conhecer as linhas de investigação já existentes sobre o tema.

Nesta primeira fase da pesquisa, deparamo-nos com uma grande dificuldade resultante da inexistência de trabalhos e/ou estatísticas relativos ao nosso objeto de estudo: integração dos retornados na Madeira. Essa dificuldade fez com que a procura no terreno por pessoas possuidoras de conhecimento acerca do tema se revestisse da maior importância.

1.2. Trabalho de Campo

A inexistência atual de qualquer organismo ou departamento, governamental ou outro, que tivesse estado envolvido na questão do retorno e/ou acolhimento

⁶ CARMO & FERREIRA, 2008, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, p. 73.

de retornados na Madeira foi uma vicissitude a ultrapassar. Não foi encontrado também qualquer material estatístico sobre o tema.

Os primeiros contactos no terreno visaram assim reunir elementos e possíveis informações acerca do nosso objeto de estudo, bem como procurar contactos de pessoas retornadas que, enquadrando-se no necessário perfil, nos permitissem constituir uma amostra a inquirir. Nesse sentido, a nossa conversa com Manuel Nicolau, fotojornalista de profissão, permitiu obter alguma informação preliminar acerca do assunto. Para além disso, objetivando preservar a memória do acontecimento, este profissional havia fotografado alguns barcos de pesca utilizados por retornados para vir para a Madeira, logo após atracarem junto à costa de Machico, e fotografou também o Forte de São João Batista que alojou várias famílias de retornados. Estas fotografias foram amavelmente partilhadas com a autora (pelo próprio) e foram integradas, com a devida autorização, na dissertação de mestrado da qual este artigo é resultante. Outro contacto frutífero no terreno foi aquele que tivemos com o Padre Martins Júnior, que era presidente da Câmara Municipal de Machico no ano de 1975, altura em que chegou o maior número de retornados à Madeira, e que acabou por ter um papel relevante no alojamento de muitas destas pessoas, em virtude da sua função.

Relativamente à constituição de uma amostra, procuramos assegurar a diversidade da mesma e utilizamos um tipo de amostra não probabilística, mais propriamente a técnica de amostragem em bola de neve. Esta técnica «implica que a partir de elementos da população já conhecidos se identifiquem outros elementos da mesma população. Os primeiros indicam os seguintes e assim sucessivamente»⁷. As condições para a seleção da amostra foram três: a) ter a nacionalidade portuguesa; b) encontrar-se no ano de 1974 a residir numa ex-colónia portuguesa em África (altura em que se inicia a descolonização); e c) ter vindo, consequentemente, após esse período residir para a Madeira. Procuramos também assegurar a diversidade da amostra a inquirir (no que concerne a sexo, idade e local de proveniência).

Apesar da descolonização portuguesa ter ocorrido também nos territórios da Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, verificou-se pela pesquisa efetuada que o maior volume de retornados veio de Angola e Moçambique, motivo pelo qual apenas encontramos pessoas vindas desses territórios.

⁷ CARMO & FERREIRA, 2008, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, p. 216.

Este estudo contou com a participação de 23 retornados: 13 mulheres e 10 homens, de diferentes grupos etários, residentes em vários concelhos e com habilitações literárias diversas. Quanto à sua proveniência, 12 pessoas vieram de Angola e 11 de Moçambique.

Foram constituídos dois guiões de entrevista⁸, a ser aplicados ao grupo de inquiridos, tendo em vista os objetivos do trabalho: um guião a ser aplicado aos retornados nascidos na Madeira; e outro a ser aplicado aos nascidos em África.

1.3. Análise do Material Recolhido

Neste trabalho seguimos critérios de análise qualitativa, onde «a importância implica a novidade, o interesse, o valor de um tema»⁹. Esta etapa de análise do material recolhido consistiu na audição e transcrição das várias respostas dadas pelos retornados (nas entrevistas), sua análise e comparação.

A análise dos relatos de vida dos nossos inquiridos incidiu sobre quatro temas previamente estabelecidos: a) a experiência de vida em África; b) a experiência do retorno para a Madeira; c) a experiência da integração na Madeira; d) a permanência de ligações com África.

Procurámos sempre respeitar os relatos dos nossos entrevistados, através da transcrição fiel das suas palavras, dando particular atenção às suas próprias interpretações da realidade por eles vivida e evidenciada.

Após transcrição dos relatos foi feito um trabalho de interpretação e comparação entre as diversas experiências, procurando encontrar similaridades e também divergências, e através do estabelecimento de uma ponte entre esses resultados e o nosso suporte teórico.

2. Migração, Retorno ou Deslocação Forçada?

O fenómeno migratório é constituído por dois fluxos, emigração e imigração, sendo que a emigração representa o movimento de saída do país de origem e a

⁸ Todos os relatos contidos neste trabalho foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, levadas a cabo pela autora do presente artigo, através de uma interação direta entre investigador e entrevistado/informante, onde procurámos obter respostas para as nossas perguntas, permitindo também que as pessoas desenvolvessem o seu raciocínio e rememoração de uma forma mais ou menos livre. Foram usados pseudónimos por forma a manter a confidencialidade da verdadeira identidade dos participantes.

⁹ CARMO & FERREIRA, 2008, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, p. 271.

imigração representa o movimento de entrada no país de acolhimento. Segundo Rocha-Trindade, emigrar significa «deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estranho»¹⁰.

Assiste-se na atualidade a um aumento de contactos, encontros, importações e trocas culturais, propiciados por uma facilitação da mobilidade internacional, quer quanto ao desenvolvimento dos meios de transporte, quer no que toca a custos, bem como pela abertura das fronteiras e pela evolução nas telecomunicações. Essa dinâmica repercute-se na constituição de sociedades que passaram a se caracterizar por um pluralismo cultural e diversidade étnica bem visível na multiplicidade de crenças, costumes, religiões, línguas e formações diversas dentro do seu espaço:

«a crescente diversidade cultural e interculturalidade, nas sociedades actuais, faz com que as mulheres e os homens do século XXI mantenham múltiplas pertenças e redes transnacionais, desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais e novas práticas de cidadania, tenham conquistado novos direitos, mas conheçam, igualmente, novos conflitos, novos problemas identitários e de comunicação e novas formas de discriminação e de exclusão»¹¹.

Quando o surgimento de novos fluxos migratórios ocorre de forma repentina e inesperada, normalmente constitui um indicador de alterações bruscas nas condições de determinada sociedade, podendo relacionar-se com cataclismos ambientais, guerras, revoluções, entre outros, característicos de uma migração forçada. Este tipo de migração tem, por isso, características e efeitos que a distinguem das migrações voluntárias, resultantes normalmente de questões económicas (procura de melhores condições de vida, emprego ou melhores salários, entre outros). Estas migrações voluntárias são, geralmente, decisões ponderadas e planeadas adequadamente, o que não acontece com a migração forçada que, como o próprio nome indica, apela a uma urgência de ação. Este tipo de migração inclui, para além de refugiados, pessoas deslocadas internamente, retornados em situações de pós-conflito, pessoas deslocadas por questões ambientais ou desastres naturais, entre outros. Diz Castles que «O termo migração forçada é mais abrangente do que a velha noção de refugiado, que supunha perseguição individual, nos termos estabelecidos pela Convenção de Genebra de 1951, adequando-se melhor às atuais realidades»¹².

¹⁰ ROCHA-TRINDADE et al., 1995, Sociologia das Migrações, p. 31.

¹¹ RAMOS, 2009, «Saúde, migração e direitos humanos», p. 11.

¹² CASTLES, 2005, Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais, p. 59.

A questão das deslocações forçadas continua na atualidade muito ativa e em crescimento, pois os últimos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) – relatório de 2019 – revelam que a deslocação forçada no mundo é atualmente constituída por cerca de 79,5 milhões de pessoas, sendo 26 milhões refugiados, 45,7 milhões deslocados internos e 4,2 milhões requerentes de asilo¹³.

O tópico em análise neste artigo pode ser enquadrado na deslocação do tipo forçado, atendendo a critérios de distinção baseados nas causas e/ou motivações da deslocação, pois as pessoas foram, efetivamente, forçadas a fugir de África devido a conflitos, violência e guerras que se instalaram naqueles territórios. Deixamos, neste ponto, uma pequena nota: não foi apenas a população portuguesa a abandonar aqueles territórios, na verdade, a situação que se vivia em África causou uma massiva deslocação populacional. Calcula-se que, para além da população branca que fugiu maioritariamente para países ocidentais, igualmente cerca de quatrocentos mil angolanos e dois milhões de moçambicanos se refugiaram nos países vizinhos em resultado das guerras civis subsequentes à descolonização¹⁴.

Retornados, repatriados, deslocados, refugiados e desalojados são todos termos que foram utilizados para referir a vaga de pessoas chegadas a Portugal após a descolonização portuguesa em África. Inclusivamente, muitas vezes se confundem estes conceitos entre si, mantendo-se uma certa dificuldade em se chegar a um consenso quanto à forma correta de se classificar o movimento populacional antes referido.

Apesar da variedade de designações usadas na literatura do tema, verifica-se que o termo mais frequentemente utilizado para se referir ao grupo de pessoas aqui em estudo é o de retornado, que «apareceu associado ao regresso maciço de nacionais residentes nas antigas colónias ultramarinas, após o seu acesso à independência.» ¹⁵ Igualmente, Vieira refere que o termo retornado foi utilizado «na fase inicial do êxodo, no âmbito da criação do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) em março de 1975. Em simultâneo, esta foi a palavra que se vulgarizou nos meios de comunicação social e na sociedade de então e que chegou aos dias de hoje» ¹⁶.

¹³ ACNUR, 2019, Global Trends. Forced Displacement in 2019, p. 2.

¹⁴ SCHIEFER & ALMEIDA, 2010, Meio século de migrações forçadas em África, p. 189.

¹⁵ ROCHA-TRINDADE et al., 1995, Sociologia das Migrações, p. 48.

¹⁶ VIEIRA, 2013, Vindos de África: "retornados" e "desalojados" em Braga (1974-1977), p. 11

No entanto, a utilização dessa designação não foi bem vista por muitos dos visados, pois «o termo «retornado» adquiriu uma conotação incómoda, associada aos dramas reais da descolonização, tanto como à reacção dos residentes perante uma perturbação social e cultural»¹⁷, para além de que a partida de África foi para eles uma experiência traumática, levando-os a se identificarem mais como deslocados ou refugiados de guerra do que propriamente retornados.

Alguns testemunhos transcritos num artigo de Alexandra Marques veiculam a inadequabilidade da designação. Uma senhora afirmou que, ao chegar a Portugal, foi-lhe dado um autocolante para colocar na roupa que a identificava como retornada de África, que não tinha dinheiro nem sítio onde se instalar, portanto, não aceitava ser chamada de retornada, mas sim refugiada. Outra testemunha também não concordava que a chamassem de retornada, pois havia perdido tudo: casa, bens, amigos e a própria identidade¹⁸.

Para além desses sentimentos (resultantes do drama real que viveram e que os afastava de se sentirem como "meros" retornados), acrescia o facto de, segundo Alexandra Marques, mais de um terço dessas pessoas não ter quaisquer redes familiares no país. Diz esta autora que 75% dos jovens retornados com menos de 20 anos eram nascidos em África e entre os nascidos em Portugal muitos tinham ido para o continente africano em idade precoce. Somando à diversidade do grupo havia ainda um grande número de africanos naturalizados portugueses através de casamento, filiação ou assimilação, e até mesmo estrangeiros casados com portugueses que foram incluídos também sob o mesmo rótulo de "retornados" 19.

A esse respeito, Alexandra Marques entende que «Ao utilizar nos documentos oficiais o termo "retornado", o Estado português evitou propositadamente usar a designação de repatriado, deportado, expulso ou deslocado, responsabilizadora ou mais culpabilizante»²⁰. Não obstante isso, era frequente essas outras designações serem utilizadas em documentos militares e diplomáticos antes de se iniciar o

¹⁷ ROCHA-TRINDADE et al., 1995, Sociologia das Migrações, p. 48.

¹⁸ MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», p. 55.

¹⁹ MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», pp. 49-50.

²⁰ MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», p. 51.

êxodo de portugueses, e, apesar de em África serem considerados deslocados ou desalojados, «desde que em Portugal lhes começaram a chamar retornados, o rótulo colou-se-lhes à pele como um adesivo»²¹.

Posto isto, neste trabalho optamos por utilizar o termo "retornados" a propósito do fluxo massivo de entrada de pessoas provenientes das ex-colónias portuguesas em África (após a descolonização), pelo simples motivo de que esta é a designação mais utilizada em referência a este movimento populacional, tendo inclusivamente ficado associada a tais deslocados até aos dias de hoje por vários meios comunicacionais, políticos, jornalísticos, académicos e científicos.

3. Emigração Madeirense Pré-Descolonização

A nível económico, a sociedade portuguesa da época passava por sérias dificuldades e na Madeira a situação era ainda mais difícil, pois «apresentava características próximas de zonas em subdesenvolvimento»²². De acordo com Rui Vieira e João Abel de Freitas, o rendimento por habitante era menos da metade da média nacional, existia uma elevada percentagem da população vivendo abaixo do limiar da pobreza, havia ainda um elevado índice de analfabetismo e uma larga dependência do exterior no abastecimento da Madeira²³.

Sendo a pobreza uma condição intrinsecamente ligada à constituição de fluxos migratórios, verifica-se em Portugal uma já longa história de emigração, sendo atualmente o país da União Europeia com maior número de emigrantes em proporção à população residente. De acordo com o Observatório da Emigração (OE), Portugal tem cerca de 2,3 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo, o que representa cerca de 22% da população residente no país. Para além disso, mais recentemente, tornou-se também num país recetor de imigrantes (cerca de 8,5% da população residente)²⁴.

Relativamente à Madeira, verifica-se que a emigração foi igualmente uma constante na sua história:

²¹ MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», p. 51.

²² VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

²³ VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

²⁴ PIRES et al., 2019, Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2019, pp. 27-47.

«alimentada pelas incessantes solicitações do mercado internacional da mão-de-obra como pelas difíceis condições de vida dos madeirenses provocadas pela crise económica, ou pela forma opressiva como se definiu o sistema de propriedade da terra através do contrato de colonia. A emigração era assim considerada a única fuga possível à fome»²⁵.

De acordo com Alberto Vieira: «As ilhas foram sempre espaços de permanente movimento de populações, funcionando esta situação como válvula de escape para as limitadas possibilidades do espaço»²⁶. Para além disso, vivia-se até aos anos 70 sobretudo da agricultura e essa atividade era muito dura e pouco frutuosa:

«A Madeira apresentava uma agricultura pouco rentável. Para isso contribuiu o predomínio da pequena propriedade e a dificuldade no acesso aos terrenos, devido à quase inexistência de estradas. O regime, apoiado nos grupos económicos e forças conservadoras, nunca colocou em questão o regime de colonia que vigorava na Madeira e que mantinha na miséria a maior parte dos agricultores»²⁷.

O continente americano foi o principal destino dos madeirenses durante o século XIX, que recebeu cerca de 98% dos nossos emigrantes. Segundo Alberto Vieira, as principais áreas de destino naquele continente eram três: Antilhas Inglesas, América do Norte e Brasil²⁸.

No século XX, sobretudo nos anos 40, dá-se um novo impulso na emigração madeirense surgindo novos destinos no horizonte. A África do Sul torna-se então destino preferencial (este país tem uma grande comunidade de madeirenses que, de acordo com o Centro de Comunidades Madeirenses e Migrações atualmente, rondará os cerca de duzentas mil)²⁹, enquanto se mantém o fluxo de saídas para o Brasil. Surge então o destino Curaçau, entre os anos 1936 e 1948, que tinha a companhia Shell a angariar mão-de-obra para a sua refinaria, atraindo um número que rondaria as quatro mil pessoas³⁰. Quanto à Venezuela, manteve desde início do seculo XX até aos anos 60 uma política de portas abertas, o que permitiu uma grande afluência de madeirenses para esse destino, calculando-se que atualmente este país tenha uma comunidade madeirense que rondará as trezentas mil pessoas³¹.

²⁵ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 141.

²⁶ VIEIRA (coord.), 2001, História da Madeira, p. 139.

²⁷ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 317.

²⁸ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, pp. 142-143.

²⁹ CCMM, 2001, Historial da Emigração da RAM.

³⁰ VIEIRA (coord.), 2001, História da Madeira, p. 144.

³¹ CCMM, 2001, Historial da Emigração da RAM.

Outros destinos dos madeirenses foram a França, a Austrália, o Canadá e o Reino Unido.

Já as províncias ultramarinas tornaram-se atrativas para os portugueses, incluindo madeirenses, a partir dos anos 60, onde o movimento de entrada naqueles territórios torna-se ininterrupto até ao ano de 1972 para Moçambique e 1973 para Angola. Esse crescimento é associado ao desenvolvimento económico vivido por aquelas colónias durante esse período³². A partir desse ano, diminui drasticamente o número de entradas de portugueses nas ex-colónias (sobretudo após o ano de 1974), iniciando-se o processo de retorno em massa.

Refira-se que o fluxo migratório para as províncias ultramarinas aqui descrito pode ser enquadrado no âmbito da migração internacional, se considerarmos a transposição de fronteiras geográficas, ou de migração interna, atendendo ao fator Estado, visto estas pessoas se deslocarem, apesar da longa distância, para territórios considerados pelo Estado português como suas províncias.

4. Colónias Portuguesas e seu Processo de Descolonização

No século XIX o continente africano tornou-se altamente tentador para as potências europeias, contribuindo para este facto a curiosidade científica, a procura crescente de produtos tropicais, a necessidade de matérias-primas e o potencial de novos mercados que a Revolução Industrial exigia. A Conferência de Berlim, em 1884, na qual participaram 14 países, incluindo Portugal, foi uma das mais importantes e visava, entre outras questões, regular o Direito Internacional Colonial.

Como resposta, Portugal intensificou a realização de viagens exploratórias e operações militares, visando a conquista dos territórios entre Angola e Moçambique e a criação do plano do Mapa Cor-de-Rosa, interferindo com os interesses britânicos, que pretendiam também ocupar a zona para exploração de ouro e outros minérios. A 11 de janeiro de 1890, o Reino Unido lançou um ultimato a Portugal, exigindo a retirada militar desse território, sob a ameaça do rompimento de relações entre as duas nações europeias. Portugal acabou cedendo às pressões britânicas, gerando reações nacionalistas e antibritânicas, assim como um movimento de contestação à Monarquia³³.

³² CASTELO, 2007, Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974), p. 176.

³³ SERRÃO, 1995, *História de Portugal*, pp 85-90.

Outro momento de forte presença portuguesa em África deu-se no início da Grande Guerra. Dada a posição geoestratégica, os territórios portugueses começaram a ser cobiçados pelas potências europeias, nomeadamente a Alemanha que se instalara a Norte de Moçambique e a Sul de Angola. Com efeito, entre 1914 e 1918, Portugal mobilizou cerca de trinta mil homens para combater em território africano.

Só depois da Constituição de 1911, sobretudo após a revisão constitucional de 1920, «se poderá falar de uma *constituição colonial portuguesa* enquanto conjunto de normas especialmente elaboradas em função da dependência dos territórios ultramarinos perante os órgãos metropolitanos de governo»³⁴.

Segundo Ribeiro, «Portugal definiu-se simultaneamente como o centro de um império colonial e como uma periferia da Europa»³⁵. Nesse sentido, em junho de 1930 foi publicado o Ato Colonial, tratando-se de um:

«diploma que pode ser classificado como a lei fundamental do imperialismo português do século XX. O Acto Colonial acabaria por vir a ser incorporado na Constituição salazarista de 1933 [...]. O Império, cuja área era 22 vezes maior do que a da metrópole, foi fundamental para a pretensão de Salazar reclamar para Portugal a duvidosa qualidade de potência mundial.»³⁶

O interesse português em África era sobretudo de cariz económico, interesse esse que, após o ano de 1945, começou a corresponder às expectativas da metrópole, pois: «Às fontes de rendimento existentes juntaram-se os primeiros lucros significativos resultantes da extração mineira (ferro em Angola e carvão em Moçambique).»³⁷

Em abril desse ano de 1945, na Conferência de S. Francisco, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), formalmente oficializada a 24 de outubro. Esta organização integrava inicialmente 51 Estados-membros fundadores e tinha como objetivo unir as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e bem-estar de todos. Nesta conferência ficou decidido, entre outras coisas, que os países deveriam transmitir ao Secretário-Geral das Nações Unidas informações estatísticas acerca das condições económicas, sociais e educacionais dos seus territórios³⁸.

³⁴ SILVA, 2019, O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974), p. XVII.

³⁵ RIBEIRO, 2004, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, p. 28.

³⁶ MACQUEEN, 1997, A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império, p. 28.

³⁷ MACQUEEN, 1997, A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império, p. 29.

³⁸ Vide Carta das Nações Unidas, assinada a 26 de junho de 1945.

No ano de 1951, Salazar procede à revisão da Constituição Portuguesa, integrando nela o Ato Colonial, onde abandona a visão imperialista, transformando as colónias e o império em "Províncias Ultramarinas", definindo Portugal como uno e pluricontinental. «A pouco e pouco, o Estado Novo limpou em definitivo, do vocabulário português, as palavras "colónia" e "colonial"»³⁹. O Governo português procurava assim «subtrair-se às disposições da Carta das Nações Unidas, que estipulavam a responsabilidade e os deveres das potências coloniais para com os territórios seus dependentes»⁴⁰.

Posteriormente, a entrada de Portugal na ONU, no ano de 1955, origina o fim da tolerância internacional quanto ao regime do Estado Novo e a sua política colonial; segundo Nuno Teixeira, «depois do confronto ideológico na Assembleia Geral da ONU chegará, para Portugal, o confronto diplomático e militar»⁴¹. Assim, apesar das inúmeras advertências por parte da ONU e dos seus países-membros, intensificadas após a entrada do país naquela organização (lembrando as obrigações exigidas pelo Capítulo XI, relativamente às colónias), «Respondeu-lhe Portugal que seus territórios eram províncias ultramarinas, partes integrantes da Metrópole, não sujeitos, portanto, aquelas determinações»⁴².

Por outro lado, desde 1950 a União Indiana reclamava a Portugal a soberania sobre os territórios de Goa, Damão e Diu (colónias até então portuguesas), vendo-se Salazar pela primeira vez confrontado com o problema da descolonização e com a possibilidade de, caso cedesse nesta questão indiana, deixar de possuir legitimidade para manter as suas restantes colónias⁴³.

Também a partir da década de 50 surgem movimentos a favor da independência de Angola: O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

Em fevereiro de 1961, começam os conflitos em Luanda, Angola, onde centenas de filiados no MPLA levam a cabo ataques armados a prisões, quartéis e estação emissora de Luanda⁴⁴. As autoridades portuguesas ripostaram contra os independentistas, prendendo centenas de suspeitos e reforçando as guarnições

³⁹ AFONSO & GOMES, 2000, Guerra Colonial, p. 20.

⁴⁰ MARQUES, 1998, História de Portugal, vol. III, Das Revoluções Liberais aos nossos dias, p. 535.

⁴¹ TEIXEIRA, 2005, «Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000», p. 109.

⁴² PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 191.

⁴³ TEIXEIRA et al., 2005, Portugal Contemporâneo, p. 109.

⁴⁴ MARQUES, 1998, História de Portugal, vol. III, Das Revoluções Liberais aos nossos dias, p. 556.

angolanas, através do envio de tropas da Metrópole. Desta feita, a 1 de maio daquele ano chegam as primeiras tropas portuguesas a Luanda, com o objetivo de proteger a população civil e preservar a titularidade das colónias. Portugal elevou assim exponencialmente o seu contingente militar no terreno de nove mil homens armados (quatro mil brancos e cinco mil negros) para, gradualmente, cerca de setenta mil homens pelo ano de 1974 (quarenta mil brancos e trinta mil negros)⁴⁵.

A guerra então desencadeada durou 13 anos, dizimou milhares de pessoas, provocou o maior êxodo populacional de portugueses e um dos maiores da Europa e fez surgir também um grande fluxo de refugiados, não só no decorrer desses anos de guerra colonial, como também com as guerras civis que se prolongaram durante vários anos após a independência de Angola e Moçambique. Curiosamente, apesar da guerra e simultaneamente, iniciou-se uma política de evolução onde «Em menos de dez anos, fez-se mais para promover o desenvolvimento do Ultramar do que nas três décadas anteriores»⁴⁶.

Entretanto, em dezembro de 1961, a União Indiana acabou por invadir e ocupar os territórios de Goa, Damão e Diu, sem que nenhum dos parceiros portugueses da NATO tenha apoiado Portugal⁴⁷. A Índia portuguesa já estava perdida e o problema estende-se para África.

Reforçavam-se os pedidos da ONU para que Portugal libertasse as colónias, situação que não acontecia, com a incompreensão e desagrado d e todos os restantes países, que iam, entretanto, dando a independência aos seus territórios colonizados. Em novembro de 1966, foi decidido pela Conferência Geral da UNESCO suspender a assistência ao governo português nas áreas educacional, científica e dos assuntos culturais, bem como, não convidar o governo português a fazer parte das atividades daquela Organização, enquanto não abandonasse a sua política de dominação colonial⁴⁸.

O fim da mais longa ditadura na história da Europa Ocidental só chegou a 25 de Abril de 1974, dia em que o governo de Marcelo Caetano⁴⁹ é deposto.

⁴⁵ MARQUES, 1998, História de Portugal, vol. III, Das Revoluções Liberais aos nossos dias, p. 558.

⁴⁶ MARQUES, 1998, História de Portugal, vol. III, Das Revoluções Liberais aos nossos dias, p. 549.

⁴⁷ TEIXEIRA et al., 2005, Portugal Contemporâneo, p. 109.

⁴⁸ UNESCO, 1973, «The United Nations Versus The World's "Last Colonial Empire"», p. 11.

⁴⁹ Marcelo Caetano havia substituído Oliveira Salazar a 27 de setembro de 1968, naquele que foi o último governo da ditadura em Portugal, quando por motivos de doença teve de ser exonerado do cargo.

Segundo Medeiros Ferreira, «A formação do II Governo Provisório, a 18 de Julho de 1974, marca indiscutivelmente, o início de um outro entendimento oficial sobre a questão ultramarina em Portugal»⁵⁰. O tema "descolonização portuguesa" ganha cada vez maior importância e passa a dominar as preocupações políticas do verão de 1974. Ainda de acordo com este autor, «a evolução do poder político em Portugal é determinada essencialmente pela descolonização entre 25 de Abril de 1974 e 28 de Setembro inclusive»⁵¹. Assim, com a mudança do regime político em Portugal, inicia-se um processo acelerado e generalizado de descolonização, fruto da «incapacidade do Estado português para garantir o controlo do processo de transição para a independência, rapidamente internacionalizado, bem como, no caso de Angola, a situação de guerra civil»⁵².

Foi a 26 julho de 1974 que o Presidente da República, general António Spínola, veio a promulgar o Decreto-lei n.º 7/74 que formalizaria «O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos»⁵³. Não obstante, Guiné-Bissau já se tinha autoproclamado independente em 1973, ou seja, um ano antes de Portugal aceitar esse facto⁵⁴.

A 7 de setembro de 1974, Portugal acorda com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) a independência de Moçambique, reconhecendo esse partido como seu representante legal. Essa data ficou marcada não apenas pela assinatura desse acordo de cessar-fogo, entre o Estado português e a FRELIMO, feito em Lusaca, mas também pela violência que se gerou no país imediatamente após essa resolução, face ao descontentamento da população lá residente (que reclamava da forma como foi conduzida a descolonização entregando o país a um único partido considerado minoritário). Em resultado, nesse mesmo dia, os ditos "colonos" revoltam-se em Lourenço Marques e vão para a rua protestar, tendo inclusivamente ocupado a Rádio Clube de Moçambique. A situação descontrolou-se de tal forma que se seguiram dias de grande violência, mortes, roubos, pânico geral na população, prisões

⁵⁰ FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 57.

⁵¹ FERREIRA, 1994, Portugal em Transe (1974-1985), p. 83.

⁵² PIRES, 2003, *Migrações e Integração*: *Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 195.

⁵³ Decreto-lei n.º 7/74, 27 de julho de 1974.

⁵⁴ FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 61.

e fuga massiva para os territórios vizinhos⁵⁵. Setembro torna-se assim sinónimo de fuga em Moçambique e a África do Sul foi o destino imediato de muitos deles. Contrariamente ao afirmado pelos dirigentes políticos e militares, essa fuga era também cada vez mais uma partida abrupta e definitiva⁵⁶.

De acordo com Medeiros Ferreira, havia sido noticiado pelo jornal "O Século", a 29 de outubro de 1974, que nesse mês encontravam-se já cerca de quinze mil pessoas em África do Sul, fugidas de Moçambique, após aqueles incidentes de 7 de setembro. Esse fluxo de saída do país aumentou progressivamente, calculando-se que um mês após a sua independência atingiu o volume de cinquenta mil pessoas. Essas partidas se fizeram sobretudo rumo a Portugal, mas também para outros países, principalmente a África do Sul⁵⁷.

Em finais de outubro desse mesmo ano «vários funcionários públicos de Moçambique declaram que a sua situação se tornou "intolerável" e pedem o "repatriamento imediato de pessoas e haveres"»⁵⁸.

Quanto a S. Tomé e Príncipe, é assinado um protocolo de acordo entre o Estado português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), a 26 de novembro de 1974, onde se reconhece aquele movimento como representante legítimo do povo daquele arquipélago⁵⁹.

O processo de descolonização de Angola foi o mais difícil e o que maiores preocupações trouxe a Portugal, isto apesar de, em termos militares, não ser uma situação tão problemática como a que existia em Moçambique e na Guiné, pois o contingente militar que Portugal tinha em Angola nos anos 70 ultrapassava os sessenta mil homens⁶⁰. Contudo, o pânico estava instalado e a população (sobretudo branca) tentava a todo o custo sair do território. Os movimentos de libertação ocupavam quartéis deixados devolutos e invadiam imóveis do Estado e habitações particulares, havendo também assaltos, ofensas à integridade física e prisões arbitrárias. Apesar das dificuldades de negociação, o acordo para a independência acabou por ser conseguido, acordado entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola: a FNLA, dirigida por Holden Roberto; o MPLA, presidido por

⁵⁵ COSTA, 2014, «Mocambique, 7 de Setembro de 1974: os dias do fim».

⁵⁶ MATOS, 2015, «Chamaram-lhes retornados».

⁵⁷ FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 85.

⁵⁸ MATOS, 2015, «Chamaram-lhes retornados», in Observador.

⁵⁹ FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 64.

⁶⁰ FERREIRA, 1994, Portugal em Transe (1974-1985), p. 71.

Agostinho Neto; e a UNITA, de Jonas Savimbi. Este acordo é oficializado em Alvor, aos 15 de janeiro de 1975, estipulando o dia 11 de novembro desse ano como data oficial para a independência de Angola.

Portugal passou assim pelo processo de descolonização, entre os anos de 1974 e 1975, altura em que terá recebido, consequentemente, cerca de meio milhão de pessoas vindas de África. Ficaram conhecidos como os "retornados" e constituíram o maior movimento populacional da história recente de Portugal.

Este processo de descolonização foi um dos que envolveu um maior número de efetivos populacionais na Europa, tendo sido apenas superado, em termos absolutos, pelo conjunto de fluxos de repatriados franceses, que incluíram mais de um milhão e seiscentas mil pessoas oriundas das colónias do Extremo Oriente e da África Ocidental e do Norte. Inclui-se nestes fluxos o originário da Argélia, que envolveu, só durante o ano de 1962, cerca de seiscentos e cinquenta mil *pieds-noirs*⁶¹.

Comparativamente com o processo inglês, foi sensivelmente idêntico em termos absolutos ao número de ingleses que regressaram ao Reino Unido (cerca de quinhentos e cinquenta mil) e ao dos italianos que abandonaram África (aproximadamente quinhentos e trinta mil), superando os números de holandeses que deixaram a Indonésia (cerca de trezentos mil), de espanhóis oriundos do Norte de África e da Guiné Equatorial (cerca de cento e cinquenta mil) e de belgas do Congo, Ruanda e Burundi (cerca de cem mil)⁶².

Contudo, em termos relativos correspondeu ao maior contingente deste tipo, uma vez que o número de retornados recebidos em Portugal representava cerca de 5% da sua população residente, enquanto em França e Holanda essas percentagens eram de, respetivamente, 3,5% e 2,6%⁶³.

Uma outra característica do fenómeno de descolonização portuguesa que gostaríamos de referir tem a ver com a sua concentração no tempo, comparável ao que sucedeu em França com os *pieds-noirs*, em que num processo bastante rápido a França recebeu os seus ex-colonos da Argélia entre os meses de fevereiro a dezembro de 1962. Também o repatriamento das ex-colónias portuguesas se deu basicamente no decorrer de um ano (1975). Contrariamente, o repatriamento de holandeses da Indonésia estendeu-se entre 1945 e 1957, desdobrando-se em quatro vagas migratórias sucessivas⁶⁴.

⁶¹ Pieds-noirs foi o nome pelo qual ficaram conhecidos os ex-colonos da Argélia retornados a França.

⁶² PIRES, 2003, Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa, p. 191.

⁶³ PIRES, 2003, Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa, p. 191.

⁶⁴ PIRES, 2003, Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa, p. 192.

5. Experiência de Vida em África

Começamos por constatar, através da análise do quadro geral dos testemunhos dos nossos inquiridos, que, entre os nascidos na Madeira, a partida para África tinha sido realizada no decorrer da década de 60. Salientamos que esse facto vai ao encontro das estatísticas, segundo as quais, após o início da guerra colonial, existiu uma intensificação da deslocação de portugueses para África, promovida pelo próprio Estado português⁶⁵.

Quanto ao motivo dessa saída rumo àquele destino, as respostas apontam para motivações de índole económica, como principal fator de atração, sendo que aquelas colónias portuguesas estavam oferecendo maiores possibilidades de trabalho e de melhoria da qualidade de vida.

Normalmente iam os homens primeiro, os quais, depois de estabelecidos, mandavam chamar a restante família (mulher e filhos), mas não raras vezes acabavam por chamar também irmãos, pais, tios primos, etc.

O nosso grupo de entrevistados vindo de Angola dedicava-se sobretudo à pesca (maior número de pessoas); os homens normalmente eram pescadores e as mulheres, quando não domésticas, eram empregadas também em fábricas de conserva de peixe. Na atividade piscatória ninguém teve dificuldade em arranjar trabalho, tendo estas pessoas se fixado nas zonas costeiras de Angola: Lobito, Benguela e Baía Farta. Já os que não estavam ligados à pesca tiveram maior dificuldade em se estabelecer num posto de trabalho e, por isso, alguns tiveram várias ocupações em África. Em relação aos que vieram de Moçambique, constata-se que eram maioritariamente professores e estudantes.

A vida em África é descrita pelos nossos entrevistados como sendo "muito boa". Fala-se de uma ligação àquele território que transcende a questão económica, referida em termos de vivências e de ligações afetivas que várias pessoas fazem questão de salientar. Uma vida facilitada, alegre, despreocupada e com muita fartura – foram os termos mais utilizados pelos informantes quando questionados acerca da experiência de vida que lá tiveram (em Angola ou Moçambique), vida essa contrária àquela que deixaram para trás na Madeira e que voltaram a encontrar quando regressaram. Vejamos alguns relatos:

⁶⁵ PIRES, 2003, Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa, p. 194.

Relativamente às condições de vida:

«Vida boa, muito, muito boa! [...] era uma terra farta!» (Maria / Angola.)

«Na altura era muito boa! Era muito facilitada a vida em Moçambique, era muito facilitada porque havia pessoal doméstico para fazer tudo, não é?! A gente não fazia nada!»⁶⁶ (Carolina / Moçambique.)

«[...] nunca mais encontro como Angola. Angola tem tudo! Não falta nada naquela terra, bom tempo, calor, chuva não, é bem pouca ou nada [...] andava sempre de calções [...]» (Sousa / Angola.)

«Muito boa, muito boa mesmo! Uma vida saudável, ganhávamos pouco⁶⁷, mas o pouco, o custo de vida era muito barato na altura, e esse pouco dava muito bem para a vida e ainda ficava [...]. Comecei a trabalhar depois da escola e com 16 anos, ainda não tinha feito 17, já tinha dinheiro para comprar mota.» (Marco / Angola.)

«Fabulosa, era muito boa [...] foi com muita pena que eu deixei Moçambique!» (Aldora / Moçambique.)

«Nós tínhamos tudo, tudo o que possa imaginar, aos dez anos eu tinha um avião a gasolina⁶⁸ [...]. Penso que devo ter sido, fui a primeira criança de Lourenço Marques que teve um carro telecomandado, isto nos anos 70, 69. Pá, sei que veio de África do Sul porque nem havia em Moçambique. Esses brinquedos fora de série só havia em África do Sul.» (Ricardo / Moçambique.)

No que concerne às relações interpessoais:

«Os vizinhos também se davam normalmente muito bem e conviviam muito porque como estavam afastados da sua família, da família consanguínea, e longe da sua terra [...] a família lá eram as pessoas que estavam ali à volta, os amigos, os vizinhos e havia uma convivência muito salutar nesse sentido. Fazíamos muitos piqueniques [...] tínhamos o jipe e fazíamos caçadas. As pessoas convidavam para ir à caça, para fazer piqueniques, e isso era muito frequente, muito frequente!» (Sara / Moçambique.)

«Por acaso, não tenho nada a dizer daquela gente, não tenho maldizer daquela gente.» (Sousa / Angola.)

«Muito bem, os portugueses relacionavam-se muito bem com aquela gente, convivíamos uns com os outros [...] fazíamos, portanto, chamadas patuscadas, eles connosco, nós com eles, íamos aos bailes em conjunto, não havia dificuldade [...] passávamos tardes a jogar às cartas.» (António / Angola.)

«A relação com aquela gente era muito boa!» (Marco / Angola.)

⁶⁶ A situação aqui descrita é relatada por vários dos nossos entrevistados de Moçambique, não se verificando o mesmo em relação aos que vieram de Angola. Neste caso em concreto, trata-se de uma família de classe social elevada; a inquirida, já nascida em Moçambique, era filha de um empresário de minas.

⁶⁷ Na pesca.

⁶⁸ Aqui temos mais um exemplo de alguém que veio de Moçambique e que tinha um nível elevado de vida; era filho de um conceituado médico em Lourenço Marques.

«Sabe que nós tivemos uma boa relação em tudo, muito amigável com a gente de lá, os negros, de maneira que não tivemos problema absolutamente nenhum!» (Aldora / Mocambique.)

«Era muito fácil, eu tinha muitas amigas negras. Cresci com elas, portanto para mim não era nada de especial, quer dizer eram pessoas como as outras, não é! E na minha turma havia negros [...] o convívio era normal, não havia problemas nenhuns.» (Laura / Moçambique.)

«Eu andava a pescar com eles, trabalhava com eles e tudo [...] às vezes ia-se para a dança e tudo.» (Carlos / Moçambique.)

6. O Retorno e a Integração na Madeira

Em Portugal, o maior movimento de retorno deu-se, conforme já vimos, entre os anos de 1974 e 1975.

Em situações normais, o retorno é muitas vezes visto com agrado pelo país de origem, uma vez que quem regressa normalmente traz consigo novos conhecimentos e experiências que poderão beneficiar o desenvolvimento do país. Contudo, para ser bem-sucedido, esse retorno necessita ser preparado com tempo, recursos e vontade por parte do migrante, condições essas que não existiram no retorno dos portugueses das ex-colónias na década de 70⁶⁹.

Na Madeira verifica-se, pela consulta do relatório dos Censos 2011 (último ano que analisou indicadores acerca do retorno de madeirenses), que 18,2% da sua população já viveu no estrangeiro durante pelo menos um ano. Os principais países de onde retornaram foram a Venezuela (37,1%), o Reino Unido (17,5%), a África do Sul (12,1%) e a França (7,5%)⁷⁰. Entretanto, estamos novamente a passar por um processo semelhante de retorno de madeirenses e/ou seus descendentes, vindos da Venezuela, com a intensificação da instabilidade política, social e económica que se vive naquele país. De acordo com o cônsul geral de Portugal em Caracas, já retomaram à Madeira cerca de nove mil pessoas vindas da Venezuela⁷¹.

Retomando o nosso objeto de estudo, a situação do retorno de África iniciou--se ainda no ano de 1974, logo após o 25 de abril, devido aos conflitos ocorridos nas cidades de Lourenço Marques e Luanda. Em consequência, presenciaram situações de

⁶⁹ CASSARINO, 2013, «Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno», p. 45.

⁷⁰ INE, 2012, Censos 2011. Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira, p. 30.

⁷¹ SOUSA, 2020, «Cerca de 9.000 luso-venezuelanos terão regressado à Madeira».

guerra e conflito antes de abandonar aqueles territórios rumo a Portugal, conforme relato que deixamos a título de exemplo:

«Depois do golpe de Estado cá em Portugal, os militantes, que nós chamávamos terroistas, que eram, eram tropas dos partidos que andavam [...] que era o MPLA, a UNITA e o FNLA [...] quando aconteceu o 25 de Abril houve uma autorização do nosso Governo, ou dos nossos políticos [...] para essa gente estar fardados e andar dentro das cidades. Que eles não estavam dentro das cidades, o que é que eles fizeram: dentro das cidades eles puseram quartéis. [...] Por vezes obrigavam qualquer um a vestir uma farda e uma metralhadora, sem saber trabalhar com uma metralhadora, até crianças eles tiveram e é claro que essa gente não sabia trabalhar, por vezes disparava à toa [...] disparar à toa, não tinham um objetivo, era como dizer: estou aqui presente, queres ouvir, eu disparo para tu ouvires que eu estou aqui.» (Marco / Angola.)

Também Maria diz que, após essa data, começaram de imediato trocas de tiros em Benguela (Angola), que se ouviam em Baía Farta onde ela morava. Inclusivamente, muitas vezes teve de fugir com a sua família, de barco, para alto mar, até que a situação em terra se acalmasse. De igual forma, relata Sara:

«Dentro das cidades estávamos sempre protegidos, a guerrilha estava no mato, no mato mesmo, não estava dentro das cidades! A partir do momento em que permitiram, e foi realmente o Governo aqui, não é?! Permitiu que os movimentos de libertação, que eram três, em Angola eram três, que entrassem dentro das cidades, eles entraram dentro das cidades e entraram armados! [...] daquilo que eu presenciei, não era propriamente com os civis, era muito entre eles, entre o MPLA, a UNITA e a FNLA [...]. Alugaram casas, penso que eram alugadas e formaram as delegações [...] e depois como não se entendiam começaram a guerrear-se dentro das cidades.» (Sara / Angola.)

O quotidiano em Angola era cada vez mais difícil, faltava o pão, deixou-se de fazer a recolha do lixo, os transportes funcionavam mal, começava-se a sentir uma generalizada falta de mão de obra e o número de pessoas a querer fugir crescia a cada dia. Perante a situação, as autoridades portuguesas:

«resolveram organizar uma "ponte aérea", que resultou num plano geral de evacuação dos nacionais ainda residentes em Angola no começo desse verão de 1975 [...] era constituída por seis ou sete aviões *Boeing 747* que fariam todos uma viagem por dia desde os primeiros dias de agosto até às vésperas da independência»⁷²

A ponte aérea que ligou Portugal a Angola foi levada a cabo pelo Estado português durante o verão de 1975. O seu objetivo consistia em retirar de Angola, até a data da sua independência, todos os portugueses que quisessem regressar ao país.

⁷² FERREIRA, 1994, Portugal em Transe (1974-1985), p. 85.

Não obstante a importância dessa medida, a ligação era feita apenas entre Portugal e a capital de Angola - Luanda. Desta forma, para quem vinha de outras localidades de Angola, existiam dificuldades acrescidas (fossem de índole financeira, logística e/ou de segurança) que consistiam em se fazer chegar àquele aeroporto. As distâncias a percorrer eram muito longas, tendo como exemplo as cidades mais citadas no nosso inquérito, verifica-se que a distância entre Malanje e Luanda é de cerca de 450 km e entre Lobito e Luanda é de 515 km, trajetos que levavam horas a serem feitos de carro. Já as pessoas que moravam em Lobito precisavam de apanhar um voo para Luanda, contudo a certa altura deixou de haver aviões no aeroporto de Lobito, e os navios grandes que também habitualmente faziam o trajeto para o Sul de Angola, deixaram de o fazer. Por outro lado, a viagem por terra era muito perigosa porque existiam ataques.

Já para quem vinha de Moçambique, a situação agravava-se, pois, as distâncias eram muito superiores. As pessoas necessitavam apanhar um voo da capital Lourenço Marques para Luanda, mas aqueles que viviam longe da capital tinham necessariamente de apanhar mais um voo (caso existisse) ou aventurar-se por terra (de carro durante horas a fio). Um exemplo demonstrativo, neste caso, é o de Tete (de onde proveio um dos nossos entrevistados), em que se demora atualmente cerca de 20 horas, de carro, até Maputo (anterior Lourenço Marques). Outro exemplo é Quelimane, que dista um pouco mais (cerca de 22 horas de carro). Desta forma, a questão financeira foi também determinante para os residentes em Moçambique quando tiveram de decidir o que fazer: permanecer, procurar deslocar-se para Luanda de forma a serem incluídos num voo da ponte aérea portuguesa ou fugir para um dos países vizinhos. Um dos nossos entrevistados narra: «só saiu de lá quem teve dinheiro para sair e a maioria foi para África do Sul de carro» (Ricardo / Moçambique).

Assim, nesta fuga de África, as pessoas passaram por inúmeras dificuldades e angústias, conforme se constata pelos testemunhos recolhidos, e quanto mais adiaram essa partida maiores dificuldades tiveram. Desde a insegurança nas estradas, passando pelo encerramento de aeroportos e o cancelamento de viagens por mar. A espera por um voo era longa e houve até pessoas que se aventuraram por mar, em pequenas embarcações de pesca, de modo a poder trazer o seu meio de subsistência para a Madeira.

Fotografia n.º 1 – Duas traineiras usadas por retornados para sair de África rumo à Madeira (Anica e Manelinha), ano de 1975

Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista

Para além dos voos da TAP (Transportadora Aérea Portuguesa), inicia-se também uma ação de colaboração internacional, com o apoio de outros países, nomeadamente Suíça, França, Estados Unidos da América, Alemanha, União Soviética e Reino Unido, que disponibilizaram aviões a Portugal de maneira a se poder transportar as pessoas que pretendessem abandonar as ex-colónias portuguesas em África o mais rapidamente possível.

Com o aproximar da data da independência de Angola, o Estado português encontrava-se, em setembro de 1975, com sérias dificuldades para conseguir deslocar o elevado número de pessoas que ainda lá se encontravam (isto a dois meses da independência daquele país), motivo pelo qual se tenta encontrar uma saída para o problema, que passava pela utilização do aeroporto de Nova Lisboa (atualmente Huambo). Esta decisão permitiu aumentar consideravelmente a resposta portuguesa à grande quantidade de solicitações, aumentando grandemente o número de voos diários daquele destino rumo a Portugal.

Estima-se que, até o mês de outubro, haviam já chegado ao continente português, por via da ponte aérea, cerca de cento e trinta e oito mil retornados⁷³.

Este fluxo prolongou-se ao longo daquele ano, atingindo o volume de cerca de meio milhão de portugueses provenientes das antigas colónias. Destes, como dissemos, cerca de oito mil vieram para a Madeira⁷⁴, o que representou na altura uma percentagem de 3,2% da população residente, atendendo ao registo dos Censos de 1970 que apontava para um volume populacional na ordem dos 251 135 indivíduos⁷⁵.

A escolha da Madeira como destino deveu-se, maioritariamente, ao facto de os retornados terem família na Ilha e/ou por ser esta a sua terra de origem. Também se constata que, ao decidirem vir para a Madeira, era já sua intenção fixar residência.

Em 1975 foi criado o Instituto de Apoio ao Regresso de Nacionais (IARN), através do Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de março. A sua missão consistia em dar apoio ao previsível afluxo de nacionais que retornavam ao país, sobretudo provindos das ex-colónias. A sua atividade centrou-se sobretudo na prestação de apoios de emergência, a nível de assistência, através de medidas sociais supletivas e apoio administrativo na «regularização de situações jurídico-administrativas indocumentadas ou não cobertas pelos procedimentos correntes da administração»⁷⁶.

⁷³ FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 86.

⁷⁴ OLIVEIRA, 2008, «A integração dos "retornados" no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda», p. 7.

⁷⁵ INE, 1980, Estatísticas Demográficas: Continente e Ilhas Adjacentes: 1976-1979, p. 23.

⁷⁶ PIRES, 2003, Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa, p. 229.

A intervenção do IARN iniciou-se em Lisboa, através do câmbio para escudos de um determinado valor monetário, havendo também dois testemunhos por nós recolhidos acerca do recebimento de um subsídio, antes do embarque para a Madeira, situação essa não confirmada pelos restantes inquiridos.

Na Madeira, este Instituto parece não ter tido um papel importante nas soluções de alojamento para os retornados (segundo os relatos dos nossos entrevistados) contrariamente ao sucedido a nível nacional. O seu principal papel, consistiu no fornecimento de bens de primeira necessidade (enlatados, mantas e roupas). Forneceu também camas para algumas pessoas que foram morar para o Forte de São João Batista (em Machico) e providenciou obras de colocação de divisórias naquele espaço com vista a facultar maior privacidade às famílias ali alojadas.

«Só o IARN, o IARN é que deu algumas peças de roupa que a gente nem trouxemos, quem vem fugido nem traz roupa». (Fernanda / Angola.)

«Era cobertor, era leite em pó [...] e deram-me dois catres para os meus filhos dormir». (Lucília / Angola.)

«Eles uma vez deram uns cobertores, umas coisas muito grossas que a minha avó chegou a casa, ela nem sequer quis aquilo, e deram-nos uns enlatados. (Carlos / Moçambique.)

Um dos nossos inquiridos diz ter também beneficiado de apoio desse Instituto para a obtenção do seu primeiro emprego, numa Comissão de Retornados, após a chegada à Madeira. E outra pessoa, beneficiou de um empréstimo facultado pelo Estado que usou para ir aos Açores comprar dois barcos de pesca para exercer a profissão de pescador na Madeira.

A experiência do retorno trouxe variadas dificuldades aos envolvidos, como, por exemplo, o terem de abandonar os seus bens, não conseguirem movimentar os seus depósitos, terem presenciado conflitos, tiroteios e passarem por uma longa espera até conseguir voo para Portugal. Para os nascidos naquelas Províncias Ultramarinas, a saída foi ainda mais penosa, sobretudo porque, para além de todo o drama vivenciado e de todas as dificuldades inerentes de ter de recomeçar uma vida em outro local (a muitos quilómetros de distância do território onde nasceram e sem possibilidade de poderem voltar), acresceu a grande deceção que foi a chegada à Madeira e o confronto com a realidade.

Na verdade, a Madeira não era nada daquilo que haviam imaginado, nem Portugal era a metrópole imponente e majestosa que lhes haviam ensinado nas escolas em África. As pessoas que ainda não conheciam a Ilha relatam a surpresa e a tristeza que tiveram ao constatar para onde tinham vindo – uma região "pobre" e "subdesenvolvida", segundo as palavras dos próprios. Para além disso, dizem ter sentido uma grande diferença em termos culturais, sobretudo na forma de ser dos madeirenses (mentalidades e comportamentos). A chegada foi, portanto, o agudizar para o drama em que se encontravam, principalmente para os mais jovens, conforme os seguintes relatos:

«Foi bastante difícil para mim, porque eu era uma criança, 'tava habituado a um tipo de vida bom, cheguei aqui, isto, a Madeira era atrasada nessa altura! [...] O choque foi esse!» (Carlos / Moçambigue.)

«Isto era um rochedo cinzento [...] isto era escuro!» (Rute / Moçambique.)

«Comparativamente a Moçambique, e então com África do Sul, isto era subdesenvolvido! Era subdesenvolvido! Eu com 17 anos entrei na faculdade, com 17 anos e tenho 62 [...] e fui viver para um apartamento no 15.º andar [...] e eu lembro-me que o último apartamento que o meu pai comprou foi num prédio de 33 andares. Agora, em Lisboa eu não vi esse cosmopolitismo e aqui na Madeira era um falso cosmopolitismo. Porque os estrangeiros, os turistas, é um mundo à parte!» (Rute / Moçambique.)

Apesar da integração na Madeira não ter sido fácil para a maioria dos nossos inquiridos, aqueles que tinham família cá contaram com o seu auxílio, tendo sido a sua principal rede de apoio, conforme relato exemplificativo de Sara, vinda de Moçambique, que diz: «tive essa, essa coisa muito boa que eu agradeço sempre a Deus, as minhas tias me terem recebido a mim e à minha mãe, com todo o carinho, com todo o amor».

Para que o referido apoio familiar se concretizasse contribuiu o facto de as pessoas terem conseguido preservar os vínculos familiares, apesar da longa distância que os separavam, laços esses mantidos sobretudo através da troca de correspondência. O facto de a maioria dos retornados estar a residir em África há relativamente pouco tempo, cerca de uma década, teve também um peso importante nesse acolhimento familiar.

Apesar das boas intenções, os acolhimentos em casa de familiares não traziam as devidas condições para a maioria das pessoas retornadas, sobretudo a nível de espaço. Isto porque os seus familiares tinham, naturalmente, a sua casa em função da dimensão familiar: ao receberem estes parentes vindos repentinamente de África (normalmente famílias com vários membros), foram também apanhados impreparados e a gestão do espaço tornou-se num grande desafio para todos os envolvidos.

Assim, como maiores dificuldades vividas ao chegar à Madeira, vários entrevistados referiram a falta de um sítio digno para morar, aliada à ausência de muitos bens de primeira necessidade:

«Olhe eu passei a guerra, mas a casa onde a minha sogra arranjou é que eu sofri! [...] Um beco, uma casa a meio de bananeiras [...] não tinha casa de banho [...] era de aluguer, já vim pagar dois contos, naquela altura!» (Cláudia / Angola.)

«Minha mãe morava num empeno mais meu irmão e a gente fomos todos morar para aquele empeno [...] olhe eu dormia de cócoras, atrás da porta para os meus filhos poderem dormir no chão deitadinhos em cima de uma roupa. E eu atrás da porta de cócoras, mais o meu marido, porque os que chegaram e os miúdos tinham que ter melhor acomodaçãozinha e o empeno era pequeninho, não cabia mais gente [...]. Eu tinha cinco filhos e a minha irmã também tinha cinco ou seis.» (Fernanda / Angola.)

Entre o grupo de retornados que foram morar para o concelho de Machico, e que ficaram hospedados em casa de familiares, existiram várias famílias que lá estiveram por pouco tempo, devido às parcas condições em que foram acomodados, optando por ir pedir ajuda na câmara municipal daquele concelho.

O papel daquela autarquia consistiu sobretudo em procurar soluções de alojamento, através do aluguer de casas a expensas camarárias. Segundo relato de Martins Júnior, presidente daquela autarquia em exercício na altura, alguns casais foram alojados no Centro de Informação Popular de Machico⁷⁷, que estava sediado num prédio da Igreja.

Encontrando-se ainda muitas famílias em dificuldades, conforme vimos anteriormente, um grupo de pessoas juntou-se para pedir ao presidente da Câmara que os deixasse ir para a capela de São Roque e para uma outra capelinha existente no forte de São João Batista. Como estas capelas não estavam a ser utilizadas nos anos 70, Martins Júnior acedeu aos pedidos e deu o seu aval.

O Centro de Informação Popular de Machico foi uma associação criada após o 25 de Abril de 1974, direcionada aos problemas socioeconómicos do concelho, e teve como fundador Martins Júnior.



Fotografia n.º 2 – Interior da Capela de S. Roque, ano de 1975

Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista.

A situação, porém, não ficou resolvida. Como o fluxo de chegada ainda se mantinha, provocando um aumento do número de retornados chegados ao concelho de Machico (e que necessitava de alojamento urgente por não terem onde ficar) aumenta o número de pedidos de auxílio. É então sugerido, pelos retornados, que Martins Júnior abrisse o forte de São João Batista, pois aquele espaço era grande, diziam, e permitiria alojar bastantes pessoas. Inicialmente hesitante, pois isso implicava cessar o projeto embrionário lá existente (creche infantil), acabou por aceitar o pedido dos retornados pois eles não tinham para onde ir.

O forte tinha dois grandes salões. Quando foi aberto aos retornados, conforme as pessoas iam ocupando o espaço «iam fazendo as suas divisões com, com cobertores [...] iam marcando os seus cantinhos: um quarto, dois» (Maria / Angola). Várias famílias foram para lá residir, cerca de 30 famílias, e ali se mantiveram durante quase três décadas, entre o ano de 1975 e 2002, altura em que finalmente foram realojados pela Câmara Municipal de Machico em apartamentos construídos para esse efeito.

Relativamente às difíceis condições de habitação às quais tiveram de se adaptar os retornados, diz José:

«Ainda foi uma sorte! Ainda foi uma sorte aquele forte estar desocupado. Porque se aquele forte estava ocupado [...] chegamos a viver lá 32 casais! Onde é que se ia pôr essas pessoas se aquele forte estava ocupado!? E sem condições nenhumas! [...] andamos nessa situação vinte e tal anos, nessa situação a viver de promessas, de promessas, promessas! Graças a Deus que conseguiram resolver esse problema, essa é mais uma fase que se ultrapassou, mas foi, foi muito, muito, muito complicado!» (José / Angola.)

Este alojamento provisório tinha parcas condições de habitabilidade, sobretudo por não se tratar de um edifício preparado para residências.

O relato de Fernanda evidencia algumas das grandes dificuldades pelas quais as pessoas que foram morar para este forte tiveram de passar:

«Tinha dois quartinhos [...] não tinha cozinha [...] tinha a casinha de banho ali e o quarto grande ficou para se fazer comida. Numa câmara de voto pusemos uma cozinheira [...] ela pôs uma no seu canto encostada à parede e eu pus no meu canto e fazia-se lá o comer. Então tinha as mesinhas que eram dos miúdos da escola, lá com as banquinhas baixinhas ponha-se o comer na mesa e tudo comia [...]. Não tinha água, tinha água, mas eles cortaram [...] arranjamos na rua uma cozinha pra se cozinhar, pra se tirar as coisas dali, foi-se andando foi-se alargando [...]. Depois a casa de banho parou de funcionar. A minha mãe também foi para lá morar, ficou num quartinho, ficava em frente. Olhe, a minha mãe fazia as necessidades na casa de banho dela saía na minha, se eu fizesse na minha saía na dela, depois corria por as paredes do andar de baixo que aqueles canos tavam todos rotos. O que é que se faz? Isto assim não pode continuar, nem para quem mora lá, nem para os outros que moravam, nem para nós! Então deixou-se de fazer serviço nas casas de banho, encerrou-se, desinfetou-se, tirou-se as pias, tirou-se tudo, deitou-se cimento, pintou-se, caiou-se e já servia para um quarto para os filhos [...]. As necessidades como se fazia: no penicão. Comprou-se um penicão e depois ia-se deitar para o mar!» (Fernanda / Angola.)

As pessoas que lá viveram, durante cerca de três décadas, passaram por inúmeras dificuldades para adaptar o espaço às suas necessidades e poder levar uma vida o mais normal possível. No entanto, beneficiaram de algo muito importante, estando na situação em que se encontravam, de grande vulnerabilidade e necessidade, foi a entreajuda que se formou entre todos os que lá viviam que, munidos de um sentimento de identidade de grupo, se apoiavam uns aos outros permitindo superar as dificuldades do seu dia a dia.



Fotografia n.º 3 – Forte de São João Batista, ano de 1975

Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista.



Fotografia n.º 4 – Pátio do Forte S. João Batista, ano de 1975

Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista.

Quanto à integração na Madeira, os retornados referem ter tido inicialmente muitas dificuldades, tanto a nível económico e de alojamento, como a nível cultural, tendo alguns sentido discriminação por parte da sociedade madeirense:

«Era outro ambiente, aqui é tudo muito pesado. Não sei, é uma coisa completamente diferente, eu quando cheguei cá eu notei, notei que as pessoas eram diferentes». (Carlos / Moçambique.)

«As maiores dificuldades foi aprender a viver num ambiente ultraconservador!» (Mariana / Moçambique.)

«Até hoje eu acho que tenho uma postura própria talvez influenciada por ter nascido em África [...]. Tenho às vezes opiniões muito próprias e acho que são influenciadas por isso. Que as pessoas aqui, como vivem num meio pequeno, isto aqui é tudo muito bonito, que é, mas às vezes as perspetivas são, são, são fechadas! Não são amplas e isso às vezes eu noto.» (Carlos / Moçambique.)

«Atrasados no ponto: eram muito fechados, 'tás a entender?! Nós eramos mais evoluídos [...] mais abertos, não se tinha tantos complexos. Se quisesse dizer uma asneirada dizia, tudo na brincadeira, sabendo que a asneirada que eu tou a dizer não tou a ofender. Aqui era o contrário, a asneirada era para ofender!» (Marco / Angola.)

«As pessoas não se mexiam e era complicado incutir coisas novas, ainda hoje é complicado. Ainda hoje o madeirense é muito adverso à mudança, leva tempo até assimilar que vai mudar [...] foi o que eu notei. Pronto tinha alguma dificuldade [...] agora de resto, o trabalho em si funcionava». (Manuel / Moçambique.)

Era uma sociedade um bocadinho fechada, eu achei, pronto. E não era fácil a pessoa integrar-se e depois também muito crítica na altura [...]. Também lá eu 'tava integrada em grupos de desporto, 'tá a ver? Praticava desporto, tinha outros objetivos, portanto e não ligava tanto a roupas, nem a sapatos, nem a carteiras e aqui uma das coisas que eu notei aqui é que toda a gente reparava nesse tipo de coisas. E depois acabei por ser igual, pronto, depois apanhei as coisas todas também, 'tá a ver? [...] Notava mesmo nas conversas de café que as pessoas conversavam muito sobre esses aspetos [...] também o acesso às notícias não era tão fácil na altura [...] se calhar por esse facto é que as pessoas ligavam mais a essas coisinhas mundanas, 'tá a ver?» (Laura / Moçambique.)

Havia muita pobreza e falta de qualidade de vida, nomeadamente problemas de saneamento e salubridade, que contrastava fortemente com a vida a que os retornados se haviam habituado em África: aquela terra de abundância, segundo descrição dos próprios, com grande variedade de produtos e um custo de vida muito baixo. Essas condições propiciavam, mesmo àqueles que não tinham grandes vencimentos (como era o caso dos pescadores que fazem parte da nossa amostra), uma qualidade de vida muito superior àquela que tiveram na Madeira.

O subdesenvolvimento existente na Madeira foi uma grande surpresa para as pessoas que não conheciam a Ilha, sobretudo para os mais jovens, que dizem:

«Vivemos, estudamos e casamos em Moçambique, nunca saímos de Moçambique para vir para Portugal. Era-nos incutido lá a ideia de que Lisboa era a capital do império, Europa é que era o desenvolvimento e que nós lá estávamos atrasados! Isso era-nos incutido na escola!» (Manuel / Moçambique.)

«A ilha da Madeira era a terra dos meus pais e a minha terra, mas não conhecia nada disto! Depois de cá chegar fiquei desiludido.» (Marco / Angola.)

A nível económico, todos sentiram dificuldades por não poderem trazer dinheiro (excetuado uma pequena verba) nem os seus bens:

«Maiores dificuldades foi começar a vida do zero, uma luta grande [...]. Chegar sem nada, 'tar dependente da família, 'tar dependente do tio, da tia, do primo!» (Marco / Angola.)

«Claro, a experiência não foi lá muito famosa, não é?! Eu dependente dos meus pais, não é, mas senti que eles estavam em dificuldades, não é?! Vieram de mãos vazias!» (Nicolau / Moçambique.)

«Porque nós tínhamos um nível de vida baixo, mas não passávamos fome, tínhamos a nossa comidinha, a nossa roupinha, tínhamos tudo isso e chegamos aqui sem nada! Com a roupa no corpo! Muitos de nós, a gente andava com uma calça o dia, a minha mãe tinha de chegar à noite lavar a calça para vestirmos no outro dia, porque não tínhamos! Não nos deram possibilidade do pouco que lá tínhamos trazer!» (José / Angola.)

«Penso que foi a falta de dinheiro, porque foi recomeçar uma vida de novo, tudo o que ele tinha deixou em África [...] houve grandes dificuldades!» (Ricardo / Moçambique.)

Já a nível cultural, são sobretudo os nascidos em África e que não conheciam ainda a Madeira que relatam a grande dificuldade que sentiram em se adaptar, porque, de acordo com os próprios, as pessoas eram mais fechadas, receosas, desconfiadas e com dificuldade em receber e aceitar "o outro".

«Era um meio diferente [...] havia uma maior cumplicidade entre os amigos, não havia rivalidades [...] é raro encontrar bons amigos aqui!» (Nicolau / Moçambique.)

«Era uma inveja [...] temos uma maneira de ser diferente. Quer queiramos, quer não. Por fruto da nossa vivência em África, por fruto de tudo, ainda hoje temos uma maneira, uma postura de estar, uma maneira diferente!» (Manuel / Moçambique.)

Já em relação à forma de viver e conviver (incluindo a ocupação dos tempos livres), houve pessoas que sentiram grande ausência de atividades na Madeira (comparativamente a África). Entre os que vieram, sobretudo os que tinham mais posses (onde se destaca a totalidade das pessoas vindas de Moçambique), a vida em África era culturalmente ativa e diversificada. Não esqueçamos que tanto Luanda como Lourenço Marques eram consideradas, naqueles anos 70, cidades cosmopolitas com elevado nível de vida e vários tipos de entretenimento.

Outra diferença referenciada reporta-se a costumes, pois, de acordo com relatos, a população branca em África beneficiava de maior liberdade: por exemplo, as mulheres já usavam biquíni na praia e minissaias e muitas conduziam, o que era quase impensável na Madeira e também em Portugal continental, sendo por isso olhadas pelos populares com desdém.

Outras diferenças salientadas são as estruturas arquitetónicas, a alimentação, os bens de consumo e o clima. Havia naquelas cidades de África maior progresso: existência de grandes avenidas e modernos edifícios. Moçambique dispunha de uma diversidade alimentar considerável (resultante de ser um polo multicultural), sendo a comida indiana, por exemplo, muito usada, assim como géneros alimentícios desconhecidos na Madeira, como a *fast-food* e a Coca-Cola.

«Fui muito influenciado e ainda sou, porque eu gosto muito daquelas coisas exóticas [...] gosto daquela comida africana e de vez em quando a minha mãe ainda faz umas coisas». (Carlos / Moçambique.)

Para além destes fatores, faz-se referência à limitação de espaço e à orografia da ilha como dificuldades:

«Tive que me adaptar também, não é! Porque lá eu andava de bicicleta, à vontade, era pegar na bicicleta e andar, aqui não [...] vivia na Camacha, que é tudo em declive e frio no Inverno.» (Laura / Moçambique.)

«É porque lá você corria, corria sei lá, fazia cinco ou seis mil quilómetros à boleia de uma cidade para outra [...] não tinha fim! Quando cá cheguei fiquei desiludido olhava para um lado mar, mar, isto é tão pequeninho!» (Marco / Angola.)

Constata-se, pelos relatos recolhidos, que ainda hoje as pessoas vindas de África têm na memória a existência de diferenças substanciais entre a vida que tinham e a vida na Madeira, seja a nível económico, como de desenvolvimento e cultura. Todas essas diferenças trouxeram grandes desafios à adaptação destas pessoas, sendo que as dificuldades foram-se amenizando e superando com o tempo.

Por outro lado, verifica-se que o facto de os retornados terem conseguido voltar rapidamente à vida ativa na Madeira, através do trabalho ou do retomar dos estudos, contribuiu grandemente para a sua integração. Para além da relativa facilidade e rapidez com que encontraram trabalho, foi possível verificar que esse retomar deu-se em ocupações muito similares às que tinham em África. Os pescadores voltaram para a pesca, pois não faltava trabalho nessa área; as senhoras domésticas mantiveram essa condição; os professores voltaram a dar aulas⁷⁸; os alunos continuaram os seus estudos; e algumas pessoas que trabalhavam em serviços encontraram também ocupação em áreas similares. Não existiram casos de desemprego de longa duração no nosso grupo de inquiridos.

Sabemos que a entrada no mercado do trabalho tem um peso considerável na integração das pessoas em idade adulta, conforme vários estudos sociológicos assim o evidenciam, portanto, este rápido retomar da vida ativa (seja através do trabalho, seja através do retomar dos estudos) teve indubitavelmente um papel crucial na integração dos retornados madeirenses. Efetivamente, estas pessoas consideram-se atualmente bem integradas, segundo relatos dos próprios, não obstante as dificuldades por que passaram inicialmente.

O facto não exclui, contudo, dificuldades iniciais na integração, conforme relatos:

«A comida era outra, era tudo diferente, senti bastante. A escola também era diferente [...] aqui quando a professora mandava ler eu levantava-me e aqui era um motivo de chacota [...]. Depois olha, é como tudo, a pessoa tem de se sujeitar e habitua-se. [...] é fácil nessa altura fazer amizades, não tive problemas.» (Carlos / Moçambique.)

«Notava-se perfeitamente era grupos no início [...] por exemplo, nós sempre tivemos rivalidades, entre aspas, com os angolanos [...] mas quando, quando surgia uma situação de atrito com alguém do continente os africanos automaticamente 'tavam todos logo, todos unidos!» (Ricardo / Moçambique.)

Apesar de não terem beneficiado da inclusão no quadro de adidos, porque não estavam nos quadros em África, vieram numa altura em que se abriam concursos para a contratação de professores, e eles, que tinham mais formação do que a maioria dos professores da Madeira, conseguiram logo colocação.

«Ao princípio foi difícil, foi difícil, nã... não gostava». (Carlos / Moçambique.)

«Muita hostilidade, só que depois acabamos por nos integrar.» (Rute / Moçambique.)

Relativamente ao acolhimento dos madeirenses, as respostas são maioritariamente positivas: os retornados dizem ter sido bem-recebidos pela população em geral. Relativamente a discriminação, responderam em maior número não ter sentido isso. Não obstante ser esta a opinião por eles manifestada, pela análise dos seus relatos é possível concluir que afinal existiu descriminação, evidenciada sobretudo através das "bocas" ofensivas que lhes eram dirigidas.

«Eu ouvia retornada, não sei quê, mas isso a mim nunca me incomodou, nunca me senti maltratada». (Sara / Angola.)

«A gente ia-se a uma barraca elas diziam "ah, as retornadas vieram, comeram tudo!" [...], mas, além de eu 'tar na minha terra fomos mal recebidas porque vinha-se retornadas. Eu não vim retornada eu vim para a minha terra!» (Maria / Angola.)

«Olhe, não me afetava nada porque realmente eramos retornados, nesse aspeto eramos, nunca achei que houvesse assim um cunho pejorativo sobre o assunto. Se calhar havia, para certas pessoas, não sei, se calhar havia, mas eu nunca liguei, sabe!» (Laura / Moçambique.)

«Na altura era muito complicado, na altura só a palavra retornado já doía, foi muito complicado [...] não gosto porque há pessoas que pensam que os retornados "ah o retornado veio tirar o posto de trabalho dos que cá estavam" É mentira! Porque o retornado, o retornado é português como os que cá estavam. Eu sinto-me madeirense como aquele que nunca emigrou [...] não aceito que uma pessoa que sempre viveu na Madeira e que passe por mim e me chame retornado porque eu, eu quando vim, vim de uma parcela de território portuguesa, não é?! Não vim de um país estrangeiro, vim de uma parcela de território portuguesa! Como aconteceu a mim podia acontecer a essas pessoas que dizem esses nomes.» (José / Angola.)

Para José (Angola), os retornados eram mal vistos em todos os sítios para onde iam, fosse ao centro de saúde, ao médico, ou a uma repartição pública. Já Mariana diz nunca ter tido problemas, mas, no decorrer da sua profissão como professora, presenciou muitas vezes episódios de *bullying* a alunos seus, vindos de África, perpetrados por alunos madeirenses – e considera que esses, sim, sofreram muito.

Já Sara diz ter sido bem-recebida:

«Nunca me maltrataram, pelo contrário. Os meus alunos, eu tinha 18, os meus alunos tinham 13, 12 e 14, pronto, depois eu tinha a viola e pronto [...] nunca me senti maltratada». (Sara / Angola.)

Quanto a Maria V., esta senhora não permitia que a incomodassem, diz:

«Não menina, eu tava na minha terra e ia-me sentir descriminada porquê? Mas eles mandavam, também ouviam!» (Maria V. / Angola.)

Apesar das dificuldades pelas quais tiveram de passar, os nossos inquiridos dizem sentir-se adaptados e não perspetivam a sua vida em outro lugar. Mesmo para aqueles que anseiam regressar a África, para "matar saudades" do período lá vivido, a quase totalidade dos inquiridos não pondera a hipótese de voltar a viver lá porque, dizem, aquilo "não é o que era".

Regra geral, os informantes neste estudo não voltaram à ex-Província Ultramarina onde viveram. Os motivos prendem-se com as suas memórias do período pré-retorno, razões económicas e falta de segurança. Ainda assim, houve quem já voltasse a visitar a terra, familiares e amigos (apenas três pessoas, todas naturais de África).

7. Reflexões Finais

O estudo aqui apresentado incidiu sobre a situação vivida por um grupo de retornados vindos para a Madeira após a descolonização portuguesa em África. A análise dos seus testemunhos permite-nos vislumbrar uma das vertentes deste episódio específico da história madeirense.

Verifica-se que o maior número de deslocações para as ex-colónias portuguesas em África, de Angola e Moçambique, ocorreu nos anos 60.

Os principais locais de destino em Angola foram a sua capital Luanda e as cidades de Lobito, Benguela e Baía Farta e em Moçambique as pessoas concentraram-se sobretudo na capital Lourenço Marques.

O principal motivo da partida relacionava-se com problemas financeiros e de subsistência na Madeira, onde a população vivia na pobreza e basicamente da agricultura. Para além desses fatores de repulsão no destino de origem, acresciam fatores de atração ao local de destino, como: a) facilidades para quem quisesse embarcar para aqueles territórios através da redução dos custos e da burocracia do processo; b) promoção da reunificação familiar; c) boas oportunidades de trabalho; e d) qualidade de vida lá existente. A intenção política por detrás da facilitação destes processos, por parte do Estado português, seria aumentar o povoamento de população branca tanto em Angola como em Moçambique.

Relativamente à vida em África, as pessoas que lá viveram descrevem-na como "muito boa", não só em termos económicos e de condições de vida, mas também a nível social, relativamente a vivência e a ligações afetivas que se geravam entre vizinhos.

Uma vida facilitada, alegre, despreocupada e com muita fartura, é assim descrita a vida em Angola e Moçambique, contrária àquela que deixaram para trás quando saíram da Madeira e que voltaram a encontrar no seu regresso.

Os portugueses começaram a abandonar o continente africano ainda no ano de 1974, mas o maior fluxo de regresso ocorre entre os anos de 1975 e 1976. Nessa fuga, as pessoas passaram por inúmeras e diversificadas dificuldades, desde a insegurança nas estradas, passando pelo encerramento de aeroportos e o cancelamento de viagens por mar.

Enquanto isso, Portugal reunia apoios internacionais para fazer uma deslocação massiva de todos os portugueses que quisessem regressar ao país. Foi assim criada uma ponte aérea que unia Portugal a Luanda (Angola), mas como essa ligação fazia-se apenas a partir do aeroporto daquela capital, os residentes em outras cidades tiveram maiores dificuldades na deslocação (os voos para aquela capital eram escassos e as estradas muito perigosas). Essa foi uma das razões pelas quais muitos dos residentes em Lourenço Marques optaram por emigrar para a África do Sul, mais próxima e para onde conseguiam viajar de carro, ao invés de regressar a Portugal.

Relativamente ao destino Madeira, verifica-se que nem todos os que vieram eram naturais, havendo pessoas nascidas em Angola e Moçambique, filhos de indivíduos que haviam se instalado naqueles países muito antes. Por esse motivo não se consideram retornados, mas sim refugiados. Chegadas ao destino, estas pessoas passaram por maiores dificuldades de adaptação comparativamente aos nascidos cá, relatando sentimentos como deceção, tristeza e surpresa. Na escola tinham aprendido sobre uma metrópole desenvolvida que não encontraram na capital portuguesa, nem muito menos na Madeira; pelo contrário, deparam-se com uma região considerada muito pobre e subdesenvolvida e com baixa qualidade de vida. Essas condições, aliadas às diferenças que sentiram a nível de postura e de forma de estar dos madeirenses, levou-os a ter de passar por aquilo que se entende como um choque cultural.

Assim, a integração na Madeira trouxe inicialmente muitas dificuldades, tanto a nível económico e de alojamento, como a nível cultural, tendo algumas pessoas sentido também alguma discriminação por parte da sociedade madeirense.

A Câmara Municipal de Machico teve um papel importante no alojamento de várias famílias daquele concelho, feito através da disponibilização de algumas casas (aluguer a cargo daquela autarquia) e da permissão para que várias famílias (cerca de 30) fossem residir para o forte de São João Batista e a capela de São Roque. Estes alojamentos provisórios tinham, evidentemente, parcas condições de habitabilidade, sobretudo pelo facto de não se tratar de locais residenciais.

As pessoas que viveram no referido forte, durante cerca de três décadas, passaram por inúmeras dificuldades para adaptar aquele espaço às suas necessidades e ter um mínimo de condições de habitação, no entanto, beneficiaram de algo que lhes foi muito útil na altura: a entreajuda que se formou entre todos os que lá viviam. Este apoio que davam uns aos outros foi uma importante ajuda para conseguirem superar, na medida do possível, as dificuldades do seu dia a dia.

Todas as dificuldades anteriormente descritas, de vivência em ambiente de guerra, fuga daqueles territórios, começar uma vida "do zero" na Madeira e enfrentar a hostilidade e o choque cultural na Ilha, foram sendo ultrapassadas com o tempo. Tiveram os retornados para isso o apoio da família, seu principal amparo. Por outro lado, o facto de terem conseguido voltar rapidamente à vida ativa na Madeira, através do trabalho ou do retomar dos estudos, contribuiu grandemente para a sua integração social.

Atualmente consideram-se bem integrados na Madeira e, regra geral, não voltaram à ex-Província Ultramarina onde viveram. Os motivos prendem-se com as suas memórias do período pré-retorno, questões económicas e de falta de segurança que se tem vivido naqueles países.

Para concluir, damos nota de que a Madeira tem vindo a receber novamente um grande número de retornados, desta vez provindos da Venezuela, fruto da grande instabilidade política, social e económica que lá se vive, sendo que as características deste fluxo se assemelham ao caso que aqui apresentamos.

Pretendemos, com este estudo, não apenas divulgar um episódio importante vivido pela sociedade madeirense, como também deixar uma pequena contribuição para a literatura científica já existente sobre a temática das deslocações forçadas no nosso país e, mais particularmente, sobre este movimento de retorno pós-descolonização.

Bibliografia e Webgrafia⁷⁹

ACIDI, 2013, Diagnóstico da População Imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades, disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/EstudoNacional_Web.pdf/54b9d9df-c68f-48ea-bfeb-cbfda776ad46, consultado a 9 de dezembro de 2016.

⁷⁹ Inclui títulos citados e outros ainda que se revelaram relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

- ACM, 2009, *Glossário sobre Migração*, disponível em http://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b, consultado a 9 de dezembro 2016.
- ACNUR, 2019, Global Trends Forced Displacement in 2019, disponível em https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.63459759.1871685821.1609770012-396966400.1607514273, consultado a 4 de janeiro de 2021
- AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos, 2000, Guerra Colonial, Lisboa, Editorial Notícias.
- AMORIM, Rogério, 2015, *O Adeus a Angola. Diário da fuga pela Costa dos Esqueletos*, Vila do Conde, Editora Verso da História.
- ARANGO, Joaquín, 2003, «La explicación Teórica de Las Migraciones: Luz Y Sombra», in *Red Internacional de Migración y Desarrollo*, n.º 1, disponível em https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=66000102, consultado a 4 de janeiro de 2021.
- BOSWELL, Christina, 2003, European Migration Policies in Flux. Changing Patterns of Inclusion and Exclusion, London, Blackwell Publishing.
- CABECINHAS, Rosa, FEIJÓ, João, 2010, «Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths», in *International Journal of Conflict and Violence*, vol. 4, pp. 28-44, disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11738/1/Cabecinhas%20&%20Feij%C3%B3%202010%20IJCV. pdf, consultado a 10 de julho de 2017.
- CARMO, Hermano & FERREIRA, Manuela, 1998, *Metodologia da Investigação Guia para Auto-Aprendizagem*, 2.ª ed., Lisboa, Universidade Aberta.
- CASSARINO, Jean-Pierre, 2013, «Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno», in *Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana Brasília*, ano XXI, n.º 41, pp. 21-54, disponível em http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/402, consultado a 20 de novembro 2016.
- CASTELO, Cláudia, 2007, Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974), Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2006, «Apresentação: Memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 9/10, pp. 9-21, disponível em https://cea.revues.org/1195, consultado a 17 de setembro 2016.
- CASTLES, Stephen, 2000, «Las migraciones internacionales 2000», in *Revista internacional de ciências sociales*, n.º 65, pp. 17-32, disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/165-fulltextspa165.pdf, consultado a 16 de agosto 2016.

- CASTLES, Stephen, 2005, Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais, Lisboa, Editora Fim de Século.
- CCMM, 2001, *Historial da Emigração da RAM*, disponível em https://ccmm.madeira. gov.pt/index.php/emigracao/historial-da-emigracao, consultado a 15 de janeiro de 2021.
- COSTA, Joaquim T., 2002, *Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta.
- COSTA, Miguel, 2014, «Moçambique, 7 de Setembro de 1974: os dias do fim», in *Observador*, 7 de setembro de 2014, disponível em http://observador.pt/opiniao/mocambique-7-de-setembro-de-1974-os-dias-fim/, consultado a 16 de agosto 2016.
- COSTA, Paulo, 2015, «O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português», in *Política & Sociedade*, 14(30), pp. 56-71, disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n30p56/30354, consultado a 10 de janeiro de 2016.
- Decreto-lei n.º 7/74, 27 de julho de 1974, in *Diário do Governo*, n.º 174/1974, 1.º Suplemento, Série I.
- FERREIRA, José M., 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, 8.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de* Portugal, Lisboa, Editorial Estampa.
- FERRO, Marc, 1994, História das Colonizações, Lisboa, Editorial Estampa.
- GOMES, Joselin, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GUERRA, João Paulo, 2009, *Descolonização Portuguesa*. O Regresso das Caravelas, Lisboa, Oficina do Livro.
- HENRIQUES, Isabel, 2015, «Colonialismo e História», in *Dicionário de Historiadores Portugueses*, disponível em http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_colonialismo_hist.htm, consultado a 28 de agosto de 2016.
- INE, 1980, Estatísticas Demográficas: Continente e Ilhas Adjacentes: 1976-1979, Lisboa, INE, disponível em https://www.ine.pt/xurl/pub/258968200, consultado a 13 de janeiro de 2021.
- INE, 2012, Censos 2011. Resultados Definitivos Região Autónoma da Madeira, Lisboa, disponível em https://estatistica.madeira.gov.pt/jdownloads/Social/Populao%20e%20Condies%20Sociais/Censos/Censos%20%20Publicaes/pdf_-_censos_2011_ram.pdf_consultado a 24 de agosto de 2016.
- VIEIRA, Rui, FREITAS, João Abel de, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», in FREITAS, João Abel de (coord.), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.

- MACQUEEN, Norrie, 1997, A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império, Lisboa, Editora Inquérito.
- MARQUES, A. H. Oliveira, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, 13.ª ed., Lisboa, Editora Presença.
- MARQUES, Alexandra, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», in *Rev. Inter. Ciências Humanas*, vol. 2, n.º 2, pp. 1-12, disponível em https://www.journals.epistemopolis.org/revHUMAN/article/download/706/276, consultado a 24 de agosto de 2016.
- MATOS, Helena, 2015, «Há 40 anos, o desespero dos retornados: Tirem-nos daqui?», in *Observador*, 19 de setembro de 2015, disponível em http://observador.pt/especiais/tirem-nos-daqui/, consultado a 7 de setembro de 2016.
- MATOS, Helena, 2015, «Chamaram-lhes retornados», in *Observador*, 11 de abril de 2015, disponível em https://observador.pt/especiais/chamaram-lhes-retornados/, consultado a 16 de agosto 2016.
- OLIVEIRA, Nelson, 2008, «A integração dos "retornados" no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda», in *VI Congresso português de sociologia. Mundos Sociais: saberes e práticas*, n.º 150, disponível em http://associacaoportuguesasociologia. pt/vicongresso/pdfs/150.pdf, consultado a 2 de janeiro de 2016.
- ONU, Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, 1998, *Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos*, disponível em https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/GP_Portuguese.pdf, consultado a 22 de novembro de 2016.
- PIRES, Rui Pena *et al.*, 1987, *Os retornados: Um estudo sociográfico*, Caderno 14, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- PIRES, Rui Pena, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- PIRES, Rui Pena (coord.) et al., 2019, Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2019, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19255, consultado a 5 de janeiro de 2020.
- PORTES, Alejandro, 2006, Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração, Lisboa, Editora Fim de Século.
- RAMOS, Natália, 2009, «Saúde, migração e direitos humanos», in *Mudanças Psicologia da Saúde*, vol. 17, n.º 1, pp. 1-11, disponível em https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/1924/1938, consultado a 7 de julho de 2017.

- RAMOS, Natália, 2013, «Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas», in PINA, Helena et al. (eds.), The Overarching Issues of the European Space: strategies for spatial (re)planning based on innovation, sustainability and change, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, pp. 343-360, disponível em http://hdl.handle.net/10400.2/7707, consultado a 7 de janeiro de 2021.
- RIBEIRO, Margarida, 2004, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Centro de Estudos Sociais, Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Teresa, 2010, «Dinâmicas migratórias e riscos de segurança: A velha Europa», in *Relações Internacionais*, n.º 26, pp. 113-129, disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=\$1645-91992010000200010, consultado a 2 de maio de 2017.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) *et al.*, 1995, *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SCHIEFER, Ulrich & ALMEIDA, Filipa, 2010, *Meio século de migrações forçadas em África*, Observare. Universidade Autónoma de Lisboa, disponível em https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1076, consultado a 24 de maio 2017.
- SERRÃO, Joaquim, 1995, *História de Portugal*, vol. IX, *O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, Editora Verbo
- SILVA, António, 2019, *O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974)*, Lisboa, Imprensa de História Contemporânea, disponível em https://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt/silvaad2019/, consultado a 13 de janeiro de 2021.
- SOUSA, Jorge, 2020, «Cerca de 9.000 luso-venezuelanos terão regressado à Madeira», in *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 2020, Funchal, disponível em https://www.dnoticias.pt/2020/8/26/71743-cerca-de-9000-luso-venezuelanos-terao-regressado-a-madeira, consultado a 10 de dezembro de 2020.
- SOUTO, Odete, 2017, Os retornados de África Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira. Dissertação de mestrado em Relações Interculturais Universidade Aberta, Lisboa.
- TEIXEIRA, Nuno, 2005, «Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000», in PINTO, António C. (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Editora Dom Quixote, pp. 87-116.

- UNESCO, 1973, «The United Nations Versus The World's "Last Colonial Empire"», in *The UNESCO Courier "Portuguese" Africa the struggle for independence*, pp. 9-11, disponível em https://en.unesco.org/courier/novembre-1973, consultado a 11 de janeiro de 2021.
- VIEIRA, Alberto (coord.) *et al.*, 2001, *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- VIEIRA, Susana, 2013, Vindos de África: "retornados" e "desalojados" em Braga (1974-1977), dissertação de mestrado, Universidade do Minho, disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29296, consultado a 2 de janeiro de 2016.

A Estrutura Empresarial da Madeira no Período Pós-Adesão à Comunidade Europeia (1988-2008): Análises de Desempenho¹

The Business Structure of Madeira in the Post-Accession Period to the European Community (1988-2008): Performance Analysis

Jorge José de Aguiar Ramos²

Resumo

O presente artigo realiza uma análise do desempenho sectorial do tecido empresarial da RAM no período 1988-2008³. Através da observação dos resultados financeiros

Índice de siglas e abreviaturas: AF – Autonomia Financeira; AL – Ativo Líquido; CE – Comunidade Europeia; CF – Cash Flow; CF/VN – Cash Flow / Volume de Negócios; CINM – Centro Internacional de Negócios da Madeira; COM – Comércio; COMdesinf – Comércio, dados desinflacionados; CP – Capital Próprio; EMP – Empresas com Maior Participação; FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; IDE – Investimento de Desenvolvimento Económico; IND – Indústria; INDdesinf – Indústria, dados desinflacionados; ICT – Information and Communications Tecnology (Tecnologia de Informação e Comunicação); INE – Instituto Nacional de Estatística; IPC – Índice de Preços ao Consumidor; PIDDAR – Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira; PIBRpm – Produto Interno Bruto Regional a preços de mercado; PME – Pequenas e Médias Empresas; POPRAM – Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira; RAM – Região Autónoma da Madeira; ROE – Rendibilidade do Capital Próprio; RLE – Resultado Líquido do Exercício; ROA – Rendibilidade do Ativo; RV – Rendibilidade das Vendas; RUP – Regiões Ultraperiféricas; SER – Serviços; SERdesinf – Serviços, dados desinflacionados; VAB – Valor Atual Bruto; Σ - Somatório; Vs – Versus;

Professor do Quadro da RAM em Economia e Contabilidade, requisitado no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciado em Economia e Mestre em Economia pela Universidade da Madeira, com dissertação intitulada Qual a Evolução do Tecido Empresarial da RAM a Nível Sectorial no Período Pós-adesão à CE (1988-2008)? com orientação do Prof. Doutor Ricardo Fabrício e do Prof. Doutor António Manuel Martins de Almeida. Contacto eletrónico: jorgejjramos@gmail.com.

O presente artigo tem por base uma abordagem de dados realizada no âmbito dos estudos de formação avançada em ciências económicas (Mestrado em Economia) ministrado pela Universidade da Madeira. No atual artigo foram introduzidas novas abordagens aos dados da amostra entre as quais a inclusão de somatórios dos indicadores financeiros globais e por atividade e da diferenciação dos resultados de um denominado Topo 5, em comparação com os resultados da globalidade das empresas em amostra. O objetivo da criação de um "pódio" ao qual denominamos de Topo 5 permite

das empresas da amostra existe a pretensão de refletir sobre o desempenho de cada sector empresarial face aos desafios da ultraperiferia regional e do contexto de pós-integração europeia. O artigo tem a pretensão de analisar os níveis de crescimento e desempenho empresarial do comércio, da indústria e dos serviços, comparando-os entre si, contextualizando com os acontecimentos económicos e especificidades da economia regional. A amostra de conveniência contém dados contabilísticos de 545 empresas do tecido empresarial regional, que participaram na iniciativa anual das 100 Maiores Empresas da RAM. Os dados da amostra constituem-se como a única base de dados de cariz semipúblico regional⁴.

Palavras-chave: Região Autónoma da Madeira; Indicadores Económicos; 100 Maiores Empresas.

Abstract

This article analyzes the sectoral performance of the firms of the Autonomous Region of Madeira (RAM) in the period between 1988 and 2008. By observing the financial results of the sampled companies, the aim is to study the performance of each business sector facing the challenges of ultra-peripheral regions in the context of post-European integration. The article analyzes the levels of growth and business dynamics of trade, industry and services, comparing them with each other, putting them into context with the economic events and specificities of the regional economy. The convenience sample contains accounting data from 545 companies in the regional business fabric, which took part in the annual initiative of the 100 largest companies in RAM. The sample data is the only regional semi-public database.

Keywords: Autonomous Region of Madeira; Economic Indicators; 100 Largest Companies.

Introdução

No presente artigo pretende-se analisar um conjunto de dados com a finalidade de comparar desempenhos anuais das empresas madeirenses no período compreendido entre 1988 e 2008, através da análise das taxas de crescimento da produtividade e das dinâmicas das três atividades (comércio, indústria e serviços) presentes na amostra. A observação de dados financeiros do tecido empresarial regional

identificar a proporção que cinco empresas representam no total de empresas concorrentes e assim poder analisar os níveis de predominância de empresas dominantes. Ao estudo de correlação entre os dados da amostra e aos dados públicos do Produto Interno Produto Regional da Direção Regional de Estatística da Madeira foram acrescentados os resultados da Correlação de *Pearson* com a Empregabilidade, de forma a poder verificar a correlação desta variável e analisar os desempenhos das atividades em comparação com o emprego, aferindo a produtividade.

⁴ Os dados foram cedidos pela Previsão e Empresa de Consultadoria e Assessoria Empresarial, S.A – ECAM, instituições responsáveis pela recolha dos dados financeiros das empresas concorrentes. Parcialmente foram consultados dados em documentação/mapas/publicações periódicas no Arquivo e Biblioteca da Madeira.

neste período coincidente com a pós-adesão à Comunidade Europeia assume-se como uma análise válida, essencialmente pela escassez de informação disponível. A verificação dos dados financeiros disponibilizados através do projeto 100 Maiores Empresas⁵ permite realizar um estudo do desempenho do tecido empresarial da RAM suportado por dados financeiros de cariz privado cedidos pelas empresas concorrentes, dados que dificilmente estariam disponíveis para consulta, tendo em conta que os agentes empresariais têm alguma reserva em ceder informação empresarial relevante. Este estudo pretende, partindo de uma perspetiva de análise sectorial extrair conclusões sobre a dinâmica empresarial no contexto regional, decisivamente influenciado pelo contexto natural e geográfico. Assim, tendo em conta as especificidades da economia da RAM, como região insular e periférica, e os múltiplos desafios a que a atividade empresarial regional está sujeita, o conhecimento do desempenho da economia regional constitui-se como benéfico para uma análise consistente do modelo de desenvolvimento adotado e da sua capacidade de promover crescimento e desenvolvimento empresarial.

Parte I – Enquadramento Teórico – Contexto Político e Económico da RAM

1. Contextualização

A história económica regional tem demonstrado as imensas dificuldades que o povo madeirense, e consequentemente o seu tecido empresarial, têm sido sujeitos ao longo da sua existência. A atividade empresarial evoluiu a um ritmo lento e a economia regional manteve-se alicerçada no sector primário e teve níveis de desenvolvimento comercial e industriais muito baixos. Desta forma, é natural que o desempenho empresarial regional, historicamente sujeito a condicionantes naturais,

Em 1988, por iniciativa de Luigi Valle (Sócio Fundador / Diretor Geral da Previsão), surgiu o projeto 100 Maiores Empresas da Madeira que aplicava um modelo de classificação e distinção das empresas com melhores desempenhos. Este estudo contribuiu significativamente para o conhecimento da realidade do tecido empresarial da RAM, pois a informação financeira disponibilizada pelos seus intervenientes possibilita obter um conhecimento das empresas, e dos grupos económicos, com sede na RAM. Estes dados permitem uma avaliação aprofundada acerca da dimensão (através dos indicadores Volume de Negócios e Ativo Líquido, Capital Próprio e *Cash Flow*); da rendibilidade (através do indicador *Cash Flow* / Volume de Negócios, Rendibilidade do Capital Próprio, Rendibilidade das Vendas e Rendibilidade do Ativo); do dinamismo (através do indicador Maior Crescimento do Resultado Liquido); da contribuição das empresas para a economia (através do indicador Produtividade); e do equilíbrio financeiro (através do indicador Autonomia Financeira).

económicas e políticas, tenha atingido, pelo menos até períodos antecessores à adesão de Portugal à CE, níveis pouco satisfatórios.

Assim, as análises baseadas em dados financeiros atuais são fulcrais para sustentar as leituras críticas sobre o desempenho empresarial obtido na pós-adesão à CE, sem esquecer que a RAM se encontrava numa situação de graves atrasos estruturais e sociais aquando da adesão portuguesa ao projeto europeu. Face aos condicionalismos da economia regional, assume predominante importância compreender as suas limitações e capacidades, sendo os resultados económicos importantes indicadores para a compreensão do sucesso das estratégias adotadas. Os estudos sobre a evolução da economia regional antecedentes à adesão à CE são escassos e necessários; os posteriores à adesão, apesar de maior informação disponível, não estão realizados.

O período em análise teve dois momentos históricos que foram de extrema importância para a economia nacional e consequentemente regional: a adesão à CE e a chegada de fundos europeus; e a adesão e consequente entrada de circulação da moeda única. O período de pós-integração revelou-se de fulcral importância na evolução da economia regional até à situação atual; este período foi marcado por inúmeras mudanças estruturais, políticas, sociais e económicas, que se constituíram como um marco na história económica. A adaptação a novas realidades da economia internacional e europeia desencadeou novas formas de atuação dos agentes empresariais e elevou o grau de exigência para outros patamares. As regiões situadas na ultraperiferia da Europa têm sido alvo de políticas de apoio ao desenvolvimento com vista à criação de condições para a autossustentabilidade; apesar de a convergência ocorrer, os condicionalismos perduram no tempo e as assimetrias tendem a manter-se.

As características geográficas, económicas, sociais e culturais são inequivocamente condicionantes do normal desenvolvimento de regiões da periferia, razões pelas quais são vistas de forma diferente e particularizada, de forma a serem distinguidas no âmbito das políticas de apoio da UE. Assim, as RUP são consideradas regiões que dependem de um tratamento diferencial, a nível de «política aduaneira e comercial, política fiscal, zonas francas com proteção fiscal, políticas no domínio de apoio à agricultura e pescas, condições de apoio ao aprovisionamento, em acesso a matérias-primas e bens de primeira necessidade, e auxílios estatais às condições de acesso aos fundos estruturais»⁶.

⁶ LOPES, 1999, Tratados Europeus Explicados, pp. 207-208.

As RUP são territórios comunitários reconhecidos na UE e apoiados através de medidas excecionais de quadros de apoios financeiros e logísticos. Estas regiões, devido aos seus condicionalismos, beneficiam de medidas que visam colmatar atrasos de ordem estrutural, que condicionam o seu desempenho económico e social. Particularmente, a RAM usufrui de políticas comunitárias de apoio a regiões com maiores condicionalismos. Assim, o nível de crescimento atingido pela RAM foi invariavelmente influenciado por estas políticas.

Os resultados obtidos pela economia regional foram positivamente influenciados pelos primeiros quadros de apoio, através dos quais procedeu-se à transferência de verbas avultadas destinadas à ajuda da construção de infraestruturas diversas e à dinamização da economia regional no seu todo, num objetivo de convergência dos países membros. Mesmo assim as transferências financeiras da CE «apenas impediram a evolução das disparidades económicas regionais com impacto marginal sobre as regiões pobres de facto»⁷.

Apesar das várias perspetivas que existem e são alvo de debate, existe consenso que a adesão à CE se tratou de um fator de peso fulcral no desenvolvimento da economia regional, contribuindo decisivamente para a convergência económica, sendo inequívoco que «em 22 anos de vigência, a política regional europeia tornou--se num símbolo de solidariedade entre os povos da Europa e parte integrante do modelo de desenvolvimento da União»8. Podemos afirmar que a economia regional evoluiu de forma considerável, «essencialmente devido aos apoios comunitários, mas também das transferências do Estado, nos últimos 25 anos»9. Efetivamente corrobora-se que as políticas comunitárias tiveram um impacto positivo na economia da RAM, através de ajudas a vários níveis, que permitiram uma redução de disparidades regionais. No entanto, apesar dos apoios financeiros, das reorientações estratégicas, das reformas estruturais, da regulamentação e redefinição de objetivos políticos, verifica-se que se mantém a presença de disparidades socioeconómicas na Madeira; apesar da convergência para padrões de regiões mais desenvolvidas, as assimetrias persistem, tal como perduram os condicionalismos. O desafio atual prende-se com a capacidade da RAM em manter índices de crescimento, com menor dependência de ajudas externas, mas a manutenção das condicionantes conjunturais dificulta o sucesso de modelos e estratégias de desenvolvimento auto-sustentáveis. Neste mesmo sentido, Almeida afirma que

⁷ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 88.

⁸ PIRES, 1998, A Política Regional Europeia e Portugal, p. 209.

⁹ VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 125.

«as ilhas não podem sobreviver sem apoio financeiro e o cenário de *catching-up* ou o fim da polarização não é provável mesmo se os atuais níveis de transferências financeiras se mantiverem»¹⁰. Assim, é provável que, com os quadros atuais de redução de transferências financeiras da CE, o crescimento da RAM será negativamente afetado nos próximos anos, colocando o objetivo da convergência económica em risco, e condicionando a esperada melhoria dos níveis de vida das populações.

2. Objetivo da Análise dos Dados

O presente artigo pretende cartografar um período da economia regional de 21 anos (com base nos dados de evolução da amostra) e verificar os desempenhos do tecido empresarial regional ao nível das atividades empresariais representadas na amostra (comércio, indústria e serviços). Os resultados da observação da amostra durante o período de 1988 a 2008, pós-adesão à CE, possibilitam concluir sobre quais as atividades que obtiveram maior predominância, neste período marcante da economia regional, cujo contexto subjacente à obtenção de resultados positivos teve contornos únicos. Pelas características da amostra podemos aferir sobre os níveis de desenvolvimento das atividades isoladamente, o que permite retratar a adaptabilidade das atividades ao contexto económico e verificar as diferentes dinâmicas sectoriais.

Constitui-se como objetivo específico a aplicação de técnicas estatísticas no estudo dos dados relativos às empresas concorrentes às 100 Maiores e Melhores Empresas da RAM, dados que se encontravam dispersos entre as instituições que procedem ao tratamento e publicação dos mesmos. Após a elaboração de uma base de amostra organizada, realizamos uma análise dos dados através da aplicação de instrumentos e rácios financeiros, por ano e por atividade, com o objetivo de estudar a evolução da economia regional no período da pós-adesão à CE. Para esse efeito foram comparados dados por atividade, com base na análise das em médias ponderadas e somatórios, diferencia-ção de desempenhos por subperíodo, criação de pódios empresariais e análise de correlação.

Assim, uma das técnicas aplicadas aos resultados obtidos por atividade no seu todo é a sua comparação com o resultado obtido num denominado Topo 5¹¹, de forma a perceber a expressão que cinco empresas têm em relação ao resultado total

¹⁰ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 77.

¹¹ Topo 5 refere-se às cinco empresas concorrentes com nível de Volume de Negócios anual mais elevado.

das organizações empresariais em amostra. Esta análise por sector é acompanhada por uma análise dos indicadores financeiros fornecidos pelas empresas concorrentes individualmente.

No global pretende-se, através de técnicas estatísticas e da organização dos dados, explorar exaustivamente os elementos financeiros disponíveis, com o intuito de cartografar e analisar o desempenho da economia regional no seu todo e por atividade. Outro objetivo é perceber as diferentes dinâmicas de desempenho empresarial, as atividades que mais contribuíram para esses resultados e as características que definem a estrutura empresarial regional.

3. As Opções de Desenvolvimento da Economia Regional a Nível Sectorial

A análise do desenvolvimento económico por sectores não pode ignorar a presença do sector primário e consistir apenas na análise do sector secundário e terciário. Os dados da amostra incluem as atividades comercial, industrial e de serviços, não diferenciando as organizações que possam exercer a sua atividade indiretamente ligadas ao sector primário. Apesar dos dados não incluírem o sector primário e este apresentar uma perda de predominância, gerada pela deslocalização de recursos para atividades industriais e terciárias, o sector primário continua a estar enraizado na cultura regional e a sua caracterização ajuda a compreender a realidade económica regional.

Nesta perspetiva, a história da economia da RAM está particularmente ligada ao sector primário, especialmente devido à cultura de produtos como a cana-de-açúcar, o vinho e os vimes. Estas culturas de produção rudimentar, e de fraca produtividade, estiveram fortemente ligadas durante largos anos à cultura e ao quotidiano madeirense, essencialmente numa ótica de agricultura de subsistência e autoconsumo. Efetivamente, os indicadores demonstram que «no início do século XX, mais de 62% da população ativa trabalhava no sector primário»¹². O sector primário continua, pese os condicionalismos, a produzir culturas tradicionais onde se destacam: o vinho; a banana; as flores exóticas; as frutas subtropicais e tropicais; a cana-de-açúcar – num aproveitamento possível e difícil dos seus recursos naturais. Este sector foi responsável pelo desenvolvimento progressivo de algumas técnicas e pela importação de métodos e culturas. Porém, o relevo, a pobreza dos solos e as ligações com o exterior devido à localização geográfica limitaram logo à partida

¹² VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 129.

o crescimento mais ambicioso do sector primário. Algumas das opções relativas à exploração de determinadas atividades da economia regional justificam-se em grande medida por constrangimentos de ordem natural e pelo contexto socioeconómico, histórico e cultural, sendo que a economia regional se orientou para o aproveitamento das potencialidades numa base agroturística.

Quanto ao sector secundário, este limitou-se às indústrias que se dedicavam a produzir produtos finais orientados para o consumo local, como forma de aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis (é o caso das indústrias de lacticínios, moagem, panificação, conservas de peixe, bordados e tapeçarias). Outro dos motivos para o fraco desenvolvimento de pequenas indústrias regionais está associado aos elevados custos de transporte de importação/exportação de matérias-primas ou produtos, majorado no caso de matérias de maior dimensão ou peso, que tornam a produção na indústria local mais dispendiosa, optando-se em muitos casos pela importação. Além disso, a indústria regional desenvolveu-se em ramos de apoio a outros sectores (é o caso das artes gráficas e construção de materiais de apoio à construção civil, tais como aproveitamento de inertes, serração de madeiras e serralharia civil). Note-se que, mesmo nestes casos, apenas a indústria ligada a grandes grupos ou empresas nacionais de média ou grande dimensão consequem manter-se no ativo, essencialmente devido aos elevados custos marginais. A atividade industrial caracterizada por um grande aproveitamento de recursos e redução de custos em consequência de economias de escala, agravada pela abertura dos mercados e melhoria dos meios de transporte e comunicação, implica uma quase inviabilização do sector secundário de regiões periféricas devido aos fracos níveis de produtividade, competitividade e baixa tecnologia.

Da observação das empresas do sector secundário regional podemos aferir que estas caracterizam-se por uma «base industrial constituída predominantemente por indústrias tradicionais, em que salientam as indústrias alimentares, bebidas e tabacos, algumas indústrias ligadas à construção e as de carácter marcadamente artesanal»¹³. As organizações industriais regionais assentam fundamentalmente na «manutenção de indústrias tradicionais orientadas para o mercado regional

¹³ GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA – Direção Regional de Planeamento – Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 2000, Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira [POPRAM] 2000-2006, p. 11.

(moagem e panificação, bebidas), que tem beneficiado de condições favoráveis de transferência para a Zona Franca»¹⁴. A Zona Franca constitui-se como um importante fator de estímulo à manutenção de empresas com registo na RAM, com ganhos fiscais e económicos associados.

No que se refere à produção de energia, esta apresenta-se sob forma monopolista, única condição considerada viável para a manutenção de uma empresa com os elevados custos associados à produção numa região com os condicionalismos geográficos inerentes. Assim, o objetivo primordial é servir as populações de um serviço básico e tentar minimizar os prejuízos associados, sendo inevitável o apoio estatal.

No que concerne à atividade empresarial ligada à construção civil e às obras públicas, um nicho empresarial relevante cresceu e desenvolveu a sua atividade de forma intensamente correlacionada com a disponibilização financeira governamental para a melhoria de infraestruturas globais da RAM. Ao longo dos anos em análise, esta atividade foi beneficiada pela existência de quadros de apoio da UE para a dotação de infraestruturas, tal como pela maior disponibilidade do sector financeiro para concessão de crédito imobiliário. Este fator projetou a construção civil para níveis de grande escala, assumindo-se como uma atividade dominante na economia regional, pelas verbas canalizadas e consequente empregabilidade. Esta dinâmica da construção civil teve como consequência a deslocação de mão-de-obra de atividades primárias, como a agricultura e a pesca. A construção civil ter-se-á constituído como um fator primordial para a obtenção de ganhos a nível de produtividade; assumindo que regiões com condicionalismos como os da RAM obtêm baixos índices de produtividade em atividades tradicionais. Esta deslocação de recursos teve impacto imediato no rendimento das famílias.

Desta forma, a construção civil assumiu uma importância significativa na evolução da economia regional, tendo a sua dinâmica aumentado essencialmente devido ao «crescimento do investimento público (regional e municipal) e do investimento privado (hotéis e edifícios de natureza residencial)»¹⁵. Este aumento da construção de obras públicas e privadas, evidencia-se no consumo de cimento na RAM, o que se pode verificar no gráfico seguinte.

¹⁴ NEVES, 2004, RAM – Desenvolvimento Regional, Emprego e Formação [...], p. 4.

¹⁵ GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA – Direção Regional de Planeamento – Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 2000, *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira [POPRAM] 2000-2006*, p. 12.

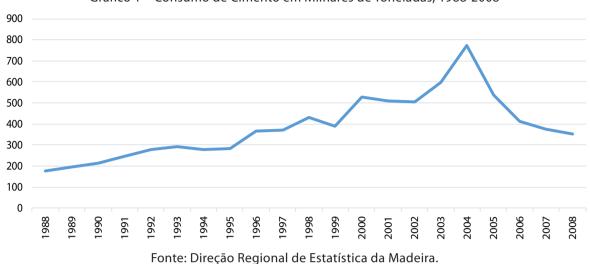


Gráfico 1 – Consumo de Cimento em Milhares de Toneladas, 1988-2008

Apesar da aparente dinâmica apresentada pela indústria no período em análise, esta atividade, não obstante as melhorias, apresenta «índices de produtividade e de capacidade empregadora bastante reduzidos dada a elevada incorporação de trabalho e o carácter artesanal de grande parte das atividades»¹⁶. Da observação dos resultados obtidos pela economia regional neste sector de atividade, podese concluir que a dinâmica e acréscimo de produtividade e rendimentos foram positivos, mas a leitura dos resultados específicos do sector requer uma análise mais profunda. O facto de a evolução neste sector estar estritamente relacionada com políticas de apoio governamental a empresas de construção ou diretamente dependente de obras públicas, poderá evidenciar a fragilidade da empregabilidade deste sector, quando se descontinuar os apoios. Igualmente é previsível que a quebra da construção de obras privadas ligadas à habitação, devido às maiores dificuldades de acesso ao crédito, levará a um declínio acentuado de ganhos e consequente crise da atividade.

Relativamente ao sector terciário, este apresenta-se composto por atividades diversas que vão desde o transporte ao comércio grossista e a retalho (do ramo dos produtos ligados à alimentação), desde o comércio de maquinaria, artefactos elétricos e automóveis a atividades logísticas de apoio ao turismo. Neste sector, destaca-se como uma das atividades com maior peso o comércio, pois é a atividade que «traduz a realidade estrutural do tecido empresarial madeirense, onde proliferam

¹⁶ NEVES, 2004, *RAM – Desenvolvimento Regional, Emprego e Formação* [...], p. 145.

de uma forma esmagadora, as pequenas e médias empresas de cariz marcadamente familiar»¹⁷. Uma das atividades predominantes neste sector é o turismo.

A atividade turística, pelas características naturais, juntamente com um programa adequado de estímulo, tornou-se compensatória, não só do ponto de vista da atividade direta, como pelo peso evidenciado de forma indireta na globalidade do tecido empresarial regional. Observa-se que o turismo assume importância ímpar na economia da RAM, «sendo que os efeitos diretos e globais do turismo e todas as atividades associadas são responsáveis por 25% do PIB regional, verificando-se também a tendência de crescimento e consequente impacte global do turismo na economia insular» 18. No gráfico seguinte podemos verificar a evolução crescente dos proveitos gerados pela atividade turística na RAM.

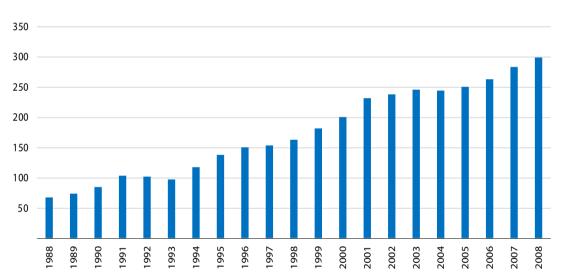


Gráfico 2 – Proveitos Anuais Totais do Turismo em Milhões de Euros

Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, Direção Regional de Estatística da Madeira, Q.1 – Principais indicadores do alojamento turístico coletivo na RAM.

O turismo pode representar um dos pilares de sustentação da economia regional, o qual estima-se que tenha ocupado diretamente, entre 1993 e 2003, cerca de 5% da população ativa. Além disso, esta atividade gera múltiplas atividades subsidiárias (construção civil, atividades de animação, etc.). Ao verificarmos que o turismo «ocupa globalmente um décimo dos ativos e contribui com cerca de 10% do Produto Interno

¹⁷ PERDIGÃO, 2017, *O Turismo na Madeira* [...], p. 304.

¹⁸ GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA – Direção Regional de Planeamento – Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 2000, Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira [POPRAM] 2000-2006, p. 10.

Bruto Regional (PIBR)»¹⁹, percebemos a importância desta atividade na economia regional como sustentáculo da aposta num modelo de desenvolvimento sustentável.

«[O] sector dos serviços ter vindo a reforçar a sua contribuição para a formação do VAB (72,4% em 1990 e 77,3% em 1995), [além disso, verifica-se um] desenvolvimento de serviços internacionais e serviços financeiros, designadamente os que se enquadram no âmbito de CINM, serviços prestados às empresas, serviços prestados à coletividade e operações sobre imóveis»²⁰.

Verifica-se, genericamente, que a economia regional tem-se caracterizado nestas últimas décadas por uma terciarização do seu tecido produtivo, com o sector terciário a ganhar peso essencialmente ao sector primário, característica própria de países ou regiões em vias de desenvolvimento. Após a adesão à CE, registou-se uma deslocação massiva de força de trabalho dos sectores tradicionais para o sector secundário e, essencialmente, para o sector terciário. Esta deslocação de mão-de-obra das atividades tradicionais, para ingresso em outras atividades em expansão na economia regional (como é o caso da construção civil), constituiu-se como uma primeira opção para muitos habitantes de baixa instrução, e que auferiam rendimentos muito baixos na agricultura ou em outras atividades mal remuneradas.

No entanto, os altos níveis de empregabilidade não qualificaram a mão-de-obra interna, que se manteve com baixos níveis de instrução. Para a obtenção de mão-de-obra altamente qualificada recorreu-se maioritariamente a empresas e profissionais estrangeiros e nacionais, uma vez que na RAM os profissionais qualificados eram insuficientes para as solicitações.

A economia regional pode-se caracterizar por uma dinâmica sectorial de terciarização devido à deslocação de capital humano e financeiro do sector primário essencialmente por via de atividades empresariais ligadas ao sector turístico.

«A terciarização é um resultado do declínio relativo e absoluto do emprego no setor secundário (desindustrialização) subsequente ao desenvolvimento de novas tecnologias mais produtivas. Esse declínio é também observado como o efeito do consumo decrescente de bens industriais. Assim, a desindustrialização é uma consequência do fato de que, com as recentes inovações tecnológicas, o emprego decresce, a produtividade aumenta e os investimentos visam mais à maquinaria do que à criação de empregos manuais. Nesse caso, o setor terciário reabsorve a mão-de-obra dispensada, e a realocação de capital para o setor de serviço é efetuada com maiores retornos e rentabilidade»²¹.

¹⁹ NEVES, 2004, RAM, Desenvolvimento Regional, Emprego e Formação [...], p. 139.

²⁰ GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA – Direção Regional de Planeamento – Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 2000, *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira [POPRAM] 2000-2006*, p. 10.

²¹ KON, 1997, Reestruturação Produtiva e Terciarização, p. 6.

A tendência de migração de mão-de-obra entre sectores pode ser observada no gráfico seguinte, que apresenta a evolução do emprego no período 1988-2008, decomposta por sector de atividade, no qual podemos verificar uma redução acentuada da empregabilidade regional no sector primário e secundário, e consequente aumento no sector terciário.

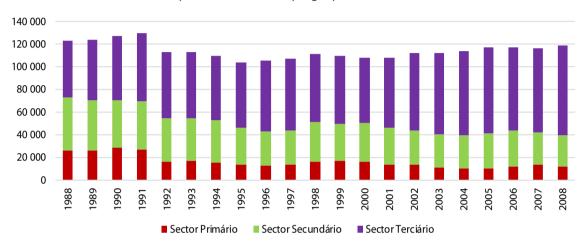


Gráfico 3 – Retrospetiva Anual do Emprego, por Sector Unidade: Habitantes

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira.

A deslocação de mão-de-obra do sector primário para o sector secundário deveu-se, essencialmente, ao *boom* da construção. O enfoque e a discussão das RUP consistem em conseguir implementar um modelo que promova condições para o desenvolvimento económico, sendo este «um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre como transferência de recursos de atividade tradicionais para atividades modernas (como é o caso dos serviços), da utilização de economias externas e da introdução de inovações»²². A RAM evoluiu, no que toca à dinâmica sectorial; no entanto, no que concerne ao perfil de inovação nas economias regionais (com as particularidades das RUP), este processo constitui-se de difícil implementação. Apesar das alterações dos padrões sectoriais, estes não indicam a viabilidade dos sectores para os quais se deu a transferência de recursos, nem a consistência desses mesmos processos.

A deslocação de mão-de-obra do sector primário para o sector terciário sucedeu na RAM em grande escala em relação direta com os primeiros quadros de apoio concedidos pela CE; mas apesar desse registo de acréscimo de rendimento do

²² RAMOS, 2002, Desenvolvimento Endógeno: Contributo Empírico [...], p. 96.

trabalho terciário, estes ganhos basearam-se maioritariamente em atividades com rendimentos de carácter temporário, como é o caso da construção civil, que está diretamente relacionada com grandes apoios à construção de infraestruturas. Outro fenómeno que se observou foi o surgir de uma grande quantidade de empresas relacionadas com a prestação de serviços de apoio a esta atividade.

No entanto, não se observa um aumento do emprego no sector secundário, apesar de verificarmos um crescimento da rentabilidade do sector, o que indicia uma correlação negativa forte entre a produtividade do sector e a empregabilidade²³. A tabela seguinte apresenta a evolução do Valor Atual Bruto – VAB – a preços de mercado durante o período em análise; este indicador demonstra a deslocação dos recursos produtivos para a atividade terciária em detrimento do sector secundário e primário:

Tabela 1 – Valor Atual Bruto – VAB – a Preços de Mercado, por Sector, Unidade: Milhões de Euros, 1990-2008

| Ano | Sector | Sector | Sector | VAB |
|------|----------|------------|-----------|---------|
| Ano | Primário | Secundário | Terciário | Total |
| 1990 | 56,2 | 167,7 | 585,7 | 809,5 |
| 1991 | 51,9 | 210,6 | 714,1 | 976,6 |
| 1992 | 60,1 | 256,8 | 807,9 | 1124,9 |
| 1993 | 51,3 | 255 | 892,5 | 1 198,8 |
| 1994 | 60,8 | 267,1 | 965,4 | 1 293,3 |
| 1995 | 54,3 | 331,2 | 1 248,5 | 1 633,9 |
| 1996 | 53,5 | 345 | 1 321,9 | 1 720,5 |
| 1997 | 57,1 | 368,7 | 1 510,6 | 1 936,4 |
| 1998 | 58,7 | 459,6 | 1 682,6 | 2 200,9 |

| 1999 | 57,5 | 491,2 | 1 864,7 | 2 413,4 |
|-------|------|-------|---------|---------|
| 2000 | 58,7 | 520,9 | 2344,3 | 2923,9 |
| 2001 | 60,3 | 542,2 | 2297,0 | 2899,5 |
| 2002 | 67,1 | 558,1 | 2883,7 | 3508,9 |
| 2003 | 69,7 | 598 | 2823,4 | 3491,1 |
| 2004 | 77,3 | 661,1 | 3019,4 | 3757,8 |
| 2005 | 75,1 | 657,2 | 3099,6 | 3831,9 |
| 2006 | 83,6 | 686,5 | 3479,8 | 4249,9 |
| 2007 | 83,2 | 721,7 | 3553,1 | 4358,1 |
| 2008 | 80,5 | 678,7 | 3825,0 | 4584,2 |
| Média | 64,0 | 462,0 | 793,1 | 893,1 |

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira.

Os dados demonstram com evidência a estagnação ao longo do período em análise do Valor Atual Bruto gerado pelo sector primário; esta estagnação deveu-se à referida deslocação da força de trabalho para sectores com trabalho mais bem remunerado e mais produtivos. Observamos particularmente no indicador Valor Atual Bruto uma evolução e destaque do sector terciário face aos sectores secundário e primário.

²³ Nota: Na amostra iremos aplicar a Correlação de *Pearson* para conhecer o grau de correlação entre a empregabilidade e Volume De Negócios das atividades.

4. Questões Metodológicas

Após a recolha dos dados disponíveis, foram realizados estudos de evolução dos respetivos indicadores anuais ao longo do período em análise, optou-se pela análise do somatório e da média ponderada dos indicadores Volume de Negócios, Ativo Líquido, Capital Próprio e *Cash Flow*. Adicionalmente, considerou-se importante comparar as taxas de crescimento anuais para os indicadores financeiros e analisar a evolução dos números índices de base fixa. Para o estudo de correlação dos dados da amostra com os dados do todo da economia regional e do desempenho das suas atividades, optamos pela aplicação do teste de Correlação de *Pearson* entre os indicadores Volume de Negócios e Ativo Líquido com o Produto Interno Bruto Regional a Preços de Mercado – PIBRpm – e a Empregabilidade. O teste de *Pearson* permite estabelecer a correlação dos indicadores financeiros com o PIBRpm, que é o melhor indicador da evolução geral do nível de atividade e a Empregabilidade. Níveis de forte correlação (positiva ou negativa) permitem aferir os resultados da amostra para o mercado regional no seu todo.

A opção da utilização de médias ponderadas deveu-se à participação anual oscilante de empresas admitidas à iniciativa referida anteriormente, com variabilidade do número de empresas incluídas na amostra. A introdução da análise dos somatórios globais e do somatório do Topo 5 permite comparar os resultados do global da amostra em termos absolutos com o resultado de um "pódio" de 5 empresas, comparando os resultados anuais e globais de cada atividade com esta subamostra. A utilização de taxas de crescimento e de números índices de base fixa permite avaliar a evolução anual dos indicadores por subperíodos e detetar quais os sectores de atividade que desenvolveram melhor as suas atividades e em que períodos. A série temporal escolhida partiu do primeiro ano disponível de informação, optando-se por escolher o ano 2008 para finalizar 21 anos de estudo, um período de duas décadas que permite ter uma noção do desempenho global e por atividade num período de pós-adesão à CE. A utilização de subperíodos nas análises permite comparar os desempenhos empresariais do período desde o início da amostra até o ano 1999 (primeiro subperíodo) com o período 2000 a 2008 (segundo subperíodo), o que permite adicionalmente avaliar o desempenho da economia regional num tempo mais imediato à integração e noutro mais distante da fase inicial da integração.

5. O Impacto das Alterações dos Contextos Económicos, Sociais e Financeiros na RAM

Durante o período em análise ocorreram factos que influenciaram o desempenho da economia, essencialmente por se tratar de um período pós-adesão à Comunidade Europeia e posterior à entrada em circulação do euro, aliado ao contexto de globalização e de avanço tecnológico e digital. Tal como a economia nacional, a economia regional sofreu os impactos da adesão à moeda única, tendo sido beneficiada em alguns aspetos e prejudicada em outros.

O mercado regional, caracterizado pela grande quantidade de micro empresas, teve dificuldades de adaptação ao Euro, tendo como um dos principais fatores limitativos a pouca formação dos trabalhadores regionais, visto que «no comércio a retalho os empregados de balcão eram, e de certo modo continuam a ser, pessoas, na sua maioria, com o 1.º ciclo do ensino básico, que fazem com bastante mais facilidade contas de cabeça do que com máquina»²⁴. Estas características implicaram que a conversão de escudos para euros não se efetuasse da melhor forma no todo nacional, inclusive na Madeira, em prejuízo comumente dos consumidores. Ao nível da atividade comercial, esta dificuldade de convertibilidade provocou tendências inflacionistas, aspetos que o consumidor com alguma facilidade comprovou nos preços dos bens de consumo mais frequentemente adquiridos, entre os quais produtos de primeira necessidade ou de consumo quotidiano.

A entrada em circulação do euro provocou efeitos inflacionistas, como pode verificar-se na tabela seguinte que apresenta a evolução da Taxa de Variação Anual do IPC na RAM, por classe de cabaz de bens, nos anos 1998 a 2008:

| Tabela 2 – Taxas de Variação Anual do Índice de Precos no Consumidor – IPC, por Classe, 1998-2008 |
|---|
|---|

| Classes de Bens | Anos | | | | | | | | | | |
|---|------|-------|------|------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|
| Classes de Bens | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| Total | 1,90 | 2,00 | 2,30 | 3,60 | 3,50 | 3,00 | 2,80 | 2,70 | 2,60 | 1,40 | 2,80 |
| Total excepto habitação | 1,80 | 1,90 | 2,70 | 3,70 | 3,70 | 3,00 | 2,80 | 2,70 | 2,40 | 1,40 | 2,80 |
| Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas | 3,00 | 6,20 | 2,20 | 4,50 | 4,00 | 3,40 | 1,60 | 1,50 | 3,40 | 2,30 | 6,60 |
| Bebidas alcoólicas e tabaco | 4,80 | 5,30 | 2,30 | 3,20 | 3,20 | 4,40 | 8,60 | 2,20 | 6,40 | 2,80 | 1,10 |
| Vestuário e calçado | 5,70 | -0,40 | 2,40 | 1,40 | -7,00 | -3,70 | 2,90 | -5,60 | 12,20 | -6,00 | -5,40 |

²⁴ MAIO, 2005, As Implicações da Introdução do Euro, p. 105.

| Habitação, água, | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| electricidade, gás e | 2,00 | -4,50 | -0,50 | 2,00 | 2,10 | 5,50 | 1,90 | 6,40 | 6,60 | 2,60 | 5,70 |
| outros combustíveis | | | | | | | | | | | |
| Acessórios, | | | | | | | | | | | |
| equipamento | | | | | | | | | | | |
| doméstico, | 2,60 | 2,60 | 1,70 | 5,30 | 4,40 | 2,80 | 0,80 | 0,40 | 1,50 | 0,20 | 0,90 |
| manutenção corrente | | | | | | | | | | | |
| da habitação. | | | | | | | | | | | |
| Saúde | 1,70 | 4,20 | 0,30 | 5,20 | 5,60 | 2,60 | 9,40 | 2,10 | 0,00 | 1,40 | -0,30 |
| Transportes | 1,50 | 0,30 | 5,80 | 4,80 | 5,20 | 2,90 | 3,10 | 5,30 | 4,20 | 2,20 | 1,80 |
| Comunicações | -3,70 | -3,50 | -4,70 | -2,20 | -4,60 | -0,50 | -0,20 | 1,20 | -0,80 | -1,50 | -1,30 |
| Lazer, recreação e | 0.60 | 1.40 | 0.00 | 0.60 | 0.00 | 0.70 | 0.50 | 1 10 | 1 40 | 0.20 | 3,90 |
| cultura | 0,60 | 1,40 | 0,90 | 0,60 | 0,90 | 0,70 | 0,50 | 1,10 | 1,40 | 0,20 | 3,90 |
| Educação | 29,70 | 1,80 | 3,40 | 3,10 | 4,50 | 9,60 | 11,50 | -0,70 | 4,90 | 5,40 | 4,50 |
| Restaurantes e hotéis | 2,40 | 3,20 | 3,90 | 4,10 | 8,70 | 5,10 | 2,30 | 4,40 | 2,40 | 1,10 | 3,50 |
| Bens e serviços diversos | 4,40 | 5,00 | 2,60 | 3,80 | 8,20 | 4,60 | 1,70 | 0,70 | 2,30 | 0,70 | -0,30 |

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económicas, Preços, Série Retrospetiva, Séries Longas.

Na tabela pode verificar-se que os consumidores suportaram níveis de inflação elevados em 2002, essencialmente no comércio tradicional, com o IPC dos bens/ serviços diversos e a restauração/hotelaria a apresentarem subidas de 8,2% e 8,7%, respetivamente (valores sem equivalência no período em análise). Na generalidade, a entrada em circulação do euro prejudicou os consumidores, que viram os seus cabazes aumentarem de preço, com prejuízo do seu rendimento real, o que podemos verificar pela tendência inflacionista crescente a partir de 2002 para níveis sempre superiores a 3% à exceção de 2007, não convergindo para níveis globais de inflação como os observados em anos anteriores a 2000.

O turismo foi uma das atividades com peso fulcral na economia regional que sofreu um forte impacto da entrada em circulação da moeda única, porque «verificouse uma quebra na fonte de receita cambial para as unidades turísticas, os turistas saíram bastante beneficiados, pois o considerado turismo doméstico estendeu-se aos limites da Europa, sem o risco das taxas de câmbio e com preços mais transparentes, o que tornou o mercado muito mais competitivo»²⁵. Não se pode afirmar que esta atividade tenha sido somente prejudicada com a moeda única: por um lado o euro teve um impacto positivo, porque facilitou as transações e a circulação de pessoas no

²⁵ MAIO, 2005, As Implicações da Introdução do Euro, p. 34.

espaço comunitário, permitindo maior comodidade para os turistas, pela utilização de uma moeda com a qual se identificavam; por outro lado, foi prejudicial, devido às perdas cambiais para as unidades hoteleiras, e à perda de competitividade face a outros destinos com moedas de menor valor. Anteriormente à entrada de circulação do euro, os turistas despendiam maior quantidade de escudos, por desconhecerem a moeda, especialmente os turistas advindos de países com moedas com forte sobrevalorização face ao escudo.

A moeda única não se constitui globalmente como um elemento positivo ou dinamizador para a economia regional. Porém, a análise pormenorizada dos impactos negativos e positivos do euro na economia regional implicaria um outro trabalho de investigação, mas os dados que recolhemos apontam, de novo, no sentido de um impacto negativo da entrada em circulação da nova moeda. Estes resultados económicos menos animadores da economia regional não são apenas reflexo dos efeitos da entrada do euro mas também de uma conjuntura menos próspera em meados dos anos 80 e na década de 90.

6. O Papel do Governo Regional da Madeira no Apoio à Atividade Económica Regional

Formemos uma breve análise ao papel dos decisores políticos como agentes que assumem um papel determinante para delinear as linhas gerais de orientação da atividade económica em regiões com limitação de recursos financeiros e humanos. Em regiões com as características da RAM, o apoio político ao investimento empresarial é fundamental ao desenvolvimento e sobrevivência da maioria das empresas. Apesar do aspeto decisivo dos apoios políticos como indicadores das atividades,

«os subsídios ao investimento podem ser contraproducentes. [...] os recursos financeiros podem ser direcionados para atividades de *rent-seeking* ao invés de investir em melhorias de produtividade ou na exploração de novos mercados. [...], qualquer modelo de desenvolvimento insular bem-sucedido implica elevados níveis de intervenção estatal»²⁶.

Os decisores políticos de economias mais frágeis devem sinalizar a aposta em atividades com maior sustentabilidade, criando incentivos iniciais nessas áreas de atuação, procurando evitar oportunismos de determinados agentes, que aproveitam incentivos governamentais para enriquecimento ilícito. O espírito empreendedor e a sustentabilidade das atividades em contexto de mercado dependem da implemen-

²⁶ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, pp. 80, 99.

tação de inovações e da introdução de métodos e experiências advindos de outros mercados mais concorrenciais.

As atitudes empreendedoras e inovadoras são desejáveis na atividade empresarial das ilhas, mas as características do tecido empresarial com base em PME, maioritariamente de cariz familiar, implicam que «os objetivos de inovação sejam colocados para segundo plano»²⁷ em detrimento da sobrevivência com menos riscos empresariais. Como forma de encorajar o investimento e o desenvolvimento empresarial surgem os apoios estatais diretos e/ou indiretos que assumem um papel decisivo na definição de estratégias, de políticas e medidas de ação no curto/médio e longo prazo. O Governo Regional, através do reforço e apoio a atividades com maior produtividade e capacidade competitiva, procura ativar e potenciar a aptidão para a internacionalização empresarial. No entanto, o tecido empresarial regional, em conformidade com as suas características, centra-se maioritariamente na satisfação das necessidades do consumo interno e na substituição das importações pela produção interna apenas com esse objetivo.

Desta forma, apesar da canalização de meios financeiros para o sector produtivo através dos Quadros Comunitários de Apoio, verifica-se que durante os períodos «1989-93 e 1994-99, o tecido empresarial da RAM revela insuficiências em matéria de produtividade e de competitividade, quando comparado com a média da EU»²⁸.

A RAM obteve progressos ao longo das duas décadas em estudo, quer no âmbito da modernização empresarial, quer ao nível tecnológico desenvolvido pelas empresas. Foram criadas condições de apoio à diversificação de estratégias com o intuito de dotar o tecido empresarial regional de melhores condições infraestruturais e de atualização de técnicas inovadoras, com o objetivo de colocar o tecido empresarial num percurso de crescimento.

«As linhas orientadoras de apoio estatal à atividade económica estão previstas nos programas governamentais de desenvolvimento económico, que definem o apoio e incentivo às iniciativas empresariais que tenham em vista o aumento efetivo da produtividade e da competitividade, o reforço da capacidade técnica, tecnológica e de marketing, a promoção da inovação de produtos e processos, a alteração qualitativa dos fatores dinâmicos de competitividade e o surgimento de novos sectores e atividade de alto valor acrescentado e de áreas de desenvolvimento competitivas, promovendo a progressiva alteração do perfil produtivo regional;

²⁷ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 208.

²⁸ GOVERNO REGIONAL DA RAM, 2003, *Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira [PIDDAR] 2004*, pp. 177-178.

Alargamento das formas de financiamento das empresas, através da criação de um ambiente de inovação financeira propício ao alargamento da oferta de produtos e serviços financeiros e a consequente dinamização da procura; Melhoria a envolvente empresarial; Incentivo à introdução de sistemas de qualidade na dinâmica organizacional do Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDE-RAM; Prosseguir com a participação financeira no Centro de Empresas e Inovação da Madeira (CEIM), no âmbito das suas atividade em prol da inovação e da modernização empresariais»²⁹.

Assim, a prossecução de políticas de apoio à atividade empresarial e o incentivo ao dinamismo empresarial são prioridades assumidas pela intervenção estatal regional, fatores que contribuem para o equilíbrio e a dinamização do mercado e para a redução parcial de assimetrias. Neste aspeto assume importância fundamental o esforço desenvolvido pelas entidades.

«A qualidade das condições envolventes (infraestruturas, recursos humanos, conhecimento, ambiente, segurança, mobilidade) e a consistência social, técnica e cultural (património, animação, criação, inovação, difusão) do território têm vindo a constituir-se como fatores progressivamente determinantes das políticas públicas que, assim, tendem a orientar-se preferencialmente para a criação de condições favoráveis à formação e promoção do espírito empresarial e à proliferação dos fatores imateriais de desenvolvimento. Procuram, portanto, orientar os esforços de crescimento económico no sentido de iniciativas sistémicas de inovação no plano regional.»³⁰

Apesar dos esforços para uma melhor dotação de recursos para a persecução de crescimento empresarial, o fator isolamento geográfico continuará a condicionar o desempenho da economia regional.

O papel intervencionista do estado na economia regional garantiu, durante o período pós-adesão até à atualidade, um percurso de convergência da economia regional face a outras economias com condicionalismos semelhantes. Para esta convergência contribuiu de forma primordial os apoios obtidos através de candidaturas a programas de apoio, criados objetivamente para gerar coesão territorial e melhorar as condições de vida padrão dos países membros, mas não oferecendo uma solução definitiva para as limitações das economias de periferia.

²⁹ GOVERNO REGIONAL DA RAM, 2003, *Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira [PIDDAR] 2004*, pp. 178-179.

³⁰ MATEUS et al., 2005, Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, vol. 2 [...], pp. 86-87.

7. O Peso das Transferências Financeiras para a Economia da RAM

A importância que as transferências assumem nas pequenas economias periféricas com condicionantes ao desenvolvimento é tema de debate no seio dos decisores políticos. A questão fundamental que se coloca é se as pequenas e frágeis economias são capazes de criar modelos dinâmicos que promovam o desenvolvimento, abandonando a ideia da dependência de ajudas através de transferências financeiras contínuas. Durante o período de pós-adesão à CE, as transferências financeiras passaram a ocupar um plano de destaque na agenda política dos atores empresariais do país e das regiões mais desfavorecidas, onde incluímos a RAM. As regiões com maiores condicionalismos encontraram nos quadros de apoio disponibilizados pela CE uma forma de acesso a verbas significativas de financiamento à sua atividade empresarial. Assim, desde a adesão, a «maioria das regiões prossegue uma agenda *neo-keynesiana* baseada na luta por garantir a quantidade máxima de transferências financeiras»³¹.

O objetivo dos decisores políticos centra-se na maximização das transferências financeiras; este tipo de comportamento sustenta padrões de crescimento imediatos, no entanto, questiona-se sobre se estas ajudas levaram a um processo de convergência, uma vez que o «fluxo contínuo de transferências financeiras apenas foi capaz de parar o processo de divergência»³². A mudança de paradigma leva a questionar sobre as estratégias adotadas no processo de crescimento da economia regional, com a anunciada redução das transferências financeiras às regiões ultraperiféricas e a criação de bases para uma sustentabilidade que se prolongue no tempo. No entanto, prevê-se que «a redução contínua das transferências financeiras levará, com certeza, ao fim do processo de catching-up e continuação da divergência»³³. Esta redução alerta as regiões com condicionalismos permanentes para a adoção de modelos de desenvolvimento sustentáveis e diversificados, baseados em óticas de dinamização orientada para atividades rentáveis e sustentáveis. Consideramos que «a futura política de coesão deveria continuar a compensar os condicionalismos permanentes das RUP, mas também contribuir mais para a modernização e diversificação das suas economias»³⁴, como única forma de evitar um duro período de estagnação económica das RUP. O gráfico 4 apresenta a evolução das transferências

³¹ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 79.

³² ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 85.

³³ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 16.

³⁴ MIRA, 2011, As Regiões Ultraperiféricas Europeias no Mercado Único [...], p. 41.

da CE no âmbito do FEDER para a RAM durante o período 1990 a 2006; observa-se uma tendência para a redução a partir de 2000.

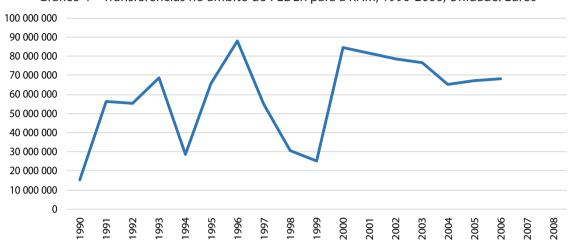


Gráfico 4 - Transferências no âmbito do FEDER para a RAM, 1990-2006; Unidade: Euros

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional, Relatórios Finais do Programa Operacional Plurifundos da RAM 1990-1993, 1994-1999, 2000-2006

O gráfico comprova uma mudança de paradigma dos apoios comunitários, com uma clara tendência para a redução das ajudas financeiras após 2000, em linha com o recente posicionamento dos decisores políticos europeus. No contexto nacional e em simultâneo com a redução das ajudas comunitárias, as transferências do estado para a RAM têm vindo a diminuir, como podemos observar no gráfico 5.

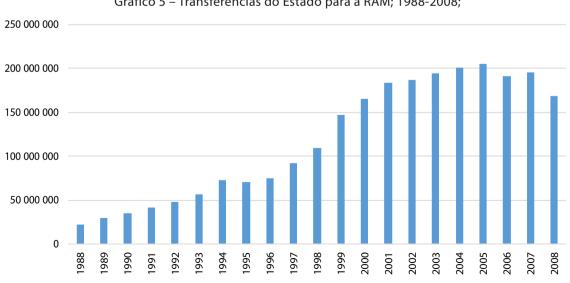


Gráfico 5 – Transferências do Estado para a RAM; 1988-2008;

Fonte: INE, Biblioteca Digital, Economia e Finanças, Contas Nacionais, Conta Geral do Estado, de 1988-2008

As reduções das transferências financeiras da CE e do Estado Português são dois fatores que colocam à economia regional problemas de liquidez, que irão pôr em prova a viabilidade do modelo de desenvolvimento em curso. No contexto financeiro atual é previsível o aumento das disparidades da RAM em relação às regiões centrais, devido às contingências específicas e condicionalismos. Assim, apesar da presente dotação da economia regional de maiores capacidades a vários níveis, os condicionalismos do isolamento geográfico e os custos da insularidade associados são contínuos, exercendo a sua pressão no quotidiano dos agentes económicos regionais.

Os condicionalismos restringem os modelos de desenvolvimento empresarial porque: aumentam os custos produtivos em todas as suas fases; restringem o sucesso da internacionalização face às acessibilidades e aos elevados custos de transportes; impedem grandes projetos empresariais virados para o consumo interno. As combinações destes fatores restritivos colocam grandes desafios ao meio empresarial regional que tem desenvolvido grande parte da sua atividade apoiada em programas de apoio financeiro. Os modelos sustentáveis parecem utópicos (apesar de existirem casos de sucesso em outras regiões com características semelhantes) e a coesão territorial é objetivo inatingível. Neste mesmo ponto de vista, é provável uma perpetuação do desequilíbrio centro/periferia em termos de PIB per capita, caso o paradigma atual não perspetive a introdução de mecanismos inovadores e diversificados.

Na RAM verifica-se que os apoios desde a pós-adesão foram canalizados maioritariamente para a dotação de melhores condições infraestruturais. Adicionalmente desenvolveram-se algumas empresas industriais e de serviços associadas à atividade tanto nas obras públicas como privadas.

8. A Prioridade de Dotação de Condições Infraestruturais na RAM como Dinamizadora do Crescimento Económico

Uma quantidade muito significativa de apoios comunitários para a RAM obtidos após a adesão de Portugal à CE foi, reafirme-se, direcionada para a dotação de infraestruturas diversas. A RAM encontrava-se por altura da adesão com insuficiência de infraestruturas em todos os níveis, razão pela qual a construção de infraestruturas foi fundamental dar início a um processo de convergência, auxiliando na «criação de empregos no sector público, ao abrigo das oscilações do mercado e da concorrência,

tal como no resgate das empresas em dificuldades»³⁵. Neste aspeto particular, o investimento regional em infraestruturas contribuiu significativamente, podemos dizê-lo, para a criação de condições iniciais necessárias e favoráveis à prossecução de um trajeto de crescimento. A criação de infraestruturas permitiu reduzir os custos dos bens e serviços para as populações, tornando o acesso mais rápido e cómodo; além disso, reforçou a aptidão para uma participação dos agentes mais generalizada e descentralizada na atividade comercial.

O aspeto considerado fundamental foi, numa primeira fase, a criação de infraestruturas de acessibilidade, onde se destacam a melhoria de estruturas aeroportuárias e de ligação terrestre, obras que assumem um papel fulcral na economia regional. O gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos edifícios concluídos pelas Câmaras Municipais de 1994-2008, demonstrativos da forte aposta dos decisores regionais na melhoria das condições infraestruturais.

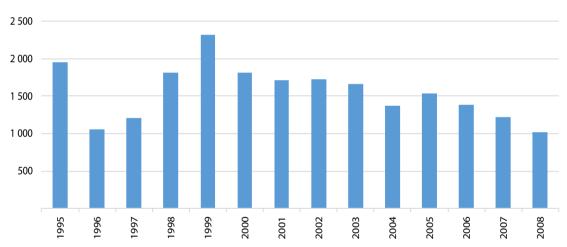


Gráfico 6 – Edifícios Concluídos na RAM, em Unidades

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Económicos, Indicadores de Construção e Habitação.

Esta ênfase da aposta em construção de infraestruturas caracteriza o modelo de desenvolvimento adotado nos últimos anos, o que se confirma na aposta do programa operacional para a RAM, no período de 2000 a 2006, em apoios comunitários que «permitiram a criação de infraestruturas de apoio e de aplicação de medidas de diversificação e fortalecimento da atividade produtiva, que tem contribuído para

³⁵ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 88.

sustentar um processo que indicia sinais de mudança no perfil económico regional e na dinâmica empresarial»³⁶.

As infraestruturas de transporte e comunicação foram um «sector chave porque: pautam a circulação de pessoas e bens; são um veículo de acesso das populações a tudo quanto necessitam e constituem-se como uma alavanca preciosa e fundamental do funcionamento da economia»³⁷. Neste ponto, destaca-se a construção do Aeroporto Internacional do Funchal e a melhoria das acessibilidades viárias.

9. As Potencialidades e os Problemas Específicos da Atividade Empresarial na RAM

Na RAM as empresas de pequena e média dimensão são predominantes, o que constitui uma importante característica para compreender as particularidades do funcionamento da economia regional e do espírito empresarial. A predominância de PME, marcadamente de cariz familiar, caracteriza-se por «colocar os objetivos familiares em detrimento dos objetivos voltados para a inovação e para o crescimento»³⁸. Assim, a atitude empresarial baseada na inovação e no crescimento que pressupõe maiores riscos não é prioridade para empreendedores de empresas familiares e de menor dimensão, que naturalmente são mais resistentes a mudanças.

Estas empresas com estruturas de gestão mais frágeis definem como objetivos primordiais a manutenção no mercado, e a respetiva manutenção dos rendimentos. No caso particular da RAM, pode-se caracterizar a estrutura empresarial como «vocacionada, fundamentalmente, para a manutenção do conforto e do equilíbrio económico dos seus atores, fundamentalmente, através da satisfação das necessidades socioeconómicas imediatas, como é o caso da criação e da manutenção dos empregos»³⁹.

Estas características da estrutura empresarial regional indicam a incapacidade da economia da RAM em apresentar elevados níveis de inovação, produtividade e competitividade. Para além destas características as limitações do mercado regional

³⁶ GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA – Direção Regional de Planeamento – Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 2000, *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira [POPRAM]* 2000-2006, p. 75.

³⁷ VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 175.

³⁸ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 208.

³⁹ RODRIGUES, 2007, Mudança: Representações dos Actores Empresariais na Região da Madeira, p. 145.

não geram a obtenção de resultados positivamente inesperados, essencialmente devido ao

«reduzido potencial de mercado [que] limita o número de empresas que possam surgir num determinado nicho, e consequentemente, o grau de rivalidade entre elas, [além disso] o grande número de monopólios e de oligopólios limita a viabilidade das estratégias de crescimento agressivas e as pressões competitivas são abaixo da média»⁴⁰.

Na atividade empresarial da RAM verifica-se que existem áreas de intervenção que não fomentam a existência de modelos de concorrência perfeita, o que acontece em determinados segmentos de mercado: ou por não justificarem o investimento inicial avultado, e os retornos serem demasiado longos e morosos; ou ainda simplesmente por serem controlados por empresas com estruturas sólidas e posicionadas que limitam a concorrência perfeita. Estas características económicas/ sociais são notórias na sociedade regional e caracterizam áreas de atividade específicas, o que «decorre de múltiplos nós sociais, que os indivíduos constroem, mantêm ou destroem por intermédio de inúmeras relações que conseguem (ou não) estabelecer»⁴¹.

A existência de problemáticas associadas ao mercado concorrencial da atividade empresarial na RAM limita a competitividade, uma vez que para a criação de uma base sustentável de desenvolvimento através de espírito empresarial criativo requer a existência de condições favoráveis ao desenvolvimento de empresas em novas áreas de negócio, que privilegiem o conhecimento/formação e apostem nas potencialidades do capital humano. O aproveitamento do capital humano é fator essencial ao desenvolvimento sustentado porque «contribuiu para reforçar a coesão económica e social de regiões cujo desenvolvimento sofre de algum atraso, e estimula a atividade económica na criação de emprego ou para integrar os desempregados ou os desfavorecidos no meio laboral»⁴².

A mudança de paradigma do pensamento económico dos agentes nas pequenas economias regionais é por norma lento e gradual; trata-se de um processo de aprendizagem empresarial que é «importante para as empresas de todos os sectores, tecnológicos ou tradicionais; para pequenas ou grandes empresas e para diferentes tipos de propriedade, tais como empresas familiares, empresas cotadas na bolsa e empresas de economia social»⁴³. O método de «aprendizagem empresarial

⁴⁰ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 91.

⁴¹ RODRIGUES, 2010, Sistemas Socioeconómicos Contemporâneos [...], p. 19.

⁴² COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003, Livro Verde – Espírito Empresarial na Europa, p. 8.

⁴³ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003, Livro Verde – Espírito Empresarial na Europa, p. 7.

faz-se através de dinâmicas de produção, difusão e adoção de novos conhecimentos, o que exige da parte das empresas o desenvolvimento endógeno de uma capacidade para aprender»⁴⁴ Este processo de aprendizagem é fulcral para o aproveitamento dos escassos recursos e das condicionantes económicas.

Deste modo, face ao padrão de evolução dinâmico e de contornos incertos, os empresários regionais enfrentam um ambiente exigente, de constante adaptação às mudanças. Neste aspeto, questiona-se se os empresários regionais têm respondido positivamente às complexas exigências da economia atual. Consequentemente, o desempenho empresarial depende da forma como as organizações empresariais são capazes de responder às múltiplas mudanças do ambiente económico, entre as quais: o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC); a redução das barreiras tarifárias e não tarifárias para investimentos estrangeiros diretos; as trocas de bens e serviços com maior flutuação dos câmbios e maior desregulamentação dos mercados financeiros; os fluxos de capital e internacional e as transferências de tecnologias; a desregulamentação dos mercados de produtos em muitos países; a remoção de barreiras comerciais entre países com a formação de blocos económicos; o aumento de concorrência entre as empresas; e a mudança no comportamento e elevação do padrão de exigência dos consumidores.

A economia regional tem procurado adaptar-se às mudanças do contexto económico global; sendo visível que o tecido empresarial da RAM tem alterado de forma gradual as suas características, mantêm-se no entanto algumas particularidades típicas de economias de pequena dimensão e com fortes condicionalismos.

«[São estas características] que diferenciam as atividades das áreas mais desenvolvidas das menos desenvolvidas, onde se incluem as ilhas, nas quais as áreas de atividade a explorar são necessariamente diferentes, sendo que em países menos desenvolvidos, devido às suas carências, há mais micro empreendedores a enveredar pelas atividade primárias, de produção de bens, nomeadamente alimentares, ao contrário do que sucede em países com maior índice de desenvolvimento, onde é praticamente impossível rivalizar com as economias de escala adotadas pelas maiores empresas, o que empurra os empreende-dores para o sector dos serviços.»⁴⁵

Estas modificações do tecido empresarial demonstram que «os grupos económicos regionais de hoje são obviamente mais numerosos, diversificados e heterogéneos, [...], sendo que a economia regional é cada vez mais turismo e se encontra

⁴⁴ CARNEIRO et al., 2001, Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa [...], p. 14.

⁴⁵ COUTO, PONTE, 2009, Dinâmicas de Empreendedorismo e Microcrédito nos Açores, p. 5.

numa fase crítica de transição e de adaptação à mudança» 46. A nível sectorial, verifica-se que economia regional tende para a terciarização, o que surge em resultado das alterações dos modelos de desenvolvimento das pequenas economias descentralizadas, especialmente devido às características naturais ímpares que lhes permitem explorar atividades de alto retorno, como é o caso do turismo.

Em termos de balança económica pode defender-se que cada região precise de exportar para assim fazer face à necessidade de importar e, portanto, ao pagamento das importações. No caso da RAM, as importações superam as exportações, pelo que a balança comercial se apresenta deficitária; este fenómeno foi mais gravoso nos períodos em que se usufruiu de capital adicional através das ajudas externas, o que estimulou o recurso a grandes níveis de importação, associado ao *boom* económico e social que esta liquidez gerou. Apesar do défice contínuo da balança comercial nos últimos anos do período em análise, esta apresenta uma diminuição do deficit comercial, associado a um aumento gradual da taxa de cobertura das exportações face às importações. Verifica-se um ritmo lento de crescimento das exportações, mas acompanhado por uma tendência de estagnação das importações após o maior crescimento registado entre 1988 e 1992.

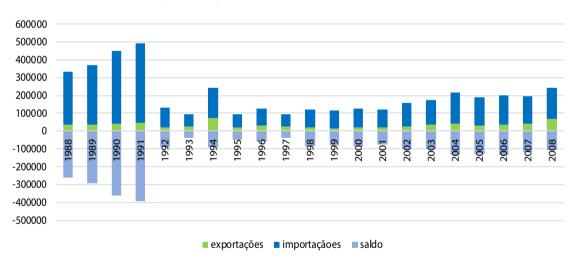


Gráfico 7 – Evolução Balança Comercial, 1988-2008, Unidade: Milhares de Euros

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira, Estatísticas Económicas, Comércio Internacional de Bens.

⁴⁶ VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 124.

10. As Características do Modelo Económico da RAM

Podemos caracterizar o «modelo de desenvolvimento adotado pela RAM como um *mix* integrado de modelos de desenvolvimento regionais viáveis»⁴⁷. A experiência de outras economias semelhantes demonstra que as estratégias baseadas exclusivamente na aposta da dinamização de um sector de atividade dificultam a obtenção de resultados consistentes e duradouros, especialmente em regiões com fortes condicionalismos.

Os resultados económicos obtidos pelas pequenas regiões, onde se incluem as ilhas periféricas, comprovam que estas economias dependem de modelos que explorem todas as potencialidades naturais e humanas, e isso não é possível na aposta em um único sector ou modelo. A discussão em torno dos modelos económicos a adotar pelas pequenas regiões torna-se num aspeto de base para o auxílio na decisão das políticas a seguir, não sendo consensual a existência de um modelo de sucesso único para regiões com características semelhantes. No entanto, os modelos de desenvolvimento regionais com prova de viabilidade são: o modelo baseado no mercado; o modelo de aluguer; e o modelo não ortodoxo. Estes modelos quando utilizados em simultâneo aparentemente funcionam positivamente, mas é natural que uns modelos predominem face aos outros.

No caso da RAM, devido às particularidades do mercado, o modelo de aluguer e os modelos de solução não ortodoxos (onde inclui-se atividade como centros de Offshore) são os que predominam em detrimento dos modelos de mercado. Assim, verifica-se que as características do modelo introduzido na RAM assentam numa modelação de estilo *economia mista*, que se define como uma estratégia económica de combinação de dois ou mais modelos económicos distintos. Apesar disso, dificilmente as regiões desfavorecidas obterão níveis regulares e constantes de crescimento, como acontece em outras regiões mais privilegiadas, devido

«à dificuldade da focalização num modelo que nos conduza a um crescimento regular e contínuo, apesar de desejável, visto que as condições estáveis de crescimento regular (steady state growth) e equilibrado no sistema e em cada uma das regiões são extremamente difíceis de alcançar, já que sempre se tornaria necessário que os instrumentos de política atuassem de forma a igualarem de início as situações de desequilíbrio e a fazerem depois que as regiões crescessem ao mesmo ritmo».⁴⁸

⁴⁷ ALMEIDA, 2007, ICT and Sustainable Development in an Outermost Region, p. 92.

⁴⁸ LOPES, 1995, Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos, p. 123.

Apesar da dificuldade de obtenção de padrões de crescimento estáveis para as regiões mais desfavorecidas, as regiões procuram identificar, dotar e avaliar o desempenho dos modelos para que correspondam da melhor forma às necessidades específicas regionais. Da monitorização do modelo económico das regiões, se este mantém resultados positivamente estáveis durante um largo período de tempo, com respostas desejáveis às alterações do mercado, os decisores políticos aferem a viabilidade do modelo. O dinamismo dos mercados e a sua volatilidade obriga ao ajustamento do modelo de forma a antecipar a estagnação ou declínio do modelo.

Além do papel dos decisores políticos na procura de maximização das potencialidades do mercado, também as empresas contribuem decisivamente com as estratégias de desenvolvimento empresarial que adotam, fundamentais para manter um padrão de desenvolvimento equilibrado do tecido empresarial das regiões; daí a cooperação de forças entre o capital público e o privado assumir predominância na economia de qualquer região. Neste aspeto, o estudo da permanência das empresas no mercado permite verificar a capacidade de adaptação das organizações às especificidades do tecido empresarial, em contextos caracterizados por sucessivas mudanças. A continuidade das empresas no ativo tem uma relação direta com o sucesso das estratégias, visto que «todas as empresas competitivas aprendem em permanência»⁴⁹.

Parte II – Dados Financeiros da Amostra

1. Características da Amostra

Para a realização deste estudo foi utilizada uma amostra de conveniência, contendo dados contabilísticos de 545 empresas que fizeram-se representar na iniciativa anual 100 Maiores Empresas distribuídas ao longo dos 21 anos em estudo. A quantidade de empresas e de informação financeira disponibilizada pelas próprias empresas concorrentes permitiu a constituição de uma base de dados, que neste capítulo nos propomos a explorar de forma a obter uma leitura dos resultados obtidos por estas empresas representativas do tecido empresarial regional.

Numa primeira fase, optou-se por analisar a variação anual das empresas concorrentes à iniciativa 100 Maiores e Melhores Empresas, isto é, o número de

⁴⁹ CARNEIRO et al., 2001, Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa [...], p. 29.

participações de cada empresa no total de anos da amostra. A leitura desta capacidade de as empresas repetirem as participações na iniciativa anual tem por objetivo verificar qual das atividades (comércio, indústria e serviços) apresentou variabilidade menor face às restantes. Da análise da variabilidade de participação empresarial, verificou-se globalmente que a participação das empresas oscilou entre a participação mínima de 1 (representação de uma determinada empresa em apenas um ano da amostra) e a participação máxima de 21 (participação de uma empresa no total dos anos da amostra).

Neste ponto procura-se observar a quantidade de empresas participantes na iniciativa e o número das empresas que saem e entram anualmente e por atividade. Esta apresentação da quantidade de empresas que passaram e deixaram de ter representatividade na amostra das 100 Maiores e Melhores Empresas permite inferir sobre a dinâmica empresarial geral e por atividade. Assim, consideramos que, quanto maior for o interesse e capacidade das empresas em integrarem a amostra, maior a dinâmica associada à respectiva atividade no mercado global regional.

Tabela 3 – Evolução Anual da Participação Empresarial, por Atividade: Entradas e Saídas de Empresas no ano n, não presentes em amostra no ano n-1, 1988-2008

| Ano | Atividade | Comércio | Indústria | Serviços |
|-----------------|-----------|----------|-----------|----------|
| Ano Base - 1988 | Descrição | 38 | 29 | 33 |
| | Entrada | 12 | 5 | 1 |
| 1989 | Saída | 4 | 0 | 4 |
| | Total | 46 | 36 | 30 |
| | Entrada | 12 | 11 | 8 |
| 1990 | Saída | 8 | 6 | 10 |
| | Total | 50 | 41 | 28 |
| | Entrada | 17 | 4 | 11 |
| 1991 | Saída | 10 | 10 | 3 |
| | Total | 57 | 35 | 36 |
| | Entrada | 15 | 6 | 8 |
| 1992 | Saída | 13 | 5 | 6 |
| | Total | 59 | 36 | 38 |
| | Entrada | 6 | 6 | 15 |
| 1993 | Saída | 5 | 5 | 23 |
| | Total | 60 | 37 | 30 |
| | Entrada | 7 | 3 | 9 |
| 1994 | Saída | 26 | 14 | 2 |
| | Total | 41 | 26 | 37 |
| | Entrada | 13 | 9 | 8 |
| 1995 | Saída | 7 | 3 | 7 |
| | Total | 47 | 32 | 38 |

| | Entrada | 12 | 4 | 10 |
|-----------|----------|----|----|-----|
| 1996 | Saída | 7 | 6 | 5 |
| | Total | 52 | 30 | 43 |
| | Entrada | 5 | 2 | 8 |
| 1997 | Saída | 7 | 8 | 5 |
| | Total | 50 | 24 | 46 |
| | Entrada | 8 | 9 | 14 |
| 1998 | Saída | 10 | 6 | 9 |
| | Total | 48 | 27 | 51 |
| | Entrada | 11 | 3 | 16 |
| 1999 | Saída | 4 | 2 | 11 |
| | Total | 55 | 28 | 56 |
| | Entrada | 6 | 7 | 12 |
| 2000 | Saída | 12 | 5 | 14 |
| | Total | 49 | 30 | 54 |
| | Entrada | 11 | 4 | 5 |
| 2001 | Saída | 12 | 4 | 14 |
| | Total | 48 | 30 | 45 |
| | Entrada | 10 | 7 | 11 |
| 2002 | Saída | 4 | 4 | 11 |
| | Total | 54 | 33 | 45 |
| | Entrada | 9 | 2 | 17 |
| 2003 | Saída | 12 | 6 | 8 |
| | Total | 51 | 29 | 54 |
| | Entrada | 9 | 6 | 17 |
| 2004 | Saída | 10 | 5 | 9 |
| | Total | 50 | 30 | 62 |
| | Entrada | 13 | 5 | 13 |
| 2005 | Saída | 14 | 9 | 10 |
| | Total | 49 | 26 | 65 |
| | Entrada | 4 | 2 | 16 |
| 2006 | Saída | 16 | 2 | 13 |
| | Total | 37 | 26 | 68 |
| | Entrada | 31 | 14 | 52 |
| 2007 | Saída | 14 | 8 | 15 |
| | Total | 54 | 32 | 105 |
| | Entrada | 8 | 5 | 22 |
| 2008 | Saída | 15 | 10 | 39 |
| | Total | 47 | 27 | 88 |
| Média | Entradas | 11 | 6 | 14 |
| 1988-2008 | Saídas | 11 | 6 | 11 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Pode-se observar que a atividade comercial apresenta uma média anual de entrada semelhante à média de saída (11 entradas e 11 saídas), isto quando verificamos a média do período de 1988 a 2008. Estes resultados indicam que a atividade comercial, ao longo do tempo analisado, manteve uma boa dinâmica de entrada e saída de empresas na iniciativa, fator elucidativo da sua dinâmica.

Relativamente à atividade industrial, esta caracteriza-se pela igual quantidade de entrada e saída de empresas concorrentes, com média de 6 empresas que entram anualmente na amostra e de 6 empresas que saem. Esta menor dinâmica dever-se-á ao nível elevado de investimento necessário para que uma empresa industrial consiga fazer parte das 100 Maiores Empresas. Além disso, as empresas desta atividade, já presentes na amostra, estão habitualmente bem posicionadas no mercado, com estruturas sólidas. Estes fatores, num mercado de reduzidas dimensões, restringirão as margens de manobra para potenciais concorrentes, não tornando esta atividade acessível à participação de outras empresas.

Por sua vez, os serviços surgem como a atividade cuja entrada e saída de empresas apresenta um nível mais elevado, em comparação com as restantes atividades. Nesta atividade regista-se uma média de entradas de 14 novas empresas, enquanto as saídas atingem em média 11 empresas, por ano. Na atividade terciária a quantidade de empresas que entram e saem da amostra é pois substancialmente maior, o que se deverá ao menor investimento inicial necessário para a criação de projetos de sucesso, podendo existir novos concorrentes que conquistem rapidamente uma quota de mercado considerável e passem a integrar a amostra.

Tabela 4 – Evolução das Taxas de Entradas e Saídas de Empresas no ano n, face ao ano n-1, por sector, 1989-2008

| F | | | | | | |
|-----------|----------|-----------------|----------|----------|---------------|----------|
| Descrição | Та | Taxa de Entrada | | | Taxa de Saída | a |
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Comércio | Indústria | Serviços |
| 1989 | 31,58% | 17,24% | 3,03% | 10,53% | 0,00% | 12,12% |
| 1990 | 26,09% | 30,56% | 26,67% | 17,39% | 16,67% | 33,33% |
| 1991 | 34,00% | 9,76% | 39,29% | 20,00% | 24,39% | 10,71% |
| 1992 | 26,32% | 17,14% | 22,22% | 22,81% | 14,29% | 16,67% |
| 1993 | 10,17% | 16,67% | 39,47% | 8,47% | 13,89% | 60,53% |
| 1994 | 11,67% | 8,11% | 30,00% | 43,33% | 37,84% | 6,67% |
| 1995 | 31,71% | 34,62% | 21,62% | 17,07% | 11,54% | 18,92% |

| 1996 | 25,53% | 12,50% | 26,32% | 14,89% | 18,75% | 13,16% |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1997 | 9,62% | 6,67% | 18,60% | 13,46% | 26,67% | 11,63% |
| 1998 | 16,00% | 37,50% | 30,43% | 20,00% | 25,00% | 19,57% |
| 1999 | 21,57% | 9,38% | 30,19% | 8,33% | 7,41% | 21,57% |
| 2000 | 10,91% | 25,00% | 21,43% | 21,82% | 17,86% | 25,00% |
| 2001 | 22,45% | 13,33% | 9,26% | 24,49% | 13,33% | 25,93% |
| 2002 | 20,83% | 23,33% | 24,44% | 8,33% | 13,33% | 24,44% |
| 2003 | 16,67% | 6,06% | 37,78% | 22,22% | 18,18% | 17,78% |
| 2004 | 17,65% | 20,69% | 31,48% | 19,61% | 17,24% | 16,67% |
| 2005 | 26,00% | 16,67% | 20,97% | 28,00% | 30,00% | 16,13% |
| 2006 | 8,16% | 7,69% | 24,62% | 32,65% | 7,69% | 20,00% |
| 2007 | 83,78% | 53,85% | 76,47% | 37,84% | 30,77% | 22,06% |
| 2008 | 14,81% | 15,63% | 20,95% | 27,78% | 31,25% | 37,14% |
| Média Global | 23,28% | 19,12% | 27,76% | 20,95% | 18,80% | 21,50% |
| Média 1988-99 | 22,20% | 18,19% | 26,17% | 17,84% | 17,86% | 20,44% |
| Média 2000-08 | 24,59% | 20,25% | 29,71% | 24,75% | 19,96% | 22,79% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

A tabela anterior apresenta as evoluções percentuais de substituição das empresas na amostra. A observação da tabela permite inferir que (tal como se observa nos valores absolutos) as atividades ligadas aos serviços apresentam maior oscilação de empresas que entram e saem da amostra empresarial, as quais apresentam uma taxa média de entrada de empresas de 27,76% e uma taxa de saída de 21,50%. Desta forma, a média percentual de entrada e de saída de empresas na atividade dos serviços é a mais elevada, quando comparada com as atividades comercial e industrial, que registam médias de entrada de 23,28% e 19,12%, respetivamente. Relativamente às taxas de saída da atividade comercial e industrial, estas são inferiores à taxa observada na atividade dos serviços, registando taxas médias de 20,95% e 18,80%, respetivamente.

A tabela permite adicionalmente realizar uma comparação entre dois subperíodos: o de 1988-1999 e o de 2000-2008. Estes dois subperíodos dividem

o período 1988-2008 em dois subperíodos temporais relevantes. O primeiro subperíodo é caracterizado por uma maior dinâmica global da economia regional, devido ao contexto da pós-adesão (associado a superiores transferências de fundos comunitários/nacionais de apoio à economia regional) e ao contexto económico mundial caracterizado pelo crescimento económico e por políticas expansionistas.

A observação da tabela permite verificar que as taxas de entrada e saída das empresas aumentam na generalidade do primeiro subperíodo para o segundo, o que é consequência do contexto económico diferenciado. Assim, observa-se que as taxas de entradas de empresas na amostra aumentam nas três atividades do primeiro subperíodo para o segundo, contudo com diferenças pouco expressivas. Na mesma tendência, as taxas de saída também aumentam em todas as atividades, verificando-se que a atividade comercial e os servicos são os que, comparativamente ao período anterior, registam maior aumento das taxas de saídas, revelando--se, neste aspeto, o sector industrial residualmente menor. A tabela permite igualmente verificar que a atividade terciária, em ambos os subperíodos, apresenta taxas de entrada de empresas superiores às das restantes atividades; este facto surge naturalmente, tendo em conta que o investimento inicial necessário para criar uma empresa competitiva na área dos serviços é substancialmente menor. Para a criação de uma empresa comercial ou industrial duradoura e robusta, o investimento inicial necessário é substancialmente maior. Quanto aos resultados verificados nas taxas de saída no período de 1988-1999, estes apresentam níveis mais equilibrados entre a atividade comercial, industrial e de serviços. No entanto, no subperíodo de 2000-2008, as atividades ligadas aos serviços voltam a apresentar taxas superiores de saída, comparativamente às restantes atividades, o que expressa a maior dinâmica nesta área de atividade.

1.1. Representação Numérica da Amostra

A amostra é composta por um total de 2738 casos, distribuídos pelos anos de 1988-2008. O ano de 2007 foi o que registou maior número de participação de empresas, com 191 empresas (6,98% do total da amostra). Verificou-se que o ano de 1988 foi aquele que registou menor número de empresas participantes (3,65% do total da amostra), num total de 100 empresas concorrentes.

Tabela 5 – Tabela de Frequências de Empresas, 1988-2008

| | | | | _ | • | | |
|---|------|-----|-------|---|-------|------|---------|
| | Ano | N.º | % | | 1998 | 126 | 4,60% |
| | 1988 | 100 | 3,65% | ſ | 1999 | 139 | 5,08% |
| | 1989 | 112 | 4,09% | ſ | 2000 | 133 | 4,86% |
| | 1990 | 119 | 4,35% | ſ | 2001 | 123 | 4,49% |
| | 1991 | 128 | 4,67% | | 2002 | 132 | 4,82% |
| ĺ | 1992 | 133 | 4,86% | ſ | 2003 | 134 | 4,89% |
| | 1993 | 127 | 4,64% | ſ | 2004 | 142 | 5,19% |
| | 1994 | 104 | 3,80% | | 2005 | 140 | 5,11% |
| ĺ | 1995 | 117 | 4,27% | ſ | 2006 | 131 | 4,78% |
| | 1996 | 125 | 4,57% | ſ | 2007 | 191 | 6,98% |
| ĺ | 1997 | 120 | 4,38% | | 2008 | 162 | 5,92% |
| • | | | | | Total | 2738 | 100,00% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Verifica-se pela análise da tabela anterior que existiu uma variação da participação empresarial entre 100 e 191 empresas concorrentes. Como podemos verificar, apenas no ano de 1988 participaram exatamente 100 empresas na iniciativa. Os restantes anos da amostra registaram a participação de um número de empresas superior, com as empresas regionais a demonstrar maior pretensão de integrar a iniciativa 100 Maiores e Melhores Empresas, tendo-se registado a maior participação de empresas no ano de 2007. Quanto à média global de participação empresarial anual, foi de 130 empresas. Assim, verifica-se uma tendência de crescimento das empresas admitidas na iniciativa; esta variabilidade de empresas concorrentes motivou, no tratamento dos dados, a utilização de médias.

Tabela 6 – Tabela de Frequência Global (inclui todos os anos da amostra), por atividade

| Atividade | Frequência | Percentagem |
|-----------|------------|-------------|
| Comércio | 1042 | 38,06% |
| Indústria | 644 | 23,52% |
| Serviços | 1052 | 38,42% |
| Total | 2738 | 100,00% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008).

Da análise da presença das empresas, por atividade, verifica-se que a atividade dos serviços foi a que teve maior participação, tendo a representação de 1052 empresas ao longo dos 21 anos em amostra, o que corresponde a 38,42% do global. Relativamente ao comércio, esta atividade está representada na amostra por 1042 empresas, o que corresponde a 38,06% do total de concorrentes. Esta representação, juntamente com a dos serviços, representa 76,48% das empresas concorrentes, o que é sintomático do peso do sector terciário na amostra. Quanto à atividade industrial, teve a representação de 644 empresas, o que corresponde a 23,52% do total, constituindo-se como a atividade com menor número de empresas participantes no somatório global de empresas admitidas na iniciativa 100 Maiores e Melhores Empresas.

Verifica-se, desta forma, que a amostra apresenta características de participação sectorial semelhantes à estrutura da economia regional no seu todo, onde se observa igualmente uma predominância das atividades dos serviços e comercial (sector terciário) em relação à indústria (sector secundário). A tabela seguinte apresenta a evolução da participação empresarial, na base da amostra, por ano e por atividade:

Tabela 7 – Frequências de Empresas, por Atividade, 1988-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------|-----------|----------|-------|
| 1988 | 38 | 29 | 33 | 100 |
| 1989 | 46 | 36 | 30 | 112 |
| 1990 | 50 | 41 | 28 | 119 |
| 1991 | 57 | 35 | 36 | 128 |
| 1992 | 59 | 36 | 38 | 133 |
| 1993 | 60 | 37 | 30 | 127 |
| 1994 | 41 | 26 | 37 | 104 |
| 1995 | 47 | 32 | 38 | 117 |
| 1996 | 52 | 30 | 43 | 125 |
| 1997 | 50 | 24 | 46 | 120 |

| 1998 | 48 | 27 | 51 | 126 |
|-------|----|----|-----|-----|
| 1999 | 55 | 28 | 56 | 139 |
| 2000 | 49 | 30 | 54 | 133 |
| 2001 | 48 | 30 | 45 | 123 |
| 2002 | 54 | 33 | 45 | 132 |
| 2003 | 51 | 29 | 54 | 134 |
| 2004 | 50 | 30 | 62 | 142 |
| 2005 | 49 | 26 | 65 | 140 |
| 2006 | 37 | 26 | 68 | 131 |
| 2007 | 54 | 32 | 105 | 191 |
| 2008 | 47 | 27 | 88 | 162 |
| Média | 50 | 31 | 50 | 130 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008)

Da análise da tabela anterior que apresenta a frequência das empresas por atividade, observa-se uma média de participação anual de 50 empresas na atividade comercial, num total de 1042 empresas que participaram na amostra nos 20 anos analisados. As atividades ligadas aos serviços apresentam igualmente uma média anual de 50 empresas, num total de 1052 empresas no mesmo período. Quanto à atividade industrial, surge como a atividade com menor representatividade de empresas, totalizando 644 empresas representadas na amostra global, com uma média de 31 empresas com representação anual. A observação de uma menor representação da atividade industrial, face à atividade comercial e de serviços, dever-se-á a inúmeros fatores. Em primeiro plano, o diferencial de investimento necessário para a criação de empresas competitivas nos diferentes sectores; a este fator determinante, aliam-se as características históricas do tecido empresarial regional, constituído maioritariamente por microempresas de cariz familiar. Estas características são fundamentais para compreender a predominância do sector terciário (comércio e serviços) na RAM; muitas das empresas com posição dominante no mercado regional surgem, muito provavelmente, de laços familiares e passam de geração em geração, ou de atividades com tradição na sociedade regional, algumas das quais adaptam-se ao contexto de mudança, enquanto outras se mantêm devido ao seu forte posicionamento no mercado.

1.2. Indicadores de Análise Financeira da Amostra

Neste ponto iremos correlacionar e analisar a evolução média dos indicadores financeiros e rácios contidos na amostra. Para a referida análise iremos verificar a evolução global e por atividade dos indicadores, através da observação do somatório, da média ponderada, das taxas de crescimento e dos índices de base fixa. Adicionalmente, iremos comparar os resultados por subperíodos, de forma a determinar os níveis de crescimento separadamente.

1.2.1. Volume de Negócios

1.2.1.1. Volume de Negócios – Conceito e Correlação com Produto Interno Bruto Regional a Preços de Mercado – PIBRpm

Este indicador tem particular relevância no estudo, porque permite verificar as variações dos volumes financeiros anuais do tecido empresarial. A observação dos

valores médios do indicador Volume de Negócios permite aferir o crescimento ou decréscimo da atividade empresarial, através da verificação dos níveis das transações de bens e serviços das empresas representadas na amostra.

O indicador Volume de Negócios corresponde ao «montante das vendas de bens e serviços (mercadorias ou produção própria) e da prestação de serviços efetuados pela empresa durante o exercício, líquido dos descontos e abatimentos de que foram objeto»⁵⁰, o que torna o instrumento financeiro um excelente indicador para a observação da dinâmica empresarial de um determinado mercado. Adicionalmente, uma análise mais pormenorizada deste indicador, empresa por empresa, permite identificar as empresas que, pela dimensão do seu volume de negócio, podem exercer um peso significativo no global dos resultados obtidos, e consequentemente no todo da economia regional. Neste estudo, após o agrupamento dos dados relativos ao Volume de Negócios por atividade ao longo do período, realizamos um estudo de correlação entre o Volume de Negócios e o PIB Regional a Preços de Mercado – PIBRpm, com o objetivo de verificar a consistência dos dados e estabelecer uma relação entre as conclusões aferidas nas variáveis amostrais e o todo da economia regional. Utilizamos o coeficiente de Correlação de Pearson que mede a correlação entre duas variáveis x e y, calculando a «medida da dependência entre duas variáveis x e y sendo uma quantidade adimensional: $\rho = \sigma x,y / (\sigma x \cdot \sigma y)$, no qual os valores assumidos por ρ estão no intervalo [-1,1]»⁵¹. Assim, a obtenção de correlação igual ou próxima a 1 permite verificar que os dados estão positivamente correlacionados (existe forte correlação entre as duas variáveis). Inversamente, a obtenção de correlação igual ou próxima a -1 implica que os dados estão negativamente correlacionados (existe independência das duas variáveis). Para a realização do estudo da Correlação de *Pearson* procedemos à exportação dos dados do Volume de Negócios da amostra e do PIB Regional para o programa de tratamento estatístico (SPSS 21.0). Este programa possibilitou realizar o estudo de Correlação de *Pearson* entre a variável PIBRpm e a variável Volume de Negócios (indicador financeiro da amostra), permitindo obter o nível de correlação da variável PIBRpm com a variável Volume de Negócios por atividade (comercial, industrial e de serviços).

⁵⁰ MOREIRA, 1998, Análise Financeira de Empresas – Da Teoria à Prática, p. 159.

⁵¹ NEVES, 2002, Análise Financeira: Técnicas Fundamentais, p. 121.

Tabela 8 – Correlação de *Pearson* entre o Volume de Negócios e o PIBRpm

| | Correlação de <i>Pearson</i> | | | | | |
|----------|------------------------------|--------|--------|--------|--------|---------|
| | | PIBRpm | VNcom | VNind | VNser | VNtotal |
| | Pearson Correlation | 1 | ,606** | ,892** | ,839** | ,772** |
| PIBRpm | Sig. (2 – Tailed | | 0,004 | 0 | 0 | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,606** | 1 | ,767** | ,673** | ,952** |
| VNcom | Sig. (2 – Tailed | 0,004 | | 0 | 0,001 | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,892** | ,767** | 1 | ,800** | ,912** |
| VNind | Sig. (2 – Tailed | 0 | 0 | | 0 | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,839** | ,673** | ,800** | 1 | ,805** |
| VNser | Sig. (2 – Tailed | 0 | 0,001 | 0 | | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,772** | ,952** | ,912** | ,805** | 1 |
| VNtotal | Sig. (2 – Tailed | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| VINCOLAI | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |

^{**} Correlação é significante ao nível 0,01

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008).

A tabela apresenta os resultados obtidos no SPSS 21.0 pela aplicação do teste de Correlação de *Pearson* entre as variáveis: Volume de Negócios Total (VNtotal); Volume de Negócios da Atividade Comercial (VNcom); Volume de Negócios da Atividade Industrial (VNind); Volume de Negócios da Atividade Serviços (VNser); e Produto Interno Bruto Regional a Preços de Mercado (PIBRpm): Os resultados indicam uma forte correlação positiva entre o PIB Regional a preços de mercado (fornecidos pela Direção Regional de Estatística) e os dados do Volume de Negócios da amostra. A Correlação de *Pearson* do PIBRpm é de 0,606, 0,892 e 0,839 em relação ao Volume de Negócios das atividades comercial, industrial e de serviços, respetivamente. A observação de correlação positiva entre estas variáveis não é surpreendente, visto que a amostra representa uma quantidade significativa de grandes empresas do tecido empresarial regional. Sabendo a pequena dimensão do mercado regional, é expectável que as empresas dominantes, com posições bem solidificadas no mercado, posicionadas em atividade estrategicamente controladas,

tenham uma forte representatividade nos resultados do PIB regional. A observação da correlação entre a variável PIBRpm e as atividades comercial, industrial e de serviços permite realizar (apesar de não se provar a existência de causalidade entre os resultados do PIBRpm e os dados relativos ao Volume de Negócios das empresas da amostra) leituras económicas através da base de dados da amostra, retirando conclusões sobre o desempenho global do tecido empresarial regional.

Tabela 9 – Evolução do Índice de Preços ao Consumidor – IPC – e Deflator do PIB, 1988-2008

| , , | | | | |
|------|-------------|----------|--|--|
| Ano | TX VAR IPC* | Deflator | | |
| 1988 | 5,80 | 1,06 | | |
| 1989 | 8,90 | 1,09 | | |
| 1990 | 10,30 | 1,10 | | |
| 1991 | 9,00 | 1,09 | | |
| 1992 | 7,00 | 1,07 | | |
| 1993 | 6,50 | 1,07 | | |
| 1994 | 5,20 | 1,05 | | |
| 1995 | 4,40 | 1,04 | | |
| 1996 | 2,20 | 1,02 | | |
| 1997 | 2,50 | 1,03 | | |

| 1998 | 1,90 | 1,02 |
|------|------|------|
| 1999 | 2,00 | 1,02 |
| 2000 | 2,30 | 1,02 |
| 2001 | 3,60 | 1,04 |
| 2002 | 3,50 | 1,04 |
| 2003 | 3,00 | 1,03 |
| 2004 | 2,80 | 1,03 |
| 2005 | 2,70 | 1,03 |
| 2006 | 2,60 | 1,03 |
| 2007 | 1,40 | 1,01 |
| 2008 | 2,80 | 1,03 |

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Precos do Consumidor.

A evolução do IPC demonstra níveis de inflação mais elevados nos primeiros anos de análise, tendo estes níveis estabilizado entre os 2,20% e os 3,6% a partir do ano de 1996. Apesar da estabilização dos níveis de inflação, optamos por desinflacionar a série para analisar o resultado dos valores absolutos, uma vez que os preços até 2008 foram sujeitos ao efeito da inflação de 20 anos em comparação com 1988. Para esse efeito, utilizamos o método de deflacionar uma série temporal do HM Treasury⁵²; em fórmula aplica-se como exemplo: Volume de Negócios*\$Deflator (ano) \$Deflator (último ano da série) / Deflator (ano).

1.2.1.2. Volume de Negócios – Médias

A tabela seguinte apresenta a evolução do Volume de Negócios; contém os valores do indicador nas colunas Comércio, Indústria, Serviços e Total, com a discriminação das médias a preços de mercado.

⁵² HM TREASURY, 2012, How to use the GDP Deflator [...], p. 1.

Tabela 10 – Médias de Volume de Negócios em Euros (Série a Preços de Mercado), 1988-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| 1988 | 2 526 857,95 | 2 467 724,37 | 2 742 335,30 | 2 578 972,54 |
| 1989 | 2 880 623,25 | 2 748 669,33 | 3 335 834,80 | 2 988 375,79 |
| 1990 | 3 116 836,30 | 3 056 439,24 | 3 003 175,12 | 3 058 816,89 |
| 1991 | 4 156 123,22 | 4 044 432,27 | 3 203 079,49 | 3 801 211,66 |
| 1992 | 4 282 657,70 | 4 889 959,82 | 3 321 907,77 | 4 164 841,76 |
| 1993 | 3 804 243,21 | 4 180 548,42 | 3 074 691,35 | 3 686 494,33 |
| 1994 | 4 986 786,39 | 5 200 440,49 | 3 822 127,03 | 4 669 784,64 |
| 1995 | 4 828 420,28 | 6 231 471,60 | 4 929 580,81 | 5 329 824,23 |
| 1996 | 6 002 992,34 | 6 721 022,04 | 3 585 728,30 | 5 436 580,89 |
| 1997 | 7 345 255,88 | 7 868 177,11 | 3 982 918,69 | 6 398 783,89 |
| 1998 | 10 129 441,26 | 6 693 958,98 | 3 937 972,11 | 6 920 457,45 |
| 1999 | 9 618 009,29 | 9 705 039,93 | 3 535 029,40 | 7 619 359,54 |
| 2000 | 11 014 541,14 | 10 739 064,92 | 4 265 680,57 | 8 673 095,54 |
| 2001 | 13 595 725,16 | 10 612 147,48 | 4 811 970,98 | 9 673 281,21 |
| 2002 | 10 708 152,51 | 13 081 408,25 | 5 405 512,19 | 9 731 690,98 |
| 2003 | 11 122 533,17 | 17 432 939,85 | 4 831 250,40 | 11 128 907,81 |
| 2004 | 12 326 877,20 | 20 863 821,99 | 4 563 939,02 | 12 584 879,40 |
| 2005 | 14 421 910,18 | 16 509 441,34 | 4 998 934,40 | 11 976 761,97 |
| 2006 | 14 586 620,48 | 16 716 058,97 | 5 455 287,67 | 12 252 655,71 |
| 2007 | 13 643 204,38 | 11 883 989,31 | 4 318 345,93 | 9 948 513,21 |
| 2008 | 13 953 756,38 | 13 032 975,40 | 5 108 544,94 | 10 698 425,57 |
| Média | 8 526 265,13 | 9 270 463,39 | 4 106 373,63 | 7 301 034,05 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias da Madeira* (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Preços do Consumidor.

A tabela anterior permite verificar que a atividade industrial obtém uma média anual de 9 270 463,39€, destacando-se da atividade comercial e terciária. A atividade comercial obtém uma média anual de 8 256 265,13€, que é inferior à industrial. Neste "pódio" a média da atividade terciária é a menor, situando-se nos 4 106 373,63€. Estas médias do global do Volume de Negócios por atividade podem ser algo surpreendentes, dado o domínio dos serviços na economia regional; no entanto, temos de perceber que a amostra se trata sempre de um concurso de empresas maioritariamente de grande e média dimensão. A observação dos resultados do Volume de Negócios, após desinflacionar a série, e dos restantes indicadores

financeiros podem permitir complementar ou contrariar o domínio da atividade industrial na lista de empresas a concurso.

A seguinte tabela apresenta as colunas COMdesinf, INDdesinf, SERdesinf e TOTALdesinf que apresentam os valores médios absolutos da atividade comercial, industrial, de serviços e total das atividades, após desinflacionar a série.

Tabela 11 – Médias do Volume de Negócios (preços de mercado), após retirar o efeito da inflação, em euros, 1988-2008

| Ano | COMdesinf | INDdesinf | SERdesinf | TOTALdesinf |
|-------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| 1988 | 5 751 278,68 | 5 616 687,14 | 6 241 717,91 | 5 869 894,58 |
| 1989 | 6 020 633,15 | 5 744 843,47 | 6 972 045,92 | 6 245 840,84 |
| 1990 | 5 906 010,09 | 5 791 565,31 | 5 690 636,54 | 5 796 070,65 |
| 1991 | 7 225 070,82 | 7 030 905,49 | 5 568 284,41 | 6 608 086,91 |
| 1992 | 6 957 981,66 | 7 944 657,99 | 5 397 062,98 | 6 766 567,54 |
| 1993 | 5 803 481,20 | 6 377 545,50 | 4 690 529,09 | 5 623 851,93 |
| 1994 | 7 231 449,10 | 7 541 273,63 | 5 542 550,83 | 6 771 757,85 |
| 1995 | 6 706 703,93 | 8 655 550,40 | 6 847 216,50 | 7 403 156,94 |
| 1996 | 8 158 699,97 | 9 134 578,09 | 4 873 383,09 | 7 388 887,05 |
| 1997 | 9 739 490,48 | 10 432 861,34 | 5 281 177,31 | 8 484 509,71 |
| 1998 | 13 180 764,92 | 8 710 401,44 | 5 124 219,92 | 9 005 128,76 |
| 1999 | 12 269 875,17 | 12 380 901,80 | 4 509 703,43 | 9 720 160,13 |
| 2000 | 13 735 539,68 | 13 392 010,66 | 5 319 461,25 | 10 815 670,53 |
| 2001 | 16 365 223,46 | 12 773 880,24 | 5 792 186,84 | 11 643 763,51 |
| 2002 | 12 453 566,99 | 15 213 660,23 | 6 286 603,42 | 11 317 943,55 |
| 2003 | 12 558 729,27 | 19 683 966,64 | 5 455 085,17 | 12 565 927,03 |
| 2004 | 13 539 478,71 | 22 916 207,33 | 5 012 896,14 | 13 822 860,73 |
| 2005 | 15 424 149,18 | 17 656 751,63 | 5 346 331,31 | 12 809 077,37 |
| 2006 | 15 204 976,50 | 17 424 686,14 | 5 686 548,22 | 12 772 070,29 |
| 2007 | 14 025 214,10 | 12 216 741,01 | 4 439 259,62 | 10 227 071,58 |
| 2008 | 13 953 756,38 | 13 032 975,40 | 5 108 544,94 | 10 698 425,57 |
| Média | 10 581 527,31 | 11 412 983,37 | 5 485 021,18 | 9 159 843,95 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Preços do Consumidor.

Da observação das médias dos valores de Volume de Negócios do total das atividades verifica-se, no global, a quantia de 9 159 843,95€. Da análise da evolução das médias do total das atividades verificamos um crescimento da média de

5 869 894,58€ em 1988, para 10 698 425,95€ em 2008, o que corresponde a um crescimento proporcional de 1,82. No entanto, o maior crescimento observado registou-se em 2004, quando o global das atividades atingiu 13 822 860,73€, o que corresponde a um Volume de Negócios 2,35 vezes superior a 1988.

Do exame da tabela de evolução em termos absolutos do Volume de Negócios, por atividade, afere-se que a atividade industrial registou um valor médio global de 11 412 983,37. Esta atividade passou de uma média de 5 616 687,14€ no ano de 1988 para uma média de 13 032 975,40 em 2008, o que corresponde a um crescimento de 2,32. Porém, o valor médio mais elevado observado nesta atividade ocorreu no ano de 2004, tendo atingido o valor médio absoluto de 22 916 207,33€, o que corresponde a um aumento de 4,08 vezes face ao ano de 1988.

Quanto à atividade comercial, regista uma média global de 10 581 527,31€; a análise da evolução dos valores absolutos permite verificar um crescimento da média de 5 751 278,68€ de 1988 para 13 953 756,38€ em 2008, equivalente a um crescimento proporcional de 2,43. No entanto, o valor máximo observado para esta atividade foi de 16 365 223,46€ em 2001, o que corresponde a um aumento de 2,85 vezes face a 1988. Os serviços registaram o valor médio do Volume de Negócios global de 5 485 021,18€. Esta atividade decresceu de 1988 para 2008, passando de um valor médio de 6 241 717,91€ em 1988 para 5 108 544,94€ em 2008. O valor médio mais elevado nesta atividade foi registado em 1989, tendo esse valor atingido 6 972 045,92€, o que corresponde a um aumento em proporção de 1,12 face a 1988.

1.2.1.2.1. Volume de Negócios – Médias – Taxas de Crescimento

A análise de dados absolutos dos valores desinflacionados complementa-se através de uma investigação das taxas de crescimento do instrumento de análise com o objetivo de verificar a evolução anual da variável, por ano e por atividade, através dos valores de mercado.

| beia 12 – Taxas de Crescimento do Volume de Negocios a Freços de Mercado, 1969-20 | | | | | | | | |
|---|----------|-----------|----------|---------|--------|--|--|--|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm | | | |
| 1989 | 14,00% | 11,38% | 21,64% | 15,87% | 16,44% | | | |
| 1990 | 8,20% | 11,20% | -9,97% | 2,36% | 14,16% | | | |
| 1991 | 33,34% | 32,32% | 6,66% | 24,27% | 22,01% | | | |
| 1992 | 3,04% | 20,91% | 3,71% | 9,57% | 18,79% | | | |
| 1993 | -11,17% | -14,51% | -7,44% | -11,49% | -1,88% | | | |
| 1994 | 31,08% | 24,40% | 24,31% | 26,67% | 4,31% | | | |
| 1995 | -3,18% | 19,83% | 28,97% | 14,13% | 33,08% | | | |
| 1996 | 24,33% | 7,86% | -27,26% | 2,00% | 6,46% | | | |

Tabela 12 – Taxas de Crescimento do Volume de Negócios a Precos de Mercado, 1989-2008

| | | | | 1 | |
|-----------------|---------|---------|---------|---------|--------|
| 1997 | 22,36% | 17,07% | 11,08% | 17,70% | 11,52% |
| 1998 | 37,90% | -14,92% | -1,13% | 8,15% | 10,99% |
| 1999 | -5,05% | 44,98% | -10,23% | 10,10% | 7,15% |
| 2000 | 14,52% | 10,65% | 20,67% | 13,83% | 20,36% |
| 2001 | 23,43% | -1,18% | 12,81% | 11,53% | -0,46% |
| 2002 | -21,24% | 23,27% | 12,33% | 0,60% | 20,33% |
| 2003 | 3,87% | 33,27% | -10,62% | 14,36% | 0,00% |
| 2004 | 10,83% | 19,68% | -5,53% | 13,08% | 7,00% |
| 2005 | 17,00% | -20,87% | 9,53% | -4,83% | 6,67% |
| 2006 | 1,14% | 1,25% | 9,13% | 2,30% | 11,48% |
| 2007 | -6,47% | -28,91% | -20,84% | -18,81% | 2,12% |
| 2008 | 2,28% | 9,67% | 18,30% | 7,54% | 4,62% |
| Média 1989-2008 | 10,01% | 10,37% | 4,31% | 7,95% | 10,76% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais, Séries Retrospetivas, Séries Longas (1989-2008).

A evolução das taxas de crescimento demonstra que se registou, no total das atividades, um crescimento de 7,95%. Verifica-se que apenas os anos de 1993, 2005 e 2007 apresentaram um decréscimo percentual do indicador, o que é revelador de um bom desempenho da atividade empresarial no período.

Adicionalmente, através da observação das taxas de crescimento por atividade, consegue-se constatar que a atividade comercial registou um crescimento em 15 anos dos 20 anos da amostra, apresentando uma média de crescimento global de 10,01%, isto apesar da observação de decréscimos nos anos de 1993, 1995, 1999, 2002 e 2007, face aos anos imediatamente anteriores. Quanto à atividade industrial, cresceu igualmente em 15 anos da amostra, com uma média positiva global de 10,37%. Esta atividade regista decréscimos do Volume de Negócios nos anos de 1993, 1998, 2001, 2005 e 2007. Relativamente às atividades ligadas aos serviços, cresceram em 12 anos da amostra, com média positiva de 4,31%, tendo esta atividade decrescido em 1990, 1993, 1996, 1998, 1999, 2003, 2004 e 2007.

A leitura dos resultados deste indicador permite afirmar que os resultados globais do tecido empresarial regional são positivos em 85% do período analisado, realçando-se os resultados obtidos no período de 1988 a 2000, sendo o período de 2000 a 2008 caracterizado por resultados menos animadores. Adicionalmente, os resultados verificados, por atividade, confirmam a tendência económica dos resultados da globalidade da atividade, com as atividades industrial e dos serviços a apresentarem quedas significativas neste indicador, no período de 2000 a 2008,

sendo que apenas a atividade comercial apresenta resultados menos díspares entre os dois subperíodos. Ainda assim, os resultados obtidos para esta atividade são inferiores nos anos compreendidos entre 2000 e 2008.

1.2.1.3. Volume de Negócios – Números Índices de Base Fixa

Além da observação das taxas de crescimento, adicionamos ao estudo a verificação da evolução através de números índices. Os números índices permitem «evidenciar as variações verificadas em cada rubrica, em vários balanços sucessivos com índices de base fixa, reportam cada uma das rubricas ao valor assumido em determinado ano, considerado como ano base (em regra o primeiro da série)»⁵³. Assim, este método permite caracterizar a evolução de um determinado indicador ao longo do tempo.

Na análise do Volume de Negócios e restantes indicadores financeiros contidos no estudo, utilizamos os índices de base fixa, mas optamos por definir dois anos base, o ano de 1988 e o de 1999: o primeiro ano base (1988) permite analisar a evolução do final da década de 80 e do total da década de 90; o segundo ano base (1999), a evolução do período pós 2000. Esta opção de definição de dois anos bases, utilizando o método de comparação através de números índices de base fixa, sustenta-se no facto de existir maior dificuldade em julgar uma situação presente por comparação com uma situação remota, devido aos contextos económicos se modificarem com alguma rapidez, por questões financeiras, políticas e outras. Assim, a opção pelas bases escolhidas tem por objetivo ultrapassar esta limitação, uma vez que a divisão do período global em dois subperíodos, com duração inferior, permite se debruçar com maior grau de certeza sobre as evoluções relativas a esse subperíodo, e adicionalmente comparar as características de dois subperíodos distintos. Em complemento, procedemos ao cálculo da Taxa de Crescimento Média dos Índices de Base Fixa, o que nos proporciona um elemento de comparação adicional entre os dois subperíodos, e objetivamente verifica os diferentes níveis de crescimento, através da seguinte fórmula: [(Índice do ano n / Índice do ano 0) ^ (1/ anos do subperíodo)]-1.

A tabela seguinte apresenta a evolução dos números índices de base fixa do instrumento financeiro Volume de Negócios para o subperíodo de 1988 a 1999.

⁵³ MOREIRA, 1998, Análise Financeira de Empresas – Da Teoria à Prática, p. 104.

Tabela 13 – Números Índices de Base Fixa do Volume de Negócios, 1988-1999 **Ano Base**: 1988

| 7110 Days. 1900 | | | | | | | | | |
|-----------------|----------|-----------|----------|-------|--------|--|--|--|--|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm | | | | |
| 1988 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | | | | |
| 1989 | 114 | 111 | 122 | 116 | 116 | | | | |
| 1990 | 123 | 124 | 110 | 119 | 133 | | | | |
| 1991 | 164 | 164 | 117 | 147 | 162 | | | | |
| 1992 | 169 | 198 | 121 | 161 | 193 | | | | |
| 1993 | 151 | 169 | 112 | 143 | 189 | | | | |
| 1994 | 197 | 211 | 139 | 181 | 197 | | | | |
| 1995 | 191 | 253 | 180 | 207 | 262 | | | | |
| 1996 | 238 | 272 | 131 | 211 | 279 | | | | |
| 1997 | 291 | 319 | 145 | 248 | 312 | | | | |
| 1998 | 401 | 271 | 144 | 268 | 346 | | | | |
| 1999 | 381 | 393 | 129 | 295 | 371 | | | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-1999); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais, Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-1999).

A análise das Taxas de Crescimento Média Anual permite verificar um crescimento médio anual do global das atividades na ordem dos 10,33%. A observação das Taxas de Crescimento Médio Anual por atividade admite verificar um crescimento da atividade comercial em 12,93%, enquanto a atividade industrial regista um crescimento de 13,25%. Quanto aos serviços, apresentam um crescimento médio de 2,34%; isto significa que, comparativamente ao ano de 1988, esta atividade foi a que obteve um crescimento menos acentuado.

A análise da evolução das taxas médias neste instrumento de análise (Volume de Negócios), durante o subperíodo de 1988-1999, mostra uma evolução positiva da globalidade do tecido empresarial. A atividade empresarial registou comparativamente, ao ano de 1988, crescimentos médios na globalidade das atividades. Além disso, a evolução da globalidade da atividade empresarial não registou quebras nesta análise face a 1988, à exceção do ano de 1993. Quando se observa a evolução dos índices, por atividade, verifica-se uma evolução, em termos comparativos menos acentuada, da atividade dos serviços, observando-se um crescimento máximo de 8,76% (1995) face ao ano base. Verifica-se um grande crescimento da atividade comercial, com crescimento do Volume de Negócios na ordem dos 14,90% [(401 /100)^1/10]-1 = 14,90), crescimento obtido no espaço temporal de 10 anos (de 1988 a 1998).

Salientamos que a atividade industrial confirmou um aumento máximo de 13,25%, num período de 11 anos (1988 a 1999). Estas médias de crescimento, num período de tempo relativamente curto, demonstram que o Volume dos Negócios das atividades teve uma evolução muito positiva, especialmente nas atividades comercial e industrial, que registaram grande crescimento ao longo deste subperíodo. A tabela seguinte apresenta a evolução dos números índices de base fixa do instrumento financeiro Volume de Negócios para o subperíodo de 1999 a 2008.

Tabela 14 – Números Índices de Base Fixa do Volume de Negócios a Preços de Mercado, 1999-2008

Ano Base: 1999

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|------|----------|-----------|----------|-------|--------|
| 1999 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 2000 | 115 | 111 | 121 | 114 | 120 |
| 2001 | 141 | 109 | 136 | 127 | 120 |
| 2002 | 111 | 135 | 153 | 128 | 144 |
| 2003 | 116 | 180 | 137 | 146 | 144 |
| 2004 | 128 | 215 | 129 | 165 | 154 |
| 2005 | 150 | 170 | 141 | 157 | 165 |
| 2006 | 152 | 172 | 154 | 161 | 183 |
| 2007 | 142 | 122 | 122 | 131 | 187 |
| 2008 | 145 | 134 | 145 | 140 | 196 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1999-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais, Séries Retrospetivas, Séries Longas (1999-2008).

Para o estudo do desempenho empresarial através dos índices de base fixa no subperíodo de 1999 a 2008, utilizamos como ano base 1999. Os resultados demonstram um menor crescimento do sector secundário face ao terciário, com este último a crescer 4,21% em relação ao ano base, enquanto a evolução da atividade industrial em termos médios situou-se nos 3,31%. Desta forma, pode-se identificar uma menor dinâmica da atividade empresarial neste subperíodo, com os níveis médios de crescimento a revelarem-se inferiores ao subperíodo anterior, sustentado nos níveis de crescimento obtido pelas atividades comerciais e de serviços.

A observação da evolução global deste método de análise (números índices de base fixa) para este instrumento financeiro (Volume do Negócios a preços de mercado) permite, no entanto, constatar um crescimento da atividade empresarial

no subperíodo de 1999 a 2008, situando-se este crescimento em termos médios, face a 1999, na ordem dos 3,81%.

1.2.1.4. Volume de Negócios – Categorização

Após a análise no ponto anterior da evolução em termos médios globais (anual e por atividade) do instrumento financeiro Volume de Negócios, optamos neste ponto por efetuar um estudo categorizado dos resultados obtidos. A categorização do Volume de Negócios das empresas efetua-se por comparação dos valores máximos e mínimos observados neste indicador. Estes valores, conjuntamente com as características do tecido empresarial regional, conduziram definição de 8 categorias, as quais descrevo: as empresas com Volume de Negócios iguais ou inferiores a 100 000€; empresas com Volume de Negócios entre 100 001€ e os 250 000€; empresas entre os 250 001€ e os 500 000€; empresas entre os 500 001€ e os 1 000 000€; empresas entre os 1 000 001€ e os 5 000 000€; empresas entre os 2 500 001€ e os 5 000 000€; e as empresas com mais de 5 000 001€.

Os objetivos desta categorização passam por verificar, por um lado, qual a categoria de Volume de Negócios a que pertence a maioria das empresas regionais, e, por outro lado, identificar a evolução das frequências empresariais nas diferentes categorias. As tabelas seguintes apresentam as frequências de empresas por categoria, a percentagem que cada categoria representa face ao total de empresas da amostra e a percentagem acumulada das categorias.

Tabela 15 – Categorização do Volume de Negócios a Preços de Mercado, Frequências Totais, 1988-2008

| Categorias | Frequência | % | % Acumulada |
|------------------------|------------|--------|-------------|
| ≤ 100 000 | 790 | 28,90 | 28,90 |
| [100 001, 250 000] | 394 | 14,40 | 43,30 |
| [250 001, 500 000] | 439 | 16,00 | 59,30 |
| [500 001, 1 000 000] | 366 | 13,40 | 72,70 |
| [1 000 001, 2 500 000] | 294 | 10,70 | 83,40 |
| [2 500 001, 3 500 000] | 201 | 7,30 | 90,70 |
| [3 500 001, 5 000 000] | 111 | 4,10 | 94,80 |
| ≥ 5 000 001 | 143 | 5,20 | 100,00 |
| Total | 2738 | 100,00 | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Tabela 16 – Categorização do Volume de Negócios a Preços de Mercado, Frequências por Atividade, 1988-2008

| | | [100 001. | [250 001. | | [1 000 001, | [2 500 001. | [3 500 001. | | |
|-------|----------|-----------|-----------|-----|-------------|-------------|-------------|-------------|-------|
| Ano | <100 000 | 250 000] | | | 2 500 001] | | | > 5 000 001 | Total |
| 1988 | 29 | 26 | 14 | 15 | 9 | 6 | 1 | 0 | 100 |
| 1989 | 29 | 30 | 18 | 16 | 9 | 9 | 0 | 1 | 112 |
| 1990 | 34 | 22 | 28 | 17 | 8 | 5 | 4 | 1 | 119 |
| 1991 | 38 | 21 | 30 | 12 | 10 | 10 | 5 | 2 | 128 |
| 1992 | 37 | 23 | 28 | 16 | 13 | 7 | 2 | 7 | 133 |
| 1993 | 35 | 23 | 31 | 18 | 7 | 6 | 2 | 5 | 127 |
| 1994 | 23 | 18 | 20 | 19 | 11 | 6 | 4 | 3 | 104 |
| 1995 | 29 | 18 | 21 | 21 | 12 | 7 | 3 | 6 | 117 |
| 1996 | 29 | 24 | 19 | 20 | 17 | 6 | 3 | 7 | 125 |
| 1997 | 58 | 26 | 17 | 7 | 10 | 1 | 0 | 1 | 120 |
| 1998 | 34 | 18 | 15 | 23 | 15 | 7 | 4 | 10 | 126 |
| 1999 | 36 | 24 | 16 | 19 | 21 | 6 | 5 | 12 | 139 |
| 2000 | 23 | 26 | 20 | 24 | 15 | 10 | 1 | 14 | 133 |
| 2001 | 44 | 12 | 18 | 16 | 15 | 6 | 8 | 4 | 123 |
| 2002 | 45 | 11 | 22 | 15 | 17 | 10 | 7 | 5 | 132 |
| 2003 | 45 | 9 | 22 | 11 | 19 | 11 | 7 | 10 | 134 |
| 2004 | 50 | 15 | 20 | 16 | 14 | 8 | 7 | 12 | 142 |
| 2005 | 50 | 11 | 21 | 16 | 10 | 12 | 9 | 11 | 140 |
| 2006 | 42 | 13 | 23 | 13 | 10 | 18 | 4 | 8 | 131 |
| 2007 | 43 | 14 | 24 | 23 | 24 | 28 | 22 | 13 | 191 |
| 2008 | 37 | 10 | 12 | 29 | 28 | 22 | 13 | 11 | 162 |
| Total | 790 | 394 | 439 | 366 | 294 | 201 | 111 | 143 | 2738 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Os resultados permitem apurar que 1184 das 2738 empresas concorrentes ao longo do período da amostra apresentam um Volume de Negócios anual inferior a 250 000€, o que representa 43,3% das empresas regionais incluídas na amostra, mesmo tratando-se da iniciativa 100 Maiores e Melhores Empresas, o que é demonstrativo do peso das pequenas e médias empresas (PME) na economia regional.

Incluídas nas categorias com Volume de Negócios anuais médios inferiores a 1 000 000€, registam-se 1989 casos, quantidade que representa 72,7% do total da amostra. Quanto às restantes categorias com rendimentos superiores a 1 000 001€, verifica-se que o número vai tendencialmente decrescendo, o que demonstra o menor peso que estas empresas detêm no todo da amostra. Ainda assim, estes resultados

permitem verificar 455 casos com Volume de Negócio superior a 2 500 000€. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos casos, por categorias.

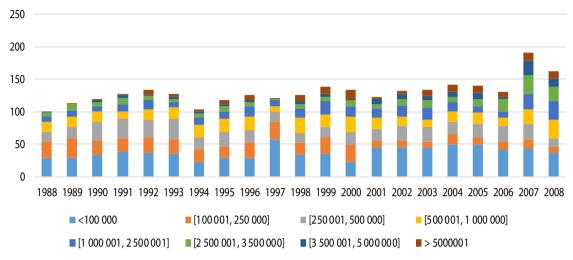


Gráfico 8 – Evolução do Volume de Negócios Categorizado, 1988-2008

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

O gráfico do Volume de Negócios categorizado deixa examinar as evoluções do número de casos observados em cada categoria; neste aspeto podemos verificar que as empresas com Volume de Negócios inferior a 100 000€ anuais destacam-se das restantes categorias. Esta visualização permite-nos igualmente observar que, a partir de finais da década de 90 e posteriormente ao ano 2000, as categorias com rendimentos superiores a 2 500 000€ crescem de forma nítida. Apesar de a nossa base de dados surgir de uma iniciativa com presença de empresas com Volumes de Negócios mais significativos na economia regional, a tendência de crescimento das empresas com rendimentos muito elevados indica que algumas tendem a dominar atividades com maximização de rendimentos.

1.2.1.5. Volume de Negócios – Empresas com Maior Participação

Da análise do Volume de Negócios verificou-se que surgiram empresas que se representaram nas 100 Maiores e Melhores Empresas com uma variação de participação entre a participação máxima de 21 participações, e a participação mínima de 1 participação. Neste desenvolvimento, estudamos as empresas participantes e o número de participações individualmente, e optámos por incluir nesta análise as empresas com participação mínima de 15 anos. Desta forma estão representadas neste parâmetro empresas com participações iguais ou superiores a 70% dos

anos em amostra. A escolha desta condição presencial destina-se a diferenciar os resultados das empresas com representatividade na amostra, cuja participação situa-se no intervalo [15;21], dos das empresas com participação inferior a este intervalo. A tabela seguinte apresenta a evolução anual do Volume de Negócios para as empresas com maior participação na amostra, por atividade.

Tabela 17 – Média do Volume de Negócios das Empresas com Maior Participação – EMP, Unidade: Euros, 1988-2008

| Ano | COMdesinf | INDdesinf | SERdesinf | TOTALdesinf |
|-------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1988 | 8 544 172,25 | 14 500 038,66 | 7 899 693,73 | 10 314 634,88 |
| 1989 | 5 919 976,25 | 11 479 054,51 | 11 406 927,73 | 9 601 986,16 |
| 1990 | 5 011 733,47 | 9 864 398,03 | 8 062 777,88 | 7 646 303,12 |
| 1991 | 9 750 023,37 | 9 899 154,79 | 7 339 077,87 | 8 996 085,34 |
| 1992 | 9 062 285,22 | 11 996 601,22 | 6 424 495,02 | 9 161 127,15 |
| 1993 | 8 705 130,29 | 12 141 036,22 | 6 106 349,75 | 8 984 172,09 |
| 1994 | 9 417 411,19 | 12 850 411,72 | 7 331 583,06 | 9 866 468,66 |
| 1995 | 8 377 847,77 | 14 504 862,38 | 9 457 077,70 | 10 779 929,28 |
| 1996 | 10 728 072,37 | 15 355 702,55 | 7 821 558,76 | 11 301 777,90 |
| 1997 | 11 399 215,75 | 14 798 542,73 | 8 752 468,40 | 11 650 075,63 |
| 1998 | 14 556 169,27 | 16 054 871,34 | 9 849 203,63 | 13 486 748,08 |
| 1999 | 8 149 301,93 | 18 126 548,02 | 11 130 427,15 | 12 468 759,03 |
| 2000 | 8 643 486,75 | 21 730 875,25 | 10 190 443,52 | 13 521 601,84 |
| 2001 | 10 285 112,09 | 21 726 432,71 | 11 075 119,87 | 14 362 221,56 |
| 2002 | 8 061 803,26 | 23 164 076,41 | 11 872 065,37 | 14 365 981,68 |
| 2003 | 8 903 033,26 | 32 887 580,89 | 11 952 299,40 | 17 914 304,52 |
| 2004 | 10 408 585,74 | 31 894 484,90 | 11 934 482,49 | 18 079 184,38 |
| 2005 | 8 523 425,27 | 26 761 121,09 | 13 446 814,51 | 16 243 786,95 |
| 2006 | 6 941 875,16 | 31 638 205,49 | 13 400 869,46 | 17 326 983,37 |
| 2007 | 7 443 977,09 | 33 791 791,68 | 16 624 199,98 | 19 286 656,25 |
| 2008 | 7 336 130,47 | 42 701 995,37 | 18 889 082,45 | 22 975 736,10 |
| Média | 8 865 179,44 | 20 374 656,47 | 10 522 238,94 | 13 254 024,95 |
| Soma | 186 168 768,22 | 427 867 785,96 | 220 967 017,73 | 835 003 571,91 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Preços do Consumidor.

Olhando os resultados dos indicadores das empresas com maior participação, destaca-se a atividade industrial, que apresenta uma média de Volume de Negócios superior em relação à atividade comercial (8 865 179,44€) e aos serviços (10 522 238,94€), obtendo a indústria um valor médio de 20 374 656,47€. A comparação entre as médias observadas em 1988 e as de 2008 confirma que o valor médio da atividade industrial aumentou proporcionalmente 2,94, passando para um valor médio em 2008 de 42 701 995,37€ face à média de 14 500 038,25€ em 1988. Quanto à atividade dos serviços, esta apresentou um crescimento em proporção de 2,39 em 2008 face a 1988, passando de um valor médio de 7 899 693,73€ para 18 899 082,45€. Relativamente à atividade comercial, a comparação entre 1988 e 2008 permite verificar um decréscimo para a média de 7 336 130,47€, apesar do crescimento registado em 1998 de 1,70 vezes, no qual esta atividade atingiu uma média de 14 556 169,27€, o que indica que apresenta uma queda acentuada dos níveis médios essencialmente nos últimos 5 anos da amostra.

Os resultados obtidos pelas empresas com maior participação na totalidade da amostra mostram um crescimento inferior nesta diferenciação, o que é lógico, porque o diferencial do Volume de Negócios entre elas é inferior. Nas empresas com maior participação, a atividade industrial destaca-se comparativamente às restantes atividades, tal como no global da amostra. A observação da evolução do Volume de Negócios na indústria nesta subamostra evidencia um crescimento mais acentuado da indústria após o ano de 2000, o que indica que a realidade destas empresas com posição mais sólida no mercado regional distancia-se da realidade das empresas industriais da amostra global.

Nas atividade do sector terciário, os resultados obtidos nas empresas com maior participação apresentam diferenças substanciais quando comparadas com a totalidade da amostra. No entanto, estas diferenças são mais discretas, quando nos reportamos à atividade comercial, pois em ambos os casos (empresas com maior participação ou totalidade da amostra) a evolução aponta para um abrandamento económico desta atividade a partir de finais da década de 90 até o último ano da amostra. Quanto à atividade dos serviços, não apresenta nas empresas com maior participação uma estagnação como a que observamos no global da amostra.

Resumidamente, podemos afirmar que os resultados, apesar de se revelarem menos otimistas na segunda metade dos anos da amostra para o total da amostra, apresentam diferenças significativas e menos pessimistas quando estamos a incluir na amostra empresas com participação igual ou superior a 15 anos. Estes resultados não são surpreendentes, uma vez que organizações mais sólidas têm mais recursos humanos e financeiros para enfrentar os desafios que o mercado vai colocando.

1.2.1.5.1. Volume de Negócios nas Empresas com Maior Participação – Taxas de crescimento

Neste ponto, iremos analisar as taxas de crescimento do Volume de Negócios nas empresas com maior participação na amostra, as quais permitem vislumbrar a evolução da atividade da globalidade das empresas, permitindo adicionalmente verificar a atividade com domínio de crescimento nesta distinção. A tabela seguinte apresenta a evolução das taxas de crescimento deste instrumento financeiro, utilizando as médias sujeitas ao efeito da inflação. Nesta subamostra, vamos comparar as médias do ano n com as médias do ano n-1.

Tabela 18 – Taxas de Crescimento da Média do Volume de Negócios a Preços de Mercado nas Empresas com Maior Participação – EMP, 1989-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|-----------------|----------|-----------|----------|---------|--------|
| 1989 | -24,55% | -13,79% | 57,25% | 1,38% | 16,44% |
| 1990 | -6,62% | -5,21% | -22,04% | -12,17% | 14,16% |
| 1991 | 112,05% | 9,38% | -0,78% | 28,24% | 22,01% |
| 1992 | -0,55% | 29,67% | -6,33% | 8,96% | 18,79% |
| 1993 | 2,30% | 7,78% | 1,23% | 4,44% | -1,88% |
| 1994 | 13,81% | 11,35% | 26,31% | 15,53% | 4,31% |
| 1995 | -7,12% | 17,84% | 34,67% | 14,07% | 33,08% |
| 1996 | 30,87% | 8,19% | -15,47% | 7,15% | 6,46% |
| 1997 | 8,91% | -1,22% | 14,70% | 5,66% | 11,52% |
| 1998 | 30,12% | 10,55% | 14,67% | 17,96% | 10,99% |
| 1999 | -42,90% | 15,16% | 15,27% | -5,70% | 7,15% |
| 2000 | 8,50% | 22,64% | -6,34% | 10,94% | 20,36% |
| 2001 | 23,28% | 3,58% | 12,59% | 10,04% | -0,46% |
| 2002 | -18,87% | 10,35% | 10,95% | 3,53% | 20,33% |
| 2003 | 13,75% | 46,24% | 3,70% | 28,44% | 0,00% |
| 2004 | 20,18% | -0,30% | 2,65% | 3,75% | 7,00% |
| 2005 | -15,90% | -13,83% | 15,71% | -7,73% | 6,67% |
| 2006 | -16,44% | 21,30% | 2,25% | 9,44% | 11,48% |
| 2007 | 8,73% | 8,30% | 25,79% | 12,87% | 2,12% |
| 2008 | 1,31% | 29,91% | 16,81% | 22,46% | 4,62% |
| Média 1989-2008 | 7,04% | 10,89% | 10,18% | 8,96% | 10,76% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1989-2008).

Podemos deduzir da tabela anterior que a atividade comercial apresenta uma taxa de crescimento média inferior às restantes atividades, situando-se a média nos

7,04%, enquanto as atividades ligadas aos serviços e à indústria apresentam taxas de crescimento muito próximas, situando-se nos 10,18% e 10,89%, respetivamente. Podemos verificar que, na globalidade das atividades, apenas os anos de 1990, 1999 e 2005 apresentam níveis de decréscimo significativos, face ao ano anterior. A tabela permite verificar que as taxas de crescimento sugerem a volatilidade dos níveis de crescimento e a sua inconstância. Esta observação das taxas de crescimento demonstra que a economia regional não cresceu de forma regular, evidenciando suscetibilidades e fragilidades face às oscilações do mercado. As condições favoráveis ao crescimento nos primeiros anos em análise permitem identificar uma tendência de crescimento com resultados muito significativos a serem obtidos nesta fase. Pode-se igualmente deduzir um período de declínio a partir de 2002, com as taxas de crescimento das empresas com maior participação na amostra a decaírem de forma generalizada.

1.2.1.6. Volume de Negócios – Somatório Global

Neste ponto iremos apresentar a evolução do somatório do Volume de Negócios por atividade; uma vez que já o correlacionamos com dados externos à amostra poderemos retirar conclusões para o desempenho do mercado regional.

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| 1986 | 86 449 374,76 | 73 134 398,08 | 55 388 645,71 | 214 972 418,55 |
| 1987 | 110 304 099,70 | 80 189 434,73 | 75 216 605,32 | 265 710 139,75 |
| 1988 | 119 471 233,69 | 90 894 766,16 | 74 871 224,97 | 285 237 224,82 |
| 1989 | 128 638 367,68 | 101 600 097,59 | 74 525 844,61 | 304 764 309,88 |
| 1990 | 153 669 036,02 | 125 364 782,97 | 86 245 188,95 | 365 279 007,94 |
| 1991 | 189 935 951,83 | 115 695 954,38 | 90 999 097,08 | 396 631 003,29 |
| 1992 | 250 245 126,76 | 179 251 483,59 | 126 283 641,57 | 555 780 251,92 |
| 1993 | 228 347 075,63 | 154 742 963,86 | 92 278 113,92 | 475 368 153,41 |
| 1994 | 204 541 083,03 | 140 307 093,46 | 137 814 014,61 | 482 662 191,10 |
| 1995 | 281 190 831,32 | 175 608 104,95 | 133 633 487,42 | 590 432 423,69 |
| 1996 | 312 282 079,21 | 201 712 356,82 | 154 248 789,19 | 668 243 225,22 |
| 1997 | 367 411 599,21 | 188 912 762,31 | 183 288 493,39 | 739 612 854,91 |
| 1998 | 484 954 906,48 | 254 632 170,09 | 212 451 565,36 | 952 038 641,93 |
| 1999 | 529 204 844,25 | 273 411 541,08 | 201 419 079,55 | 1 004 035 464,88 |
| 2000 | 544 423 091,76 | 322 302 483,24 | 230 617 026,63 | 1 097 342 601,63 |
| 2001 | 652 594 807,74 | 318 364 424,42 | 211 191 672,23 | 1 182 150 904,39 |
| 2002 | 570 104 854,85 | 410 596 224,45 | 250 512 092,45 | 1 231 213 171,75 |

Tabela 19 – Somatório do Volume de Negócios, Unidade: €, 1986-2008

| 2003 | 567 249 191,43 | 505 555 255,79 | 260 887 521,63 | 1 333 691 968,85 |
|-----------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 2004 | 616 343 860,03 | 625 914 659,69 | 282 964 218,98 | 1 525 222 738,70 |
| 2005 | 718 974 290,58 | 429 245 474,81 | 322 053 020,06 | 1 470 272 785,45 |
| 2006 | 552 398 975,19 | 434 617 533,19 | 367 396 876,78 | 1 354 413 385,16 |
| 2007 | 189 654 145,34 | 380 287 657,88 | 457 537 151,20 | 1 027 478 954,42 |
| 2008 | 189 579 155,73 | 339 058 510,77 | 449 551 954,39 | 978 189 620,89 |
| Somatório | 8 047 967 982,22 | 5 921 400 134,31 | 4 531 375 326,00 | 18 500 743 442,53 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Podemos verificar na tabela que o somatório do Volume de Negócios da atividade comercial é superior às restantes atividades, atingindo os 8 047 967 982,22€, o que demonstra a grande importância da atividade comercial na economia regional. O comércio apresenta uma evolução positiva em grande parte do período analisado seguindo a tendência das restantes atividades, sendo esta dependente do desempenho das restantes atividades, especialmente da atividade terciária. Nos últimos anos da amostra e com um crescimento consolidado, os serviços obtêm níveis de Volume de Negócios superiores a partir de 2007, convergindo para os níveis da atividade comercial e industrial.

1.2.1.6.1. Volume de Negócios – Somatório – Correlação com Empregabilidade

Neste ponto iremos verificar a correlação entre o Somatório Anual do Volume de Negócios por atividade e a Empregabilidade Anual por atividade, usando dados da Direção Regional de Estatística da Madeira. A tabela seguinte apresenta os dados de empregabilidade por sector e os dados do Somatório do Volume de Negócios por atividade contidos na amostra.

Tabela 20 – Retrospetiva Anual do Emprego Unidade, por Habitantes – Coluna 2, 3 e 4; Somatório do Volume de Negócios, por Atividade, em Euros – Colunas 6, 7 e 8

| Ano | Sector | Sector | Sector | População | Comércio | Indústria | Serviços |
|------|----------|------------|-----------|-----------|----------------|----------------|----------------|
| Allo | Primário | Secundário | Terciário | Empregada | Connected | IIIaastiia | Serviços |
| 1988 | 26 550 | 46 225 | 50 575 | 123 350 | 119 471 233,69 | 90 894 766,16 | 74 871 224,97 |
| 1989 | 26 425 | 43 750 | 53 650 | 123 825 | 128 638 367,68 | 101 600 097,59 | 74 525 844,61 |
| 1990 | 28 500 | 41 575 | 57 225 | 127 300 | 153 669 036,02 | 125 364 782,97 | 86 245 188,95 |
| 1991 | 27 300 | 42 275 | 60 350 | 129 925 | 189 935 951,83 | 115 695 954,38 | 90 999 097,08 |
| 1992 | 15 895 | 38 980 | 58 155 | 113 030 | 250 245 126,76 | 179 251 483,59 | 126 283 641,57 |
| 1993 | 16 568 | 37 831 | 58 418 | 112 817 | 228 347 075,63 | 154 742 963,86 | 92 278 113,92 |
| 1994 | 15 439 | 37 033 | 57 060 | 109 531 | 204 541 083,03 | 140 307 093,46 | 137 814 014,61 |
| 1995 | 13 684 | 32 096 | 58 081 | 103 861 | 281 190 831,32 | 175 608 104,95 | 133 633 487,42 |

| 1996 | 12 793 | 30 340 | 62 229 | 105 362 | 312 282 079,21 | 201 712 356,82 | 154 248 789,19 |
|------|--------|--------|--------|---------|----------------|----------------|----------------|
| 1997 | 13 368 | 30 173 | 63 817 | 107 357 | 367 411 599,21 | 188 912 762,31 | 183 288 493,39 |
| 1998 | 16 332 | 34 551 | 60 590 | 111 473 | 484 954 906,48 | 254 632 170,09 | 212 451 565,36 |
| 1999 | 16 608 | 33 090 | 59 673 | 109 371 | 529 204 844,25 | 273 411 541,08 | 201 419 079,55 |
| 2000 | 15 886 | 34 655 | 57 290 | 107 830 | 544 423 091,76 | 322 302 483,24 | 230 617 026,63 |
| 2001 | 13 395 | 32 640 | 61 562 | 107 597 | 652 594 807,74 | 318 364 424,42 | 211 191 672,23 |
| 2002 | 13 590 | 30 347 | 67 985 | 111 922 | 570 104 854,85 | 410 596 224,45 | 250 512 092,45 |
| 2003 | 10 741 | 29 855 | 71 716 | 112 312 | 567 249 191,43 | 505 555 255,79 | 260 887 521,63 |
| 2004 | 10 397 | 29 043 | 74 037 | 113 476 | 616 343 860,03 | 625 914 659,69 | 282 964 218,98 |
| 2005 | 10 571 | 30 628 | 75 925 | 117 123 | 718 974 290,58 | 429 245 474,81 | 322 053 020,06 |
| 2006 | 11 731 | 32 180 | 73 392 | 117 303 | 552 398 975,19 | 434 617 533,19 | 367 396 876,78 |
| 2007 | 13 209 | 28 520 | 74 734 | 116 463 | 189 654 145,34 | 380 287 657,88 | 457 537 151,20 |
| 2008 | 12 273 | 27 462 | 78 764 | 118 499 | 189 579 155,73 | 339 058 510,77 | 449 551 954,39 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

■ Sector Secundário ■ Sector Terciário

Gráfico 9 – Retrospetiva Anual do Inquérito ao Emprego, por Sector

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

A tabela seguinte apresenta a Correlação de *Pearson* entre o somatório do Volume de Negócios das atividades na amostra e a Empregabilidade de cada sector de acordo com os dados estatísticos do Governo Regional da Madeira.

Tabela 21 – Correlação entre o VN Somatório e a Empregabilidade, por Atividade, Unidade: %

| | | • | | | | |
|----------|---|-----------|------|--|--|--|
| 0.5 | Correlação de <i>Pearson</i> | Comércio | -57% | | | |
| Negócios | | Indústria | -74% | | | |
| | | Serviços | 90% | | | |
| | Os resultados da Correlação de <i>Pearson</i> referem-se à comparação entre o emprego | | | | | |
| lume | nos serviços e o VN no mesmo sector. Também a comparação do VN do comércio e | | | | | |
| No. | da indústria com o emprego do sector secundário. | | | | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Podemos afirmar que existe uma forte correlação positiva entre a empregabilidade e os valores do somatório do Volume de Negócios da atividade terciária, sendo esta correlação de 90%, o que indica que, quanto maior é o somatório do Volume de Negócios da atividade terciária, maior serão os níveis de empregabilidade.

Na indústria ocorre o fenómeno oposto, observando-se uma correlação negativa de 74% entre a empregabilidade e o Volume de Negócios, o que indica que o aumento do Volume de Negócios ocorrido na atividade industrial não foi seguido do crescimento da empregabilidade nessa atividade. Esta relação entre os dados poderá indicar melhorias dos rácios de produtividade.

Relativamente ao comércio, apresenta uma correlação negativa de 57% entre a empregabilidade e a soma do Volume de Negócios, o que indicia que existiu uma maximização dos recursos e produtividade. No global, podemos afirmar que existe correlação entre a variável empregabilidade e os dados contidos na amostra; tal permite extrair conclusões dos resultados da amostra para o todo da economia regional.

1.2.1.7. Volume de Negócios – Somatório Topo 5

Neste ponto iremos analisar o desempenho das 5 empresas com maior Volume de Negócios, tentando verificar quais as diferenças relativamente ao somatório do Volume de Negócios total da amostra, o que nos permite verificar a proporção que 5 empresas ocupam em comparação com os resultados do global das empresas em amostra. Será apresentada uma tabela com a evolução anual em percentagem que as 5 Maiores empresas ocupam em termos de Volume de Negócios, o que permite tirar algumas ilações sobre as características do meio empresarial regional, num contexto microeconómico.

A tabela seguinte apresenta a evolução do Volume de Negócios das 5 empresas com melhores resultados.

Tabela 22 – Somatório do Volume de Negócios Topo 5, por Atividade; Unidade: €, 1986-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 1986 | 43 183 719,48 | 55 565 186,92 | 32 155 195,73 | 130 904 102,13 |
| 1987 | 50 339 085,07 | 60 124 734,55 | 36 445 198,53 | 146 909 018,15 |
| 1988 | 60 635 271,43 | 66 020 356,34 | 41 184 040,19 | 167 839 667,96 |
| 1989 | 70 931 457,79 | 71 915 978,14 | 45 922 881,84 | 188 770 317,77 |
| 1990 | 81 227 644,15 | 77 811 599,93 | 50 661 723,50 | 209 700 967,58 |
| 1991 | 90 799 097,88 | 77 796 629,93 | 50 661 723,50 | 219 257 451,31 |
| 1992 | 136 048 168,38 | 119 457 087,04 | 59 630 849,30 | 315 136 104,72 |
| 1993 | 129 959 859,40 | 107 241 392,39 | 51 320 438,43 | 288 521 690,22 |
| 1994 | 129 879 350,74 | 114 216 474,27 | 60 972 266,09 | 305 068 091,10 |
| 1995 | 164 491 273,17 | 125 809 207,34 | 62 618 427,17 | 352 918 907,68 |
| 1996 | 191 688 000,71 | 149 407 915,34 | 65 994 336,82 | 407 090 252,87 |
| 1997 | 220 459 806,78 | 140 036 485,76 | 74 939 550,54 | 435 435 843,08 |
| 1998 | 274 950 497,00 | 175 835 439,37 | 90 096 745,40 | 540 882 681,77 |
| 1999 | 291 925 987,98 | 194 651 282,27 | 102 051 323,33 | 588 628 593,58 |
| 2000 | 305 567 929,42 | 255 775 853,14 | 109 409 722,04 | 670 753 504,60 |
| 2001 | 352 715 395,97 | 232 423 252,47 | 123 509 007,78 | 708 647 656,22 |
| 2002 | 346 505 929,79 | 282 691 551,70 | 138 579 160,74 | 767 776 642,23 |
| 2003 | 353 485 310,23 | 377 202 500,94 | 136 550 483,13 | 867 238 294,30 |
| 2004 | 362 793 969,49 | 456 754 304,76 | 125 661 453,92 | 945 209 728,17 |
| 2005 | 453 346 929,92 | 325 370 977,30 | 135 031 222,84 | 913 749 130,06 |
| 2006 | 417 162 553,40 | 331 932 161,59 | 151 060 324,65 | 900 155 039,64 |
| 2007 | 117 088 598,97 | 297 781 774,18 | 160 586 953,21 | 575 457 326,36 |
| 2008 | 131 767 859,09 | 295 773 130,45 | 171 310 530,61 | 598 851 520,15 |
| Total | 4 776 953 696,24 | 4 391 595 276,12 | 2 076 353 559,29 | 11 244 902 531,65 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Podemos verificar que o desempenho das empresas do Topo 5 em Volume de Negócios está em linha com o que acontece com as restantes empresas concorrentes, mantendo-se a atividade comercial e industrial com níveis mais elevados de Volume de Negócios quando comparados com os dos serviços, embora o crescimento do Volume de Negócios dos serviços seja regular e não apresente as quebras que o comércio e a indústria apresentam nos últimos anos em análise.

Não podemos deixar de referir que estes dados se tratam de empresas concorrentes a um *ranking* e que as características do tipo de empresas afetas aos serviços podem não obter ganhos muito significativos isoladamente, mas a grande quantidade de micro e médias empresas que caracterizam o tecido empresarial regional terciário no seu conjunto tem uma importância fulcral para o desempenho da economia regional.

A tabela seguinte apresenta a relação entre o somatório do Volume de Negócios do Topo 5 e o somatório do Volume de Negócios global da amostra.

Tabela 23 – Comparação do Volume de Negócios do Topo 5 com o Volume de Negócios Total; Unidade: %, 1986-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços |
|------|----------|-----------|----------|
| 1986 | 49,95 | 75,98 | 58,05 |
| 1987 | 45,64 | 74,98 | 48,45 |
| 1988 | 50,75 | 72,63 | 55,01 |
| 1989 | 55,14 | 70,78 | 61,62 |
| 1990 | 52,86 | 62,07 | 58,74 |
| 1991 | 47,81 | 67,24 | 55,67 |
| 1992 | 54,37 | 66,64 | 47,22 |
| 1993 | 56,91 | 69,30 | 55,61 |
| 1994 | 63,50 | 81,40 | 44,24 |
| 1995 | 58,50 | 71,64 | 46,86 |
| 1996 | 61,38 | 74,07 | 42,78 |

| 70, 1700 2000 | | | | | | |
|---------------|-------|-------|-------|--|--|--|
| 1997 | 60,00 | 74,13 | 40,89 | | | |
| 1998 | 56,70 | 69,05 | 42,41 | | | |
| 1999 | 55,16 | 71,19 | 50,67 | | | |
| 2000 | 56,13 | 79,36 | 47,44 | | | |
| 2001 | 54,05 | 73,01 | 58,48 | | | |
| 2002 | 60,78 | 68,85 | 55,32 | | | |
| 2003 | 62,32 | 74,61 | 52,34 | | | |
| 2004 | 58,86 | 72,97 | 44,41 | | | |
| 2005 | 63,05 | 75,80 | 41,93 | | | |
| 2006 | 75,52 | 76,37 | 41,12 | | | |
| 2007 | 61,74 | 78,30 | 35,10 | | | |
| 2008 | 69,51 | 87,23 | 38,11 | | | |
| Média | 57,85 | 73,37 | 48,80 | | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

A observação da tabela anterior permite verificar que apenas 5 empresas têm, em comparação com todas as empresas nas diferentes atividades, proporções significativamente altas. No caso da indústria, esse peso varia entre os 62% e os 87%, percentagens que não deixam margens para dúvidas quanto ao domínio das empresas de grande dimensão em relação às restantes. Apesar deste domínio de grandes empresas acontecer na indústria de forma mais evidente, também no comércio e nos serviços o Topo 5 apresenta resultados consideráveis. No caso do comércio, o Volume de Negócios das 5 maiores empresas representa entre 46% e 76% do total, enquanto nos serviços esta percentagem varia entre 35% e 62% do total, o que é esclarecedor da predominância de grandes empresas que

dominam determinados nichos de mercado. Num mercado concorrencial com grandes limitações, aumenta a probabilidade de surgir empresas com negócios monopolistas ou oligopolistas, especialmente em áreas estratégicas nas quais a obtenção de ganhos tenha garantias de lucros com risco reduzido.

1.2.1.7.1. Volume de Negócios Topo 5 – Correlação com Empregabilidade Neste ponto iremos estabelecer a correlação entre os somatórios do Volume de Negócios das 5 maiores empresas.

Tabela 24 – Evolução da Empregabilidade e do Volume de Negócios do Topo 5, 1988-2008

| Ano | Sector Primário | Sector Secundário | Sector Terciário | População Empregada | Comércio | Indústria | Serviços |
|------|--------------------|----------------------|---------------------|------------------------|----------------|----------------|----------------|
| 1988 | 26 550 | 46 225 | 50 575 | 123 350 | 60 635 271,43 | 66 020 356,34 | 41 184 040,19 |
| 1989 | 26 425 | 43 750 | 53 650 | 123 825 | 70 931 457,79 | 71 915 978,14 | 45 922 881,84 |
| 1990 | 28 500 | 41 575 | 57 225 | 127 300 | 81 227 644,15 | 77 811 599,93 | 50 661 723,50 |
| 1991 | 27 300 | 42 275 | 60 350 | 129 925 | 90 799 097,88 | 77 796 629,93 | 50 661 723,50 |
| 1992 | 15 895 | 38 980 | 58 155 | 113 030 | 136 048 168,38 | 119 457 087,04 | 59 630 849,30 |
| 1993 | 16 568 | 37 831 | 58 418 | 112 817 | 129 959 859,40 | 107 241 392,39 | 51 320 438,43 |
| 1994 | 15 439 | 37 033 | 57 060 | 109 531 | 129 879 350,74 | 114 216 474,27 | 60 972 266,09 |
| 1995 | 13 684 | 32 096 | 58 081 | 103 861 | 164 491 273,17 | 125 809 207,34 | 62 618 427,17 |
| 1996 | 12 793 | 30 340 | 62 229 | 105 362 | 191 688 000,71 | 149 407 915,34 | 65 994 336,82 |
| 1997 | 13 368 | 30 173 | 63 817 | 107 357 | 220 459 806,78 | 140 036 485,76 | 74 939 550,54 |
| 1998 | 16 332 | 34 551 | 60 590 | 111 473 | 274 950 497,00 | 175 835 439,37 | 90 096 745,40 |
| 1999 | 16 608 | 33 090 | 59 673 | 109 371 | 291 925 987,98 | 194 651 282,27 | 102 051 323,33 |
| 2000 | 15 886 | 34 655 | 57 290 | 107 830 | 305 567 929,42 | 255 775 853,14 | 109 409 722,04 |
| 2001 | 13 395 | 32 640 | 61 562 | 107 597 | 352 715 395,97 | 232 423 252,47 | 123 509 007,78 |
| 2002 | 13 590 | 30 347 | 67 985 | 111 922 | 346 505 929,79 | 282 691 551,70 | 138 579 160,74 |
| 2003 | 10 741 | 29 855 | 71 716 | 112 312 | 353 485 310,23 | 377 202 500,94 | 136 550 483,13 |
| 2004 | 10 397 | 29 043 | 74 037 | 113 476 | 362 793 969,49 | 456 754 304,76 | 125 661 453,92 |
| 2005 | 10 571 | 30 628 | 75 925 | 117.123 | 453 346 929,92 | 325 370 977,30 | 135 031 222,84 |
| 2006 | 11 731 | 32 180 | 73 392 | 117 303 | 417 162 553,40 | 331 932 161,59 | 151 060 324,65 |
| 2007 | 13 209 | 28 520 | 74 734 | 116 463 | 117 088 598,97 | 297 781 774,18 | 160 586 953,21 |
| 2008 | 12 273 | 27 462 | 78 764 | 118 499 | 131 767 859,09 | 295 773 130,45 | 171 310 530,61 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Tabela 25 – Correlação de *Pearson* entre a Evolução da Empregabilidade e do Volume de Negócios do Topo 5; Unidade: %

| 0.5 | | Comércio | 88% |
|----------------------|---|------------------------------------|---------|
| Jobo Jobo | Correlação de <i>Pearson</i> | Indústria | -76% |
| ios | | Serviços | -61% |
| Volume Negócios Topo | Os resultados da Correlação de <i>Pearson</i> re entre o emprego nos serviços e o VN no n comparação do VN do comércio e da indú sector secundário | nesmo sector. T Istria com o em | āmbém a |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Podemos afirmar que existe uma correlação positiva muito forte entre a empregabilidade e os valores do somatório do Volume de Negócios Topo 5 por atividade, sendo esta correlação de 88%, o que indica que quanto maior é o somatório da atividade comercial maior serão os níveis de empregabilidade. Na indústria ocorre o fenómeno oposto, observando-se uma correlação forte negativa de 76% entre a empregabilidade e o Volume de Negócios Topo 5, o que demonstra que o aumento do Volume de Negócios Topo 5 ocorrido na atividade industrial não foi acompanhado do crescimento de empregabilidade nessa atividade. Estes resultados mostram que esta atividade terá melhorado os seus rácios de produtividade. Os serviços apresentam igualmente uma correlação negativa (61%) entre a empregabilidade e a soma do Volume de Negócios Topo 5; poderá esta atividade ter maximizado os seus níveis de produtividade, mas não de uma forma tão evidente como no sector industrial. Os níveis de correlação obtidos entre o Volume de Negócios das empresas dominantes e a empregabilidade do mercado global têm pontos comuns com os resultados de correlação obtidos no global da amostra. O que verificamos é que a correlação é forte, seja ela negativa ou positiva neste indicador. No caso da indústria, a correlação é fortemente negativa no global e no Topo 5. No comércio e nos serviços a correlação mantém-se forte, mas aponta para resultados inversos, quando comparada a correlação obtida das variáveis do Topo 5 e do global da amostra.

1.2.2. Ativo Líquido

1.2.2.1. Conceito e Correlação com o PIBRpm

O Ativo Líquido é um dos indicadores que perdurou durante a globalidade do período na amostra, o que demonstra a sua importância na avaliação do desempenho empresarial. O Ativo Líquido – *Liquid Asset* é genericamente definido como «a moeda corrente ou qualquer bem facilmente convertível em moeda corrente [...] nos demonstrativos financeiros de uma sociedade os ativos líquidos são: moeda corrente em caixa, títulos negociáveis e títulos a receber»⁵⁴.

«[O ativo líquido mais especificamente representa o] valor resultante da diferença positiva entre o ativo e o passivo ou ativo bruto da empresa, deduzida das depreciações e desvalorizações, contabilizadas através de reintegrações, amortizações e provisões, Esse valor pode incluir caixa, depósitos transferíveis, ações, títulos financeiros de curto e de longo prazo»⁵⁵.

| | cão de <i>Pearson</i> | PIBRpm | ALcom | ALind | ALser | ALtotal |
|---------|-----------------------|--------|--------|--------|--------|---------|
| | Pearson Correlation | 1 | ,640** | ,960** | ,882** | ,935** |
| PIBRpm | Sig. (2-tailed) | | 0,002 | 0 | 0 | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,640** | 1 | ,714** | ,878** | ,853** |
| ALcom | Sig. (2-tailed) | 0,002 | | 0 | 0 | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,960** | ,714** | 1 | ,862** | ,938** |
| ALind | Sig. (2-tailed) | 0 | 0 | | 0 | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,882** | ,878** | ,862** | 1 | ,979** |
| ALser | Sig. (2-tailed) | 0 | 0 | 0 | | 0 |
| | N | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| | Pearson Correlation | ,935** | ,853** | ,938** | ,979** | 1 |
| ALtotal | Sig. (2-tailed) | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |

Tabela 26 – Correlação de *Pearson* entre o Ativo Líquido e o PIBRpm

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008).

^{**} Correlação é significante ao nível 0,01

⁵⁴ DOWNE, GOODMAN, 1991, *Dictionary of Finance* [...], p. 276.

⁵⁵ BIDERMAN, 2013, *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários*, p. 27.

O estudo de Correlação de *Pearson* entre as variáveis Ativo Líquido e PIBRpm permite identificar uma forte correlação positiva entre as duas variáveis, sendo esta correlação igual a 0,935. Da aplicação da Correlação de *Pearson* entre a variável PIBRpm e o Ativo Líquido nas atividade comercial, industrial e de serviços, verifica-se os resultados de 0,640, 0,960 e 0,882 de correlação, respetivamente. Estes níveis correlacionais permitem de forma consistente investigar os cenários da economia regional através da observação do comportamento da variável da amostra.

1.2.2.2. Ativo Líquido – Médias

Neste ponto iremos analisar os valores médios anuais do Ativo Líquido, por atividade. Tal como no indicador Volume de Negócios, colocaremos os resultados dos valores de mercado do Ativo Líquido (isentos da influência do IPC) em paralelo com os valores médios após desinflacionar a série. Iremos posteriormente analisar os resultados com base nas médias desinflacionadas, uma vez que estas permitem uma comparação em termos reais. Estão representadas na tabela seguinte as evoluções anuais dos valores médios do Ativo Líquido, série a preços de mercado e desinflacionados, por atividade e no global.

Tabela 27 – Média do Ativo Líquido, Unidade: Euros, 1988-2008

| Ano | COMdesinf | INDdesinf | SERdesinf | TOTALdesinf |
|------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| 1988 | 2 363 465,63 | 7 347 016,70 | 6 810 859,71 | 5 507 114,01 |
| 1989 | 2 566 981,77 | 8 272 141,34 | 9 938 412,02 | 6 925 845,05 |
| 1990 | 2 534 659,32 | 8 495 012,63 | 9 291 424,53 | 6 773 698,83 |
| 1991 | 3 184 596,65 | 10 868 891,87 | 8 547 590,35 | 7 533 692,96 |
| 1992 | 3 035 202,27 | 13 861 622,57 | 10 711 683,84 | 9 202 836,23 |
| 1993 | 2 810 848,04 | 13 971 839,02 | 9 584 316,37 | 8 789 001,14 |
| 1994 | 3 827 860,18 | 19 571 087,60 | 12 657 561,93 | 12 018 836,57 |
| 1995 | 7 595 248,64 | 27 081 411,65 | 13 136 919,52 | 15 937 859,94 |
| 1996 | 4 619 408,60 | 19 982 385,35 | 13 107 689,66 | 12 569 827,87 |
| 1997 | 4 738 443,58 | 25 175 760,12 | 15 746 004,04 | 15 220 069,25 |
| 1998 | 6 733 017,26 | 22 215 805,50 | 20 494 427,28 | 16 481 083,35 |
| 1999 | 6 418 639,59 | 27 559 517,54 | 20 555 243,60 | 18 177 800,24 |
| 2000 | 8 297 660,82 | 24 686 681,47 | 24 089 202,57 | 19 024 514,95 |
| 2001 | 9 718 828,71 | 26 613 365,09 | 31 233 621,73 | 22 521 938,51 |
| 2002 | 8 244 809,32 | 25 675 526,97 | 31 751 237,58 | 21 890 524,62 |
| 2003 | 7 674 064,50 | 31 194 179,20 | 27 419 511,84 | 22 095 918,52 |
| 2004 | 7 760 846,93 | 34 220 887,92 | 25 376 857,06 | 22 452 863,97 |
| 2005 | 7 844 839,90 | 37 095 660,70 | 23 447 942,76 | 22 796 147,79 |
| 2006 | 9 036 736,22 | 38 491 231,48 | 28 209 528,66 | 25 245 832,12 |

| 2007 | 2 356 152,39 | 30 664 100,49 | 19 563 466,22 | 17 527 906,37 |
|-------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| 2008 | 2 604 150,94 | 34 806 766,49 | 18 512 704,67 | 18 641 207,37 |
| Média | 5 426 974,35 | 23 230 994,84 | 18 104 105,04 | 15 587 358,08 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Preços do Consumidor.

A observação da evolução anual do Ativo Líquido em termos de valores médios absolutos, após retirar os valores médios do efeito inflacionário, permitem identificar a atividade industrial como aquela cuja convertibilidade dos seus ativos em liquidez ocorre com maior facilidade. Assim, a atividade industrial apresenta uma evolução positiva dos valores médios absolutos, passando do valor médio de 7 347 016,70€ (1988) para um máximo de 34 806 766,49€ (2008), representativos de um aumento de proporcional de 4,74 em termos médios. Este aumento da atividade industrial neste indicador demonstra que as atividades do sector terciário, apesar do crescimento neste indicador, obtiveram resultados menos expressivos. Relativamente à atividade comercial, a comparação entre as médias de 1988 e 2008 apontam para um crescimento em proporção de 1,10, obtendo uma média de 2 604 150,64€ em 2008 face à média de 2 363 465,63€ de 1988, isto apesar de ter atingido uma média de 9 718 828,71€ em 2001, valor 4,11 vezes superior ao valor médio observado no primeiro ano da amostra. Quanto à atividade dos serviços, aumentou em proporção 4,66, passando do valor médio observado em 1988 para o valor médio máximo observado em 2002, cuja variação foi de 6 810 859,71€ para 31 751 237,58€, respetivamente. No global das atividades, este indicador cresceu 3,38 vezes, passando de um valor médio de 5 507 114,01€, observado em 1988, para o valor médio máximo de 18 641 207,37€, observado em 2008.

Os dados permitem conhecer a evolução dos valores médios do Ativo Líquido das atividades industrial, comercial e de serviços. Verifica-se uma predominância da atividade industrial e dos serviços neste indicador, com linhas de tendência crescentes expressivas durante a maioria dos anos em análise; apenas a partir de 2006 são visíveis os efeitos recessivos. Quanto à atividade comercial, esta apresenta resultados menos expressivos neste indicador, com características de crescimento lento em largos períodos dos anos da amostra e de estagnação principalmente nos anos iniciais da amostra (1988 a 1993) e no período compreendido entre 2000 e 2006, após o qual apresenta, tal como na maior parte dos indicadores, crescimentos negativos.

1.2.2.2.1. Ativo Líquido – Médias – Taxas de crescimento

A tabela seguinte apresenta as taxas de crescimento das médias anuais do Ativo Líquido a preços de mercado, no total das atividades e por atividade separadamente.

Tabela 28 – Taxas de Crescimento do Ativo Líquido a Preços de Mercado, 1989-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|-----------------|----------|-----------|----------|---------|--------|
| 1989 | 18,28% | 22,61% | 58,91% | 36,95% | 16,44% |
| 1990 | 8,91% | 13,27% | 3,12% | 7,88% | 14,16% |
| 1991 | 36,95% | 39,46% | 0,27% | 21,23% | 22,01% |
| 1992 | 1,98% | 36,46% | 34,09% | 30,71% | 18,79% |
| 1993 | -1,37% | 7,35% | -4,71% | 1,71% | -1,88% |
| 1994 | 43,26% | 47,36% | 38,93% | 43,86% | 4,31% |
| 1995 | 107,15% | 44,46% | 8,35% | 38,44% | 33,08% |
| 1996 | -37,84% | -24,59% | 1,97% | -19,40% | 6,46% |
| 1997 | 5,14% | 29,14% | 23,13% | 24,11% | 11,52% |
| 1998 | 44,79% | -10,08% | 32,63% | 10,34% | 10,99% |
| 1999 | -2,76% | 26,53% | 2,30% | 12,50% | 7,15% |
| 2000 | 32,25% | -8,36% | 19,89% | 7,07% | 20,36% |
| 2001 | 21,34% | 11,69% | 34,33% | 22,65% | -0,46% |
| 2002 | -12,20% | -0,15% | 5,22% | 0,60% | 20,33% |
| 2003 | -4,13% | 25,14% | -11,05% | 3,97% | 0,00% |
| 2004 | 3,96% | 12,77% | -4,86% | 4,46% | 7,00% |
| 2005 | 3,81% | 11,33% | -5,11% | 4,27% | 6,67% |
| 2006 | 18,19% | 6,46% | 23,44% | 13,63% | 11,48% |
| 2007 | -73,56% | -19,22% | -29,68% | -29,60% | 2,12% |
| 2008 | 13,62% | 16,69% | -2,72% | 9,33% | 4,62% |
| Média 1989-2008 | 11,39% | 14,42% | 11,42% | 12,23% | 10,76% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008).

A observação das taxas de crescimento demonstra uma evolução positiva para a globalidade das atividades na maioria dos anos observados, à exceção dos anos de 1996 e 2007, com decréscimos em termos médios significativos. A média total aponta para um crescimento anual de 12,23% neste instrumento financeiro (Ativo Líquido), Distinguindo os resultados das taxas de crescimento dos dois subperíodos já definidos, verificamos que as médias de crescimento obtidas neste indicador em 1989-1999 são superiores aos de 2000-2008, tal como acontece no instrumento de

análise Volume de Negócios. Neste sentido, verifica-se um diferencial de crescimento de 14,90% entre os dois subperíodos, tendo em conta que as taxas de crescimento anuais no primeiro subperíodo se situaram nos 18,94%, em comparação com os 4,04% registados no segundo.

Analisando os resultados separadamente, por atividade, verificamos que a indústria evoluiu a uma média superior a aproximadamente 3%, comparativamente ao comércio e os serviços. A atividade industrial obteve uma média de crescimento na ordem dos 14,42%, face às médias de crescimento de 11,42% e 11,39%, obtidas pelas atividade dos serviços e comércio, respetivamente. Comparando as taxas de crescimento, distinguindo o subperíodo de 1988-1999 do de 2000-2008, as taxas de crescimento permitem verificar quebras significativas nas médias de crescimento das atividades em amostra, com quebras de 20,04% para a atividade comercial e de 14,83% para a atividade industrial e de serviços na capacidade de convertibilidade dos ativos em liquidez financeira.

Observamos maiores índices de crescimento nos primeiros anos da amostra, nos quais as taxas apresentam maiores níveis de oscilações, no entanto não é possível identificar um crescimento constante da economia através deste indicador. Verifica-se, adicionalmente, uma tendência de estagnação e decréscimo deste indicador a partir dos finais dos anos 90 até os últimos anos da amostra, com a globalidade das atividades a apresentar linha de tendência para o decréscimo.

1.2.2.3. Ativo Líquido – Números Índices de Base Fixa

Neste ponto analisaremos a evolução anual do Ativo Líquido por atividade, através dos números índices de base fixa.

Tabela 29 – Números Índices de Base Fixa do Ativo Líquido a Preços de Mercado, 1988-1999 **Ano Base**: 1988

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|------|----------|-----------|----------|-------|--------|
| 1988 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1989 | 118 | 123 | 159 | 137 | 116 |
| 1990 | 129 | 139 | 164 | 148 | 133 |
| 1991 | 176 | 194 | 164 | 179 | 162 |
| 1992 | 180 | 264 | 220 | 234 | 193 |
| 1993 | 177 | 284 | 210 | 238 | 189 |
| 1994 | 254 | 418 | 292 | 343 | 197 |
| 1995 | 527 | 604 | 316 | 474 | 262 |
| 1996 | 327 | 455 | 322 | 382 | 279 |

| 1997 | 344 | 588 | 397 | 474 | 312 |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1998 | 498 | 529 | 526 | 523 | 346 |
| 1999 | 485 | 669 | 538 | 589 | 371 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-1999); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-1999).

O cálculo das Taxas de Crescimento Médio Anual através dos números índices de base fixa, para o instrumento de análise Ativo Líquido, permitem verificar uma evolução positiva das três atividades empresariais face a 1988, na ordem dos 17,49%. A atividade industrial foi aquela que maior contributo deu para a obtenção deste crescimento, com uma taxa de crescimento média face a 1988 de 18,86%, o que é expressivo da evolução desta atividade num período de 11 anos. O comércio e os serviços cresceram em termos médios, face a 1988, respetivamente 15,44% e 16,53%. Estes crescimentos são muito significativos, o que é revelador do crescimento médio expressivo da atividade terciária neste subperíodo.

Tabela 30 – Índices de Base Fixa do Ativo Líquido a Preços de Mercado, 1999-2008 **Ano Base**: 1999

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|------|----------|-----------|----------|-------|--------|
| 1999 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 2000 | 132 | 92 | 120 | 107 | 120 |
| 2001 | 160 | 102 | 161 | 131 | 120 |
| 2002 | 141 | 102 | 169 | 132 | 144 |
| 2003 | 135 | 128 | 151 | 137 | 144 |
| 2004 | 140 | 144 | 143 | 143 | 154 |
| 2005 | 146 | 161 | 136 | 150 | 165 |
| 2006 | 172 | 171 | 168 | 170 | 183 |
| 2007 | 146 | 138 | 118 | 120 | 187 |
| 2008 | 152 | 161 | 115 | 131 | 196 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1999 a 2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1999-2008).

A análise da evolução do instrumento financeiro Ativo Líquido, através da taxa de crescimento média anual para o subperíodo 1999-2008, permite verificar que neste subperíodo a atividade empresarial cresceu, no conjunto das três atividades,

3,05% em relação ao ano base de 1999. Analisando as taxas médias de crescimento, por atividade, verifica-se um crescimento da atividade comercial em 4,76% face a 1999, por sua vez a atividade industrial cresceu 5,43%, enquanto os serviços cresceram 1,57%. Desta forma, a atividade terciária revela neste indicador, no seu conjunto, um crescimento de 3,17%, salientando-se os níveis observados na atividade empresarial industrial. De salientar adicionalmente que, até ao ano 2006, a atividade empresarial cresceu continuamente face a 1999, tanto na atividade comercial como na industrial.

1.2.2.4. Ativo líquido – Empresas com Maior Participação – EMP

Neste ponto do instrumento de análise Ativo Líquido, iremos analisar os resultados observados para as empresas com participação anual na amostra superior a 15 casos; para este parâmetro consideramos as empresas mais representativas, ou seja, as que tiveram representação em 70% ou mais dos 21 anos integrantes na amostra.

Tabela 31 – Média do Ativo Líquido nas Empresas com Maior Participação – EMP, Unidade: Euros, 1988-2008

| Ano | COMdesinf | INDdesinf | SERdesinf | TOTALdesinf |
|------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1988 | 4 719 453,80 | 31 099 509,38 | 13 019 015,54 | 16 279 326,24 |
| 1989 | 3 531 901,73 | 36 435 766,61 | 26 367 523,20 | 22 111 730,51 |
| 1990 | 3 541 036,89 | 26 692 471,53 | 18 762 469,11 | 16 331 992,51 |
| 1991 | 5 795 879,50 | 27 423 137,52 | 17 403 353,91 | 16 874 123,64 |
| 1992 | 4 417 185,75 | 38 470 376,54 | 18 700 847,07 | 20 529 469,79 |
| 1993 | 4 179 861,25 | 39 750 949,61 | 17 048 571,03 | 20 326 460,63 |
| 1994 | 5 677 469,63 | 43 117 579,71 | 22 443 146,72 | 23 746 065,35 |
| 1995 | 16 050 046,52 | 51 212 201,93 | 16 907 542,09 | 28 056 596,85 |
| 1996 | 7 408 445,85 | 42 862 505,16 | 35 746 412,89 | 28 672 454,63 |
| 1997 | 7 811 233,49 | 43 864 837,46 | 41 593 381,12 | 31 089 817,35 |
| 1998 | 8 807 172,29 | 51 890 073,18 | 63 328 846,43 | 41 342 030,63 |
| 1999 | 7 742 200,30 | 52 176 254,72 | 74 140 122,96 | 44 686 192,66 |
| 2000 | 8 459 705,82 | 55 221 079,27 | 77 454 423,47 | 47 045 069,52 |
| 2001 | 10 402 093,02 | 56 194 594,52 | 88 075 864,97 | 51 557 517,51 |
| 2002 | 8 664 658,32 | 57 458 596,95 | 80 878 531,10 | 49 000 595,46 |
| 2003 | 5 678 611,38 | 69 292 547,40 | 77 339 934,69 | 50 770 364,49 |
| 2004 | 5 434 211,70 | 76 804 269,99 | 74 083 748,63 | 52 107 410,11 |
| 2005 | 5 203 975,04 | 83 937 038,19 | 71 016 648,25 | 53 385 887,16 |

| 2006 | 4 753 983,27 | 89 875 266,23 | 75 393 644,11 | 56 674 297,87 |
|-------|--------------|----------------|---------------|---------------|
| 2007 | 5 052 591,09 | 99 820 583,24 | 95 056 500,70 | 66 643 225,01 |
| 2008 | 5 506 988,47 | 124 317 238,43 | 87 175 901,05 | 72 333 375,98 |
| Média | 6 611 366,91 | 57 043 660,84 | 51 996 972,81 | 38 550 666,85 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Preços do Consumidor.

Da observação dos dados do Ativo Líquido para este grupo de empresas com maior representatividade na iniciativa, verifica-se que a atividade industrial apresenta média global de 57 043 660,84€, superior às atividade dos serviços (51 996 972,81€) e do comércio (6 611 366,91€). A atividade industrial apresentou um valor médio em 1988 de 31 099 509,38€, enquanto em 2008 atingiu uma média de 124 317 238,43€, o que corresponde a um crescimento proporcional de 4,00. Foi, no entanto, a atividade dos serviços a que alcançou maior nível de crescimento em relação ao menor valor, atingindo, com um aumento em proporção de 6,70, um resultado obtido pela transição de 13 019 015,54€ em 1988 para 87 175 901,05€ em 2008. Quanto à atividade comercial, esta registou crescimento tal como as restantes atividades, passando de um valor médio em 1988 de 4 719 453,80€ para um valor médio de 5 506 988,47€ em 2008, o que representa um crescimento proporcional de 1,17. Em termos globais, a atividade empresarial neste indicador cresceu de 1988 a 2008 4,44 vezes, com o valor médio de 16 279 326,24€ em 1988 a atingir o valor médio de 72 333 375,98€ em 2008.

Este método da observação de Empresas com Maior Participação na amostra demonstra de forma evidente que as empresas comerciais se mantêm em concurso por menos tempo em média, devido a se tratarem de empresas de menor dimensão, normalmente de cariz familiar, com níveis de rentabilidade inferiores. As empresas do ramo industrial e serviços globalmente apresentam estruturas mais duradouras e sólidas, que lhes permitem obter liquidez e ativos de maior dimensão, assim como uma maior pré-disposição para a partilha de informação financeira, sendo a possibilidade de permanência na amostra superior em comparação com as empresas da atividade comercial.

1.2.2.4.1. Ativo Líquido das Empresas com Maior Participação – Taxas de Crescimento A tabela seguinte apresenta as taxas de crescimento do Ativo Líquido das empresas com maior representatividade na amostra (≥70% V 15 casos):

Tabela 32 – Taxas de Crescimento do Ativo Líquido a Preços de Mercado nas Empresas com Maior Participação – EMP, 1989-2008

| com maior rancipação Emi, 1505 2000 | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------|-----------|----------|---------|--------|--|--|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm | | |
| 1989 | -25,16% | 17,16% | 102,53% | 35,83% | 16,44% | | |
| 1990 | 0,26% | -26,74% | -28,84% | -26,14% | 14,16% | | |
| 1991 | 63,68% | 2,74% | -7,24% | 3,32% | 22,01% | | |
| 1992 | -23,79% | 40,28% | 7,46% | 21,66% | 18,79% | | |
| 1993 | -5,37% | 3,33% | -8,84% | -0,99% | -1,88% | | |
| 1994 | 35,83% | 8,47% | 31,64% | 16,82% | 4,31% | | |
| 1995 | 182,70% | 18,77% | -24,67% | 18,15% | 33,08% | | |
| 1996 | -53,84% | -16,30% | 111,42% | 2,20% | 6,46% | | |
| 1997 | 5,44% | 2,34% | 16,36% | 8,43% | 11,52% | | |
| 1998 | 12,75% | 18,30% | 52,26% | 32,98% | 10,99% | | |
| 1999 | -12,09% | 0,55% | 17,07% | 8,09% | 7,15% | | |
| 2000 | 9,27% | 5,84% | 4,47% | 5,28% | 20,36% | | |
| 2001 | 22,96% | 1,76% | 13,71% | 9,59% | -0,46% | | |
| 2002 | -16,70% | 2,25% | -8,17% | -4,96% | 20,33% | | |
| 2003 | -34,46% | 20,60% | -4,38% | 3,61% | 0,00% | | |
| 2004 | -4,30% | 10,84% | -4,21% | 2,63% | 7,00% | | |
| 2005 | -4,24% | 9,29% | -4,14% | 2,45% | 6,67% | | |
| 2006 | -8,65% | 7,07% | 6,16% | 6,16% | 11,48% | | |
| 2007 | 6,28% | 11,07% | 26,08% | 17,59% | 2,12% | | |
| 2008 | 8,99% | 24,54% | -8,29% | 8,54% | 4,62% | | |
| Média 1989-2008 | 7,98% | 8,11% | 14,52% | 8,56% | 10,76% | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1989-2008).

As médias de crescimento anual obtidas pelas empresas com maior participação expressam um domínio das atividades ligadas aos serviços, com uma média de 19,27%, que é superior às atividades comercial e industrial, cujas médias de crescimento situam-se nos 12,69% e 12,63%, respetivamente. Podemos apurar que o sector terciário obtém níveis de crescimento mais expressivos, quando restringimos o estudo a empresas com este nível de participação. Estes resultados não se evidenciam da mesma forma (neste instrumento de análise) quando incluímos todas as empresas participantes no estudo, o que permite verificar que as empresas com estrutura mais forte apresentam taxas de crescimento superiores nas atividades ligadas ao sector terciário, em comparação com os resultados do global da amostra.

Os dados demonstram que as médias de crescimento das empresas, apesar de apresentarem diferenças significativas nos resultados por atividade, voltam a confirmar um abrandamento do crescimento económico a partir de finais dos anos 90; as atividades, na globalidade e individualmente, apresentam níveis de crescimento menos acentuados e alguma incapacidade de manter os níveis de crescimento. Este facto permite concluir acerca da volatilidade das empresas regionais, por fenómenos que podem ser internos ou globais.

1.2.2.4. Ativo Líquido – Somatório – Taxas de Crescimento

Neste ponto iremos apresentar o somatório dos valores do Ativo Líquido da amostra e verificar o desempenho por atividade e total. Tal como no instrumento financeiro anterior (Volume de Negócios) iremos comparar os resultados com os resultados das médias.

| Tabela 35 Solitatorio do Ativo Elquido, por Atividade, 1550 2000 | | | | | | | |
|--|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--|--|--|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | | | |
| 1990 | 66 326 321,52 | 183 883 865,26 | 141 502 403,05 | 391 712 589,83 | | | |
| 1991 | 102 260 469,20 | 229 959 060,20 | 169 024 703,14 | 501 244 232,54 | | | |
| 1992 | 110 912 829,80 | 313 292 304,71 | 250 638 253,93 | 674 843 388,44 | | | |
| 1993 | 110 597 227,27 | 339 008 758,73 | 188 554 984,30 | 638 160 970,30 | | | |
| 1994 | 82 376 127,58 | 362 440 481,37 | 282 142 923,32 | 726 959 532,27 | | | |
| 1995 | 147 918 240,66 | 431 017 906,66 | 355 558 103,71 | 934 494 251,03 | | | |
| 1996 | 176 812 301,73 | 441 256 727,98 | 414 875 091,99 | 1 032 944 121,70 | | | |
| 1997 | 178 752 588,38 | 455 869 414,04 | 546 480 678,34 | 1 181 102 680,76 | | | |
| 1998 | 247 890 425,60 | 573 752 295,80 | 792 485 891,92 | 1 614 128 613,32 | | | |
| 1999 | 276 838 608,21 | 607 046 668,61 | 899 860 442,46 | 1 783 745 719,28 | | | |
| 2000 | 327 798 564,05 | 594 993 962,33 | 1 043 548 874,69 | 1 966 341 401,07 | | | |
| 2001 | 387 557 015,25 | 663 286 996,86 | 1 144 772 559,37 | 2 195 616 571,48 | | | |
| 2002 | 377 236 095,69 | 702 632 335,47 | 1 279 617 345,65 | 2 359 485 776,81 | | | |
| 2003 | 346 620 011,99 | 801 179 027,10 | 1 311 328 468,75 | 2 459 127 507,84 | | | |
| 2004 | 355 761 709,80 | 851 497 608,86 | 1 358 168 403,05 | 2 565 427 721,70 | | | |
| 2005 | 364 903 407,60 | 901 816 190,61 | 1 405 008 337,35 | 2 671 727 935,56 | | | |
| 2006 | 327 342 109,12 | 960 072 619,96 | 1 815 262 972,85 | 3 102 677 701,93 | | | |
| 2007 | 124 302 026,89 | 954 524 529,06 | 2 014 417 326,90 | 3 093 243 882,85 | | | |
| 2008 | 124 627 496,29 | 905 347 677,23 | 1 629 118 011,38 | 2 659 093 184,90 | | | |
| Soma | 4 236 833 576,63 | 11 272 878 430,84 | 17 042 365 776,15 | 32 552 077 783,61 | | | |

Tabela 33 – Somatório do Ativo Líquido, por Atividade, 1990-2008

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Como podemos verificar na tabela anterior, a atividade terciária apresenta valores globais de 17 042 365 776,15€, evoluindo de um somatório anual de 141 502 403,05€ em 1988 para um valor máximo anual de 2 014 417 326,90€ em 2007, um crescimento proporcional de 14,24, que expressa a dinâmica do desempenho empresarial desta atividade. A atividade industrial apresenta um somatório global de 11 272 878 430,84€, com os valores a oscilarem entre os 183 883 865,26€ em 1988 e os 960 072 629,96€ em 2006, um crescimento de 5,22 face ao ano base. Quanto ao comércio, obteve um somatório global de 4 236 833 576,63€, com uma variância de resultados a oscilar entre os 66 236 321,52€ em 1988 e os 387 557 015,25€ em 2001, o que indica um crescimento de 5,84 em proporção face ao ano base.

No global, este indicador mostra bons níveis de crescimento das atividades empresariais, com um desempenho muito positivo das atividades terciária e industrial. O comércio obtém resultados positivos, mas em níveis inferiores às restantes atividades; isso mesmo podemos constatar na tabela seguinte, que apresenta as taxas de crescimento anuais deste indicador por atividade.

Tabela 34 – Taxas de Crescimento do Somatório do Ativo Líquido, por Atividade, 1991-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-----------------|----------|-----------|----------|-------|
| 1991 | 54% | 25% | 19% | 28% |
| 1992 | 8% | 36% | 48% | 35% |
| 1993 | 0% | 8% | -25% | -5% |
| 1994 | -26% | 7% | 50% | 14% |
| 1995 | 80% | 19% | 26% | 29% |
| 1996 | 20% | 2% | 17% | 11% |
| 1997 | 1% | 3% | 32% | 14% |
| 1998 | 39% | 26% | 45% | 37% |
| 1999 | 12% | 6% | 14% | 11% |
| 2000 | 18% | -2% | 16% | 10% |
| 2001 | 18% | 11% | 10% | 12% |
| 2002 | -3% | 6% | 12% | 7% |
| 2003 | -8% | 14% | 2% | 4% |
| 2004 | 3% | 6% | 4% | 4% |
| 2005 | 3% | 6% | 3% | 4% |
| 2006 | -10% | 6% | 29% | 16% |
| 2007 | -62% | -1% | 11% | 0% |
| 2008 | 0% | -5% | -19% | -14% |
| Média 1991-2008 | 8% | 10% | 16% | 12% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1991-2008).

1.2.2.4.1. Ativo Líquido – Somatório – Correlação com Empregabilidade

Tabela 35 – Retrospetiva Anual do Emprego, por Sector, Unidade: Habitantes – Colunas 2, 3, 4 e 5; Somatório do Ativo Líquido, por atividade, em euros, 1990-2008, Colunas 6, 7, 8

| Δ | Sector | Sector | Sector | Total Pop. | Comércia | In al-Catain | Samiana |
|------|----------|------------|-----------|------------|----------------|----------------|------------------|
| Ano | Primário | Secundário | Terciário | Empregada | Comércio | Indústria | Serviços |
| 1990 | 28 500 | 41 575 | 57 225 | 127 300 | 66 326 321,52 | 183 883 865,26 | 141 502 403,05 |
| 1991 | 27 300 | 42 275 | 60 350 | 129 925 | 102 260 469,20 | 229 959 060,20 | 169 024 703,14 |
| 1992 | 15 895 | 38 980 | 58 155 | 113 030 | 110 912 829,80 | 313 292 304,71 | 250 638 253,93 |
| 1993 | 16 568 | 37 831 | 58 418 | 112 817 | 110 597 227,27 | 339 008 758,73 | 188 554 984,30 |
| 1994 | 15 439 | 37 033 | 57 060 | 109 531 | 82 376 127,58 | 362 440 481,37 | 282 142 923,32 |
| 1995 | 13 684 | 32 096 | 58 081 | 103 861 | 147 918 240,66 | 431 017 906,66 | 355 558 103,71 |
| 1996 | 12 793 | 30 340 | 62 229 | 105 362 | 176 812 301,73 | 441 256 727,98 | 414 875 091,99 |
| 1997 | 13 368 | 30 173 | 63 817 | 107 357 | 178 752 588,38 | 455 869 414,04 | 546 480 678,34 |
| 1998 | 16 332 | 34 551 | 60 590 | 111 473 | 247 890 425,60 | 573 752 295,80 | 792 485 891,92 |
| 1999 | 16 608 | 33 090 | 59 673 | 109 371 | 276 838 608,21 | 607 046 668,61 | 899 860 442,46 |
| 2000 | 15 886 | 34 655 | 57 290 | 107 830 | 327 798 564,05 | 594 993 962,33 | 1 043 548 874,69 |
| 2001 | 13 395 | 32 640 | 61 562 | 107 597 | 387 557 015,25 | 663 286 996,86 | 1 144 772 559,37 |
| 2002 | 13 590 | 30 347 | 67 985 | 111 922 | 377 236 095,69 | 702 632 335,47 | 1 279 617 345,65 |
| 2003 | 10 741 | 29 855 | 71 716 | 112 312 | 346 620 011,99 | 801 179 027,10 | 1 311 328 468,75 |
| 2004 | 10 397 | 29 043 | 74 037 | 113 476 | 355 761 709,80 | 851 497 608,86 | 1 358 168 403,05 |
| 2005 | 10 571 | 30 628 | 75 925 | 117.123 | 364 903 407,60 | 901 816 190,61 | 1 405 008 337,35 |
| 2006 | 11 731 | 32 180 | 73 392 | 117 303 | 327 342 109,12 | 960 072 619,96 | 1 815 262 972,85 |
| 2007 | 13 209 | 28 520 | 74 734 | 116 463 | 124 302 026,89 | 954 524 529,06 | 2 014 417 326,90 |
| 2008 | 12 273 | 27 462 | 78 764 | 118 499 | 124 677 496,29 | 905 347 677,23 | 1 629 118 011,38 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Tabela 36 – Correlação entre Somatório Ativo Líquido e a Empregabilidade, por Atividade, 1988-2008

| | | Comércio | -0.49 | | |
|----------|---|-----------|-------|--|--|
| မွ | Correlação de <i>Pearson</i> | Indústria | -0.81 | | |
| Líquido | | Serviços | 0.85 | | |
| Ativo Lí | Os resultados da Correlação de <i>Pearson</i> referem-se à comparação entre o emprego nos serviços e o VN no mesmo sector. Também a comparação do VN do comércio e da indústria com o emprego do sector secundário. | | | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Ao verificarmos os resultados do indicador Ativo Líquido, constatamos a existência de correlações consistentes e fortes entre a empregabilidade e os valores do indicador da amostra, especialmente nos serviços e indústria. A tendência é semelhante aos resultados do global da amostra, o que reforça os resultados anteriores, como seria previsível. Assim, verificamos uma correlação positiva forte entre a empregabilidade e a atividade terciária, ou seja, que maiores níveis de emprego geram consequentemente melhores resultados deste indicador empresarial, com uma correlação de 0,85 na atividade terciária. A correlação forte a moderada nas restantes atividades indica que os maiores níveis deste indicador não são acompanhados de maiores níveis de empregabilidade; pelo contrário, essencialmente na atividade industrial, os melhores indicadores obtêm-se com menores níveis de empregabilidade. Tal indicia que o desenvolvimento das capacidades produtivas com melhor aproveitamento dos recursos técnicos estão na base destes resultados. Na atividade comercial não se estabelece uma correlação significativa entre empregabilidade e o somatório do Volume de Negócios.

1.2.2.5. Ativo Líquido – Somatório do Topo 5 – Taxas de Crescimento

Neste ponto, será realizada uma análise por atividade da evolução do somatório deste indicador nas 5 empresas com maior Volume de Negócios, através da observação dos valores anuais e das respetivas taxas de crescimento. Será importante comparar os resultados do denominado Topo 5 com o total das empresas da amostra.

| Iab | Tabela 37 – Somatono do Ativo Elquido do Topo 3, por Atividade, 1987-2008 | | | | | | |
|------|---|----------------|----------------|------------------|--|--|--|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | | | |
| 1987 | 14 241 674,57 | 77 959 518,50 | 54 180 546,75 | 146 381 739,82 | | | |
| 1988 | 20 704 659,36 | 98 914 775,66 | 71 511 966,11 | 191 131 401,13 | | | |
| 1989 | 27 167 644,16 | 119 870 032,83 | 88 843 385,48 | 235 881 062,47 | | | |
| 1990 | 33 630 628,95 | 140 825 289,99 | 106 174 804,84 | 280 630 723,78 | | | |
| 1991 | 52 731 201,25 | 172 938 924,01 | 127 314 395,93 | 352 984 521,19 | | | |
| 1992 | 59 124 818,39 | 251 572 561,57 | 164 339 437,45 | 475 036 817,41 | | | |
| 1993 | 51 731 295,07 | 283 020 334,98 | 132 552 917,89 | 467 304 547,94 | | | |
| 1994 | 47 702 863,08 | 326 352 771,43 | 158 124 542,15 | 532 180 176,66 | | | |
| 1995 | 67 899 833,19 | 381 099 857,83 | 259 971 589,85 | 708 971 280,87 | | | |
| 1996 | 103 815 472,96 | 389 789 578,56 | 317 752 371,70 | 811 357 423,22 | | | |
| 1997 | 88 037 711,72 | 405 413 128,84 | 230 801 392,16 | 724 252 232,72 | | | |
| 1998 | 128 633 891,65 | 493 798 344,16 | 275 433 339,38 | 897 865 575,19 | | | |
| 1999 | 102 753 091,98 | 522 818 697,14 | 649 494 088,64 | 1 275 065 877,76 | | | |
| 2000 | 130 710 869,37 | 517 625 284,78 | 771 135 158,96 | 1 419 471 313,11 | | | |

Tabela 37 – Somatório do Ativo Líquido do Topo 5, por Atividade, 1987-2008

| 2001 | 157 163 584,84 | 546 199 365,22 | 828 167 966,01 | 1 531 530 916,07 |
|------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 2002 | 185 117 366,90 | 567 663 455,73 | 920 567 168,78 | 1 673 347 991,41 |
| 2003 | 179 889 725,76 | 659 934 518,63 | 803 067 003,81 | 1 642 891 248,20 |
| 2004 | 149 085 815,83 | 701 828 886,24 | 850 749 842,62 | 1 701 664 544,69 |
| 2005 | 118 281 905,91 | 743 723 253,84 | 898 432 681,44 | 1 760 437 841,19 |
| 2006 | 87 477 995,98 | 785 617 621,45 | 946 115 520,25 | 1 819 211 137,68 |
| 2007 | 56 674 086,05 | 827 511 989,05 | 993 798 359,06 | 1 877 984 434,16 |
| 2008 | 69 144 846,73 | 825 592 967,41 | 924 107 584,53 | 1 818 845 398,67 |
| Soma | 1 931 720 983,70 | 9 840 071 157,85 | 10 572 636 063,79 | 22 344 428 205,34 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

A observação dos valores demonstrados pelo indicador financeiro Ativo Líquido neste "pódio" empresarial permite verificar que são nos serviços que as organizações de maior dimensão apresentam melhores resultados empresariais. Na tabela pode-se verificar essa evolução de forma acentuada a partir de 1998. As atividades industrial e comercial apresentam resultados positivos, mas não ao nível do alcançado pelos serviços, o que se pode explicar pelas características do indicador financeiro e por estarmos, neste ponto particular, a verificar estruturas empresariais de grande dimensão, onde o ativo das atividades de serviços e indústria é normalmente superior às atividades comerciais. A tabela seguinte apresenta as taxas de crescimento do Somatório do Topo 5 e expressa os crescimentos anuais totais e por atividade, indicando a média de 1988 a 2008 de cada atividade, onde podemos ver um crescimento de 18,02% da atividade terciária, de 12,39% da indústria e de 11,45% do comércio.

Tabela 38 – Taxas de Crescimento do Somatório do Ativo Líquido do Topo 5, por Atividade, 1988-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------|-----------|----------|--------|
| 1988 | 45,38 | 26,88 | 31,99 | 34,75 |
| 1989 | 31,22 | 21,19 | 24,24 | 25,55 |
| 1990 | 23,79 | 17,48 | 19,51 | 20,26 |
| 1991 | 56,80 | 22,80 | 19,91 | 33,17 |
| 1992 | 12,12 | 45,47 | 29,08 | 28,89 |
| 1993 | -12,50 | 12,50 | -19,34 | -6,45 |
| 1994 | -7,79 | 15,31 | 19,29 | 8,94 |
| 1995 | 42,34 | 16,78 | 64,41 | 41,18 |
| 1996 | 52,90 | 2,28 | 22,23 | 25,80 |
| 1997 | -15,20 | 4,01 | -27,36 | -12,85 |
| 1998 | 46,11 | 21,80 | 19,34 | 29,08 |

| 1999 | -20,12 | 5,88 | 135,81 | 40,52 |
|-------|--------|-------|--------|-------|
| 2000 | 27,21 | -0,99 | 18,73 | 14,98 |
| 2001 | 20,24 | 5,52 | 7,40 | 11,05 |
| 2002 | 17,79 | 3,93 | 11,16 | 10,96 |
| 2003 | -2,82 | 16,25 | -12,76 | 0,22 |
| 2004 | -17,12 | 6,35 | 5,94 | -1,61 |
| 2005 | -20,66 | 5,97 | 5,60 | -3,03 |
| 2006 | -26,04 | 5,63 | 5,31 | -5,03 |
| 2007 | -35,21 | 5,33 | 5,04 | -8,28 |
| 2008 | 22,00 | -0,23 | -7,01 | 4,92 |
| Média | 11,45 | 12,39 | 18,02 | 13,95 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Tabela 39 – Representatividade do Ativo Líquido do Topo 5 no Ativo Líquido Total, por Atividade, 1990-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-------|----------|-----------|----------|-------|
| 1990 | 0,51 | 0,77 | 0,75 | 0,68 |
| 1991 | 0,52 | 0,75 | 0,75 | 0,67 |
| 1992 | 0,53 | 0,80 | 0,66 | 0,66 |
| 1993 | 0,47 | 0,83 | 0,70 | 0,67 |
| 1994 | 0,58 | 0,90 | 0,56 | 0,68 |
| 1995 | 0,46 | 0,88 | 0,73 | 0,69 |
| 1996 | 0,59 | 0,88 | 0,77 | 0,75 |
| 1997 | 0,49 | 0,89 | 0,42 | 0,60 |
| 1998 | 0,52 | 0,86 | 0,35 | 0,58 |
| 1999 | 0,37 | 0,86 | 0,72 | 0,65 |
| 2000 | 0,40 | 0,87 | 0,74 | 0,67 |
| 2001 | 0,41 | 0,82 | 0,72 | 0,65 |
| 2002 | 0,49 | 0,81 | 0,72 | 0,67 |
| 2003 | 0,52 | 0,82 | 0,61 | 0,65 |
| 2004 | 0,42 | 0,82 | 0,63 | 0,62 |
| 2005 | 0,32 | 0,82 | 0,64 | 0,59 |
| 2006 | 0,27 | 0,82 | 0,52 | 0,54 |
| 2007 | 0,46 | 0,87 | 0,49 | 0,61 |
| 2008 | 0,55 | 0,91 | 0,57 | 0,68 |
| Média | 0,47 | 0,84 | 0,63 | 0,65 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Na tabela anterior, por sua vez, podemos verificar a relação entre os resultados do Ativo Líquido no total e no denominado Topo 5; observamos que as 5 empresas com maior Volume de Negócios têm um peso muito significativo no total dos valores do indicador. Na indústria a média é de 84%, o que é francamente expressivo do domínio das empresas do Topo 5. Na atividade dos serviços, a média continua a ser elevada, situando-se nos 63%. No que toca ao comércio, a média baixa consideravelmente, situando-se nos 46%. Ainda assim, podemos observar que o Topo 5, em todas as atividades e em grande parte dos anos, está acima dos 50%, o que é uma característica de mercados com grandes constrangimentos e que dependem em grande parte de sectores chave, que dominam o mercado.

1.2.3. Capital Próprio

1.2.3.1. Capital Próprio – Conceito

O Capital Próprio é o «capital fornecido pelos sócios ou acionistas (capital subscrito, prestações suplementares e prémios de emissão de ações) acumulados com a riqueza criada pela própria empresa (resultados não distribuídos e servidos para constituir reservas e resultados transitados)»⁵⁶. Adicionalmente importa distinguir capital de numerário, sabendo que «capital não é sinónimo de numerário, de dinheiro, porque uma empresa pode ter um capital elevado e o numerário (notas e moedas) em seu poder ou à sua disposição ser reduzido ou insignificante, e vice-versa.»⁵⁷. O Capital Próprio é um dos instrumentos financeiros de análise contidos na amostra e consequentemente neste estudo; apesar de ser um importante indicador de bens de uma empresa ou organização, a sua dimensão pode não refletir a dinâmica que a organização tem na economia, ou seja, uma organização pode ter um elevado Capital Próprio, mas a sua atividade empresarial ser reduzida. Esta poderá ter sido a razão pela qual este instrumento financeiro deixou de ser considerado em 2003. Ainda assim, o Capital Próprio constitui-se como um indicador da riqueza do tecido empresarial.

1.2.3.2. Capital Próprio – Somatório – Taxas de Crescimento

Neste ponto iremos analisar a evolução anual de 1990 a 2003 do somatório dos valores por atividade do Capital Próprio. Aplicaremos seguidamente uma análise das taxas de crescimento deste mesmo indicador, de forma a verificar a evolução em comparação com o ano imediatamente anterior.

⁵⁶ NEVES, 2002, Análise Financeira: Técnicas Fundamentais, p. 45.

⁵⁷ BORGES et al., 2010, Elementos de Contabilidade Geral, p. 574.

Tabela 40 – Somatório do Capital Próprio a Preços de Mercado, por Atividade, 1990-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| 1990 | 14 966 153,42 | 88 862 309,22 | 91 091 042,82 | 194 919 505,46 |
| 1991 | 26 423 102,89 | 96 333 382,13 | 64 712 904,82 | 187 469 389,84 |
| 1992 | 25 157 713,74 | 117 003 064,92 | 155 724 641,57 | 297 885 420,23 |
| 1993 | 27 626 311,65 | 101 118 203,31 | 95 580 920,07 | 224 325 435,03 |
| 1994 | 22 334 401,68 | 101 357 468,82 | 156 500 032,68 | 280 191 903,18 |
| 1995 | 47 266 572,41 | 111 495 307,51 | 133 189 437,30 | 291 951 317,22 |
| 1996 | 44 481 209,30 | 110 122 842,94 | 150 844 805,80 | 305 448 858,04 |
| 1997 | 59 640 639,68 | 110 955 569,15 | 235 735 259,65 | 406 331 468,48 |
| 1998 | 72 972 412,70 | 161 476 370,06 | 350 628 323,03 | 585 077 105,79 |
| 1999 | 68 880 403,12 | 156 519 179,31 | 363 606 085,49 | 589 005 667,92 |
| 2000 | 73 428 843,01 | 171 583 759,77 | 330 009 992,33 | 575 022 595,11 |
| 2001 | 83 468 388,53 | 176 526 281,08 | 387 019 598,08 | 647 014 267,69 |
| 2002 | 87 297 804,05 | 180 662 680,05 | 411 488 964,55 | 679 449 448,65 |
| 2003 | 88 257 438,92 | 206 666 247,20 | 346 563 773,00 | 641 487 459,12 |
| Soma | 742 201 395,10 | 1 890 682 665,47 | 3 272 695 781,19 | 5 905 579 841,76 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003).

A evolução do somatório do Capital Próprio mostra melhores resultados empresariais dos serviços, que atingem os 3 272 695 781,19€ na totalidade do período de 1990 a 2003. A atividade terciária passou de um somatório de 64 712 904,82€ em 1991 para 411 488 964,55€ alcançados em 2002, o que representa um aumento proporcional de 6,36. A atividade industrial obteve o total de 1 890 682 66 ,47€, tendo os resultados uma variabilidade entre os 88 862 309,22€ em 1990 e os 206 666 247,20€ em 2003, o que representa um aumento de 2,33. Quanto à atividade comercial, apesar do somatório do indicador financeiro ser inferior às restantes atividades na amostra, situando-se nos 742 201 395,10€, o seu crescimento proporcional de 5,90 representa a evolução de um valor anual de 14 966 153,42€ em 1990 para 88 257 438,92€ em 2003.

Tabela 41 – Somatório do Capital Próprio – Taxas de Crescimento, por Atividade, 1991-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------|-----------|----------|--------|
| 1991 | 76,55 | 8,41 | -28,96 | 18,67 |
| 1992 | -4,79 | 21,46 | 140,64 | 52,44 |
| 1993 | 9,81 | -13,58 | -38,62 | -14,13 |
| 1994 | -19,16 | 0,24 | 63,74 | 14,94 |
| 1995 | 111,63 | 10,00 | -14,89 | 35,58 |

| 1996 | -5,89 | -1,23 | 13,26 | 2,05 |
|-------|-------|-------|--------|-------|
| 1997 | 34,08 | 0,76 | 56,28 | 30,37 |
| 1998 | 22,35 | 45,53 | 48,74 | 38,87 |
| 1999 | -5,61 | -3,07 | 3,70 | -1,66 |
| 2000 | 6,60 | 9,62 | -9,24 | 2,33 |
| 2001 | 13,67 | 2,88 | 17,28 | 11,28 |
| 2002 | 4,59 | 2,34 | 6,32 | 4,42 |
| 2003 | 1,10 | 14,39 | -15,78 | -0,10 |
| Média | 18,84 | 7,52 | 18,65 | 15,00 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração *Diário de Notícias* da Madeira (1991-2003).

Podemos verificar na tabela anterior uma predominância das atividades comercial e terciária, com taxas de crescimento médias globais de 18,84% e 18,65%, respetivamente. Neste indicador a atividade industrial regista uma média de taxas de crescimento de 7,52%, a níveis menos expressivos que os demonstrados pelas restantes atividades. No cômputo geral, verifica-se um crescimento de 15% neste indicador.

1.2.3.3. Capital Próprio – Médias

Neste ponto iremos analisar a evolução das médias anuais de 1990 a 2003 do Capital Próprio, após retirar o efeito da inflação. A tabela seguinte apresenta essa evolução.

Tabela 42 – Médias do Capital Próprio, Unidade: Euros, 1990-2003

| | ,, | | | | | | |
|------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|--|--|
| Ano | COMdesinf | INDdesinf | SERdesinf | TOTALdesinf | | | |
| 1990 | 510 530,96 | 3 637 239,86 | 5 275 339,21 | 3 141 036,68 | | | |
| 1991 | 707 756,73 | 4 055 970,77 | 4810821,09 | 3 191 516,20 | | | |
| 1992 | 593 416,29 | 4 598 263,10 | 5 896 600,02 | 3 696 093,14 | | | |
| 1993 | 622 085,36 | 3 692 376,16 | 4 304 555,10 | 2 873 005,54 | | | |
| 1994 | 1 063 987,09 | 4 855 277,14 | 5 596 253,36 | 3 838 505,86 | | | |
| 1995 | 1 961 074,31 | 6 623 490,41 | 8 082 913,08 | 5 555 825,93 | | | |
| 1996 | 1 029 637,68 | 4 418 423,55 | 4 222 533,36 | 3 223 531,53 | | | |
| 1997 | 1 400 746,70 | 5 429 066,77 | 6 018 025,64 | 4 282 613,04 | | | |
| 1998 | 1 750 217,49 | 6 063 239,33 | 7 965 910,76 | 5 259 789,20 | | | |
| 1999 | 1 386 145,15 | 6 368 168,53 | 7 240 992,55 | 4 998 435,41 | | | |
| 2000 | 1 522 272,22 | 6 295 356,57 | 6 735 219,90 | 4 850 949,56 | | | |
| 2001 | 1 853 780,74 | 6 272 861,40 | 9 380 779,07 | 5 835 807,07 | | | |

| 2002 | 1 689 359,47 | 5 877 303,29 | 9 033 674,52 | 5 190 606,22 |
|-------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 2003 | 1 730 538,02 | 7 126 422,32 | 6 417 847,65 | 5 091 602,66 |
| Média | 1 272 967,73 | 5 379 532,80 | 6 498 676,09 | 4 359 237,00 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003); Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Preços do Consumidor.

Constata-se a existência de uma média global, na totalidade das atividades, de 4 359 237,00€, com destaque para os serviços que atingiram a média de 6 498 676,09€. Esta atividade superou o valor médio da atividade industrial, cuja média global situou-se nos 5 379 532,80€. Quanto à atividade comercial, obteve neste indicador 1 272 967,73€, o que, juntamente com a média da atividade dos serviços, permite apurar que o sector terciário obteve uma média global de 7 771 643,82€. Da análise de valores médios observados, verificamos que o sector dos serviços passou de uma média de 5 275 339,21€ em 1990 para uma média de 6 417 847,65€ em 2003, o que perfaz um aumento em proporção de 1,22. No entanto, esta mesma atividade cresceu proporcionalmente 1,78 quando comparado o valor médio de 1990 com o valor de 2001. Quanto à atividade industrial, registou um crescimento proporcional de 1,96, evoluindo de um valor médio de 3 637 239,86€ em 1990 para 7 126 422,32€ em 2003. Neste parâmetro, a atividade comercial foi a que mais cresceu, uma vez que passou de 510 530,96€ em 1990 para 1 730 538,02€ em 2003, correspondente a um aumento de 3,39 vezes.

A observação dos dados demonstra que em termos médios, a atividade dos serviços é a que têm maior expressividade na economia regional, apesar de ter sido a atividade comercial a que mais cresceu. Em conjunto, a atividade terciária domina o tecido empresarial, mas os níveis de crescimento da atividade comercial apresentam-se menos voláteis. Os serviços apresentam em alguns períodos crescimentos muito significativos; porém, em períodos menos favoráveis, as quebras são muito acentuadas.

1.2.3.3.1. Capital Próprio – Médias – Taxas de Crescimento

A tabela seguinte apresenta a evolução anual das taxas de crescimento do Capital Próprio, no total e por atividade, em comparação com o Produto Interno Bruto Regional a Preços de Mercado – PIBRpm.

Tabela 43 – Evolução das Taxas de Crescimento do Capital Próprio a Preços de Mercado, 1991-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|-----------------|----------|-----------|----------|---------|--------|
| 1991 | 51,11% | 21,55% | -0,60% | 10,75% | 22,01% |
| 1992 | -10,29% | 21,31% | 31,15% | 23,92% | 18,79% |
| 1993 | 11,65% | -14,48% | -22,25% | -17,22% | -1,88% |
| 1994 | 79,93% | 38,33% | 36,77% | 40,55% | 4,31% |
| 1995 | 92,42% | 42,42% | 50,79% | 51,11% | 33,08% |
| 1996 | -46,34% | -31,82% | -46,61% | -40,70% | 6,46% |
| 1997 | 39,44% | 25,95% | 46,08% | 36,18% | 11,52% |
| 1998 | 27,32% | 13,80% | 34,88% | 25,15% | 10,99% |
| 1999 | -19,22% | 7,13% | -7,28% | -3,07% | 7,15% |
| 2000 | 12,35% | 1,13% | -4,85% | -0,72% | 20,36% |
| 2001 | 26,16% | 3,23% | 44,29% | 24,63% | -0,46% |
| 2002 | -5,68% | -3,03% | -0,33% | -1,86% | 20,33% |
| 2003 | 5,51% | 24,89% | -26,83% | -5,22% | 0,00% |
| Média 1991-2003 | 20,34% | 11,57% | 10,40% | 11,04% | 11,74% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1991-2003); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1991-2003).

A análise da evolução das taxas de crescimento neste instrumento de análise torna evidente que a globalidade das atividades registou um crescimento em termos médios de 11,04%, muito por conta do crescimento médio da atividade comercial. Assim, verificamos um maior crescimento em termos médios da atividade comercial, com uma média de 20,34%. Este crescimento do comércio, juntamente com o crescimento médio de 10,40% das atividades dos serviços, evidencia, de novo, a terciarização da economia regional, com desempenhos conjuntos significativos. Relativamente à atividade industrial, apresenta um crescimento médio global de 11,57%, o que também mostra que a atividade empresarial regional se desenvolveu expressivamente na indústria, maioritariamente sustentada em atividades empresariais ligadas à construção civil e na resposta às necessidades do mercado interno.

1.2.3.4. Capital Próprio – Somatório do Topo 5

Neste ponto iremos analisar a evolução anual do somatório do Capital Próprio apenas das 5 empresas que apresentam maior Volume de Negócios, as quais denominamos, tal como em indicadores anteriores, Topo 5, e analisaremos as taxas de crescimentos anuais e o desempenho por atividade.

Ano Comércio Indústria Servicos Total 1990 6 880 396,63 73 345 604,82 71 771 354,63 151 997 356,08 1991 12 503 942,00 80 467 931,62 40 520 731,13 133 492 604,75 1992 13 510 909,03 99 628 523,64 101 933 070,31 215 072 502,98 1993 11 876 644,11 82 894 788,18 73 257 865,65 168 029 297,94 1994 8 502 935,05 85 326 664,68 108 359 791,11 202 189 390,84 1995 20 449 079,88 90 010 553,13 91 086 132,66 201 545 765,67 1996 92 588 791,32 108 724 175,88 227 444 279,84 26 131 312,64 1997 29 294 815,46 90 541 623,86 121 456 076,05 241 292 515,37 1998 155 095 976,42 310 988 576,40 32 458 318,27 123 434 281,71 1999 362 428 699,98 21 082 984,53 121 069 376,00 220 276 339,45 2000 374 202 724,74 21 727 572,77 140 810 739,15 211 664 412,82 2001 27 342 097,42 140 504 802,82 228 734 439,87 396 581 340,11 2002 40 439 752,54 149 454 497,28 242 927 923,11 432 822 172,93 2003 45 252 692,52 163 023 293,59 148 085 720,68 356 361 706,79 Soma 317 453 452,85 1 533 101 471,80 1 923 894 009,77 3 774 448 934,42

Tabela 44 – Somatório Capital Próprio do Topo 5, por Atividade, 1990-2003

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003).

Podemos verificar no Topo 5 que a situação líquida dos serviços apresenta bom nível de resultados, mantendo-se em níveis superiores às restantes atividades durante largo período da amostra. Este topo de empresas ligadas à atividade terciária apresenta um crescimento proporcional de 5,99, passando de um somatório anual de 40 520 731,13€ em 1991 para 242 927 923,11€ em 2002. A atividade industrial obtém igualmente um crescimento dos níveis do indicador, ocorrendo um aumento de 73 345 604,82€ de 1990 para 163 023 293,59, o que representa em aumento proporcional de 2,22. A atividade comercial proporcionalmente aumentou 6,58 de 1990 para 2003.

1.2.3.4.1. Capital Próprio – Somatório do Topo 5 – Correlação com Empregabilidade

A análise da Correlação de *Pearson* entre o Somatório do Topo 5 e a empregabilidade apresenta níveis diferenciados de correlação por atividade. Tendo em conta que se trata apenas de um "pódio" de empresas, é normal que os níveis de correlação sejam menos evidentes; ainda assim, obtemos um nível forte de correlação negativa das atividades comercial e industrial, o que aponta para melhoria nos níveis de produtividade. A atividade terciária apresenta uma correlação positiva, mas fraca, o que não permite retirar conclusões acerca da produtividade em relação aos níveis de

empregabilidade. A tabela seguinte apresenta os níveis de correlação obtidos pela análise de *Pearson*.

Tabela 45 – Correlação de *Pearson* entre Capital Próprio do Topo 5 e a Empregabilidade (DRE)

| | | Comércio | -0,81 | |
|------------------------------|---|----------|-------|--|
| Correlação de <i>Pearson</i> | Indústria | -0,59 | | |
| Próprio | | Serviços | 0,34 | |
| Capital | Os resultados da Correlação de <i>Pearson</i> referem-se à comparação entre o emprego nos | | | |
| Cap | serviços e o VN no mesmo sector. Também a comparação do VN do comércio e da indústria | | | |
| | com o emprego do sector secundário. | | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

1.2.4. Cash Flow – Conceito

O Cash Flow, que traduzindo à letra significa fluxo de caixa, sendo um indicador revelador da dinâmica dos agentes económicos de uma economia num determinado momento, é também definido como a «variação de disponibilidade (caixa, bancos e equivalentes) entre duas datas»⁵⁸. Em sentido lato, o «Cash Flow integra todos os movimentos de fundos ao longo de um dado período, sejam ou não reflexo da atividade da empresa, e se refiram ou não a custos e proveitos do exercício»⁵⁹, de grande importância para a «análise de todas as mudanças que afetam a conta de caixa durante um período contábil. O Demonstrativo do fluxo de caixa (Statement of Cash Flow) incluído nos relatórios anuais analisa todas as mudanças que afetam o fluxo de caixa nas seguintes categorias: operações, investimento e financiamento»⁶⁰. Dada a sua importância na atividade das empresas, este indicador é um dos instrumentos de análise utilizados integrados nos mapas das 100 Maiores Empresas que perdurou durante todo o período de 1988 a 2003.

1.2.4.1. Cash Flow - Médias

A tabela seguinte apresenta a evolução anual, em termos médios, do *Cash Flow*, por atividade.

⁵⁸ NEVES, 2002, Análise Financeira: Técnicas Fundamentais, p. 236.

⁵⁹ SANTOS, 1994, *Análise Financeira – Conceitos* [...], p. 333.

⁶⁰ DOWNE, GOODMAN, 1991, Dictionary of Finance [...], p. 73.

Tabela 46 – Médias em Valores Absolutos do Cash Flow, 1988-2003

| Ano | COMdesinf | INDdesinf | SERdesinf | TOTALdesinf |
|-------|------------|--------------|--------------|--------------|
| 1988 | 229 720,74 | 995 623,96 | 773 384,74 | 666 243,15 |
| 1989 | 185 551,15 | 707 353,84 | 934 260,23 | 609 055,07 |
| 1990 | 187 182,76 | 837 051,08 | 792 141,00 | 605 458,28 |
| 1991 | 174 445,52 | 986 109,89 | 756 074,51 | 638 876,64 |
| 1992 | 165 765,09 | 1 063 902,87 | 657 112,89 | 628 926,95 |
| 1993 | 201 645,48 | 923 990,30 | 448 420,44 | 524 685,41 |
| 1994 | 288 727,41 | 1 278 334,48 | 633 525,12 | 733 529,01 |
| 1995 | 450 199,47 | 1 692 474,34 | 864 515,06 | 1 002 396,29 |
| 1996 | 333 225,98 | 1 261 637,20 | 746 044,88 | 780 302,69 |
| 1997 | 398 381,63 | 1 503 140,98 | 868 885,50 | 923 469,37 |
| 1998 | 588 098,70 | 1 600 075,46 | 963 483,66 | 1 050 552,61 |
| 1999 | 641 387,95 | 1 685 230,43 | 1 005 676,14 | 1 110 764,85 |
| 2000 | 679 550,48 | 1 474 634,85 | 1 067 855,41 | 1 074 013,58 |
| 2001 | 869 666,54 | 1 535 094,24 | 1 112 592,33 | 1 172 451,03 |
| 2002 | 603 943,33 | 1 772 466,15 | 1 206 167,86 | 1 194 192,44 |
| 2003 | 906 289,81 | 2 593 370,45 | 1 222 971,52 | 1 574 210,59 |
| Média | 431 486,38 | 1 369 405,66 | 878 319,46 | 893 070,50 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003).

A análise do Cash Flow no período de 1988-2003 aponta para uma média global de 893 070,50€ do total das atividades. O total das atividades passou de um valor médio de 666 243,15 em 1988, para um valor de 1 574 210,59€ registado em 2003, o que demonstra um acréscimo proporcional do volume médio de Cash Flow anual em 2,36. Na observação dos resultados por atividade, verificamos que a atividade industrial obteve uma média global de 1 369 405,66€, superior à das atividades comercial e de serviços. O valor médio da atividade industrial em 1988 foi de 995 626,93€, o que, face ao valor médio de 2 593 370,45€ em 2003, se traduz num crescimento em proporção de 2,60. Quanto aos serviços, registaram uma média global de 878 319,46€, passando de um valor médio observado em 1988 de 773 384,74€ para um valor máximo de 1 222 971,52€ em 2003, o que equivale a um crescimento proporcional de 1,58. Da análise da atividade comercial, verificamos uma média global de 431 486,38€. Este atividade atingiu o valor máximo em 2003, com a média nos 906 289,81€; este valor, comparativamente ao valor médio de 229 720,74 observado em 1988, indica um crescimento de 3,95. Este nível de crescimento proporcional é superior ao das restantes atividades, apesar da sua menor representatividade no todo da amostra.

Globalmente, a evolução do *Cash Flow* entre 1988 e 2003 permite afirmar que a indústria se destacou das restantes atividades. Apesar da atividade industrial se evidenciar, quando observados os resultados das atividades separadamente, aferimos que o sector terciário, agrupando os resultados médios do comércio com os dos serviços, continua a ser o sector de atividade com maior expressividade no mercado regional. Quanto ao desempenho global da economia regional, através deste indicador sabemos que é caracterizado por resultados em geral positivos, mas com dinâmicas de desenvolvimento diferenciadas, com variância de períodos de forte crescimento em contraste com períodos de estagnação e decréscimo. Neste caso, observa-se um melhor desempenho do sector terciário a partir de 1993, com o comércio e os serviços a crescer para níveis muito significativos.

1.2.4.1.1. Cash Flow – Médias – Taxas de crescimento

A tabela seguinte apresenta a evolução anual das taxas de crescimento do *Cash Flow*, por atividade.

| Tahela 47 – Tay | vas de Crescimento | Anual das Médias | em Valores Absolutos | do Cash Flow. 1989-2003 |
|-----------------|----------------------|---------------------|------------------------|----------------------------|
| | vas ne ciesciilielin | , Alluai uas Meulas | EIII Valutes Absolutos | 1 40 (431111011, 1303-2003 |

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|-----------------|----------|-----------|----------|---------|--------|
| 1989 | -12,04% | -22,63% | 31,55% | -0,45% | 16,44% |
| 1990 | 11,27% | 30,52% | -6,48% | 9,65% | 14,16% |
| 1991 | 1,58% | 28,41% | 4,04% | 15,02% | 22,01% |
| 1992 | 1,68% | 15,44% | -7,01% | 5,33% | 18,79% |
| 1993 | 29,55% | -7,51% | -27,32% | -11,15% | -1,88% |
| 1994 | 50,63% | 45,54% | 48,63% | 47,07% | 4,31% |
| 1995 | 62,79% | 38,22% | 42,47% | 42,67% | 33,08% |
| 1996 | -24,35% | -23,82% | -11,81% | -20,44% | 6,46% |
| 1997 | 22,54% | 22,12% | 19,38% | 21,31% | 11,52% |
| 1998 | 50,43% | 8,47% | 12,99% | 15,92% | 10,99% |
| 1999 | 11,24% | 7,43% | 6,47% | 7,85% | 7,15% |
| 2000 | 8,39% | -10,48% | 8,63% | -1,08% | 20,36% |
| 2001 | 32,58% | 7,85% | 7,94% | 13,10% | -0,46% |
| 2002 | -28,12% | 19,50% | 12,20% | 5,42% | 20,33% |
| 2003 | 54,56% | 50,70% | 4,43% | 35,78% | 0,00% |
| Média 1989-2003 | 18,18% | 13,99% | 9,74% | 12,40% | 12,22% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2003).

A análise da evolução das taxas de crescimento do Capital Próprio indica um crescimento do total das atividades, em média 12,40%, no período analisado.

Podemos verificar que o crescimento médio do subperíodo de 1989-1999 foi de 12.07% e o do subperíodo de 2000-2003 de 13.30%, o que permite verificar uma certa estabilidade de crescimento nos anos em amostra.

Da análise por atividade verificamos que o comércio, neste indicador, apresenta uma média de crescimento, comparativamente ao ano anterior, de 18,18%; esta atividade apresenta um crescimento médio de 18,67% no primeiro subperíodo referido e de 16,85% no segundo subperíodo, o que constitui uma perda de 1,82% no crescimento. Quanto à atividade industrial, mostra uma média de crescimento, face ao ano imediatamente anterior, de 13,99%, com o crescimento observado no primeiro subperíodo sendo inferior ao segundo subperíodo (médias de 12,93% e 16,89%, respetivamente). Por sua vez, a atividade dos serviços apresenta um índice de crescimento médio anual na ordem dos 9,74%. A média de crescimento para esta atividade indica um melhor desempenho no subperíodo de 1989-1999, com o crescimento a decair no subperíodo seguinte em 1,96%, passando de uma média de crescimento de 10,26% para 8,30%.

1.2.4.2. Cash Flow – Somatório – Taxas de Crescimento e Correlação com Empregabilidade

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | | |
|------|----------------|----------------|----------------|------------------|--|--|
| 1990 | 4 814 012,68 | 14 635 480,38 | 10 722 102,82 | 30 171 595,88 | | |
| 1991 | 5 528 575,69 | 20 450 202,63 | 13 625 549,29 | 39 604 327,61 | | |
| 1992 | 6 644 189,99 | 23 285 770,13 | 17 686 565,98 | 47 616 526,10 | | |
| 1993 | 6 989 532,92 | 27 049 722,14 | 17 353 842,76 | 51 393 097,82 | | |
| 1994 | 8 954 914,28 | 25 304 095,39 | 9 956 996,10 | 44 216 005,77 | | |
| 1995 | 8 714 461,15 | 26 701 015,95 | 17 732 129,67 | 53 147 606,77 | | |
| 1996 | 12 491 601,73 | 30 085 558,30 | 22 149 891,44 | 64 727 051,47 | | |
| 1997 | 14 395 641,02 | 31 444 489,99 | 26 651 081,02 | 72 491 212,03 | | |
| 1998 | 16 962 192,63 | 30 720 171,53 | 34 035 572,44 | 81 717 936,60 | | |
| 1999 | 24 523 200,31 | 44 936 057,78 | 42 357 001,23 | 111 816 259,32 | | |
| 2000 | 31 849 059,23 | 42 525 937,68 | 49 353 335,52 | 123 728 332,43 | | |
| 2001 | 30 264 045,61 | 40 564 907,60 | 47 157 964,99 | 117 986 918,20 | | |
| 2002 | 39 157 632,35 | 43 199 500,27 | 44 962 594,46 | 127 319 727,08 | | |
| 2003 | 31 224 352,61 | 52 347 803,33 | 54 879 726,73 | 138 451 882,67 | | |
| 2004 | 46 220 780,53 | 75 207 743,09 | 66 040 461,81 | 187 468 985,43 | | |
| Soma | 288 734 192,73 | 528 458 456,19 | 474 664 816,26 | 1 291 857 465,18 | | |

Tabela 48 – Somatório dos Valores Absolutos do Cash Flow, 1990-2004

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003).

A tabela anterior permite verificar um crescimento da atividade global ao longo do período da amostra. Da observação dos valores globais deste indicador constatamos que a atividade industrial continua a ter resultados expressivos, com um total de 528 458 456,19€, superando o global da atividade terciária que obtém um valor de 474 664 816,26€. A atividade comercial obtém resultados de 288 734 192,73€, ainda assim inferiores às restantes atividades.

Verificamos que a atividade terciária evoluiu de um valor anual de 9 956 996,10€ em 1994 para 66 040 461,81€ em 2004, aumento proporcional de 6,21 em apenas 10 anos. A atividade industrial registou igualmente uma evolução positiva, tendo os valores anuais oscilado de 14 635 480,38 em 1990 para 75 207 743,09€ em 2004, o que traduz um aumento proporcional de 5,14. Quanto ao comércio, tal como as restantes atividades cresceu de forma significativa, tendo obtido uma variação proporcional de 9,60, em virtude de o valor oscilar entre os 4 814 012,68€ de 1990 e os 46 220 780,53€ de 2004.

Tabela 49 – Taxas de Crescimento do Somatório dos Valores Absolutos do Cash Flow, 1991-2004

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-------|----------|-----------|----------|-------|
| 1991 | 14,84 | 39,73 | 27,08 | 27,22 |
| 1992 | 20,18 | 13,87 | 29,80 | 21,28 |
| 1993 | 5,20 | 16,16 | -1,88 | 6,49 |
| 1994 | 28,12 | -6,45 | -42,62 | -6,98 |
| 1995 | -2,69 | 5,52 | 78,09 | 26,97 |
| 1996 | 43,34 | 12,68 | 24,91 | 26.98 |
| 1997 | 15,24 | 4,52 | 20,32 | 13,36 |
| 1998 | 17,83 | -2,30 | 27,71 | 14,41 |
| 1999 | 44,58 | 46,28 | 24,45 | 38,44 |
| 2000 | 29,87 | -5,36 | 16,52 | 13,68 |
| 2001 | -4,98 | -4,61 | -4,45 | -4.68 |
| 2002 | 29,39 | 6,49 | -4,66 | 10,41 |
| 2003 | -20,26 | 21,18 | 22,06 | 7,66 |
| 2004 | 48,03 | 43,67 | 20,34 | 37,35 |
| Média | 19,19 | 13,67 | 16,98 | 16,61 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1991-2004).

A tabela acima demonstra que, no global, a atividade cresceu 16,61% entre 1991 e 2004; a média das taxas de crescimento globais foram superiores no período até 1999, atingindo os 18,69% e decaindo para 12,88% entre os anos 2000 a 2004. Analisando os resultados das taxas de crescimento por atividade, podemos dizer que

a atividade comercial foi a que mais cresceu quando comparada com as restantes, tendo obtido um crescimento médio de 19,19%, muito por conta de um crescimento de 20,74% obtido na média de 1991 a 1999, tendo decaído para 16,41% entre os anos 2000 a 2004. No que toca à atividade industrial, cresceu em média 13,67%, tendo os seus níveis médios de crescimento oscilado entre os 14,45% entre 1991 e 1999, e os 12,27% de 1999 a 2004. A atividade terciária cresceu em média 16,98%, aumento sustentado no período 1991 a 1999, em que este indicador cresceu em média 20,87%; existe uma quebra dos níveis de crescimento no período 2000 a 2004, situando-se nos 9,96%.

Tabela 50 – Correlação dos Valores Absolutos do Cash Flow com a Empregabilidade DRE, 1991-2004

| ≥ Correlação de <i>Pearso</i> | | Comércio | 0,73 | | |
|-------------------------------|---|--|-------|--|--|
| | Correlação de <i>Pearson</i> | Indústria | -0,81 | | |
| Cash Flow | | Serviços | -0,82 | | |
| ash | Os resultados da Correlação de <i>Pears</i> | on referem-se à comparação entre o emprego | | | |
| | nos serviços e o VN no mesmo sector. Também a comparação do VN do o | | | | |
| | indústria com o emprego do sector secundário. | | | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); DREM, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

A análise da Correlação de *Pearson* entre o *Cash Flow* e a empregabilidade apresenta níveis fortes de correlação por atividade. Obtemos pela aplicação do teste níveis fortes de correlação negativa das atividades industrial e de serviços, o que indica melhoria nos níveis de produtividade, registando-se uma correlação negativa de 0,81 e 0,82 para a indústria e os serviços, respetivamente, como podemos verificar na tabela 50. A atividade comercial apresenta uma forte correlação positiva de 0,73, o que sugere que a produtividade do fator trabalho no comércio não evolui positivamente.

1.2.4.3. Cash Flow – Somatório do Topo 5 – Taxas de Crescimento

Neste ponto apresentaremos o somatório dos valores do *Cash Flow* para as 5 empresas com maiores Volumes de Negócios, adicionalmente analisaremos as taxas de crescimento anuais deste indicador, e compararemos com os resultados obtidos pela totalidade das empresas concorrentes.

Tabela 51 – Somatório do Topo 5 dos Valores Absolutos do Cash Flow, 1987-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | |
|------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|
| 1987 | 1 856 659,24 | 12 464 765,51 | 6 793 176,42 | 21 114 601,17 | |
| 1988 | 2 028 588,03 | 13 815 129,37 | 7 778 594,97 | 23 622 312,37 | |
| 1989 | 2 200 516,81 | 15 165 493,23 | 8 764 013,51 | 26 130 023,55 | |
| 1990 | 2 372 445,60 | 16 515 857,09 | 9 749 432,06 | 28 637 734,75 | |
| 1991 | 2 758 397,15 | 18 516 887,01 | 12 029 223,34 | 33 304 507,50 | |
| 1992 | 3 503 154,65 | 21 360 049,29 | 10 790 191,37 | 35 653 395,31 | |
| 1993 | 3 945 578,03 | 19 293 909,85 | 3 666 856,59 | 26 906 344,47 | |
| 1994 | 5 616 030,43 | 22 088 898,67 | 10 011 876,12 | 37 716 805,22 | |
| 1995 | 3 510 669,59 | 22 264 037,69 | 12 566 312,01 | 38 341 019,29 | |
| 1996 | 8 392 815,73 | 25 532 053,56 | 14 104 883,70 | 48 029 752,99 | |
| 1997 | 9 742 518,42 | 24 224 498,91 | 13 685 728,69 | 47 652 746,02 | |
| 1998 | 11 092 221,10 | 34 984 949,88 | 16 794 693,30 | 62 871 864,28 | |
| 1999 | 14 668 129,95 | 32 241 722,33 | 25 014 011,72 | 71 923 864,00 | |
| 2000 | 12 713 492,06 | 32 964 244,39 | 23 767 817,90 | 69 445 554,35 | |
| 2001 | 20 502 581,94 | 32 225 475,94 | 22 521 624,07 | 75 249 681,95 | |
| 2002 | 20 262 441,08 | 40 638 550,72 | 31 737 378,84 | 92 638 370,64 | |
| 2003 | 33 299 594,39 | 57 886 058,83 | 33 483 981,91 | 124 669 635,13 | |
| Soma | 158 465 834,20 | 442 182 582,27 | 263 259 796,52 | 863 908 212,99 | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e do *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2003).

A tabela antecedente permite verificar que as 5 maiores empresas industriais apresentam uma soma global de 442 182 582,27€, acima das atividades terciária e comercial que apresentam soma de 263 259 796,52€ e 158 465 834,20€. Da análise dos resultados deste indicador por atividade, confirmamos que a atividade industrial cresceu a níveis proporcionais em 4,64, passando de 12 646 765,51€ em 1987 para 57 886 058,83€ em 2003. No entanto, foi a atividade comercial aquela que mais cresceu em proporção, passando do valor de 1 856 659,24€ em 1987 para 33 299 594,39€ em 2003, o que representa um aumento de 17,94 face ao ano base. A atividade terciária teve um aumento proporcional na ordem dos 4,92, gerado pela variação de 6 793 176,42€ em 1987 para 33 483 981,91€ em 2003.

Tabela 52 – Taxas de Crescimento do Somatório do Cash Flow Topo 5, 1988-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-------|----------|-----------|----------|--------|
| 1988 | 9,26 | 10,83 | 14,51 | 11,53 |
| 1989 | 8,48 | 9,77 | 12,67 | 10,31 |
| 1990 | 7,81 | 8,90 | 11,24 | 9,32 |
| 1991 | 16,27 | 12,12 | 23,38 | 17,26 |
| 1992 | 27,00 | 15,35 | -10,30 | 10,68 |
| 1993 | 12,63 | -9,67 | -66,02 | -21,02 |
| 1994 | 42,34 | 14,49 | 173,04 | 76,62 |
| 1995 | -37,49 | 0,79 | 25,51 | -3,73 |
| 1996 | 139,07 | 14,68 | 12,24 | 55,33 |
| 1997 | 16,08 | -5,12 | -2,97 | 2,66 |
| 1998 | 13,85 | 44,42 | 22,72 | 27,00 |
| 1999 | 32,24 | -7,84 | 48,94 | 24,45 |
| 2000 | -13,33 | 2,24 | -4,98 | -5,36 |
| 2001 | 61,27 | -2,24 | -5,24 | 17,93 |
| 2002 | -1,17 | 26,11 | 40,92 | 21,95 |
| 2003 | 64,34 | 42,44 | 5,50 | 37,43 |
| Média | 24,92 | 11,08 | 18,82 | 18,27 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2003).

A observação das taxas de crescimento deste "pódio" permite declarar que a atividade comercial cresceu, no global, 24,92%, obtendo níveis de crescimento muito significativos em todo o período, sendo a diferença entre a média das taxas de crescimento do período de 1988 e 1999 pouco significativa quando comparada com a do período 2000 a 2003, situando-se nos 23,96% e 27,78%, respetivamente. A atividade industrial teve um crescimento global de 11,08%, com níveis de crescimento de 17,14% no período de 2000 a 2003, mas no período 1988 a 1999 a média de crescimento situou-se nos 9,06%. Quanto à atividade terciária, obteve uma média de crescimento global de 18,82% e, ao contrário da indústria, os melhores níveis de crescimento obtiveram-se no período de 1988 a 1999, na qual a média atingiu os 22,08%, decaindo 9,05% entre 2000 a 2003.

1.2.4.4 Cash Flow - Números Índices de Base Fixa

Tabela 53 – Correlação do Somatório do Cash Flow Topo 5 com a Empregabilidade, 1988-2003

| 7. | | Comércio | 0,36 |
|-------------|---|-----------|-------|
| odc | Correlação de <i>Pearson</i> | Indústria | -0,82 |
| do Te | | Serviços | -0,80 |
| Cash Flow c | Os resultados da Correlação de <i>Pearson</i> referem-se à comparação entre o emprego nos serviços e o VN no mesmo sector. Também a comparação do VN do comércio e da indústria com o emprego do sector secundário. | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o Jornal da Madeira (1988) e Diário de Notícias da Madeira (1989 a 2003); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

A análise da Correlação de *Pearson* entre o *Cash Flow* do Topo 5 e a empregabilidade mostra níveis fortes de correlação nas atividades industrial e terciária. Constatamos níveis fortes de correlação negativa das atividades industrial e de serviços, o que indica melhoria nos níveis de produtividade, tendo-se registado uma correlação negativa de 0,82 e 0,80 para a indústria e os serviços, respetivamente. A atividade comercial apresenta uma correlação positiva de 0,36, mas, por se tratar de uma fraca correlação, nada podemos concluir sobre os níveis de produtividade neste topo.

A tabela seguinte apresenta a evolução anual dos números índices de base fixa para o Cash Flow.

Tabela 54 – Números Índices de Base Fixa do Cash Flow, por Atividade, 1988-1999

Base Fixa: 1988

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|------|----------|-----------|----------|-------|--------|
| 1988 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1989 | 88 | 77 | 132 | 100 | 116 |
| 1990 | 98 | 101 | 123 | 109 | 133 |
| 1991 | 99 | 130 | 128 | 126 | 162 |
| 1992 | 101 | 150 | 119 | 132 | 193 |
| 1993 | 131 | 138 | 87 | 117 | 189 |
| 1994 | 197 | 202 | 129 | 173 | 197 |
| 1995 | 321 | 279 | 183 | 247 | 262 |

| 1996 | 243 | 212 | 162 | 196 | 279 |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1997 | 298 | 259 | 193 | 238 | 312 |
| 1998 | 448 | 281 | 218 | 276 | 346 |
| 1999 | 498 | 302 | 232 | 297 | 371 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 1999); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

O desenvolvimento do *Cash Flow* comparativamente ao ano 1988 (base fixa do primeiro subperíodo) demonstra um crescimento anual médio do total da atividade empresarial em 10,40%, até ao ano 1999 (último ano do subperíodo). Na análise por atividade, observa-se que a indústria cresceu 10,57% face a 1988. A atividade comercial revelou-se como sendo aquela com maior crescimento, uma vez que obteve um acréscimo de 15,71% face a 1988. Os serviços, por sua vez, cresceram anualmente 7,95% em termos médios, ainda assim abaixo da atividade industrial e comercial.

A tabela seguinte apresenta a evolução dos números índices de base fixa, para o segundo subperíodo, no indicador financeiro *Cash Flow*, no total e por atividade em comparação com o Produto Interno Bruto Regional a Preços de Mercado (PIBRpm).

Tabela 55 – Números Índices de Base Fixa do Cash Flow, por Atividade, 1999-2003

Ano Base: 1999

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|------|----------|-----------|----------|-------|--------|
| 1999 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 2000 | 108 | 90 | 109 | 99 | 120 |
| 2001 | 144 | 97 | 117 | 112 | 120 |
| 2002 | 103 | 115 | 132 | 118 | 144 |
| 2003 | 160 | 174 | 137 | 160 | 144 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1999-2003); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego;

Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Da observação da tabela precedente verificou-se um crescimento médio de 12,47% anual da atividade geral, comparado com o ano de 1999. Tal como no anterior subperíodo, volta a registar-se crescimento da atividade comercial, mas de 1999 a 2003 a média situou-se nos 12,47% anuais. As atividades de serviços e indústria cresceram, em termos comparativos face a 1999, em médias anuais de 8,19% e 14,85%, respetivamente.

De salientar que apenas a atividade dos serviços apresentou uma tendência para a continuação dos níveis de crescimento neste subperíodo, tendo a atividade industrial apresentado decréscimos (em 2000 e 2001). Os níveis de crescimento observados são inferiores aos do subperíodo anterior. É possível verificar um abrandamento do crescimento do total das atividades, com estas a progredirem ligeiramente face a 1999.

Sumariamente, verificamos que o *Cash Flow* permite apontar, no mesmo sentido que o Volume de Negócios e o Capital Próprio, para um crescimento da atividade empresarial na RAM no período em análise. Continuamos a verificar que os níveis de crescimento observados nos finais da década de 80 e inícios de 90 não conseguem manter-se quando chegamos a finais da década de 90 e no pós-2000.

1.2.5. Produtividade - Conceito

A produtividade é um dos indicadores fornecidos pelas empresas e, como tal, incluídos na amostra no período compreendido entre 1990 e 2003, estando diretamente relacionada com o aproveitamento dos fatores de produção. Para este indicador, dado o contexto de um mercado de reduzida dimensão e escassez de recursos produtivos, é de vital importância a maximização dos recursos disponíveis.

«[A produtividade pode-se definir como a] aptidão para produzir, ou seja, a característica inerente a uma pessoa ou coisa para segregar algo, acrescer valor aos fatores adquiridos no exterior, obter rendimento da combinação dos diversos fatores de produção, é geralmente considerada a relação básica de toda a atividade, a relação entre o resultado do processo produtivo (output) e os elementos consumidos nesse processo (input), entre a produção e os fatores produtivos. A sua medida, em termos genéricos em termos genéricos, corresponde ao quociente entre a produção e a carga de fatores produtivos utilizados, reportados ao mesmo período de tempo.»⁶¹

1.2.5.1. Produtividade – Médias

Neste ponto será analisada a evolução média das percentagens, por ano e por atividade; a tabela seguinte apresenta a evolução anual do indicador financeiro Produtividade, por atividade.

Tabela 57 – Média da Produtividade, Valores Percentuais, por Atividade, 1990-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------|-----------|----------|-------|
| 1990 | 1,92 | 2,03 | 1,59 | 1,85 |
| 1991 | 1,68 | 1,93 | 1,61 | 1,74 |

⁶¹ SANTOS, 1994, Análise Financeira – Conceitos [...], p. 371.

| 1992 | 1,77 | 2,03 | 1,71 | 1,84 |
|-------------|------|------|------|------|
| 1993 | 1,78 | 2,04 | 1,61 | 1,81 |
| 1994 | 2,09 | 1,88 | 1,52 | 1,83 |
| 1995 | 1,96 | 2,63 | 1,60 | 2,06 |
| 1996 | 2,21 | 1,89 | 1,91 | 2,00 |
| 1997 | 2,11 | 1,97 | 2,04 | 2,04 |
| 1998 | 2,30 | 1,91 | 2,05 | 2,09 |
| 1999 | 2,19 | 1,99 | 1,57 | 1,92 |
| 2000 | 2,32 | 2,34 | 2,46 | 2,37 |
| 2001 | 2,27 | 2,15 | 1,67 | 2,03 |
| 2002 | 1,92 | 1,95 | 2,23 | 2,03 |
| 2003 | 2,10 | 2,16 | 2,95 | 2,40 |
| Média Total | 2,05 | 2,06 | 1,89 | 2,00 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003).

Na globalidade, as médias demonstram aumentos significativos de produtividade, com o conjunto das atividades a revelarem melhores índices em 2003 face a 1988. Esta evolução do indicador de Produtividade na atividade geral demonstra uma melhor capacidade de aproveitamento dos recursos por parte da atividade empresarial regional. A atividade industrial apresenta-se com os maiores índices de produtividade (2,06), seguida pela atividade comercial, com média de produtividade de 2,05. A atividade dos serviços apresenta, finalmente, 1,89.

1.2.5.2. Produtividade – Números Índices de Base Fixa

A tabela seguinte apresenta a evolução anual dos índices de base fixa para a Produtividade.

Tabela 58 – N.º Índices na Produtividade, por Atividade, 1990-2003

Ano Base: 1990

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|------|----------|-----------|----------|-------|--------|
| 1990 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1991 | 88 | 95 | 101 | 94 | 116 |
| 1992 | 92 | 100 | 107 | 99 | 133 |
| 1993 | 93 | 101 | 101 | 98 | 162 |
| 1994 | 109 | 93 | 95 | 99 | 193 |
| 1995 | 102 | 129 | 100 | 112 | 189 |
| 1996 | 115 | 93 | 120 | 108 | 197 |
| 1997 | 110 | 97 | 128 | 110 | 262 |

| 1998 | 120 | 94 | 128 | 113 | 279 |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1999 | 114 | 98 | 98 | 104 | 312 |
| 2000 | 121 | 115 | 155 | 129 | 346 |
| 2001 | 118 | 106 | 105 | 110 | 371 |
| 2002 | 100 | 96 | 140 | 110 | 387 |
| 2003 | 109 | 106 | 185 | 130 | 356 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003).

Da análise deste indicador financeiro (Produtividade) através dos números índices de base fixa, que comparam a evolução face ao primeiro ano da amostra, verificamos acréscimo de produtividade no global das três atividades analisadas, com a taxa de crescimento anual a situar-se nos 2,04%. Discriminando os resultados por atividade, merece realce o crescimento anual nos serviços, de 4,85% em relação a 1990. Relativamente à indústria, observamos um crescimento de 0,45% comparando 2003 e 1990. No entanto, até 1995 o nível de crescimento desta atividade era superior, atingindo 5,22%, o que é indicativo de que os resultados foram melhores nos primeiros anos da amostra. Quanto à atividade comercial, verificamos um crescimento de 0,67% entre 1990 e 2003. Todavia, até 2000, esta atividade demonstrava ganhos de produtividade de 1,92%.

1.2.6. Resultado Líquido do Exercício (RLE) – Conceito

Neste ponto iremos analisar a evolução dos resultados líquidos do exercício apresentados pelas empresas concorrentes. O Resultado Líquido do Exercício é o resultado antes de impostos, deduzido dos impostos sobre os resultados findo o qual uma das principais tarefas da contabilidade de uma empresa é precisamente o cálculo do resultado líquido do exercício»⁶². Este indicador apresenta, em termos contabilísticos, os resultados de natureza financeira que indicam os níveis de desempenho económico e financeiro das empresas durante o ano económico. Habitualmente, no final do ano é calculado o RLE; o cálculo é realizado através do resultado de um processo em várias fases, com reconhecimento num período estipulado dos custos e proveitos da organização. São identificadas naturezas distintas dos proveitos e dos custos, cuja classificação dos mesmos se diferenciará entre operacional, financeiro ou extraordinário.

⁶² LOPES, 2002, A Economia Portuguesa desde 1960, p. 48.

1.2.6.1. Resultado Líquido de Exercício – Médias

A tabela seguinte apresenta a evolução anual das taxas médias do Resultado Líquido do Exercício, por atividade:

Tabela 59 – Médias do Resultado Líquido do Exercício – RLE, Unidade: Euros, 1988-2004

| Ano | COMdesinf | INDdesinf | SERdesinf | TOTALdesinf |
|-------|------------|------------|------------|-------------|
| 1988 | 95 757,28 | 228 819,81 | 387 832,10 | 313 951,76 |
| 1989 | 74 128,65 | 240 740,27 | 388 033,55 | 230 327,33 |
| 1990 | 88 984,82 | 254 605,34 | 354 798,97 | 228 174,69 |
| 1991 | 52 559,58 | 227 786,07 | 325 598,65 | 210 921,19 |
| 1992 | 51 957,22 | 225 033,05 | 219 804,26 | 166 515,85 |
| 1993 | 72 807,84 | 231 247,01 | 193 421,44 | 163 754,11 |
| 1994 | 103 776,79 | 268 914,56 | 242 725,98 | 192 583,26 |
| 1995 | 122 251,56 | 192 315,30 | 280 251,82 | 223 805,98 |
| 1996 | 125 836,91 | 217 843,70 | 176 518,55 | 164 890,25 |
| 1997 | 154 695,71 | 217 777,01 | 252 204,84 | 208 248,08 |
| 1998 | 261 450,97 | 282 432,62 | 299 675,97 | 259 634,65 |
| 1999 | 328 271,82 | 245 182,12 | 437 482,39 | 349 395,61 |
| 2000 | 291 712,15 | 235 715,74 | 426 108,21 | 321 000,83 |
| 2001 | 390 524,40 | 258 470,75 | 442 225,92 | 356 155,35 |
| 2002 | 292 403,38 | 207 487,69 | 385 061,05 | 311 978,39 |
| 2003 | 272 827,16 | 259 565,06 | 343 235,58 | 274 516,81 |
| 2004 | 258 388,50 | 458 265,89 | 324 695,62 | 280 883,06 |
| Média | 178 725,57 | 250 129,53 | 322 333,82 | 250 396,31 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2004); Direção Regional de Estatística da Madeira, Informação Estatística, Económica, Preços, Índices de Preços do Consumidor.

A tabela precedente demonstra que, em média, a atividade terciária obteve um global anual de 322 333,82€ neste indicador, sendo a atividade dominante quando comparada com o comércio e indústria, que obtiveram média de 178 725,57€ e 250 129,53€, respetivamente. Da análise do aumento proporcional das atividades separadamente verificamos que o comércio foi a atividade que mais cresceu em relação a 1988, com os valores anuais a oscilar entre os 95 757,28€ de 1988 para os 390 524,40€ atingidos em 2001. A atividade industrial, por sua vez, cresceu em proporção 2,00, devido ao crescimento da média anual de 228 819,81€ em 1988 para 458 265,89€ em 2008. A atividade terciária cresceu proporcionalmente 1,14, devido à evolução da média anual de 387 832,10€ em 1988 para 442 225,92€ em 2008.

1.2.6.2. Resultado Líquido do Exercício – Somatório – Taxas de Crescimento

Neste ponto iremos analisar o somatório anual e por atividade deste indicador financeiro, assim como averiguar as taxas de crescimento do indicador.

Tabela 60 – Somatório do Resultado Líquido do Exercício – RLE, Unidade: Euros, 1987-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1987 | 2 114 307,91 | 6 574 364,92 | 4 699 522,12 | 13 388 194,95 |
| 1988 | 2 258 231,15 | 6 857 918,34 | 5 116 000,83 | 14 232 150,32 |
| 1989 | 2 402 154,40 | 7 141 471,77 | 5 532 479,53 | 15 076 105,70 |
| 1990 | 2 546 077,64 | 5 723 704,65 | 5 948 958,24 | 14 218 740,53 |
| 1991 | 2 145 380,64 | 3 813 492,73 | 7 297 156,44 | 13 256 029,81 |
| 1992 | 2 168 464,38 | 5 569 768,14 | 5 649 039,28 | 13 387 271,80 |
| 1993 | 3 146 544,30 | 3 036 055,72 | 5 332 099,43 | 11 514 699,45 |
| 1994 | 3 369 896,70 | 3 144 598,20 | 5 015 159,58 | 11 529 654,48 |
| 1995 | 4 834 935,75 | 5 290 662,47 | 4 917 480,33 | 15 043 078,55 |
| 1996 | 5 290 333,13 | 1 513 601,73 | 6 136 637,13 | 12 940 571,99 |
| 1997 | 6 409 789,73 | 1 931 658,94 | 9 614 058,35 | 17 955 507,02 |
| 1998 | 10 605 835,82 | 6 577 423,79 | 12 413 183,88 | 29 596 443,49 |
| 1999 | 15 551 280,11 | 6 666 260,76 | 19 770 220,32 | 41 987 761,19 |
| 2000 | 12 785 033,69 | 6 801 679,38 | 26 672 138,82 | 46 258 851,89 |
| 2001 | 17 104 828,29 | 6 452 665,57 | 17 521 446,77 | 41 078 940,63 |
| 2002 | 14 694 546,04 | 12 675 055,51 | 2 950 053,93 | 30 319 655,48 |
| 2003 | 18 635 199,54 | 22 816 015,25 | 7 229 884,35 | 48 681 099,14 |
| Soma | 126 062 839,22 | 112 586 397,87 | 151 815 519,33 | 390 464 756,42 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2003).

A análise da tabela permite identificar um domínio da atividade terciária, mas os resultados das atividades comercial e industrial são positivos. A atividade terciária cresceu proporcionalmente 5,68, tendo a soma anual evoluído dos 4 699 522,12€ em 1988 para os 26 672 138,82€ em 2003. Relativamente à atividade industrial, passou de uma soma anual de 6 574 364,92€ em 1988 para 22 816 015,25€ em 2003, o que representa um acréscimo proporcional de 3,47 face ao primeiro ano da amostra. Quanto ao comércio, destacou-se na evolução proporcional face ao ano de 1988, quando a soma deste indicador era de 2 114 307,91€, passando para a soma de 18 635 199,54€ em 2003, o que perfaz um aumento de 8,81.

Tabela 61 – Taxas de Crescimento do Resultado Líquido do Exercício – RLE, 1988-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-------|----------|-----------|----------|--------|
| 1988 | 6,81 | 4,31 | 8,86 | 6,66 |
| 1989 | 6,37 | 4,13 | 8,14 | 6,21 |
| 1990 | 5,99 | -19,85 | 7,53 | -2,11 |
| 1991 | -15,74 | -33,37 | 22,66 | -8,82 |
| 1992 | 1,08 | 46,05 | -22,59 | 8,18 |
| 1993 | 45,10 | -45,49 | -5,61 | -2,00 |
| 1994 | 7,10 | 3,58 | -5,94 | 1,58 |
| 1995 | 43,47 | 68,25 | -1,95 | 36,59 |
| 1996 | 9,42 | -71,39 | 24,79 | -12,39 |
| 1997 | 21,16 | 27,62 | 56,67 | 35,15 |
| 1998 | 65,46 | 240,51 | 29,11 | 111,69 |
| 1999 | 46,63 | 1,35 | 59,27 | 35,75 |
| 2000 | -17,79 | 2,03 | 34,91 | 6,38 |
| 2001 | 33,79 | -5,13 | -34,31 | -1,88 |
| 2002 | -14,09 | 96,43 | -83,16 | -0,27 |
| 2003 | 26,82 | 80,01 | 145,08 | 83,97 |
| Média | 16,97 | 24,94 | 15,22 | 19,04 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2003).

Pelo exame da tabela anterior, podemos identificar níveis de crescimento muito positivos na atividade industrial, cuja média de crescimento de 1988 a 2003 situou-se nos 24,94%. As atividades terciária e comercial obtiveram níveis globais de crescimento positivos neste indicador, situando-se em termos médios em 15,22% e 16,97%, respetivamente.

1.3. Rácios Financeiros

1.3.1. Cash Flow / Volume de Negócios – Conceito / Médias

Neste ponto iremos analisar os resultados do rácio *Cash Flow /* Volume de Negócios que estabelece a relação entre a capacidade que a empresa tem, por intermédio da sua atividade de auferir liquidez (de forma a fazer face aos custos que são necessários para dar continuidade à sua atividade) e o nível total dos proveitos que a organização empresarial consegue retirar do exercício da sua atividade.

Este rácio, apesar das suas limitações, apresenta-se como um indicador económico importante. Já referenciámos a importância do indicador Volume de Negó-

cios para avaliar a dinâmica do tecido empresarial. Agora, o referido rácio permite estabelecer uma relação do Volume de Negócios com a liquidez que advém da sua atividade para as organizações. A liquidez é um importante estímulo à atividade empresarial, por ser fundamental para o reinvestimento da organização em dinamizações futuras e para a sua própria sobrevivência. A tabela seguinte apresenta a evolução anual do *Cash Flow /* Volume de Negócios, valores percentuais, por atividade.

Tabela 62 – Médias do Cash Flow / Volume de Negócios (%), por Atividade, 1988-2008

| Anos | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-----------------|----------|-----------|----------|-------|
| 1988 | 5,28 | 8,61 | 13,26 | 9,05 |
| 1989 | 5,25 | 3,82 | 5,82 | 4,96 |
| 1990 | 4,83 | 9,52 | 13,60 | 9,32 |
| 1991 | 7,56 | 9,31 | 13,19 | 10,02 |
| 1992 | 8,41 | 8,54 | 12,84 | 9,93 |
| 1993 | 9,20 | 10,17 | 13,28 | 10,88 |
| 1994 | 12,57 | 16,40 | 10,24 | 13,07 |
| 1995 | 12,37 | 17,01 | 11,94 | 13,77 |
| 1996 | 9,10 | 11,45 | 17,77 | 12,77 |
| 1997 | 7,05 | 13,96 | 26,62 | 15,88 |
| 1998 | 7,55 | 17,62 | 23,81 | 16,33 |
| 1999 | 6,69 | 15,39 | 30,05 | 17,38 |
| 2000 | 9,91 | 12,63 | 35,00 | 19,18 |
| 2001 | 6,57 | 6,83 | 27,77 | 13,72 |
| 2002 | 5,92 | 12,68 | 20,09 | 12,90 |
| 2003 | 6,02 | 12,56 | 29,75 | 16,11 |
| 2004 | 8,77 | 13,01 | 34,72 | 18,83 |
| 2005 | 5,97 | 14,84 | 35,00 | 18,60 |
| 2006 | 10,24 | 11,35 | 45,17 | 22,25 |
| 2007 | -8,43 | 4,25 | 48,00 | 14,61 |
| 2008 | -0,03 | -6,43 | 51,91 | 15,15 |
| Média 1988-2008 | 6,70 | 10,64 | 24,76 | 14,03 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Verificamos um domínio das atividades relacionadas com os serviços, as quais apresentam um valor médio de 24,76, muito superior ao das restantes atividades, visto que, quanto maior é o resultado deste rácio, melhor a convertibilidade em liquidez. A análise dos resultados da tabela demonstra que as atividades comerciais

e industrial também apresentam, em termos médios, resultados positivos, embora inferiores aos resultados obtidos pelos serviços, com os resultados médios de 6,70 e 10,64, respetivamente.

1.3.2. Rendibilidade das Vendas – Conceito / Médias

Neste ponto iremos analisar os resultados do rácio de Rendibilidade das Vendas, um dos indicadores financeiros que perdurou na amostra até o ano de 2003. Este rácio financeiro é muito importante para aferir se as empresas estão a retirar os dividendos desejados da sua atividade empresarial. A Rendibilidade das Vendas define-se como o «indicador da relação entre o resultado (lucro ou prejuízo) e as vendas ou uma grandeza de capital, [o mesmo explica] que é o rácio que analisa a relação entre os resultados e as vendas»⁶³. Adicionalmente, este rácio permite «determinar o lucro obtido por cada unidade vendida»⁶⁴.

É de referir que, no contexto empresarial regional, as rendibilidades tendem a ser muito inferiores às que se registam nas regiões centrais; este facto deve-se essencialmente aos elevados custos de transporte para a prossecução da atividade empresarial, sobretudo no caso da atividade industrial, cujas despesas superiores condicionam as margens de lucro e aumentam os custos para o consumidor final. A tabela seguinte apresenta a evolução média anual do rácio Rendibilidade das Vendas, valores percentuais, por atividade.

| Tabela 63 – Médias da Rendibilidade das Vend | das (%) | 1, 1990-2003 |
|--|---------|--------------|
|--|---------|--------------|

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------|-----------|----------|-------|
| 1990 | 0,25 | 0,25 | 0,64 | 0,38 |
| 1991 | 0,22 | 0,26 | 0,52 | 0,33 |
| 1992 | 0,41 | 0,12 | 0,31 | 0,23 |
| 1993 | 0,36 | 0,23 | 0,24 | 0,27 |
| 1994 | 0,48 | 0,25 | 0,42 | 0,38 |
| 1995 | 0,20 | 0,33 | 0,27 | 0,27 |
| 1996 | 0,21 | 0,15 | 0,51 | 0,29 |
| 1997 | 0,27 | 0,25 | 0,41 | 0,31 |
| 1998 | 0,36 | 0,24 | 0,45 | 0,35 |
| 1999 | 0,27 | 0,39 | 0,87 | 0,51 |
| 2000 | 0,33 | 0,38 | 0,94 | 0,55 |

⁶³ NEVES, 2002, Análise Financeira: Técnicas Fundamentais, p. 85.

⁶⁴ SANTOS, 1994, Análise Financeira – Conceitos [...], p. 262.

| 2001 | 0,27 | 0,46 | 0,67 | 0,47 |
|-----------------|------|------|------|------|
| 2002 | 0,17 | 0,45 | 0,80 | 0,47 |
| 2003 | 0,12 | 0,28 | 1,08 | 0,50 |
| Média 1990-2003 | 0,28 | 0,29 | 0,58 | 0,38 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2003).

O rácio Rendibilidade das Vendas permite, assim, observar uma média da globalidade das atividades, no período de 1990 a 2003, de 3,83. Observa-se um melhor desempenho das atividades dos serviços, com o valor médio de 0,579. Acresce que os valores médios observados para este indicador foram de 0,279 para a atividade comercial e de 0,289 para a atividade industrial. A atividade terciária apresenta, conjuntamente, melhores níveis de rendibilidade de vendas em comparação com a indústria.

A observação dos dados permite estabelecer uma evolução positiva global do rácio de Rendibilidade das Vendas, com predominância das atividades ligadas aos serviços, que obtêm níveis de crescimento em destaque face às restantes atividades, essencialmente a partir de 1995, em que passa a manter níveis de rendibilidade superiores. Este rácio, em conformidade com outros indicadores, volta a demonstrar um crescimento descontínuo da atividade empresarial regional. Esta descontinuidade deve-se ao instável desempenho da economia nacional e consequentemente regional, caracterizada, por um lado, por períodos propícios à obtenção de bons níveis de crescimento e, por outro, por períodos em que se verifica estagnação e até declínio. Esta volatilidade da economia regional face ao contexto macroeconómico nacional e europeu demonstra a sua dependência. Existem, no entanto, além dos fatores macroeconómicos, fatores microeconómicos que influenciam de forma direta a rendibilidade das vendas, principalmente no contexto do mercado regional, caracterizado pelas suas reduzidas dimensões e pelos custos elevados que as empresas suportam para realizar a sua atividade, como é o caso dos relativos aos transportes.

1.3.2.1. Rendibilidade das Vendas – Taxas de Crescimento

A tabela seguinte apresenta a evolução anual das Taxas de Crescimento do rácio Rendibilidade das Vendas, por atividade.

Tabela 64 – Taxas de Crescimento da Rendibilidade das Vendas (%), 1991-2003

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|-----------------|----------|-----------|----------|---------|
| 1991 | -11,79% | 4,80% | -18,97% | -12,17% |
| 1992 | 86,64% | -56,11% | -39,26% | -16,27% |
| 1993 | -11,85% | 97,39% | -25,16% | -1,80% |
| 1994 | 34,45% | 11,89% | 77,45% | 40,54% |
| 1995 | -57,71% | 29,53% | -35,25% | -30,32% |
| 1996 | 4,43% | -53,50% | 87,04% | 8,48% |
| 1997 | 26,42% | 61,44% | -19,01% | 6,21% |
| 1998 | 35,07% | -1,62% | 9,29% | 13,85% |
| 1999 | -25,14% | 60,91% | 93,51% | 45,15% |
| 2000 | 22,14% | -2,81% | 8,79% | 8,19% |
| 2001 | -18,73% | 21,05% | -28,80% | -15,31% |
| 2002 | -36,80% | -1,74% | 19,40% | 1,64% |
| 2003 | -28,82% | -37,17% | 34,88% | 4,36% |
| Média 1991-2003 | 1,41% | 10,31% | 12,61% | 4,04% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1991-2003).

A observação das taxas de crescimento presentes na tabela anterior autorizar a estabelecer que, face ao ano imediatamente anterior, a atividade dos serviços é a que apresenta uma média superior, apresentando um crescimento anual de 12,61%. A atividade industrial apresenta um crescimento médio face ao ano anterior de 10,31%, enquanto a atividade comercial apresenta uma média de crescimento muito inferior às restantes atividades, situando-se nos 1,41%. Em suma, este rácio permite aferir que os níveis de Rendibilidade das Vendas na atividade empresarial regional são caracterizados por um domínio das atividades terciárias. Não é surpreendente este domínio dos serviços, uma vez que o fator insularidade é mais penalizador para as atividades comercial e industrial. Na globalidade das três atividades, este rácio de rendibilidade permite verificar uma evolução média da atividade empresarial regional de 4,04%.

1.3.3. Autonomia Financeira – Conceito / Médias

Neste ponto iremos analisar os resultados do rácio Autonomia Financeira, indicador que, pela sua importância, aparece ao longo dos vários anos da amostra. Este rácio financeiro indica aos agentes internos e externos da organização qual a «capacidade de endividamento a médio e longos prazos, na perspetiva de que o montante deste tipo de passivo não deve ser superior aos dos capitais próprios,

sendo aquela capacidade igual à diferença entre os capitais próprios e o passivo a médio e longos prazos»⁶⁵. Adicionalmente, este indicador verifica se «a manutenção de valores elevados permitem à empresa maior capacidade de negociação e maior independência dos credores, nas suas decisões de fundo»⁶⁶. Este rácio financeiro assume-se como um importante indicador de análise da capacidade financeira das empresas.

> «[O rácio Autonomia Financeira calcula-se através da divisão dos Capitais Próprios pelo Ativo, o que nos informal qual a parcela dos Ativos que é financiada pelos Capitais Próprios [...] Quanto maior for o rácio maior a capacidade da empresa recorrer a capital alheio e menor o risco de insolvência a prazo. É portanto um indício de solidez financeira. Não existem valores definidos para a SF (e também depende dos sectores de atividade). É aceite que a AF inferior a 20% corresponde a uma exposição excessiva a capitais alheios. O equilíbrio financeiro é fundamental para a manutenção e uma autonomia financeira adequada.»67

Através do indicador Autonomia Financeira, os agentes externos à empresa podem ficar a conhecer, de uma forma mais esclarecedora, a maior ou menor capacidade de esta fazer face aos compromissos financeiros; o indicador é medido pelo quociente do valor dos seus capitais próprios e do valor do seu ativo líquido num determinado momento.

A tabela seguinte apresenta a evolução anual do rácio Autonomia Financeira, valores percentuais, por atividade.

| А | no | Comércio | Indústria | Servicos | Total | | |
|--------|--|----------|-----------|----------|-------|--|--|
| rapeia | labela 65 – Medias da Autonomia Financeira – AF (%), 1988-2008 | | | | | | |

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|------|----------|-----------|----------|-------|
| 1988 | 22,32 | 42,18 | 25,35 | 29,95 |
| 1989 | 23,00 | 26,00 | 33,00 | 27,33 |
| 1990 | 27,65 | 29,59 | 27,90 | 28,38 |
| 1991 | 33,18 | 36,60 | 29,27 | 33,02 |
| 1992 | 33,39 | 31,93 | 63,93 | 43,08 |
| 1993 | 33,18 | 35,85 | 45,61 | 38,21 |
| 1994 | 33,04 | 51,14 | 33,99 | 39,39 |
| 1995 | 34,73 | 36,42 | 37,33 | 36,16 |
| 1996 | 64,35 | 32,75 | 42,47 | 46,52 |
| 1997 | 42,21 | 33,06 | 46,46 | 40,58 |
| 1998 | 28,69 | 45,17 | 38,33 | 37,40 |

⁶⁵ SANTOS, 1994, Análise Financeira – Conceitos [...], p. 228.

⁶⁶ SANTOS, 1994, Análise Financeira – Conceitos [...], p. 229.

⁶⁷ SILVA, 2013, Análise de Fluxos Financeiros, p. 182.

| 1999 | 31,16 | 40,25 | 47,82 | 39,74 |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|
| 2000 | 29,86 | 36,86 | 37,66 | 34,79 |
| 2001 | 31,32 | 33,50 | 44,05 | 36,29 |
| 2002 | 41,28 | 37,15 | 44,41 | 40,95 |
| 2003 | 30,33 | 33,80 | 36,61 | 33,58 |
| 2004 | 31,97 | 35,16 | 37,43 | 34,85 |
| 2005 | 32,24 | 38,97 | 39,65 | 36,95 |
| 2006 | 37,08 | 39,80 | 40,70 | 39,19 |
| 2007 | 37,18 | 39,71 | 35,54 | 37,48 |
| 2008 | 34,95 | 40,49 | 36,34 | 37,26 |
| Média 1988-2008 | 33,96 | 36,97 | 39,23 | 36,72 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008).

Identificamos uma evolução positiva dos valores médios da atividade geral, com os valores médios de Autonomia Financeira a atingir o valor médio global de 36,72, resultado que, face aos 29,95 de 1988, apontam para uma melhoria significativa. Se verificarmos a evolução global deste rácio até finais dos anos 90, podemos concluir que os níveis de crescimento eram superiores.

Por intermédio da análise dos resultados por atividade, podemos inferir que os serviços apresentam um melhor desempenho global neste indicador, com o valor médio de 39,23. Esta atividade presenta uma média superior às restantes, que apresentam valores médios de 36,97 (atividade industrial) e 33,96 (comercial). Assim, podemos apurar que este rácio indica níveis de estabilidade em todas as atividades, uma vez que apresentam rácios médios globais superiores a 30%.

Os dados permitem identificar uma evolução positiva relevante até meados dos anos 90; a partir desse momento é evidente um abrandamento no crescimento. A atividade comercial apresenta uma flagrante evolução nos primeiros anos da amostra, após os quais os resultados mostram um abrandamento e decréscimo, tornando-se, segundo este indicador, a atividade com resultados abaixo das restantes. Quanto à atividade industrial e aos serviços, apresentam resultados na mesma tendência que a atividade comercial.

1.3.3.1. Autonomia Financeira – Taxas de Crescimento

Neste ponto veremos as taxas de crescimento da Autonomia Financeira, através das quais se pretende avaliar a melhoria em média dos resultados face ao ano anterior. A tabela seguinte apresenta essa evolução anual do rácio, por atividade:

Tabela 66 – Taxas de Crescimento da Autonomia Financeira a Preços de Mercado, 1989-2008

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|-----------------|----------|-----------|----------|---------|--------|
| 1989 | 3,03% | -38,36% | 30,18% | -8,75% | 16,44% |
| 1990 | 20,21% | 13,82% | -15,46% | 3,84% | 14,16% |
| 1991 | 20,00% | 23,69% | 4,92% | 16,35% | 22,01% |
| 1992 | 0,65% | -12,76% | 118,43% | 30,47% | 18,79% |
| 1993 | -0,64% | 12,28% | -28,67% | -11,30% | -1,88% |
| 1994 | -0,41% | 42,65% | -25,47% | 3,09% | 4,31% |
| 1995 | 5,09% | -28,80% | 9,82% | -8,20% | 33,08% |
| 1996 | 85,30% | -10,06% | 13,78% | 28,65% | 6,46% |
| 1997 | -34,41% | 0,95% | 9,40% | -12,77% | 11,52% |
| 1998 | -32,02% | 36,61% | -17,51% | -7,84% | 10,99% |
| 1999 | 8,61% | -10,89% | 24,76% | 6,26% | 7,15% |
| 2000 | -4,17% | -8,42% | -21,25% | -12,46% | 20,36% |
| 2001 | 4,87% | -9,11% | 16,98% | 4,31% | -0,46% |
| 2002 | 31,80% | 10,88% | 0,82% | 12,84% | 20,33% |
| 2003 | -26,53% | -9,01% | -17,57% | -18,00% | 0,00% |
| 2004 | 5,40% | 4,01% | 2,22% | 3,78% | 7,00% |
| 2005 | 0,87% | 10,86% | 5,93% | 6,03% | 6,67% |
| 2006 | 15,00% | 2,11% | 2,65% | 6,06% | 11,48% |
| 2007 | 0,26% | -0,23% | -12,67% | -4,36% | 2,12% |
| 2008 | -6,01% | 1,97% | 2,26% | -0,59% | 4,62% |
| Média 1989-2008 | 4,85% | 1,61% | 5,18% | 1,87% | 10,76% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1989-2008).

A observação das taxas de crescimento permitem descortinar uma evolução global positiva neste rácio financeiro, verificando-se um crescimento anual médio de 1,87% no período de 1988 a 2008. Este crescimento manteve dinâmicas diferenciadas, existindo oscilação entre uma taxa de crescimento de 3,62% para o subperíodo de 1988-1999, e uma taxa de decréscimo de 0,26% para o subperíodo de 2000-2008, o que torna evidente maior dinâmica empresarial no primeiro subperíodo. Seguindo o mesmo ciclo que a totalidade das atividades, o comércio, a indústria e os serviços evidenciam maior dinâmica no primeiro subperíodo, com taxas de crescimento médias de 6,86%, 2.65% e 11,29%, respetivamente, descendo para taxas médias de 2,39%, 0.34% e -2,29% no segundo subperíodo.

Na análise dos resultados por atividade deste indicador financeiro, verifica-se um equilíbrio entre o crescimento do ano n+1 comparado com o ano n para a

atividade comercial e de serviços. Tanto a atividade comercial como os serviços registam um acréscimo aproximado aos 5% (4,85% no que concerne ao comércio e 5,18% no que toca aos serviços). Relativamente à atividade industrial, verificamos um acréscimo médio anual de 1,61%; apesar do resultado global ser positivo para esta atividade, o resultado é inferior às restantes atividades.

1.3.4. Rendibilidade do Ativo (ROA – Return on Assets) – Conceito / Médias

O rácio Rendibilidade do Ativo é «medido pelo Resultado Operacional / Ativo, [...] e serve para analisar o desempenho global dos capitais da empresa»⁶⁸, sendo utilizado como método «de avaliação do desempenho dos capitais totais investidos na empresa, independentemente da sua origem (capitais próprios ou alheios)»⁶⁹.

O rácio Rendibilidade do Ativo na Demonstração de Resultados é um rácio que «divide o valor dos Resultados Operacionais (RO) pelo valor do Activo Total (AT) e dá-nos a informação sobre qual a capacidade dos ativos da empresa em gerar resultados, afinal é para isso mesmo que servem: máquinas, equipamento produtivo, inventários, equipamento administrativo, entre outros, têm de ser capazes de gerar resultados. Naturalmente, quanto maior for o rácio de Rentabilidade do Activo melhor será a performance operacional da empresa. Um rácio de ROA elevado significa que os activos da empresa estão a ser bem utilizados e a produzir bons resultados.»⁷⁰

Para realizar uma análise consistente dos resultados do ROA, a distinção da área de atividade é fundamental para avaliar a utilização dos ativos e os resultados organizacionais obtidos. A dimensão dos ativos de uma empresa industrial é por norma superior à de uma empresa de serviços ou comércio, razão pela qual a intensidade dos ativos é necessariamente distinta. Se compararmos uma empresa de mecânica com uma empresa de trabalho temporário, a que obriga a uma estrutura mais física terá, por norma, um ROA inferior.

A tabela seguinte apresenta a evolução anual do rácio Rendibilidade do Ativo (ROA) em valores percentuais, por atividade.

| Tabela 67 Medias da Heriais madae do Ativo Hori (76)/ 1566 2000 | | | | | | | |
|---|----------|-----------|----------|-------|--|--|--|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | | | |
| 1988 | 5,66 | 11,66 | 4,83 | 7,38 | | | |
| 1989 | 2.83 | 2 92 | 4 48 | 3.42 | | | |

Tabela 67 - Médias da Rendibilidade do Ativo - ROA (%), 1988-2006

⁶⁸ NEVES, 2002, Análise Financeira: Técnicas Fundamentais, p. 177.

⁶⁹ NEVES, 2002, Análise Financeira: Técnicas Fundamentais, p. 85.

⁷⁰ PORTAL DE GESTÃO, 2009, *Rácios de Rentabilidade*, p. 1.

| 1990 | 3,61 | 5,20 | 3,95 | 4,25 |
|-----------------|------|-------|-------|------|
| 1991 | 3,37 | 3,61 | 2,08 | 3,02 |
| 1992 | 5,39 | 1,53 | 3,07 | 3,33 |
| 1993 | 7,44 | -0,59 | 4,06 | 3,64 |
| 1994 | 2,25 | 0,56 | 2,40 | 1,74 |
| 1995 | 5,55 | 3,28 | 4,96 | 4,60 |
| 1996 | 3,96 | 2,33 | 14,41 | 6,90 |
| 1997 | 4,05 | 2,47 | 14,57 | 7,03 |
| 1998 | 5,08 | 2,56 | 13,67 | 7,10 |
| 1999 | 4,06 | 3,59 | 12,59 | 6,75 |
| 2000 | 4,52 | 4,11 | 12,16 | 6,93 |
| 2001 | 8,10 | 4,62 | 9,26 | 7,33 |
| 2002 | 4,37 | 5,80 | 6,87 | 5,68 |
| 2003 | 2,21 | 4,04 | 7,56 | 4,60 |
| 2004 | 6,54 | 9,47 | 5,18 | 7,06 |
| 2005 | 5,39 | 3,04 | 8,39 | 5,60 |
| 2006 | 6,14 | 4,48 | 7,42 | 6,01 |
| Média 1988-2006 | 4,76 | 3,93 | 7,47 | 5,39 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2006).

Este rácio indica-nos que, em média, as atividades, globalmente consideradas, apresentam um valor de 5,39. Num exame por atividade, verificamos que os serviços apresentam a melhor média de ROA (7,47), comparativamente às atividades comercial e industrial, que apresentam valores médios de 4,76 e 3,93; esta predominância é observável em particular a partir de 1995.

A evolução dos dados atesta que a atividade dos serviços cresceu neste rácio financeiro até 1996 de uma forma muito positiva; a partir de 1996 apresenta declínio, apenas recuperando em 2005. Quanto à atividade industrial, a informação comprova a existência de um acréscimo dos resultados entre 1993 e 2004. A atividade comercial apresenta evolução em grande parte dos anos da amostra, o que, atendendo também aos serviços, revela melhoria significativa nos índices de Rendibilidade do Ativo.

1.3.4.1. Rendibilidade do Ativo – ROA – Taxas de Crescimento

A tabela seguinte apresenta a evolução anual do rácio Rendibilidade do Ativo, por atividade.

Tabela 68 - Taxas de Crescimento da Rendibilidade do Ativo - ROA, a Preços de Mercado, 1989-2006

| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
|-----------------|----------|-----------|----------|---------|--------|
| 1989 | -50,00% | -74,96% | -7,25% | -53,81% | 16,44% |
| 1990 | 27,56% | 78,08% | -11,83% | 24,73% | 14,16% |
| 1991 | -6,65% | -30,58% | -47,34% | -29,00% | 22,01% |
| 1992 | 59,94% | -57,62% | 47,60% | 10,26% | 18,79% |
| 1993 | 38,03% | -138,56% | 32,25% | 9,21% | -1,88% |
| 1994 | -69,76% | -194,92% | -40,89% | -52,25% | 4,31% |
| 1995 | 146,67% | 485,71% | 106,67% | 164,68% | 33,08% |
| 1996 | -28,65% | -28,96% | 190,52% | 50,11% | 6,46% |
| 1997 | 2,27% | 6,01% | 1,11% | 1,88% | 11,52% |
| 1998 | 25,43% | 3,64% | -6,18% | 1,04% | 10,99% |
| 1999 | -20,08% | 40,23% | -7,90% | -5,02% | 7,15% |
| 2000 | 11,33% | 14,48% | -3,42% | 2,72% | 20,36% |
| 2001 | 79,20% | 12,41% | -23,85% | 5,72% | -0,46% |
| 2002 | -46,05% | 25,54% | -25,81% | -22,47% | 20,33% |
| 2003 | -49,43% | -30,34% | 10,04% | -18,96% | 0,00% |
| 2004 | 195,93% | 134,41% | -31,48% | 53,44% | 7,00% |
| 2005 | -17,58% | -67,90% | 61,97% | -20,62% | 6,67% |
| 2006 | 13,91% | 47,37% | -11,56% | 7,25% | 11,48% |
| Média 1989-2006 | 17,34% | 12,45% | 12,93% | 7,16% | 11,58% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2006); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1989-2006).

O rácio Rendibilidade do Ativo (ROA) apresenta um crescimento anual médio de 7,16% para a totalidade das atividades no espaço temporal de 1988 a 2006. No subperíodo de 1988 a 1999 o crescimento registado anual foi, em média, de 10,34%; já o subperíodo de 2000 a 2006 registou uma quebra de 8,07%, situando-se em 1,64% de crescimento médio anual. A atividade que maior contributo registou para o crescimento deste indicador foi a do comércio, com uma média anual de 17,34%, seguida pela indústria com 12,45% e pelos serviços, com crescimento médio anual de 12,93%.

1.3.5. Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE – Return on Equity) – Conceito / Médias

A Rendibilidade dos Capitais Próprios é um dos rácios incluídos no estudo, sendo utilizado como «medida de eficiência privilegiada dos acionistas e inves

tidores»⁷¹. Este rácio matematicamente obtém-se através da divisão do Resultado Líquido do Exercício pelo Capital Próprio, ou seja, «confronta o lucro com a situação líquida capitais próprios»⁷². Este rácio permite estabelecer uma ligação entre os resultados obtidos e as taxas de rendibilidade do mercado de capitais e custo de financiamento, indicando se a empresa está numa situação equilibrada ou não.

«O ROE diz-nos qual a percentagem de lucro por cada euro investido. Se uma empresa tiver um ROE de 20%, por exemplo, isto significa que cada €1.000 de capital próprio criam €200 de lucro por ano. Esta informação é extremamente importante para os investidores, que geralmente são atraídos por empresas que têm a capacidade de gerar ROE elevados numa base sustentada. ROE elevados são sinónimo de crescimento e valor acrescentado; qualquer gestor ou analista deve dar grande importância a este rácio.»⁷³

A tabela seguinte apresenta a evolução anual do rácio Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE), em valores percentuais, por atividade.

Tabela 69 – Médias da Rendibilidade dos Capitais Próprios – ROE (%), 1990-2005

| eia o meaias aa i | wiedlas da Herialbilladae dos capitals i Topilos Hoe (70), 133 | | | | |
|-------------------|--|-----------|----------|-------|--|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | |
| 1990 | 17,76 | 14,06 | 5,15 | 12,32 | |
| 1991 | 15,98 | 11,79 | 6,04 | 11,27 | |
| 1992 | 21,14 | 2,51 | 13,23 | 12,29 | |
| 1993 | 19,52 | -6,69 | 15,33 | 9,39 | |
| 1994 | 27,83 | -4,10 | 15,22 | 12,98 | |
| 1995 | 12,30 | 9,14 | 12,30 | 11,25 | |
| 1996 | 15,03 | 6,25 | 27,02 | 16,10 | |
| 1997 | 10,16 | 6,37 | 36,11 | 17,55 | |
| 1998 | 25,88 | 6,27 | 42,72 | 24,96 | |
| 1999 | 15,51 | 9,09 | 37,23 | 20,61 | |
| 2000 | 15,39 | 13,76 | 12,49 | 13,88 | |
| 2001 | 8,24 | 3,07 | 16,21 | 9,17 | |
| 2002 | 15,13 | 14,73 | 15,66 | 15,17 | |
| 2003 | 18,20 | 10,24 | 10,52 | 12,99 | |
| 2004 | 6,54 | 9,47 | 5,18 | 7,06 | |
| 2005 | 5,39 | 3,04 | 8,39 | 5,61 | |
| Média 1990-2005 | 15,63 | 6,81 | 17,43 | 13,29 | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1990-2005).

⁷¹ NEVES, 2002, Análise Financeira: Técnicas Fundamentais, p. 85.

⁷² SANTOS, 1994, Análise Financeira – Conceitos [...], p. 262.

⁷³ PORTAL DE GESTÃO, 2009, *Rácios de Rentabilidade*, p. 1.

A tabela supra deixa entrever uma média de 13,29 no total da atividade empresarial, com predominância nos serviços, com resultados anuais médios de 17,43. As atividades comercial e industrial apresentam médias de 15,63 e 6,81, respetivamente. Quando comparados os resultados deste rácio, no ano de 1988, relativos a estas duas atividades, observa-se uma diminuição dos níveis médios de Rendibilidade do Capital Próprio.

Cotejando os desempenhos dos subperíodos de 1988 a 1999 e de 2000 a 2005, podemos verificar que as atividades comercial e terciária oscilam de médias de 18,11 e 21,03, respetivamente, para 11,48 e 11,40. Trata-se de uma quebra acentuada nos retornos de investimento; mantêm-se, no entanto, indicadores positivos. Os resultados da tabela indicam que os serviços e o comércio são mais rentáveis quando comparados com a atividade industrial, mas em qualquer destas atividades parece que o retorno é expectável. A observação dos dados permite estabelecer uma variação globalmente positiva entre 1990 a 1998 para o total das atividades, altura a partir da qual a tendência evolutiva é claramente descendente até ao ano 2005. As atividades terciárias apresentam uma quebra acentuada 1998 a 2003. A indústria manifesta estagnação desde 1995 até o ano de 2005; a atividade comercial, por seu turno, evidencia uma evolução tendencialmente de quebra, a partir de 1998 até 2005.

1.3.5.1. Rendibilidade dos Capitais Próprios – ROE – Taxas de Crescimento

A tabela seguinte apresenta a evolução das Taxas de Crescimento do rácio Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE), no total e por atividade.

| Tabela 70 – Taxas de Crescimento da Rendibilidade do Capital Próprio – ROE, 1991-2005 | | | | | |
|---|----------|-----------|----------|---------|--------|
| Ano | Comércio | Indústria | Serviços | Total | PIBRpm |
| 1991 | -10,02% | -16,15% | 17,28% | -8,55% | 22,01% |
| 1992 | 32,29% | -78,71% | 119,04% | 9,08% | 18,79% |
| 1993 | -7,66% | -366,53% | 15,87% | -23,64% | -1,88% |
| 1994 | 42,57% | -38,71% | -0,72% | 38,32% | 4,31% |
| 1995 | -55,80% | -322,93% | -19,19% | -13,38% | 33,08% |
| 1996 | 22,20% | -31,62% | 119,67% | 43,15% | 6,46% |
| 1997 | -32,40% | 1,92% | 33,64% | 8,99% | 11,52% |
| 1998 | 154,72% | -1,57% | 18,31% | 42,23% | 10,99% |
| 1999 | -40,07% | 44,98% | -12,85% | -17,42% | 7,15% |
| 2000 | -0,77% | 51,38% | -66,45% | -32,65% | 20,36% |
| 2001 | -46,46% | -77,69% | 29,78% | -33,91% | -0,46% |
| 2002 | 83,62% | 379,80% | -3,39% | 65,41% | 20,33% |

| 2003 | 20,29% | -30,48% | -32,82% | -14,41% | 0,00% |
|-----------------|---------|----------|---------|---------|--------|
| 2004 | -64,07% | -7,52% | -50,76% | -45,61% | 7,00% |
| 2005 | -17,58% | -67,90% | 61,97% | -20,62% | 6,67% |
| Média 1991-2005 | 5,39% | (37,45%) | 15,29% | (0,20%) | 11,09% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Diário de Notícias* da Madeira (1991-2005); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1991-2005).

O exame da tabela anterior autoriza a afirmar que a atividade geral decresceu 0,20% durante todo o tempo considerado, essencialmente devido à acentuada descida no subperíodo de 2000 a 2005, em que a atividade global decresceu em média 13,63%; o subperíodo de 1991 a 1999 obteve uma média de crescimento de 8,75%. Analisando os resultados por atividade, podemos ponderar um crescimento médio da atividade dos serviços de 15,29%, sustentado no crescimento médio de 32,34% durante o subperíodo de 1991 a 1999, tendo esta atividade decrescido 10,28% no subperíodo posterior. Quanto à atividade industrial, decaiu em média neste indicador 37,45%, queda devida essencialmente à quebra verificada no subperíodo de 1991 a 1999. Relativamente à atividade comercial, registou um crescimento médio de 5,39%.

Conclusão

Este artigo baseia-se na observação e interpretação dos dados financeiros fornecidos pela iniciativa 100 Maiores e Melhores Empresas aplicando técnicas estatísticas de forma a estudar evoluções, indicadores e rácios financeiros. Estes dados representam uma boa amostra para avaliar o desempenho empresarial da economia regional durante o período em análise e permitiram conferir tendências de crescimento ou decréscimo económico. Foi possível conhecer o desempenho sectorial e global da atividade empresarial, identificando quais as atividades que maior representatividade exerceram na economia da RAM no período de 1988 a 2008. Não sendo pretensão deste artigo avaliar o modelo de desenvolvimento adotado ou as opções de desenvolvimento seguidas, a análise do desempenho da economia regional, com base em dados financeiros de cariz semipúblico, permitiu identificar dinâmicas do desenvolvimento, observar resultados empresariais e verificar desempenhos do modelo.

Metodologicamente, optou-se pela inclusão no estudo do método de análise financeira baseado em números índices de base fixa, o que permitiu adicionar ao

estudo a observação e a comparação dos níveis de desenvolvimento empresarial em dois subperíodos distintos. Desta forma, elaboramos análises de evolução dos números índices de base fixa para o período de 1988 a 1999 (primeiro subperíodo) e para o período de 1999 a 2008 (segundo subperíodo). Os resultados obtidos por subperíodo permitiram atestar que os níveis de crescimento obtidos pelo tecido empresarial regional no primeiro subperíodo foram substancialmente superiores aos do segundo subperíodo. Estas diferenças de crescimento estão diretamente relacionadas com o contexto económico menos favorável ao crescimento e com a manutenção dos níveis de convergência com a média da União Europeia no segundo subperíodo.

Temos indícios de que a economia regional conseguiu criar um modelo de desenvolvimento com resultados positivos, especialmente no primeiro subperíodo. Apesar do bom desempenho da economia regional, a quebra no segundo subperíodo aponta para uma dependência da economia regional do contexto económico externo e das oscilações do mercado; isto acontecerá devido às suscetibilidades e fragilidades inerentes à periferia. O contexto económico do segundo subperíodo colocou à economia regional desafios que exigiram uma resposta complexa; a economia regional aparentou ter sentido dificuldade em adaptar-se, apesar da melhoria na dotação estrutural e financeira. O contexto da globalização, da redução das transferências financeiras do Estado e da CE, da entrada em circulação do euro e da crise dos mercados mundiais caracterizaram a realidade económica e financeira do segundo subperíodo e constituíram fatores de contração económica que influenciaram negativamente e pressionaram fortemente o desempenho empresarial, com os resultados obtidos a serem reflexo deste novo contexto económico.

Da análise dos indicadores da amostra, foi realizada uma exploração diversificada dos indicadores Volume de Negócios (VN), Ativo Líquido (AL), Capital Próprio (CP) e Cash Flow (CF), Resultado Líquido do Exercício (RLE) e Produtividade que estão presentes ao longo do período temporal da amostra. Neste artigo foram explorados, de forma diferenciada, os diversos indicadores económicos, e optámos por desenvolver de forma mais exaustiva os indicadores com maior prevalência na amostra. Assim, foram observados os resultados da exploração destes indicadores económicos: Somatório Global; Somatório Topo 5 (5 empresas com melhor desempenho na amostra); Médias Desinflacionadas (desinf.) a Preço de Mercado (pm); Correlação com PIB pm e Empregabilidade; Médias das Empresas com Maior Participação (EMP).

Das análises dos somatórios dos indicadores financeiros podemos verificar que os resultados do Volume de Negócios não identificam um domínio dos serviços em

relação às atividades comercial e industrial – antes o oposto. Sendo os serviços o pilar da economia regional, tal poderá surpreender; no entanto, considerando que a amostra é, no fundo, um *ranking*, entendemos que as empresas com maior dimensão de Volume de Negócios estão na indústria e especialmente na atividade comercial; mas, como sabemos, a economia regional cresce em torno das dinâmicas da atividade terciária. Podemos verificar na tabela 71 que o Volume de Negócios do Topo 5 tem um enorme peso na globalidade dos resultados de todas as atividades, que na indústria atingem os 74%; não obstante, estas 5 empresas são também fortemente representativas do Volume de Negócios global no comércio e nos serviços.

Quanto à evolução do somatório do indicador financeiro Ativo Líquido, demonstra uma maior predominância dos serviços, mas a indústria obtém igualmente bons resultados. Os resultados continuam a evidenciar crescimento tal como no indicador Volume de Negócios. O Topo 5 do Ativo Líquido representa uma parcela da amostra muito significativa, chegando a representar 84,11% do global no caso da indústria; acresce que estas empresas do Topo 5 empresarial representam 46,74 e 63,42% do indicador do comércio e serviços, respetivamente. Relativamente aos níveis de correlação com o PIBRpm e com a Empregabilidade, apresentam evidência forte a muito forte de correlação com os dados públicos.

Da análise do somatório do indicador financeiro Capital Próprio, em linha com os anteriores indicadores, os resultados evidenciam um desempenho positivo da economia regional, com taxas de crescimento positivas, havendo predomínio dos serviços e da indústria. O Topo 5 é altamente representativo do total da amostra, atingindo os 81,09% no caso da indústria, mas a sua representatividade também é elevada nos serviços e no comércio, representando no todo os valores de 58,79% e 42,77%, respetivamente. Esta elevada representatividade de um número muito reduzido de empresas evidencia-se em mercados cuja concorrência dificilmente consegue colocar em causa o domínio de agentes empresariais que operam numa espécie de monopólio ou oligopólio.

Relativamente ao indicador financeiro *Cash Flow*, continuamos a comprovar bons níveis de crescimentos; à semelhança dos anteriores indicadores financeiros analisados, existe correlação forte a muito forte. O Topo 5 é altamente representativo da amostra, especialmente na indústria, dado que apenas 5 empresas representam 83,67% do global dos resultados. Nas restantes atividades, o Topo 5 representa mais de 50% da amostra, o que continua a demonstrar um domínio empresarial de empresas muito sólidas no mercado.

A observação das médias em valores absolutos (série a preços de mercado e série a preços desinflacionados) e das taxas de crescimento mostra o desempenho

empresarial a nível global e por atividade ao longo do período em análise. Os resultados obtidos indicam um crescimento da economia regional no global e nas atividades isoladamente, quando avaliado todo o período analisado, embora os ritmos de crescimento tenham sido inconstantes. Discriminando os resultados obtidos pelos métodos de análise nos indicadores financeiros, podemos verificar que as evoluções do Volume de Negócios, Ativo Líquido, Capital Próprio, *Cash Flow*, Produtividade e Resultado Líquido do Exercício demonstram um crescimento médio global, com estes indicadores a apresentarem taxas de crescimento médias globais de 7,95%, 12,23%, 11,04%, 12,40%, 2,51% e 5,54%, respetivamente. Tal fenómeno não é surpreendente face ao contexto mundial de expansionismo económico que caracterizou a maioria dos anos em amostra.

Incluímos no estudo a pesquisa dos rácios financeiros de rendibilidade e de estrutura ou endividamento, com vital importância para conhecer a evolução económico-financeira das empresas. Tornou-se possível provar um crescimento médio anual no global dos anos em amostra para os rácios *Cash Flow /* Volume de Negócios, Rendibilidade das Vendas, Autonomia Financeira e Rendibilidade do Ativo, que obtiveram médias de crescimento no total das atividades da ordem dos 5,81%, 4,04%, 1,87% e 11,58%. Somente os resultados do rácio Rendibilidade dos Capitais Próprios apresenta um decréscimo na totalidade dos anos observados de 0,20%. Adicionalmente, identificaram-se taxas de crescimento médias globais para as atividades comercial, industrial e de serviços, à exceção das atividades comercial e industrial no CF/VN e da atividade industrial no rácio ROE.

Relativamente aos resultados do rácio Rendibilidade das Vendas, verificamos um melhor desempenho da atividade terciária, na qual o rendimento obtido é superior ao das restantes atividades, situando-se nos 0,579. As atividades industrial e comercial obtêm bons resultados, de 0,289 e 0,279, respetivamente. No global, neste rácio os resultados são positivos e encorajadores ao investimento, sendo os níveis de rendibilidade positivos/elevados nas três atividades.

Quanto ao rácio Autonomia Financeira, este apresenta bons indicadores em todas as atividades, já que os valores obtidos pelo comércio, indústria e serviços são 33,96, 36,97 e 39,23, respetivamente. A medida de 30 é aceite como patamar de um bom desempenho.

Os valores obtidos pelo rácio ROA indicam valores positivos em todas as atividades, com o comércio, a indústria e os serviços a obterem valores de 4,76, 3,93 e 7,47. As taxas de crescimento indicam melhores resultados do comércio em comparação com a indústria ou serviços, mas é expectável que isso aconteça tendo

em conta que estas atividades precisam de possuir maiores ativos para obterem maior faturação, o que faz baixar o rácio.

Os valores do ROE atestam um melhor desempenho das atividades comercial e serviços em comparação com a atividade industrial; o retorno do investimento é mais rápido nestas atividades, sendo preferível investir nestas atividades especialmente quando se pretende um retorno mais rápido dos capitais investidos.

Concluímos que os instrumentos de análise adotados pela iniciativa 100 Maiores e Melhores Empresas assinalam uma evolução positiva da economia regional ao longo do período de análise. Apesar do crescimento global, os seus níveis não foram regulares desde o período inicial até ao ano final da amostra, o que seria previsível, devido às condições extraordinárias de que a RAM beneficiou no período inicial pós-adesão à Comunidade Europeia, as quais não se mantiveram até ao final do período analisado.

O crescimento empresarial na RAM é evidente pela evolução positiva das atividades comercial, industrial e de serviços, constituindo um forte indicativo do esforço desenvolvido pelo tecido empresarial regional e da evolução do empreendedorismo dos agentes. No entanto, temos de considerar que o contexto propício ao desenvolvimento empresarial na década da pós-adesão à CE teve contornos únicos, essencialmente devido a políticas estatais intervencionistas e expansionistas, com fortes apoios ao investimento.

O crescimento da economia regional no período em análise é um facto, o que levou a que alguns decisores políticos o considerassem sustentável. Na atualidade, marcada pela estagnação económica e retração de apoios, por uma Europa distanciando-se dos seus ideais fundadores, coloca-se em evidência as fragilidades de desenvolvimento das economias periféricas, que coincidem com países e regiões com economias mais frágeis, na qual incluímos a RAM. Estas fragilidades das regiões periféricas, após duas décadas de integração e ajudas comunitárias adjacentes ao processo de convergência pretendido, colocam dúvidas sobre a linha dos modelos de desenvolvimento adotados, não sendo porém possível, por ora, identificar um modelo que elimine definitivamente os constrangimentos da periferia. O aproveitamento dos meios financeiros disponibilizados pela CE e pelo Governo Central permitiram a obtenção de resultados animadores, porém a dependência de transferências financeiras é um risco inerente à sujeição a variáveis económicas que não podem ser controladas.

Tabela 71 – Quadro Síntese do Indicador Volume de Negócios

| Volume De Negócios (VN) | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|--|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| VN Média Desinflacionada pm 1988-2008 | 10 581 527,31 | 11 412 983,37 | 5 485 021,18 | 9 159 483,95 |
| VN – Média pm 1988-2008 | 8 256 265,13 | 9 270 463,99 | 4 106 373,63 | 7 301 034,05 |
| VN Média pm – Taxas de Crescimento 1989-2008 | 10,01% | 10,37% | 4,31% | 7,95% |
| VN Média correlação PIBRpm | 60,60% | 89,20% | 83,90% | 77,20% |
| VN – Σ 1988-2008 | 8 047 967 982,22 | 5 921 400 134,31 | 4 531 375 326,00 | 18 500 743 442,53 |
| VN Σ Topo 5, 1988-2008 | 4 776 953 696,24 | 4 391 595 276,12 | 2 076 353 559,29 | 11 244 902 531,65 |
| VN ∑ Total vs ∑ Topo 5 – % Topo 5 no Total | 59,36% | 74,16% | 45,82% | 59,78% |
| VN ∑ – Correlação com Empregabilidade 1988-2008 | -54,00% | -77,00% | 90,00% | |
| VN ∑Topo 5 – Correlação com Empregabilidade 1988-2008 | 88,00% | -76,00% | -61,00% | |
| VN EMP Média 1988-2008 | 8 865 179,44 | 20 374 656,47 | 10 522 238,94 | 13 254 024,95 |
| VN EMP Média – Taxas de Crescimento 1989-2008 | 7,04% | 10,89% | 10,18% | 8,96% |
| VN EMP ∑ 1988-2008 | 186 168 768,22 | 427 867 785,96 | 220 967 017,73 | 835 003 571,91 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Tabela 72 – Quadro Síntese do Indicador Ativo Líquido

| | | | - | |
|----------------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Ativo Líquido (AL) | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
| AL – Média pm 1990-2008 | 5 426 974,35 | 23 230 994,84 | 18 104 105,04 | 15 587 358,08 |
| AL Médias pm – Taxas de | 11,39% | 14,42% | 11,42% | 12,23% |
| Crescimento | 11,39% | 14,42% | 11,42% | 12,23% |
| AL Média – Correlação com | 64.000/ | 06.000/ | 00.200/ | 02.500/ |
| PIBRpm | 64,00% | 96,00% | 88,20% | 93,50% |
| AL – ∑ 1990-2008 (€) | 4 236 833 576,63 | 11 272 878 430,84 | 17 042 365 776,15 | 32 552 077 783,61 |
| AL ∑Topo 5, 1988-2008 | 1 931 720 983,70 | 9 840 071 157,85 | 10 572 636 063,79 | 22 344 428 205,34 |
| AL∑Total vs∑Topo 5 – Peso | 46.740/ | 0.4.1.10/ | 62.420/ | 64750/ |
| Topo 5 no Total | 46,74% | 84,11% | 63,42% | 64,75% |
| AL∑Topo 5 – Correlação com | 05.000/ | 00.000/ | F.4.000/ | |
| Empregabilidade | 85,00% | -89,00% | -54,00% | |
| AL∑Topo 5 – Taxa de | 11 450/ | 12.200/ | 19.030/ | 12.050/ |
| Crescimento, 1988-2008 | 11,45% | 12,39% | 18,02% | 13,95% |

| AL EMP Média 1990-2008 | 6 611 366,91 | 57 043 660,84 | 51 996 972,81 | 38 550 666,85 |
|-------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| AL EMP Média – Taxas de | 12.69% | 12.63% | 10.270/ | 13,10% |
| crescimento 1991-2008 | 12,09% | 12,03% | 19,27% | 13,10% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Tabela 73 – Quadro Síntese do indicador Capital Próprio

| Capital Próprio (CP) | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|---|----------------|------------------|------------------|------------------|
| CP Médias Desinflacionada pm, 1990-2003 | 1 272 967,73 | 5 379 532,80 | 6 498 676,09 | 4 359 237,00 |
| CP Médias pm Taxas de Crescimento, 1991-2003 | 20,34% | 11,57% | 10,40% | 11,04% |
| CP – Σ 1990-2003 | 742 201 395,10 | 1 890 682 665,47 | 3 272 695 781,19 | 5 905 579 841,76 |
| CP ∑ Taxas de Crescimento 1991-2003 | 18,84% | 7,52% | 18,65% | 15,00% |
| CP ∑ Topo 5 – Correlação com Empregabilidade | -81,00% | -54,00% | 34,00% | |
| CP ∑Topo 5, 1990-2003 | 317 453 452,85 | 1 533 101 471,80 | 1 923 894 009,77 | 3 774 448 934,42 |
| CP – ∑Total vs ∑Topo 5 | 42,77% | 81,09% | 58,79% | 63,91% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Tabela 74 – Quadro Síntese do Indicador Cash Flow

| Cash Flow (CF | Comércio | Indústria | Serviços | Total | |
|------------------------------|-------------------|----------------|----------------|------------------------|--|
| Cash Flow – Médias Pm em | 431 486,38 | 1 369 405,66 | 878 319,46 | 893 070,50 | |
| Valores Absolutos 1988-2003 | 431 460,36 | 1 309 403,00 | 676 319,40 | 893 070,30 | |
| Cash Flow Médias Pm – Taxas | 10 100/ | 13.99% | 0.740/ | 12.400/ | |
| de Crescimento 1989-2003 | 18,18% | 13,99% | 9,74% | 12,40% | |
| Σ Cash Flow, 1988-2004 | 288 734 192,73 | 528 458 456.19 | 474 664 816,26 | 1 291 857 465,18 | |
| 2 Cusirriow, 1988-2004 | 200 7 34 1 92,7 3 | 320 430 430,19 | 474 004 810,20 | 1 291 037 403,10 | |
| Cash Flow Total – Correlação | | | | | |
| com Empregabilidade, 1991- | 73,00% | -81,00% | -82,00% | | |
| 2004 | | | | | |
| Cash Flow, ∑Topo 5 1987- | 158 465 834,20 | 442 182 582,27 | 263 259 796,52 | 863 908 212,99 | |
| 2003 | 136 403 634,20 | 442 102 302,27 | 203 239 790,32 | 003 906 212,99 | |

| Cash Flow, ∑Topo 5 Taxas De | 24,92% | 11.08% | 18,82% | 10.370/ | |
|-----------------------------|--------|--------|--------|---------|--|
| Crescimento, 1988-2003 | 24,92% | 11,06% | 10,02% | 18,27% | |
| Cash Flow ∑ Topo | | | | | |
| 5 – Correlação com | 54,88% | 83,67% | 55,46% | 66,87% | |
| Empregabilidade | | | | | |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Tabela 75 – Quadro Síntese do Indicador Resultado Líquido de Exercício (RLE) e Produtividade

| RLE e Produtividade | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| RLE ∑, 1988-2004 | 126 062 839,22 | 112 586 397,87 | 151 815 519,33 | 390 464 756,42 |
| RLE Média, 1988-2004 | 178 725,57 | 250 129,53 | 322 333,82 | 250 396,31 |
| Produtividade | 0,67 | 0,45 | 4,85 | 2,04 |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989 a 2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008); Direção Regional de Estatística da Madeira, Dados Estatísticos, Social, Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego; Série Retrospetiva do Emprego, Séries Longas.

Tabela 76 – Quadro Síntese dos Rácios Financeiros

| Rácios Financeiros | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|--|----------|-----------|----------|---------|
| Cash Flow / Volume Negócios | 6,70% | 10,64% | 24,76% | 14,03% |
| Rendibilidade das Vendas (RV) | 2,79% | 2,89% | 5,79% | 3,83% |
| RV Taxas de Crescimento | 1,41% | 10,31% | 12,61% | 4,04% |
| Autonomia Financeira (AF) | 33,96% | 39,70% | 39,23% | 36,72% |
| AF Taxas de Crescimento | 4,85% | 1,61% | 5,18% | 1,87% |
| Rendibilidade do Ativo (ROA) | 4,76% | 3,93% | 7,43% | 5,39% |
| ROA Taxas de Crescimento | 17,34% | 12,45% | 12,93% | 11,58% |
| Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) | 15,63% | 6,81% | 17,43% | 13,29% |
| ROE Taxas de Crescimento | 15,39% | -37,45% | 15,29% | -20,00% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o *Jornal da Madeira* (1988) e *Diário de Notícias* da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008).

| Tabela 77 – Quadro Síntese dos Números Índices de Base Fixa | | | | | |
|---|----------|-----------|----------|--------|--|
| ndices Base Fixa | Comércio | Indústria | Serviços | Total | |
| ócios 1988-1999 | 12,93% | 13,25% | 2,34% | 10,33% | |

| Números Índices Base Fixa | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|---------------------------|----------|-----------|----------|--------|
| Volume Negócios 1988-1999 | 12,93% | 13,25% | 2,34% | 10,33% |
| Volume Negócios 1999-2008 | 4,21% | 3,10% | 4,21% | 3,81% |
| Ativo Líquido 1988-1999 | 15,44% | 18,86% | 16,53% | 17,49% |
| Ativo Líquido 1999-2008 | 4,76% | 5,43% | 1,57% | 3,05% |
| Cash Flow 1988-1999 | 15,71% | 10,57% | 7,95% | 10,40% |
| Cash Flow 1999-2003 | 12,47% | 14,85% | 8,19% | 12,47% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o Jornal da Madeira (1988) e Diário de Notícias da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008).

Tabela 78 – Taxas Médias de Crescimento Anual dos Indicadores Financeiros Incluídos na Amostra

| Indicadores | Anos | Comércio | Indústria | Serviços | Total |
|----------------------------------|-----------|----------|-----------|----------|---------|
| Volume de Negócios | 1989-2008 | 10,01% | 10,37% | 4,31% | 7,95% |
| Ativo Líquido | 1989-2008 | 11,39% | 14,42% | 11,42% | 12,23% |
| Capital Próprio | 1991-2003 | 20,34% | 11,57% | 10,40% | 11,04% |
| Cash Flow | 1989-2003 | 18,18% | 13,99% | 9,74% | 12,40% |
| Produtividade | 1991-2003 | 1,14% | 1,61% | 7,30% | 2,51% |
| Cash Flow / Volume Negócios | 1989-2008 | (7,00%) | (6,45%) | 13,03% | 5,81% |
| Rendibilidade das Vendas | 1991-2003 | 1,41% | 10,31% | 12,61% | 4,04% |
| Autonomia Financeira | 1989-2008 | 4,85% | 1,61% | 5,18% | 1,87% |
| Rendibilidade do Ativo | 1989-2006 | 17,34% | 12,45% | 12,93% | 7,16% |
| Rendibilidade do Capital Próprio | 1991-2005 | 5,39% | (37,45%) | 15,29% | (0,20%) |
| Resultado Líquido do Exercício | 1989-2004 | 15,07% | 3,29% | 5,97% | 5,54% |

Fonte: Mapas Gerais Anuais 100 Maiores Empresas, Dados cedidos pela Previsão em colaboração com o Jornal da Madeira (1988) e Diário de Notícias da Madeira (1989-2008); DREM, Informação Estatística, Económica, Contas Regionais (PIBRpm), Séries Retrospetivas, Séries Longas (1988-2008).

Bibliografia e Webgrafia

ALMEIDA, António, 2007, ICT And Sustainable Development in an Outermost Region, Tese de Doutoramento em Filosofia, Universidade de Newcastle, disponível https://theses.ncl.ac.uk/dspace/bitstream/10443/133/1/almeida07.pdf, consultado em 13 de março de 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo, 2013, Dicionário de Termos Financeiros e Bancários, Brasil, Bantim, Canato e Guazzelli Editora Ltda.

- BORGES, António, RODRIGUES, Rogério A., RODRIGUES, José Azevedo, 2010, *Elementos de Contabilidade Geral*, 2.ª ed., Lisboa, Áreas Editora.
- CARNEIRO, Roberto, FERNANDES, Artur Viana, CONCEIÇÃO, Pedro; GODINHO, Maria do Céu, FONSECA, António (colab.), 2001, Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa. Estudo Desenvolvido pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, EURODOIS, Artes Gráficas, Lda.
- COUTO, Gualter, PONTE, João Crespim, 2009, *Dinâmicas de Empreendedorismo e Microcrédito nos Açores*, Universidade dos Açores (DEG) e Centro de Empreendedorismo (CEEAPLA), disponível em http://www.ceeapla.uac.pt/uploads/pms/attachments/Paper07-2009.pdf, consultado em 29 de agosto de 2011.
- DOWNES John, GOODMAN, Jordan Elliot, 1991, *Dictionary of Finance and Investment Terms*, 3.ª ed., New York, Editora Barron's.
- ESPÍRITO EMPRESARIAL NA EUROPA, 2003, Comissão das Comunidades Europeias. Livro Verde (Apresentado pela Comissão), disponível em http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003_0027pt01.pdf, consultado em 15 de fevereiro de 2009.
- GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA Direção Regional de Planeamento Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 2000, *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM) 2000-2006*, disponível em https://www.idr.madeira.gov.pt/portal/ficheiros/popramIII/Programa_POP_III_2000-2006. pdf, consultado em 12 de setembro de 2012.
- GOVERNO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2003, Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira [PIDDAR] 2004, disponível em https://www.idr.madeira.gov.pt/portal/ficheiros/PIDDAR/PIDDAR_2004.pdf, consultado em 14 de janeiro de 2011.
- HM TREASURY (Ministério do Tesouro Britânico), 2012, How to Use the GDP (Gross Domestic Product) Deflator Series: Practical Exemples, disponível em https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/205904/GDP_Deflators_User_Guide.pdf, consultado em 4 de setembro de 2014.
- KON, Anita, 1997, *Reestruturação Produtiva e Terciarização*, Relatório de Pesquisa n.º 29/1997 da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3150/P00189_1.pdf?sequence=1, consultado em 01 de fevereiro de 2021.

- LOPES, António Simões, 1995, *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos. Lisboa*, 4.ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, José Joaquim de Almeida, 1999, *Tratados Europeus Explicados*, Lisboa, Vislis Editores.
- LOPES, José Silva, 2002, A Economia Portuguesa desde 1960, Lisboa, Editora Cosmos.
- MAIO, Mário Alberto Nunes, 2005, *As Implicações da Introdução do Euro*, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais, Universidade Aberta, Aveiro, disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/648/1/LC328.pdf, consultado em 11 de março de 2010.
- MATEUS, Augusto (coord. global), CAETANO, Gonçalo, MADRUGA, Paulo (coord. executiva), 2005, Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, vol. 2, Competitividade, Coesão e Convergência. A Óptica Global da Economia Portuguesa, disponível em http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2011_Documentos/Monitorizacao/Estudos/CompetitividadeTerritorial_Vol_II.pdf, consultado a 09 de julho de 2011.
- MIRA, Pedro Solbes, 2011, As Regiões Ultraperiféricas Europeias no Mercado Único: A Projeção da UE no Mundo, disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/outermost_regions/docs/report2011_pt.pdf, consultado em 20 de fevereiro de 2012.
- MOREIRA, José António, 1998, *Análise Financeira de Empresas da Teoria à Prática*, 2.ª ed., Porto, Associação da Bolsa de Derivados do Porto.
- NEVES, António Oliveira das, 2004, *RAM Desenvolvimento Regional, Emprego e Formação, Diagnóstico, Avaliação e Retrospectiva 1993/2003*, Funchal, Grafimadeira.
- NEVES, João Carvalho das, 2002, *Análise Financeira: Técnicas Fundamentais*, Lisboa, Texto Editora.
- PERDIGÃO, Cristina Sofia Andrade, 2017, O Turismo na Madeira Dinâmicas e Ordenamento do Turismo em Territórios Insulares, Tese de Doutoramento em Urbanismo, disponível em file:///C:/Users/ASUS/Desktop/TD%20-%20O%20 Turismo%20na%20Madeira%20-%20C.%20Perdigao.pdf, consultado em 29 de janeiro de 2021.
- PIRES, Luís Madureira, 1998, A Política Regional Europeia e Portugal, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PORTAL DE GESTÃO, 2009, *Rácios de Rentabilidade*, disponível em https://www.portal-gestao.com/artigos/2291-r%C3%A1cios-de-rentabilidade.html, consultado em 19 de janeiro de 2011.

- RAMOS, Jorge J. A, 2008, *Qual a Evolução do Tecido Empresarial da RAM a Nível Sectorial no Período Pós Adesão à CE (1988-2008)?*, Tese de Mestrado em Economia, Universidade da Madeira, disponível em https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/556.
- RAMOS, M., 2002, Desenvolvimento Endógeno: Contributo Empírico do Papel Desempenhado pelos Meios Inovadores, Escola Superior de Gestão, Instituto Politécnico de Castelo Branco, disponível em http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/591/1/Desenvolvimento.pdf, consultado em 27 de junho de 2011
- RODRIGUES, Ricardo Fabrício, 2007, *Mudança: Representações dos Actores Empresariais na Região da Madeira*, Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, disponível em https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4643?mode=full, consultado em 11 de março de 2010.
- RODRIGUES, Ricardo Fabrício, 2010, Sistemas Socioeconómicos Contemporâneos Pós-Industrialismo, Globalização e Economia Financeira, disponível em http:// www.ricardofabricio.com/images/Rodrigues,_2010a.pdf, consultado em 05 de fevereiro de 2011.
- SANTOS, Arlindo F., 1994, *Análise Financeira Conceitos, Técnicas e Aplicações*, Lisboa, Livraria Escolar Editora.
- SILVA, Eduardo Sá, 2013, *Gestão Financeira Análise de Fluxos Financeiros*, 5.ª ed., Porto, Vida Económica Editorial.
- VIEIRA, Rui, FREITAS, João Abel de, 2008, «A Economia da Madeira no período préautonómico», in FREITAS, João Abel de (coord.), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.

